suplemento 9 | 2018
O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS

AS NECRÓPOLES ROMANAS DO ALGARVE.
ACERCA DOS ESPAÇOS DA MORTE NO EXTREMO SUL DA LUSITÂNIA

Carlos Samuel Pires Pereira

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA IMPRENSA NACIONAL

IULIA LUPERCILLA | SEXTUS NUMISIUS PHAIUS | CATURICUS LUPATUS | CATURICA | AGATHEMERA |
TROILUS | LICINIA | LUCIUS | AEMILIA CHAERIS | CAIUS FLAVIUS |
RELATUS | HIRINIANA | AVINTINA | DIODORA | CALEMERA | QUINTUS FLAVIUS SERANIUS |
SPES DIMITIA | ALBIA NEREIS | DAPHINE | MARCUS | LUCIUS ÂNIOS, filhos de PÚBLIO |
QUINCIA, filha de PALUSTRE | VÍBIO PRÓCULO e sua esposa TUSCILA | SILVANO |
DIANA SILVESTRE | AEMILIA SATURINA | PATRÍCIA | MONTANUS | TATIANUS | DIANA |
SILVANO SILVESTRE | FONTEIUS PHILOMUSUS | CAECILIA MARINA, filha de LUCIUS | PATRICIO |
DIONISIANO | MARITIMA | FABIA MACAECA, filha de CAIO | CHRYSANTUS | AMIMETO | LÚCIO
CALPÚRNICO TEODORO | CATÚRICA PRIMA | CASTOR |
PUBLIO ÉLIO SURO | ACTE | PRÓTIPO | PAULIANO | TIQUE | HERENIANO |
MARCUS SULPICIUS EUPREPES | TITO MÂNLIO LACÃO | LEONE |

Dedicado a todos estes e a muitos outros,
anónimos, a quem a escrita não perpetuou a memória,
e que encontraram no Algarve o local de descanso.

suplemento 9 | 2018
O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS

AS NECRÓPOLES ROMANAS DO ALGARVE.
ACERCA DOS ESPAÇOS DA MORTE NO EXTREMO SUL DA LUSITÂNIA

Carlos Samuel Pires Pereira

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA | IMPRENSA NACIONAL

PEREIRA, Carlos Samuel Pires. 1982-
As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia – Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional, 2018. – 556 p.: il., 28 cm. – (Suplemento a «O Arqueólogo Português». ISSN 0874-579X; 9).
ISBN 978-972-27-2694-8 (IN)
ISBN 978-972-776-532-4 (DGPC)

Foto da capa: Necrópole da Horta de São Cristóvão, Faro. Espólio depositado aos pés do inumado da sepultura 11 (fotografia de Miguel Barbosa).

Suplemento n.º 9 a «O Arqueólogo Português»

DIRETOR
António Carvalho

COORDENAÇÃO
Lívia Cristina Coito

DESIGN GRÁFICO
Artlandia

MAQUETAGEM
Rui Roberto de Almeida

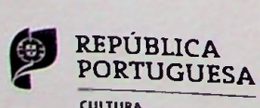
PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

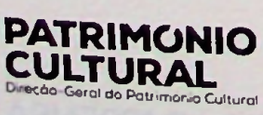
Todos os direitos reservados ao abrigo do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos

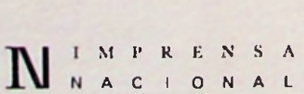
ISBN 978-972-27-2694-8 (IN)
ISBN 978-972-776-532-4 (DGPC)
ISSN 0874-579X
Depósito legal n.º 3161/83
Impresso em dezembro de 2018

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-206 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: diretor@mnarqueologia.dgpc.pt
http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt







Índice

PREFÁCIO 11

RESUMO 13

ABSTRACT 14

I. INTRODUÇÃO
1.1. Justificação e estrutura do trabalho: a morte de um preconceito 15
1.2. Definição cronológica e problemáticas inerentes:
a Antiguidade Tardia enquanto delimitação de um Cristianismo clássico 23

II. A MORTE: OSTENTAÇÃO SOCIAL E RELIGIOSA
2.1. A incineração e a inumação: entre o rito e a prática 29
2.2. Do Paganismo ao Cristianismo: as evidências no túmulo 43

III. ESPAÇOS DA MORTE NO ALGARVE
3.1. Alcoutim 65
3.1.1. Álamo 65
3.1.2. Vale da Zorra 71
3.1.3. Cortes Pereiras 72
3.1.4. Cerro de Alcoutenejo 72
3.1.5. Quinta do Mocho 73
3.1.6. Corga das Almas 73
3.1.7. Rocha do Touro 74
3.1.8. Vale Grande 74
3.1.9. Vaqueiros I 74
3.1.10. Curral da Pedra 76
3.1.11. Curralinhos 76
3.1.12. Castelhana 77
3.2. Castro Marim 77
3.2.1. Sobral 77
3.2.2. Fornalha 79
3.2.3. Maudinheiro 81
3.3. Vila Real de Santo António 83
3.3.1. Horta 83
3.3.2. Quinta da Fidalga 84
3.4. Tavira 84
3.4.1. Horta da Canada 84
3.4.2. Quinta do Trindade 88
3.4.3. Pedras d'el Rei 89
3.4.4. Torre d'Ares, *Balsa*: necrópole norte 96
3.4.4.1. Os materiais 101
3.4.5. Torre d'Ares, *Balsa*: necrópole oriental 257
3.4.6. Sítio do Pinheiro 264
3.4.7. Dona Menga 266
3.4.8. Paúl 267
3.4.9. Ribeira de Leitejo 274
3.4.10. Cerro da Chã II 274
3.4.11. Cerro do Lorvão 275
3.4.12. Manjovos 275
3.4.13. Monte da Torre 279
3.5. Olhão 280
3.5.1. Alfandanga 280
3.5.2. Alfanxia 281
3.5.3. Parra 283

3.5.4. Moncarapacho 285
3.5.5. Marim 286
3.5.6. Bela Mandil 300
3.6. São Brás de Alportel 301
3.6.1. Cartaxinho 301
3.6.2. Alcaria 303
3.6.3. Sítio da Horta e Moinhos/São Brás de Alportel 303
3.6.4. São Romão 306
3.7. Faro 307
3.7.1. Horta do Ferregial/Campo da Trindade 307
3.7.2. Faro, *Ossonoba*: necrópole norte 308
3.7.2.1. Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico de Faro 310
3.7.2.2. A passagem de Abel Viana por Faro 313
3.7.2.3. Júdice Gamito e a Nova Arqueologia, Rua das Alcaçarias 316
3.7.2.4. Arqueologia de prevenção e minimização, intervenções de empresas 323
3.7.3. Horta dos Fumeiros/Largo de São Sebastião 330
3.7.4. Horta de São Cristóvão 330
3.7.4.1. Faseamento 334
3.7.4.2. Breves considerações 358
3.7.5. Mata-Lobos 359
3.7.6. Cerro de Guelhim, necrópole ocidental de Milreu 360
3.7.6.1. Os mausoléus 361
3.7.6.2. A necrópole 363
3.7.6.3. Reflexões finais 370
3.7.7. Cancela 373
3.8. Loulé 373
3.8.1. Quinta do Freixo 373
3.8.2. Torrinha 373
3.8.3. Salir 374
3.8.4. Benafim 375
3.8.5. Alcarias 376
3.8.6. Aprá 376
3.8.7. Cerro 379
3.8.8. Retorta 379
3.8.9. Cerro da Vila 381
3.8.10. Loulé Velho 385
3.8.11. Quinta do Ludo 386
3.8.12. Montórios 386
3.9. Albufeira 387
3.9.1. Chaiças II 387
3.9.2. Necrópole da Ponte 388
3.10. Silves 389
3.10.1. Perna Seca 389
3.10.2. Monte Branco 390
3.10.3. Bica Alta 391
3.10.4. Amorosa 392
3.10.5. Serro da Zimbreira 393
3.10.6. Morgado das Taipas 393
3.10.7. Sentieiras 397
3.11. Lagoa 397
3.11.1. Ruínas do Vale da Amargura 397
3.11.2. Lagoa 398
3.11.3. Poço Partido 399
3.12. Portimão 399
3.12.1. Reguengo 399
3.12.2. Alcalar 399
3.12.3. Quinta de Arge 401
3.12.4. Monte da Torre 402
3.12.5. Malhadais 404
3.12.6. Monte Salgado 404

3.12.7. Mexilhoeira Grande 405
3.12.8. Norinha 405
3.12.9. Vale da Arrancada 405
3.12.10. Cruzinha 406
3.12.11. Quinta da Donalda 406
3.12.12. Convento de São Francisco 407
3.13. Monchique 410
3.13.1. Alfeise 410
3.13.2. Archeta 410
3.13.3. Alcaria 412
3.13.4. Cerro da Vigia 413
3.13.5. Caldas de Monchique 413
3.14. Lagos 414
3.14.1. Fonte Velha de Bensafrim 414
3.14.2. Monte do Cágado 430
3.14.3. Escampadinho/Descampadinho 431
3.14.4. Terras Novas 433
3.14.5. Sargaçal 433
3.14.6. Figueiral da Misericórdia 433
3.14.7. Cerro do Lago 434
3.14.8. Falfeira 435
3.14.9. Necrópole do Monte Molião 435
3.14.10. Marateca 442
3.14.11. Vale da Lama 443
3.14.12. Lagos e Rua Marreiros Neto 446
3.14.13. Cerro do Lorvão 448
3.15. Vila do Bispo 449
3.15.1. Cerro das Alfarrobeiras/Lomba das Pias 449
3.15.2. Mirouço 451
3.15.3. Cabo de São Vicente 451
3.16. Aljezur 452
3.16.1. Cerro das Vinhas 452
3.16.2. Odeceixe 453
3.16.3. Mortórios ou Arregata e Moledos 454

IV. REFLEXÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA O FUTURO
4.1. As necrópoles do extremo sul da Lusitânia como centros de consumo 457
4.2. A topografia funerária no quadro da ocupação romana do Algarve 481

BIBLIOGRAFIA 501

ANEXO I
Tipologia da arquitetura subterrânea das necrópoles romanas do Algarve 547

ANEXO II
Mobiliário funerário mais comum 551

ANEXO III
Cronologia e rito das necrópoles romanas do Algarve 561

Prefácio

ANA MARGARIDA ARRUDA

Entre mortos e vivos no Algarve romano

Ainda que «estar morto seja o contrário de estar vivo», como há alguns anos uma conhecida *socialite* do *jet set* lusitano comentou num programa emitido por um canal de televisão português, a verdade é que, como um dia escreveu E. Kant, «a morte faz parte da vida» e as duas condições estão de tal forma interligadas que só aparentemente podem ser dissociadas. O mundo dos mortos está presente no dos vivos, fazendo ambos parte integrante de um único sistema. Atuam num mesmo cenário, confundindo-se, não poucas vezes, as próprias agendas dos protagonistas destes dois universos, supostamente divergentes. E neste livro, que gentilmente fui convidada a apresentar, essa realidade torna-se tão transparente que, de tão nítida, permite que se contemple em todos os sentidos e direções.

O estudo do Algarve romano carecia de uma análise global sobre o seu mundo funerário e foi esse o desafio que lancei ao Carlos Pereira quando me pediu conselho sobre um tema para desenvolver no âmbito do trabalho académico que está na base do presente livro, trabalho que tive o prazer e a honra de acompanhar desde a primeira hora até à publicação que agora encerra, quase definitivamente, o processo. A verdade é que uma leitura conjunta dos dados disponíveis sobre as necrópoles romanas do sul da Lusitânia estava por fazer e a sistematização da vasta informação existente parecia urgente e necessária. Tratava-se de dar visibilidade ao outro lado do espelho, uma vez que a paisagem urbana, sobretudo a da área litoral oriental, era, apesar de tudo, mais bem conhecida.

A tarefa não era fácil. Como se sabe, foram várias as contingências de que se revestiu o trabalho de Estácio da Veiga e o percurso do seu legado foi atribulado. Por outro lado, a informação resultante das ações levadas a efeito durante o século XX e a primeira década do atual, sendo muito desigual é, na generalidade dos casos, deficiente, havendo muita que permanece inédita e/ou inacessível. Mas o Carlos Pereira dedicou-se à «empreitada», com o empenho e a dedicação que costuma aplicar a todos e a cada um dos trabalhos que executa.

Quem ler este livro, verificará que o seu autor não se limitou a apresentar, de forma exaustiva, a totalidade dos dados atualmente disponíveis sobre as necrópoles romanas de todo o território algarvio, ao longo de uma extensa diacronia. Para além desse inventário, irrepreensível e completíssimo, discutiu amplamente os fenómenos que estiveram por detrás de práticas, arquiteturas e ritos funerários, não esquecendo nunca que estes foram executados em contextos sociais, políticos e culturais muito específicos, que se foram modificando num tempo longo de 500 anos. E, assim, a própria história do Algarve durante a primeira metade do 1.º milénio torna-se mais nítida.

Os espólios foram detalhadamente estudados, sempre que possível de acordo com os respetivos contextos em que foram recuperados, e a arquitetura funerária foi abordada tendo presente a sua diversidade, tendo sido possível avançar para a elaboração de uma tipologia das sepulturas de inumação. Mas essa variedade foi também integrada nos respetivos e diferenciados ambientes (urbanos, suburbanos, rurais), sendo através destes dados e de outros elementos, nomeadamente daqueles que se prendem com a dualidade dos rituais do tratamento dos cadáveres, que se tornou possível discutir a forma como se construiu a paisagem funerária do Extremo Ocidente do Império Romano.

O autor deste livro não tem por hábito fugir de situações difíceis. Por isso mesmo, não recusou discutir temáticas muito pouco consensuais, depois de evidentemente se ter documentado exaustivamente sobre as mesmas. Não se limitou a apresentar as diversas teses sobre debates em curso. Pelo contrário, foi sempre muito assertivo, ora assumindo uma posição clara, ora apresentando ele próprio soluções ou hipóteses de trabalho, por vezes consideravelmente criativas. Nestes casos cabe, por exemplo, a funcionalidade dos monumentos de Milreu e da Quinta de Marim, que permanece sob acesa discussão, o mesmo se podendo dizer também acerca do significado da precocidade das inumações no território algarvio, que, coexistindo com as cremações, podem, contudo, recuar para o pleno século I. A relação do rito da inumação com a introdução do Cristianismo é, aliás, amplamente discutida, assumindo-se, uma vez mais, uma atitude criticamente fundamentada, tendo-se aqui convocado igualmente o mobiliário fúnebre, o que possibilitou uma abordagem integrada e, de alguma forma, inovadora, sobre um fenómeno religioso de grande impacto também ao nível regional.

Este trabalho revela ainda a capacidade do autor para compreender os fenómenos funerários no quadro da perspetiva filosófica que inevitavelmente o tema encerra. Esse enquadramento, bem como aliás o que está relacionado com o devir histórico, permitiu a construção de uma síntese notável a vários níveis, que excedeu, em muito, as expectativas iniciais.

Estamos, assim, perante uma obra de referência, não apenas em termos estritamente arqueológicos, nem exclusivamente de natureza regional: trata-se de um livro para ler, reler, usar e consultar. Pela exaustividade dos dados, pela sua análise minuciosa, pela discussão crítica das problemáticas, pelo enquadramento histórico e filosófico dos fenómenos de vida e de morte, as páginas que se seguem constituem um trabalho primoroso, imprescindível e incontornável.

Uma última palavra é devida ao autor, que, ao longo de quase 20 anos de convivência e de colaboração efetiva, aprendi a respeitar pelas capacidades de trabalho, mas sobretudo pela sua integridade pessoal. Carlos Pereira não é apenas um investigador absolutamente fiável e confiável. É também uma pessoa de bem, honrada, íntegra, com grande honestidade intelectual e que sabe estar na vida com uma grande dignidade.

Lisboa, 2 de junho de 2018

Resumo

As necrópoles romanas do atual Algarve permaneceram durante demasiado tempo sem um estudo de fundo que as compilasse e analisasse simultaneamente. Por esse motivo o volume de informações disponíveis até este momento era avultado, obrigando à escolha de determinados temas em detrimento de outros. Tais escolhas tiveram como objetivo apresentar uma discussão prévia de determinados temas que se revelaram imprescindíveis para as conclusões deste estudo.

Não obstante a seletividade que se impôs, procurámos apresentar a totalidade de informação existente, analisando o mobiliário funerário, quando existente, e apreendendo todos os dados com o objetivo de obter uma leitura o mais clara possível. Ainda assim, nem todos os espaços funerários o permitiram, alguns porque correspondem a intervenções antigas das quais se perdeu a informação, outros porque apenas se sabe de algumas indicações orais.

Apesar das evidentes dificuldades, alguns sítios, recentes e antigos, possibilitaram a obtenção de dados importantes sobre temas vários. Desde logo, aquele que mais nos estimulou foi a constatação de que é possível obter dados sobre a introdução do Cristianismo nesse território, dito de uma forma mais correta, sobre a sua cristalização. Seguramente que, como poderão constatar, a sua introdução deverá ser anterior, preconizada por subtis vestígios funerários. No entanto, se lográmos responder algumas perguntas que inquietavam os especialistas, surgiram novas dúvidas e outras questões que vociferam pela continuidade destes estudos.

Abstract

The Roman necropolises from Algarve have remained for too long without a monographic study that would simultaneously compile and analyse them. Therefore, the volume of information available until now was large, compelling to the choice of certain topics over others. Such choices aimed to present a preliminary discussion of certain topics which proved essential to the conclusions obtained in this study.

Despite the selectivity that was imposed, we sought to present all the information available, analysing the funerary goods, when existent, and digesting all the data to get a reading as clear as possible. Nevertheless, not all funerary spaces allowed that, either because they correspond to some old interventions of which the information was lost, or because only some oral indications are known.

Despite the great difficulties, some sites, either recent or old, allowed to obtain important data on various topics. What excited us the most was to realise that it is possible to obtain data about the introduction of Christianity in this territory, more correctly, about its crystallization. Surely, as you will note, its introduction must be earlier, suggested by subtle funerary remains. However, as we managed to answer some questions that troubled the experts, new doubts and other issues emerged which call upon the continuity of this project.

I. Introdução

1.1. Justificação e estrutura do trabalho: a morte de um preconceito

É sobejamente conhecido que a morte sempre foi enfrentada de uma forma antinatural (Bernaldo de Quirós, 1995). É o fim da vida, que se manifesta de formas muito diversas, por vezes violentas, e que afeta todos os sentidos humanos. Temida pela grande maioria dos vivos, sempre se procurou evitar o contacto direto com aqueles a quem Caronte chamava. Apesar deste temor, houve sempre a preocupação de honrar os finados da melhor forma possível, até porque a incerteza do que acontecia após a morte era ainda mais assustadora. Se nos desguarnecermos, portanto, do milenar preconceito do contacto com a morte, esta representa uma ferramenta eficaz para o estudo dos vivos, como já disse Teresa Chapa Brunet (2006).

Embora possamos pensar que os Romanos temiam a morte, para qualquer cidadão, regido pelo *ius pontificium*, o mais temível não era morrer, mas sim não ter uma morte digna ou o direito aos devidos rituais fúnebres vigentes (Vaquerizo Gil, 2010, p. 13). Se um cidadão não fosse sepultado segundo as normas, estava destinado a vaguear eternamente, sendo-lhe, assim, roubado o eterno descanso, atormentando os seus descendentes, que não tinham cumprido os desejos que tinha manifestado em vida. Por respeito ou por piedade, os familiares dos finados cumpriam, maioritariamente, com as suas obrigações. Prestar aos defuntos as devidas homenagens e cerimónias, era, aliás, um dever, bem como dotá-los de memoriais que falassem por eles para a eternidade (Vaquerizo Gil, 2011, p. 95), embora frequentemente se utilizasse a madeira como suporte epigráfico, material que se deteriorava rapidamente.

O conceito de morte em época romana não tem, contudo, uma definição fácil e menos ainda consensual, sendo certo que as ações dos vivos não permitem que se assuma o fenómeno da morte de uma forma generalizada (Róman Alcalá, 1996, p. 126 e 127). Se o receio de se ser julgado por não ofertar mais ao antepassado (Blázquez Martínez, 2006) explica o aparecimento de lápides funerárias que demonstram a frustração dos dedicantes por não terem podido oferecer um memorial à altura do seu antecessor (*filia ut potuit / non ut voluit*, CIL 12, 3449, Cartago Nova, Hernández Pérez, 2001, p. 184), também há situações em que se usurpou um *locus religiosus* para que fosse possível sepultar outro indivíduo, mesmo que aquele correspondesse a um recinto funerário com *indicatio pedaturae* (Vaquerizo Gil, 2011, p. 95 e 96).

O preconceito em relação à morte não é, portanto, uma reação atual e não pode ser considerada de origem cristã. Refira-se que, com o Cristianismo, as áreas funerárias apoderaram-se do interior das cidades, reunindo dois mundos até então separados. Poder-se-á mesmo afirmar que com o Cristianismo a morte é venerada, não no sentido de apreciada ou reverenciada, mas sim no da coragem que é evidenciada por aqueles que a enfrentam por uma causa religiosa.

As ações de cada indivíduo perante a morte dependem de fatores diversos que influenciam, inevitavelmente, a perceção de cada um sobre o acontecimento. Não obstante, a separação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos somente podia ser omitida em casos excecionais, nomeadamente no de personagens de grande importância social e política (Toynbee, 1993), o que fixa, de certo modo, o conceito de cidade romana. Apenas com o imperador Leão I (457-474), momento em que se entende que as cidades romanas entraram em crise, as áreas de acumulação cadavérica penetraram no interior das muralhas (Bartoloni e Benedettini, 2008).

Em consequência, o *pomerium*, se entendermos que a muralha integrava essa designação, era edificado também como barreira profilática e limitativa entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos, área amontoada de sepulturas, *ustrina* e *puticuli* (Varrão, *De Lingua Latina*, v, 4; Pérez Maestro, 2007). Estas áreas eram, muitas vezes, frequentadas por prostitutas, indigentes, mendigos e também animais semisselvagens, que vagueavam por lixeiras, alimentando-se, inclusivamente, de cadáveres mal enterrados. É bastante conhecida a anedótica história de *Gaius Suetonius* sobre o cão com uma mão humana na boca, que passou por Vespasiano enquanto este comia (*Divus Vespasianus*, 5, 4).

A sociedade romana estava, acima de tudo, preocupada com a higiene das suas cidades. Fazendo uso das superstições e crenças dos cidadãos, manteve à distância o que, de alguma forma, pudesse conspurcar a vida citadina. Mas, ainda que os *suburbia* tenham sido encarados como funestos, eram espaços plenamente integrados na vida quotidiana, ocupados também por vias e caminhos de acesso a outras cidades, *villae* ou *vicus*, aquedutos, edifícios de espetáculos e até zonas industriais. Sobre este tema pronunciar-nos-emos mais detidamente durante este trabalho.

São vários os motivos que poderão apoiar a investigação sobre a morte, mas aquele que mais parece justificar tal investimento fundamenta-se no facto de o fenómeno da morte que é sempre traumático socialmente falando estar ligado ao sofrimento, tendo estimulado a imagética humana, potenciando a criação de um mundo paralelo idealizado. Tal idealização deverá ter a sua raiz na Pré-História, mas foi-se metamorfoseando, chegando aos nossos dias de uma forma muito complexa, revelando ainda heranças das mais variadas matrizes culturais. Neste sentido, resulta estimulante reparar que o processo de sepultamento na Antiguidade Clássica é muito idêntico àquele que se verificou até há bem pouco tempo, e que ainda se pode observar em alguns meios rurais, o que corrobora o facto de algumas tradições se terem mantido, mesmo após a disseminação de uma nova religião. Neste âmbito, deve dizer-se que o sucesso que o Cristianismo experimentou muito deve à assimilação de outras práticas religiosas, que lhe permitiram recrutar seguidores que viam na nova religião semelhanças com outras mais antigas. Por este motivo, constitui-se também como uma miscigenação de uma ampla variedade de crenças que variaram de região para região. Foi, acima de tudo, uma forma inteligente de aproximação da maioria da população e de a aliciar a seguir uma nova fé, que, embora apregoando outros ideais, não representava uma rutura abrupta com as práticas religiosas pagãs.

As necrópoles não eram apenas espaços de acumulação cadavérica. A integração das necrópoles na vida quotidiana dos cidadãos está comprovada pelos testemunhos de Plutarco (*Tiberius Gracchus*, 8, 10; Rodríguez Neila, 2008, p. 308), quando comentou que os monumentos foram muitas vezes utilizados como suporte de pinturas de propaganda política, de anúncios de espetáculos ou de grafitis acerca de temas variados. A sua utilização

como latrinas, foi prática condenada por vários testemunhos (Rossetti, 1999, p. 235 e 236). Esta convivência permanente entre vivos na maioria indigentes, vagabundos e prostitutas e mortos potenciou a súplica dos defuntos, através dos epitáfios, àqueles que frequentavam ou habitavam as áreas cemiteriais. Nos suportes epigráficos, muitas vezes elaborados com materiais orgânicos ou com argamassas, como o comprova a recente descoberta de uma ara votiva na área de Lagos (Guerra e Nunes, no prelo), rogava-se para não se ser esquecido, mas pedia-se também para se ser respeitado e para que ninguém destruísse ou violasse as sepulturas. Efetivamente, a *violatio sepulcri* foi o atentado mais temido pelos Romanos (Remesal Rodríguez, 2002, p. 374), pois nas necrópoles estavam os sinais da sua linhagem, os símbolos familiares e os gentilícios mais preponderantes.

Para proteger estes espaços sagrados, evitando a venda, a reutilização ou o trespasse por parte dos herdeiros, existia legislação especificamente criada para garantir o seu valor sagrado e para manter o respeito pelo sepulcro e pela memória dos *Manes*. Obviamente que, juntamente com estas regulamentações, foram criadas multas, muitas vezes estipuladas em testamento, destinadas a garantir o respeito pelo memorial e pelas vontades testamentárias. Estas multas, quando aplicadas, superavam o custo da edificação e deveriam ser pagas à cidade (Toynbee, 1993, p. 55).

Na Hispânia não se conhecem muitos casos de estipulação de multas a aplicar em caso de violação das disposições funerárias. As duas únicas situações deste tipo de que há notícia correspondem a suportes epigráficos com *indicatio pedaturae*, podendo as sanções remeter para o não respeito pelas medidas dispostas para o recinto funerário. Um dos casos documentou-se em meados dos anos 90 nos arredores de *Sosontigi* (CIL II 2/5, 236, Alcaudete, Jaén), estando estipulado um recinto de 50 pés de frente por 50 pés laterais, estabelecendo-se uma multa de 20 000 sestércios para aqueles que pudessem violar o sepulcro, fazendo beneficiário o *municipium* (Vaquerizo Gil, 2010, p. 38). É curioso que o beneficiário seja o município, em vez dos familiares, parecendo evidente que com esta medida se potenciava a vigilância dos sepulcros por parte de um organismo capacitado para perseguir os infratores (López Melero e Stylow, 1995, p. 233). A segunda ocorrência foi constatada na capital da Lusitânia onde, numa coleção privada, se identificou uma placa funerária com uma inscrição que alude às *indicatio mensurae* de um recinto funerário (Saquete, 2002). Infelizmente, neste caso apenas são legíveis as medidas *in agro* (12 pés), não se conservando sequer a filiação do proprietário ou o valor da sanção a aplicar em caso de violação.

Além de garantir a sua memória, estimulada por um conjunto de complexos rituais, com um sepulcro sólido e inviolável e um memorial digno das suas virtudes e feitos (Bendala Galán, 2002), os Romanos faziam-se, quase sempre, acompanhar por mobiliário fúnebre e uma ou mais moedas (Pérez Tovar, 2014, p. 56-58), colocadas dentro da boca, sobre o peito ou na palma da mão (Propércio, *Elegiae*, IV, 11, 7; Apuleio, *Psyche et Cupido*, VI, 18 *apud* Poux, 2009, p. 36), sendo esta última prática uma evidente importação do mundo grego (*ibidem*). Durante o final do século II e o decurso do século III, as moedas foram também colocadas em conchas de vieira. As moedas tinham como finalidade o pagamento ao barqueiro Caronte, que estava encarregado de transportar as almas recém-chegadas ao Hades, sobre os Rios Estige e Aqueronte, que separavam o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. É curioso observar que esta separação mitológica está muitas vezes patente na organização das cidades ou *villae* romanas. É frequente encontrarmos necrópoles que estão separadas dos aglomerados habitacionais por pequenos cursos de água, como acontece na

da Terrugem, em Elvas (Viana, 1950; Wolfram, 2011), e na de Casal do Rebolo, em Sintra (Gonçalves, 2012), sendo também possível admitir esta situação para a do Amendoal, recentemente escavada, ou para a oriental da cidade de *Balsa*.

O Cristianismo veio trazer uma radical transformação da cidade e da mentalidade durante a Antiguidade Tardia, uma vez que, e como já referimos, a cidade, que era sobretudo residencial durante o Alto-Império, acabou por receber também a funcionalidade funerária. Em contrapartida, o subúrbio, antes principalmente funerário, ainda que também residencial, viria a ser usado como área cultual por excelência, o que se materializou na construção de novos edifícios de carácter religioso.

De facto, num primeiro momento, o Cristianismo foi incapaz de se desvincular dos espaços funerários pagãos, que não estavam, evidentemente, polarizados em redor das principais igrejas, situação que só veio a acontecer a partir do século V. Tal facto, aliado às enormes condicionantes da arqueologia urbana, acaba por resultar numa maior visibilidade dos vestígios do Cristianismo antigo nos subúrbios da cidade clássica, não significando, contudo, que tenha sido este o principal polo disseminador da nova religião. No entanto, embora esta tenha sido disseminada através dos principais portos das cidades romanas, era nos subúrbios que os seus agentes podiam fixar os espaços cultuais, pois na cidade estavam condenados à intransigência pagã.

Não é improvável que estes primeiros vestígios possam corresponder aos primeiros enterramentos com conchas de vieira, que, embora contendo uma moeda para o pagamento de Caronte, podem ser entendidos como uma mescla entre paganismo e Cristianismo. Por mais aliciante que seja esta proposta, não podemos, na verdade, admiti-la sem reservas, pelo menos sem outros argumentos mais credíveis. É certo que os primeiros indícios de Cristianismo antigo não surgem na arquitetura religiosa ou na epigrafia. Acreditamos que as primeiras manifestações deste culto se encontram no tipo de enterramento. O aparecimento de vestígios arquitetónicos e epigráficos foi um fenómeno certamente mais tardio, evidente a partir do século IV. Assim, essas edificações devem ter sido antecedidas por subtis manifestações funerárias, que comprovam o progresso do Cristianismo ainda no século III.

Embora a presença ou a ausência da concha de viera não possa ser utilizada como argumento indiscutível, devemos, contudo, focar-nos no jarro colocado ao lado da cabeça dos cadáveres, prática especialmente utilizada a partir do século IV. Tal como acontece com a concha de vieira, este rito também não parece ser, por si só, argumento suficiente para o considerar como um dos primeiros indícios de Cristianismo. No entanto, duas realidades frequentemente associadas a esta *praxis* parecem, agora, corroborar uma tendência cultual, concretamente a ausência de mobiliário funerário e a associação destes enterramentos com orientações que não seguem qualquer critério canónico, para além de terem uma evidente orientação *ad sanctos*. Lembramos, neste contexto, que os enterramentos *ad sanctos* não têm que estar obrigatoriamente orientados para o sepulcro de um mártir, podendo estar apenas virados para uma relíquia do santo mártir. Veremos que no Algarve há evidências da existência desta prática ainda na primeira metade do século IV, na área periurbana de *Ossonoba*, sendo, porém, mais visíveis na segunda metade do mesmo século e no decurso do seguinte.

Evidentemente que nas sepulturas da Tardo-Antiguidade também aparecem artefactos, que não devem, contudo, ser entendidos como mobiliário funerário, mas como objetos de uso pessoal, o que está em conformidade com os ritos praticados até ao século VII (Madrid

Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2006, p. 207). Note-se que, curiosamente, durante este período são as sepulturas infantis que engrossam as percentagens de túmulos com espólio fúnebre, como ficou comprovado na necrópole do setor oriental de Cartagena (*ibidem*, p. 208). A maioria das sepulturas estava desprovida de quaisquer materiais, que, quando presentes, assumem um carácter iminentemente simbólico, como é o caso dos jarros colocados ao lado da cabeça, que vêm sendo relacionados com o batismo (Saxer, 1987), rito iniciático de purificação através da água (Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 55), costume romano que tem a sua origem no paganismo.

Este rito é cada vez mais evocado por diversos autores como argumento irrebatível sobre uma presença cristã nas necrópoles (Carmona Berenguer, 1998, p. 203; Muñiz Jaén, 2001, p. 209; Delgado Molina, 2006; Arévalo et al., 2006; Madrid Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2006; Hernández García, 1998; Moreno Almenara e González Vírseda, 2005; Iniesta Sanmartín e Martínez Alcalde, 2000), que, não esquecendo as heranças pagãs, parece efetivamente ser confirmado pelo âmbito cronológico em que geralmente são datadas, ou seja, entre os séculos IV e VII. Embora estes vasos não estivessem presentes em todas as sepulturas cristãs, podem representar o jarro litúrgico de bronze de significado sacramental. Segundo Saxer, este fenómeno talvez se deva ao facto de muitos catecúmenos reservarem o batismo para a ocasião da sua morte (1987, p. 173-205), num momento em que a iniciação ao Cristianismo estava ainda em clara progressão. Independentemente da associação destes artefactos funerários ao batismo cristão, praticado, ou não, durante o sepultamento do cadáver, a verdade é que existia um vínculo claro com o cadáver ao qual era associado, confirmando uma forte carga simbólica ou profilática.

Sobre a presença/ausência de mobiliário fúnebre, a questão não é tão linear. É certo que o Cristianismo apregoava, veementemente, a simplicidade na vida e mais ainda na morte. Contudo, é arriscado encontrar nesta situação argumento para defender a presença de uma sociedade cristianizada. As sepulturas do século III são, precisamente, aquelas que surgem privadas de mobiliário fúnebre, principalmente em meio suburbano. Nas cidades, como veremos no caso *ossonobense*, continuam a ser preenchidas com ricos espólios. Lembramos que tal fenómeno pode ser indício de diferenciação social. Por outro lado, não podemos ignorar a coincidente contemporaneidade entre os primeiros enterramentos despidos de mobiliário funerário e os primeiros relatos de comunidades cristãs na Hispânia. Referimo-nos concretamente à carta de Cipriano de Cartago, do século III, onde se refere explicitamente *Augusta Emerita* como capital da diocese *Hispaniarum* (Sánchez Ramos, 2005, p. 11). Neste sentido, Santa Eulália representa um elemento fundamental para compreender a evolução da cidade durante a Antiguidade Tardia e também dos espaços da morte (Gómez Fernández, 2003, 2006). Mais uma vez, parece ser no mundo suburbano e rural (mas próximo de grandes cidades) que esta ausência de espólio se faz sentir mais precocemente, muitas vezes antecedida pela presença da concha de vieira, ao contrário do que se verifica nas cidades, onde a colocação de ricos espólios no túmulo se prolongou até momento avançado do século III. Contudo, reiteramos que estas realidades, cidade, área suburbana e mundo rural, devem ser analisadas separadamente e só após essa análise se deve abordar a questão de forma devidamente enquadrada e globalizante. Note-se que cada espaço deixa transparecer realidades distintas, principalmente as cidades e o seu meio envolvente imediato, o que também pode resultar quer da pluralidade de cultos quer de díspares conhecimentos arqueológicos. Ainda assim, estamos convencidos que os

fenómenos antes apontados são resultado de uma crescente comunidade cristã situada no subúrbio, habitando nas cidades as elites pagãs, vinculadas a uma tradição secular.

Como já referimos, a partir do século IV os vestígios sobre a expansão do Cristianismo começam a ser mais evidentes. O Algarve não se constitui neste caso como exceção, e também nesta região encontramos dados que permitem associar algumas estruturas aos primeiros edifícios cultuais da nova religião. Lembramos que, até à sua oficialização, as práticas cristãs estavam sujeitas a muitas limitações, que condenavam e reprimiam a sua expressão.

A necrópole romana da Horta de São Cristóvão, também conhecida como necrópole do Amendoal, e os espaços funerários das *villae* romanas de Milreu e da Quinta de Marim podem representar espaços chave para o entendimento da expansão do Cristianismo no extremo sul da província da Lusitânia. Pretendemos com isto argumentar sobre a importância do estudo da arqueologia da morte, além de justificar a elaboração do presente trabalho. Não obstante, este não representa o fim de uma investigação, senão o encerrar de uma etapa. Foi objetivo principal compilar toda a informação antiga e recente sobre os espaços da morte no Algarve, além de avançar algumas propostas de trabalho. Os resultados podem e devem dar início a outras perspetivas apoiadas em resultados de novos trabalhos de campo, entretanto levados a efeito, que corroborem, ou questionem, algumas das propostas aqui avançadas. Estamos conscientes que as novidades alcançadas ficam muito aquém das expectativas iniciais. Contudo, as limitações impostas pela informação disponível, muitas vezes deficiente, porque proveniente de escavações antigas, impediram, por vezes, novas leituras.

Todas as realidades antes descritas justificaram o investimento na análise do fenómeno funerário romano, devidamente enquadrado na arqueologia da morte, e, também, da expansão do Cristianismo, que, em território algarvio, parece ser anterior ao que, até há pouco tempo, se estimava. No entanto, também obrigaram a diferentes estratégias para abordar as várias necrópoles algarvias. O âmbito cronológico, a conservação dos vestígios, as informações e registos de campo, além dos indícios de integrações culturais diversas, impuseram estratégias de análise diferenciadas de acordo com o sítio arqueológico alvo de estudo. Esta opção resultou num contraste evidente de dados obtidos para cada espaço funerário, condicionando a leitura e uma compreensão mais global das necrópoles romanas algarvias. As da cidade balsense, escavadas há mais de um século por Estácio da Veiga, e a recentemente intervencionada na Horta de São Cristóvão, nos arredores de Faro, constituem bons exemplos da diversidade de situações registadas. No primeiro caso, a quase absoluta inexistência de registos de campo e de informações sobre os resultados das escavações obrigaram a uma análise quase exclusivamente centrada no espólio arqueológico recuperado. O segundo, ainda que com mobiliário funerário muito mais reduzido, permitiu leituras mais completas, que partiram da organização do espaço e da orientação das sepulturas, e que revelaram uma ideologia claramente em transformação.

Em linhas muito gerais, a elevada quantidade de necrópoles romanas do Algarve, que superam a centena, aliada à frequente ausência de informações, obrigaram a uma exposição simplificada dos dados por sítio arqueológico dentro do respetivo concelho. Em cada um, efetuámos uma descrição dos elementos conhecidos, analisando-os, tendo, quando foi possível, avançado para algumas leituras interpretativas e evolutivas desses espaços. Esta análise foi exequível apenas após uma reflexão sobre os ritos de enterramento, incineração e inumação, e sobre a dicotomia entre paganismo e cristianismo (Sanz Serrano, 1995, 2003a, 2003c).

Os últimos avanços arqueológicos têm permitido novas leituras de realidades contextuais. Do ponto de vista espacial, temos assistido a uma crescente preocupação pela disposição dos espólios funerários, estruturas sepulcrais e também pelas próprias necrópoles, tendo sempre em consideração a rede de povoamento coeva (Chapa Brunet, 2006, p. 27). Mas o aumento exponencial de sítios arqueológicos conhecidos, que faz crescer também a associação entre povoados e necrópoles, não colmata a insuficiência dos dados relativos a muitas necrópoles, das quais não conhecemos o povoado correspondente, ou vice-versa.

Também o avanço no tratamento de dados, muito impulsionado pelas novas tecnologias, tem permitido anular imprecisões e construir bases de análise mais corretas. Estas têm servido para perceber que a leitura generalista dos dados e dos sítios não é aplicável à totalidade das áreas, e os comportamentos individualizados devem ser devidamente valorizados. É, de facto, evidente que um estudo superficial não é suficiente para uma compreensão adequada de determinado sítio, uma vez que certas especificidades podem corresponder a regionalismos, não sendo, assim, transversais a todas as províncias romanas, por poderem delatar identidades diferenciadas, culturas distintas ou simplesmente um gosto dissemelhante.

Além disso, não é suficiente escavar as sepulturas e exumar os restos antropológicos, até porque não se devem ignorar todas as realidades arqueológicas e estratigráficas que se encontram associadas a estes espaços. Desde logo é evidente que se as necrópoles são espaços frequentados pelos vivos, é obrigatório que tivessem níveis antrópicos de frequentação (Miranda Ariz, Pineda Reina e Calero Fresneda, 2001-2002). Contudo, na maioria das vezes, estes contextos são ignorados. Mesmo admitindo que as necrópoles são difíceis de identificar, o que potencia o facto de estes contextos de frequentação terem sido já destruídos aquando da identificação da necrópole, parece-nos, ainda assim, possível o seu reconhecimento, mesmo de forma parcial, e, naturalmente, a respetiva análise.

Outra diretriz aplicada e desenvolvida pela denominada nova arqueologia, relaciona-se diretamente com a interpretação social dos restos funerários para, através destes, estabelecer uma complexa sequência de critérios, de forma a hierarquizar os finados em função dos seus memoriais, do espólio funerário associado e da arquitetura funerária observada em cada um dos casos. Estes mesmos dados podem servir ainda para distinguir o género ou a idade dos indivíduos. No entanto, também estes resultados podem ser frequentemente enganadores, pois não é desconhecido o facto de muitos indivíduos se terem feito representar na morte de uma forma que não tinha paralelo em vida. Esta simulação é especialmente evidente a partir do século III, tendo sido promovida por uma ideologia de simplicidade na morte, apregoada pelo Cristianismo.

Os dados sobre contextos funerários têm, nos últimos anos, crescido exponencialmente, sobretudo graças às investigações interdisciplinares, implementadas desde há algum tempo. Este cruzamento de diferentes conhecimentos, quando devidamente aplicado, permite um conhecimento mais aprofundado sobre as características inerentes aos rituais associados às sepulturas. A antropologia, a arqueozoologia, a paleobotânica, a engenharia química e nuclear (Soriano Castro, 2006) são alguns dos ramos científicos que se podem cruzar num estudo sobre o mundo funerário. Não tivemos oportunidade de incluir neste trabalho os resultados de qualquer análise antropológica, que não pudemos concretizar por falta de financiamento. Certo é que a quase totalidade de trabalhos arqueológicos antigos promoveu a desvinculação de espólios a restos osteológicos e mesmo de restos osteológicos

a espaços da morte. Ainda assim, teria sido interessante saber qual a idade à morte, patologias e dietas alimentares de uma amostra da população antiga do Algarve.

Estas quatro linhas de investigação permitiram revolucionar os estudos sobre o mundo funerário na Antiguidade. Não obstante, devemo-nos questionar até que ponto a diferenciação do espólio funerário, associada à distribuição espacial das sepulturas e dos aglomerados, se constitui enquanto fiel reflexo da sociedade clássica. Será que a hierarquização social tantas vezes plasmada nas necrópoles teria paralelo no mundo dos vivos?

São cada vez mais frequentes as tentativas de comparar o mundo dos vivos com o dos mortos do ponto de vista da cultura material. Ruíz Zapatero (2004) foi um dos investigadores que tentou confrontar, para o Bronze Final e para o período orientalizante, conjuntos cerâmicos de contextos habitacionais e funerários, trabalho antecedido por um ensaio sobre a morte no primeiro milénio a. C. (Ruíz Zapatero e Lorrio, 1995). Mas se esta tentativa foi tenuemente conseguida para estes períodos, parece ser um exercício bastante mais difícil para a época romana, sobretudo para a Tardo-Antiguidade.

A crescente importância do Cristianismo como religião de Estado, que apregoava um modo de vida simples e despojado, proporcionou realidades díspares entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Como já foi avançado, muitos tornavam-se na morte aquilo que não tinham sido em vida. A complicar mais a realidade funerária, encontramos os enterramentos *ad sanctos*, correspondentes a indivíduos sobre os quais, na maioria dos casos, não temos quaisquer indícios de quem terão sido em vida, da sua importância ou do lugar que ocupariam na complexa hierarquia social romana. Estes indivíduos pretendiam apenas fazer-se sepultar junto de um mártir, ou de algo com ele relacionado, com a maior austeridade, tal como o teria feito o santo mártir que veneravam.

Além de ser possível efetuar uma distinção por género, a arqueologia da morte permite também, por vezes, uma distinção profissional de cada enterramento (Lecuona Vieira, 2002). A antropologia física possibilita determinar o sexo da maioria dos indivíduos exumados, baseando-se na morfologia diferenciada do esqueleto humano e, em casos mais raros, podemos conhecer a profissão do defunto através do espólio que a ele está associado, embora a própria antropologia também forneça indícios nesse sentido.

No entanto, há um momento em que o relativo vazio das sepulturas impossibilita quaisquer leituras. Esta realidade deteta-se, principalmente, entre a segunda metade do século III e a primeira metade do século V. A partir deste último momento, quiçá até um pouco antes, o espólio funerário começou a introduzir-se de novo nas sepulturas. Claro que não voltamos a encontrar os ricos conjuntos funerários altoimperiais, mas constatamos a presença de pequenos conjuntos cerâmicos que não excedem as duas peças, que incluem o jarro junto à cabeça, disposição que tem sido frequentemente associada ao batismo. Também os adornos pessoais começaram a acompanhar os seus proprietários. Repetimos, contudo, que estes não deverão ser considerados parte integrante do espólio funerário, mas que se trata de artefactos de uso pessoal.

Claro que as variantes nos ritos e nos rituais funerários praticados durante a Antiguidade Clássica são numerosas. No entanto, também poderemos verificar práticas transversais do ponto de vista cronológico, que se mantiveram inclusive após a queda do Império Romano do Ocidente, resistindo às mudanças. A mais evidente prática funerária que se mantém praticamente imune às constantes alterações cultuais e rituais é a colocação de moedas na sepultura (Arévalo et al., 2016), por vezes pousadas dentro de uma concha do mar

A tradição historiográfica de cada cidade, a evolução que experimentou ou o desenvolvimento urbanístico que teve desde época romana explicam o conhecimento, por vezes tão díspar, que está disponível. Mas embora partamos sempre de realidades diferentes, o objetivo é sempre o mesmo: produzir conhecimento; neste caso em concreto, é recriar a paisagem funerária de uma região. Este estudo revela-se sempre imprescindível para o entendimento da imagem urbana e rural do complexo mundo clássico, como ficou comprovado pelos ensaios bem conseguidos para a Bética, e muito especialmente para Córdova.

Na Península Ibérica, as necrópoles são um elemento inseparável do conceito de *civitas* que se reflete nelas de forma admirável, exibindo o ritmo e as oscilações da sua evolução como núcleo humano. As necrópoles converteram-se, muitas vezes, em locais privilegiados para manifestações públicas de miséria e de grandeza, de ostentação e de vaidade, de medos e de temores, de dores de ausência e ânsia de memória. Tudo isto poderá ser conseguido e rastreado pelo registo arqueológico, quase sem outra ajuda (Chapa Brunet, 2006), o que intensifica a importância do estudo dos espaços funerários.

1.2. Definição cronológica e problemáticas inerentes: a Antiguidade Tardia enquanto delimitação de um Cristianismo clássico

Embora seja relativamente fácil justificar o estudo das necrópoles romanas no extremo ocidente peninsular, quiçá seja importante tecer algumas considerações sobre o recente, e cada vez mais utilizado, conceito de «Antiguidade Tardia», na periodização do momento final do Império Romano ocidental. Abordamos esta problemática não pelo debate, de vários séculos, sobre o fim da civilização greco-romana, ou pelos argumentos defendidos para apoiar as diferentes teses, incluindo a recente discussão sobre continuidade ou rutura na época medieval (Azkarate Garai-Olaun, 2002; Maquedano Carrasco et al., 2002), mas pelo facto de as balizas cronológicas deste momento incluírem, convenientemente, o desenvolvimento da nova religião. A importância de abordar tanto a discussão sobre o fim do Império Romano ocidental, bem como a utilização de um novo conceito que periodiza este momento, passam também pelo facto de nem sempre os autores concordarem sobre as suas balizas cronológicas concretas. Por outro lado, muitas das necrópoles algarvias inserem-se, de forma mais ou menos evidente, em momento tardo-antigo. As distintas datações que vêm sendo apontadas parecem, acima de tudo, espelhar bem o teor da discussão sobre a Antiguidade Tardia. Por um lado, constatamos a visão catastrófica sobre o final do Império Romano, que terminou com a deposição do último imperador, Rómulo, no ano de 476; por outro, notamos a recente e cada vez mais aclamada visão de continuidade política, cultural e mesmo institucional, que leva o período da Antiguidade Tardia além desse momento, concretamente até 711.

Refira-se ainda que a importância sobre os limites deste período passa também pela imposição de uma fronteira para o estudo das necrópoles romanas do Algarve. Referimo-nos concretamente ao limite superior que, por vezes, foi difícil de marcar, já que se altera consoante a leitura, catastrófica ou de transição/continuidade. É importante, portanto, que se tenha conhecimento da opinião do autor destas linhas sobre esta periodização, para que assim se possam entender algumas das afirmações que se fazem ao longo deste

trabalho. As referências a esta problemática são já abundantes, pretendendo-se apenas dar aqui um pequeno contributo para a discussão com alguns comentários que nos pareceram pertinentes. Além do mais, a discussão parece ser conveniente, já que algumas reflexões podem contextualizar a atual conjuntura de crise.

A primeira referência ao declínio do Império Romano encontra-se em *Historiarum Ab Inclinatione Romanorum Imperii Decades* (1483), do humanista veneziano Flavio Biondo (Sartin, 2009, p. 16), sendo utilizado apenas com base nos fenómenos político-militares. Reparamos, portanto, que a discussão sobre a rutura *versus* a continuidade é muito anterior ao surgimento do conceito de Antiguidade Tardia, e, além disso, foi fortemente influenciado pelo pensamento cristão. Bem vistas as coisas, o império que «ruiu» era, objetivamente, cristão e, embora cronistas do século v se confrontassem com o problema da nova civilização cristã parecer destinada à ruína, o certo é que o enfraquecimento do império talvez tivesse permitido, ou pelo menos potenciado, a sua cristianização. Sublinhamos acima de tudo a visão de Osório, que via nas invasões bárbaras uma punição sobre as perseguições contra os Cristãos (*Historia Adversus Paganos*), apesar de os invasores serem também Cristãos.

Depois de Biondo, outros humanistas se aventuraram a opinar sobre as causas da queda do Império Romano, uns concordando com alguns dos argumentos e respetiva periodização, como é o caso de Maquiavel (*Istorie Fiorentine*, 1532). Não obstante, durante o século XVIII, o Iluminismo trouxe uma nova visão sobre as causas da queda do Império Romano, somando às causas políticas e militares a responsabilidade cristã (Sartin, 2009, p. 19). Montesquieu (1734) criticou duramente a intolerância cristã, intolerância que se refletia na negação em participar nas responsabilidades político-militares. Esta indireta responsabilidade que Montesquieu atribuiu ao Cristianismo foi mais duramente criticada por Edward Gibbon (1781-1789), que associou, com especial ênfase, o conceito de «decadência» aos séculos finais do domínio romano.

Sem que saibamos separar claramente se foi em defesa do Cristianismo que culminou na tese de «continuidade», ou se foi a defesa da continuidade que desresponsabilizou o Cristianismo, o certo é que, após a visão de Gibbon, surgiram, no século seguinte e sob a égide do «materialismo histórico», vozes que apoiaram a continuidade da Antiguidade Clássica para a medievalidade, continuidade consubstanciada na substituição do modo de produção esclavagista pelo modo de produção feudal. Karl Marx foi o grande impulsionador desta tese e o seu principal defensor (1857-1858), afirmando que a História Clássica é a História das cidades, enquanto a História da Idade Média tinha como base a formação do campo. Assim, para Karl Marx, o campo era o principal interveniente na História Medieval, representando a Antiguidade Tardia um momento de transição. Embora algumas contradições sejam evidentes, é curioso verificar que efetivamente neste período se assiste a uma dispersão acentuada da população pelo território, mas também a uma aparente movimentação do litoral para o interior. Neste sentido, a realidade medieval pode ter sido, em certa medida, uma resposta a esta nova rede de povoamento. As causas que poderão estar na base deste fenómeno podem, porém, ser várias e nem sempre são evidentes. Desde logo as invasões são uma realidade a ter em consideração, uma vez que deverão ter potenciado tais movimentações para locais de maior defensabilidade. No Algarve, esses locais estão no interior, concretamente na área do Barrocal e na Serra.

No início do século XX, os autores marxistas focaram-se em demonstrar a inevitabilidade do fim do mundo antigo, sem que isso representasse, contudo, uma rutura. Esta visão

ganhou, ao longo do tempo, cada vez mais adeptos, tornando-se claramente influente no primeiro quartel desse século. No entanto, não tardariam a aparecer estudos que pretendiam contrariar a visão marxista ortodoxa, concretamente o de Tenney Frank (1920) ou o do russo Mikhail Rostovtzeff (1926). Para este último autor, a oposição entre campo e cidade teria sido, precisamente, a causa da crise do século III, pois após esse momento ter-se-ia vivido uma atmosfera de coerção e violência (Rostovtzeff, 1926, p. 461). Este investigador não deixaria de atacar as teorias marxistas, defendendo que a burocratização e autocracia da época mais não eram que respostas estatais à anarquia. Rostovtzeff contraria mesmo o alemão Bücher (1901), que defendia que a História da Humanidade era composta por estágios, representando cada um deles uma evolução do anterior.

A definição dos estágios de Bücher ganhou especial destaque no debate sobre o momento em que terminou a Antiguidade Clássica. Para Ferdinand Lot (1927), teria sido ainda durante o século II que se iniciara um processo de desmonetização progressiva, que culminaria em uma economia de troca simples, no século seguinte. Não obstante a evidente divergência entre economia monetária e a de troca direta, comparável com a dicotomia entre cidade e campo, o certo é que esta hipótese não parece ser possível de aceitar, pelo menos, no âmbito cronológico em que é inserido. A obra deste autor teve, contudo, como principais inovações a minimização da importância da fragmentação do império do ocidente e uma explicação assente em fatores económicos e culturais para o fim do mundo antigo. De alguma forma estes princípios contribuíram para o desenvolvimento do conceito de «Antiguidade Tardia».

Opondo-se claramente a Lot, Henri Pirenne (1927) defendeu a continuação de uma economia fundamentalmente monetária no quadro da qual ocorriam trocas comerciais de larga escala, que se foram progressivamente debilitando até à conquista da Hispânia, no ano de 711, pelas crescentes condições de insegurança do Mediterrâneo ocidental. Sobre o Cristianismo, o autor não vê na religião, ou mesmo na proibição dos cultos politeístas, uma indicação de alteração social. Em boa verdade, no século IV já havia indícios de Cristianismo no extremo Ocidente da Península Ibérica e, não obstante ser coincidente com as primeiras invasões bárbaras, estas só alcançariam essa região quase um século depois (Sanz Serrano, 2009). Neste sentido, as palavras de Pirenne não parecem estar, em absoluto, desprovidas de precisão, como veremos neste trabalho, onde foi possível demonstrar a existência de tais indícios no extremo sul da província da Lusitânia.

Em 1968, o alemão Franz George Maier publicou a sua obra *Die Verwandlung der mittelmeerwelt*, considerada, por muitos, o primeiro passo para a definição terminológica e cronológica de «Antiguidade Tardia» (Sartin, 2009, p. 26 e 27). Abrangendo os séculos III a VIII, o autor faz uso alternado da análise e da narrativa para desvalorizar uma «idade das trevas» provocada por uma religião intolerante e vingativa, que procurava estupidificar a sociedade e usada como ferramenta de controlo de massas. A Antiguidade Tardia foi delimitada por este autor entre os reinados de Diocleciano e Constantino até, sensivelmente, ao ano de 600. Repare-se que este período abarcava, convenientemente, o momento de crescente cristianização da sociedade, período durante o qual o autor dá especial destaque às relações entre a Igreja e o Estado.

O debate continuou alternando-se entre argumentos político-militares e sociorreligiosos. Jones seguiu-se ao alemão, defendendo que a parte oriental do império teria resistido graças à maior densidade populacional, mas sobretudo devido a uma distribuição

da riqueza mais equilibrada, que permitia uma coleta, por parte do Estado, mais livre de contestação (1964, p. 1066). No ocidente, a carga tributária teria incidido principalmente sobre as classes médias e o campesinato livre, estando os tributos destinados a sustentar o exército, o serviço civil e também a Igreja. Não é despropositado afirmar que para este autor não foi a ascensão da religião cristã que contribuiu para a fragilização do império, mas sim a promoção da igreja, que absorvia parte significativa dos ingressos estatais, além de se apoderar dos indivíduos mais capacitados para liderar o Estado. Ainda que admita a decadência do império, Jones nega-se a culpabilizar a incapacidade dos homens em gerir a máquina estatal.

É, contudo, Peter Brown que logra a completa aceitação do conceito de «Antiguidade Tardia» no primeiro e importantíssimo estudo sistemático sobre o desenvolvimento cultural desse período (1971), para quem os supostos «declínio e queda» de Gibbon seriam visíveis apenas na estrutura política das províncias ocidentais (Brown, 2006, p. 18). O maior fosso entre pobres e ricos foi, para Brown, a principal característica da sociedade tardo-antiga, que tinha sido antecedida por um esforço, mesmo que reduzido, na manutenção da coesão social, por parte das elites urbanas, que sabiam que a base da economia residia no campo. No entanto, a munificência cívica e a reimplementação de cultos coletivos antigos não foram suficientes para colmatar o crescente fosso social. Brown afirma que, sensivelmente, após 260, o registo arqueológico revela uma queda acentuada de inscrições pagãs que manifestavam o suporte privado dos cultos tradicionais nas cidades (Brown, 1998, p. 29-33; Sartin, 2009, p. 28 e 29). Se assumirmos que este momento é, para Brown, o início da Antiguidade Tardia, não deixa de ser curioso que é coincidente com a proposta antes avançada por Maier. De facto, o século III representa para a maioria, senão para a totalidade, dos autores uma mudança cada vez mais evidente no registo arqueológico, que culmina, de forma irrebatível, na desintegração de parte do Império Romano. O certo é que a hipótese de a Antiguidade Tardia ser uma época voltada para o «outro mundo», refletindo a busca do homem pelo divino (Sartin, 2009, p. 29), parece ser um tanto rebuscada. Ainda que admitamos ser correta tal proposta, o certo é que retrata o crescimento de uma religião que desatende, por completo, às necessidades do império e à igualdade da sociedade, contribuindo para o seu fracasso.

Religiosamente, este período é frequentemente caracterizado pelas alegações sobrenaturais feitas pelos humanos (Brown, 1998, p. 11-13), porque, ao contrário da época clássica, a divindade transferia para os homens alguns poderes. Esta nova conceção de divino mais não é que a humanização da divindade à qual se recorre para argumentar uma visão especialmente conveniente para o Cristianismo, que, assim, aliciava a crescente população empobrecida. A indiferença da Igreja e da aristocracia em relação aos aspetos militares e ao exército são, portanto, para Brown a explicação fundamental para a fragmentação política, causa para a instabilidade do século IV e responsável pelo êxodo urbano crescente de uma aristocracia fundiária fixada permanentemente no campo. Esta cada vez mais assimilada tradição clássica, residente no campo, acabaria por ser completamente absorvida até ao início do século VII, portanto, dois séculos após a desintegração política e a desindexação do Império Romano do Ocidente.

Sem pretender alongar demais esta exposição sobre a germinação e uso do conceito e periodização de «Antiguidade Tardia», o certo é que somente quando a História Social e Cultural se sobrepõe à História Política é que se tornou possível a mudança do

conceito que define a fase final do Império Romano ocidental. Não podemos atribuir a este período a origem do epíteto de «Idade das Trevas», que tão insistentemente se tem atribuído à época medieval, temporalmente distante, mas também não podemos negar o retrocesso sociocultural e quotidiano a que se assiste nesse momento. Estamos de acordo com Brown quando afirmou que a religião não contribuiu para ambas as realidades, a desintegração política tardo-antiga e a visão negativista medieval, não se podendo afirmar o mesmo sobre as suas instituições ou, se preferirmos, sobre aqueles que as administravam. A Igreja estava mais preocupada na sua institucionalização e na angariação de recrutas e a limitada aristocracia na manutenção das suas riquezas. Definido o conceito, cresceu de tom o deba-te sobre a continuidade ou rutura, entre o mundo antigo e o medieval, tema que não abordaremos aqui.

Sublinhamos, uma última vez, o facto de este período abarcar um momento de expansão e institucionalização do Cristianismo. Já referimos que, embora não tenhamos argumentos suficientes para interpretar determinados fenómenos funerários do século III como consequência da nova religião, esta fica cada vez mais evidente a partir do século IV. Coincidência, ou não, tanto Maier como Brown balizaram a Antiguidade Tardia com base, principalmente, nas alterações socioculturais, reflexo de uma alteração da mentalidade que poderá ter sido potenciada pelo Cristianismo. Infelizmente, não sabemos se o fizeram de forma consciente, mas é claro que esta coincidência também responsabiliza, em certa medida, o Cristianismo pelos fenómenos que contribuíram para a alteração político-administrativa. Este novo período só termina com a islamização da Península Ibérica, quando no ano de 711 o rei visigodo Rodrigo é vencido na batalha de Guadalete. Não deixa de ser curioso verificar que o conceito de Antiguidade Tardia inclui duas realidades aparentemente distintas, mas que têm em comum o Cristianismo.

Embora se tenha tentado limitar este estudo a um período concreto, entre os séculos I a. C. e V d. C., correspondendo a última data ao momento em que a parte ocidental do império se desvinculou do centro, fomos obrigados a considerar também os dois séculos seguintes, dada a quantidade de sítios que se prolongavam até estas cronologias mais tardias.

Tendo em conta que abordámos primeiro as questões que envolvem a Antiguidade Tardia, devemos agora tratar também as problemáticas acerca das necrópoles romano-republicanas, ou melhor, a sua inexistência. Esta opção é o resultado de um conjunto de questões que parece ser mais adequado para as reflexões finais deste trabalho. Ainda assim, não podemos deixar de avançar desde já alguns comentários. Com efeito, os problemas que se colocam em ambas as fases parecem ser completamente distintos. Por um lado, para a Tardo-Antiguidade temos conhecimento de abundantes espaços funerários, que estão condicionados por uma visão negativista do período em que se inserem e também por uma sociedade em clara transformação. Por outro, do momento inicial da ocupação romana do extremo sul da província da Lusitânia não conhecemos praticamente nenhuma necrópole.

Não duvidamos que a ausência de necrópoles republicanas, até ao momento não detetadas, pode ser consequência de uma mudança no entendimento do espaço funerário. As necrópoles, que antes se pretendia dissimular na paisagem, passam a ser entendidas como parte integrante dos aglomerados populacionais, «dialogando» com os transeuntes que por elas passavam. É possível que, num primeiro momento, os Romanos se tenham feito sepultar nos espaços funerários indígenas, separando-se, mais tarde, dessas áreas. Tal realidade está bem documentada no Castro de Villasviejas del Tamuja, Botija (Hernández Hernández,

Rodríguez López e Sánchez Sánchez, 1989; Hernández Hernández e Galán Domingo, 1996, p. 10-12), onde foram detetados três conjuntos funerários com distintas cronologias e identidades étnicas diferenciadas: um indígena; outro Romano-Republicano; outro ainda resultante da hibridização das duas realidades étnico-culturais.

Mas também somos obrigados a colocar a possibilidade de as áreas cemiteriais republicanas e altoimperiais serem as mesmas, ou seja, próximas de zonas de passagem, caminhos ou vias. Contudo, a sua visibilidade deveria ser consideravelmente menor. Talvez a principal mudança que potenciou a atual disparidade de conhecimento sobre as necrópoles resida na crescente economia e estabilidade social que se seguiu à República Romana. O simples covacho aberto no solo para a colocação de uma urna, na maioria das vezes desprovido de memorial, ou, se presente, feito de materiais perecíveis, foi progressivamente substituído por edificações subtérreas cada vez mais complexas e duradouras. Paralelamente, a pedra passou a ser o suporte epigráfico por excelência para os epitáfios fúnebres, ainda que devamos considerar que outras técnicas terão sido frequentemente utilizadas, como é o caso da argamassa. Infelizmente estes materiais não eram tão resistentes, além de serem facilmente desmantelados quando já não eram necessários.

No Algarve desconhecemos a localização das necrópoles romano-republicanas, o que pode significar uma localização distinta das de época imperial. Por outro lado, não é impossível pensar que estas últimas podem estar ligeiramente deslocadas da área dos espaços funerários anteriores. As variáveis são bastantes e, sem que possamos detetar e explorar metodicamente as primeiras, torna-se difícil debater sobre a evolução destes espaços. Complica este panorama o tratamento de intervenções antigas com registos que são, atualmente, considerados deficientes quando sujeitos aos atuais critérios de interpretação.

De facto, existem bastantes sítios arqueológicos algarvios que permanecem sem a deteção da ou das respetivas necrópoles. É o caso, por exemplo, de *Baesuris*, do qual desconhecemos a necrópole da Idade do Ferro, do período Romano-Republicano ou mesmo a alto-imperial. Este desconhecimento comprova, em certa medida, a distinta visibilidade que poderiam ter estas necrópoles, quando comparadas com aquelas que receberam corpos a partir, pelo menos, do segundo quartel do século I. Para o território algarvio, é possível admitir que este é o momento que separa as duas realidades. De facto, somente após este momento temos um considerável número de dados sobre as necrópoles romanas, permanecendo as sepulturas anteriores ocultas sob as mesmas terras que as cobriram, ou, quiçá, já destruídas.

Não é apenas entre momentos distintos que vemos esta dualidade de conhecimento sobre os espaços funerários romanos. Ao longo deste trabalho, torna-se óbvia a dissemelhante informação que possuímos sobre as diversas necrópoles romanas do Algarve, o que tem consequências no volume de dados disponível para cada sítio.

A análise sobre alguns espaços da morte foi bastante mais árdua, devido a um elevado volume de informação ou de materiais, quando comparada com outros, dos quais mais não se sabe para além da existência de sepulturas. Por este motivo a metodologia aplicada sobre os vários sítios foi também distinta, imposta pela diferente informação que pudemos tratar.

II. A morte: ostentação social e religiosa

2.1. A incineração e a inumação: entre o rito e a prática

Derramo sobre a terra do túmulo leite, mel e vinho, pois só assim podemos contentar os mortos.

Eurípides, *Ifigénia in Tauris* (p. 160-164)

Nas últimas décadas, o conhecimento sobre a Antiguidade Clássica tem avançado consideravelmente. Conhecemos mais e melhor a vida das populações que habitaram o extremo ocidente peninsular. Mas muito está ainda por descobrir e, no que à morte diz respeito, a ignorância é consideravelmente ampla.

À morte, hoje como na Antiguidade, segue-se uma série de processos que compõem o ritual de enterramento. A incineração ou a inumação são parte constituinte desse processo e ditam, de forma decisiva, a forma como o corpo é consumido e tumulado, ou vice-versa (no caso da inumação). Por este ser o processo que mais diferencia ambos os ritos, cedo suscitou o interesse por parte dos investigadores. Mas esta questão, que ganha cada vez mais volume, permanece sem uma resposta clara e esclarecedora que justifique questões tão simples como a preferência pela incineração, em determinado momento, e a sua substituição pela inumação.

A imortalidade era algo que qualquer romano aspirava alcançar, nomeadamente através da perpetuação da sua memória e das suas ações. Mas a imortalidade remete para a perpetuidade da memória individual, não podendo ser esquecido que também se aspirava a uma imortalidade espiritual, esta conseguida através dos méritos e dos esforços realizados em vida.

Como Pedro Lillo Carpio muito bem constatou, é evidente que o ato de cremação implica os quatro elementos, ou seja, o ar, a água, a terra e especialmente o fogo (2001-2002, p. 129), todos com um claro carácter de purificação.

Mas a utilização da cremação pode ser interpretada e utilizada de diferentes formas por diferentes culturas. No Judaísmo, a cremação surge como um ato purificador daquilo que é impuro, «E toda Israel o apedrejou (a Achan), e queimou depois [...]» (*Yehoshua*, 7, 25), «pois havia cobiçado e tomado coisas proibidas» (*Yehoshua*, 7, 21). Neste caso, a cremação é uma ferramenta utilizada para purificar aquele que cometeu o pecado e talvez também para eliminar aquilo que se teme.

Mas se os Judeus veem no fogo um ato de purificação, poderemos encontrar exemplos em que a cremação só poderá ser utilizada naquilo que é puro, ou naquele que foi heroico. Talvez por este motivo o escravo Eufrates tenha rogado ao seu amo.

> «[...] não me queimes Filomeno; não profanes o fogo por mim; eu sou Eufrates, persa de origem; persas foram os meus pais, senhor; e pior que a penosa morte é manchar o fogo comigo; confia à terra os meus restos, mas não vertas neles água, pois também venero a água [...]» (*Anthologia Graeca*, VII, 162.)

O fogo pode mesmo ser considerado como um deus, pois «[...] os Persas consideram o fogo um deus [...], afirmam que não é legítimo oferecer a um deus o cadáver de um homem» (Heródoto, III, 16, 2 e 3). Neste sentido, a chama divina não deveria ser conspurcada com o mundano.

Independentemente de o fogo ter sido utilizado como ferramenta purificadora ou como prática generalizada, é evidente que a maioria dos ritos deixa antever, ainda que timidamente, uma complexa mescla de sentimentos e emoções, como o medo, a repugnância e a aversão que os vivos sentem pelos cadáveres (Lillo Carpio, 2001-2002, p. 131). Esta inquietação a propósito de tudo o que tenha um carácter funesto está também patente no mundo clássico, comprovado por toda uma legislação que regulamenta o *funus* (*Digesta*).

Quiçá também possamos ver nesta realidade fundamentos que permitam esclarecer a escolha de um rito em vez de outro, podendo a cremação ser interpretada quer como destruição, quer como purificação.

Os Romanos não viam a morte apenas como uma adulteração meramente simbólica ou ritual. A morte também era vista como poluição de matéria em decomposição, como o comprova a reiterada proibição de cremações no interior do *pomerium*, patente na Lei das Doze Tábuas. Podemos mesmo especificar que, agradecendo a Pedro Albuquerque a tradução do excerto: «nenhum morto será incinerado ou queimado dentro da cidade» (Tábua X).

A incineração surge como uma solução prática para ambos os problemas. Por um lado, soluciona o carácter contaminador do cadáver, ao deteriorar-se e decompor-se, por outro, é uma forma prática de deposição dos restos mortais. É, portanto, um recurso mais higiénico para proceder à destruição das matérias orgânicas. Não obstante, é ambígua no que respeita à poluição. Se a incineração resolve a realidade contaminadora do corpo, seja ela espiritual ou física, potencia, contudo, a poluição ambiental. Informa-nos a *Ilíada*, a propósito do funeral de Heitor e, obviamente, numa perspetiva poética, que durante nove jornadas se procedeu à recolha de lenha para a pira. O décimo dia foi dedicado à construção da pira funerária (*Ilíada*, XXIV, 782-787, tradução para espanhol de Crespo Güemes, 2000).

Através deste texto temos uma noção do tempo necessário para a recolha de combustível utilizado numa cremação, embora este caso seja particular, atendendo à importância da personagem. Mesmo considerando que esta passagem exagera o tempo necessário para reunir o combustível, seria considerável o esforço, tanto na recolha como na construção da pira. Esta quantidade de combustível implicaria também que a cremação decorresse por um longo período de tempo, variando segundo as condicionantes ambientais (Alcázar y Mantero, 1991, p. 29 e 30). Estipula-se que este processo deveria variar entre quinze a dezanove horas, dependendo se estaria alguém responsabilizado pelo avivar da combustão (Kyle, 1998; Bodel, 2000). Na Índia e no Nepal, é ainda possível documentar estes ritos processados com técnicas idênticas às utilizadas na Antiguidade Clássica, o que permite atestar o tempo necessário para concluir todo o processo (Grévin, 2009 *apud* Vaquerizo Gil, 2010, p. 29).

Refira-se ainda que este procedimento deveria apresentar variantes regionais que impossibilitam uma descrição abrangente da totalidade do rito. As variáveis, que seriam muitas, poderiam ficar a dever-se a vários fatores, como o tipo de madeira disponível, o combustível utilizado para avivar o fogo, a disposição da pira, a própria qualidade da madeira ou as condições atmosféricas em que se efetuava a cremação. Independentemente disso, e mesmo sabendo-se que o corpo nunca era consumido na totalidade, este era um método mais económico na exigência de espaço para o sepultamento (Hesberg, 1994, p. 24).

Independentemente de todas as condições reunidas serem as mais favoráveis a uma cremação eficaz, nem toda a matéria orgânica se transformaria em cinza, especialmente a osteológica. Esta situação poderia justificar duas atitudes distintas na hora de recolher as cinzas: recolhiam-se juntamente com os ossos de menores dimensões e eram depois enterradas em sepultura; as cinzas e a matéria orgânica residual seriam depositadas em fossas comuns, localizadas nas extremidades das necrópoles, como se registou na Gália (Lintz, 2001, p. 116 e 117). Há ainda casos documentados em que esses materiais eram deixados no próprio *ustrinum*, o que dependia de vários fatores. A tratar-se de um *ustrinum* público, estas cinzas corresponderiam à última utilização da estrutura, que não voltava a ser ativada (Cánovas Ubera, Sánchez Madrid e Vargas Cantos, 2006; Cánovas Ubera e Sánchez Madrid, 2009). Sendo particular, seria produto de uma única utilização (Lepetz e Van Andringa, 2008, p. 62).

Os ossos eram também muitas vezes triturados antes de serem introduzidos nas urnas cinerárias (Gonçalves, 2011). Estudos antropológicos efetuados na necrópole de Carmona (Sevilha) demonstram ainda que se recolhiam partes de todo o corpo, embora não a totalidade, com especial preferência pela área do crânio (Alcázar y Mantero, 1991, p. 27). Cabia à família mais chegada efetuar a recolha das cinzas e dos restos osteológicos, que eram, na maioria das vezes, lavados e regados com vinho e outros líquidos (fig. 1) (Bendala Galán, 1996, p. 54; Hernández García, 2005).

Embora, como vimos, tanto a incineração como a inumação estejam presentes, desde os primórdios, na capital do império, parece evidente que a incineração desde logo se destacou como processo eleito pelas populações, sobretudo durante o Alto-Império, embora não em absoluta exclusividade.

Com a incineração a matéria desaparece mediante a ação do fogo (Mays, 2002, p. 207 e s.) e o espírito acaba por se libertar podendo chegar ao Hades. Mas, como dizíamos, este rito também poluía da mesma forma que eliminava a contaminação. A pira, que ardia durante um longo período de tempo, libertaria fumos intensos e odores nauseabundos e pestilentos.

Este processo está relatado em Homero, nomeadamente a combustão da pira que contém o cadáver e um conjunto de peças simbólicas e oferendas alusivas à vida terrena do finado, procedimento que se manteve em utilização até época romana. A pira poderia ser em forma de altar, como nos informa Plínio (*Naturalis Historiae*, XXXV, 7), ricamente revestida, em forma de túmulo e decorada com pinturas, segundo o estatuto e a importância de cada um (Lillo Carpio, 2001-2002, p. 139).

Mas os inconvenientes da combustão da pira deviam ser consideráveis. Diz-nos Cícero que esta deveria estar afastada das áreas povoadas (*De Legibus*, II, 22) e, de preferência, instalada em espaço onde os ventos dominantes levassem os fumos para longe da área

habitada. As práticas funerárias estavam, assim, fortemente condicionadas por razões de higiene (Cilliers, 1993, p. 2; Lindsay, 2000, p. 152 e s.; Retief e Cilliers, 2005, p. 128).

Porém, como referiu Toynbee (1993), os ritos funerários também foram, sem dúvida alguma, influenciados pela crença na vida após a morte. Por este motivo, uma incineração incompleta, e consequentemente um incompleto *funus*, poderia condenar eternamente a alma do finado, privando-a do seu eterno descanso (Lindsay, 2000, p. 168).

Obviamente que a vida determinava todo o processo do *funus*. Informa-nos Cícero que «Nam prius quam in os iniecta gleba est, locus ille ubi crematum est corpus nihil habet religionis; iniecta gleba tum et ille humatus est et sepulcrum vocatur, ac tum denique multa religiosa iura conplectitur» (*De Legibus*, II, 57), confirmando não só que a cremação era um processo generalizado e utilizado pelo cidadão comum, mas que também a inumação era usada, principalmente por quem estava desprovido de qualquer religião ou estatuto social.

Os fatores que obrigavam a eleger um processo em detrimento do outro foram, como veremos, vários. Mas acima de tudo, tanto do ponto de vista religioso, como cultural, a morte era encarada pelos Romanos como algo sórdido (Bodel, 2000, p. 128 e s.) que contaminava os vivos. Por este motivo, todo aquele que tivesse estado em contacto com um corpo sem vida deveria ser sujeito ao *suffitio* (fig. 2), celebrado com água e fogo.

A única exceção dizia apenas respeito às crianças, que, por não terem ainda idade para serem consideradas cidadãs, não eram consideradas poluentes, desde que o *funus* tivesse lugar durante a noite (Lindsay, 2000, p. 156).

Para alguns autores, a legislação editada sobre o ritual da morte, e especialmente sobre a deposição do cadáver ou dos seus restos, está baseada nos conceitos de higiene e não nos religiosos (Bodel, 2000, p. 148). Assim, melhor se compreenderá a proibição que Adriano (117-138 d. C.) impôs a todas as cremações ou sepultamentos, obrigatoriamente realizados a, pelo menos, cerca de três quilómetros das muralhas da cidade (Lindsay, 2000, p. 170), de forma a impedir que os fumos alcançassem a urbe. Na capital do império, as cremações deveriam ser bastante frequentes, se não mesmo quase contínuas.

A evidente complexidade dos homens perante a morte é reflexo de uma sociedade diversa e também complexa. Esta realidade acabaria por potenciar o estabelecimento de dois espaços de morte completamente distintos: referimo-nos aos *loca religiosa* e aos *loca publica* (Cícero, *De Legibus*, II, 57), em que os primeiros correspondem às típicas necrópoles romanas localizadas nas imediações dos eixos viários (fig. 3), de que são exemplo na Península Ibérica as de *Barcino* (Heredia Bercero, 2007), de *Baelo Claudia* (Prados Martínez e García Jiménez, 2010; Prados Martínez e Jimenez Vialás, 2016), de *Augusta Emerita* (Bejarano Ossório, 1996, 2004; Rodríguez Martín, 2004), de *Colonia Patricia* (Hidalgo Prieto, 1993; Vaquerizo Gil, 2001, 2002b; Ruiz Osuna, 2005), de *Olisipo* (Silva, 2005, 2009; Vieira, 2011) ou ainda de *Bracara Augusta* (Martins et al., 1989-1990; Martins et al., 2010; Fontes, Martins e Andrade, 2010; Braga, 2010). Os *loca publica* estavam destinados aos membros desfavorecidos da sociedade, que permanecem ainda sem uma correta definição, mas que frequentemente são denominados de *puticuli* (Bodel, 2000, p. 129 e 130; Retief e Cilliers, 2005, p. 134). Estes locais mais não eram que valas comuns para as quais eram atirados corpos de indigentes, criminosos, executados, prostitutas e de todos os cidadãos desfavorecidos, que só seriam cobertos por sedimentos quando esta estava cheia (Varrão, *De Lingua Latina*, V, 4).

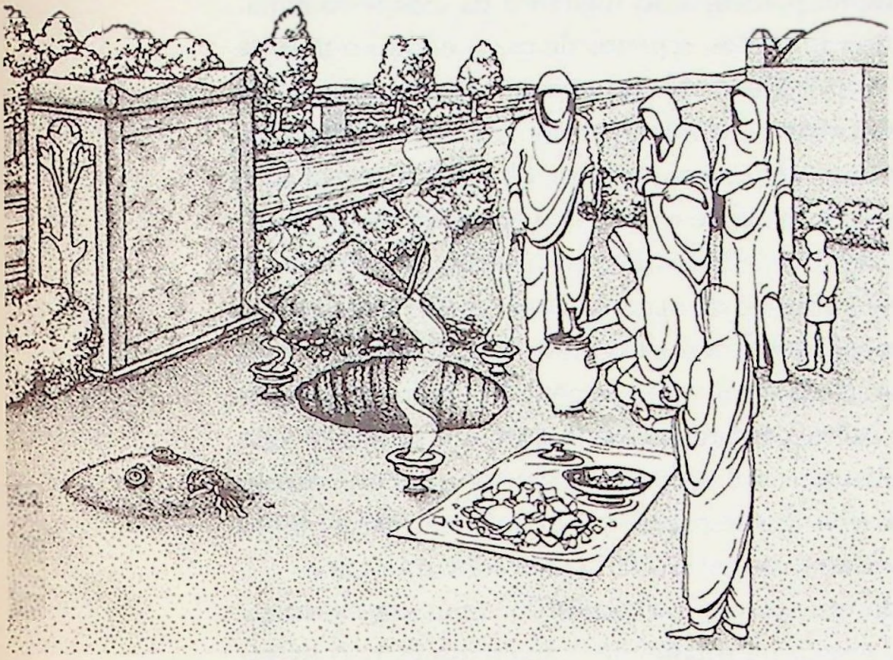


Fig. 1 — *Ossilegium* após a conclusão da cremação do corpo (Witteyer e Fasold, 1995, Abb. 18).

Fig. 2 — Possível representação de Lares a purificar uma mulher. *Lararium aedicula* da casa dos *Vetii*, Pompeia (Carlson, 2014, p. 11, fig. 4).

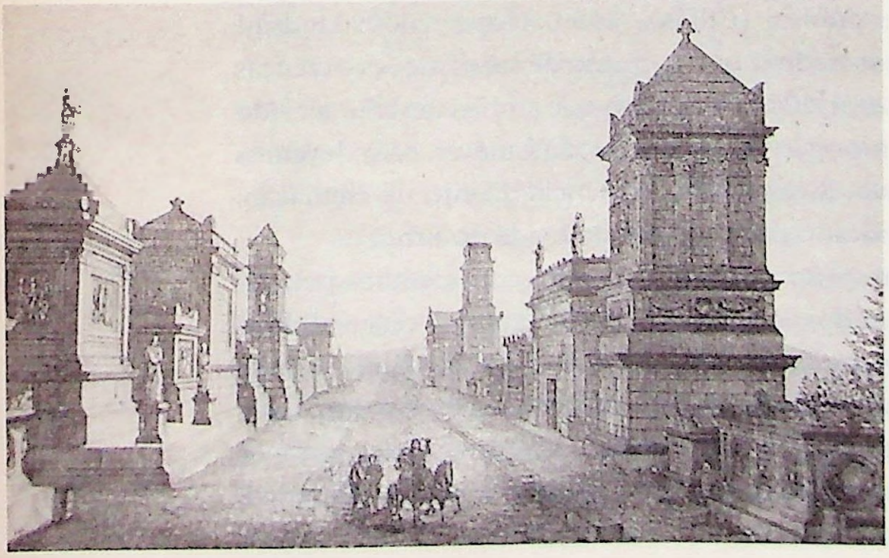


Fig. 3 — *Via Appia Antica*, representação daquela que foi uma das mais importantes *viae sepulcrales* de Roma (Canina, 1853, Tav. XVII).

Esta realidade contrasta com a aparente preocupação higiénica da cidade romana. Horácio descreve estes locais como os mais imundos, repletos de ossos e todo o tipo de matéria nauseabunda (*Sermones*, I, 1.8, 11-22). Menos se compreende a existência destes locais se tivermos em conta que a capital romana contava também com crematórios monumentais, onde as cremações em massa eram efetuadas. De facto, Plutarco faz notar que, nestes casos, por cada dez homens deveria ser colocado o cadáver de uma mulher (*Quaestiones Convivales*, III, 4, 2; Retief e Cilliers, 2005, p. 135), o que permitia um incremento da temperatura proporcionada pela melhor combustão da matéria feminina. Reconhecemos, contudo, que nestes casos o esforço na recolha de combustível seria ainda maior.

Mas este não é o único paradoxo característico do Alto-Império Romano no que diz respeito a situações estigmatizantes. Se a morte contaminava o mundo dos vivos, em que o mero contacto visual com o cadáver poderia ter repercussões na vida de cada um, não se compreende como a maioria dos cidadãos assistia a desportos que frequentemente terminavam em morte (Kyle, 1998), sem que este caso fosse considerado uma contaminação.

A marginalização daqueles que lidavam com os processos do *funus* era evidente, o que se comprova pelo facto de estes serem, na totalidade, trabalhadores não livres, com exceção dos momentos em que deveria ser a família a fazê-lo. Não obstante, era frequente a participação da sociedade em geral nas execuções públicas de sentenciados, onde a morte era utilizada como modelo de justiça (Retief e Cilliers, 2005, p. 142). Neste evento público, o sentenciador estaria apenas a cumprir com os seus deveres cívicos, motivo pelo qual não se considerava que tivesse sido exposto a qualquer contaminação, nem sequer os espetadores (Hope, 2000, p. 112). Já o carrasco, executante último da sentença, era visto como demoníaco (Lindsay, 2000, p. 160), mas, em última análise, também cumpria com a sua função cívica.

Parece evidente que muitos dos costumes do *funus* poderão ter sido influenciados por aspetos relacionados com a higiene. No entanto, o entendimento sobre a contaminação parece ser bastante rudimentar na época (Retief e Cillers, 2005, p. 142), principalmente se tivermos em conta o grau de conhecimento comum e a cremação constante de cadáveres a céu aberto. Neste sentido, a aparente preocupação com a higiene pública, no que respeita ao processo fúnebre, parece ser ilusória.

É esta realidade que obriga a considerar que o uso e o costume da prática da cremação não são resultado de um único motivo. Embora para alguns autores este costume resulte inequivocamente de práticas de saúde pública (Cilliers, 1993; Hope, 2000; Lindsay, 2000; Retief e Cilliers, 2005) e para outros traduza um conjunto de superstições e crenças relacionadas com a alma (Lillo Carpio, 2001-2002), fica claro que ambos deverão ter sido preponderantes na hora de optar pelo processo de deposição do cadáver. Não devemos ainda esquecer, pelo menos na Península Ibérica, a preexistência do rito de cremação, que, em algumas áreas, vinha sendo praticado desde o final da Idade do Bronze.

A violação de *loca religiosa* e o desrespeito pelo cadáver eram considerados pela legislação (*Digesta*) uma ofensa pública, sendo, portanto, puníveis. Também esta realidade contrasta com o que frequentemente era praticado nos recônditos das necrópoles, onde os *puticuli* mais não eram que acumulação cadavérica, na maioria dos casos desprovidos de qualquer respeito. Sobre o (des)respeito pelo corpo lembramos que muitas vezes os executados eram mutilados em público, como acabou por suceder a Cícero (Plutarco, *Cicero*, 48, 6).

Muitos destes paradoxos talvez possam ser explicados pela atitude pragmática perante a morte, dependendo todo o processo de enterramento das ações do falecido em vida, da sua cultura, do seu estatuto social e da sua religião. Neste âmbito, também as superstições terão sido preponderantes, explicando assim a marginalização temporária daqueles que tivessem estado em contacto com a morte, marginalização que era permanente para os trabalhadores de «empresas» dedicadas às cerimónias fúnebres, vistos pelo resto da comunidade como funestos e sórdidos (Cícero, *De Officiis*, I, 150; Séneca – o novo, *De Beneficiis*, VI, 38). Basicamente, o contacto com a morte era encarado como uma contaminação de algo maléfico, contrariando, inclusive, a aparente naturalidade com que os Romanos a encaravam (Abascal Palazón, 1991, p. 206 e s.; Vaquerizo Gil, 2010, p. 15-18).

Voltando ao tema da cremação, deve dizer-se que este rito deveria representar uma despesa considerável para uma família. Como vimos, era necessária uma grande quantidade de lenha para uma eficaz redução do cadáver, o que implicaria custos elevados. A própria construção da pira, que poderia ser ricamente adornada e pintada, imitando o memorial que mais tarde viria a ser edificado sobre o *locus religiosus*, representava um investimento financeiro avultado. Para evitar que a família caísse na tentação de uma ostentação excessiva, foram igualmente criadas leis antissumptuárias, que pretendiam restringir a exibição individual e, inclusivamente, limitavam a colocação de artefactos de materiais preciosos na pira (Lillo Carpio, 2001-2002, p. 139; Braga, 2011, p. 90), o que nem sempre foi cumprido (Cícero, *De Legibus*, II, 22), uma vez que continuavam a ser colocados, na pira, artefactos de elevado custo e de apreço para o falecido.

O alto valor que poderia ter todo o ritual necessário para o enterramento de um indivíduo poderia resultar numa contrastante diferença entre a oponente ostentação momentânea do funeral e o memorial edificado ao finado. Por outro lado, em caso de sepultamento sem corpo presente, ou seja, um cenotáfio, a situação talvez fosse a inversa. Uma vez que os custos de todo o processo funerário eram baixos ou inexistentes, os familiares deveriam investir mais na colocação do memorial, também enquanto monumento de consolação. Neste âmbito, lembramos o epitáfio de um legionário originário do *ager dertosensis* (Tortosa, Tarragona), que tombou apenas com dezoito anos de idade, na Síria. A sua mãe, lamentando que tenha falecido tão longe, não lhe sendo permitido recuperar o cadáver, fez uma *descriptio mortis* bastante enfatizada, na qual pranteia não ter podido dar-lhe o último beijo, nem o abraçar ou fechar-lhe os olhos (Hernández Pérez, 2001, p. 63-66; Vaquerizo Gil, 2010, p. 24).

Os cenotáfios, e os ritos que estes implicavam (Ovídio, *Metamorphosis*, VI, 563-570), deveriam ser a solução encontrada para a colocação da alma do desaparecido na morada eterna, evitando que andasse errante. Era uma solução reconfortante, especialmente para os vivos e para a memória que pretendiam manter daqueles que tinham partido.

Qualquer pessoa, mesmo aquela despida de qualquer crença religiosa, sente necessidade em amenizar a dor da perda de alguém particularmente estimado. Os Romanos também necessitavam ap nmaziguar a tristeza quando perdiam familiares, o que está comprovado por muitos epitáfios que chegaram até aos nossos dias. Exemplo dessa situação é um *carmen sepulcralis* gaditano, datado de final do século I d. C., que exibe o nome de dois irmãos mortos em tenra idade, em que os seus progenitores comparam a dor da sua perda com a de uma profunda ferida física, descrevendo como a morte reduziu a cinzas o que antes foram perfeitas criaturas («tristior ecce dies renovat mala volnerat sana

et modo queae fuerat filia, nunc cinis est», CLE 1158; Hernández Pérez, 2001; Vaquerizo Gil, 2010, p. 20).

Precisamente por a alma continuar a viver em harmonia com o corpo, após a morte física deveria ter início todo um processo ritual para que aquela se pudesse converter num agente benéfico para os seus descendentes. Caso contrário, as almas dos mortos convertiam-se em agentes ameaçadores dos vivos. Para isso não eram suficientes as celebrações decorrentes do enterramento. Mesmo após a deposição do cadáver, deveriam fazer-se visitas à sepultura, prestar-se homenagens e fazer libações de diversos tipos, geralmente de vinho puro, sangue ou leite, símbolos da vida e regeneração (Bendala Galán, 1996, p. 54 e s.), depositando-se flores e oferendas alimentares, algumas destinadas a ser partilhadas com o defunto (Torres-Vila, 2004; Vaquerizo Gil, 2011).

Estas cerimónias e banquetes funerários deveriam ser celebrados em datas específicas do ano, que, relacionadas diretamente ou não com o defunto, tinham que ser cumpridas em conformidade com o culto aos mortos. Os dias mais importantes eram o *dies natalis*, *dies mortis* e os dias estipulados, que o calendário romano reservava para a renovação do luto, manter os laços familiares passados e ainda assegurar a existência do desaparecido, recordando-o (Vaquerizo Gil, 2010, p. 20). Estes dias correspondem especificamente aos meses de fevereiro e junho.

Bem atendidos os espíritos dos antecedentes falecidos e devidamente deificados, convertiam-se então em importantes protetores dos vivos (*Manes*). Caso contrário, transformavam-se em espíritos maléficos (*Larvae* ou *Lemurae*), desejosos de se vingar daqueles que não os atenderam, provocando determinados males, se assim lhes fosse solicitado (Vaquerizo Gil, 2010, p. 21).

Era utilizado todo o tipo de artefactos para que se realizassem estes propósitos, desde bonecos de «vudu» a chapas de chumbo, cobre ou bronze (*tabellae defixionum*), onde «mandingueiros» contratados escreviam maldições, juramentos ou fórmulas maliciosas que tinham maior efeito quando colocadas em sepulturas de crianças, cuja vida lhes havia sido arrancada prematuramente (Ventura Villanueva, 1996).

No território atualmente português, conhecemos a *tabella defixionum* de Alcácer do Sal, descoberta em 1995 num Santuário Romano identificado durante as escavações do Convento de Araceli, na área do Castelo (Faria, 2002), correspondendo a inscrição a uma petição de justiça, ou mais exatamente a uma praga, uma vez que o interveniente ficou sem as roupas que lhe foram tiradas por um larápio (Encarnação e Faria, 2002; Guerra, 2003; Ribeiro, 2006).

Já vimos, sucintamente, como era entendido o processo de cremação de um cadáver em época romana, parecendo que a sua utilização não resulta apenas de um conjunto de crenças e superstições relacionadas com a mentalidade da época, mas também de uma atitude prática e preocupada com a poluição cadavérica. Para que possamos entender a preferência por este rito, ou pelo da inumação, deveremos antes procurar entender todo o processo deste último, para que se torne possível uma análise comparativa. Os contextos históricos não serão esquecidos, uma vez que, como veremos, poderão ser reveladores das opções concretas por um dos dois ritos.

Embora frequentemente sejamos tentados a pensar que a cremação é o rito mais antigo, isso não significa que efetivamente assim seja. De facto, o rito mais antigo documentado em Roma foi, precisamente, a inumação (Cícero, *De Legibus*, II, 22 e 56; Plínio,

Naturalis Historiae, VII, 187), que coexistia com a cremação, como o comprovam os enterramentos do fórum datados entre os séculos VIII e VI a. C. (Vaquerizo Gil, 2007a, p. 272), que coincidiram até ao momento em que a inumação se tornou exclusiva. Mas apesar da referência a Cícero, fomos alertados para o facto de este autor ter absorvido as palavras de outro, mais antigo, que tinha insistido na importância de colocar o corpo sobre a terra (Xenofonte, *Ciropédia*, VIII, 7.25). Estas passagens são de considerável interesse, mas não é nosso objetivo discutir a antiguidade dos ritos, mas sim a sua simultaneidade, até porque o cenário sobre o qual nos debruçamos, o Algarve, só começa a ser influenciado pelos agentes itálicos a partir de um momento avançado do século II a. C.

É certo que, mesmo em Roma, durante os séculos II e I a. C., a cremação era o rito utilizado pela maior parte dos elementos da sociedade (Vaquerizo Gil, 2007a, p. 272). No entanto, a inumação também se praticava e não se aplicava exclusivamente aos indigentes, como foi já referido para o Alto-Império. Temos conhecimento de notáveis membros da sociedade romana que se fizeram inumar, como é o caso de Cornélio Cipião (Taglietti, 1991, p. 166; Toynbee, 1993, p. 86 e s.), lado a lado com outros cidadãos cremados (Cícero, *De Legibus*, II, 22 e 56).

Esta coexistência de ritos verificada em Roma viria, entretanto, a ser transmitida para os territórios conquistados, entre os quais a Hispânia. Quiçá esta dualidade no tratamento do cadáver tenha sido uma ferramenta importante na hora de integrar as comunidades conquistadas, que, independentemente do rito preexistente, viam nos ritos romanos alguma semelhança com os seus próprios.

É do conhecimento comum que, na Hispânia, há um momento, durante o Alto-Império, em que a cremação é praticamente exclusiva nas necrópoles romanas, embora não em todas (Cummings et al., 1999; García Prósper, Polo Cerda e Guérin, 2002-2003; Polo Cerdá et al., 2004; García Prósper et al., 2010). Sabemos, de igual forma, que a partir do século II os enterramentos inumatórios se começam a multiplicar de forma crescente, convivendo com as cremações, efetuadas até momento avançado do século III ou mesmo do século IV (Vaquerizo Gil, 2007a, p. 273). Porém, deveremos estar cientes que esta realidade nem sempre pode ser aplicada para as diferentes áreas geográficas que nos propomos analisar.

Apesar da crescente sistematização da informação sobre o mundo funerário romano da Península Ibérica, não é infrequente encontrarmos dados que contradigam alguns aspetos que tinham sido assumidos como incontestáveis. Neste sentido, lembramos a realidade funerária de Tarraco, onde, a partir do século I, se constata a coexistência de ambos os ritos (Gurt i Esparraguera e Macías Solé, 2002, p. 108; Ciurana Prast, 2011; Ciurana Prast, J., e Macias Solé, 2011). Também em Barcelona foram registados enterramentos de corpos inumados em um momento balizado entre o final do século I a. C. e o início da centúria seguinte (Cummings et al., 1999).

Em Valência, esta coexistência parece estar documentada desde o momento fundacional da cidade (138 a. C.) (Vaquerizo Gil, 2007a, p. 173 e 174; García Prósper, 2015, p. 42), sendo a cremação predominante apenas durante o século I a. C. (García Prosper et al., 1999; 2002, p. 138; Ribera i Lacomba, 2010). A utilização da inumação é atribuída pelos diferentes autores aos agentes itálicos helenizados, facto comprovado pela utilização do rito de *porca praesentanea* (fig. 4) (Ribera i Lacomba, 2010, p. 281, fig. 10). É aqui que podemos encontrar as mais antigas sepulturas de inumação, datadas do século II a. C.,

com o típico telhado de duas águas, edificado com adobes de argila maciços (fig. 5) (Polo Cerdá, 2004, p. 298, fig. 9).

Os exemplos da convivência entre estes dois ritos de enterramento não se limitam à área geográfica ibérica. Sem que os pretendamos esgotar, referimos os casos de *Carissa Aurelia* (Espera/Bornos, Cádis), onde ambos foram detetados no interior de um mesmo monumento funerário (Lozano Ramírez, 1998, p. 99; 2001), de Munigua (Villanueva del Río e Minas, Sevilha), que ofereceu a mesma realidade, mas, aqui, no interior das muralhas da cidade (Schattner, 2003, p. 101 e s.; Schattner, Ovejero Zappino e Pérez Macías, 2006), de Écija (Aguilar Camacho, 2004; Huecas Atenciano, 2010), de Huelva (Romero Bomba, 2001; Romero Bomba et al., 1999) e ainda de Córdoba (Vaquerizo Gil, 2007b, p. 278-282).

No território atualmente português, os dados são ainda limitados e extremamente precários para que possamos esboçar algumas linhas sobre esta problemática. Efetivamente, o aumento da informação sobre os espaços da morte e respetivos ritos funerários em Espanha não têm paralelo em território nacional. Não há, por ora, dados suficientes que suportem a existência de necrópoles onde a inumação seja maioritária em momento anterior àquele em que é característica, o que pode ser explicado por uma ocupação ligeiramente mais tardia.

Mas se a prática de enterramentos inumatórios antes da viragem da era não parece estar documentada, o que também se pode ficar a dever ao grande desconhecimento das necrópoles romanas republicanas, a partir desse momento podemos encontrar alguns indícios que permitem antever que, também no extremo ocidente peninsular, a inumação foi precocemente utilizada. Este parece ser o caso da última intervenção efetuada na necrópole principal de *Ossonoba*, onde, entre os 91 enterramentos escavados (Teichner et al., 2007, p. 166), alguns oferecem uma datação relativamente recuada.

As sepulturas 2004/73 e 2004/30 desta necrópole são bons exemplos desta realidade. A primeira oferece dados que a permitem defender uma cronologia da primeira metade do século I (Teichner et al., 2007, p. 175-176), cronologia aferida pela presença de cerâmica de paredes finas da forma XXIV de Mayet, correspondendo ao mais antigo enterramento identificado nesta intervenção. A restante é passível de ser datada da segunda metade da mesma centúria (Teichner et al., 2007, p. 174). As sepulturas apresentam uma arquitetura subterrea efetuada com *tegulae*, formando o típico telhado de duas águas. Como vimos atrás, esta tipologia funerária está documentada também em momento anterior (Polo Cerdá, 2004, p. 298, fig. 9).

Mas se estas sepulturas comprovam, com efeito, a antiguidade da inumação no extremo sudoeste da Lusitânia, outras, de cronologia aparentemente coeva, parecem poder avançar no tempo, sem grandes reservas. É o caso da 2004/24 da mesma necrópole, datada pelos autores entre o final do primeiro quartel do século I e meados do século II (Teichner et al., 2007, p. 174). A datação obtida para este enterramento apoia-se na datação de um pequeno fragmento de bordo de cerâmica de paredes finas recolhido no interior da sepultura.

Quando é aberta uma estrutura negativa funerária num espaço previamente utilizado, a probabilidade de revolver níveis estratigráficos preexistentes é elevada e, com estes, todo o seu conteúdo material. Obviamente que quando o túmulo era fechado, eram utilizadas as mesmas terras, que acabavam por invadir o interior do sepulcro. Por este motivo, parece evidente que a sepultura de que falamos não continha qualquer espólio votivo, não sendo impossível pensar que esse fragmento não fazia parte do mobiliário funerário.

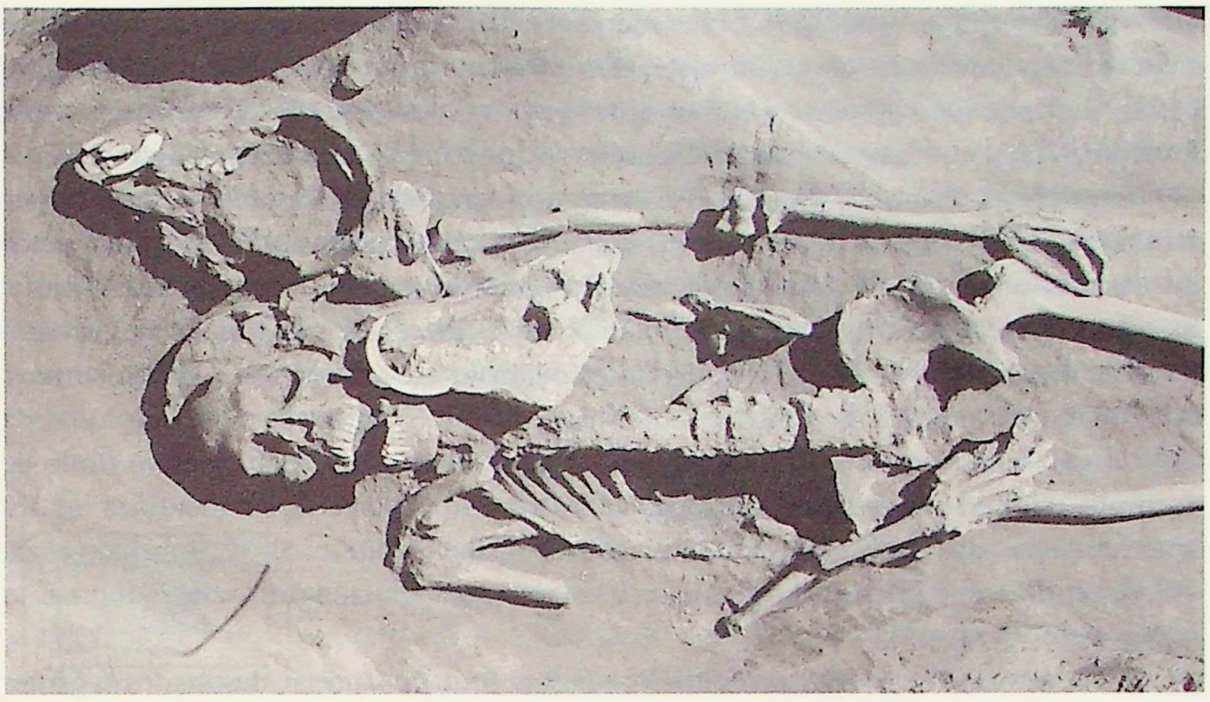


Fig. 4 — Rito de *porca praesentanea* documentado na necrópole romana republicana de la Calle Quart, Valência (Ribera i Lacomba, 2010, p. 281, fig. 10).

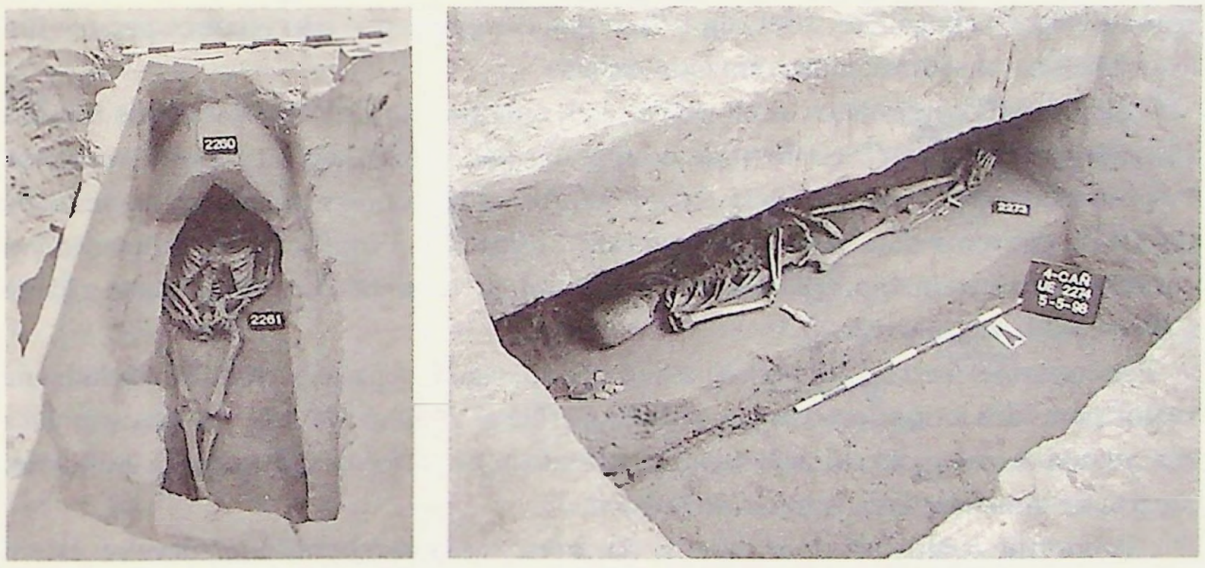


Fig. 5 — Sepulturas do século II a. C. da necrópole fundacional de Valência, Calle de Quart (Polo Cerdá et al., 2004, p. 298, fig. 8 e 9). À esquerda, enterramento com coberta de adobes formando um telhado de duas águas; à direita, sepultura de câmara lateral ou hipogeu.

Parece evidente que esta terá sido a fase final da biografia deste fragmento de cerâmica de paredes finas. O seu elevado estado de fragmentação indica que se trata de uma deposição secundária. Não pode sequer argumentar-se que se trata de espólio utilizado durante as cerimónias fúnebres. Por outro lado, a arquitetura subterrânea da sepultura aponta para uma cronologia mais avançada, aproximando-se a sua datação da sobejamente conhecida sepultura da Rua das Alcaçarias (Gamito, 1992).

Infelizmente, os materiais de deposição secundária, recolhidos no enchimento de sepulturas, são muitas vezes responsáveis por datações demasiado recuadas, podendo deturpar a realidade evolutiva de um determinado espaço. Há que saber identificar aquilo

que é espólio votivo, separando-o dos materiais resultantes do revolvimento das terras efetuado para dar lugar ao enterramento. Reconhecemos que tal avaliação nem sempre é fácil. Contudo, não devemos encarar uma sepultura como um espaço hermeticamente fechado, e há que identificar os agentes externos que com ela interferem diretamente.

Também em *Olisipo* é possível constatar a presença de enterramentos romanos de inumação, aparentemente coetâneos dos que foram identificados em Faro. Sublinhamos que os dados disponíveis até ao momento não permitem, ainda, corroborar as datações, mas tem vindo a ser proposto que a prática da inumação foi, na cidade do estuário do Tejo, frequente durante pelo menos a primeira metade do século I. No entanto, a quantidade da amostra disponível é diminuta, quando comparada com o volume da informação, motivo pelo qual esta aparente superioridade pode ser ilusória. A título de exemplo, refira-se que na necrópole da Rua dos Correeiros apenas foram identificados dez enterramentos, dos quais sete eram inumações (Bugalhão, 2001, p. 31-32; Bugalhão et al., 2013), sendo esta a intervenção chamada à colação para apoiar a primazia da inumação (Silva, 2005, p. 44-45).

Aliás, este espaço poderá corresponder aos denominados *puticuli*, destinados às gentes desfavorecidas da sociedade romana, para onde eram atirados ou onde eram sepultados alguns, segundo a consideração para com o falecido de quem cumpria com o *funus*. Parece evidente, desde logo, que a posição dos corpos inumados na Rua dos Correeiros não é a comum (fig. 6) (Bugalhão, 2001, fig. 15), o que comprova que não estamos perante um *locus religiosus*, mas sim frente a um *locus publicus*.

Neste sentido, devemos ainda referir a elevada presença de enterramentos infantis (Bugalhão, 2001, p. 31), também de inumação, que corroboram a proposta avançada. Fica, contudo, por apurar se estes enterramentos correspondem a indivíduos de idade inferior a quarenta dias, sendo, nestes casos, obrigatória a utilização da inumação em contrapartida à cremação. Não obstante, a tratar-se efetivamente de um *puticulum*, a idade à morte pode ser superior.

As restantes necrópoles *olisiponensis* parecem seguir o padrão comum revelado na maior parte dos sítios arqueológicos romanos (Silva, 2005, p. 44-45), ou seja, a prática maioritária da cremação até, pelo menos, ao século III, e a crescente utilização da inumação, a partir de, sensivelmente, o início do século II.

A enorme lacuna sobre os espaços da morte romano-republicanos deve-se, essencialmente, ao total desconhecimento sobre sítios dessa cronologia e com esta funcionalidade. Com efeito, não consta no Sistema de Informação Endovélico qualquer necrópole romano-republicana. Não podemos atribuir este desconhecimento apenas à grande dificuldade em localizar estes espaços da morte ou à evolução urbana que vai absorvendo e destruindo sítios arqueológicos. A nossa própria incapacidade de os detetar também deve ser referida.

É, portanto, ao largo da costa oriental ibérica que poderemos encontrar os mais antigos enterramentos romanos de inumação, independentemente de esta realidade se dever, ou não, ao desconhecimento de necrópoles romanas-republicanas em território nacional. Tal realidade parece fazer sentido, especialmente se tivermos em conta a estratégia de conquista peninsular (Alarcão, 1988c).

Na parte ocidental, embora não encontremos até ao momento enterramentos de inumação coevos aos de Valência, é possível identificar inumações a partir da viragem

da era. Do século II em diante, a realidade começa a transformar-se substancialmente, começando a inumação a ganhar cada vez mais peso. O que permanece por esclarecer são os motivos que determinaram esta mudança no tratamento do cadáver.

Para alguns autores, o triunfo da inumação sobre a incineração é coincidente com a introdução de uma nova prática de enterramento: o uso de sarcófagos (Zanker, 2002, p. 63; Vaquerizo Gil, 2010, p. 28). Todavia, talvez esta prática tenha sido introduzida pelas novas crenças orientais, entretanto iniciadas, que influenciaram, direta ou indiretamente, o ritual funerário. Mas não é fácil discernir se foi a introdução dos sarcófagos que potenciou a inumação, ou a introdução da inumação que fomentou novas formas de ostentação.

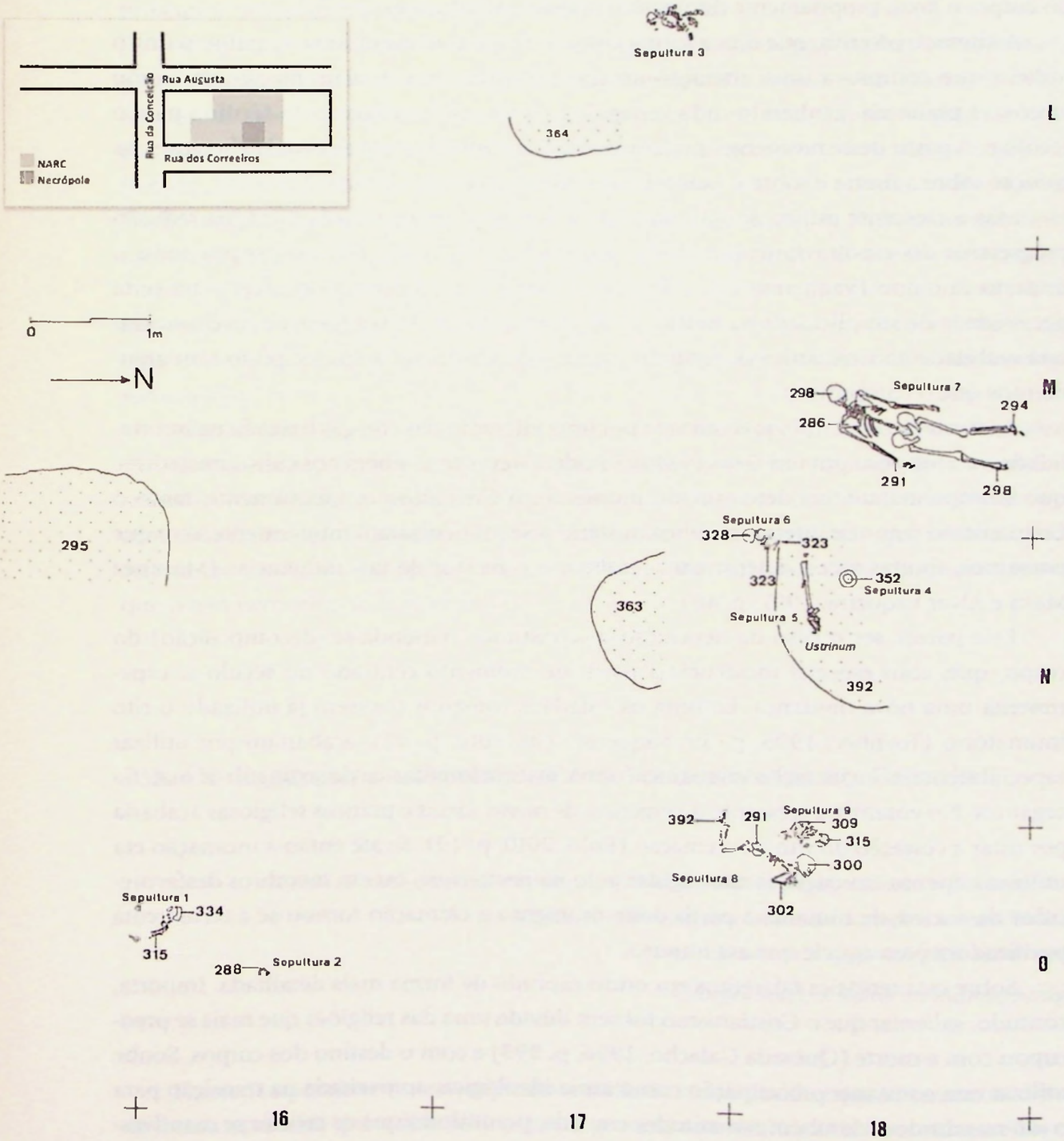


Fig. 6 — Planta da necrópole romana da Rua dos Correeiros, possivel *puticulum*, onde foram encontradas as mais antigas inumações romanas em Lisboa (Bugalhão, 2001, p. 32, fig. 15).

Não devemos esquecer, contudo, que os enterramentos em sarcófagos de pedra não são muito comuns, sejam cristãos ou pagãos. Durante a Tardo-Antiguidade, as inumações eram efetuadas maioritariamente com materiais de acesso comum e de baixo custo. Muitas vezes eram mesmo utilizados contentores do dia a dia, como era o caso das ânforas. Efetivamente, este período poderá caracterizar-se por uma utilização acrescida de materiais de uso quotidiano aplicados no *funus*. As ânforas são o exemplo por excelência de contentores utilizados na inumação infantil, assim como na cobertura de inumações adultas.

Não deixa de ser curioso, contudo, que as técnicas construtivas observadas nas sepulturas altoimperiais sejam idênticas às utilizadas durante a Tardo-Antiguidade. Esta continuidade construtiva demonstra que, embora se verifique uma alteração no rito de deposição do corpo, o *funus* propriamente dito parece manter-se inalterado.

A alteração do rito, que dita a forma como o corpo é «consumido», é, assim, o único indício que comprova uma alteração ao nível mental. Porém, a inumação era, como vimos, já praticada, ganhando cada vez mais adeptos com a viragem do século I para o século II. A partir deste momento, podemos constatar uma crescente e tímida alteração nas crenças sobre a morte e sobre o «submundo» (Beltrán Fortes, 1999, p. 35).

Mas a crescente utilização da inumação é também acompanhada por uma redução progressiva do espólio funerário. Deste fenómeno, observado um pouco por todo o Império Romano (Vaquerizo Gil, 2007a, p. 286 e 287), parece transparecer uma certa necessidade de simplicidade na morte, difícil de interpretar. Talvez fosse possível associar esta realidade ao Cristianismo, contudo parece demasiado audacioso supô-lo sem argumentos que o comprovem.

A inumação do corpo, preconizada por uma alteração das crenças baseada na imortalidade e na salvação por um Deus piedoso, poderá dever-se também aos cultos mistéricos, que acompanharam, até determinado momento, o Cristianismo. Efetivamente, tanto o Cristianismo como os diferentes cultos mistéricos se influenciaram mutuamente, sem que possamos, muitas vezes, determinar o emissor e o recetor de tais influências (Martínez Maza e Alvar Ezquerra, 1997, p. 48).

Este parece ser o caso da deposição e «consumo» (entenda-se: decomposição) do corpo, que, com especial incidência a partir de momento centrado no século II, experimenta uma nova mudança. Embora os cidadãos romanos tivessem já utilizado o rito inumatório (Toynbee, 1996, p. 39; Vaquerizo Gil, 2010, p. 27), acabariam por utilizar especialmente a incineração enquanto forma institucionalizada de extinguir a matéria orgânica. No entanto, a crescente divergência de novas ideias e práticas religiosas acabaria por ditar a cessação do rito de cremação (Rolo, 2010, p. 19). Se até então a inumação era utilizada apenas em crianças não regidas pelo *ius pontificium*, ou em membros desfavorecidos da sociedade romana, a partir deste momento a cremação tornou-se a ferramenta purificadora para aquele que era impuro.

Sobre esta temática falaremos em outro capítulo de forma mais detalhada. Importa, contudo, salientar que o Cristianismo foi sem dúvida uma das religiões que mais se preocupou com a morte (Quesada Galacho, 1996, p. 393) e com o destino dos corpos. Soube utilizar esta constante preocupação como arma ideológica, aproveitada na transição para o «além-mundo» e também nas atitudes em vida, permitindo que os crentes se mantivessem no «bom caminho». Basicamente, foi mais uma ferramenta eficaz de manipulação das massas.

A ideia sobre a morte, insista-se, parece alterar-se substancialmente durante o século II, como vimos afirmando, devido ao progressivo aumento da expansão do Cristianismo e das religiões mistéricas, que o primeiro acabaria por absorver. A perceção de morte passa a ser mais do que uma maneira de enfrentar o fim da vida. A morte é agora também um convite ao abandono de certos comportamentos e ideologias consideradas erradas e ímpias, remanescências pagãs, caso contrário a alma não poderia gozar de descanso eterno, nem da prometida imortalidade.

Talvez tenha sido o medo do não cumprimento destes comportamentos que ditou a alteração dos procedimentos funerários, estimulados não só para que se cumpram com os preceitos perante a morte, mas também assegurando uma vida conduzida segundo os princípios necessários para uma feliz existência da alma.

Acreditamos que estas alterações na mentalidade humana, na postura perante a morte e nas atitudes do quotidiano são influência das religiões orientais. Mas, mais uma vez, é impossível saber se é o Cristianismo o protagonista ou se esta própria religião acabaria por importar tais conceções dos cultos mistéricos, como aconteceu com outras realidades (Hopfe, 1994; Martínez Maza e Alvar Ezquerra, 1995, p. 520-530; Martínez Maza e Alvar Ezquerra, 2007). Neste sentido, é lógico pensar que a Eucaristia se pode entender como uma perduração do banquete funerário pagão, como alguns autores já defenderam (Jensen, 2008, p. 133 e 134). Efetivamente, ambos celebram a memória da morte, embora em diferentes locais: o banquete funerário celebrado na própria necrópole sobre o túmulo, que poderia ser uma *mensa*, no caso do paganismo; e a Eucaristia cristã, celebrada nas Basílicas, sobre o altar.

Certo é que o medo generalizado perante a morte, antes utilizado como manutenção da matéria orgânica e da memória humana, passou a ser utilizado na conversão e controlo dos cidadãos. Esse medo foi potenciado pela promessa de salvação obtida por uma vida exemplar de cidadania e práticas religiosas íntegras, salvação que somente seria alcançada através da inumação, que permitiria a libertação da alma, da mesma forma que o terá permitido ao seu Salvador.

2.2. Do Paganismo ao Cristianismo: as evidências no Túmulo

A ação da ideologia cristã destruiu a estrutura do mundo antigo como uma força do exterior.
A nova religião não infundiu uma seiva nova no organismo envelhecido,
bem pelo contrário, sangrou-o até à última gota.

Georges Sorel, A Ruína do Mundo Antigo

Pareceu importante que este capítulo se iniciasse com o devido enquadramento teórico, de forma a permitir que a discussão a que se procede sobre cultos e cultores estivesse alicerçada em bases mais sólidas. Naturalmente que não se pretende esgotar o tema, tratando-se somente de introduzir o contexto em que determinados ritos fúnebres ocorreram.

De um ponto de vista científico e objetivo, o Cristianismo é uma religião oriental abraâmica que derivou do Judaísmo. Surgiu como uma seita[1], que, em determinado momento, é vista como uma ameaça aos próprios Judeus. O Cristianismo Primitivo, também denominado de Era Apostólica, constituiu-se como uma seita judaica, que substituiu o Messias por um Salvador da Humanidade, perante o qual todos os homens são iguais (Rougier, 1995, p. 47; Blázquez Martínez, 1995a, p. 19). Mas essa fé, essa postura perante a vida, acabaria por prevalecer, impondo-se às massas e, inclusive, aos imperadores, imagens de culto terrenas, espelhando a grandiosidade divina.

Pastoral apregoa as virtudes evangélicas. Mas é simultaneamente dogmática, apelando a um fervoroso sentimento de revolta e instaurando uma severa disciplina aos pagãos e também aos seus próprios crentes.

Neste âmbito, convém esclarecer o significado do termo «paganismo». Originário da palavra latina *paganus*, significa habitante do campo, ou, se preferirmos «camponês». Tal como indica o seu significado, não se reporta a qualquer tipo de fé ou de religião. O termo foi apropriado pelos Cristãos com o objetivo de se dirigir àqueles que adoravam outras divindades que não fosse o seu próprio Deus, da mesma forma que os Judeus utilizaram o termo «gentio» com o mesmo propósito. Neste sentido, *pagani* terá sido utilizado porque foi no campo que o paganismo prevaleceu durante mais tempo (Sánchez Ramos, 2007) e onde permaneceu à margem dos constantes litígios cristãos.

Desde que surgiu como uma seita até, quatro séculos depois, se ter tornado a religião de Estado, o Cristianismo foi-se adaptando e também assimilando, foi-se disseminando pelo império e metamorfoseando, consoante as necessidades. Foi, sem dúvida, uma religião que soube ultrapassar todos os cultos (considerados, no geral, pagãos) de todas as naturezas, integrando-os simultaneamente, entre os quais podemos destacar os de Osíris, os de Cibele e os de Mitra (Rougier, 1995, p. 20).

Sempre se procurou o motivo da queda do Império Romano, desde Leonardo Bruni (1441), passando por Maquiavel (1764) até André Piganiol (1947). No entanto, não podemos estabelecer uma única razão para esse facto histórico, recentemente mais tido como declínio (Goldsworthy, 2010). É certo que todos os autores viram no Cristianismo uma justificação para esse declínio, tese à qual nem Edward Gibbon (1776, 1781, 1788-1789) foi imune. Alguns justificaram as causas e efeitos desta religião, outros atacaram-na, indicando-a como a principal causa do declínio de uma grande potência.

A doutrina cristã implicou uma verdadeira revolução social. Pela primeira vez se afirmava que, ao nascer, todos possuíam uma alma idêntica. Esta foi a grande novidade, pois a existência de alma não foi originária do Cristianismo, estando já enraizada na mentalidade romana (sobre um debate da existência da alma ver *Tusculanae Disputationes*, de Cícero, I, 27 a 30, tradução de Medina González, 2009). Mas esta revolução social foi, na verdade, um conflito de classes, a luta do pobre contra o rico (Loeb, 1892). O pobre é inevitavelmente a vítima, o humilde, o piedoso. O rico é o mau, o explorador, o dominador.

Esta revolução, imposta por um deus provocador que afirma «não julgueis que vim trazer a paz à terra. Não vim trazer a paz, mas o gládio. Eu vim acender na terra um grande fogo. Vim trazer a divisão entre filho e pai, entre a filha e a mãe, entre a nora e a sogra; e

1 Entenda-se este conceito, neste trabalho, com o significado de reunião de pessoas que professam uma religião distinta da geralmente seguida.

na sua própria casa todos se olharão como inimigos» (Mateus 10, 34 a 36 *apud* Rougier, 1995, p. 26), acaba por criar uma certa inquietude no seio das comunidades.

Com efeito, escreve Horácio que «o boi erra em segurança pelos campos. Ceres e a Abundância fecundam os campos, e nos mares tranquilos navegam as naus vindas de todos os lados» (*Carmina*, IV, 5, 17-24). Mas, passado pouco mais de um século, Tácito afirmou que «por um momento reprimida, essa execrável superstição transborda de novo, não só na Judeia, berço do flagelo, mas também na própria Roma» (*Annales*. XV, 44; *apud* Blázquez Martínez, 1995b, p. 101).

Parece evidente que, algures na viragem do século I para o século II, o Cristianismo era já motivo de preocupação na capital do império. Com efeito, até então tinham ocorrido já as três primeiras grandes perseguições aos Cristãos: a de Nero, a de Domiciano e a de Trajano. Se as duas primeiras tiveram lugar em Roma, a terceira, sob o comando de Trajano, decorreu na Bitínia, a oriente do império, onde estava destacado Plínio (*Gaius Plinius Caecilius Secundus*).

De certa forma, estes acontecimentos deverão ter sido alheios às comunidades do Ocidente. É possível que a expansão do Cristianismo desse os primeiros passos nesta área. Contudo, os relatos de opressão intimidariam a prática assumida até, pelo menos, meados do século II.

Por outro lado, não devemos esquecer que não foram só os Romanos a oprimir os Cristãos. Surgindo o Cristianismo como uma seita do Judaísmo, também estes viram nessa nova crença uma ameaça, havendo sido reprimida ainda enquanto estaria confinada ao Oriente. A título de exemplo, os apóstolos Pedro e João foram presos por lideranças judaicas, que usaram a heterodoxia como pretexto, acabando, contudo, por ser libertados (Atos dos Apóstolos 4, 1-21).

Apesar de cinco grandes perseguições, a morte de vários mártires e o Concílio de Roma, até ao século III a expansão do Cristianismo foi passando despercebida, precisamente porque eram os pobres, os escravos e os indigentes aqueles que viam na nova fé um refúgio. Os grandes portos foram um importante veículo para esta expansão, autênticos locais de miscigenação de gentes, de culturas e também de artefactos, que permitiram uma fluidez favorável a este fenómeno. Todavia, isso não significa que os centros nefrálgicos das grandes cidades litorais tivessem aderido à nova religião. Pelo contrário, se tivermos em conta o estatuto social dos primeiros aderentes, seguramente que esses viviam «à margem da sociedade» e, como tal, das cidades. Quando o Cristianismo começou a conquistar cidadãos de estatuto médio, proprietários e administradores, a sua proliferação ganhou celeridade.

Embora o Concílio de Roma (382) não tenha sido de grande importância no quotidiano dos Cristãos, o mesmo não se pode dizer do de Elvira, realizado na Península Ibérica no início do século IV, provavelmente após o fim da perseguição de Diocleciano aos Cristãos (Ramos-Lisson, 2005). Deste Concílio Ecuménico, ao qual presidiu um bispo de *Ossonoba* (Faro), resultaram 81 cânones, alguns dos quais contra os Judeus e as heresias pagãs, mostrando claramente que o Cristianismo começava a ter cada vez mais peso e comprovando uma clara preocupação pela subsistência do culto cristão e pela erradicação do paganismo e dos seus ritos (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 126).

O primeiro cânone remete, precisamente, para o sacrilégio dos locais de cultos pagãos designados de *Templa*. Se esta designação não é novidade, curioso é que a partir do

século VI estes mesmos templos se passem a designar de *Templa Christi* (Martínez Tejera, 2004). Os locais de cultos pagãos viriam, portanto, a ser progressivamente cristianizados ou simplesmente abandonados.

Mas se esta designação tem efeito apenas a partir do século VI, é evidente que o fenómeno de cristianização é anterior, como é comprovado, aliás, pela trasladação dos espaços de refúgio e proteção para as igrejas em momento anterior (Sanz Serrano, 2003b, p. 49), perdendo as estátuas dos imperadores esse privilégio.

Em 410, Alarico acabaria por dar triunfo ao Cristianismo (Kulikowski, 2007). Como é sabido, os visigodos eram cristãos e, quando tomam a cidade de Roma, o Cristianismo, que se havia já expandido, fortalece-se. Do ponto de vista dos vencedores, Alarico não poderia ter sido mais benevolente com os vencidos. Segundo Paulo Orósio, Santo Agostinho aclama-o mesmo como um enviado de Deus e o vingador do Cristianismo contra a idolatria pagã (*Historiarum Adversus Paganos*, VII, 43).

A convivência entre paganismo e Cristianismo, durante um longo período de tempo, provocou grandes querelas e deixou marcas de várias formas, nomeadamente influências bilaterais. Os confrontos entre os dois «bandos» deverão ter sido abundantes. Escreve *Celsus* sobre os Cristãos (em c. 178), que:

> «se recusam seguir as cerimónias públicas e render homenagem aos que a ela presidem, pois que renunciem ao uso da veste viril, ao casamento, à paternidade, ao desempenho das funções da vida [...]. Mas se pretendem casar, ter filhos, comer os frutos da terra, participar nas coisas da vida, [...], então é necessário que prestem as honras devidas àqueles que estão encarregados de tudo administrar» (*Alêthês Lógos*, IV, 110; Taylor, 1830; Rougier, 1995, p. 111).

A comprovação de que os primeiros Cristãos eram *simpliciores* está testemunhada por este mesmo filósofo que, troçando dessa realidade, escreve:

> «são estas as máximas que eles adotam? Longe de nós o homem que possui alguma sabedoria, alguma ciência ou alguma luz. Mas se forem iletrados, ignorantes, que venham a nós com confiança.» (*Alêthês Lógos*, II, 37.)

Com efeito, a mensagem cristã não procurava reformar a sociedade. Insistimos que a igual dignidade humana defendida contrasta com a mentalidade romana. Por este motivo, foram os desfavorecidos, escravos e indigentes os primeiros aderentes ao Cristianismo, atraídos pela preconização de uma sociedade comum e equilibrada.

Mas se os Cristãos se mantiveram mudos até meados do século II, o mesmo não sucedeu a partir desse momento. Os eruditos que começavam a aderir a esta nova fé não ficaram insensíveis aos ataques pagãos. Fizeram-se ouvir Justino Mártir (*I Apologia*), Atenágoras de Atenas (*Legatio pro Cristianis*), Orígenes de Alexandria – O Cristão (*Contra Celsum*) e também Santo Agostinho (*Contra academicos; De doctrina christiana; De inmortalitate animae*). Com a adesão de eruditos, tenta-se agora um compromisso entre Cristianismo, filosofia e império.

A evolução do Cristianismo foi-se materializando de várias formas. Aquela que parece mais significativa é a edificação de construções cristãs que foram progressivamente

absorvendo os templos pagãos, auxiliada pelos cânones lavrados em concílios ecuménicos que atrofiavam a idolatria e que se iniciaram com o próprio Concílio de Elvira. Facilitados estes encontros após o Édito de Milão, reiterava-se muito do que vinham sendo as linhas gerais das atas destas reuniões. A título de exemplo, na *Gallaecia*, com os Concílios Bracarenses, reforçava-se a proibição de levar alimentos *ac defunctorum sepulchra* e ainda de efetuar celebrações sobre os memoriais (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 127).

Estas construções não significaram a ruína do sacrilégio da idolatria e menos ainda da *civitas* (Brown, 1978, p. 29), que continuava a ser uma *res publica* e, assim, os pagãos continuaram a construir e restaurar os seus templos públicos (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 128). No entanto, foram lentamente absorvidos, laicizados e convertidos em espaços profanos interditos aos cidadãos. Outros devem ter sido destruídos (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006; Arce, 2006), embora para este facto os dados escasseiem. O caso mais evidente de destruição de um santuário é o de Serápis, em Alexandria, situação que chegou até nós através dos manuscritos de Rufino de Aquileia, que traduziu a obra *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia.

Só a partir do século VI é que encontramos argumentos passíveis de serem esgrimidos, baseados em fontes escritas. Até então, para amparar esse acontecimento antes do referido século, apenas se tem utilizado o exemplo Cordubense da Rua de Cláudio Marcelo (Marfil Ruiz, 2000, p. 119; López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 132).

Para a Lusitânia conhecemos alguns casos de absorção de templos pagãos e casos mais problemáticos de destruição (Hauschild, 1984; Alarcão, Étienne e Mayet, 1990; Gurt i Esparraguera, 1995; Sanz Serrano, 1998; 2007; Buenacasa Pérez, 1997-1998; Caseau, 2001; Guerra et al., 2003). Outros ainda continuaram a exercer o culto pagão. A realidade não era, portanto, homogénea, nem deve ser tida como uniforme. Os cultos não se resumiam a esta dicotomia que vimos descrevendo, embora resumidamente, mas foram, talvez, os que deixaram maior visibilidade arqueológica.

Também a referida evangelização não foi homogénea, nem sequer podemos considerá-la um processo (Arce, 2006). No caso específico da Hispânia, este fenómeno é tardio (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006; Arce, 2006), sendo-o mais ainda no mundo rural. Por outro lado, com raras exceções de sedes eclesiásticas, a maioria das construções cristãs tardo-antigas desenvolveram-se em áreas periféricas dos grandes centros, respondendo, talvez, ao culto do mártir. Este poderá ser o caso da necrópole romana do Amendoal, localizada na periferia de um centro que cedo se viu cristianizado.

Só quando a sociedade deixou de ser *cultus deorum* para passar a ser *cultus dei*, é que a cidade pagã se converteu numa cidade maioritariamente cristianizada, justificando o facto de os espaços que receberam imolações passem a divulgar a palavra divina (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 142). Isso não significa, ainda assim, que o paganismo tivesse sido erradicado dos núcleos urbanos.

O caso de Troia (Setúbal) exemplifica bem essa sacralização de espaços pagãos. Implantada sobre as estruturas de uma oficina de salga, e também sobre enterramentos presumidamente pagãos, encontramos uma das basílicas mais bem conhecidas do território nacional (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994; Maciel, 1996). Inclusivamente tem-se referido a possibilidade de esta estrutura ter assimilado também um santuário mitraico, preconizado pelo aparecimento de um políptico com a representação de Mithra (Jalhay, 1948; Almeida, 2009, p. 70).

Assim, até ao século IV, o cenário cultual na Hispânia romana foi abundantemente diversificado. A primeira fase caracteriza-se pelo tradicional politeísmo romano, fortemente influenciado pela cultura grega, ao qual se foram adicionando algumas divindades regionais dos conquistados.

A partir de meados do século II, começaram a chegar ao território peninsular novas crenças orientais. O culto a Osíris, o culto à Grande Mãe, o culto a Mitra e ainda o Cristianismo são novas filosofias de vida introduzidas num mundo aberto a todos os cultores e a todos os cultuados. Refira-se, porém, que estes não eram vistos com bons olhos pelos Romanos. Informa-nos Celso, que, embora criticando os Cristãos, «los que creen sin examen todo lo que se les dice, se parecen a esos infelices, presas de los charlatanes, que corren detrás de los Metragirtos, los sacerdotes de Mitra, [...], o de otras divinidades semejantes [...]» (*Alêthês Lógos*, I, 3, tradução de Bodelón, 1989, p. 21). No entanto, foi o Cristianismo que acabou por prevalecer sobre todas as outras crenças, que, vedadas a grande parte da comunidade, acolhia qualquer cidadão. Os restantes cultos orientais estavam condenados à partida, não só pelos complicados rituais iniciáticos celebrados em poucas ocasiões, mas principalmente pelo sucesso que o Cristianismo viria a ter. Ao converter imperadores, foi eliminando as restantes divindades e também a imagem do próprio imperador divino.

A elevada sucessão de imperadores cristãos, aliada ao progressivo peso clerical, permitiu a elaboração de um *corpus* legislativo, o *Codex Theodosianus*, no qual se facilitava a conversão ao Cristianismo e se impedia, cada vez mais, a progressão das práticas pagãs.

Ainda que num primeiro momento esta legislação não tenha tido grande repercussão, a idolatria pagã acabaria por tombar, também devido a medidas legais que tinham por objetivo eliminar os privilégios económicos associados à posse de sacerdócios particulares pagãos (Blázquez Martínez, 1995, p. 528). Lembra-nos Quinto Aurélio Símaco que tais privilégios eram imprescindíveis para a sobrevivência dos cultos pagãos (*Relatio*, III, p. 11-15) e, por isso mesmo, foram transferidos para a cristandade (*Codex Theodosianus*, XVI, 2, 8; XVI, 2, 12).

A partir do século IV, a Península Ibérica demonstrava já um grau elevado de cristandade, não significando, repetimos, que o paganismo tivesse sido completamente erradicado (Ribagorda, 1997). Como defesa da progressiva cristianização do aparato estatal, a aristocracia senatorial pagã viu nos cultos mistéricos um eficaz instrumento político não só de propaganda religiosa, mas também de defesa e recuperação de privilégios económicos e poder político que as autoridades imperiais iam retirando às elites pagãs.

Não obstante, a constante evocação da necessidade de intervenção imperial, com o objetivo de aniquilamento dos cultos pagãos e promoção do Cristianismo (como vimos através de Quinto Aurélio Símaco, *Relatio*, e também podemos ver em Júlio Fírmico Materno, *De Errore Profanarum Religionum*), culminou quando o imperador Teodósio I (347-395) reconheceu o Cristianismo como religião oficial quando assinou o Édito de Tessalónica, no ano de 380 (*Codex Theodosianus*, XVI, p. 1 e 2). Estavam criados os caminhos que orientariam esta religião até ao sucesso que alcançou.

Já vimos, em linhas gerais, o processo evolutivo do Cristianismo e algumas das evidências que deixou, não só nas fontes, como também no registo arqueológico, em contraponto ao retrocesso do paganismo. Da mesma forma que podemos observar uma determinada postura na vida, também na morte se podem ver espelhados argumentos que comprovam um comportamento diferenciado. Neste âmbito, devemos estar cientes

que a arqueologia da morte não pretende estudar os mortos, mas apenas conhecer os vivos através deles (Chapa Brunet, 2006).

É extremamente difícil o exercício de análise dos espaços da morte tendo por objetivo o entendimento da filosofia de vida dos vivos, das suas crenças e da sua postura perante a morte. Tentaremos evidenciar alguns indícios arqueológicos que, de alguma forma, podem atestar tendências, discutindo-os e pesando a sua veracidade. Simultaneamente, a comparação de ritos e rituais é inevitável, tendo por objetivo demonstrar até que ponto se podem diferenciar, ou não, distintos credos na morte.

Desde logo, a grande diferenciação que sempre se reconheceu nestes espaços foi, precisamente, a existência de dois ritos dissemelhantes de tratamento e deposição do corpo. É sempre difícil reconstruir a história destes processos e mais ainda perceber em que se fundamentaram, assim como as influências que o instituíram (Lillo Carpio, 2001-2002, p. 128). Acresce que os restos humanos nem sempre eram ritualmente depositados, muitas vezes eram simplesmente abandonados, ignorados ou submetidos a processos destrutivos que permitiam evitar a sua deposição ritual (Abascal Palazón, 1991; Desideri, 1995; Bodel, 2000; Hope, 2000, 2007; Lindsay, 2000; Heredia Bercero, 2007).

Efetivamente, além daqueles a quem não era dado o seu «eterno descanso», por usurpação de bens ou outra situação idêntica, alguns viam o seu «eterno descanso» roubado legalmente, como é o caso de condenados à morte, de indigentes ou de suicidas, que, quando sepultados, eram enterrados em áreas diferentes nos espaços funerários (Vaquerizo Gil, 2010, p. 16). Aí, os suicidas e os nados-mortos eram igualmente marginalizados, sepultados em área diferenciada, realidade que se pode verificar desde época remota (Desideri, 1995; Flörchinger, 1998, p. 177; Pérez, 2011).

Ainda que as justificações para este fenómeno possam ser coincidentes, verificamos algumas diferenças. O caso mais paradigmático é relativo aos neonatos que, em período Romano, mas com continuidade desde pelo menos o primeiro milénio a. C., não tinham direito a exéquias nos espaços comuns públicos, nem sequer poderiam ser incinerados, pois não eram ainda considerados membros da comunidade (Lillo Carpio, 2001-2002, p. 128) regidos pelo *ius pontificium* (Pereira e Albuquerque, 2018). Estes cadáveres eram muitas vezes inumados sob os pavimentos das casas familiares, uma vez que era a única situação que permitia o seu enterro no interior das cidades (Lindsay, 2000, p. 155). Não sendo consideradas cidadãs, as crianças falecidas antes desse reconhecimento recebiam um ritual que dependeria da consideração da família. Encontramos nados-mortos ou fetos descartados quer sob os pavimentos de uma habitação, quer em lixeiras para onde foram lançados sem qualquer aparente cuidado ou espólio associado (Blázquez Martínez, 1995b, p. 381 e 382).

A morte é um acontecimento que envolve um considerável número de ações de grande importância e valor socioideológico (Carr, 1995; Insoll, 2002; 2007; Laneri, 2008). Se, por um lado, com este acontecimento se inicia todo um processo ritual desde a preparação do corpo até ao seu sepultamento, por outro, serve também enquanto forma de ostentação de poder (Vaquerizo Gil, 2010, p. 13).

Lembramos que se o *funus* não era cumprido segundo os requisitos estipulados, os finados poderiam converter-se em entes maléficos e ameaçadores dos vivos. À necessidade de tratamento do corpo somava-se a obrigatoriedade de um conjunto de ritos e rituais que apaziguassem os *Manes* (Vaquerizo Gil, 2010, p. 20). Por este motivo, eram

efetuadas libações variadas, ofertando-se ao cadáver o necessário para que permanecesse satisfeito no «além-túmulo». Muitas sepulturas, principalmente durante o Alto-Império, ostentam pequenas canalizações que conduziam estas ofertas até ao interior do túmulo (fig. 7) (Bonifay, 2004; Heredia Bercero, 2007).

Fig. 7 — Necrópole vaticana, *via triunfalis*. Sepultura com canalização de libações (Vaquerizo Gil, 2010, p. 21, fig. 1). Fotografia de I. Mira.

O processo de agonia, o tratamento do cadáver, a preparação para as exéquias e o luto já foram abordados por outros investigadores de forma exaustiva (Vaquerizo Gil, 2010, p. 24-43). Importa, contudo, insistir em algumas questões que parecem relevantes na discussão sobre *crematio/humatio*.

Enquanto decorria o velório, é possível que tivessem início os preparativos para a cremação do corpo, ou para a sua inumação, dependendo da escolha em vida, tradição gentílica ou costume da maioria (Hesberg, 2002, p. 34; Vaquerizo Gil, 2007b). Independentemente do processo utilizado, estas diferenças, provavelmente em nada afetariam um ritual generalizado, pelo menos no momento em que as duas práticas coexistiram. De facto, o ritual funerário estaria de tal forma enraizado na tradição da sociedade romana que pouco ou nada diferenciava a inumação da incineração. Nesse momento transitório, talvez apenas o caráter económico poderia pesar na escolha de um ou de outro processo na medida em que a *humatio* necessita um maior espaço na necrópole. De facto, este é, nos dias de hoje, um critério que também é tido em consideração.

O tema sobre a deposição do corpo sempre suscitou o interesse por parte dos investigadores, principalmente a questão da substituição de uma pela outra (Bendala Galán, 1991b; Fuentes Domínguez, 1991, 1992; Vaquerizo Gil, 2010, p. 27; Ciattini, 2007). Tanto Cícero (*De Legibus*, II, 22 e 56) como Plínio (*Naturalis Historia*, VII, 187) afirmaram que a prática mais antiga em Roma foi a inumação. Contudo, na necrópole do *forum*, de cronologia balizada entre os séculos VIII a VI a. C., ambos os ritos coexistem (Vaquerizo Gil, 2010, p. 27).

Para alguns autores o triunfo da inumação sobre a incineração foi coincidente com a introdução de uma nova prática de enterramento, o uso de sarcófagos (Zanker, 2002, p. 63; Vaquerizo Gil, 2010, p. 28). No entanto, está ainda por esclarecer a relação do Cristianismo com esta nova prática e se, de facto, foi a introdução do uso de sarcófagos que influenciou o ritual de enterramento ou, pelo contrário, foram as crenças religiosas que alteraram o dito ritual, buscando outras formas ostentativas de depositar o corpo ditadas pela preconização de uma nova vida após a morte.

No fundo, esta noção sobre a morte, ou seja, a vida após a morte (ressurreição), não é muito diferente da pagã. Se para os últimos o corpo incinerado ressurgia como *Manes*, para os Cristãos a alma ascendia aos céus para ficar sentada à direita do Deus pai, intercedendo pelos seus descendentes. A única diferença que explica perentoriamente a necessidade da

inumação, mais que a corrupção daquilo que Deus criou, é que a alma apenas se separa do corpo após três dias. À imagem de Cristo, comprovada personagem histórica descrita no Talmude Babilónico (Blázquez Martínez, 1995a, p. 81) e ainda por Tácito (*Annales*, XV, 44), a ressurreição dar-se-á ao terceiro dia, momento em que a alma se separa do corpo (Mateus 28, 1-7; Lucas 24, 5-6; Atos dos Apóstolos 1, 3; I Carta aos Coríntios 15, 3-8), até ao qual não se deverá dissipar o cadáver.

Com efeito, acreditamos que a alteração das crenças religiosas terá despoletado o triunfo da inumação associada, numa fase inicial, ao facto de as *gens* mais abastadas procurarem outras formas de ostentar o poder e a riqueza. Assim, enterravam os seus familiares em sarcófagos de matéria-prima de qualidade, trabalhados com elaborada iconografia (Claveria Nada, 2001; Fernández Díez, 2001; Maciel, Cabral e Nunes, 2002; Rodríguez Oliva, 2002a; 2002b; 2003; Almagro Gorbea et al., 2010; García, 2012). As famílias mais desfavorecidas enterravam os seus entes em sepulturas simples, construídas com materiais mais comuns, como era o caso de *tegulae*, *laterae* e também de madeira, muitas vezes revestidas com *opus signinum* ou *opus caementicium*.

Mas se é certo que até meados do século II a incineração era padrão (Lillo Carpio, 2001-2002, p. 139), a introdução de sarcófagos dificulta o panorama interpretativo das práticas mortuárias. É extremamente difícil e arriscado, por mais aliciante que seja, afirmar que os primeiros sarcófagos com cenas pagãs corresponderam aos primeiros enterramentos cristãos (fig. 8), fortemente influenciados por uma tradição pagã preexistente. Não devemos ainda esquecer que a inumação vinha sendo praticada desde tempos remotos, como foi já esclarecido, momento em que essa prática não pode ser justificada pela inconveniência da destruição do corpo que ressuscitaria.

Acresce a esta problemática a introdução de novos cultos que complicaram ainda mais o panorama cultual romano. Com efeito, parece haver bastantes semelhanças entre alguns cultos mistéricos e o Cristianismo (Martínez Maza e Alvar Ezquerra, 1997; Blázquez Martínez, 2002), embora sempre se tenham evocado as origens judaicas para negar as heranças pagãs. O primeiro facto que nos chama a atenção é a coincidência dos mesmos áugures de possível salvação e imortalidade conseguidos através de um Deus salvador que encontra paralelo nos cultos de Ísis-Osíris (Beltrán Fortes e Atencia Páez, 1996), Mitra e Cibele-Atis (Loisy, 1919), fundamento para a prática de inumação como prolongação da vida terrena.

Fig. 8 — A colocação do corpo na pira. Cena representada em um sarcófago de terracota do século III d. C., encontrado nas proximidades da Torre dei Conti, Roma.(Disponível em: http://www.vroma.org/images/raia_images/index3.html).

Efetivamente, muitas semelhanças foram encontradas entre estes cultos. Destaca-se o facto de todos serem cultos iniciáticos celebrados enquanto mecanismo de acesso à divindade (Bousset, 1921). Forçadas ou não, e independentemente de ser possível perceber o sentido que as mesmas tiveram, muitas das analogias defendidas parecem ser quer de ordem ritual, como já vimos, quer de ordem linguística (Dieterich, 1903; Reitzenstein, 1910).

Por outro lado, fica por esclarecer o que é originalmente dos cultos mistéricos ou proveniente de um ambiente religioso geral (Martínez Maza e Alvar Ezquerra, 1997). Não devemos esquecer que quando os cultos orientais chegam ao extremo ocidente trazem já um elevado índice de mutação.

Como exemplo de «inspiração» no Cristianismo do culto mitraico, diz-nos Fírmico Materno que os unguentos com que ungem a garganta os sacerdotes de Mitra não são mais do que um plágio do crisma (*De Errore Profanarum Religionum, apud* Martínez Maza e Alvar Esquerra, 1997, p. 57). O caso mais flagrante, contudo, é a celebração coincidente entre o nascimento de Cristo e a celebração do *Natalis Solis Invicti* (Alvar Ezquerra, 1995, p. 523 e 524).

Se é relativamente fácil enquadrar num momento de transição a passagem do rito de *crematio* para o de inumação, em que os primeiros são sem dúvida pagãos, o cenário torna-se bastante mais complexo quando a inumação se encara como diferenciadora de crenças.

É a partir de meados do século II que ganha especial importância a orientação do corpo, o espólio funerário, a estrutura tumular e o memorial como definidores religiosos dos finados. Porém, mesmo quando todos estes elementos estão presentes não são garantia irrefutável da vocação do inumado.

Se alguns investigadores veem na orientação do corpo uma tendência clara de Cristianismo/paganismo, podendo defender-se que o Cristianismo no ocidente peninsular foi posterior aos cultos mistéricos (Almeida, 2009, p. 70, 2012), tal tendência não nos parece tão evidente. Tanto o Judaísmo (*Bereshit*, 3, 19), como o Cristianismo (*Génesis*, 3, 19) e talvez até o paganismo (Lillo Carpio, 2001-2002) se baseiam no princípio de que «*és pó, e pó te tornarás*». As duas primeiras religiões acreditaram que com a morte, a alma, que até então estava abrigada no corpo, iniciava a separação do mesmo, materializando-se durante o processo de decomposição. «O enterro não é para o bem dos vivos, mas sim para o dos mortos», como poderemos encontrar no Talmude (Sanhedrin 47a). Aparentemente, as religiões orientais baseavam-se, então, no princípio de ressurreição, rejeitando por completo a destruição não natural do corpo.

A simplicidade na morte, defendida pelo Cristianismo Primitivo, é algo ainda vigente no Judaísmo, estando já completamente erradicada do Cristianismo. Com efeito, a ostentação fúnebre pagã foi muitas vezes criticada, «Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora realmente parecem formosos, mas por dentro estão cheios de ossos e de toda imundícia.» (Mateus 23, 27), acabando por ser adotada pelos Cristãos e prevalecendo até aos dias de hoje.

Mas tendo em conta todas as semelhanças entre estas duas religiões e, mais ainda, a origem judaica do Cristianismo, não é fácil compreender a razão de a orientação dos corpos ser, em ambos casos, contrastante nos dias de hoje. Lembramos, neste âmbito, que:

> «Pôncio Pilatos autorizou que o seu corpo fosse entregue à família, conforme pedido feito por José de Arimateia. Então Maria, sua mãe, Tiago, o maior, juntamente

com João, Marcos, Pedro e Tiago irmão de João, desceram o corpo que estava na cruz; e as mulheres se encarregaram de preparar a balsamização de acordo com os costumes da época e da raça judaica.» (Maes, 1965, p. 264.)

Acreditamos que, a partir de determinado momento, os cemitérios foram organizados para fornecer uma maior rentabilização dos espaços, em detrimento da canónica orientação do corpo que, supostamente, só seria transgredida por enterramentos *ad sanctos*. Essa realidade é, aliás, ainda verificável nos cemitérios citadinos atuais, autênticos espaços de acumulação cadavérica de organização secularizada. É possível que esta mesma realidade possa estar presente também em necrópoles antigas, onde a densa demografia a isso obrigava.

Efetivamente, no extremo ocidente peninsular, os enterramentos cristãos parecem apresentar uma orientação maioritariamente oeste-este, variando consoante a época do ano, regida pelos mesmos princípios básicos do Judaísmo, ou seja, no dia do juízo final o corpo erguer-se-ia e caminharia em direção ao local onde o Messias ressuscitou.

Seguindo este raciocínio, supõe-se que todas as sepulturas com a mesma orientação são cristãs. Não obstante, há casos evidentes de enterramentos com práticas pagãs, como é exemplo a sepultura 8 de la Calle Molino 5 em Águilas, Múrcia (Hernández García, 1998, p. 187), onde foi documentado o rito itálico de *Porca Praesentanea*, descrito por Cícero (*De Legibus*, II, 57). Seria de supor que, neste caso, a orientação do corpo fosse o inverso à prática cristã. No entanto, apresenta exatamente a mesma orientação.

Por outro lado, as sepulturas de *mensae*, cristãs para muitos investigadores (Almeida e Paixão, 1978; Hernández García, 1998; Jensen, 2008), apresentam a mesma orientação que é a norma nessa religião, como é o caso da sepultura 9 de la Calle Gloria 19, em Águilas, Múrcia (Hernández García, 1998, p. 196), da sepultura 19 da Calle Lucano 7-9 de Córdoba (Molina Expósito e Sánchez Ramos, 2002-2003, p. 374) ou ainda a sepultura de *mensa* semicircular encontrada na Calle Marquesa de Pinares, em Mérida (Méndez Grande, Ojeda Zarallo e Abad Alonso, 2004). Acrescem a estas outras que parecem seguir o mesmo padrão. É o caso das sepulturas de *mensae* de Troia (fig. 9) (Almeida e Paixão, 1978), de Mérida (Mateos Cruz, 1993) ou de Pupput (Abed e Griesheimer, 2001).

Fig. 9 — Distintos tipos de sepulturas de mensae de Troia, Setúbal (Almeida e Paixão, 1978, p. 330, foto 4).

No último caso, além de os memoriais serem tipologicamente distintos, apresentam orientações díspares e, muitas delas, até perpendiculares. Este é um exemplo evidente de que a gestão dos espaços da morte obrigava muitas vezes a efetuar enterramentos com orientações completamente distintas (fig. 10).

Além do que foi já avançado, o astro solar pode estar na base da maioria dos enterramentos enquanto ferramenta de orientação e/ou de veneração. Este fenómeno pode justificar uma certa discrepância na orientação das sepulturas efetuadas em momentos distintos do ano, complexificando consideravelmente a leitura que se obtém dessas orientações. Por outro lado, sabemos que muitos enterramentos não seguiram esse critério, apresentando orientações que nada têm que ver com a luz solar, como é o caso dos enterramentos *ad sanctus*.

Fig. 10 — Necrópole romana de Pupput, zona centro vista de Sul (Abed e Griesheimer, 2004, p. 6, fig. 1).

Mas se os tipos de exéquias antes descritos, as *mensae*, seguem os padrões formais cristãos, o mesmo não se pode afirmar sobre os rituais praticados sobre alguns deles. É consensual que a cobertura de tipo *mensa*, principalmente aquela em forma de sigma, estava destinada a receber o banquete fúnebre (Mateos Cruz, 1993; Hernández García, 1998) realizado em momentos deliberadamente estipulados (*Silicernium*, *Cena Novendiales*, *Lemuria*, *Parentalia*, *Rosalia*), considerados ímpios pela cristandade. Relembramos os cânones resultantes de muitos dos concílios celebrados e já abordados, destacando-se os bracarenses.

Verificamos, assim, que, neste período, não parece haver um padrão na orientação do cadáver, a qual depende de muitos fatores e se rege por distintos critérios. Conclui-se que as condicionantes são demasiadas para que possamos ter a orientação do corpo como tendência cultual. O estatuto social, a tradição familiar, o mero gosto pessoal ou, ainda, o tipo de óbito influenciavam todo o processo do *funus*. Aliás, ainda nos dias de hoje poderemos encontrar disposições de cadáveres que não obedecem ao padrão de qualquer religião. Até há bem pouco tempo os suicidas recebiam um tratamento diferente de qualquer outro crente na disposição do corpo, tanto espacialmente no cemitério, como na sua orientação. Como vimos, esta realidade acontecia também em época romana, sendo os indigentes, condenados e crucificados os principais alvos de práticas diferenciadas (Lindsay, 2000).

Em qualquer período encontramos um elevado número de sepulturas com uma orientação oposta àquela que tem por princípio a ressurreição. Associar tal realidade a um qualquer culto pagão, como é o caso do mitraísmo (Muñiz Jaén e Bravo Carrasco, 2000, p. 126; Almeida, 2009, p. 70), é sempre demasiado arrojado, expondo-nos a demasiadas contradições fáceis de rebater.

Sobre o mitraísmo, aquele que parece ser o primeiro testemunho arqueológico deste culto dentro das fronteiras do Império Romano, um relevo tauróctono consagrado por *Alcimus* (Turcan, 1993, p. 33), foi datado de início do século II. No entanto, *Publius Papinius Statius*, poeta latino, fez referências a este culto oriental em momento anterior, mais precisamente no último quartel do século I (*Thebais*, I, p. 719 e 720).

O culto de Mitra está estreitamente relacionado com o astro solar, embora de forma ambígua. Identifica-se com o Sol, mas não é o Sol. Embora o título *Invictus* demonstre tal conotação, alguns investigadores comprovaram que nem todas as inscrições que

apresentem o termo *Invictus*, sem que tenha o nome da divindade associado, remetem para o culto a Mitra (Cumont, 1929; Halsberghe, 1974; MacDowall, 1979). Na Lusitânia, conhecem-se inscrições contendo este termo em Mérida, onde aliás foi identificado um *mithraeum* (Paris, 1904; Edmondson, 2009), em Astúrias (García Martínez, 1995-1997) e também em Beja (Lambrino, 1954; Dias, 1981). Refira-se ainda outro achado em Tarraco (Tarrats Bou, Remolà Vallverdú e Gil de Montes, 2007).

Este culto baseia-se, no que à morte diz respeito, no princípio de que a divindade acudiria à alma dos fiéis iniciados que tinham vivido segundo os preceitos da divindade, que seria guiada pela própria divindade na ascensão à luz infinita (Campos Méndez, 2007, p. 98), o Sol.

Com o que foi sinteticamente exposto, importa colocar algumas questões que pretendem demonstrar que, com efeito, é extremamente difícil associar orientações de corpos a cultos específicos. Antes de mais, sendo o mitraísmo um culto iniciático e isotérico (Alvar Ezquerra, 1995; Kaminski, 2008), estando frequentemente vinculado aos exércitos (Alvar Ezquerra, 1995, p. 512), está por comprovar o género dos cadáveres que apresentam uma orientação que poderá remeter para este culto (Muñiz Jaén e Bravo Carrasco, 2000; Almeida, 2009), tendo igualmente em consideração a elevada restrição, por exemplo, a mulheres.

Por outro lado, relembrando que Mitra guiaria as almas na ascensão à luz infinita, estranhamos que a orientação não seja a mesma que a verificada no Judaísmo e no Cristianismo, religiões também sustentadas pela ressurreição. Se a orientação fosse contrária àquela que é proposta (Muñiz Jaén e Bravo Carrasco, 2000, p. 126; Almeida, 2009, p. 70), o corpo ao erguer-se estaria virado para a luz (nascente) e poderia ser encaminhado em direção a ela, tal como profetisa o culto. No caso cordubense da zona funerária de El Ruedo (Muñiz Jaén e Bravo Carrasco, 2000), devemos admitir, contudo, que os autores não relacionaram tal prática com o mitraísmo em concreto, vinculando apenas tal orientação a práticas pagãs de carácter ancestral.

Sobre a associação de sepulturas escavadas na rocha a este culto (Carvalho, 2009), parece ainda mais problemática tal conjetura, não tendo, em nosso entender, qualquer sustentação possível. Além de as orientações serem maioritariamente canónicas, a cronologia apontada para algumas, senão para a maioria, extravasa completamente o período em que o culto a Mitra terá prevalecido.

Refira-se ainda que, embora este culto mistérico possa ter tido grande difusão pelo império, verifica-se maioritariamente nas grandes cidades e em locais de considerável presença militar (Alvar Ezquerra, 1995, p. 512), onde a epigrafia, datada quase exclusivamente do século II, momento em que este culto estaria ainda em expansão, constitui o principal argumento da sua difusão que, como vimos já, nem sempre poderá remeter para esta divindade.

No final do século III, as áreas sepulcrais continuavam a seguir os padrões tipicamente romanos, localizando-se junto a vias ou próximas de áreas industriais, como é o caso de Troia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994). No entanto, esta localização começa a mudar progressivamente. A consolidação do rito de inumação, que ainda coexistia com o de incineração, como está comprovado em Córdoba (Vargas Cantos e Gutiérrez Deza, 2004, p. 309-328; Vaquerizo Gil, Garriguet Mata e Vargas Cantos, 2005), em Lisboa (Silva, 2005, p. 42 e s.) ou em Braga (Braga, 2010), obrigou a uma crescente necessidade

de mais e maiores espaços fúnebres e também à criação de novos contentores mortuários (Sánchez Ramos, 2007, p. 192). Embora o último não fosse obrigatório, uma vez que o Cristianismo proclamava a simplicidade servindo simples fossas abertas no subsolo, o mesmo não se pode dizer das áreas cemiteriais.

Ainda que esta realidade não seja linear, esta crescente necessidade de maiores áreas funerárias, aliada à retração das áreas urbanas observada neste período, facilitou a aproximação das necrópoles às cidades, preenchendo áreas que antes estavam ocupadas pelos vivos (Sánchez Ramos, 2007) e que haviam sido, entretanto, abandonadas. Pontualmente, esta realidade poderá originar casos excecionais em que o mundo dos vivos e o mundo dos mortos se aproximam significativamente, como parece ser o caso de Santa Caterina, em Barcelona (Aguelo et al., 2005, p. 23), potenciada pela crescente necessidade de áreas cemiteriais de maiores dimensões.

Mas se os enterramentos executados a partir de meados/final do século III estavam, muitas vezes, descentralizados das principais necrópoles altoimperiais, também podemos encontrar, com frequência, espaços *ex-novo*, instalados em áreas onde não se verificavam quaisquer vestígios ocupacionais anteriores. Tal situação pode ser observada na área setentrional e ocidental de Córdoba (Sánchez Ramos, 2007, p. 192), onde se criaram novos espaços destinados a receber os mortos.

Estas novas necrópoles tardo-romanas, a serem de fundação cristã, poderão estar de alguma forma relacionadas com o culto aos mártires, quando implantadas em áreas onde ocorreram cenários de martírios. Lembramos, neste âmbito, a sobejamente conhecida Basílica de *Tarraco* (Godoy Fernández, 1994, p. 183; 2008; Macias Solé, 2008; Macias Solé e Remolà Vallverdú, 2000), implantada sobre a arena do anfiteatro, e ainda a possível construção funerária, datada entre os séculos V e VI, detetada também na arena do mesmo edifício, em Córdoba (Sánchez Ramos, 2007, p. 197), onde, presumivelmente, Santo Acisclo poderá ter sido martirizado (Santos Gener, 1955, p. 33; Ventura Villanueva, 2004, p. 73).

Paulatinamente, a partir do século VI, a paisagem suburbana das cidades voltaria a mudar substancialmente, paralelamente à rede de ocupação dos territórios e da transformação da cultura material (Macias Solé et al., 2008). As áreas funerárias de tradição alto-imperial desapareceram por completo até este momento, o que se justifica por uma sociedade maioritariamente cristã (Edmondson, 2004). Esta nova crença legitimava uma nova postura perante a morte que, embora já manifesta no rito de inumação, se expressava agora com mais evidência com os enterramentos efetuados em locais de culto ou muito próximo destes (Amo Guinovart, 1979; Nolla Brufau e Aquilé Abadías, 1999; Mateos Cruz, 1999; Barragán Valencia, 2006), criando-se a imagem do cemitério cristão que duraria quase até aos nossos dias. Efetivamente, até há bem pouco tempo, os enterramentos efetuavam-se em redor das igrejas, realidade com maior visibilidade em meio rural. Só muito recentemente se restringiram tais enterramentos, passando a efetuar-se em espaço *ex-novo* e separados dos edifícios religiosos (Lei dos Cemitérios, 1843).

Curioso é observar que, embora se tenham abandonado áreas funerárias originalmente pagãs, se abandonaram automaticamente áreas funerárias que haviam recebido os primeiros Cristãos. Questionamo-nos sobre o motivo que fundamentou este abandono, não sendo possível determinar se tal situação decorreu do facto de os primeiros Cristãos, ainda que sendo inumados, tenham continuado a usar ritos e rituais pagãos, sepultados em áreas também pagãs, como parece ser o caso de Córdoba (Sánchez Ramos, 2006,

p. 194). É evidente que os grandes responsáveis por este abandono foram os já antes aclarados, justificando, em muitos casos, a trasladação dos espaços da morte para o interior das cidades.

Outra realidade contrastante entre os enterramentos dos séculos IV-V e os dos séculos VI-VII corresponde ao tipo de estrutura tumular. Se no primeiro momento reconhecemos a predominância de enterramentos em estruturas negativas simples (*fossae*), cobertas com *tegulae*, quer em telhado de duas águas ou com tampa plana, em ânforas (Pereira e Albuquerque, 2018) e ainda em sarcófagos simples, no segundo momento proliferam estruturas em caixa, elaboradas das mais diversas maneiras (Sánchez Ramos, 2006, p. 200). Os sarcófagos foram dos poucos contentores funerários que continuaram a ser utilizados (Deus, Oliveira e Duarte, 2004), por vezes ostentando motivos decorativos claramente cristãos (Sotomayor Muro, 1973, 1975, 2000).

Sobre os espaços de frequentação das necrópoles ou os memoriais utilizados, a análise complica-se substancialmente. A escavação de necrópoles, maioritariamente em âmbito de trabalhos de emergência, implica que, aquando da identificação, os níveis de frequentação cemiteriais tenham já sido praticamente destruídos. O facto de estes níveis serem extremamente difíceis de identificar está comprovado pela deteção das necrópoles romanas apenas quando as sepulturas se revelam.

O espólio funerário, se antes era praticamente inexistente, continua a ser bastante escasso. Com efeito, esta era uma das máximas do Cristianismo: despojar o homem de quaisquer luxos. Mas ainda que escasso, o espólio funerário agora é mais expressivo (séculos VI/VII), pelo menos na área de influência Bizantina (Pereira, 2012-2013). Os jarros de cerâmica manual parecem generalizar-se, como é o caso da necrópole da Marateca (*ibidem*) (fig. 11), ou ainda na área funerária do Montinho das Laranjeiras (Coutinho, 2007), denotando-se também uma maior presença de objetos de adorno pessoal (López Requena e Barroso Cabrera, 1994; Carmona Berenguer, 1991), que parecem corresponder mais a adereços de uso quotidiano.

Parece ainda evidente que durante a Tardo-Antiguidade a prática de banquetes funerários caiu em desuso, uma vez que estes eram vedados, sistematicamente, pelos Cristãos, assim como parece desaparecer a elaboração de pinturas em memoriais funerários (Molina

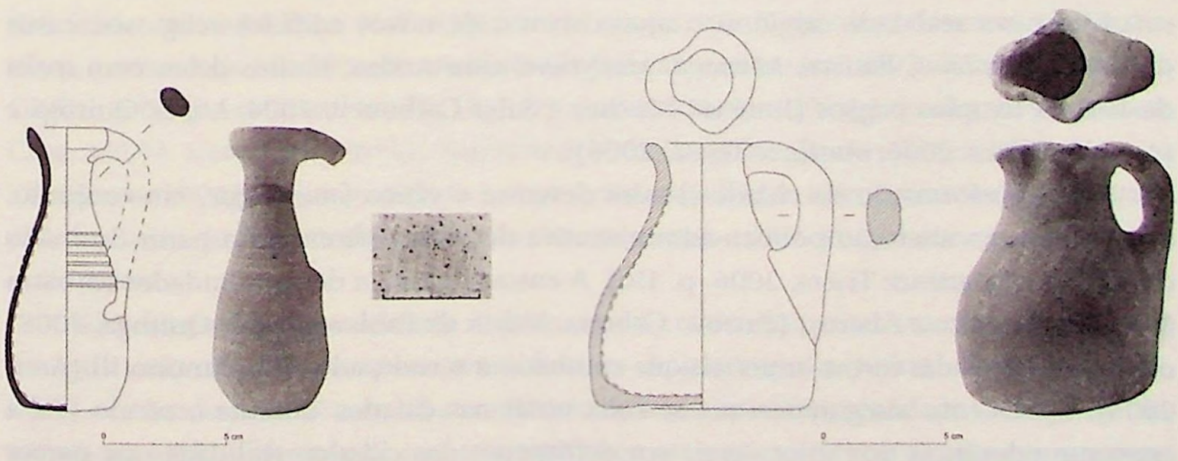


Fig. 11 — Dois dos jarros mais comuns nas necrópoles da Antiguidade Tardia no extremo sul da Lusitânia (Pereira, 2012-2013, p. 251-253, Lám. 10 e 12).

Expósito e Sánchez Ramos, 2002-2003; Méndez Grande, Ojeda Zarallo e Abad Alonso, 2004; Mateos Cruz, 1993; Almeida e Paixão, 1978). De referir ainda, que é neste período que as inumações múltiplas se generalizam, salvo algumas ocorrências excecionais, como é o caso de Cortes Pereira, em Alcoutim (Encarnação, 1984a, p. 149 e 150), onde na ara aí encontrada se indica a realização de dois enterramentos, efetuados, possivelmente, no mesmo momento, ou o da recente necrópole escavada nos arredores da cidade de Faro. Porém, nestes casos parece mais correta a denominação de enterramentos coletivos.

Já as inumações múltiplas foram realizadas em momentos distintos, estando, na maior parte delas, o primeiro corpo completamente consumido, sendo então os seus restos ósseos arrastados para uma das extremidades (Rocha, 1896, p. 71; Fernández López et al., 2004, p. 760 e 761; Pereira, 2012-2013). Mas também está documentada a sobreposição de corpos (*ibidem*), caso em que, supomos, o primeiro ainda não se havia decomposto quando era colocado o segundo.

«Depois de o haver sepultado, disse a seus filhos. Quando eu morrer, sepultai-me no sepulcro em que o homem de Deus está sepultado; ponde os meus ossos junto aos ossos dele.» (1Reis 13, 31). Situação que foi particularmente estimulada pelo Cristianismo.

Geralmente, estes enterramentos, mais tardios, acompanhavam estruturas cultuais cristãs. Efetivamente, foi o Cristianismo o elemento definidor e proporcionador de uma paisagem funerária diversa e mais complexa (García Moreno, 1977-1978; Godoy Fernández, 1994; López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1995-1996; Gurt i Esparraguera, 1995, 2000-2001; Arce, 2003; López Quiroga 2004; Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e López Quiroga, 2005; Sánchez Ramos, 2006, p. 179), caracterizada por uma completa rutura com a tradicional separação do mundo dos vivos e dos mortos.

Mas a mudança topográfica da *civitas* parece ter-se iniciado em final do século IV, desenvolvendo-se maioritariamente durante o século seguinte. Paralelamente, a cidade passa a ter um carácter cada vez mais contributivo e fiscal em detrimento do anterior carácter político e lúdico (Martínez Tejera, 2006, p. 109).

O decair da atividade política, associado à degradação da legislação que obrigava à conservação dos monumentos públicos, a partir de 425, conduziu à paulatina degradação dos espaços públicos urbanos. Estes espaços começaram a ser invadidos por privados, transformando-se em habitações, centros de produção artesanal, locais de encontro de cristãos ou mesmo igrejas, ou foram simplesmente abandonados.

Esta nova realidade originou o aparecimento de novos edifícios religiosos, casos de *Domus Orationis*, *Basilica*, *Memoria*, *Martyrium*, construídos, muitos deles, com *spolia* de antigos templos pagãos (Jiménez Sánchez e Sales Carbonell, 2004; López Quiroga e Martínez Tejera, 2006; Martínez Tejera, 2006).

Esta transformação da cidade clássica deveu-se a vários fatores que, em conjunto, culminaram na alteração político-administrativa de toda a península a partir do início do século V (Martínez Tejera, 2006, p. 110). A entrada pacífica de comunidades bárbaras (Suevos, Vândalos e Alanos) (Barroso Cabrera, Morín de Pablos e López Quiroga, 2008) como auxiliares das forças imperiais que combatiam o usurpador Constantino III (Arce, 2006), a crescente insegurança que se fazia notar nas cidades, durante o século V, e a crescente relevância dos sítios rurais em detrimento das cidades, realidade que parece verificar-se no Algarve, são alguns dos fatores que contribuíram, de forma definitiva, para essa transformação.

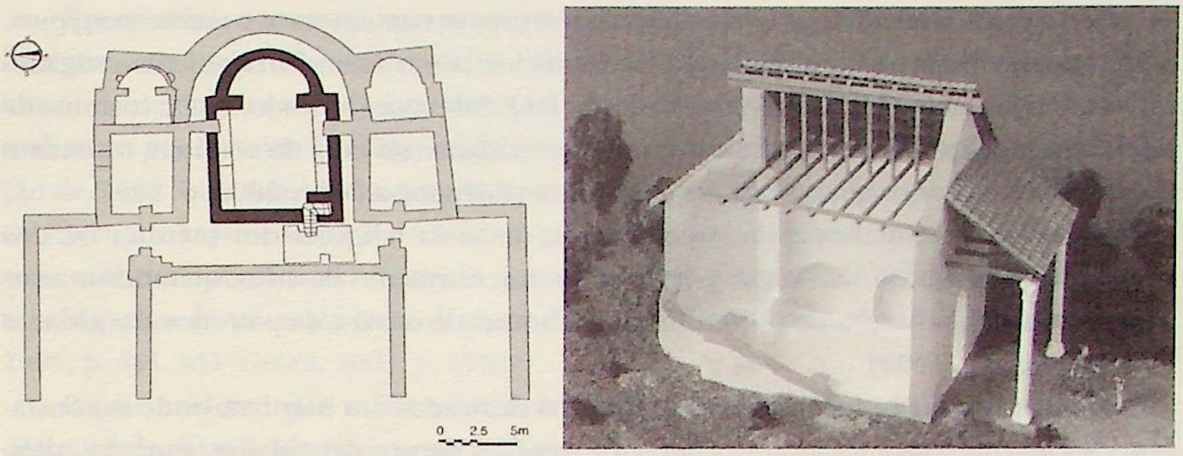


Fig. 12 — *Martyrium* de Santa Eulália, Mérida, e reconstituição ideal do edifício (Mateos Cruz e Caballero Zoreda, 2003, p. 83, n.º 17; Arce, 2003, p. 127, fig. 2).

Sabemos pouco sobre os parâmetros litúrgicos dos primeiros edifícios cristãos (séculos IV e V) cujos restos chegaram até aos nossos dias. Mas estes são os contextos arqueológicos que mais têm contribuído para o conhecimento destes edifícios, não se conhecendo, até ao momento, qualquer fonte escrita que trate sobre as suas funções (Martínez Tejera, 2006, p. 111). Foi a partir do século VI que passámos a dispor de um maior leque de informação escrita sobre os referidos edifícios (Blázquez Martínez, 1967, 1977; Pinell Pons, 1978; Díaz e Díaz, 1973; Sotomayor Muro, 1982).

Não obstante, foi já constatado que a arquitetura cristã dos séculos IV e V parece estar diretamente relacionada com uma função estritamente funerária (Graen, 2005), com o culto aos mártires e às suas relíquias (Martínez Tejera, 2006), que, já com Constantino I, haviam alcançado um importante valor profilático ou apotropaico (Rordorf, 1972; Pietri, 1985-1987; Saxer, 1991; Godoy Fernández, 1998).

Efetivamente, a constituição de Magno Máximo, em 386 (Buenacasa Pérez, 2003, p. 125), ordenava que os mártires fossem devidamente honrados no local da sua sepultura, erigindo-se-lhes o respetivo *Martyrium*.

Esta realidade potenciou a proliferação deste tipo de monumentos. No entanto, os patrocínios não eram fáceis de resolver ao qual acresce o facto de o ocidente dever ser deficitário em mártires e mais ainda em relíquias. Na Hispânia, contamos com raros casos, como o de São Vicente em Valência (Llobregat Conesa, 1977; Soriano Sánchez, 2000a, 2000b) e de Santa Eulália (fig. 12) em Mérida (Recio Verganzones, 1995; Mateos Cruz, 1999), além do já referido Santo Acisclo de Córdoba (Santos Gener, 1955; Ventura Villanueva, 2004). Talvez possamos somar a estes a realidade recentemente documentada nos arredores de Faro, evidenciada por enterramentos *ad sanctos*, sobre o qual falaremos mais adiante.

Não devemos esquecer, neste âmbito, que a construção cristã era um esforço enorme para uma religião que começava a dotar-se de património (Martín González, 2006, 2011), contando para tal com a benevolência dos seus fiéis. Esta atividade indulgente não parece ser muito diferente da romana, verificada até então. Trata-se de atos muitas vezes entendidos como propaganda e autopromoção (Consolino, 1989), aos quais a igreja, convenientemente, se acostumou.

Certo é que nos edifícios dedicados aos mártires se comemorava o *natalis martyrium*, celebrado mediante oblações, banquetes e sacrifícios, como defendem alguns investigadores, nomeadamente Martínez Tejera (2006, p. 111). Sabemos, contudo, que o costume de celebrar banquetes funerários foi suprimido no ocidente até final do século IV, momento em que somente permanecia no Norte de África (Buenacasa Pérez, 2003, p. 129).

A prática de enterramentos privilegiados, junto às relíquias dos mártires ou dos próprios, surgirá num momento posterior ao anteriormente descrito, quando os mártires assumiram a função de protetores da comunidade cristã e de patronos das cidades (Vilella Masana, 1992).

No que respeita à localização dos edifícios dedicados aos mártires, onde se constatam os enterramentos *ad sanctos*, poder-se-á verificar dentro das cidades, situação, aliás, idêntica às *ecclesiae*, comprovada pelo Cânone V do I Concílio de Toledo (397-400) (Vives Gatell, Marín e Martínez Díez, 1963, p. 21; Puertas Tricas, 1975, p. 108, 1999-2000).

Na parte oriental do império, foi promulgada uma lei, em 381, que proibia este tipo de enterramentos no interior das cidades (Buenacasa Pérez, 2003, p. 131). Esta comprova que havia ainda uma clara preocupação em separar o mundo dos vivos do mundo dos mortos e, por outro lado, testemunha também que nesta parte do império existiam mártires que atraiam os enterramentos *ad sanctos*.

Na Hispânia, esta realidade é constatada mais evidentemente a partir do I Concílio Bracarense (561), mais concretamente pelo cânone XVIII, onde se decretava que não se concedesse sepultura aos cadáveres no interior das Basílicas dos Santos (Vives Gatell, Marín e Martínez Díez, 1963, p. 75). No entanto, como foi já avançado (Martínez Tejera, 2006, p. 112), ainda que este cânone proibisse, veementemente, o sepultamento no interior das paredes das *ecclesiae sanctorum*, não o impede, contudo, no exterior destes edifícios, em seu redor. Como sabemos, até há bem pouco tempo esta tradição manteve-se, existindo ainda muitas Igrejas onde se constata o sepultamento no seu entorno.

O que o cânone do Concílio Bracarense tenta proibir são, portanto, os enterramentos privilegiados *ad sanctos* no interior de edifícios urbanos (Martínez Tejera, 2006, p. 112), perdendo efeito a separação entre dois mundos contrastantes. Por este motivo, na Hispânia do início do século VI, este tipo de inumações ainda se verificava (Martínez Tejera, 1993, p. 164-170; Martínez Tejera, 2006, p. 112).

Mas esta arquitetura religioso-política foi precedida por outra (Martínez Tejera, 2010), idêntica e quiçá não muito anterior, localizada nos *suburbia*, onde se erigiram *Martyria* e *Monumenta* com um forte carácter funerário comemorativo (Martínez Tejera, 2006, p. 116). Rapidamente se associaram a estas edificações autênticos espaços da morte, muitos deles com evidentes práticas *ad sanctos*. Importa salientar que nem sempre os edifícios foram os primeiros a ser erguidos. Em muitos casos, senão na maioria, verifica-se primeiro a existência de enterramentos *ad sanctos*, testemunho da existência de culto ao mártir, seguindo-se-lhes a construção de um edifício.

Embora saibamos que muitos se perderam da memória humana, sendo exemplo a necrópole do Amendoal, que não teve continuidade, estes locais adquiriram importantes construções cultuais que lhes permitiam alcançar um grau de importância elevado, convertendo-se em importantes centros religiosos de ampla reputação. Já referimos que foi durante o século IV que se desenvolveu, exponencialmente, o culto aos mártires, em âmbito suburbano.

É possível que esta realidade possa ser aplicada ao caso algarvio da Quinta de Marim. Efetivamente, foram aí documentados vários edifícios (Veiga, 1883, 1885), que, embora inicialmente possam ter tido um carácter eminentemente funerário (Graen, 2005, 2007), acabariam por adquirir um valor religioso que possivelmente concedeu ao sítio a designação de *Statio Sacra* referida nas fontes escritas, como é o caso da *cosmographia* do Anónimo de Ravena, e representada na *Tabulae Peutingeriana* (*apud* Graen, 2007, p. 276). Alguns autores têm proposto uma origem do nome durante a Antiguidade Tardia ou época Bizantina, suportando-se na ausência deste no Itinerário de *Antoninum* (Trovar, 1976; Alarcão, 2005, p. 301-303; Graen, 2007, p. 276).

Parece evidente que todos estes dados estão em conformidade com o que vimos descrevendo. Mas é principalmente a análise dos edifícios aí documentados que permite dar consistência a esta hipótese. Desde logo é evidente a localização suburbana do sítio, a meia distância entre a cidade de *Balsa* (Torre d'Ares, Tavira) e *Ossonoba* (Faro) (fig. 13). Por outro lado, podemos comprovar a existência dos primeiros edifícios funerários monumentais que, construídos enquanto o local era uma *villa*, acabariam por marcar a paisagem da região até à viragem do século III para o século IV. Se este edifício foi construído para receber as urnas cinerárias dos proprietários (Graen, 2005, p. 268 e s.) em momento bastante anterior (fig. 14), já o edifício que foi construído e adossado ao primeiro, descrito como Mausoléu 1 (Graen, 2005, p. 259 e s.), insere-se perfeitamente no período de mudança teológico-político referido por Martínez Tejera (2006).

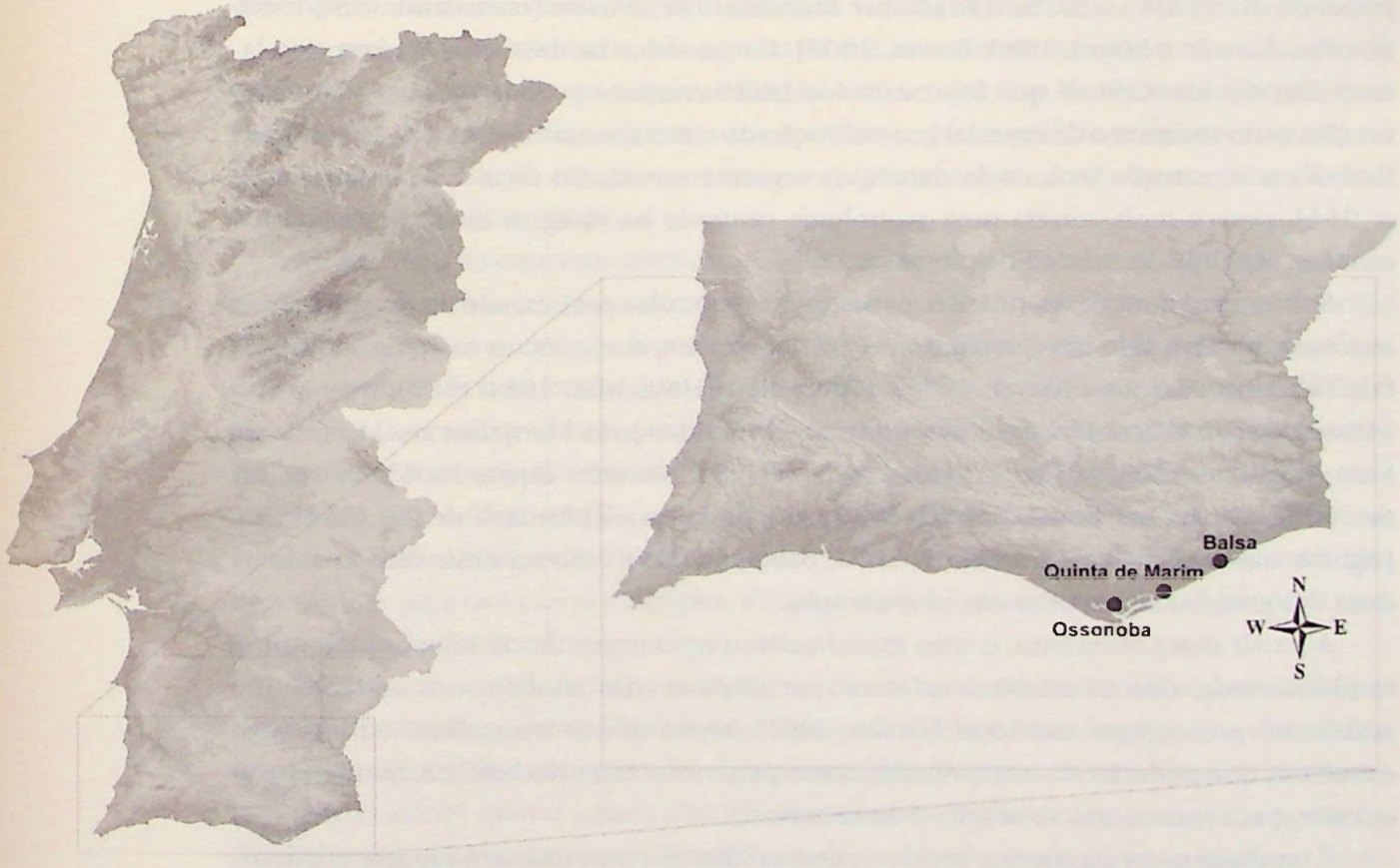


Fig. 13 — Localização da Quinta de Marim, a meio caminho entre as duas principais cidades algarvias. Cartografia do autor. Mapa de base: MDT com espaçamento de 50 m à escala 1:50 000.

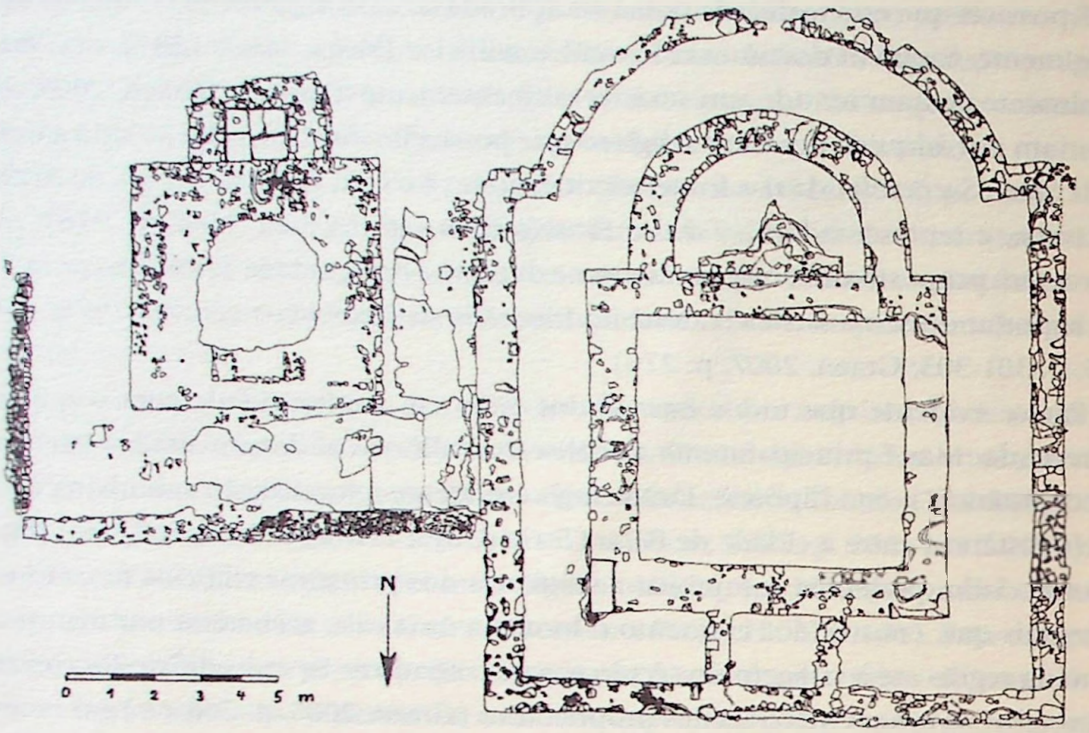


Fig. 14 — Edificação correspondente a um provável mausoléu alto-imperial, Quinta de Marim (Graen, 2005, p. 260, fig. 2).

Não há argumentos absolutamente evidentes que comprovem que este edifício correspondeu a um monumento funerário (Mateos Cruz, 2003; Graen, 2005), o mesmo se podendo dizer para a outra função sempre avançada: a de *templum* (Hauschild, 1984-1988; Étienne, Alarcão e Mayet, 1989; Bowes, 2006). Os paralelos também não ajudam a esclarecer esta dúvida. Certo é que foi construído imediatamente ao lado de outro com essa função, num momento de especial generalização do culto aos mártires, ou seja, o século IV. Embora a construção tenha sido datada da segunda metade do século III (Graen, 2005, p. 264), parece mais correta uma cronologia centrada na viragem do século III para a centúria seguinte ou mesmo de pleno século IV.

Sobre a sua função, as dúvidas persistem, provocadas pela existência de edificações análogas que têm sido interpretadas quer como *templum*, como são os casos de São Cucufate (Étienne, Alarcão e Mayet, 1989) e de Milreu (Hauschild, 1984-1988), quer como Mausoléu, como acontece com as estruturas absorvidas pelo *Martyrium* ou *Memoria* de Santa Eulália em Mérida (fig. 15) (Mateos Cruz, 1993; Martínez Tejera, 2006), na Basílica de São Sebastião, em Roma (Tolotti, 1982), ou ainda na *villa* romana de Los Castillejos (Aguilar Sáenz, Guichard e Lefebvre, 1993; Bassani, 2005), embora neste último sítio as duas designações sejam tidas em consideração.

A partir deste momento, o sítio experimentou uma importância religiosa relevante, fundamentada, não só na nomenclatura que adquire, mas também nos edifícios que acabariam por equipar este local (Graen, 2007), sejam outros mausoléus, ou inclusive estruturas que poderão ser interpretadas como pertencentes a uma basílica, mantendo-se em uso, pelo menos, até ao século VI ou mesmo VII.

É também neste momento, século IV, que as *villae* se convertem em espaços cristianizáveis (Martínez Tejera, 2006, p. 117). Talvez por este motivo assistimos à construção de uma série de equipamentos análogos aos verificados na Quinta de Marim. Referimo-nos

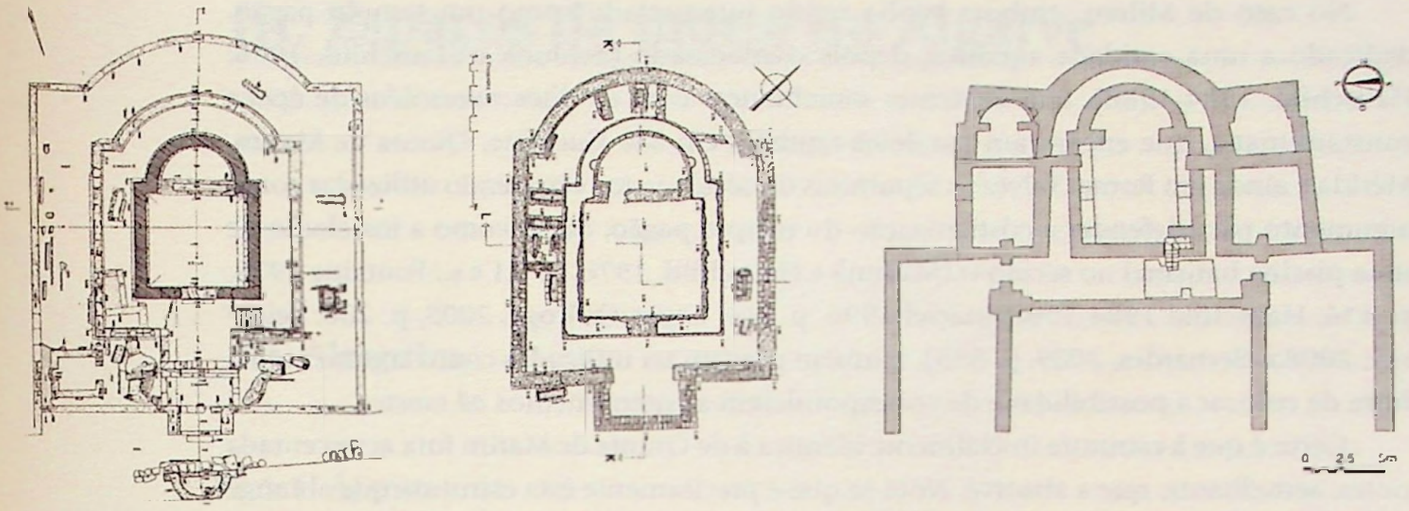


Fig. 15 — Edifícios citados que vêm sendo utilizados como argumento, tanto para defender a funcionalidade de mausoléu, como de templo: Milreu (Hauschild, 1984-1988), São Cucufate (Alarcão, Etienne e Mayet, 1995, Estampa II) e Santa Eulália (Mateos Cruz e Caballero Zoreda, 2003, p. 83, n.º 17).

concretamente aos casos de Milreu (Hauschild, 1984-1988) e também de São Cucufate (Étienne, Alarcão e Mayet, 1989).

Talvez estes edifícios, de dúbia funcionalidade, sejam, precisamente, reflexo da igreja hispânica da primeira metade do século IV, que estava em pleno processo de formação e consolidação, realidade espelhada também na fragilidade e insegurança ideológica (Martínez Tejera, 2006, p. 117). Neste sentido, podemos admitir que estes edifícios poderão ter desempenhado as duas funções (Aguilar Sáenz, Guichard e Lefebvre, 1993).

No que respeita às cidades, são poucas as que neste momento cumprem a função de sedes episcopais com equipamentos edilícios. Este seria o caso de *Ossonoba* que, embora fosse já sede episcopal, desconhecemos se contaria com um edifício religioso. Importa referir, contudo, que nada conhecemos destes equipamentos até ao momento (Castellanos, 1999; Román Punzón, 2004).

Assim, além da crescente cristianização das elites rurais (Palol, 1977-1978), também nas cidades se assistia a uma crescente evangelização, mesmo naquelas que eram já sedes episcopais, como é o caso de *Augusta Emerita* (Mateus Cruz, 1993). Aí encontramos um dos *Martyria* mais bem conhecidos da Península Ibérica, o de Santa Eulália (Caballero Zoreda e Mateos Cruz, 1995; Mateos Cruz, 1999; Caballero Zoreda, 2003), construído no século IV e reformado durante a centúria seguinte. Segundo algumas interpretações avançadas, este edifício unificou simultaneamente o culto eucarístico e o das relíquias (Martínez Tejera, 2006, p. 119). Efetivamente, parece evidente que esta possa ser a realidade a apontar para os casos portugueses, de que vimos falando, com especial destaque para o da Quinta de Marim.

O caso mais recente de leitura e interpretação de uma estrutura similar, suportada por escavações metódicas, é o da Plaza Antoni Maura de *Barcino*, onde se colocou a descoberto um Mausoléu familiar de uma *villa* suburbana (Ripoll López, 2001). O edifício mostra uma planta inicial similar àquela identificada nos sítios anteriormente referidos, contudo, parece ter sido continuamente reformulada, o que alterou o seu aspeto primitivo, característico dos grandes mausoléus de época constantiniana (Fontaine, 1978, p. 437; López Quiroga, 2005, p. 220; López Quiroga e Bango García, 2005-2006).

No caso de Milreu, embora venha sendo interpretado como um templo pagão, dedicado a uma entidade aquática, depois cristianizado (Schlunk e Hauschild, 1978; Hauschild, 1984-1988), tem evidentes semelhanças com os ditos mausoléus de época constantiniana, que encontram paralelos também em São Cucufate, Quinta de Marim, Mérida e ainda em Roma. Talvez as sepulturas do século v que vêm sendo utilizadas como argumento para defender a cristianização do templo pagão, assim como a instalação de uma piscina batismal no século vi (Schlunk e Hauschild, 1978, p. 111 e s.; Fontaine 1978, p. 436; Hauschild 1984-1988; Maciel 1996, p. 114; López Quiroga, 2005, p. 206; Teichner, 2008a; Bernardes, 2009, p. 333), também possam ser utilizadas como argumento na hora de colocar a possibilidade de corresponderem a enterramentos *ad sanctos*.

Certo é que à estrutura inicialmente idêntica à de Quinta de Marim fora acrescentada outra, semelhante, que a absorve. Note-se que é precisamente esta estrutura que abrange a maior parte das sepulturas, a piscina batismal e ainda o pequeno mausoléu/oratório (Bernardes, 2009, p. 334), que mais não é que a cópia do edifício primitivo.

A mesma realidade pode ser extrapolada para o caso de São Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, 1995; Maciel, 1996, p. 115). As diferenças verificadas entre as duas plantas, sendo a de Milreu a mais complexa, poderão ser resultado da maior longevidade de utilização do segundo edifício. Lembramos que a *villa* romana de São Cucufate apresenta uma datação de abandono em torno a meados do século v (*ibidem*). Infelizmente, os manuscritos de Estácio da Veiga, que resultariam no quinto volume das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, não contemplam a Quinta de Marim. No entanto, há dados que permitem supor a continuidade da ocupação, embora ligeiramente deslocada do espaço onde se encontram os edifícios referidos (Graen, 2007).

É evidente, à luz desta discussão, que muito está ainda por conhecer sobre a cristianização do mundo clássico. É também claro que não devemos deixar de colocar todas as possibilidades possíveis na leitura de dados antigos e recentes.

Estes dados vêm confirmar hipóteses já avançadas, que defendem que a mais antiga arquitetura cristã da Hispânia serve propósitos funerários (Martínez Tejera, 2006, p. 130), embora paralelamente saibamos por fontes escritas que a mesma arquitetura esteve ao serviço do culto eucarístico.

Infelizmente, não se sabe quantos destes edifícios são originários de um culto aos mártires. Nem todos os cultos desta categoria originaram construções edilícias, e nem todas as construções de edifícios aos mártires se mantiveram em uso contínuo. Uma das poucas exceções é o caso de Santa Eulália, em Mérida. A maioria destas estruturas, cuja cronologia não ultrapassa o século v, apenas se pode denominar de mausoléu ou *memoria*, presumidamente cristã.

A arquitetura cristã dos séculos iv e v poder-se-ia denominar, assim, de uma arquitetura tardo-romana que se tenta adaptar a uma nova ideologia, mas que, simultaneamente, se tenta desprender das raízes pagãs, traduzindo-se numa arquitetura funerário-cultual, ligada ao *habitat*.

III. Espaços da morte no Algarve

3.1. Alcoutim

3.1.1. Álamo

O Álamo (CNS 5303), em Alcoutim (fig. 16), é um dos sítios conhecidos há mais tempo neste concelho algarvio. Efetivamente, foi um dos primeiros locais a ser intervencionado por Estácio da Veiga, no ano de 1877, a par do Montinho das Laranjeiras (Cardoso e Gradim, 2004, p. 71), que os «explorou» quase em simultâneo, dada a sua proximidade. De referir também a existência, na área, de uma barragem romana, igualmente identificada pelo pioneiro algarvio e sobejamente conhecida (Veiga, 1891; Saa, 1964; Santos, 1972, 1976; Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1986; Alarcão, 1988b).

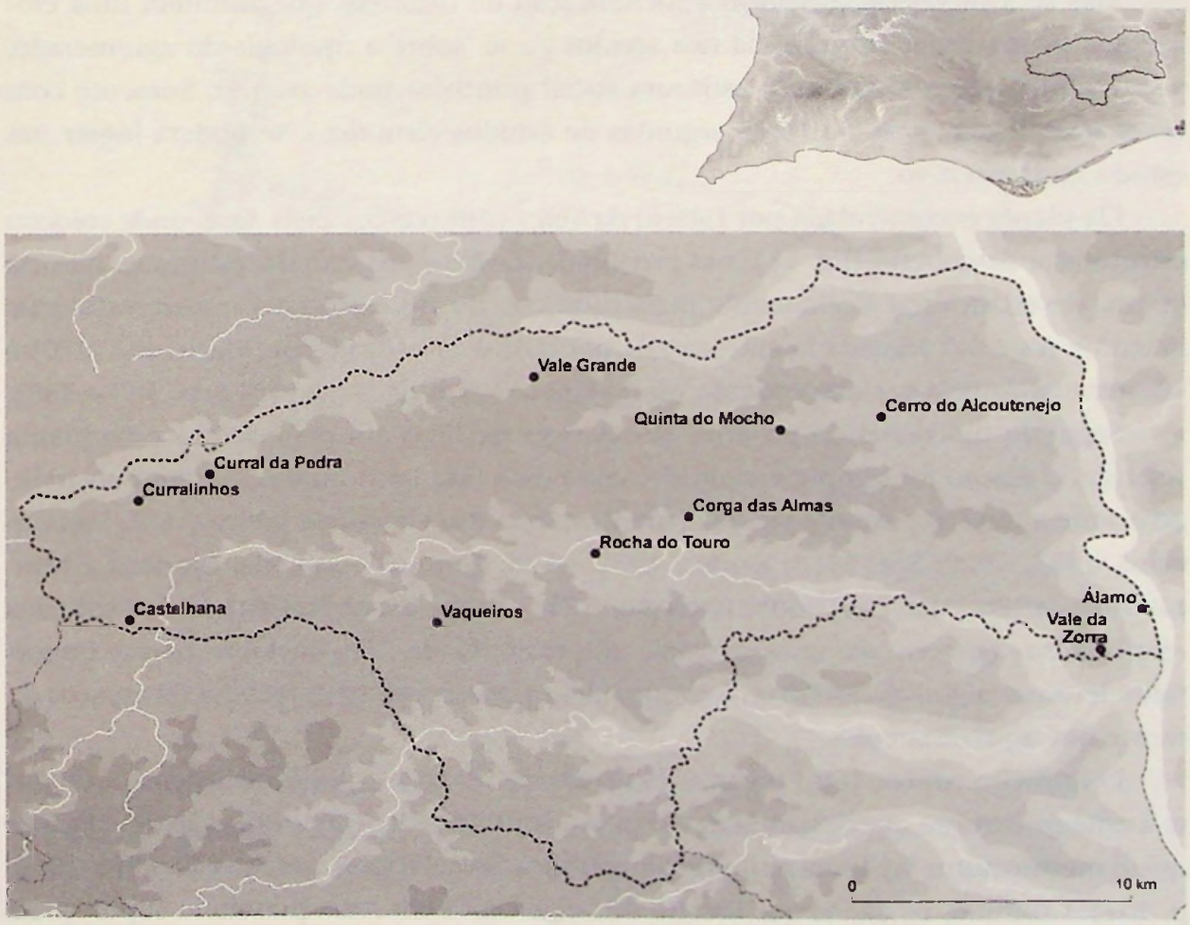


Fig. 16 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Alcoutim. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Mas o Álamo estava já documentado desde a grande cheia de 7 de dezembro de 1876 (Cardoso e Gradim, 2004, p. 71), quando as águas do Guadiana, galgando as margens, puseram a descoberto umas ruínas nunca antes vistas na orla direita deste rio, onde viria a ser achada uma «estátua colossal varonil» (Veiga, 1880; Vasconcelos, 1913; Alarcão, 1973; Encarnação, 1984a; Souza, 1990; Maciel, Cabral e Nunes, 2006).

São já por demais conhecidas as condições em que Estácio da Veiga encetou a sua exploração no Algarve, na qual se insere também o caso concreto do concelho de Alcoutim (Santos, 1972; Cardoso e Gradim, 2004). É, portanto, escusado reiterar muito do que foi já escrito antes. Importa, contudo, avançar com leituras dos dados atualmente conhecidos, mormente no que respeita às sepulturas encontradas em associação, não só à restante necrópole que incorporavam, mas relacionadas também com outras estruturas.

Interpretar os dados colhidos por Estácio da Veiga não é tarefa fácil. Desde a sua exploração, o Álamo não mais viria a ser intervencionado, salvo raras e localizadas escavações de emergência nas imediações da estrada que liga Castro Marim a Alcoutim e que passa pelo sítio (Nunes, 1985).

Num esforço de encontrar novos elementos que auxiliassem este estudo, procedemos a prospeções na área que consensualmente vem sendo identificada com o sítio exibido nas plantas elaboradas por Frederico Tavares Bello. No terreno, de visibilidade regular e de chãos baldios, pudemos constatar a presença de abundantíssimos materiais à superfície, particularmente no corte efetuado pela construção da Estrada Municipal 507 (fig. 17) (Pereira, 2011).

Mas se a prospeção permitiu a identificação de materiais que admitem uma cronologia ocupacional enquadrada nos séculos I a III, sobre a tipologia do aglomerado, as atividades económicas ou a estrutura social pouco se pode avançar. Somente com escavações sistemáticas no local, seguidas de estudos científicos, se poderá lograr um estudo mais assertivo.

Da planta encomendada por Estácio da Veiga conhecemos duas áreas onde colocou estruturas a descoberto (fig. 18), nas proximidades da antiga estrada, estruturas que, na época, deveriam estar ligeiramente mais próximas do rio. Associada a estas estruturas deixou a respetiva legenda já apresentada por outros investigadores (Machado, 1970) e «desmontada» pela sua descendente, Maria Luísa Estácio da Veiga (1972, p. 367 e 368).

Segundo descrições do próprio, que podem ser lidas em manuscritos e na planta referida, o Álamo foi sempre entendido como uma *villa* localizada no interior algarvio, adjacente a uma importante via de comunicação, o Rio Guadiana (Veiga, 1891; Vasconcelos, 1913, 1920; Saa, 1964; Santos, 1972, 1976; Quintela Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1986; Alarcão, 1988b; Catarino, 1990, 1997). As características dos edifícios «explorados» parecem dar consistência a tal possibilidade. Não obstante, parece importante levantar algumas questões para que melhor possamos compreender os espaços da morte que aqui trataremos.

O primeiro edifício que Estácio da Veiga apresentou corresponde na legenda da planta a uma construção que designou de «a igreja», contrariando a denominação de «*officina*» que o mesmo autor lhe tinha atribuído em publicação anterior (Cardoso e Gradim, 2004, p. 102). Contudo, os dados que Estácio da Veiga expôs em nada permitem supor que a função daquele edifício fosse religiosa. O próprio autor admite a correspondência dessas estruturas a tanques, «*vestígios d'uma officina*» (planta n.º 48 do catálogo), pelo que a nova

Fig. 17 — Corte da Estrada Municipal n.º 507 que afetou o sítio do Álamo, Alcoutim. Fotografia do autor.

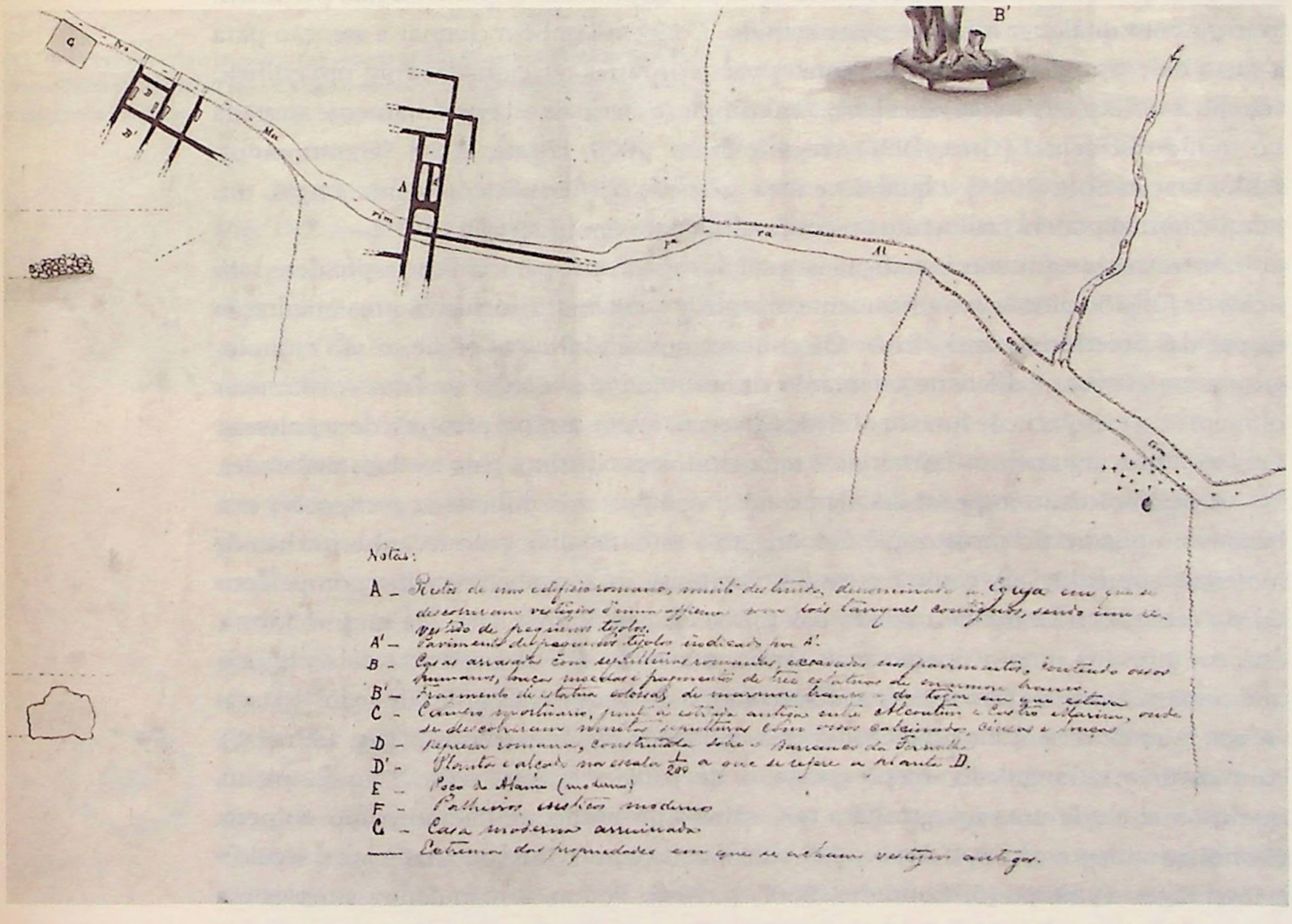


Fig. 18 — Excerto da planta elaborada por Tavares Bello onde se documentam as estruturas e a necrópole do Álamo. A negro, localização das sepulturas no interior dos compartimentos. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de Luísa Oliveira (DGPC/ADF).

designação terá sido, muito possivelmente, atribuída pela população do Álamo após o derrube das estruturas pela cheia.

A disposição das referidas estruturas facilita a sua interpretação como «oficina». Além da legenda descrever, brevemente, dois tanques, o edifício aparenta ser de planta retangular, com um pátio central com tanques em seu redor, correspondendo, portanto, à típica planta das fábricas de salga de peixe.

No entanto, e ainda que as fábricas de salga de peixe sejam uma constante no litoral algarvio (Mantas, 1990, 1997a; Fabião, 1994, 2004, 2007, 2009b, 2010; Lagóstena Barrios, 2001, 2007), por vezes com fornos de ânforas associados (Silva et al., 1990; Viegas, 2006b; Vasconcelos, 1898a; Fabião, 2004), a verdade é que não se conhece nenhuma localizada no interior. Mesmo a *villa* de Milreu não tem como base da sua economia os preparados de peixe, mas apenas a produção de azeite e de vinho (Étienne e Mayet, 2002; Teichner, 2008a; Bernardes, 2005a, 2009).

Por outro lado, o tipo de revestimento dos tanques não se ajusta, de todo, ao típico *opus signinum* utilizado nos tanques de salga já conhecidos, quer no Algarve quer em outras áreas. Estácio da Veiga descreveu um pavimento com tijolos retangulares (*opus reticulatum*), também representado em pormenor na planta que, como já se referiu, não tem paralelo neste tipo de edifícios, pelo menos no interior dos tanques. Assim, e embora não seja impossível admitir que se trata de uma construção de alguma forma relacionada com uma qualquer atividade produtiva, os dados atualmente disponíveis não permitem avançar com qualquer hipótese nesse sentido. Convém também chamar a atenção para o facto de o tipo de revestimento remeter para estruturas relacionadas com um edifício termal. A utilização do *opus reticulatum* em complexos termais está perfeitamente atestada no mundo ocidental (Gros, 1996; Viegas e Pinto, 2000; Fugate, 2000; Sarantopoulos, 2000; Macias Solé, 2004) e quando a área escavada não é suficientemente ampla, um tanque termal poderá facilmente ser confundido com um industrial.

As restantes estruturas investigadas, a sul das anteriores, parecem corresponder a edifícios de funcionalidade completamente distinta, e apresentam, inclusive, uma orientação díspar das anteriormente descritas. Desconhecemos se ambos os edifícios são cronologicamente coevos. A diferente orientação das estruturas, evidência de fases construtivas diferentes, a existência de funcionalidades diversas, assim como a presença de sepulturas, são, contudo, argumentos favoráveis a uma cronologia distinta para as duas realidades.

A ocupação alto-imperial do Álamo ficou demonstrada durante as prospeções realizadas no quadro do projeto que deu origem a este trabalho, pelo reconhecimento de materiais arqueológicos, como é o caso de cerâmicas de «engobe vermelho pompeiano» ou da cerâmica africana de cozinha das formas Hayes 196A e 197. Da mesma forma, está comprovada uma ocupação mais tardia, materializada na existência de sepulturas que contêm materiais característicos do século V/VI ou mesmo VII. Neste contexto, destaca-se um jarro de cerâmica manual com bordo aplanado, de boca trilobada (fig. 19, n.º 1), colo curto e estrangulado, corpo grosseiro de paredes baixas, retas e fundo plano, que ostenta ainda uma asa grosseira que, saindo do bordo, se une ao corpo da peça. Cronologicamente, este tipo de jarro tem sido datado entre o final do século IV e o século V (Flörchinger, 1988, p. 15; Coutinho, 2007, p. 294). Porém, a manufatura simples e a forma, de funcionalidade múltipla, permitiram-lhe manter-se em uso até, pelo menos, ao início do século VII.

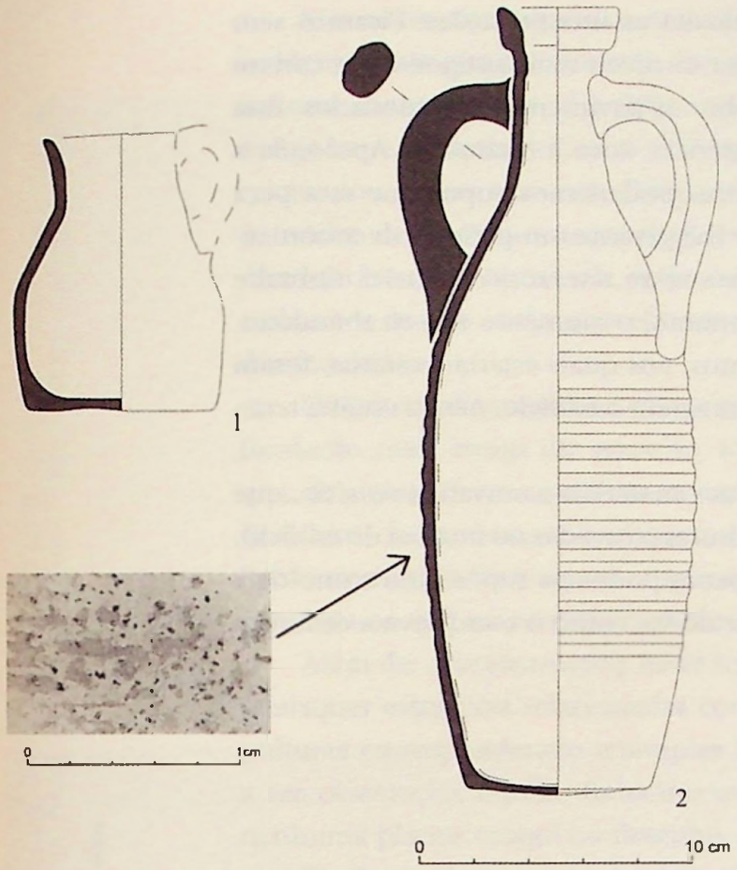


Fig. 19 — Espólio votivo recolhido nas sepulturas que foram identificadas no interior dos edifícios do Álamo. Reserva do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Como acontece no caso do Montinho das Laranjeiras, e mais recentemente também na necrópole da Marateca (Pereira, 2012-2013), há materiais no Álamo que evidenciam claras afinidades com os conjuntos votivos da Andaluzia, área sob influência bizantina até meados do século VII (Lopes, 1958-1959, p. 134; Almeida, 1962, p. 25-38; Moreno, 1987, p. 334; Quesada Galacho, 1996), após as conquistas de Justiniano. No entanto, a recolha de uma garrafa de cerâmica com uma cronologia centrada na segunda metade do século VII (fig. 19, n.º 2), dita de tradição Visigótica (Alba Calzado e Gutiérrez Lloret, 2009), deve ser realçada do ponto de vista da matriz cultural.

Se o espólio votivo recolhido nas sepulturas que estavam no interior do edifício aponta uma cronologia tardia, falta apurar qual a relação destas com as estruturas e, simultaneamente, com a famosa estátua de Apolo recolhida na mesma área. Como é óbvio, a falta de dados relativos à estratigrafia dificulta tal leitura.

Parece evidente uma estreita relação entre o edifício e as sepulturas escavadas (fig. 18), desde logo patenteada quer pela mesma orientação, quer pela proximidade entre as duas realidades, sem que, aparentemente, umas cortem as outras. As quatro sepulturas distribuem-se por três compartimentos distintos, com uma orientação NW/SE, onde se acharam os dois vasos antes descritos, possivelmente em diferentes sepulturas. Ainda que desconheçamos para que lado estaria virada a cabeça, supomos que a orientação seria a noroeste, prática maioritária no período em questão.

Subentende-se que o edifício está de alguma forma relacionado com os enterramentos, podendo tratar-se de duas realidades cronologicamente coevas ou temporalmente pouco distantes. Contudo, a estátua de Apolo foi recolhida num destes compartimentos onde se encontraram as sepulturas (sem que saibamos concretamente qual) e tem sido avançada para ela uma cronologia centrada na primeira metade do século II (Maciel, Cabral e Nunes, 2006, p. 364 e 365).

Torna-se difícil explicar estes dados e, sobretudo, a extensa baliza cronológica evidenciada. Por um lado, as sepulturas apontam uma cronologia tardia, por outro, a estátua faria recuar a datação do edifício para um momento temporalmente distante da inumação dos sepultados. Importa referir, neste âmbito, uma passagem da legenda da planta elaborada por Tavares Bello, na qual Estácio da Veiga deixa bem claro que as sepulturas romanas estavam «escavadas nos pavimentos». Esta realidade permite perceber que as sepulturas são posteriores às estruturas e que, possivelmente, foram efetuadas durante, ou imediatamente após, a inutilização das últimas.

Mais uma vez, a ausência de estratigrafia dificulta as interpretações. Ficamos sem saber se as sepulturas cortam apenas os pavimentos e os níveis mais antigos, ou se cortam também os mais recentes, entretanto formados sobre os pavimentos abandonados. Esta questão poderia esclarecer a relação, ou a sua ausência, com a estátua de Apolo. Se a abertura dos túmulos apenas afetou os pavimentos, poderíamos supor que esta peça poderia ter passado de geração em geração, o que lhe garante um período de amortização relativamente longo. A datação proposta reporta-se ao seu fabrico (Maciel, Cabral e Nunes, 2006, p. 364 e 365), desconhecendo-se, portanto, o momento do seu abandono. Mas se, pelo contrário, os níveis sobre os pavimentos, nos quais estaria a estátua, foram igualmente afetados, o que é bastante plausível, então nem o edifício, nem a estátua terão qualquer relação com as sepulturas.

Os escassos dados disponíveis restringem-se aos materiais associados ao sítio, que estão, contudo, descontextualizados. Sobre as sepulturas escavadas no interior do edifício, identificado por Estácio da Veiga com a letra B, apenas podemos supor uma cronologia balizada entre o início do século V e o final do século VII, como o comprova a cerâmica recolhida no seu interior (fig. 19).

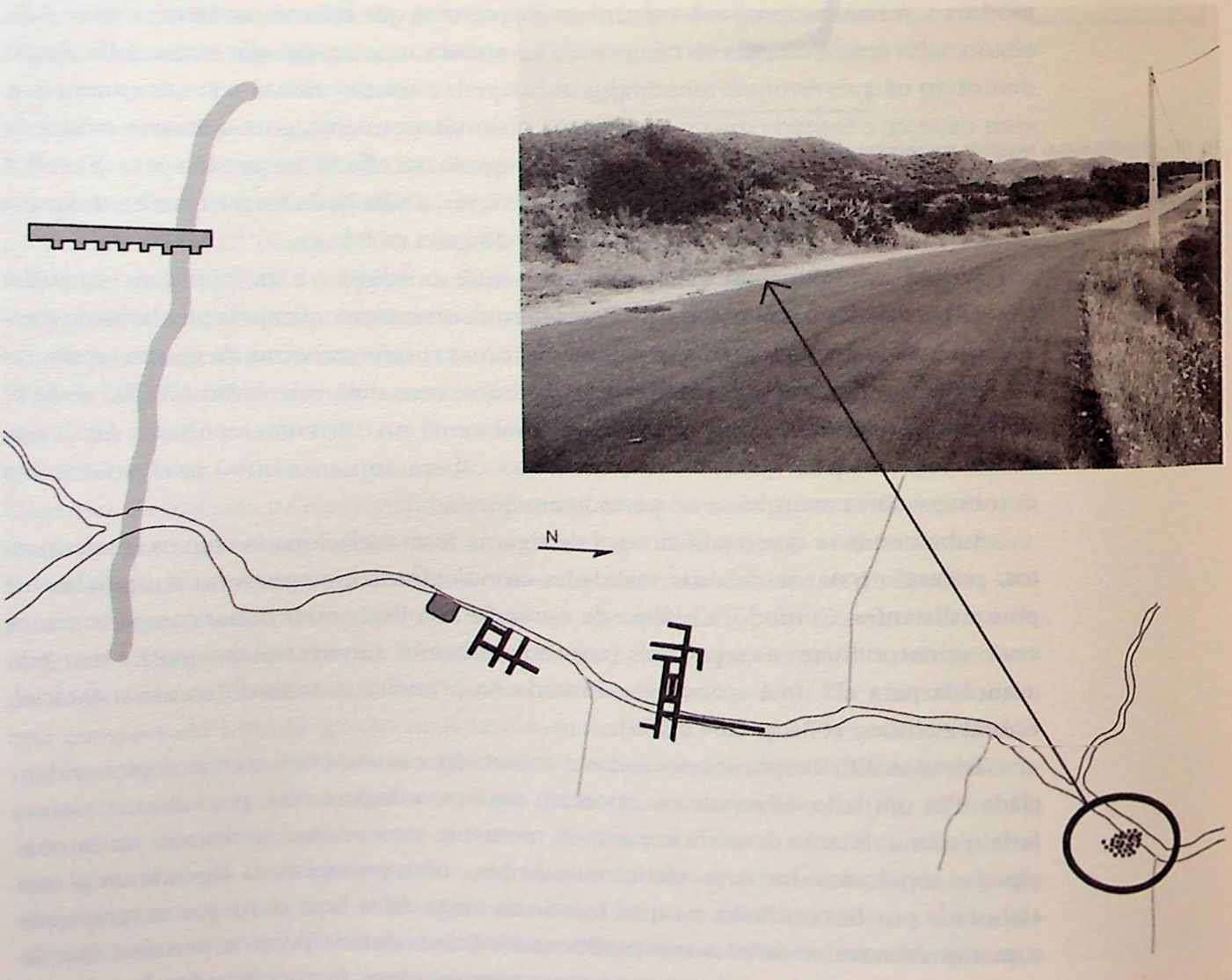


Fig. 20 — Localização da necrópole romana do Álamo, Alcoutim, através da tintagem e sobreposição a mapa da planta de Tavares Bello (fig. 18). Fotografia e desenho do autor.

Mas se os enterramentos descritos até agora saem, de certa forma, do âmbito cronológico deste estudo, diferente cronologia poderia apresentar a necrópole «explorada» a norte das estruturas (fig. 20). Infelizmente, do «campo mortuário, junto à estrada antiga entre Alcoutim e Castro Marim, onde se descobriram muitas sepulturas com ossos calcinados, cinzas e louças» (Veiga, planta n.º 48 do catálogo, 1878), desconhece-se o paradeiro dos materiais arqueológicos. Embora Estácio da Veiga faça referência à recolha de materiais nesta necrópole, estranhamos o seu silêncio no «catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro».

O único indício que nos obriga a ponderar que esta necrópole pode apresentar uma fundação mais antiga diz respeito, além do que foi já exposto, à referência de cinzas, que, de alguma forma, poderão estar diretamente relacionadas com ritos de incineração. Por outro lado, nota-se o afastamento destes enterramentos de quaisquer estruturas habitacionais, industriais ou religiosas, realidade padrão das necrópoles altoimperiais e contrária ao que aconteceu em momento mais tardio.

Além de, aparentemente, neste local Estácio da Veiga não ter colocado a descoberto quaisquer estruturas relacionadas com a necrópole, apenas podemos supor que as sepulturas corresponderiam a simples fossas escavadas no solo virgem. Desconhecemos a sua orientação, espólio funerário ou ritos praticados. Infelizmente, não chegou a nós nenhuma planta, croqui ou desenho.

Tendo em conta a metódica preocupação de Estácio da Veiga no registo das antiguidades do Algarve, estranhamos a inexistência dos materiais recolhidos nesta necrópole nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, ou de qualquer outro museu. As frequentes movimentações que os materiais por ele exumados viriam a sofrer após o seu óbito, justificam a possibilidade de terem sido erradamente absorvidos por outro qualquer sítio arqueológico. Relembramos que Estácio da Veiga escavou, quase em simultâneo, o Montinho das Laranjeiras. Como pudemos comprovar relativamente a outros sítios em idênticas circunstâncias (Torre de Ares/Paul), os materiais de uma escavação podem ter sido incorporados no acervo de outra geograficamente próxima.

3.1.2. Vale da Zorra

Como a maioria dos sítios identificados em Alcoutim, o Vale da Zorra (CNS 18390) corresponde a um reconhecimento efetuado durante as prospeções do projeto CAALG. No local foram reconhecidos vestígios que apontavam para a existência de uma necrópole romana de incineração e inumação (Catarino, 1997-1998, p. 207). Na área, muito destruída pelos trabalhos agrícolas, foram recolhidos fragmentos de ânforas e de *terra sigillata* hispânica e africana.

Procurámos prospetar a área e redescobrir os vestígios que permitiram a classificação do sítio arqueológico. Infelizmente a tarefa revelou-se impossível. Não lográmos encontrar a presença de quaisquer materiais arqueológicos à superfície.

3.1.3. Cortes Pereiras

Ainda que não corresponda a uma necrópole, motivo pelo qual este sítio não consta na nossa base de dados, não poderíamos deixar de o mencionar (CNS 1245). É um dos locais mais conhecidos desde as explorações de Estácio da Veiga, fama conseguida pela descoberta de uma epígrafe funerária na área (Veiga, 1885; Hübner, 1962; Encarnação, 1984a).

Trata-se de uma ara com frontão arredondado, ostentando, numa das faces laterais, o relevo de uma pátera com a pega voltada para baixo e, na outra, um jarro com asa (fig. 21). O topo está bastante desgastado pelo tempo ou por ação antrópica, não permitindo perceber se possui recetáculo para libações. O epitáfio remete para a presença de dois enterramentos, dois irmãos, Lúcios e Ânios, filhos de Públio (Encarnação, 1984a, p. 149 e 150).

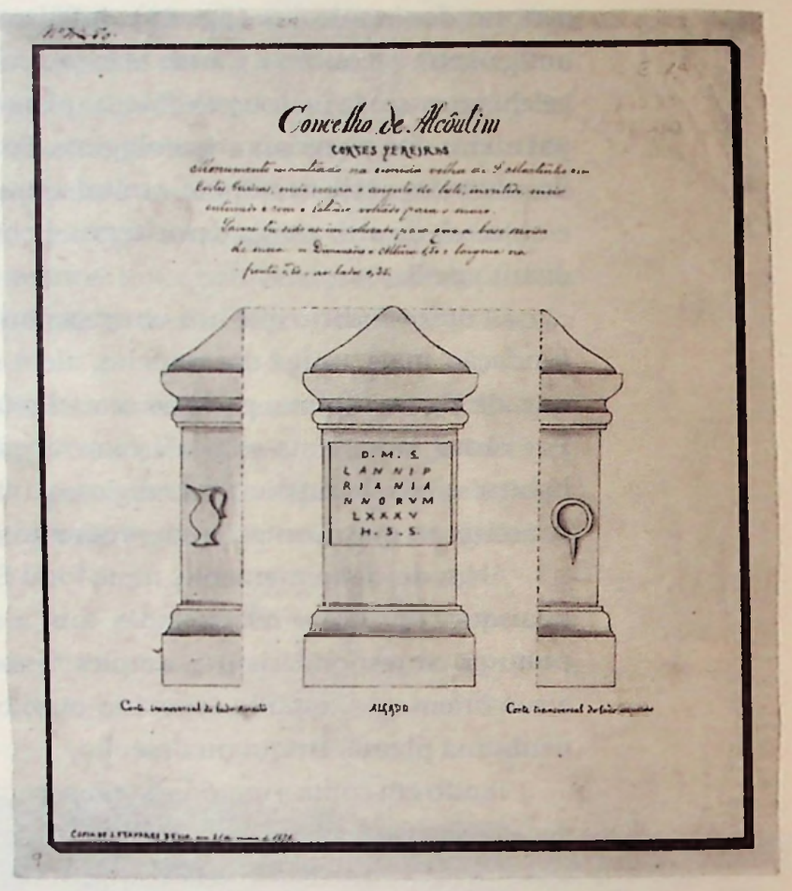


Fig. 21 — Ara funerária recolhida por Estácio da Veiga em Cortes Pereiras, Alcoutim. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia de Luísa Oliveira (DGPC/ADF).

A peça foi conseguida na «ermida velha de S. Martinho», segundo desenho de Tavares Bello de 1878 (desenho n.º 50 do acervo de Estácio da Veiga), local onde parecem existir mais indícios de uma ocupação romana significativa, de que são exemplo o bloco de mármore descrito por Helena Catarino e ainda uma pia do mesmo material e um fragmento de sarcófago (1997-1998, p. 168).

É evidente que, como em muitos outros casos idênticos, estes monumentos correspondem claramente a *spolia*, realidade que os extraiu do seu contexto primário. No entanto, esse mesmo contexto deverá localizar-se próximo. Foram já avançados alguns indícios de vestígios dessa ocupação nas imediações (*ibidem*), que, sem argumentos mais esclarecedores, carecem de confirmação.

3.1.4. Cerro de Alcoutenejo

Como acontece com a maioria dos sítios do concelho de Alcoutim, não é fácil uma correta análise e leitura dos poucos dados de que dispomos para o Cerro de Alcoutenejo (CNS 19283). Tal realidade deve-se sobretudo ao facto de a informação disponível se basear, exclusivamente, em informação oral, recolhida pela equipa que, na segunda metade do século xx, efetuou trabalhos de campo no âmbito do projeto Carta Arqueológica do Algarve (CAALG), sob a direção do professor doutor Victor S. Gonçalves.

O Cerro de Alcoutenejo, também conhecido como Barranco de Alcoutenejo, corresponde a um sítio identificado segundo a informação da população local, que informou que, durante trabalhos de lavoura, se tinham identificado sepulturas e vestígios de um antigo caminho (fig. 16), fragmentos de cerâmica comum e de *terra sigillata*, bem como pequenos fragmentos de *tegulae* (Catarino, 1997-1998, p. 143). Estes dados não são suficientes para a leitura e interpretação deste sítio.

3.1.5. Quinta do Mocho

Em situação idêntica encontra-se a Quinta do Mocho (CNS 18518, fig. 16), havendo, contudo, algumas diferenças a sublinhar. A maior delas reside no facto de para este sítio existir informação sobre várias sepulturas já destruídas (Catarino, 1997-1998, p. 208), possivelmente pelos trabalhos de lavoura.

Se para o caso anterior é conhecida a descrição, ainda que breve, de uma peça que constituía parte do depósito funerário, sobre as sepulturas da Quinta do Mocho não se conhece nenhum espólio associado. Durante os trabalhos do projeto CAALG foram recolhidas algumas cerâmicas romanas que constituíram o argumento para a datação da necrópole. Se parece certo que essas recolhas não correspondem a depósitos funerários, nada permite supor que correspondam a peças utilizadas no espaço de frequentação da necrópole.

É evidente a fragilidade dos dados obtidos sobre este sítio. Concluímos que não há informação suficiente para datar as sepulturas destruídas, ainda que essa mesma informação seja indício da presença romana no local, concretamente o fundo de uma taça de paredes finas (Catarino, 1997-1998, p. 208, est. CXLII, n.º 6).

Assim, a existência desta necrópole romana de incineração (*ibidem*) carece de corroboração, suportada por dados mais credíveis.

3.1.6. Corga das Almas

Também o sítio da Corga das Almas (CNS 18486, fig. 16) foi identificado com base na informação oral (Catarino, 1988, p. 25, 1990, p. 29-30, 1997-1998, p. 150). A autora classifica este local como necrópole romana, na qual os ritos praticados (a incineração e a inumação) deverão ter convivido.

Próximo, localiza-se o sítio Alcariais de Alcaria Cova, ao qual esta necrópole foi associada (*ibidem*). A grande proximidade dos sítios valida, com efeito, essa possibilidade, ao contrário do que se passa no Cerro do Alcoutenejo, associado ao povoado de Alcarias das Pêgas, uma vez que a distância de quase 1 quilómetro obriga a questionar a sua relação direta, ainda que ela não se possa excluir liminarmente.

Até há bem pouco tempo, tínhamos exemplos etnográficos de pequenas povoações que, estando próximas de outras maiores e com equipamentos públicos mais desenvolvidos, não possuíam espaços de morte. O cortejo fúnebre tinha lugar entre o *habitat* do finado e a sua derradeira morada. Também na Antiguidade, sobretudo no interior, povoados com

um reduzido número de habitantes poderiam estar privados de determinados equipamentos, como é o caso de necrópoles, por terem próximo outras de maiores dimensões.

Deveremos salientar, neste âmbito, que esta realidade se poderá observar em momento avançado da ocupação romana, potenciada pelo fomento do Cristianismo e pela necessidade da existência de edifícios religiosos associados às necrópoles.

3.1.7. Rocha do Touro

O sítio da Rocha do Touro (CNS 18508) foi inicialmente identificado no âmbito do projeto CAALG, tendo sido posteriormente mencionado no trabalho resultante da tese de doutoramento da professora Helena Catarino (1997-1998, p. 204). Os primeiros indícios encontrados no local apontaram para um sítio, destruído pela abertura de um caminho, que foi classificado como uma necrópole romana, onde conviviam os ritos da incineração e da inumação.

Os dados apontam para uma necrópole romana que deverá ter permanecido em utilização até momento avançado da ocupação do sítio ou, inclusive, após esta. A referência a enterramentos de incineração é indício esclarecedor da Antiguidade deste espaço. Todavia, e uma vez mais, os dados com os quais lidamos não são suficientes na hora de interpretar devidamente o sítio.

3.1.8. Vale Grande

Sobre o Vale Grande (CNS 18540, fig. 16) apenas temos conhecimento da existência de uma necrópole romana, «hoje destruída pela lavoura» (Catarino, 1997-1998, p. 155), onde foi recolhida uma estatueta de bronze. Fica por esclarecer quais foram as informações orais que apontam para a existência de uma necrópole romana, e se apenas a estatueta é argumento satisfatório para a datação atribuída.

3.1.9. Vaqueiros I

Sobre Vaqueiros (CNS 1222) as informações existentes remontam à época em que Estácio da Veiga escrutava o concelho de Alcoutim. Não efetuou no local quaisquer trabalhos de escavação, mas chegaram-lhe alguns materiais provenientes de sepulturas romanas (Veiga, 1886, p. 296), dos quais apenas um se conserva ainda nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia. Trata-se de um vaso de *terra sigillata* decorada e ainda um conjunto de dois numismas. O vaso corresponde a uma peça da forma Déchelette 67 (1904), produzida no sul da Gália, de cronologia balizada entre 70 e 125, decorada com motivos vegetalistas que envolvem duas figuras antropomórficas, aparentemente de géneros opostos (fig. 22). Parece claro que uma das figuras corresponde a Pã da mitologia

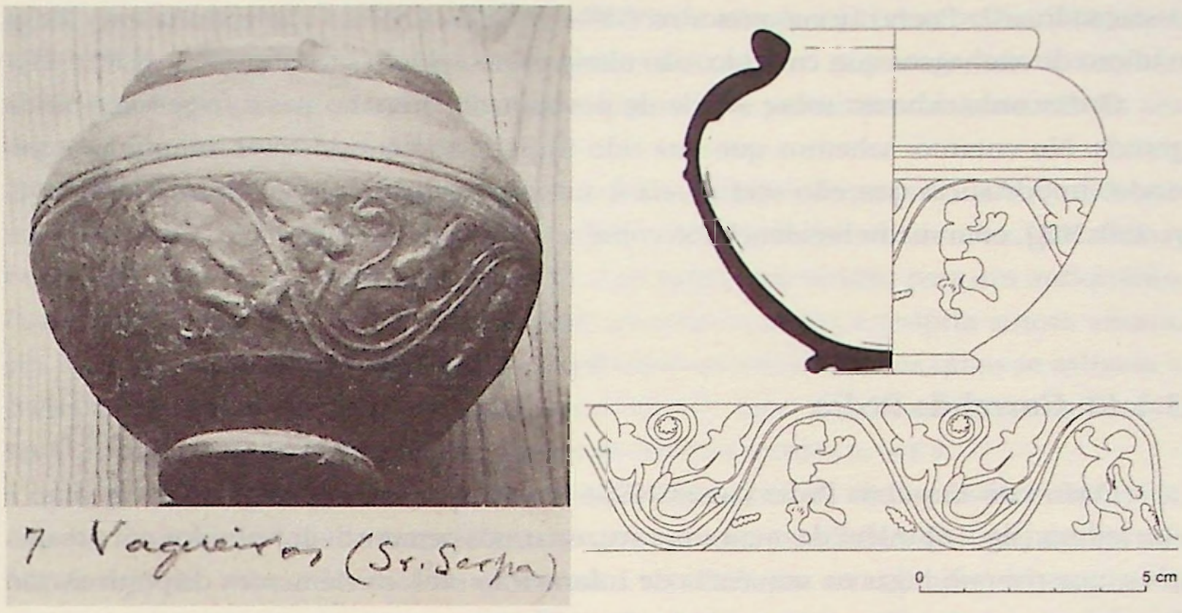


Fig. 22 — Vaso de terra sigillata decorada de Vaqueiros. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia e desenho do autor.

grega, denominado Fauno pelos latinos, sendo evidente que a parte inferior do seu corpo corresponde às pernas de um bode. A restante figura corresponderá a uma ninfa, seres com os quais, segundo a mitologia, Pã dançava com frequência. Corresponde a uma forma rara em território nacional, identificada apenas em Conímbriga (Alarcão, 1975, p. 70 e s.).

Além desta peça, foram ainda reconhecidos dois numismas de bronze que não parecem ter sido cedidos a Estácio da Veiga, mas que este pôde analisar, afirmando que se tratava de «uns medianos bronzes de Cláudio I e um denário da família Porcia» (Veiga, 1886, p. 296). A ser correta a análise do pioneiro algarvio, estes numismas não coincidem temporalmente com a *terra sigillata* antes referida, nem aliás entre si.

Admitimos que a moeda de *Claudius* (41-54) poderá, de alguma forma, ter convivido com a cerâmica gálica que, a constituírem parte da mesma oferta fúnebre, poderá centrar este enterramento em torno ao terceiro quartel do século I, principalmente tendo em consideração a problemática que envolve as cunhagens provinciais, tão debatidas (Mattingly et al., 1923; Balil Illana, 1958, p. 25-29; Bost e Pereira, 1972, p. 120-131; Burnet, Amandry e Ripollés, 1992, p. 66; Herreros Ventosa e Martín Serna, 1995, p. 227 e 228).

Desconhecemos se os materiais, que lhe são oferecidos pelo senhor Serpa, compõem o espólio funerário da mesma sepultura, ou se, pelo contrário, se tratou de espólio recolhido em diferentes enterramentos. Certo é que também a sua descendente não consegue resolver essa questão, limitando-se a expor de novo os materiais (Santos, 1972, p. 389). Salientamos ainda que é rara a recolha de mais de uma moeda por enterramento, motivo pelo qual supomos que este espólio, embora exíguo, deva ser proveniente de mais de uma sepultura. Lembramos a recente escavação efetuada nos arredores de Faro, onde, escavadas quase uma centena de enterramentos, em nenhum deles foi recolhido mais do que uma moeda, situação que repete a de outros contextos (Gozalbes, 1997).

A reforçar a impossibilidade de os numismas estarem na mesma sepultura encontra-se a cronologia do segundo. Estácio da Veiga refere que uma das moedas corresponde a uma cunhagem da *Gens Porcia*. É certo que esta *gens*, de pelo menos três gerações comprovadas,

destacando-se *L. Porcius Licinus* pretor na Gália Cisalpina (207 a. C.), denuncia uma longa tradição de cunhagens que, contudo, não ultrapassaram 89 a. C. (Seaby, 1978, p. 80 e 81).

O desconhecimento sobre a rede de povoamento romano nesta freguesia é ainda grande. No entanto, sabemos que terá tido importância considerável durante este período, importância que não será alheia à sua riqueza mineira (Catarino, 1997-1998, p. 290-302), com maior incidência no cobre.

3.1.10. Curral da Pedra

O sítio do Curral da Pedra (sem CNS) é um dos que mais dúvidas suscita quanto à sua leitura (fig. 16). Além de, mais uma vez, estarmos perante dados obtidos em prospeções, que tiveram lugar na sequência de informação oral, os elementos disponíveis são insuficientes para avançar interpretações específicas ou concretas.

O local surge citado por Helena Catarino em associação com o sítio do Cerro dos Pedregulhos de Diogo Dias, Martim Longo (1997-1998, p. 182, 2005-2006), não havendo sido aí efetuados quaisquer trabalhos de escavação.

Em momento algum este local é classificado como necrópole romana. A autora apenas assinala indícios de presença romana, referindo que, segundo informações orais, fora aí «destruída uma sepultura retangular que tinha no interior 'uma pucarinha de barro'» (*ibidem*), peça que é assumida como Visigótica.

Admitimos as reservas que tivemos, em determinado momento, em incluir este sítio neste trabalho. Não obstante, optámos por falar muito sinteticamente sobre ele com o objetivo de sublinhar dois pontos essenciais. Não estando de forma alguma em causa a veracidade das informações, falta determinar se esta sepultura estaria isolada no terreno ou se, pelo contrário, se trata de uma necrópole organizada. Se a existência de pelo menos um inumado é ponto assente, nada permite datar este indivíduo. Parece-nos que o referido «pucarinho» tanto poderá ser romano como visigótico, o que lhe aufere um espetro cronológico mínimo entre os séculos III e VIII.

Tendo em conta os critérios ocupacionais do Algarve, certamente que, a ser romana, esta ocupação será tardia. No entanto, atendendo às recentes discussões sobre o final da ocupação romana no ocidente (Amaral, 2008; Bernardes, 2009, 2010; Catarino, 2007; García Moreno, 2007; López Pérez, 2010; Sartin, 2009), falta apurar em que momento se poderá inserir a utilização deste espaço. Efetivamente as ocupações mais interiores do Algarve parecem ser todas bastante mais tardias comparativamente com o litoral, o que se pode explicar por fenómenos vários que deverão ter incutido nas populações do extremo sul da Lusitânia um duplo sentimento de refúgio e exoneração.

3.1.11. Curralinhos

O sítio de Curralinhos (sem CNS, fig. 16), Martim Longo, foi identificado durante trabalhos de prospeção através da identificação de uma malha poligonal no terreno,

tendo os materiais arqueológicos sido recolhidos de acordo com essa malha (Catarino, 1997-1998, p. 189). Nada mais se sabe sobre o sítio. Até ao momento, não foram efetuados no local quaisquer trabalhos arqueológicos que permitam dar consistência aos dados então obtidos.

Sobre a necrópole, as informações que os intervenientes do projeto CAALG puderam recolher foram, precisamente, através dos relatos do proprietário do terreno, que afirmava ter recolhido «peças inteiras, de cerâmica e de vidro, que vendeu para um antiquário» (Catarino, 1997-1998, p. 189). Este terreno localiza-se, como a própria autora afirma, em local mais afastado àquele onde se recolheram os materiais, dos quais se salienta a presença de *tegulae*, *terra sigillata* hispânica e clara D. Estes espólios dão consistência a uma cronologia romana que poderá centrar-se entre os séculos II, III e V.

Com efeito, tudo aponta para a existência, nessa área, de uma provável necrópole romana. Mas se o relato do proprietário nos afiança essa possibilidade, falta ainda confirmar se neste sítio se localizaria apenas uma sepultura ou um planificado espaço da morte, qual a sua cronologia, estratégia de implantação ou ritos utilizados.

3.1.12. Castelhana

Pouco se sabe sobre este sítio (CNS 8200, fig. 16). A única referência conhecida consta na Carta Arqueológica de Portugal (1995, p. 283), onde se identificaram duas sepulturas, destruídas, e onde se reconheceu a existência de fragmentos de *terra sigillata* à superfície do terreno. Estas informações não são suficientes para efetuar qualquer tipo de considerações sobre o sítio. É certo que a presença de *terra sigillata* pode indicar tratar-se de sepulturas altoimperiais, contudo, não sabemos sequer se comporiam o seu mobiliário funerário.

3.2. Castro Marim

3.2.1. Sobral

Sobre o sítio romano do Sobral (CNS 1213, fig. 23) pouco sabemos e os escassos dados disponíveis estão dispersos em algumas, poucas, passagens que podem ser lidas em curtas notícias (Henriques, 1895; Santos, 1972). Infelizmente, Estácio da Veiga não viveu o suficiente para se dedicar ao período Romano da forma como o fez para os períodos precedentes. Iniciou o quinto volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve*, apontamentos pessoais acessíveis no arquivo depositado no Museu Nacional de Arqueologia, mas nunca o pôde concluir. São esses manuscritos que Leite de Vasconcelos viria a publicar na revista do museu que dirigia (Veiga, 1904, 1905, 1910), e recentemente republicados (Veiga, 2006).

Mas toda esta «estória» é, infelizmente, em vão para o concelho que agora se analisa. O percurso da arqueologia clássica do Algarve feito por Estácio da Veiga foi iniciado

pelo lado ocidental, não passando sequer de Loulé Velho, que ainda refere (Veiga, 2006, p. 139). Acresce a esta dificuldade o facto de o concelho de Castro Marim mostrar, no que respeita às necrópoles romanas, um considerável vazio.

Embora não esteja comprovada a existência de sepulturas, o sítio do Sobral é incontornável, principalmente porque é daí que provém uma das metades da ara funerária hoje em exposição no Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim (fig. 24). Contudo, os dados resultam algo confusos quando analisamos a globalidade da informação com o objetivo de cartografar o local.

Este sítio aparece referido ora como Sobral de Baixo (Catarino, 1997-1998, p. 245) ora como Sobral de Cima (Gonçalves, Arruda e Calado, 1996, p. 172), estando por esclarecer se estes topónimos correspondem ao mesmo sítio ou se, pelo contrário, a sítios diferentes. Parece tratar-se de dois sítios distintos, mas as descrições remetem para o mesmo local. Ambas referem a recolha de um fragmento de ara funerária e presença de materiais romanos à superfície.

Em uma destas publicações (Catarino, 1997-1998, p. 245), faz-se ainda alusão ao facto de, aquando da descoberta da referida ara no decorrer de terraplanagens, «foi destruído um troço de estrada, com calçada, provavelmente restos da via romana que seguia para *Baesuris.*». Pela descrição esta localizar-se-ia a NW da atual vila de Castro Marim, seguindo paralelamente à EN 122, junto do sítio do Farelhão (Catarino, 1997-1998, p. 251).

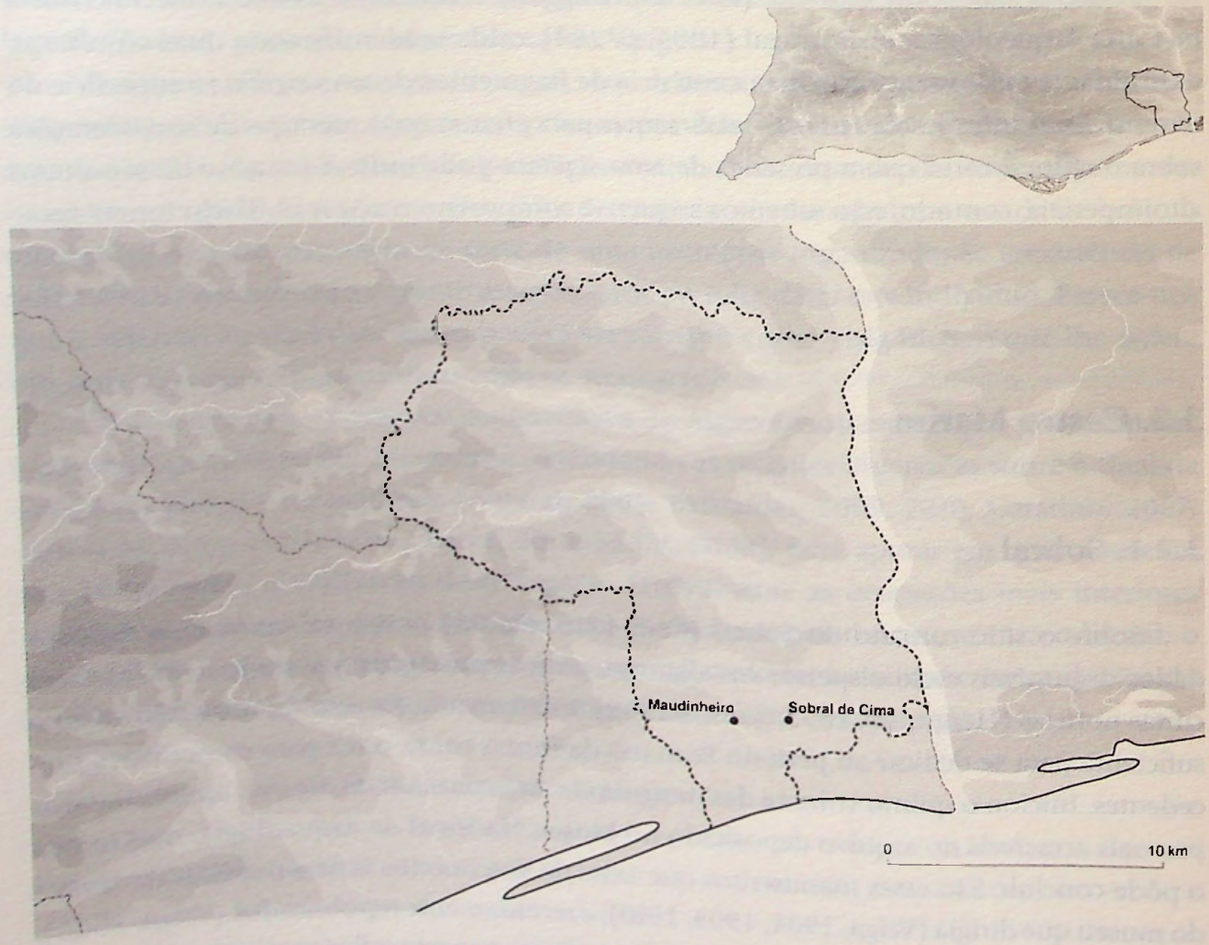


Fig. 23 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Castro Marim. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Fig. 24 — Ara funerária achada nos sítios do Sobral e da Fornalha, Castro Marim, Núcleo Museológico do Castelo. Fotografia do autor.

Mais refere que:

«Pela sua orientação para sudoeste, passava a poente da vila e seguia, provavelmente, em direcção às povoações com ocupação romana e muçulmana da Horta das Dragas, Fornalha, Maudinheiro, Vale do Bôto e S. Bartolomeu de Castro Marim. Ao chegar a Castro Marim, passava um pouco afastada, tanto do castelo como do actual núcleo urbano, inclinava a noroeste, junto da actual estrada nacional e, do outro lado da estrada, voltaria a visualizar-se um pequeno troço de calçada, a menos de um quilómetro para Norte da vila.» (Catarino, 1997-1998, p. 251.)

Sobre a sua localização também parece haver algumas confusões remanescentes. Embora se refira a recolha do fragmento de ara funerária no sítio do Sobral de Cima, este aparece cartografado na localidade do Sobral de Baixo, erro que se perpetuou no Sistema de Informação Endovélico.

À luz dos dados disponíveis, não é ainda possível corroborar a existência de uma necrópole romana no local do Sobral de Cima e menos ainda a sua localização exata. Não pretendemos afirmar, contudo, que a sua presença aí não seja real. Pelo contrário, a constatação de um troço de via é argumento fortalecedor de tal hipótese, à qual se pode indexar a recolha de um fragmento de ara. Não obstante, lembramos que os suportes epigráficos aparecem muitas vezes desvirtuados do seu contexto primário, realidade potenciada pela sua constante reutilização. Prova disso foi a recolha de outro fragmento da mesma ara funerária no sítio da Fornalha.

José de Encarnação tratou apenas a peça proveniente do primeiro sítio, correspondente à metade superior, mas que diz ser proveniente de «Olhos de Castro Marim» (Encarnação, 1984a, p. 152 e 153). Mais uma vez as contradições são por demais evidentes, deixando grandes dúvidas na hora de interpretar as informações respeitantes à mesma peça, tão díspares entre si.

A ara, que foi dedicada a M(*arcus*) S(*ulpicius*?) EUPREPES (Encarnação, 1984a, p. 153), apresenta a típica fórmula DMS (*Diis Manibus Sacrum*) e foi datada de meados do século II. No entanto, o liberto que antes se pensava ter falecido com trinta e oito anos, tinha afinal quarenta e três. O aparecimento da metade inferior da ara permitiu revelar a verdadeira idade do liberto Euprepes, de origem grega, assim como confirmar as típicas fórmulas HSE (*Hic Situs Est*) e STTL (*Siti Tibi Terrae Levis*) presentes no memorial funerário.

3.2.2. Fornalha

O sítio da Fornalha (CNS 1270) corresponde a um local igualmente paradigmático. Mas se sobre o Sobral mantemos reservas em classificar o sítio como uma necrópole

romana, no caso da Fornalha fazemo-lo com mais segurança. As referências à existência de sepulturas na área denominada de Fornalha são mais fartas e claras (Veiga, 1883, 1885; Vasconcelos, 1900, 1919, p. 225-227; Santos, 1972, p. 350; Alarcão, 1988b, p. 206; Gonçalves, Arruda e Calado, 1996, p. 173 e 174).

Para além do fragmento de ara já referido a propósito dos vestígios romanos do Sobral, deste local é ainda proveniente uma peça de *terra sigillata* da forma Hermet 18/Ritterling 13 (fig. 25), denominado em grafitos por *atramentaria* (Hermet, 1934, p. 320 *apud* Morais, 2004, p. 197). Esta forma é bastante rara nos locais arqueológicos de cronologia contemporânea à sua utilização (41-54), não se conhecendo até ao momento outro exemplar no Algarve. Esta cerâmica foi oferecida a Estácio da Veiga pelo senhor Silvestre de Falcão, que lhe terá comunicado que a recolheu numa sepultura (*Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, p. 107). Desconhece-se se terão sido recolhidas mais peças associadas. No entanto, a fotografia (Base Documental Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa) onde esta peça figura contém outros artefactos, nomeadamente alguns alfinetes e uma agulha de osso, o que obriga a ponderar a existência de outros materiais nessa sepultura.

Estranhamente, não encontramos em nenhuma passagem de Estácio da Veiga qualquer dado que nos permita conhecer o seu paradeiro destas últimas peças, uma vez que não parecem estar depositadas no Museu Nacional de Arquelogia. Contudo, esses materiais de osso podem estar incorporados no acervo de Torre de Ares, uma vez que o pioneiro algarvio enquanto trabalhava neste último local ia simultaneamente prospetando outras áreas, indagando as respetivas populações para obter mais informações. Terá sido, aliás, neste contexto que Estácio da Veiga recebeu a peça da Fornalha.

Foi quando observámos com mais detalhe o inventário de 1885 que deparámos com uma informação que nos permitiu vislumbrar o que possa ter acontecido realmente. Sobre os materiais do sítio da Fornalha, diz Estácio da Veiga: «Vaso de fino barro vermelho que parece ter servido para alfinetes de toucar; oferecido por José Falcão a E. V.» (Veiga, 1885).

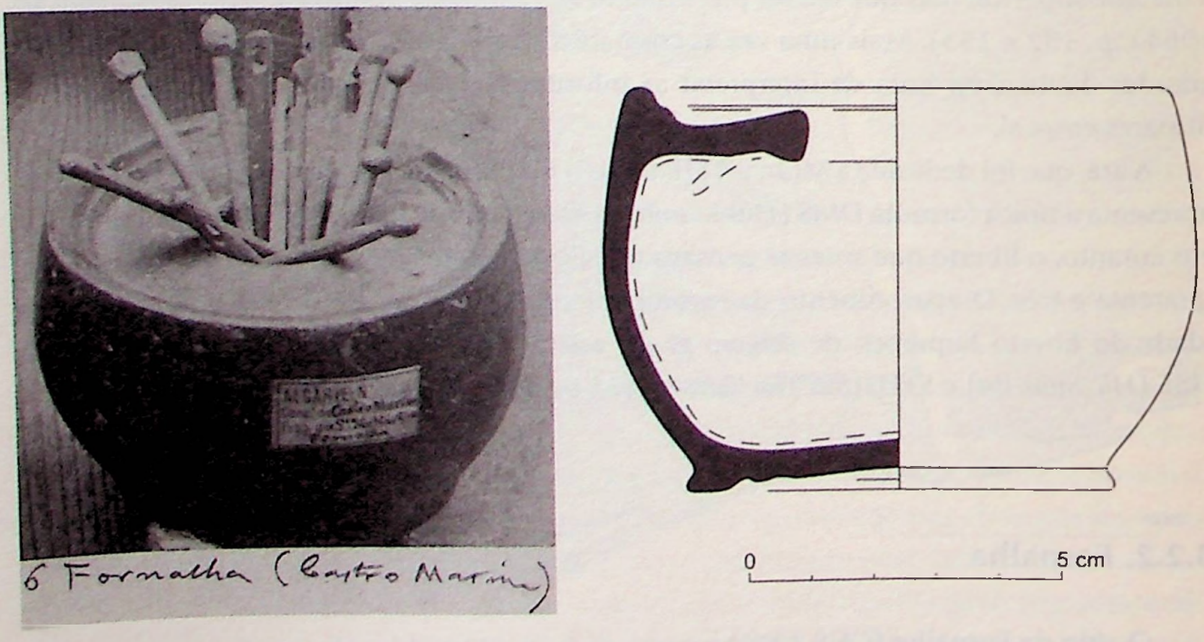


Fig. 25 — *Terra sigillata* da forma Hermet 18/Ritterling 13. Na fotografia contém alfinetes de cabelo provenientes de *Balsa*. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia e desenho do autor.

Aquilo que se pode subentender desta passagem é que o autor reconheceu a esta peça uma funcionalidade de acondicionamento de alfinetes de cabelo e de agulhas, podendo ter usado algumas peças que havia recolhido em Torre d'Ares para fazer um registo fotográfico que documentasse a sua função.

Por outro lado, sabemos que foi nos conjuntos de Torre de Ares que o arqueólogo algarvio foi buscar as peças representadas na fotografia, porque pelo menos um dos alfinetes apresenta características muito próprias. Devemos ainda insistir que a data da recolha dos artefactos ósseos e a da doação da peça de *terra sigillata* são coincidentes.

Por outro lado, poderíamos supor que Estácio da Veiga, ou mesmo depois Leite de Vasconcelos, poderiam ter misturado irremediavelmente os materiais, como muitas vezes aconteceu. Porém, colocámos essa possibilidade de lado devido ao facto de Estácio dizer claramente que «...parece ter servido para alfinetes de toucar». Acreditamos que se, de facto, os alfinetes e as agulhas tivessem sido recolhidos juntamente com a peça cerâmica, Estácio da Veiga teria deixado isso claro, fazendo alusão à quantidade de agulhas e de alfinetes.

Mas todos os dados que vimos apresentando sobre este sítio são já sobejamente conhecidos no seio da comunidade científica. O grande contributo que poderemos proporcionar com este estudo não se prende com a interpretação do sítio, espólio a ele associado ou mesmo sobre os antecedentes. O trabalho que realizámos permitiu sim lançar novos dados sobre a sua localização, para o qual muito contribuíram as prospeções efetuadas (Pereira, 2011), assim como um desenho que J. Leite de Vasconcelos nos deixou (Vasconcelos, 1919, p. 226), no qual pretendia registar a localização do sítio do Maudinheiro.

Como se sabe, a informação respeitante à maioria dos sítios arqueológicos do Sistema de Informação Endovélico encontra-se muitas vezes duplicada e até triplicada. Esse é o caso do sítio da Fornalha. Esta pode ser a situação do sítio arqueológico da Fornalha, sobre o qual muito se tem escrito sem que a sua localização esteja, efetivamente, comprovada (Santos, 1972, p. 350; Alarcão, 1988b, p. 206; Gonçalves, Arruda e Calado, 1996, p. 173 e 174; Pereira, 2011, p. 16 e 17). Certo é que tem várias localizações, como o comprova o relatório da «Área de Negócios do Sotavento Algarvio», com o código de processo 2005/1 (601).

3.2.3. Maudinheiro

Foi, precisamente, durante as prospeções efetuadas na área do Maudinheiro (CNS 1211, fig. 23) que foi possível a implantação do croqui de J. Leite de Vasconcelos (1919, p. 226, fig. 130) na área exata que este pretendia representar, possibilitando também a localização da Fornalha (fig. 26). Os pontos de referência, que na altura seriam bastante evidentes, não são hoje tão evidentes. As duas ribeiras que outrora o autor desenha, distribuindo posteriormente a localização dos sítios, estão hoje secas e ocultas pela densa vegetação, realidade que dificultou consideravelmente a sua localização.

Mas, quando implantado o desenho sobre as duas ribeiras, percebe-se que coincidem perfeitamente. Esta sobreposição veio então permitir a localização não só da «Fazenda do Maudinheiro» como também do sítio da Fornalha, igualmente indicado no manuscrito, e ainda do da Silveira, microtopónimo também aplicado à linha de água sazonal.

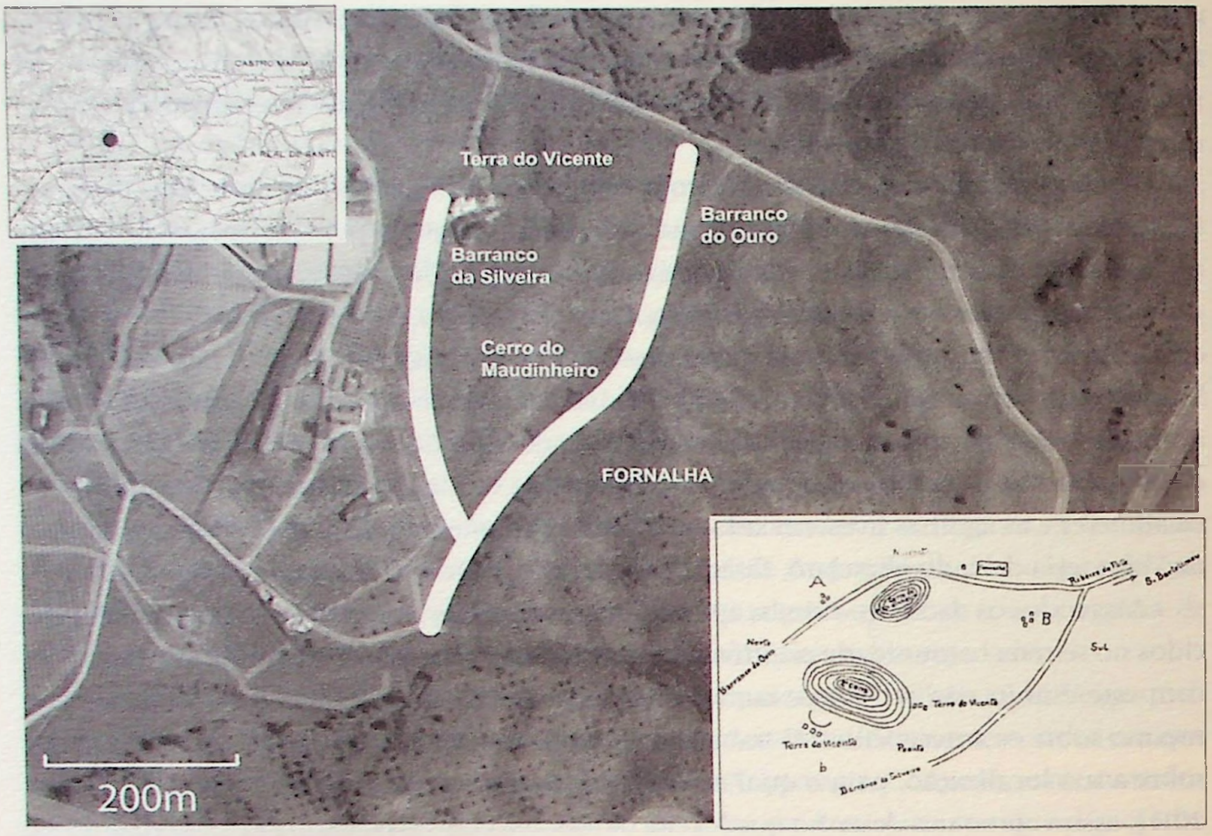


Fig. 26 — Localização do sítio da Fornalha e do Cerro do Maudinheiro segundo croqui de Leite Vasconcelos. Cartografia do autor.

Acreditamos que com isto poderemos estar mais próximos das áreas sondadas tanto pelo arqueólogo algarvio como pelo fundador do atual Museu Nacional de Arqueologia.

É evidente que todos estes locais são muito próximos (Vasconcelos, 1919). No entanto, não é tão evidente a datação da sua ocupação. Estácio da Veiga faz referência a sepulturas que, tudo aponta, parecem tratar-se de cistas «...havendo n'uma d'ellas quatro craneos, três mui conchegados á cabeceira do poente e um á do nascente, os quaes completamente se despedaçaram no acto da extracção.» (Veiga, 1891, p. 114). No entanto, J. Leite de Vasconcelos fala claramente de sepulturas romanas (1919, p. 227 e 228), sem que fique claro que sejam de facto de tal cronologia. Refere, constantemente, a utilização de pedras para a construção dos sepulcros, sem outros materiais de construção associados. Como é sabido, em época romana, mesmo mais tardiamente, embora se utilizem pedras, estas combinam-se, geralmente, com outros materiais, concretamente cerâmicos (Catarino, 1997-1998, est. CLXXV, fig. 1 e 2; Iniesta Sanmartín e Martínez Alcalde, 2000, fig. 4).

É na «Fazenda da Silveira», contígua à do Maudinheiro, que Vasconcelos descreveu construções que utilizam *opus signinum* na edificação (*ibidem*, p. 228). Pesem embora as afirmações anteriores, não descartamos de todo a forte possibilidade de estarmos perante a existência de uma *villa* romana. Os indícios são, aliás, favoráveis a esta hipótese. No entanto, as descrições das sepulturas, quer de Estácio da Veiga, quer de J. Leite de Vasconcelos, apontam para que estes sejam de cronologia anterior àquela aqui tratada.

Mas, a tratar-se realmente de uma *villa* romana, certamente que estaria equipada com uma necrópole, pese embora a escassez de materiais, de contextos e de informações, o estado de conservação da *terra sigillata* da Fornalha e a sua raridade.

3.3. Vila Real de Santo António

3.3.1. Horta

As únicas informações que temos sobre a necrópole da Horta (CNS 1206) chegaram-nos através de Leite de Vasconcelos (1919, p. 229). Não restam dúvidas que corresponderia a uma necrópole romana (fig. 27). Segundo as informações orais de quem escavou as sepulturas, estavam cobertas com *tegulae*, formando telhados de duas águas, informação mais tarde reproduzida por Maria Luísa Estácio da Veiga (Santos, 1972, p. 343).

O autor informa que não se encontrou qualquer espólio funerário, mas a verdade é que sendo comuns as sepulturas desta tipologia sem materiais, outras contêm ricos espólios (Corzo Sánchez, 1992; Vargas Cantos e Gutiérrez Deza, 2006b; Barragán Valencia, 2006; Vaquerizo Gil, 2007a), ficando por esclarecer se a ausência de materiais traduz a não deposição destes aquando da inumação ou, pelo contrário, resulta da ocultação de informação a Leite de Vasconcelos.

Arriscamos atribuir a esta necrópole uma cronologia centrada nos séculos III e IV, atendendo à possível ausência de espólio. Além disso, deve ter-se em conta a profusão deste tipo de coberturas neste espaço temporal, durante o qual têm maior incidência.

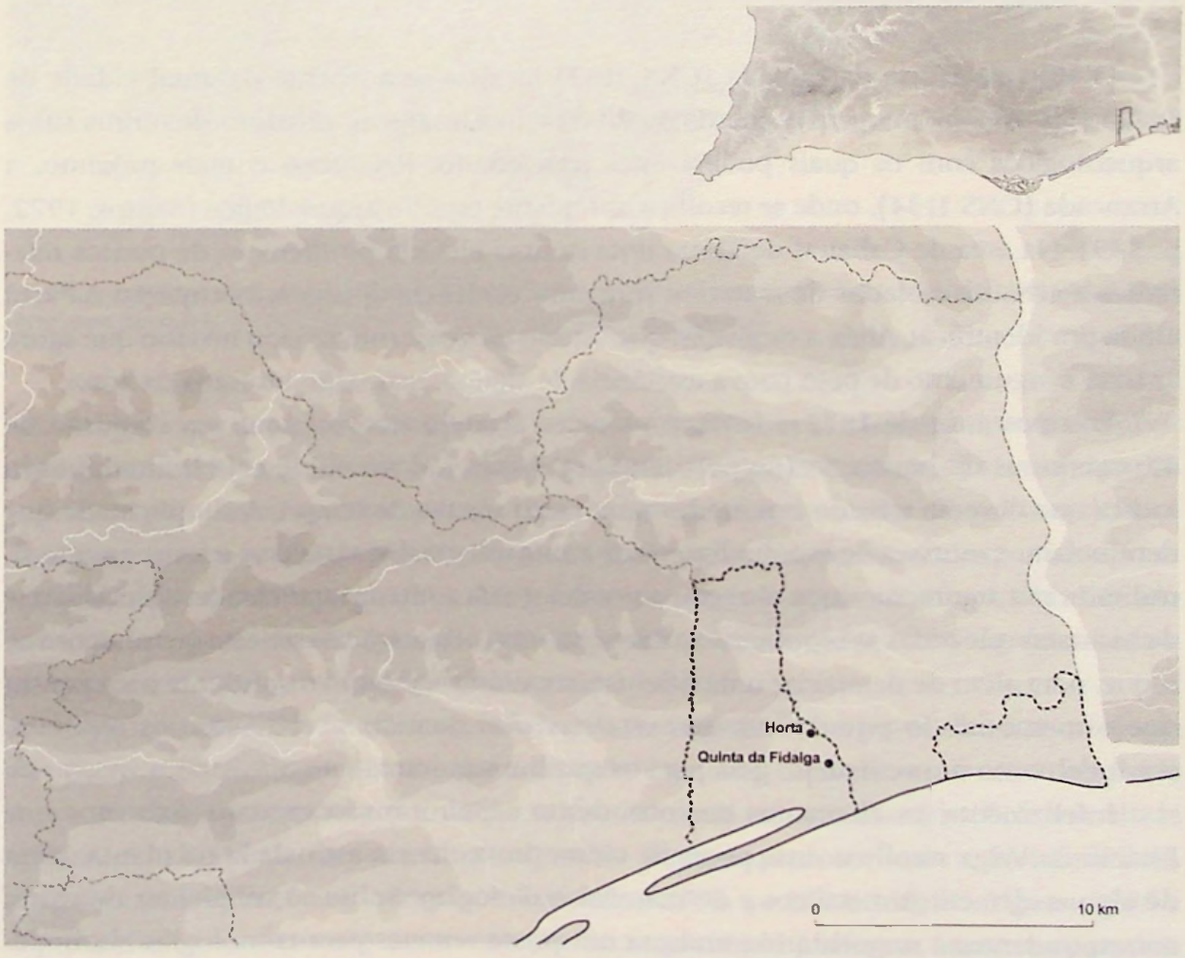


Fig. 27 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Vila Real de Santo António. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

3.3.2. Quinta da Fidalga

A Quinta da Fidalga (CNS 1207) corresponde a um local onde aparecem abundantes materiais romanos à superfície (fig. 27). Infelizmente não me foi permitido prospetar a área com o objetivo de detetar algum indício que possibilitasse o incremento da informação sobre este sítio arqueológico.

Sobre as sepulturas escavadas neste local nada se sabe. Contamos apenas com três linhas escritas por Vasconcelos que confirmam a existência de tais túmulos (1917, p. 126), informação mais tarde reiterada por Maria Luísa dos Santos (1972, p. 344).

Infelizmente, nada se poderá avançar sobre a cronologia deste espaço funerário. Sabemos apenas da existência de várias sepulturas que continham abundantes materiais. Sobre a arquitetura nada é adiantado e o paradeiro dos materiais é desconhecido. Leite de Vasconcelos informa ainda da recolha de numismas, mas também esses acabaram em posse de particulares.

3.4. Tavira

3.4.1. Horta da Canada

O sítio da Horta da Canada (CNS 1133) localiza-se a oriente da atual cidade de Tavira (fig. 28), na margem esquerda da Ribeira do Almargem, próximo de outros sítios arqueológicos com os quais poderá estar relacionado. Referimos o mais próximo, a Arrancada (CNS 1134), onde se recolheu abundante espólio arqueológico (Santos, 1972, p. 339). Na área de Cabanas de Tavira nota-se uma elevada proliferação de pontos referentes a achados isolados de materiais romanos, evidência de alguma ocupação na área ainda por identificar. Aliás, a escavação que Estácio da Veiga concretizou no sítio que agora se trata é argumento de peso para a existência de alguma ocupação humana da zona.

Entre os anos de 1877 e 1878, o pioneiro algarvio escavou aqui um conjunto de 17 sepulturas de inumação (fig. 29). Embora o material recolhido seja limitado, tudo indica que deverão ter sido executadas num curto espaço de tempo. A simplicidade que denunciam, a escassez de espólio funerário, a morfologia dos sepulcros e a sua grande similitude são argumentos que obrigam a ponderar esta contemporaneidade. Além disso, é de assinalar que todas as sepulturas apresentam uma orientação oeste-este quase rigorosa, o que, para além de denunciar uma orientação canónica, é motivo suficiente para pensar que o memorial do primeiro túmulo estaria visível quando se efetuaram os restantes, servindo como um verdadeiro guia para os que lhe seguiram.

Infelizmente, os elementos datantes destas sepulturas são escassos. Sabemos que Estácio da Veiga recolheu duas peças de vidro, proveniência assinalada na planta, além de alguns elementos metálicos e de material osteológico. Sobre os recipientes de vidro, correspondentes a unguentários, embora um possa remeter para cronologias altoimperiais (fig. 30, n.º 2), como, aliás, foi já adiantado (Alarcão, 1970, p. 254), o outro obriga a uma análise mais cuidadosa (fig. 30, n.º 1). A atribuição de uma cronologia centrada no

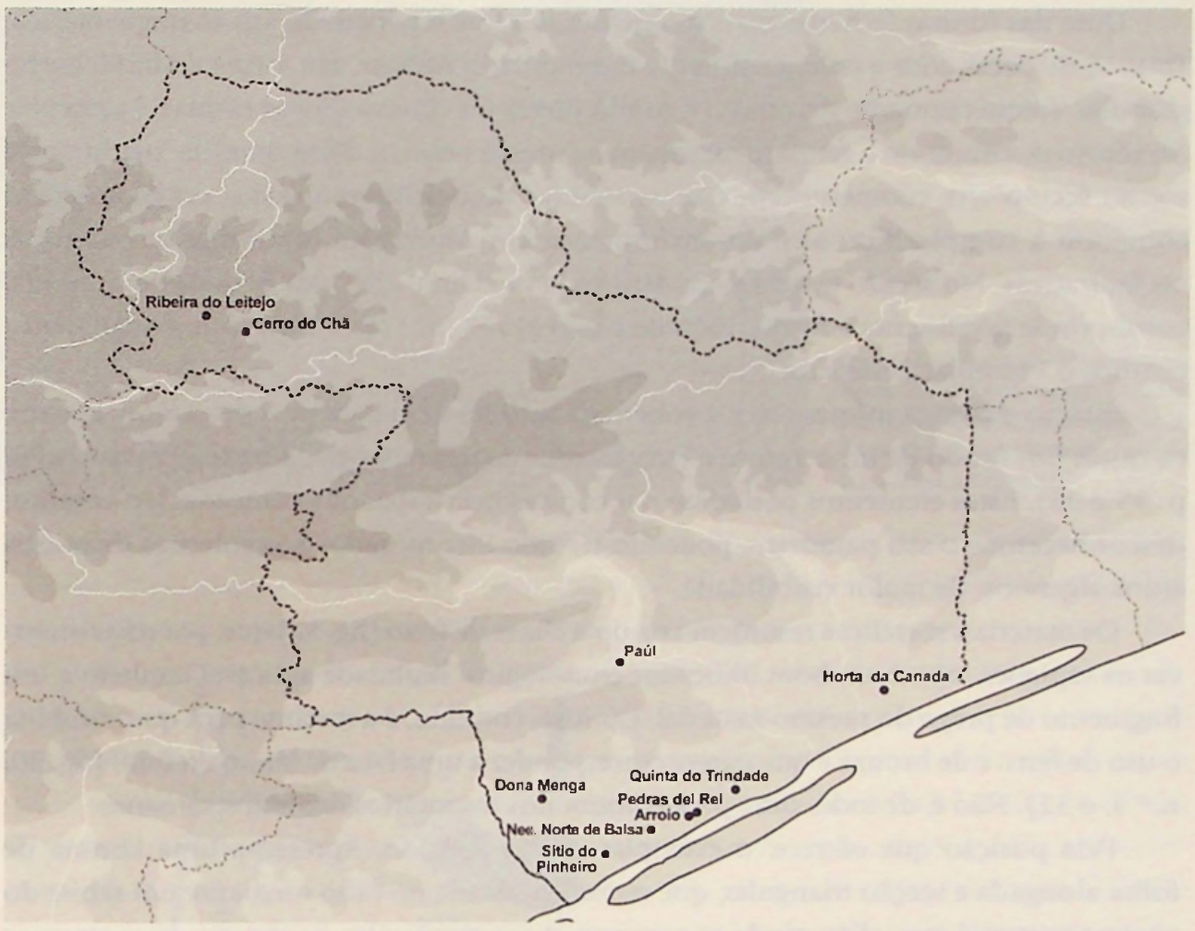


Fig. 28 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Tavira. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

século I para um dos exemplares parece ser contrastante com as características que ambos ostentam. Desde logo, é evidente que os tons escuros (verde e amarelo) são argumento suficiente para supor que se trata de peças com um elevado índice de vidro reciclado. Atualmente, sabe-se que, pelo menos a partir da segunda metade do século I, o vidro já era reciclado (Cruz, 2009a, I, p. 228 e 229). Contudo, esta atividade só se terá intensificado mais tarde, especialmente porque a sua imposição nos mercados terá sido demorada e porque não era uma atividade particularmente rentável.

Assim, considerando as características da necrópole, o rito praticado, a morfologia das peças e particularmente os seus atributos é possível apontar uma cronologia em torno do século III ou mesmo IV para a utilização deste espaço funerário. Refira-se ainda a proximidade da via romana longitudinal do Algarve que, com toda a probabilidade, passaria nas imediações (Rodrigues e Bernardes, 2003, p. 139 e 140; Rodrigues, 2004a, 2004b). Todos os elementos, com exceção do unguentário piriforme, remetem para um momento tardio da ocupação romana. Para o unguentário de tonalidade amarelada, com depressões ovaladas na base do colo e no fundo (fig. 31), foi já ensaiada a atribuição

de uma cronologia (Alarcão, 1970, p. 249 e 250, n.º 29), sem que se tenha, contudo, estabelecido qualquer paralelo que facilitasse a tarefa. O ineditismo da peça complica um enquadramento cronológico preciso, situação potenciada muito particularmente pelo grande desconhecimento que possuímos sobre o vidro da Antiguidade Tardia (Alonso Cereja, 2010, p. 106-108).

Uma das formas fechadas mais frequentes durante este período são os unguentários. Trata-se de peças com o colo geralmente estrangulado na base, em forma de funil, corpo globular, frequentemente decorado, e fundo plano ou côncavo. Estas formas, aparecidas no século III, começam a ser particularmente comuns no final dessa centúria, perdurando até ao século V/VI, momento em que as tímidas decorações estilizadas ou geométricas começam a complexificar-se e a transformar-se em decorações compostas, geométricas ou figurativas. No século IV, esta peça, fabricada mediante a técnica de sopro em molde, corresponde geralmente à forma 104b de Isings (1957, p. 123 e 124), com a qual identificamos o exemplar deste sítio.

Estácio da Veiga informa-nos também da recolha de fragmentos de cerâmica, entre os quais um fundo de uma ânfora e «fragmentos de mármore trabalhado» (Veiga, 1878, p. 95 e 96). Estes elementos poderiam dar consistência à datação avançada. No entanto, desconhecemos o seu paradeiro, podendo ter sido incorporados nas coleções de outros sítios algarvios, de maior visibilidade.

Os materiais metálicos resumem-se a uma chave de ferro (fig. 32) que, por não conservar os espigões, não é um bom indicador cronológico. Realidade aplicável também a um fragmento de prego do mesmo material. Curiosa, contudo, é a restante peça que combina o uso de ferro e de bronze e que parece corresponder a uma faca de lâmina retrátil (fig. 30, n.º 3, e 32). Não é, de todo, uma peça comum nos inventários dos sítios romanos.

Pela posição que oferece, o exemplar estaria fechado. Apresenta uma lâmina de folha alongada e secção triangular, que estava encaixada no cabo mediante um rebite do mesmo material que, aliás, ainda se conserva. A separar o cabo da lâmina, encontramos um elemento brônzeo, denteado, que envolvia o primeiro. A classificação do artefacto foi denunciada tanto pela posição da lâmina, como pela abertura que apresenta o elemento decorativo, que permitia que a lâmina fosse recolhida.

Se, em certa medida, estranhamos a morfologia deste artefacto, não podemos deixar de aludir ao silêncio de Estácio da Veiga sobre ele. Em nenhum local dos documentos manuscritos pelo próprio vimos qualquer referência aos instrumentos metálicos que referimos antes. Esta situação parece denunciar que estes três elementos não deverão ser provenientes da necrópole, até porque, a ser assim, também deveriam estar representados na planta. Por outro lado, não seria inédito que o seu escavador simplesmente os ignorasse por não lhes ver quaisquer características importantes. Admitimos as grandes reservas que mantemos sobre estes três artefactos, principalmente o «canivete». A serem provenientes das terras envolventes das sepulturas, devemos ponderar se se trata de peças recentes, como parece ser o caso. Ainda assim, não descartamos por completo que possam ter composto o espólio funerário de algum dos 17 sepulcros. Problemáticas à parte, seguramente que durante o século IV o conhecimento de metaloplastia era suficiente para elaborar este tipo de artefactos, que, em boa verdade, não exigiam muito do seu fabricante. Ainda assim, não podemos deixar de questionar até que ponto o conceito era já conhecido, principalmente tendo em conta o constante silêncio na bibliografia da especialidade.

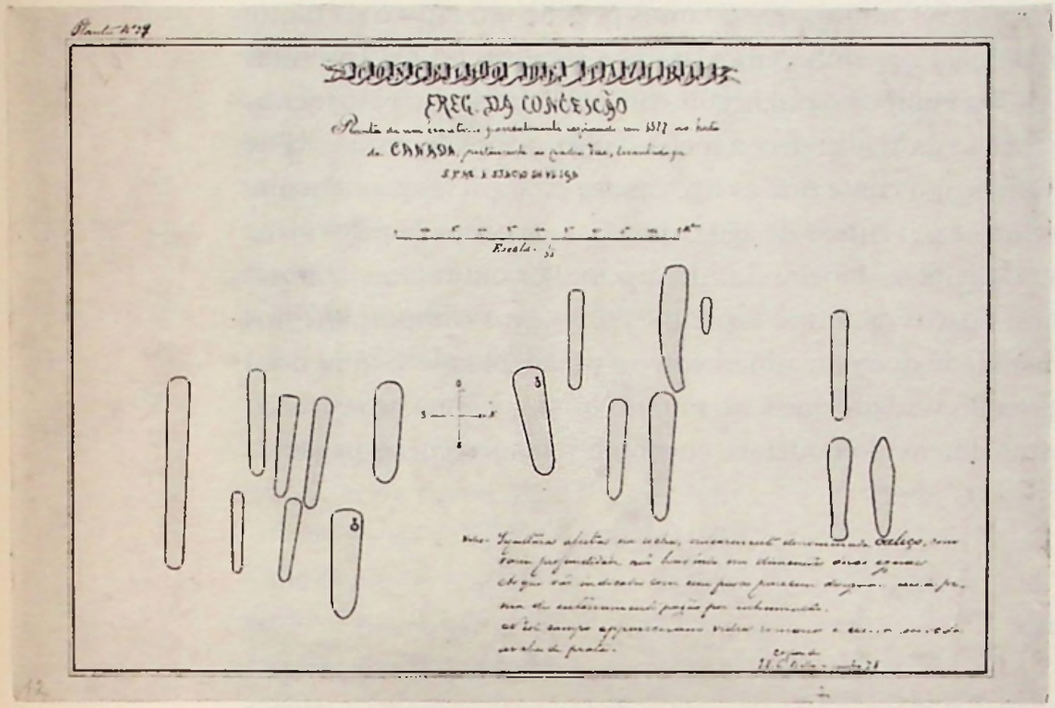


Fig. 29 — Planta da necrópole de Horta da Canada, Tavira. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia de Luísa Oliveira (DGPC/ADF).

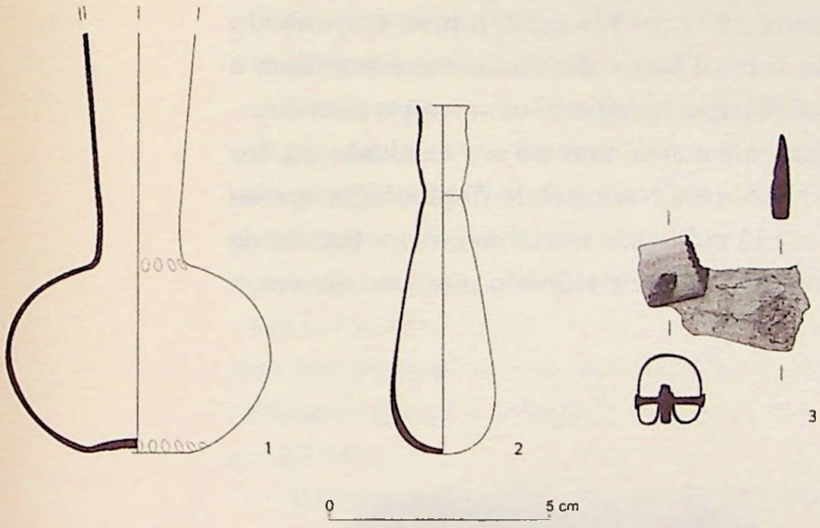


Fig. 30 — Espólio proveniente das sepulturas escavadas na Horta da Canada por Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia. Desenho do autor.

Fig. 31 — Pormenor das depressões do unguentário de corpo globular. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

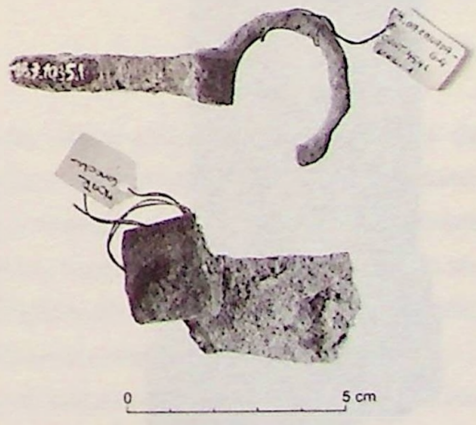
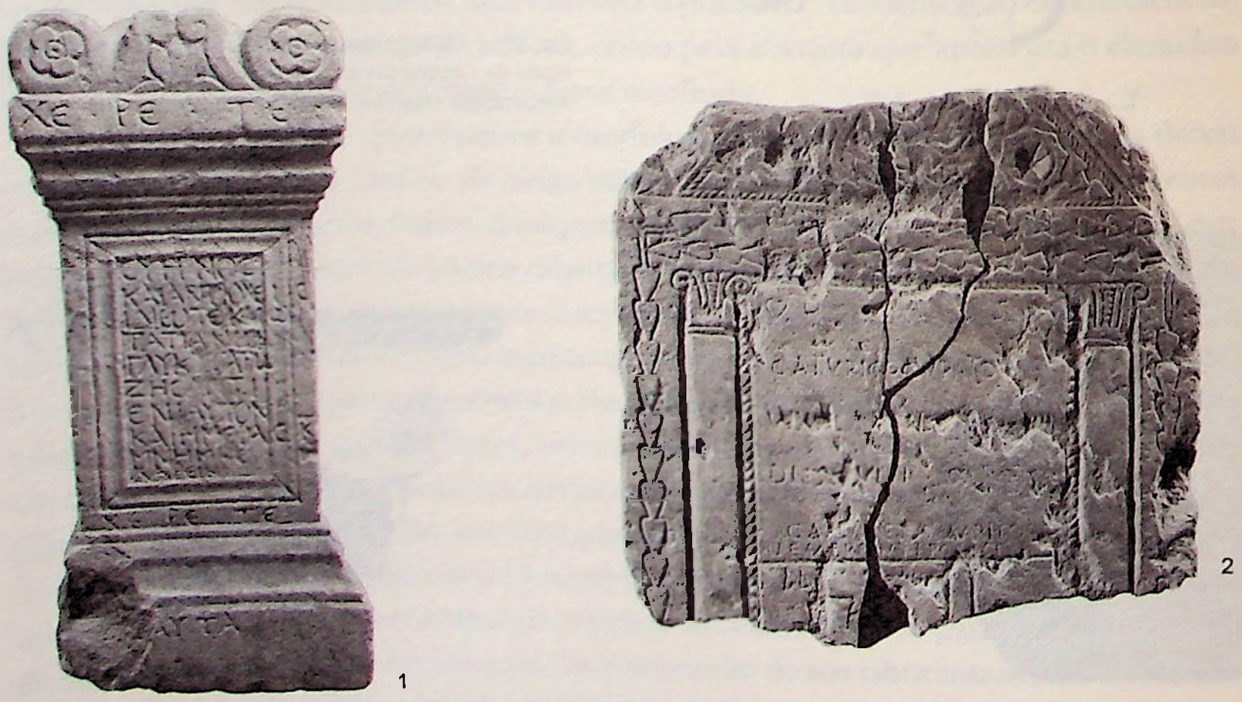


Fig. 32 — Chave de ferro e fragmento de «canivete» da Horta da Canada. Fotografia do autor.

Com os dados expostos, é possível admitir que estamos perante um espaço da morte de uma qualquer *villa* tardia, da qual desconhecemos ainda a localização. As sepulturas foram abertas no substrato rochoso, composto essencialmente por calcário, ou pelo menos isso subentendemos quando Estácio da Veiga refere a rocha «vulgarmente denominada de caliço» (planta n.º 39). Se tivermos em conta que as necrópoles estavam frequentemente separadas dos núcleos habitacionais por cursos de água, quiçá a área ocupada pelos vivos estivesse localizada na margem direita da Ribeira do Almargem. Por outro lado, lembramos que durante o século IV os espaços da morte experimentam novos comportamentos impulsionados por uma mentalidade que paulatinamente se vai adaptando a uma nova fé «de massas». Não obstante, sendo verdade que é no mundo rural que mais se resiste ao novo credo, mesmo quando implementado podemos encontrar remanescências pagãs.

3.4.2. Quinta do Trindade

Da Quinta do Trindade (CNS 939) não temos muitos dados, especialmente sobre a necrópole que aí se localizaria (fig. 28). Este sítio foi, com efeito, um dos primeiros de que Estácio da Veiga teve conhecimento (Santos, 1972, p. 326 e 327), mas, empenhado em comprovar que os terrenos da Quinta da Torre d'Ares e das Antas correspondiam à localização da antiga cidade de *Balsa* (Veiga, 1866), não investiu aí nem tempo nem esforço. É possível que tenha explorado apressadamente a área, mas do seu resultado ou dos eventuais materiais recolhidos nada se sabe. No Museu Nacional de Arqueologia apenas consta a lápide com inscrição grega (fig. 33, n.º 1) publicada inicialmente por Estácio da Veiga (1866, p. 25-28), que se apoiou nas interpretações de Hübner, que, por sua vez, a republicou mais tarde (1871, p. 33).



1 2

Fig. 33 — Aras funerárias da Quinta do Trindade. Fotografias cedidas pelo Museu Nacional de Arqueologia.

A cronologia apontada para o monólito foi a segunda metade do século I (Veiga, 1866, p. 27), datação contestada na década de 90 do passado século quando é relacionada com a Tardo-Antiguidade (Perea Yébenes, 1995, p. 169-183) e se dá uma nova leitura da peça, onde se destaca a saudação aos transeuntes: «Salvé. Eúenos e Antiocheís, a seu filho Tatianós, tão doce, que viveu um ano e vinte e três dias. Em memória. Salvé! Assim é!...»

Infelizmente, não há dados que permitam corroborar uma, ou outra proposta, nem materiais que denunciem qual a cronologia correta. Não obstante, lembramos que Estácio da Veiga divulgou outro memorial funerário, que está atualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia, embora como proveniente de Santa Luzia, Tavira. Além desta lápide, da qual esboçaremos breves comentários, refere ainda a existência de «fragmentos de estátuas, columnas, e outros objectos antigos» (Veiga, 1866, p. 24). Existem, portanto, materiais provenientes deste local, mas desconhecemos o seu paradeiro.

A lápide funerária, que corresponderá a uma ara (fig. 33, n.º 2), contém a típica fórmula DMS e está dedicada a Caturico Lupato, de 58 anos, pela sua cônjuge Caturica Agathemera (Encarnação, 1984a, p. 141 e 142). Estácio da Veiga deixou bem claro que esta peça estava embutida na soleira da porta da casa da «fazenda do Trindade» (Veiga, 1866, p. 24), informação renovada pela sua descendente (Santos, 1972, p. 326 e 327). Esta peça foi datada de final do século II e início da centúria seguinte (Encarnação, 1984a, p. 142), cronologia que poderá ser confirmada pela decoração, mas que poderá contrastar com a tipologia do memorial.

Infelizmente, estes dados de nada servem para esclarecer a cronologia do monólito redigido em grego. Sobre esta ara, apenas salientamos a tipologia do memorial, abundantemente utilizada durante o Alto-Império, e a sua provável localização no espaço cemiterial que, como muito bem salientou Estácio da Veiga, «estava collocado em estrada pública; pois assim o deixa deprehender a saudação aos transeuntes com que principia e termina a sua inscripção» (Veiga, 1866, p. 28). Não é nossa intenção tomar um, ou outro, partido, mas não podemos deixar de lembrar que, em momento avançado da Tardo-Antiguidade, assistimos já a uma paisagem funerária bastante distinta e diversa (Sanchez Ramos, 2006, p. 175-182).

Foi já proposto que esta necrópole deverá ter pertencido, provavelmente, a uma *villa* localizada na área (Viegas, 2011, p. 393), proposta que não contestamos.

3.4.3. Pedras d'el Rei

Não são muito abundantes as informações de que dispomos sobre a necrópole de Pedras d'el Rei (CNS 7585) 94 e, as poucas de que temos conhecimento, não são esclarecedoras sobre a sua localização. Refletindo sobre a localização das necrópoles balsenses (fig. 28 e 34), não parece descabido ponderar que as diferentes informações, que tratam sepulturas aparecidas nos topónimos de Antas, Arroio e Pedras d'el Rei, remetam, na verdade, para o mesmo espaço funerário. Analisemos com mais pormenor os dados existentes.

Estácio da Veiga, ao contrário do que vem sendo avançado para a maioria dos sítios arqueológicos algarvios, não foi o principal interveniente neste local, mas foi, contudo, o seu principal divulgador e, com forte probabilidade, o seu descobridor, ainda que já no

século XVIII houvesse notícia de que desde o «sítio do Arroio até ao Porto da Pedra (Pedras d'el Rei), [...], havia uma cidade» (Viana, 1952b, p. 277). Ainda que Estácio da Veiga tenha recolhido aí algum material (Santos, 1972, p. 307), só na década de 50 do século seguinte é que o sítio viria a ser intervencionado por Abel Viana (1952b), que explorou contextos funerários.

O trabalho publicado por este autor permite, desde logo, fazer alguns comentários sobre a localização do sítio. Na primeira página, fica esclarecido que as sepulturas por ele escavadas estão junto à margem da Ria Formosa, numa plataforma, área onde chegam as ruínas da cidade de *Balsa* (*ibidem*, p. 261). Esta afirmação já nos obriga a suspeitar da localização da necrópole de Pedras d'el Rei. Mais adiante, o autor assegura categoricamente que «El sitio por donde se estenden las ruinas de Balsa tiene el nombre genérico de Arroio y en el se situan las fincas de Ondas, Torre d'Ares, Antas y Pedras d'el Rei, siendo la segunda aquella en que los vestigios de la ciudad se mostraron más densos.» (Viana, 1952b, p. 262). Questionamo-nos até que ponto não deverá existir uma imensa troca de topónimos por parte de cada um dos diversos exploradores.

É provável que, ao longo do tempo, cada interveniente nos vestígios balsenses tenha adotado os topónimos consoante lhe parecia mais correto, podendo, assim, ter-se denominado a mesma área através de designações diferentes. Por outro lado, situação que talvez possa ser a mais plausível, a grande proximidade de diversas ribeiras na zona terá originado diferentes topónimos numa área concentrada, que se reflete nas diferentes quintas existentes. Assim, entre a Ribeira da Luz e a Ribeira das Antas localiza-se a Quinta de Torre d'Ares, entre a Ribeira das Antas e a da Chareca a Quinta das Antas, entre a Ribeira da Chareca e do Arroio a Quinta do Arroio, e para Oriente da Ribeira do Arroio está Pedras d'el Rei. É certo que a toponímia atual não parece concordar com esta possibilidade. Não obstante, salientamos que nos dias de hoje os topónimos de Antas, Ondas ou Porto da Pedra desapareceram por completo dos registos cadastrais.

Com esta separação territorial da área (fig. 34), utilizando a geografia e hidrografia natural frequentemente usada na Antiguidade recente, quiçá possamos compreender melhor as indicações efetuadas há mais de um século, ou mesmo aquelas fornecidas por Abel Viana. Aliás, estamos convencidos de que as sepulturas que o último terá escavado deveriam situar-se muito próximo à Ribeira do Arroio, mas na margem que tem como topónimo Pedras d'el Rei. Na margem direita da mesma linha de água, tivemos oportunidade de constatar a existência de abundantes materiais arqueológicos, que poderão denunciar a localização da denominada necrópole do Arroio. Certifica esta intuição o relatório de acompanhamento arqueológico da obra «Sistema Intercetor de Almargem (concelho de Tavira)», durante o qual foi possível detetar a presença de uma sepultura (Cunha, 2006).

Não pretendemos questionar a classificação de *villa* que vem sendo atribuída ao sítio de Pedras d'el Rei (Viegas, 2011, p. 393), pretendemos sim colocar a possibilidade de a *urbs* e a *villa* partilharem a mesma necrópole. Tal realidade não nos parece de todo descabida e tivemos já oportunidade de falar sobre esta partilha de equipamentos públicos, que se verificou até há bem pouco tempo, principalmente em meio rural. Também é admissível que os dois núcleos tenham fundado espaços da morte distintos, mas que, com a expansão da urbe, estes se tenham fundido ou, pelo menos, ficaram tão próximos que não é atualmente possível perceber onde termina um e começa o outro.

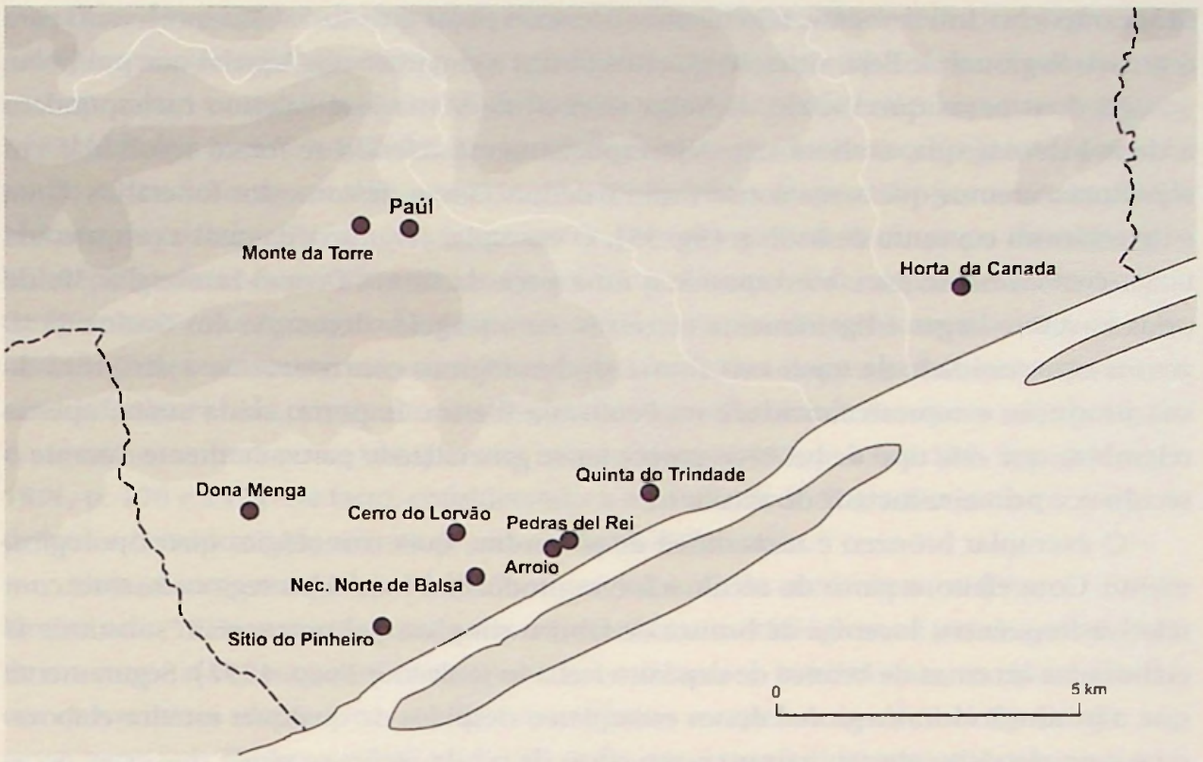


Fig. 34 — Concelho de Tavira, ampliação da área entre o sítio do Pinheiro e a Quinta do Trindade. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Voltando à questão sobre a frequente confusão entre os topónimos locais, Abel Viana parece equivocar-se na localização de Pedras d'el Rei, uma vez que, num mapa elaborado pelo próprio (1952b, fig. 1), coloca este sítio antes da Quinta das Antas. Assim, ou o autor se enganou na localização do sítio, ou então, na verdade, explorou sepulturas da necrópole que vem sendo localizada no Arroio. Os dados existentes até ao momento ainda não são suficientes para adiantar elementos demasiado concretos sobre esta necrópole. Fernandes Mascarenhas também parece ter intervencionado na necrópole de Pedras d'el Rei sem que, contudo, esclareça a localização das intervenções, ou pormenores dos contextos (1978).

Contrariamente ao que acontece na necrópole norte de *Balsa*, apenas foi detetado o rito de inumação nas cerca de 12 sepulturas escavadas pelo proprietário e depois analisadas por Abel Viana (1952b, p. 281). Considerando as indicações deste último, entretanto confirmadas por Maria Luísa Santos (1972, p. 308 e 309), deverão ter uma cronologia balizada no século III, podendo estender-se até ao início do século IV. Tal proposta é avançada com base na tipologia das estruturas funerárias subterrâneas, especialmente na utilização de *laterae* de tipo *sesquipedalis* ou mesmo *bipedalis* (Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 1999, p. 300). Este tipo de materiais foi também constatado em uma sepultura de inumação da necrópole do Amendoal, que tive oportunidade de observar pessoalmente. Como se sabe, as estruturas funerárias superficiais raramente sobrevivem às ações humanas. Falta apurar, contudo, a cronologia que os materiais oferecem e perceber se concordam com esta proposta. Refira-se, no entanto, que os espólios que observámos não foram aqueles que Abel Viana recolheu na década de 50. O conjunto que inventariámos conta com duas peças que foram oferecidas a Estácio da Veiga, seguramente provenientes de sepulturas, tendo as restantes 11 sido compiladas por Fernandes Mascarenhas, que também se interessou por este sítio arqueológico, estando depositadas no Museu Paroquial de

Moncarapacho. Infelizmente, não tivemos acesso às peças que Abel Viana terá levado para o Museu Regional de Beja, situação que nos obriga a cingirmo-nos àquelas que publicou.

As duas peças que Estácio da Veiga recebeu de Maria José Palermo correspondem a duas lucernas que, embora não seja explicitamente referido se foram recolhidas em sepulturas, cremos que a sua conservação é denunciadora de contextos funerários. Uma é de cerâmica e a outra de bronze (fig. 35). O exemplar cerâmico, da qual a proprietária fazia, curiosamente, uso, corresponde a uma peça da forma Dressel-Lamboglia 30, de orlas bastante largas e ligeiramente convexas, com singular decoração em óvulos. Já tivemos oportunidade de tratar esta forma «lychnológica», concretamente a dinâmica da sua produção e representatividade na Península Ibérica. Importa, ainda assim, apenas relembrar que este tipo de lucernas parece ter-se generalizado particularmente durante o século III e primeira metade do século IV.

O exemplar brônzeo é mais difícil de enquadrar, quer cronológica quer tipologicamente. Com efeito, a partir do século II foram produzidas local e/ou regionalmente, com relativa frequência, lucernas de bronze de fabrico simples, que procuravam substituir as elaboradas lucernas de bronze de depósito fechado (Salvador Pozo, 1997). Seguramente que a produção local/regional destes exemplares, despidos de qualquer estética elaborada e com depósito aberto, baixava o seu custo de venda. Refira-se ainda que estas peças deveriam permanecer estáticas quando em funcionamento, uma vez que, com o depósito aberto, o seu transporte era mais difícil, sendo certamente por este motivo tão raras.

A passagem de Abel Viana pela necrópole de Pedras d'el Rei permitiu-lhe recolher um conjunto de 12 peças, das quais tratamos apenas aquelas que compunham o mobiliário funerário. Referimo-nos, concretamente, a um exemplar de pote de grandes dimensões (Viana, 1952b, p. 284, lâmina III, 6), que o autor atribuiu a uma produção local. Não obstante, devemos ser cautelosos na aceitação desta proposta, uma vez que todas as peças cerâmicas foram consideradas produções locais/regionais, realidade que não parece verosímil, atendendo à dinâmica comercial da época.

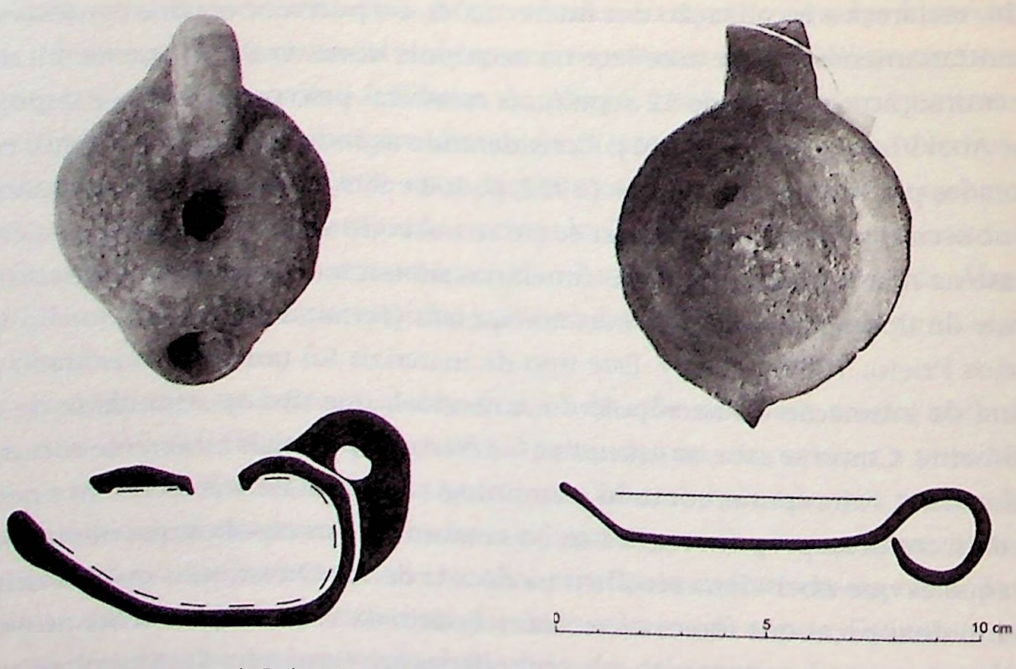


Fig. 35 — Materiais provenientes de Pedras d'el Rei oferecidos a Estácio da Veiga por Maria José Palermo. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia e desenho do autor.

Duas das peças recolhidas aparentam uma morfologia idêntica, distinguível apenas pela presença de uma asa em um dos exemplares. Apesar das similitudes, é possível que correspondam a categorias cerâmicas diferentes: um potinho de cerâmica comum (Viana, 1952b, lâmina IV, n.º 9 da direita), provavelmente de produção local/regional, considerando a descrição da cor da pasta; um púcaro da forma Hayes 131, portanto, cerâmica africana de cozinha (*ibidem*, lâmina IV, n.º 9 do centro). Trata-se de peças de corpo globular, pé bastante destacado e bordo exvertido, por vezes bífido, separado do corpo por um pequeno colo estrangulado. Ostentam ainda uma asa de perfil semicircular e secção ovalada, frequentemente com uma nervura central. Cronologicamente, esta forma vem sendo documentada principalmente durante a segunda metade do século I e a primeira do século II, embora possa transpor esta baliza (Hayes, 1972, p. 178 e 179; Aguarod Otal, 1991, p. 296 e 297). De facto, considerando a ausência de incinerações nestes contextos, devemos considerar que se trata de um exemplar mais tardio.

Além destes exemplares, Abel Viana publicou ainda um «cântaro» (Viana, 1952b, lâmina IV, n.º 9 da esquerda) que, pelas características morfológicas, se trata, seguramente, de um jarro tardio enquadrável no século VI ou mesmo V. Infelizmente, as circunstâncias em que estamos obrigados a analisar os artefactos recuperados por Abel Viana não nos permitem aferir ilações mais acertadas, nem dão segurança às interpretações avançadas.

Quanto às restantes duas peças, uma deverá corresponder a uma tigela de cerâmica comum (*ibidem*, lâmina V, n.º 10 da esquerda), que, pela descrição, se pode incluir nas produções do Guadalquivir, tendo a outra sido considerada pelo autor como uma imitação, de cerâmica comum, de uma taça de *terra sigillata* da forma Drag. 27 (*ibidem*, lâmina V, n.º 10 da direita). A qualidade da imagem não permite confirmar ou refutar tal proposta.

Reparamos, portanto, que são apresentados alguns materiais que poderão recuar a cronologia inicialmente avançada e que, em certa medida, contrastam com o rito praticado neste espaço. Exemplo desses materiais são o púcaro Hayes 131 ou a «imitação» da Drag. 27, aos quais poderemos juntar os quatro numismas que o autor também datou do século I. Estas contradições podem ser resultado da presença de materiais que não fazem parte do mobiliário funerário, como é o caso das moedas, ou por classificações que não correspondem à realidade. Relembramos que não tivemos possibilidade de observar, pessoalmente, os materiais que Abel Viana levou para Beja.

Apesar das contingências, o arqueólogo pacense avançou alguns dados que permitem dar consistência à hipótese de estas sepulturas pertencerem a uma necrópole urbana. É referido que a «algunas decenas de metros al Naciente del límite oriental de esta necrópolis había una parte en la que los esqueletos se amontonaban en gran número, sin sepultura, simplemente envueltos por una arena negruzca [...]. Era una especie de fosa común» (Viana, 1952b, p. 284 e 285). Embora seja arriscado avançar com interpretações para estes parcos apontamentos, não é descabido pensar que se trate de um *puticulum*, ou seja, uma fossa comum destinada aos indigentes, condenados, prostitutas e, também, aos escravos. Até ao momento, esta realidade está atestada em cidades romanas onde a densidade populacional se fez sentir de forma mais evidente. É o caso de Mérida, onde foi identificado um *puticulum* (Pérez Maestro e Márquez Pérez, 2002; Pérez Maestro, 2004) e *Olisipo*, onde acreditamos que existem evidências da mesma realidade (Bugalhão et al., 2013). Mais uma vez, referimos que a proximidade à cidade romana de *Balsa*, assim como a aparente confusão de microtopónimos na área, associados à existência de um possível

puticulum, obrigam a considerar que este espaço intervencionado pelo arqueólogo pacense correspondeu, na verdade, à necrópole do Arroio. De momento, porém, esta é uma possibilidade que carece ainda de confirmação.

Se os materiais recolhidos por Abel Viana apontam uma cronologia tardia, claramente associados a enterramentos de inumação, mais antigos parecem ser os materiais que Fernandes Mascarenhas compilou, supostamente, na mesma zona. No entanto, da sua proveniência, contextos ou tipo de exéquias a que estavam associados nada sabemos. Depreendemos que esses materiais foram sendo oferecidos ao algarvio (Mascarenhas, 1978, p. 24) natural de Moncarapacho, motivo que justifica a presença de uma panela seiscentista (fig. 36, n.º 1) entre o espólio do Museu Paroquial de Moncarapacho. Os restantes materiais contam com um exemplar de uma lucerna da série de disco (fig. 36, n.º 2), que pudemos classificar da forma Dressel-Lamboglia 20. Não repetiremos, neste âmbito, as características desta forma, dinâmica comercial ou produtiva, relembrando apenas que estas peças surgem na viragem do século I para o século II, mantendo-se em uso durante toda a segunda centúria da nossa era.

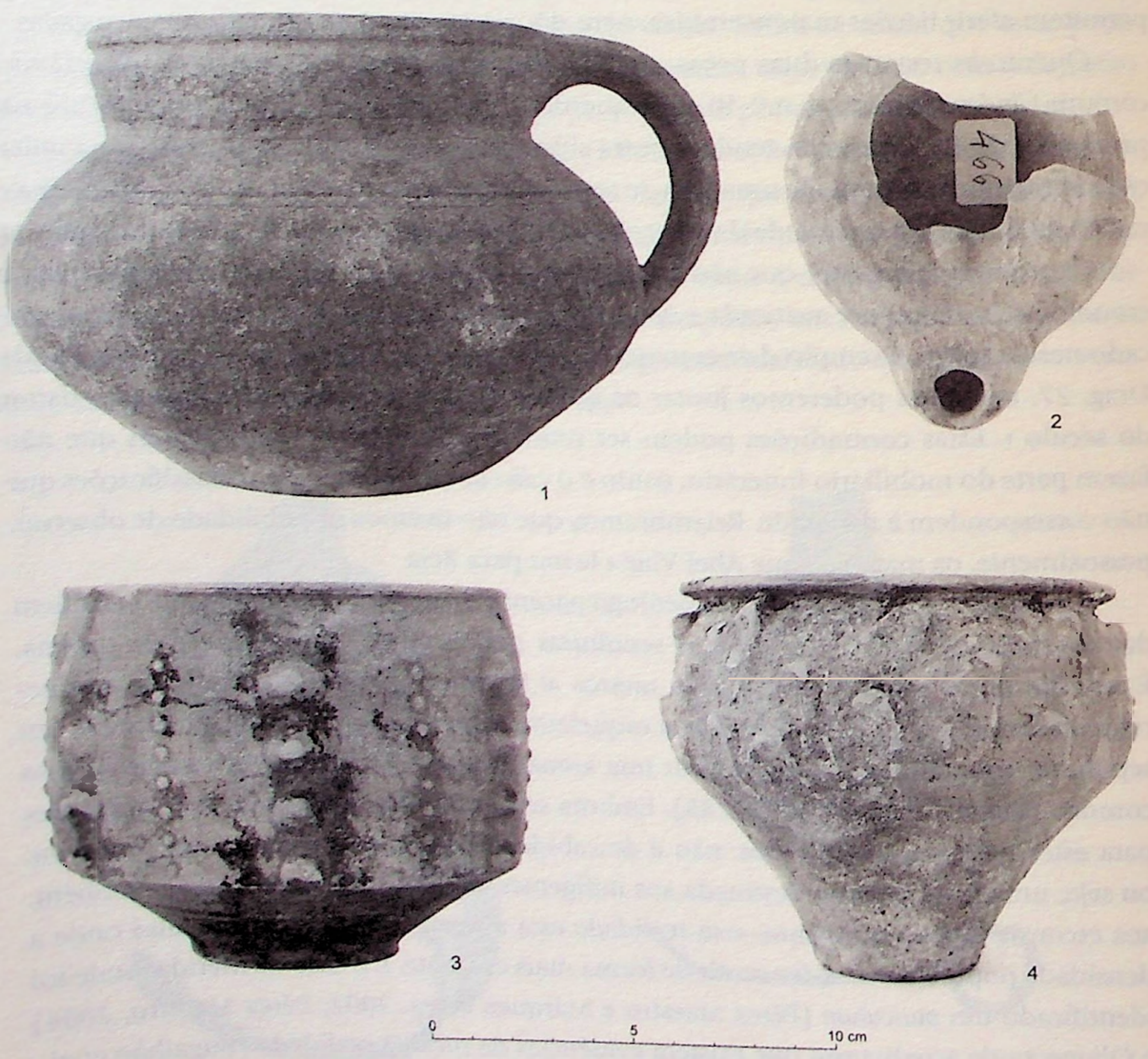


Fig. 36 — Panela seiscentista (n.º 1), lucerna da série de disco da Bética costeira (n.º 2) e cerâmicas de paredes finas da forma Mayet XXXVIIIB (n.º 3) e XLIIA (n.º 4). Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

Duas peças de paredes finas foram também identificadas entre o espólio depositado no museu algarvio. Referimo-nos concretamente a um protótipo da forma XXXVIIIB de Mayet (fig. 36, n.º 3) e a outro da forma XLIIA (fig. 36, n.º 4) da mesma tipologia. Ambas partilham a mesma técnica decorativa na parede externa, embora a um tenham sido aplicados mamilos ou pérolas e ao outro escamas de pinha, partilhando ainda o mesmo sucesso comercial e a mesma datação em território peninsular, que não vai além da viragem do século I para o II.

A *terra sigillata* também compõe o conjunto do Museu Paroquial de Moncarapacho, concretamente um exemplar sudgálico da forma Drag. 27, que concorda com a cronologia das paredes finas, e ainda um prato de *terra sigillata* clara A, da forma Hayes 14c (fig. 37, n.º 1), datada do século III (Bonifay, 2004, p. 157-159). Também de importação norte-africana é o prato/tampa de cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 196A (fig. 37, n.º 2). Juntamente com a forma 197, com a qual forma conjunto, foram das formas mais difundidas desta categoria cerâmica entre o final do século I e a segunda metade do II, havendo contextos que permitem constatar ainda a sua utilização durante o início do século III (Pereira, 2012c, p. 168).

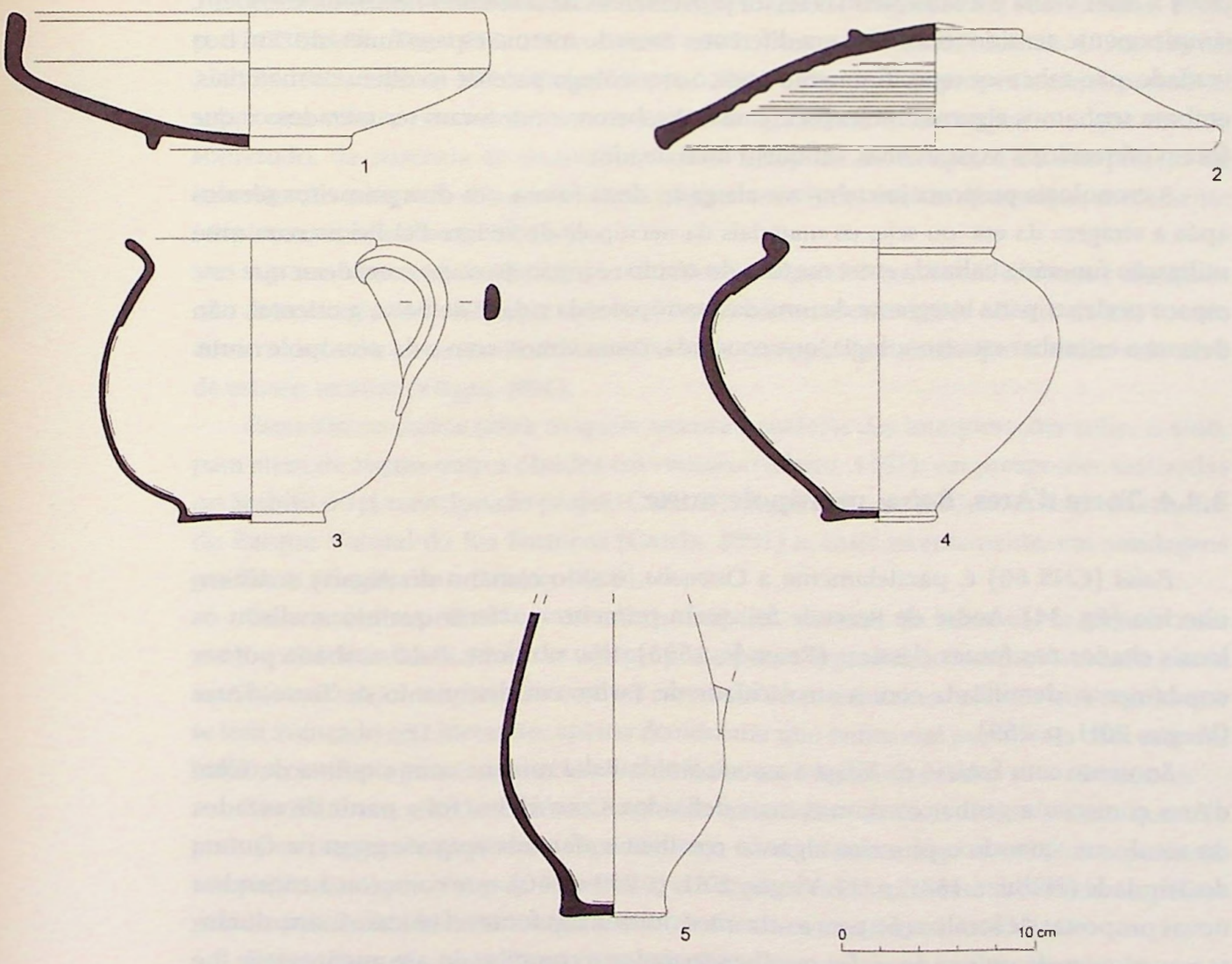


Fig. 37 — Materiais recolhidos em Pedras d'el Rei por Fernandes Mascarenhas. Museu Paroquial de Moncarapacho. Desenho do autor.

Resta apresentar as formas pertencentes à categoria da cerâmica comum que engloba quatro peças. Uma corresponde a um pequeno púcaro de produção local/regional (fig. 37, n.º 3), forma bastante frequente em contextos funerários romanos durante os séculos I e II, outra a um potinho globular (fig. 37, n.º 4), semelhante ao tipo x-A-5 identificado em São Cucufate (Pinto, 1999, p. 488), e aos da necrópole norte de Torre d'Ares, que, como se verá adiante, possuem características que parecem ser exclusivas do extremo sul peninsular.

Além destes exemplares foram ainda identificados um pote de produção da Bética costeira, de grandes dimensões, e um potinho produzido na área do vale do Guadalquivir (fig. 37, n.º 5). O pote originário da área andaluza litoral corresponde a um tipo bastante comum e difundido por todo o Império Romano. Apresenta o bordo exvertido, de perfil em S, colo curto, corpo de tendência globular e base côncava. O potinho da área do Guadalquivir, típico de época romana alto-imperial (Pinto e Morais, 2007, p. 242), está mal conservado, oferecendo apenas a metade inferior do corpo. Tal situação não fornece segurança na classificação atribuída.

Após uma análise mais detalhada dos materiais, verificamos que a cronologia, avançada com base nos ritos funerários e nas estruturas tumulares deste espaço, muda substancialmente com a análise do mobiliário funerário, principalmente pelo que foi compilado por Fernandes Mascarenhas. Esta situação, contudo, não é sinal de que os materiais oferecidos a Abel Viana e a Mascarenhas sejam provenientes de diferentes necrópoles. Podem, simplesmente, ter sido recolhidos em diferentes áreas do mesmo espaço funerário. Em boa verdade, não sabemos especificamente onde o arqueólogo pacense recolheu os materiais, embora tenhamos algumas indicações, e menos sabemos onde foram recuperados os que foram oferecidos a Mascarenhas, ou quem foi o doador.

A cronologia proposta inicialmente alarga-se, desta forma, aos dois primeiros séculos após a viragem da era: ou seja, os materiais da necrópole de Pedras d'el Rei acusam uma utilização funerária balizada entre meados do século I e início do IV. Ao considerar que este espaço pode ser parte integrante de uma das necrópoles da cidade de *Balsa*, a oriental, não devemos estranhar esta cronologia, que concorda, como vimos, com a da necrópole norte.

3.4.4. Torre d'Ares, *Balsa*: necrópole norte

Balsa (CNS 60) é, paralelamente a *Ossonoba*, o sítio romano do Algarve mais conhecido (fig. 34). André de Resende foi quem primeiro o referiu quando analisou os locais citados nas fontes clássicas (Resende, 1593). Não obstante, *Balsa* acabaria por ser erradamente identificada com a atual cidade de Tavira, em detrimento de Torre d'Ares (Viegas, 2011, p. 259).

Somente com Estácio da Veiga a associação da *Balsa* romana com a quinta de Torre d'Ares começou a ganhar contornos mais definidos. Com efeito, foi a partir de meados do século XIX, quando o pioneiro algarvio recolheu a afamada epígrafe grega na Quinta do Trindade (Hübner, 1871, p. 33; Viegas, 2011, p. 259 e 260), que começou a engendrar novas propostas de localização para a urbe mencionada nas fontes clássicas. Assim, durante pouco mais de quinze anos, foi recolhendo dados e compilando argumentos que lhe permitiram elaborar a obra *Povos Balsenses* (1866).

A partir deste momento, este sítio arqueológico não mais deixaria de ser de extrema importância para Estácio da Veiga, também pela facilidade de acesso ao local, que era propriedade de um familiar. O grande interesse pela arqueologia algarvia valeu-lhe, cerca de dez anos mais tarde, no ano de 1877, o maior projeto da sua vida, a *Carta Archeologica do Algarve*.

Parece desnecessário, à luz dos dados atuais, repetir e reiterar muito daquilo que foi já descrito sobre a história da investigação sobre *Balsa*. Temos hoje à disposição bastantes textos que tratam o tema de forma mais ou menos minuciosa, motivo pelo qual não faremos mais do que uma breve introdução ao tema. Ainda assim, não poderíamos deixar de referir os estudos que Catarina Viegas vem concretizando sobre o local e o seu entorno (2006a, 2006b, 2006c, 2007a, 2007b, 2007c, 2011).

Importa, contudo, mencionar que este tem sido um sítio alvo de interesse da parte de profissionais, mas também, e infelizmente, de simples curiosos e até de amadores. O mediatismo de que se reveste muito deve à sua constante referência nas fontes clássicas e aos trabalhos aí efetuados por Estácio da Veiga. No entanto, as reservas que o cidadão comum coloca, muitas vezes, à arqueologia, que só serve para os arqueólogos «meterem o bedelho e entravar o andamento dos trabalhos» (Viana, 1952a, p. 21), têm permitido que o sítio venha sendo, paulatinamente, destruído.

Embora sejam abundantíssimas as menções a *Balsa* (Aragão, 1896; Vasconcelos, 1913, p. 372-374; Alarcão, 1970, 1973; Cabral, 1977; Dias, 1988-1989; Mantas, 1990, 1997a, 1997b, 1993; Nolen, 1994; Viegas, 2006a, 2011) e diversas as propostas interpretativas sobre esta urbe, permanecemos numa relativa ignorância a seu respeito, o que resulta, sobretudo, da ausência de dados de recentes trabalhos de campo, e de um projeto de investigação integrado. E o conhecimento que temos é, em muitas dimensões, meramente utópico e sobretudo especulativo.

Após as intervenções efetuadas pelo pioneiro algarvio, que foram extensas e das quais não temos registos detalhados, apenas foram realizadas escavações no ano de 1977, cem anos mais tarde, permanecendo também estas por publicar, ainda que tenham sido alvo de estudo recente (Viegas, 2011).

Estes são os dados sobre os quais assenta a maioria das interpretações sobre o sítio, para além de alguns outros obtidos em «visitas» (Oleiro, 1951), em prospeções realizadas no âmbito do já mencionado projeto CAALG (Viegas, 2011, p. 275), no âmbito de estudos do Parque Natural da Ria Formosa (Garcia, 1991) e, mais recentemente, em sondagens geofísicas (Covaneiro e Cavaco, 2008).

Estes trabalhos não são, contudo, suficientes, na hora de sobre ele se efetuar uma análise mais detalhada. Muito se tem proposto para a organização interna da cidade e cada autor toma a sua interpretação como a correta. Não pretendemos afirmar que aquilo que se tem avançado está incorreto, apenas demonstrar que muito está por fazer e, com este trabalho, contribuir para o conhecimento de *Balsa*, através dos dados das suas necrópoles.

Também este estudo é vítima da grande quantidade de materiais existentes que não podemos integrar em contextos espaciais, seja na necrópole em geral, seja nas sepulturas, em particular. Apoiamo-nos, sobretudo, em argumentos facilmente rebatíveis, impostos pela impossibilidade de investigar o sítio de forma mais correta e metódica.

Prova disso são as mais recentes propostas avançadas sobre a topografia da antiga cidade balsense. Fraga da Silva avançou com propostas arrojadas e especulativas sobre a

delimitação da cidade romana e acerca da localização de alguns equipamentos, com base na análise de fotografias aéreas e das cartas cadastrais, propostas que o próprio admite serem conjeturais (Silva, 2006, 2007). Mas, embora as propostas possam ser audazes, contribuem, irrefutavelmente, para o avanço do conhecimento sobre o sítio, carecendo, contudo, de confirmação arqueológica. Refira-se que, sobre a localização da necrópole norte, confirmamos a proposta avançada por aquele autor.

Foi já adiantado que, no que respeita aos espaços da morte, seria possível obter algumas das associações de espólio funerário (Viegas, 2011, p. 265). Todavia, estas associações foram mais difíceis do que pareciam à primeira vista. Realmente, Estácio da Veiga deixou um legado considerável de manuscritos, onde figuram parcos apontamentos sobre a recolha dos materiais provenientes da necrópole. Importa aqui referir que este investigador redigiu apenas algumas linhas sobre uma contabilização mínima de, sensivelmente, 120 sepulturas onde apareceu espólio funerário, às quais se deverão acrescentar outras despidas de quaisquer materiais, situação frequente nos séculos III e IV. Assim, os sepulcros escavados poderão ultrapassar, sem grande surpresa, as duas centenas.

Nas fotografias dos materiais estão, contudo, presentes anotações sobre o contexto:

> Est. XLIII – Prato fundo de vidro com gravura ponteada figurando uma caçada em que parece serem representados dois lobos, uma lebre e um cão. Em sepultura rectangular de 1,20 m de compr., 1,10 m de larg. e 0,85 m de prof. Continha ossos, contas, lâmpadas de barro e uma urna de barro com um fragmento de dado de jogar (n.º 375). (Cardoso, 2007, p. 434; Viegas, 2011, p. 277.)

Mas estas anotações de nada servem se não existir uma planta da necrópole com as dimensões da sepultura e/ou a sua localização. As contas e lucernas referidas, sem qualquer pormenor identificativo, são difíceis de localizar em um universo que ronda a centena. Realidade idêntica acontece com a urna referida, embora pareça tratar-se de uma inumação.

As peças contam hoje com um número de registo que permite a identificação do artefacto e a sua associação ao sítio de onde é proveniente. Porém, esses números foram atribuídos no momento em que deram entrada no então Museu Etnográfico Português, atual Museu Nacional de Arqueologia. Até então, Estácio da Veiga havia efetuado dois inventários dos materiais sem qualquer sistema que lhe permitisse identificar individualmente cada peça.

Sobre o *Inventário do Museu Archeológico do Algarve* (1883, 1885), também chamado à colação para amparar a associação de conjuntos funerários, o mesmo acontece. Trata-se de parcas passagens que referem apenas «peças de vidro» (169 peças), «candeias» ou «lâmpadas de barro» (59 peças) ou ainda «cerâmicas de *sagunto*» (24 peças). Mais difícil ainda é associar estes materiais a uma sepultura ou a um espaço concreto naquela que é a quinta de Torre d'Ares, especialmente se tivermos em consideração que apenas herdámos uma mancha de dispersão das sepulturas escavadas, área que rondaria os 1750 m^2, no que respeita à necrópole norte.

Sobre as urnas (95 peças?), deveremos ter em conta que Estácio de Veiga utilizava erradamente o termo. Parece evidente que todas as peças de cerâmica comum eram denominadas urnas. Caso contrário, não encontramos explicação para o facto de este arqueólogo

Fig. 38 — *Via Momentana* 1119, Sepultura 7. Urna com uma lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 11 no interior, uma moeda e um prego (Ceci, 2001, p. 89, fig. 4).

referir a recolha de urnas quando trata inumações, «inhumação, com fragmentos de pequena urna cerâmica» (*Inventário do Museu Archeológico do Algarve, fundado em 1880 na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, 1885*).

É evidente que Estácio da Veiga foi adaptando os seus registos conforme ia progredindo no terreno e verificando que nem sempre os já realizados eram suficientes para uma rigorosa salvaguarda dos vestígios subtérreos. Recordamos que Torre d'Ares foi um dos primeiros sítios por si «explorados» e onde os registos, na atual conceção do termo em arqueologia, deverão ter sido mais deficientes. Realce-se ainda que a insuficiência destes registos é mais sentida neste sítio devido à grande quantidade de materiais e de contextos. Mas o pioneiro vai-se dando conta da crescente necessidade de adaptar e melhorar os registos e, assim, quando interveio em sítios como Milreu ou Bensafrim já elaborou uma planta da necrópole.

Mas nem tudo é desanimador. Algumas das passagens que Estácio da Veiga nos deixou podem ser de utilidade na hora de interpretar os ritos praticados pela população da urbe balsense. Referimo-nos, a título de exemplo, a uma «urna de vidro fraturada com incineração e um prego de cobre» evidência de que, também em Torre d'Ares, se praticou a deposição de pregos de cobre juntamente com o cadáver, quer fosse cremado quer inumado.

Estes pregos deixam transparecer um claro carácter mágico-religioso que se poderá relacionar com a transição, sem retorno, que representa a morte (Ceci, 2001, p. 89 e 90). São componentes do espólio funerário (fig. 38), sempre de bronze, e não tiveram qualquer prática funcional durante a sua deposição. Contrariamente, os pregos ou cavilhas de ferro correspondem sempre a elementos de mobiliário, como o leito funerário, esquifes ou outro tipo de estrutura depositada na sepultura, e, entretanto, consumida. Faz todo o sentido a proposta figurativa que vem sendo avançada, que defende que estes artefactos teriam como finalidade a fixação do cadáver à terra ou à sepultura, protegendo-o simultaneamente de forças malignas e de possíveis profanações (Ceci, 2001, p. 90; Castanyer, 2003, p. 49; Vaquerizo Gil, 2010, p. 41). Sobre os elementos de mobiliário, também em *Balsa* os pudemos encontrar, em contextos onde representariam leitos funerários ou esquifes, «inhumação, com fragmento de louça e pregos de ferro».

É evidente que está ainda muito por descobrir no vasto manancial de documentos herdados do pioneiro algarvio e muito do que sabemos devemo-lo à sua descendente Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos (1971, 1972), que reuniu a maior parte dos dados atualmente disponíveis. Não obstante, próximo está o momento em que esgotaremos as leituras feitas com base nas interpretações de Estácio da Veiga. E então, apenas a «biblioteca subterrânea», que a arqueologia permite consultar, permitirá certificar, ou não, muito do que, entretanto, foi escrito e avançar no conhecimento sobre este importante sítio arqueológico.

As conclusões que poderemos lograr sobre a necrópole norte da cidade de *Balsa* são, infelizmente, muito limitadas, face à importância que esta cidade teve na Antiguidade e ao volume de materiais existentes. Lembramos que Estácio da Veiga não viveu o suficiente para que pudesse terminar o quinto volume das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Mesmo as publicações póstumas, que reproduzem os manuscritos que ainda iniciou (1904, 1905, 1910), não incluem as suas reflexões. Como já avançámos, os documentos herdados não são suficientes para o estudo da morte e da ritualidade na antiga cidade balsense na sua plenitude.

Sobre a localização deste espaço, informa-nos a planta que Estácio da Veiga encomendou a Tavares Bello (n.º 34) que estaria a cerca de 300 m a norte da capela da quinta. Certificou-se esta localização, através da implantação à escala do desenho da planta referida (fig. 39), em fotografia aérea da zona. Para esta localização da necrópole escavada no final do século XIX, muito contribuiu a representação de um dos caminhos da quinta, próximo à Estrada das Antas.

Esta circunscrição está, portanto, de acordo com a distância referida na planta n.º 34, estabelecida num terreno agrícola, onde são visíveis grandes manchas negras que, além

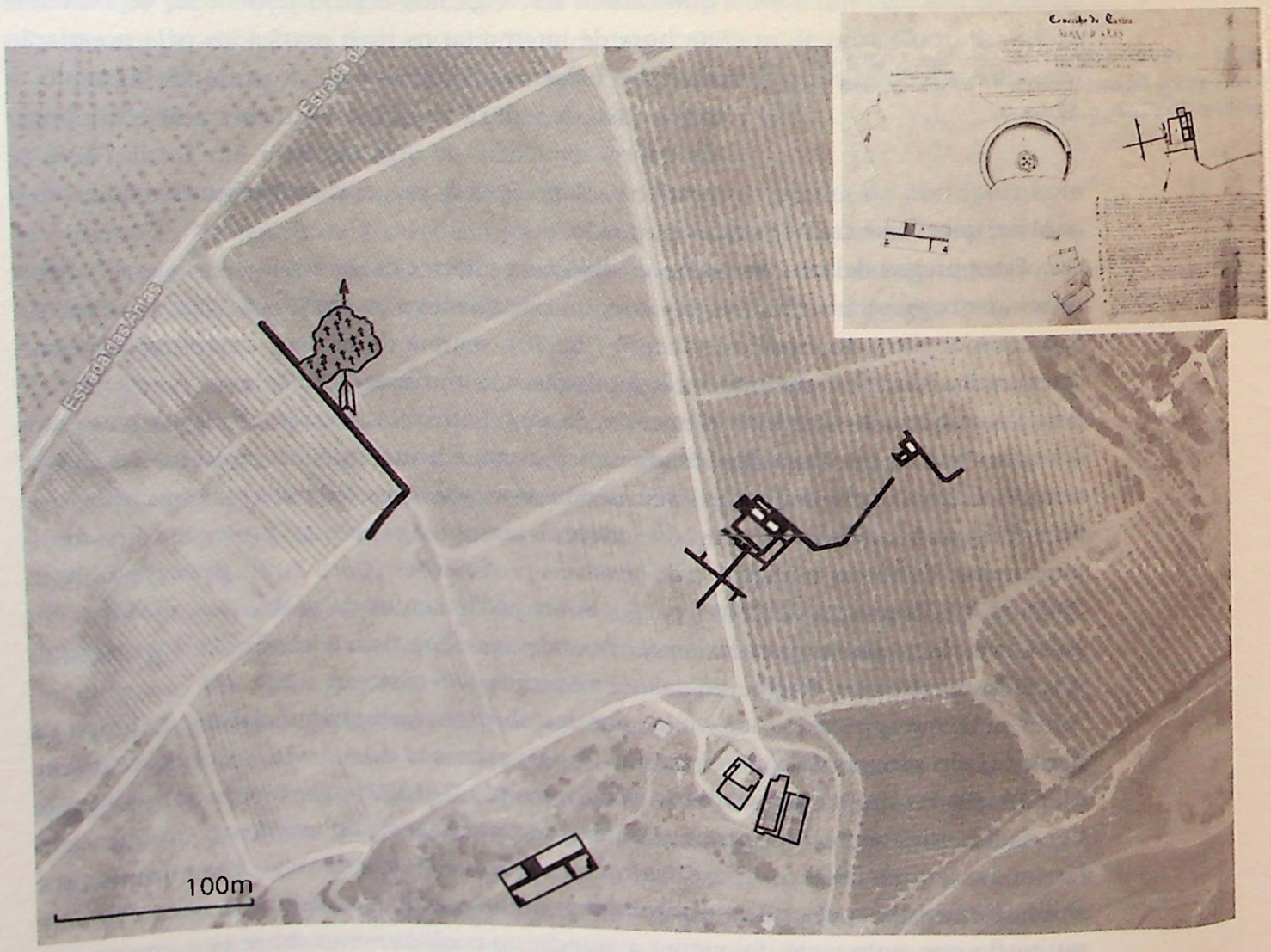


Fig. 39 — Implantação das estruturas e necrópole «exploradas» por Estácio da Veiga, encomendada a Tavares Bello, em imagem aérea da zona. Cartografia e fotografia do autor.

de serem coincidentes com a implantação do desenho, se estendem para nordeste. Esta diferença da tonalidade da terra poderá significar que a necrópole, maioritariamente de incineração, se ampliava nessa direção. Todavia, devemos referir que não pudemos confirmar estas informações no terreno, por não obtermos a devida autorização do proprietário para prospetar a área.

Para que possamos adiantar algumas conclusões respeitantes a esta necrópole, é agora necessário efetuar um estudo detalhado sobre os abundantíssimos materiais que compunham os espólios funerários. A totalidade dos materiais que apresentaremos corresponde a recolhas efetuadas por Estácio da Veiga, único investigador que, até à data, pôde escavar este espaço funerário.

Grande parte deste espólio foi já alvo de estudo, como é o caso das lápides funerárias (Encarnação, 1984a), dos vidros (Alarcão, 1970; Nolen, 1994), das lucernas, da *terra sigillata*, da cerâmica de paredes finas, dos objetos de adorno (Nolen, 1994; Viegas, 2006a) e ainda da cerâmica comum (Pinto e Morais, 2007). Mas um estudo integrado da totalidade do espólio funerário nunca havia sido concretizado, até porque a maioria dos artefactos metálicos permaneceram inéditos, salvo raras peças (Gomes, 2010). Refira-se ainda que, durante a permanência no museu onde estão depositados os materiais, lográmos ainda encontrar peças que estavam perdidas do seu contexto de proveniência. Não obstante a profícua existência de publicações sobre estes espólios, serão ainda avançados novos dados e novas interpretações, que alteram significativamente as classificações, cronologias e as proveniências de muitos dos artefactos que compuseram o mobiliário funerário.

3.4.4.1. Os materiais

O conjunto é composto por um total de 758 peças num estado de conservação excecional, o que prova a sua recolha num contexto sepulcral. Infelizmente, fui obrigado a excluir deste estudo os numismas, salvo raras exceções, opção justificada pelo total desconhecimento da sua proveniência.

A ausência de informações sobre os contextos funerários obrigou a uma exposição dos materiais por categoria, motivo que compeliu ainda à não inclusão de alguns, mais fragmentados, que também poderão ser provenientes da necrópole, ou dos seus níveis de frequentação, mas que não foram aqui integrados por falta de dados que comprovem essa origem.

A extensa área escavada pelo arqueólogo oitocentista permitiu-lhe acumular um dos mais emblemáticos conjuntos de peças arqueológicas de época romana hoje conhecido. A necrópole, além de também ter sido extensamente «explorada», certamente que apresentava uma acumulação de túmulos bastante densa, característica, aliás, singular nas necrópoles urbanas. E a evolução deste espaço não deveria ser apenas horizontal, mas também vertical.

Dos materiais provenientes da necrópole norte de *Balsa* a **cerâmica comum** está representada por um total de 81 peças, portanto 10,8 % do conjunto total, que se distribuem pelas três produções mais prolixas no extremo ocidente ibérico durante o

Alto-Império. Assim, além das sempre presentes produções locais/regionais, das quais identificámos 30 exemplares, documentaram-se também as produções da Bética costeira, representadas por 33 peças, e também as com origem nas regiões mais interiores, da área do vale do Guadalquivir, que somam as 18 peças.

Morfologicamente, este conjunto cerâmico distribui-se por várias formas que, embora em âmbito doméstico tenham tido distintas funcionalidades, estariam, neste caso, integradas em contextos onde a funcionalidade se limitaria à contenção das cinzas resultantes da cremação, ou correspondiam a recipientes que continham as oferendas. Não excluímos ainda a possibilidade de muitos deles, principalmente os de uso individual, se constituírem como meras deposições, sem qualquer conteúdo, por fazerem parte do universo de artefactos utilizados diariamente pelo defunto, tornando-se assim parte do conteúdo das oferendas.

O último caso poder-se-á supor para as sete tigelas recolhidas. Estas peças, seis correspondentes às típicas produções do vale do Guadalquivir (fig. 40, n.º 1-6) e a restante produzida na costa da Andaluzia (fig. 40, n.º 7), apresentam sempre um bordo engrossado internamente e estão perfeitamente documentadas por todo o Algarve em contextos habitacionais do século I e primeira metade do século II. Janette Nolen interpretou estas peças como cadinhos, embora tenha tido dúvidas na designação atribuída (Nolen, 1994, p. 138 e 139). Como dizíamos, este tipo de peça poderá surgir em contextos funerários enquanto objeto de uso pessoal, embora admitamos também a possibilidade de contentor das oferendas, às quais se poderão somar outras formas, como aconteceu na *Baetica* (Vaquerizo Gil, 2010, p. 313), ou ainda terem funcionado como tampas das urnas, função que, aliás, o escavador atribuiu claramente aos pratos de *terra sigillata*.

Das taças, forma que apresenta o bordo virado para dentro, tendo este, portanto, um diâmetro inferior ao diâmetro máximo, foi reconhecida apenas um exemplar produzido na área do vale do Guadalquivir (fig. 40, n.º 8). Embora a produção possa gerar alguma dúvida, apresenta a pasta equivalente à das tigelas antes referidas, equivalência que se poderá também estender ao seu âmbito cronológico.

As terrinas estão representadas apenas por um exemplar de produção local/regional (fig. 40, n.º 9). Trata-se de uma peça morfologicamente semelhante à forma VI-A-2 da tipologia das «cerâmicas comuns das *villae* de São Cucufate» (Pinto, 2003, p. 298 e 299), com uma predominância maioritária a partir da segunda metade do século II até meados do século IV. Refira-se, contudo, que embora se insira nesta forma de perfil em S, a peça de Torre d'Ares apresenta algumas diferenças consideráveis, nomeadamente um pé anelar mais destacado, uma altura menor e um bordo aplanado, que contrasta com o bordo engrossado externamente da forma alentejana. Admitimos que hesitámos bastante na sua classificação. Por um lado, parece óbvia a sua integração nas cerâmicas comuns, por outro, por se tratar de uma produção local, colocámos a hipótese de corresponder a uma imitação de cerâmica de paredes finas, mais concretamente da forma «divers II» da tipologia de Mayet (1975, p. 117 e 118, n.º 646). Em *Balsa*, como veremos, esta forma está relativamente presente. A sua integração na cerâmica comum deveu-se a diferenças morfológicas que a apartam das cerâmicas de paredes finas. O bordo é aplanado e exvertido, enquanto na forma «divers II» é engrossado externamente e exvertido. Por outro lado, o corpo da terrina balsense é consideravelmente baixo. Apresenta, contudo, o típico ressalto decorativo imediatamente abaixo do bordo.

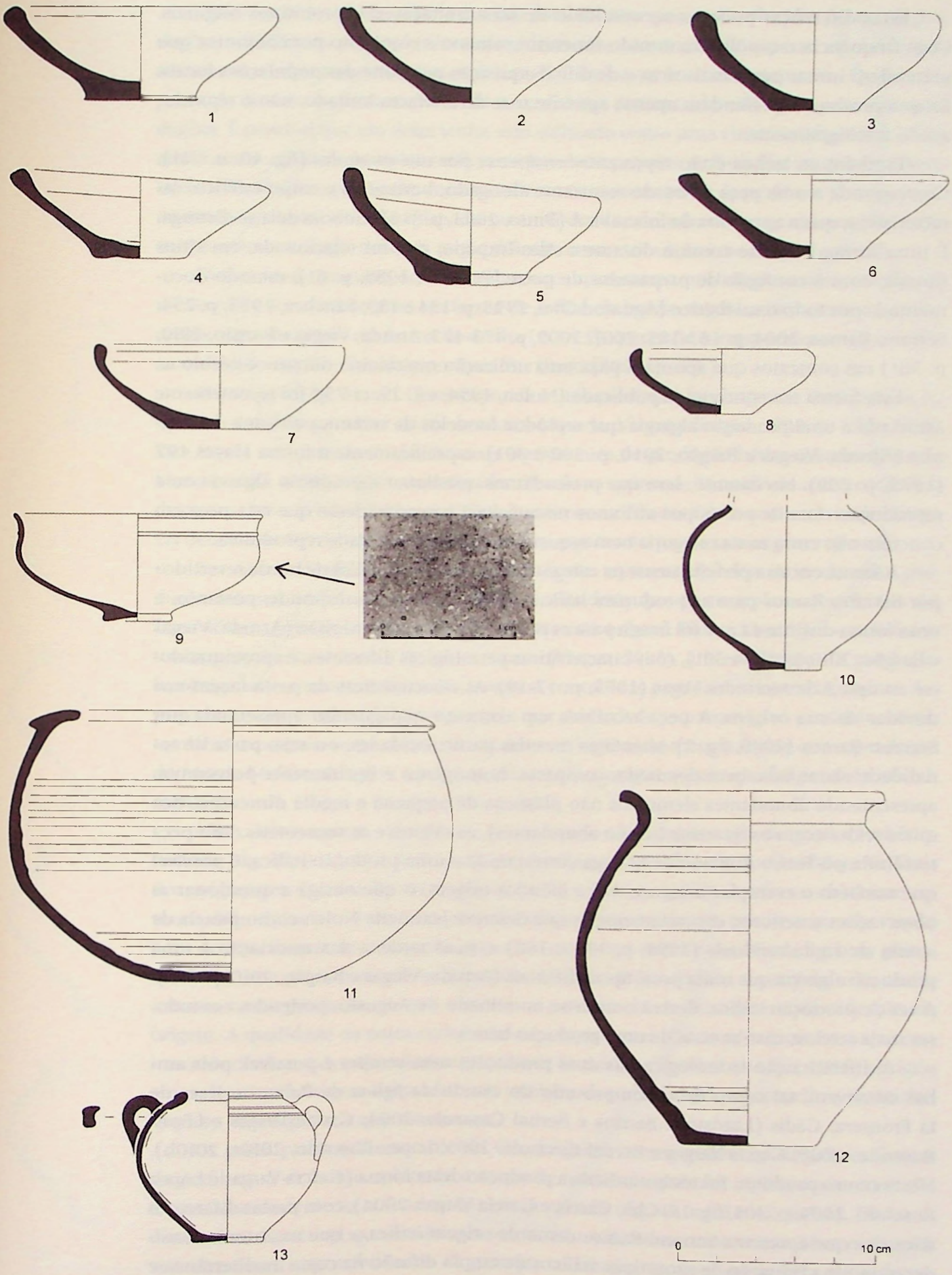


Fig. 40 — Cerâmicas comuns da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Estas diferenças poderão ser resultado de uma imitação dos protótipos originais. Com frequência o espólio do mundo funerário romano é composto por conjuntos que pretendem imitar peças mais ricas e de difícil aquisição por parte das populações locais. Estas reproduções pretendem apenas aproximar-se do artefacto imitado, não o reproduzindo fidedignamente.

Também os tachos estão representados apenas por um exemplar (fig. 40, n.º 11). Corresponde a uma peça de bordo reentrante alongado, horizontal e corpo esférico, características que a aproxima da forma VII-A (Pinto, 2003, p. 316), embora dela se distinga. É uma forma bastante comum durante o Alto-Império, que foi relacionada, em sítios litorais, com a confeção de preparados de peixe (Ponsich, 1988, p. 61), estando documentada por todo o sul ibérico (Aguarod Otal, 1995, p. 134 e 135; Sánchez, 1995, p. 254; Serrano Ramos, 2004, p. 183-185; 2007, 2009, p. 473-475; Arruda, Viegas e Bargão, 2010, p. 301) em contextos que apontam para uma utilização maioritária durante o século III.

Esta forma em concreto, já publicada (Nolen, 1994, est. 29, cr-75), foi recentemente associada a uma produção algarvia que reproduz modelos da cerâmica africana de cozinha (Arruda, Viegas e Bargão, 2010, p. 300 e 301), especificamente a forma Hayes 197 (1972, p. 209). No entanto, sem que pretendamos questionar a produção algarvia ou a reprodução clara de protótipos africanos nesta *figlina*, parece evidente que esta peça em concreto não entra nesta categoria nem sequer nesta intencionalidade reprodutiva.

A forma encaixa perfeitamente na categoria definida como «ollas de borde revertido» por Serrano Ramos para as produções itálicas (2000, p. 14). Corresponde, portanto, a uma forma distinta da que foi fixada para as produções do Monte Molião (Arruda, Viegas e Bargão, 2010, p. 300 e 301), com características petrológicas diferentes, e aproximando-se ao tipo 3 de Mercedes Vegas (1973, p. 17-19). As características da pasta fazem-nos duvidar da sua origem. A peça recolhida em contexto malaguenho apresentada por Serrano Ramos (2000, fig. 3) ostenta as mesmas particularidades, ou seja, pasta de tonalidade alaranjada, bem depurada, compacta, homogénea e ligeiramente polvorenta, apresentando abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão, dos quais se destacam os quartzos (muito abundantes), as calcites e as moscovites. Se a peça recolhida no Teatro Romano de Málaga corresponde a uma produção itálica, é possível que também o exemplar balsense tenha idêntica origem, o que obriga a questionar as observações anteriores, concretamente as que descreve Jeannette Nolen como panela de «pasta de argila residual» (1994, p. 139 e 140) e, mais tarde, a sua associação a uma produção algarvia que imita protótipos africanos (Arruda, Viegas e Bargão, 2010, p. 301). A ser de produção itálica, deverá centrar-se no reinado de Augusto, podendo, contudo, ser mais recente, caso se trate de uma produção bética.

A diferenciação cronológica das duas produções nem sempre é possível, pois ambas convivem, tal como ficou comprovado do estudo da *figlina* de Rabatún, Jerez de la Frontera, Cádis (Lagóstena Barrios e Bernal Casasola, 2004; García Vargas e López Rosendo, 2008; García Vargas e Bernal Casasola, 2009; López Rosendo, 2010a, 2010b). Neste centro produtor, foi testemunhada a produção desta forma (García Vargas e López Rosendo, 2004, p. 304, fig. 18; Chic García e García Vargas, 2004), com pastas diferentes daquelas que apresenta Serrano Ramos como de origem itálica, e que os autores consideraram uma imitação de protótipos itálicos de ampla difusão na costa mediterrânea e no vale do Guadalquivir.

Os potes estão representados por um total de nove peças, distribuídas pelas três produções referidas. As produções locais/regionais são, como seria de esperar, as mais representativas, sendo estas mais aptas para uso na cozinha ou no armazenamento. Quatro dos potes, de dimensões bastante variáveis e morfologia distinta, identificam-se com estas produções. É possível que um deles tenha sido utilizado como urna cinerária (fig. 40, n.º 12), ainda que a ausência do típico orifício na base não permita atribuir-lhe inequivocamente tal função. Morfologicamente, correspondem aos comuns potes de perfil em S, corpo mais ou menos globular e bordo aplanado ou amendoado, abundantes em praticamente todos os sítios de cronologia romana, o que dificulta uma atribuição cronológica acertada.

Destacam-se, contudo, dois exemplares que apresentam morfologias mais raras (fig. 40, n.º 10 e 13). É o caso do pote em forma de *dolium* de bordo engrossado interna e externamente, com duas asas em forma de orelha (n.º 13), que pode corresponder ao tipo IX-B-2, reconhecido em São Cucufate por Inês Vaz Pinto (2003, p. 391).

Outro pote (fig. 41, n.º 1) corresponde a uma produção lacobrigense, inserindo-se no tipo 2.1 definido para este centro produtor (Arruda, Viegas e Bargão, 2010, p. 299 e 300). Esta forma será uma imitação dos seus equivalentes de produção bética costeira (Pinto e Morais, 2007, p. 241 e 242), também identificada na quinta de Torre d'Ares como cerâmicas de pastas claras (Nolen, 1994, p. 135) e que foram utilizadas como contentores de cinzas. Os defeitos de fabrico que ostenta é mais um argumento para a sua origem regional.

Em Monte Molião esta forma está bastante representada, denunciando uma produção intensa, realidade que nos obriga a considerar que os exemplares recolhidos em Torre d'Ares, com pastas idênticas, devem ter essa origem. Embora também em *Balsa* se tenha produzido cerâmica de uso comum (Viegas, 2012), a identificação da produção lacobrigense e a caracterização das pastas aí concebidas permitem o reconhecimento das peças com essa origem. Fica comprovado que esta cidade romana não só produziu, como também consumiu os produtos produzidos na região, da mesma forma que a produção do Monte Molião alcançou uma disseminação maior que aquela que foi pensada inicialmente (Arruda, Viegas e Bargão, 2010, p. 306).

Além destes quatro exemplares, foram ainda identificados três de produção bética costeira (fig. 41, n.º 2-4) e dois ainda produzidos na área do vale do Guadalquivir. Dois dos originários da zona litoral andaluza (n.º 2 e 3) correspondem a formas bastante comuns difundidas por todo o Império Romano. Apresentam um bordo arqueado virado para dentro, formando um apoio para a tampa, corpo esférico ou ovoide e a base plana. Possuem uma pasta muito bem depurada e limpa, de tonalidade alaranjada, não muito comum nesta produção, o que motivou a persistência de dúvidas na identificação da origem. A qualidade da pasta excluía uma qualquer produção local/regional e a aparente inexistência de micas e abundante quantidade de calcites (Aquilué Abadías, 1985) obrigou a ponderar uma origem norte-africana, também descartada após os conselhos de Michel Bonifay, investigador a que recorremos.

Os potes produzidos no vale do Guadalquivir correspondem às singulares formas de perfil em S de bordo aplanado e corpo de tendência globular. Apresentam, contudo, a particularidade de ter o fundo côncavo destacado (fig. 41, n.º 5 e 42, n.º 1). Dadas as dimensões, é possível que também tenham sido utilizados como urnas. Mas, mais uma vez, vemo-nos impossibilitados de garantir tal função, embora esteja bem atestada em outras necrópoles, como é o caso de Bensafrim (Rocha, 1895d, p. 330 e 331), de Faro

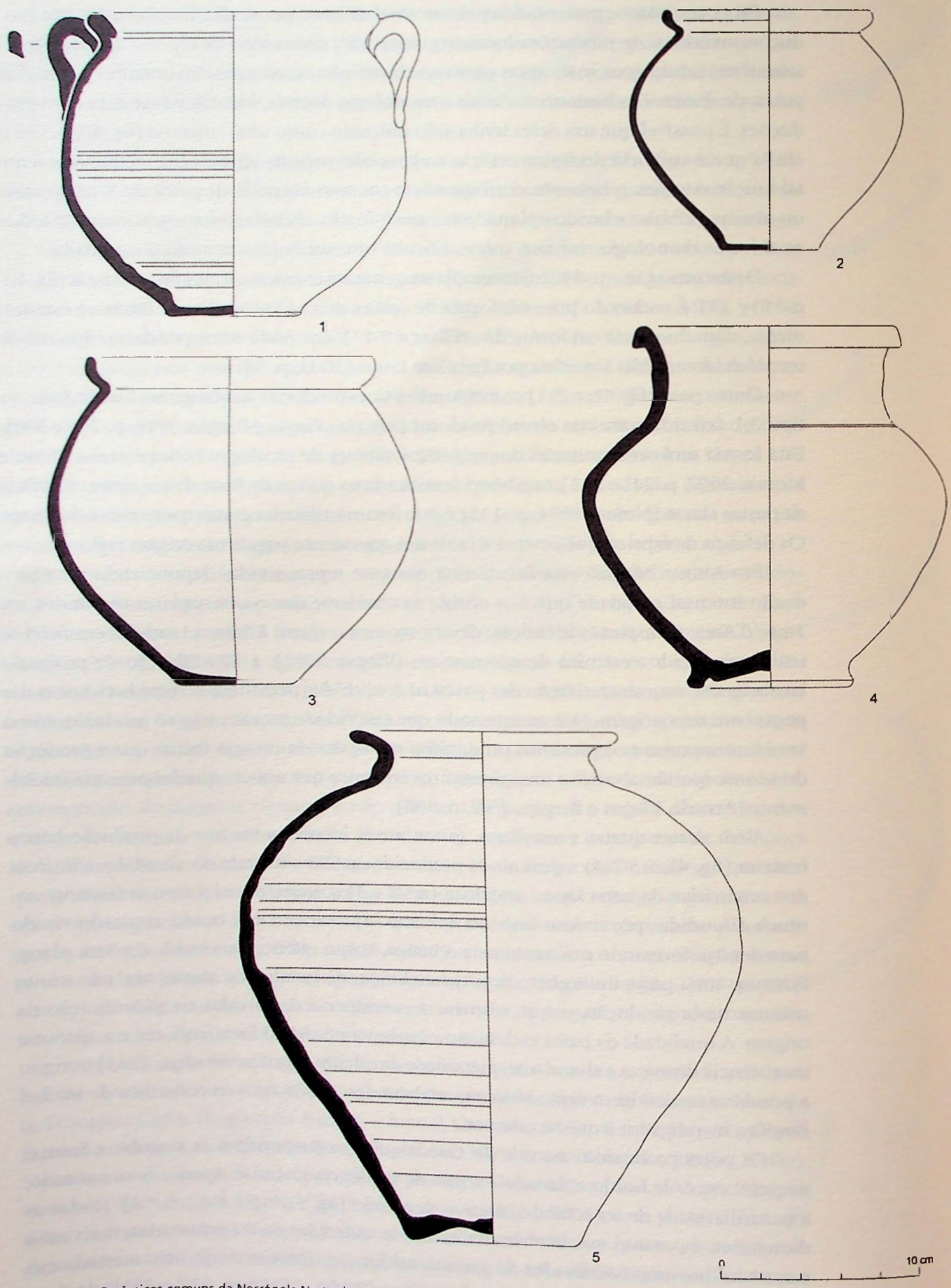


Fig. 41 — Cerâmicas comuns da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

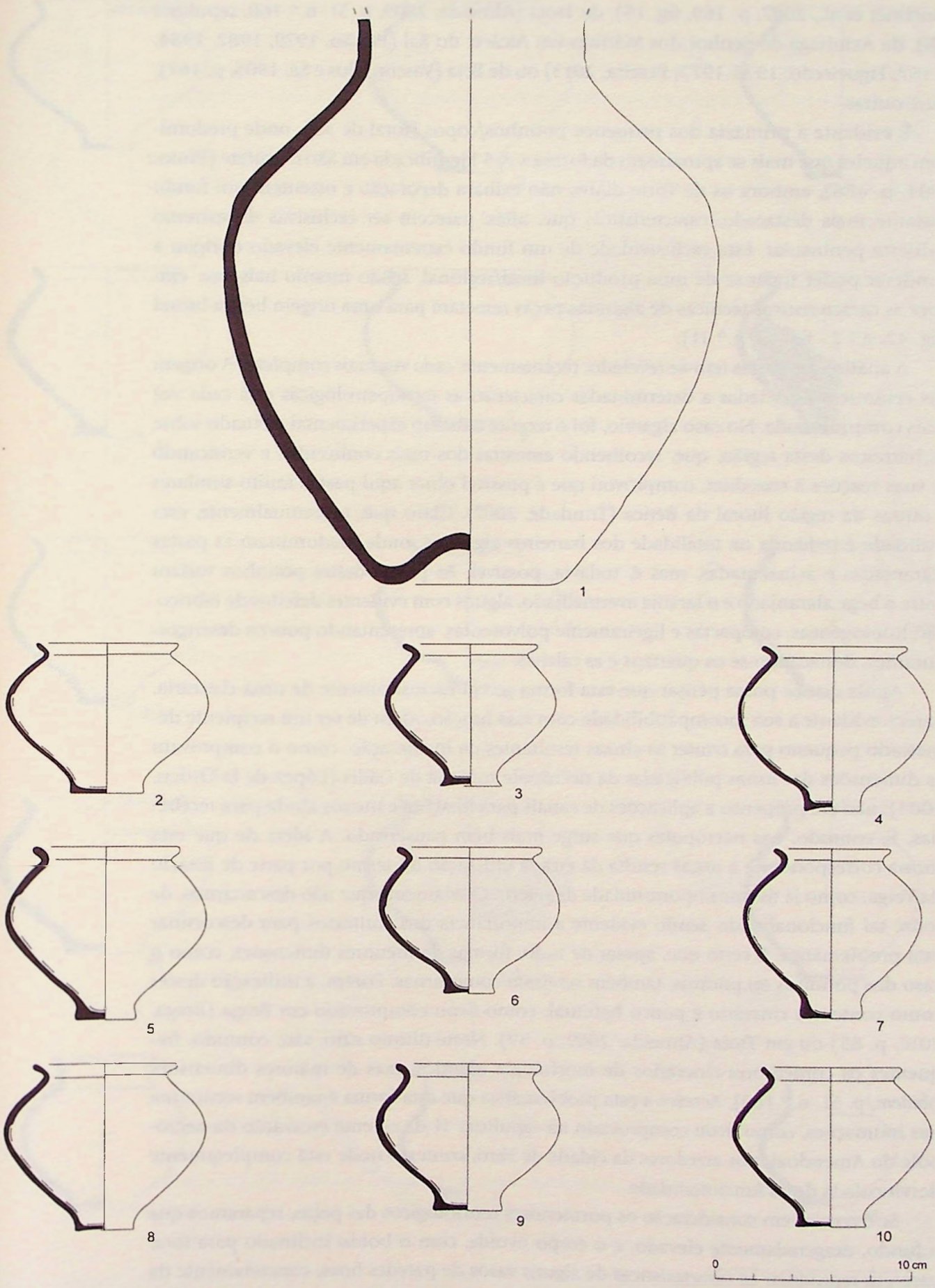


Fig. 42 — Cerâmicas comuns da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

(Teichner et al., 2007, p. 169, fig. 15), de Troia (Almeida, 2009, p. 51, n.º 160, sepultura 3-B), da Azinhaga do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal (Paixão, 1970, 1982, 1984, p. 167; Figueiredo, 1974-1977; Pereira, 2013) ou de Beja (Vasconcelos e Sá, 1905, p. 167), entre outras.

É evidente a primazia dos pequenos potinhos/copos (total de 33), onde predominam aqueles que mais se aproximam da forma x-A-5 identificada em São Cucufate (Pinto, 2004, p. 488), embora os de Torre d'Ares não exibam decoração e ostentem um fundo bastante mais destacado, características que, aliás, parecem ser exclusivas do extremo sudoeste peninsular. Esta exclusividade de um fundo extremamente elevado obrigou a ponderar poder tratar-se de uma produção local/regional, senão mesmo balsense, embora as características técnicas de algumas peças remetam para uma origem bética litoral (fig. 42, n.º 2 - fig. 43, n.º 11).

A análise das pastas tem-se revelado, recentemente, cada vez mais complexa. A origem das cerâmicas associadas a determinadas características tecnopetrológicas está cada vez mais comprometida. No caso algarvio, foi o recente trabalho experimental efetuado sobre os barreiros desta região, que, recolhendo amostras dos mais conhecidos e verificando as suas reações à cozedura, comprovou que é possível obter aqui pastas muito similares a outras da região litoral da Bética (Trindade, 2007). Claro que, percentualmente, esta realidade é reduzida na totalidade dos barreiros algarvios, onde predominam as pastas alaranjadas e acinzentadas, mas é, todavia, possível. As pastas destes potinhos variam entre o bege alaranjado e o laranja avermelhado, alguns com evidentes defeitos de fabrico. São homogéneas, compactas e ligeiramente polvorentas, apresentando poucos desengordurantes, destacando-se os quartzos e as calcites.

Ainda que se possa pensar que esta forma serviu exclusivamente de urna cinerária, parece evidente a sua incompatibilidade com essa função. Além de ser um recipiente demasiado pequeno para conter as cinzas resultantes da incineração, como o comprovam as dimensões das urnas publicadas da necrópole romana de Cádis (López de la Orden, 2003), não era propenso a aplicações de canais para libações e menos ainda para recebê-las. É, contudo, nas necrópoles que surge mais bem conservado. A ideia de que esta forma correspondesse a urnas resulta da errada utilização do termo por parte de Estácio da Veiga, como já tivemos oportunidade de referir. Obviamente que não descartamos, de todo, tal funcionalidade, sendo evidente a importância dos contextos para descortinar esta problemática. É certo que, apesar de tudo, formas de menores dimensões, como o caso dos potinhos ou púcaros, também serviram como urnas. Porém, a utilização destes como contentor cinerário é pouco habitual, como ficou comprovado em Braga (Braga, 2010, p. 85) ou em Troia (Almeida, 2009, p. 39). Neste último sítio, são, contudo, frequentes os contentores cinerários de morfologia idêntica, mas de maiores dimensões (*ibidem*, p. 51, n.º 160). Acresce a esta problemática que esta forma é também recorrente nas inumações, como ficou comprovado na sepultura 11 da recente escavação da necrópole do Amendoal, nos arredores da cidade de Faro, contexto onde está completamente desvinculada dessa funcionalidade.

Se tivermos em consideração os pormenores morfológicos das peças, reparamos que o fundo, exageradamente elevado, e o corpo ovoide, com o bordo inclinado para fora, parecem reproduzir as características de alguns vasos de paredes finas, concretamente da forma Mayet XLII, exemplar sem asa (1975, p. 96). Em *Balsa*, esta forma de paredes finas

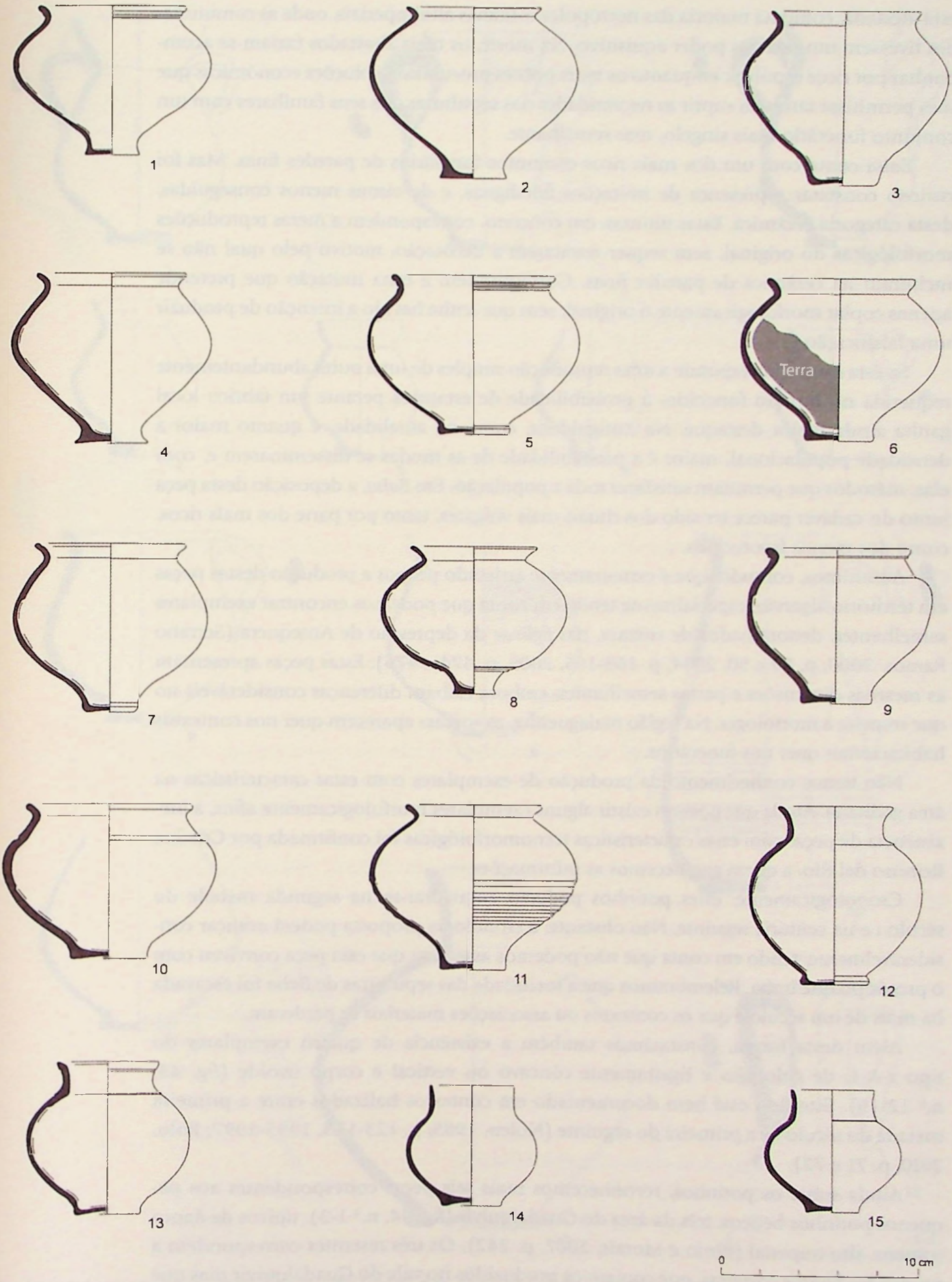


Fig. 43 — Cerâmicas comuns da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

está atestada, como na maioria das necrópoles romanas altoimperiais, onde as comunidades tivessem um relativo poder aquisitivo. Na morte, os mais abastados faziam-se acompanhar por ricos espólios, enquanto os mais pobres procuravam soluções económicas que lhes permitisse também suprir as necessidades das sepulturas dos seus familiares com um conjunto funerário mais singelo, mas semelhante.

Balsa conta com um dos mais ricos conjuntos funerários de paredes finas. Mas foi curioso constatar a presença de imitações fidedignas, e de outras menos conseguidas, desta categoria cerâmica. Estas últimas, em concreto, correspondem a meras reproduções morfológicas do original, sem sequer retratarem a decoração, motivo pelo qual não se incluíram na cerâmica de paredes finas. Correspondem a uma imitação que pretende apenas copiar morfologicamente o original, sem que tenha havido a intenção de produzir uma falsificação.

Se esta forma corresponde a uma reprodução simples de uma outra abundantemente requerida no mundo funerário, a probabilidade de estarmos perante um fabrico local ganha ainda maior destaque. Na Antiguidade, como na atualidade, e quanto maior a densidade populacional, maior é a probabilidade de as modas se disseminarem e, com elas, métodos que permitam satisfazer toda a população. Em *Balsa*, a deposição desta peça junto do cadáver parece ter sido dos rituais mais vulgares, tanto por parte dos mais ricos, como dos menos favorecidos.

Admitimos, contudo, que é extremamente arriscado propor a produção destas peças em território algarvio, especialmente tendo em conta que podemos encontrar exemplares semelhantes, denominados de «orzas», nas *figlinae* da depressão de Antequera (Serrano Ramos, 2000, p. 89 e 90, 2004, p. 163-165, 2009, p. 474 e 475). Estas peças apresentam as mesmas dimensões e pastas semelhantes, embora exibam diferenças consideráveis no que respeita à morfologia. Na região malaguenha, as «orzas» aparecem quer nos contextos habitacionais quer nos funerários.

Não temos conhecimento da produção de exemplares com estas características na área gaditana. Ainda que possam existir alguns exemplares morfologicamente afins, a inexistência de peças com estas características tecnomorfológicas foi confirmada por Cristina Reinoso del Río, a quem agradecemos as informações.

Cronologicamente, estes potinhos poderão enquadrar-se na segunda metade do século I e na centúria seguinte. Não obstante, a cronologia proposta poderá avançar consideravelmente, tendo em conta que não podemos assegurar que esta peça conviveu com o protótipo que imita. Relembramos que a totalidade das sepulturas de *Balsa* foi escavada há mais de um século e que os contextos ou associações materiais se perderam.

Além desta forma, constatámos também a existência de quatro exemplares do tipo x-A-1, de colo alto e ligeiramente côncavo ou vertical e corpo ovoide (fig. 43, n.º 12-15). Este tipo está bem documentado em contextos balizados entre a primeira metade do século I e a primeira do seguinte (Nolen, 1985, p. 123-125, 1995-1997; Rolo, 2010, p. 71 e 72).

Ainda sobre os potinhos, reconhecemos mais seis peças correspondentes aos pequenos potinhos béticos, três da área do Guadalquivir (fig. 44, n.º 1-3), típicos de época romana alto-imperial (Pinto e Morais, 2007, p. 242). Os três restantes correspondem a produções béticas costeiras, que copiam os produzidos no vale do Guadalquivir mas que têm a particularidade de não exibir as características asas (fig. 44, n.º 4-6).

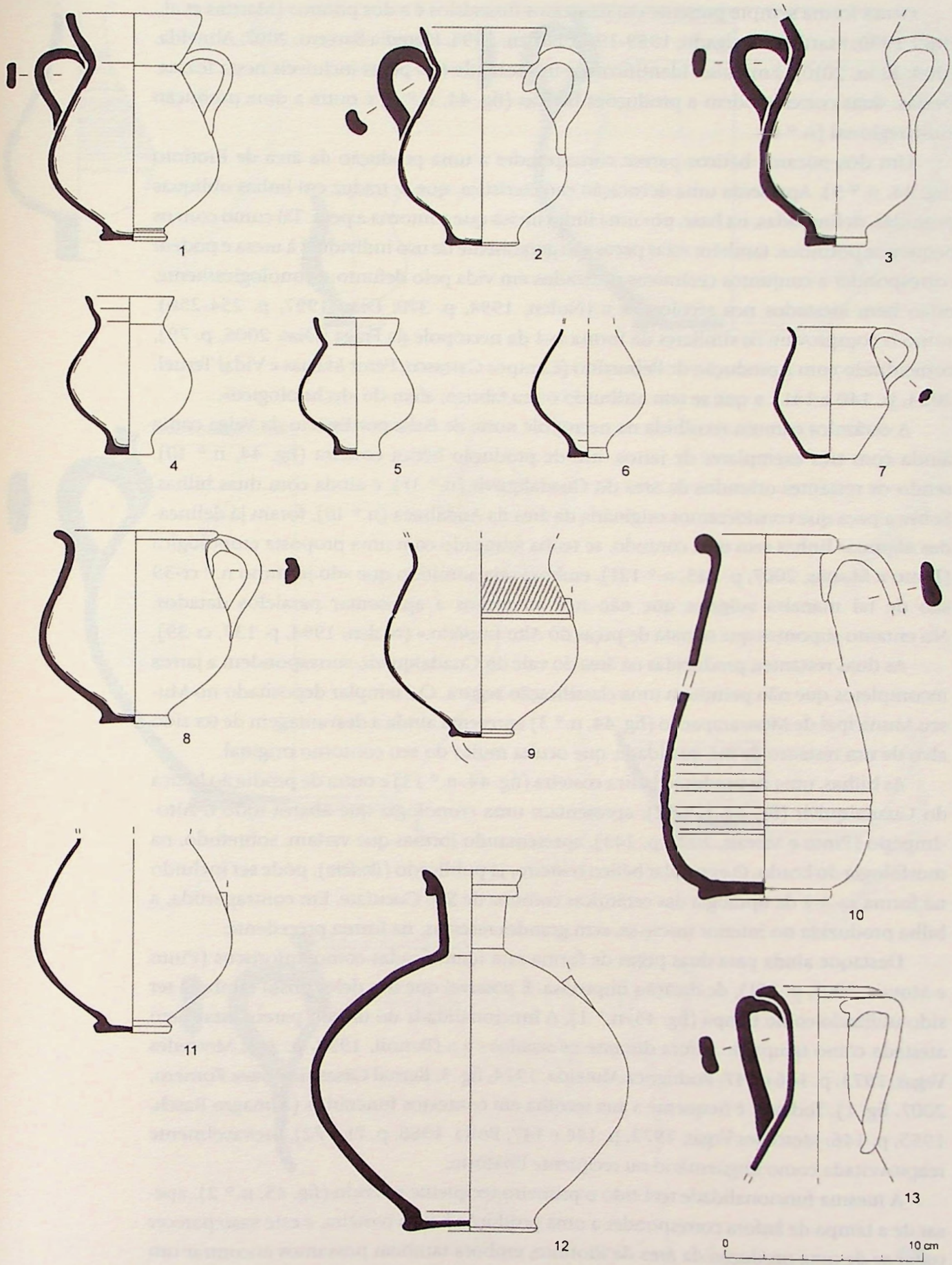


Fig. 44 — Cerâmicas comuns da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e Museu Paroquial de Moncarapacho (n.º 3). Desenho do autor.

Outra forma sempre presente em contextos funerários é a dos púcaros (Martins et al., 1989-1990; Martins e Delgado; 1989-1990; Nolen, 1994; Heredia Barcero, 2007; Almeida, 2009; Rolo, 2010). Em *Balsa*, identificou-se um total de três peças incluíveis nesta forma. Destas, duas correspondem a produções béticas (fig. 44, n.º 7) e outra a uma produção local/regional (n.º 8).

Um dos púcaros béticos parece corresponder a uma produção da área de Riotinto (fig. 44, n.º 9). Apresenta uma decoração característica, que se traduz em linhas oblíquas brunidas, delimitadas, na base, por uma linha incisa que contorna a peça. Tal como com os pequenos potinhos, também estas peças são geralmente de uso individual à mesa e podem corresponder a conjuntos cerâmicos utilizados em vida pelo defunto. Cronologicamente, estão bem atestados nos séculos I e II (Nolen, 1994, p. 370; Dias, 1997, p. 254-256), como o comprovam os similares da forma VI-4 da necrópole da Fraga (Dias, 2006, p. 79), coincidindo com a produção de Reburrino (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 2004, p. 140 e 141), a que se tem atribuído o seu fabrico, além do «lychnológico».

A cerâmica comum recolhida na necrópole norte de *Balsa* por Estácio da Veiga conta ainda com três exemplares de jarros, um de produção bética costeira (fig. 44, n.º 10), sendo os restantes oriundos da área do Guadalquivir (n.º 11), e ainda com duas bilhas. Sobre a peça que consideramos originária da área da Andaluzia (n.º 10), foram já delineadas algumas linhas sem que, contudo, se tenha avançado com uma proposta cronológica (Pinto e Morais, 2007, p. 243, n.º 121), embora seja admitido que «do jarrinho n.º cr-39 são de tal maneira vulgares que não nos atrevemos a apresentar paralelos datados. No entanto supomos que se trata de peças do Alto Império.» (Nolen, 1994, p. 137, cr-39).

As duas restantes, produzidas na área do vale do Guadalquivir, correspondem a jarros incompletos que não permitem uma classificação segura. O exemplar depositado no Museu Municipal de Moncarapacho (fig. 44, n.º 3) apresenta ainda a desvantagem de ter sido alvo de um restauro de má qualidade, que oculta muito do seu contorno original.

As bilhas, uma de produção bética costeira (fig. 44, n.º 13) e outra de produção bética do Guadalquivir (fig. 44, n.º 12), apresentam uma cronologia que abarca todo o Alto-Império (Pinto e Morais, 2007, p. 243), apresentando formas que variam, sobretudo, na morfologia do bordo. O exemplar bético costeiro, já publicado (*ibidem*), pôde ser incluído na forma XII-A-2 da tipologia das cerâmicas comuns de São Cucufate. Em contrapartida, a bilha produzida no interior insere-se, sem grandes reservas, na forma precedente.

Destaque ainda para duas peças de forma rara identificadas como anforiscos (Pinto e Morais, 2007, p. 251), de datação imprecisa. É possível que um deles possa também ter sido utilizado como tampa (fig. 45, n.º 1). A funcionalidade do último parece estar bem atestada como tampa de ânfora durante os séculos I e II (Benoit, 1952, p. 281; Mercedes Vegas, 1973, p. 146 e 147; Rodríguez Almeida, 1974, fig. 3; Bernal Casasola e Sáez Romero, 2007, fig. 1). Todavia, é frequente a sua recolha em contextos funerários (Almagro Basch, 1955, p. 146; Mercedes Vegas, 1973, p. 146 e 147; Bolla, 1988, p. 71 e 72), provavelmente reaproveitada como unguentário ou recipiente libatório.

A mesma funcionalidade terá tido o primeiro recipiente referido (fig. 45, n.º 2), apesar de a tampa de ânfora corresponder a uma produção bética costeira, e este vaso parecer tratar-se de uma produção da área de Riotinto, embora também possamos encontrar um exemplar análogo de fabrico local na *villa* romana de Los Castillones (Serrano Ramos, 2000, fig. 85).

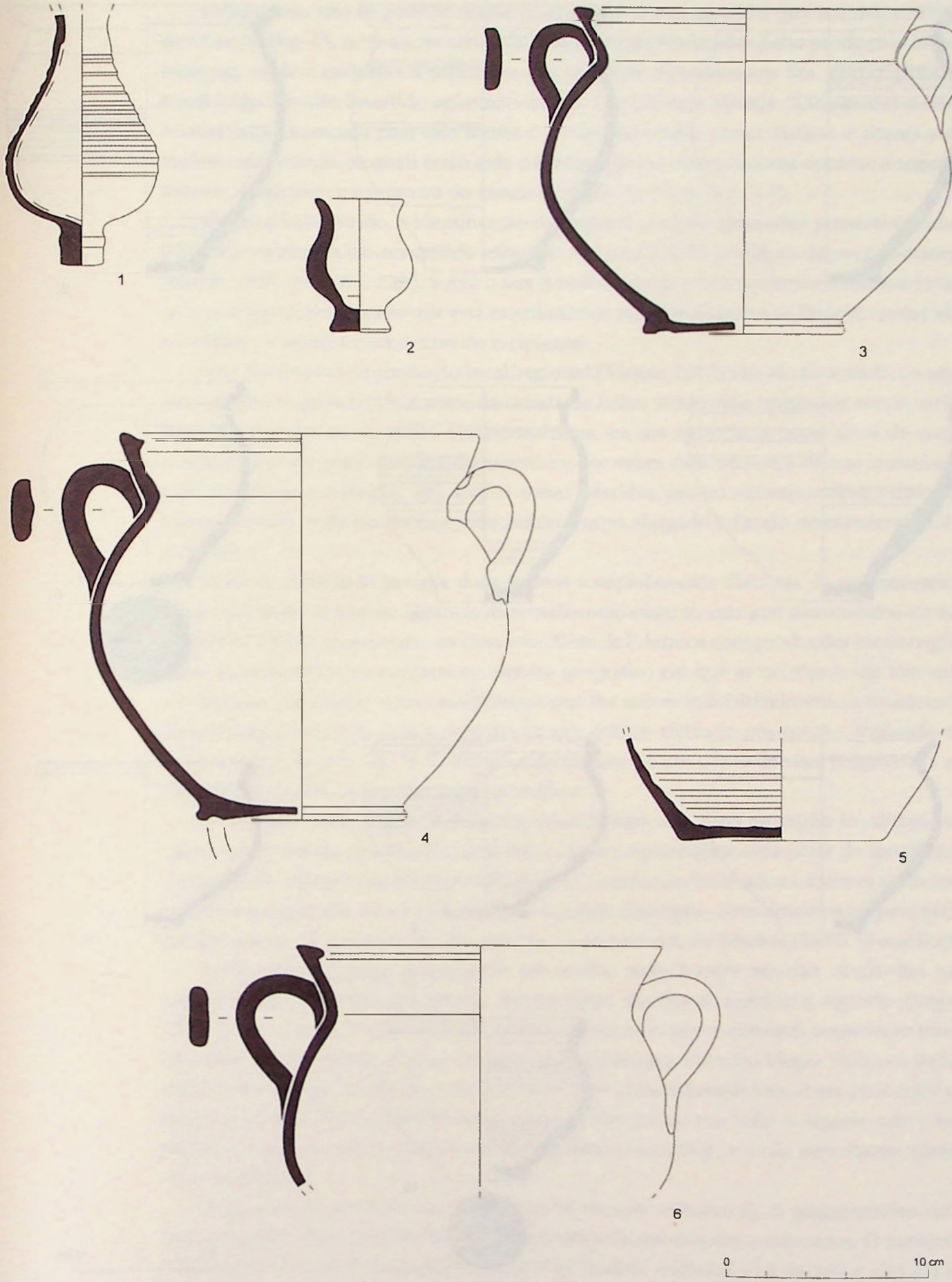


Fig. 45 — Cerâmicas comuns e urnas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

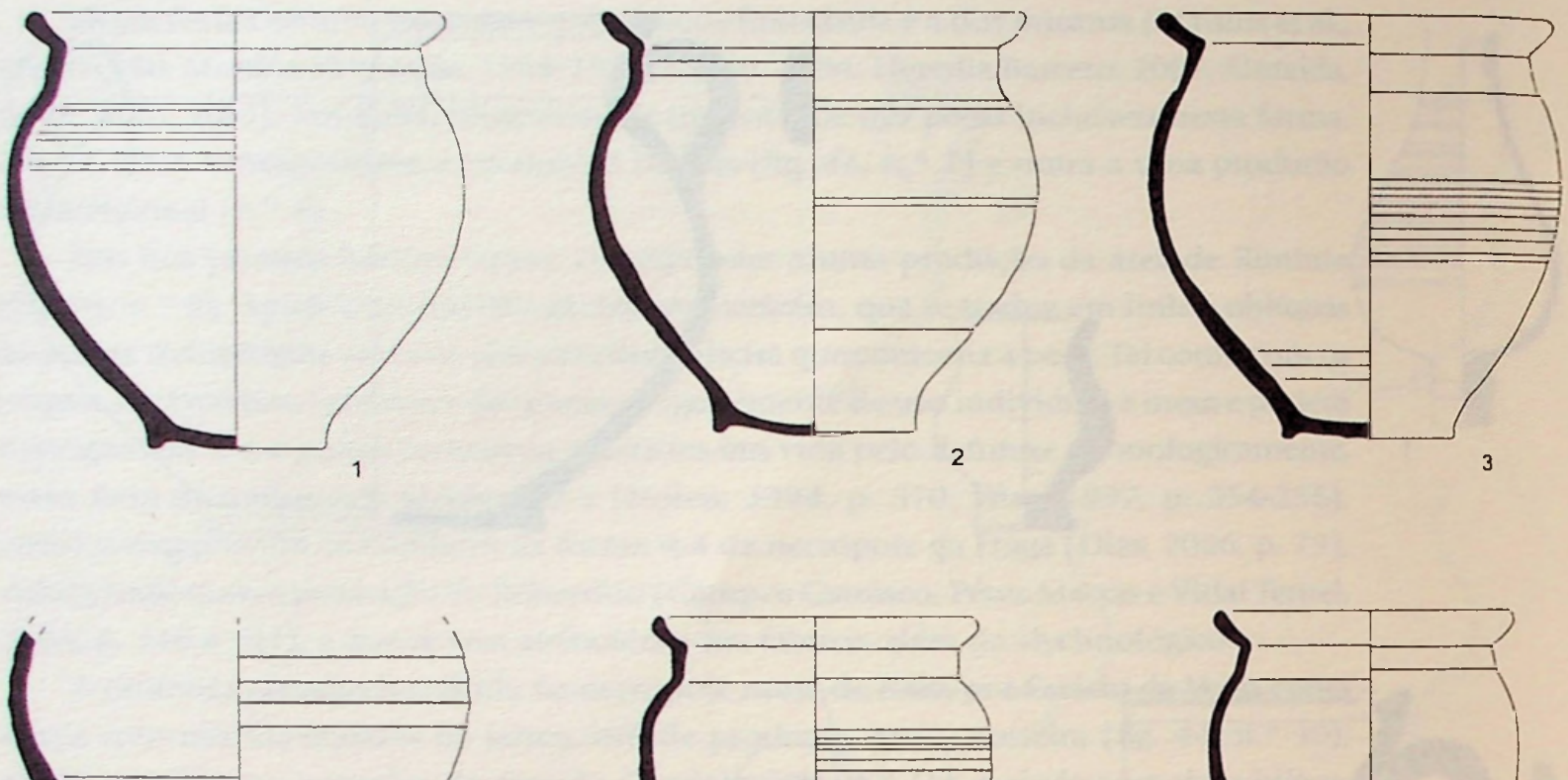


Fig. 46 — Urnas de pastas cinzentas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Finalmente, não se poderia deixar de fazer referência às urnas que somam um total de 18 peças (fig. 45, n.º 3-6). As urnas de *Balsa* estão representadas pelas produções béticas costeiras, onde é exclusiva a utilização dos potes de duas asas em fita, corpo globular, bocal largo e bordo invertido aplanado no exterior (Pinto e Morais, 2007, p. 241 e 242). A cronologia avançada para esta forma é confirmada pelas características e rituais associados a estas urnas, as quais terão sido predominantes, especialmente durante a segunda metade do século I e a primeira do século II (Vegas, 1973, p. 113-117).

Como foi já referido, a identificação das urnas balsenses apenas foi possível devido à frequente existência de um orifício efetuado na base, após a cozedura da peça (Bonnet e Blazoit, 2007, p. 222 e 223). Sobre a sua funcionalidade e interpretação, também já nos pronunciámos, lembrando que está estreitamente relacionada com as libações praticadas ao cadáver e vertidas para dentro do recipiente.

Os contentores de produção local/regional (Viegas, 2012) são ainda mais frequentes nas sepulturas da necrópole norte da cidade de *Balsa*, tendo sido utilizados como urnas. Somam um total de 11 peças, correspondentes, na sua maioria, a potes altos de corpo tendencialmente piriforme, bordo exvertido, por vezes com presença de um curto colo, e pé anelar destacado (fig. 46). Das 11 urnas referidas, quatro correspondem a um conjunto de terrinas de bordo exvertido bífido, corpo alargado e fundo destacado (fig. 46, n.º 7-10).

Embora estejamos perante duas formas completamente distintas de contentores, e cada uma delas apresente algumas dissemelhanças entre si, estamos convencidos da sua utilização última enquanto urna cinerária. Além de lidarmos com produções locais/regionais, quase sempre maioritárias no âmbito geográfico em que as necrópoles se inserem, apresentam, no fundo, uma característica que lhe aufere indubitavelmente a funcionalidade funérea. Referimo-nos à presença de um orifício efetuado pós-cocção, realizado na parte inferior da peça (n.º 6, 7, 8 e 10) e destinado, de um ponto de vista pragmático, ao escoamento das libações efetuadas ao cadáver.

É curioso observar que as 11 urnas identificadas com uma produção local/regional aparentam ter sido produzidas na mesma oficina. Apresentam uma pasta de tonalidade acinzentada, medianamente depurada, porosa, compacta e homogénea. Exibem abundantes desengordurantes de pequena, média e grande dimensão, bem distribuídos pela peça, destacando-se os quartzos, as piroxenas e as moscovites. As últimas muito abundantes.

Estas características petrológicas são muito semelhantes àquelas verificadas nas «caçoilas algarvias» (Viegas, 2012), forma típica do litoral andaluz e algarvio (Vegas, 1973, p. 45; Arruda, Viegas e Bargão, 2010), permitindo supor que estas peças serão todas provenientes da mesma olaria, como foi já avançado por Catarina Viegas. Face aos dados disponíveis até ao momento, que mostram uma clara superioridade desta produção na quinta da Torre d'Ares, embora esteja presente um pouco por todo o Algarve, não é impossível propor a associação das pastas com estas características a este importante núcleo urbano algarvio.

Seguramente provenientes da necrópole são um conjunto de 11 **unguentários** cerâmicos, algum deles, provavelmente, depositados dentro das urnas cinerárias. O conjunto é composto por dois exemplares fusiformes (Nolen, 1994, p. 146, cr-162 e cr-163) de características bastante peculiares, principalmente ao nível do fundo (fig. 47, n.º 1 e 2). Trata-se de unguentários de bordo engrossado no exterior, gargalo estrangulado, retilíneo,

alto e corpo fusiforme. O fundo é saliente, em bico, com um botão na extremidade. O colo e parte do bordo interno estão pintados de castanho alaranjado num dos exemplares (n.º 2) e de negro no outro (n.º 1). Jeannette Nolen classificou estas peças da forma 1 B da tipologia de Anderson (1987), reparando que, apesar das semelhanças, não encaixavam plenamente. A mesma realidade pôde ser constatada na mais recente tipologia elaborada pela equipa de *Lattara* para estes materiais (Py, 1993). Pudemos identificar estes unguentários com a série B, particularmente aqueles datados dos dois últimos séculos antes da viragem da era (Lillo Carpio, 1991-1992), sem que reconheçamos um inequívoco paralelismo com qualquer das variantes. Os dois exemplares balsenses ostentam um corpo bastante mais fusiforme e o fundo mostra a presença de uma moldura inédita.

Quanto à sua datação, não podemos deixar de concordar com Jeannette Nolen quando propõe tratar-se de uma produção avançada dentro desta série, porventura das últimas décadas do século I a. C., ou primeira metade da seguinte centúria. As propostas avançadas para os exemplares da necrópole de *Trales*, em Aydin, Turquia, parecem ser demasiado recuadas (Saraçoglu, 2011), embora seja com estes que os exemplares balsenses mais se identificam morfologicamente. As especificidades tecnopetrológicas destes unguentários são bastante semelhantes às dos que de seguida apresentaremos. Assumindo que é questionável, cremos que tal facto aproxima a totalidade do conjunto de um ponto de vista produtivo e cronológico, ou seja, é possível que tenham sido fabricados na mesma *figlinae*.

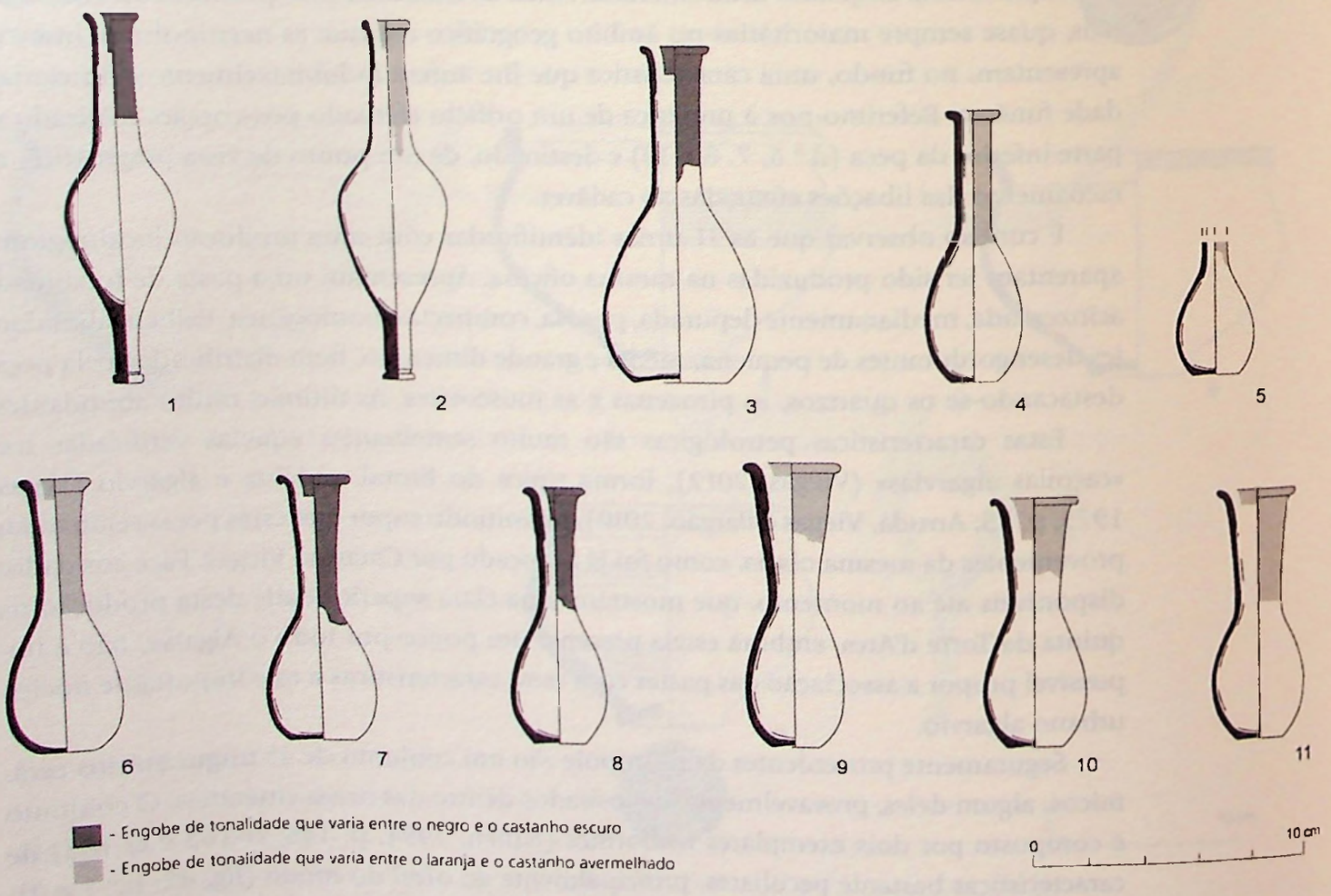


Fig. 47 — Unguentários cerâmicos da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

Os restantes nove exemplares inserem-se na série D da referida tipologia (Py, 1993, p. 584), concretamente nas variantes D1 (fig. 47, n.º 6-11) e D2 (n.º 3-5). As peças da primeira variante apresentam, contudo, alguma disparidade morfológica que convém sublinhar. Aparte alguma diferença nas dimensões, três delas ostentam o colo com paredes oblíquas que se vão abrindo gradualmente (fig. 47, n.º 9-11). Como dizíamos, as especificidades tecnopetrológicas destas peças são praticamente as mesmas dos unguentários referidos anteriormente, ou seja, pastas de tonalidades castanha alaranjada clara ou bege, homogéneas, bem depuradas, compactas e polvorosas. Apresentam poucos elementos não plásticos de reduzidas dimensões, dos quais destacamos os quartzos, as moscovites, algumas calcites e os elementos ferruginosos.

A cronologia avançada para estes exemplares vem sendo balizada entre o final do século I a. C. e início do século II (Nolen, 1994, p. 146). No entanto, a equipa de Lattara recua o *terminus ante quem* para meados do século I, especialmente na variante D1, datação com a qual concordamos. Assim, perante estes dados, este conjunto é cronologicamente homogéneo, tendo sido importado para a cidade algarvia num momento em que as produções de vidro começavam a inundar os mercados hispânicos. Ainda que Jeannette Nolen coloque a possibilidade de serem produtos originários de Nápoles (*ibidem*), realidade que não descartamos, acentuamos a grande semelhança das pastas destes artefactos com as produções béticas. Lembramos ainda que a Bética produziu peças de vidro destinados ao envase de unguentos e perfumes (Price, 1977), atividade que poderá constituir uma continuidade de uma produção e envasamento preexistente. Neste sentido, talvez as diferentes cores que ostentam estes unguentários, aplicados sobre o colo e o bordo, se possam associar a diferentes conteúdos

Este conjunto é ainda constituído pela **cerâmica africana de cozinha**. Embora mais escassa, esta categoria cerâmica é cada vez mais frequente nos conjuntos cerâmicos dos sítios romanos altoimperiais algarvios, muito graças à recente investigação aí protagonizada (Viegas, 2006a, 2006b, 2006c, 2007a, 2011; Arruda et al., 2008; Pereira, 2012b; Arruda e Pereira, 2017). Mas a forma que tem sido identificada nos conjuntos funerários (Almeida, 2009; Heredia Bercero, 2007) permanece ausente dos conjuntos reunidos nos núcleos habitacionais, o que não deixa de causar certa inquietação.

Este fenómeno poder-se-á dever ao desconhecimento que persiste sobre as pastas que caracterizam as produções norte-africanas (Bonifay, 2004). Efetivamente, as peças que agora apresentamos como produções norte-africanas, provavelmente da área de Nabeul, foram já publicadas enquanto produções locais/regionais (Nolen, 1994). Referimo-nos às peças com os números 1 a 3 da figura 48, sendo a restante um exemplar inédito.

Os recentes estudos que se debruçam sobre as pastas das cerâmicas, e suas características, têm posto cada vez mais em evidência a complexidade das origens das mesmas, alterando, inclusive, muito daquilo que se tinha já como dados adquiridos. Certo é, contudo, que, cada vez mais, deveremos reavaliar o conhecimento existente, para que possamos analisar as realidades existentes através de outra perspetiva.

Em Torre d'Ares, Tavira, identificámos quatro exemplares desta produção, correspondendo a 0,5 % do conjunto total, que têm como principal característica a total ausência de micas frente a uma elevada presença de calcites. Não estranhamos a frequente associação desta forma a cerâmicas comuns, potenciada pelo grande consumo desta forma em concreto, produzida, provavelmente, em todas as oficinas do Império Romano.

Os púcaros alcançaram um grande sucesso, não só entre as cerâmicas de cozinha, mas também enquanto cerâmicas de utilização individual, talvez utilizados como copos, o que é comprovado pela elevada presença desta forma em contextos funerários até momentos tardios da ocupação romana.

Dois dos púcaros identificados correspondem à forma 131 de Hayes (1972). Trata-se de peças de corpo globular, pé bastante destacado e bordo exvertido, por vezes bífido, separado do corpo por um pequeno colo estrangulado (fig. 48, n.º 1 e 2). Ostentam ainda uma asa de perfil semicircular e secção ovalada, frequentemente com uma nervura central. Cronologicamente, esta forma tem vindo a ser documentada, principalmente, durante a segunda metade do século I e a primeira do século II, embora possa transpor esta baliza (Hayes, 1972, p. 178 e 179; Aguarod Otal, 1991, p. 296 e 297). Como vimos reiterando, a ausência de contextos dos materiais provenientes desta necrópole não permite comprovar a cronologia avançada. Não obstante, verificamos que esta está em conformidade com o âmbito de consumo da cerâmica de cozinha africana no Algarve (Viegas, 2006b, p. 190; Arruda et al., 2008, p. 180-182; Pereira, 2012b, p. 167-169).

Embora esta forma, presente sobretudo em contextos funerários, como é o caso de Troia (Almeida, 2009, p. 40, n.º 74, 75 e 76), em frente de Setúbal, venha sendo progressivamente caracterizada, identificámos ainda dois exemplares da mesma produção ligeiramente distintos do ponto de vista morfológico (n.º 3 e 4), ainda que possam ser contemporâneos.

A diferente morfologia do bordo, mas semelhante em tudo o resto, obrigou-nos a ponderar tratar-se de exemplares da forma 200 de Hayes (1972, p. 211). Porém, as dimensões não parecem coincidir, pois este vaso é maior do que os Hayes 131, tipo que tem sido identificado principalmente em Barcelona, também em contextos funerários (Heredia Bercero, 2007).

Ainda que não possamos garantir a correspondência destas duas peças com as de tipo 131 ou 200 de Hayes, parece indubitável que correspondem a importações norte-africanas, facto comprovado pela total ausência de micas nas pastas e pela presença pontual de microfósseis, características que têm permitido a individualização destas produções (Bonifay, 2004).

A *terra sigillata* recolhida na necrópole de *Balsa* conta com um total de 24 peças distribuídas por diferentes produções (Hispânica, Sudgálica e Africana), correspondendo a 3,2 % do conjunto balsense. É desnecessária descrição detalhada destas peças, tendo em conta que a maioria foi já abordada exaustivamente por Catarina Viegas (2006a, 2011). Por este motivo, limitámos a descrição da *terra sigillata* a breves contabilizações e comentários que permitem obter uma noção mais clara das proveniências funerárias. É possível que outros vasos, mais fragmentados, tenham sido recolhidos nesta necrópole da cidade romana de *Balsa*. No entanto, sem dados que o permitam confirmar, decidimos apenas incluir aqueles que, pelo seu elevado estado de conservação, são irrefutavelmente oriundos de contextos funerários.

A *terra sigillata* sudgálica encontra-se representada por oito peças distribuíveis por diferentes tipos da classificação de Dragendorff (1895). A importação de *terra sigillata* desta produção parece iniciar-se com a forma 24/25, que conta com um único exemplar proveniente da necrópole, correspondente a taças hemisféricas com o bordo separado do corpo por uma protuberância e decorado com *guilhoché* (fig. 48, n.º 5). Esta é uma

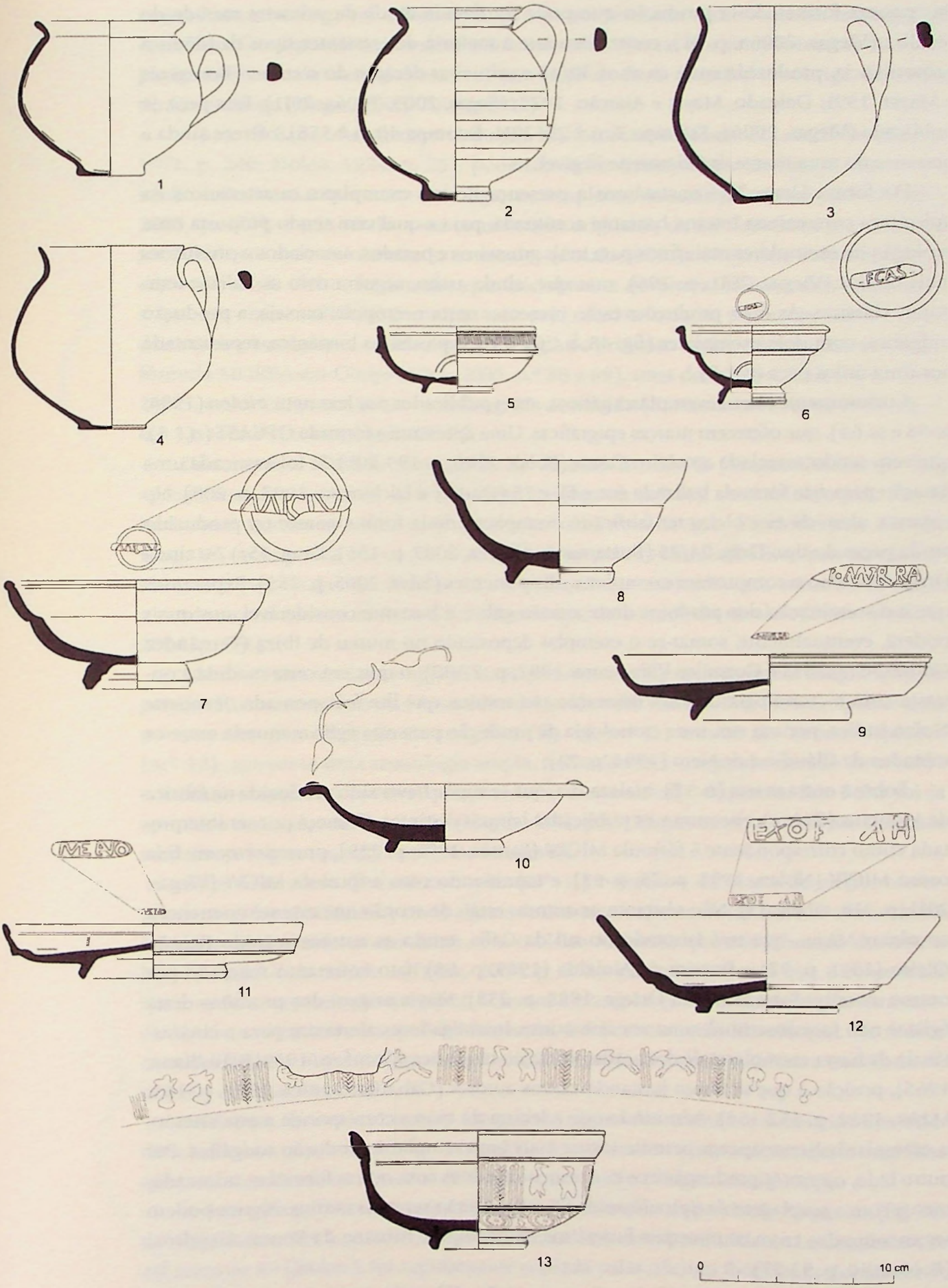


Fig. 48 — Cerâmica africana de cozinha e *terra sigillata* da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

das poucas formas desta produção que pode ser datada ainda da primeira metade do século I (Viegas, 2006a, p. 31), contrariamente à maioria dos restantes tipos de idêntica proveniência, produzida entre os anos 30/40 e primeiras décadas do século II (Bourgeois e Mayet, 1991; Delgado, Mayet e Alarcão, 1975; Viegas, 2003, 2006a, 2011). Esta peça, já publicada (Viegas, 2006a, Estampa 3, n.º 29; 2011, Estampa 40, n.º 558), oferece ainda a presença de uma marca, infelizmente ilegível.

Da forma Drag. 27, constatámos a presença de três exemplares característicos da típica taça com carena interna bastante acentuada, para a qual vem sendo proposta uma evolução de exemplares mais finos para mais grosseiros e pesados, associados a produções mais tardias (Viegas, 2011, p. 296), mas que, ainda assim, seguem com as balizas temporais clássicas. As duas produções estão presentes nesta necrópole, ou seja, a produção sudgálica, com dois exemplares (fig. 48, n.º 6 e 7), e a produção hispânica, representada por uma única peça (n.º 8).

Curiosamente são os exemplares gálicos, antes publicados por Jeannette Nolen (1994, ss-58 e ss-63), que oferecem marcas epigráficas. Uma apresenta a fórmula OFCAST (n.º 6), que vem sendo associada ao oleiro *Castus* (Polak, 2000, p. 199-201). Já foi avançada uma datação para esta fórmula balizada entre 60 e 75 (Hartley e Dickinson, 1993, p. 208). No entanto, além de este oleiro ter fabricado exemplares desta forma, parece ter produzido ainda peças do tipo Drag. 24/25 (Bustamante Álvarez, 2009, p. 155), Drag. 15/17 e ainda Drag. 18, como o comprovam exemplares olisiponenses (Silva, 2005, p. 153). Reparamos que a disseminação dos produtos deste artesão gálico é bastante considerável, aos quais poderá, eventualmente, somar-se o exemplar depositado no museu de Ibiza (Fernández Gómez, Granados e González Villaescusa, 1992, p. 27-30), o que, em certa medida, contrasta com a cronologia de uma laboração tão restrita, que lhe foi apontada. Jeannette Nolen indica, por sua vez, uma cronologia de produção para esta *figlinae* situada entre os reinados de Cláudio e de Nero (1994, p. 74).

Sobre a outra marca (n.º 7), mais tardia, que se supõe haver sido produzida na fábrica de Montans (*ibidem*), encontramos publicadas leituras distintas. Começa por ser interpretada como correspondente à fórmula MICIN (Santos, 1971, p. 239), posteriormente lida como MICIV (Nolen, 1994, p. 75, ss-63), e terminando com a fórmula MICVI (Viegas, 2011, p. 318, tabela 33). Não obstante, as autoras estão de acordo que este selo pertenceu ao oleiro *Micius*, que terá laborado no sul da Gália, tendo as autoras seguido Bairrão Oleiro (1951, p. 97) e Ferreira de Almeida (1969, p. 68), fato entretanto reiterado por outros investigadores (Esteban Ortega, 1983, p. 238). Mas a origem dos produtos desta *figlinae* não foi consensual, uma vez que outros investigadores alertaram para a circunstância de haver exemplares de destacada produção hispânica (Comfort, 1959; Balil Illana, 1965), posição a que se foram juntando outros autores (Gabarito Gómez, 1977, p. 163; Mayet, 1984, p. 152-154). Admitindo que a leitura da marca corresponde a este artesão, o exemplar balsense apenas permite somar mais um exemplar à produção sudgálica. Por outro lado, os protótipos hispânicos com este nome, mas com outras fórmulas, nomeadamente com a acoplagem da típica fórmula EX OF, poderão ser mais tardios. Alguns podem ser encontrados entre os materiais funerários da necrópole romana da Rouca, Alandroal (Rolo, 2010, p. 93-97).

Da forma Drag. 18, identificámos um exemplar (fig. 48, n.º 9). Trata-se de pratos de perfis baixo e largo, com um grande espetro cronológico, realidade que dificulta um

enquadramento temporal mais assertivo, sem que tenhamos um contexto estratigráfico associado. Corresponde a uma das formas mais abundantes nos sítios romanos com ocupação de idêntica cronologia, como são os casos de *Baelo Claudia*, Miróbriga, Santarém ou Conímbriga (Viegas, 2003, 2006a, 2011).

A peça de *Balsa* ostenta a marca do seu fabricante, sob a fórmula L. MURRA (Santos, 1971, p. 240; Nolen, 1994, p. 75), podendo-se ler como *Murranus*. Não é uma marca muito comum, mas que conta com alguns exemplares, nomeadamente em Lisboa (Silva, 2005, p. 177), e tem vindo a ser considerada originária de La Graufesenque, onde foi produzida em momento centrado no século I (Polak, 2000, p. 278). Pese embora a pouca expressão deste oleiro, foi um dos que inicialmente dominou os mercados hispânicos, o que, em certa medida, está comprovado pela relativa variação da sua assinatura. Além deste exemplar algarvio, onde surge com a sigla do primeiro nome, reconhecemos ainda a fórmula MURRA em *Olisipo* (Silva, 2005, n.º 88 e 89), uma delas sobre uma forma Drag. 24/25, e outra impressa sobre uma Drag. 27, de Mérida (Bustamante Álvarez, 2009, fig. 4, n.º 1), com a típica expressão EX OF.

Dos serviços Flávios, posteriores às décadas de 60/70 (Viegas, 2006a, p. 32), apresenta-se um exemplar da forma Drag. 36 (fig. 48, n.º 10), caracterizada pelo bordo horizontal, que ostenta decoração em relevo com folhas de água. Paralelamente à forma Drag. 18, corresponde a uma das mais difundidas pela Península Ibérica, quer na sua versão prato, quer na de taça. Trata-se de um exemplar marmoreado, que, como se sabe, tem a produção relativamente bem balizada na segunda metade do século I (Pérez Maestro, 2004, p. 361).

Identificámos ainda exemplares correspondentes aos pratos da forma Drag. 15/17, de paredes baixas, com finas molduras e bordo geralmente vertical. Esta forma, representada por um exemplar de produção sudgálica (fig. 48, n.º 11) e outro de fabrico hispânico (n.º 12), apresenta uma cronologia ampla, balizada entre a segunda metade do século I e a centúria seguinte, motivo que potenciou a sua elevada dispersão. Em *Balsa* foi já apontada a sua elevada aceitação (Viegas, 2011, p. 297) nos serviços de mesa, reiterada também pela presença em contextos funerários.

Saliente-se ainda que um exemplar (n.º 11) é detentor da marca de oleiro, correspondente à firma MELANO, onde alguns dos carateres aparecem em nexo. É concordante a correspondência desta assinatura com o oleiro *Melainus*, que terá laborado durante o terceiro quartel do século I (Polak, 2000, p. 268), da mesma forma que é consensual tratar-se de uma produção sudgálica. O restante exemplar (n.º 12) também oferece a marca da oficina hispânica na qual foi fabricado, infelizmente, não identificável. Os únicos carateres legíveis são correspondentes ao EX OF, podendo ainda intuir-se a existência de um «H» no final da cartela.

As formas decoradas também integraram alguns dos conjuntos funerários dos cidadãos balsenses, que, como foi já avançado, acompanharam a importações das formas lisas que tratámos, desde os reinados de Tibério ou Cláudio (Viegas, 2011, p. 300).

A forma Drag. 29 está representada por um exemplar de produção hispânica (fig. 48, n.º 13) (Nolen, 1994, p. 91, sh-1). Esta forma, inicialmente produzida em La Graufesenque até cerca de 85 (*ibidem*), foi rapidamente copiada pelas oficinas ibéricas, prolongando-se tal produção durante o século II. Com efeito, as produções hispânicas altoimperiais seguem de perto os esquemas tipológicos gálicos (Montesinos i Martínez, 2004, p. 67), embora

por vezes com pequenas variações, como é o caso desta forma, que perde a decoração em *guilhoché* sobre o bordo, que se torna consideravelmente mais exvertido. Não obstante, em território algarvio esta produção é consideravelmente rara, comparativamente com as suas congéneres originais do sul da Gália (Viegas, 2011). A decoração está moldada em duas bandas molduradas, dividindo, a superior, mediante métopas com motivos vegetalistas no centro, figurações de veados e aves, apresentando, a inferior, rosetas em medalhas e palmeiras, alternadamente (Nolen, 1994, p. 94).

À forma Drag. 37 pertence um exemplar completo, produzido no sul da Gália, decorado com o que parece ser uma cena de caça (fig. 49, n.º 1), peça que terá sido produzida desde meados do século I até às primeiras décadas do século II (Mees, 1995, p. 59; Viegas, 2011, p. 300). Outras peças foram consideradas de produção hispânica (López Rodríguez e Regueras Grande, 1987, fig. 13, n.º 91). A cena representa um canídeo que parece estar a correr atrás da sua presa, um veado adulto, sendo complementada com elementos vegetalistas, árvores estilizadas, que correspondem a um pano de fundo e que têm sido identificadas com o «estilo» particular do oleiro *Germanus III*, que terá laborado por volta do ano 80, podendo-se estender a produção até final do século I (Mees, 1995, p. 78; Tilhard, 2004, p. 220; Viegas, 2011, p. 301).

Contudo, a peça está assinada pelo oleiro SABINI, localizando-se a marca no exterior da peça, imediatamente abaixo da decoração. Por a marca estar no molde, encontra-se bastante esbatida, sendo pouco percetível. Ainda assim, não temos qualquer dúvida sobre a leitura. Esta marca está já identificada em *Balsa* (Viegas, 2011, p. 317), tratando-se de um oleiro que logrou um grande sucesso na Península Ibérica, especialmente entre 65 e 85 (Hartley e Dickinson, 1993, p. 214; Polack, 2000, p. 313). Reparamos, portanto, que este artesão laborou em momento imediatamente anterior ao *Germanus III*, estando por esclarecer qual o sentido que tomou a influência do estilo decorativo.

A *terra sigillata* de produção do sul da Gália está representada por um total de sete exemplares, distribuíveis pelas formas Drag. 15/17, 18, 24/25, 27, 36 e pelo exemplar decorado da forma Drag. 37, que acabamos de comentar. Destes, apenas o exemplar da forma Drag. 36 não ostenta a marca do fabricante.

A *terra sigillata* hispânica, representada por nove exemplares, contam com as formas Drag. 15/17 e 27 e ainda o exemplar decorado da forma Drag. 29. Apenas o primeiro ostenta a marca do seu fabricante, para o qual não avançámos qualquer leitura. No entanto, Jeannette Nolen avança com propostas que lhe permitiram localizar este produtor em Andújar (1994, p. 92), facto reiterado recentemente, no estudo integral desta categoria cerâmica (Viegas, 2011, p. 522).

As produções hispânicas contam ainda com três exemplares da forma Herm. 90.5 (fig. 49, n.º 2-4), dois decorados com folhas de água (n.º 3 e 4), formas fechadas raras em território nacional. Também estas peças foram tidas como originárias das *figlinae* de Andújar (Nolen, 1994, p. 92).

As produções hispânicas do tipo Peñaflor (Moreno Almenara, 1998; Amores e Keay, 1999; Jerez Linde, 2004; López Rosendo, 2008) estão representadas na necrópole norte de *Balsa* por apenas três exemplares. É desnecessário reiterar muito do foi já escrito sobre esta produção (Viegas, 2011, p. 148 e 149), mas parece importante relembrar que as produções de Celti (Peñaflor) imitam a *terra sigillata* itálica, sudgálica, ou ainda a cerâmica de «engobe vermelho pompeiano» e a de paredes finas (*ibidem*, p. 148).

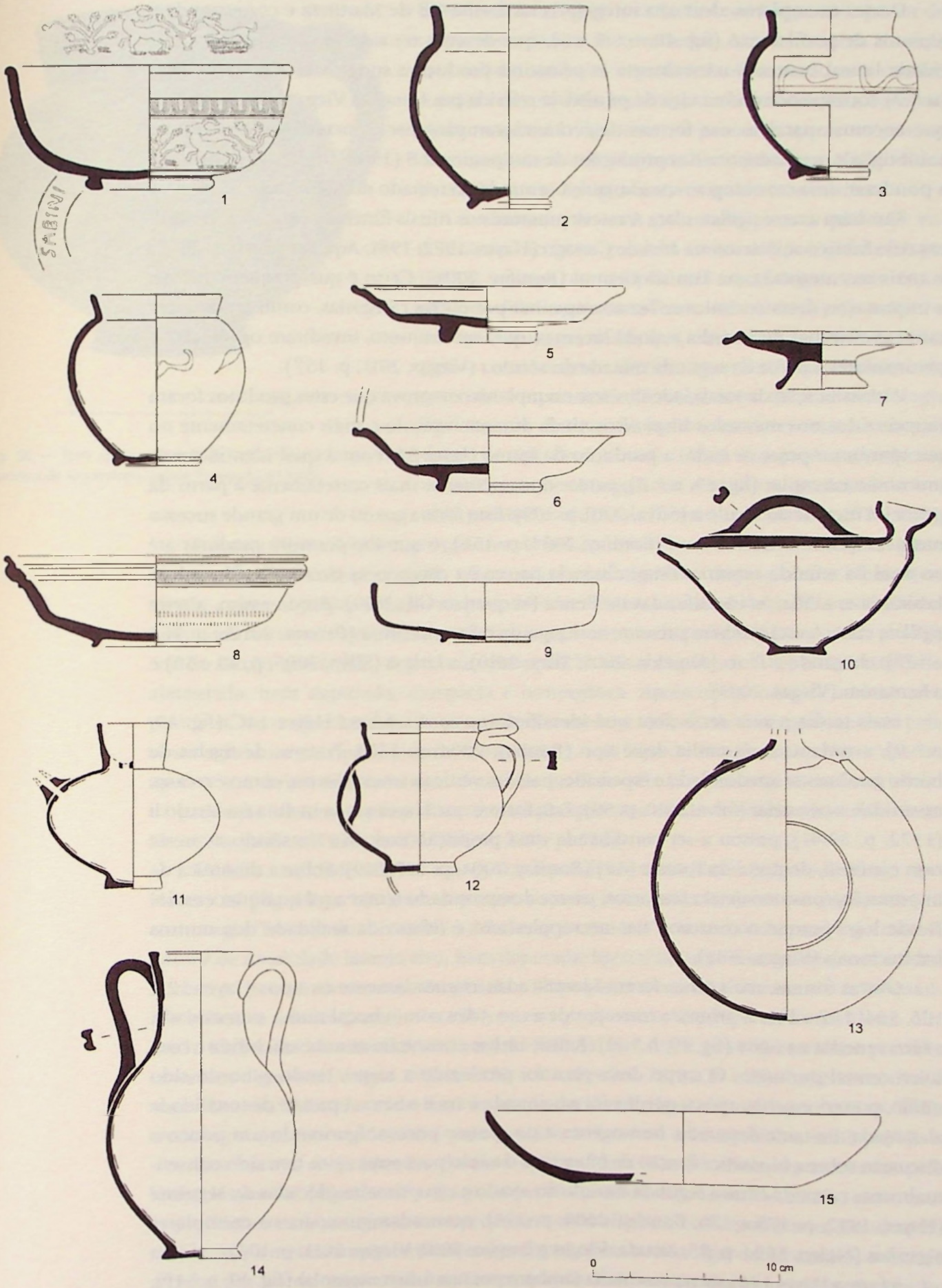


Fig. 49 — *Terra sigillata* da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

Destes exemplares, dois são integráveis na forma IIB de Martínez e correspondem a pratos de perfil baixo (fig. 49, n.º 5 e 6), que deverão ter sido importados para esta cidade litoral contemporaneamente às primeiras produções sudgálicas. A restante peça (n.º 7) corresponde a uma taça de pé alto, já referida por Catarina Viegas (2006a, p. 74), que encontra paralelo nas formas de cerâmica campaniense, concretamente na forma Lamboglia 4, característica das produções de campaniense B (1952), imitação que obriga a ponderar uma cronologia recuada, quiçá centrada ao reinado de Augusto.

Também a *terra sigillata* clara A esteve presente nos rituais fúnebres balsenses, cerâmicas cujo fabrico se detetou na área de Cartago (Hayes, 1972, 1981; Aquilué Abadías, 2003) e, mais recentemente, na Tunísia Central (Bonifay, 2004). Certo é que, frequentemente, a importação desta cerâmica se fez acompanhar por outras categorias, como ânforas, cerâmicas africanas de cozinha e ainda lucernas, que, em conjunto, invadiram os mercados peninsulares a partir da segunda metade do século I (Viegas, 2011, p. 157).

A classificação da totalidade dos sete exemplares comprova que estes produtos foram introduzidos nos mercados hispânicos ainda durante o século I, mais concretamente no seu término. Apesar de tudo, a produção da forma Hayes 8A, com a qual identificámos um nosso exemplar (fig. 49, n.º 8), parece documentar-se mais corretamente a partir da primeira metade do século II (Silva, 2010, p. 102). Esta forma gozou de um grande sucesso nas necrópoles norte-africanas (Bonifay, 2004, p. 156), o que lhe permitiu perdurar até ao final da referida centúria. Esta influência parece ter chegado às necrópoles do sul da Lusitânia e, ainda, às identificadas na Bética (Vaquerizo Gil, 2010). Ainda assim, a *terra sigillata* clara A está também presente ao longo da costa vicentina (Pereira, 2012c, p. 166 e 167), chegando a Troia (Almeida, 2009; Silva, 2010), a Lisboa (Silva, 2005, p. 49 e 50) e a Santarém (Viegas, 2003).

Mais tardia parece ser a peça que identificámos com a forma Hayes 14C (fig. 49, n.º 9), a variante mais tardia deste tipo (Bonifay, 2004, p. 157). Trata-se de tigelas de bordo geralmente arredondado e espessado, paredes verticais invertidas ou, como é o caso, exvertidas, e pé anelar (Silva, 2010, p. 50). Esta forma, que Hayes ainda incluía no século II (1972, p. 39-41), passou a ser considerada uma produção exclusiva do século III, neste caso concreto, do norte da Tunísia (A2) (Bonifay, 2004, p. 157-159). Sobre a dinâmica de importação/consumo destes artefactos, parece desapropriado tentar aqui qualquer ensaio. Desde logo porque o consumo nas necrópoles não é reflexo da realidade dos centros habitacionais (Viegas, 2011).

Outras formas, mais raras, foram identificadas, nomeadamente os tipos Hayes 123, 126, 134, 147 e 161. A primeira corresponde a um *Askos* com o bocal numa extremidade, e bico vertedor na outra (fig. 49, n.º 10). A unir ambas encontramos uma asa, bífida e com sulco central profundo. O corpo desta peça foi produzido a torno, tendo o bordo sido unido, posteriormente, após o que lhe foi adicionada a asa e o bico. A pasta é de tonalidade alaranjada, bastante depurada, homogénea e um pouco porosa. Ignorando um pouco a discussão sobre a hipotética função de biberão, a datação para estes vasos tem sido consensualmente centrada entre a segunda metade do século II e as primeiras décadas do seguinte (Hayes, 1972, p. 175 e 176; Bonifay, 2004, p. 298), nomeadamente para os exemplares algarvios (Nolen, 1994, p. 98; Arruda, Viegas e Bargão, 2010; Viegas, 2011, p. 106).

A forma Hayes 126 está representada também por um único exemplar (fig. 49, n.º 11). Tem como características o bordo aplanado, sem separação do colo, o corpo globular e a

Fig. 50 — *Terra sigillata* Clara A da forma Hayes 134. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

base destacada, ligeiramente côncava. Na parte superior do corpo, ostenta um bico vertedor. A parte interna do colo está selada, na base, e perfurada, formando um coador. A pasta é de tonalidade alaranjada, bem depurada, compacta, homogénea e ligeiramente porosa e apresenta poucos desengordurantes de pequena dimensão, bem distribuídos pela peça, com destaque para os quartzos e calcites.

É efetivamente uma peça rara, para a qual não encontrámos nenhum paralelo exato. A tipologia de Hayes (1972) apenas contempla esta morfologia e notámos algumas diferenças entre a forma estabelecida pelo autor e o exemplar balsense, dados que, contudo, não são suficientes para a considerarmos distinta. A ausência do elemento de preensão é a principal diferença, além de uma morfologia ligeiramente distinta do bordo, sendo o restante enquadrável no tipo determinado. Hayes avançou uma proposta cronológica que abrange todo o século II, meditando sobre uma possível evolução da forma 121 (*ibidem*, p. 177 e 178).

A forma Hayes 134 integra púcaros de bordo invertido com uma moldura na parte exterior (fig. 50), colo pouco alto e ligeiramente estrangulado, corpo globular e base destacada, com um pequeno sulco na parte inferior. Ostenta uma asa de perfil arredondado, redobrada no topo, com uma superfície plana para apoio do polegar (Hayes, 1972, p. 179) e é de secção quadrífida. A pasta do exemplar balsense (fig. 49, n.º 12) é de tonalidade alaranjada, bem depurada, compacta e homogénea. Apresenta poucos elementos não plásticos, bem distribuídos, de pequena dimensão e difíceis de distinguir apenas pela observação macroscópica, mesmo recorrendo a uma lupa de 16 aumentos. Hayes apenas apresentou dois exemplares que datou de final do século I (*ibidem*), momento inicial da produção da *terra sigillata* clara A, datação que vem sendo reiterada na análise deste exemplar (Nolen, 1994, p. 104; Viegas, 2011, p. 335).

Idêntica realidade oferece a peça correspondente a um cantil (*pilgrim-flask*) do tipo Hayes 147 (fig. 49, n.º 13), tanto no que respeita à sua raridade, como no que se refere à cronologia. Trata-se de um cantil redondo, que conserva o arranque das asas e do colo. A pasta é de tonalidade laranja vivo, bem depurada, ligeiramente porosa, homogénea e dura. Apresenta poucos elementos não plásticos de pequena dimensão, destacando-se os quartzos eólicos e calcites (raras). Para Hayes, esta peça estaria inspirada na forma Herm. 13/ Déch. 63, produzida nas oficinas do sul da Gália (Hayes, 1972, p. 185), e também presente nos sítios algarvios (Viegas, 2011, p. 323 e 514; Pereira, 2012c, p. 166). Por este motivo, é sugerida a sua datação entre o final do século I e o início do século II (Hayes 1972, p. 185), cronologia que vem sendo aceite para os sítios do extremo ocidente (Silva, 2010, p. 51).

Finalmente, as produções de *terra sigillata* clara A estão ainda representadas pela forma Hayes 161 (fig. 49, n.º 14), que, a par das precedentes Hayes 134 e 147, constituem as produções mais antigas deste tipo de cerâmica africana, correspondendo, simultaneamente, às primeiras importações desta categoria para o sítio algarvio. O modelo balsense oferece um bordo engrossado no interior, colo alto sem separação evidente do bordo, corpo de tendência piriforme e base destacada. Ostenta duas asas de perfil em L invertido

e secção bífida. A pasta é de tonalidade alaranjada, bem depurada, porosa, homogénea e dura, com poucos desengordurantes de pequena dimensão, com destaque para os quartzos eólicos, calcites (raras) e alguns microfósseis.

Mais tardia é a única peça de produção em *terra sigillata* clara C (fig. 49, n.º 15), integrável na forma 50B de Hayes. Esta identifica tigelas de grandes dimensões com paredes retas e esvasadas. O fundo é geralmente caracterizado pela existência de um pequeno pé ou uma base ligeiramente côncava. Esta variante distingue-se, principalmente, por uma maior robustez, patente nas paredes mais espessas e «...sobretudo, com um corpo acentuadamente esvasado e encurvado...» (Silva, 2010, p. 55), assemelhando-se mais a um prato. Cronologicamente, esta forma vem sendo datada, *grosso modo*, entre meados do século III e meados da centúria seguinte, podendo estender-se a produção desta variante até ao século V (Hayes, 1972, p. 73; *Atlante I*, 1982, p. 65; Nolen, 1994, p. 100; Viegas, 2011, p. 336; Silva, 2010, p. 55 e 56).

A realidade evidenciada pela análise da *terra sigillata* proveniente da necrópole norte de *Balsa*, não parece comparável com o estudo feito sobre os materiais provenientes do centro urbano (Viegas, 2011, p. 536-538, gráfico 37). Esta aparente disparidade de consumo, maioritária durante os séculos I e II na necrópole, deverá ser resultado de fatores vários, que contribuíram para a obtenção de dados tão contraditórios, nomeadamente a maior tendência de colocação de mobiliário funerário nesse período. Saliente-se, ainda, que a *terra sigillata* não parece ser a cerâmica incluída nos conjuntos funerários, por excelência. Refletindo sobre a qualidade e aparência das peças cerâmicas desta categoria, seria de esperar que a sua percentagem na necrópole fosse superior à observada. Assim, e no caso concreto de *Balsa*, talvez devamos considerar que estas eram acima de tudo funcionais.

Por um lado, devemos ter em conta que esta deverá ser a necrópole mais antiga e, portanto, a primeira a ser fundada, a par da urbe. Com a evolução da cidade, deverá ter sido também a primeira a ser abandonada, em detrimento de outras. A sua elevada proximidade à cidade e, quiçá, a sua rápida saturação, deverá ter obrigado à sua expansão em direção oposta à cidade, ou mesmo ao seu abandono. Devemos relembrar que, durante o Alto-Império, a importância dada à separação do mundo dos vivos e dos mortos era grande. Como veremos, a maioria dos materiais parece estar em consonância com esta datação, ainda que, pontualmente, encontremos materiais mais tardios. Lembramos novamente que, a partir do século III, assistimos a uma diminuição considerável no espólio fúnebre, realidade que contribui, de forma decisiva, para as elevadas percentagens na contabilidade de materiais altoimperiais.

Por outro lado, refletindo sobre os dados disponíveis e os materiais expostos, tudo indica que a *terra sigillata* não parece ter sido o material mais requisitado para os rituais fúnebres, ou melhor dizendo, para o ritual de sepultamento. Ainda assim, embora esta cerâmica não esteja presente de forma abundante nos conjuntos funerários, é possível que fosse utilizada nos rituais efetuados após o enterramento, ou seja, nos banquetes fúnebres, o que prova que era uma cerâmica acima de tudo utilitária e que se pretendia durável. Comparada com outras, como as paredes finas, não podemos afirmar que a sua rejeição nestes contextos se deva à pouca qualidade estética, mas sim à intenção da sua preservação.

Um dos conjuntos mais emblemáticos da quinta de Torre d'Ares é, sem dúvida alguma, o conjunto de cerâmicas de paredes finas, correspondendo a 5,6 % da totalidade do espólio funerário de *Balsa*. De um total de 42 peças, identificadas como sendo provenientes

de contextos sepulcrais, comprovado pelo excecional estado de conservação, apenas 26 foram publicadas por Jeannette Nolen (1994).

Das produções identificadas, encontrámos peças provenientes da Bética, que, como não podia deixar de ser, representam a maioria do conjunto (32 exemplares). Admitimos que nem sempre estivemos seguros quanto à origem, insegurança potenciada pelo atual desconhecimento de centros produtores desta categoria cerâmica. As produções emeritenses são uma das mais bem caracterizadas até ao momento (Minguez Morales, 1991, p. 90 e 91; Rodríguez Martín, 1996a, 1996b; Bustamante Álvarez, 2011), mas a atual região algarvia não importou materiais com essa proveniência.

Além das produções béticas, lográmos identificar ainda materiais provenientes da Península Itálica, ainda que em número reduzido e sem que tenhamos certeza na sua caracterização (2 exemplares), além das já identificadas produções locais/regionais (Nolen, 1994, p. 58), que totalizam quatro exemplares. Sobre os restantes materiais não foi possível reconhecer a área produtora.

Como acontece com os restantes materiais provenientes da necrópole norte de *Balsa*, a impossibilidade de contextualização das peças obriga a uma exposição por formas. Assim, os materiais serão apresentados segundo a classificação tipológica, apoiando-nos na tipologia elaborada por François Mayet (1975).

A forma VIII de Mayet parece corresponder ao tipo mais antigo identificado em contexto funerário. Este exemplar vem sendo datado de reinado de Augusto (Mayet, 1975, p. 39), embora não encontremos paralelos devidamente contextualizados (Minguez Morález, 1991, 2002; Reinoso del Río, 2002, 2003, 2004). Este tipo corresponde a copos de bordo alto, esvasado, oblíquo e corpo globular ou carenado, características que variam consoante a variante a que corresponde. O exemplar balsense parece inserir-se na variante B, apresentando o bordo com uma altura inferior à do corpo (fig. 51, n.º 1). Ainda que Mayet (1975) não tenha apresentado nenhum mapa de dispersão desta forma na sua obra, foi avançado que estas peças poderão ter sido produzidas na Bética (López Mullor, 1990, p. 245-247), onde, aliás, são abundantes (López Mullor, 1977; Reinoso del Río, 2002, 2003, 2004).

A forma XX da mesma tipologia, consideravelmente rara no litoral sul da Península Ibérica, encontra-se representada por quatro exemplares (fig. 51, n.º 2-5). Tal facto não deixa de ser surpreendente, mesmo tendo em conta que a sua presença e produção está bem atestada nas Baleares (Minguez Morales, 1991, p. 85 e 86; López Mullor e Magdalena Estarellas, 2002, p. 241) e também na Sardenha (Minguez Morales, 1991, p. 69 e 70), com uma cronologia centrada em meados do século I, datação que Passelac recua ligeiramente na área lionesa (1993).

É frequente depararmo-nos com esta forma inserida erradamente em outras categorias cerâmicas, como é o caso da cerâmica comum. Estas peças foram reiteradamente identificadas com cerâmicas de mesa, mais concretamente com púcaros (Nolen, 1994, p. 141). Admitimos que a forma é uma das mais comuns, durante o Alto-Império e também durante a Tardo-Antiguidade, tendo sido reproduzida na maioria das distintas categorias cerâmicas. No entanto, como aconteceu também para os púcaros de cerâmica africana de cozinha, também os seus similares de cerâmica de paredes finas são possíveis de individualizar. Claro que quanto mais completos estiverem os exemplares, mais fácil será o reconhecimento do tipo de cerâmica reproduzida. No caso da forma XX desta categoria cerâmica pudemos também recorrer à presença de decoração como elemento diferenciador.

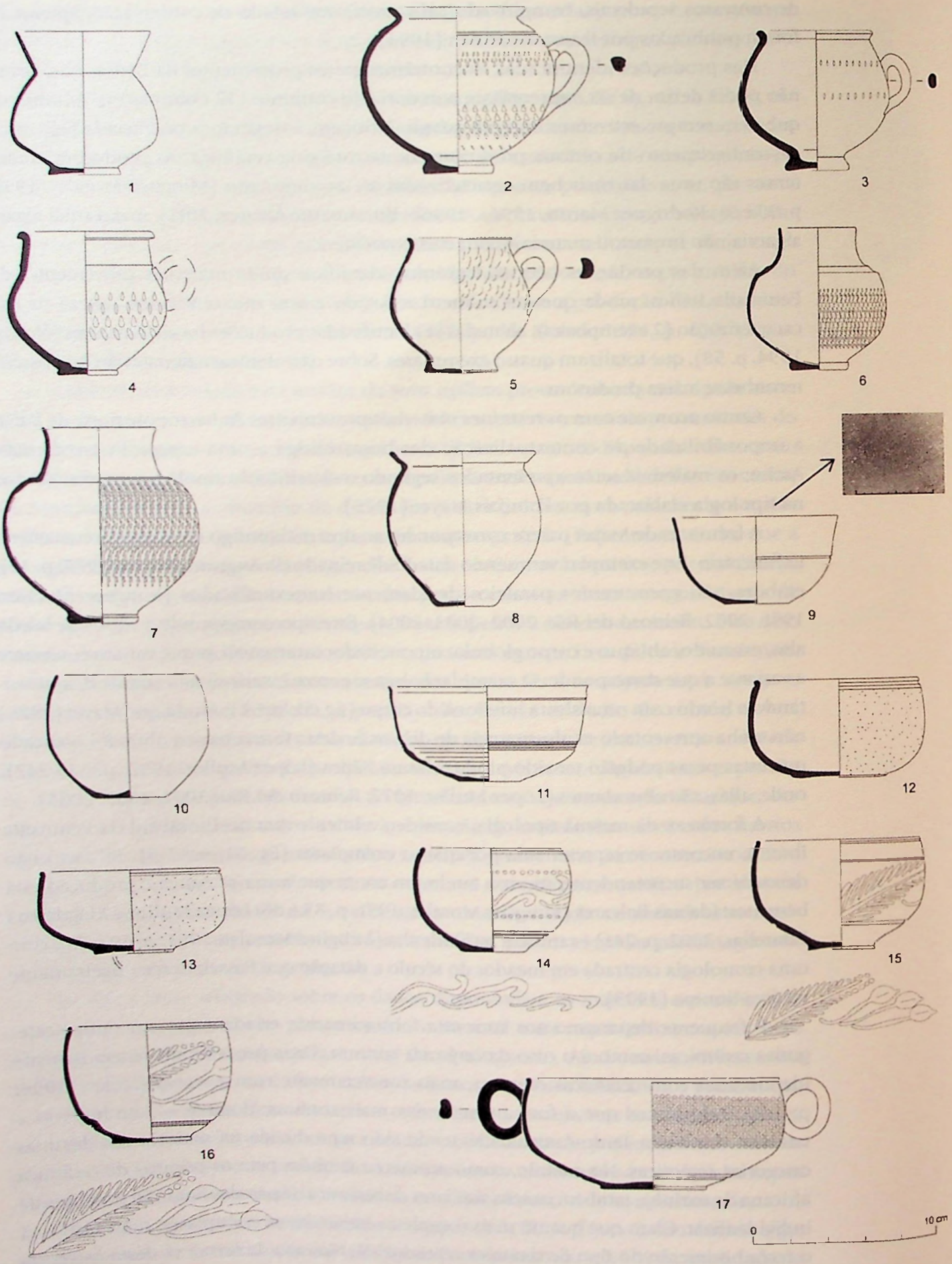


Fig. 51 — Cerâmica de paredes finas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Pela análise morfológica dos exemplares é possível propor que duas das peças encaixam na variante B (fig. 51, n.º 2 e 3), enquanto as restantes (n.º 4 e 5) parecem corresponder à C. Não obstante, François Mayet apenas referiu a presença de decoração a *guilhoché* na variante B da forma XX, realidade que obriga a ponderar a hipótese de a totalidade das peças poder corresponder a essa variante. Todos os vasos recolhidos nas sepulturas de Torre d'Ares ostentam esta decoração, mais ou menos elaborada.

A forma XXI está patenteada por dois exemplares (fig. 51, n.º 6 e 7), ambos com decoração a *guilhoché* no corpo, que é globular. Ostenta um colo alto, vertical e ligeiramente exvertido na aproximação ao bordo. As pastas tanto podem ser escuras e redutoras (n.º 7) como oxidantes (n.º 6) (Reinoso del Río, 2004, p. 42). Embora se tenha atribuído uma origem maioritariamente itálica a esta forma, foram reconhecidos centros produtores nas Baleares (Minguez Morales, 1991, p. 85 e 86), concretamente em Ibiza (Fernández Granados, 1986, p. 53 e 54; López Mullor e Magdalena Estarellas, 2002, p. 241), proveniência a ter em conta para os exemplares balsenses. A dispersão desta forma está em acordo com a escassez de exemplares identificados até ao momento. Apenas gozamos de paralelos na Catalunha, Baleares e Andaluzia (Reinoso del Río, 2004, p. 42), aos quais se havia somado já Santarém (Arruda e Sousa, 2003, p. 272), e que agora se acrescenta o sul da Lusitânia. Note-se a coincidente cronologia entre esta forma e a precedente que, refletindo sobre a sincrónica proveniência, deverão ter sido produzidas nas mesmas olarias.

A forma XXIV de Mayet corresponde a um copo alto de bordo exvertido e fundo estreito (fig. 51, n.º 8). Geralmente ostenta uma asa de secção triangular na parte superior do corpo assim como decoração vertical ou oblíqua incisa a pente (Mayet, 1975, p. 58; Reinoso del Río, 2002, p. 92). Estas características não estão patentes no exemplar recolhido em Torre d'Ares. Esta peça corresponde a uma produção local/regional que pretende copiar os exemplares originais, disseminados, principalmente, pela zona litoral mediterrânica durante a primeira metade do século I.

Na Península Itálica conhecem-se pelo menos dois grandes centros produtores que exportaram este tipo de peças. No entanto, chegando à Península Ibérica, esta forma rapidamente começou a ser reproduzida na área da Catalunha e nas Baleares (Mayet, 1975, p. 134 e 135), estando também identificadas em Cádis (*ibidem*; Mayet, 1970) e em Asta, Jerez de la Frontera (Reinoso del Río, 2002, p. 92), embora nestes dois últimos sítios não pareça ter sido fabricada. Foi durante os meados do século I que se difundiu, pelo que não parece despropositado balizar o exemplar de Torre d'Ares na segunda metade da mesma centúria.

A forma XXVII conta apenas com um exemplar. Trata-se de taças de carena baixa e bordo exvertido ou engrossado externamente, como é o caso, com duas asas circulares com lingueta na parte inferior (fig. 52). A característica diferenciadora é a presença de decoração em barbotina formando pequenas folhas de água com caules alargados, pintadas de branco (Mayet, 1975, p. 61). A raridade desta forma justifica o desconhecimento dos centros oleiros que a produziram. Alguns investigadores são de opinião de que esta raridade é reflexo de estarmos perante o fabrico de um único oleiro, denotando uma maior concentração destas peças na área andaluza espanhola (Reinoso del Río, 2002, p. 93), sem que, contudo, se relacione esta concentração com a localização do possível produtor. A identificação desta forma no Algarve, que tinha sido incluída no trabalho de François Mayet, parece fortalecer a possibilidade de que tenha sido, de facto, aí produzida. Embora os exemplares exumados

até ao momento sejam escassos, apenas três, uma cronologia balizada nos reinados de Augusto e Tibério parece ser aquela que mais se ajusta (Mayet, 1975, p. 61).

Embora não tenhamos exemplares importados na necrópole norte de *Balsa*, a forma XXXIII parece ter sido produzida localmente, quiçá com o objetivo de suprir a procura deste tipo de peças para os ritos funerários. Talvez por este motivo um dos exemplares foi frequentemente confundido com cerâmica de uso comum (Nolen, 1994, p. 145, cr-161). Trata-se de uma taça hemisférica de bordo aplanado e paredes encurvadas para o interior ou para o exterior (Mayet, 1975, p. 67). Pode apresentar uma ou mais caneluras no corpo (fig. 51, n.º 9 e 10). As pastas costumam ser oxidantes, com tonalidades que variam entre o bege acastanhado e o laranja, e nunca apresentam qualquer tipo de decoração.

Embora a morfologia geral seja a referida, a forma poderá variar substancialmente. Com efeito, os dois exemplares recolhidos em Torre d'Ares ostentam evidentes diferenças entre si, as quais poderão ser resultado de se tratar de imitações de produção doméstica de âmbito local. Ainda assim, ambas encaixam na forma XXXIII de Mayet, investigadora que sublinhou a maior quantidade de exemplares de perfis baixos. Cronologicamente, estão balizadas num preciso espaço temporal, Augusto-Tibério, momento que começou por assistir às produções itálicas, mas que rapidamente foram excedidas pelas produções hispânicas (Mayet, 1975, p. 136 e 137) e pelas imitações locais, como é o caso presente. A grande difusão deste tipo dever-se-á à sua grande simplicidade, o que facilitou a reprodução (Reinoso del Río, 2003, p. 99).

O tipo XXXIV de Mayet (1975, p. 69 e 70) está representado apenas por um exemplar, correspondente às denominadas cerâmicas de paredes finas «casca de ovo» (fig. 51, n.º 11). Este tipo engloba tigelas carenadas, em que a altura é sempre inferior ao diâmetro do bordo. As paredes são oblíquas, tanto na parte superior como na inferior, e tem um fundo ligeiramente destacado e côncavo. Apresentam, geralmente, pastas cinzentas claras ou ocres esbranquiçadas, compactas, sonoras e bem cozidas. Sobre as superfícies, sempre polidas, é aplicado um engobe espesso amarelado ou esbranquiçado.

Embora tenha sido proposta uma origem Bética para a produção deste tipo de peças, concretamente na área do vale do Guadalquivir (Mercedes Vegas, 1973, p. 77 e 78; Mayet, 1975, p. 148 e 149), essa proveniência continua por confirmar. O seu panorama distributivo parece ter-se complexificado exponencialmente com o seu aparecimento, cada vez mais frequente, em outras áreas distintas, como é o caso de Teruel, onde também é provável que se tenha produzido (Reinoso del Río, 2004, p. 44). Aragão e a Catalunha são áreas onde é muito frequente. Mais rara é a sua presença entre Cádis e Valência (Miquel Santed, 1986). A sua produção começou durante o reinado de Tibério, mas foi nos reinados de Cláudio e de Nero que alcançou o máximo da sua produção e disseminação na Península Ibérica.

A forma XXXVII A de Mayet (1975, p. 73) é uma das mais bem representadas no mundo funerário romano em *Balsa*. Juntamente com as formas XXXVIII e XLII, foi um dos tipos que alcançou um maior desenvolvimento na área peninsular hispânica. Por este motivo, não estranhamos que cedo se tenha apontado o litoral da Bética como uma das áreas que se assumiu como produtora destas peças (Bonsor, 1931; Comfort, 1939). Esta forma em concreto corresponde a uma taça hemisférica ou ligeiramente carenada, ostentando um pequeno lábio aplanado, separado do corpo por um sulco profundo, a partir do qual se desenvolve a decoração. As paredes são, na sua maioria, curvadas para o interior e ostentam uma decoração que se estende até ao pé ligeiramente destacado.

Fig. 52 — Cerâmica de paredes finas da forma Mayet XXVII. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Fig. 53 — Cerâmica de paredes finas da forma Mayet XXXVII. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Depositados no Museu Nacional de Arqueologia estão dois exemplares decorados com a superfície arenosa (fig. 51, n.º 12 e 13), abundante neste tipo. Ostentam pastas ocres e engobes espessos alaranjados, brilhantes e com reflexos metálicos. Este tipo é, com efeito, muito abundante na Bética, como o tem comprovado recentes estudos (Reinoso del Río, 2002, 2003, 2004). Em ambos casos, a areia ocupa a totalidade da superfície externa das taças, estando o interior em reserva.

Outro exemplar (fig. 53) apresenta decoração impressa a rolo, que foi concretizada quando a pasta estava ainda fresca. Excluímos a técnica de buril, embora esta esteja também comprovada, por esta peça em concreto apresentar os sulcos bastante profundos, regulares e homogéneos. Ainda que os vasos com esta decoração não tenham gozado da mesma aceitação que os semelhantes arenosos, também para eles foi admitida uma origem Bética, região onde, aliás, são muito frequentes (Reinoso del Río, 2002, 2003, 2004).

Foram os com decoração a barbotina que alcançaram uma maior aceitação dentro do império e especialmente na área peninsular hispânica (Mayet, 1975, p. 152-157), confirmando-se uma maior concentração a sul. Esta técnica permitia uma grande variedade de decorações, desde simples mamilos aplicados, com distintos tamanhos, a desenhos mais complexos e elaborados.

Três das peças recolhidas em Torre d'Ares ostentam folhas de palma alongadas e bem definidas, ladeadas por um conjunto de três folhas de água com caules compridos (fig. 51, n.º 15 e 16). Embora em uma destas, a folha de palma pareça estar acompanhada por uma de hera, e não seja possível obter pormenores da decoração pela sua elevada fragmentação, reparamos que em outro (n.º 15) a ornamentação está delimitada por dois sulcos. Já no restante exemplar (n.º 16), além de ser mais elevado, foi aplicada sobre uma maior área permitindo aumentar o tamanho da decoração.

Outro exemplar (fig. 51, n.º 14) oferece decoração exclusiva em folhas de água muito estiradas, parecendo a folha uma prolongação do caule. Além de estes motivos vegetalistas estarem enquadrados numa área reduzida, encontram-se delimitados, na base e no topo, por uma fila de pequenos mamilos de tamanho irregular.

Como foi já avançado, os exemplares arenosos serão uma imitação da forma precedente, a XXXV, mas mais evoluídos e com a decoração limitada ao exterior da peça (Reinoso del Río, 2004, p. 46). A forma que tratamos foi especialmente hegemónica em meados do século I (Passelac, 1993, p. 519), a par dos protótipos geminados com decoração incisa a buril ou impressa a rolo. Tendo em consideração a grande produção e consumo desta forma, bem como das XXXVIII e XLII, pode admitir-se que tenha atingido a viragem do século I para o II.

Como foi já referido, também o tipo XXXVIII A e B de Mayet (1975, p. 73 e s.) está presente nos contextos funerários de *Balsa*. É, contudo, a variante A que mais está retratada, contando com um conjunto de sete exemplares, todos decorados. Referimo-nos a taças carenadas largas e baixas, com o bordo aplanado, separado do corpo por um sulco exterior. Possuem um pé ligeiramente destacado, compacto e côncavo, próximo do qual se prensaram dois sulcos paralelos. Por vezes é possível distinguir a união destes sulcos efetuados ainda na roda de oleiro, com a argila fresca. Geralmente, estas taças apresentam duas asas bífidas, ovaladas, aplicadas no topo da peça, mas separadas do bordo. A decoração está quase sempre centrada no corpo da peça, entre o sulco que delimita o bordo e a carena, ou enquadrada por fileiras de pérolas ou pequenos mamilos.

Também pode ostentar diferentes tipos de decoração, embora neste caso sempre aplicadas a barbotina. As decorações mais frequentes são os reticulados com losangos colocados longitudinalmente, formando frisos mais ou menos espessos (fig. 51, n.º 17, e 54, n.º 1). As técnicas para realização desta decoração são o fabrico em molde ou a passagem de um rolo na peça, portanto, impressa (Reinoso del Río, 2004, p. 47). Os três exemplares balsenses apresentam pormenores que permitem avançar a técnica de rolo. Há, geralmente, uma área da decoração em que os losangos parecem sobrepor-se, ainda que em um deles isso não seja tão evidente.

Outros tantos exemplares oferecem decoração composta com folhas de água delimitadas por filas de pérolas, tanto na parte superior como na inferior (fig. 54, n.º 2), ou apenas delimitadas na base (n.º 3 e 4, respetivamente). Dois destes têm representado as referidas folhas, formando uma grinalda, tendo cada uma delas contacto com a anterior através do caule. A restante peça ostenta folhas de água muito estiradas, em que a folha parece mais uma prolongação do caule, alternando-se o lado para que estão viradas, preenchendo a totalidade da área decorada. Finalmente, outro exemplar (fig. 54, n.º 5) ostenta folhas de água, paralelas e oblíquas, sem qualquer tipo de haste ou caule. Do ponto de vista tecnocronológico, esta forma está em conformidade com o que foi avançado para a precedente, pelo que nos privamos a repetir os argumentos.

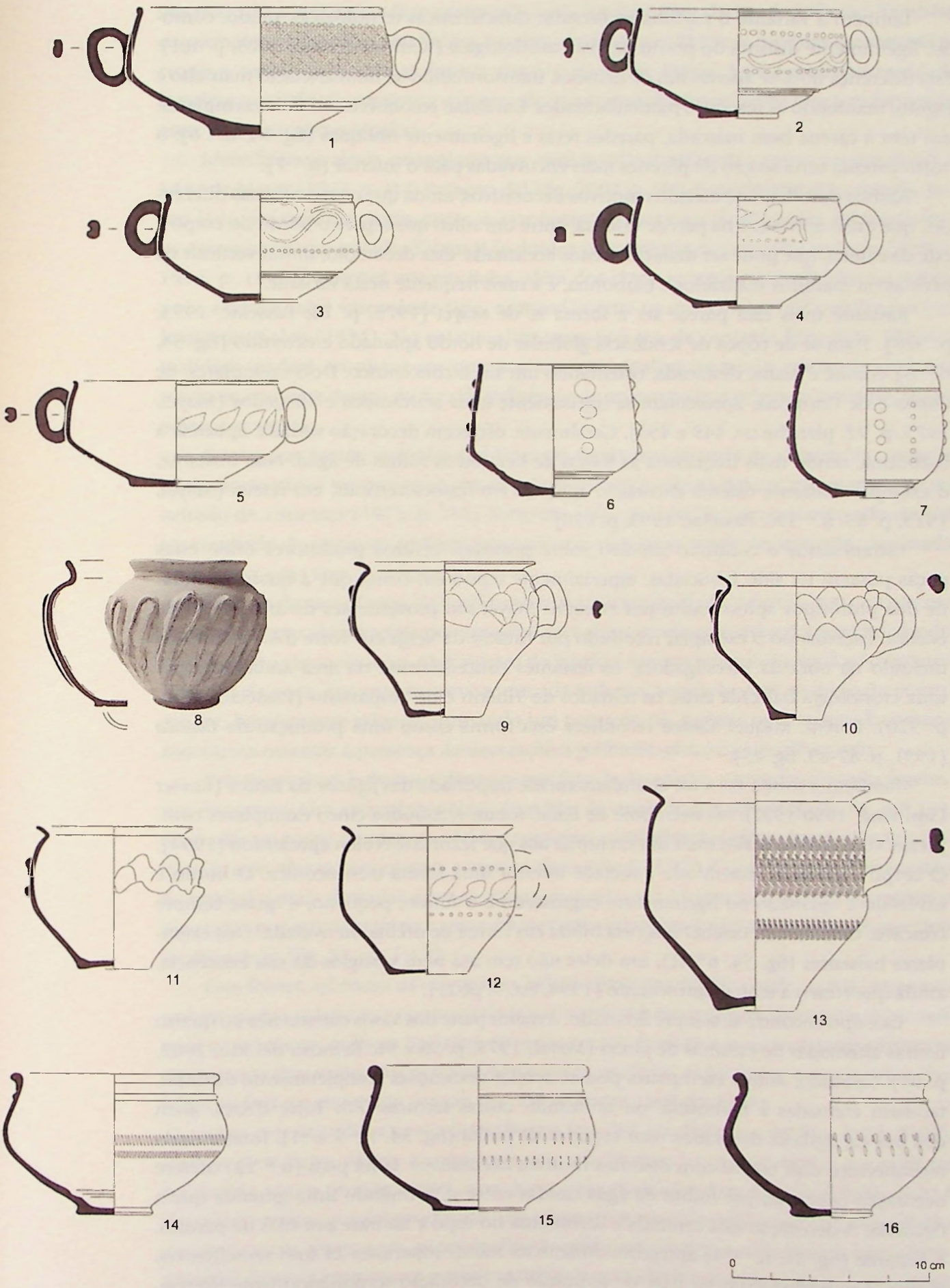


Fig. 54 — Cerâmica de paredes finas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Também a variante B partilha as mesmas características tecnológicas, sendo, contudo, ligeiramente distinta do ponto de vista morfológico (Reinoso del Río, 2003, p. 101). Esta diferença nota-se apenas nas dimensões, transformando-se num artefacto mais alto e esguio, mantendo as restantes particularidades. Em *Balsa*, reconhecemos dois exemplares: um tem a carena bem marcada, paredes retas e ligeiramente oblíquas (fig. 54, n.º 6); o outro ostenta uma secção de paredes mais encurvadas para o interior (n.º 7).

Ambos partilham os mesmos motivos decorativos, ainda que com pequenas diferenças, que estão aplicados na parede externa, entre um sulco que separa o bordo do corpo e este da carena, que pode ser mais ou menos acentuada. Esta decoração, linhas verticais de pérolas ou mamilos realizados a barbotina, é a mais frequente nesta variante.

Bastante mais rara parece ser a forma XL de Mayet (1975, p. 73; Passelac, 1993, p. 520). Trata-se de copos de tendência globular de bordo aplanado e exvertido (fig. 54, n.º 8). A base é plana, destacada, ostentando um sulco concêntrico. Dois exemplares, de *Osuna* e de Carmona, apresentam-se ligeiramente mais atarracados e alargados (Mayet, 1975, p. 92, planche LIV, 449 e 450). Geralmente, oferecem decoração variada, aplicada a barbotina, sendo mais frequentes as folhas de hera ou as folhas de água. Não obstante, o exemplar balsense ostenta decoração aplicada em festões verticais, em relevo (Mayet, 1975, p. 85, n.º 390; Passelac, 1993, p. 520).

Estranhamos o contínuo silêncio sobre prováveis centros produtores onde estas peças possam ter sido fabricadas, especialmente tendo em conta que a quase totalidade dos protótipos apresentados por François Mayet são provenientes da área litoral da *Baetica*. Excetuando o exemplar recolhido por Estácio da Veiga em Torre d'Ares, também incluído na obra da investigadora, os restantes concentram-se na área andaluza, com uma cronologia balizada entre os reinados de Tibério e de Vespasiano (Passelac, 1993, p. 520). Porém, Miquel Santed reconhece esta forma como uma produção da *Baetica* (1991, p. 87-89, fig. 45).

Também a forma XLII A foi abundantemente importada das *figlinae* da Bética (Rosser Limiñana, 1990-1991). Na necrópole de *Balsa*, foram recolhidos cinco exemplares completos, somando-se assim mais um exemplar aos que Jeannette Nolen apresentou (1994). O corpo é globular, assumindo a metade inferior uma forma troncocónica. O bordo é exvertido e aplanado ou ligeiramente engrossado e o fundo, pequeno, é quase sempre côncavo. Geralmente, ostenta uma asa bífida em forma de orelha ou ovalada. Dos exemplares balsenses (fig. 54, nº 11), um deles não tem asa nem vestígios da sua existência, ainda que Nolen a tenha representado (1994, est. 9, pf-21).

Este tipo encontra-se sempre decorado. A maior parte dos vasos ostenta três ou quatro fileiras alternadas de escamas de pinha (Mayet, 1975, p. 95 e 96; Reinoso del Río, 2002, p. 96). Contudo, outros exemplares podem revelar decorações completamente distintas, também efetuadas a barbotina, ou utilizando outras técnicas. Em Torre d'Ares, além dos três exemplares decorados com escamas de pinha (fig. 54, n.º 9 a 11), foram ainda reconhecidos dois outros com distintos motivos decorativos. Uma peça (n.º 12) oferece decoração composta por folhas de água unidas entre si, formando uma grinalda que a circunda. A decoração está centrada e delimitada no topo e na base por filas de pérolas. A restante (fig. 54, n.º 13) apresenta dimensões muito superiores às suas semelhantes, motivo que poderá estar na base de aplicação de decoração tecnologicamente diversa. A decoração, em *guilhoché*, foi aplicada em duas áreas distintas, utilizando aparentemente

um rolo. Uma está centrada no corpo e a outra ligeiramente abaixo da inflexão. Também os exemplares deste tipo, recolhidos no sítio algarvio, partilham as mesmas características crono e tecnológicas que as formas XXXVII e XXXVIII de Mayet. Esta contemporaneidade fortalece a existência, em época romana, de um centro produtor bético que terá fabricado estas peças em pleno século I.

Identificámos ainda exemplares que vêm sendo classificados como «assimiláveis a 646» de Mayet (1975, p. 117; Reinoso del Río, 2002, p. 97). Esta classificação resulta, por um lado, da raridade destas peças, e, por outro, de erros na classificação. Efetivamente, os exemplares aqui tratados foram já incluídos na categoria de cerâmica comum (Nolen, 1994, p. 144). É possível que em *Balsa*, além dos cinco completos recolhidos na necrópole, existam mais vasos deste tipo, nomeadamente os cr-139 e cr-140 publicados por Jeannette Nolen (1994). No entanto, limitamo-nos aos de contexto funerário. Idêntica realidade poderá acontecer em outros sítios, principalmente tendo em conta que esta região se encontra dentro da área de influência do epicentro que originou este tipo, como adiante veremos.

Estas peças foram incluídas por François Mayet na categoria de «Divers II», onde se misturaram várias formas que a autora considerou exemplares únicos, provavelmente resultado de acidentes (1975, p. 117). Sabemos hoje que este tipo em concreto não deverá ser resultado de nenhum acidente produtivo, mas de uma produção limitada, destinada a abastecer uma área circunscrita.

Trata-se de taças largas de bordo exvertido e engrossado no exterior, mais raramente aplanado, separado do corpo por uma moldura alta, em relevo, arredondada ou formando um pequeno vinco no topo. O diâmetro do bordo é sempre inferior ou igual ao diâmetro máximo da peça, que ostenta uma acentuada inflexão, sensivelmente ao meio do corpo. A base, ligeiramente saliente, formando um pequeno pé, é plana ou côncava. É comum esta forma ostentar a presença de decoração a *guilhoché*, efetuada a buril ou rolo.

Três exemplares balsenses oferecem este tipo de decoração, variando, contudo, ligeiramente entre si. Um exemplar contém duas filas de curtas linhas oblíquas (fig. 54, n.º 14), centradas no corpo da peça, paralelas e regulares, possivelmente efetuadas mediante a técnica de rolo. Outra peça ostenta a mesma decoração (n.º 15). Contudo, estas linhas estão na vertical e mais afastadas entre si, enquanto a peça n.º 16 tem as linhas da fila superior separadas por outras mais pequenas. Os restantes exemplares não oferecem qualquer tipo de decoração (fig. 55, n.º 1 e 2).

Esta forma, tal como os exemplares béticos (Reinoso del Río, 2002, p. 97), apresenta sempre pastas redutoras, com tonalidades acinzentadas escuras, bem depuradas, homogéneas e compactas, embora ligeiramente polvorentas. Apresenta poucos desengordurantes de pequena dimensão, dos quais se destacam os quartzos, as biotites e as moscovites. Por vezes poderá ser envolvido em um engobe brilhante, também negro.

O recente reconhecimento deste tipo na área de Cádis (Reinoso del Río, 2002, 2004), onde é abundante, obriga a considerar que esta forma não corresponde a um acidente produtivo, como propõe Mayet, mas que é uma produção com alguma difusão. Não é descabido pensar que foi produzida nessa área em momento coevo à produção e difusão dos tipos XXXVII, XXXVIII e XLII, peças de difusão sobretudo marítima. Esperamos que a identificação de mais exemplares possa contribuir para a clarificação cronológica e produtiva desta *figlinae*.

Além destes exemplares, lográmos ainda identificar outras formas que não estão reconhecidas na tipologia desta categoria cerâmica elaborada pela investigadora francesa.

Este será o caso da peça integrável na forma Marabini X (1973, p. 206), correspondente a um copo de bordo exvertido e aplanado, separado do corpo por um acentuado ombro carenado (fig. 55, n.º 3). O corpo é de tendência piriforme e o fundo é destacado e ligeiramente côncavo. A pasta, de tonalidade laranja avermelhada clara, é homogénea (ainda que aparentemente alterada devido a fenómenos pós-deposicionais), muito bem depurada e compacta. Apresenta poucos elementos não plásticos de pequena dimensão, que, mesmo com lupa de 14 aumentos, não conseguimos identificar. Contém vestígios de um engobe alaranjado, pouco espesso.

Este tipo não é comum na Península Ibérica, estando, até ao momento, apenas identificado na Catalunha (López Mullor, 1989, p. 96 e 97). Quiçá na Península Itálica se possam encontrar mais paralelos, área de onde será proveniente. Na necrópole de Milão, pudemos encontrar alguns exemplares morfologicamente idênticos e também sem qualquer tipo de decoração (Bolla, 1988, p. 78). Estranhamos, contudo, a classificação da autora, principalmente porque as cerâmicas de paredes finas de Cosa estavam já publicadas por Teresa Marabini (1973).

Ainda que Jeannette Nolen tenha datado este exemplar até ao reinado de Tibério (1994, p. 55), sem precisar um enquadramento cronológico, cremos que a sua datação se poderá centrar em momento coevo ao reinado de Augusto, embora o análogo catalão seja considerado anterior (López Mullor, 1989, p. 96 e 97).

Mais problemática é a identificação do exemplar correspondente a uma píxide (fig. 55, n.º 4). Apresenta o bordo aplanado reto, separado do corpo da peça por um ombro acentuado. As paredes são retas e ligeiramente inclinadas para fora, com dois conjuntos de pares de sulcos localizados um no topo e o outro na base da parede. A base é destacada com um pequeno pé e um sulco concêntrico. A pasta é de tonalidade laranja, muito bem depurada, ligeiramente polvorenta, compacta e homogénea. Os elementos não plásticos são de pequenas dimensões, destacando-se alguns quartzos, calcites (abundantes), e algumas biotites. Ainda que estas características possam remeter para uma origem Bética, não arriscamos avançar com nenhuma proposta para este fabrico.

Jeannette Nolen considerou que esta peça corresponde a uma imitação de cerâmicas finas ou mesmo de análogos metálicos, sem avançar com mais pormenores. Sem excluir tais possibilidades, propomos ainda que esta forma pode corresponder a uma variação da forma XXII de Mayet (1975, p. 50 e 51). Se considerarmos os atributos tecnomorfológicos, reparamos que a peça algarvia é igual aos exemplares apresentados pela autora, diferindo unicamente na morfologia do bordo. Esta forma parece estar especialmente difundida na área da Europa central, com especiais concentrações em Itália e em França (Mayet, 1975, p. 132-134). É na área lionesa que vem sendo proposta a produção deste tipo (Lasfargues e Vertet, 1970, p. 222-224; Mayet, 1975, p. 50) em momento centrado ao reinado de Augusto.

Finalmente foi incluída nesta categoria uma tigela correspondente a uma imitação local/regional, que contraria a sua anterior classificação como cerâmica comum (Nolen, 1994, p. 141 e 142, est. 31, cr. 112). Não obstante as paredes espessas, esta peça parece imitar claramente as características tecnológicas e morfológicas das produções béticas de paredes finas.

Referimo-nos a uma taça de bordo aplanado virado para o interior (fig. 55, n.º 5), com dois sulcos bem marcados, no exterior. As paredes são espessas e encurvadas e a base é plana e destacada por uma moldura acentuada. A pasta é de tonalidade castanha alaranjada, medianamente depurada, porosa e homogénea, apresentando abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão. Destaque para os quartzos, as calcites (abundantes), as biotites e as moscovites. Esta peça foi imersa em um engobe aquoso, portanto pouco espesso, de tonalidade alaranjada.

Não é fácil compreender qual a forma concreta que esta peça pretende imitar. Nota-se, contudo, acentuadas semelhanças com as formas XXXIII/XXXV de Mayet, também produzidas na costa andaluza, aproximando-se consideravelmente da primeira tendo em conta a ausência de decoração, tanto nos protótipos copiados como na imitação. Ainda assim, preferimos mantê-la como classificação indeterminada.

Relembramos que a imitação desta forma não é inédita em *Balsa*. Embora este exemplar não preencha os requisitos para ser incluída na forma XXXIII, foram já apresentados dois exemplares deste tipo também de produção local/regional. Com estes dados, poderíamos supor que esta cidade terá albergado uma pequena produção local, que terá laborado durante o século I, que imita os originais béticos e que se destinava a um consumo de autoabastecimento. Como aconteceu com a maior parte dos conjuntos analisados neste trabalho, não devemos esquecer que tratamos apenas os contextos funerários, que carecem de uma análise comparativa com os materiais de contexto habitacional e que poderão revelar uma maior intensidade destas produções locais/regionais.

Outra categoria cerâmica abundante em contexto funerário da necrópole norte de *Balsa* corresponde às **cerâmicas de iluminação**. As lucernas estão representadas por um total de 59 peças, em um estado de conservação excecional. Este número equivale a 7,8 % da totalidade dos materiais funerários. Obviamente que este sítio conta com uma presença de lucernas romanas mais numerosa. No entanto, sem que tenhamos seguro o seu contexto, não foram inseridas neste trabalho.

No que respeita às produções identificadas, também este conjunto mantém o padrão que vem sendo reconhecido nos sítios romanos altoimperiais algarvios, não só nos conjuntos «lychnológicos» (Nolen, 1994, p. 38-40; Pereira, 2012c), mas também na cerâmica comum e nas paredes finas, como vimos.

As produções hispânicas são esmagadoras, correspondendo a 83 % do conjunto. Ainda que não tenhamos conhecimento de muitas *figlinae* especializadas na produção de lucernas romanas, não temos, atualmente, quaisquer dúvidas de que estas peças foram abundantemente produzidas em território peninsular (Morillo Cerdán, 1993; Bernal Casasola e García Giménez, 1995; Morais, 2005; Pereira, 2008). A elevada percentagem obtida permite ainda afirmar que apenas um exemplar corresponde a uma produção local/regional, possivelmente de século II, sendo os restantes provenientes da província romana da *Baetica*.

Apenas quatro exemplares são de proveniência norte-africana, o que se traduz em 6,8 % do conjunto dos 59 exemplares. Estas peças, mais tardias, acompanhavam as cerâmicas de mesa com a mesma proveniência. Salientamos ainda que, da totalidade da amostra, seis exemplares são de produção indeterminada.

Morfologicamente, este é um conjunto bastante variado, com formas comuns, presentes em todas as províncias do império, mas contendo também outras, mais raras, como é

o caso da do «tipo rã». Tendo em conta o objetivo deste trabalho, vale a pena efetuar uma análise mais detalhada das formas identificadas, e, sempre que conveniente, comentando pormenores sobre a morfologia, produção ou paralelos identificados. Esta análise morfológica terá por base a tipologia de Dressel (1899), mais tarde atualizada e melhorada por Nino Lamboglia (1952), apoiando-nos, sempre que necessário, por outras tipologias respeitantes a exemplares exógenos em relação às produções hispânicas. Privamo-nos de outros comentários ou observações genéricas e de senso comum, remetendo para as obras da especialidade e evitando uma análise demasiado exaustiva.

Como não poderia deixar de ser, as lucernas de volutas são uma das séries «lychnológicas» (o termo é o recentemente adotado pela escola francesa e britânica, e sobre o qual tivemos já oportunidade de nos debruçar) (Pereira e Albuquerque, 2014) abundantes nas sepulturas balsenses, representando o grosso do conjunto. O tipo 9 de Dressel-Lamboglia (1899) encontra-se representado por dois exemplares (fig. 55, n.º 6 e 7), forma equivalente aos tipos I de Loeschcke (1919), II-A1 de Ponsich (1961) e IV de Deneauve (1969).

Estas lucernas de bico triangular poderão ser ainda divididas em três variantes distintas, nem sempre fáceis de distinguir entre si. Ainda assim, arriscamos avançar que os exemplares algarvios parecem constituir a variante B, por ostentarem um bico curto e bastante alargado (Pereira, 2008, p. 62 e 63).

Embora os centros produtores originais desta série de lucernas se localizem no Lácio e na Campânia, esta forma em concreto rapidamente viria a ser reproduzida em oficinas hispânicas disseminadas pelo território peninsular (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 294). Herrera de Pisuerga (Morillo Cerdán, 1992, p. 88-90), Mérida (Rodríguez Martín, 1996a, p. 143 e 144), Los Villares de Andújar (Sotomayor Muro, Pérez Casas e Roca Roumens, 1976, p. 132-140; Sotomayor Muro et al., 1981), *Italica* (López Rodríguez, 1981, p. 19), Córdoba (Amaré Tafalla, 1988-1989, p. 108; Bernal Casasola e García Giménez, 1995, p. 178; Remesal Rodríguez, 2004), *Bilbilis* (Amaré Tafalla e Sáenz Preciado, 2003-2004) e San Fernando de Cádis (Corzo Sánchez, 1981-1982, 1982; Díaz Rodríguez et al., 2004) são apenas alguns dos locais de comprovado fabrico de lucernas de volutas altoimperiais. Estas peças eram, por vezes, fabricadas juntamente com outras, como acontece em um dos ceramistas da Gália (Bertrand et al., 1997).

Os exemplares recolhidos na necrópole de *Balsa* apresentam características que permitem supor a sua proveniência de alguma das *figlinae* béticas, ainda que não possamos afirmar exatamente qual ou quais. Estas pastas, de tonalidades bege acastanhada ou amarelada clara, bem depuradas, compactas, homogéneas e ligeiramente polvorentas, assemelham-se bastante às características de outras categorias cerâmicas com a mesma origem, nomeadamente a cerâmica comum e a cerâmica de paredes finas.

O reinado de Tibério tem sido o momento apontado para o início da produção desta variante, embora nem sempre a evolução das variantes seja tão linear e taxativa. Certo é que, em momento centrado do século I (Ritterling, 1912, p. 81; Loeschcke, 1919, p. 30; Bisi, 1977, p. 53), esta forma está presente em praticamente todos os sítios romanos de relativo poder aquisitivo.

Como as figurações representadas nas lucernas romanas, assim como a epigrafia, não são dissociáveis da sua morfologia e cronologia, optámos por expor conjuntamente estes dados. Os dois exemplares algarvios ostentam decoração figurativa rara, já referenciada na bibliografia da especialidade (Almeida, 1953; Nolen, 1994). Ainda que um (fig. 55, n.º 6)

constitua uma categoria comum, a vida quotidiana, a cena em si não é frequente nos reportórios iconográficos «lychnológicos». Trata-se de um caminhante representado em movimento e com uma barjuleta às costas, acompanhado pelo seu cão, que, apoiado nas patas traseiras e simultaneamente no seu dono, tenta lamber-lhe a cara. Não descartamos ainda que esta cena possa representar o encontro de Ulisses com Argos, o que é, apesar de tudo, improvável.

Se o exemplar anterior se pode relacionar com o quotidiano, o outro (n.º 7) pode inserir-se, sem grandes reservas, numa cena báquica. No disco está representada uma leoa ou tigre que se esforça por comer uma uva suspensa em uma videira que ocupa o centro do *discus*. De um lado da videira, e atrás do animal, está representada um *krater*. Esta representação é pouco comum no repertório de iconografia «lychnológico».

Convém salientar neste âmbito que Jeannette Nolen apresentou outra peça integrável neste tipo (1994, est. 3, lu-1). Esta peça parece, contudo, corresponder à forma Dressel-Lamboglia 11. A marca epigráfica que ostenta comprova esta classificação e, ainda que rara, a fórmula CLOLPINT está perfeitamente atestada nas lucernas do tipo 11 (Pereira, 2012c, p. 131 e 132).

Os exemplares da forma Dressel-Lamboglia 11, compatíveis com os análogos Loeschcke IV, Ponsich II-B1, Deneauve VA, Walters 81-84 e ainda Bailey B-III, constituem uma das formas mais frequente nos contextos funerários de Torre d'Ares. A grande inovação destes tipos, comparativamente com os seus precedentes, é o bico redondo ladeado por volutas duplas e, por vezes, a presença de asa. As restantes particularidades do tipo 9 são também aplicadas nestes mais recentes, que convivem com os seus antecedentes.

Uma datação integrada na segunda metade do século I tem sido cada vez mais aceite para estas peças, especialmente no extremo ocidente peninsular, onde cada vez mais são identificadas em contextos com essa cronologia (Viana e Ribeiro, 1957; Franco, 1959; Figueiredo, 1974-1977; Belchior, 1974; López Rodríguez, 1981; Rodríguez Martín, 1995, 1996a, 2003; Bernal Casasola e García Giménez, 1995; Rodríguez Martín e Alonso Cereza, 2005; Pereira, 2012c, 2013).

Das 11 peças classificadas, apenas uma não permitiu identificar a sua origem. As restantes oferecem características técnicas e petrológicas que possibilitam comprovar a sua produção na área litoral andaluza, onde sítios como Córdoba (Bernal Casasola, 1990-1991, p. 151; Fuentes Santos, 1998; Moreno Almenara, 2004), Andújar (Sotomayor et al., 1976, p. 132) e *Italica* (López Rodríguez, 1981, p. 19 e 20) se assumiram como alguns dos principais centros produtores (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296). Tendo em conta as características da maioria das pastas, acreditamos que também a área de Cádis terá contribuído para a produção destas lucernas hispânicas, que competiram nos mercados, com as suas rivais mais interiores.

Os exemplares balsenses ostentam iconografias variadas, distribuíveis pelas categorias de religião e mito, vida quotidiana, fauna e flora (Deonna, 1927). Na primeira, distinguem-se lucernas com a representação de divindades, destacando-se o exemplar que parece representar Vitória (fig. 55, n.º 8). No entanto, concordamos com Jeannette Nolen (1994, p. 41) quando suspeitou da interpretação atribuída por Deneauve (1969). Efetivamente, o tronco nu da personagem descarta, completamente, a hipótese de se tratar de uma divindade feminina, apesar de ter vindo a ser reiteradamente interpretada como tal, um erro que se parece ter perpetuado na bibliografia da especialidade.

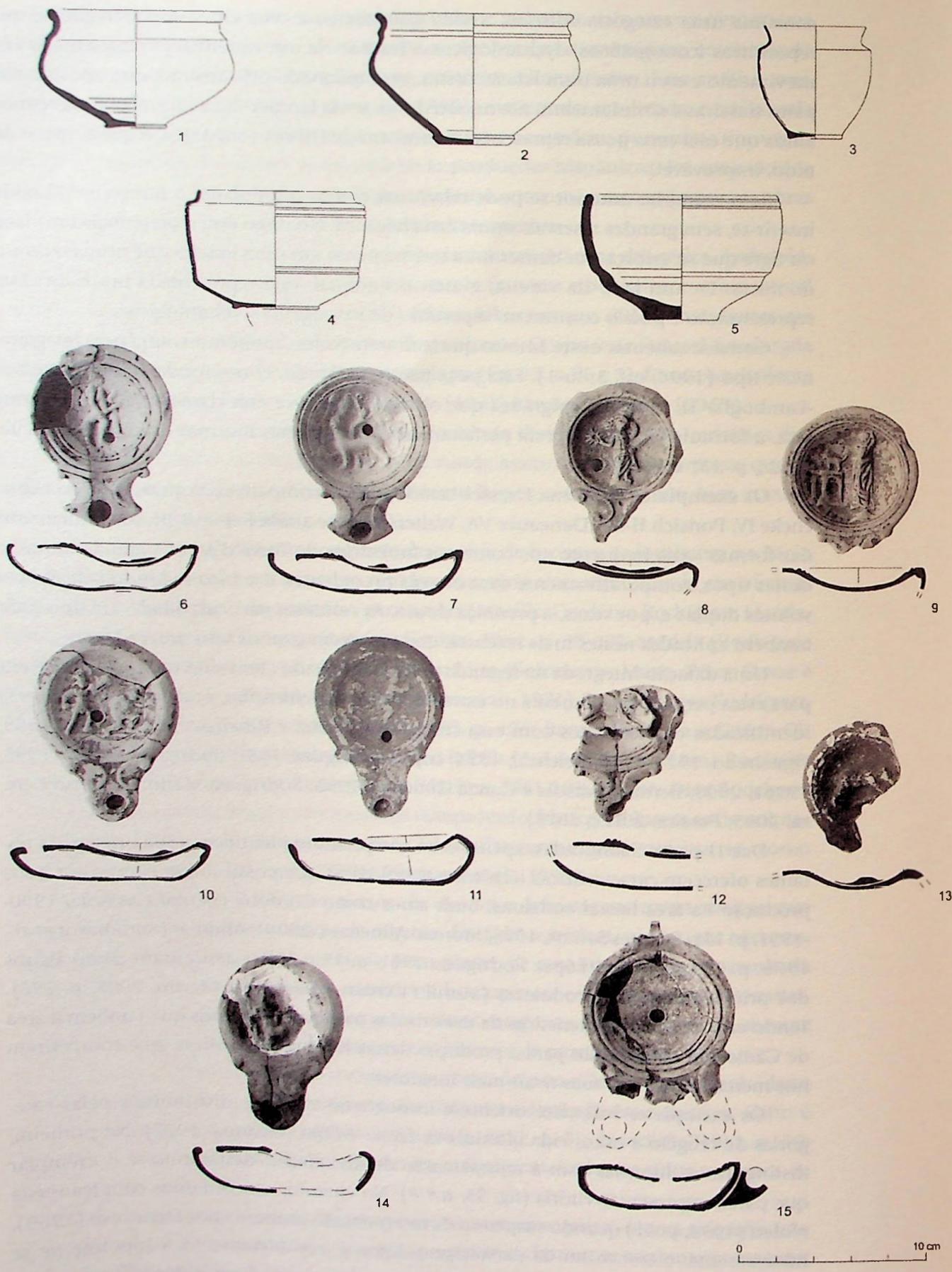


Fig. 55 — Cerâmica de paredes finas e lucernas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Outro exemplar ostenta uma personagem imponente togada, interpretada como Apollo (n.º 9) (Nolen, 1994, p. 40). Não parece tratar-se dessa divindade, contudo, não conseguindo outra identificação, recorremos a Angél Morillo Cerdán, a quem agradecemos o amparo. Também este investigador não reconheceu o motivo representado nem arriscou qualquer proposta de trabalho, aconselhando apenas a sua descrição: «figura masculina estante, ataviada con túnica talar, que soporta un animal sobre sus hombros. Delante de ella, sobre una mesa con patas de cánido, se disponen dos perros de actitud amenazante». Trata-se, portanto, de uma representação inédita na iconografia «lychnológica».

Outro exemplar (fig. 56), do qual se conserva apenas parte da representação, tem sido alternadamente interpretada como Hércules (Deneauve, 1969) ou Polifemo (Bonnet, 1988; Bonnet e Delplace, 1983). Por outro lado, Donald Bailey descreve um «...Ulysses stealing the cup of Poliphemus.» (1980, p. 35, Q 805). Em boa verdade, é possível que todos estes autores estejam corretos na interpretação mitológica, embora equivocados nas ações que descreveram. Soma a esta problemática que a história narrada por Homero não refere, em qualquer passagem, que Ulisses tenha fugido com uma taça. Pelo contrário, para que Ulisses e os seus homens pudessem fugir da caverna de Polifemo recorreram a uma rebuscada técnica que envolvia as ovelhas do próprio e que, por sinal, também está representada na iconografia «lychnológica».

Aclaremos, portanto, a amálgama de equívocos que vem sendo perpetuada, excluindo à partida a presença de Hércules nesta aventura, semidivindade que nada tem que ver com a aventura de Ulisses na caverna de Polifemo. Desde logo, é evidente que se tentou transferir a narração da Odisseia para as cerâmicas de iluminação, autênticas narrativas, em formato de imagem, que faziam chegar aos mais iletrados algumas das «proezas» literárias (Amaré Tafalla, 1985). Assim, para compreender a sequência iconográfica presente nas lucernas, e esta em concreto, devemos ter em consideração pelo menos quatro situações diferentes.

Embora possam existir mais cenas que completem esta façanha, conhecemos de momento quatro que se iniciam com a lucerna apresentada por Donald Bailey (1988, p. 35, Q 805) e que representa Ulisses com o barrete cónico (*pilos*) e uma taça na mão, que presumimos ser vinho, voltado para a direita dirigindo-se, provavelmente, a Polifemo. Como sabemos, Ulisses não tinha como fugir da caverna de Polifemo, e tratou de adormecer o ciclope dando-lhe vinho para depois o poder cegar. Outra lucerna, e esta sem grande margem para dúvidas, mostra a mesma representação, agora frente a outra personagem que aceita a taça, ou seja, Polifemo (Pereira e Albuquerque, 2014, p. 23).

A esta cena deverá seguir-se outra, onde aparece agora apenas Polifemo sozinho, com a taça na mão (Almeida, 1953, n.º 39; Bonnet e Delplace, 1983, p. 175, n.º 9). Após Polifemo ter ingerido o vinho, deverá ter adormecido, momento que Ulisses e os seus homens aproveitaram para cegar o ciclope. Pela manhã Polifemo deveria deixar sair as suas ovelhas, mas apercebendo-se de que estava cego, tateou uma a uma para que os humanos não se escapulissem. Porém, Ulisses e os seus homens haviam-se atado ao ventre dos animais para que o ciclope não se apercebesse da fuga (Casas i Genover e Soler-Fusté, 2006, p. 35, G 483). Tivemos já oportunidade de tratar esta temática mais demoradamente, conjeturando sobre os motivos que potenciaram esta iconografia com uma notável sequência narrativa (Pereira e Albuquerque, 2014, p. 25-28). É possível que existam outras representações que completem este passo homérico, contudo, o estado da

arte apenas permite, por ora, reconstituir estes quatro «episódios» e dar-lhe o respetivo enquadramento mitológico.

Ainda nesta categoria, talvez possamos incluir outra lucerna (fig. 57), com representação de uma cena báquica. Esta vem sendo representada como uma leoa, de úberes marcadas, apoiada com as patas dianteiras sobre um *krater* cheio de frutas, cena relacionada amiúde com a imortalidade (Rodríguez Martín, 2002, p. 59, n.º 235).

Sobre a vida quotidiana, foram identificadas duas lucernas, uma com representação de luta em anfiteatro e outra com uma cena erótica. Na primeira (fig. 55, n.º 10), estão representados dois gladiadores, estando o vencedor atrás do vencido, que parece estar em movimento e prestes a ficar por terra. O vencedor parece estar ainda em atitude de ataque, preparando-se para desferir o golpe final. Esta representação parece ser precedente de outra, idêntica, na qual o vencido esta já de joelhos (Rodríguez Martín, 2002, fig. XII, 162; Pereira, 2013, fig. 12, n.º 2). As representações parecem complementar-se, correspondendo a fragmentos de uma história.

A lucerna com cena erótica (fig. 55, n.º 11) representa um casal heterossexual no leito ou *triclinum*, estando o elemento masculino deitado e a mulher inclinada sobre ele, de costas. As cenas eróticas foram dos temas mais figurados durante o Alto-Império (Morillo Cerdán, 1999, p. 223).

Nesta categoria, poderemos ainda incluir uma cena de caça (fig. 55, n.º 12). O exemplar que inicialmente parecia corresponder a uma representação isolada de um javali (Nolen, 1994, lu-6) revelou que sobre o animal está representado outro que tenta dominá-lo. Possivelmente, tratar-se-á de um cão comandado pelo seu dono. As representações de javalis são relativamente comuns, contudo mais raras são as que os envolvem em cenas de caça (Bailey, 1980, p. 74, Q 897). De salientar a presença destas cenas em Itálica, *Baelo Claudia*, Sevilha (Moreno Jiménez, 1991, p. 392) e *Osuna* (Rodríguez Neila, 1977, n.º 27).

Na categoria da fauna, encontramos uma peça com a representação de um urso em corrida (fig. 55, n.º 13). Admitimos que a representação deste animal e do javali são facilmente confundíveis, o que tem potenciado erradas interpretações. No entanto, e neste caso concreto, parece evidente que a fisionomia do animal remete para o urso. A forma do focinho assim como dos quadris traseiros não parece ser confundível com os de um javali. Comprova ainda esta interpretação a forma das orelhas, curtas e arredondadas, sendo, no javali, geralmente pontiagudas.

Na flora insere-se apenas um exemplar (fig. 58), com a representação de uma coroa de parra. A coroa, com a união na parte oposta ao bico formando um laço, é composta por folhas de videira e quatro cachos, dispostos em torno ao orifício de alimentação.

Nesta forma, encontram-se ainda dois exemplares para os quais não arriscámos qualquer interpretação das cenas representadas. A qualidade das figurações e o estado de conservação das peças não permitem, em nosso entender, leituras iconográficas seguras. Refira-se, contudo, que uma peça (fig. 55, n.º 14) foi associada às representações de Vitória alada (Nolen, 1994, 48, lu-11) e outro exemplar a um pugilista (Nolen, 1994, 48, lu-9), com paralelos em Ampúrias (Martín Almagro Basck, 1955; Mercedes Vegas, 1966, p. 89 e 90).

Dos 11 exemplares classificados, apenas um conservou marca de oleiro. A peça da figura 67, representando uma cena báquica, exibe a marca CLOLPINT, até ao momento apenas identificada em *Ossonoba* (Pereira, 2012c, p. 131 e 132). Correspondem à mesma forma e à mesma produção, a Bética costeira.

Fig. 56 — Lucerna da forma Dressel-Lamboglia 11 com representação de Ulisses. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Fig. 57 — Lucerna da forma Dressel-Lamboglia 11 com cena báquica. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (alterada).

Fig. 58 — Lucerna da forma Dressel-Lamboglia 11 com representação de coroa de parra de videira. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (alterada).

Pertencentes ao tipo Dressel-Lamboglia 12, formas Loeschcke III, Ponsich II-B1, Deneauve VB e Walters 87, foram identificados dois exemplares (fig. 55, n.º 15). Este tipo tem como principal característica a presença de dois bicos de combustão próximos um do outro, assim como a adição de uma asa plástica, também denominada de refletor.

Por este tipo ser bastante peculiar e facilmente identificado em sítios romanos com uma cronologia que abarca o século I, tem sido utilizado como argumento para demonstrar que a cronologia das lucernas varia consoante a área geográfica de recolha e o tipo analisado (Pereira, 2008, p. 32). No caso concreto do extremo ocidente peninsular, uma cronologia centrada na segunda metade do século I revela-se a mais adequada. Na Península Ibérica está comprovada a sua manufatura em *Turiaso* (Amaré Tafala et al., 1983, p. 96), em Mérida (Rodríguez Martín, 1995, p. 60 e 61) e em Herrera de Pisuerga (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296).

Tendo em conta que tratamos materiais provenientes de uma necrópole, contextos que permitem uma conservação excecional dos materiais, foi possível identificar quatro exemplares integráveis no tipo Dressel-Lamboglia 15. Este tipo corresponde aos últimos exemplares de volutas, manufaturados e comercializados em território peninsular, e a sua produção hispânica está apenas documentada em Braga, onde *Lucretius* tem a sua manufatura local (Morais, 2005, p. 372). Segundo as características tecnológicas das peças algarvias e bracarenses, é de descartar uma proveniência nortenha para as recolhidas em Torre d'Ares. A totalidade dos materiais aponta para uma proveniência bética onde se deverão ter produzido também os últimos exemplares desta série.

Embora os contextos deste tipo o situem maioritariamente na segunda metade do século I, não é improvável que possa alcançar as primeiras décadas da centúria seguinte, como há muito foi proposto por alguns investigadores (Ivanyi, 1935; Broneer, 1930). Efetivamente, a sua presença pouco expressiva em Pompeia (Cerulli, 1977, p. 60, n.º 25), aliada à recolha de exemplares em contextos mais tardios, como é o caso da Ágora de Atenas (Perlzweig, 1961, p. 117), permite defender que estas lucernas poderão ter uma cronologia centrada na viragem do século I para o século II.

Conímbriga (Alarcão et al., 1976), Braga (Morais, 2005, p. 322, n.º 58 a 67), Santarém (Pereira, 2008, p. 67-69), Alcácer do Sal (Cabral, 1974-1977; Pereira, 2013), Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997, p. 34, Lu 4 e 514), Peroguarda (Viana e Nunes, 1956; Viana, 1957, n.º 25) ou Faro (Franco, 1959, p. 172; Belchior, 1974, p. 203 e 209; Pereira, 2012c, p. 127-129) são alguns dos locais nacionais onde este tipo foi identificado. Destaque também para a sua presença em sítios da *Baetica* (López Rodríguez, 1981, p. 111-112; Pérez López, 2003, p. 119).

As quatro peças deste tipo ostentam decoração no disco, embora sobre um deles não possamos arriscar qualquer leitura (fig. 59, n.º 1). Dos restantes três, um deles oferece a representação de uma cena quotidiana (n.º 2). Embora estas representações não sejam muito frequentes, com alguma facilidade encontramos peças que exibem cenas de abluções semelhantes (Maia e Maia, 1997, p. 95; Vieira, 2011, p. 82). Especial destaque merece o exemplar com igual decoração da coleção do museu de Cádis (Pérez López, 2003, p. 119, Lam. I, 4).

O galo figura num exemplar deste tipo, virado para a esquerda, segurando uma folha de palma em uma das patas (fig. 59, n.º 3). Era um animal sacrificado aos deuses, com relativa frequência, mas foi também utilizado na luta, como o comprovam outras iconografias «lychnológicas» (Maia e Maia, 1997, p. 106). Embora possamos encontrar

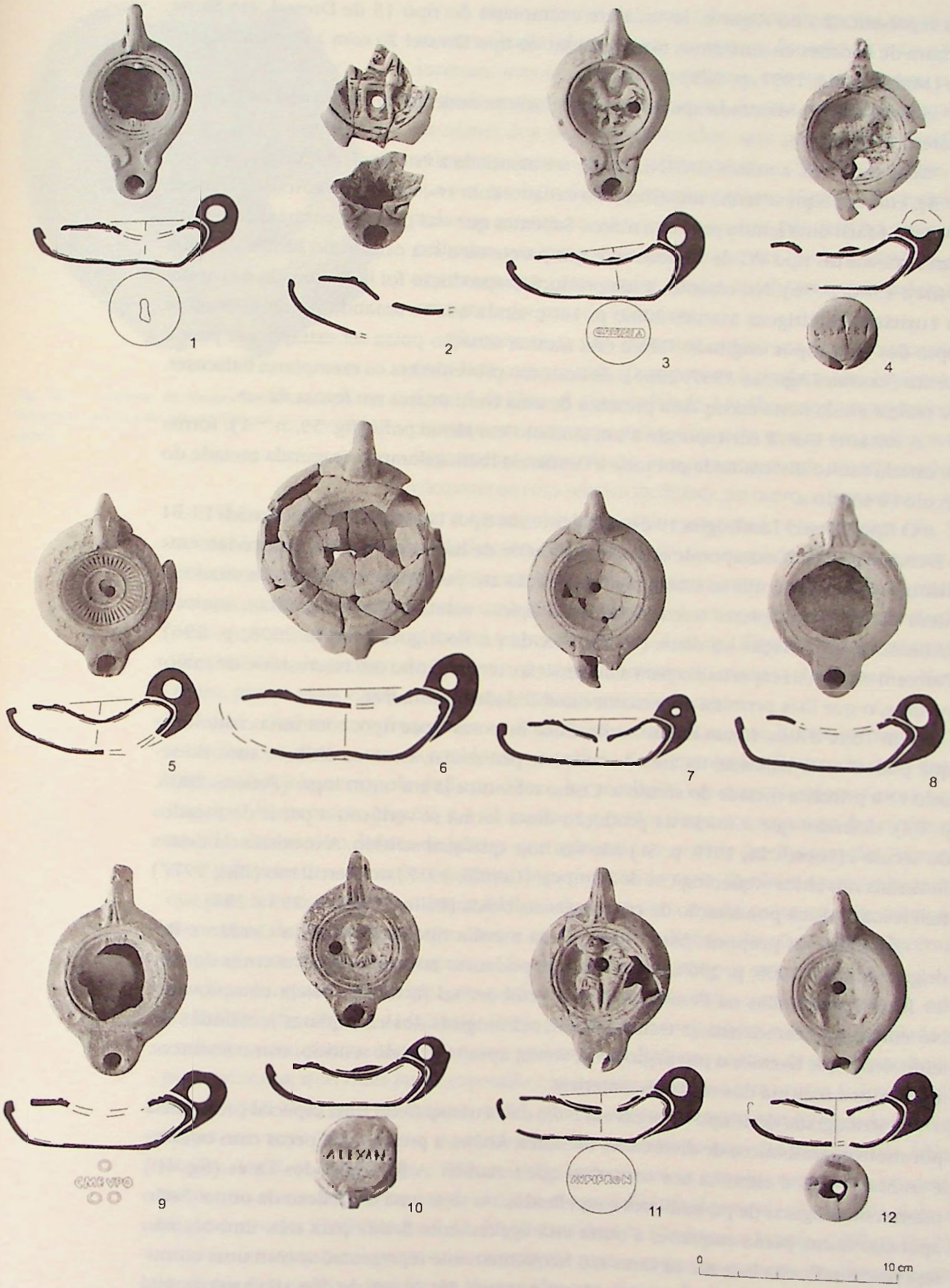


Fig. 59 — Lucernas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e Museu Municipal de Faro (n.º 9). Desenho e fotografia do autor.

esta representação no Algarve, lavrada em exemplares do tipo 15 de Dressel, em Santa Bárbara de Padrões encontramos um exemplar do tipo Dressel 20 com a mesma decoração (Maia e Maia, 1997, p. 105).

A flora está representada apenas por uma lucerna onde figura uma coroa de loureiro (Nolen, 1994, lu-4).

Mais uma vez, a marca GAVINIA pode ser associada a este tipo de lucernas (fig. 59, n.º 3), embora aqui se tenha identificado a variante com «v», em vez do comum caractere «b». Não é fácil uma leitura para esta marca. Sabemos que está presente também em exemplares coevos do tipo VG de Deneauve, e que parece ter a sua origem no centro de Itália (Bailey, 1980, p. 96). No entanto, a sua produção/reprodução foi já assinalada na capital da Lusitânia (Rodríguez Martín, 2002, p. 160), ainda que se tratando de uma aparente cópia dos protótipos originais. Talvez esta mesma situação possa ser extrapolada para a *Baetica* (Corrales Aguilar, 1997, 2006), de onde são provenientes os exemplares balsenses. De realçar ainda neste exemplar a presença de uma contramarca em forma de «v».

A restante marca corresponde a um símbolo em *planta pedis* (fig. 59, n.º 1), forma de cartela muito disseminada por toda a Península Ibérica durante a segunda metade do século I e século II.

O tipo Dressel-Lamboglia 19 é equivalente aos tipos Loeschcke VIIIR, Ponsich III-B1 e Deneauve VIIA. Corresponde a um tipo da série de lucernas de disco, marcadamente distintas da anterior, que se mantém em utilização até, pelo menos, meados do século III. Além de estes exemplares terem perdido as típicas volutas, as orlas ganham maiores dimensões, em relação ao disco (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296). Parecem estar mais capacitadas para a iluminação, tendo ganho um reservatório de maior volume, o que lhes permitia uma maior durabilidade iluminativa.

Em Torre d'Ares, foram identificadas cinco lucernas deste tipo, com uma cronologia que poderá estar balizada, na área do sudoeste peninsular, entre os últimos anos do século I e a primeira metade do século II. Como referimos já em outro lugar (Pereira, 2008, p. 69), defender que o início da produção desta forma se verificou a partir de meados do século I (Loeschcke, 1919, p. 51) não faz hoje qualquer sentido. A inexistência destes materiais nos sítios arqueológicos de Pompeia (Cerulli, 1977) ou Herculano (Bisi, 1977) tem levado a uma ponderação da cronologia atribuída (Bailey, 1980, p. 293 e 294).

Tal como foi proposto para o tipo 17 da mesma tipologia (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296 e 297), também podemos assumir que as lucernas do tipo 19 foram produzidas na Península Ibérica, embora tal facto não esteja comprovado. No entanto, as características tecnológicas e petrológicas dos exemplares recolhidos no sudoeste, e que tivemos o privilégio de observar, apontam nesse sentido, como acontece, aliás, com a maioria dos restantes materiais.

A iconografia deste tipo de peças em *Balsa* deixa transparecer uma especial preferência por motivos simbólicos de divindades menores. Assim, a presença de peças com os *Lares* e os *Manes* não é estranha aos contextos que tratamos. A figuração dos Lares (fig. 60) ostenta duas figuras de pé, similares e espelhadas, ou seja, uma é o reflexo da outra. Estão apoiadas numa perna enquanto a outra está ligeiramente fletida para trás. Embora não seja percetível nesta lucerna, os Lares são frequentemente representados com uma cornucópia ou um Ríton numa mão, e uma pátera, na outra. No centro do disco da lucerna, está representado um altar, onde arde uma pequena chama, ladeado por dois arbustos.

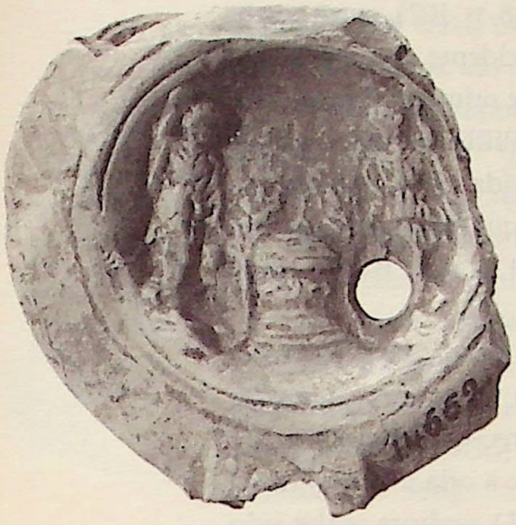


Fig. 60 — Lucerna da forma Dressel-Lamboglia 19. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

A representação de *Lares* é bastante frequente no mundo romano, especialmente em contextos funerários, não só nas lucernas, mas também em esculturas, relevos e pinturas, o que se pode compreender pela crença de que estes representavam os *Manes* dos familiares falecidos, que protegiam a família e velavam pelo seu sucesso (Pastor Muñoz, 2004). Os *Manes*, por sua vez, também tinham representações próprias. Um exemplar balsense ostenta a representação de dois arbustos ou árvores espelhadas, nas quais se enrolam serpentes (Nolen, 1994, lu-40), aparentemente para poder aceder às chamas que ardem em uma ara representada ao centro.

Estes motivos não aparecem unicamente em lucernas deste tipo. Está comprovada a sua presença também em lucernas do tipo 15 de Dressel. Esta realidade é facilmente compreensível se tivermos em conta que ambos são, pelo menos em parte, cronologicamente coevos. Assim, as representações de um tipo poderão encontrar-se com relativa facilidade no outro, e vice-versa.

Mais difícil de interpretar é o exemplar onde está representado um carneiro (fig. 59, n.º 4). A sua representação isolada permite a sua inserção na categoria da fauna, apesar de parecer possível que por baixo do animal esteja representada outra personagem. O estado em que se encontra não permite uma leitura concreta. A ser possível esta interpretação, parece que a única leitura plausível é a reprodução da fuga de Ulisses, atado ao ventre de um cordeiro, da caverna de Polifemo, passagem patente no canto IX da Odisseia. Ainda assim, parece mais viável a sua inserção na categoria da fauna.

São relativamente frequentes as decorações geométricas com linhas incisas que se estendem no disco, entre as molduras e o orifício de alimentação, formando uma decoração radial. Na necrópole de Torre d'Ares, foi recolhido um exemplar desta forma com este tipo de decoração (fig. 59, n.º 5) no disco, e óvulos dispostos em torno das molduras na orla. Curioso é o defeito de fabrico que apresenta no orifício de alimentação. Parecem estar presentes duas tentativas distintas de perfuração da pasta. Também é possível admitir que este defeito resulte da sobremoldagem de outra peça, sendo, portanto, este exemplar uma cópia de primeira geração. Parece evidente que a Bética não só produziu lucernas originais, mas também se dedicou a efetuar cópias de protótipos exógenos.

Das lucernas deste tipo, uma oferece marca epigráfica correspondente ao selo GABMERC (fig. 59, n.º 4) (Cabral, 1977, p. 240). Este é um oleiro sobre o qual ainda se conhece muito pouco. Alguns autores tendem a acreditar que se trata de uma manufatura norte-africana, que, mais tarde, expandiu a sua produção para a área centro-italiana (Balil Illana, 1968-1969, p. 170; Bonnet, 1988, p. 174). Outros pensam que esta produção tem origem em território italiano, passando depois a produzir-se também no Norte de África (Bailey, 1988, p. 96; Bergés, 1989, p. 110). Certo é que as grandes concentrações desta assinatura se encontram nessas duas áreas. A possibilidade de associação de dois oleiros, sendo um deles GABINIA (n.º 3), foi já considerada (Rodríguez Martín, 2002, p. 162).

No entanto, o sul peninsular contribuiu para acrescentar o mapa de dispersão dos produtos deste oleiro, que foram já atestados em Alcácer do Sal (Figueiredo, 1974-1977, p. 349; Pereira, 2013, p. 26, fig. 12, n.º 2), num exemplar do tipo 11 de Dressel, em Miróbriga

(Figueiredo, 1976-1977, p. 458) e em Mérida (Gil Farrés, 1947-1948, p. 107), entre outros exemplos. Embora raros, estes produtos chegaram ao extremo ocidente peninsular em momento que podemos balizar entre o último quartel do século I e primeiro do seguinte.

Outra peça permitiu a identificação da marca nominal COPPIRES, correspondente ao oleiro *Caius Oppius Restitutus*, que não oferece hoje qualquer dúvida sobre a sua leitura, cronologia e interpretação (Amaré Tafalla, 1982, p. 43), ainda que diferentes autores localizem a manufatura original em diferentes sítios (Walters, 1914, p. xxxv; Bailey, 1988, p. 99; Cardaillac, 1891).

O tipo Dressel-Lamboglia 20 é um dos mais comuns da série de disco. Está presente na quase totalidade dos sítios romanos com uma cronologia de século II. Ostenta a maioria das características do tipo anterior, mas o que o diferencia das formas precedentes desta série é o facto de o bico se encontrar a um nível ligeiramente inferior, face à orla e às molduras.

Como tivemos já oportunidade de referir (Pereira, 2008, p. 71), embora tenha sido atribuída uma datação em torno ao final do século I para o início desta produção, em outras áreas geográficas (Deneauve, 1969, p. 165), no sudoeste peninsular parece evidente que só surge em contextos datados a partir de início da centúria seguinte, como se pôde comprovar em Monte Molião, Lagos (Pereira, 2008, p. 50 e 51).

Embora não tenhamos conhecimento de centros produtores na área da província da Bética, é consensual que tal manufatura existiu (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296 e 297), a julgar pela elevada quantidade de exemplares cujas características técnicas remetem para uma produção da área atualmente espanhola do sul peninsular, ao qual se soma o sul da Lusitânia. Mas se desconhecemos os locais que produziram ou reproduziram lucernas de disco nestas duas províncias romanas, sabemos que em Braga tais atividades estão atestadas. É, até ao momento, o único centro produtor conhecido que reproduziu variantes regionais deste tipo, alguns assinados por *Lucrecius* (Morais, 2004, 2005, p. 341-342 e 366-375).

Recentemente, às produções bracarenses somaram-se as olisiponenses, onde o estudo do espólio funerário permitiu identificar características técnicas que consentem argumentar a favor de uma produção local/regional deste tipo (Vieira, 2011, p. 116), além de ter sido recolhido um molde de uma lucerna do tipo Deneauve V G (*ibidem*, p. 72 e 73).

No entanto, nem todas as lucernas produzidas no *ager olisiponensis* se poderão incorporar no tipo 20 de Dressel. Como tivemos já oportunidade de referir (Pereira, 2013, p. 22), alguns dos exemplares apresentam características que as aproximam ao tipo definido por Ángel Morillo, ou seja, os denominados «derivados de disco». Não pretendemos aqui contrariar a produção ocidental da forma 20, mas apenas comprovar que, além desse tipo, também as lucernas «derivadas de disco» foram aí produzidas. O próprio autor atribuiu uma cronologia demasiadamente tardia para algumas delas, que classificou como Dressel-Lamboglia 20, mas que consideramos «derivadas de disco», que coincidem com a datação que vem sendo atribuída às últimas e que facilmente é confundível com os tipos 27/28 e 30 da mesma tipologia. Assim, fica comprovada a existência de três novas produções hispânicas.

Analisando os oito exemplares algarvios identificados, excluímos por completo uma possível importação de cerâmicas de iluminação da *Gallaecia*. As pastas têm por características tons que variam entre o bege amarelado e o castanho alaranjado, são bem depuradas, compactas, homogéneas e polvorentas. Apresentam poucos elementos não plásticos de pequena dimensão, destacando-se os quartzos, as piroxenas (raras), as calcites (raras), as

biotites e, por vezes, os elementos ferruginosos, características que, como vimos referindo para outros tipos, são próximas às de outras categorias cerâmicas com uma origem bética.

Destes, salientamos a possibilidade de uma peça constituir uma reprodução local/regional (fig. 59, n.º 6). A pasta, mais grosseira e cor de tijolo, permite defender que esta cidade também terá reproduzido lucernas, ainda que para consumo próprio.

Dois exemplares têm o disco liso (n.º 6 e 7) e outros dois não o conservam (n.º 8 e 9). Dos restantes quatro, um exemplar ostenta o busto de uma personagem feminina (n.º 10), possivelmente uma adolescente, e outro apresenta uma cena de quotidiano, em que um escravo está a tapar uma ânfora (n.º 11). Esta última cena está bem atestada em lucernas do tipo 20 de Dressel e VIIA de Deneauve, abarcando um período cronológico centrado na primeira metade do século II (Casas i Genover e Soler-Fusté, 2006, p. 44, lámina LX, G 946).

Outra peça insere-se facilmente na categoria da flora por oferecer a figuração de duas folhas de palma, frequentemente relacionadas com a Vitória e com a Fortuna (fig. 59, n.º 12). Esta exposição «lychnológica» relacionada com Vitória e Fortuna é relativamente frequente nas lucernas deste tipo, seja nesta variante iconográfica, ou com a presença de coroas de loureiro, tanto em contextos habitacionais ou comerciais (Pereira, 2012c), como nos funerários (Baradez, 1969, p. 98, figura 8). As rosáceas estão representadas em um único exemplar (Nolen, 1994, lu-55).

As marcas de oleiro estão presentes em quatro exemplares, havendo sido também identificadas duas contramarcas. Começamos por referir a marca nominal ALEXAN, acompanhada de contramarca em forma de «D» (fig. 59, n.º 10) localizada na base da asa, nada comum nos repertórios epigráficos das lucernas peninsulares. Já Ferreira de Almeida havia notado este vazio epigráfico em território hispânico (Almeida, 1952, p. 163, n.º 90), comparativamente com a elevada concentração itálica e norte-africana. Ainda que não tenhamos sido capazes de atribuir uma origem a esta peça pela análise da pasta, a epigrafia permite supor uma origem na área da África Proconsular (Balil Illana, 1968, p. 164; Mon, 1981, p. 87). Até ao século II esta é, com efeito, a única lucerna com essa proveniência. A esmagadora maioria das cerâmicas de iluminação são provenientes da área litoral da província da *Baetica*, embora reproduzindo protótipos tanto itálicos como africanos.

A marca AVFIFRON está prensada sobre um exemplar balsense (fig. 59, n.º 11) que contém uma iconografia bastante comum na área litoral mediterrânea e meridional da Península Ibérica. Ainda que a manufatura do oleiro *Aufidius Fronto* seja atribuída originalmente à África Proconsular (Balil Illana, 1968, p. 165; Cabral, 1977, p. 240; Nolen, 1994, p. 43; Bonifay, 2004, p. 317), é evidente que a sua chegada ao sul peninsular motivou, prontamente, a sua reprodução e comercialização na área de influência bética (Remesal Rodríguez, 1974, p. 567). A variante AVLIKRON de Peroguarda (Viana, 1957, n.º 27, 60 e 131), fórmula firmada em um exemplar igual ao de *Balsa*, parece resultar de uma leitura errada.

Balsa possui, sem dúvida, um dos conjuntos com mais marcas nominais exógenas, que, como vimos sublinhando, parecem ter chegado aí através de reproduções béticas. A este reportório, podemos juntar a marca CMEVPO (fig. 59, n.º 9), encimada por um óvulo, havendo outros dois na base, provavelmente pertencente ao oleiro africano C(*aius*) M(*arius*) Eupo(*rius*) (Cardaillac, 1922, p. 88), datado da primeira metade do século II (Casas i Genover e Soler-Fusté, 2006, p. 169), a par dos oleiros anteriormente referidos.

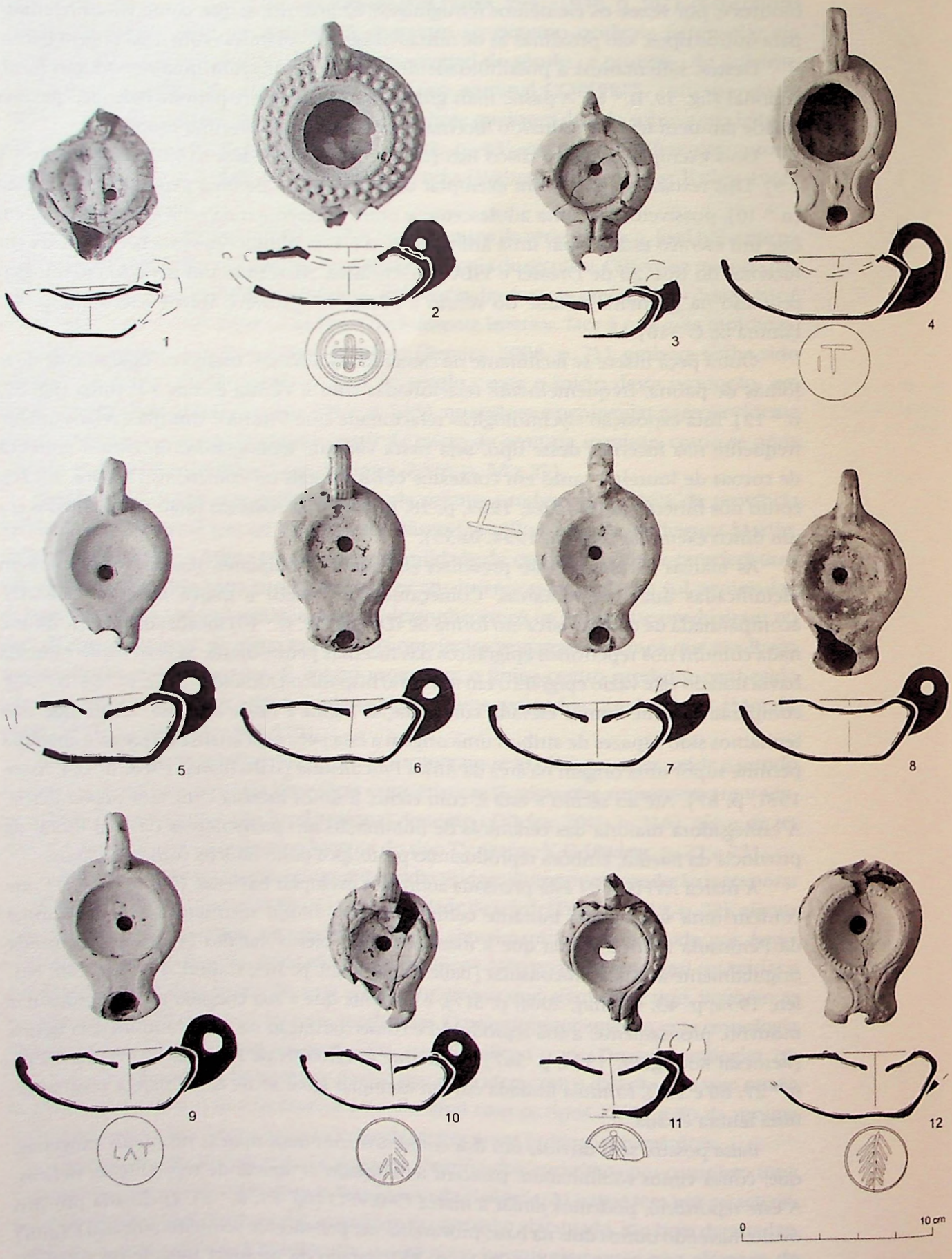


Fig. 61 — Lucernas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Além destas, outra produção romana deixou a sua marca num exemplar deste tipo em Torre d'Ares que, infelizmente é ilegível (n.º 12). Se as marcas nominais anteriores permitiram leitura, mesmo tratando-se de reproduções, esta peça não possibilitou qualquer interpretação, em parte por o fundo não estar completo, mas também porque esta é uma sobremoldagem claramente descuidada.

Apenas um exemplar, bastante mal conservado, foi identificado como pertencente ao tipo Dressel-Lamboglia 25 (fig. 61, n.º 1), de produção bética, e apenas podemos supor que a orla está decorada. Também o disco ostenta uma decoração muito esbatida do que parece ser Vénus. Destaque para os dois apêndices laterais que permitiram a inclusão neste tipo.

Também o tipo Dressel-Lamboglia 28 conta apenas com um exemplar, distinguível do tipo 27 pela presença de decoração na orla, como é o caso. A definição da forma 27/28 tem por base a forma do bico que, embora não se conserve nesta peça, é sempre em forma de coração (Pereira, 2008, p. 72).

Não é fácil identificar a produção dos exemplares das formas 27 e 28 de Dressel. A sua origem parece estar na Itália central (Morillo Cerdán, 1999, p. 119 e 120), mas rapidamente foram imitadas no Norte de África e, inclusivamente, na Península Ibérica. Bernal Casasola provou já a reprodução desta forma em *Tarraco* (1993, p. 74) e, mais recentemente, soube-se que também o oleiro bracarense *Lucretius* produziu variantes locais (Morais, 2005, p. 375).

Cronologicamente documentada em contextos datáveis a partir de meados do século II, esta forma permanece sem um *terminus ante quem* rigoroso. Provoost estabeleceu uma cronologia que abarca também todo o século III (Provoost, 1976, p. 557), mas Bailey propôs para o seu limite inferior os meados do mesmo século (Bailey, 1980, p. 336-376).

O exemplar balsense (fig. 62), de produção bética e sem contextos que permitam esclarecer a sua datação, exibe a figuração de uma biga. Contrariamente aos protótipos da forma 11 de Dressel, que exibem a mesma decoração, neste exemplar a biga corre da direita para a esquerda. Esta diferença poderia ser útil como um elemento datante destas figurações de circo, mas a raridade desta iconografia em peças tardias obriga-nos a ser comedidos nesta proposta. A orla está decorada com cachos de uva.

A peça representada na figura 61, n.º 2, parece corresponder a um exemplar integrável no tipo Dressel-Lamboglia 30, de orlas bastante largas e ligeiramente convexas, com singular decoração em óvulos. Admitimos que, dependendo da forma do bico, que não se conserva, poderá integrar-se no tipo Dressel-Lamboglia 28, VIII de Deneauve (Bonifay, 2004, p. 333 e 334).

As pastas destas lucernas parecem evidenciar uma rutura com as características técnicas das cerâmicas de iluminação produzidas até então. As características variam ligeiramente em relação às das precedentes com a mesma origem, ou seja, a Bética, mas a alteração que mais se destaca é a ausência de engobe de revestimento nestes exemplares.

Os poucos dados sobre a produção desta forma na área peninsular vão de encontro àquilo que pensamos sobre o seu fabrico nesta área geográfica, ou seja, a generalização de produções marginais. Embora o conhecimento sobre a produção de cerâmicas de iluminação seja mais consistente para o Alto-Império, começa a ser evidente que com este tipo se experimenta uma maior disseminação de pequenas produções por toda a península, especialmente na área Meridional (Morillo Cerdán, 1999, p. 124). Não obstante, são

poucas as evidências do seu fabrico nas *figlinae* conhecidas, havendo, contudo, alguns dados dos quais se destaca o molde exumado em Trício (Gabarito Gómez et al., 1993).

Ainda assim, esta generalização durante o século III pode ser aparente. Estas cerâmicas não correspondem à única técnica utilizada na iluminação. Outras práticas permitiam a substituição destes materiais (Pereira, 2008, p. 116), desvalorizando a sua utilidade e comprovando que, durante o Alto-Império, talvez sejam os motivos iconográficos que potenciaram a sua larga comercialização. Talvez por este motivo, o desenvolvimento que esta forma experimenta seja ilusório. A partir do século IV, assistimos a uma utilização cada vez mais reduzida destes materiais, motivada pelo desinteresse cada vez maior pelas iconografias pagãs, que vinham perdendo adeptos (Pereira, 2014, p. 201-203).

Fig. 62 — Lucerna da forma Dressel-Lamboglia 28 com representação de uma biga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

A peça algarvia ostenta no fundo uma marca de oleiro cruciforme enquadrada por quatro pontos (Almeida, 1952, p. 176; Cabral, 1977, p. 242). Ainda que rara, encontrando apenas um paralelo na obra de Deneauve (1969, p. 205, n.º 1009), arriscamos que, tanto pela epigrafia como pela morfologia, também esta lucerna parece ser uma reprodução bética de originais africanos.

Integrável no tipo 5A de Dressel-Lamboglia (1899), equivalente aos tipos x de Loeschcke (1919), XXVI de Broneer (1930), 90-94 de Walters (1914) e V de Ponsish (1961), foi identificado apenas um exemplar, também conhecido como lucerna de canal ou *firmalampen* (Fishback, 1896, p. 11). O que caracteriza estes tipos é, principalmente, um bico mais alongado com um canal profundo no topo geralmente ligado ao disco. O exemplar balsense tem o canal interrompido (fig. 61, n.º 3) e o disco profundo. Ostenta ainda dois apêndices laterais. Estas lucernas apresentam geralmente o disco sem decoração, embora possam ostentar representações de máscaras teatrais.

Comparativamente com as restantes formas identificadas, este tipo não é muito comum em território algarvio. Quando existe, faz-se representar em pequenas quantidades e em sítios com uma cronologia que abarca o século II. Esta escassez de *firmalampen* não deixa de causar estranheza, principalmente tendo em conta que esta foi a primeira série a ser produzida com características que permitiam o seu fabrico massivo, destinado a uma exportação de larga escala (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 297). Refira-se ainda que estas características permitiam simultaneamente a sua fácil reprodução. Balil havia já notado esta escassez no sul peninsular em contrapartida à sua abundância no centro e noroeste (1983, p. 306).

Embora tenhamos reconhecido no exemplar algarvio características técnicas que apontam para uma produção bética litoral, não foi encontrado, até ao momento, nenhum centro produtor que tenha fabricado estas peças nessa área geográfica, embora também tenha aí sido detetada a sua presença (López Rodríguez, 1981; Pérez López, 2003). Ainda assim, a sua produção está documentada em outras áreas, mais a norte (Amaré Tafalla e García Marcos, 1994; Amaré Tafalla, Bona López e Borque Ramon, 1983; Díaz Trujillo, 1988, p. 190; Morillo Cerdán, 1999, p. 161 e 162; Morais, 2005, p. 373 e 374), obrigando a ponderar oura origem.

Como seria espectável, as lucernas do tipo «derivadas das Dressel-Lamboglia 9», mais conhecidas como «lucernas mineiras» (Luzon Nogué, 1967) ou ainda tipo «Riotinto--Aljustrel» (Alarcão, 1966, p. 26), é a forma mais frequente na necrópole norte de *Balsa*. Neste trabalho, adotamos a última designação, que alude aos sítios onde este tipo foi preferentemente identificado, destacando-se *habitats* mineiros e necrópoles do sudoeste peninsular. Optámos por esta designação por parecer a mais correta, além de remeter para a área onde foi produzida (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 2004, p. 139 e 140). Embora se tenha identificado maioritariamente em sítios de potencial exploração mineira, essa designação é, como referimos, hoje desadequada. O crescente achado destas peças em contextos habitacionais, sem aparente relação direta com aquela atividade, como é o caso em análise, põe em evidência a inadequação da nomenclatura que descartámos.

Trata-se de peças de corpo circular, de tendência piriforme, com *discus* pouco profundo e liso. O bico é geralmente bastante largo e anguloso, rematado de forma arredondada e adornado com volutas toscas, entre as quais aparece, por vezes, uma folha de hera. A orla é larga e convexa, lisa ou decorada com óvulos de diferentes dimensões e concentrações.

A tonalidade das pastas varia entre o bege amarelado e o castanho alaranjado. Estas são geralmente bem depuradas, compactas, homogéneas e polvorentas. Apresentam poucos elementos não plásticos de pequena dimensão, destacando-se os quartzos e os elementos ferruginosos. Ainda que, por vezes, não aparentem ter sido revestidas, geralmente apresentam vestígios de engobes, pouco espessos, de tonalidade alaranjada ou bege.

Ainda que as lucernas deste tipo, recolhidas na necrópole de Valdoca, Aljustrel, tenham sido datadas de meados do século I (Andrade, Ferreira e Viana, 1957; Alarcão, 1966, p. 26; Belchior, 1970, p. 76-78), Luzón Nogué, estudando os exemplares de Riotinto, avança a sua datação até à primeira metade da centúria seguinte (1967, p. 139-142). Desde então vêm sendo recolhidos exemplares em contextos que permitiram afinar continuamente a cronologia desta produção de tipologia genuinamente hispânica, nomeadamente em *Munigua* (Raddatz, 1973, p. 39), em Huelva (Del Amo, 1976, p. 92), em Mina de la Peña del Hierro, Huelva (Bailey, 1988, p. 175, Q 1667), na Bética (Moreno Jiménez, 1991, p. 132-135), em *Ossonoba* (Gamito, 1992, p. 116) e ainda em Mérida (Rodríguez Martín, 2002, p. 25). Estes contextos permitiram balizar a cronologia destas lucernas nos séculos II e III, especialmente na segunda metade do II e primeira da centúria seguinte (López Rodríguez, 1981, p. 14).

A produção deste tipo de peças deverá ter sido concretizada em diferentes centros produtores do sudoeste peninsular, destinados a cumprir com as exigências locais (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 302). Sem dúvida que esta produção servia a função de recipiente robusto e resistente, adequado ao trabalho efetuado nas minas (Modrzewska, 1991, p. 66). Contudo, estas qualidades favoreceram a sua gradual dispersão pela área central, sul e oeste da Península Ibérica, com especial concentração na área nuclear da produção.

Ainda que não tenhamos, até ao momento, nenhuma localização concreta para o local exato do seu fabrico (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 302), sabemos que terá sido a área de Riotinto-Aljustrel que albergou os oleiros que produziram estas cerâmicas de iluminação. Neste sentido, não poderíamos deixar de referir a associação das marcas LIR a uma *gens* de oleiros originária de *Olisipo* (Rubio Alija, 1954), da qual um membro se fixou

na área de Riotinto onde se produziram exemplares deste tipo. Trata-se do oleiro *Lucius Iulius Reburrinos* que aí foi sepultado e cuja lápide funerária foi recuperada, tendo permitido esta associação (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 2004, p. 139 e 140).

Uma primeira classificação foi estabelecida com o objetivo de diferenciar a grande variedade de lucernas deste tipo, tanto morfológica como cronologicamente, na qual a presença ou ausência de decoração na orla é o principal definidor (López Rodríguez, 1981, p. 104 e 105; 1982, p. 383). No entanto, como foi recentemente sublinhado (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 301), esta aparente evolução entre os dois tipos, primeiro os decorados e depois os lisos, revela-se extremamente arriscada. Com efeito, a aparente produção inicial de peças com orla decorada, que teria evoluído para exemplares lisos e de menor qualidade, não resulta hoje tão evidente.

O conjunto «lychnológico» balsense comprova, de certa forma, a inexistência evolutiva avançada por López Rodríguez, tendo-se já comprovado a coexistência de ambos tipos em Cortalago (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 2004, p. 140). Tão depressa encontramos exemplares sem decoração de grande qualidade, como há outros decorados, de fabrico tosco. Talvez a morfologia do bico, associada à presença ou ausência do tipo de decoração na orla, permitam obter os resultados que vêm sendo requeridos, sustentados pelos contextos estratigráficos atualmente conhecidos.

Ainda sobre a possível evolução dos tipos decorados para os lisos, não podemos deixar de notar que o oleiro *Lucius I. Reburrinus* (Ribeiro, 2015) parece ter fabricado tanto exemplares sem decoração como exemplares morfologicamente análogos, mas decorados (Luzón Nogué, 1967, fig. 4 e 5), em momento centrado na transição do século I para o II (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 2004, p. 140). Assim, ou o momento de transição evolutiva coincide com a geração de oleiros deste *Reburrinus*, ou esta presença/ausência de decoração existiu durante o período de produção destas lucernas.

Nove dos 18 exemplares do tipo Riotinto-Aljustrel identificados em *Balsa* correspondem a peças sem a típica decoração com óvulos (fig. 61, n.º 4 a 9). Destes, um ostenta uma folha de hera entre as volutas (n.º 4). Os restantes (fig. 61, n.º 10, a fig. 63, n.º 5) oferecem decoração na orla, patenteada nos típicos grandes óvulos descritos por José Rámon (López Rodríguez, 1981). Convém, contudo, salientar algumas peculiaridades de quatro destas lucernas antes de passarmos à análise epigráfica.

Entre os exemplares com a orla decorada, notámos a presença de dois com uma decoração distinta àquela que é mais comum (fig. 61, n.º 12, e 63, n.º 1), ou seja, os grandes óvulos em relevo. Com efeito, uma destas lucernas (n.º 12) ostenta a decoração deslocada para a moldura correspondente a traços transversais que a preenchem. Embora existentes nos repertórios deste tipo de peças, esta ornamentação não é comum. Outra peça (fig. 63, n.º 1) apresenta a orla decorada com pequenos círculos impressos, muito frequente em protótipos de morfologia equivalente. Curioso, contudo, é a esmagadora predominância deste tipo de decoração em exemplares firmados com a fórmula LIR, oleiro que usou exclusivamente esta técnica decorativa.

Ainda que associemos esta produção hispânica a peças sem qualquer tipo de decoração no *discus*, é evidente que não deveremos assumir esse facto como exclusivo. A última peça de que falámos, além de ostentar a orla decorada, apresenta decoração no disco. Os relevos estão bastante esbatidos devido à pasta polvorenta, mas apesar disso é possível observar a existência de uma coroa de loureiro. Com efeito, estas representações no disco

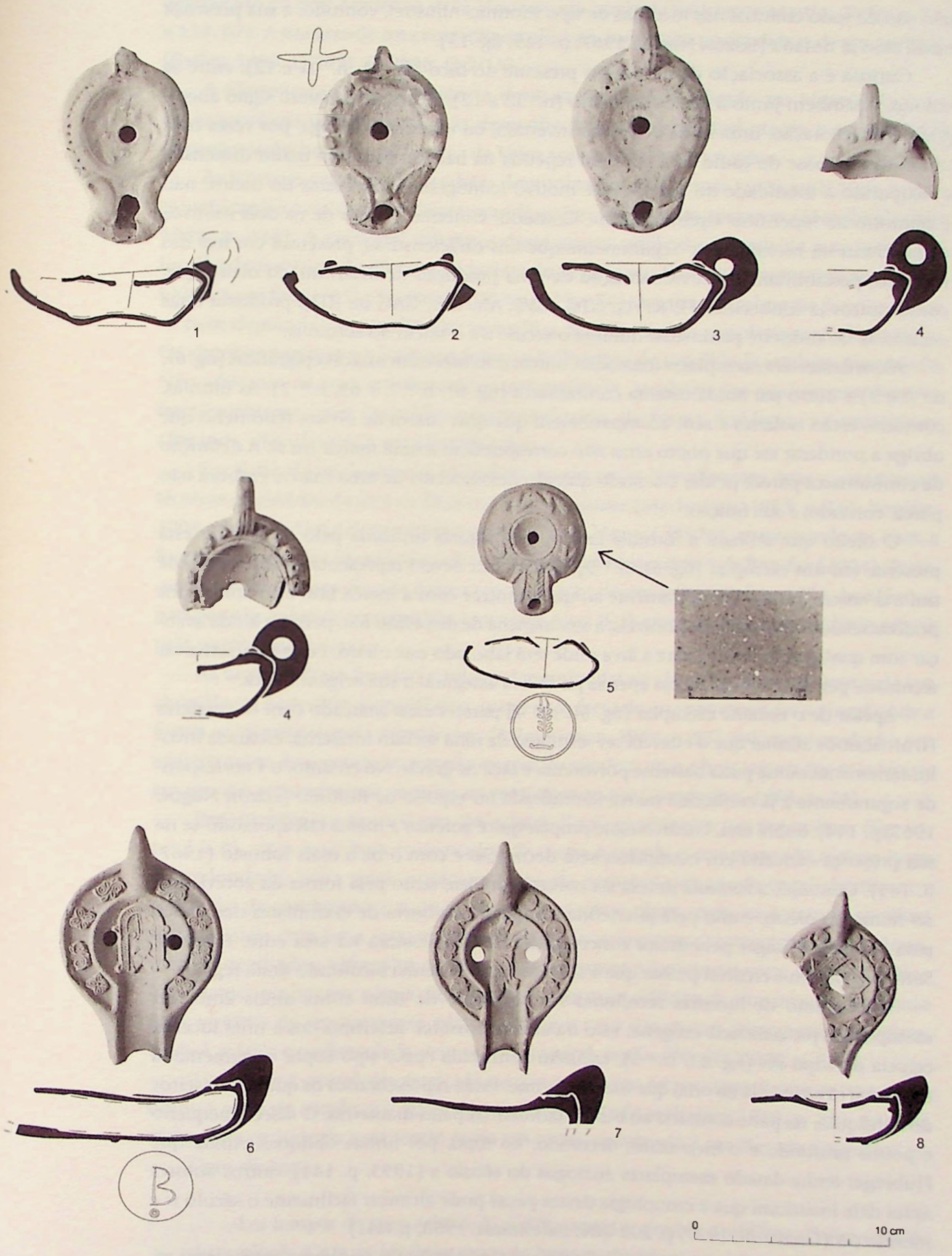


Fig. 63 — Lucernas da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

não são de todo comuns nas lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel, contudo, a sua presença havia sido já notada (Lozón Nogué, 1967, p. 149, fig. 13).

Curiosa é a associação de decoração presente no bico (fig. 61, n.º 11 e 12), entre as volutas, e também junto à marca do oleiro (n.º 10 a 12), reproduzida como signo anepígrafo. Tal decoração, uma folha de palma invertida, ou talvez uma espiga, por vezes com um óvulo na base do caule, está também repetida na base da peça, em maior dimensão e ocupando a totalidade do fundo. Este motivo iconográfico, ou marca do oleiro, não é estranho ao repertório «lychnológico». Contudo, é inédito o facto de os dois motivos coincidirem na mesma peça. Seguramente que tais características, presentes em três das lucernas, possibilitam a individualização de uma produção de determinado oleiro que, como outros já conhecidos (T, RTVG, GTG, MVS, AN, LAT, GAG ou RTI), produziu estas cerâmicas no sudoeste peninsular durante o século II e o início do século III.

Além destes três exemplares marcados, outros dois oferecem marcas epigráficas (fig. 61, n.º 4 e 9) e outro par ainda ostenta contramarca (fig. 61, n.º 7, e 63, n.º 2). As últimas, contudo, estão isoladas e sem acompanharem qualquer marca de oleiro, fenómeno que obriga a ponderar até que ponto estas não correspondem a uma marca em si. A definição de contramarca parece perder o sentido quando desassociada de uma marca, embora não perca, contudo, a sua função.

O oleiro que utilizou a fórmula LAT, similar àquela utilizada pelo *Reburrinus*, está presente em um exemplar (fig. 61, n.º 9). Esta marca deverá representar a abreviação de um *tria nomen* latino. Contrariamente ao que acontece com a marca LIR, e ao abrigo dos poucos achados que estão disponíveis, a sua mancha de dispersão não permite ainda avançar com qualquer hipótese sobre a área onde terá laborado este oleiro. Pelas características técnicas e petrológicas das pastas apenas podemos assegurar a sua origem bética.

Apesar de o restante exemplar (fig. 61, n.º 4) parecer estar marcado com os carateres IT, arriscamos afirmar que o I deverá ser resultado de uma incisão moderna, efetuada involuntariamente numa pasta bastante polvorenta e fácil de gravar. No entanto, o T corresponde seguramente à já conhecida marca identificada no espólio de Riotinto (Lozón Nogué, 1967, p. 144). Sobre esta, Luzón Nogué propõe que é anterior à marca LIR apoiando-se na sua presença exclusiva em exemplares sem decoração e com o bico mais robusto (1967, p. 143). Contudo, a fórmula deverá ser contemporânea, tanto pela forma da abreviatura do nome do oleiro, como pela já referida invalidade evolutiva de exemplares decorados para os lisos. A julgar pela maior concentração desta assinatura na área entre Riotinto, Sevilha e Huelva é credível pensar que a sua produção se tenha localizado nesta região.

O conjunto de lucernas recolhidas na necrópole de *Balsa* conta ainda com um exemplar de proveniência exógena, raro na área peninsular. Referimo-nos a uma lucerna egípcia de «tipo rã» (fig. 63, n.º 5), também conhecida como tipo copta, ornamentada com uma rã estilizada na orla, que lhe dá o nome. Estão representados os quartos traseiros do batráquio, na parte contrária ao bico, e também as patas dianteiras. O disco é pequeno e pouco profundo e o bico curto, decorado, no topo, por linhas oblíquas. Ainda que Hübinger tenha datado exemplares análogos do século II (1993, p. 144), outros autores antes dele insistiram que a cronologia destas peças pode alcançar facilmente o século IV e mesmo o V (Gualandi, 1977, p. 202-204; Balestrazzi, 1988, p. 441).

Na área peninsular, são extremamente raras, conhecendo-se alguns exemplares recolhidos na serra de Sintra (Ferreira e Tavares, 1954, p. 26 e 27, est. III, 7), estando outro

depositado na Real Academia de la Historia, em Madrid (Rodríguez Martín, 2005, p. 132 e 133, 67). A sua grande concentração localiza-se, como não podia deixar de ser, no Egito (Bailey, 1980, Q 2091, Q 2098, Q 2115).

A identificação da proveniência deste exemplar, identificado no Museu Nacional de Arqueologia com proveniência desconhecida, só foi possível graças à existência de documentação herdada de Estácio da Veiga sobre as suas explorações.

As lucernas paleocristãs, também denominadas de lucernas tardo-antigas de produção africana, constituem o último grande grupo de lucernas romanas (Morillo Cerdán, 1999, p. 146). A principal diferença deste grupo reside na origem da sua produção, localizada no Norte de África, caracterizando-se pelo seu fabrico em *terra sigillata* africana idêntica aos fabricos C e D (Pereira, 2008, p. 73 e 74). A pasta é geralmente porosa e muito bem depurada, de tonalidades vermelhas alaranjadas ou simplesmente alaranjadas. Os engobes parecem ser bastante densos e brilhantes, de tonalidade também alaranjada. Não obstante as suas emblemáticas características, também nos poderemos deparar, frequentemente, com imitações que reproduzem, de forma fidedigna, os exemplares africanos, dificultando a sua identificação.

Em Torre d'Ares, lográmos identificar quatro peças que oferecem estas características técnicas originárias da área de Bizacena e de Zeugitana (Machensen, 1993, p. 161; Bonifay, 2004, p. 358). Uma destas corresponde ao tipo Hayes I (1976), correspondente com a forma VIII de Atlante (Anselmino e Pavolini, 1982) e com a série 4 de Bonifay (2004). Trata-se de um fragmento de orla com a representação de um peixe (Nolen, 1994, lu-51), que não permite saber se corresponde à variante A ou B, já que estas são apenas distinguíveis pela morfologia da asa.

As lucernas deste tipo são também denominadas de «Henchir el Srira», quer pela sua abundância neste sítio arqueológico, como pelo facto de este corresponder ao local onde a forma se identificou pela primeira vez (Salomonson, 1968, p. 87). Salomonson data o seu aparecimento do segundo ou terceiro quartel do século IV, mas é hoje seguro que se manteve em uso até, sensivelmente, meados da centúria seguinte (Anselmino, 1983, p. 34).

Pertencentes aos tipos Hayes IIA/Atlante X são os restantes três exemplares (fig. 63, n.º 6 a 8), estes mais bem conservados. O corpo é ovoide e compacto, de *rostrum* largo e arredondado, regra geral, unido ao corpo da peça por um amplo canal aberto entre o orifício de combustão e o disco. A orla é ampla e plana, com uma grande moldura ornamentada com uma vasta variedade de motivos impressos, como é o caso de flores, rosetas, quadrados, triângulos, elementos cordiformes e ferraduras, entre outros. O disco é ligeiramente côncavo, com a presença de um ou mais orifícios de alimentação, decorado com motivos de representação cristã, como é o caso das cruzes, cristograma ou peixes. A asa é maciça e pedunculada. A base é, regra geral, anelar (Pereira, 2008, p. 75).

Ainda que a cronologia avançada para as peças com estas características se centre nos últimos anos do século IV e início do século seguinte (Anselmino, 1983, p. 34), recentemente esta cronologia vem sendo posta em causa, atendendo à sua elevada dispersão.

Com efeito:

> «Les lampes de type Atlante X et XI posent un double problème d'origine et de chronologie. Ce sont les deux types de lampes africaines pour lesquels la documentation est, de loin, la plus importante (plus de 1200 exemplaires sont publiés dans le

> seul catalogue d'Ennabli 1976). Face à cette masse de données, la typologie proposée par L. Anselmino et C. Pavolini (Atlante I, 200-204) permet, certes, d'ordonner commodément la plupart des exemplaires. Elle n'est cependant pas entièrement satisfaisante car les subdivisions proposées, qui ne tiennent pas compte du détail des décors, permettent difficilement de distinguer une origine et une chronologie.» (Bonifay, 2004, p. 370.)

Assim, para além da problemática referida sobre a difícil distinção entre a origem e cronologia das peças, parece forçado encaixar uma produção tão abundante e dispersa em um espaço temporal tão preciso. Por este motivo, o autor francês avança com uma proposta tipológica e evolutiva deste tipo bastante mais complexa do que aquela apresentada por Anselmino e Pavolini (Bonifay, 2004, fig. 202b). Tal individualização assume, também, como elementos diferenciadores a simbologia da iconografia, para além da morfologia.

Dois exemplares balsenses encaixam, sem grandes reservas, no tipo 54 definido por Michel Bonifay (fig. 63, n.º 6 e 7), que corresponde ao clássico grupo Atlante X (2004, p. 373). Entre os motivos mais utilizados nas orlas, os exemplares algarvios ostentam círculos concêntricos, trevos, flores cruciformes e motivos vegetais de dupla voluta. Como referimos já, a decoração presente no disco foi assumida como definidora de variantes distintas que podem diferenciar-se também cronologicamente. Estes exemplares ostentam respetivamente um raposo (n.º 7) e uma ave, possivelmente um cisne, colocado numa gaiola (n.º 6).

Estas características, às quais se soma a presença de uma marca de oleiro correspondente à letra B com um círculo na base, permitem avançar uma cronologia centrada no século V, que pode alcançar facilmente o seguinte (Bonifay, 2004, p. 383-385).

Finalmente, o restante exemplar corresponde ao tipo 59 de Michel Bonifay (2004, p. 390), equivalente à variante D da forma Atlante X (Anselmino e Pavolini, 1981). O elemento que permitiu distinguir esta variante é o fecho do canal, que nas restantes variantes deste tipo está sempre aberto. Estes tipos são mais raros e parecem ter origem na área Central da Tunísia.

Não podemos deixar de reparar que o conjunto de lucernas romanas, recolhido em contexto funerário em Torre d'Ares, denuncia uma maior utilização durante os primeiros séculos após a viragem da era. Ainda que tenhamos apresentado alguns exemplares mais tardios, o grosso do conjunto poder-se-á enquadrar, maioritariamente, nos três primeiros séculos. A cerâmica de paredes finas expõe idêntica realidade, não ultrapassando mesmo o século II. Os exemplares tardios do conjunto lucernário, além de quantitativamente inferiores, devem ser resultado de espólios fúnebres esporádicos em um momento de entrave aos ritos pagãos.

Embora a redução no consumo não se deva à sua substituição por outros materiais, quiçá possa corresponder a uma alteração do rito ou mesmo da mentalidade. Está perfeitamente documentado que a partir de momento indeterminado do século III, o espólio funerário se reduz gradualmente, até desaparecer por completo, além da já alterada deposição ritual do cadáver. Esta situação pode ter sido potenciada por vários fatores, dos quais tem especial destaque a expansão do Cristianismo e a vulgarização da simplicidade na morte. Mas sobre este tema falámos já em outro espaço deste trabalho.

Sobre o limite cronológico da cerâmica de paredes finas, não podemos esquecer que a expansão produtiva de vidros, que durante o século I experimenta uma pujança notável, acaba por ditar um rápido atrofiar do consumo desta cerâmica. Como veremos, esta ausência de cerâmica de paredes finas nos contextos funerários desta cidade do sul da Lusitânia, a partir de final do século I ou início do século II, corresponde a uma alteração do espólio funerário depositado com o cadáver, realidade contrária ao fenómeno verificado no século III.

Com efeito, o conjunto vítreo de Torre d'Ares é grande e extremamente variado, apresentando-se em um estado de conservação singular. Às 136 peças apresentadas por Jeannette Nolen (1994), foi possível somar outras, totalizando, de momento, 169 exemplares, correspondendo, portanto, a 22,3 % do conjunto total do espólio balsense. É possível que a estas peças se possam adicionar outras, que permanecem com proveniência desconhecida no Museu Nacional de Arqueologia.

O estudo deste conjunto seguirá, de certo modo, o modelo aplicado para o estudo do «Vidro Romano do Noroeste Peninsular» (Cruz, 2009a), embora com algumas diferenças que, julgamos, simplificam o seu entendimento. Refira-se que este esquema foi por sua vez adotado da obra de Jennifer Price e Sally Cottan (1998), inspirado em outras obras que haviam já experimentado estas metodologias (Lith e Randsborg, 1985).

Assim, escudados neste modelo de estudo que vem sendo adaptado e melhorado, dividimos os vidros romanos de *Balsa* em formas moldadas e formas sopradas. Dentro de cada uma destas categorias, as formas foram ainda divididas entre uso na mesa, armazenamento de alimentos, recipientes para unguentos ou cosméticos, lâmpadas, fichas de jogo e adornos. Naturalmente que dentro de cada uma destas categorias as formas existentes são muito variadas, quer cronológica quer morfologicamente, tentando-se dar uma leitura contínua a ambas as realidades. Refira-se ainda que, embora a função de cada uma destas peças seja, à partida, diferente, a sua última utilização foi comum a todas, ou quase todas, as formas. Com efeito, a sua utilidade final foi a sua introdução no mundo funerário, como artefacto ritual, como contentor de oferendas ou ainda como simples composição do espólio utilizado pelo defunto em vida.

Como não podia deixar de ser, a tipologia adotada para o estudo deste conjunto corresponde à elaborada por Clasina Isings (1957), que continua a ser uma obra de referência pela novidade que constituiu a arrumação cronológica efetuada pela autora, apesar de as obras de Kisa (1908) e Morin-Jean (1913) já estarem publicadas. Ainda assim, sempre que necessário apoiamo-nos em outros trabalhos, quando a tipologia de Isings se revelou insuficiente na classificação de algumas peças deste conjunto.

Infelizmente, a realidade hispana foi sempre, em certa medida, marginalizada nos estudos sobre os vidros, o que representou um atraso considerável na investigação destes materiais. Em território peninsular, somente a partir de meados do século XX é que se iniciou a publicação, cada vez mais sistemática, de materiais vítreos de época romana. Primeiro em Espanha, com os trabalhos de Vígil sobre os provenientes da área Cântabra (1956) e Palência (1958, 1959), mas também em Portugal, com os vários estudos efetuados por Jorge de Alarcão, sobre os materiais recolhidos em Conímbriga (1968), em *Balsa* (1970a, 1970b), em Troia (1981) e ainda de coleções de museus (1968, 1971a, 1971b, 1976a, 1976b, 1978a, 1978b). Na década de 80, Price conclui o trabalho que resultou na sua tese de doutoramento sobre «Roman Glass in Spain» (1981), utilizando o modelo que

adotámos. Neste trabalho, a autora defendeu a produção de peças de vidro na província da Bética e da Lusitânia.

As décadas de 80 e 90 foram propícias à pluralidade de publicações sobre vidros romanos. Posteriormente, e ao contrário do que aconteceu em Espanha, em Portugal a investigação sobre o tema estancou, e só nos últimos anos se retomou a pesquisa, que resultou em trabalhos vários, dos quais destacamos a incontornável obra de Mário da Cruz sobre o vidro do Noroeste (2009a), em que se inovou, nomeadamente com a introdução de análises microscópicas e químicas.

Não podemos deixar de reparar que a deficiente investigação sobre os vidros romanos, especialmente na área centro e sul, acompanha os escassos trabalhos produzidos no âmbito dos espaços da morte. É, aliás, nestes contextos que estas peças surgem em melhor estado de conservação, como é o caso de Córdoba (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 25 e 26), geralmente associadas a outros materiais que fornecem dados relevantes sobre a sua cronologia, morfologia, produção e comércio.

Infelizmente, e tal como acontece em muitos outros casos, os vidros de *Balsa* correspondem a peças recuperadas em trabalhos antigos, sobre os quais não temos quaisquer dados concretos, não permitindo, assim, mais do que a sua descrição morfológica e avaliação cronológica com base em paralelos.

Os exemplares moldados não são abundantes neste conjunto. Esta técnica de fabrico apenas se pôde associar aos tipos Isings 2, 3, 20 e ainda ao AR 19 da tipologia de Rütti (1991). Todas estas peças correspondem a taças, portanto de uso à mesa, com uma cronologia de final do século I a. C. e primeira metade do século I.

O tipo 2 de Isings corresponde a uma tigela carenada que imita a forma Drag. 27 de *terra sigillata*. O exemplar balsense apresenta o bordo exvertido e boleado, separado do corpo por uma inflexão acentuada (fig. 64, n.º 1). O fundo ostenta um pé anelar, em bisel e oblíquo. Este tipo de peças mostra sempre cores fortes, opacas, geralmente verde, azul, vermelho, branco e preto, podendo-se identificar, de igual forma, exemplares em vidro de mosaico policromo. Um exemplar de tonalidade azul foi recolhido na necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Cruz, 2009b, p. 62). Uma cronologia balizada entre os reinados de Augusto e de Nero tem sido consensual para este tipo de peças (Price e Cottam, 1998, p. 49; Cruz, 2009a, II, p. 25 e 26), defendendo-se para elas uma origem itálica, da qual se desconhece, até ao momento, a sua produção em território hispânico.

A forma Isings 3 (1957), também representada apenas por um exemplar (fig. 64, n.º 2), corresponde a taças moldadas a torno de tendência hemisférica. O bordo é aplanado e vertical, boleado, apresentando no corpo gomos verticais que se estendem desde a base do bordo até ao fundo plano, podendo apresentar outras decorações (Domínguez-Arranz e Ortiz Palomar, 2002-2003). Isings identificou três variantes distintas, baseando-se na altura das peças (variantes a e b) e na forma dos gomos (variante c). O exemplar recolhido em Torre d'Ares corresponde à variante b de Isings. Trata-se, portanto, de uma taça funda, a variante mais abundante em sítios romanos altoimperiais.

Estas peças ostentam uma grande variedade de cores opacas monocromáticas e também translúcidas. No entanto, a cor predominante é o verde azulado (Fernández Matallana e Crespo Ros, 1996; Caamaño Gesto, Xulio Carballo e Ángeles Vásquez, 2007). Podemos ainda encontrar exemplares policromáticos, nos quais predominam os vidros

marmóreos de duas a três cores, mas sendo também frequentes os mosaicos *millefiori*, onde as combinações de cores são maiores (Cruz, 2009a, II, p. 20).

Embora estas taças possam coexistir com a forma antes referida, parecem ter tido um maior sucesso, que lhe permitiu uma produção mais alargada no tempo. As taças mais antigas deverão ser aquelas que oferecem tonalidades opacas mono ou polícromas, sendo mais tardios os protótipos translúcidos monocromáticos de tom verde azulado. A sua datação tem compreendido o período entre os reinados de Augusto e Trajano, embora se refira o seu aparecimento residual em contextos do século IV (Cruz, 2009a, II, p. 21), estando, contudo, por identificar tais contextos no extremo ocidente peninsular.

Sendo esta uma das formas que maior sucesso teve durante o século I, não parece despropositado pensar no seu fabrico em território peninsular, nomeadamente na Lusitânia, especialmente no que diz respeito aos exemplares flavianos translúcidos. Esta proposta foi já avançada para a área do noroeste peninsular, onde é defendida a sua produção em *Asturica Augusta*, *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti* (Cruz, 2009a, II, p. 21).

Também a tigela hemisférica do tipo Isings 20 foi fabricada segundo a técnica de moldagem (Girard, 2010, p. 73 e s.). Corresponde a uma tigela de bordo aplanado e boleado, com um pé anelar em bisel oblíquo, que tem paralelos em modelos cerâmicos de *terra sigillata*, concretamente na forma Ritterling 8 (fig. 64, n.º 3). Na sua maioria, estas peças apresentam cores opacas, como o vermelho ou preto, podendo também surgir exemplares translúcidos de tonalidades esverdeadas (Cruz, 2009a, II, p. 31).

A raridade deste tipo não permite supor a sua produção na parte ocidental do Império Romano, motivo que está por detrás da hipótese da sua origem itálica. Também a cronologia explica esta proposta, tendo as importações ocorrido entre os reinados de Augusto e Nero (27 a. C.-68 d. C.). Em Torre d'Ares, foi possível a identificação de um exemplar deste tipo (n.º 3), de tonalidade negra opaca. Refira-se, neste âmbito, que, tal como aconteceu com a cerâmica comum, também para os vidros adotámos a nomenclatura de taça ou tigela consoante o diâmetro do bordo *versus* o diâmetro máximo da peça, tendo por modelo os critérios utilizados pelos investigadores do Museu do Homem (Balfet, Fauvet-Berthelot e Monzón, 1983).

No conjunto de vidros romanos balsenses, encontrámos ainda um exemplar que não encontra paralelo na tipologia de Isings. Trata-se de uma tigela alta de bordo aplanado e boleado, paredes oblíquas e pé bastante destacado, anelar e também oblíquo. A forma AR 19, da tipologia elaborada por Beat Rütti (1993), corresponde ao tipo em que encaixa esta peça (fig. 64, n.º 4), que, não estando inédita (Alarcão, 1970, p. 241, n.º 9), não tinha sido devidamente enquadrada do ponto de vista tipológico. Infelizmente, até ao momento não é possível apontar uma datação precisa para as tigelas com estas características, tanto para a versão tigela AR 19, como para a versão prato AR 18 (Rütti, 1993, p. 42 e 43).

No noroeste peninsular encontramos tanto a tigela como o prato desta morfologia (Cruz, 2009a, II, p. 51-54).

Com as peças produzidas mediante a técnica de sopro, seja em molde ou livremente, o panorama tipológico complexifica-se substancialmente. Se as peças moldadas estavam sobretudo aptas para o uso à mesa, a partir do momento em que a técnica de sopro é introduzida assistimos a um verdadeiro incremento de novas formas (Pereira, 2012a, p. 64-66), abertas e fechadas, destinadas a preencher as necessidades que, até então, eram supridas pelas cerâmicas. A forma que melhor caracteriza esta realidade são os unguentários tubulares,

que se disseminaram rapidamente por todo o império, substituindo, por completo, os unguentários de cerâmica, utilizados até então.

Sobre as peças de uso à mesa, que expomos de seguida, a evolução formal pode, contudo, ser incompatível com o seu desenvolvimento cronológico. Independentemente da opção por um critério, o morfológico ou o cronológico, as dificuldades permanecem. Assim, pareceu mais favorável a exposição tendo por base os critérios morfológicos, simplificando a tabela tipológica destes materiais.

Na categoria dos copos cabem cinco formas da tipologia de Isings (fig. 64, n.º 5 a 9), embora alguns exemplares apresentem pormenores que os distinguem dos protótipos clássicos. O tipo 34a, que incluiu copos e tigelas, está representado em Torre d'Ares por cinco exemplares de copos altos, tendencialmente troncocónicos, bordo reentrante de aresta polida ao fogo, base côncava e pé repuxado para fora. Todas as peças ostentam uma tonalidade translúcida esverdeada, variando ligeiramente de intensidade entre si. Duas são totalmente lisas (fig. 64, n.º 6 e 7), outro par ostenta uma ou duas linhas incisas no corpo (n.º 8 e 9), e outra, que ostenta um pé maciço em coroa (fig. 64, n.º 5), tem paralelos em Alicante (Sánchez de Prado, 1984, p. 92, fig. 7, n.º 13) e exibe oito linhas incisas no corpo.

É possível admitir para estes exemplares uma cronologia a partir de final do reinado de Nero (Alarcão, 1970, p. 243 e 244; Nolen, 1994, p. 173; Cruz, 2009a, II, p. 83). No entanto, limitar a sua utilização ao último terço do século I parece ser demasiado arriscado (Cruz, 2009a, II, p. 83), principalmente tendo em conta a sua grande variedade morfológica. A sua utilização ainda durante o século II parece fazer todo o sentido, estando, aliás, comprovada a sua perduração até ao início do século IV (Harden, 1936, p. 137, n.º 408).

Esta forma, definida por Isings, inclui ainda peças mais baixas e de diâmetros mais alargados, que, pela sua morfologia, se poderão considerar tigelas (fig. 64, n.º 10 a 13). Ainda assim, a funcionalidade poderia ser a mesma para ambas as variantes, ou seja, a contenção e consumo de líquidos. Morfologicamente, as duas variantes são iguais, diferindo apenas nas dimensões, motivo que obrigou Clasina Isings a incluí-las na mesma forma.

Em *Balsa* lográmos encontrar dois exemplares deste tipo com as mesmas características da versão copo (fig. 74, n.º 10 e 11). Dois ainda, correspondentes a fragmentos de fundo, apresentam ligeiras diferenças na morfologia, que poderá ser indício de pertencerem a outra forma (n.º 12 e 13). Ainda assim, com a falta de melhores argumentos, arriscamos incluí-los neste tipo.

A forma 35 de Isings está representada apenas por um exemplar incompleto (Alarcão, 1970, p. 244; Nolen, 1994, p. 174). Trata-se de copos altos, troncocónicos, com depressões verticais no corpo, bordo ligeiramente invertido em aresta polida e base côncava, com pé anelar tubular, frequentemente repuxado para baixo e para fora (fig. 64, n.º 14). Estas peças apresentam tonalidades maioritariamente translúcidas esverdeadas ou azuladas (Cruz, 2009a, II, p. 287).

Também este tipo parece ter sido maioritariamente utilizado durante o final do século I e toda a centúria seguinte, sendo, portanto, coevo da forma antes referida. Esta contemporaneidade está comprovada pela utilização das mesmas técnicas produtivas aplicadas nos copos, auferindo-lhe uma morfologia similar, distinguível apenas pela presença ou ausência de depressões.

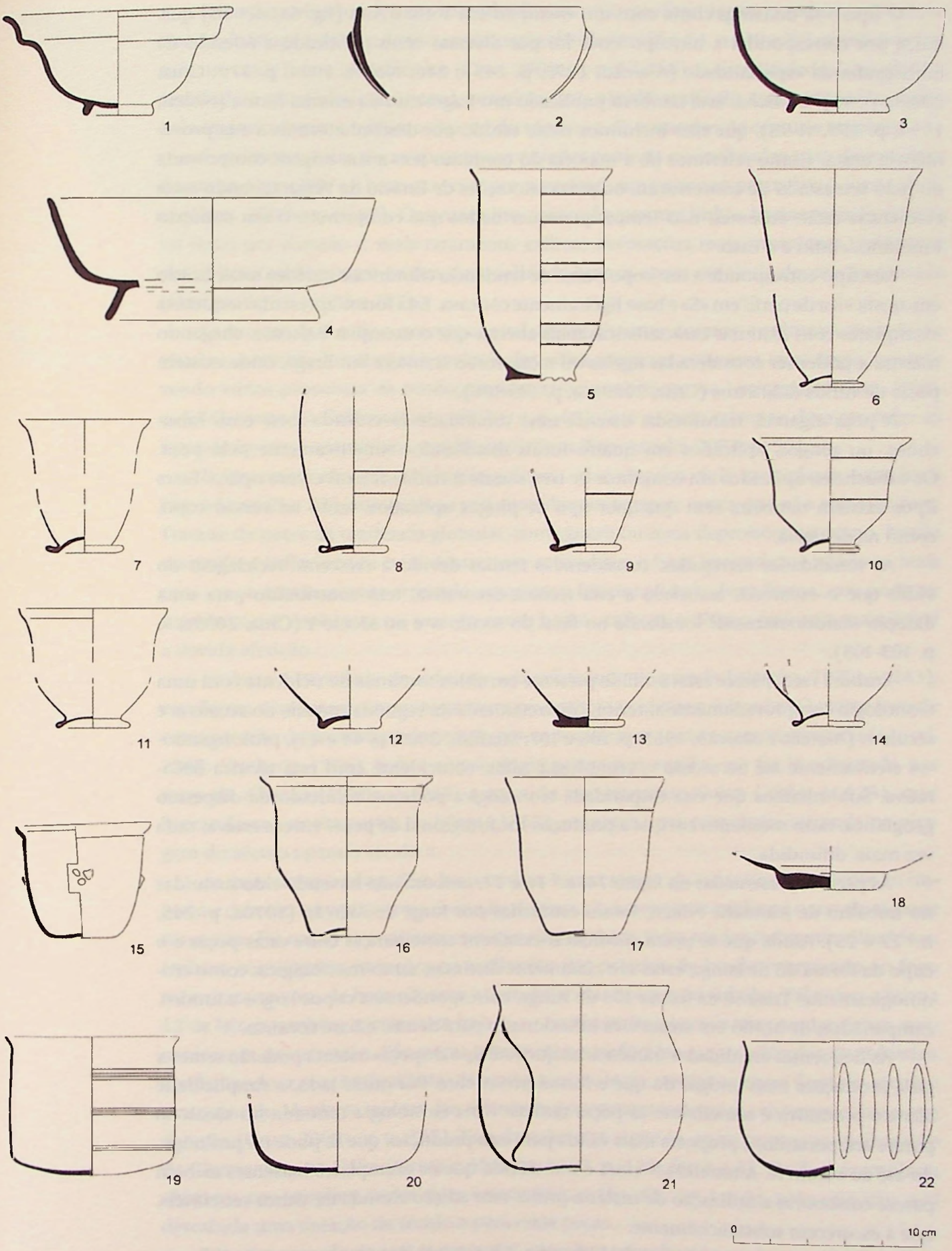


Fig. 64 — Vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

O tipo 96a de Isings conta com um exemplar em Torre d'Ares (fig. 64, n.º 15) que, quiçá por corresponder a um tipo raro, foi por diversas vezes publicado e referido na bibliografia da especialidade (Alarcão, 1970, p. 245 e 246; Nolen, 1994, p. 179; Cruz, 2009b, p. 42). De *Balsa*, está também publicado um fragmento da mesma forma (Nolen, 1994, p. 179, vi-98), que não incluímos neste estudo por desconhecermos a sua proveniência exata. Como referimos já, a maioria do conjunto tem a sua origem comprovada ou pelo seu estado de conservação, ou pelas anotações de Estácio da Veiga. Quando estes elementos estão ausentes, não temos quaisquer dados que comprovem o seu contexto funerário, como é o caso.

Este tipo corresponde a um copo baixo de tendência cilíndrica e paredes retas, bordo em aresta viva de perfil em «S» e base ligeiramente côncava. Esta forma apresenta frequentes exemplares com distintas características mais abertas que o exemplar balsense, chegando mesmo a poder ser consideradas tigelas ou taças, como acontece em Braga, onde existem peças de vários diâmetros (Cruz, 2009a, II, p. 105-108).

A peça algarvia, translúcida, ostenta uma tonalidade esverdeada forte com cabuchões, ou pingos, aplicados em quatro locais distribuídos simetricamente pela peça. Os cabuchões, aplicados em conjuntos de três, são de tonalidade azul escura opaca. Estes tipos existem também, sem qualquer tipo de pingos aplicados, tanto na versão copo, como na de tigela.

As tonalidades carregadas, consideradas tardias devido à crescente reciclagem do vidro que o escurecia, associada a esta técnica decorativa, tem contribuído para uma datação maioritariamente localizada no final do século IV e no século V (Cruz, 2009a, II, p. 103-105).

Embora raro, parece estar amiúde presente em sítios romanos do ocidente com uma cronologia comprovadamente anterior, concretamente da segunda metade do século III e século IV (Alarcão e Alarcão, 1965, p. 106 e 107; Stiaffini, 2005, p. 44 e 45), prolongando-se efetivamente até ao século V, cronologia, aliás, coincidente com esta técnica decorativa. Sublinhamos que esta disparidade cronológica pode ser resultado da dispersão geográfica, num momento em que a produção local/regional de peças vítreas estava, cada vez mais, difundida.

As peças representadas na figura 74, n.º 16 e 17, embora não havendo sido incluídas no trabalho de Jeannette Nolen, foram estudadas por Jorge de Alarcão (1970a, p. 245, n.º 22 e 23). Ainda que se possa considerar existirem semelhanças entre estas peças e o copo da forma 96 de Isings, estas são claramente distintas, tanto morfológica, como cronologicamente. Trata-se da forma 106 de Isings, correspondente a copos largos e fundos, campanados, de bordo em aresta viva inflexionado para dentro e base côncava.

As frequentes tonalidades translúcidas que este tipo de peças ostenta poderão remeter para produções mais antigas do que a forma precedente. Por outro lado, a simplicidade técnico-produtiva é semelhante às peças tardias. Uma cronologia centrada no século III parece ser, portanto, a proposta mais válida para esta produção, que se pode ter prolongado até ao século IV. A tonalidade clara e translúcida que os exemplares balsenses exibem parece corroborar a utilização de matéria-prima sem adição elevada de vidros recicláveis, que a escurecem substancialmente.

O fundo de copo maciço em bolacha (fig. 64, n.º 18) deverá corresponder à forma 109 de Isings, datável do século III ou IV.

Uma das primeiras formas sopradas livremente, que logrou um grande sucesso, foi a tipo 12 de Isings, também denominadas taças «Hofheim» (fig. 64, n.º 19 e 20), acampamento romano onde foram identificados (Cruz, 2009a, II, p. 67 e 68). A simplicidade da produção, associada à pluralidade funcional, permitiu uma rápida aceitação e disseminação destas pelo império durante o último quartel do século I a. C. e meados da centúria seguinte.

Geralmente, estas peças apresentam paredes verticais ou inclinadas para dentro, bordo em aresta polida e a base convexa, por vezes com um pequeno pé anelar, pouco saliente (Cruz, 2009a, II, p. 67). Ostentam, no corpo, frequentes linhas horizontais lapidadas ou feitas por abrasão e, mais raramente, exibem decorações mais complexas compostas por aplicações de pingos ou fios de tonalidade branca opaca ou ainda decoração pintada (Harden, 1987, n.º 35 e 147).

O sucesso que o tipo experimentou, principalmente durante a primeira metade do século I, permitiu-lhe chegar à maioria dos sítios romanos com essa cronologia, promovendo várias propostas de produções locais/regionais tanto na Lusitânia (Nolen, 1994, p. 174), como na Galécia (Cruz, 2009a, II, p. 68). Este sucesso talvez se deva também ao facto de imitar os protótipos metálicos (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 90).

Pertencentes ao tipo 32 de Isings foram identificados dois exemplares completos (fig. 64, n.º 21 e 22), aos quais se terá somado, em tempos, outro que não encontrámos. Trata-se de peças de tendência globular, com quatro ou mais depressões no corpo, bordo exvertido e inflexionado para dentro, em aresta viva, e base ligeiramente côncava. Mais uma vez, é extremamente arriscado assegurar a funcionalidade desta forma, que pode ter servido como copo, taça ou mesmo como boião, embora o último caso seja mais difícil a devida aferição.

Embora a variedade de subtipos seja relativamente grande (Alarcão, 1970, p. 243), esta forma não parece ser muito comum no extremo ocidente peninsular. O maior foco de concentração de protótipos deste tipo parece localizar-se na área central europeia (Lancel, 1967; Vessberg, 1956). Sobre a cronologia reiteramos aquilo que foi já adiantado por Jorge de Alarcão (1970a, p. 243) e repetido por Jeannette Nolen (1994, p. 173), que, baseando-se nas propostas de Isings (1957), avançam uma cronologia centrada na viragem do século I para o século II.

As taças de tipo Isings 85a, mais tardias, foram muito abundantes no ocidente do império e deverão constituir uma evolução do tipo 12, motivo que explicará o seu abundante consumo. Tal como as suas antecessoras, são também taças tendencialmente cilíndricas, embora com ligeiras variações na inclinação das paredes, de bordo engrossado ao fogo ou em aresta viva, de base côncava e com pé anelar maciço ou tubular. Tal como a forma 12 de Isings também apresentam linhas ou caneluras horizontais nas paredes, feitas, possivelmente por abrasão. São peças geralmente translúcidas ou translúcidas esverdeadas, confirmando a sua Antiguidade, devendo a cronologia centrar-se entre final do século I e meados do século III, apesar das diferentes propostas atualmente existentes sobre a sua datação (Cruz, 2009a, II, p. 155). Esta datação está atestada, entre outras, na incineração de Chavroches, na Gália (Genty e Abauzit, 1967, p. 123, fig. 2 e 3). Os dois exemplares algarvios contemplam todas estas características (fig. 66, n.º 1 e 2), pelo que não será descabida uma datação de século II para estas peças.

Idêntica cronologia terá o exemplar completo reconhecido no Museu Municipal de Moncarapacho (fig. 65), do tipo 87 de Isings. Trata-se de uma taça/tigela funda de paredes

oblíquas, bordo esvasado em aba e engrossado ao fogo, base convexa e pé tubular, repuxado e alto, característica que, aliás, a diferencia da forma 42a da mesma tipologia. Esta forma foi ainda reconhecida na Quinta das Antas.

Este tipo deverá corresponder a uma evolução da forma 42a, de que se distingue pela altura do fundo tubular, para além das óbvias diferenças cronológicas existentes entre ambas. Quando o fundo não está presente, resulta extremamente difícil inserir os fragmentos em um ou em outro tipo. Mesmo quando a peça está completa é difícil assegurar a classificação atribuída, como é o caso. A forma é rara em contextos altoimperiais (Alarcão, 1981, p. 108), o que já tinha sido notado por Isings (1957, p. 58), estando ainda por esclarecer se tal facto resulta da sua escassa produção ou da errada classificação de fragmentos, uma vez que, como dissemos antes, esta última se torna extremamente difícil quando o fundo não se conserva.

Refira-se ainda que esta é uma das poucas peças, senão a única, recolhida numa sepultura da necrópole norte de *Balsa* e da qual temos dados publicados. Com efeito, este túmulo foi explorado por Mascarenhas, no ano de 1977, onde reconheceu uma estrutura destinada, provavelmente, a albergar vários elementos da mesma *gens* acondicionados em nichos laterais (1978, p. 19-23). A estrutura era retangular, com dimensões suficientes para albergar uma inumação, o que remete para uma realidade idêntica àquela reconhecida em Dona Menga (Mendes, 2000), onde, numa estrutura semelhante destinada a uma inumação, se recolheu uma peça de vidro similar. A cronologia da taça indica, ainda, um momento em que a inumação ganhava cada vez mais adeptos.

As peças da forma 116 de Isings estão também presentes no espólio balsense, como já notou Jorge de Alarcão (1970a, p. 245), Jeannette Nolen (1994, p. 178 e 179) e também Mário Cruz (2009b, II, p. 44). Embora tenhamos apenas um exemplar, trata-se de uma peça de excecional trabalho.

Este tipo corresponde a tigelas em forma de arco invertido, base convexa, ligeiramente engrossada, e bordo em aresta viva de perfil em «S», inflexionado para dentro. Embora estas peças ofereçam cores translúcidas, trata-se de tonalidades tardias em tons verdes amarelados, como é o caso, ou verdes amarelados escuros. Tendo em conta o facto de esta forma ser bastante comum durante o século IV, e também durante a centúria seguinte, frequentemente nos deparamos com exemplares decorados por abrasão ou gravados à mão, os últimos com especial incidência no século IV (Foy, 1995).

A peça algarvia (fig. 66, n.º 3) ostenta decoração gravada à mão, na qual se fez representar uma cena de caça espelhada. Jorge de Alarcão já se pronunciou largamente sobre a temática (1970a, p. 245, 1970b, p. 28-30), tendo ficado claro o motivo da proposta de se tratar de uma qualquer oficina oriental. Gostaríamos apenas de acrescentar que as cenas espelhadas refletem bem a técnica de gravação à mão, tendo em conta que as figurações não são iguais. Por outro lado, não seria descabido pensar que as cenas foram efetuadas por dois indivíduos diferentes, a mais pormenorizada por um trabalhador especializado e aquela que parece ter alguns defeitos por um aprendiz.

Este exemplar foi recolhido em uma sepultura de inumação juntamente com «...contas compridas, um vaso de Sagunto e uma moeda de Cláudio I.» (Veiga, 1978, p. 82), contrastando entre si a cronologia da moeda, do rito e da tigela de vidro. É feita referência a outra peça de vidro gravada: «Candeia partida, com uma moeda de cobre, achadas n'uma sepultura de inumação, onde havia um prato de vidro branco gravado e contas pretas»

Fig. 65 — Taça/tigela da forma Isings 87. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

(Veiga, 1978, p. 81), mas dessa desconhecemos o paradeiro, ainda que não seja impossível admitir que se trate de uma única, o que, de qualquer forma, parece improvável. As contas, que refere o escavador, devem corresponder aos amuletos de vidro negro.

Foi já proposta a produção deste tipo, na versão lisa, no território atualmente português, concretamente no Noroeste (Cruz, 2009a, II, p. 121), estando, contudo, por comprovar se também terá sido produzido na Lusitânia. No território algarvio, apenas temos conhecimento da sua existência em *Balsa*, correspondendo a uma peça importada.

Contemporâneas desta forma são as peças do tipo 117 de Isings, morfologicamente idênticas. A única característica que distingue os dois tipos é a presença ou ausência de depressões ovaladas no corpo da peça. Em Torre d'Ares, foi recolhida uma peça (fig. 66, n.º 4), infelizmente incompleta, que conserva o arranque das ditas depressões.

Refira-se ainda a existência de outra tigela deste tipo recolhida em Tavira, concretamente na Nossa Senhora da Luz (Alarcão, 1970, n.º 11; Cruz, 2009b, p. 63, 10.18.), recuperada, durante o ano de 1844, numa sepultura. Na verdade, esta peça poderá ser proveniente da necrópole de *Balsa*, sem que, contudo, possamos comprovar esta possibilidade. Certo é que Estácio da Veiga, no inventário elaborado no ano de 1885, referiu a área da necrópole que escavou como «Senhora da Luz, Torre d'Ares». É credível que a necrópole balsense extravase aquela que é a área da Quinta de Torre d'Ares, área que poderá ter sido explorada pelo senhor Paiva, que encontrou a referida peça. Como dissemos, à falta de dados que comprovem a proveniência, não incluímos esta peça no conjunto funerário de *Balsa*.

Curiosamente, os pratos de vidro não correspondem a formas exigidas nos rituais funerários romanos do extremo sudoeste peninsular. Na cidade romana de *Balsa* apenas pudemos identificar um exemplar do tipo Isings 49 (Nolen, 1994, vi-20). Estas peças são sempre muito baixas e têm as paredes inclinadas para fora, bordo engrossado ao fogo e base plana, comprovando que a peça foi apoiada numa superfície lisa para a achatar. Esta técnica permitia quase sempre obter fundos tubulares duplos ou redobrados, provando automaticamente a sua produção utilizando a técnica de sopro. Por este motivo, o prato balsense (fig. 66, n.º 5) ostenta as paredes repuxadas para um lado, sendo, portanto, assimétrico, resultado do corte do balão de vidro a quente.

Embora este tipo seja semelhante aos seus congéneres das formas 47 e 48, as diferenças residem sobretudo na posição e morfologia do pé. Acresce que a forma 48, além de ter o pé tubular, tem também o bordo tubular. São formas que gozaram de relativo sucesso, o que lhes permitiu um consumo contínuo durante a segunda metade do século I e no século II (Isings, 1957, p. 62 e 63).

Devemos ainda admitir que Nolen publicou outro prato (1994, vi-13), que, infelizmente, não se encontrou entre o espólio deixado pelo pioneiro algarvio. Corresponde à forma AR 16.1 de Rütti (1991), que não encontra, portanto, paralelo na obra de Isings.

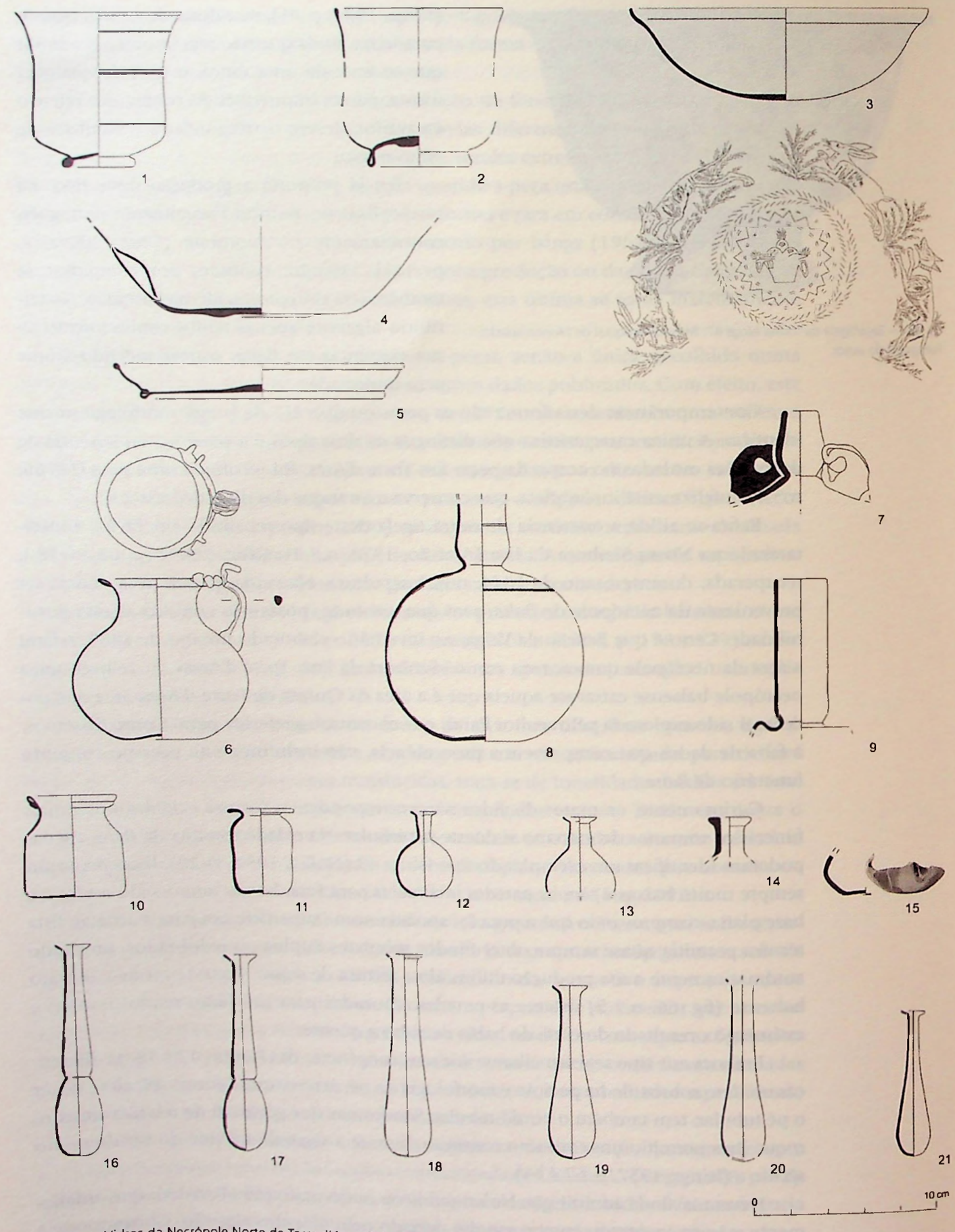


Fig. 66 — Vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e Museu Municipal de Faro (n.º 16 e 17). Desenho do autor.

Estranhamente, o jarrinho do tipo 57 de Isings vem sendo ignorado na bibliografia sobre os vidros romanos de *Balsa*. Apenas no catálogo da exposição *Vita Vitri*, realizada no Museu Nacional de Arqueologia, esta peça foi identificada pela primeira vez como proveniente da necrópole romana algarvia (Cruz, 2009b, p. 72, 10.41.). Trata-se de um jarro globular, com colo curto e estrangulado, bordo tubular dobrado para dentro, alongado e exvertido, e base côncava (fig. 66, n.º 6). No bordo tem um aplique horizontal, com duas protuberâncias repuxadas de cada lado. Ostenta uma asa de perfil ovalado e secção arredondada, que se une ao centro do aplique horizontal, terminando com uma base de apoio para o polegar. Estas características poder-se-ão encontrar também em protótipos metálicos que, provavelmente, esta peça imita.

A forma Isings 100 encontra-se representada apenas por um único exemplar (fig. 66, n.º 7) que tem paralelo na tipologia de Rütti, concretamente a forma AR 155. Esta forma corresponde a garrafas altas de paredes retas, base plana e colo alto e estrangulado. O bordo é uma continuidade do gargalo, aplanado e alisado ao fogo. Algumas garrafas poderão ostentar o gargalo ligeiramente bulboso na base. As asas são maciças e grosseiras, repuxadas, lembrando um golfinho virado para baixo e dobrado sobre si próprio. Por este motivo conquistaram a designação de «asas delfiniformes» (Cruz, 2009a, II, p. 217), também aplicadas, com frequência, na forma 61 de Isings.

Mantêm-se atuais as observações de Jorge de Alarcão (1970a, p. 250), pois este exemplar permanece inédito no território atualmente português no repertório de garrafas do século IV.

A somar às garrafas provenientes de contextos funerários balsenses do século III ou IV encontramos os dois exemplares do tipo Isings 103 (fig. 66, n.º 8 e 9), que reúne garrafas globulares de gargalo alto e estreito, bordo em aresta polida ao fogo e estreitamento na base do gargalo. A base é geralmente plana ou tenuemente côncava. Estas peças surgem frequentemente com o corpo gravado com os mais variados motivos iconográficos, o que permitiu que se tenha interpretado estes artefactos como «souvenires» trazidos por viajantes provenientes das estâncias termais de *Puteoli* e *Baiae* (Cruz, 2009a, I, p. 277). Para os exemplares balsenses, lisos, não parecem, contudo, plausíveis estas mesmas considerações.

Esta forma não é muito comum, tendo sido identificada em Paris (Morin-Jean, 1913, p. 94 e 95), em Trier (Goethert-Polaschek, 1985, p. 26), em Bona (Fremersdorf, 1984, p. 39), em *Augusta Raurica* (Rütti, 1991, p. 54) e em Madrid (Alonso Cereja, 2010, p. 426).

Embora alguns dos últimos tipos apresentados possam corresponder a peças utilizadas para servir líquidos ou para os armazenar, existem outras que foram usadas exclusivamente com o propósito de guardar líquidos. Este seria o caso da forma Isings 62 (fig. 66, n.º 10), frasco quadrangular soprado em molde, de bordo vertical ou exvertido, repuxado e dobrado para fora e para baixo formando uma gola tubular. A base é geralmente plana ou ligeiramente côncava. O vidro é translúcido, esverdeado, apresentando uma irisão forte, de tons acastanhados.

Como acontece com a maioria das peças de vidro, quando estes materiais estão muito fragmentados é fácil confundir esta forma com outras, motivo que tem, muito provavelmente, potenciado o seu desconhecimento em território peninsular. Assim, o fundo facilmente se pode confundir com as garrafas quadrangulares do tipo 50 da mesma tipologia (Márquez Pérez e Corbacho Hipólito, 2004) e os bordos com a forma 67b de Isings. Não deveremos, portanto, estranhar que estas peças sejam encontradas, maioritariamente, em

contextos funerários (Cruz, 2009a, II, p. 192; Alonso Cereja, 2010, p. 437 e 438), o que, contudo, não significa que foram exclusivamente utilizadas nessa função.

É consensual que estas peças surgem em momento centrado no século I, paralelamente aos seus congéneres circulares, mantendo-se em uso, provavelmente, durante todo o século II. A sua utilização como contentores de líquidos alimentares parece improvável, uma vez que se trata de frascos de dimensões reduzidas, ao contrário das garrafas, bastante maiores. Assim, a contentorização de líquidos medicinais é a sua função mais provável.

Idêntico uso se pode supor para o exemplar cilíndrico da forma 130 da tipologia de Isings, também reconhecido em *Balsa* (fig. 66, n.º 11). Corresponde a um frasco circular de bordo engrossado ao fogo, que foi, depois, dobrado para formar uma aba horizontal. A base pode ser plana ou côncava. A peça algarvia é incolor.

Embora este exemplar tenha sido classificado por Jeannette Nolen como pertencente ao tipo 62 (1994, p. 176, vi-62), são claras as diferenças entre as duas formas. Desde logo é evidente que um dos frascos tem bordo tubular e o outro não. No entanto, a problemática desta forma reside na sua cronologia, a qual vem sendo reiteradamente atribuída à segunda metade do século III e século IV (Isings, 1957, p. 81; Rütti, 1991, p. 51; Cruz, 2009a, II, p. 195). Embora tenhamos conhecimento de contextos tardios, como é o caso da sepultura 1 de Bossema, Cavaion Veronese, no norte de Itália (Bolla, 1995, p. 41 e 42), onde estas peças estão datadas do século IV, pensamos que a sua produção poderá recuar substancialmente. O contexto italiano referido é um claro exemplo dessa realidade, pois os materiais associados aos três exemplares deste tipo poderão ser datados da primeira metade do século II, como é o caso da forma Isings 35 (Bolla, 1995, p. 21, n.º 6), ou ainda do século III, como a forma 104b da mesma tipologia (Bolla, 1995, p. 21, n.º 2), presente na mesma sepultura.

Este é um exemplo claro do estado atual da investigação do vidro romano. É evidente que a cronologia de muitas das formas necessita de uma profunda revisão, até porque parece impossível que numa mesma sepultura existam peças com uma cronologia tão díspar. Ainda que as formas 104b e 130 tenham uma baliza cronológica relativamente coincidente, o copo do tipo 35, que pode datar-se de um momento anterior, não deveria ser coevo do tipo 130, pelo menos de acordo com os dados atuais. Poderíamos ainda pensar que este copo corresponderia a heranças transmitidas ao defunto, contudo a fragilidade deste material parece inviabilizar tal possibilidade.

Estas questões foram já levantadas sobre uma sepultura bracarense, na qual surge um exemplar desta forma associado a materiais de cronologia anterior àquela que vem sendo proposta (Cruz, 2009b, p. 103) e em estratos que corroboram tal anterioridade (Cruz, 2009a, II, p. 195), concretamente de final do século II e início da centúria seguinte.

Estas peças são semelhantes aos exemplares prismáticos, embora os últimos tenham bordo tubular. Assim, e tendo em conta que na Tardo-Antiguidade assistimos a uma simplicidade na produção das peças vítreas, os protótipos circulares poderão corresponder a uma evolução das peças prismáticas, com as quais ainda deverão conviver em determinado momento. Uma datação da segunda metade do século II e da centúria seguinte parece ser, em nosso entender, a mais adequada.

Como na maioria das necrópoles romanas de cronologia alto-imperial (Baradez, 1969; p. 103 e 104; Bolla, 1988, 1995; Perex Agorreta e Unzu Urmeneta, 1997-1998, p. 52; García Pantoja e Montañés Caballero, 2001; Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 44-64; Salinas Pleguezuelo e Salinas Villegas, 2005; Heredia Bercero, 2007), os unguentários são,

quase sempre, os materiais mais abundantes, seja enquanto componente material do rito, recipiente pessoal usado em vida ou ainda como contentor de oferendas. Como veremos, é a conjugação de todas as possibilidades que potencia exponencialmente as elevadas percentagens destes materiais em contextos fúnebres.

Estes recipientes, destinados, na maioria das vezes, à contenção de unguentos ou cosméticos, oferecem uma grande variedade morfológica e tipológica. Este facto foi muito facilitado pela simplicidade de fabrico destes recipientes tubulares, que foram abundantemente colocados nos sepulcros da cidade romana de *Balsa*, correspondendo a 0,9 % da totalidade dos materiais balsenses e a 39,6 % do conjunto vítreo. São as formas 8, 82A2 e 82B2 da tipologia de Isings que mais se fizeram representar no mundo subterrâneo romano.

A forma Isings 6 encontra-se atestada por dois exemplares (fig. 66, n.º 12 e 13). São unguentários de pequenas dimensões, corpo globular, colo curto e estreito terminando num bordo esvasado (Alonso Cereja, 2010, p. 347 e 348), de lábio fino, alisado ao fogo. Por norma, apresenta uma base muito pequena, plana ou côncava. Era comum o fabrico destas peças utilizando matéria-prima de tonalidades fortes, opacas, as quais, se supôs, importariam algum produto exógeno (Isings, 1957, p. 23).

Embora se tenha conhecimento de exemplares recolhidos em contextos anteriores à viragem da era (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 61), parece evidente que estas peças foram maioritariamente comercializadas durante a primeira metade do século I. Foi proposto que os exemplares deste tipo, em tons azulados ou verde azulado, corresponderiam aos últimos protótipos produzidos, no final da primeira centúria, evoluindo posteriormente para os da forma 26 (*ibidem*). No entanto, não fica claro quais são os dados que permitem supor tal conjetura, nem quais são as bases que sustentam uma cronologia tão avançada.

A forma 7 de Isings, mais rara, esteve também presente nas sepulturas de indivíduos balsenses e, dada a sua raridade e a controversa técnica de fabrico utilizada, foi já alvo de estudos (Alarcão, 1970, p. 238 e 239; Nolen, 1994, p. 170 e 171). Ainda que seja coetânea do tipo anterior, é morfologicamente distinta. Corresponde a pequenos unguentários de base côncava e carena acentuada junto a esta e, a base do corpo, é de tendência piriforme. Apresenta um colo curto e estrangulado, antecedido por um ombro acentuado, que separa o colo do corpo da peça. O bordo é geralmente engrossado externamente ao fogo, ou virado para fora mediante a mesma técnica. São utilizados, com frequência, outros tons opacos na elaboração desta peça (fig. 66, n.º 14) ou mesmo folhas de ouro, como é o caso (fig. 66, n.º 15). É possível admitir que os dois fragmentos provenientes de Torre d'Ares constituam uma mesma peça, embora apresentem uma ligeira diferença na tonalidade, que poderá ser resultado de fenómenos pós-deposicionais. Não obstante, não arriscamos associar as duas peças.

A forma Isings 8 é, como dissemos, um dos tipos mais frequentes nas sepulturas pertencentes à cidade romana de *Balsa* (Alarcão, 1970, p. 254; Nolen, 1994, p. 175 e 176), onde foram reconhecidos um total de 10 exemplares (fig. 66, n.º 16-67, n.º 4). Nas necrópoles romanas, este tipo é um dos mais abundantes. Mais uma vez, deveremos ter em conta que é nestes contextos que mais se conserva, contrariamente ao que acontece nos sítios de *habitat*. Ainda assim, vem sendo identificado também nesses contextos, como é o caso de Castro Marim (Pereira, Arruda e Silva, 2015), identificação possível pela conservação do típico fundo em gota, único nestes tipos.

Morfologicamente, poder-se-ão descrever como unguentários em forma de tubo, com a base convexa em forma de gota, colo alto e estreito, por vezes separado do corpo por uma constrição mais ou menos acentuada (fig. 66, n.º 16 e 17), e bordo exvertido de aresta cortada para separação da cana de sopro.

É consensual que estes unguentários têm uma cronologia maioritariamente de século I (Isings, 1957, p. 24), embora seja provável que alguns possam ser recolhidos em contextos de início do século II (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 44). Apesar de alguns autores proporem uma possível evolução dentro deste tipo (Alarcão, 1970, p. 254; Cruz, 2009a, II, p. 207), especialmente tendo em conta a presença ou ausência de estrangulamento do colo, não foi ainda conseguida uma linha evolutiva.

Certo é, contudo, que parecem imitar os unguentários cerâmicos, tendo contribuído para a sua extinção, atendendo à facilidade com que se produziam, impondo-se por todo o império. Seguramente que, como foi já avançado (Cruz, 2009a, II, p. 207), a par desta imposição e substituição dos unguentários cerâmicos, se foram gerando pequenas produções destinadas a abastecimentos regionais ou suprarregionais (Cruz, 2009a, II, p. 208).

Ainda que não tenhamos um conhecimento demasiadamente profundo sobre produções na Lusitânia e na Bética, onde se supõe que foram fabricados, há alguns indícios já avançados sobre esta produção. Na *Baetica*, em Venta del Carmen, Los Barrios, Cádis (Bernal Casasola, 1997, 2004; Fuentes Domínguez, 1998, p. 255 e s.; Beltrán Lloris, 2004, p. 17), além de se ter recolhido um abundante espólio com defeitos de fabrico, foi identificado um forno destinado à produção de unguentários de vidro (Fuentes Domínguez, 1998, p. 255 e s.; Bernal Casasola, 1998, p. 399 e s.; Beltrán Lloris, 2004, p. 26).

A grande variedade de unguentários romanos, que por serem fabricados por sopro livre apresentam disparidades frequentes dentro do mesmo tipo, tem gerado contínuas dúvidas na hora de classificar muitas peças. De facto, o mesmo tipo de unguentário é muitas vezes incluído em formas diferentes, de acordo com os critérios subjetivos de cada autor. Veja-se, a título de exemplo, a forma 28 de Isings que tem incluído peças das mais variadas morfologias, nomeadamente as que parecem enquadrar-se mais corretamente no tipo 82A2. Exemplo são as atribuídas ao tipo 28b de Salinas Pleguezuelo (2003, p. 52-54, n.º 31 e 32), ou ainda um unguentário de Braga classificado como Isings 16 (Cruz, 2009a, II, p. 211), peça que o autor classificou como uma garrafa decorada com bandas horizontais incisas.

A morfologia dos unguentários não é, portanto, consensual, uma vez que se trata de peças únicas. Não existe um unguentário fabricado a sopro livre que seja igual aos seus congéneres. Por este motivo, a peça que classificámos como pertencente ao tipo 28a de Isings (fig. 67, n.º 5) talvez não encaixe totalmente na variante. No entanto, parece ser a forma à qual melhor se adequa. Referimo-nos a peças com depósito troncocónico, bordo em aresta ou engrossado ao fogo, por vezes enrolado para dentro, gargalo tubular estreito e base plana ou ligeiramente côncava. A grande dissemelhança da peça algarvia, em relação ao protótipo, reside no diâmetro do gargalo, que, neste caso, é bastante mais amplo. Parece corresponder a uma produção hispânica de má qualidade, que, como apontámos já para a Bética, poderá explicar as diferenças morfológicas. Este tipo, para o qual havia já sido apontada pouca homogeneidade morfológica (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 51), parece ser mais frequente na segunda metade do século I e início do século II (Cruz, 2009a, II, p. 209), embora seja proposto que perdure até princípio do século III (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 50).

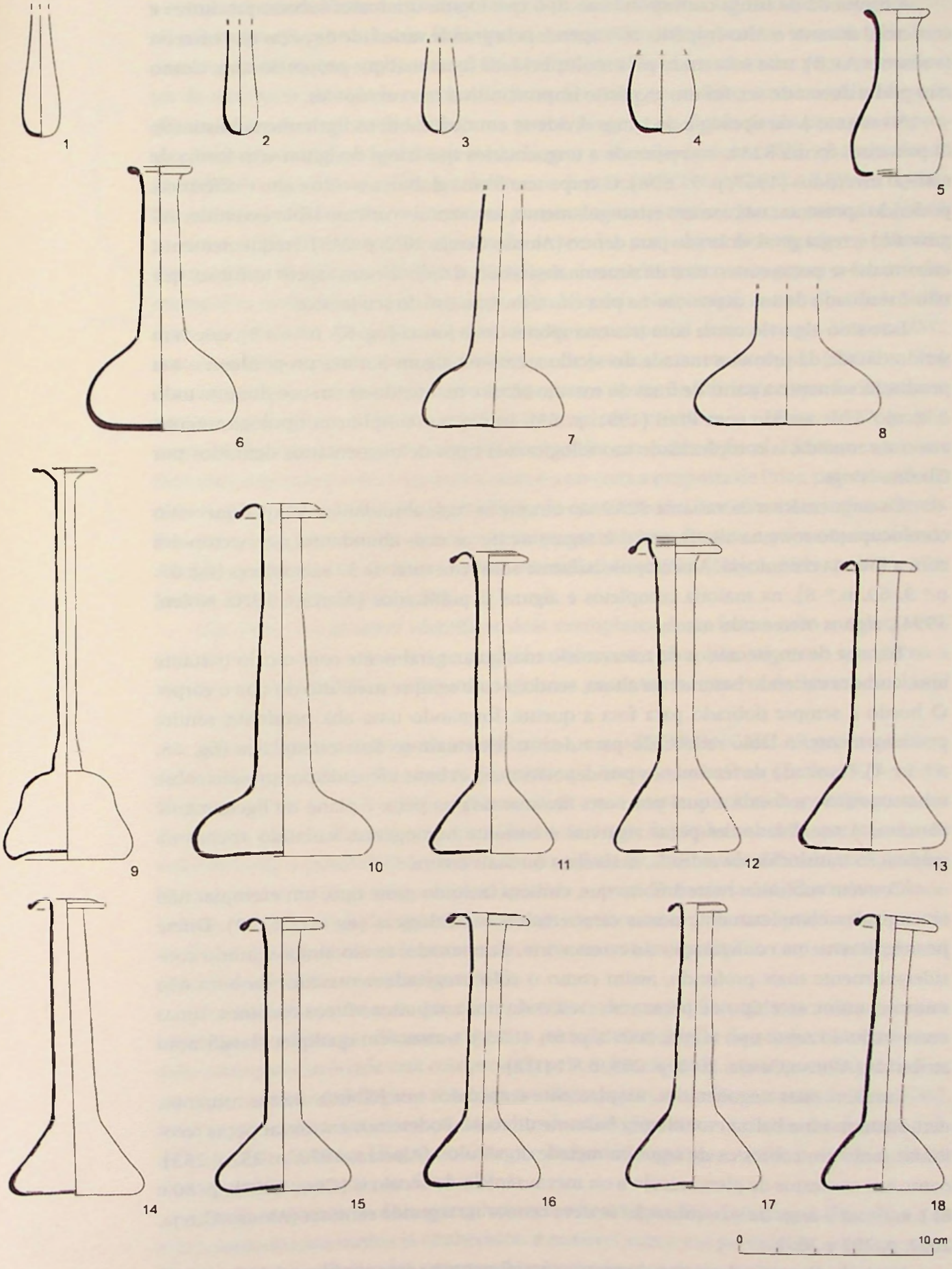


Fig. 67 — Vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e Museu Municipal de Faro (n.º 17). Desenho do autor.

A forma 82 de Isings corresponde ao tipo que logrou um maior sucesso produtivo e comercial durante o Alto-Império, não apenas pela grande variedade de peças que oferecia (variantes A e B), mas sobretudo pela multiplicidade funcional que proporcionava. Como não podia deixar de ser, foi um requisito imprescindível nas necrópoles.

A variante A da tipologia de Isings divide-se em dois subtipos ligeiramente distintos. O primeiro, forma 82A1, corresponde a unguentários que Isings designou «em forma de castiçal invertido» (1957, p. 97 e 98). O corpo tem forma globular, o colo é alto e cilíndrico, podendo apresentar na base um estrangulamento, terminando com um lábio exvertido, engrossado e, regra geral, dobrado para dentro (Alonso Cereja, 2010, p. 243). Frequentemente, encontram-se peças com o eixo de simetria deslocado, dando-lhe um aspeto tortuoso, que não é resultado da sua deposição na pira cinerária, mas sim do seu fabrico.

Este sítio algarvio conta com três exemplares desta forma (fig. 67, n.º 6 a 8), que vem sendo datada da primeira metade do século I, embora alguns autores proponham a sua produção somente a partir de final do mesmo século, mantendo-se em uso durante todo o século II, de acordo com Rütti (1991, p. 53), autora que simplificou tipologicamente, em certa medida, a complexidade morfológica dos tipos de unguentários definidos por Clasina Isings.

Os unguentários da variante 82A2 são sempre os mais abundantes em qualquer sítio com ocupação romana alto-imperial e, seguramente, os mais abundantes nas necrópoles com a mesma cronologia. A necrópole balsense soma um total de 37 exemplares (fig. 67, n.º 9, 69, n.º 8), na maioria completos e alguns já publicados (Alarcão, 1970; Nolen, 1994), alguns oferecendo marca.

Trata-se de unguentários de reservatório triangular, geralmente com o colo bastante alto, embora variando bastante na altura, sendo o colo sempre mais alto do que o corpo. O bordo é sempre dobrado para fora a quente, formando uma aba pendente, sendo, posteriormente, o lábio redobrado para dentro. Excetuam-se dois exemplares (fig. 68, n.º 3 e 4), resultado de fenómenos pós-deposicionais. A base, efetuada por pressão sobre uma superfície redonda a qual por vezes fica marcada na peça, é plana ou ligeiramente côncava. A tonalidade das peças algarvias é bastante homogénea, variando apenas na graduação translúcida esverdeada, mais clara ou mais escura.

Convém sublinhar neste âmbito que, embora incluído neste tipo, um exemplar não se enquadra completamente nestas características morfológicas (fig. 67, n.º 9). Difere principalmente na configuração do reservatório, campanado, tendo ainda o fundo consideravelmente mais profundo, assim como o colo exageradamente alto. Embora não muito comum, este tipo de peças vem crescendo nos conjuntos vítreos romanos, umas vezes incluído neste tipo (Cruz, 2009b, p. 81, 11.13.), outras sem qualquer classificação atribuída (Alonso Cereja, 2010, p. 283, n.º 14112).

Também estes unguentários, amplamente enraizados nos hábitos diários romanos, demonstram uma baliza cronológica bastante dilatada. Poderemos encontrar peças recolhidas tanto em contextos de segunda metade do século I (Alarcão, 1970, p. 252 e 253), como em contextos de pleno século II ou mesmo início do século III (Cruz, 2009b, p. 80 e 81), embora o auge da sua utilização se deva centrar na segunda centúria (Alonso Cereja, 2010, p. 282 e 283).

A grande dispersão deste tipo de peças, especialmente na área meridional da Península Ibérica, sempre denunciou a possível produção na área geográfica delimitada. Já referimos

o forno vidreiro de Venta del Carmen, em Cádis. Há, contudo, outros indícios que delatam tal produção em outros locais. Referimo-nos concretamente às marcas impressas na base destes recipientes, que, embora raras, foi possível identificar em cinco das peças provenientes da necrópole da cidade romana de *Balsa*. Quando o artefacto circular utilizado para efetuar a base do unguentário tinha uma marca, esta era transferida para a peça por impressão. Esta técnica está perfeitamente atestada para a abundante marca AVG, que vem sendo identificada no sul peninsular, paralelamente à marca PRO.MANC.B.C.AR (Price, 1977). Bonsor foi quem efetuou as primeiras propostas interpretativas para a primeira (1899, p. 426 e 427), interpretações mais tarde renovadas por outros investigadores (Alarcão, 1966, 1970a; Vígil Pascual, 1969, p. 134), que, concordantemente, sugerem o fabrico dos exemplares assinados na área do vale do Guadalquivir. No entanto, o trabalho de Jennifer Price vem dar uma nova leitura a estas marcas, com especial destaque para a marca AVG, sem discordar, contudo, com a possível área de produção antes avançada (1977, p. 36). A autora propõe que esta marca não remete para o nome do fabricante, que facilmente se poderia confundir «...with the standard imperial abbreviations,...» (Price, 1977, p. 36), mas corresponde a uma marca imperial destinada a um controle fiscal. Efetivamente não é fácil uma leitura acertada desta marca, mas, e a ser certa a proposta de Price, parece evidente que o fabrico dos contentores e a produção do conteúdo são duas situações indissociáveis. Esta interpretação para esta marca, selada, provavelmente, durante a primeira metade do século II, passou a ser a mais aceite pela comunidade científica (Nolen, 1994, p. 177 e 178; Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 58).

Em *Balsa*, foi possível identificar dois exemplares desta forma com a marca AVG (fig. 68, n.º 8 e 9), aos quais se poderá somar outro par, que, tal como aconteceu a Jeannette Nolen (1994, p. 178), não lográmos encontrar na reserva do Museu Nacional de Arqueologia.

Idêntica interpretação pode ser atribuída à marca PRO.MANC.B.C.AR para a qual tem sido proposta a leitura *Procuratoris Mancipiorum Bonis Caducis Arvae* (Price, 1977, p. 39; Fleming, 1999, p. 177 e 178). Tratar-se-á de uma marca autorizada pelo procurador designado para os direitos ou bens caducos de *Arvae*. Sublinhe-se ainda que não foi de todo excluída a possibilidade de se tratar da cidade de *Aruccis*, identificada com Aroche, Huelva (Price, 1977, p. 38), em contrapartida a *Arvae*, Peña de la Sal, Carmona. A localização em Peña de la Sal parece fazer mais sentido, tanto pela sua localização no vale do Guadalquivir, como pela proximidade, ou mesmo coincidência, com a área que terá produzido também os exemplares AVG.

A coincidência desta marca com a anterior não parece ficar pela área de produção, senão que também partilharam o mesmo período cronológico de produção e consumo. Esta contemporaneidade está comprovada pela firma efetuada nos unguentários com os mesmos rasgos morfológicos. Embora em *Balsa* sejam maioritariamente de tipo 82A2, está comprovada a sua presença em outras morfologias, como é o caso das formas 28b, 82A1 e 82B2 de Isings (Regalado Ortega e Delgado Domínguez, 2011, p. 727), a última forma também presente em Torre d'Ares.

Tendo em conta os dois exemplares reconhecidos na cidade balsense (fig. 68, n.º 10 e 11), somados aos outros já conhecidos, é possível supor um período de marcação para estas «assinaturas» balizado entre meados do século I e meados da centúria seguinte, com especial incidência a partir de final do século I.

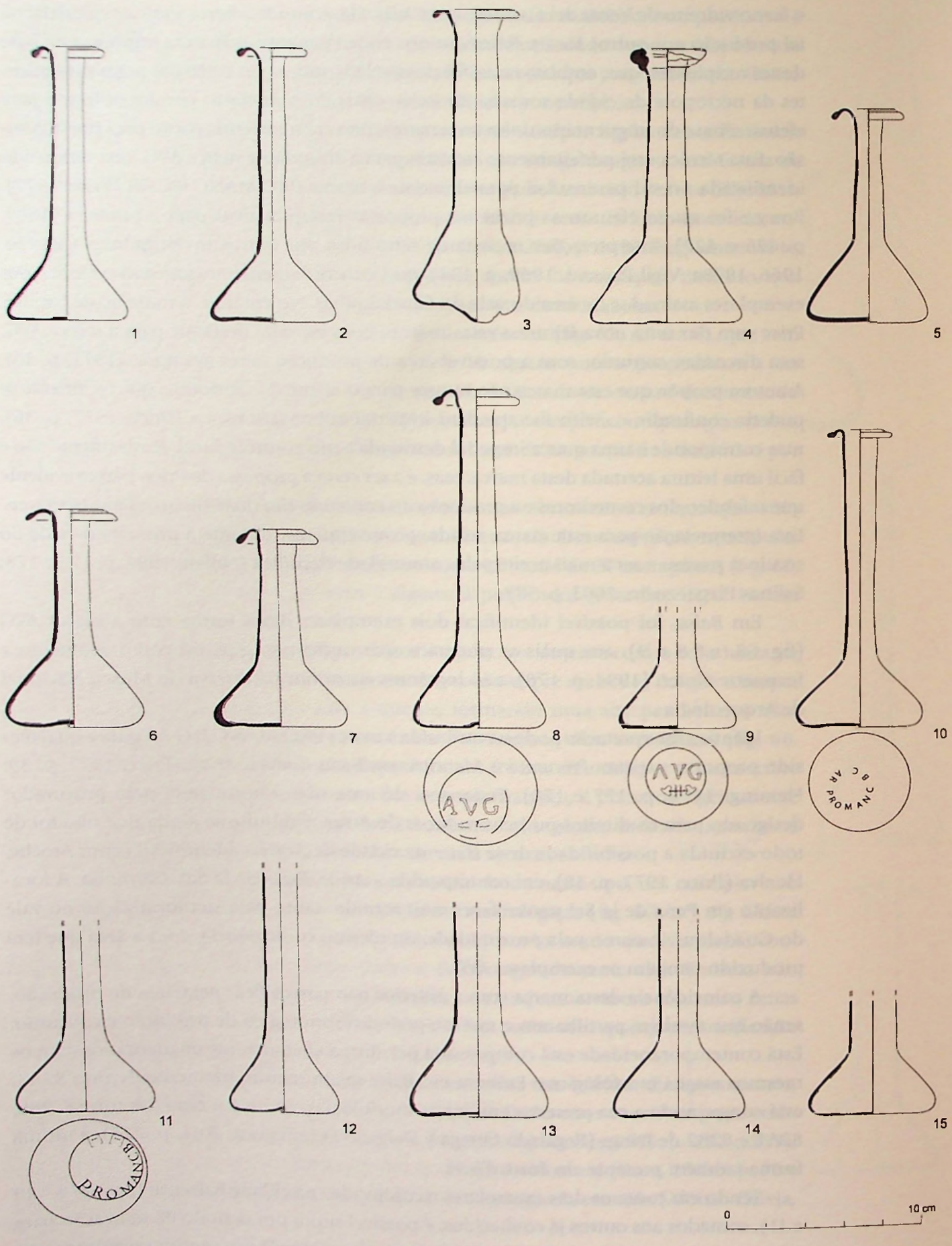


Fig. 68 — Vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

A forma 82B1 de Isings (1957, p. 98 e 99) não é um tipo muito comum de unguentários, motivo que justifica a presença de apenas dois exemplares (fig. 69, n.º 9 e 10), num universo total de 169 peças de vidro. Esta classificação contradiz, contudo, a forma atribuída por Jorge de Alarcão (1970a, p. 245, n.º 46), mas, como havia sido já referido por Jeannette Nolen (1994, p. 177, vi-65), este parece ser o tipo ao qual melhor se adequa. Trata-se de unguentários estreitos e altos de reservatório campanado ou cónico e de reduzidas dimensões, colo muito estreito e alto com uma constrição que o separa do reservatório, bordo exvertido aplanado ou ligeiramente engrossado ao fogo. A base é geralmente côncava.

Claramente, a cronologia dos unguentários tubulares não é muito díspar entre si, especialmente os da forma 82 de Isings. Este tipo em concreto encontra ainda paralelo na forma AR 135 (Rütti, 1991, p. 53) e na forma Trier 73 (Goethert-Polaschek, 1977, p. 350), tipos com uma datação consensual entre final do século I e meados do século II.

A variante B2 da tipologia de Isings, representada por nove peças provenientes de Torre d'Ares, inclui unguentários com uma morfologia bastante variável tanto no bordo, que pode alternar entre bordos aplanados (fig. 69, n.º 11-13), engrossados externamente (n.º 14 e 15) ou redobrados para dentro e exvertidos (n.º 16 e 17), como no reservatório, que pode ser triangular ou em forma de disco achatado (fig. 69, n.º 17). Ainda assim, todos os exemplares oferecem um colo bastante estrangulado e alto sem nenhuma constrição, comparativamente à altura total das peças, e base tenuemente côncava. Mais uma vez, esta variedade morfológica dentro do mesmo tipo pode causar grandes constrangimentos na classificação dos unguentários vítreos romanos altoimperiais potenciando a sua inclusão em diferentes formas, como é o caso do tipo 28b de Isings.

Tendo em conta o exemplar balsense que parece estar «assinado» com a marca PRO.MANC.B.C.AR (fig. 69, n.º 17), além dos paralelos recolhidos em contexto, é possível afirmar que este subtipo acompanha os restantes exemplares da forma 82 de Isings, principalmente aqueles que oferecem a mesma marca. Assim, uma cronologia centrada entre final do século I e meados da seguinte centúria parece ser a mais adequada (Cruz, 2009a, II, p. 213; Alonso Cereja, 2011, p. 326). No entanto, lembramos que os exemplares de Riotinto, Huelva, com as mesmas marcas, oferecem contextos ainda mais antigos, concretamente a partir de final do primeiro terço do século I (Regalado Ortega e Delgado Domínguez, 2011, p. 727, 2.4 e 2.5).

Incluímos ainda na categoria de recipientes para unguentos ou cosméticos a forma 79 de Isings, que, embora não correspondendo a um recipiente, está claramente relacionada com o manejo destes produtos. Trata-se de pequenas varetas efetuadas com vidro, sendo a forma mais comum a vareta ou cânula retilínea, que combina diferentes formatos nas extremidades. Em *Balsa*, das oito peças identificadas, foi possível reconhecer varetas com a combinação de uma extremidade em argola e a outra em forma de botão (fig. 70, n.º 1-3), as duas em forma de botão (n.º 4) e ainda uma extremidade em bico e a outra em formato de pequena colher (n.º 5). As restantes peças não conservam as extremidades, permitem apenas perceber que todas as cânulas balsenses estão retorcidas.

A maioria dos exemplares oferece tonalidades translúcidas monocromáticas em tons verdes ou amarelos. No entanto, é possível reconhecer peças que combinam dois ou mais fios de vidro em diferentes tons (Cruz, 2009a, II, p. 219). Em Torre d'Ares, além dos tons translúcidos esverdeados ou amarelados, reconhecemos ainda um exemplar de tonalidade azul (fig. 70, n.º 2) e três incolores (n.º 5, 7 e 8).

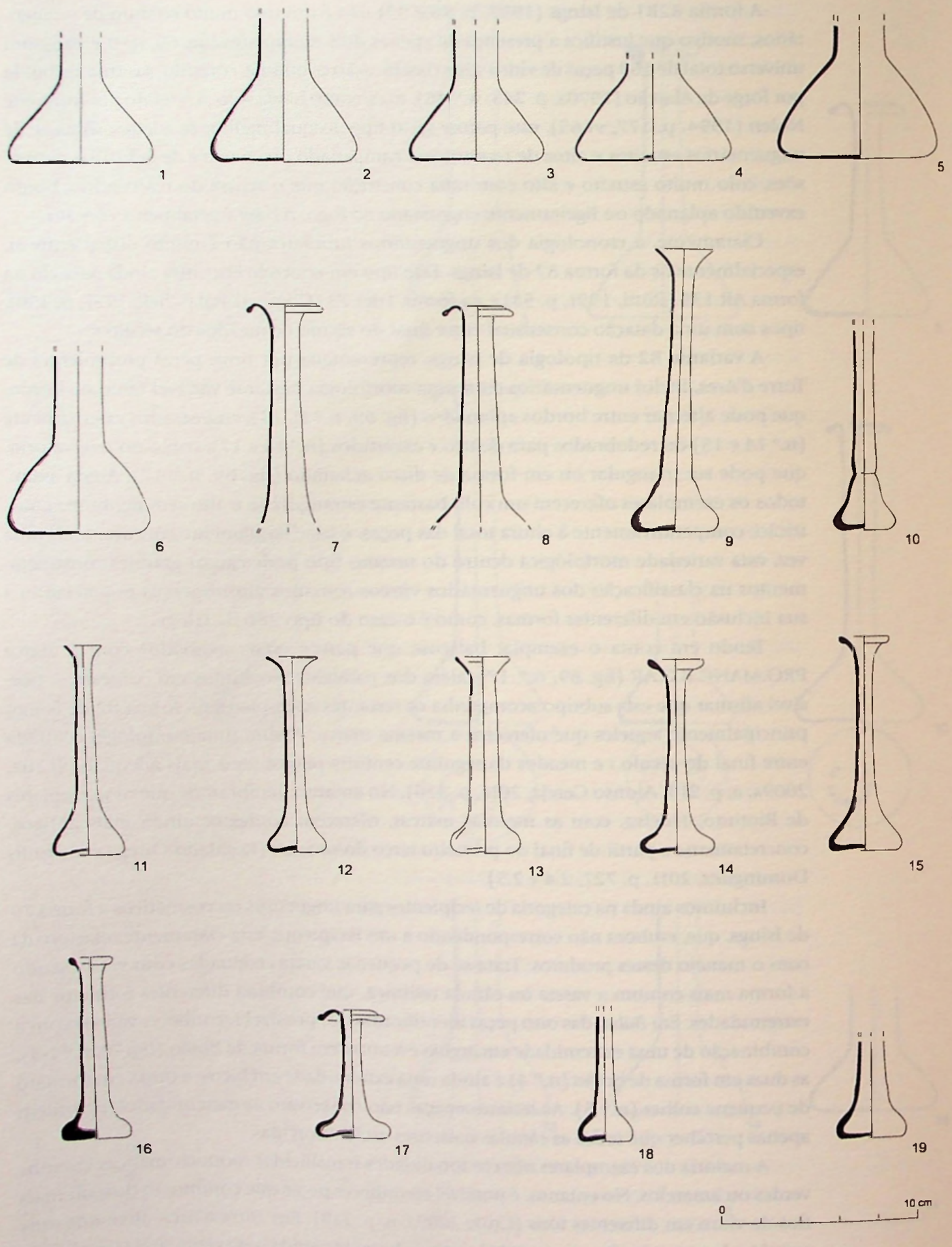


Fig. 69 — Vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

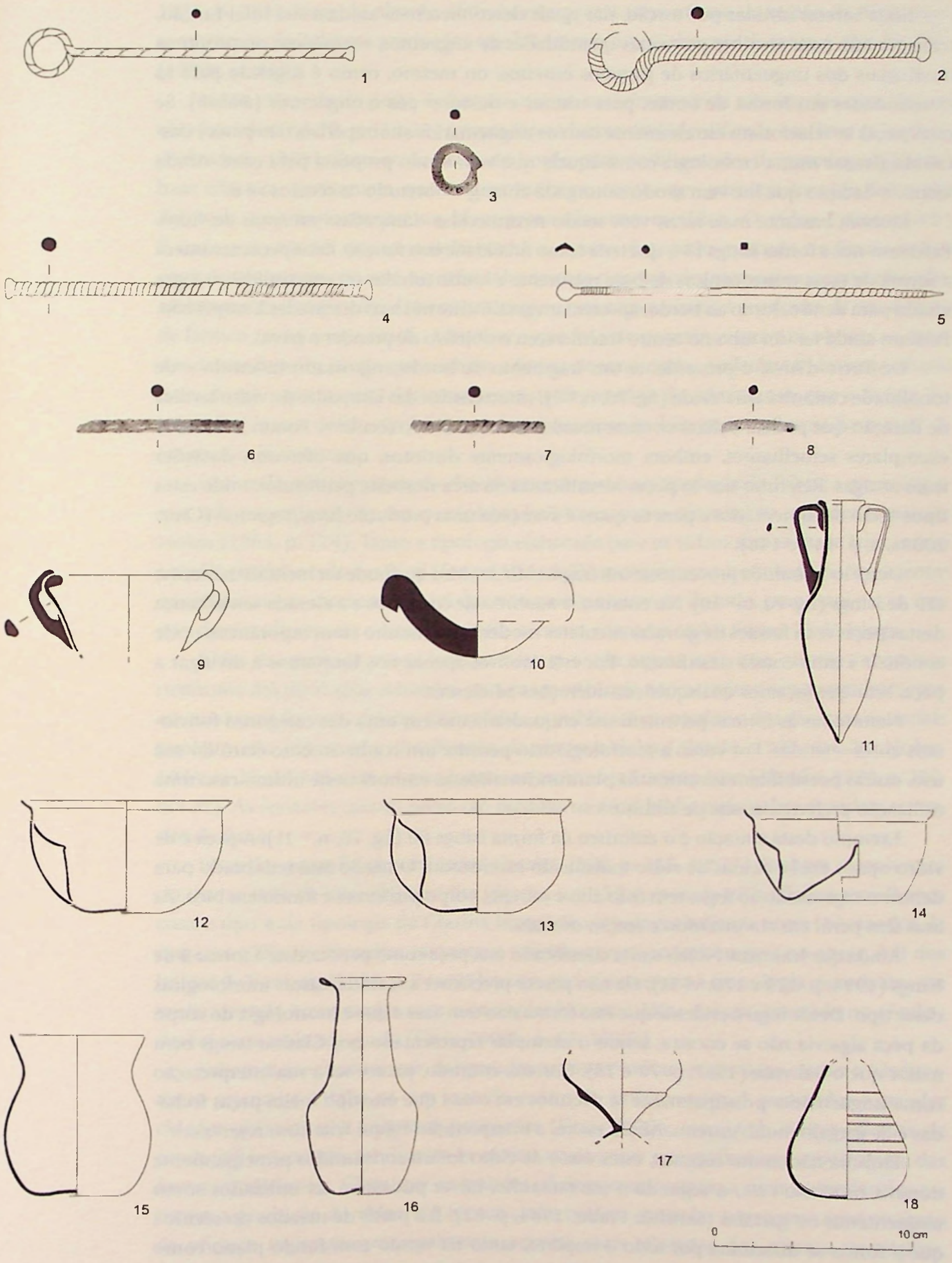


Fig. 70 — Vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Estas varetas obtidas por torção, das quais desconhecemos ainda a sua total função, terão servido para recolher pequenas quantidades de unguentos, cosméticos ou produtos medicinais dos unguentários de gargalos estreitos, ou mesmo, como é sugerido para as extremidades em forma de botão, para triturar e misturar pós e unguentos (*ibidem*). Se estas peças se relacionam estreitamente com os unguentários altoimperiais não parece descabido pensar numa cronologia coeva àquela que vem sendo proposta para estes. Ainda assim, a datação que lhe vem sendo outorgada abrange sobretudo os séculos I e II.

Embora bastante mais raras, vêm sendo reconhecidas «lâmpadas» romanas de vidro. Referimo-nos à forma Isings 134, que teria como finalidade essa função. Estas peças assumem a forma de taças troncocónicas de base reentrante e bordo tubular ou engrossado ao fogo, virado para dentro. Junto ao bordo, apresentam geralmente três asas destinadas à suspensão. Podiam ainda ter um tubo no centro interno com o objetivo de prender o pavio.

De Torre d'Ares, é proveniente um fragmento de bordo engrossado invertido e de tonalidade castanha amarelada (fig. 70, n.º 9), característica das lâmpadas de vidro tardias de datação que poderá balizar-se entre meados do século V e o século VI. Foram já datados exemplares semelhantes, embora morfologicamente distintos, que oferecem datações mais antigas. Referimo-nos às peças identificadas na área noroeste peninsular, onde estes tipos estão documentados e para os quais é avançada uma produção local/regional (Cruz, 2009a, II, p. 145 e 146).

Deste local é ainda proveniente um fragmento de vidro que pode ser incluído na forma 119 de Isings (fig. 70, n.º 10). No entanto, a ausência de contextos e a elevada semelhança destas peças com fundos de garrafas circulares modernas, e mesmo contemporâneas, pode conduzir a uma errada classificação. Por este motivo, apenas nos limitamos a divulgar a peça, sem que façamos quaisquer considerações adicionais.

Nem todas as formas permitem um enquadramento em uma das categorias funcionais antes referidas. Por vezes, a morfologia não permite um conhecimento claro do seu uso, outras possibilitam admitir uma plurifuncionalidade, embora neste último caso uma utilização preferencial seja de admitir.

Exemplo desta situação é o anforisco da forma Isings 60 (fig. 70, n.º 11). A peça é de vidro opaco azul e as asas de vidro translúcido esverdeado. O bordo está redobrado para dentro e engrossado ao fogo, tem colo alto e estreito, corpo piriforme e fundo em bico. As asas têm perfil em «L» invertido e secção ovalada.

Ainda que Jeannette Nolen tenha classificado esta peça como pertencente à forma 9 de Isings (1994, p. 175 e 176, vi-51), ela não parece preencher as características morfológicas desse tipo. Desde logo é evidente que essa forma não tem asas e que a morfologia do corpo da peça algarvia não se encaixa, sendo o exemplar representado por Clasina Isings bem maior que o balsense (1957, p. 77 e 78). Correta, contudo, parece ser a sua interpretação como unguentário, principalmente se tivermos em conta que este tipo inclui peças fechadas e de gargalo muito estreito. Ainda assim, a interpretação é aqui feita com reservas.

Embora não muito comuns, estes vasos de vidro foram consumidos principalmente durante os século I e II, e, segundo o seu tamanho, talvez pudessem ser utilizados como unguentários ou garrafas (Sanchéz Prado, 1984, p. 82). É a partir de meados do século I que a forma se dissemina por todo o império, tanto na versão com fundo plano como na que o apresenta em bico (Calvi, 1968, p. 21), embora também se tenha conhecimento de exemplares recolhidos em contextos tardios do século III ou mesmo do IV (Harden,

1936, p. 258). Jorge de Alarcão atribuiu esta peça a uma oficina da região da Síria, onde se verificam abundantes produções que laboraram especialmente durante o Alto-Império (1970a, p. 238).

Nesta categoria de peças de função incerta, incluímos ainda três «tigelas com depressões laterais» (fig. 70, n.º 12-14) integradas na forma 49d identificada em Trier (Goethert-Polaschek, 1985). Trata-se de peças de bordo com perfil em «S», de paredes oblíquas e base côncava. Apresentam quatro depressões no corpo, que parecem ter sido feitas por decalque com instrumento em bico, provavelmente, metálico. O vidro é translúcido. É curioso, contudo, que uma delas tenha a mesma depressão aplicada no fundo, que é consideravelmente côncavo e que foi calcado com o mesmo instrumento que terá efetuado as depressões das paredes. Desconhecemos se esta característica é resultado de um defeito de fabrico ou foi propositada. Admitimos que foi este pormenor que nos obrigou a duvidar da sua função. Ainda que tenham a forma de uma tigela, poderão ter desempenhado outra função que esteja relacionada com as depressões. Se admitirmos que o fundo foi resultado de um defeito de fabrico, talvez possamos incluir estas tigelas na forma 32 de Isings, que já tratámos.

O grande inconveniente de classificar estas peças na tipologia de Trier é a cronologia, que não parece assentar aos exemplares balsenses, como reconheceu também Jeannette Nolen (1994, p. 174). Tanto a tipologia elaborada para os vidros romanos de Trier, como a tipologia elaborada por Rütti (forma AR 160.2), apontam uma cronologia balizada entre os séculos III e IV, marco temporal que não parece ajustar-se, de todo, para estas peças, que não deverá ultrapassar o final do século II, como acontece com a forma 32 de Isings.

Além das peças já mencionadas, existem ainda outras, seis, que, ou não cabem em nenhuma das tipologias existentes ou a sua morfologia não permite o seu enquadramento em nenhuma forma concreta. Com efeito, as publicações anteriores dos mesmos materiais também não lograram a classificação de algumas delas (Alarcão, 1970, n.º 27; Nolen, 1994, vi-23 e vi-44), embora para outras sejam avançadas propostas (Alarcão, 1970, p. 250, n.º 31). As restantes quatro peças são inéditas na atual bibliografia sobre os vidros romanos de *Balsa*.

Uma das peças foi já publicada (Alarcão, 1970, p. 246, n.º 27). Embora reconhecendo que se trata de uma peça inédita (fig. 70, n.º 15), é apurada uma relativa semelhança com o tipo 4 da tipologia de Clasina Isings, de cronologia balizada entre os reinados de Augusto e Tibério. Simultaneamente, é referido que se poderá integrar no grupo A II dos boiões de Vessberg (1956, p. 24 e 25), peças que oferecem uma cronologia excessivamente tardia quando comparadas com o exemplar balsense. Uma datação centrada no século I deverá ser a mais adequada (Cruz, 2009b, p. 66, 10.25.).

Sabemos atualmente que aos grandes centros produtores de vidro, como o Mediterrâneo oriental e a Itália, se têm juntado outros de âmbito regional, associados a grandes cidades ou mesmo a pequenas povoações (Cruz, 2009a, I, p. 169). Nestas oficinas de produção secundária, fabricaram-se muitas vezes peças que extravasam a morfologia das formas tradicionais. Claro que as grandes oficinas continuaram a ditar as tendências e a inovar a produção do vidro. No entanto, não podem controlar o crescente aparecimento de oficinas regionais, principalmente aquelas mais afastadas dos centros nevrálgicos. É possível que a criação destas oficinas seja relativamente antiga no quadro da produção de vidro, apesar de utilizarem matéria-prima importada, devido à impossibilidade de recorrer

a areias locais ou regionais (Cruz, 2009a, I, p. 170 e 171). Esta comprovada uniformidade na origem da matéria-prima para a maioria dos vidros romanos e altomedievais complexifica ainda mais a possibilidade de atribuir uma origem concreta às peças. A sua qualidade depende, assim, mais da habilidade do vidreiro do que da matéria-prima.

Uma análise meramente técnico-morfológica não é suficiente para a atribuição de uma origem a uma determinada peça. Porém, é possível admitir que, quando surgem abundantes exemplares de morfologias inéditas associados a uma cidade romana, estas tenham sido produzidos localmente ou nas suas imediações. Ainda assim, e na ausência de dados contextuais que confirmem tal facto, a prudência impõe-se nesta interpretação. Conhecemos uma abundantíssima quantidade de materiais arqueológicos da cidade romana de *Balsa*, mas muito pouco sobre as suas atividades «industriais» que não sejam a produção de preparados de peixe. Uma possível produção de artefactos de vidro esbarra na quase total ausência de dados concretos, independentemente de um pequeno conjunto de peças aparentemente inéditas. Carecemos de outros argumentos para que possamos falar com segurança sobre tal produção, comprovada em outros sítios como Braga (Cruz, 2009a), Ciudad Real, Castilla la Mancha (Redondo Ferrero, 2003), Talavera la Vieja, Extremadura (Aguilar-Tablada Marcos e Sanchez Prado, 2006) ou Pontevedra, Galiza (Vilaseco Vázquez, 2003).

Outra peça balsense rara corresponde a uma garrafa/unguentário, de bordo exvertido, tubular e redobrado para dentro, com colo alto e estrangulado à medida que se aproxima do bordo, corpo de tendência piriforme e base côncava (fig. 70, n.º 16). O vidro é translúcido esverdeado. O único paralelo conhecido encontra-se em Mérida, sendo proveniente de uma sepultura de um médico que exerceu na capital desta província. O seu contexto (Rodríguez Martín, 1979, p. 92-94, fig. 28, 1984; Bejarano Osório, 2015, p. 103 e 104), assim como a raridade morfológica que patenteia, obrigou a ponderar que esteve ao serviço da medicina. Assim, é de considerar que o exemplar balsense poderá ter exercido as mesmas funções e que poderá mesmo ser proveniente da mesma sepultura onde se encontrou algum do instrumental médico-cirúrgico.

Resta apresentar ainda um conjunto de quatro peças que não encontram paralelo nas tipologias vigentes e que, embora sejam formas inéditas, não podemos supor tratar-se de fabricos locais/regionais, especialmente porque apresentam um vidro de elevada qualidade. Referimo-nos concretamente a um possível copo em forma de cálice (fig. 70, n.º 17), a um boião (n.º 19) e a um jarro (fig. 71, n.º 1). O último supõe-se que se trate de uma peça oferecida a Estácio da Veiga por Teixeira de Aragão, pois havia já sido representado no relatório que publicou (1868). Apresenta uma morfologia piriforme, colo estrangulado de perfil suave, bordo tubular redobrado para dentro e fundo em bico ao qual foi adicionado um pé. Ostenta apenas uma asa, de secção circular, que liga o bordo ao corpo.

Outra peça pode delatar uma cronologia consideravelmente mais tardia. Efetivamente os únicos paralelos que pudemos estabelecer para o exemplar balsense (fig. 71, n.º 2) estão relacionados com a uroscopia em época Medieval (Tyson, 2000), momento coevo à utilização da sobejamente conhecida torre da quinta (fig. 72). Neste sentido, quiçá não seja de todo descabido refletir sobre uma funcionalidade semelhante para a peça de que falámos (fig. 70, n.º 16), a qual vem sendo identificada sobretudo em contextos funerários associada a instrumentos utilizados na medicina.

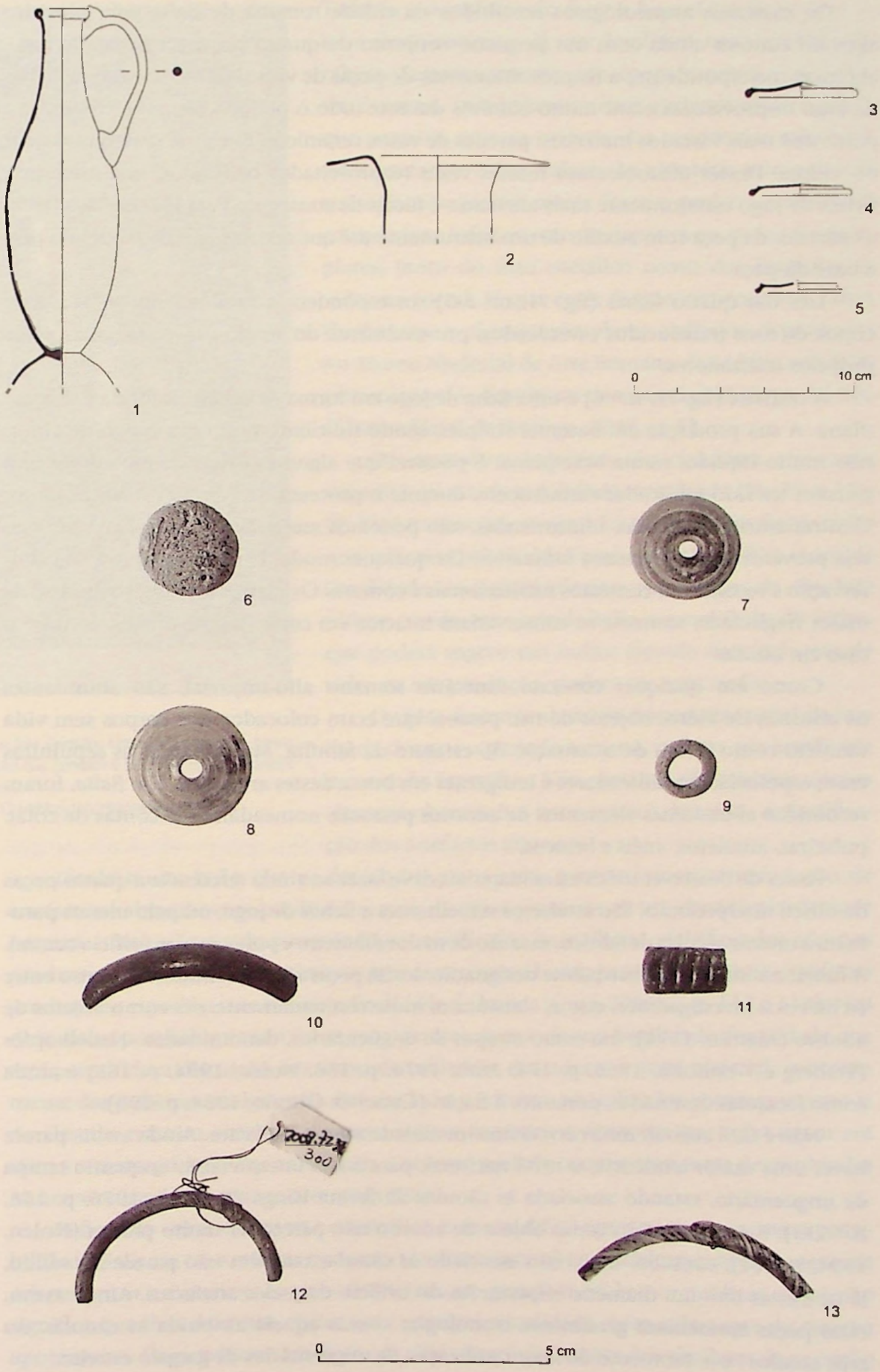


Fig. 71 — Artefactos de vidros da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Os materiais arqueológicos recolhidos na cidade romana de *Balsa* pelo pioneiro algarvio contam ainda com um pequeno conjunto de quatro peças ou fichas de jogo, algumas correspondentes a reaproveitamentos de peças de vidro. Como se sabe, as fichas de jogo improvisadas eram muito comuns durante todo o período romano, efetuadas a partir dos mais variados materiais: paredes de vasos cerâmicos, madeira, materiais ósseos ou vidros. Destes últimos eram muitas vezes reaproveitados os fundos, que ofereciam fichas de jogo esteticamente mais aliciantes e fáceis de conseguir. Para isso bastava lascar as paredes da peça com auxílio de um instrumento até que restasse apenas o anel do pé e a base da peça.

Três das quatro fichas (fig. 71, n.º 3-5) correspondem a fundos reaproveitados de copos de tons translúcidos esverdeados, provavelmente do século I ou II, talhadas pelos próprios utilizadores.

A restante (fig. 71, n.º 6) é uma ficha de jogo em forma de botão, redonda e de base plana. A sua produção era bastante simples, sendo suficiente verter um pingo de vidro, não muito líquido, numa base plana. É possível que algumas fichas de jogo deste tipo possam ter sido fabricadas casualmente, durante o processo de fabrico de outras peças. Contrariamente às outras, improvisadas, não podemos assegurar que esta ficha de jogo seja proveniente de contextos funerários. De qualquer modo, lembramos que a sua conservação e recolha em contextos habitacionais é comum. Os exemplares improvisados, de maior fragilidade, somente se conservariam intactos em contextos peculiares, como é o caso em estudo.

Como em qualquer contexto funerário romano alto-imperial, são abundantes os adornos de vidro, objetos de uso pessoal que eram colocados nos corpos sem vida também como forma de ostentação do estatuto da família. Muitas vezes, as sepulturas eram espoliadas por salteadores e indigentes em busca destes artefactos. Em *Balsa*, foram recolhidos abundantes elementos de adornos pessoais, nomeadamente contas de colar, pulseiras, amuletos, anéis e brincos.

Antes de descrever todos estes materiais deve fazer-se ainda referência a quatro peças de difícil interpretação. São artefactos semelhantes a fichas de jogo, ou pelo menos partilham a mesma técnica de fabrico, mas são de maior diâmetro e possuem um orifício central. A funcionalidade e a subsequente designação destas peças não encontram consenso entre os diversos investigadores, que as classificam, indiscriminadamente, ora como objetos de adorno (Alarcão, 1976), ora como tampas de unguentários, denominadas «Nadelkopfe» (Vesberg e Westholm, 1956, p. 174; Auth, 1976, p. 158; Nolen, 1994, p. 181) e ainda como fusaiolas destinadas, portanto, à fiação (Gimenez Ortuño, 1984, p. 295).

Não é fácil atribuir uma correta funcionalidade a estes artefactos. Ainda assim, parece haver uma maior tendência, a nível nacional, para a sua interpretação enquanto tampa de unguentário, estando associada às cânulas da forma Isings 79 (Auth, 1976, p. 158, n.º 213). A sua utilização como objeto de adorno não parece ser muito prática (Nolen, 1994, p. 181), contudo, o seu uso associado às cânulas também não parece ser válido, já que estas têm um diâmetro superior ao do orifício daqueles artefactos. Ainda assim, estas peças apresentam geralmente cronologias coevas àquela atribuída às cânulas, ou seja, séculos I e II, momento de maior utilização de unguentários de gargalo estreito.

Se refletirmos sobre o conceito alemão «nadelkopfe», reparamos que este significa literalmente «cabeça de agulha». Esta tradução pode, com efeito, causar alguma confusão.

Fig. 72 — São Cosme e São Damião. Um deles porta um frasco uroscópico. Representação que compõe o livro seiscentista *Grandes Heures of Anne of Brittany*.
http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52500984w/f355.item

Todavia, a aparência do fuso e fusaiola podem estar na base deste conceito, já que lembram uma agulha com cabeça. Seguramente que em época romana a atividade têxtil estava consideravelmente generalizada, situação que permitia que na maioria das residências existissem estes artefactos. A sua elaboração e matéria-prima deveria ser mais rica quanto maior fosse o poder aquisitivo do comprador. Infelizmente conservam-se poucos exemplares, tanto do fuso metálico como das fusaiolas de vidro ou metal, já que eram frequentemente reciclados. Conhecem-se alguns exemplares análogos depositados no Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, também provenientes de sepulturas encontradas na Zona del Silo (Álvarez Sáenz de Buruaga, 1946, p. 5).

Os exemplares balsenses são circulares, com uma superfície plana, de tonalidade esverdeada (fig. 71, n.º 7 e 8). Destacamos um ao qual foi aplicado um fio de vidro opaco branco sobre vidro azul-escuro (n.º 8) e outro de tonalidade acastanhada de gomos em forma de «D». Este último, tendo em consideração a tonalidade do vidro, que poderá sugerir um índice elevado de reciclagem de vidro na sua produção, poderá ser mais tardio.

O vidro desempenhou um importante papel na joalharia durante o período romano, motivo que justificaria um estudo específico. Não obstante, efetuaremos apenas algumas observações necessárias à descrição e classificação dos artefactos algarvios.

Desde muito cedo que se descobriu que o vidro proporcionava a reprodução de artefactos habitualmente produzidos com matérias preciosas. A sua elevada plasticidade permitia a imitação, tendo potenciado a sua utilização na joalharia, «falsificando» adornos geralmente fabricados com matérias-primas preciosas, havendo também outros «inéditos» produzidos especificamente com a finalidade de imitar (Cruz, 2009a, I, p. 147 e 148). Nos dois casos, possibilitaria um lucro considerável, apesar da sua fragilidade, fragilidade que tem permitido a discussão em torno da utilização dos adornos neste material, concretamente das pulseiras ou dos anéis. Por um lado, poderiam ser utilizados apenas por pessoas de elevado estatuto social e, portanto, menos expostas a situações que colocassem em risco a sua integridade. Por outro lado, o seu uso poderia ocorrer apenas em determinados momentos especiais, nomeadamente rituais.

Refletindo sobre o contexto em análise, torna-se difícil optar por uma ou outra possibilidade. Saliente-se, contudo, que a sua recolha está também perfeitamente documentada em contextos habitacionais, embora estejam, em grande medida, por publicar, o que não significa que lhes devemos retirar uma provável ritualidade, nomeadamente de carácter apotropaico. Os pendentes amuletos de vidro negro, imitações dos similares de azeviche (Cruz 2008, 2009a, p. 148), podem ser considerados preciosos, com alegadas qualidades protetoras, especialmente usadas contra o mau-olhado.

Foi já referido que estes artefactos não são os melhores indicadores cronológico-culturais. Com efeito, «o seu reduzido tamanho, valor e resistência ao tempo e às modas, faz com que viajem facilmente a longas distâncias e perdurem no tempo» (Cruz, 2009a, I, p. 148).

As contas de colar são relativamente comuns em contextos funerários, especialmente quando aparecem isoladas dos seus pares (fig. 71, n.º 9). Mas o seu aparecimento, em conexão, formando o colar completo, não é inédito na arqueologia funerária romana. Na necrópole norte da cidade romana de *Balsa*, Estácio da Veiga recolheu um colar completo (fig. 73). Esta peça é composta por 68 contas de colar discoides, de azeviche, de espessura variável, e por outra alongada feita do mesmo material. O pendente, em forma de gota, parece ter sido efetuado com vidro mais frágil, motivo pelo qual está fragmentado. Por outro lado, a sua fragmentação uniforme e laminar poderá indicar tratar-se da matéria original, o azeviche. O próprio Plínio deixou claro que a distinção entre estas duas matérias-primas nem sempre é fácil (*Naturalis Historiae*, XXVII, 44).

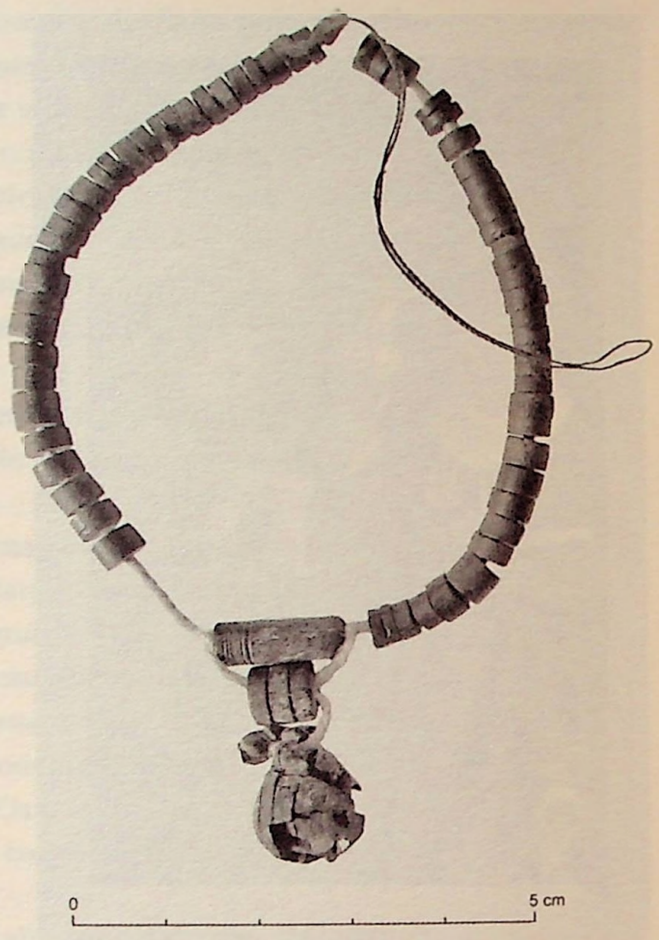


Fig. 73 — Colar composto por 68 contas de azeviche discoides e pendente em forma de gota de vidro que imita o azeviche. Fotografia do autor.

Mas se são escassos os achados de colar em conexão, seja de vidro ou de azeviche, mais comum parece ser a identificação de pulseiras. Em *Balsa*, conhecemos um total de 22 exemplares sem que, contudo, possamos assegurar a sua total proveniência de contextos funerários. As mais comuns são as pulseiras maciças de secção em forma de «D», e aro liso (fig. 71, n.º 10), tipo I de Conímbriga, ou de aro canelado (n.º 11), tipo II de Conímbriga (França, 1969, p. 35). A sua produção era extremamente simples, bastando enrolar a pasta vítrea numa haste de madeira, com o diâmetro apropriado, procedendo-se, ou não, à decoração ainda nessa fase. A união das duas pontas é quase sempre visível (fig. 71, n.º 13), quando estão completas. Quando a qualidade destes artefactos é superior, prova da sua produção por um vidreiro especializado, esta união poderá estar mais disfarçada pelo alisamento ao fogo. As pulseiras algarvias de secção em «D», lisas e decoradas com gomos, ostentam sempre uma tonalidade negra opaca que tem por objetivo imitar o azeviche.

Mais raras são as pulseiras de secção circular, que podem ostentar uma ou mais tonalidades opacas, geralmente o azul, negro ou amarelo. São peças de fabrico similar ao das cânulas de vidro, obtidas por torção, sendo posteriormente enroladas em uma peça circular. Estas peças têm similitudes com o tipo III definido para os braceletes de Conímbriga (França, 1969, p. 35). Em *Balsa*, lográmos identificar dois exemplares, um de tonalidade negra (fig. 71, n.º 12) e outro azulado, torcido com um fio amarelo opaco que se enrolou ao primeiro (n.º 13).

Excecional é a peça que combina simultaneamente o uso de vidro, osso e ouro (fig. 74), em exposição no Museu Nacional de Arqueologia. Trata-se de uma pulseira aberta constituída por elementos articulados dispostos paralelamente, formando uma

Fig. 74 — Pulseira fabricada com vidro, osso e ouro (AU 667). Em exposição no Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia cedida pelo museu.

banda retangular. A peça é constituída por quatro placas lisas de vidro branco opaco, três elementos de placas retangulares de osso, com a face inferior plana e lisa e a superior convexa, decorada por três caneluras centrais longitudinais, ladeadas por caneluras simétricas paralelas e diagonais. Uma das oito placas conjuga os dois materiais. Os restantes elementos, de ouro, correspondem a oito contas cilíndricas com quatro hastes perpendiculares em cada um dos lados, que encaixam em quatro orifícios nas placas. O sistema de fecho é formado por duas chapas retangulares nas extremidades, com um gancho (peça macho) em uma delas e uma argola (peça fêmea) na outra.

Segundo o catálogo elaborado por Estácio da Veiga, esta peça é proveniente de uma sepultura de inumação, onde estava associada a alfinetes de toucador de osso, peças de vidro e pregos. Além de o cadáver ter sido provavelmente depositado em um esquife, comprovado pela presença de pregos, pudemos supor que corresponderia a um cadáver feminino. Geralmente, estas peças eram únicas e poderiam corresponder a um único exemplar produzido pelo ourives ou a uma encomenda específica de um cliente de elevado estatuto social e económico. Por este motivo, é sempre extremamente complexo atribuir uma baliza cronológica a estes artefactos, sem um contexto que a corrobore.

Os anéis são outro dos adornos utilizados em época romana feitos a partir de cordões de pasta vítrea, no qual poderia ainda ser aplicada uma mesa, efetuada com o mesmo material. Pese embora a sua elevada fragilidade, apresentam evidentes sinais de uso, que, como referimos já, são prova de terem pertencido a alguém de elevado estatuto. Porém, a sua recolha, quase exclusiva, em contextos funerários comprova, em certa medida, que eram sepultados com os seus proprietários, embora a reciclagem de vidro e de metais fosse uma prática comum.

Os três exemplares algarvios são distintos entre si. Um corresponde a um anel simples, de secção circular e de tonalidade âmbar, com a mesa efetuada por pressão no cordão de vidro (fig. 75, n.º 1). Outro é um anel de vidro negro opaco, imitação de azeviche, de secção circular, com uma roseta impressa na mesa (fig. 75, n.º 2). O último é de tonalidade translúcida esverdeada e está ornado com um fio, em espiral, de tonalidade branca. A mesa é de vidro castanho, delineado por um fio de vidro de cor âmbar (n.º 3).

Os amuletos, embora o seu carácter claramente protetor e/ou ritual, são de funcionalidade indeterminada e de uso indiscriminado. Embora possamos associar a utilização de pendentes/amuletos maioritariamente ao uso feminino, na Antiguidade como na atualidade, é provável que a sua utilização também tenha sido efetuada pelo sexo masculino e, inclusivamente, por animais (Charlesworth, 1984; Cruz, 2009a, I, p. 149 e 150). Sendo o objetivo principal do amuleto a proteção, a sua utilização não seria exclusiva da pessoa que o usava, mas abrangia também o que era prezado pela mesma, o que justifica que os

animais de prestígio também poderiam ser portadores destes amuletos (*ibidem*), ganhando sentido que possam corresponder tanto a «...elemento de toucado, de vestuário, ou mesmo de arreios de animais» (Cruz, 2009a, I, p. 150).

De *Balsa*, são provenientes os bem conhecidos amuletos opacos, de tonalidade negra, que seguramente procuram imitar o azeviche (Nolen, 1994, p. 181 e 182). É um conjunto de sete exemplares, que se pode dividir entre amuletos em forma de fruto ou glande, provido de argola de suspensão (fig. 75, n.º 4), em forma de jarro com asa (fig. 75, n.º 5) ou de forma alongada, cilíndrica, com decoração de fios brancos ou azuis aplicados em redor, também de pasta vítrea, dispondo de dois elementos triangulares de suspensão (fig. 75, n.º 6).

É possível que os últimos tenham tido uma utilização semelhante às *bullae*, que, sendo ocos, funcionariam como estojo para guardar e transportar um *phylacterium*, ou seja, um pequeno rolo de papiro ou pergaminho, contendo uma fórmula mágica de cariz apotropaico. Esta proposta foi avançada por Jeannette Nolen, tendo em conta conselhos sugeridos por Marianne Stern (Nolen, 1994, p. 187, nota 167), baseando-se, por sua vez, em paralelos metálicos, encontrados em Jalame, Palestina, com uma cronologia do século IV (Weinberg, 1988, p. 230), datação que parece ser a mais adequada para todo o conjunto de amuletos de *Balsa*.

Recentemente, em Braga, foram recolhidos amuletos iguais aos exemplares balsenses. Todavia, possuem apenas uma argola de secção triangular, descentrada do amuleto fusiforme (Cruz, 2009a, II, p. 275 e 276), o que motivou o autor do seu estudo a colocar também a possibilidade de que tenham funcionado, simultaneamente, como adorno aplicado no vestuário ou toucados.

Não é fácil atribuir uma funcionalidade a artefactos de interpretação tão abstrata, como os amuletos, principalmente num período de mutação tão complexo como é o século IV. Embora estes amuletos tenham sido relacionados com a crescente cristianização, com origem no oriente onde se encontram abundantes paralelos (Stern, 1977, p. 110-115), devemos ter em consideração que o século IV é um momento complexo, durante o qual convivem muitas e diferentes crenças com a mesma origem. Além destes exemplares, são conhecidos dois em Conímbriga (Alarcão, 1976, p. 157) e outro recolhido em uma sepultura infantil da necrópole da Laje do Ouro, Crato (Nolen, 1994, p. 182), de cronologia coeva.

Tendo em conta este último achado, lembramos que é provável que o paralelo mais direto para os amuletos fusiformes destinados a conter um *phylacterium* seja, com efeito, a *bulla*, utilizada principalmente durante o Alto-Império. Talvez nos séculos III e IV, momento em que o vidro se terá generalizado exponencialmente, tenha sido importado um novo contentor para os pequenos rolos de papiro ou pergaminho contendo fórmulas mágicas.

Idêntica funcionalidade poderá ter tido a noz de vidro translúcido (fig. 75, n.º 7) recolhida durante as «explorações» de Estácio da Veiga na necrópole norte de *Balsa*, que se destinou a ser ofertada também como símbolo de abundância e plenitude (Durand, 1992, p. 13; Nolen, 1994, p. 181). Os pormenores da sua decoração parecem ter sido efetuados por desbastamento.

Embora seguramente não tenha sido recolhido em contexto funerário, não poderíamos deixar de fazer referência a um vidro bruto, translúcido (fig. 75, n.º 8), correspondente a um fragmento ou lasca de lingote. Segundo os conceitos de Mário da Cruz (2009a, I, p. 179), não parece tratar-se de um bloco que apresente sinais de alguma fusão local.

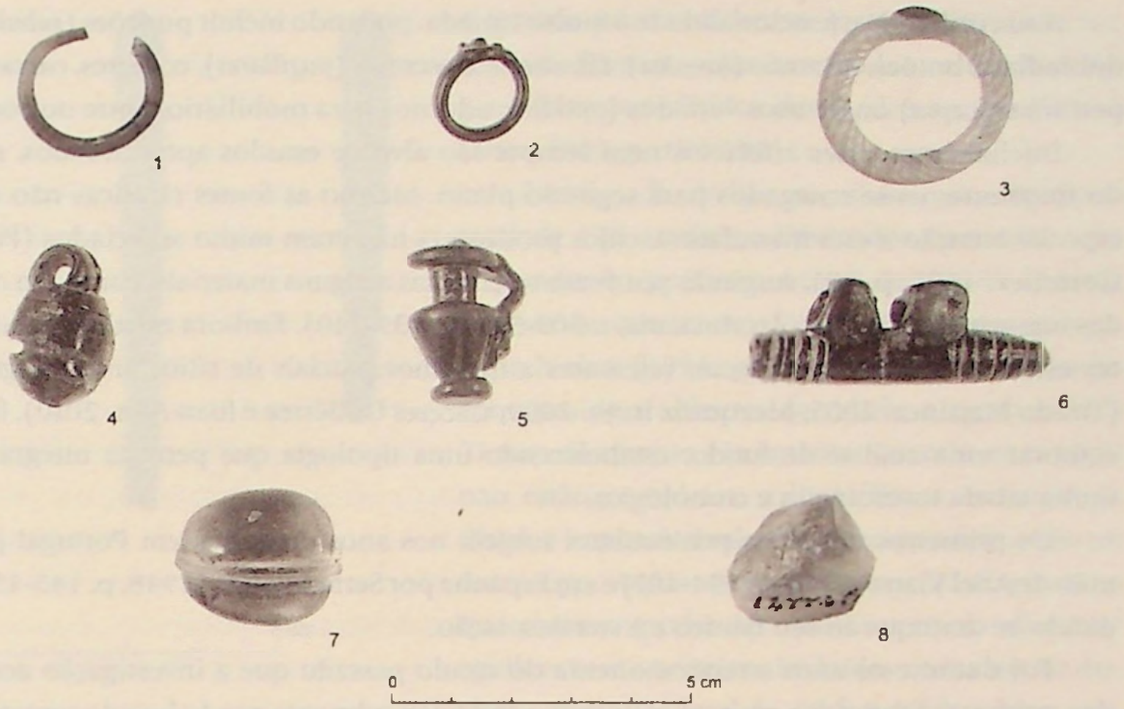


Fig. 75 — Artefactos de vidro da Necrópole Norte de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografias 2, 4, 5 e 6 cedidas pelo museu, sendo as restantes do autor.

Pelo contrário, parece ser um bloco irregular de tonalidade homogénea e sem qualquer tipo de impureza, importado, provavelmente, de algum centro de produção primária do Médio Oriente.

Obviamente que a recolha de um bloco de vidro bruto não é indício suficiente de uma produção secundária local ou regional. Esta peça poderia estar destinada também à lapidação de tesselas de vidro, para a construção de mosaicos. No entanto, acumulam-se os argumentos para que possamos defender que *Balsa* poderá ter produzido artefactos de vidro, ainda que, de momento, devamos conter-nos no avançar de tal proposta. Esperamos que novas investigações sobre este sítio anunciem novos dados sobre esta possibilidade, além das que aqui aludimos, concretamente a existência de formas aparentemente inéditas e deste fragmento de lingote de vidro.

Aproveitando a apresentação de objetos de adorno pessoal, seguimos para a exposição dos **artefactos romanos de osso** recolhidos em Torre d'Ares por Estácio da Veiga. A conservação destes artefactos, aliada a muitas das passagens deixadas pelo arqueólogo de Tavira nos seus manuscritos, confirma a proveniência de contextos funerários. Quando recolhidas em outros âmbitos, especialmente habitacionais, estas peças não oferecem uma tão boa conservação, nem aparecem em quantidades tão avultadas.

Os artefactos de osso são, na maioria dos casos, peças de simples produção artesanal local/regional, efetuadas por artesãos pouco especializados e com escasso prestígio (Pérez González, 1995, p. 93; Lang, 2011), muitas vezes os próprios utilizadores. Fabricados desde a pré-história, estes artefactos experimentam um avanço técnico-funcional considerável durante o período romano, após o qual parecem ter estagnado. Por este motivo, nem sempre são bons indicadores cronológicos, principalmente se corresponderem a materiais de produção contínua no tempo, como acontece com as agulhas (*aci*) ou alfinetes (*aci crinalis*).

A sua utilidade e funcionalidade é muito variada, podendo incluir punções (*subulae*), dobradiças, botões, adornos (*lunulae*), tábuas para escrever (*pugillares*), colheres, caixas de perfumes (*capsa*) ou de usos variados (*pyxides*), adornos para mobiliário, entre outros.

Infelizmente, estes artefactos nem sempre são alvo de estudos aprofundados, sendo frequentemente renegados para segundo plano. Mesmo as fontes clássicas não dão especial atenção a esta manufatura, cujos produtores não eram muito apreciados (Pérez González, 1995, p. 92), surgindo por vezes referências a alguns materiais, como é o caso das *acis crinalis* (Ovídio, *Ars Amatoria*, I, 509-510; III, 239-240). Embora existam frequentes estudos de materiais ósseos, referentes a trabalhos parciais de sítios arqueológicos (Tirado Martínez, 2005; Mezquíriz Irujo, 2009; Cáceres Gutiérrez e Juan Ares, 2010), falta elaborar uma análise de fundo, estabelecendo uma tipologia que permita integrá-los numa tabela morfológica e cronológica.

Os primeiros trabalhos peninsulares surgem nos anos quarenta, em Portugal pela mão de Abel Viana (1944, p. 394-401) e em Espanha por Serra y Rafols (1948, p. 145-156), dando-se destaque ao seu fabrico e à sua decoração.

Foi durante os anos setenta e oitenta do século passado que a investigação acerca dos artefactos fabricados em osso se ampliou consideravelmente, tendo havido tentativas de elaboração tipológica, ainda que dando especial destaque a determinados objetos em concreto, em detrimento de outros. Ávila França (1968, 1979) e Salete da Ponte (1978) estudaram, respetivamente, os alfinetes de cabelo e os instrumentos de costura de Conímbriga, Chavanne (1975) os de Chipre e Bèal (1983) os que estavam depositados no Museu de Lyon. Não poderíamos ainda deixar de fazer referência ao interessante trabalho de MacGregor (1985), que estudou as técnicas de trabalho do osso na área centro europeia durante as épocas medieval e moderna, com uma importante introdução sobre a época romana para cada artefacto que analisou.

Nos anos noventa do século XX surgiram também alguns estudos importantes, nomeadamente os efetuados por Rodríguez Martín sobre os materiais ósseos da *villa* romana de Torre Águila, Badajoz, onde se efetuou uma primeira aproximação à problemática desta indústria, anotando-se a forte possibilidade de existência de uma oficina na própria *villa* (1991-1992, p. 181 e 215).

Embora não seja objetivo deste trabalho ser exaustivo na análise dos estudos efetuados sobre a indústria óssea, referimos ainda os trabalhos efetuados pela equipa complutense que criaram uma tipologia para as agulhas e alfinetes de cabelo (Rascón Márquez et al., 1995, 1997).

O processo de fabrico de artefactos ósseos é extremamente simples, sendo possível de efetuar por qualquer pessoa. Ao contrário do que se passa com o vidro, o acesso à matéria-prima está facilitado, pois está disponível para qualquer indivíduo. Este processo passa por três fases distintas (Tormo Ortiz, 2003, p. 185-200): a seleção da matéria-prima; a extração da parte útil em bruto; o fabrico.

A maior dificuldade que um arqueólogo encontra quando estuda este tipo de artefacto encontra-se na identificação da espécie da qual foi a matéria-prima, uma vez que para tal é necessária uma formação em arqueofauna.

Embora a probabilidade de qualquer cidade romana ter produzido artefactos de osso ser elevada, não podemos falar de produção local sem que tenhamos abundantes vestígios de cinco elementos essenciais do processo de fabrico. Referimo-nos concretamente

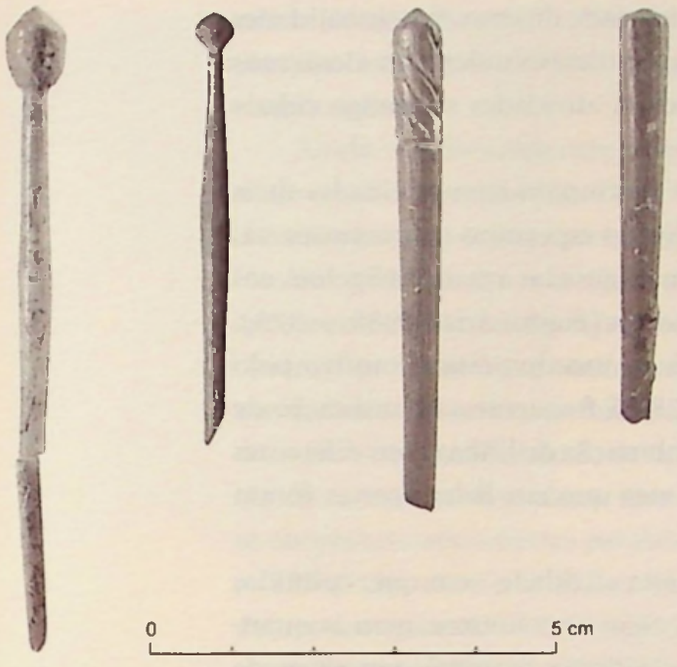


Fig. 76 — Diferentes tipos de alfinetes de cabelo provenientes de *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

a matéria-prima em bruto, matéria-prima em processo de fabrico, peças inacabadas, restos de cortes e artefactos concluídos destinados ao uso (Tormo Ortiz, 2003, p. 183-185).

Estácio da Veiga recolheu um conjunto total de 135 artefactos fabricados com osso, correspondendo, portanto, a cerca de 17,8 % do total. Saliente-se que, como foi já avançado por Jeannette Nolen (1994, p. 201), a maioria das peças corresponde a alfinetes de cabelo e agulhas, 51 e 31 respetivamente. No entanto, quando estas peças não estão completas, e lhes falta a extremidade distal, é impossível saber se correspondem a um ou outro tipo. Assim, devemos somar 27 fragmentos que somente pudemos classificar como alfinetes/agulhas, sem que sejam incluídas numa ou na outra categoria. Do total de artefactos fabricados com osso, restam, portanto, apenas 24 que merecem uma atenção mais cuidada.

Ainda sobre os alfinetes e agulhas recolhidos na necrópole romana balsense convém referir que estes não correspondem a um bom indicador de género, como é proposto por Nolen (*ibidem*). A autora adianta que a sua presença, associada à elevada quantidade de unguentários, aponta para uma considerável existência maioritária de sepulturas femininas. No entanto, sabemos hoje que nem sempre a sua ocorrência é um indicador de género. Da mesma forma que nas sepulturas femininas poderá aparecer armamento, também nas sepulturas masculinas podem surgir artefactos destinados à higiene pessoal ou mesmo de toilete. Admitimos, contudo, que a iconografia evidencia uma maior tendência para o uso destes artefactos por parte da população feminina (Daremberg e Salio, 1969, p. 64; Beckmann, 1966, p. 9-96).

A grande maioria das *aci crinalis* poderão incluir-se nos tipos II, III, V e VI (fig. 76) da tipologia elaborada para os materiais de *Complutum* (Rascón Marqués et al., 1995, p. 328), com uma cronologia balizada entre a segunda metade do século I e o século V. Trata-se de alfinetes com cabeça de perfil ovalado ou achatado e corpo engrossado na área medial.

Destaque ainda para a presença de exemplares do tipo I, que, embora não ofereçam uma datação mais precisa, são objetos que, frequentemente, apresentam decoração na cabeça (três exemplares). Idêntica funcionalidade deverá ter tido a peça decorada em forma de cabeça de serpente (fig. 79, n.º 10), que, talvez acoplada a um elemento de bronze, corresponderia também a um alfinete de cabelo.

Pudemos reconhecer ainda outros exemplares, em menor número, que apresentam a cabeça com uma morfologia que não encaixa nesta tipologia. Referimo-nos a dois (fig. 77) que apresentam a cabeça achatada e engrossada no topo, em forma de trapézio, com uma moldura em relevo que a separa do corpo. Ainda que, frequentemente, vejamos estes artefactos classificados como alfinetes (Tormo Ortiz, 2003), na verdade correspondem a espátulas utilizadas na cosmética ou na medicina (Mezquíriz Iruzo, 2009, p. 177 e 178, n.º 2).

Os artefactos balsenses fabricados com osso evidenciam diversas funcionalidades relacionadas com a costura, como é o caso das agulhas, ou correspondendo a elementos de toucador. Existem ainda outros que corroboram outras atividades na antiga cidade romana algarvia.

Como referimos, as agulhas são artefactos que se relacionam com atividades úteis têxteis (Ponte, 1978, p. 138-140), podem apresentar diversas espessuras e dimensões, variando consoante a sua finalidade. As mais finas estariam destinadas a texturas ligeiras, enquanto as mais grossas serviriam para tecidos mais compactos (Franco Arias, 1985, p. 523). Seguramente, as agulhas balsenses estariam destinadas ao uso doméstico, motivo pelo qual apresentam integralmente um único orifício (fig. 78). É frequente a identificação de agulhas com mais perfurações que se destinariam à combinação de linhas com diferentes espessuras ou cores (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 163), mas que em *Balsa* apenas foram identificadas nos artefactos metálicos.

Ainda outros artefactos podem relacionar-se com esta atividade, sem que, contudo, possamos avançar com o seu uso em âmbito industrial. Nem os contextos, nem as quantidades permitem corroborar tal proposta. A abundância destes materiais em sítios de cronologia alto-imperial corresponde, na sua maioria, a utensílios domésticos.

Apenas um punção (*subula*) foi identificado no conjunto de Torre d'Ares, que teria como finalidade auxiliar na costura, dependendo da trama do tecido ou da dureza da pele (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 163). Os contextos de recolha destes artefactos têm apontado uma cronologia balizada nos séculos I e III (Tabar Arrías e Unzu Urmeneta, 1985, p. 220). Mais problemática é a interpretação de peças similares que vêm sendo indiscriminadamente classificadas quer como punções (Tirado Martínez, 2005, p. 140, fig. 6, n.º 1), quer

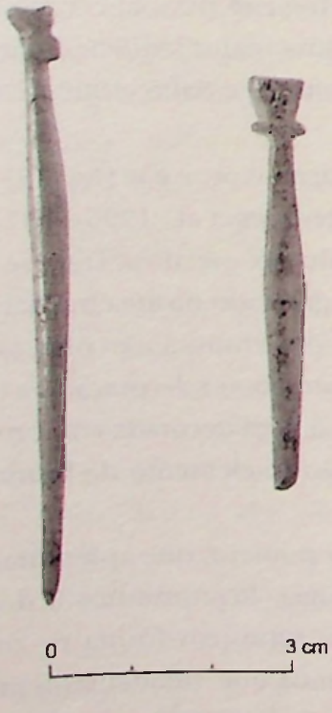


Fig. 77 — Espátulas de osso provavelmente utilizadas na farmacêutica ou na cosmética. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

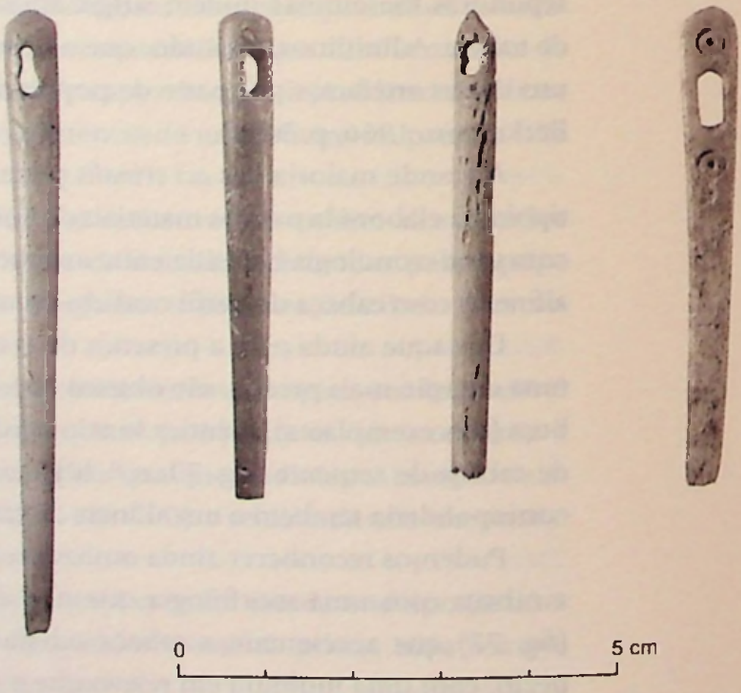


Fig. 78 — Diferentes tipos de agulhas provenientes de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

como alfinetes de cabelo (Rascón Marqués et al., 1995, p. 309-313, tipo I). Lembrando a plurifuncionalidade de muitos dos artefactos romanos, é possível que as duas classificações estejam corretas.

Ainda relacionados com a produção têxtil, lográmos identificar também um conjunto de quatro fusaiolas (fig. 79, n.º 1-4). Refira-se que as mesmas foram já apresentadas e classificadas. No entanto, a classificação aqui atribuída não corresponde com a anterior (Nolen, 1994, p. 201 e 202). Apenas o exemplar em disco coincide com a classificação anteriormente atribuída, tendo os restantes sido classificados como tampas de unguentários. Não obstante, e tendo em conta a morfologia das peças, o exemplar decorado assemelha-se mais a uma fusaiola, que funcionaria num fuso, que poderia ser, também, de osso. Mas, e sublinhando de novo a plurifuncionalidade de muitos dos artefactos desta natureza, é para nós evidente tratar-se, com mais probabilidade, de fusaiolas, para as quais se encontram abundantes paralelos (Mezquíriz Irujo, 2003, p. 183, n.º 43; Ponte, 1978, p. 137 e 138, est. II). O Museo Nacional de Arte Romano, em Mérida, conta com abundantes exemplares em forma de disco em exposição, função que também deve ter-se em conta para os análogos vítreos.

No mundo funerário do período romano, utilizaram-se, com frequência, numerosos unguentos, cremes e perfumes, com o objetivo de disfarçar o mais desagradável da morte. Para a sua preparação eram utilizados vários utensílios como as espátulas, já apresentadas, as pequenas colheres, designadas de *lingula* por se assemelharem à forma da língua (Daremberg e Saglio, 1873-1919, p. 1266), e ainda as colheres (*coclhearia*). Todavia, a função destes artefactos poderia não se destinar exclusivamente à cosmética, podendo ser também aplicados na medicina e na farmácia. Com esta função, os mesmos objetos podem ter designações diferentes. As referidas colheres em forma de língua poderiam ser utilizadas na medicina como escalpelo (*specilum*), destinadas a explorar onde não chegavam os dedos (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 177). Esta multifuncionalidade pode também ser intuída para as colheres de concha circular, designadas de *coclhearia* (Daremberg e Saglio, 1873-1919, p. 1253), que poderiam ser utilizadas para misturar produtos de cosmética, como unidade de medida em farmácia ou inclusivamente para comer moluscos.

Curiosamente, *Balsa* não conta com abundantes testemunhos destes artefactos fabricados com osso, apesar de serem numerosos os instrumentos metálicos de medicina, o que evidencia a preferência por instrumentos fabricados com matérias mais fiáveis e duradouros, que garantissem a sua correta função. Pelo contrário, os instrumentos de osso apresentavam um maior risco de quebra ou lascagem, podendo interferir de forma negativa no trabalho medicinal. Talvez a sua utilização estivesse mais vocacionada para a farmácia e para a cosmética.

O conjunto funerário romano de Torre d'Ares conta apenas com um fragmento daquilo que poderá ser um cabo de colher (fig. 79, n.º 5). Embora tenha sido já classificado como um cabo de faca (Nolen, 1994, p. 202, os-23), parece evidente que corresponderá a um artefacto mais delicado. As dimensões e a cuidada decoração que ostenta indicam que corresponde a uma *lingula* ou *coclhearia*. Acresce que os paralelos existentes são coniventes com esta classificação, como é o caso de um exemplar reconhecido em *Cara*, Santacara, Navarra (Mezquíriz Iruzo, 2009, p. 181, n.º 12), outro em *Osuna*, Sevilha (Franco Arias, 1985, p. 516-520) ou ainda de um em *Lemanum*, Poitiers (Bertrand, 2008, p. 101-144, fig. 5, n.º 3), partilhando uma cronologia dos séculos I e II.

Fazemos ainda referência à existência de um artefacto classificado por Jeannette Nolen como conta-gotas (1994, p. 201 e 202, os-14), mas para o qual não conseguimos nenhum paralelo que permitisse confirmar esta função. Trata-se de uma peça aparentemente efetuada a partir de um fémur de ave, devido ao facto de a estrutura óssea destes animais ser pneumática e, portanto, oca. Está decorada na extremidade funcional por linhas incisas paralelas, que formam duas bandas, preenchidas por linhas oblíquas. Este artefacto (fig. 79, n.º 6) poderia também ter funcionado como furador.

Para o acondicionamento e conservação dos produtos de cosmética e farmácia eram utilizados todo o tipo de recipientes de vidro e de cerâmica, os mais frequentes, mas também poderiam ser usados outros, de osso ou marfim, decorados, tendo, frequentemente, o nome do proprietário inscrito na tampa (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 177). Em Torre d'Ares, foi recolhido um fragmento de placa de osso decorado que parece corresponder a uma tampa de caixa fabricada com tal funcionalidade (fig. 79, n.º 11), ainda que se deva reconhecer que pode também corresponder a uma simples placa decorativa. Em Navarra, existe um paralelo idêntico (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 177 e 178, n.º 1), proveniente de Pamplona, existindo outro em *Vareia*, Logroño (Heras y Martínez e Cabada Izquierdo, 1996, p. 48, fig. 5). Exposto no Museo Arqueológico de Álava está um exemplar idêntico, decorado com retângulos incisos (Loza Lengarán, 1983, p. 175). A cronologia avançada para estes artefactos varia entre os séculos III e IV.

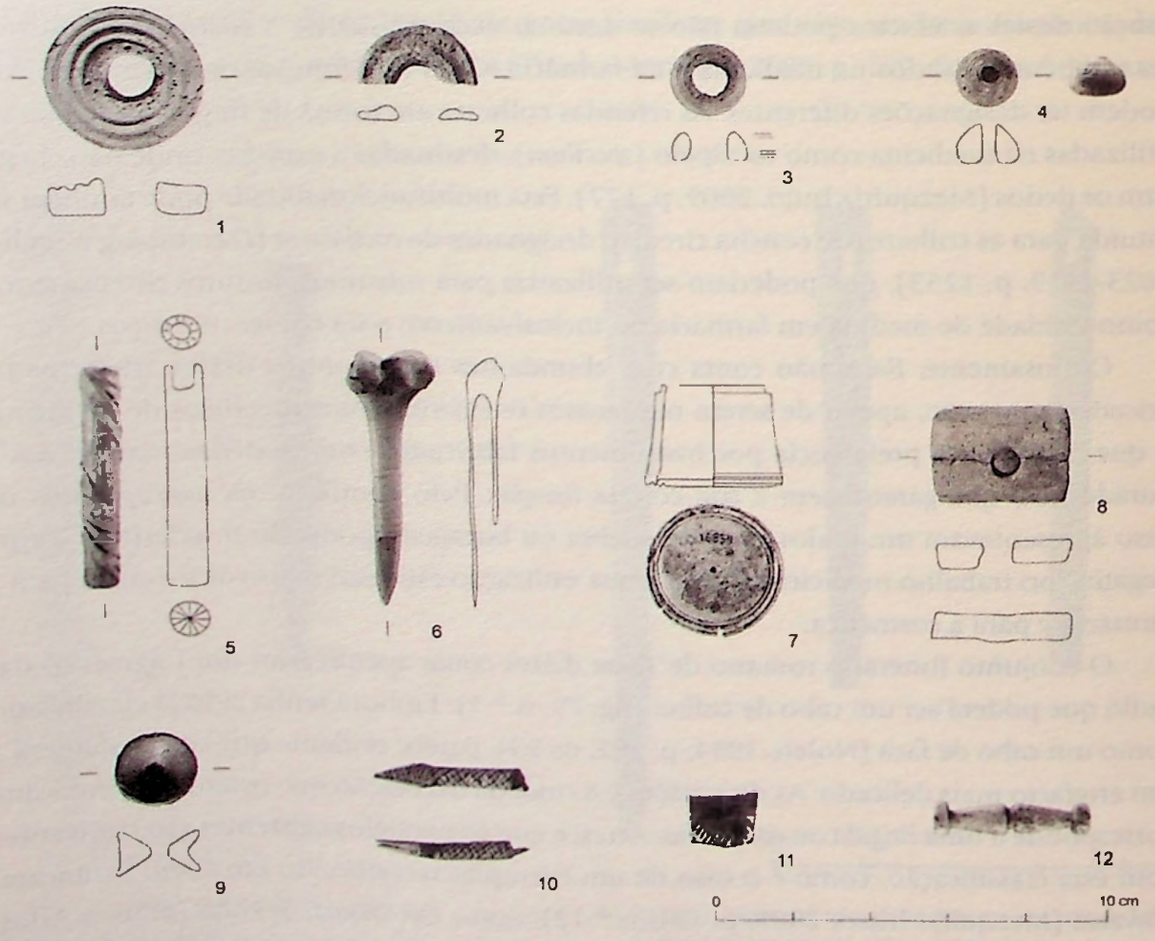


Fig. 79 — Artefactos de osso provenientes de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

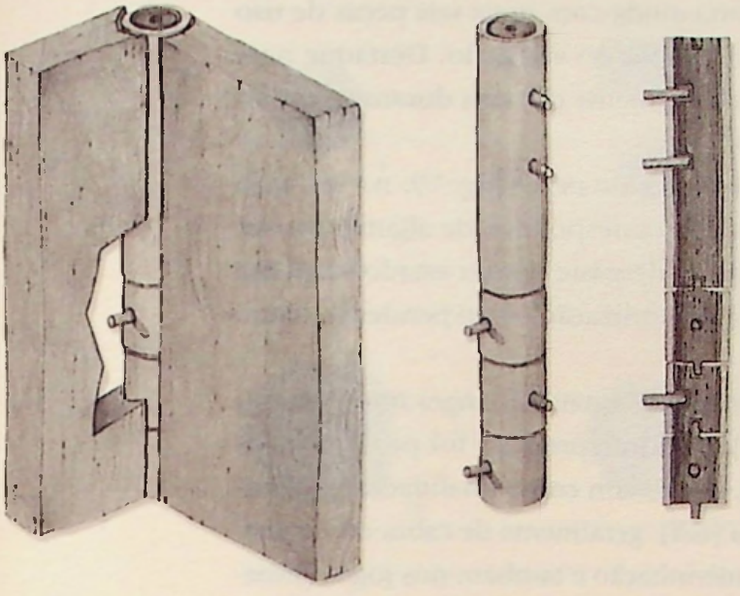


Fig. 80 — Reconstituição do funcionamento das dobradiças de osso (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 187). Desenho de Emili Revilha.

Além deste fragmento de tampa, foi ainda recolhido por Estácio da Veiga uma caixa circular decorada com linhas incisas junto à base e com o encaixe para a tampa (fig. 79, n.º 7). Mais uma vez, é extremamente difícil atribuir uma funcionalidade concreta a estas caixas circulares, e às respetivas tampas, que poderiam também ser utilizadas em jogos lúdicos, praticados no dia a dia romano. Eram uma forma de diversão bastante usual, podendo ser realizados sobre tabuleiros (*lusoria tabula*), com fichas (*calculi*) ou com dados (*tesserae*). A prática comum destes jogos está atestada não apenas pelo aparecimento de frequentes peças de jogo, mas também pela documentação de tabuleiros improvisados, como aconteceu nas ruas da cidade romana de Itálica (Bendala Galán, 1973, p. 263). As peças de jogo utilizadas no *ludus latrunculorum* e no *duodecim scripta*, os jogos mais praticados, deveriam ser guardadas com cuidado, especialmente as mais frágeis. Para isso eram utilizadas caixas de pequenas dimensões, onde eram acondicionados os dados ou as fichas de fogo. Outra funcionalidade que não podemos descartar é a sua serventia como tinteiro.

Os paralelos mais próximos, podemos encontrá-los em Espanha, nomeadamente em La Vega Baja, Toledo (Cáceres Gutiérrez e Juan Ares, 2010, p. 330 e 331, fig. 1, n.º 19 e 20), embora alguns dos exemplares pareçam corresponder a dobradiças com uma perfuração lateral, e em Pamplona, Navarra (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 184, n.º 1). No Museo Nacional de Arte Romano, em Mérida, está também exposta uma peça de idêntica morfologia. Também estes artefactos não são bons indicadores cronológicos, uma vez que a sua utilização está documentada desde o século I até ao século IV.

Os produtos manufaturados de osso não eram exclusivamente usados na cosmética, farmácia e medicina. Como dissemos já, esta matéria-prima não só era de acesso generalizado como também era fácil de trabalhar por qualquer indivíduo. Assim, poderemos encontrar artefactos de osso aplicados nas mais diversas situações domésticas do quotidiano (Aguado Molina, Bango García e Jiménez Cañizos, 2007). Destacam-se, pela sua abundância, os elementos de dobradiças para móveis, fabricados a partir de ossos longos esvaziados, com uma ou mais perfurações laterais, tendo em *Balsa* sido recolhido um exemplar (fig. 79, n.º 8). Estas peças deveriam estar unidas entre si por um perno de madeira, onde encaixava outro que passava pelos orifícios laterais, sendo depois aplicadas nas portas de armários, tampas de arcas ou caixas, permitindo a sua articulação (fig. 80).

Estes artefactos foram utilizados com frequência desde o século IV a. C., estando documentados na necrópole de Ampúrias (Almagro Basch, 1955), perdurando até momentos bastante tardios da ocupação romana. Claramente, estas peças, que usam a diáfise de um osso comprido de veado ou bovídeo (Mezquíriz Irujo, 2009, p. 186), encontram-se na maioria dos sítios de cronologia romana, especialmente naqueles que oferecem uma cronologia centrada nos séculos I e II.

Além dos materiais já citados, Torre d'Ares conta ainda com mais seis peças de uso pessoal, correspondentes a adornos ou adereços utilizados no vestuário. Destaque para um botão de alamar (Nolen, 1994, p. 201, os-1), relativamente comuns durante o período romano, quer de osso, quer de metal (fig. 79, n.º 12).

Mais problemática é a interpretação de uma vértebra de peixe (fig. 79, n.º 9), cuja associação a contextos funerários não é segura. Poderia corresponder, de alguma forma, a vestígios de banquetes funerários, mas a existência de desgaste por ter estado suspensa por um fio parece motivo suficiente para ponderar a sua utilização como pendente, como defendeu Jeannette Nolen (1994, p. 201, os-3).

Igualmente complicada é a leitura de um conjunto de quatro falanges interpretadas como contas de colar (Nolen, 1994, p. 201, os-2). Esta interpretação foi possível pelas perfurações longitudinais que as peças apresentam, que teriam como finalidade a suspensão do adorno, ainda que a estas partes anatómicas (*tali*), geralmente de cabra ou ovelha, tenham sido frequentemente usadas na prática da adivinhação e também nos jogos (Jímenez Higueras, 2005, lam. 14), função mais provável. A utilização destas peças como fichas de jogo, inclusive as que têm perfurações, não é inédita, estando atestada em Pompeia. Eram, com efeito, artefactos de fácil e barata aquisição, que poderiam facilmente substituir os dados ou as fichas, e que acabaram também por desempenhar papéis na adivinhação.

São conhecidas algumas representações onde esta prática está atestada, nomeadamente em um espelho grego com a representação de Afrodite jogando com Pã (Burn, 1999, p. 87), datado do século IV a. C., e em uma terracota exposta no British Museum, proveniente de Cápua, onde são visíveis duas crianças a jogar com os mesmos artefactos (Higgins, 1967, p. 129). As perfurações poderiam também ser utilizadas para transportar estas fichas de jogo, que ganharam bastante fama no mundo romano, o que motivou a sua reprodução em vidro (Whitehouse, 2003, p. 57 e 58, 982 e 983).

Seguindo a apresentação dos artefactos decorativos ou de adorno pessoal, que foram fabricados com as mais variadas matérias-primas, passamos a descrever os **artefactos líticos** identificados no conjunto de material arqueológico balsense. Tivemos já oportunidade de falar sobre um colar, feito de azeviche, proveniente dos contextos funerários desta cidade romana. Outros materiais líticos, poucos, foram reconhecidos, formando um total de doze peças, com funções várias, portanto, 1,6 % do conjunto.

Desde logo, sobressaem os artefactos destinados ao adorno pessoal, como é o caso das contas de colar. Neste conjunto, identificámos três, uma circular de secção ovalada fabricada com calcário da região (fig. 81, n.º 1), outra de quartzo, de tonalidade avermelhada, provavelmente jaspe ou cornalina, alongada e de secção hexagonal (fig. 81, n.º 2) e outra ainda circular, de pedra negra (fig. 81, n.º 3), talvez grauvaque, abundante na zona. Apenas a pedra avermelhada corresponde a uma importação, parecendo as restantes ter sido fabricadas com pedra local. Quanto às técnicas de fabrico, quer a de calcário quer a de grauvaque terão sido produzidas por desgaste, evidência de fabrico local pela sua simplicidade. Já o exemplar exógeno deverá ter sido fabricado por lapidação e polimento, técnica bem mais difícil, requerendo mão de obra especializada.

Também o jaspe ou a cornalina, este último muito utilizado no fabrico de pedras de anel, deverá ter sido usado na produção do pendente ou amuleto incompleto em forma de jarro (fig. 81, n.º 4). Mais uma vez, tanto a matéria-prima como a técnica de produção denunciam a importação do adorno.

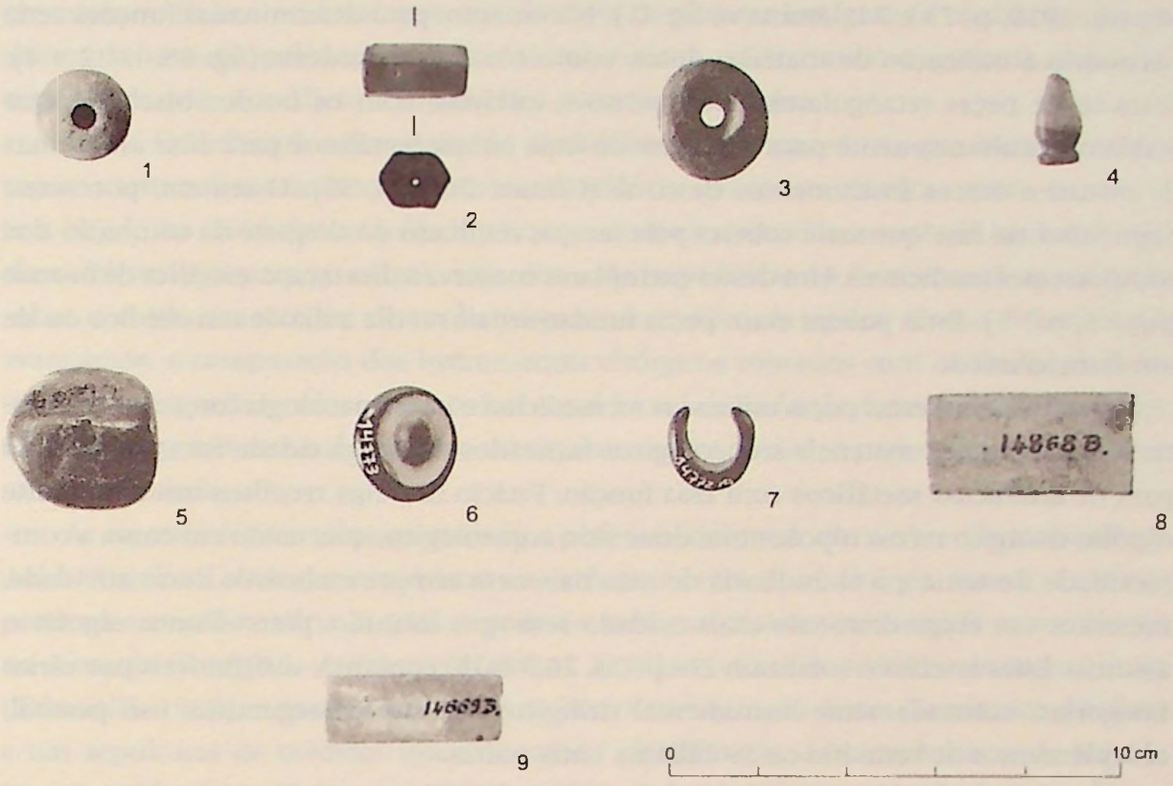


Fig. 81 — Artefactos líticos provenientes de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Distinta matéria-prima foi usada na conta irregular, pentagonal, com um orifício central (fig. 81, n.º 5). Embora pareça ser de âmbar, não podemos assegurar tal classificação.

O exemplar de pedra negra, com uma nervura circular branca no centro (fig. 81, n.º 6), deverá corresponder a um amuleto, aparentemente, em forma de olho, fabricado a partir de um fóssil ou de uma rocha com veios de quartzo. Outros dois artefactos deverão ser derivados desta peça (fig. 81, n.º 7), da qual se aproveitou a parte circular exterior, fabricando uma peça em forma de lúnula, amuleto feminino. Para a primeira não encontrámos qualquer paralelo que permitisse auxiliar a função que terá desempenhado.

Outras funções desempenhariam outros artefactos, como as placas de mármore (fig. 81, n.º 8 e 9). O seu destino poderia ser bastante variado, nomeadamente aplicações em mobiliário, na arquitetura funerária, até mesmo em adornos. A julgar pelas dimensões dos exemplares algarvios, que não excedem os 5 centímetros de comprimento, deverão ter sido usados em mobiliário funerário ou em pequenos móveis depositados junto com o cadáver, atitude frequente durante o Alto-Império. Refira-se que Estácio da Veiga recolheu fragmentos de mármore em pelo menos uma sepultura. Embora exponhamos apenas dois fragmentos, o explorador natural de Tavira afirma ter encontrado «cinco lâminas de mármore que revestiam uma sepultura» (*Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, p. 8).

Artefactos idênticos foram ainda utilizados na medicina e, mais seguramente, na farmacologia, como base ou paleta para preparar cremes, medicamentos e pós destinados à medicina (*cuticulum*), como é o caso do exemplar recolhido na sepultura de Vega Baja (Palol, 1972, p. 139, fig. 7). Já vimos que as peças reservadas a estas funções poderiam ser de osso ou mesmo de vidro, como acontece com um exemplar emeritense (Rodríguez

Martín, 1979, p. 73 e 74, lámina VI, fig. 11). No entanto, para determinadas funções seria necessária a utilização de matérias duras, como é o caso da ardósia (fig. 85, n.º 2 a 4). Trata-se de peças retangulares, de dimensões variáveis, com os bordos biselados que serviam simultaneamente para o encaixe de uma tampa metálica e para afiar as lâminas de bisturi e outros instrumentos de corte (Gomes, 2010, p. 35). Ostentam, por vezes, depressões na face que seria coberta pela tampa, resultado do desgaste da trituração dos componentes medicinais. Um destes exemplares conserva a dita tampa metálica de bronze (fig. 85, n.º 5). Estas paletas eram peças fundamentais no dia a dia de um médico ou de um farmacêutico.

A referência a estas peças utilizadas na medicina e na farmacologia força-nos a orientar a descrição dos materiais arqueológicos funerários da antiga cidade romana de *Balsa* para os **artefactos metálicos** com essa função. Estácio da Veiga recolheu um abundante espólio cirúrgico na necrópole norte deste sítio arqueológico, que, tendo em conta a complexidade do tema e a abundância de materiais nem sempre exclusivos dessa atividade, merecem um enquadramento mais cuidado sem que, contudo, pretendamos esgotar o assunto. Estes artefactos totalizam 214 peças, 28,3 % do conjunto, distribuíveis por várias categorias, nomeadamente instrumental cirúrgico, sistemas de segurança, uso pessoal, complementos de vestuário ou mobiliário, entre outras.

É possível afirmar que a grande inovação da cirurgia romana reside, sobretudo, na lógica do método terapêutico, embora saibamos que é de origem grega, e na grande operacionalidade do instrumental médico, que ainda hoje continua por superar, pelo menos para a grande maioria dos utensílios (Manteagudo García, 2000, p. 86). Como acontece com outras matérias-primas (Pereira, 2012a), foram os romanos que souberam explorar todas as potencialidades do metal, aplicado ao serviço da saúde pública e privada.

Para alguns investigadores do ramo da medicina, contudo, esta grande inovação do instrumental cirúrgico e das técnicas paliativas contrasta fortemente com o conhecimento anatómico, medíocre, o que era potenciado sobretudo pela impunidade da classe médica da época e pela impossibilidade de dissecação (Manteagudo García, 2000, p. 86; Cybulska et al., 2012). Parece que se pretende afirmar que a classe médica não evoluiu paralelamente ao seu instrumental, o que não deixa de ser contraditório. Admitimos que o culto aos antepassados, com a sua deificação (*Manes*), é impeditivo do avanço do conhecimento anatómico *post mortem*. Já referimos que todo aquele que estivesse em contacto com a morte e com o cadáver era visto como herético, até porque dissecar o cadáver era profanar a memória do defunto. No entanto, o romano encarava a morte de forma completamente distinta, consoante se tratasse de alguém influente na sociedade ou de um simples criminoso ou indigente. Aos últimos, o sepultamento poderia ser mesmo inumano, simplesmente lançados para valas comuns, que somente eram cobertas de sedimentos quando ficavam cheias de matéria escatológica. Neste sentido, seguramente que a classe médica tinha suficientes «cobaias» para praticar a cirurgia *post mortem* e aprender a anatomia humana, principalmente nas grandes cidades litorais ou capitais de província, onde a densidade populacional era maior e a existência de indigentes era mais provável.

Por outro lado, estranhamos que o instrumental médico tenha evoluído tão rapidamente. Não é credível que a classe médica tenha produzido os seus próprios instrumentos, pelo menos na totalidade. Assim, estes deveriam dar indicações aos fabricantes para que criassem utensílios práticos e funcionais, adaptados às tarefas concretas que os médicos

executavam. Parece evidente que esta situação demonstra um grande conhecimento da anatomia humana, pelo menos cutânea e subcutânea, contrariando o aparente desconhecimento de que os médicos romanos são, por vezes, acusados.

Não é fácil discutir a propósito do conhecimento ou ignorância que a classe médica romana teria sobre a anatomia humana. O silêncio das fontes clássicas sobre esta temática, aliado ao encobrimento das técnicas medicinais aplicadas, acessíveis apenas a uma classe laboral que protege os seus «segredos», são impeditivas no momento de argumentar sobre o conhecimento ou desconhecimento anatómico da época. Como timidamente avançámos, a comparação dos instrumentos cirúrgicos romanos com os atuais pode ser um caminho esclarecedor, que só fará sentido se efetuada de forma multidisciplinar. O arqueólogo não tem suficientes conhecimentos sobre medicina para que possa adentrar-se em tal estudo.

As escassas fontes sobre as quais nos podemos debruçar são a obra *De Medicina*, de *Aulus Cornelius Celsus*, que nos deixou oito volumes dedicados à cirurgia, farmácia e dietas praticadas em Alexandria, à qual se poderão somar os instrumentos médicos recolhidos na «Casa do Cirurgião» de Pompeia (Maiuri, 1973), na «Casa do Médico» de Baden, Suíça (Tabanelli, 1960), nos acampamentos militares romanos do *Limes* Germânico (*ibidem*) e nas sepulturas de médicos que vêm sendo identificadas, destacando-se as de Mérida (Ramíres Sábada, 2002; Ramíres Sábada e Gijón Gabriel, 1994, p. 152; Sanabria Escudero, 1964, p. 63 e 64, 1965, p. 397-399; Borobia Melendo, 1988, p. 50 e 51; Ayerbe Vélez, 2001), capital da província da Lusitânia. Pouco mais chegou aos nossos dias sobre a atividade dos *medici vulnerarii*. Refira-se, contudo, que outras obras fazem referência à atividade destes profissionais, nomeadamente Horácio (*Sermones*, II, 3, 147-155), enaltecendo a sua inteligência, astúcia e serenidade perante situações de grande tensão.

Para a medicina praticada a partir do século II, temos obras como a de Sorano de Éfeso (*Ginecologia*), que escreveu quatro volumes sobre as doenças femininas, ou de Galeno de Pérgamo, autor que faz referência à proibição de dissecação humana em Roma, mas que ele aplicou em «esqueletos de sepulcros ruinosos, corpos de malfeitores enforcados, em porcos, cães e macacos» (Borbia Melendo, 2007).

Mas a grande qualidade técnica e ideológica da medicina romana torna-se ainda mais evidente quando comparada com os séculos que se seguiram à queda do Império Romano, momento a partir do qual se renunciou ao tratamento do corpo, para se dar especial atenção ao tratamento da alma (Monteagudo García, 2000, p. 90). É atribuído ao Cristianismo o crescente desleixo com o corpo e com a higiene, que vingou até ao Renascimento e que poderá estar na base do surgimento de novas doenças. Ainda assim, é extremamente difícil a interpretação desta tese se atendermos ao facto de, no século II, a capital do império ter sofrido doenças e epidemias em larga escala (Sallares, 2002; Gozalbes Cravioto e García, 2007; Schiedel, 2009).

Segundo Plínio, um tal *Archagatus*, natural do Peloponeso, foi o primeiro médico (*periodeuta*) que se estabeleceu em Roma em cerca de 210 a. C. (*Naturalis Historia*, XXIX, 12 e s.), após um período em que a medicina praticada se baseava no *auspicium* e no *haruspicium*. Este médico grego é considerado o primeiro a praticar uma medicina metódica e técnica e foi o primeiro a receber a cidadania romana e o título de *vulnerarius*. Ainda assim, este médico acabou por ser expulso da cidade de Roma, com o epiteto de *carnifex*, devido às suas operações temerárias e à crueldade com que amputava os

membros aos pacientes (*ibidem*). No entanto, abriu o caminho a outros e para a prática de uma medicina científica utilizada pelos que lhe seguiram, como aconteceu com Asclipíades de Bitínia, que terá salvado um paciente que estaria praticamente morto (Apoleio, *Metamorphoses*, IV, 18).

A terapêutica aplicada por Asclipíades é considerada similar à dos atuais terapeutas tradicionalistas, portanto, naturalista, mas ativa, sendo implementador do diagnóstico precoce. Em contrapartida à escola deste médico da antiguidade, outra terapêutica era utilizada, a naturalista passiva, de Hipócrates, que confiava na ação curativa da natureza (Monteagudo García, 2000, p. 92).

A boa fama dos médicos aumentou significativamente durante o século I a. C., apesar de estes serem alvo frequente de burlas na literatura (principalmente Plínio), fomentada pelas técnicas que aplicavam e que cada vez mais davam mostras de sucesso. Neste sentido, a hidroterapia ganhou um especial destaque, comprovado pelas abundantes referências clássicas a fontes salutíferas (Horácio, *Epistulae I*, 15, 1-11; Plínio, *Naturalis Historia*, refere mais de 80 fontes; Vitrúvio, *De Architectura*, VIII, 2.1). A comprovar a boa fama dos médicos romanos encontramos ainda uma passagem na obra de Suetónio, na qual expressa que, durante uma carência de água, Augusto expulsou da cidade de Roma todos os forasteiros exceto os médicos (*De Vitis Caesarum, Divus Augustus*, 42).

A obra de *Aulus Cornelius Celsus* é a mais completa que sobre o tema chegou aos nossos dias. O autor deverá ter exercido, sensivelmente, durante a primeira metade do século I, embora seja possível que tenha sido apenas um compilador de vários textos de outros médicos, de que era amigo pessoal. Alguns defendem que Celso foi, com efeito, um conceituado médico que relatou algumas das suas próprias experiências (Monteagudo García, 2000, p. 93), tendo sido um dos pais da medicina, juntamente com Hipócrates e Galeno. Celso foi um médico preocupado com a humanidade, que, combinando a terapêutica dos empíricos, que utilizavam os medicamentos, e a dos naturalistas, que curavam com dietas, higiene e exercícios corporais, recusou utilizar a vivissecção de condenados, prática utilizada pela escola de Alexandria (*ibidem*), empunhando a desumanidade como argumento e refletindo que um bom cirurgião é aquele que tem mão ágil e não profundos conhecimentos.

Reparamos que, não obstante os grandes progressos na medicina introduzidos por Celso, o desconhecimento sobre a anatomia humana é ainda grande, facto que é potenciado pelo culto aos mortos (Jímenez Díez, 2007). Ainda assim, as técnicas utilizadas por Celso continuam a surpreender a classe médica atual, como é o caso do estancamento de hemorragias (*De Medicina*, VII), técnicas que, até há bem pouco tempo, foram utilizadas. Por outro lado, a crescente importância que a medicina vinha conquistando acabou por estimular a especialização dos médicos romanos, a partir de meados do século I, entre os quais se destacam os dentistas, os oftalmologistas ou os cirurgiões estéticos (Marcial, *Epigrammaton*, X, LVI, 1-8).

Assim, a partir do reinado de Augusto a medicina romana assistiu a um progresso técnico rápido, mas de erudição paulatina, travada por uma ideologia que respeitava os antepassados. Apesar de tudo, esta era uma sociedade constantemente preocupada em recuperar os doentes e feridos, especialmente em momentos de conflito, o que está patente num esforçado investimento em construir edifícios capazes de albergar uma quantidade considerável de doentes, concretamente os *valetudinaria*, abundantes no *limes*

germanicus (Koenen, 1904, p. 180-182; Schultze, 1934, p. 54-63; Johnson, 1983, fig. 116 e 160). Estes edifícios, localizados nos acampamentos militares ou nas suas imediações amuralhadas são instalações hospitalares de grande modernidade e funcionalidade para a época (Monteagudo García, 2000, p. 98 e 99), estando compostos por dois ambientes distintos. Um estava constituído por quartos isolados, destinados aos pacientes, assistidos por um vestíbulo e uma despensa, e o outro estava destinado ao pessoal de serviço e às suas atividades cirúrgicas e medicinais (Monteagudo García, 2000, p. 99 e 100).

Até ao momento, os *valetudinaria* dos acampamentos militares romanos do *limes* são o melhor e mais conservado exemplo de edifícios destinados às atividades paliativas. Compreensivelmente são estes locais e estas zonas de conflito que estão mais sujeitas a um maior número de feridos. Segundo os relatos de Columela, é credível a existência destes edifícios em outros locais e em outros contextos, nomeadamente em *villae* (*De Re Rustica*, XII, 18). Seguramente que também os edifícios públicos urbanos destinados aos pugiles e gladiadores também estavam guarnecidos com estes equipamentos. Porém, as evidências arqueológicas que deixaram poderão ser praticamente impercetíveis, uma vez que estavam absorvidos por edificações com outras funcionalidades, como acontece com os anfiteatros, onde frequentemente se encontra instrumental médico (Rodríguez Martín, 1979, p. 40). Seriam meros compartimentos, onde se praticava a medicina, por vezes, de forma ocasional, e detetável apenas pelos instrumentos que poderão, ou não, aparecer. Os valetudinários das legiões, em contrapartida, são vocacionados única e exclusivamente para o tratamento dos feridos ou doentes militares.

Um bom exemplo de locais onde se praticava a medicina permanente, mas que não se trata de *valetudinaria*, é a «casa do cirurgião» de Pompeia (Aguado Bleye, 1947, p. 276, fig. 102), onde foram recolhidos cerca de 140 artefactos cirúrgicos. Correspondia, portanto, a um médico civil que praticava *medicatrina* num anexo da sua própria habitação. Mas, como dizíamos, estes contextos são raros e difíceis de identificar. Mais comum é a identificação de sepulturas de médicos prestigiados, dispersas um pouco por todo o Império Romano, contando *Balsa* também com, pelo menos, uma pertencente a um médico, que exerceu nessa cidade do extremo ocidente peninsular.

As sepulturas de médicos romanos são mais fáceis de identificar, seja pela existência de lápides funerárias que denunciam a sua existência, ou pela recolha de abundantes instrumentos relacionados com a medicina. Alguns dos melhores exemplos podem encontrar-se na capital da província da Lusitânia, comprovados tanto pela epigrafia como pelo instrumental médico (Blanco Coronado e Peral Pacheco, 2005, p. 46-49), chegando a discutir-se sobre o exercício de medicina praticada também por mulheres, facto patente na lápide funerária de Júlia Saturnina (*ibidem*, p. 50 e 51).

Sobre o instrumental médico, importa referir que não havia diferença entre o utilizado pelos médicos militares e pelos médicos civis, coincidência comprovada pelas similitudes das peças encontradas no *limes* e os que foram reconhecidos, até ao momento, nas sepulturas de médicos, supostamente, civis. De igual forma, nem sempre é fácil distinguir a especialidade praticada tendo por base a análise dos instrumentos. Os bisturis ou ventosas poderiam ser utilizados indistintamente por cirurgiões ou por médicos que exerciam a medicina geral (Monteagudo García, 2000, p. 101), um pouco como acontece atualmente. Por outro lado, há instrumentos que denunciam, diretamente, a especialidade do seu utilizador, como é o caso dos *specula*, relacionados com a ginecologia,

reconhecidos, a título de exemplo, em Mérida (Rámon Mélida, 1919). Também os selos de oftalmologia podem comprovar a especialidade praticada sem que, contudo, o nome marcado no selo corresponda ao seu utilizador, mas sim ao seu fabricante. É o caso dos selos fabricados por *Gaius Firmus Severus*, identificados na sepultura de Reims, em França (Goessler, 1938, p. 24).

A qualidade produtiva e mesmo artística dos artífices ao serviço do pessoal médico demonstra uma admirável habilidade de pessoas que dominavam por completo as técnicas da metaloplastia, sem esquecer que, em última análise, estes artefactos têm que ser práticos. Não obstante, pretendem simultaneamente ser o símbolo de uma classe prestigiada. É extremamente difícil identificar a existência destas «fábricas» de grande qualidade torêutica, não apenas pela raridade de artefactos marcados, mas também pelo facto de as morfologias se terem mantido em uso durante bastante tempo e pelas particularidades decorativas que foram exportadas a grandes distâncias e comercializados em todo o império (Monteagudo García, 2000, p. 102).

Mas a contrariar esta parafernália instrumental de alto nível, o autor grego Luciano, insurgindo-se contra os médicos, lembra-nos que alguns pretendiam ocultar a sua ignorância detrás de uma seleta biblioteca e de belíssimos instrumentos trabalhados, enquanto o médico hábil, com um simples bisturi, liberta o seu paciente da dor (Milne, 1907, p. 15 e 16).

Voltando à questão sobre a produção do instrumental médico, deve dizer-se que, embora seja grande a dificuldade em identificar locais de produção e mesmo áreas de proveniência, é certo que a concordância de determinado estilo num determinado sítio arqueológico ou em determinado equipamento médico é denunciador de que foram encomendados ao mesmo artífice. Esta é uma realidade que também podemos confirmar na cidade romana de *Balsa*, uma vez que apesar do conjunto médico não ser comparável com outros no que respeita à quantidade ou mesmo à qualidade, é evidente que pertenceram a um médico que se estabeleceu nesta cidade. Como referíamos, no sítio algarvio a quantidade de instrumentos não é comparável com outros achados de sepulturas de médicos, como a de *Bingium*, onde foram recolhidas cerca de 60 peças numa única sepultura (Como, 1925). Mas algumas das 35 recolhidas em *Balsa* apresentam um estilo de metaloplastia semelhante entre si.

A grande disseminação de sepulturas de indivíduos ligados à medicina com instrumentos semelhantes, quer geograficamente quer em cronologias largas, é a derradeira prova de que estes gozaram de uma grande durabilidade e comercialização em vastas áreas. É também no *limes* que encontramos a maior concentração de sepulturas de médicos, contrastando com a sua aparente inexistência em Roma. No entanto, isso não significa que a capital do império não tivesse albergado médicos, e a comprová-lo foram reconhecidas abundantes lápides funerárias, embora, porque estão desprovidas de contexto, não permitam localizar a sepultura do *nomen* indicado. Alguns dos melhores exemplos de instrumental médico recolhido no interior de sepulturas foram identificados em Wehringen, na Alemanha (Künzl, 1983, p. 114; Laubry, 2009), em Luzzi, na Itália (Künzl, 1983), em Mérida, na Espanha (Sanabria Escudero, 1965, p. 397-399), sendo impossível não mencionar também o instrumental médico que foi descoberto em Pompeia, sob um corpo, muito possivelmente de um médico, que terá sido surpreendido pela erupção do Vesúvio quando fugia com as suas ferramentas de trabalho (Künzl, 1983).

Muitas outras sepulturas de médicos foram identificadas, sendo referidas apenas estas pela excecionalidade dos achados, ou porque continham alguns dos conjuntos de cirurgião mais completos, alguns parcialmente acondicionados em estojos de bronze ou em bolsas de couro. A grande maioria das sepulturas de médicos que praticavam a cirurgia continha também instrumentos utilizados na farmacêutica. Era frequente, senão constante, os médicos prepararem os medicamentos que receitavam. Somente quando são identificados instrumentos inequivocamente relacionados com a cirurgia é que se poderá supor que estamos perante um médico-cirurgião, caso contrário, o instrumental poderá ter pertencido a um farmacêutico ou, inclusivamente, a um esteticista. Refira-se, a título de exemplo, uma sepultura de Nida-Heddernheim, na Alemanha, onde a relação de uma caixa com a cosmética só foi possível devido à identificação, no seu interior, de pequenas barras de sebo coloridas a vermelho e amarelo (Fasold, 1992).

Parece evidente que os médicos não se fariam acompanhar constantemente por um farmacêutico, motivo pelo qual preparavam os seus próprios fármacos. Os farmacêuticos deveriam ser indivíduos que praticavam a sua profissão num determinado local ao qual acorriam os cidadãos que pretendiam obter fármacos, sem recorrer ao médico. Os médicos deveriam ser o último recurso em caso de doença ou ferimento. Neste sentido, a receita médica deveria ser exercida pelo farmacêutico e pelo médico quando se tratava de casos mais graves.

Somente quando associados a estes instrumentos aparecem outros, de utilização exclusiva do cirurgião, como é o caso dos bisturis, serras, ventosas, cateteres, é que poderemos classificar a sepultura como pertencente a um médico. No entanto, mesmo dentro da medicina encontramos diferentes especialidades que dificultam a identificação da função final da maioria dos instrumentos. O bisturi pode ter sido utilizado tanto pelo médico-cirurgião, como pelo médico geral ou mesmo pelo oftalmologista. Neste sentido, a prática médica pode ser dividida em diferentes funções de acordo com o instrumental, nomeadamente: exploração e unção; pequena cirurgia ou cirurgia de superfície; cirurgia óssea; cirurgia ocular; extração de sólidos; extração ou injeção de líquidos; aparato circulatório; higiene de superfície; material de farmácia e estojo de cirurgião (Monteagudo García, 2000, p. 105 e 106). Na análise dos materiais médico-cirúrgicos balsenses, procuraremos aprofundar um pouco a função de cada um dos instrumentos que podem ter sido utilizados em vários destes serviços, definidos pelo galego Luís Monteagudo García.

Desconhecemos se a totalidade dos materiais médico-cirúrgicos recolhidos na necrópole norte de Torre d'Ares por Estácio da Veiga é proveniente da mesma sepultura ou se, pelo contrário, foram recolhidos em diferentes sepulcros. Não podemos sequer garantir, como acontece com a maioria dos materiais, que são todos oriundos da necrópole, embora o seu estado de conservação pareça corroborar tal suposição. Mas, como veremos de seguida, a análise da funcionalidade dos instrumentos parece demonstrar que deveriam pertencer ao mesmo indivíduo. É um conjunto que parece abarcar a maioria das funcionalidades, permitindo ao seu utilizador exercer, aparentemente, a medicina de um modo geral. Ou seja, o proprietário destes materiais não deveria exercer uma determinada especialidade, mas sim praticar todo o tipo de intervenções cirúrgicas, especialmente pequena cirurgia. Sobre os contextos de campo encontramos uma pequena passagem de Estácio da Veiga, no *Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, que sugere que alguns instrumentos

possam ser oriundos do mesmo túmulo. Aí é referida a recolha de «um agulheiro ou estojo de cobre com instrumentos de trabalho pegados à tampa» (p. 70). O autor informa ainda neste manuscrito sobre a recolha de «pregos de ferro», que poderiam pertencer a outro estojo de matéria perecível, onde se encontravam os restantes artefactos, ou integrar uma caixa para medicamentos, como foi já avançado (Gomes, 2010, p. 73).

Não obstante, Estácio da Veiga especificou, mais adiante, que dentro deste estojo estavam apenas dois «instrumentos de trabalho» (p. 154 e 155), sem fazer referência aos restantes. Estranhamos o silêncio acerca dos restantes materiais, principalmente tendo em conta a qualidade e quantidade observável, 35 peças. Com isto, é possível supor que estavam distribuídos, pelo menos, por dois sepulcros distintos. O silêncio de Estácio sobre a proveniência do restante instrumental médico contrasta, contudo, com a sua classificação recente de «sepultura do cirurgião», sem que fique claro o momento em que se perpetua tal definição. Em boa verdade não temos dados que nos permitam garantir que os restantes são provenientes do mesmo túmulo, principalmente porque o seu achador não se pronunciou sobre eles. Joana Gomes iniciou a desmaterialização deste mito (2010, p. 75), pois alertou para o facto de não ser correto falar em «sepultura do cirurgião», mas apenas em instrumentos médico-cirúrgicos, definição que também poderá ser errónea. Como veremos, alguns dos artefactos podem associar-se à farmacêutica ou cosmética.

É indiscutível que pertenceram a um médico ou a um farmacêutico, talvez até a ambos, se forem provenientes de diferentes sepulturas, sendo aliciante a proposta de pertencerem à mesma sepultura. No entanto, apenas podemos garantir, categoricamente, que um estojo foi recolhido em um túmulo (fig. 85, n.º 1), em associação com outros dois artefactos, mas essa conexão perdeu-se. Decerto corresponderão a alguns dos representados e analisados neste trabalho, mas, no percurso até ao atual local de depósito, perdeu-se a sua associação. Esta falta de contextos dificulta ainda a identificação profissional do seu utilizador, pois o conjunto inclui instrumentos que podem haver sido empregados na cirurgia, farmácia, cosmética ou simples higiene pessoal. Alguns dos que vêm sendo classificados como «de cirurgião» podem mesmo ter sido usados na costura, como acontece com as agulhas, confundíveis com sondas simples ou bifurcadas, e *vice-versa*. Trata-se de agulhas de secção quadrangular com a presença de dois orifícios na extremidade distal.

Estas agulhas foram incluídas no trabalho de Joana Gomes (2010, vol. II, n.º 38, 39 e 60), às quais pudemos somar mais um exemplar, entretanto reconhecido. Estes artefactos (fig. 85, n.º 6-9), classificados como médico-cirúrgicos, mas de designação e funcionalidade indeterminada, são na verdade «agulhas de empreita» utilizadas frequentemente por colchoeiros, albardeiros e tapeceiros (Ponte, 1978, p. 138 e 139). Aliás, o próprio Estácio da Veiga alertou para o facto de estas agulhas não serem instrumentos de cirurgião, sendo também através dele que se pode concluir que não apareceram nessa sepultura, quando na página 9 do *Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro* referiu uma «urna lavrada com incineração e uma agulha de malheiro que vai inclusa nos objectos de cobre» (op. cit., p. 9).

Conímbriga (Ponte, 1978, n.º 103 e 104) e Troia (Costa, 1933, p. 179) são alguns dos sítios arqueológicos onde se puderam identificar materiais idênticos aos de *Balsa*. É curioso verificar que a maioria destas agulhas ostenta marcações laterais que parecem tratar-se de numerações coincidentes com diferentes tamanhos. Dos quatro exemplares completos balsenses, três ostentam marcações que parecem coincidir com números romanos.

É mesmo possível afirmar que quanto mais longa a marcação, maior é o instrumento. A única exceção parece ser a agulha de menores dimensões (fig. 85, n.º 9), cujas marcações, além de serem consideravelmente longas, aparecem aos pares em duas das quatro faces da agulha que é de secção quadrangular.

A utilização de agulhas na medicina em época romana não é inédita, nem pretendemos descurar a sua utilização neste âmbito. Porém, este tipo em concreto não parece haver sido recolhido, até ao momento, em associação a instrumentos médico-cirúrgicos. Assim sendo, não é impossível admitir que estas agulhas tenham sido recolhidas em outra sepultura, pertencente a um artesão balsense que se fez acompanhar pelos seus instrumentos de trabalho.

Refira-se ainda que foram identificados mais dois fragmentos de agulha do mesmo tipo, correspondentes aos dois orifícios da proximidade distal, e outra agulha de rede, de secção circular, terminando uma das extremidades em forma de diapasão (fig. 85, n.º 17), embora sejam mais encurvadas e fechadas do que é usual neste tipo de artefacto. Ainda que, frequentemente, se tenha associado estes instrumentos à pesca e ao conserto das redes, a sua associação à tecelagem também não é inédita (Ponte, 1978, p. 140), especialmente estes tipos bifurcados apenas de um dos lados. Ainda que façamos referência a estas três peças, a verdade é que não podemos assegurar a sua proveniência da necrópole norte de *Balsa*.

Voltando à análise tecnomorfológica dos instrumentos médico-cirúrgicos, estes seguramente provenientes de contextos funerários, os 35 artefactos identificados são distribuíveis por 14 categorias de diferentes funções, nomeadamente exploração e unção, cirurgia simples, higiene de superfície ou material de farmácia. Esta informação é suficientemente válida para considerar que estes instrumentos estão associados a um médico que deverá ter exercido a medicina em geral, sem que possamos afirmar a sua especialização em qualquer ramo. Obviamente que o instrumental que o acompanhou na morte poderá não ser representativo da totalidade de instrumentos que utilizou em vida. No entanto, e ainda que *Balsa* tenha sido uma importante cidade na Antiguidade, é possível que os médicos conceituados preferissem estabelecer-se em cidades com maior densidade populacional, ou em capitais de *conventus*, onde poderiam exercer a especialidade a que se dedicavam. Esta especialidade era seguramente potenciada pela concorrência de outros médicos que exerciam na mesma cidade, como acontecia em Mérida (Sanabria Escudero, 1964) ou em Ampúrias (Oliva Prat, 1946). Em contrapartida, em cidades mais pequenas, onde apenas um médico, ou talvez dois, exerciam a sua profissão, a prática profissional seria mais flexível, sendo imposta pela inexistência da «concorrência». Assim deveriam atender todo o tipo de urgências, doenças ou simples consultas. Este conjunto poderá ser eco desta realidade.

A comprovar o exercício da cirurgia por parte deste médico balsense encontramos os três bisturis, que, pela sua morfologia, foram seguramente produzidos na mesma oficina e talvez tenham sido utilizados pelo mesmo indivíduo (fig. 82, n.º 1 e 2). O bisturi ou escalpelo romano era usualmente constituído por três partes: a lâmina cortante fabricada de ferro que poderia ser de várias formas, dependendo do seu uso; o cabo paralelepipédico, que tinha numa das extremidades a ranhura para o encaixe da lâmina e dois entalhes horizontais laterais que recebiam um cordel ou um fio que apertava a lâmina para que esta não se movesse; e, finalmente, uma espátula em forma de folha de oliveira na outra extremidade, que funcionaria como separador cirúrgico ou como sonda. Embora o cabo

comum do escalpelo fosse de bronze, seguramente que foram utilizados outros materiais na sua produção, como o osso, o marfim, ou mesmo a madeira, da mesma forma que a extremidade oposta à lâmina poderia assumir outras formas, embora esta seja a mais comum e a prática para os seus utilizadores. A título de exemplo referimos o bisturi de oftalmologista que tinha, geralmente, lâmina pequena e triangular e, no extremo oposto, uma agulha para extrair o cristalino (Monteagudo García, 2000, p. 112 e 113; Borobia Melendo, 2007, p. 183). Referimos ainda, pela sua excecionalidade, o bisturi duplo achado na Gália, concretamente em Quarante (Feugère, 1985, p. 44 e 45, fig. 1), que ostenta encaixe para lâminas nas duas extremidades, idêntico ao que havia já sido identificado em Bingen (Como, 1925).

Os três exemplares balsenses são compostos por um cabo de secção circular decorado com incisões, uma delas helicoidal, apresentando no topo das incisões circulares quatro fios de prata aplicados. Deveremos ainda salientar que além da técnica de aplicar um fio para comprimir a lâmina, exibem uma pequena cavilha de ferro (fig. 82, n.º 2) que atravessa a lâmina, que estaria perfurada. São de fabrico extremamente cuidado, com embutidos de prata, que demonstram a elevada perícia torêutica do seu fabricante.

É extremamente difícil propor uma correta origem para estes artefactos que seguramente não são de produção local/regional, nem mesmo peninsular. Os poucos paralelos existentes podem encontrar-se em Colónia, Alemanha (Jackson, 1990, p. 14), Saint-Privat-d'Allier (Monteagudo García, 2000, p. 147, f. 50) e outro em Puy-en-Velay, França (Milne, 1907, p. 24-27, plate II, n.º 6), área onde deverão ter existido abundantes oficinas que produziram instrumental médico-cirúrgico, principalmente atendendo à proximidade com o *limes*, onde prosperou a prática medicinal. Embora possa parecer que esta proposta contraria a da importação itálica, avançada por Joana Gomes (2010, p. 75), não é esse o objetivo que pretendemos. Apenas alertamos que não há dados suficientes para avançar com uma ou com outra proposta, e ambas deverão ser tidas em consideração.

O mesmo parece acontecer com a cronologia avançada (*ibidem*), em que o século III é tomado como o momento de utilização destes artefactos. No entanto, embora na maioria das publicações a datação seja omissa (Borobia Melendo, 2007), está comprovada a sua utilização durante os séculos I, II e III (Monteagudo García, 2000, p. 111-113). Com efeito, já John Stewart Milne apontava uma cronologia compreendida entre estes séculos para os escalpes em geral, «Different varieties of handles are shown in Plates I-III. Some are beautifully damascened with silver. These are mostly of the third century, but Sambon reports some damascened handles of the first century.» (op. cit. 1907, p. 25), esclarecendo que os exemplares que apresenta são mais tardios.

A concordar com a cronologia alto-imperial dos três bisturis, encontramos outros três instrumentos, que, juntamente com os escalpelos, parecem formar um mesmo conjunto (fig. 82, n.º 1 a 5). Este é outro argumento na hora de decompor e reorganizar o instrumental da famosa sepultura do cirurgião balsense. Os três instrumentos a que nos iremos referir não fizeram, até ao momento, parte deste conjunto (Pereira, 1990). Com efeito, não parece fazer qualquer sentido separar estes últimos das seis peças já conhecidas, uma vez que acusam a mesma técnica decorativa e de metaloplastia, que para além da aplicação de prata, ostentam também ouro embutido. Em todos, o cabo está decorado com um sulco helicoidal. Segundo estes critérios, é possível que estes instrumentos tenham sido fabricados pelo mesmo artífice.

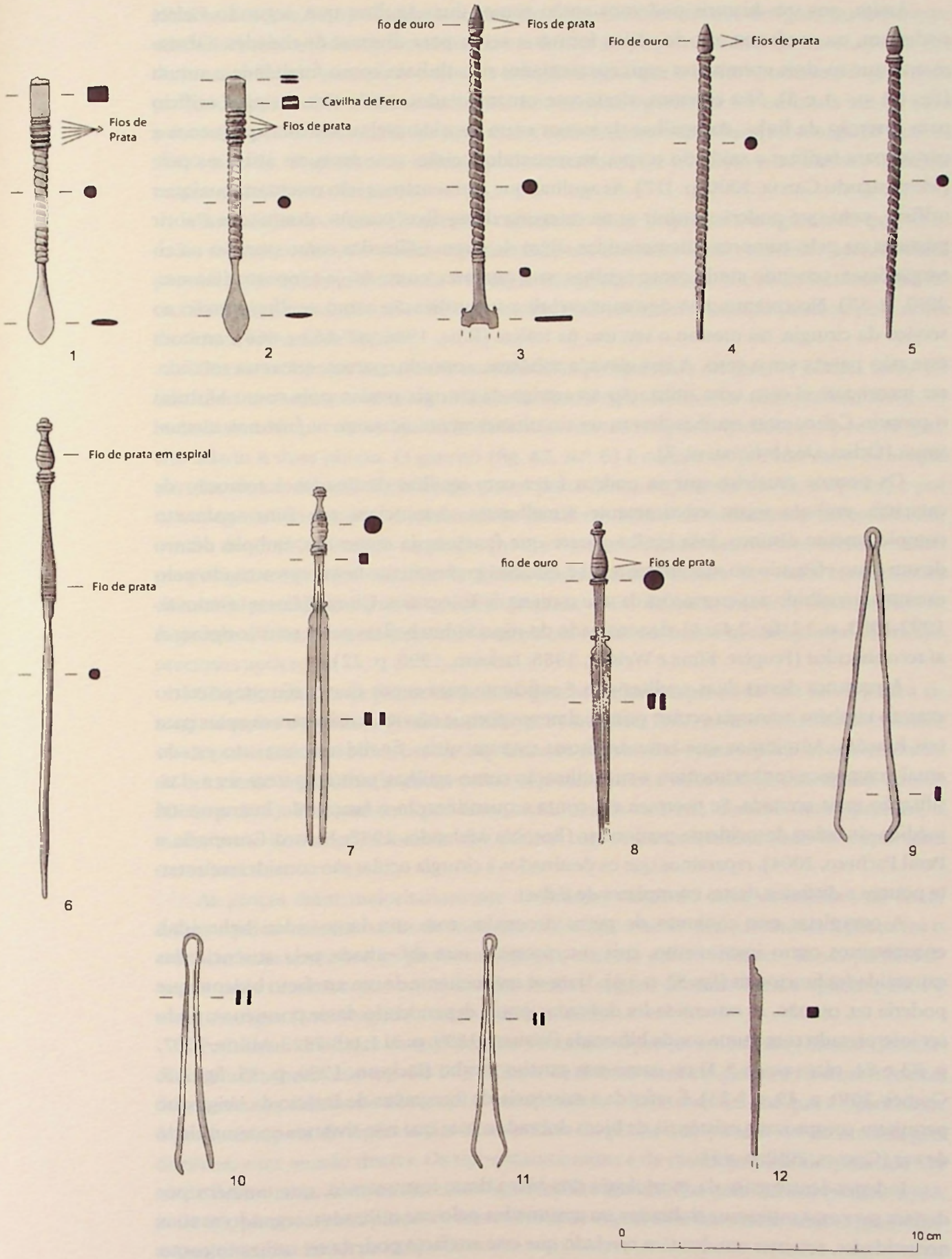


Fig. 82 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

Assim, aos três bisturis podemos então somar duas agulhas que, segundo Celso, poderiam, na medicina, ser de várias formas e servir para diversas finalidades. Obviamente que os dois exemplares aqui apresentados não tinham como finalidade a sutura (fig. 82, n.º 4 e 5). São espessos, ricamente ornamentados e não têm o típico orifício para inserção da linha. As agulhas de sutura eram consideravelmente mais pequenas e curvas para facilitar a saída do corpo, atravessando a cisão, sem provocar atrito na pele (Monteagudo García, 2000, p. 117). As agulhas que apresentamos não ostentam qualquer orifício, pelo que poderão incluir-se na categoria de agulhas/punção, destinadas a abrir pústulas na pele, tumores e hemorroidas, além de serem utilizadas como punção na cirurgia óssea, servindo ainda como agulhas para cataratas, como foi já proposto (Gomes, 2010, p. 50). No entanto, não devemos excluir a sua utilização como agulha/punção ao serviço da cirurgia, ou mesmo o seu uso na toilete (Riha, 1986, n.º 662 e 666), embora esse não pareça ser o caso. A sua elevada robustez, contudo, parece, em certa medida, ser incompatível com uma utilização ao serviço da cirurgia ocular, pois como afirmou o próprio Celso, estas agulhas devem ser simultaneamente *sic acuta, ut foret non nimium tenuis* (Celso, *De Medicina*, VII, 7).

Os poucos paralelos que se podem fazer com agulhas destinadas à remoção de cataratas, embora sejam esteticamente semelhantes, denunciam um funcionamento completamente distinto. Esta agulha parece que funcionaria como um êmbolo dentro de um cano efetuado no mesmo material e que está graficamente bem representado pelo exemplar recolhido nas escavações da *villa* romana de Tolegassos, Girona (Casas i Genovar, 1992-1993, p. 12, fig. 2.4 e 4), denominado de «tipo Montebellet» pelos seus congéneres aí reconhecidos (Feugère, Künz e Weisser, 1988; Jackson, 1990, p. 22).

A presença destas duas agulhas não é suficiente para supor que o seu proprietário exerceu também a cirurgia ocular, principalmente porque não as consideramos aptas para tais funções. Admitimos que estes artefactos tiveram várias finalidades, mas no estado atual dos nossos conhecimentos, a sua utilização como agulhas/punção parece ser a classificação mais acertada. Se tivermos em conta a quantificação e função do instrumental médico-cirúrgico do ocidente peninsular (Borobia Melendo, 1987; Blanco Coronado e Peral Pacheco, 2004), reparamos que os destinados à cirurgia ocular são consideravelmente poucos e distintos destes exemplares de *Balsa*.

A completar este conjunto de peças decoradas com um largo sulco helicoidal, encontramos outro instrumento, cuja interpretação está dificultada pela ausência das extremidades funcionais (fig. 82, n.º 3). Trata-se seguramente de um artefacto bidente que poderia ter, ou não, as extremidades dobradas e que, dependendo desse pormenor, pode ser interpretado como uma sonda bifurcada (Walters, 1899, p. 314, n.º 2323; Milne, 1907, p. 83 e 84, plate XXII, n.º 3) ou como um gancho rombo (Jackson, 1990, p. 15, fig. 2.5; Gomes, 2010, p. 49, n.º 23). É referida a existência de fotografias de Estácio da Veiga que permitem comprovar a existência de bicos dobrados, mas que não tivemos oportunidade de ver (Gomes, 2010, p. 49).

Independentemente da morfologia dos bicos deste instrumento, que também poderiam ser constantemente dobrados ou aprumados pelo seu utilizador, segundo as suas necessidades, recentes estudos têm revelado que este artefacto poderia ser utilizado como afastador ou mesmo como «elevador de amígdalas» (Monteagudo García, 2000, p. 115 e 116), apresentando-se um exemplar recolhido na Turquia, de fabrico bem mais simples

(*ibidem*, f. 43, n.º 16). Geralmente, o cabo terminava em forma de «gota ou azeitona», servindo como sonda exploratória, ou em forma de pequena colher de *auriscalpium*. Poderia ser utilizado para picar e elevar a amígdala para que o bisturi pudesse cortar o mais profundo possível, e eliminar as raízes. Esta técnica operatória foi utilizada até há bem pouco tempo, embora cada vez com maior automatismo e rapidez (Monteagudo García, 2000, p. 115). O gancho ou bidente poderia também ser utilizado para elevar ou afastar outras excrescências corporais.

Este conjunto estava claramente capacitado para pequenas cirurgias sem que, contudo, se possa adscrever a uma especialidade em concreto. Pelo contrário, parece muito provável que estivesse destinado à cirurgia em geral, especialmente se aceitarmos que foi recolhido em associação ao restante instrumental médico encontrado na necrópole norte da cidade romana de *Balsa*.

Outras três peças podem ser consideradas provenientes da mesma oficina onde foi fabricado o conjunto anterior, embora a morfologia destes três exemplares pareça ser bem mais comum na antiguidade. Referimo-nos ao conjunto constituído por um gancho afiado e duas pinças. O gancho (fig. 82, n.º 6) é composto por um cabo de secção circular, decorado com incisões circulares (uma delas ostentando um fio de prata) e por martelagem, terminando a extremidade distal em forma de balaustrada decorada com um fio de prata helicoidal. As pinças (n.º 7 e 8), também de bronze/cobre, oferecem uma morfologia e decoração similar, de forma abalaustrada, estando decoradas com incisões circulares preenchidas por dois anéis de prata e um de ouro, entre os dois primeiros. A grande diferença entre o gancho e as pinças reside na forma que adquirem os metais preciosos aplicados.

São abundantes os paralelos para os ganchos afiados, que poderiam servir para a cirurgia simples ou estética (Walters, 1899, p. 313; Milne, 1907, p. 85 e 86, plate XXIV; Künzl, 1982, p. 14; Jackson, 1990, p. 15 e 16). Usavam-se sobretudo para separar as extremidades de uma lesão e para fixar e poder cortar as partes moles e infetadas (Monteagudo García, 2000, p. 116). Precisamente por estes instrumentos estarem, durante uma operação, a maior parte do tempo, fixos, são dos poucos cuja outra extremidade não está apta para outro uso.

As pinças eram maioritariamente de bronze, existindo raros exemplares de ferro. A julgar pelos vários achados de instrumental médico no Império Romano, a pinça era o artefacto mais comum e frequente no equipamento do médico clássico. Servia particularmente para extrair corpos estranhos das feridas, segurar protuberâncias, aplicar panos e secar o sangue (Monteagudo García, 2000, p. 123).

Podem ser divididas entre pinças de dissecação e pinças articuladas (Blanco Coronado e Peral Pacheco, 2004, p. 54-56), embora as últimas também possam ser denominadas de tenazes. As *vulsella* de dissecação correspondem a instrumentos em que a elasticidade é produzida pela divergência das duas pontas da pinça, que podem ser de morfologias distintas, e ter ou não dentes. Os tipos mais comuns e de distinção mais simplificada são os de hastes retas, com os extremos ligeiramente encurvados para dentro (Milne, 1907, p. 90-95, plate XXVI) e as pinças de hastes bastante encurvadas formando uma elipse (Monteagudo García, 2000, p. 123).

Um pouco como acontece com os ganchos afiados, também é frequente que as pinças tenham apenas uma função, sendo muito raras as que possuem a extremidade oposta às

hastes adaptada a um qualquer uso, de que são exemplo as do Museu de Saint-Germain-en-Laye, com uma sonda em forma de azeitona numa das extremidades, e a de Paris, com uma pequena colher (Milne, 1907, plate XXVII).

As pinças com o extremo das hastes retas e sem dentes eram utilizadas, na antiguidade, tal como na atualidade, para a depilação. Aliás, vários autores clássicos fazem referência à depilação púbica praticada pelas classes sociais mais elevadas (Juvenal, *Saturae*, XI, 145-151), situação muito criticada e combatida pelo Cristianismo. Estes artefactos eram, portanto, muito frequentes em qualquer casa de proprietários com relativo poder aquisitivo e cuidado estético (Riha, 1986, Tafel 12). Além da morfologia abalaustrada dos dois exemplares balsenses, as extremidades podiam ainda ser pontiagudas e oblíquas, com os extremos denticulados (como muitas das atuais), que serviam para segurar melhor o alvo e que frequentemente são chamadas de pinças de tumores (Blanco Coronado e Peral Pacheco, 2004, p. 55). Refira-se que estas pinças denticuladas podiam também ser utilizadas para o manuseamento da mecha das lucernas, como o comprova um exemplar de *Stabiae* que formava parte dos acessórios de uma lucerna de bronze (Roux, Barre e Kaiser, 1841, Tafel 39).

Sobre a cronologia deste conjunto de três peças, parece verosímil admitir uma datação centrada nos séculos I e II, suportada pelos abundantes exemplares da capital provincial de semelhante morfologia (Blanco Coronado e Peral Pacheco, 2004, p. 58), assim como outros geograficamente mais distantes (Milne, 1907, p. 90-93; Gomes, 2010, p. 43; Gui, 2011). Refira-se ainda a recolha de uma peça semelhante, ainda que sem a balaustrada, em níveis do reinado de Trajano escavados na cidade de Conímbriga (Alarcão et al., 1979, p. 184, n.º 242).

Relativamente às restantes cinco pinças identificadas no conjunto necrológico balsense, não podemos, mais uma vez, assegurar que estivessem em associação com o restante instrumental médico, especialmente as representadas na figura 92, n.º 9-11. Não obstante, têm sido interpretadas como pertencentes à afamada sepultura do cirurgião (Pereira, 1990, p. 122-124; Gomes, 2010, p. 50 e 51). No entanto, não devemos esquecer que as peças com esta morfologia, em forma de elipse, eram extremamente comuns e usadas sobretudo no uso doméstico (Riha, 1986, Tafel 13).

Tal como as anteriores, que já foram interpretadas como *myzon* (Gomes, 2010, p. 50), também três destas pinças correspondem a artefactos utilizados na depilação, ainda que saibamos que foram também usadas com propósitos médicos (Borobia Melendo, 2007, p. 188 e 189). É frequente que as pinças surjam inseridas num anel de metal, junto com outros instrumentos, principalmente estiletes e sondas de ouvido. Nestes casos estamos seguramente perante peças utilizadas na cosmética e/ou higiene pessoal.

A restante peça foi já interpretada como uma pinça de tumores (Gomes, 2010, p. 50 e 51), interpretação que não podemos assegurar, atendendo ao mau estado de conservação que apresenta (fig. 82, n.º 12). A pinça de tumores (*myzon*), semelhante aos exemplares n.º 7 e 8, tem como principal característica as extremidades denticuladas, que encaixam perfeitamente, permitindo segurar, com mais firmeza, o alvo (Monteagudo García, 2000, p. 123-125; Borobia Melendo, 2007, p. 189). Esta característica está ausente no fragmento (n.º 12) correspondendo, possivelmente, à parte central da haste.

O instrumental médico balsense conta com um abundante número de colheres sonda (*specillus cyathiscomele*), concretamente cinco exemplares, de diferentes tamanhos.

Três correspondem à típica colher ovalada, em forma de folha de oliveira (fig. 83, n.º 1-3). Outro tem a colher maior e em forma de gota (n.º 4) e o restante apresenta a mesma morfologia, mas invertida (n.º 5). É possível que cada um destes instrumentos tivesse uma função concreta, determinada não apenas pelo tamanho, mas também pela forma que a colher adquire. São geralmente compostas por um cabo simples, de secção circular, separado da colher por decorações helicoidais ou simples anéis sulcados. Numa extremidade apresenta a colher ovalada (*specilli concava pars*) e no outro a sonda em forma de azeitona (*nucleus specilli*).

A colher alargada teria como principal função explorar e limpar feridas profundas e verter bálsamos, enquanto a sonda era utilizada para explorar fístulas e introduzir pomadas (Monteagudo García, 2000, p. 109). Ainda que estes instrumentos possam ser utilizados na exploração e na unção durante uma intervenção, eram também úteis no serviço farmacêutico (Borobia Melendo, 2007, p. 185), embora alguns autores proponham que na farmácia eram utilizadas especialmente as colheres circulares (Monteagudo García, 2000, p. 135).

Mais uma vez, a datação destes artefactos concorda com a dos anteriores. Uma cronologia que abarca os séculos I e II parece ser a mais sensata, tendo como apoio os paralelos de Conímbriga (França, 1971, p. 13-15, est. II, n.º 16 e 17; Alarcão et al., 1979, p. 185-187, n.º 269) ou de Cañada Honda (Hibbs, 1991, p. 118).

Outro instrumento utilizado com frequência na exploração e unção cirúrgica foram as espátulas sonda (*spathomele*), que tinham em uma das extremidades a sonda em forma de azeitona, que servia para explorar e observar em profundidade feridas ou fístulas. A espátula, geralmente em forma de remo, estava apta para a preparação e aplicação de pomadas sobre a pele e ferimentos superficiais. Embora os autores insistam que este instrumento era mais uma ferramenta de farmácia que de cirurgia (Borobia Melendo, 2007, p. 185), com os quais não podemos deixar de concordar, lembramos novamente, contudo, que era frequente os médicos prepararem os seus próprios fármacos com o objetivo de os aplicar no momento. É credível que os médicos clássicos, concretamente aqueles que exerciam a medicina geral, incluíssem no seu instrumental artefactos de farmácia, como parece ser o caso de *Balsa*. Lembramos ainda que Galeno refere a utilização destes instrumentos na cirurgia médica (Bath, 1823-1833, *Opera Omnia*). Neste sentido, a sonda poderia ser utilizada como agitador de fármacos líquidos ou semissólidos, correspondendo esta espátula a um aplicador de pomadas.

Mas como acontece frequentemente na Antiguidade, o mesmo artefacto poderia assumir várias e distintas funcionalidades. Indicou Aécio que este instrumento foi também utilizado como depressor da língua, para observar a garganta em profundidade, ou como dissetor nas intervenções ginecológicas (*Apud* Olivieri, 1950; Milne, 1907, p. 59), ou ainda, nos partos, como cautério, depois de cortado o cordão umbilical, segundo Sorano de Éfeso (*Artis Obstreticiae*, IV).

Uma das espátulas sonda de Torre d'Ares é composta por um cabo de secção circular terminando uma extremidade em forma de azeitona e a outra em forma de remo ovalado e alongado, de secção em I (fig. 83, n.º 7). A outra peça (n.º 6), mais complexa e incluída no espólio da sepultura do cirurgião, é composta por um cabo de secção circular, que, numa extremidade, termina em forma de gota invertida que tem um orifício alongado na área medial, findando a outra em forma de espátula oval alongada, de secção em I.

A espátula está separada do cabo por um pequeno losango. É curiosa a presença de um orifício na extremidade da sonda que, segundo Borobia Melendo (1988, p. 30), servia para a colocação de uma linha para tratar pólipos nasais. É possível admitir que fosse também utilizada esta técnica para ferimentos, especialmente quando infetados.

Exemplares semelhantes são relativamente abundantes um pouco por todo o Império Romano. Não é desconhecida a sua presença também em território peninsular e especialmente nacional (Alarcão et al., 1979, p. 187 e 188, n.º 274; Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 125), por vezes confundidos com *ligulae* (França, 1971, p. 18, n.º 20). Infelizmente nenhum exemplar forneceu dados cronológicos.

Difíceis de interpretar são quatro instrumentos (fig. 83, n.º 8-10, fig. 84, n.º 1) morfologicamente semelhantes, um dos quais está classificado como proveniente da sepultura do cirurgião, embora Maria Luísa Affonso dos Santos não o apresente (1990). É, em nosso entender, inteiramente aceite a classificação de «sondas punzantes ou estiletes» atribuída por Borobia Melendo (2007, p. 186), embora em alguns deles uma das extremidades se semelhe a uma espátula. Trata-se de instrumentos médico-cirúrgicos compostos por um cabo de secção quadrangular ou circular, terminando uma das extremidades em espátula ou em bico romboide e a outra extremidade em bico. Apesar de apresentarem variantes, é possível encontrar paralelos frequentes, nomeadamente em Ampúrias, onde se detetaram peças análogas (Oliva Prat, 1945, p. 55, lamina XI, n.º 6 e 7), e em Mérida, onde foram classificadas de «espátulas sonda» (Sanabria Escudero, 1964, p. 67 e 68, fig. 7).

É bastante difícil, quando não existem contextos, determinar a função destes instrumentos, que podem ter sido utilizados na medicina, cirurgia, cosmética ou em atividades domésticas (*ibidem*). Podiam ainda ser utilizados para escrever sobre tábuas de cera, o que não invalida um uso médico. Galeno refere a utilização destes artefactos na extração de dentes (Bath, 1821-1833, *Opera Omnia*) e Hipócrates, muitas vezes considerado pai da medicina, serviu-se deles para provocar a rotura do líquido amniótico de uma mulher em situação de parto eminente (*Corpus Hippocraticum*, IV).

Quiçá possamos incluir na mesma classificação outra peça (fig. 84, n.º 2), ainda que tenha já sido considerada uma sonda simples (Gomes, 2010, p. 54). Não obstante, Enrique Luiz Borobia considera que as sondas simples são barras metálicas de secção circular sem qualquer tipo de terminação específica (2007, p. 184 e 185), que podem mesmo estar relacionadas com a odontologia (Borobia Melendo e Luz Parra, 1992). A existência, no exemplar algarvio, de uma extremidade engrossada, em forma de azeitona, parece obrigar, portanto, à sua inclusão na categoria das sondas punção.

Outro fragmento permite determinar apenas a função de uma das extremidades (fig. 84, n.º 3), uma vez que está incompleto. Trata-se de uma sonda em forma de azeitona que, como vimos constatando, são muito abundantes nos conjuntos de instrumentos médicos de *Balsa*, embora sempre acoplados a outros, com distintas funções.

As sondas de ouvido estão representadas neste conjunto por um único exemplar de fabrico simples, decorado junto da extremidade funcional com um sulco helicoidal (fig. 84, n.º 4). Os ouvidos foram uma das partes do corpo humano que mereceram mais atenção por parte dos médicos clássicos, o que pode ser explicado pelo facto de corresponder a uma das zonas anatómicas que mais facilmente permitia a identificação de sintomas e à qual se acedia facilmente. A sonda de ouvido mais comum corresponde ao tipo *oricularium specillum*, descrita por Celso (*De Medicina*, VI, 7), coincidente com o

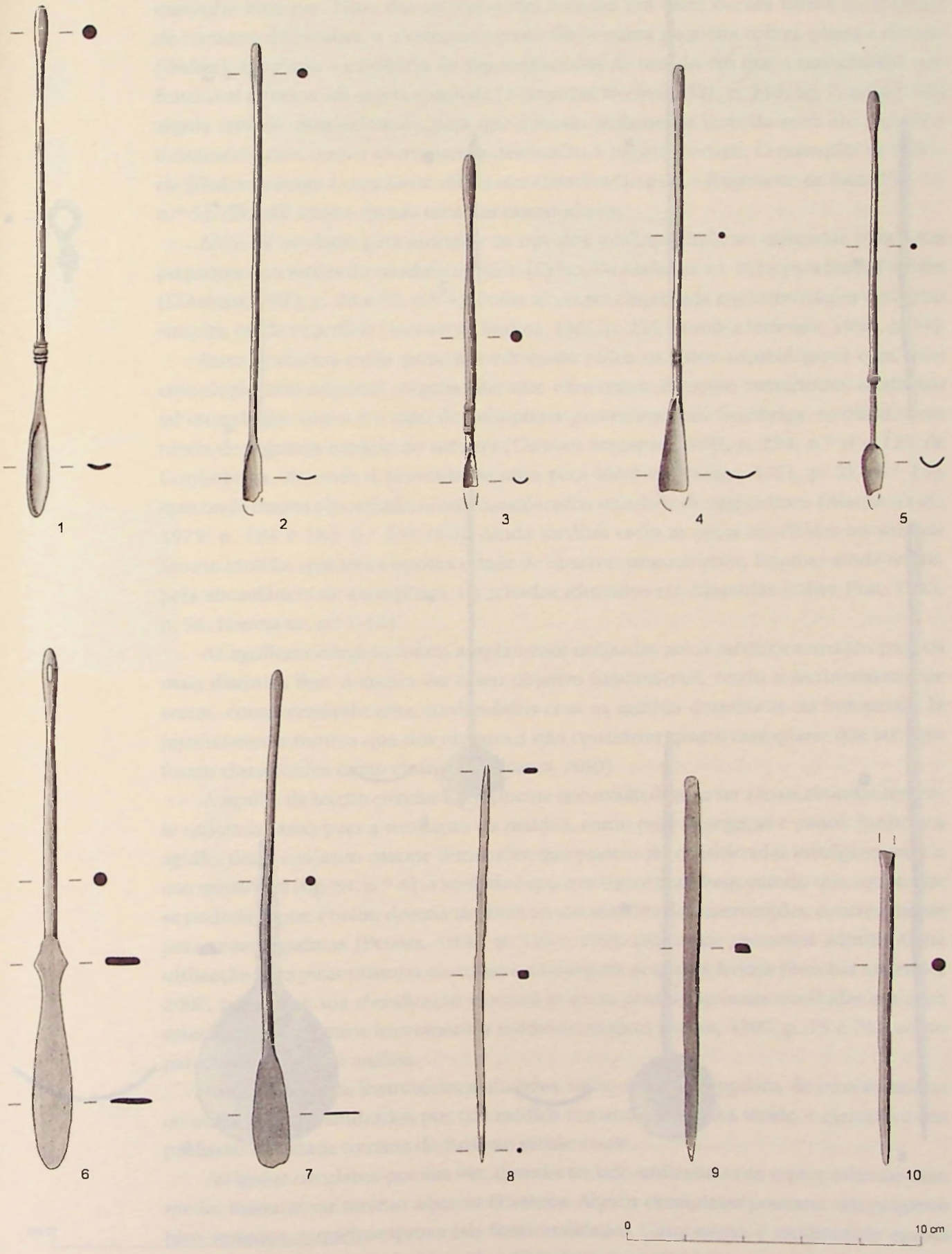


Fig. 83 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

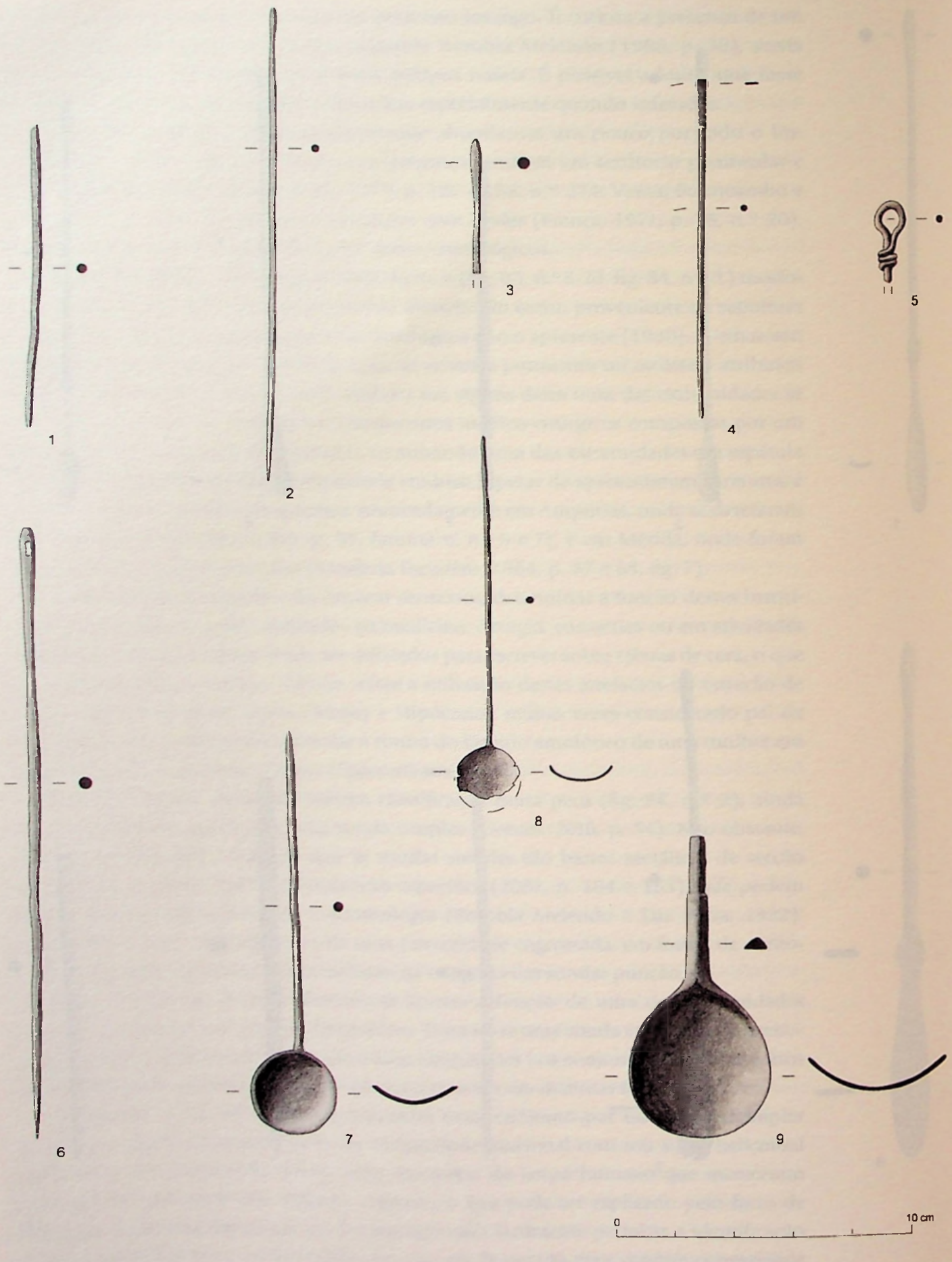


Fig. 84 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

exemplar balsense. Uma das extremidades termina em bico, ou em forma de azeitona de menores dimensões, e o extremo oposto finda numa pequena colher, plana e circular (*ibidem*). É curiosa a existência de algumas sondas de ouvido em que a extremidade não funcional termina em argola enrolada (Monserrat Molina, 1981, p. 255, fig. 2, n.º 6). Esta argola serviria, possivelmente, para que a sonda pudesse ser inserida num aro metálico, juntamente com outros instrumentos destinados à higiene pessoal. O exemplar de Palência (*ibidem*) obriga a considerar válida esta classificação para o fragmento de *Balsa* (fig. 84, n.º 5), do qual restou apenas uma das extremidades.

Além de servirem para auscultar os ouvidos, podiam ainda ser utilizadas para tratar pequenas concreções do conduto urinário (Celso, *De Medicina*, VII, 26) e para limpar feridas (D'Amato, 1993, p. 98 e 99, n.º 4). Podia ainda ser empregada em intervenções cirúrgicas simples, ou de superfície (Monserrat Molina, 1981, p. 256; Borobia Melendo, 1988, p. 34).

Estes artefactos estão presentes em quase todos os sítios arqueológicos com uma cronologia alto-imperial. Alguns dos que ofereceram datações permitiram confirmar tal cronologia, como é o caso de exemplares provenientes de Segobriga, recolhidos em níveis de segunda metade do século I (Carmen Santapau, 2003, p. 294, n.º 11 e 12), de Conímbriga, de onde é proveniente uma peça idêntica (França, 1971, p. 21, n.º 13), mas onde outros são, erradamente, considerados «crochets de suspension» (Alarcão et al., 1979, p. 184 e 185, n.º 256-260). Ainda inéditas estão as peças recolhidas no sítio de Monte Molião, que tive a oportunidade de observar pessoalmente. Importa ainda referir, pela abundância de exemplares, os achados efetuados em Ampúrias (Oliva Prat, 1945, p. 56, lamina XII, n.º 1-12).

As agulhas cirúrgicas foram amplamente utilizadas pelos médicos romanos para os mais distintos fins. A sutura era o seu objetivo fundamental, tendo o inconveniente de serem, compreensivelmente, confundíveis com as agulhas domésticas ou industriais. Já justificámos o motivo que nos obrigou a não considerar quatro exemplares que até aqui foram classificados como cirúrgicos (Gomes, 2010).

A agulha de secção circular ligeiramente encurvada deveria ser a mais abundantemente utilizada tanto para a suturação da matéria, como para fixar gazas e panos. Embora a agulha deste conjunto ostente dimensões que podem ser consideradas invulgares para o uso medicinal (fig. 84, n.º 6), a verdade é que este tipo é mais frequente do que aquilo que se poderia supor. Porém, deveria também ter um uso fora das intervenções, concretamente para coser ligaduras (Pereira, 1990, p. 119 e 120), ainda que possamos admitir a sua utilização para picar pústulas ou como cautério para pequenas feridas (Borobia Melendo, 2007, p. 187). A sua classificação exata só se torna possível quando recolhidas em clara associação com outros instrumentos médico-cirúrgicos (Milne, 1907, p. 75 e 76), como parece ser o caso em análise.

Como vimos, os instrumentos aludidos até ao momento podem, de uma forma ou de outra, ter sido utilizados por um médico romano, que tenha vivido e exercido a sua profissão na cidade romana de *Balsa* no século I ou II.

As *ligulae* circulares, por sua vez, deverão ter sido utilizadas com o propósito de criar, medir, misturar ou mesmo aquecer fármacos. Alguns exemplares possuem um pequeno bico vertedor, o que comprova tais funcionalidades. Geralmente, a extremidade oposta termina em bico, que poderá ter sido utilizado como estilete (Monteagudo García, 2000, p. 135; Borobia Melendo, 2007, p. 192), o que sucede nos exemplares de Torre d'Ares

(fig. 84, n.º 7 e 8). Não devemos deixar de pensar que podem ter sido encabadas, com um cabo de madeira ou osso. Mas estas colheres foram também utilizadas no serviço de mesa (Pozo Rodríguez, 1998, p. 49; Riha e Stern, 1982), desvirtuadas de qualquer uso farmacêutico. Os poucos contextos que permitem datar estes artefactos apontam uma cronologia centrada entre os séculos I e II (Oliva Prat, 1945, p. 55, lamina XI; Hibbs, 1991, p. 119).

Idêntica funcionalidade deverá ter assumido a restante colher deste conjunto. É de maiores dimensões, sendo composta por um cabo de secção triangular, terminando a extremidade oposta à colher em bico rombo com encaixe para cabo, seguramente de osso ou de madeira, embora tenhamos conhecimento de exemplares em que este terminava em estilete (Riha e Stern, 1982, Tafel 18, n.º 171, 173 e 175). A concha da colher é circular, mas de tendência ovalada e secção em U (fig. 84, n.º 9).

Estas peças não são comuns nos inventários de sítios altoimperiais no extremo ocidente peninsular, e menos ainda quando se destinava ao serviço da medicina. Como adiantámos para os exemplares circulares, também estas *ligulae* eram utilizadas na mesa, talvez de forma maioritária. Parecem ter sido particularmente frequentes na área do *limes* germânico, entre os reinados de Tibério e de Cláudio (Riha e Stern, 1982, p. 17). Em Köngen e em Regensburg, na Alemanha, foram identificados exemplares próximos dos de *Balsa* (*ibidem*, p. 16, Abb. 5.4 e 5.6).

Sobre o conjunto de instrumentos médico-cirúrgicos, ou de farmácia, resta pronunciarmo-nos acerca dos estojos provenientes da principal necrópole balsense. Dois foram já alvo de estudo (Gomes, 2010, estampa V, n.º 31 e 32), autora a quem escapou o estojo no qual encaixa a tampa que trata. Seguramente que um destes dois estojos circulares é aquele a que se referiu Estácio da Veiga e ao qual estavam associados dois instrumentos.

Estes contentores (fig. 85, n.º 1) estavam destinados a guardar pequenos instrumentos de cirurgia (Monteagudo García, 2000, p. 136), que acompanhavam os médicos romanos durante a maior parte do seu tempo. Podem considerar-se *kits* de urgência, fáceis de transportar, que permitiam acompanhar sempre os seus utilizadores. Excecionalmente levariam mais de três ou quatro instrumentos. Alguns dos que foram exumados em Pompeia continham bisturis, pinças, sondas, ganchos e espátulas (Milne, 1907, p. 168 e 169). Não obstante, segundo as informações do escavador, um destes estojos continha apenas dois instrumentos, que, como acontece com o caso de Portogruaro, Veneza (Bertolini, 1904, p. 293-295), poderia ser apenas uma espátula e uma pinça. Estes estojos podiam também estar compartimentados, em pares de dois ou quatro, encaixados uns nos outros, destinados a conter fármacos (Floriano, 1940-1941, f. IV).

Além destes contentores, eram ainda usados outros mais aptos ao acondicionamento e transporte de fármacos. Eram geralmente em forma de paralelepípedo e fabricados em madeira ou metal, a maioria das vezes, com quatro compartimentos, em gaveta, com uma pequena pega, fechados com tampas. Sobre estas corria outra placa que selava toda a caixa.

Já nos pronunciámos acerca das paletas para triturar, misturar ou empastar fármacos e unguentos quando tratámos os artefactos líticos provenientes desta necrópole (fig. 85, n.º 2-4). Chamamos novamente à colação uma paleta de *Balsa* (n.º 2), uma vez que a ela estaria associado outro instrumento metálico. Embora possamos pensar que as paletas estavam desprovidas de qualquer proteção, na verdade eram frequentemente protegidas por tampas fabricadas de madeira ou, mais raramente, de metal (fig. 85, n.º 5).

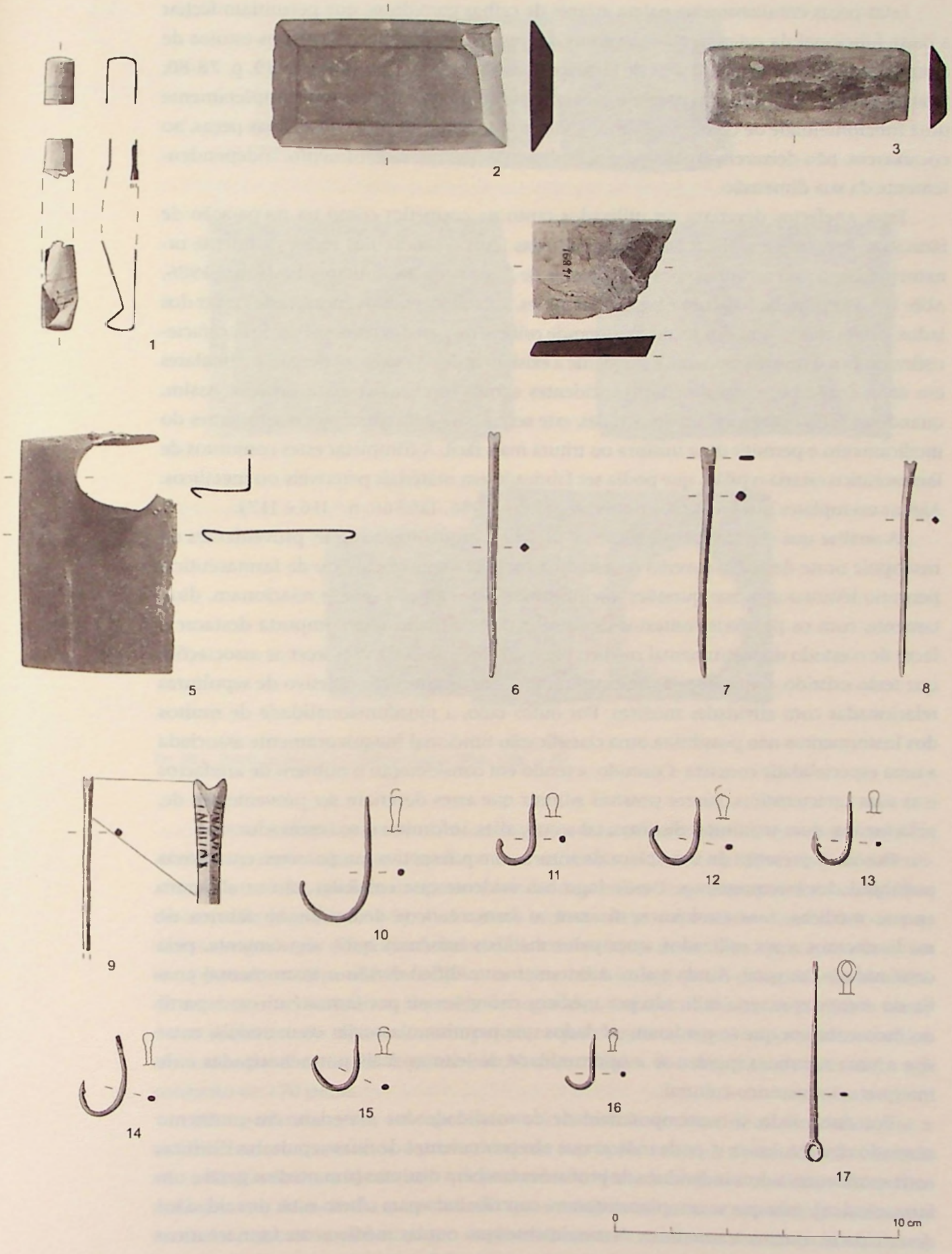


Fig. 85 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Estas peças encaixavam na paleta através de calhas corrediças, que permitiam fechar a parte funcional da *cuticula*. Não devemos confundir estes artefactos com os estojos de cirurgião ou mesmo com as caixas de fármacos, como já aconteceu (Pina, 1929, p. 78-80; Gomes, 2010, p. 57). O único paralelo existente até ao momento descarta completamente uma funcionalidade de contentor (Riha, 1986, p. 44, Abb. 17), além de as duas peças, ao encaixarem, não deixarem espaço para acondicionar qualquer instrumento, independentemente da sua dimensão.

Estes artefactos deveriam ser utilizados tanto na cosmética como na preparação de fármacos. As partes metálicas adquiriam variadas formas sendo, por vezes, ricamente ornamentadas, como acontece com o exemplar de *August* (fig. 86), Alemanha (Riha, 1986, Abb. 17). O exemplar balsense é bastante simples, aplanado, com os encaixes de correr dos lados, ostentando, num dos topos, um grande orifício de paredes retas e altas. Esta característica explica o motivo pelo que é frequente a existência de paletas com desgastes circulares em áreas concretas, curiosamente coincidentes com a localização deste orifício. Assim, quando as duas peças estavam encaixadas, este servia para concentrar os componentes do medicamento e permitir uma mistura ou tritura mais fácil. A completar estes conjuntos de farmacêutico estaria o pilão, que podia ser fabricado em materiais perecíveis ou metálicos. Alguns exemplares metálicos são conhecidos (Riha, 1986, Tafel 66, n.º 116 e 117).

A análise que concretizámos sobre os materiais arqueológicos que, provenientes da necrópole norte de *Balsa*, deverão ter estado ao serviço da medicina ou da farmacêutica, permitiu levantar algumas questões que julgamos pertinentes e que se relacionam, diretamente, com os possíveis contextos de recolha. Em primeiro lugar, importa destacar o facto de o estudo do instrumental médico não permitir, por si só, conhecer as associações que terão existido, o que impede que avancemos com um número objetivo de sepulturas relacionadas com atividades médicas. Por outro lado, a plurifuncionalidade de muitos dos instrumentos não possibilita uma classificação funcional inequivocamente associada a uma especialidade concreta. Contudo, e tendo em consideração o número de artefactos e as suas características, parece possível admitir que estes deveriam ser provenientes de, pelo menos, duas sepulturas distintas, tal como, aliás, informou o seu escavador.

Porém, a presença de uma placa de tritura com a respetiva tampa acrescenta novas possibilidades interpretativas. Desde logo fica evidente que em *Balsa* não se alojaram apenas médicos, mas também se fixaram aí farmacêuticos dedicados ao fabrico de medicamentos a ser utilizados, quer pelos médicos balsenses quer, seguramente, pela comunidade em geral. Ainda assim, é extremamente difícil dividir o instrumental analisado entre o que seria utilizado por médicos-cirurgiões ou por farmacêuticos. A partir do momento em que se perderam os dados que permitiam associar os materiais, entre si e a uma sepultura, perdeu-se a oportunidade de leituras mais pormenorizadas e de interpretação histórico-cultural.

Por outro lado, a contemporaneidade da totalidade dos materiais, em momento centrado dos séculos I e II, pode indicar que são provenientes de duas sepulturas distintas correspondentes a dois indivíduos de profissões também distintas (um médico geral e um farmacêutico), mas que se complementavam, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos desta cidade romana e arredores. Naturalmente que outros médicos ou farmacêuticos terão exercido nesta cidade depois do século II, apesar de, até ao momento, não haver evidências que o comprovem.

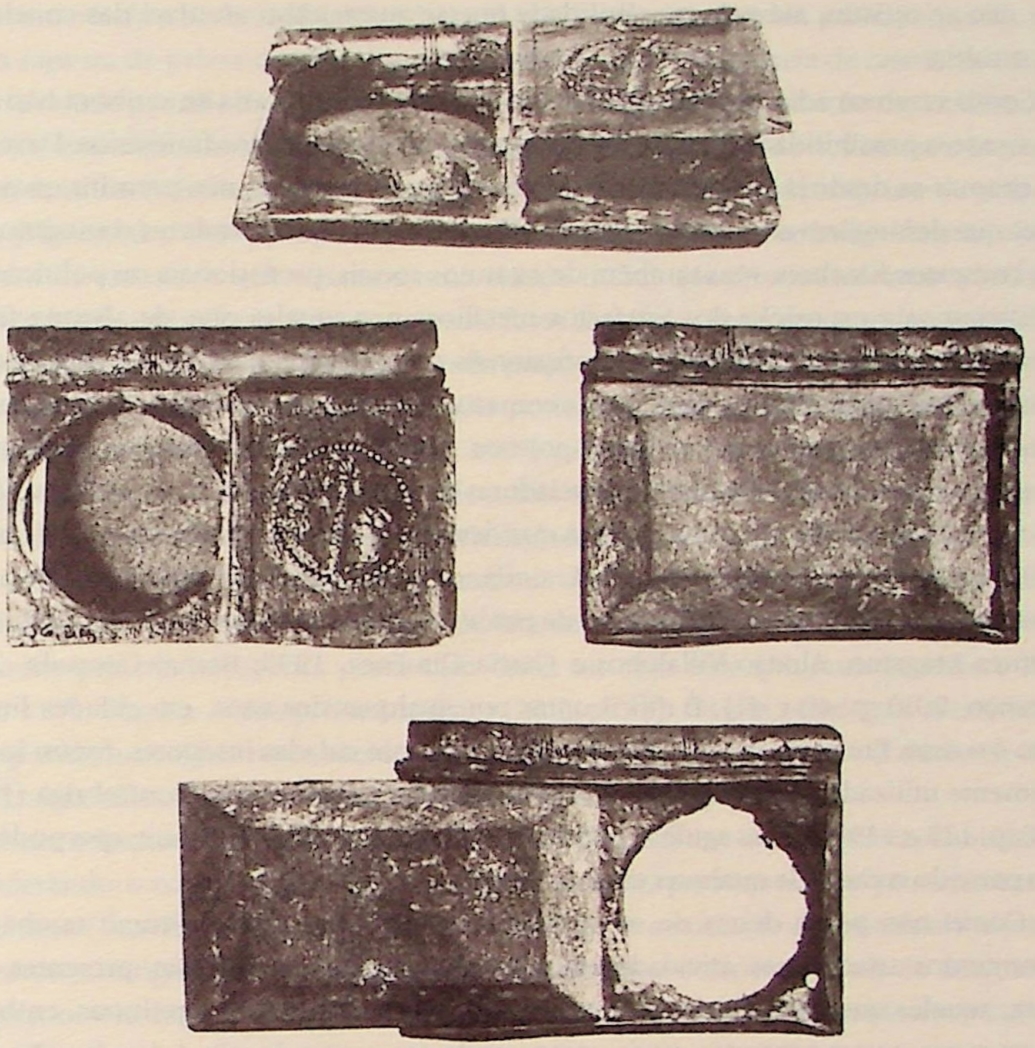


Fig. 86 — Paleta de triturar (*cuticula*) de *August* (Riha, 1986, p. 45).

Mas se é difícil reconstituir os contextos ou associações dos instrumentos médico-cirúrgicos, mais árdua é essa tarefa para os restantes artefactos metálicos. Já fizemos referência a um deles, quando tratámos as sondas de ouvido, e expusemos também as agulhas de empreita (fig. 85, n.º 6-9), mas muitos estão ainda por apresentar distribuindo-se por várias categorias de diferentes funcionalidades. Artefactos destinados à pesca, à costura, ao uso pessoal, correspondentes a apliques de mobiliário, apliques de vestuário ou também de arneses, que integraram sistemas de segurança, baixela metálica, armas (mais raras) ou os amuletos são alguns dos componentes que chegaram até nós através dos trabalhos efetuados por Estácio da Veiga na estação arqueológica de Torre d'Ares, totalizando um conjunto de 170 peças.

Não podendo evitar ser repetitivo, volto a insistir no facto de se desconhecer se a totalidade destes artefactos é proveniente da necrópole norte de *Balsa*. A probabilidade não está a favor dessa hipótese, o que pode ser corroborado, em certa medida, pela análise dos materiais. Mas, ainda que se admita que é arrojado apresentar a totalidade dos metais romanos balsenses neste estudo, o seu ineditismo e a total impossibilidade de separar os que são de contextos funerários dos restantes, de âmbitos habitacionais, a isso obrigou. Analisar um conjunto variado e inédito de artefactos metálicos foi, de facto, um estímulo

a que não se resistiu, até pela possibilidade que se apresentava ao nível das conclusões que permitia.

Como veremos adiante, para alguns dos instrumentos descarta-se, embora não completamente, a possibilidade da sua eventual integração em depósitos funerários. Deve também chamar-se desde já a atenção para o facto de a maioria deles não permitir quaisquer ilações que denunciem o seu derradeiro uso. Outros ainda são indicadores claríssimos não só de contextos fúnebres, mas também de estatutos sociais, profissionais ou políticos.

Iniciamos a exposição dos artefactos metálicos por aqueles que, de alguma forma, podem ser indicadores de estatutos profissionais dos cidadãos balsenses. Refira-se que a existência destes ofícios na antiga cidade romana de *Balsa* fica comprovada, independentemente da sua origem concreta (necrópole ou *habitat*). Já analisámos um conjunto de seis agulhas de empreita de bronze, reveladoras de artesãos dedicados à elaboração dos mais variados artefactos de vime, matéria que deveria ser abundante na região, e de outras matérias perecíveis. É bastante provável, ainda, que estas agulhas tenham também sido utilizadas para fazer ou remendar redes de pesca (Martínez Maganto, 1992, p. 232, fig. 5; Martínez Maganto, Alonso Villalobos e García Giménez, 1999; Bernal Casasola, 2008; Lourenço, 2010, p. 40 e 41). É difícil optar por qualquer dos usos, em cidades litorais, como é o caso. Em contrapartida, parece seguro que, nas cidades interiores, foram inequivocamente utilizadas como agulhas de empreita, como acontece em Conímbriga (Ponte, 1978, p. 138 e 139). A estas agulhas podemos somar outra, de uso comum, que poderá ter feito parte do recheio de qualquer casa romana.

Como não podia deixar de ser, por abordarmos uma cidade litoral, também os instrumentos usados nas atividades relacionadas com a pesca estão presentes. São, talvez, aqueles que mais dificilmente poderão ser provenientes de sepulturas, embora a sua presença nestes contextos esteja comprovada em outros locais. A localização desta cidade favoreceu a existência de indivíduos dedicados à pesca e, assim, a preservação de instrumentos utilizados nessa arte, quer em contextos de *habitat* quer em funerários. A comprová-lo estão outras cidades do litoral algarvio, onde se constatou uma elevada atividade piscatória, patente não apenas nos espólios, mas também em estruturas construídas (Lourenço, 2010).

Os artefactos arqueológicos que mais evidenciam atividades relacionadas com o mar ou, atendendo à proximidade da Ria Formosa, com o rio, são os anzóis (fig. 85, n.º 10-16), as agulhas de rede (n.º 17) ou as chumbadas. Se as agulhas podem suscitar alguma dúvida na hora de se lhes atribuir uma função, os anzóis eram utilizados exclusivamente na pesca. Os exemplares de Torre d'Ares foram todos produzidos em bronze, embora saibamos da existência de exemplares algarvios de ferro (Pereira, 2008, p. 113), e são morfologicamente similares, apresentando poucas variações entre si. As duas grandes diferenças, para além daquelas que são originadas pelo distinto estado de conservação, são, por um lado, a presença ou ausência de caneluras no olhal, que tinham como objetivo fixar melhor a linha (Lourenço, 2010, p. 32 e 33), e, por outro, a dimensão, que reflete uma seleção ciente de capturas específicas, uma vez que o anzol deveria ajustar-se ao tipo de espécie que se pretendia pescar.

O conjunto de anzóis balsenses é composto por um total de 13 exemplares, surpreendendo o número reduzido, sobretudo quando comparado com outros de vários sítios algarvios costeiros, nomeadamente Monte Molião, com 113 peças (Lourenço, 2010, p. 34). Alguns

conservam ainda a barbela (fig. 85, n.º 11, 13 e 14), e deveriam estar, principalmente, aptos para a captura de peixes de pequena e média dimensão. A existência de *cetariae* na área da própria cidade permite avançar para a utilização do pescado na produção de molhos à base de peixe, mas naturalmente que a pesca foi também certamente de autossubsistência para muitas famílias balsenses. Mas a pesca com linha, mais adequada à captura de pequenas peças (Figueiredo, 1898), implicava um rendimento relativamente insignificante, mesmo se tivermos em conta que tratamos uma cidade litoral que deveria ter uma quantidade significativa de pescadores. Para que a pesca fosse rentável e aportasse grandes quantidades de peixe necessário à salga e elaboração de preparados de peixe, mormente se estes eram feitos a partir de peças de pequeno e médio porte, deveriam ser utilizados outros sistemas de captura massiva (Martínez Maganto, 1992, p. 223), o que permite admitir que estes anzóis se destinavam sobretudo à pesca de subsistência, e talvez ainda à recreativa, à qual se dedicavam, particularmente, membros privilegiados da sociedade (Suetónio, *Augusto*, 83).

As chumbadas estão também presentes no conjunto de metais provenientes da cidade romana de *Balsa*. Trata-se de artefactos de fabrico rudimentar, naturalmente de chumbo, utilizados principalmente na pesca com linha ou com rede (Moreno Páramo e Abad Casal, 1971; Pereira, 2008, p. 84; Lourenço, 2010, p. 38). Os três protótipos identificados correspondem ao tipo I reconhecido para os materiais de Monte Molião (Lourenço, 2010, p. 38), sítio, aliás, com um abundante espólio destinado à pesca.

É extremamente difícil atribuir uma cronologia quer aos anzóis quer às chumbadas, considerando o continuado fabrico e utilização desde, pelo menos no primeiro caso, o Calcolítico (Ferreira, 1968, p. 115) até à atualidade. A associação dos materiais móveis a contextos estratigráficos datáveis, portanto associados a outros materiais de datação determinante, é indispensável para a sua inserção num determinado contexto sociocultural e histórico.

Até ao momento, os únicos instrumentos que poderão corroborar a captura massiva de pescado na cidade romana de *Balsa* são, além das chumbadas, as agulhas de empreita, já analisadas, e um único exemplar de agulha de rede (fig. 85, n.º 17). As agulhas de rede correspondem a instrumentos compostos por uma barra de metal que termina, geralmente, nas duas extremidades em forma de forquilha. No caso concreto da peça de Torre d'Ares a terminação é em pinça. Mas se estes instrumentos comprovam uma atividade piscatória massiva, pelo menos comparativamente com a pesca à linha, também necessita forçosamente de contextos para que se lhes possa atribuir uma datação, até porque a sua utilidade prática permitiu-lhes sobreviver quase até aos nossos dias (Sáñez Reguart, 1791, tomo V, láminas XXVI-XXVII *apud* Martínez Maganto, 1992, p. 230).

Repetimos que não pode deixar de se estranhar a escassez de elementos relacionados com a pesca, seja de captura massiva seja de recreio. Seria de esperar que uma cidade litoral revelasse mais indícios de tais atividades, como acontece em Castro Marim (Pereira, 2008) ou em Monte Molião (Lourenço, 2010). Não obstante, deveremos ter em consideração que os materiais depositados no atual Museu Nacional de Arqueologia são, na grande maioria, resultado das recolhas efetuadas por Estácio da Veiga, no final do século XIX, e que as «triagens» do pioneiro podem ter contribuído para certas situações.

A ausência de objetos metálicos relacionados com a agricultura ou com a carpintaria poderia explicar-se pela mesma situação, tendo as seleções de Estácio da Veiga contribuído para ela, mas, naturalmente, não pode deixar de se insistir que a atividade económica

basilar desta cidade seria a pesca, e todos os seus derivados, ainda que, como vimos, os próprios artefactos que com ela se relacionam também não abundem. No entanto, outras necrópoles algarvias forneceram sepulturas onde estas profissões estão bem atestadas, nomeadamente na recentemente descoberta necrópole do Amendoal, nos arredores de Faro. Não é escassa a existência de necrópoles romanas onde se fizeram sepultar agricultores e carpinteiros acompanhados pelo seu instrumental, realidade particularmente frequente na Tardo-Antiguidade.

Uma das peças *ex libris* de Torre d'Ares é a bem conhecida balança romana (*statera*), apresentada pela primeira vez por Teixeira de Aragão (1896, p. 56), seu descobridor. Infelizmente o autor não pormenoriza as condições do achado ou a localização concreta, pelo que, mais uma vez, não lográmos informação suficiente para descortinar a sua proveniência. Trata-se de uma balança composta por cinco peças (fig. 87, n.º 1); dois ganchos, duas argolas e a haste, e que conserva ainda as marcas de pesagem. Como seria de esperar, as marcas lineares estão alternadas por outra em forma de X de dez em dez. Deverão corresponder a onças (*unciae*) ou a libras, cujo símbolo era o I romano (Ponte, 1979, p. 123-126).

É muito arriscado associar este artefacto a qualquer atividade específica, embora as dimensões denunciem uma utilização na pesagem de matérias medianamente pesadas. Poderia ser utilizada nos mais variados ambientes, da mesma forma que a pesagem dependia mais do tamanho dos pesos do que propriamente da balança em si. Este instrumento está privado de qualquer contexto sociocultural que permita conhecer as condições em que foi utilizado.

A *statera* correspondia a um sistema de pesagem menos rigoroso do que aquele utilizado pelo sistema greco-romano. Referimo-nos à balança de dois braços iguais (*libra* ou *talentum*) que serviam, um para suster os pesos, o outro para segurar o objeto a pesar (Cebrián Fernández e Hortelano Uceda, 2017). Conímbriga forneceu o mais ilustrativo conjunto de balanças greco-romanas conhecido até ao momento (Ponte, 1979). Não obstante, a balança romana acabou por ganhar bastantes adeptos na Antiguidade, em parte pelo seu fácil manejo, em parte pela sua portabilidade (Ponte, 1979, p. 125).

Embora os artefactos metálicos estivessem sujeitos à refundição, as balanças são relativamente frequentes no Alto-Império Romano (Couvreur, 1958; Ponte, 1979; Franken, 1995), apesar de serem, muitas vezes, ignoradas nas publicações da especialidade.

Associada a esta peça poderão estar outras, nomeadamente um conjunto de correntes que suportariam o prato (fig. 87, n.º 2), três pesos (n.º 3-5) e ainda um fragmento do que poderá ter sido um prato de balança (fig. 88, n.º 1). Naturalmente que é discutível a função destes artefactos. As correntes podem ter servido para suspender outros artefactos, nomeadamente lucernas, os pesos podem ter sido utilizados em balanças de menores dimensões, tendo em conta o seu tamanho, e o prato é ainda mais problemático, pois não apresenta os orifícios laterais para o encaixe das correntes. Ainda assim, arriscamos avançar com estas interpretações.

Sobre o prato nada mais se avança. Admitimos que é um fragmento demasiadamente pequeno para que dele possamos retirar argumentos que sustenham, irrefutavelmente, essa possibilidade. Apenas sublinhamos a semelhança que transparece com os sobejamente conhecidos pratos de balança de Conímbriga (Ponte, 1979, p. 126, est. I, n.º 10-14), alguns com quatro perfurações para suspensão, outros apenas com três.

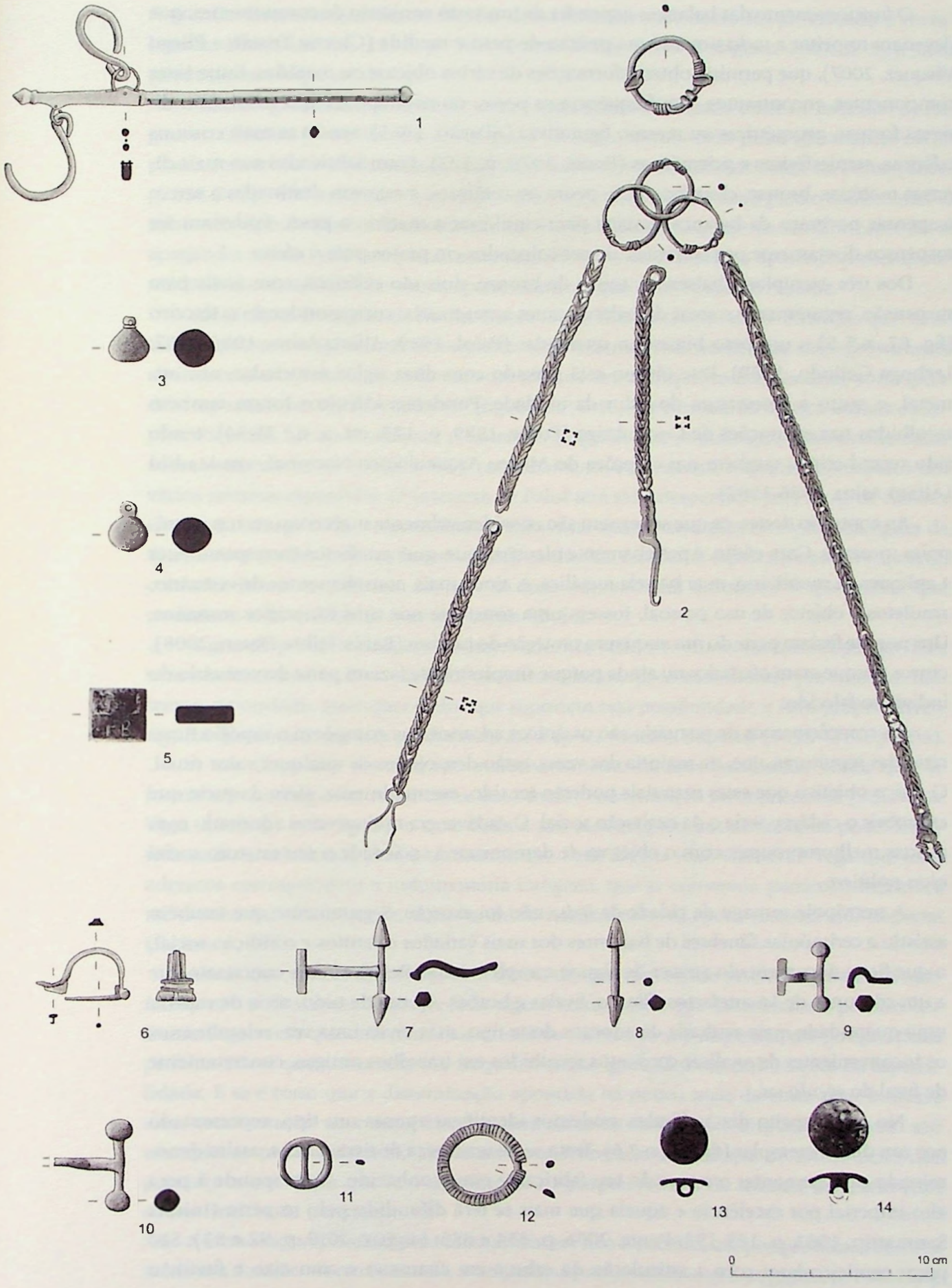


Fig. 87 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

O funcionamento das balanças dependia de um vasto conjunto de componentes, que deveriam respeitar a todo um sistema padrão de peso e medida (Chavez Tristán e Pliego Vásquez, 2007), que permitia obter informações de vários objetos ou matérias. Entre estes componentes, encontramos com frequência os pesos, ou contrapesos, que assumiam diversas formas, geométricas ou mesmo figurativas (Alarcão, 1965), sendo as mais comuns esféricas, semiesféricas e prismáticas (Ponte, 1979, p. 127). Eram fabricados nas mais diversas matérias, bronze, chumbo, ferro, pedra ou cerâmica, e estavam destinadas a serem suspensas no braço da balança romana para equilibrar a matéria a pesar. Poderiam ser suspensos diretamente por correntes, ou ser colocados em pratos para o efeito.

Dos três exemplares balsenses, todos de bronze, dois são esféricos, com anéis para suspensão, seguramente coevos da balança antes apresentada, correspondendo o terceiro (fig. 87, n.º 5) a um peso bizantino retangular (Palol, 1949; Alfaro Asins, 1986-1987; Lechuga Galindo, 1989). Este último está gravado com duas siglas associadas, um numeral, o outro a abreviatura do valor da unidade. Ponderais idênticos foram também recolhidos nas escavações de Conímbriga (Ponte, 1979, p. 129, est. II, n.º 31-34), tendo sido reconhecidos também nas coleções do Museu Arqueológico Nacional, em Madrid (Alfaro Asins, 1986-1987).

Ao contrário destes, os que se seguem são consideravelmente mais comuns nas necrópoles romanas. Com efeito, é perfeitamente plausível que, quer artefactos correspondentes a apliques de mobiliário, quer baixela metálica, e, ainda mais, complementos de vestuário, amuletos e objetos de uso pessoal, fossem uma constante nos ritos funerários romanos. Uns porque faziam parte do rito enquanto proteção do cadáver (Baills-Talbi e Dasen, 2008), outros porque eram ofertados ou ainda porque simplesmente faziam parte do vestuário do indivíduo falecido.

Os complementos de vestuário são os únicos adornos que compõem o espólio funerário das sepulturas, que, na maioria das vezes, estão despojados de qualquer valor ritual. O único objetivo que estes materiais poderão ter tido, eventualmente, além daquele que era cobrir o cadáver, seria o da exaltação social. O cadáver era muitas vezes adornado com as suas melhores roupas, com o objetivo de demonstrar à sociedade o seu estatuto social e/ou político.

A necrópole romana da cidade de *Balsa* não foi exceção. Seguramente que também assistiu a cerimónias fúnebres de balsenses dos mais variados estatutos e condição social, o que ficou documentado através de alguns complementos. Referimo-nos concretamente a um conjunto de 16 artefactos: fíbulas, fivelas e botões. Apesar de tudo, seria de esperar uma quantidade mais avultada de adornos deste tipo, mas, mais uma vez, relembramos os inconvenientes de analisar conjuntos recolhidos em trabalhos antigos, concretamente de final do século XIX.

No que respeito diz às fíbulas, pudemos identificar apenas um tipo, representado por um único exemplar (fig. 87, n.º 6). Trata-se de uma peça de tipo *Aucissa*, assim denominado por apresentar o nome do seu fabricante mais conhecido. Corresponde à peça alto-imperial por excelência e aquela que mais se terá difundido pelo império (Iniesta Sanmartín, 1983, p. 189-192; Ponte, 2006, p. 354 e 355; Miguez, 2010, p. 92 e 93). São peças semicirculares com a articulação da cabeça em charneira e com eixo e fuzilhão reto (Ponte, 2006, p. 354). Correspondem, portanto, ao conjunto de duas peças, arco/pé e fuzilhão, unidas mediante um eixo de bronze ou, como no caso balsense, de ferro.

A grande disseminação destas fíbulas deixa transparecer, como foi já realçado e corroborado (Erice Lacabe, 1995, p. 143; Ponte, 2006, p. 354; Miguez, 2010, p. 92), uma produção em larga escala.

Cronologicamente, vem sendo aceite uma datação balizada entre os reinados de Augusto e Cláudio (Erice Lacabe, 1995, p. 127 e 128), corroborada pelos abundantes exemplares do território atualmente português, recolhidas no trabalho de Salete da Ponte (2006, p. 355-360). Infelizmente, o exemplar balsense nada aporta de novo para o conhecimento sobre este tipo de fíbulas. Desconhecemos o seu contexto e o nome do seu fabricante foi-se apagando, sendo hoje completamente ilegível. Note-se, contudo, a aparente contemporaneidade dos materiais que vimos apresentando à qual esta fíbula não escapa.

Além deste exemplar de fíbula, foram ainda identificados outros adereços que serviram enquanto componentes de vestuário, nomeadamente as fivelas, que são relativamente abundantes em *Balsa*, contando com um total de dez exemplares. Destas, cinco correspondem a passadores em forma de «T» (fig. 87, n.º 7-10), de bronze, de fabrico bastante simples. Palol foi, até ao momento, o único investigador que se debruçou mais detidamente sobre estes artefactos (1955-1956), concretamente aqueles que estavam depositados nos vários museus espanhóis. O interesse de Palol terá sido despertado pelo facto de Álvarez Osório (1941, p. 162) ter assinalado a existência de um exemplar esculpido na figura da *Gran Dama* do Cerro de los Santos. Nesta conhecida escultura, o passador em «T» aparece, contudo, junto ao pescoço, unindo as duas extremidades da túnica, o que indica que podem ter sido utilizados também como fíbulas.

A grande problemática acerca destes adornos reside, contudo, na cronologia que lhes vem sendo atribuída. Embora Palol os tenha relacionado com o mundo pré-romano, não temos, na verdade, quaisquer dados que suportem essa possibilidade, e foi o próprio investigador que intuiu que eles perduraram até à época romana imperial (1955-1956, p. 105).

A sua dispersão concentra-se maioritariamente na área peninsular, ainda que de forma não homogénea, notando-se uma maior concentração na área central (Villaverde Vega, 1993, p. 403, fig. 2), o que, dada a sua ausência em outras áreas, se pode, hipoteticamente, relacionar com a transumância. Mais afirma Noé Villaverde Vega que estes adereços correspondem a indumentária indígena, que se conservou particularmente em meio rural interior e que se utilizou, minoritariamente, em época romana alto-imperial (*ibidem*, p. 405).

Ainda que concordemos com a maioria do que vem sendo proposto para estes artefactos, não poderíamos deixar de fazer alguns comentários que consideramos pertinentes. Desde logo, creio que deveremos ser cautelosos acerca da sua dispersão, até porque, pelas problemáticas que acarretam, são frequentemente ignorados nas publicações da especialidade. E se é certo que a disseminação apontada há pouco mais de vinte anos indicava uma concentração no centro da área peninsular, os dados hoje disponíveis, como são exemplo as peças balsenses, alteraram consideravelmente o mapa de distribuição dos passadores em «T», o que tem implicações na própria relação da referida dispersão com os fenómenos de transumância.

A cronologia apontada para estes artefactos não é pacífica, até porque Mário Barroca recusou a datação «ibero-romana», avançando-a para os séculos XV e XVI (1989, p. 147-152). Foi também este investigador que, realçando a fragilidade dos argumentos dos autores espanhóis, propôs outra funcionalidade, concretamente a sua utilização enquanto fivela.

Esta possibilidade faz, de facto, muito sentido, especialmente se tivermos em conta que ao passador em forma de «T» se juntou outro de diferente morfologia, mas que faz conjunto com o anterior, mesmo que Noé Villaverde Vega, apresentando novos materiais (1993), tenha vindo a reiterar o que havia sido proposto por Palol, ou seja, uma origem exclusivamente ibérica de cronologia romana. E isto porque apesar de se reconhecer que a maioria destes artefactos tem proveniência desconhecida, existem dois exemplares recolhidos durante trabalhos de escavação na Gran Vía, San Roque, Cádis (*ibidem*, p. 408), provenientes do interior de uma Basílica datada do século IV. Além destas, refira-se ainda outros exemplares de comprovado contexto romano, concretamente o que Salete da Ponte publicou no seu trabalho dedicado às peças metálicas das necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e Évora (1986, p. 107 e 108, n.º 13). Note-se, contudo, que neste caso o artefacto é apresentado como um passador de correia, correspondente a equipamento militar, uso que também não é de descartar.

Tal como acontece com muitos outros artefactos, talvez estas peças deverão ter logrado uma diacronia de utilização bastante alargada potenciada pela simplicidade de fabrico e pelo sucesso que experimentou.

Infelizmente, as cinco peças provenientes de *Balsa* não permitem esclarecer a questão cronológica destes passadores, dos quais dois parecem fazer conjunto (fig. 87, n.º 7 e 8). Se por um lado é provável tratar-se de peças romanas, por outro reconhecemos que o local foi também ocupado durante os períodos medieval e moderno. Em boa verdade, duvidámos seriamente em incluir estes complementos neste trabalho, principalmente pelos paralelos tenderem maioritariamente para uma cronologia mais tardia. No entanto, entendemos incluí-los, até porque a possibilidade sobre a sua romanidade permanece sobre a mesa. Apenas o aparecimento destas fivelas em contextos fechados poderá aclarar as questões da sua cronologia, que, de qualquer forma, parecem tender em defesa de uma cronologia moderna (Martins, 2001).

Seguramente romanas são três fivelas de bronze que ostentam algumas diferenças entre si. Duas são circulares e uma tem um travessão que a cruza, onde funcionaria o espigão (fig. 87, n.º 11). O outro exemplar tem a particularidade de estar decorado (n.º 12). Este último além de apresentar o local onde se enrolava o espigão tem também, na extremidade oposta, o local onde este encaixaria. Além destes, outro exemplar foi reconhecido. É morfologicamente distinto, caracterizando-se por uma fivela retangular e de secção circular, com dois sulcos onde se localizariam os fuzilhões ou espigões (fig. 88, n.º 2).

Sobre estes artefactos importa ainda fazer dois comentários. A grande variedade das fivelas romanas tem impossibilitado, em certa medida, a obtenção de cronologias para os diferentes tipos. Aliás, falta o estabelecimento de uma tipologia que experimente atribuir balizas cronológicas a estes materiais, embora a maioria não o permita, como é o caso. Por outro lado, é frequente aparecem inseridos no grupo da indumentária militar, o que pode não ser extensível à sua totalidade, mesmo não descorando essa possível função, especialmente para cronologias mais recentes. De facto, a sua utilização pela população em geral deve ser tida em consideração.

O conjunto balsense ofereceu ainda um total de três botões de bronze, cuja utilização exclusiva no equipamento militar pode, de igual forma, questionar-se, o que nos levou à sua inclusão no vasto conjunto dos complementos de vestuário (fig. 87, n.º 13 e 14), até porque, ao contrário dos que se associam às atividades bélicas (Feugère, 2002), são todos

circulares com uma protuberância na parte inferior, que servia para ser fixado no tecido. Um deles é completamente liso (n.º 13), outro está decorado com elementos vegetalistas (n.º 14) e outro ainda apresenta decoração ilegível (fig. 88, n.º 3).

Um botão idêntico, mas com diferente decoração, foi achado na necrópole da Horta das Pinas (Ponte, 1986, p. 107, n.º 20), sem que, contudo, saibamos a sepultura em concreto de onde é proveniente, motivo pelo qual a autora não avançou com qualquer proposta cronológica. Destaque para o facto de este botão conservar ainda o travessão interior, caso também identificado em Málaga (Pabón Fernández, Fernández Ruiz e González Martín, 2001, figura 6, n.º 11 e 12).

Porém, os botões mais frequentes, relacionados com o mundo militar, parecem ser de morfologia distinta (Feugère, 2002), dos quais conhecemos abundantes exemplares em Conímbriga (Alarcão et al., 1979, p. 95-99, planche XXI, n.º 84-88). Outra funcionalidade pode ainda ser atribuída a estas peças. Bishop e Coulston apresentaram peças idênticas (1993, p. 98-100, fig. 60), que relacionaram com a fixação das tiras de coro da armadura, que serviam como «avental», protegendo as pernas, parecendo esta ser uma possibilidade bastante plausível. Os autores atribuíram a estes remates uma datação compreendida entre os reinados de Augusto e de Adriano.

Não é impossível que o exemplar da Figura 99, n.º 1, corresponda efetivamente a um elemento de armadura militar ou talvez a um aplique de arnês. Com efeito, não é fácil a classificação de muitos dos artefactos metálicos romanos, sobretudo quando estamos perante conjuntos descontextualizados, e apenas quando logramos o estabelecimento de inequívocos paralelos podemos argumentar a favor de uma categorização. Assumem importante destaque nestes estudos as fontes facultadas pela arqueologia e as representações iconográficas da época às quais se poderá somar, no caso da equitação, muitos dos exemplos atuais (Aurrecoechea Fernández, 2007b).

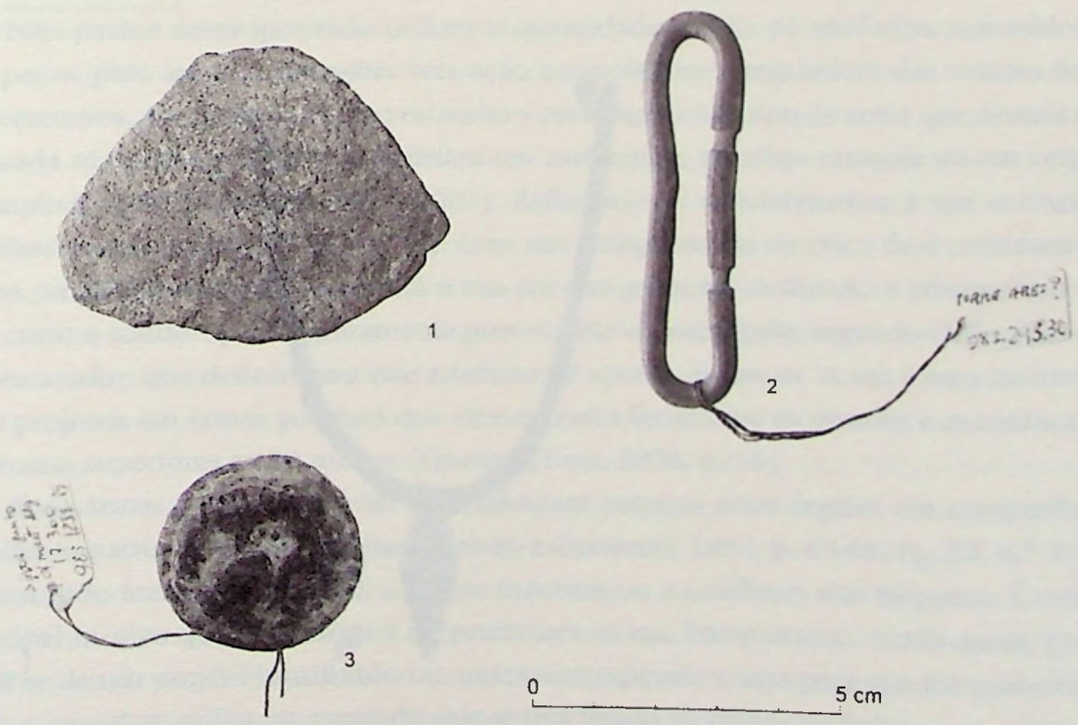


Fig. 88 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

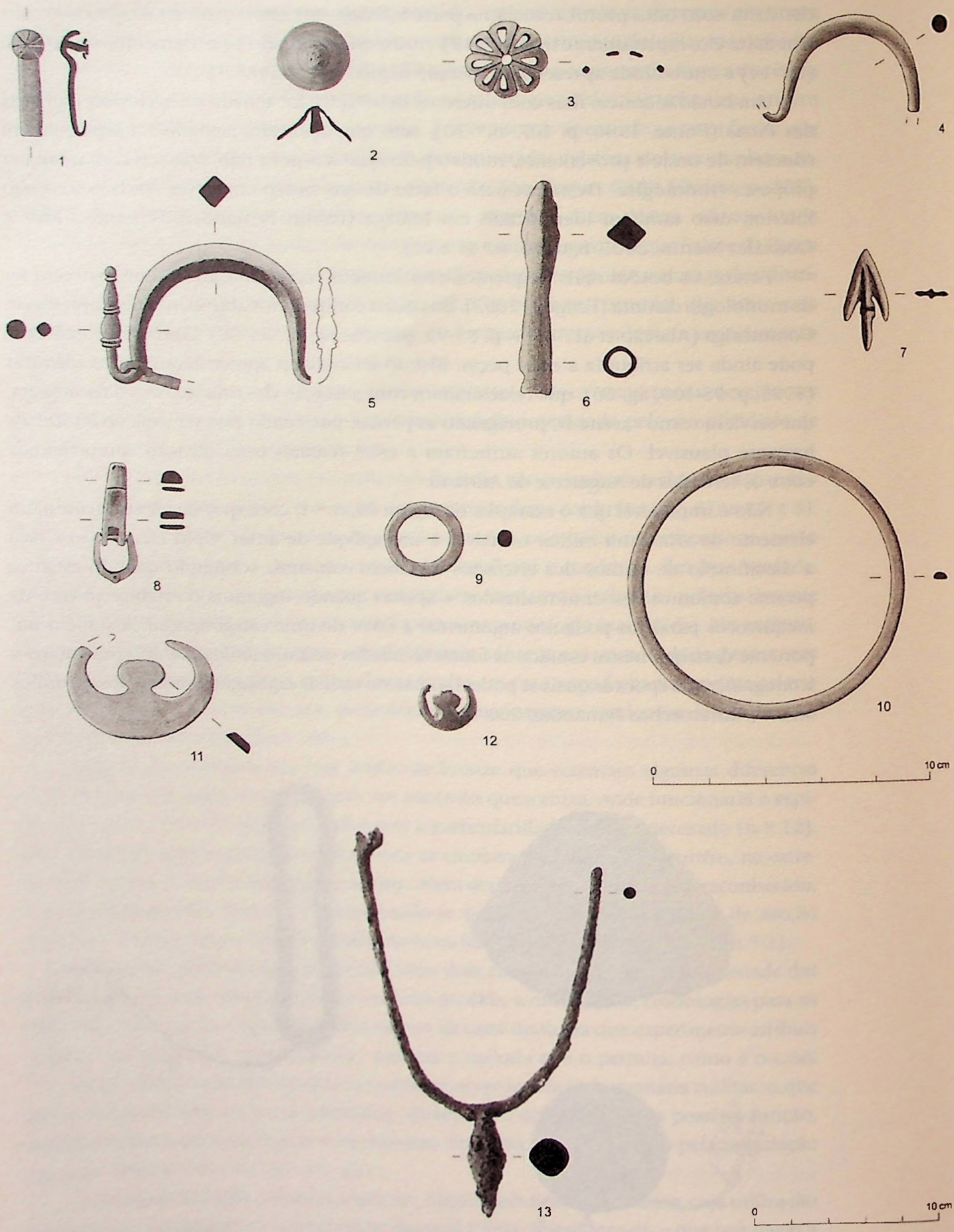


Fig. 89 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Alguns componentes de armadura (Bishop e Coulston, 1993, p. 85-87; Aurrecoechea Fernández, 2010) podem, com efeito, confundir-se facilmente com elementos de arnês, ou vice-versa, como acontece com alguns dos artefactos balsenses representados. Referimo-nos concretamente a três peças circulares (fig. 89, n.º 2 e 3), de secção semicircular e ricamente decoradas, que devem, atendendo aos paralelos referidos, ser considerados elementos de armadura. Mais uma vez os autores datam estes elementos entre os reinados de Augusto e de Adriano (Bishop e Coulston, 1993, p. 85-87, figura 51).

Seguramente elementos de armadura são as duas asas de elmo (fig. 89, n.º 4 e 5). Trata-se de dois exemplares que, compreensivelmente, se poderiam confundir com fíbulas do tipo La Tène I (Labeaga Mendiola, 2006), ou, mais ainda, com asas de baixela metálica. São morfologicamente análogas, diferindo apenas na forma da secção, uma é quadrangular e a outra circular. A mais bem conservada ostenta ainda uma das hastes abalaustrada, o que permitiu conservar também o grampo que a fixava ao capacete.

O aparecimento destas asas deverá ter ocorrido durante o século I (Bishop e Coulston, 1993, p. 93, fig. 48, n.º 7) com a função de permitir ao seu utilizador transportar o elmo durante largas caminhadas enquanto não o utilizava. O seu tamanho não permitia mais que a inserção dos três dedos centrais, se bem que também poderia ser pendurado em algum outro elemento da armadura. Este elemento deverá ter perdurado até aos primeiros anos do século II, como o parecem comprovar frequentes exemplares, entre os quais um de Conímbriga (Alarcão et al., 1979, p. 95, planche XX, n.º 56).

A presença destes componentes na cidade romana de *Balsa* não é fácil de interpretar, principalmente atendendo à cronologia geral dos elementos, ou seja, século I. Por um lado, pode denunciar a presença de militares desmobilizados naturais desse local, mas também é provável que estes indivíduos se tenham aí fixado, veteranos destinados em cidades do império que tinham como função manter a ordem social ou cumprir com condenações. Em certa medida, ambas as situações são compatíveis, podendo corresponder, portanto, a militares veteranos, locais ou não, que mantinham a ordem urbana.

Não parece despropositado utilizar a quantidade restrita de artefactos, resumidos a três peças, para argumentar sobre esta ação controladora e reguladora das cidades feita por veteranos. Ainda assim, é algo estranha a presença de um tipo de arma que deveria ser utilizada maioritariamente por exércitos em campanha, batalhas campais ou em cercos (Campbell, 2003; Quesada Sanz, 2007). Referimo-nos concretamente a um exemplar de *pilum catapultarum* (fig. 89, n.º 6), com um comprimento de cerca de 8 centímetros, ponta piramidal compacta e maciça e um encaixe grosseiro destinado a albergar um virote curto e sólido, que é seguramente proveniente da necrópole, segundo indicações do seu escavador, que denominou este artefacto de «ponta de lança». A sua forma convertia estes projéteis em armas potentes que atravessavam facilmente os escudos e as couraças a distâncias superiores a 150 metros (Quesada Sanz, 2008, p. 16).

Estas armas só se terão feito especialmente comuns entre legiões em campanha e batalhas a partir da época de César (Bishop e Coulston, 1993, p. 65-69, fig. 35, n.º 7-9), pertencendo assim seguramente a tropas romanas ou a auxiliares não hispanos. É este o principal motivo que nos obriga a ser prudentes na sua interpretação. Ainda assim, pode tratar-se de um projétil inutilizado ou, quiçá, corresponde a uma peça que foi conservada por um membro militar aposentado que se terá fixado na cidade de *Balsa*.

Idêntica interpretação poderá ser usada para o exemplar de ponta de seta (fig. 89,

n.º 7) de forma triangular com aletas prolongadas e encaixe em espiga, com a secção em forma de hélice. As pontas de seta eram, geralmente, produzidas em ferro, mas, a peça balsense é de bronze e tem a particularidade de o encaixe para o virote ser em espigão e não em pivô, como acontece, aliás, na totalidade dos exemplares do primeiro milénio a. n. e. (Quesada Sanz, 1989). Deverá ser coeva do *pilum catapultarum* (*ibidem*, p. 180), fortalecendo a possibilidade de se tratar de armamento conservado por um elemento militar retirado. Esta contemporaneidade não parece ser meramente coincidente.

Uma vez que estamos a tratar a totalidade do conjunto metálico, e ainda que não saibamos a sua proveniência concreta, não podíamos deixar de mencionar mais três artefactos de ferro. Sobre estes o seu achador apenas refere «armas de ferro, das escavações e das sepulturas» (Veiga, 1878, p. 80). Ainda que possamos associar um destes ao mundo militar, trata-se na verdade de um instrumento utilitário denominado *dolabra* e que servia sobretudo para escavar o solo quando os contingentes se fixavam em local que exigia defesa (Bishop e Coulstoun, 1993, p. 104, fig. 63). Como referimos já, a associação destes instrumentos faz particularmente sentido em regiões onde a presença militar foi significativa. A cronologia apontada para este artefacto (fig. 90), século I (*ibidem*), corresponde a uma fase de escassa presença militar no extremo sul. Neste sentido, devemos considerar que possa ter sido utilizado em outro contexto que não o referido.

Os outros artefactos que Estácio da Veiga classificou como armas correspondem a um martelo de carpintaria, com cabeça num extremo e cunha no outro (fig. 90). Também na exploração mineira podemos encontrar martelos ou maços. No entanto, apresentam uma morfologia distinta, são mais robustos e nunca têm cunha (Arboledas Martínez, 2007, p. 820-825). Lembramos que podem ser provenientes de diferentes contextos, pelo que não estranhamos a distinta funcionalidade.

Os apliques ou elementos de arnês poderão estar relacionados com presença militar. Além daquele a que fizemos já referência, falta tratar outros quatro, nomeadamente um passador de correias e três apliques. O passador está decorado o que parece ser o barbilho de um cavalo (fig. 89, n.º 8), o que dá consistência a esta interpretação. Deverá corresponder, concretamente, a uma presilha, cujo objetivo seria o de unir diferentes correias ou fechar a mesma. Um dos extremos estaria permanentemente fixo na correia mediante rebites, que ainda conserva, e que eram bastante abundantes em contextos altoimperiais (Aurrecoechea Fernández, 2007b, p. 335, fig. 2, n.º 17).

Conhecemos hoje uma grande variedade de elementos de arnês utilizados na Antiguidade (Ripoll López e Darder Lisón, 1994; Feugère, 2002; Quesada Sanz, 2005; Aurrecoechea Fernández, 2001, 2006, 2007a, 2007b; Demarest, 2007), que fornecem abundantes paralelos para os exemplares que tratámos. Ainda assim, não foi fácil estabelecer paralelos exatos que nos permitissem falar com segurança. A articulação de arneses mais comum durante o Alto-Império consistia em um anel fundido rematado por três ou quatro correias de couro, mediante a utilização de presilhas metálicas. Como mostra o exemplar balsense, as presilhas poderiam ser bastante elaboradas e com motivos vários facilitando a sua identificação. Contrariamente, os anéis de articulação, quando surgem desvinculados das presilhas, têm o grande inconveniente de não permitirem tal classificação. Distinguir anéis e argolas utilizadas como arneses dos que eram usados na vida quotidiana em geral é tarefa praticamente impossível, o que fica demonstrado pela existência de 17 exemplares (fig. 89, n.º 9 e 10), de diferentes diâmetros, recolhidos em *Balsa*.

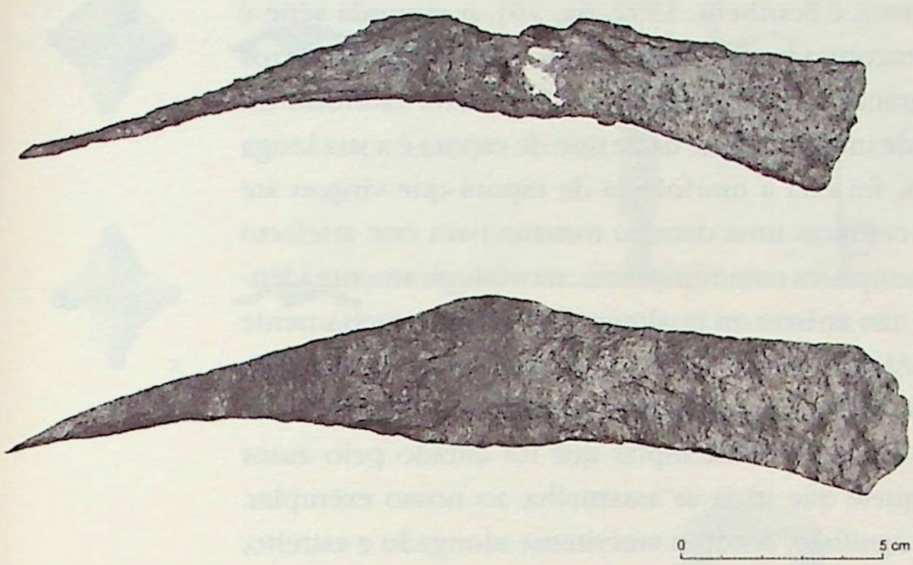


Fig. 90 — *Dolabra* e martelo de ferro de Torre d'Ares, *Balsa*. Fotografia do autor.

Se as argolas de articulação e as presilhas têm um objetivo mais funcional que estético, em outros destes elementos a situação pode inverter-se, nomeadamente quando correspondem a peças complementares, meramente estéticas (Aurrecoechea Fernández, 2007b, p. 337 e 338), como é o caso de remates de correias, apliques ou simples pendentes. Apesar de tudo, alguns, principalmente aqueles que seriam aplicados ao longo das correias e nas suas terminações, tinham o objetivo de aplicar peso, evitando que estas agitassem demasiado ou que se emaranhassem. Essa poderia ser a função de dois dos elementos achados em Torre d'Ares (fig. 89, n.º 11 e 12), que, embora apresentem algumas dissemelhanças, foram abundantemente identificados em Herrera de Pisuerga (Aurrecoechea Fernández, 2001, 2007b).

Os pendentes são outro dos adereços de arneses que não têm uma funcionalidade prática, além da já mencionada para os apliques. Apresentam morfologias muito diversificadas, bem sistematizadas por Bishop (1988, p. 96-98). Os pendentes mais antigos, da época de Augusto, caíam diretamente das correias de couro (Aurrecoechea Fernández, 2007b, p. 337). Mais tarde, começaram a ser utilizados outros adereços complementares, aos quais se fixavam os pendentes, como muitos dos que foram achados em Herrera de Pisuerga (Aurrecoechea Fernández, 2001). Quiçá seja este o caso da lúnula balsense (fig. 94, n.º 15), elemento abundantemente aplicado nos pendentes do último sítio referido ou de Palência (Aurrecoechea Fernández, 2007b, p. 337). Seguramente pendente é a última peça, com tripla perfuração e de morfologia triangular, que se tem subentendido ser aplicada nas extremidades das correias (Feugère, 2002, p. 70, fig. 8, n.º 10).

Neste contexto da equitação, não poderíamos deixar de apresentar ainda uma espora de ferro (fig. 89, n.º 13). Segundo Quesada Sanz (2005, p. 125 e 126), a falta de uma sela de montar, pelo menos até ao século I a. C., deixava os cavaleiros sem grandes opções para controlar adequadamente o animal. Tal facto obrigava à existência de outros sistemas eficazes para o efeito, como é o caso dos arreios e das esporas. Embora as esporas não fossem essenciais, auxiliavam a controlar a montada.

As primeiras esporas conhecidas não deverão ser anteriores ao século V a. C. (*ibidem*, p. 125), momento a partir do qual começaram a ser indispensáveis para qualquer cavaleiro. Todas as esporas partem do mesmo princípio morfológico básico, ou seja, uma peça metálica em arco, que é fixada ao calcanhar mediante correias, com um espigão na parte central. Até ao momento, não existe uma tipologia completa que englobe todas as esporas e que tenha em conta as numerosas variantes geográficas e cronológicas. Os poucos trabalhos que abordam superficialmente este tema (Shortt, 1959; Dixon e Southern,

1992) distinguiram três grandes séries de esporas romanas, baseando-se particularmente no sistema de fixação ao calcanhar (Dixon e Southern, 1992, fig. 26). A segunda série é aquela que mais se adequa à espora encontrada em Torre d'Ares. Trata-se de artefactos bastante arqueados, com espigão de grandes dimensões, fixados mediante ranhuras ou orifícios alargados para laçadas. O grande inconveniente deste tipo de espora é a sua longa perduração no tempo. Como sabemos, foi esta a morfologia de espora que vingou até aos nossos dias. Assim, não podemos certificar uma datação romana para este artefacto balsense. Lembramos os abundantes exemplares conimbrigenses, morfologicamente idênticos, para os quais os autores também não arriscaram qualquer cronologia, precisamente por estarem desprovidos de contexto (Alarcão et al., 1979, p. 99, planche XXI, n.º 94-97). Em Mérida, estes exemplares têm cronologias diversas (Sabio González, 2012, p. 71-74, n.º 33.1-33.8). No entanto, é curioso que o único exemplar que foi datado pelo autor do período Romano é, justamente, aquele que mais se assemelha ao nosso exemplar. A grande diferença reside na forma do aguilhão, sendo o emeritense alongado e estreito, assumindo a forma de losango, com dimensões exageradas.

No que diz respeito aos elementos e complementos de mobiliário, deve começar por referir-se que a distinção entre peças e apliques reside unicamente na sua finalidade. Parece razoável auferir às primeiras uma funcionalidade prática enquanto os segundos têm como principal objetivo adornar o mobiliário, estando desprovidos de qualquer função prática.

Desta categoria lográmos identificar um conjunto de 14 exemplares utilizados com diferentes fins. Ainda assim, os artefactos que mais destacam são um conjunto de três apliques e um elemento de fechadura, mais corretamente um elemento de ferrolho. É possível admitir que são provenientes do mesmo contexto, senão mesmo da mesma sepultura. Nas fichas de inventário efetuadas por J. Leite de Vasconcelos, após a entrada dos materiais no então Museu Etnográfico Português, confirmámos que estas peças se encontravam no mesmo contentor, motivo que nos levou a ponderar esta associação. Estácio da Veiga tinha por hábito acondicionar conjuntamente os materiais que lhe pareciam relevantes de determinado contexto. Além dos insuficientes apontamentos que ia elaborando ao longo dos trabalhos, mantinha as associações de campo nos contentores. Infelizmente, e como é do conhecimento de todos, não viveu o suficiente para nos descrever estes contextos e os manuscritos que chegaram até nós mostram-se exíguos para que o façamos autonomamente.

Apesar de todos os inconvenientes, parece óbvio que estas peças (fig. 91, n.º 1 a 3) possam corresponder a componentes de uma pequena caixa, que, com relativa frequência, eram colocadas junto aos seus proprietários falecidos. Admitimos, contudo, que a proposta é arrojada, tendo apenas como pilar de sustentação a forma como foi concretizado o acondicionamento dos materiais arqueológicos. Ainda assim, gozamos atualmente de bons paralelos que permitem apoiar a proposta. Um dos exemplos é a caixa romana de madeira com incrustações de apliques de bronze, datada dos séculos II/III (Pugsley, 2003; Ulrich, 2007), depositada no museu de Limes, Aalen, Baden, na Alemanha.

Das restantes cinco peças, duas correspondem a apliques, uma circular decorada com sulcos raiados (fig. 91, n.º 4) e o outro octogonal (n.º 5), que teriam a mesma finalidade do que os já tratados. Eram utilizados como complementos de mobiliário com uma finalidade meramente estética.

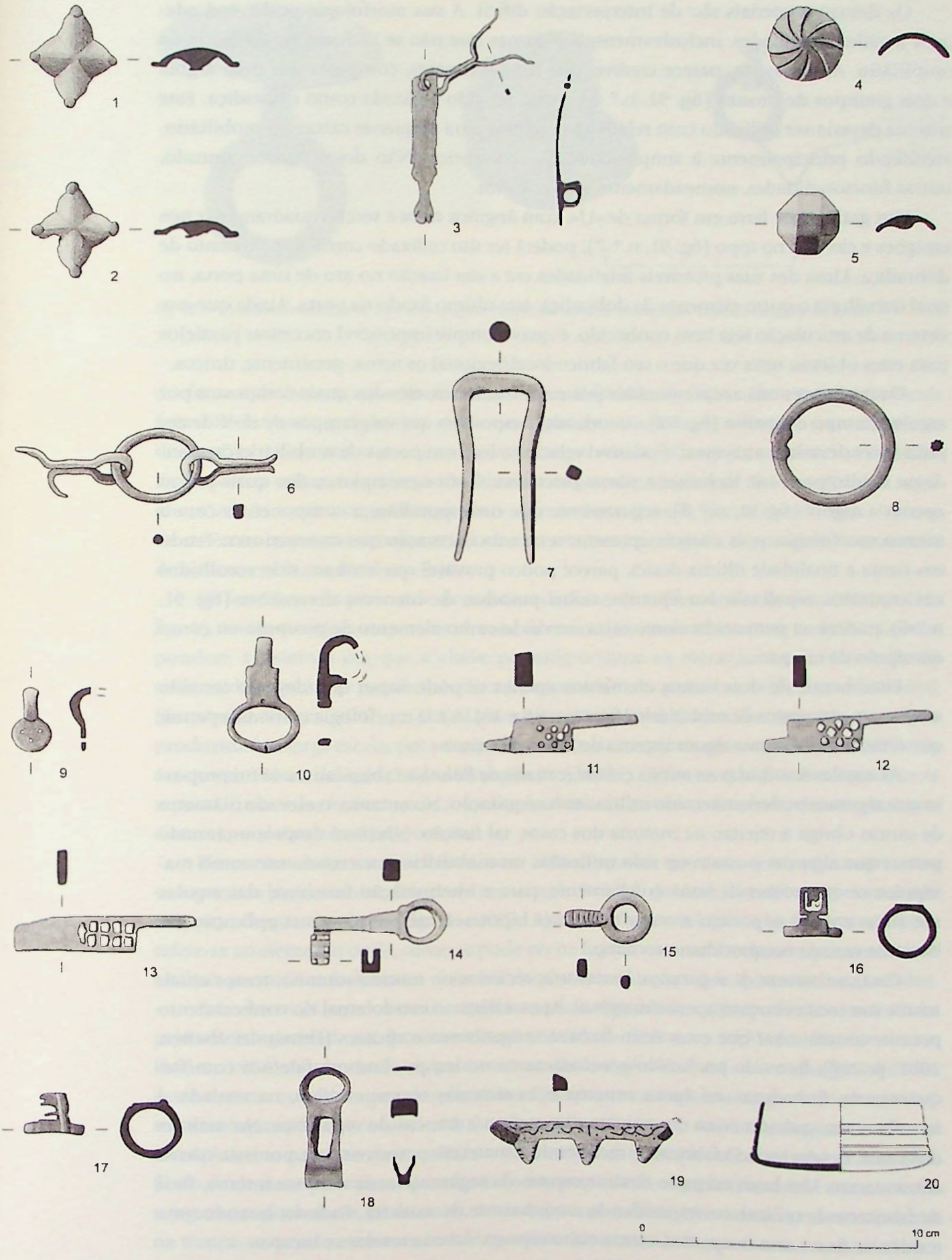


Fig. 91 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

Os demais materiais são de interpretação difícil. A sua morfologia poder-se-á adequar a várias finalidades, inclusivamente a algumas que não se incluem na categoria de mobiliário. Ainda assim, parece credível que uma das peças, composta por uma argola e dois grampos de bronze (fig. 91, n.º 6), possa ter sido utilizada como dobradiça. Este sistema deveria ser utilizado com relativa frequência para pequenas caixas ou mobiliário, atendendo principalmente à simplicidade do seu fabrico. Não descartamos, contudo, outras funcionalidades, nomeadamente a de puxador.

Um grampo de ferro em forma de «U», com ângulos retos e secção quadrangular nos espigões e circular no topo (fig. 91, n.º 7), poderá ter sito utilizado como um elemento de dobradiça. Uma das suas prováveis finalidades era a sua fixação no aro de uma porta, no qual trabalhava o outro elemento da dobradiça, este último fixado na porta. Ainda que este sistema de articulação seja bem conhecido, é quase sempre impossível encontrar paralelos para estes objetos, uma vez que o seu fabrico local/regional os torna, geralmente, únicos.

Os puxadores estão representados por cinco artefactos, três dos quais compostos por argola, grampo e espelho (fig. 92). Atendendo à espessura que os grampos de dois destes puxadores deveriam atravessar, é possível relacioná-los com portas de mobiliário de grande ou médio porte ou, inclusive, a portas interiores. Outros exemplares, dos quais restou apenas a argola (fig. 91, n.º 8), seguramente que correspondiam a componentes com a mesma morfologia, pois a argola apresenta a mesma decoração que os anteriores. Tendo em conta a finalidade última destes, parece pouco provável que tenham sido recolhidos em contextos sepulcrais. No entanto, outro puxador, de menores dimensões (fig. 91, n.º 6), poderá ter pertencido a uma caixa, servindo como elemento de preensão ou como manípulo da tampa.

Finalmente, de dois outros elementos apenas se pôde supor que deverão ter sido usados em elementos de mobiliário (fig. 91, n.º 9 e 10). A sua morfologia convida a pensar que terão servido como algum sistema de fecho de caixas.

As argolas recolhidas na antiga cidade romana de *Balsa* são abundantes. Já foi proposto que algumas poderiam ter sido utilizadas na equitação. No entanto, o elevado diâmetro de outras obriga a rejeitar, na maioria dos casos, tal função. Não será desproporcionado pensar que algumas possam ter sido utilizadas no mobiliário, concretamente como manípulos ou puxadores de baús. Infelizmente, para a interpretação funcional das argolas metálicas apenas se podem avançar diferentes hipóteses, até porque a sua aplicação era bastante variada no quotidiano romano.

Para os sistemas de segurança, bastante apreciados no mundo romano, temos atualmente um conhecimento apenas marginal. Apesar disso, o estado atual do conhecimento permite testemunhar que estes eram bastante engenhosos e eficazes (Fernández Ibañez, 2007, p. 217), havendo perdurado generosamente no tempo. Embora falemos com frequência em fechaduras, na época romana estes sistemas correspondiam, na verdade, a ferrolhos, ou, quando eram de maiores dimensões, a trancas de segurança. Na maioria dos casos, devem ter sido fabricados recorrendo a materiais perecíveis que, por isso, não se conservaram. Um bom exemplo destes sistemas de segurança seria a tranca interna, fácil de fabricar e de utilizar, correspondendo a um barrote de madeira. Todavia, quando uma residência ficava sem ocupantes, este mesmo sistema deveria revelar-se incapaz.

A elevada qualidade de metaloplastia romana permitiu que fossem também fabricados sistemas de segurança em matérias duradouras e mais resistentes, como é o caso

Fig. 92 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

do ferro e do bronze, que resolviam a impossibilidade de fechar uma residência desde fora. Obviamente que deveria existir uma grande variedade de sistemas, com diferentes dimensões e destinados aos mais variados objetivos. Já falámos de um sistema de fecho de pequenas caixas, o qual se poderá incluir na grande categoria de sistemas fixos de segurança. Ainda nesta categoria ingressam as fechaduras fixas de portas de edifícios. Trata-se de sistemas que estão sempre acoplados a uma tampa ou porta e, portanto, impossíveis de aplicar em outro local ou objeto.

Os ferrolhos e as trancas de elevação ou deslizamento (Fernández Ibañez, 2007, p. 219, fig. 1), assim como as respetivas chaves, deveriam ser os sistemas mais comuns. Correspondem a sistemas em que a chave permitia acionar os mecanismos de determinado sistema de segurança, possibilitando a libertação de um passador, vertical ou horizontal (Fernández Ibañez, 2007, p. 220). Destes sistemas, o mais conhecido, que deverá ter sido produzido em larga escala, por ser aquele que é mais frequente entre os achados metálicos, é o que ganhou a designação de «forma de L» (*ibidem*). Refira-se que esta denominação se reporta, única e exclusivamente, à forma da chave do sistema, carecendo de uma nomenclatura que delate o próprio sistema.

Elementos deste sistema foram, com efeito, aqueles que mais se identificaram entre os materiais provenientes da cidade romana de *Balsa*. Lográmos identificar, portanto, um conjunto de quatro trancas (fig. 91, n.º 11-13) e uma chave em L (n.º 14). O termo «tranca» refere-se ao elemento onde, como se pode ver na figura, encaixava a chave e que, em última análise, permitia o fecho ou a abertura do sistema. Corresponde, portanto, ao passador.

Este sistema é um dos mais engenhosos da Antiguidade, o que pode ser corroborado pela sua longevidade até praticamente à atualidade (Johnson, 1994, p. 180; Fernández Ibañez, 1998), conhecendo-se, pelo menos, desde o século IV a. C. Uma das genialidades deste sistema reside na sua simplicidade. Composto essencialmente por três elementos, recorria à gravidade para funcionar. Já sabemos qual a forma da chave, da qual temos um exemplar, que na parte mais curta, ou seja, o elemento funcional, dispunha de um conjunto de dentes, que variavam na forma e na quantidade, complexificando e aumentando a segurança. Esta chave, por sua vez, entrava por um orifício efetuado na porta e encaixava na tranca, ou seja, o elemento móvel que permitia abrir e fechar o sistema.

Também em Torre d'Ares temos exemplares destes elementos. Aquilo que mais raramente se conserva é o terceiro elemento, ou seja, o sistema que funcionava dependente da

tranca, composto por uma espécie de caixa de fuzilhões, que assumiam a mesma forma dos orifícios da tranca e dos dentes da chave. Estes elementos caíam por gravidade sobre os orifícios da tranca, aprisionando-a, e eram apenas libertados usando a chave correspondente, que a fazia deslizar. Refira-se ainda que este sistema poderia funcionar tanto na horizontal como na vertical, necessitando apenas, quando não se podia valer da gravidade, de outro elemento que mantinha os espigões em tensão sobre a tranca. A recolha de um destes sistemas, que o corrobora, foi possível em *August* (Martín, 1987, p. 80), em *Vindolanda* (Birley, 1997, p. 12, fig. 3 e16) e ainda em Le Grand-Herbage (Demarest, 2007, fig. 4, n.º 60-63).

Este sistema, e consequentemente a chave correspondente, denunciam uma clara tentativa de aumentar a segurança, facto comprovado pela elevadíssima diversidade nos vários mecanismos documentados. As chaves assumem, frequentemente, formas bastante variadas, sendo as em forma de L as mais frequentes. Existem chaves que assumem formas completamente inéditas e únicas, comprovando que a imaginação humana se colocou ao serviço da necessidade, numa clara tentativa de assegurar e conservar bens (Fernández Ibañez, 2007, p. 220).

Como já avançámos, este sistema corresponde ao mais antigo documentado, do qual se conhecem elementos de Puntal dels Llops, datáveis desde os séculos V/IV a. C. (Bonet Rosado e Mata Parreño, 2002, fig. 43), mas oferece exemplares de outros momentos históricos em sítios peninsulares, nomeadamente dos séculos II e I a. C. (Schulten, 1927, lâminas 37, 22 e 44; Ulbert, 1984, lâmina 34). Embora não possamos apoiar a datação dos exemplares balsenses em dados concretos, uma cronologia centrada nos séculos I e II parece credível, como sucede em outros tantos exemplares peninsulares, como é o caso da *villa* de Tolegassos (Casas i Genover, 1989, fig. 83) ou da necrópole de Carmona (Bonsor, 1931, lâminas XXXIV e LXX; Bendala Galán, 1976).

Além deste sistema, era utilizado outro, de chaves forjadas maioritariamente a ferro, que assumiam uma forma em T (Fernández Ibañez, 2007, p. 223). Infelizmente este sistema não está atualmente documentado na área peninsular, e, devido à sua simplicidade, facilmente se poderá confundir com outros elementos férreos.

Efetivamente, os sistemas que obrigavam à utilização de uma chave em forma de L eram os mais comuns e assumiam grandes variantes morfológicas e distintos tamanhos, que denunciam a sua utilização quer em elementos fixos como móveis. Efetivamente, as trancas ou passadores balsenses podem ter sido aplicados em mobiliário móvel, caixas ou baús. Mas as chaves de grandes dimensões, geralmente produzidas de ferro, que necessitavam ser articuladas para o seu transporte, estavam seguramente destinadas a grandes portas de edifícios, como acontece com as sobejamente conhecidas de Conímbriga (Alarcão et al., 1979, planche XLVI). Infelizmente também não se conhecem abundantes exemplos destas chaves em território nacional.

Mais raras, e quiçá também mais tardias, são as chaves para fechaduras de volta ou rotação, de que temos um exemplar em *Balsa*. Este é sem dúvida um sistema ainda mais avançado, utilizado ainda hoje em dia, e que já era utilizado em época romana. Infelizmente desconhece-se o seu sistema e composição exata, ainda que sejam avançadas algumas propostas de trabalho (Fernández Ibañez, 2007, p. 228 e 229). O seu grande inconveniente é serem frequentemente datadas sem qualquer apoio estratigráfico, o que é grave, atendendo à longevidade de utilização deste sistema, o que dificulta um rigoroso

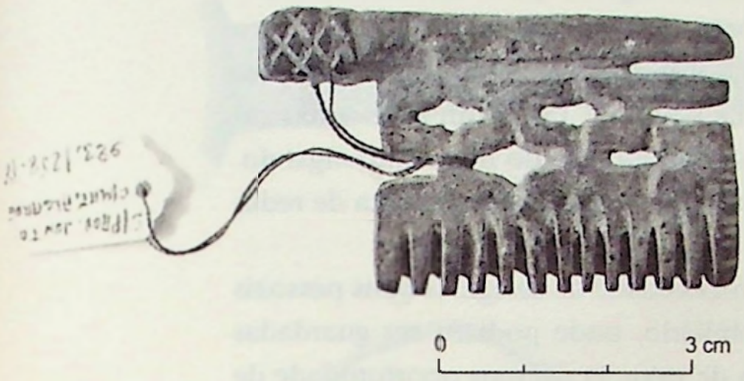


Fig. 93 — Chave de bronze correspondente a um sistema de rotação de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

conhecimento cronológico, tecnológico e tipológico deste grupo. Assim, é comum que as chaves romanas de rotação sejam frequentemente parecidas com chaves de períodos posteriores, como acontece com os exemplares medievais (Demians d'Archimbaud, 1980, p. 467-471).

O exemplar algarvio (fig. 93) é em forma de L, de secção retangular, com quatro perfurações em forma de estrela. Ostenta 13 dentes finos, com um estreito intervalo entre cada um deles. Conserva ainda parte do cabo decorado. Uma chave idêntica, proveniente de uma sepultura romana de Salir, foi publicada por J. Leite de Vasconcelos (1898b, p. 280 e 281). O autor não avançou mais sobre a datação da dita sepultura, nem sobre a chave de rotação, sublinhando somente que são frequentes no Algarve.

Considerando a inexistência de contextos para o exemplar balsense, não aventuramos qualquer proposta cronológica para este exemplar. Refira-se, ainda assim, a tendência maioritária de exemplares datados entre os séculos II e V (Fernández Ibañez, 2007, p. 228 e 229), com maior incidência nos últimos séculos. Não obstante, foram já publicados outros com datação anterior, provenientes de acampamentos militares romanos (Schulten, 1927, p. 23 e 24, lâmina 37; Ulbert, 1984, p. 333, lâmina 34), mas foi chamada a atenção sobre os duvidosos contextos de recolha (Fernández Ibañez, 2007, p. 229).

Estácio da Veiga recolheu ainda em *Balsa* um fragmento do que parece ser um elemento de ferrolho transportável. Referimo-nos ao sistema de segurança conhecido como cadeados, que eram utilizados tanto para o fecho de portas ou baús como para a imobilização de pessoas ou animais (Fernández Ibañez, 2007, p. 229 e 230). A grande inovação deste sistema reside na utilização do mesmo instrumento para as mais diversas finalidades. Na época romana, era bastante simples, tendo sido denominado de «lingueta de tensão» (Birley, 1997 *apud* Fernández Ibañez, 2007, p. 229), expressão que descreve perfeitamente o sistema. Não obstante o ajustamento da expressão, e ao contrário dos sistemas de segurança fixos, os cadeados podiam assumir variadas formas e utilizar diferentes técnicas de abertura e fecho.

O sistema mais comum é, de facto, o de linguetas de tensão. Era composto por três elementos: a chave, a caixa e o ferrolho. Embora possam existir variações nas dimensões e na morfologia das caixas e chaves, o modelo é sempre o mesmo, segundo o que foi proposto (Tonnochy, 1951, p. 78). Trata-se de uma caixa com um espigão onde é inserido o ferrolho, em forma de L e com duas linguetas, que encaixa simultaneamente no espigão e na caixa. No lado oposto existiria outro orifício, onde era inserida a chave que apertava as linguetas sobre o ferrolho e permitia a sua libertação. A eficácia deste sistema valeu-lhe a sua existência até, pelo menos, à Idade Média (Caballero Zoreda e Latorre Macarrón, 1980, p. 268-270).

É, precisamente, a este sistema que cremos que pertence o fragmento de ferrolho recolhido em Torre d'Ares. Corresponde ao orifício que encaixaria no espigão e simultanea-

mente na caixa do cadeado (fig. 91, n.º 15). Em Conímbriga, foi possível a identificação de abundantes exemplares destes aloquetes, embora quase todos fabricados em ferro (Alarcão et al., 1979, p. 171-173, planche XLVI, n.º 151-157). A existência, na mesma cidade, de um exemplar de bronze (*ibidem*, planche XLVIII, n.º 158) com as mesmas características e com decoração idêntica possibilitou a classificação do fragmento algarvio. Seguramente que este aloquete seria utilizado para fechar alguma caixa ou arca de reduzidas dimensões.

Na Antiguidade, tal como nos dias de hoje, a necessidade de assegurar bens pessoais era evidente. Essa necessidade foi aplicada a mobiliário, onde podiam ser guardadas moedas, objetos de uso pessoal ou mesmo baixela de valor. Já tivemos oportunidade de assegurar a existência destes móveis em *Balsa*, documentados através de outros materiais, como é o caso das dobradiças de osso ou de bronze, ou ainda dos apliques metálicos. Também a presença de chaves mais pequenas corrobora a existência quer das caixas quer deste sistema de segurança pessoal. Referimo-nos especificamente a dois exemplares de chaves-anel (fig. 91, n.º 16 e 17), de rotação, que eram as chaves mais pessoais que existiam. Terão surgido durante o século I, intensificando-se a sua utilização até ao século III, o que está comprovado por abundantes achados dessa cronologia (Mezquíriz Irujo, 2003, p. 188; López Bravo e Delaporte, 2005, p. 151; Fernández Ibañez, 2007, p. 231).

Com os dados atualmente disponíveis, é indiscutível que estas pequenas caixas de segurança eram frequentemente depositadas nas sepulturas junto aos seus proprietários. Embora o seu conteúdo seja uma incógnita, seguramente acondicionariam objetos perecíveis, muito pessoais. A grande diferença relativamente a caixas depositadas em sepulturas na Idade Moderna (Fernández Ibañez, 2002-2003, p. 199) consiste no facto de as romanas serem sempre de madeira, chegando até nós apenas os seus componentes, nomeadamente as chaves. Estes artefactos parecem transparecer uma cronologia alto-imperial, datação suportada por exemplares reconhecidos nas necrópoles de Carmona, Ampúrias, Segóbriga ou Córdoba (Vargas Cantos, 2001, p. 163).

Parece credível aceitar que estes contentores não correspondiam a nenhum ritual em si, apenas eram englobados no rito de deposição de artefactos pessoais do defunto. Conteriam os objetos mais pessoais do seu proprietário, ainda que saibamos que na necrópole Del Puerto uma destas caixas tinha no interior os restos da incineração e todo o espólio funerário (Krause, 2001, p. 54). Sendo objetivos, a função última destes artefactos é sempre a mesma, a de contentor, seja de objetos mais pessoais, assumindo a denominação de «cofre», ou dos restos mortais, assumindo a denominação de «arca funerária».

Refira-se, por último, que foi reconhecido outro artefacto inclassificável que poderá corresponder a algum elemento de segurança (fig. 91, n.º 18). No entanto, a impossibilidade de reconhecer paralelos e de assegurar tal função não permite admitir, sem as necessárias reservas, tal classificação.

A grande variedade de instrumental metálico balsense inclui também baixela e, principalmente, objetos de uso pessoal. Os últimos, com mais probabilidade, deverão ser originários de contextos funerários. Como dissemos, a baixela metálica corresponde a artefactos considerados de valor que, com frequência, passavam de geração em geração, principalmente quando fabricados em metais preciosos.

Embora em pouca quantidade, o sítio romano de Torre d'Ares fez chegar até nós alguns contentores metálicos ou seus elementos.

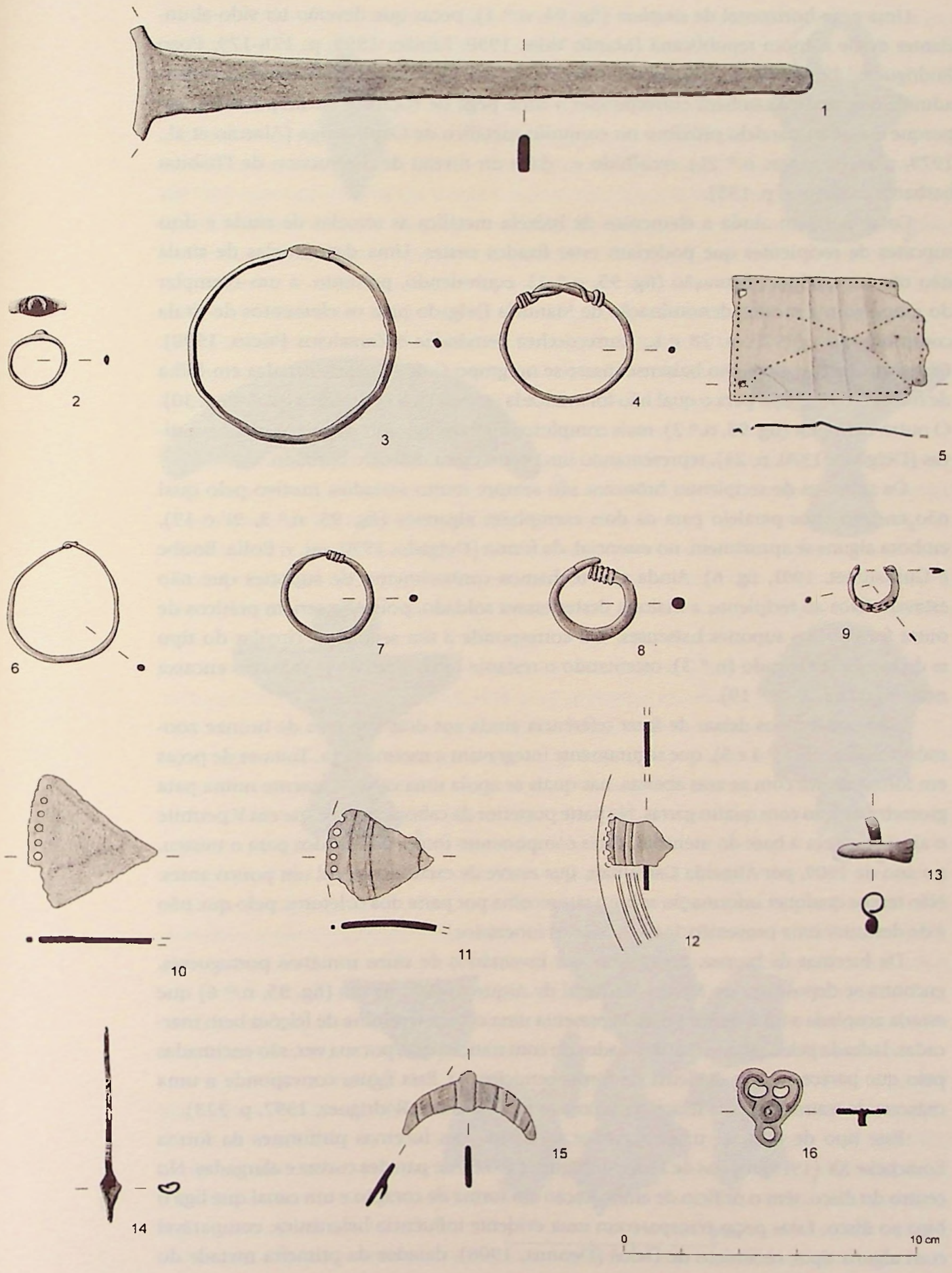


Fig. 94 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Uma pega horizontal de *simplum* (fig. 94, n.º 1), peças que deverão ter sido abundantes desde a época republicana (Martín Valls, 1990; Fabião, 1999, p. 176-179; Pozo Rodríguez, 1999-2000, p. 241), foi reconhecida. Se esta classificação é provável, devemos admitir que poderá também corresponder a uma pega de caçarola ou de passador, até porque encontra paralelo próximo no conjunto metálico de Conímbriga (Alarcão et al., 1979, planche XXXVIII, n.º 21), recolhido «...dans un niveau de destruction de l'habitat barbare,...» (*ibidem*, p. 155).

Correspondem ainda a elementos de baixela metálica as armelas de sítula e dois suportes de recipientes que poderiam estar fixados nestes. Uma das armelas de sítula não oferece qualquer figuração (fig. 95, n.º 1), equivalendo, portanto, a um exemplar do grupo com a mesma denominação de Manuela Delgado para os elementos de sítula conimbrigenses (1970, p. 28 e s.; Aurrecoechea Fernández e Zarzalejos Prieto, 1990). Objetivamente, o elemento balsense insere-se no grupo C de armelas cortadas em folha de metal, tipo I, grupo para o qual não foi avançada uma datação específica (*ibidem*, p. 30). O outro exemplar (fig. 95, n.º 2), mais complexo, insere-se no tipo III das armelas figurativas (Delgado, 1970, p. 24), representando um muito esbatido rosto barbado.

Os suportes de recipientes brônzeos são sempre muito variados, motivo pelo qual não encontrámos paralelo para os dois exemplares algarvios (fig. 95, n.º 3, 91 e 19), embora alguns se aproximem, no essencial, da forma (Delgado, 1970, est. V; Bolla, Boube e Guillaumet, 1991, fig. 6). Ainda que tenhamos conhecimento de suportes que não estavam fixos ao recipiente, a maioria destes estava soldado, pois não seriam práticos de outra forma. Dos suportes balsenses, um corresponde a um segmento circular do tipo III de Manuela Delgado (n.º 3), ostentando o restante uma morfologia que não encaixa neste tipo (fig. 91, n.º 19).

Não poderíamos deixar de fazer referência ainda aos dois suportes de bronze zoomórficos (fig. 95, n.º 4 e 5), que seguramente integravam a mesma peça. Trata-se de peças em forma de ave com as asas abertas, nas quais se apoia uma cabeça, assente numa pata grosseira de leão com quatro garras. Na parte posterior da cabeça, um recorte em V permite o ajuste da peça à base do utensílio. Estes componentes foram adquiridos para o museu, no ano de 1909, por Almeida Carvalhais, que esteve de excursão ao sul um pouco antes. Não temos qualquer informação sobre a sua recolha por parte dos coletores, pelo que não é de descartar uma proveniência de contextos funerários.

De lucernas de bronze, peças raras nos inventários de sítios romanos portugueses, encontra-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia uma asa (fig. 95, n.º 6) que estaria acoplada a uma destas peças. Representa uma cabeça feminina de feições bem marcadas, ladeada pelos cabelos encaracolados ou com tranças, que, por sua vez, são encimadas pelo que parece ser um diadema de forma semicircular. Esta figura corresponde a uma máscara de teatro feminina relacionada com a tragédia (Pozo Rodríguez, 1997, p. 223).

Este tipo de máscara trágica aparece sobretudo em lucernas piriformes da forma Loeschcke XX (1919), tipo VI de Pozo Rodríguez (1997), de paredes curvas e alargadas. No centro do disco, têm o orifício de alimentação em forma de coração e um canal que liga o bico ao disco. Estas peças transparecem uma evidente influência helenística, comparável com alguns tipos cerâmicos de Delos (Deonna, 1908), datados da primeira metade do século I a. C. Não obstante, é proposta uma maior disseminação dos artefactos brônzeos durante o século I (Pozo Rodríguez, 1997, p. 223).

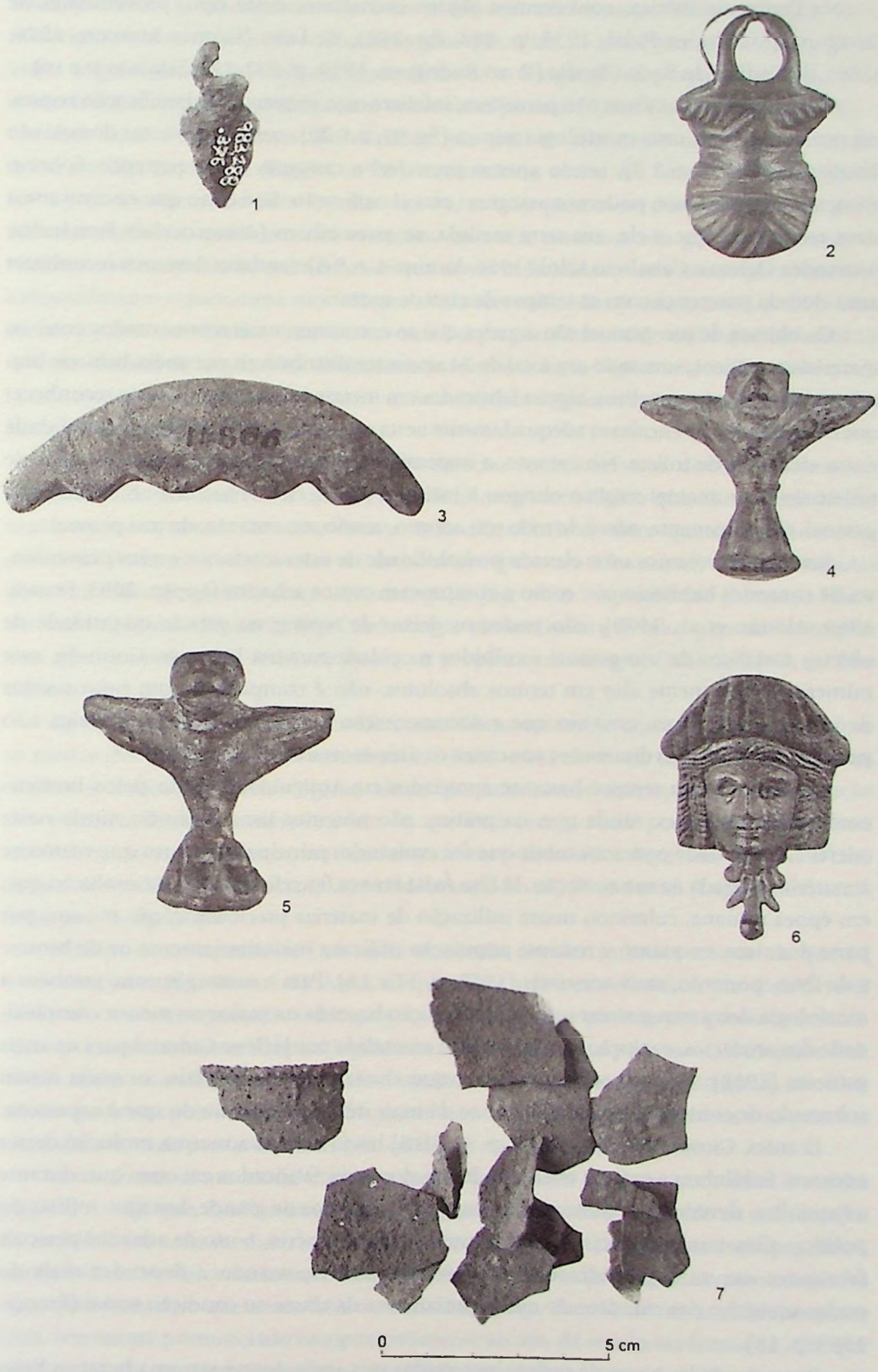


Fig. 95 — Baixela metálica de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Na Península Ibérica, conhecemos alguns exemplares deste tipo, provenientes de Tarragona (Menéndez Pidal, 1935, p. 494, fig. 282), de Leão (Gómez Moreno, 1926, p. 50), de Cádis e de *Baelo Claudia* (Pozo Rodríguez, 1997, p. 222-225, lâminas VI e VII).

Os recipientes metálicos não permitem, infelizmente, sequer uma classificação segura, um por demonstrar uma morfologia atípica (fig. 91, n.º 20), o outro por estar demasiado danificado (fig. 95, n.º 7), sendo apenas previsível a categoria a que pertence. Sobre o primeiro exemplar, não podemos assegurar esta classificação. Se é certo que encontramos raros recipientes que a ele, em certa medida, se assemelham (Aurrecoechea Fernández, Fernandez Ochoa e Caballero Klink, 1986, lâmina 4, n.º 8), também devemos reconhecer uma elevada parecença com as tampas de eixo de rodas.

Os objetos de uso pessoal são aqueles que se encontram mais representados entre os materiais metálicos, somando um total de 24 artefactos distribuíveis por anéis, brincos, braceletes, amuletos ou espelhos, alguns fabricados em metais preciosos. Devemos reconhecer que os espelhos não encaixam adequadamente nesta categoria, correspondendo na verdade a um elemento de toilete. No entanto, a impossibilidade em separar os instrumentos de toilete do instrumental médico obrigou à inclusão destes elementos nos objetos de uso pessoal. Objetivamente, não é de todo um adorno, sendo, no entanto, de uso pessoal.

Embora admitamos uma elevada probabilidade de estes artefactos serem provenientes de contextos habitacionais, como o comprovam outros achados (López, 2003; França, 1969, Alarcão et al., 1979), não podemos deixar de reparar na grande quantidade de objetos metálicos de uso pessoal recolhidos na cidade romana balsense. Contudo, este número, relativamente alto em termos absolutos, não é comparável com outros sítios de idêntica cronologia, uma vez que a documentação herdada de Estácio da Veiga não permite determinar as dimensões concretas da área escavada.

Os anéis foram sempre bastante apreciados na Antiguidade, tanto pelos homens como pelas mulheres. Ainda que, na prática, não notemos uma evolução nítida neste adereço, na verdade podemos intuir que foi evoluindo, principalmente no que concerne à matéria utilizada na sua confeção. Já Elsa Ávila França fez referência a esta evolução que, em época romana, culminou numa utilização de matérias preciosas, como o ouro, por parte dos ricos, enquanto a restante população utilizava maioritariamente os de bronze e de ferro, portanto, mais acessíveis (1969, p. 17 e 18). Para a mesma autora, também a morfologia deixa transparecer uma clara evolução baseada na maior ou menor complexidade dos artefactos, evolução que foi melhor entendida por Hélène Guiraud para os anéis gauleses (1988). Assim, podemos afirmar que, durante o Alto-Império, os anéis foram sobretudo de contorno contínuo, onde se dá mais destaque à altura do que à espessura.

Já antes, Giovanni Becatti (1955, p. 113-118) havia notado a mesma evolução destes adornos. Sublinhou a própria evolução de uso dos anéis fabricados em ouro que, durante a República, deveriam ser utilizados apenas por elementos de grande destaque militar ou político, aliás, transcendência etrusca. Durante o Alto-Império, o uso de adornos pessoais fabricados em ouro generalizou-se consideravelmente, passando a depender mais do poder aquisitivo dos cidadãos do que propriamente da classe ou condição social (França, 1969, p. 18).

Por outro lado, o uso de pedras incrustadas nos anéis deverá ser uma herança helenística, que, como tantas outras, propagou o gosto por estas pedras preciosas, na maioria gravadas com figurações mitológicas, que eram autênticos sinetes ou talismãs (Cardozo,

1962, p. 155 e s.). Ainda assim, não é descabido assinalar uma particular aplicação destes materiais entre os séculos II e IV, momento em que, aliás, os anéis ganharam uma pronunciada angularidade nos ombros, expandindo-se e alargando-se progressivamente, e em que o contorno exterior se torna cada vez mais elipsoidal (Casal García, 2007, p. 174).

Em Torre d'Ares, foram identificados um total de dez anéis metálicos fabricados tanto em liga de bronze (fig. 94, n.º 2), maioritários, como em latão, em ouro (fig. 96, n.º 1) ou combinando ouro e prata (fig. 96, n.º 2), para além dos de vidro, de que já falámos. Embora com bastantes variações, os anéis romanos são geralmente bastante similares até ao século IV, momento em que novas influências parecem complexificar consideravelmente o panorama morfológico dos anéis utilizados (França, 1969, p. 20). Com efeito, a partir do século IV houve uma especial preponderância de anéis que apresentam um aro estreito de dimensões constantes, mas com a mesa bastante elevada sobre o aro, quebrando por completo o contorno, mais ou menos contínuo que se verificava até então (Casal García, 2007, p. 174).

Não obstante a aparente facilidade de datação destes artefactos, devemos reconhecer que a maioria dos anéis é de difícil enquadramento cronológico quando destituídos do seu contexto original. Paradoxalmente, essa dificuldade é maior quanto maior a simplicidade da peça. Este é o caso de um dos anéis romanos balsenses, de extremidades abertas e mais alargadas e secção quadrangular (fig. 96, n.º 3), utilizado durante a Idade do Ferro e período Romano. Em Conímbriga, encontrámos paralelos para este exemplar sem que, contudo, seja arriscada qualquer proposta cronológica (França, 1969, p. 24 e 25, est. I, n.º 12).

Bastante comuns são os anéis filiformes frequentemente decorados, por vezes com as arestas denteadas, também existentes em *Balsa*. Mais uma vez, estes anéis não são os melhores indicadores cronológicos, ainda que admitamos uma aparente concentração dos mesmos durante o Alto-Império, o que está comprovado por alguns exemplares recolhidos em tais contextos, nomeadamente em outros sítios algarvios, como é o caso de Monte Molião. Mas os exemplares tardios também são abundantes (Lugo Enrich et al., 2011, p. 105, fig. 20).

Difíceis de interpretar são os anéis de secção circular fechados e lisos, de que há três exemplares (fig. 96, n.º 4). A sua simplicidade acaba por constituir um considerável obstáculo à sua interpretação e datação, na medida em que podem, compreensivelmente, corresponder também a simples argolas de bronze utilizadas para os mais diversos fins. Ainda assim, atendendo às dimensões, optámos por incluí-los nesta categoria, reconhecendo que a sua publicação não é frequente na pouca bibliografia existente, seja pela sua raridade, ou, mais provavelmente, pela incerteza na sua classificação.

Torre d'Ares conta ainda com um exemplar de anel de mesa com uma inscrição (fig. 96, n.º 5), que, infelizmente, não conseguimos interpretar. O estado de conservação da peça foi, em certa medida, impeditivo da leitura da inscrição. Presumimos que, antes, também Leite de Vasconcelos tentou desvendar os carateres deste anel, como o comprova o cartão manuscrito que ainda hoje acompanha a peça. Trata-se de um anel de mesa ovalada, levemente pronunciado comparativamente ao aro, de secção em forma de «D», que vai estreitando progressivamente na parte interna. Mais uma vez, é em Conímbriga que encontramos os paralelos mais próximos, que, por infortúnio, também não permitiram datação (França, 1969, p. 36, n.º 67; Alarcão, et al., 1979, p. 134, n.º 172-173).

Ainda que aos anéis de mesa ovalada, como é o caso, seja atribuída uma datação compreendida, na maioria dos casos, entre os séculos I e II, devemos sublinhar que, após este momento, continuaram a ser prolixamente fabricados (França, 1969, p. 19 e 20). Admitimos que antes da viragem da era não parecem ser muito comuns, ao contrário dos anéis de mesa circular, mas não arriscamos datar esta peça em momento alto-imperial, atendendo à elevada possibilidade de poder ser posterior (Reinhart, 1947), como antes referimos. Outro anel, idêntico, conserva ainda *in situ* a pedra incrustada na mesa (fig. 94, n.º 2), de tonalidade azul, gema que, infelizmente, não pudemos identificar. Outro ainda, de bronze (fig. 96, n.º 6), ostenta ainda o vidro incrustado no qual foi impresso um veado em corrida, tema relativamente comum durante o período Romano, e que encontra paralelo num anel idêntico de Alvaiázere (Cardozo, 1962, p. 158-160, n.º 15) e também nas lucernas de tipo Dressel-Lamboglia 11 (Pereira, 2012b). O autor citado (Cardozo, 1962), que referiu o exemplar de Alvaiázere, aludiu ainda a uma pedra, incrustada em anel de ouro, de *Balsa*, onde estaria representada Minerva encostada a uma coluna com o escudo aos pés e, na mão direita, uma estatueta de Vitória alada (*ibidem*). Quiçá esta pedra, de que desconhecemos o paradeiro, estivesse embutida no anel que de seguida apresentamos.

Dos anéis balsenses falta ainda apresentar o exemplar áureo (fig. 96, n.º 1) e o argênteo (fig. 96, n.º 2), ambos em exposição no Museu Nacional de Arqueologia. O primeiro é de secção retangular ou em banda, liso, com a face externa facetada verticalmente e com mesa retangular marcada por dois sulcos verticais, na qual se encontra aberta uma cavidade oval para incrustação da pedra, a qual não se conservou. Infelizmente, pelo seu elevado valor e pela fácil refundição, uma pequeníssima percentagem de artefactos de ouro chegou aos nossos dias. Uma análise comparativa é sempre mais árdua para os adereços áureos, dificultando, simultaneamente, a obtenção de uma cronologia segura.

Tarefa ainda mais problemática para o anel de prata e de ouro, formado por uma banda filiforme de prata com incrustações de três frisos ziguezagueantes longitudinais e paralelos, um central e dois laterais, também de prata. Entre os frisos tem aplicações em ouro de bandas também filiformes retangulares e lisas, soldadas ao anel.

Embora em menor número, foram também identificados quatro braceletes. Estes adornos deverão, de uma maneira geral, ter sido maioritariamente utilizados pelas mulheres. Não obstante, e ainda que pudessem ser vistos como um adorno feminino e de luxo extravagante, também foram utilizados como adereço masculino (França, 1969, p. 49). Na Antiguidade, a sua denominação mudava consoante o local onde fossem utilizados. A título de exemplo, se fossem usados no braço direito eram denominados de *dextroxerium*, termo que era alterado quando se utilizava no punho ou nas pernas (*ibidem*).

Como acontece para a maioria da joalharia romana, existiram formas de grande simplicidade, comuns a um largo período de tempo, como acontece com os braceletes serpentiformes, embora com pequenas variações, que se difundiram particularmente a partir do século I a. C., e que foram relacionados com os seus congéneres egípcios associados ao culto de Ísis e a Serápis (Becatti, 1955, p. 113-118). Outros correspondiam a simples argolas metálicas, mais ou menos estilizadas e com diferentes formas na secção, de metais pobres, como o bronze ou o ferro. Cremos estar em condições de afirmar que um destes braceletes de ferro (fig. 97, n.º 1) seria utilizado no pulso (*spatalium*). A inexistência de abertura impossibilita a sua utilização no braço ou antebraço. Outro bracelete de bronze reúne as condições que lhe permitiriam ser colocado no antebraço (fig. 94, n.º 3).

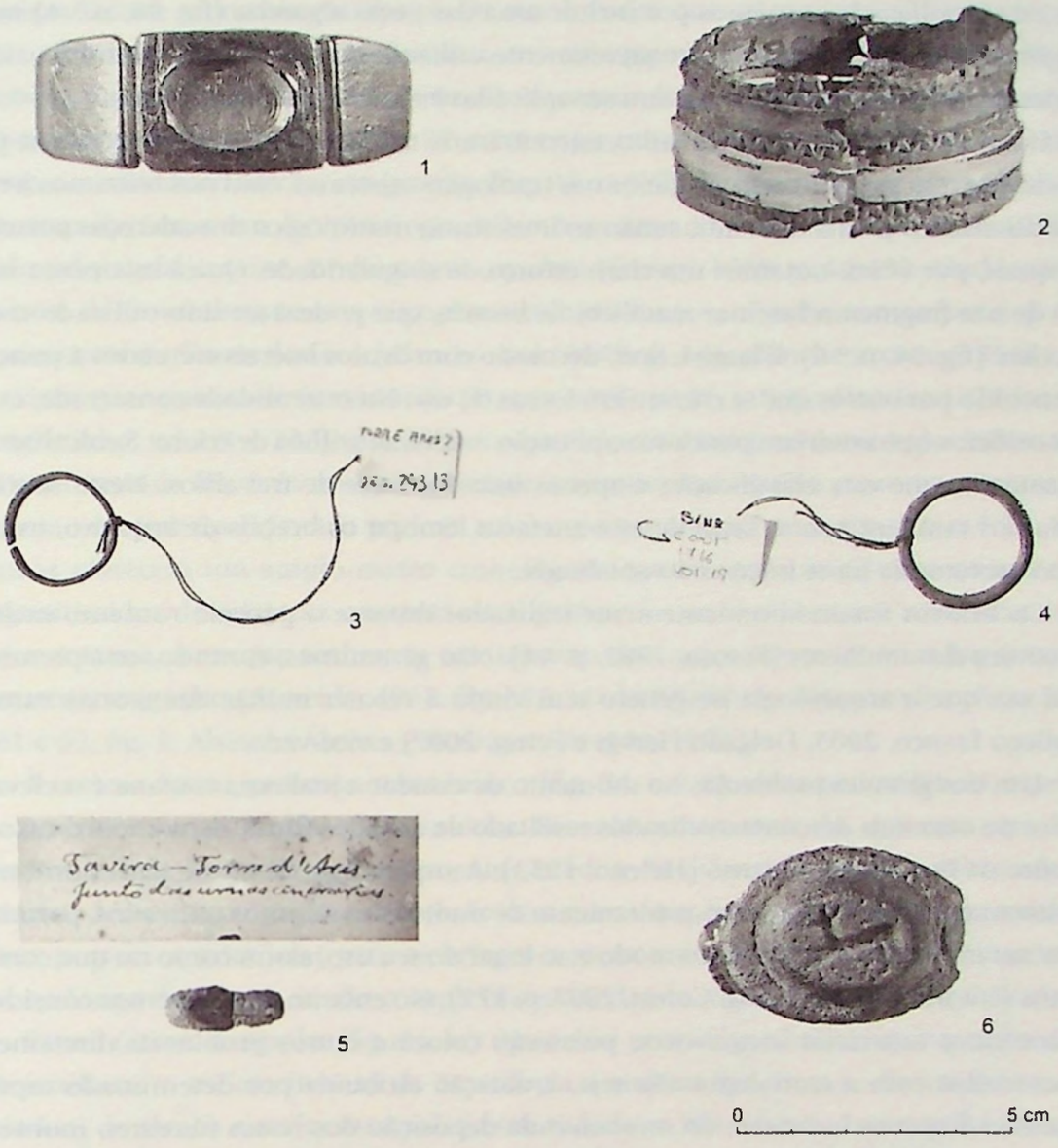


Fig. 96 — Anéis de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor (3, 4, 5 e 6), cedidas pelo museu (1 e 2).

Poderemos supor, sem margem para um grande equívoco, que durante o Alto-Império a variedade tecnomorfológica destes artefactos deverá ter-se multiplicado consideravelmente. Aliás, é durante este período que notamos uma maior complexidade na joalharia, o que, de acordo com muitas das teorias vigentes baseadas no contexto e/ou hierarquia social (Higgins, 1967; Johns, 1996; Puttock, 2002), é sintomático de uma sociedade altamente complexificada e hierarquizada. Não deveremos, contudo, esquecer que a necessidade de ostentação da riqueza foi sempre apanágio da espécie humana. A complicar o panorama classificativo e interpretativo está, ainda, o carácter profilático que muitas vezes lhes era atribuído.

No final do Alto-Império, parece ter havido uma maior predileção pelos braceletes em fio, portanto de secção circular, com as extremidades enroladas uma na outra, em hélice (França, 1969, p. 50). A partir deste momento, estes adornos entranharam-se no gosto das sociedades peninsulares, passando a ser amplamente utilizados na joalharia (Casal García, 2007, p. 173-176). Se bem que as dimensões possam ser contraditórias

com esta classificação, optámos por incluir uma das peças algarvias (fig. 94, n.º 4) nesta categoria. Estes artefactos eram frequentemente utilizados por jovens de anatomia ainda em desenvolvimento, onde poderiam ser aplicadas *bullae* ou outros amuletos.

Como já referimos neste trabalho, encontramos, com frequência, objetos de uso pessoal de que não se conhecem paralelos nas tipologias existentes. Não nos referimos à raridade da matéria-prima utilizada, senão ao ineditismo morfológico dos adereços pessoais, nos quais, por vezes, notamos um claro esforço de singularidade. Quiçá este possa ser o caso de um fragmento laminar metálico, de bronze, que poderá ter sido utilizado como bracelete (fig. 94, n.º 5). É largo e fino, decorado com óvulos laterais efetuados a punção, preenchido por outros que se cruzam em forma de «X». Na extremidade conservada, exibe dois orifícios que serviriam para a sua aplicação mediante atilhos de couro. Sublinhamos, no entanto, que esta classificação é apenas uma hipótese de trabalhos. Neste sentido, alertamos também para o facto de este artefacto lembrar os braçais de arqueiro, usados como protetor da parte interior do antebraço.

Os brincos foram abundantemente utilizados durante o período romano, exclusivamente pelas mulheres (França, 1969, p. 44). Não garantimos, contudo, esta premissa, uma vez que a arqueologia de género tem vindo a rebater muitas das teorias varonis (Gallego Franco, 2005; Delgado Hervás e Ferrer, 2007) e vice-versa.

Um dos grandes problemas no momento de estudar a joalharia romana é o elevado índice de materiais descontextualizados resultado de achados fortuitos, como é o caso do tesouro da Borralheira, Teixoso (Heleno, 1953). A arqueologia da morte tem contribuído positivamente para o devido enquadramento de muitos dos adornos utilizados, permitindo obter informações relativas ao modo e ao lugar do seu uso, assim como no que concerne aos seus utilizadores (Casal García, 2007, p. 172). No entanto, não devemos considerar os contextos funerários inequívocos, pois estes colocam outros problemas diretamente relacionados com a cronologia. Ou seja, a datação atribuída por determinado espólio funerário é apenas indicativa do momento da deposição dos restos fúnebres, momento em que esses artefactos deveriam ser de uso corrente. Assim, estes poderiam continuar a ser utilizados depois desse momento, da mesma forma que deveriam existir antes. Não podemos, portanto, extrapolar as balizas cronológicas de determinado enterramento à cronologia da maioria dos materiais que a sepultura contém.

Por outro lado, as referências da literatura clássica referentes ao uso de joalharia procedem maioritariamente de autores moralistas, que criticam o uso exagerado de adornos, principalmente de matérias preciosas, sem que façam uma descrição mais ou menos detalhada dos ditos adornos (Plínio, *Naturalis Historiae*, XXXVI e XXXVII; Séneca, *De Benificiis*; entre outros). É possível que estas constantes referências tenham motivado a elaboração de leis acerca do uso sumptuário, destinadas a conter essa extravagante ostentação de riqueza. São sobejamente conhecidas as *Lex Oppia*, de cerca de 215 a. C. (Becatii, 1955, p. 113), que restringiam o uso de joias a meia onça, particularmente às mulheres.

Voltando à análise dos materiais, as mulheres deveriam ser as principais usuárias de adornos pessoais extravagantes, não somente de joias, mas também de indumentária e de apliques de vestuário (Croom, 2002, p. 106-115), como ficou comprovado pelo achado de uma sepultura feminina de Astorga (Luz González, Encina Prada e Vidal, 2003). Não obstante, e embora conheçamos uma parte residual da joalharia romana, a ostentação na cidade romana de *Balsa* não deverá ter sido exagerada, ao contrário do que os autores

clássicos dizem acontecer em Roma. Os seis brincos que se conservam foram integralmente fabricados com bronze, portanto, matéria-prima corrente, e denunciam formas também elas comuns a todo o império. Destacamos dois exemplares simples, em argola, sem qualquer sistema de fecho (fig. 97, n.º 2 e 3), e outro idêntico, mas de maior diâmetro e com um sistema de fecho em gancho (fig. 94, n.º 6). Nenhum destes exemplares permite tirar ilações acerca da cronologia, mesmo recorrendo a alguns exemplares análogos conhecidos, infelizmente, também sem contexto (França, 1969, p. 46-49). Ainda assim, é também de Conímbriga outro exemplar recolhido num «...couche contemporaine de la construction du forum flavien» (Alarcão et al., 1979, p. 141, planche XXXIV, n.º 214).

Sem que saiamos de Conímbriga (França, 1969, p. 47, n.º 91; Alarcão, 1979, p. 142, planche XXXIV, n.º 221 e 222), encontramos paralelo também para o exemplar balsense de aro em forma de fio, com uma extremidade a terminar em agulha e a outra, mais espessa, com uma cabeça decorada por três sulcos que torneiam a peça (fig. 94, n.º 7). Estes brincos oferecem um amplo marco cronológico, que se revela inútil para os materiais desguarnecidos de qualquer contexto estratigráfico. É reconhecida a sua existência desde época romana, sem que tenhamos um término *post quem* concreto, estendendo-se até momento visigótico (Almeida, 1962, fig. 332; Madrid Balanza e Viscaíno Sanchez, 2007, p. 61 e 62, fig. 3; Abásolo Álvarez e Rodríguez-Aragón, 1995).

À mesma forma pertence outro brinco (fig. 94, n.º 8), cujas características sugerem que poderá ser mais tardio que o anterior. Reconhecemos, contudo, que esta suposição é impossível de sustentar por argumentos válidos. As diferenças residem sobretudo na robustez deste exemplar e na decoração dos sulcos que foram atravessados por outros. Talvez possamos extrapolar para os brincos a mesma simplicidade observada nos anéis que, ao longo do tempo, se vão complexificando, dando lugar a peças mais elaboradas.

Para o último exemplar (fig. 94, n.º 9) não foi possível estabelecer qualquer paralelo que auxiliasse o esclarecimento da cronologia a atribuir-lhe. Trata-se de um brinco em meia-lua, de secção circular numa das extremidades e filiforme na área medial. Possuía um pequeno fio no mesmo material que deveria servir, simultaneamente, para se aplicar e como sistema de fecho. Na área inferior, aplanada, ostenta decoração martelada que se traduz em duas estrelas semelhantes a asteriscos e seis linhas. Como dissemos, a inexistência de paralelos aliada à falta de contextos estratigráficos conhecidos, ou sequer de proveniência, impossibilita-nos avançar qualquer proposta.

Talvez este não seja o melhor local para discutir acerca dos espelhos romanos achados no sítio de Torre d'Ares. Quiçá o seu tratamento se enquadraria mais adequadamente quando falámos sobre o instrumental médico, farmacêutico ou cosmético. Porém, além de não termos dados suficientes para desvincular o instrumental médico do utilizado ao serviço da farmacêutica ou da cosmética, em última análise os espelhos também não se ajustam a nenhuma destas categorias. Objetivamente são objetos de uso pessoal, mas não correspondem a qualquer adorno corpóreo, que fosse ostentado publicamente.

Durante o Alto-Império parece ter existido um grande gosto pelos espelhos de bronze (França, 1971, p. 5 e 6), embora saibamos que foram também produzidos em outras matérias-primas, como a prata. No entanto, por se tratar de um metal mais corrente, foi o bronze que com frequência chegou aos nossos dias. Geralmente, eram de dimensões reduzidas, permitindo uma cómoda portabilidade, ainda que tenhamos conhecimento de alguns exemplares de grandes dimensões. Formalmente, assumiam, com frequência,

formas circulares de evidente tradição etrusca, substituindo as complexas representações da face oposta ao espelho (Walters, 1899, plate XVII e XVIII) por simples caneluras concêntricas. Também se conhecem os espelhos quadrangulares ou retangulares, que, por não apresentarem quaisquer elementos de preensão associados, deveriam ser utilizados em móveis, apoiados em pequenos suportes. Por os espelhos terem sido, com frequência, tumulados com os seus proprietários, temos exemplos de sepulturas onde apareceram os dois tipos associados (Anglada Curado e Hayes, 2003a, p. 1209, fig. 8; Bueno Serrano e Legupín Tubío, 2010, lâmina VII), fortalecendo assim as hipóteses atrás enunciadas.

Na cidade de *Balsa*, apenas encontrámos um exemplar dos espelhos retangulares de bronze (fig. 97, n.º 4), que, considerando o seu estado de conservação, seguramente deverá ser proveniente de uma das sepulturas escavadas pelo pioneiro algarvio e que encontra paralelo na necrópole romana do Monte Molião, em Lagos (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, fig. 19). Ainda que os autores não avancem para o sítio do Barlavento a mesma classificação, parece evidente que se trata de um espelho. Refira-se que já antes Teresa Pereira sublinhou o aparecimento esmagador destes espelhos em sepulturas de incineração, quando aludiu aos contextos de Mulva (Pereira, 2008, p. 104). Nota-se esta supremacia dos espelhos durante os séculos I e II, momento após o qual o espólio funerário em geral começa a perder importância no rito da morte, não significando, contudo, o abandono pela utilização destes instrumentos.

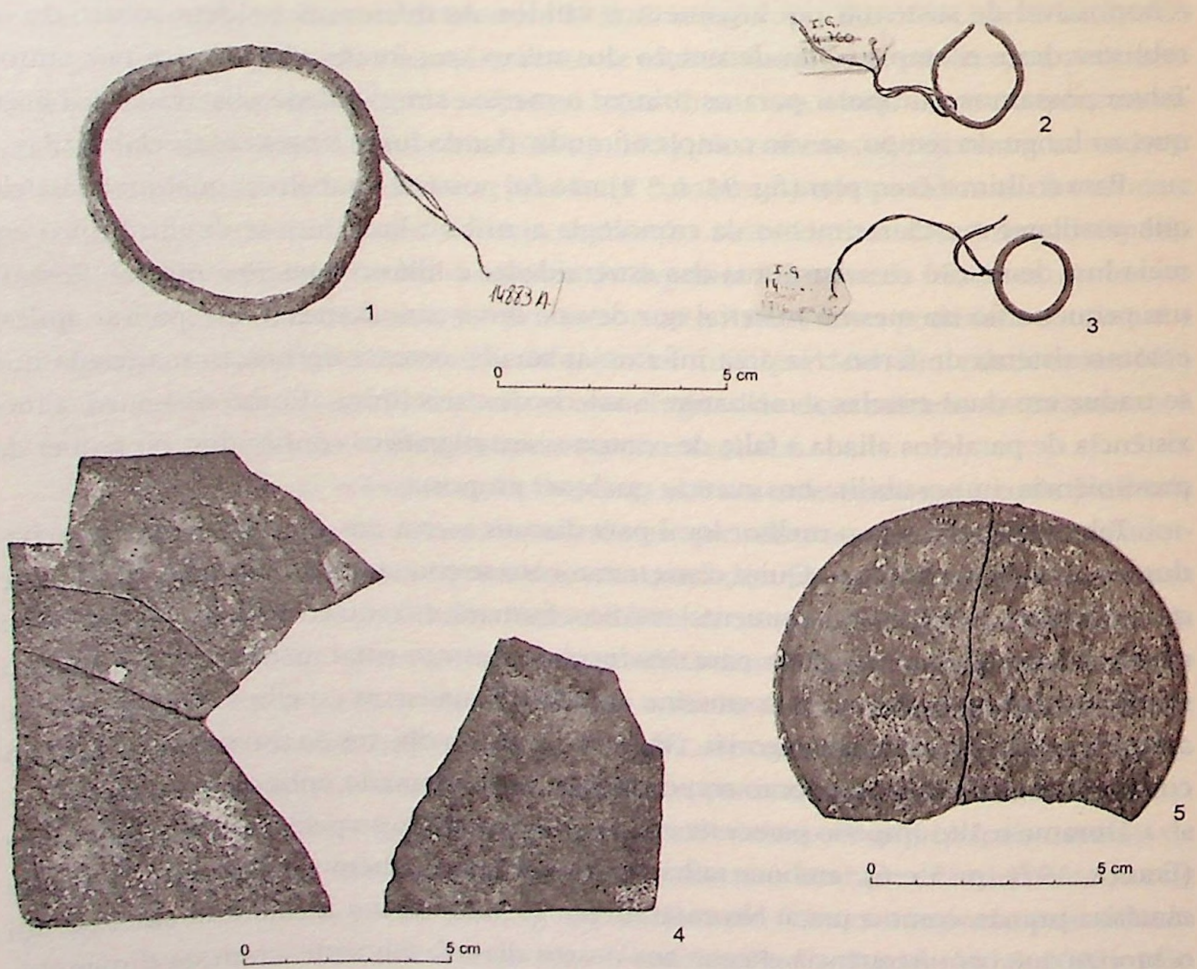


Fig. 97 — Artefactos metálicos (braceletes, brincos e espelhos) de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Os mais comuns são, de facto, os espelhos circulares decorados com círculos e com orifícios, por vezes entalhados em redor, e com pega abalaustrada. Os restantes cinco exemplares inserem-se nesta morfologia, ostentando os típicos orifícios circundantes (fig. 94, n.º 10 a 12), excetuando-se apenas um exemplar, que não tem orifícios (fig. 97, n.º 5).

Se é verdade que ambas as formas vão sendo reconhecidas nas necrópoles romanas altoimperiais, devemos concordar que a percentagem tende a favor dos espelhos circulares de pega abalaustrada. O conjunto funerário da necrópole norte da cidade de *Balsa* não constitui uma exceção. Os espelhos circulares são claramente maioritários, reiterando a possibilidade de corresponderem a peças de individualidade acrescida, potenciada pela sua portabilidade. Em contrapartida, os retangulares deveriam ser artefactos estáticos, motivo pelo qual não partilharam do mesmo sucesso.

Também de uso pessoal podem ser considerados os amuletos (fig. 94, n.º 13) e as *bullae* (fig. 98, n.º 1 e 2) identificadas e que deverão ser provenientes da necrópole. Porém, o seu significado ultrapassa a simples função prática, estando associados a simbologias profiláticas que comprovam, em certa medida, a grande complexidade da ideologia e a constante necessidade de encontrar uma causa para qualquer efeito. A análise destes materiais extravasa a mera análise tecnomorfológica especializada, permitindo ao investigador entrar em campos de maior complexidade (Rey Seara, 2002, p. 151), motivo que tem justificado a pouca divulgação destes adereços. Esta constante ostracização é, talvez, o reflexo de alguma contenção na interpretação de espólios diretamente conectados com o mundo das crenças (*ibidem*, p. 152). Ainda assim, houve investigadores que analisaram alguns exemplos de amuletos romanos aos quais se atribui valores propiciatórios e apotrópaicos (Daremberg e Saglio, 1877, p. 256 e 257; Wissowa, 1894, p. 1984-1986; Cabrol e Leclerq, 1924, p. 1786-1859). Não poderíamos deixar de fazer referência ao trabalho de Antón Alvar (2010), que, mais recentemente, penetrou nesta obscura e difícil área, tendo como apoio os materiais do ocidente romano.

A constante representação de genitais masculinos, como acontece com a maioria dos amuletos, possui um duplo sentido, preventivo e propiciador, contrariando o mero significado erótico (Johns, 1982, p. 62). Está ainda relacionada com o poder fecundante da natureza, personificado na divindade *Fascinus*, protetor da fecundação e estimulador das fêmeas estéreis (Zarzalejos Prieto, Aurrecoechea Fernández e Fernández Ochoa, 1988, p. 302). Esta veneração é, como tantas outras, herança direta da cultura grega, onde os símbolos fálicos mantiveram uma estreita relação com o mundo funerário, porventura com uma clara simbologia fecundadora da terra, transcrita por uma linguagem fortemente gráfica e figurativa, representada inclusivamente na entrada de muitas habitações particulares (*ibidem*, p. 302 e 303).

O carácter protetor destes artefactos não é apenas coletivo, tendo sido também utilizados como amuletos pessoais, que tinham por função proteger quem os possuía. Não deixa de ser curioso, contudo, que eram as crianças de tenra idade que usavam, com mais frequência, estes adornos, o que está, de alguma maneira, certificado por passagens de Varrão (*De Lingua Latina*, VII, 97), uma vez que eram, justamente, as que estavam mais sujeitas a todo o tipo de crueldades, proporcionadas pela sua inocência e fragilidade (Zarzalejos Prieto, Aurrecoechea Fernández e Fernández Ochoa, 1988, p. 303).

Em *Balsa*, foi identificado um destes amuletos pessoais (fig. 94, n.º 13), que pode ter sido, provavelmente, usado por uma criança. Trata-se de um adorno que representa, de um

lado o falo e do outro, onde frequentemente estão representados os testículos, uma «figa», elemento também comum no mundo romano. Tal como o falo, muitos investigadores consideram que a figa era uma imagem, que, pelo seu carácter impudico, afastava os seus portadores da crueldade, neutralizando o seu efeito ao receber as consequências negativas das pragas rogadas (Gomez Peña, 2008, p. 333).

Mas a utilização destes artefactos não pode ser entendida unicamente pelo prisma das crenças ou pela definição única de «amuletos». Na verdade, é impossível conhecermos, inequivocamente, a intenção do portador. Nada impede que alguns destes artefactos fossem utilizados como um simples adereço. Ainda assim, os argumentos em maior número e de mais sólida consistência fortalecem a definição utilizada, testemunhada pela sua utilização em outros contextos, a que fizemos já alguma referência. Sublinhe-se ainda a frequente utilização destes amuletos na equitação (Aurrecoechea Fernández, 2007b, fig. 4, n.º 6-8).

É grande o desconhecimento sobre o fabrico destas peças, mas parece improvável que, pelo menos no extremo sul da Lusitânia, existisse uma produção especializada (Rey Seara, 2002, p. 154 e 155). Se tivermos em consideração a qualidade, a facilidade de reprodução e mesmo o custo destes artefactos assumimos que deveriam ser produzidos por artesãos locais, sem um elevado conhecimento de metaloplastia, mas suficiente para sossegar os habitantes da região com adereços profiláticos.

Por outro lado, desconhecemos também se estes artesãos seguiriam instruções recompiladas em algum documento que lhes permitisse obter o produto final. Em todo o caso, parece-nos inverosímil esta hipótese, reparando que muitos destes adereços se adaptam às capacidades dos seus fabricantes, ao seu instrumental e aos condicionamentos da matéria-prima. Creio não ser despropositado supor que muitos destes produtos correspondiam à simples reprodução de modelos importados, como, aliás, aconteceu com muitos outros produtos, que são imitados de forma mais ou menos fidedigna, por vezes, adquirindo particularidades locais nem sempre reconhecíveis pelo investigador. Analisando o exemplar algarvio, ficamos convencidos que este é um desses casos.

Além deste amuleto, Estácio da Veiga recolheu duas *bullae* de bronze. Na verdade, as *bullae* correspondem também a amuletos, mas destinados unicamente a crianças, notando-se nestes casos uma certa especialização (Vasconcelos, 1913, p. 524). Mais refere Leite de Vasconcelos que «...as crianças, por causa do quebranto, traziam-nas ao pescoço, no punho ou ao peito, desde o nono dia do nascimento até àquele em que recebiam a *toga virilis*» (*ibidem*). A utilização deste amuleto está comprovada tanto na literatura clássica (Plutarco, *Vidas paralelas*, 4; Plínio-o-velho, *Historiae Naturalis*, 33, 10-11), como nos relevos de algumas cerâmicas (o caso das lucernas) ou na escultura funerária romana (Alvar Nuño, 2010, p. 219-221).

Ainda que tenhamos conhecimento de que estes adornos poderiam ser também fabricados em forma de coração ou de saco, da mesma forma que poderiam ser de outras matérias-primas, os exemplares balsenses correspondem a peças constituídas por duas metades semiesféricas, justapostas, presas uma à outra por uma lâmina delgada que serve de dobradiça. O conjunto articula-se sobre si mesmo, resultando numa pequena caixa esférica que se mantém fechada por um conjunto de três aletas dobradas. No interior, guardar-se-ia a fórmula mágica protetora.

Seguramente que na Antiguidade a mortalidade infantil deveria ser elevada (Chapa Brunet, 2001-2002; 2008), pelo menos a julgar pelo número de sepulturas que apresentam

conjuntos infantis ou amuletos de jovens (Vaquerizo Gil, 2010, p. 129-132; Jiménez Pérez e Aguilera Rodríguez, 2010). Não entram nesta contabilização, como é compreensível, os nados-mortos ou mesmo aqueles que pereciam antes de poder receber a *bulla*. No entanto, e assumindo à partida tratar-se mais de uma intuição que de uma constatação, notamos um maior uso destes artefactos, assim como das crenças genuinamente romanas, nas áreas litorais e nas áreas urbanas e suburbanas das províncias da *Baetica* e da *Lusitania*, portanto, mais expostas à influência romana e precocemente romanizadas. Esse é o caso de uma das principais cidades litorais béticas, *Gades*, onde se detetaram sepulturas que continham estes adornos (Corzo Sánchez, 1989, lâmina I, 2; Vaquerizo Gil, 2002b, p. 159, fig. 113). Também na necrópole do Monte Molião, pudemos encontrar estes artefactos (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, fig. 19), recuperados por Santos Rocha nas suas idas ao Algarve (Arruda e Pereira, 2012). Não obstante, por as metades da *bulla* estarem desconectadas, este adorno foi erradamente classificado como duas *ligulae*.

Tanto o amuleto fálico como os dois exemplares de *bulla* poderão ser integrados em momento centrado do Alto-Império. Uma cronologia mais precisa só seria possível se os artefactos gozassem de registos associados que permitissem a sua integração a um determinado contexto ou, pelo menos, tivessem uma conexão com outros materiais.

Outros artefactos estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia provenientes deste sítio e que poderão, ou não, ser provenientes da necrópole norte. Referimo-nos, concretamente, a um conjunto de onze pregos de ferro e de bronze, os últimos maioritários. Pela análise efetuada ao *Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, efetuado pelo pioneiro algarvio, a quantidade de pregos, pelo menos de ferro, deveria ser em muito superior à encontrada. No entanto, deste material apenas encontrámos três exemplares. Quiçá esta disparidade encontre explicação na constante movimentação das peças algarvias desde o seu «achamento» até ao seu acondicionamento no então Museu Etnográfico Português, perdendo-se bastantes exemplares neste percurso. Importa relembrar, neste âmbito, especialmente porque falámos de amuletos, o carácter profilático que por vezes assumiam os pregos de bronze e a transição sem retorno que representa a morte (Ceci, 2001 *apud* Vaquerizo Gil, 2010, p. 41), facto que já tratámos quando iniciámos o estudo dos materiais de *Balsa*, e que não se justifica repetir neste momento.

Importa sim falar ainda de alguns instrumentos para os quais, ainda que não tenhamos certeza da sua classificação, avançamos propostas que parecem ser as mais adequadas. É o caso de um provável espevitador de lucerna de bronze (fig. 94, n.º 14), que encontra paralelo num exemplar de Troia recolhido na sepultura 22 (Almeida, 2009, p. 55 e 56, estampa XXXIX, n.º 188). Outro fragmento de bronze escultórico deverá ter pertencido a uma pequena estatueta (fig. 98, n.º 3). Corresponde a um pé esquerdo com sandália, de molde simples e sola fina. As correias adelgaçam-se em direção ao peito do pé, onde outra mais larga as sobrepõe. Lográmos identificar um fragmento idêntico, de maiores dimensões e descalço, proveniente do solar da Morería de Sagunto (López Bravo e Delaporte, 2005, p. 162, lâmina 5, n.º 10).

Além de todos os artefactos a que fizemos já referência, em Torre d'Ares, foram recolhidos outros materiais metálicos, que não permitem qualquer classificação, concretamente 19 exemplares informes e de função ou categorização indeterminada. Saliente-se, contudo, que alguns destes exemplares, fabricados em chumbo, poderiam estar ao serviço da

engenharia hidráulica (Cano Ortiz e Acero Pérez, 2004, p. 381-385). Mas, objetivamente, nem isso se pode assegurar, tendo em conta o estado de conservação que ostentam.

No mesmo material foram identificadas um conjunto de quatro *tesserae* circulares (fig. 98, n.º 4-6). Entre as muitas funções que poderiam ter estes artefactos de clara tradição grega (Engel, 1884, p. 1-4), podiam ser utilizados como peças de jogo, selos de insígnias ou bilhetes de edifícios públicos. As *tesserae* podiam, contudo, assumir outras formas e serem fabricadas com outros materiais, como o comprovam as *tesserae lusoriae* de Ampúrias (Balil Illana, 1987), as *tesserae paganicae* (Encarnação, 2009; Beltrán Lloris, 2010), as *tesserae hospitalis* (Illarregui Gómez e Sarabia Rogina, 2008; Illarregui Gómez, 2010) ou ainda as *tesserae sprintia* (McGinn, 2004). Não obstante, parece que cada um destes assumiu diferentes funções.

As *tesserae* circulares de chumbo são, talvez, as que mais dúvidas suscitam na hora de lhes atribuir uma utilidade. Esta hesitação é potenciada tanto pela pouca divulgação de paralelos, como pela ausência de contextos que permitam discutir sobre a sua função ou funções. Caso raro é a *tesserae* de chumbo publicada por Lázaro Lagóstena Barrios (1993, p. 308 e 309), achada em Puente Melchior, em Cádis, que o autor não hesita em referir que seria utilizada como ingresso em um estabelecimento de banhos, devido à leitura da inscrição numa das faces, encimando um golfinho.

Entre os quatro exemplares identificados em *Balsa*, também encontramos um golfinho num deles (n.º 4). Todavia, não arriscamos a sua associação a um bilhete de controlo de um qualquer estabelecimento de banhos, mesmo parecendo ter uma inscrição ilegível na face oposta. Outra ostenta apenas uma cruz numa das faces (n.º 5), facto, aliás, bastante comum tanto nas *tesserae* gregas, como nas romanas. Mais raro parece ser o exemplar onde foi impressa uma ave (n.º 6), que poderá corresponder a um pelicano. Outro ainda é completamente ilegível.

Estes artefactos eram de fabrico muito simples e, porventura, similar ao das moedas (Gonzalbes e Ripolles, 2003). O chumbo, ainda em estado líquido, era vertido para um molde circular. Após solidificar o suficiente, eram utilizados selos com os quais se imprimiam os símbolos, seja nas duas faces ou em apenas uma. Quando eram gravadas as duas faces, uma delas tem sempre os relevos mais esbatidos, como acontece com o exemplar com o golfinho, em que a inscrição foi calcada quando efetuaram a segunda gravação.

Aproveitando a vasta exposição dos artefactos metálicos deste sítio algarvio, parece ser o momento de fazer algumas referências à **numismática**. Desde logo é evidente que foram recolhidas moedas durante a abertura das dezenas de sepulturas investigadas por Estácio da Veiga ou mesmo pelos proprietários dos terrenos. Porém, como acontece para a esmagadora maioria dos materiais balsenses, a ausência de contextos é um forte estorvo a um estudo rigoroso e detalhado sobre a morte e a sua dinâmica na cidade oriental do Algarve.

Parecia evidente que não podíamos adotar a estratégia utilizada para os metais que, segundo o *Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, a maioria seria proveniente das escavações feitas no «campo mortuário». Assim, incluir a totalidade do conjunto monetário balsense neste estudo parecia desapropriado, pois, segundo o mesmo documento, e contrariamente aos restantes artefactos metálicos, apenas são provenientes da necrópole um restrito conjunto de 12 moedas romanas.

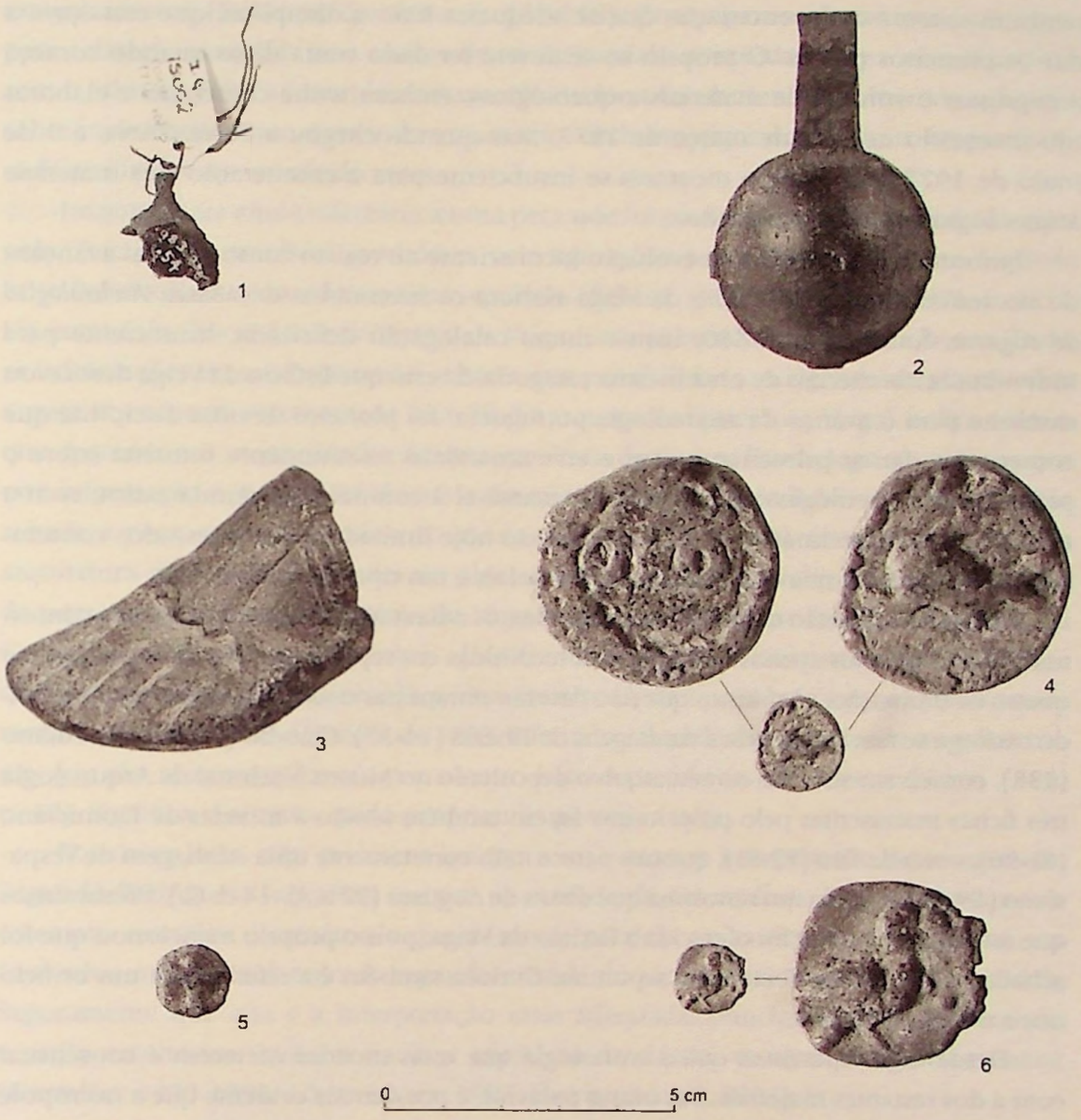


Fig. 98 — Artefactos metálicos de Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor (1, 4, 5 e 6), cedidas pelo museu (2 e 3).

É certo que este número poderá estar afastado da real quantidade de numismas recolhidos na necrópole norte. Lembramos que muitos dos materiais que Estácio da Veiga coletou são ofertas de proprietários locais que o presenteavam com peças cerâmicas, mais raramente com moedas. Por outro lado, a quantidade de materiais descritos, mais adequadamente aludidos, não faz jus aos 758 materiais que vimos expondo. São todos argumentos que nos fazem duvidar desta restrita quantidade de moedas. No entanto, é o número que devemos considerar.

Outro grande inconveniente, ao qual já fizemos menção, prende-se com a identificação dos numismas recolhidos em sepulcros no vastíssimo conjunto monetário proveniente desta cidade romana. Como aconteceu com as lucernas, *terra sigillata*, cerâmica comum, também às moedas o pioneiro natural de Tavira atribuiu uma nomenclatura, geralmente «moeda de cobre», que não permite qualquer individualização. Quando Está cio da Veiga iniciou o trabalho da sua vida, a Carta Arqueológica do Algarve, não existia

nenhum sistema de inventariação que se adequasse à nova disciplina, que começava a dar os primeiros passos. O próprio só se deverá ter dado conta disso quando começa a engrossar o volume de materiais arqueológicos, embora tenha começado a elaborar um inventário no mês de março de 1977. Mas quando chegou a Torre d'Ares, a 9 de maio de 1977, esse registo mostrava-se insuficiente para a enumeração dos materiais arqueológicos que iam surgindo.

Embora se note uma certa evolução inconsciente no registo consoante vai avançando no terreno, quando Estácio da Veiga elabora os inventários do *Museu Archeologico do Algarve*, fundado em 1880, insiste numa catalogação deficitária, insuficiente para individualizar materiais de uma mesma categoria. É certo que Estácio da Veiga desbravou caminho para o avanço da arqueologia portuguesa, foi pioneiro de uma disciplina que começava a dar os primeiros passos e teve uma visão relativamente futurista sobre o património arqueológico, que deveria ser acessível à comunidade. Ainda assim, com a evolução do conhecimento os seus registos são hoje limitados para os estudos contemporâneos baseados nos contextos estratoespaciais e nas tipologias materiais.

Voltando à questão de fundo, pouco podemos adiantar sobre as moedas e sua contextualização. Sabemos apenas que 12 foram recolhidas em sepulturas, oito de incineração e quatro de inumação, e intuímos que não deverão ultrapassar o século III. Além de no referido catálogo se fazer referência a cunhagens de Tibério (14-37), Cláudio (41-54) e Gordiano (238), conservam-se ainda no seu arquivo depositado no Museu Nacional de Arqueologia três fichas manuscritas pelo próprio que fazem também alusão a moedas de Domiciano (81-96), outra de Tito (79-81), que nos parece mais corretamente uma cunhagem de Vespasiano (69-79), e ainda um numisma que datou de Augusto (27 a. C.-14 d. C.). Presumimos que esta última moeda foi oferecida a Estácio da Veiga, pois o próprio mencionou que foi achada no ano de 1865 em uma sepultura. Curiosa também é a referência a um orifício que a moeda apresenta.

Desde logo reparamos que a cronologia que estas moedas oferecem é consensual com a dos restantes materiais. Por outras palavras, é por demais evidente que a necrópole norte terá estado em funcionamento sobretudo durante o Alto-Império, pelo menos avaliando os dados que possuímos. Neste sentido, quiçá seja relevante fazer ainda referência à moeda que, embora a ficha manuscrita por Estácio da Veiga refira Tito, pensamos ser uma cunhagem de Vespasiano. Temos motivos suficientes para associar este numisma a uma das aras funerárias que foram recolhidas na quinta de Torre d'Ares. Estácio da Veiga disse expressamente: «achada n'uma sepultura em que apareceu o monumento de AEMIL. CHAERIDIS.» Como se sabe, foi avançada para esta ara uma datação centrada na segunda metade do século II, tendo por base a paleografia (Encarnação, 1984a, p. 138), bastante distante daquela que é acusada pelo numisma, independentemente do imperador.

A associação destes dois elementos, de cronologias tão desiguais, obrigou a olhar para os elementos epigráficos desde outra perspetiva. Não podemos deixar de estranhar a inexistência de memoriais anteriores a meados do século II, momento em que o funcionamento desta necrópole deveria estar no auge. É possível que, tal como aconteceu com a ara dedicada a *Aemilia Chaeris*, pelo seu marido *Caius Flavius Relatus*, outros monumentos funerários algarvios possam ter adornado sepulcros anteriores à data que lhes foi consignada.

Além deste monumento epigráfico, outros três foram recolhidos. É desnecessário desmontar aqui a leitura e interpretação dos monumentos, que foram já abordados

exaustivamente (Encarnação, 1984a, p. 137-145). Resta apenas alertar, mais uma vez, para a datação avançada para muitos destes memoriais, nomeadamente a placa funerária com o número 14945. Estas placas eram sobretudo utilizadas em monumentos aplicados sobre incinerações, que, apesar de ser um rito ainda em vigor no século II, foi praticado mais prolixamente um século antes.

Importa fazer ainda referência a uma peça que foi paulatinamente associada à necrópole. Trata-se de um relevo escultórico, com figurações de ambos os lados que, segundo Brito Rebelo, teria aparecido em uma sepultura (Rebelo, 1880 *apud* Santos, 1971, p. 237). No entanto, a descendente de Estácio da Veiga havia já esclarecido que, em boa verdade, as informações do seu bisavô não atestam esta possibilidade. A legenda da planta onde a peça se encontra representada (n.º 35 do arquivo de Estácio da Veiga) indica apenas que apareceu nas proximidades de uma sepultura de tijolos. Desde logo, é evidente que esta informação é incompatível com a datação da eventual sepultura onde haveria sido achada a peça, ou seja, meados do século I (Silva, 2007, p. 50), facto contestado pela arquitetura da sepultura descrita na planta. Por outro lado, atendendo à peculiaridade da peça, estranhamos que Estácio da Veiga em momento algum lhe faça referência no *Catalogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro*, elaborado entre 1877 e 1878, e que corresponde, em certa medida, ao seu caderno de campo. Alude à peça apenas no inventário do «Museu do Algarve», de 1885, referindo «modelo de gesso de um monumento em que são representados n'um e n'outro lado duas cabeças em relevo» (Veiga, 1885, p. 40). Significa, portanto, que o próprio não possuía a peça.

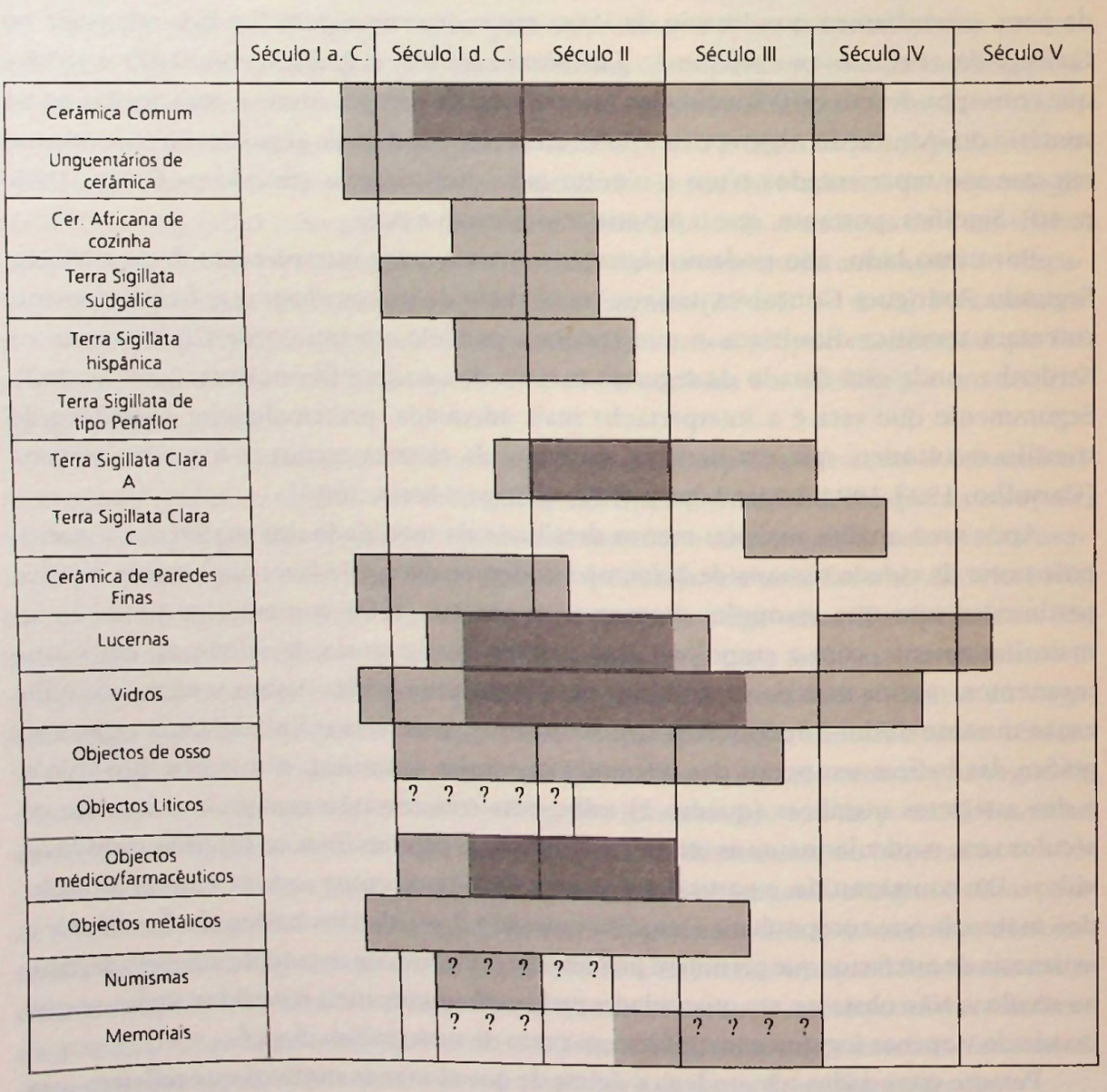
Por outro lado, não podemos ignorar a mais recente interpretação deste artefacto. Segundo Rodrigues Gonçalves, trata-se na verdade de um *oscillum*, que frequentemente ostentam temática dionisíaca, e que encontra paralelo no museu de Chiaramonti, na Sardenha, onde está datado da segunda metade do século II (Gonçalves, 2007, p. 262). Seguramente que esta é a interpretação mais adequada, principalmente considerando o estilo escultórico, que em nada se aproxima da clássica escultura funerária romana (Carvalho, 1993-1994; López López, 1997; Garriguet Mata, 2006).

Após uma análise mais ou menos detalhada da totalidade dos materiais da necrópole norte da cidade romana de *Balsa*, não podemos deixar de fazer alguns comentários pertinentes sem que, contudo, esgotemos o assunto. Estes comentários prendem-se, maioritariamente, com a cronologia que este espaço denuncia. Já referimos, em vários momentos, que os materiais recolhidos nesta necrópole evidenciavam uma maior utilização durante o Alto-Império. Reiteramos, uma vez mais, essa realidade. Uma exposição gráfica das balizas temporais das diferentes categorias cerâmicas, dos vidros, dos líticos e dos artefactos metálicos (quadro 1) exibe uma concentração esmagadora durante os séculos I e II, particularmente as cerâmicas comuns, as paredes finas, as lucernas e ainda os vidros. Em contrapartida, a partir deste momento notamos uma cada vez maior redução dos materiais que compunham o espólio funerário dos cidadãos balsenses. É evidente a existência de artefactos que permitem prolongar a utilização da necrópole até, pelo menos, ao século V. Não obstante, em quantidades progressivamente mais reduzidas. Refira-se que do século V apenas lográmos identificar um prato de *terra sigillata* clara C.

Perante estes dados não podemos deixar de questionar os motivos que refletem esta constatação no registo arqueológico, ou, inclusive, se este reflexo é fidedigno da própria realidade em si. As conclusões sobre este sítio são, porventura, aquelas que deverão ser

mais ponderadas. A precariedade dos dados de campo impossibilita saber se o registo material reflete ou não a realidade, ou seja, se a redução do espólio é proporcional à diminuição dos túmulos.

Infelizmente, esta redução gradual do espólio funerário é coincidente com o momento em que se experimentam novos conceitos de vida, que se transladam para a própria morte. Com efeito, a pregação, durante os séculos III e IV, da simplicidade pode não só ter logrado efeitos sobre a vida, mas principalmente sobre a morte. Obviamente que a composição de conjuntos fúnebres, e a sua colocação junto do cadáver, não cessou precipitadamente. No entanto, esses conjuntos parecem ser progressivamente mais humildes, destacando-se materiais de uso mais comum e objetos de uso pessoal, mas sempre em quantidades diminutas. É, pois, possível imaginar que esta situação ocorreu em *Balsa*, durante o século III, havendo, contudo, simultaneamente cidadãos que continuavam a exercer as práticas tradicionais. No século IV, essa redução do espólio funéreo é ainda mais evidente.



Quadro 1 — Cronologia dos materiais analisados de provável proveniência da necrópole Norte da cidade romana de *Balsa*, Torre d'Ares.

Com base no estudo dos materiais, podemos, portanto, afirmar que este espaço cemiterial foi sendo gradualmente abandonado a partir de final do século II ou meados do III. Não obstante, estas conclusões podem ser enganadoras e a necrópole norte desta cidade pode ter continuado a ser utilizada por balsenses, cada vez mais preocupados com a simplicidade na morte, como apregoava a nova fé. Lembramos, neste âmbito, a necrópole recentemente escavada nos arredores de Faro, em que, apenas uma dezena das cerca de 70 sepulturas, permitiu recolha de espólio depositado junto dos cadáveres. Como veremos, a necrópole do *ager* ossonobense enquadra-se neste momento de progressiva redução dos materiais funerários.

Talvez devamos ter ainda em consideração que este momento, tão visível na arqueologia da morte, é coincidente com um momento de retração económica (Hopkins, 1980; Bustamante Álvarez, Pérez Macías e Martins, 2008; Chic García, 1991, 2004a, 2005, 2010), que, de alguma forma, deverá ter contribuído também para este despojar do finado. A grande problemática, contudo, reside no facto de ser praticamente impossível escolher qual dos fatores condicionou os resultados que a análise do espólio proporcionou. Aguardemos, contudo, pela análise da totalidade dos sítios para que, com base nos dados de outras áreas cemiteriais, possamos avançar com hipóteses mais substanciais na interpretação de uma realidade que nos escapa, concretamente se a redução dos materiais arqueológicos ocorreu, ou não, paralelamente à diminuição dos enterramentos.

3.4.5. Torre d'Ares, *Balsa*: necrópole oriental

Já abordamos sucintamente a problemática que envolve a localização dos espaços da morte a oriente da cidade romana de *Balsa* (fig. 34). Esta problemática impede saber se podemos associar, ou não, a denominada necrópole de Pedras d'el Rei à necrópole oriental da cidade balsense, situação que deve ser ponderada. Com mais certeza, contudo, associamos as sepulturas da Quinta das Antas com as da Quinta do Arroio (CNS 7587), correspondendo, ambas, à necrópole oriental da cidade romana.

Quando escrevemos sobre Pedras d'el Rei, aproveitámos para apresentar o quadro toponímico da área, bem delimitado pela existência de três Ribeiras, a das Antas, a da Chareca e a do Arroio. Assim, é desnecessário repetir aquilo que foi avançado poucas páginas atrás. Importa sim, referir os motivos que nos levam a considerar as sepulturas da Quinta das Antas e da Quinta do Arroio como pertencentes ao mesmo espaço sepulcral. Sobre a Quinta das Antas, desde logo é evidente que esta quinta estava localizada junto à Quinta da Torre d'Ares (Santos, 1971, p. 281; Viegas, 2011, p. 259-262), provavelmente entre a Ribeira das Antas e a Ribeira da Chareca. Não obstante, não é entre estas duas ribeiras que a necrópole vem sendo localizada.

Infelizmente, Estácio da Veiga não nos deixou quaisquer indicações da localização das intervenções que efetuou em sítios romanos entre Castro Marim e Loulé Velho. Foi a sua descendente, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, que acabaria por interpretar muitos dos seus manuscritos e plantas encomendadas a Tavares Bello. Não pretendemos reiterar muito do que foi já escrito sobre a história da investigação do sítio, estado da arte ou diferentes interpretações. No entanto, importa remeter para algumas

interpretações que justificam o que foi dito, e que será dito ainda, sobre a localização da necrópole da Quinta das Antas.

A planta reproduzida em *Arqueologia Romana do Algarve* (Santos, 1971, fig. 113), elaborada no século XIX para representar as contíguas quintas que tratamos, mostra claramente as Ribeiras das Antas e da Chareca. Na margem esquerda da última linha de água, Estácio da Veiga fez representar uma mancha de cruzes que Maria Luísa não duvida em interpretar como sendo a necrópole da Quinta das Antas. No entanto esta leitura implica bastantes problemáticas que contrariam, por um lado, a sua interpretação e, por outro, a sua localização.

Sobre a sua interpretação, Maria Luísa é a primeira a admitir que Estácio da Veiga identifica a mancha de cruzes com um tanque representado no centro da planta, associados através da letra A. Assim, parece provável que esta área corresponda, com efeito, à localização desse tanque e não da necrópole. Mas, supondo que corresponde à necrópole, parece errada a sua localização na Quinta das Antas, ajustando-se sim à Quinta do Arroio. Aliás, o desenho está claramente intitulado como «planta das antiguidades romanas observadas nas contíguas Quintas das Antas [...] e na do Arroio [...], separadas d'aquela pela Ribeira da Chareca» (planta n.º 36) e, estando a mancha de cruzes no extremo direito do desenho, parece evidente que está representada na Quinta do Arroio. Assim, não parece razoável discutir acerca do limite das quintas ou sobre a localização da referida mancha.

Outro argumento dá consistência a que a área nuclear da necrópole oriental de *Balsa* não esteja localizada na margem esquerda da dita ribeira. Estácio da Veiga apenas terá explorado um par de sepulturas naquela que é já a Quinta do Arroio. Parece evidente que, como terá acontecido com o topónimo de Pedras d'el Rei, terão existido bastantes equívocos com a toponímia local. Efetivamente, segundo o *Catalogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, Estácio da Veiga apenas em duas ocasiões fez referência a «ossos extraídos de uma sepultura» (Veiga, 1878, p. 88). Aparentemente, os materiais que refere como provenientes de sepulturas ter-lhe-ão sido oferecidos pelos proprietários dos terrenos das quintas. O que estranhamos, contudo, é que a maioria dos materiais lhe tenha sido oferecida pelo proprietário da Quinta das Antas. Refletindo ainda sobre o título da planta encomendada e sobre a localização da mancha de cruzes, seria de supor que os materiais fossem oferecidos pelo proprietário da Quinta do Arroio. Quiçá possamos supor que os limites ocidentais desta necrópole tenham ultrapassado a linha de água ou então que os limites das duas quintas não estão separados por esta, o que parece improvável e contraria aquilo que afirmou o pioneiro na planta. Além do mais, Estácio é natural deste concelho e primo do proprietário da Quinta de Torre d'Ares sendo, portanto, improvável que se equivocasse nos limites de propriedade.

Além de, como veremos adiante, a maioria dos materiais serem provenientes de explorações de contextos habitacionais, ou outros que não sepulcrais, em momento algum Estácio da Veiga classifica este local como «cemitério romano» (*idem*, p. 89), expressão que aplica claramente para a Quinta do Arroio. Não devemos pensar, contudo, que este explorador abriu túmulos nesse local. A expressão utilizada baseia-se nas explorações levadas a efeito por Teixeira de Aragão, anos antes. Estácio da Veiga limitou-se a recolher um memorial deixado por Teixeira de Aragão e a escavar uma sepultura, aparentemente, isenta de mobiliário fúnebre. Maria Luísa Veiga dos Santos pensava já que a área assinalada

por Estácio da Veiga, na margem esquerda da Ribeira da Chareca, correspondia quer à localização da necrópole da Quinta das Antas quer à da Quinta do Arroio, ainda que em momento algum o tenha deixado claro.

Partindo da análise destes dados, a localização da necrópole oriental de *Balsa* dever-se-á verificar entre a Ribeira da Chareca e a Ribeira do Arroio, podendo mesmo ultrapassar as linhas de água tanto para oriente como para ocidente. Pinho Leal viria também a fazer referência a uma desmesurada quantidade de sepulturas romanas na propriedade do senhor Francisco Simão da Cunha (1880, p. 504), proprietário da Quinta do Arroio, referência que foi considerada exagerada e sem apoio científico (Santos, 1972, p. 321), referindo-se, talvez, à exploração de Teixeira de Aragão.

A comprovar que toda a área, entre as duas ribeiras, estaria destinada a receber o cadáver dos cidadãos balsenses está a identificação de sepulturas junto à margem da Ribeira do Arroio, reconhecimento que ocorreu durante o acompanhamento arqueológico da obra «Sistema Interceptor de Almargem (concelho de Tavira)» (Cunha, 2006). Tivemos oportunidade de prospetar a área compreendida entre as duas ribeiras e confirmámos que, com efeito, toda a área está coberta de abundantes materiais arqueológicos, principalmente cerâmica de paredes finas e vidros (Pereira, 2011, p. 20-22).

É evidente que aqui se encontra a necrópole oriental da cidade balsense. Embora não saibamos concretamente quais são as suas balizas, marca claramente um dos limites da cidade. É possível que os limites da cidade se estendessem até à Ribeira do Arroio, como foi já proposto (Silva, 2007), mas seguramente que o *pomerium* se localizaria antes do limite mais próximo da necrópole oriental, pois as necrópoles nunca se implantavam no interior das muralhas. A título de exemplo, em Mérida foram identificadas sepulturas junto a edifícios lúdicos (Bejarano Ossório, 2004), realidade que poderá ser extrapolada para a urbe balsense.

É possível admitir que existia uma terceira necrópole nos limites externos da cidade, a ocidente. No entanto, os limites ocidentais não estão tão claros e não se tem conhecimento de notícias de identificação de sepulturas na margem direita da Ribeira da Luz, linha hidrográfica que deverá marcar o tal limite e onde foi proposta a localização do porto da cidade (Mantas, 2004, p. 450). Mas a coincidência de duas funcionalidades distintas, no mesmo espaço, não seria, contudo, inédita (Giles Pacheco e Mata Almonte, 2001). A área mais próxima onde se reconheceram sepulturas romanas foi o Sítio do Pinheiro, que está consideravelmente afastado da Ribeira da Luz, devendo, portanto, corresponder a uma necrópole de alguma *villa* suburbana. Sobre este sítio trataremos adiante, passando agora à análise dos materiais recolhidos na Quinta das Antas, primeiro, e na Quinta do Arroio, depois.

Da Quinta das Antas, localizámos um total de 18 peças. Como avançámos já, a maioria não é proveniente de contextos funerários. Destes, Estácio da Veiga apenas faz referência a uma urna de chumbo recolhida pelo proprietário, a elementos de estatuária compilada durante as escavações efetuadas, assim como a um prato, a uma «botija» e a um osso trabalhado que, na verdade, corresponde a um elemento de dobradiça. Podemos afirmar que, do total apresentado, apenas cinco peças são seguramente provenientes de sepulturas. Refira-se, ainda, que duas delas foram oferecidas por Teixeira de Aragão a Estácio da Veiga, que ora dá a entender que explorou a necrópole junto aos terrenos das Antas (Aragão, 1868, p. 11), ora afirma que foi explorada nos terrenos das Antas (Aragão, 1896, p. 56).

Aliás, deverá ser esta a intervenção que Pinho Leal diz ter sido efetuada e onde apareceram cerca de três centenares de sepulturas (Leal, 1880, p. 504). Note-se que este autor a localiza, sem quaisquer reticências, na propriedade do Arroio.

Analisemos os materiais por ordem cronológica de achado. A primeira peça de que temos conhecimento é a urna de chumbo (fig. 99) oferecida a Estácio da Veiga e que o próprio afirma «que continha ossos de pessoa de tenra idade» (op. cit., p. 88). Trata-se de uma urna cinerária destinada a conter os restos de uma incineração, que terá sido confundida com uma inumação de uma criança (lembramos que as crianças que não eram ainda regidas pelo *ius pontificium* não tinham direito a incineração). Tem forma paralelepipedal retangular, conservando ainda a respetiva tampa, sendo idêntica a outra achada em contexto na cidade de *Colonia Patricia* (García Benavente e Carrasco Goméz, 2004; García Matamala, Martín Urdíroz e Moreno Romero, 2005). O fabrico da urna terá sido realizado a partir de uma superfície plana cortada em cruz grega, modelada até atingir a forma paralelepipédica, e com um acabamento de fusão nas arestas laterais, de que ainda apresenta vestígios. Durante os séculos I e II era frequente, principalmente em necrópoles urbanas, a utilização de contentores plúmbeos para a contenção das cinzas, quer diretamente depositadas em contacto com o chumbo, quer no interior de vasos cerâmicos que depois se inseriam nos contentores de chumbo, embora o caso algarvio pareça corresponder ao primeiro. Estas realidades estão documentadas por toda a província da Bética (Lopéz de la Ordem, 2003).

Outros materiais foram recolhidos ou oferecidos a Estácio da Veiga, nomeadamente uma tigela de cerâmica comum produzida no vale do Guadalquivir (fig. 100, n.º 1), um elemento de dobradiça em osso (n.º 2), um jarro de cerâmica comum (n.º 3), uma colher de vidro (n.º 4), um fundo de vidro (n.º 5), pregos de bronze, anzóis de bronze e fragmentos de placas de mármore, que, contudo, não compunham conjuntos funerários. Saliente-se, ainda assim, a existência de um elemento de mobiliário (n.º 6) exatamente igual àqueles identificados na necrópole norte. A presença deste adereço nesta necrópole confirma a sua relação direta com a urbe balsense. Restam, portanto, as duas peças que foram oferecidas a Estácio da Veiga por Teixeira de Aragão.

Já abordámos a aparente elevada extensão de terreno que o médico, natural de Lisboa, terá explorado, coligindo um considerável conjunto de materiais arqueológicos e do qual desconhecemos o paradeiro. Dos muitos artefactos que este foi reunindo, poucos foram oferecidos a Estácio da Veiga, entre os quais se contam um espelho circular decorado com círculos concêntricos e com orifícios em redor, por vezes entalhados, e com pega abalaustrada (fig. 100, n.º 8) e um *oricularium specillum* (n.º 7). Já notámos a supremacia destes espelhos durante os séculos I e II, associados a sepulturas de incineração, momento após o qual o espólio funerário em geral começa a perder representatividade no rito da morte, não significando o abandono da utilização destes utensílios em vida. Desconhecemos, inclusive, se os materiais que Teixeira de Aragão apresenta no relatório (1868) são a totalidade do que exumou, uma vez que a publicação inviabiliza uma análise através das descrições ou representações gráficas.

Poucos anos depois, também Pereira Botto terá sido agraciado com a oferta de um conjunto de materiais para o museu que dirigia (1896), o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, de Faro. Os materiais referidos foram recolhidos numa sepultura pelo proprietário da Quinta das Antas, que os ofereceu ao museu de Faro (*ibidem*, p. 152). O cónego algarvio publica-os no mesmo ano, datando-os da primeira metade do século I,

Fig. 99 — Urna de chumbo oferecida a Estácio da Veiga. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

datação obtida pela presença de uma moeda tiberiana. Entre o espólio oferecido, estão três unguentários do tipo Isings 8, um dos tipos mais frequentes nas sepulturas da cidade romana de *Balsa* (Alarcão, 1970, p. 254; Nolen, 1994, p. 175 e 176), com uma cronologia maioritariamente do século I (Isings, 1957, p. 24), embora seja provável que alguns possam ser recolhidos em contextos de início do século II (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 44). Além destes, foram ainda reconhecidos um unguentário da forma Isings 82A1 e outro do tipo 82A2 da mesma tipologia. As duas formas convivem, ainda que a primeira possa ser ligeiramente mais antiga. O grande sucesso que tiveram durante o Alto-Império auferiu-lhe uma baliza cronológica bastante dilatada, especialmente no segundo caso, que se pode estender desde a segunda metade do século I (Alarcão, 1970, p. 252 e 253), até pleno século II ou mesmo início do século III (Cruz, 2009b, p. 80 e 81). Os instrumentos de bronze, um alfinete de cabelo e uma pinça, oferecem a mesma datação alto-imperial. No entanto, a presença de uma lucerna da série de disco, de produção local/regional, obriga a ponderar uma cronologia exclusiva em momento avançado do século II, contrariando a proposta de Pereira Botto e a datação do numisma. Não é inédita a presença de moedas consideravelmente mais antigas num enterramento (Gonçalves, 2012, p. 94 e 95), porque, mais que valor monetário, tem uma forte carga simbólica.

Finalmente, da Quinta das Antas são ainda provenientes um unguentário do tipo 82A2 de Isings (n.º 9), tipo sobre o qual já abordámos tanto as características morfológicas como cronológicas, e um potinho de morfologia, aparentemente, própria da região, forma sobre a qual já tivemos oportunidade de nos debruçar (n.º 10). Lembramos, ainda assim, que parecem imitar a forma XLIII de cerâmica de paredes finas, não se tratando, portanto, de urnas cinerárias. Este par de recipientes foi oferecido por Francisco Rodrigues Passos, por intermédio de Bernardino Barbosa, que refere a recolha de moedas juntamente com estas peças, mas das quais não dá notícia sobre o paradeiro.

Antes de avançar para a análise dos materiais exumados na propriedade da Quinta do Arroio, não podemos deixar de notar que a totalidade do material recolhido na área mais próxima dos limites da cidade acusa uma cronologia exclusivamente alto-imperial, ao contrário do que se verificou para Pedras d'el Rei. Supondo que a área entre estes sítios corresponde à necrópole oriental da cidade, não causa qualquer surpresa esta realidade, sendo, pelo contrário, mais um argumento em defesa de uma extensa necrópole que extravasa os limites naturais hídricos, as ribeiras. Como em qualquer necrópole urbana, geralmente as sepulturas mais antigas são aquelas que se localizam junto aos limites da cidade, estando, as mais recentes, mais afastadas. Vejamos, contudo, qual a cronologia que oferecem os materiais do Arroio.

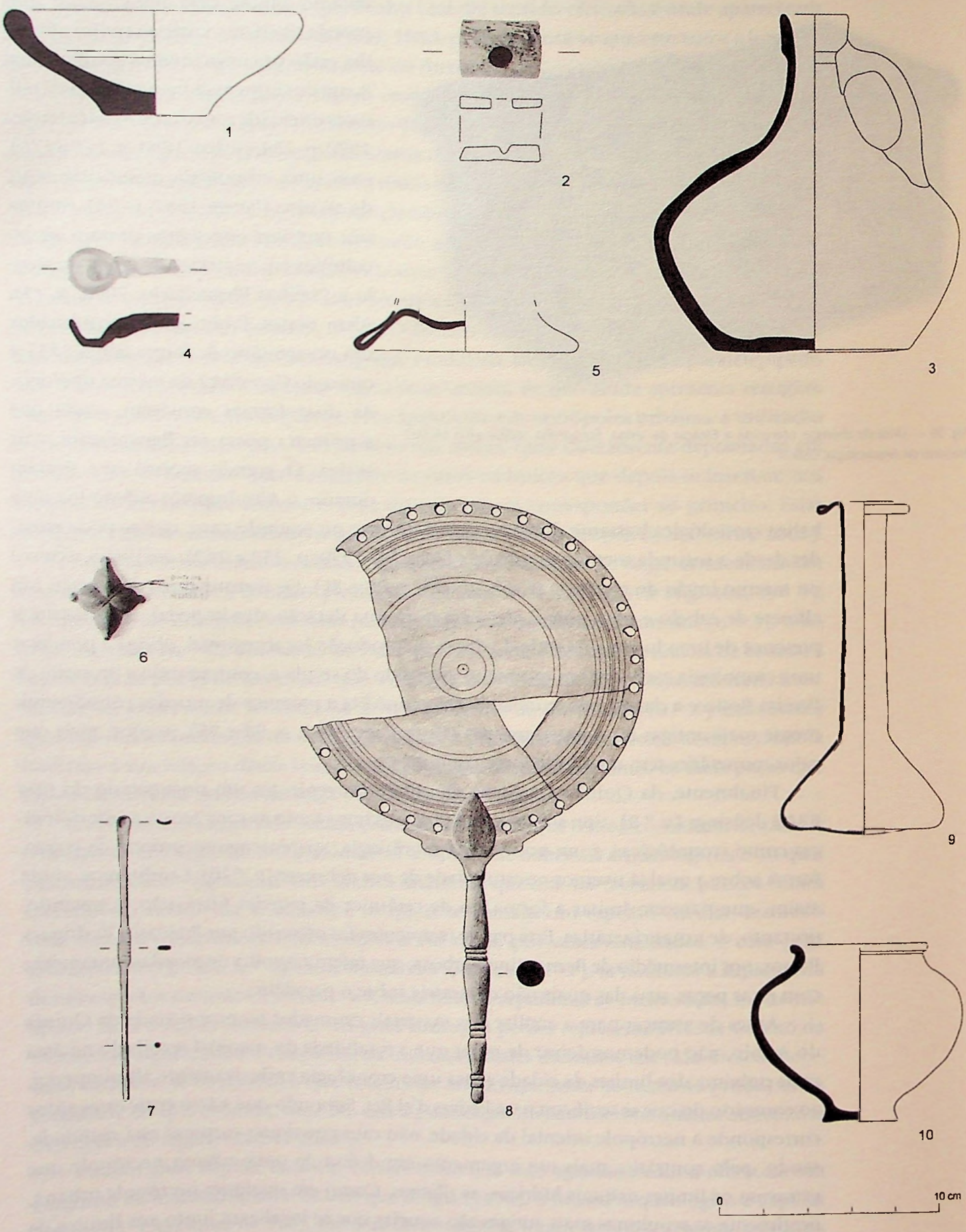


Fig. 100 — Materiais provenientes da Quinta das Antas, Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Infelizmente, como foi já referido, a quase totalidade das sepulturas foram exploradas por Teixeira de Aragão, que ofereceu apenas três peças a Estácio da Veiga: o espelho e a sonda de ouvido, aos quais se pode juntar a balança (fig. 87). Aragão publicou os trabalhos que desenvolveu na área, mas os dados são insuficientes para analisar, dignamente, tanto os materiais (cerca de uma centena), como a dinâmica da necrópole. Entre o espólio recolhido, Teixeira de Aragão refere 3 fragmentos de ânforas, 15 cerâmicas, 9 lucernas, 17 vidros, 1 golfinho de âmbar, 6 artefactos de osso, 13 de metal e abundantes pregos, o espelho, 26 moedas e uma lápide funerária (Aragão, 1868). A abundância do material espelha a dimensão da intervenção, 70 metros de comprimento por 16 de largura (*ibidem*, p. 13).

No Museu Nacional de Arqueologia estão apenas um conjunto de quatro peças provenientes desta necrópole, concretamente uma *ligulae* de bronze (fig. 101, n.º 1), um prego (n.º 2) e duas placas funerárias, uma dedicada a Alba Nereis (n.º 3), de 60 anos (Encarnação, 1984a, p. 139 e 140), a outra dedicada a Domício Festo (*ibidem*, p. 141 e 142). Nenhum destes artefactos foi recuperado pelo pioneiro, tendo sido achados pelo proprietário, Simão da Cunha, que as ofereceu ao tavirense. A cronologia do conjunto aponta para um momento balizado entre o final do século I e o século II.

Fig. 101 — Materiais provenientes da Quinta do Arroio, Torre d'Ares, *Balsa*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor (1 e 2), cedida pelo museu (3), acervo fotográfico Estácio da Veiga (4).

Refira-se ainda a existência de outra placa funerária depositada no Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa, dedicada a Ploce Catula, de 40 anos (Encarnação, 1984a, p. 145 e 146), e que oferece a mesma baliza cronológica.

O desconhecimento do paradeiro dos materiais recolhidos na área localizada entre a Quinta das Antas e as Pedras d'el Rei (fig. 100, n.º 4), e a impossibilidade da sua análise detalhada, veta quaisquer ilações que possamos avançar. Continuamos sem saber se as sepulturas que aí se localizam, ou localizaram, abrangem os dois âmbitos cronológicos, os que foram constatados na Quinta das Antas e nas Pedras d'el Rei. Estamos convencidos que essa será a realidade. Os enterramentos que se localizam no Arroio deverão balizar-se nos séculos II e III, incluindo o último momento de utilização na área mais próxima à cidade, as Antas, e o primeiro da área mais afastada, as Pedras d'el Rei. Vemos também vetada a possibilidade de confirmar, ou não, se a necrópole oriental desta cidade romana terá, com efeito, ultrapassado os limites das duas ribeiras.

É evidente a emergente necessidade de um projeto, ou pelo menos de trabalhos de minimização de impacto, que procurem proteger, compreender e divulgar este importante sítio arqueológico algarvio. Ainda nos dias de hoje, constatamos frequentes atentados contra o património português, feitos completamente à revelia e sem qualquer controle estatal ou municipal, realidade que, aliás, pudemos constatar no sítio do Arroio.

3.4.6. Sítio do Pinheiro

No Sítio do Pinheiro (CNS 942) há notícias da existência de enterramentos que sugerem a localização, nesse local, de uma necrópole romana (fig. 28 e 34). Infelizmente, como acontece para a maioria dos espaços funerários romanos algarvios, os dados são escassos e insuficientes para apresentar conclusões úteis para o estudo dos espaços da morte. As informações divulgadas por Maria Luísa Estácio da Veiga (1972, p. 302-304) são, ainda hoje, atuais, pois nada de novo foi possível acrescentar aos dados conhecidos desde então.

Deste local é proveniente o balsamário de bronze (fig. 102) que foi descoberto na década de 20 do século passado pelo proprietário do terreno e oferecido ao Museu Nacional de Arqueologia, por intermédio de Bernardino Barbosa. Utilizando a descrição efetuada por Luísa Guerreiro, trata-se de um:

> «Balsamário em forma de busto, de fundição oca, representando um jovem fauno, sugerido pelas excrescências em forma de orelhas de caprino na zona auricular, contentor de líquidos ou de pó. A cabeça está envolvida por uma farta cabeleira, disposta em grandes e grossas mechas de cabelo, sobrepostas e onduladas; uma fiada de caracóis, com pontas pendentes, circunda a face e dirige-se para a nuca. Rosto imberbe, de rasgos juvenis e feições serenas: olhos grandes, com íris perfurada; originalmente deveriam estar incrustados com pasta vítrea ou metal nobre. O nariz é reto, os lábios entreabertos e as arcadas supraciliares pronunciadas. No alto da cabeça, um orifício arredondado servia de abertura do recipiente. Na parte posterior desta abertura subsistem vestígios de charneira onde se inseria uma tampa. Na zona dos

Fig. 102 — Balsamário de bronze proveniente da Quinta do Pinheiro, Tavira. Fotografia do autor.

temporais possui duas argolas fixas onde se encaixavam as extremidades da asa. No torso, nu, ostenta em diagonal a nébride, ou 'nébris', ou pele de animal (símbolo báquico), presa ao ombro esquerdo por um laço que deixa cair para trás uma ponta em franja ou crina, e para a frente uma pata da nébride. Falta-lhe a lâmina de base e o pedestal.» (Ficha descritiva do Museu Nacional de Arqueologia.)

Os balsamários antropomórficos são consideravelmente frequentes no centro e sul peninsular, com uma especial concentração na capital da província da Lusitânia (Pozo Rodríguez, 1988, p. 295, fig. 11). A funcionalidade destes utensílios sempre foi vivamente discutida, excluindo-se, a partir do estudo de Salvador Pozo Rodríguez, a sua utilização como tinteiro, como vertedores de líquidos ou queima perfumes (*ibidem*, p. 277). A proposta mais consensual, e com a qual concordamos, foi inicialmente avançada por Peter Goessler (1928). Este artefacto, sem bico vertedor, servia como incensário fúnebre, aliás, função comprovada em Plínio (*Naturalis Historiae*, XIII, 1 e 20). Com efeito, e para além deste exemplar, são frequentes as peças recolhidas em contextos funerários, como são os casos de Munígua ou os columbários de Mérida (Pozo Rodríguez, 1988, p. 277; Egea Vivancos, 1999; Márquez Pérez, 2006). Ainda assim, outras funções podem ser atribuídas a estes recipientes (Hatt, 1961, p. 146), que representam, maioritariamente, bustos negroides.

Como foi já sabiamente assinalado, a ausência destes artefactos entre o espólio brônzeo das cidades de Pompeia ou Herculano atesta a sua inexistência durante o século I (Pozo Rodríguez, 1988, p. 279). A maioria dos contextos, quando existentes, remete para uma clara predominância produtiva durante o século II, que se poderá estender ao século seguinte (Coarelli, 1961, p. 178). O que não parece ficar claro é se esta continuidade se deve à amortização de uso dos da centúria anterior, ou se estes existiam no século III porque a produção continuou, ainda que mais desfalcada.

Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos teve oportunidade de observar pessoalmente outras quatro peças cerâmicas, à época em posse do proprietário do terreno, e que foram exumadas na necrópole romana do Pinheiro. No entanto, a autora não avança classificações tipológicas, nem cronológicas. Apenas refere que, do conjunto, somente uma peça parece ser de cronologia romana (1972, p. 303), sendo a fotografia publicada insuficiente para a analisar.

Foi já colocada a possibilidade de esta necrópole corresponder à necrópole ocidental da cidade de *Balsa* (Viegas, 2011, p. 284). Contudo, a considerável distância aos limites da cidade inviabiliza tal possibilidade. Por ora, a melhor interpretação deste espaço concorda com aquela que foi feita para a necrópole da Quinta do Trindade, ou seja, uma necrópole de uma *villa* suburbana.

3.4.7. Dona Menga

Este sítio (CNS 943) foi inicialmente dado a conhecer por Fernandes Mascarenhas (1967, p. 29-32), que o identificou, de imediato, como uma necrópole romana (fig. 28). Embora não tenha concretizado qualquer intervenção arqueológica no local, foi-lhe possível observar alguns materiais provenientes de uma sepultura de incineração, nomeadamente um unguentário de vidro translúcido esverdeado.

A sepultura era quadrada e construída com *laterae*, possivelmente de tipo *lydion* (Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 1999, p. 300), contendo no centro as cinzas do cadáver e restos do referido unguentário (Mascarenhas, 1967, p. 30), estando selada com uma pesada laje de pedra. Este tipo de sepultura é bastante comum no mundo funerário romano, estando perfeitamente documentado em Mérida, na necrópole que ladeia o circo romano e onde convive com sepulturas de inumação (Bejarano Osório, 2004, p. 141, fig. 10). Tal como acontece no caso do Morgado da Dona Menga, também na capital da Lusitânia as sepulturas são tapadas com laje de pedra (*ibidem*). No caso emeritense, a necrópole foi datada entre meados do século I e final do século II (*ibidem*, p. 151).

Também em Huelva se pode encontrar este tipo de sepulturas de incineração, contudo, com ligeiras diferenças tipológicas. Neste caso, trata-se de sepulturas quadrangulares de incineração, mas estão cobertas com *tegulae* formando telhado em duas águas (Castilla Reyes, Haro Ordóñez e López Domínguez, 2003, p. 508 e 509), cobertura também identificada em Málaga (Jímenez Salvador, 2002; Palomo Laburu et al., 2002; Palomo Laburu, Ferrando de la Lama e Fernández Rodríguez, 2003; López Tito e Salado Escaño, 2010; Gestoso Morote e López Rodríguez, 2010) e ainda em Mérida (Nogales Basarrate e Márquez Pérez, 2002; Márquez Pérez, Sánchez Barrero e Edmondson, 2007). Embora possam ser arquiteturalmente distintos, estes enterramentos poderão ser, contudo, contemporâneos do identificado no sítio algarvio.

Como dizíamos, embora Fernandes Mascarenhas apenas tenha documentado pessoalmente vestígios de uma sepultura de incineração, teve a confirmação por parte dos trabalhadores dos terrenos que, com frequência, surgiam muitas sepulturas com ossadas que eram, entretanto, destruídas (Mascarenhas, 1967, p. 29). Refere ainda que algumas continham espólio funerário, nomeadamente brincos de metal.

Do espólio funerário resultante destas destruições nada se sabe. Como aconteceu com muitos outros materiais, também estes terminaram em mãos de privados, que não permitem que se lhes tenha acesso, o que torna impossível uma leitura cronológica apurada.

Mais recentemente, no ano de 1995, o sítio foi alvo de uma intervenção arqueológica de salvamento (processo S-00943). Aquando da abertura de uma vala num terreno agrícola terá aparecido uma sepultura de inumação que o proprietário não se inibiu de abrir e escrutar. Além de adulterar profundamente o contexto em que se encontravam os materiais, impossibilitou uma leitura diacrónica dos estratos relacionados com a construção do sepulcro. A referida intervenção de salvamento limitou-se, pois, a minimizar o resultado do impacto negativo da ambição humana (Mendes, 2000). Somente após a escavação da sepultura de inumação o proprietário terá, por fim, cedido os materiais que retirou do sepulcro.

A sepultura é constituída por uma caixa de tijolos nas paredes e na base, com a particularidade de estar coberta por três grandes blocos pétreos. O arqueólogo refere ainda que

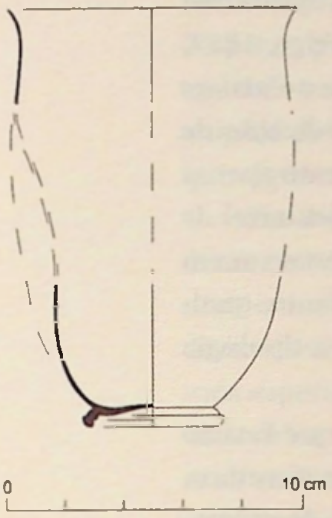


Fig. 103 — Copo de vidro proveniente de uma sepultura de Dona Menga, Tavira. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

a estrutura estava delimitada por *tegulae*, ainda que a observação das fotografias do relatório permita admitir a possibilidade de estas terem feito parte de outra sepultura de telhado em duas águas, que se encontraria nas suas proximidades (Mendes, 2000), ou mesmo se o telhado de duas águas não estaria sobre o túmulo, entretanto descoberto, como acontece em sepulturas cordubenses (Sanchez Ramos, 2006, p. 210, tipo 33) ou *hispalensis* (Fournier Pulido, 2010).

Curioso ainda é o facto de esta sepultura conter um pequeno nicho interno, onde foi recolhido o copo de vidro (fig. 103), reminiscência dos típicos nichos presentes em tantos mausoléus romanos de datação coeva, como é o caso de um dos mausoléus da *villa* romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013), ou ainda dos conhecidos columbários de Cádis onde eram colocadas as urnas (Corzo Sánchez, 1992, p. 275).

A cabeça do finado descansava sobre um *imbrex*. É ainda referido que na superfície do túmulo ter-se-á construído um empedrado, como memorial. Com efeito, a complexidade arquitetónica deste enterramento comprova as propostas avançadas (Mendes, 1999, p. 220).

Sobre o estudo dos materiais não pretendemos estender-nos demasiado. Encontram-se já divulgados e devidamente analisados, motivo pelo qual é dispensável a sua repetição.

Importa ainda referir que, tal como aconteceu com Fernandes Mascarenhas, também aquando a última intervenção no local o proprietário admitiu que no tempo de seu pai ter-se-iam descoberto várias sepulturas a uma dezena de metros de onde se achou esta.

3.4.8. Paúl

Próximo do Monte da Torre, encontra-se a necrópole romana do Paúl (CNS 945), um dos sítios paradigmáticos do Algarve romano, ainda que a informação disponível não seja a desejável tendo em conta os achados aí efetuados em explorações antigas.

Objetivamente conhecem-se muito superficialmente os trabalhos que Estácio da Veiga aí efetuou, e que nunca viria a publicar, apesar de a informação ter sido, mais tarde, reproduzida sucintamente pela sua descendente, tendo por base os apontamentos e inventários elaborados pelo bisavô (Santos, 1972, p. 297 e s.).

Localiza-se na margem direita da Ribeira da Asseca (fig. 28), área que deveria corresponder, na Antiguidade, ao extremo mais interior onde deveria chegar um largo caudal de água. Esta localização deverá ter-lhe permitido uma confortável navegabilidade de pequenas embarcações até ao litoral, através do Rio Séqua. Refletindo sobre esta localização, compreendemos o porquê da importância que vem sendo atribuída ao local, sem que, contudo, tenha desempenhado um papel primordial como porto comercial de acesso ao interior algarvio. Caso tivesse assumido tal papel, a sua evolução teria alcançado outra tipologia no âmbito da rede de povoamento do extremo sul da província da Lusitânia.

Não obstante a subsistência deste local à sombra da cidade de *Balsa*, deverá ter logrado uma considerável importância espelhada na quantidade e, sobretudo, qualidade dos

materiais que foram recuperados por Estácio da Veiga. Embora não saibamos os motivos que o impulsionaram a classificar este local como uma «povoação extinta» (Veiga, 1887, p. 505; Santos, 1972, p. 297), o certo é que analisando os seus apontamentos e o *Catalogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro* não encontramos qualquer indicação de que o investigador aí tenha escavado tais contextos. A página 92 desse documento apenas contém informação sobre a exploração que efetuou sobre um conjunto conjeturável de três inumações, à qual se somou outra de materiais que documentou e que estavam em posse do proprietário do terreno, Francisco Marques Freire. Não temos, portanto, qualquer informação que nos permita argumentar mais satisfatoriamente sobre a tipologia da ocupação.

Mais recentemente tem-se referido o aparecimento de materiais na área que Estácio da Veiga terá explorado (Silva, 2011, p. 19) sem qualquer rigor ou controle científico. Aliás, o mesmo autor faz referência à existência de «duas necrópoles distintas de dimensões consideráveis, para além de outras mais pequenas ou sepulturas isoladas» (*ibidem*), tendo por base a dispersão de achados funerários sem que, contudo, especifique a que achados se refere. Não é referida, sequer, a distância entre cada uma destas realidades, o que poderia contribuir para o esclarecimento de se, com efeito, se trata de diferentes espaços da morte ou, pelo contrário, estamos perante uma única necrópole de dimensões alargadas, potenciada pela proximidade da cidade romana de *Balsa*, realidade que nos parece provável.

Os paralelos para esta realidade poderão ser encontrados na área periurbana de *Ossonoba* que, em época romana, gozava da existência de abundantes *villae* agrícolas que usufruíam da proximidade à urbe para escoar os seus produtos, além da óbvia componente exploração de recursos marinhos (Fabião, 1994). Porém, a distância verificada entre a ocupação humana do Paul e a cidade romana de *Balsa* deverá aproximá-la convenientemente a uma realidade análoga à de *villae* como Milreu, Cerro da Vila ou Quinta de Marim. Destacamos, particularmente, a primeira por corresponder a uma ocupação interior, em contrapartida ao Cerro da Vila e à Quinta de Marim, com uma economia principalmente baseada nos recursos marinhos.

São apenas propostas de trabalho baseadas principalmente na análise geográfica da área e na localização que, na época romana, deveria ser «lagonal/estuarina», expressão que utilizamos com algumas reticências devido à inexistência de um estudo paleo-hidrográfico na área. Sublinhamos que os restantes dados não são suficientes para classificar o tipo de ocupação, nem a espelham fidedignamente. Passemos à análise dos materiais recolhidos no interior das sepulturas que, neste caso, podemos efetuar com as devidas associações de materiais.

Embora tenhamos já referido que Estácio da Veiga faz referência à exploração de pelo menos três sepulturas (Veiga, 1878, p. 92), o certo é que deverá ter aberto mais túmulos, confirmado pela existência de outros materiais excecionalmente conservados e fotografados, com legenda manuscrita aplicada pelo próprio e que referem claramente que são de proveniência funerária. Desconhecemos a justificação para este desfasamento do número de sepulturas, que talvez se possa dever à exploração de mais sepulturas após a elaboração do *Catálogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro*, no ano de 1878. Outra possibilidade reside na cedência de artefactos recolhidos pelo proprietário do terreno, já que é referido que este oferece um total de cinco peças, mas que ainda assim

não compreende a totalidade do conjunto. Atendendo à quantidade total de materiais, 20 peças, poderemos supor que foram abertos um mínimo de 10 túmulos, supondo que em todos apareceram materiais. De facto, se tivermos em conta que se trata de uma necrópole de inumação, e dependendo da sua cronologia, não seria de todo surpreendente que algumas sepulturas estivessem despidas de mobiliário funerário.

Em duas das sepulturas referidas ou escavadas, pelo pioneiro natural de Tavira, pudemos estabelecer relações materiais que parecem importantes para o estabelecimento de uma cronologia mais precisa, ainda que para uma delas estejamos condicionados pelo desconhecimento do paradeiro dos materiais, à época, na posse do proprietário. Referimo-nos especificamente a uma sepultura que Marques Freire terá escavado e onde recolheu «um colar, um brinco e um anel de ouro com pedra vermelha» (Veiga, 1878, p. 92). Sem uma análise presencial dos materiais, estamos impedidos de avançar quaisquer dados cronológicos ou interpretativos. Ainda assim arriscamos notar uma coincidente semelhança com conjuntos funerários femininos, atestada, sobretudo, pela presença do brinco.

Outra sepultura continha um «prato de vidro azulado, anel com pedra fracturada, candeia inteira de barro [...], uma lança de ferro fracturada, e ossos acompanhados de dois craneos [...], e conchas de ameijoas – tudo extraído de uma sepultura» (*ibidem*). Com esta breve descrição desde logo é evidente que se deveria tratar de um enterramento múltiplo, realidade comprovada pela recolha de dois crânios, mas sem que tenhamos mais indícios sobre a sua posição ou relação de um com o outro. Os materiais mais característicos, como é o caso da lucerna ou do prato de vidro, apontam para uma cronologia balizada entre a segunda metade do século II e a primeira da centúria seguinte.

É evidente que o exemplar «lychnológico» (fig. 104, n.º 2) corresponde a uma produção local/regional, com uma pasta de tonalidade laranja acastanhada, homogénea, bem depurada, com poucos elementos não plásticos de pequena dimensão. Destacam-se os quartzos e as biotites. Não oferece quaisquer vestígios de engobe. Embora contenha uma representação de Vitória alada sobre a urbe e com uma coroa numa mão e a palma na outra, não é possível confirmar se corresponde, ou não, a uma sobremoldagem. Trata-se de um exemplar do tipo Dressel-Lamboglia 27, característico por a moldura do bico ser em forma de coração. Tivemos já oportunidade de referir que, embora este tipo possa ter origem na área centro-itálica (Morillo Cerdán, 1990, 1999, p. 119 e 120), rapidamente foi reproduzido nas províncias do império, não tendo a Hispânia sido exceção (Pereira, 2008, p. 72 e 73). Note-se que este fenómeno ganha ainda mais destaque se atendermos ao âmbito cronológico que vem sendo proposto para estes exemplares, ou seja, segunda metade do século II a meados do século III (Bailey, 1980, p. 336-376). Por se tratar de uma produção local/regional, quiçá seja mais adequado destacar o momento centrado da baliza temporal avançada. A cronologia pode, aliás e em certa medida, ser confirmada pelo prato de vidro de bordo engrossado ao fogo (fig. 104, n.º 1), paredes curvas, pé anelar tubular e base curvilínea engrossada no centro. Esta morfologia, principalmente a do fundo tubular, resulta de o vidro ser pressionado contra uma superfície plana enquanto está ainda em forma de balão, obrigando o vidro a dobrar sobre si mesmo. Estas características formais encontram paralelo na forma 47 de Isings que, contudo, parece recuar demasiado a sua datação (1952, p. 62). Admitimos, contudo, que a sua identificação, pela autora, em Pompeia obriga a ponderar uma sobrevivência estendida deste exemplar, até ao início do século III, como outros autores notaram já (Cruz, 2009a, II, p. 137 e 138).

À luz destes dados, não compreendemos os argumentos que motivaram Mário da Cruz a avançar com uma provável produção bracarense, aludindo que a sua identificação é rara e quase exclusiva de Braga (*ibidem*), quando Isings fornece abundantes exemplares e o prato do Paul estava já publicado, ainda que erradamente atribuído a *Balsa* (Alarcão, 1970, p. 241 e 242). Começa a ganhar relevo a referida datação de final do século II e início do século III.

A ponta de lança achada nesta sepultura é bastante difícil de classificar (fig. 104, n.º 3), acima de tudo porque parece enquadrar-se mais corretamente nas *spearshead* que Bishop e Coulston atribuem ao século I (1993, p. 69). Tem a lâmina extremamente alongada, comparativamente com a largura da mesma e com o comprimento do cabo, possui uma nervura de secção circular no meio e parece ter sido fabricada com uma liga com elevado índice de chumbo. Pela indicação de Estácio da Veiga, não podemos descartar a presença desta peça numa sepultura que contém espólio bastante mais tardio. Contudo, ganha especial destaque o facto de estarmos perante um enterramento múltiplo que, sem que saibamos a distância temporal entre ambos, deveria conter diferentes conjuntos funerários. Porém, a contrariar tal possibilidade, reparamos que a ponta de lança, a ser datável do século I, deveria acompanhar uma incineração e não uma inumação. Sem dados mais precisos não podemos adentrar-nos na problemática sobre o ritual destes enterramentos, lembrando apenas que não seria inédita a existência de inumações neste período.

Sobre o anel de bronze (fig. 104, n.º 5), temática que já abordámos mais demoradamente quando tratámos os anéis balsenses, a sua robustez aponta para um adereço tardio, com uma cronologia que deverá estar de acordo com aquela apontada para o prato de vidro e para a lucerna. Apresenta um perfil relativamente contínuo, o que lhe confere uma certa antiguidade, mas não demasiada, considerando a grande mesa que apresenta para incrustação de pedra que, aliás, Maria Luísa ainda teve oportunidade de observar (Santos, 1972, p. 289, fig. 323), mas que já se encontrava desaparecido aquando da nossa estada no Museu Nacional de Arqueologia. Idêntico destino teve o outro anel referido por Estácio.

Finalmente, nesta sepultura apareceu ainda uma cânula de vidro (fig. 104, n.º 4) idêntica àquelas recolhidas na necrópole de *Balsa*, particularmente com aquelas que terminam as extremidades em forma de botão. Esta semelhança, potenciada pela proximidade dos sítios, originou, mais uma vez, que este instrumento fosse classificado como proveniente da cidade balsense. A durabilidade destes materiais impossibilita uma cronologia demasiado precisa, demonstrando-se a associação de peças primordial para a obtenção de uma cronologia consensual bastante peculiar.

Além dos materiais já discutidos, aparecidos no mesmo contexto, encontram-se na reserva do Museu Nacional de Arqueologia outros materiais provenientes do mesmo local. Fazemos referência a duas conchas de vieira que corroboram a existência predominante de inumações. Esta é uma prática que se deverá ter estendido ao sul da província da Lusitânia durante o final do século II, mais particularmente durante a centúria seguinte, como o comprovam os contextos da recentemente escavada necrópole do Amendoal. Um destes bivalves contém ainda no interior uma moeda, que não conseguimos identificar (fig. 105). Desconhecemos se este numisma corresponderá a algum dos três que Estácio da Veiga descreveu no seu catálogo. Sobre um deles, o tavirense refere concretamente «uma moeda de Salomina, mulher de Aureliano» (Veiga, 1878, p. 92) que estava em associação com o anel perdido. A primeira coisa que verificamos, mesmo sem ter tido acesso à moe-

da, que, como tantas outras recolhidas na época, se perderam, é a imprecisão histórica de Estácio da Veiga. A ser, efetivamente, uma moeda de Salomina, esta era na verdade mulher de Galieno, que governou desde 253 a 268, e que terá inundando a Lusitânia com moedas de baixo valor (Ruivo, 2008, I, p. 30 e 31). A mulher de Aureliano (270-275) foi Severina. Mas, supondo que a leitura que Estácio da Veiga fez está correta e esquecendo a inexistência destas moedas no trabalho de José da Silva Ruivo (2008), a cronologia do numisma está de acordo com a datação que vem sendo atribuída aos materiais que compunham os conjuntos funerários, assim como o está com os ritos praticados.

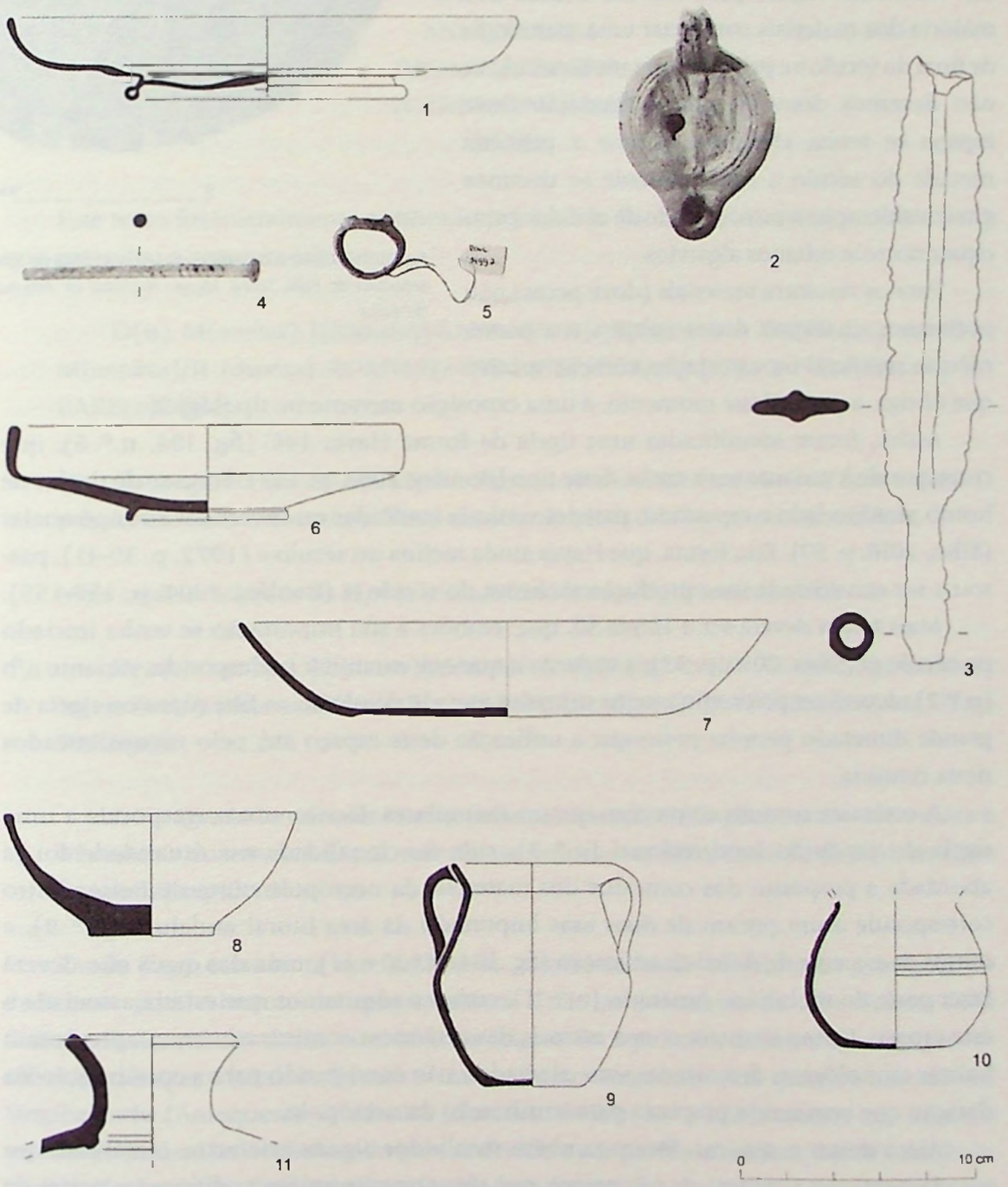


Fig. 104 — Materiais provenientes do Paul, Tavira. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Mais estranha é a aquisição, por compra, de outro numisma que Estácio classifica como uma emissão de Tibério (14-37) e que não se enquadra com os materiais analisados até agora, nem com os rituais praticados. Surpreendentemente é referido que foi encontrada dentro de uma «urna cheia de terra queimada», estando, portanto, em conformidade com o rito vigente na época. Além do mais, não devemos esquecer que a datação atribuída à ponta de lança parece concordar com este numisma. Assim, pese embora o facto de a maioria dos materiais confirmar uma cronologia de final do século II e primeira metade do século III, não devemos descartar que a fundação deste espaço se tenha efetuado durante a primeira metade do século I, especialmente se tivermos em consideração a proximidade de um dos principais núcleos urbanos algarvios.

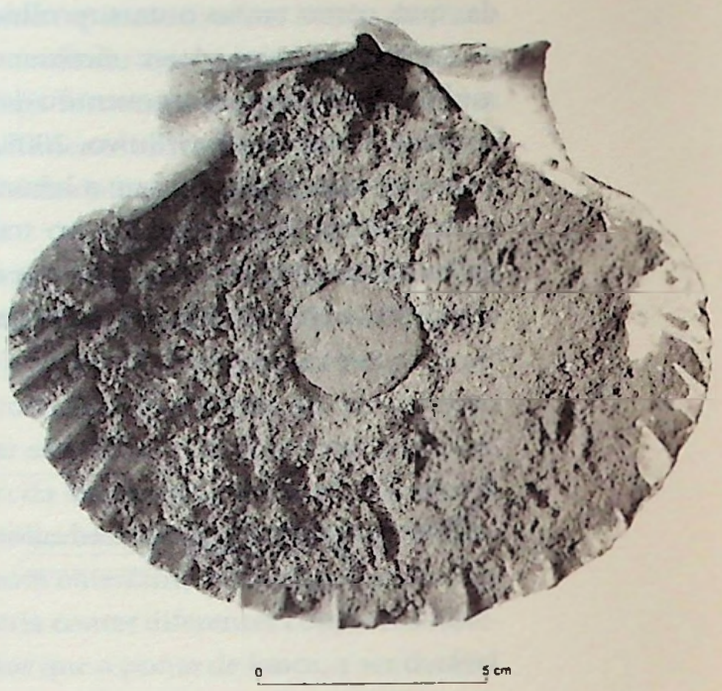


Fig. 105 — Concha de vieira com um numisma no interior proveniente de uma sepultura do Paúl, Tavira. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Para os restantes materiais (doze peças) não obtivemos quaisquer dados sobre a sua proveniência sepulcral ou associação entre si, motivo que obriga, a partir deste momento, a uma exposição meramente tipológica.

Assim, foram identificadas uma tigela da forma Hayes 14C (fig. 104, n.º 6), que corresponde à variante mais tardia deste tipo (Bonifay, 2004, p. 157). Trata-se de tigelas de bordo arredondado e espessado, paredes verticais invertidas ou exvertidas com pé anelar (Silva, 2010, p. 50). Esta forma, que Hayes ainda incluía no século II (1972, p. 39-41), passou a ser considerada uma produção exclusiva do século III (Bonifay, 2004, p. 157-159).

Mais tardia deverá ser a Hayes 50, que, embora a sua importação se tenha iniciado no século III (Silva, 2010, p. 53), a variante a que este exemplar corresponde, variante a/b (n.º 7), deverá ser predominante na primeira metade do século IV. Este prato ou tigela de grande dimensão permite prolongar a utilização deste espaço até, pelo menos, meados desta centúria.

A cerâmica comum conta com quatro exemplares. Destes, um corresponde a uma tigela de produção local/regional (n.º 8), cuja funcionalidade ou ritualidade foi já abordada a propósito dos contextos dos materiais da necrópole norte de *Balsa*. Outro corresponde a um púcaro de duas asas importado da área litoral andaluza (n.º 9), e outras duas peças de difícil classificação (fig. 104, n.º 10 e 11), uma das quais não deverá fazer parte do mobiliário funerário (n.º 11), embora admitamos que estaria associada a este espaço. Como acontece com a maioria das cerâmicas comuns romanas, apresentam balizas cronológicas demasiadamente alargadas, não contribuído para a confirmação da datação que vem sendo proposta para a utilização da necrópole.

Além destas cerâmicas, foram também recolhidos alguns artefactos metálicos, nomeadamente um conjunto de três pregos, que seguramente uniam as diferentes partes de um esquife, outros fragmentos no mesmo material de um instrumento incaracterístico e ainda um *oricularium especillum*. Parece desnecessário reiterar muito do que foi já escrito

sobre estes artefactos. No entanto, talvez seja relevante referir que, embora estes sejam mais frequentes em contextos altoimperiais, não é inédita a sua identificação em contextos mais tardios (Carmen Santapau, 2003, p. 292 e 293, fig. 1, n.º 3).

Finalmente referimos a recolha de uma lápide funerária recuperada neste local, no ano de 1960, por Alexandre Martins Viegas Cesário. Pouco tempo depois era entregue ao Museu Nacional de Arqueologia por Farinha dos Santos (Cesário, 2005, p. 205 e 206). Independentemente da história ou percurso da peça, importa referir a dificuldade que tem suscitado a sua leitura, que poderá não ser ainda a mais correta. A lápide oferece a seguinte inscrição:

DM[S]
SALIANVSVX
ANNISXXXIIIM
IIROMVLESISPATER
POSIIIOPIENTISSSIT
BARBE

Este texto foi inicialmente publicado por José de Encarnação (1984a, p. 146 e 147), que entendeu a seguinte leitura:

D(*is*) M(*anibus*) [(*Sacrum*)]/SALIANVS V(*i*)X(*it*)/ANNIS XXXIII (*trigintatribus*) M(*ensibus*)/II (*duobus*) ROMVLE(*n*)SIS PATER/POS(*uit*) [F]ILIO PIENTISS(*mo*) SIT BARB(*a*)E (sic)

Consagrado aos deuses Manes. Saliano viveu trinta e três anos e dois meses. O pai, romulense, colocou ao filho, modelo de piedade. Que a terra te seja leve.

Mais tarde o achador da lápide oferece uma leitura ligeiramente diferente:

D(*is*) M(*anibus*) [(*Sacrum*)]/SALIANVS V(*i*)X(*it*)/ANNIS XXXIII (*trigintatribus*) M(*ensibus*)/II (*duobus*) ROMVLE(*n*)SIS PATER/POS(*uit*) [F]ILIO PIENTISS(*mo*) SIT(*o*) BARB(*a*)E

Consagrado aos deuses Manes. Saliano, natural de (Singila) Barba, viveu trinta e três anos e dois meses. O pai, romulense, colocou ao filho, modelo de piedade (que aqui está) sepultado.

Desde logo é evidente que ambos os autores estão de acordo com a origem do dedicante, possivelmente do *ager romulensis* e não propriamente da urbe *Colonia Iulia Romula*. Estão em discórdia, contudo, na origem do sepultado, Saliano, que um parece subentender que é local, enquanto o outro afirma categoricamente que terá nascido em *Singilia Barba* (Antequera). O achador (Cesário, 2005, p. 207 e 208) informa que o pai do sepultado poderá ter-se deslocado para aí devido à sua profissão, oleiro (*ibidem*), tendo-se mais tarde fixado no Paúl atraído pela cidade balsense.

Discussões à parte sobre a naturalidade do dedicante ou do sepultado, deixando tal questão para os especialistas, reparamos que os autores estão relativamente de acordo com

a cronologia atribuída. O primeiro datou a lápide de final do século II e início da centúria seguinte, enquanto o segundo a incluiu na primeira metade do século III. Independentemente da variação constatada, as duas propostas corroboram a cronologia de utilização deste espaço funerário. Examinando agora a totalidade dos dados, parece evidente que esta necrópole terá funcionado entre meados do século II e IV. Há, contudo, indícios que obrigam a ponderar que os primeiros enterramentos tenham sido efetuados no século I, nomeadamente a moeda de Tibério comprada por Estácio da Veiga a um local, que o informou tê-la recolhido no interior de uma urna com cinzas.

3.4.9. Ribeira de Leitejo

No sítio da Ribeira de Leitejo (CNS 18288), terá aparecido um considerável conjunto de sepulturas romanas de incineração que permitem supor a existência de uma necrópole romana no local (Maia, 2000, p. 17 e 39). Infelizmente as notícias sobre esta necrópole apenas permitem a sua identificação e localização (fig. 28). Segundo se intui, e tal como aconteceu para a maioria dos sítios do Levantamento Arqueológico do Cachopo, este sítio foi identificado através de informações de quem terá «explorado» os túmulos, concretamente um tal senhor Manelinhos, que possui também os materiais resultantes dessa exploração.

Se a referência a sepulturas de incineração permite um enquadramento balizado nos séculos I e II, por si bastante pontualizada, a alusão a pratos de *terra sigillata* hispânica possibilita, por outro lado, supor que estas deverão ter sido construídas num momento indeterminado entre meados do século I e meados da centúria seguinte. O estabelecimento de uma datação mais precisa só seria possível com a análise detalhada dos materiais provenientes destes contextos funerários, assim como do próprio local.

Embora não seja inédita, é atípica esta localização tão interior de uma ocupação romana consideravelmente recuada. As ocupações interiores, localizadas na serra, somente começam a ser mais destacáveis durante a Tardo-Antiguidade. Contudo, durante o Alto-Império, também assistimos a algumas ocupações consideravelmente interiores, menos se tivermos apenas em conta os contextos funerários. Estas ocupações poderão estar diretamente relacionadas com a exploração de matéria-prima efetuada na serra algarvia, como é o caso do minério (Penco Valenzuela e Moreno Garrido, 2000; Arboledas Martínez, 2010), mas que deveremos ter ainda em consideração a possibilidade de corresponderem a postos de controlo e de vigia, ou mesmo a simples pontos de passagem e vias transitórias que, embora atravessando territórios pouco propícios à fixação, estimularam a implantação de pequenos aglomerados.

3.4.10. Cerro da Chã II

As informações sobre este sítio arqueológico (CNS 18286) são bastante restritas. Apenas temos conhecimento de que no local terá aparecido uma sepultura onde supostamente foi recolhido um peso de tear (Maia, 2000, p. 38). Parece evidente que estes dados

carecem ainda de confirmação. Desde logo é atípica a recolha de pesos de tear no interior de sepulturas romanas, que, embora podendo ser representativa da profissão do cadáver, também poderia integrar os materiais utilizados na construção do túmulo.

Por outro lado, as limitadas conclusões do Levantamento da Carta Arqueológica do Cachopo resultam de trabalhos de prospeção e compilação de informações das populações locais, corroborando a necessidade de futuros trabalhos que deem consistência a esta classificação. Com efeito, embora o Cerro da Chã tenha sido classificado como necrópole, apenas sabemos, por ora, que aí terá aparecido uma única sepultura. Saliente-se ainda, por outro lado, que o peso de tear não é o melhor indicador cronológico.

3.4.11. Cerro do Lorvão

Sobre este sítio (CNS 807) não nos alongaremos demasiado. Importa apenas referir que a necrópole identificada com este topónimo no Sistema de Informação Endovélico não corresponde, na verdade, a este concelho. Existe, efetivamente, um sítio com esta designação no concelho de Lagos, ao qual corresponderá. A sua localização no concelho de Tavira é resultado de um equívoco.

Embora tenhamos incluído este sítio arqueológico no concelho de Tavira, com o objetivo de aclarar o erro, este não será tido em consideração nas fichas de sítio, mapas ou qualquer outro local neste estudo.

3.4.12. Manjovos

Apesar de Estácio da Veiga ter feito referência ao sítio de Manjovos nos seus manuscritos (sem CNS), este local manteve-se praticamente inédito até à atualidade. Efetivamente desconhece-se a sua localização, não constando no Sistema de Informação Endovélico. Parece evidente que este desconhecimento se deve, em parte, à atual inexistência do topónimo utilizado por Estácio da Veiga, «Serro de Manjovos», que deverá ter sido colhido por informação oral através das comunidades locais. Não é inédita a existência de topónimos que ficaram apenas registados na memória da população local. Por outro lado, quando os materiais da coleção do «Museu Archeológico do Algarve» são reunidos no então «Museu Etnográfico Português», sitiado em Lisboa, a limitada coleção de materiais arqueológicos do sítio de Manjovos ficou restringida apenas aos artefactos provenientes das três sepulturas escavadas. Os restantes parecem ter sido absorvidos pela vasta coleção algarvia, sem que saibamos o seu paradeiro. Assim, o espólio de Manjovos nunca permitiu dar visibilidade ao local, nem tão pouco suscitar o interesse dos investigadores.

Infelizmente não se pode acrescentar nenhuma informação sobre a sua possível localização, geografia do terreno ou modelo de implantação. A amplitude do concelho tavirense impossibilitou que se lograsse localizar o sítio sem que se tenha, sequer, uma localização aproximada. As cartas militares ou cadastrais do concelho mostraram-se inúteis na identificação do topónimo.

Deste local apenas sabemos aquilo que nos foi deixado pelo pioneiro, natural deste concelho. No *Catalogo dos monumentos [...] do distrito de Faro* Estácio da Veiga deixa bem claro que deverá ter escavado uma área considerável, colocando a descoberto as três referidas sepulturas, mas também estruturas e compartimentos de um edifício. Refere concretamente:

- Fragmentos de tijolos horizontais de bordos salientes, achados entre os vestígios de um edifício arrasado ao S. do serro.
- Meia telha de barro alvacento e fragmento de outra de barro vermelho, achados nas escavações.
- Fragmento de grande vaso de barro, achado nas escavações.
- Botija inteira com asa e bocca de campirão, achada em sepultura com ossos e uma argolinha de cobre de orelha de mulher.
- Botija fracturada, achada em sepultura com ossos e duas grandes argolas de cobre de orelha de mulher.
- Fragmento de louças achadas nas escavações.
- Três fragmentos de grande e rude cerâmica, achados nas escavações.
- Craneo fracturado com maxilla tirado de sepultura. (Veiga, 1878, p. 99.)

A listagem que nos deixou Estácio da Veiga é, portanto, clara sobre os trabalhos que aí efetuou. Terá escavado um edifício, colocando as suas fundações a descoberto. O que não fica esclarecido é se as sepulturas terão aparecido dentro deste edifício, como aconteceu, por exemplo, no sítio do Álamo, em Alcoutim. Como foi dito, confirmamos que os únicos materiais que conservaram indicação da sua proveniência são aqueles que foram achados no interior das sepulturas.

Os dados compilados não permitem grandes interpretações sob pena de nos aventurarmos em leituras desvirtuadas da realidade. Ainda assim arriscamos alguns comentários que parecem relevantes. Desde logo é evidente que se trata de um sítio tardio, como veremos pela análise dos materiais, provavelmente localizado mais no interior do concelho, quiçá na zona do barrocal. Não nos surpreenderia se se localizasse na área do vale do rio Séquia, entre a serra e o litoral, propícia à instalação de comunidades na Antiguidade. Sublinhamos mais uma vez que apenas adiantamos algumas propostas de trabalho na esperança de uma futura localização do sítio.

Sobre os trabalhos efetuados por Estácio da Veiga, também não poderemos avançar grandes interpretações. Menos ainda sobre o edifício que terá deixado a descoberto, sobre a sua associação, ou não, às sepulturas escavadas e relação com sítios próximos. Resta apenas adiantar que, atendendo ao âmbito cronológico, poderá tratar-se de uma pequena ou média ocupação rural de subsistência, de base eminentemente agrícola.

Nem tudo são incertezas. Apesar da dificuldade interpretativa, podemos avançar, com relativa segurança, que as sepulturas estariam cobertas com *tegulae*. Embora não possamos aplicar estes materiais à totalidade dos sepulcros, certo é que alguma terá sido coberta com estes materiais. O rito utilizado é mais um argumento a favor de uma cronologia da Tardo-Antiguidade. Os três indivíduos exumados foram depositados com aparente simplicidade e sem a presença de abundante espólio a acompanhá-los. Refira-se que a maioria dos materiais não corresponde a oferendas (apenas duas peças), mas sim a objetos de uso pessoal que acompanharam os utilizadores para o espaço funerário (sete peças). Sobre a

possibilidade de existirem mais sepulturas além destas, nada sabemos. Nada aponta nesse sentido, e o silêncio do seu escavador não é argumento suficiente para amparar uma ou outra possibilidade.

Os materiais recolhidos no interior das sepulturas são as únicas evidências que corroboram a cronologia do «Serro de Manjovos». Somam um total de nove peças, duas cerâmicas (fig. 106, n.º 1) e as restantes metálicas, que, apesar de permitirem um enquadramento cronológico das sepulturas, o tornam demasiado amplo. Como foi referido, os objetos de uso pessoal são abundantes, característica que está em conformidade com os ritos praticados entre os séculos v e vii (Madrid Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2006, p. 207). Não deixa de ser curioso que, durante este período, são as sepulturas infantis que engrossam as percentagens de sepulturas com espólio funerário, como o comprova a necrópole do setor oriental de Cartagena (*ibidem*, p. 208). A maioria está desprovida de quaisquer materiais, que, quando presentes, assumem um carácter iminentemente simbólico, como é o caso dos jarros colocados junto à cabeça, situação que vem sendo relacionada com a prática do batismo (Saxer, 1987), rito iniciático de purificação através da água (Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 55), costume romano que tem a sua origem no paganismo.

Idêntica realidade poderá ser intuída para a sepultura onde foram recolhidos dois elementos metálicos que parecem corresponder a pulseiras ou braceletes (fig. 106, n.º 2 e 3) e que, pelo diâmetro, deverão ter pertencido a um indivíduo juvenil. Por outro lado, atendendo ao facto de um destes adereços ter uma das extremidades afiadas, permite admitir a possibilidade de se tratar de brincos. Fortalece esta possibilidade o facto de o próprio escavador os interpretar como tal, assumindo-se que os deverá ter recolhido junto à cabeça do inumado. São, portanto, brincos simples, formados por uma argola e um cilindro, de duas ou três molduras, que corresponde ao sistema de fecho.

Outro par de brincos forma conjunto (fig. 106, n.º 4 e 5) que deverá ter sido recolhido na mesma inumação, apesar de apresentarem ligeiras diferenças. Trata-se de brincos também de fabrico simples, formados por uma argola afiada numa das extremidades, terminando a outra com um espessamento de forma cúbica. Se considerarmos que estes eram utilizados exclusivamente pelas mulheres (França, 1969, p. 44 e 45), estamos perante dois enterramentos femininos, ambos com os respetivos objetos de uso pessoal. Os dois tipos de adornos referidos são característicos do nível ii da sistematização efetuada para a torêutica tardia, com origem durante o século iv, mantendo-se em uso até ao século vii (Ripoll López, 1998, p. 47-50). O momento de maior circulação destes adornos parece estar, contudo, maioritariamente documentado durante o século v (*ibidem*, p. 33).

Outros três elementos foram recolhidos nestas tumbas, concretamente mais dois brincos simples (fig. 106, n.º 6 e 7) e ainda um fragmento que deverá ter pertencido a algum alfinete de bronze, artefacto também frequente durante o século v, como os exemplares da necrópole de El Ruedo (Carmona Berenguer, 1990, fig. 5) e da necrópole do setor oriental de Cartagena (Madrid Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2006, fig. 9) comprovam.

Uma cronologia centrada ao século v para este espaço da morte é assim a mais plausível, e a cerâmica parece também confirmar esta proposta cronológica.

As duas peças que pudemos associar às sepulturas, referidas por Estácio da Veiga, são formalmente idênticas. Trata-se de peças de bordo aplanado exvertido e trilobado, colo curto e estrangulado, corpo de tendência globular e base lisa e convexa (fig. 106, n.º 1). No corpo ostentam algumas estrias pouco profundas. As pastas são de tonalidade castanha

avermelhada, medianamente depurada, pouco homogénea, porosa, mas sólida, apresentando abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão, com destaque para os quartzos, as calcites, as biotites e as moscovites. Estas características obrigaram a ponderar uma produção, muito provavelmente, local/regional.

Como referimos já, estes artefactos correspondem ao elemento mais característico do ritual funerário durante a Antiguidade Tardia. São geralmente jarros, tanto de boca circular, como trilobada, ou garrafas, colocadas ao lado da cabeça do inumado na posição vertical, como acontece em Sevilha (Pachón Romero, 2008; Moreno de Soto et al., 2010). Com efeito, estamos convencidos que quando aparecem tombadas na sepultura, tal posição deve-se sobretudo a fenómenos pós-deposicionais que adulteraram a sua posição primitiva. A sua interpretação passa pela purificação através da água que, sublinhamos, tem sido relacionada com o batismo (Saxer, 1987) e, indiretamente, com o Cristianismo.

São muitos os autores que evocam este ritual como argumento irrebatível de uma presença cristã nas necrópoles (Carmona Berenguer, 1998, p. 203; Muñiz Jaén, 2001, p. 209; Delgado Molina, 2006; Arévalo et al., 2006; Madrid Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2006; Hernández García, 1998; Moreno Almenara e González Vírseda, 2005; Iniesta Sanmartín e Martínez Alcalde, 2000), o que, não esquecendo as heranças pagãs, parece ser confirmado pelo âmbito cronológico em que geralmente são datadas, ou seja, entre os séculos IV e VII. Embora estes artefactos não estivessem presentes em todas as sepulturas cristãs, seja em outras necrópoles seja nas mesmas que possuem sepulcros isentos deste ritual, mas com sepulturas que contêm outros materiais irrefutavelmente relacionados com o Cristianismo, estas jarras funerárias podem representar o jarro litúrgico de bronze, de significado sacramental, situação, aliás, comprovada na necrópole da Marateca, em Lagos (Pereira, 2012-2013). Segundo Saxer (1987, p. 173-205), este fenómeno dever-se-á a muitos catecúmenos que reservavam o batismo para a ocasião da sua morte num momento em que a iniciação ao Cristianismo ainda estava em clara progressão.

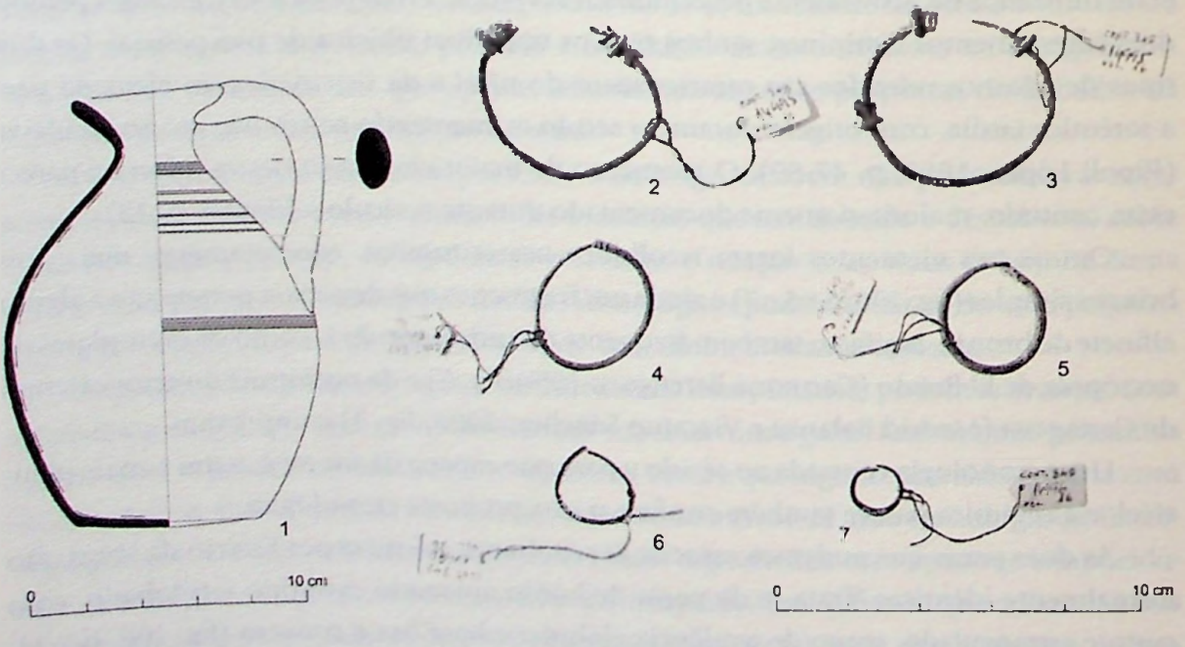


Fig. 106 — Materiais provenientes de Manjovos, Tavira. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Independentemente da associação deste espólio funerário ao batismo cristão, praticado, ou não, durante o sepultamento dos indivíduos, certo é que existia um vínculo claro com o cadáver ao qual era associado, confirmando uma forte carga simbólica ou profilática. O argumento que admite esta relação encontra-se nas necrópoles tardias (Manuel Abascal et al., 2004), compreendidas entre a baliza temporal referida, e mais concretamente nas sepulturas de enterramentos múltiplos, em que os últimos respeitam, criteriosamente, os primeiros. Por outras palavras, quando era sepultado um segundo indivíduo numa sepultura preexistente que continha os ditos contentores funerários, estes não eram reutilizados ou removidos. Na necrópole de El Ruedo podemos confirmar que estes jarros eram simplesmente acumulados num canto do sepulcro, aos pés do segundo enterramento ou no topo deste, sempre agrupado com as ossadas do primeiro (Muñiz Jaén, 2001, p. 209; Gómez Pérez, 1997).

Sobre a cronologia que podemos avançar para os enterramentos de Manjovos parece, portanto, evidente que deverão ter sido efetuados entre os séculos v ou vi, embora a tipologia dos objetos de uso pessoal denuncie uma maior comercialização durante o século v. No entanto, não somos possuidores de dados eficientes que permitam afinar a cronologia, pelo que centrar estes enterramentos no século v é apenas uma proposta actual de trabalho.

3.4.13. Monte da Torre

Entre os vários topónimos pelo qual este sítio é conhecido (CNS 17816), encontramos as referências a Sítio da Torre, Gruta da Torre ou ainda Herdade da Torre. Mas, apesar de este local constar na base de dados Endóvelico como uma necrópole romana, a análise mais detalhada dos escassos dados referentes ao local não permite encontrar argumentos suficientes para suportar tal classificação. É certo que aí foi efetuada uma intervenção de emergência (Covaneiro e Cavaco, 2002) que revelou a existência de uma sepultura, por sinal bastante curiosa, mas que, tudo indica, estava isolada. A cronologia atribuída ao sítio antes desta intervenção parece dever-se a Manuel Bentes, que, no ano de 1963, explorou um cabeço próximo, o Cerro do Major, onde reconheceu vários materiais arqueológicos, alguns de cronologia romana.

Sobre a intervenção de emergência decorrida durante a primavera de 2002, importa salientar que, no local, foi escavada uma sepultura isolada, na qual o indivíduo se encontrava virado para baixo, como se tivesse sido para aí atirado e não depositado, em fossa simples. Aparentemente a fossa foi escavada «...em sedimentos de deposição natural contendo material arqueológico de época romana...» (Covaneiro e Cavaco, 2002), o que não deixa de ser uma afirmação algo contraditória. Ou seja, se os sedimentos são de deposição natural, não teriam materiais arqueológicos. Mas contendo materiais são antrópicos.

Ainda que no interior da sepultura tenha sido recolhido um fragmento de «imitação de *sigillata*», as autoras dizem que este é resultante da abertura da fossa e da utilização da mesma terra para cobrir o enterramento. Se assim for, a sepultura não será coeva desse fragmento, ficando por esclarecer o quão posterior será. Além de se estranhar a posição do

corpo, que embora não seja inédita no mundo funerário romano só é verificável nos *puticula* das grandes cidades, como *Olisipo* (Bugalhão et al., 2013), os contextos não certificavam a cronologia atribuída, aliás mais tarde corrigida pelas datações por C^{14} (Cavaco, Covaneiro e Candón Morales, 2005, p. 215). Ficou comprovado que este enterramento não é romano, e a classificação do sítio como necrópole é incorreta.

3.5. Olhão

3.5.1. Alfandanga

Este sítio (CNS 7668) é incluído neste trabalho apenas porque neste local (fig. 107) apareceu uma ara funerária. Como se sabe, os memoriais aparecem frequentemente desvirtuados do seu contexto primário. Lembramos os abundantes monólitos funerários que surgiram nas muralhas da cidade de Faro (Veiga, 1866; Viana, 1952a; Santos, 1971, p. 176-181), motivo pelo qual não consideramos este sítio como um espaço cemiterial, até prova em contrário.

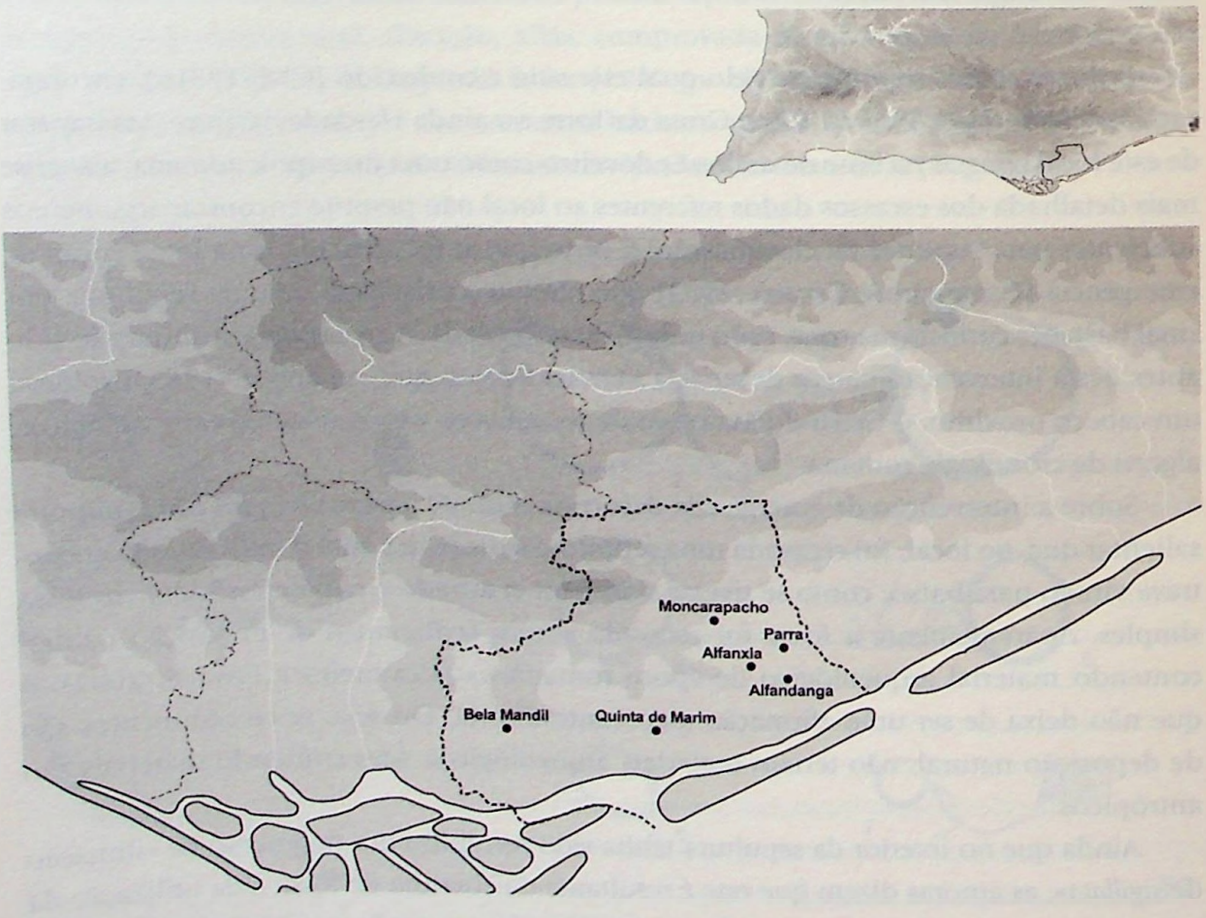


Fig. 107 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Olhão. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Fig. 108 — Ara funerária dedicada a Tito Mânlio Macão achada na Alfandanga, Olhão. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

De facto, na área da Alfandanga não se encontraram, até ao momento, vestígios que permitam presumir a existência de uma qualquer necrópole. Assim, não parece improvável que este memorial funerário possa ser proveniente de Alfanxia, onde seguramente existiu uma, e onde foram reconhecidos monumentos funerários. Fernandes Mascarenhas afirma que este monumento da Alfandanga foi recuperado entre o ribeiro da Fornalha e a ribeira do Tronco (Mascarenhas, 1967, p. 41-43), confirmando a elevada proximidade ao sítio arqueológico da Alfanxia.

Privamo-nos de repetir aquilo que foi avançado pela descendente de Estácio da Veiga, para a qual já remetemos, da mesma forma que parece despropositado insistir na informação referente à ara (Encarnação, 1984a, p. 92), dedicada a Tito Mânlio Lacão (fig. 108). Importa, contudo, relembrar que esta inscrição é sobejamente conhecida desde Frei Vicente Salgado (1796, p. 46) e que igualmente Estácio da Veiga (1866, p. 23) dela teve conhecimento dando informação a Hübner, que também a publicou (1871).

3.5.2. Alfanxia

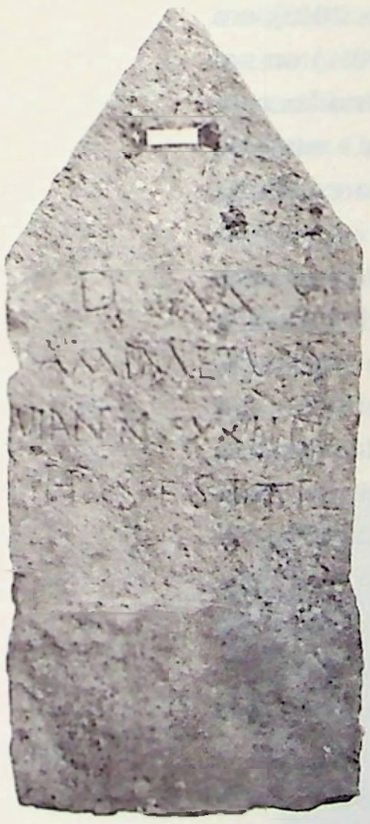


Fig. 109 — Estela funerária proveniente da Alfanxia, Olhão. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

O conhecimento do sítio da Alfanxia (CNS 949) chegou-nos através dos trabalhos de Fernandes Mascarenhas efetuados no concelho de Olhão, que foi informado que nessa área (fig. 107) tinham aparecido sepulturas (1967, p. 36-38). Mais tarde, no ano de 1969, o proprietário de um terreno no local, José Luís Correia Vargues, terá encontrado uma bateria de fornos romanos destinados à cozedura de materiais cerâmicos de construção (1974, p. 9). Infelizmente, os trabalhos efetuados por Mascarenhas seguiram uma metodologia pouco adequada, tendo chegado até nós poucas informações.

Além da informação relativa a estes fornos, estruturas habitacionais e tanques (1974, p. 13), Mascarenhas informou ainda que, nas imediações do local, apareceu uma necrópole de que foi explorada uma sepultura que continha ainda o memorial funerário (fig. 109). Será, portanto, aquela que havia publicado sete anos antes. Não refere, contudo, se continha mobiliário funerário. A inscrição refere um Amimeto, de 23 anos, numa estela funerária de topo triangular, em forma de frontão, idêntica a muitas das que foram recolhidas na Quinta de Marim, devendo desde já adiantar-se que, no último caso, as lápides estavam reaproveitadas, pelo que o nome do finado não correspondia aos inumados (Rocha, 1895b).

Próximo do espaço sepulcral de Alfanxia, no «Poço do Ouro», Mascarenhas terá ainda confirmado a existência de três outras sepulturas, quadradas e revestidas por *tegulae*, que continham cinzas (1974,

p. 12 e 13). Sobre a primeira, o autor não refere expressamente qual o rito de deposição do corpo, rito que corresponderia a um enterramento de inumação (Santos, 1972, p. 292 e 293), suposição que foi, erradamente, estendida à totalidade das sepulturas.

É extremamente difícil e arriscado tentar efetuar mais interpretações sobre este sítio arqueológico, para além das que foram já avançadas. Ainda assim, tentámos esboçar algumas leituras que pretendem apenas salientar alguns pormenores que parecem relevantes, sem que pretendamos que sejam assumidas como interpretações definitivas, até porque estamos cientes da precariedade dos dados.

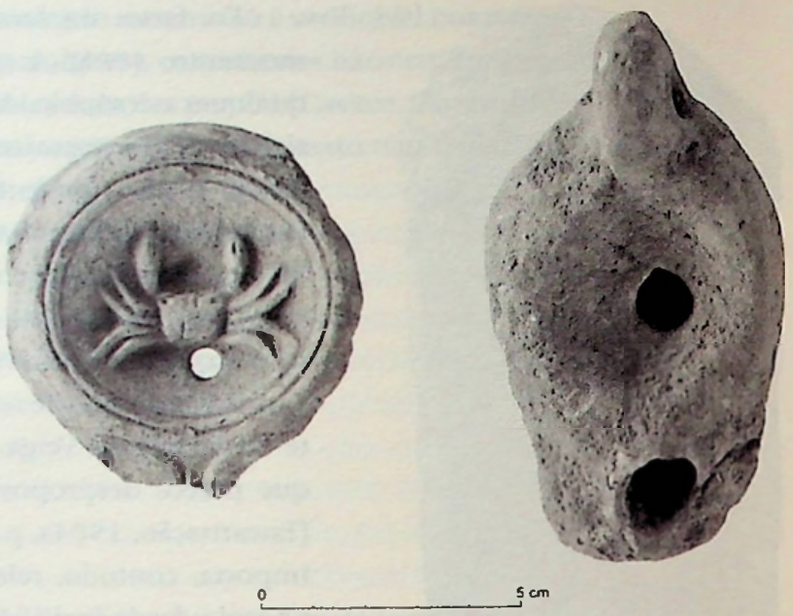


Fig. 110 — Lucernas exumadas em sepulturas da Alfanxia, Olhão. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

Desde logo é evidente que algumas sepulturas correspondem claramente a enterramentos de incineração. Além da referência à presença de abundantes cinzas no seu interior, é ainda mencionado que estas eram de forma quadrangular e estavam revestidas por *tegulae*. Esta tipologia de estruturas funerárias subterrâneas remete, inequivocamente, para túmulos de incineração secundária, situação que encontra paralelo em Córdoba (Vaquerizo Gil, 2002b; Vaquerizo Gil e Morillo Redondo, 2010; Moreno Romero, 2006; Vargas Cantos e Gutiérrez Deza, 2006a), em Cádis (Blanco Jiménez e Legupín Tubío, 2010), em *Baelo Claudia* (Prados Martínez e Prados Martínez, 2009; Prados Martínez, 2011) ou em Mérida (Bejarano Osório, 2004), embora algumas destas tenham sido construídas com material laterício. Estranha é, contudo, a inexistência de mobiliário funerário e a ausência da respetiva urna cinerária, materiais indispensáveis no ritual de incineração e enterramento dos restos.

À luz dos dados disponíveis, parece evidente que a baliza cronológica delatada por estes dados se situa, *grosso modo*, em momento alto-imperial. A própria lápide funerária pode incluir-se nesta baliza temporal, ainda que tenha sido proposta a sua integração no início do século III. Os poucos materiais conhecidos, provenientes provavelmente dos túmulos, concordam com esta cronologia, nomeadamente duas lucernas e duas *tegulae*, talvez as que forravam as sepulturas, e que estão atualmente integradas no Museu Paroquial de Moncarapacho. As lucernas incluem-se, morfologicamente, na forma Dressel-Lamboglia 11, de produção bética costeira, exibindo um caranguejo no disco, e no tipo Riotinto-Aljustrel (fig. 110). Constatámos ainda a existência de um exemplar de lucerna paleocristã, datável do século V, que não deverá ter sido exumado nestas sepulturas, podendo ser proveniente dos fornos escavados na presença de Fernandes Mascarenhas. A sua elevada fragmentação parece confirmar tal proposta.

Apesar de os materiais apontarem uma cronologia de século I e II, destacando-se particularmente o último, admitimos que a existência de dois espaços da morte, aparentemente distintos, pode ser sustentada, indiciando simultaneamente duas cronologias igualmente distintas. Não pretendemos afirmar que se trata de duas necrópoles diferentes, até porque

acreditamos que se trata de uma única. Mas, tal como acontece em outras situações, a saturação dos espaços obriga a um deslocamento constante da área sepulcral em utilização, provocando frequentemente o alargamento da necrópole. Assim, compreensivelmente, os enterramentos mais antigos e os mais recentes localizam-se em zonas distintas.

Mais uma vez este espaço cemiterial deverá corresponder a um equipamento de uma *villa* romana da qual não conhecemos as dimensões, a localização concreta ou a dinâmica económica. Está implantada entre a cidade de *Balsa* e a *villa* da Quinta de Marim, mais para o interior, numa área onde já foi assinalada a existência de importantes caminhos no século XVIII (Mascarenhas, 1967, p. 36-40).

3.5.3. Parra

Segundo as informações de Fernandes Mascarenhas, no sítio de Parra (CNS 8058, fig. 107), próximo da *villa* de Alfanxia e mais ainda do local onde foi encontrada a ara funerária de Alfandanga, terá existido uma necrópole de inumações múltiplas (1974, p. 19 e 20). O autor não chegou a observar a exploração das sepulturas, nem sequer os materiais que delas se retiraram. Os exploradores, proprietários dos terrenos, referiram-lhe apenas a existência de vidros e, em outra zona próxima onde também foram exploradas sepulturas, *tegulae*, moedas e cerâmicas. A quase totalidade dos materiais foi vendida ou estará na posse dos donos dos terrenos.

A maioria das informações deste espaço da morte é atípica. Se bem que a referência à existência de *tegulae* remeta automaticamente para uma necrópole romana, a descrição inumatória dos corpos não é usual neste período. Embora os enterramentos múltiplos possam ser frequentes durante os séculos III e IV, são-no mais ainda após este período (Méndez Grande, 2006; Sanchez Ramos, 2007, p. 200). Contudo, geralmente, não estão justapostos. Quiçá devamos ponderar que se tratava de enterramentos distintos que coincidiram no mesmo espaço, mas que não concordaram na mesma cota, realidade para a qual desconhecemos paralelos. A possibilidade mais viável é, no entanto, que estes enterramentos fossem efetivamente coletivos, estando o primeiro dos corpos já consumido,

Fig. 111 — Sarcófago de pedra proveniente de Quintã, Olhão. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

quando se realizava o segundo ou terceiro enterramento. Nestes casos era frequente que se reunisse o material osteológico num dos cantos inferiores do túmulo, ficando aos pés do último inumado, situação que terá induzido os escavadores a pensar que se tratava de dois cadáveres justapostos. Esta prática foi constante, particularmente durante os séculos IV/V e posteriormente (Sánchez Ramos, 2007, p. 199-201; Madrid Balanza e Viscaíno Sánchez, 2006, p. 205-207), estando comprovada em abundantes contextos rurais (Martínez Rodríguez, 1991; Deus, Oliveira e Duarte, 2004; Valdes Blanco-Rajoy, 1996; Díaz García, Cumpián Rodríguez e Sánchez Bandera, 2010; Infantas Beato e Puerto Fernández, 2010) e urbanos (Nicolai e Fasola, 1986; Albarrán Barrado, 2010; López Domínguez et al., 2009), disseminados um pouco por toda a área peninsular. Também o Algarve não é alheio a estes rituais (Pereira, 2012-2013).

A localização desta necrópole e a sua cronologia poderá explicar o achado de um sarcófago na área da Quintã (Mascarenhas, 1974, p. 17). De facto, não será inexequível ponderar a sua possível proveniência da necrópole de Parra, ou mesmo da de Alfanxia, tendo sido, em momento indeterminado, deslocado para uma propriedade de Moncarapacho, onde acabou por servir como bebedouro para animais (fig. 111). O único argumento que parece contrariar esta hipótese é a informação dada a Mascarenhas, de que o sarcófago estaria «completamente enterrado» (*ibidem*). Se é certo que estes sarcófagos são maioritariamente tardios, temos alguns exemplos que nos obrigam a evitar qualquer proposta cronológica, como é o caso do encontrado em *Singilia Barba*, El Castillón (Ruiz Osuna, 2009, p. 153 e 154), datado da segunda metade do século I.

Atípica também é a existência de um cantil, depositado no Museu Paroquial de Moncarapacho, com proveniência deste local sem que, contudo, saibamos as condições do seu achado, nem como acabou por fazer parte do espólio deste museu. Supomos que, como a maioria dos materiais arqueológicos, foi oferecido a Fernandes Mascarenhas pelo seu achador. No entanto, estranhamos o silêncio deste autor sobre esta singular peça. Trata-se de um cantil redondo, de bordo exvertido e aplanado. Ostenta duas asas em U invertido de secção ovalada e com dois pequenos pés (fig. 112). Os cantis parecem ser particularmente frequentes durante a Antiguidade Tardia elaborados nos mais diversos materiais (Gimeno Pascual e Sastre de Diego, 2009). O que, contudo, causa estranheza, para além dos dois elementos que lhe servem de base, que parecem servir para o apoiar, é a temática decorativa desajustada a este período. Referimo-nos, concretamente, à representação de dois guerreiros em luta (*hoplitas*), dos quais o vencedor parece estar ainda em atitude de ataque frente ao seu adversário, que, já vencido, está pelo chão e de costas para o seu rival. Os guerreiros ostentam a típica lança e o escudo redondo (*hóplon*) que lhes dá o nome. Contudo, diferem no capacete, representando, possivelmente, diferentes regiões da Grécia. A toda a volta da peça encontram-se elementos vegetalistas. A representação está repetida nos dois laterais do cantil. No topo superior esquerdo, ostenta um símbolo que parece estar ausente nas pinturas das cerâmicas gregas. Desconhecemos o seu significado e não lográmos estabelecer qualquer paralelo para ele.

O estilo e o tipo de guerreiros remetem claramente para uma peça helenística, que encontra paralelo na decoração pintada de cerâmicas gregas (Boardman, 1974; 1989), facto reforçado pela existência de um cantil idêntico que exibe as mesmas protuberâncias que lhe dão estabilidade, depositado no Museu de Arte Grega e Romana (Karageorghis, 2000), datado dos séculos III e II a. C. Refira-se ainda que os cantis gregos não parecem

Fig. 112 — «Falso antigo??» que foi considerado proveniente da necrópole da Parra, Olhão. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia e desenho do autor.

conter quaisquer representações. Geralmente têm bandas pintadas e nunca representações em relevo. Esta peça é, com efeito, contraditória quando comparamos a morfologia e a iconografia. Esta contradição estende-se ainda à cronologia apontada para a necrópole detetada na Parra e ainda à datação da totalidade das necrópoles romanas no Algarve. Até ao momento, não foi ainda detetado qualquer espaço funerário anterior à viragem da era, não significando, contudo, que estes não tivessem existido. Simplesmente, ainda não estão identificados. Estas contradições podem denunciar uma peça adulterada, ou mesmo falsa, onde se tentou conjugar duas características intrinsecamente diversas do ponto de vista temporal, a morfologia e a iconografia. Não obstante, por vezes somos confrontados com peças únicas, que impossibilitam leituras precisas.

3.5.4. Moncarapacho

Na área envolvente à vila de Moncarapacho (sem CNS), a informação sobre necrópoles romanas é bastante escassa, estando a que existe demasiado sintetizada. Estácio da Veiga foi quem nos informou da existência de necrópoles de inumação nos arredores desta vila, não se tendo, contudo, interessado por elas, pensando que estavam já destruídas, informação que lhe foi dada pelo regedor. Presumimos, portanto, que o arqueólogo algarvio nem sequer chegou a visitar os sítios.

A primeira a que faz referência localiza-se no sítio da Cabeça, em fazenda de José Catharina (Veiga, 1878, p. 64). Este topónimo é geograficamente extenso, realidade que impossibilita a identificação do sítio arqueológico. Tivemos oportunidade de prospetar a área, na qual não encontrámos quaisquer vestígios que nos fizessem presumir a existência da referida necrópole. Para além da extensão do terreno, que inclui o grande Cerro da Cabeça, é sempre difícil encontrar necrópoles recorrendo à técnica de prospeção. Em todo o caso, temos uma área delimitada que poderá permitir, no futuro, a sua identificação.

Além deste sítio, que terá sido explorado no ano de 1868, Estácio da Veiga referiu ainda que, por volta do ano de 1875, terá sido também explorada, pelo respetivo proprietário, outra necrópole, localizada no Serro de Argil, na Foupana (Veiga, 1878, p. 64). Mais uma vez temos apenas uma localização aproximada de um sítio, na Foupana, que não podemos implantar geograficamente. Foram consultadas as cartas cadastrais da freguesia de Moncarapacho que abrangem a área da Foupana, sem que tenhamos logrado localizar o Serro de Argil.

Uma terceira necrópole é citada pelo pioneiro algarvio, que, segundo este, se localizava na Rua dos Parreirões, em fazenda da viúva de Francisco Pacheco (*ibidem*). Nada mais é dito, sem que saibamos, por isso, se esta rua se localizava na atual área urbana da vila ou se estaria situada numa das fazendas limítrofes. De seguida, foi referido que nenhum destes sítios, onde apareceram sepulturas, se conserva.

Se a referência a estes sítios no *Catalogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro* indicia que se trata de necrópoles romanas, a alusão aos mesmos no volume IV das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 106-108) parecem remeter, objetivamente, para necrópoles do Bronze Final. De facto, não é clara, por ora, qual é a cronologia, mas admitimos, contudo, que não deverão corresponder a necrópoles romanas.

Mais tarde, Fernandes Mascarenhas faz referência à existência de outra necrópole nas imediações da vila, que datou de época medieval (1967, p. 48-56). Porém, as considerações e descrições que vai fazendo ao longo do trabalho parecem ser consideravelmente contraditórias com a cronologia proposta, pois fala de sepulturas trapezoidais com os esqueletos deitados sobre o lado esquerdo. Como se sabe, a colocação dos cadáveres lateralmente nas sepulturas é uma característica quase exclusivamente islâmica. Em todo o caso, o certo é que se poderá descartar uma cronologia romana.

3.5.5. Marim

Já tivemos oportunidade de tratar superficialmente alguns dos vestígios arquitetónicos da Quinta de Marim (CNS 583) em capítulos anteriores, da mesma forma que já havíamos abordado o tema em outros trabalhos (Pereira, 2014b; 2015). Referimo-nos concretamente ao edifício escavado por Estácio da Veiga e reescavado por Dennis Graen, mas sobre o qual importa relembrar alguns pontos. Pretendemos, acima de tudo, evocar a problemática em torno destes edifícios, a que alguns autores atribuem uma funcionalidade pagã, ao serviço da veneração (Étienne, Alarcão e Mayet, 1989; Hauschild, 1984-1988), enquanto outros alertam para uma funcionalidade eminentemente cristã, ao serviço da morte (Mateos Cruz, 1992; Martínez Tejera, 2006; Tolotti, 1982; Aguilar Sáenz, Guichard e Lefebvre, 1993), particularmente dedicados aos mártires. Apesar de tudo, a maioria dos autores concorda com a cronologia que tem sido proposta para grande parte deles.

Tendo em consideração que pretendemos aqui analisar a totalidade dos dados referentes ao mundo da morte recuperados na Quinta de Marim, parece evidente que devemos iniciar tal trabalho pelos vestígios mais antigos, sem esquecer de fazer uma sintética introdução ao sítio, para que, assim, possamos efetuar uma análise funerária e histórica evolutiva.

Tal como aconteceu com os sobejamente conhecidos sítios de *Balsa* (Torre d'Ares) e de *Ossonoba* (Faro), a Quinta de Marim também foi inicialmente referida por André de Resende, no ano de 1593, devido à presença de abundantes vestígios de ocupações antigas, mas, principalmente, graças ao aparecimento de uma inscrição romana (*Liber Quartvs*, p. 184). Infelizmente, o local permaneceu durante bastante tempo na obscuridade, merecendo apenas curtas passagens nas memórias do Reino do Algarve, como é o caso de Fernandes Sarrão, que refere a existência de abundantes materiais no local (1607, p. 164).

Foi Estácio da Veiga quem acabou por «explorar», de forma mais sistemática e intensa, a Quinta de Marim (fig. 107), colocando várias fundações de edifícios a descoberto e recolhendo um abundante conjunto de materiais arqueológicos, destacando-se a elevada coleção epigráfica (Encarnação, 1984a). A ele se deve, portanto, o vasto espólio, algumas plantas com as áreas por ele escavadas e as estruturas identificadas e ainda parcos apontamentos (Santos, 1972, p. 249-277).

Mais tarde, após a sua morte, Santos Rocha «explorou» igualmente esta quinta (Arruda e Pereira, 2012, p. 135). No entanto, dessa exploração resultou apenas a recolha de alguns materiais, que prontamente foram publicados. A grande novidade desta intervenção foi a associação dos materiais a contextos mais ou menos detalhados, dando-se especial atenção à estratigrafia (Rocha, 1895a, p. 113-115; 1985b, p. 193-195).

Já no século xx, no ano de 1988-1989, a equipa de Carlos Tavares da Silva interveio na área da reserva do Parque Natural da Ria Formosa, onde escavou um complexo industrial de salga de peixe, colocando a descoberto um conjunto de *cetariae* (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992). Após esta intervenção, efetuada em área afastada àquela que Estácio da Veiga «explorou», os trabalhos investidos neste sítio resumiram-se a simples prospeções ou relocalizações (Marques, 1995, p. 67-107).

Não obstante, em 2002-2003, Dennis Graen reescavou o que restava de um provável Mausoléu romano que estava associado ao problemático «Templo» (Graen 2005, 2007; Pereira, 2014b), constituindo a última intervenção efetuada neste importante sítio algarvio. A sua elevada complexidade e dimensão, que extravasa em muito as comuns leituras de outros sítios, deveria determinar a implementação de um projeto coletivo e multidisciplinar, que o integrasse no mundo romano da província da Lusitânia.

Este mausoléu (fig. 22) é, precisamente, um dos vestígios mais antigos dos espaços da morte na Quinta de Marim, pelo menos ao nível da arquitetura. A sua interpretação não é fácil nem consensual se tivermos em consideração as tipologias de espaços funerários durante o período romano, tanto pela elevada variedade de túmulos, como pela frequente existência de variantes regionais inéditas. Foram já avançadas algumas propostas de trabalho que, embora por vezes contraditórias, não podemos ignorar (Graen, 2005, p. 268-270). Com efeito, se por um lado é referida a existência de um compartimento que o autor propõe ser o recetáculo para sarcófagos, por outro é referido o compartimento central, subterrâneo, que deveria ter servido para a colocação de urnas cinerárias, nos respetivos *loculi* (*ibidem*, p. 268). Ora, tanto os ritos e a sua cronologia como os compartimentos parecem ser completamente incompatíveis com as interpretações efetuadas. Embora desconhecendo como se desenvolvia em altura parece evidente que a tipologia arquitetónica e as dimensões remetem claramente para um edifício familiar, destinado a albergar os restos mortais incinerados de uma mesma *gens*, talvez a proprietária da *villa*, realidade também constatada na *villa* romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013), ainda que delate outro tipo de arquitetura.

A estrutura central apresenta dimensões bastante semelhantes àquelas verificadas em Pisões, podendo remeter para uma tipologia idêntica da estrutura quadrangular. Porém, é extremamente difícil distinguir entre monumento em forma de templo ou edícula, ambos com uma projeção vertical bastante destacada, o que tem permitido a inclusão de ambos no grupo de mausoléus «turriformes». A maioria destes edifícios ostenta uma planta quadrada ou retangular e sem qualquer abertura (Prados Martínez,

2002-2003; Ruiz Osuna, 2009, p. 287), como acontece em Pompeia (Van Andringa e Lepetz, 2006b), e são geralmente considerados monumentos eminentemente honoríficos (Rodríguez Neila e Chavez Tristán, 1973; Hesberg, 1994, p. 93) o que contraria a coletividade funerária proposta.

Sobre os monumentos turriformes, tanto Toynbee (1993, p. 136) como Hesberg (1994, p. 92) consideraram que estes lograram um considerável sucesso nas províncias periféricas do império, especialmente na parte oriental, onde se conservaram as elevadas estruturas funerárias de Dura Europos e Palmira, geralmente datadas dos séculos I e II, cuja origem continua a não encontrar consenso entre os diferentes autores (Ruiz Osuna, 2009, p. 288; Prados Martínez, 2010).

Os mausoléus em forma de templo, por sua vez, deverão ser os monumentos itálicos por excelência (Gros, 2001, p. 449), onde se encontram com relativa facilidade, concentrando o investimento e a atenção na fachada principal. Estes edifícios, em forma de templo e em edícula, encontram abundantes paralelos nas províncias hispânicas durante o século II, além daquele que se conserva na *villa* romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013), distribuindo-se tanto pelas *urbs* como pelas zonas rurais.

O Mausoléu de La Capuchina, Mollina, Málaga (Ruiz Osuna, 2009, p. 300 e 301), poderá ser comparável com a estrutura funerária da Quinta do Marim. A principal diferença reside na forma da planta que, como foi dito, pode assumir as duas formas, retangular ou quadrangular. Para a estrutura malaguenha foi proposto que deverá ter formado parte de uma necrópole rural ou área privada que terá funcionado durante meados do século II (*ibidem*). O edifício é composto por uma câmara funerária subterrânea fechada, ao nível do solo, por uma abóboda ou arquitrave, sobre a qual deveria ter outro compartimento. Estas características permitiram à autora relacionar a construção com a existência de uma câmara funerária de tipo hipógeu, com os monumentos em forma de templo hispânicos e, principalmente, itálicos.

Estas características, tipológicas e cronológicas, podem ser, em nosso entender, aplicadas ao caso algarvio. A câmara funerária subterrânea ainda é atualmente visível no terreno e ostenta alçados que denunciam o fecho da abóboda ao nível do solo. No entanto, a partir desta cota, ignoramos o seu desenvolvimento vertical, que é meramente estocástico. A referência de Dennis Graen aos *loculi* corrobora estas propostas, ou seja, o compartimento subterrâneo estava destinado a albergar os restos mortais de indivíduos cremados. Além da confirmação da coletividade funerária do monumento, desconhecemos como seria efetuado o acesso ao interior da cripta ou, inclusive, o seu tamponamento. Ainda a confirmar a coletividade do monumento, encontramos alguns indícios que permitem supor uma considerável longevidade temporal, motivo que nos anima a considerá-lo da primeira metade do século II. Referimo-nos à existência de um pequeno recinto funerário, que foi construído em redor do monumento, e de um tanque adossado (Graen, 2005, p. 268).

Ainda que tenha sido afirmado que este espaço envolvente deveria estar pavimentado com mosaicos, não temos quaisquer indícios que o comprovem e a sua provável existência não parece estar de acordo com uma funcionalidade funerária. Independentemente do material que revestia a superfície, certamente que se trata de um recinto somado à estrutura central, em momento posterior. Já o tanque corresponderia a um equipamento complementar ao monumento, destinando-se à contenção de líquidos, como o parece

comprovar a existência de uma depressão na parte mais baixa, ou mesmo a uma fonte. Não é inédita a existência de tais estruturas hidráulicas em necrópoles ou monumentos funerários familiares.

Se este edifício apenas pode retroceder, na melhor das hipóteses, à primeira metade do século II, existem alguns materiais que indiciam a sua descoberta em contextos funerários e que recuam, ainda que ligeiramente, a cronologia dos enterramentos. Lembramos novamente, contudo, que este provável mausoléu pode corresponder a um edifício em edícula, tipologia particularmente preponderante durante o século I, mas também devemos recordar que nem sempre é possível distinguir este tipo de construção de outras que também se desenvolviam em altura. Por outro lado, desconhecemos o local de onde são provenientes os referidos materiais, dado que seria imprescindível para a compreensão da forma como se concretizou a distribuição dos ritos, para ler a evolução geográfica dos espaços da morte e ainda para entender a área onde se localizariam os enterramentos mais antigos e se corresponderia, ou não, à área destes edifícios. Ambas as situações estão documentadas na Hispânia, pelo que nos reservamos de momento em avançar propostas concretas.

Os materiais que trataremos de seguida encontram-se distribuídos pelo Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, Museu da Cidade de Olhão e ainda Museu Municipal de Faro. Como é sobejamente conhecido, os espólios depositados no primeiro correspondem aos recolhidos por Estácio da Veiga, adquiridos por Leite de Vasconcelos algum tempo depois da sua morte. Creio que também é conhecido o percurso dos materiais depositados no museu da Figueira da Foz (Arruda e Pereira, 2012), para aí levados pelo seu fundador. Os que estão depositados no museu da Figueira da Foz não representam, contudo, a totalidade dos artefactos recuperados pelo arqueólogo figueirense. Como o próprio dá a conhecer, parte da sua coleção foi cedida ao museu de Faro (Rocha, 1895b, p. 195), ou seja, as três lápides aí expostas.

Neste contexto, convém aclarar, desde já, uma questão que tem potenciado vários equívocos acerca da proveniência dos materiais. Um ano após a publicação de Santos Rocha (*ibidem*), onde se deu a conhecer os materiais da Quinta de Marim que levou consigo para a Beira Litoral, também Pereira Botto publicou, ainda que de forma sintética, os materiais deixados no museu que dirigia (1896). Dá, portanto, à estampa as inscrições que constam nas três lápides, às quais soma outros materiais, nomeadamente duas lucernas. Os materiais «lychnológicos» foram, contudo, classificados como provenientes da Quinta Marim (Santos, 1972, p. 273), o que não corresponde de todo à verdade. Estes artefactos foram já várias vezes publicados, inclusivamente pelo autor destas linhas (Pereira, 2013), sempre como sendo oriundos da Horta do Pinto, em Faro. Efetivamente, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos ter-se-á equivocado quanto à origem destas peças. Ao ler o trabalho de Pereira Botto percebe-se, de facto, a confusão que o próprio estabelece acerca da proveniência dos materiais, que só pode ser entendida pela circunstância de o seu artigo ser uma resposta à publicação de Santos Rocha.

Por sua vez, o conjunto que se encontra depositado no Museu da Cidade de Olhão deve ter sido cedido por Fernandes Mascarenhas. A inexistência de materiais provenientes deste sítio no Museu Paroquial de Moncarapacho e o conhecimento de que o referido «arqueólogo» o explorou, tendo escavado a sepultura de *Chrysantus* e recolhido a *cupae* de *Leone* (Mascarenhas, 1993), são argumento suficiente para lhe atribuir a existência deste conjunto de artefactos nessa instituição.

O conjunto analisado conta com 16 monólitos funerários, 17 se tivermos em conta o fragmento dedicado a *Leone*, recolhido por Mascarenhas, três vasos de paredes finas, duas lucernas, uma urna, oito peças de vidro, 23 objetos de uso pessoal (contas de colar, amuletos e pendentes), dois brincos de ouro e oito pregos de ferro. Ao contrário do que tem sido efetuado para a maioria dos sítios até agora apresentados, pareceu-nos que a melhor metodologia de análise destes materiais deve passar por uma exposição de acordo com o local de depósito e os seus coletores.

Os materiais recolhidos por Estácio da Veiga somam cerca de 37 artefactos, correspondendo o grosso destes a monumentos funerários (nove peças) e a objetos de uso pessoal (25 peças). Os últimos incluem alguns conjuntos que foram contabilizados como colares ou conjuntos de contas de colar que fariam parte do mesmo artefacto, realidade que duplica o número de contas. Assim, apenas sobram três vidros que deverão ter sido incluídos no mobiliário funerário, concretamente dois unguentários da série A da forma 82 de Isings (fig. 113, n.º 1 e 2), com uma cronologia balizada entre a segunda metade do século I (Alarcão, 1970, p. 252 e 253) e o pleno século II, podendo alcançar o início do século III (Cruz, 2009b, p. 80 e 81), e ainda outro (n.º 3) que não encontra paralelo nas tipologias vigentes.

O par de brincos de ouro (fig. 114), provenientes da mesma sepultura (Veiga, 1878, p. 151), parece apontar para uma datação bem mais tardia, comparativamente com os artefactos de vidro (García Cano e Page Del Pozo, 2001-2002). Ainda que não possamos avançar uma datação precisa, a sua maior utilização durante a Antiguidade Tardia confirma o contexto, dito «cristão», que Estácio da Veiga refere no catálogo dos sítios e monumentos algarvios (*ibidem*). Aliás, parece evidente que o pioneiro denomina de cemitério cristão aquele que é identificado na planta 30A (arquivo Estácio da Veiga, consultável no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa) e que foi identificado com uma possível Basílica Paleocristã (Graen, 2007). Embora pareça arriscada tal interpretação, devemos considerá-la, pois parece mais provável do que a proposta de corresponder a uma necrópole portuária, com uma cronologia centrada nos séculos II e III, como foi já proposto (Site Arkeotavira, Marim Romano), hipótese facilmente rebatível pela existência de abundantes elementos que permitem avançar, de forma significativa, a cronologia, como adiante veremos.

Foram identificados outros objetos de uso pessoal, nomeadamente um amuleto de forma alongada, cilíndrico, com decoração de fios brancos aplicados em seu redor, também de pasta vítrea, e que disporia de dois elementos triangulares de suspensão, como acontece com os análogos balsenses. É possível que tenham tido uma utilização semelhante às *bullae*, que, como foi já referido, funcionariam como estojo para guardar e transportar um *phylacterium*. Esta proposta foi avançada por Jeannette Nolen com base nos exemplares idênticos, mas metálicos, encontrados em Jalame, Palestina, com uma cronologia de século IV (Weinberg, 1988, p. 230).

A maioria dos objetos de uso pessoal corresponde a contas de colar de variadas morfologias e tonalidades (fig. 115), predominando as cilíndricas de secção em forma de D e de tonalidade azul escura. Não é fácil datar estes adereços, desconhecendo-se os contextos. Note-se, contudo, que a maioria das peças ostenta tonalidades escuras, resultado de um elevado índice de vidro reciclado que, como foi já referido, denuncia cronologias mais recentes. Destacamos ainda um conjunto de contas cilíndricas alongadas (fig. 115), idênticas aos amuletos, mas sem a presença dos triângulos que permitiam a sua suspensão.

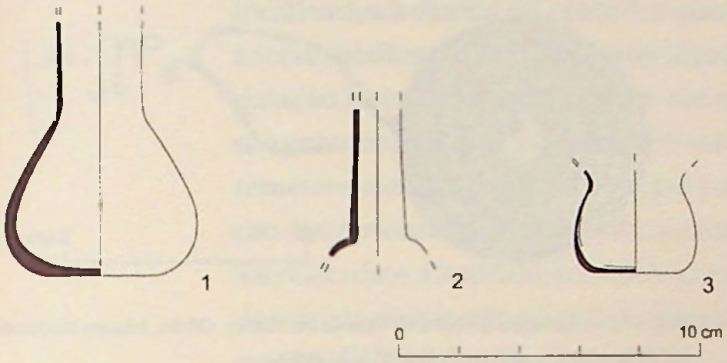


Fig. 113 — Vidros provenientes de sepulturas da Quinta de Marim, recolhidos por Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

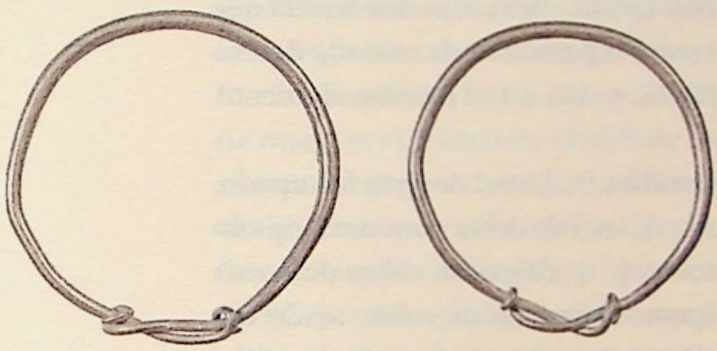


Fig. 114 — Par de brincos em ouro provenientes da Quinta de Marim. Fotografias cedidas pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

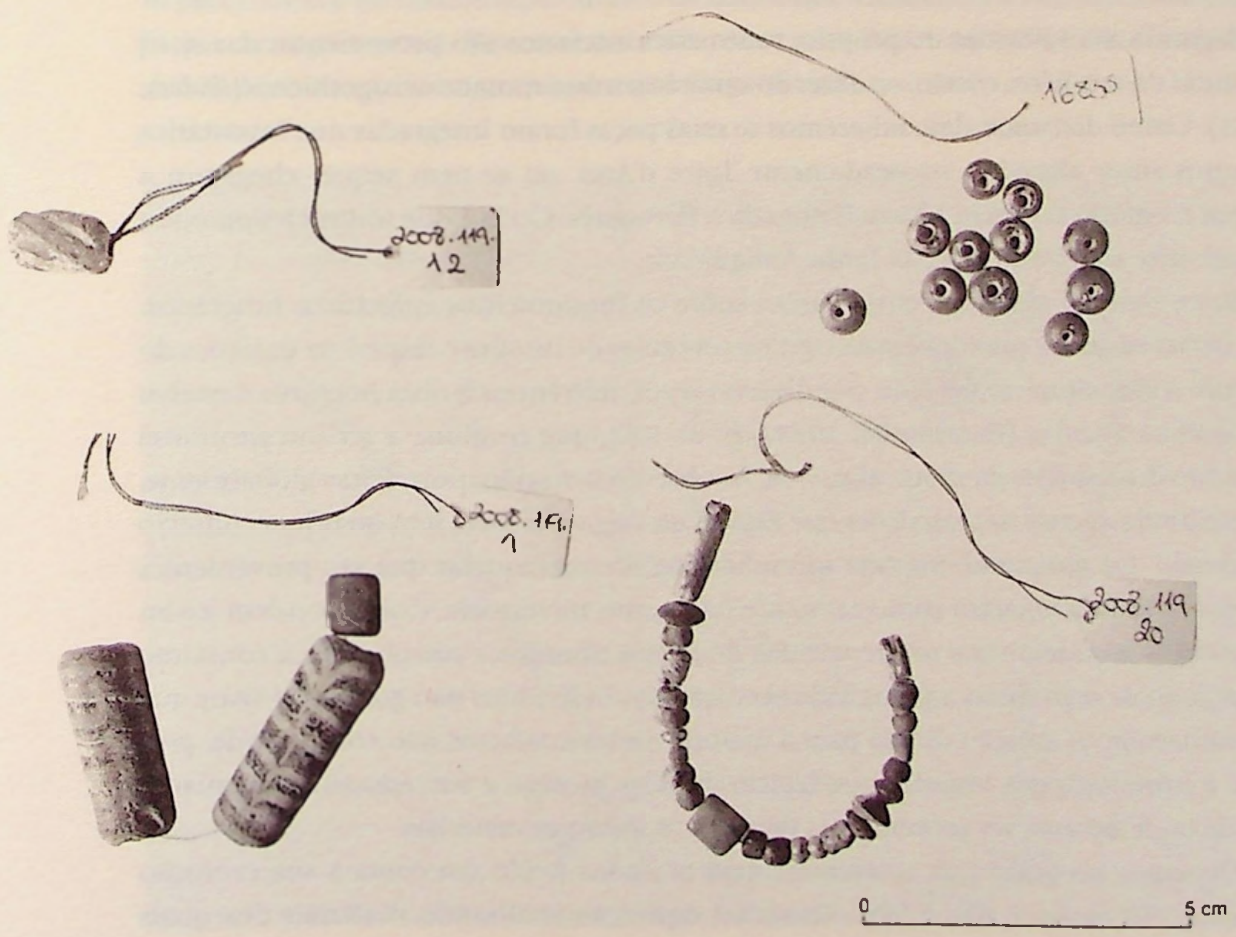


Fig. 115 — Contas de colar da Quinta de Marim recolhidas por Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Também na Quinta de Marim foi reconhecida a presença de um utensílio (fig. 116) semelhante aos encontrados na cidade de *Balsa*. Embora venham sendo indiscriminadamente classificados como objetos de adorno (Alarcão, 1976, p. 157) ou tampas de unguentários denominadas por «Nadelkopfe» (Vesberg e Westholm, 1956, p. 174; Auth, 1976, p. 158; Nolen, 1994, p. 181), sublinhámos já a sua provável utilização enquanto cossoiro, sobretudo se tivermos em conta o significado daquele conceito alemão.

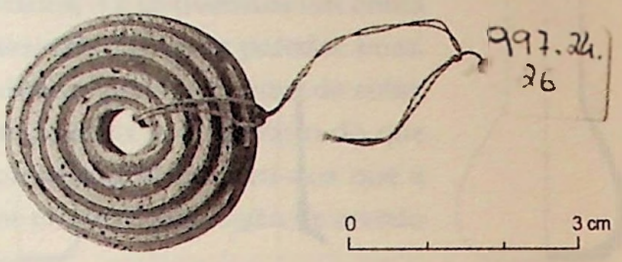


Fig. 116 — Cossoiro de vidro da Quinta de Marim, Olhão. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

A quantidade de materiais arqueológicos recolhidos em contextos funerários na Quinta de Marim, particularmente os metálicos, deverá ter sido bem superior àquela que foi referida até ao momento. No entanto, desconhecemos o paradeiro da maioria dos artefactos que Estácio da Veiga descreveu no catálogo (1878, p. 151 e 152), nomeadamente:

> «dois pares de argolas de cobre de orelha de mulher, [...], anel de ferro fracturado, [...], grande anel de bronze com chapa de vidro, [...], anel de cobre com um simbolo na chapa já imperceptível, [...], seis anéis de cobre, [...], chapa de cobre de forma alongada com figura rudemente gravada, [...], quatro braceletes de cobre, tendo um enfiado por uma conta de vidro, [...], fragmento de um bracelete de ferro, [...], agulha de cobre, de cozer, e alfinetes de cobre» (*ibidem*).

Segundo as indicações do próprio, todos estes artefactos são provenientes das «[...] sepulturas do cemitério cristão, ou antes do cemitério misto romano-wisigothico.» (*ibidem*, p. 153). Como dizíamos, desconhecemos se estas peças foram integradas nos inventários de outros sítios algarvios, nomeadamente Torre d'Ares, ou se nem sequer chegaram a compor o espólio do então Museu Etnográfico Português. Certo é que todos eles parecem enquadrar-se em cronologias da Tardo-Antiguidade.

Resta elaborar algumas considerações sobre os monumentos epigráficos funerários, considerações que se prendem mais com os contextos de recolha e respetivas datações do que com a sua leitura. Já fizemos, por diversas vezes, referências à obra *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Encarnação, 1984a, p. 81-101), que continua a ser incontornável no estudo dos espaços da morte algarvios. As observações serão, pois, feitas globalmente, não incidindo apenas nas inscrições que Estácio da Veiga recolheu, sem qualquer contexto conservado. De momento, importa sublinhar que mesmo aquelas que são provenientes de sepulturas funcionaram como tampas e não como memoriais. Correspondem assim a elementos arquitetónicos reaproveitados de outros túmulos e corroboram a constante apropriação de memoriais antigos, cuja evocação aos indivíduos não gozava de vivos que os recordassem. A datação obtida para a maioria destes artefactos não corresponde, portanto, à cronologia dos túmulos que Estácio da Veiga escavou e fez representar na planta 30A, de onde deverão ser provenientes também os restantes materiais.

Dissemos no início que apresentaríamos os dados tendo em conta a sua evolução temporal. No entanto, não é fácil efetuar tal exposição analisando materiais dos quais desconhecemos dados que seriam essenciais para um adequado enquadramento cronológico. Neste sentido, voltamos à arquitetura, concretamente aos mausoléus contíguos,

localizados à direita do caminho que conduz à propriedade da quinta e, simultaneamente, à torre medieval. Já vimos como alguns materiais podem ser datados entre os séculos I e III, datação que se estende também aos memoriais, momento após o qual parece credível que se tenha construído o templo/mausoléu, sobre o qual já escrevemos algumas palavras, remetendo-se novamente aqui para esse trabalho (Pereira, 2014a; 2015). A sua classificação foi atribuída na esteira das investigações efetuadas sobre os Templos de Milreu e de São Cucufate. Contudo, os recentes e crescentes paralelos de edifícios rigorosamente iguais, dos quais destacamos Santa Eulália de Mérida, obrigam a ponderar uma nova leitura, no quadro do Cristianismo no extremo ocidente peninsular.

Se todos estes dados apontam para uma ocupação balizada entre os séculos I e o IV, falta apurar qual a cronologia que deve ser atribuída à necrópole que Estácio da Veiga classificou como «romano-wisigothica». Parece evidente que não nos podemos apoiar na cronologia dos monólitos funerários (Encarnação, 1984a, p. 84-101), que tiveram como finalidade última servir como cobertura dos sepulcros do edifício a nordeste da quinta, na margem esquerda da ribeira de Marim. Segundo estes dados, e atendendo ao facto de as sepulturas parecerem articular-se com o edifício em questão, a sua datação deverá ser obrigatoriamente posterior ao século IV. Neste sentido, ganha força a proposta de Dennis Graen, quando defende que estas estruturas podem corresponder a um edifício basilical (2007, p. 281 e 282), onde as sepulturas parecem ter uma orientação canónica. Ainda assim, e sendo a proposta mais viável, apoiada, aliás, na própria existência de lápides funerárias de evidente matriz cristã, onde se observa a típica expressão RIP (*resquiescat in pace*), carece de confirmação através de dados que esclareçam a sua funcionalidade de forma mais perentória. Veremos mais adiante se estes dados permitem datar este edifício de século VI ou VII, como propõe o arqueólogo alemão.

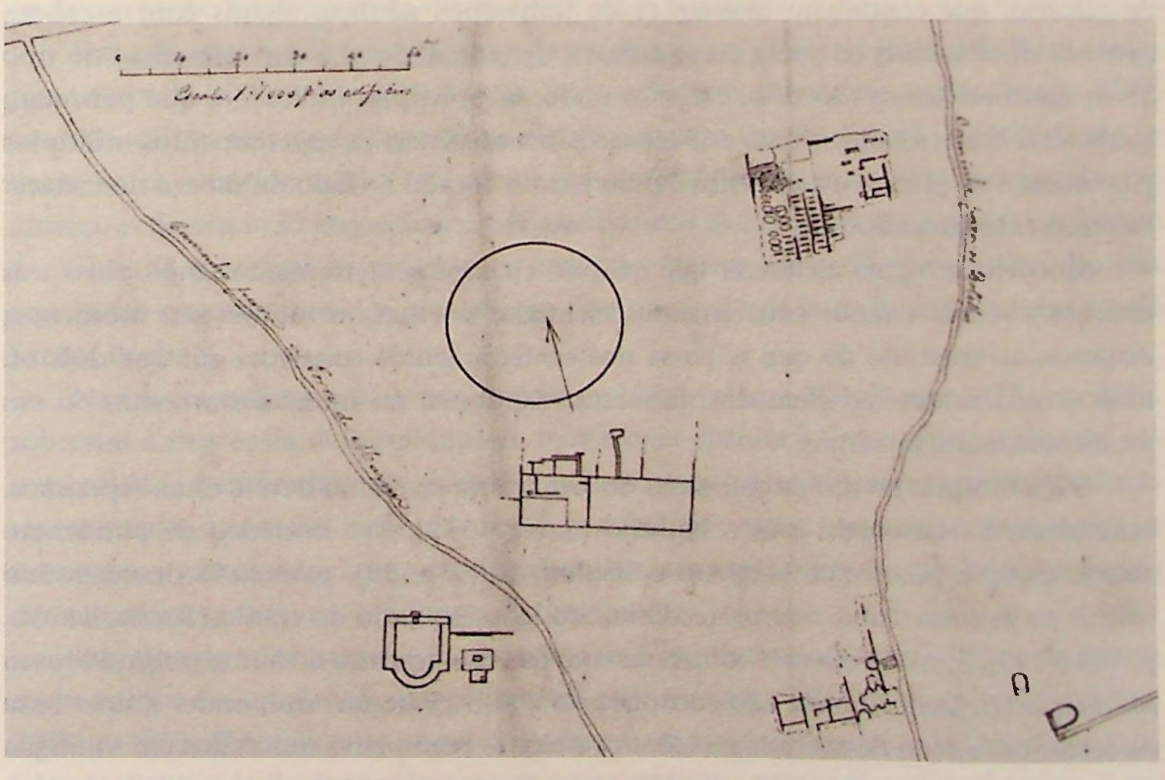


Fig. 117 — Extrato da planta elaborada por Estácio da Veiga com localização provável das sepulturas escavadas por Santos Rocha, próximas das estruturas interpretadas como uma basílica.

Após os trabalhos pioneiros de Estácio da Veiga, Santos Rocha organizou uma expedição ao Algarve (Arruda e Pereira, 2012) durante a qual se interessou pela Quinta de Marim. Aí efetuou algumas intervenções junto ao edifício que fica «[...] á esquerda da serventia que segue da estrada de Tavira pelo meio do predio para as casas que neste existem, [...]» (Rocha, 1895a, p. 114), edifício que, como já se referiu, havia sido escavado por Estácio da Veiga, e que, dezanove anos depois, ainda continuava a descoberto. Estas estruturas não fazem parte de qualquer espaço da morte, derivando, contudo, como ponto de partida para a localização da necrópole escavada por Santos Rocha (fig. 117). Com efeito, utilizando a planta de Estácio e as indicações de Santos Rocha podemos granjear uma área aproximada para a sua localização. O arqueólogo figueirense especificou que a 100 metros a noroeste (1985b, p. 193) do edifício que explorou abriu uma área de 0,50 metros, onde escavou quatro sepulturas e identificou mais cinco já destruídas. Referiu ainda que a 200 metros deste local, Estácio da Veiga havia explorado outra necrópole, que existia a leste (1895b, p. 199).

As indicações que Santos Rocha nos deixou são difíceis de ler e explicar, mas, no entanto, são a única ferramenta de que dispomos para apontar uma área provável para a localização destas sepulturas. Desde logo é evidente que a escala e a distorção das plantas são o maior inconveniente, mas, ainda assim, permitem supor que estas sepulturas se localizavam próximo da necrópole «romano-wisigothica», informação bastante útil para o entendimento deste espaço.

Embora Santos Rocha não tenha recolhido um mobiliário funerário muito abundante, apenas uma peça, faz descrições bastante detalhadas dos enterramentos que investigou, além de confirmar que a totalidade dos memoriais que recolheu, cinco «cippos», foram utilizados como cobertura das sepulturas, estando, assim, desvirtuados do seu contexto primário. As quatro sepulturas conservadas que abriu estavam escavadas no solo virgem, de calcário, que continham inumações de indivíduos adultos, alguns com a cabeça apoiada em almofada de pedra ou argamassa, aproximando-se a enterramentos do tipo 38 de Sanchez Ramos (2006, p. 211). Contudo, as principais indicações que permitem estabelecer uma cronologia para este espaço são a existência de enterramentos múltiplos (sepultura A da planta) e a presença de um jarro colocado ao lado da cabeça do cadáver de outro enterramento.

Aproveitamos para esclarecer que quando citamos «enterramentos múltiplos» nos estamos a referir a vários enterramentos efetuados no mesmo túmulo em momentos distintos, ao contrário do que se passa nos «enterramentos coletivos» em que dois ou mais enterramentos são efetuados na mesma sepultura, no mesmo momento, ou em momentos muito próximos.

O simbolismo do rito de colocação do jarro junto ao crânio deverá estar, repetimos, estreitamente relacionado com o batismo (Saxer, 1989), rito iniciático de purificação através da água (Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 55), parecendo desnecessário insistir no assunto. Sobre o jarro, recolhido do lado esquerdo do crânio (Rocha, 1895b, p. 194 e 195), apenas podemos conjeturar com base no desenho do autor, pois no Museu Municipal Dr. Santos Rocha não encontrámos a peça. Parece corresponder a uma jarra de cerâmica comum de morfologia idêntica a alguns exemplares exumados em Munigua (Eger, 2006, p. 157) ou em El Ruedo (Carmona Berenguer, 1998), que permitem estabelecer um marco temporal para estas sepulturas centrado entre o final dos séculos IV e VI.

Infelizmente, os dados de que dispomos para datar os enterramentos são parcos, mas a ausência de materiais nas sepulturas permite ainda outro tipo de considerações.

As necrópoles antigas, como é o caso de La Dehesa de la Casa, Cuenca (López Requena e Barroso Cabrera, 1994), apresentam conjuntos materiais distintos e o número de adornos é, geralmente, elevado. Também na necrópole de El Ruedo se admite que as inumações com abundantes elementos pessoais possam corresponder a enterramentos ligeiramente mais antigos, dentro da Antiguidade Tardia (Carmona Berenguer, 1991, 372). Não obstante, estas propostas carecem ainda de mais dados para serem devidamente suportadas. Ainda assim, e a ser verdade esta hipótese, as sepulturas escavadas por Santos Rocha na Quinta de Marim devem ser mais recentes. No entanto, a presença ou ausência de mobiliário funerário pode variar consoante a área geográfica ou o tipo de ocupação (Eger, 2006, p. 157), além de ter ficado já devidamente comprovado que, até ao final do século VII, a presença de espólio foi uma prática comum (Sanchez Ramos, 2006, p. 235).

Outro enterramento continha aos pés uma inumação que aí havia sido amontoada. Parece evidente que se trata de enterramentos múltiplos, provavelmente dois, que foram realizados em momentos claramente distintos. O corpo da primeira inumação estaria já completamente consumido quando foi efetuada a segunda. Este desfasamento temporal entre ambos é corroborado pela recolha de um conjunto de oito cavilhas de ferro (4539 a 4547), juntamente com as ossadas que estavam aglomeradas aos pés da segunda inumação. Além de estes artefactos provarem que o primeiro enterramento havia sido sepultado em ataúde, testemunham também que, tanto o cadáver como o esquife necessitaram de tempo suficiente para serem consumidos, permitindo a sua aglomeração. Caso não fosse possível libertar o espaço da sepultura, assistiríamos, provavelmente, a uma realidade idêntica àquela que foi verificada na necrópole da Marateca, em Lagos (Pereira, 2012-2013), onde um corpo foi depositado diretamente sobre o outro.

Estando estas sepulturas próximas da necrópole e edifício que Estácio da Veiga explorou a cerca de 200 metros, falta apurar qual a relação entre as duas realidades (fig. 117), caso ela exista. Estamos convencidos de que alguma ligação haverá, especialmente se tivermos em consideração a cronologia dos enterramentos, mais clara no caso das explorações do segundo arqueólogo, e se analisarmos detalhadamente a planta de Estácio da Veiga. O principal inconveniente, contudo, parece ser a diferente orientação das sepulturas em cada uma das plantas que chegaram até nós (a de Estácio da Veiga e a de Santos Rocha).

Na planta encomendada por Estácio da Veiga (planta 30A; Santos, 1972, p. 279), sobressai a existência de sepulturas de morfologia distinta à típica forma retangular ou trapezoidal, identificadas com as letras K e L, ostentando a maioria um pequeno quadrado representado numa das extremidades. É possível que estas coberturas correspondam a estruturas argamassadas com um pequeno altar, representado pelo quadrado, podendo corresponder, portanto, a sepulturas de tipo *mensa*.

Este tipo de estruturas sepulcrais parece ter tido origem no Norte de África, área onde encontramos maior número de sepulturas de *mensae* (Kadra, 1989, p. 265; Sánchez Ramos, 2005, p. 170), disseminando-se posteriormente um pouco por todo o Mediterrâneo. Também na Península Ibérica podemos encontrar este tipo de sepultura, nomeadamente na necrópole Paleocristã de Francolí, Tarragona (Amo Guinovart, 1979; Adserias Sans et al.,

2000; López Vilar, 2004), e na necrópole de San Antón, em Cartagena (Sanmartín e Palol, 1972, p. 447; Berrocal Caparrós e Laiz Reverte, 1995, p. 181; Berrocal Caparrós, López Rosique e Soler Huertas, 2002).

Na Lusitânia, Mérida constitui, até ao momento, o local onde têm sido identificadas mais sepulturas com estas características (Mateos Cruz, 1993, p. 136; 1999, p. 137; Bejarano Osorio, 2004; Méndez Grande, Ojeda Zarallo e Abad Alonso, 2004, p. 439). No território atualmente português somente foram identificadas, até ao momento, em Troia, Setúbal (Almeida e Paixão, 1972; Almeida, 2009, p. 24; Caetano, 2002, p. 318). A Bética também não é exceção, havendo sido reconhecidas em Itálica, Carmona (Belén et al., 1986; Carrasco Gómez e Doreste Franco, 2005, p. 213-244; Rodríguez Temiño et al., 2012), em Córdoba (Sánchez Ramos, 2001, 2005) assim como em *Baelo Claudia* (Arévalo et al., 2006).

Cronologicamente, este tipo de estruturas abrange um período que abarca o século III (Méndez Grande, Ojeda Zarallo e Abad Alonso, 2004), podendo documentar-se a sua perduração até, pelo menos, ao século VI (Berrocal Caparrós e Laiz Reverte, 1995, p. 174; Mateos Cruz, 1993, p. 137).

A interpretação para este tipo de memorial funerário não tem sido consensual. Se, por um lado, estas coberturas estão diretamente relacionadas com o Cristianismo (Hernández García, 1998), interpretação para a qual contribuiu a inscrição da *mensa* de Tharros (Duval, 1982, p. 283, fig. 1; 1988), não se compreende a frequente relação com a realização de banquetes funerários (Bendala Galán, 1991a; Mateos Cruz, 1993; Hernández García, 1998) considerados ímpios pela cristandade. Lembramos, neste âmbito, os Concílios Bracarenses, que pretendiam reforçar a proibição de levar alimentos *ac defunctorum sepulchra* e de efetuar celebrações sobre os memoriais (López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 127).

A designação de *mensa* tem incluído, maioritariamente, dois tipos completamente distintos de cobertura. A típica cobertura em sigma (Méndez Grande, Ojeda Zarallo e Abad Alonso, 2004) ou em meia-lua (Almeida e Paixão, 1974), com depressão central destinada a receber libações, que tem sido, sem grandes hesitações, associada aos ditos banquetes, e ainda uma cobertura plana com uma depressão lateral, que lhe possibilitou a inclusão na denominação de *mensa* (Molina Expósito e Sánchez Ramos, 2002-2003; Silva Cordero, 2004). Nota-se, contudo, uma tendência para incluir neste tipo toda a cobertura que apresente um pequeno altar, inclusive as *cupae* (Caldera de Castro, 1978; López Vilar, 1999-2000; Abed e Grieshemer, 2001, p. 584; Gorostidi Pi e López Vilar, 2012).

É possível que cada uma destas coberturas tivesse uma função completamente distinta daquela que vem sendo aplicada à totalidade. No caso de coberturas planas com um pequeno altar lateral, ou colocado aos pés, a sua função relacionada com banquetes funerários não parece fazer tanto sentido.

Como designa a própria definição do termo, este altar poderia destinar-se apenas a receber oferendas, que, como acontece atualmente, estariam diretamente relacionadas com a manutenção da memória ao defunto, sem, contudo, ir contra os cânones resultantes de muitos dos concílios celebrados (Ramos-Lisson, 2005; Martínez Tejera, 2006; López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 126). Essa poderá ser a realidade a intuir para as coberturas ovaladas da planta de Estácio da Veiga, confirmada pela descentralização do pequeno altar. No entanto, sublinhamos que, embora correspondendo à proposta

que melhor se encaixa na interpretação destas coberturas, pode não ser a mais correta. A confirmação desta leitura apenas será possível através da realização de trabalhos arqueológicos sistemáticos.

As restantes sepulturas deverão corresponder a enterramentos semelhantes àqueles investigados pelo arqueólogo figueirense. Se tivermos em consideração as balizas cronológicas das sepulturas, as de *mensae* e as descritas por Santos Rocha, confirmamos que estas deverão ter sido realizadas entre o final do século IV e o século VI. É possível admitir, não obstante, que algumas das sepulturas trapezoidais representadas no interior do edifício possam ser mais recentes.

Sobre a planta do edifício e suas possíveis leituras, foram já avançadas propostas fundamentadas que permitem avançar uma relação entre a realidade arqueológica subterrânea, a necrópole e a arquitetura (Graen, 2007, p. 281-284). Identificamo-nos com muitos dos argumentos esgrimidos pelo arqueólogo alemão e, inclusivamente, compreendemos que a interpretação do edifício enquanto Basílica é uma das poucas, se não a única, leitura possível. Aliás, são abundantes os exemplos em território nacional que permitem fundamentar os argumentos (Almeida, 1972-1974, p. 103-112; Ulbert, 1978, p. 92-105; Torres, 1993; Schattner, 1998, p. 190). Mas o mesmo autor avança a existência de outra área cemiterial (Graen, 2007, p. 277-279), a sul, que corresponde às estruturas que Maria Luísa dos Santos classificou como um provável balneário (Santos, 1972, p. 264-266), e sobre a qual não pretendemos elaborar qualquer interpretação. Não existem aí indícios que permitam supor a existência de sepulcros, baseando, o autor, a sua proposta na mera análise planimétrica das estruturas, o que, sem outros argumentos, parece facilmente rebatível. Sem notícias da existência, nesse local, de sepulturas ou na ausência de qualquer outra prova que relacione o espaço com a morte, preferimos conservar as várias possibilidades em aberto.

São, agora, mais compreensíveis os espaços da morte na Quinta de Marim, que, contudo, repetimos, carecem ainda da necessária ratificação. Além de um espaço destinado aos senhores da *villa* alto-imperial, deveria existir uma necrópole comum e coeva, da qual desconhecemos ainda a localização. Mais tarde, durante o século IV, é erigido o «Mausoléu Constantiniano», que poderá representar uma mutação religiosa considerável da maioria da população. Será esta transformação o motor que motivou, mais tarde, a construção de um espaço basilical, a nordeste, e de uma necrópole tardo-antiga, sem que saibamos concretamente qual se instalou primeiro.

Da necrópole comum alto-imperial, como dizíamos, não se sabe nada acerca da sua localização, desconhecendo-se também se a necrópole da Antiguidade Tardia se instalou sobre esta, situação improvável, mas possível. Apenas sabemos que muitos dos memoriais da primitiva necrópole foram reaproveitados pelo espaço funerário mais tardio. O certo é que no Museu da Cidade de Olhão existe um conjunto de materiais (11 peças) que permite supor a sua existência. No entanto, nada sabemos das condições do achado, provavelmente pelos proprietários, nem da sua proveniência específica.

Referimo-nos a três vasos de paredes finas produzidos na área costeira da província da *Baetica*, incluíveis nas formas Mayet XXXVII A (fig. 118, n.º 1), XXXVIII (n.º 2) e XXXVIII B (n.º 3), com uma cronologia que compreende a segunda metade do século I, podendo alcançar as primeiras décadas da centúria seguinte. Além destas peças, foram ainda identificadas duas lucernas, também produzidas na Bética, das formas Dressel-

-Lamboglia 9 (fig. 118, n.º 4), datada da primeira metade do século I, e Dressel-Lamboglia 20 (n.º 5), produzida durante o século II. O exemplar da série de volutas ostenta no disco uma figuração bastante rara que parece corresponder a um sátiro nu, a dançar e a tocar flauta, ainda que a mesma imagem já tenha sido interpretada como tratando-se de um indivíduo a fumar cachimbo (Benoit, 1962, p. 687, fig. 2).

Os vidros são os materiais mais abundantes depositados neste museu. Reúnem um total de cinco exemplares distribuíveis entre unguentários, um da forma Isings 6 (fig. 118, n.º 6), dois da forma 8 (n.º 7 e 8) e um da forma 82 do tipo A (n.º 9), e por taças, um exemplar do tipo 34 de Isings (n.º 10). Os unguentários podem ser considerados do século I, excetuando o exemplar da forma 82 que perdurou também durante o século II, enquanto a taça pode ser situada no final do reinado de Nero (Alarcão, 1970, p. 243 e 244; Nolen, 1994, p. 173; Cruz, 2009a, II, p. 83), podendo alcançar as primeiras décadas da centúria seguinte.

A urna corresponde a um pote de bordo engrossado no exterior, colo curto e baixo e corpo de tendência globular, que poderá ter sido recolhido em associação a alguns dos restantes materiais (fig. 118, n.º 11). Infelizmente, apresenta um restauro que não respeita a morfologia original da peça, o que impossibilitou saber a forma do fundo e se ostentaria o típico orifício que permitia o escoamento das libações.

Por fim, devemos compilar as várias leituras sobre os abundantes memoriais funerários recolhidos na Quinta de Marim ao longo de pouco mais de 100 anos. Já afirmámos que nenhum destes estava em contexto primário, nem sequer, provavelmente, a lápide funerária do *Chrysantus* (Encarnação, 1984a, p. 87). A maioria é de proveniência desconhecida, dentro dos terrenos da quinta, ou servia de cobertura a sepulturas mais recentes. Destacamos, contudo, a recolha de um fragmento de uma lápide funerária próximo da área onde consideramos possível localizar a necrópole tardo-antiga, e, automaticamente, da possível basílica. O memorial, dedicado a Fábia, terá aparecido junto à nova ponte que permite a passagem da estrada nacional sobre a Ribeira de Marim (Mascarenhas, 1993, p. 13), próxima, portanto, da área onde se localizará o edifício e as sepulturas escavadas por Estácio da Veiga, na margem esquerda da ribeira. O mesmo autor publicou ainda um fragmento de uma *cupae* dedicada a *Leone*, sem que tenha especificado o local do seu achamento, referindo apenas que fora recolhida do «montão das pedras que tinham sido extraídas da necrópole aí existente» (Mascarenhas, 1993, p. 9). Da mesma aglomeração de pedras, é oriunda a lápide com a típica formula RIP, provavelmente coeva das sepulturas aí existentes.

Os vestígios funerários romanos compilados na Quinta de Marim apontam para duas realidades distintas, que parecem estar comprovadas por dados também diversos. Por um lado, sabemos que nessa área existiu uma necrópole alto-imperial que, embora profundamente afetada pelas ocupações posteriores e pelos trabalhos agrícolas, deixou alguns vestígios materiais recolhidos por amadores e pelos proprietários dos terrenos. Por outro, parece evidente que o local teve grande importância durante a Antiguidade Tardia, onde, além de provavelmente corresponder à *Statio Sacra*, deverá ter funcionado como um espaço cemiterial importante, patenteado pela arquitetura e pelas abundantes sepulturas representadas. Resta determinar qual o fenómeno que terá possibilitado esta alteração, que poderá ter passado pelo conceito teológico-político do século IV (Tejera Martínez, 2006, p. 109, 187; Pereira, 2014a).

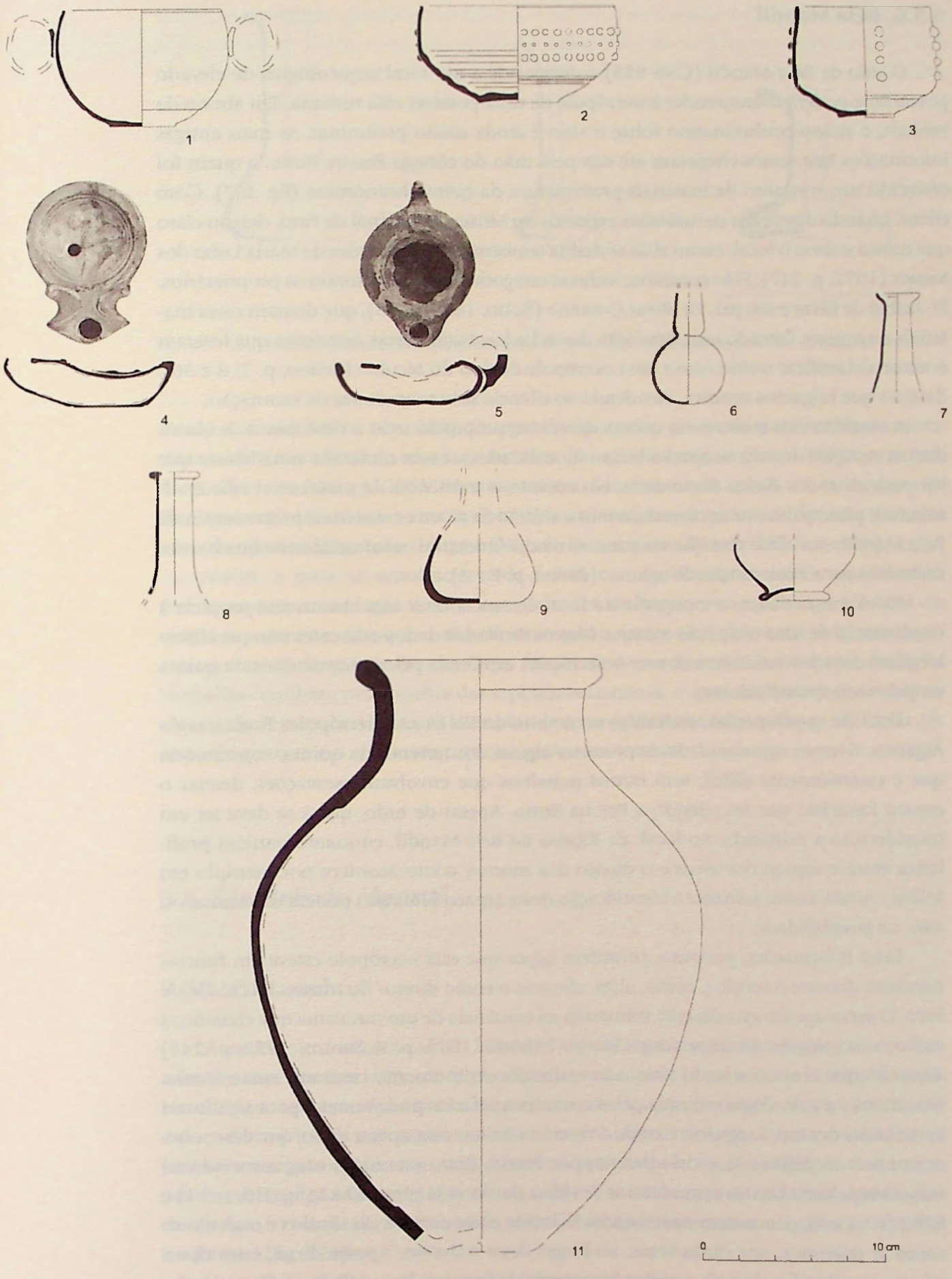


Fig. 118 — Artefactos provenientes de sepulturas da Quinta de Marim. Museu da Cidade, Olhão. Fotografia e desenho do autor.

3.5.6. Bela Mandil

O sítio de Bela Mandil (CNS 955) corresponde a um local arqueológico de elevado potencial e poderá corresponder à necrópole de uma possível *villa* romana. Em abono da verdade, o nosso conhecimento sobre o sítio é ainda muito preliminar. As mais antigas informações que temos chegaram até nós pela mão do cónego Pereira Botto, a quem foi oferecido um conjunto de materiais provenientes da quinta homónima (fig. 107). Com efeito, quando descreveu os materiais expostos no Museu Municipal de Faro, deixou claro que nunca visitou o local, como aliás se deduz também pelas descrições de Maria Luísa dos Santos (1972, p. 247). Pelo contrário, indicou categoricamente que foram os proprietários, D. Izabel de Bivar e seu pai, Dr. Bivar Cumano (Botto, 1899, p. 36), que doaram esses materiais ao museu, fazendo uma descrição dos achados. Foram essas descrições que levaram o autor a classificar o sítio como uma necrópole datável do século I (*ibidem*, p. 7, 8 e 36), datação que julgamos verídica, atendendo ao silêncio sobre sepulturas de inumação.

A vastidão dos terrenos da quinta deverá ter proporcionado a descoberta de abundantes vestígios de uma ocupação humana, realidade que tem motivado uma leitura que vai para além dos dados disponíveis. No entanto, a existência da presumível *villa* é admissível, principalmente se considerarmos a referência a outros materiais provenientes de Bela Mandil, que nada têm que ver com estruturas funerárias, nomeadamente quadrantes cerâmicos para a construção de colunas (*ibidem*, p. 7 e 8).

Além desses dados, a topografia do local denuncia uma área claramente propícia à implantação de uma ocupação romana. Mas os limitados dados existentes não permitem localizar o núcleo habitacional, nem a necrópole explorada pelos proprietários da quinta ou pelos seus trabalhadores.

Durante as prospeções, realizadas no âmbito do PNTA «As Necrópoles Romanas do Algarve», tivemos oportunidade de percorrer alguns dos terrenos da quinta, constatando que é extremamente difícil, sem outros trabalhos que envolvam escavações, detetar o espaço funerário que foi referido a Pereira Botto. Apesar de tudo, quiçá se deva ter em consideração a existência, no local, da Ribeira de Bela-Mandil, enquanto barreira profilática entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos, como acontece por exemplo em Milreu. Ainda assim, somente a identificação deste espaço funerário poderá confirmar, ou não, tal possibilidade.

Estas informações, portanto, permitem supor que esta necrópole esteve em funcionamento durante o século I, como, aliás, afirmou o então diretor do museu da cidade de Faro. O autor apoiou esta datação sobretudo na existência de um numisma que classificou como uma emissão do imperador Cláudio I (Botto, 1899, p. 7; Santos, 1972, p. 248) supondo que o enterramento teria sido realizado em momento centrado nesse século. No entanto, a cronologia indicada pelos restantes artefactos pode remeter para sepulturas construídas durante a segunda metade do século I. Saliente-se, apesar disso, que desconhecemos se o mobiliário funerário descrito por Pereira Botto estava, ou não, associado na mesma sepultura. Os três unguentários de vidro, das formas Isings 82A2 (fig. 119, n.º 1) e 82B2 (n.º 2 e 3), denunciam uma datação balizada entre meados do século I e o século III, como já referimos, por várias vezes, ao longo deste trabalho. Apesar disso, estes tipos, para os quais já foi alertada a pouca homogeneidade morfológica (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 51), parecem ser mais frequentes na segunda metade do século I e início do

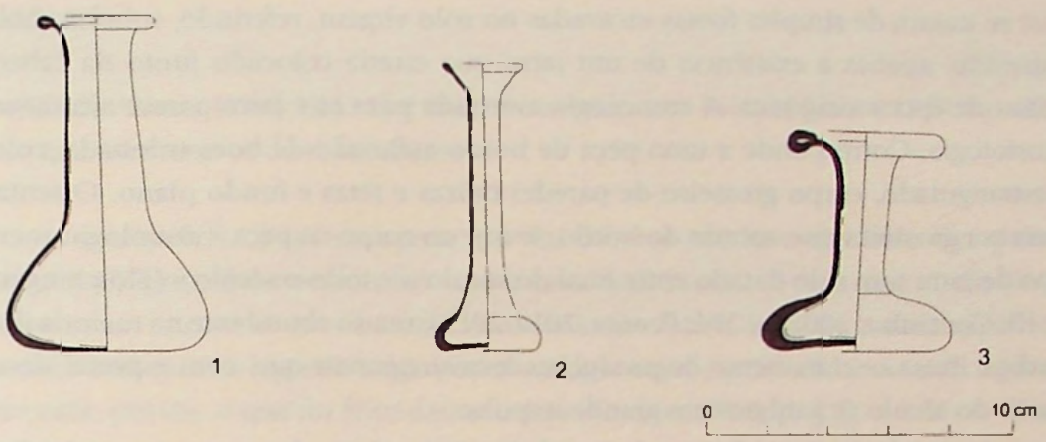


Fig. 119 — Unguentários de vidro de Bela Mandil oferecidos a Pereira Botto. Museu Municipal de Faro. Desenho do autor.

século II (Cruz, 2009a, II, p. 209). O segundo tipo pode, eventualmente, ser ligeiramente mais tardio, entre final do século I e meados da seguinte centúria (Cruz, 2009a, II, p. 213; Alonso Cereja, 2011, p. 326), devendo salientar-se que, ainda assim, os exemplares de Riotinto surgiram em contextos mais antigos, concretamente a partir de final do primeiro terço do século I (Regalado Ortega e Delgado Domínguez, 2011, p. 727, 2.4 e 2.5).

Assim, e para as sepulturas onde foram conseguidos estes artefactos, devemos ponderar uma cronologia situada entre meados do século I e as primeiras décadas do século II, momento em que o rito de incineração estava ainda bastante vulgarizado no extremo sul da Lusitânia. Pereira Botto referiu ainda a existência de um «prato de argila vermelha» também proveniente das sepulturas romanas, o qual não pudemos encontrar e que julgamos tratar-se de um exemplar de *terra sigillata* das formas Drag. 15/17 ou 18, peças frequentes em contextos coevos àquele aqui tratado.

3.6. São Brás de Alportel

3.6.1. Cartaxinho

A necrópole do Cartaxinho (CNS 7296) foi divulgada inicialmente por Leite de Vasconcelos que, durante o ano de 1915, efetuou uma expedição pelo sul de Portugal (1918). No entanto, este investigador não lhe atribuiu esta designação, limitando-se a localizar o espaço funerário «na encosta de um cerro que fica entre o sítio do Outeiro e o do Peneu, junto a um regato» (*ibidem*, p. 116). A identificação deste local com o sítio do Cartaxinho parece evidente quando se analisa a carta militar e se verifica a proximidade das povoações do Cartaxo e de Juncais, na área onde se localiza a dita ribeira entre o Outeiro de Alportel e o Perneu (fig. 120).

Vasconcelos referiu o aparecimento de duas sepulturas devido a trabalhos agrícolas que colocaram a descoberto duas inumações. O silêncio sobre as estruturas poderá indicar

que se tratava de simples fossas escavadas no solo virgem, referindo, sobre o mobiliário funerário, apenas a existência de um jarro que estaria colocado junto da cabeça, que datou de época visigótica. A cronologia avançada para este jarro parece ajustar-se à sua morfologia. Corresponde a uma peça de bordo aplanado de boca trilobada, colo curto e estrangulado, corpo grosseiro de paredes baixas e retas e fundo plano. Ostenta ainda uma asa grosseira que, saindo do bordo, se une ao corpo da peça. Cronologicamente este tipo de jarro tem sido datado entre final do século IV e todo o século V (Flörchinger, 1988, p. 15; Coutinho, 2007, p. 294; Pereira, 2012-2013), sendo abundante na maioria dos sítios tardios. Trata-se claramente de produções locais/regionais que, com especial destaque a partir do século VI, ganham um grande impulso.

Mais tarde, também Estanco Louro dedicou algumas palavras a esta necrópole (1929, p. 49 e 50), remetendo, contudo, apenas para as informações publicadas por Leite de Vasconcelos, informações que o próprio lhe terá fornecido, juntamente com o jarro de cerâmica manual (Vasconcelos, 1918, p. 117).

Anos mais tarde, Lyster Franco e Abel Viana também referem uma «lagoenha de barro» vermelho (Franco e Viana, 1945, p. 409), que poderá corresponder à mesma peça.

Maria Luísa Veiga Affonso dos Santos reitera aquilo que Leite de Vasconcelos e Estanco Louro haviam publicado (Santos, 1972, p. 160-162), mas parece confundir dois sítios completamente distintos, o Cartaxinho e a Horta e Moinhos. Realmente considera que todos os materiais deste concelho são provenientes dos arredores de São Brás de Alportel, e não de Alportel.

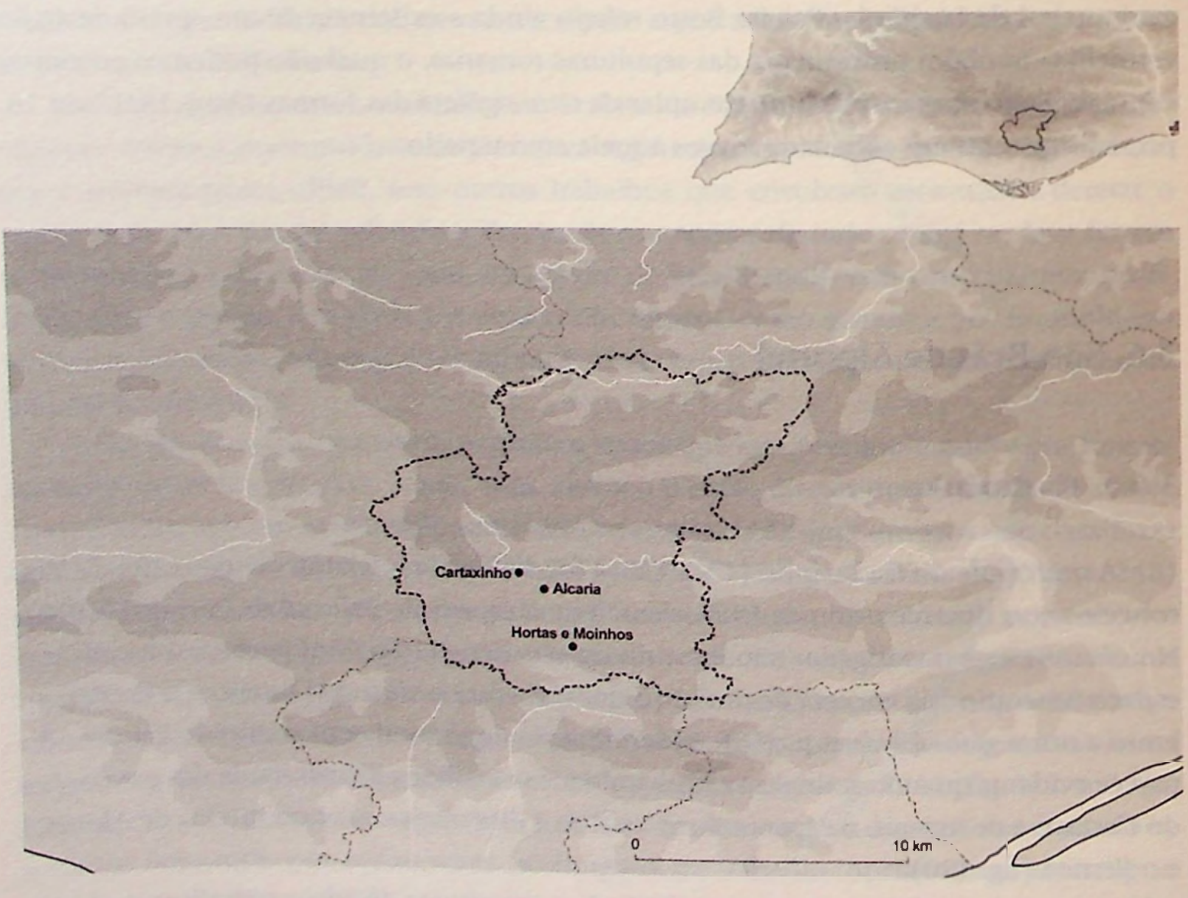


Fig. 120 — Localização das necrópoles romanas no concelho de São Brás de Alportel. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

3.6.2. Alcaria

O sítio da Alcaria (CNS 14434) é dado a conhecer por Estanco Louro (1929, p. 42), referindo que o terreno onde se localizava:

> «a necrópole [...] era uma terra que foi do meu avô que, um belo dia, para a tornar mais fértil, lhe mandou fazer uma cava mais funda. O meu pai, então ainda muito novo, lembra-se no entanto e conta-me que foram achadas, numa superfície considerável, muitas lagens e muitas coisas antigas e que aquilo admirou toda a gente. Não sabe, porém, o que foi feito dessas coisas» (Louro, 1929, p. 42).

Apenas as referências de Estanco Louro afirmam categoricamente tratar-se de uma necrópole (fig. 120). Durante o levantamento arqueológico do concelho de São Brás de Alportel (Estrela e Barros, 1999), os intervenientes referem que era

> «visível no terreno uma estrutura em calcário, porventura mal encoberta após uma estranha intervenção 'arqueológica' ali levada a cabo há cerca de nove anos. Trata-se de um sítio arqueológico conhecido desde os inícios do século xx, descoberto na propriedade do avô de Estanco Louro quando se procediam a trabalhos agrícolas» (*ibidem*, p. 13).

Apesar das prospeções, continuamos sem dados claros que permitam corroborar a classificação atribuída por Estanco Louro. Não é referida a existência de sepulturas nem de materiais que possam confirmar a sua existência. No entanto, sabemos que, na maioria dos casos, as prospeções não fornecem dados claros sobre este tipo de sítios. Acerca das escavações que terão tido lugar antes deste levantamento, não podemos deixar de concordar com os autores do levantamento arqueológico do concelho, quando referem para elas «contornos pouco científicos» (*ibidem*).

Segundo Angelina Pereira, arqueóloga do município, é possível que a necrópole referida pelo advogado local fosse de cronologia islâmica. De facto, parece ser a leitura mais correta a fazer atendendo à frase, «em relação à Alcaria, ficaria talvez provada a sua existência no tempo dos mouros, se tivessem sido recolhidos e estudados os restos da necrópole que ali se destruiu.» (Louro, 1986, p. 56.)

3.6.3. Sítio da Horta e Moinhos/São Brás de Alportel

Este sítio corresponde àquele que Maria Luísa dos Santos descreveu (Santos, 1972, p. 160-162), embora somando-lhe informações de outro, o Cartaxinho, que já atrás referimos. A autora começa por fazer referência à existência de uma calçada romana, a chamada calçadinha de São Brás (CNS 7298 e 18470), informação que lhe tinha sido cedida pelo prior da localidade. O mesmo prior informou-a ainda que, pouco antes da sua passagem por São Brás, teria aparecido uma sepultura no sítio da Horta e Moinhos.

O grande inconveniente das informações publicadas pela autora reside no facto de ter juntado dados de dois sítios distintos, sendo desde logo evidente que quando fala do par de sepulturas aparecidas durante trabalhos agrícolas, se está a referir ao Cartaxinho, já que se limita a reproduzir as informações publicadas por Leite de Vasconcelos. Supomos, ainda, que quando alude à existência de sepulturas de inumação esteja a mencionar o mesmo sítio. Por outro lado, os dados que lhe foram fornecidos pelo prior de São Brás remetem, com efeito, para o sítio da Horta e Moinhos, que ladeia a via que, saindo de São Brás, se dirigia a Estoi e também a Faro.

Ainda que as informações sejam restritas, a localização do sítio parece confirmar a tipologia do local (fig. 120). Um espaço localizado nos limites da área habitada, nas imediações de um dos eixos viários principais. É possível admitir, com estes dados, que deverá corresponder a uma necrópole do século III, facto, aliás, comprovado pelos poucos materiais daí provenientes. A descrição da sepultura pelo prior da vila parece coincidir com esta datação, que poderá alterar-se ligeiramente, se considerarmos o material que edificava a sepultura. Objetivamente, o informante menciona a existência do rito da inumação, estando o corpo limitado por três grandes lajes, colocadas em cutelo, de cada lado da sepultura (Santos, 1972, p. 161).

Devemos referir ainda que a Horta e Moinhos (sem CNS) deverá corresponder a São Brás de Alportel (CNS 937). Os dados que deste sítio constam no Sistema de Informação Endovélico coincidem claramente com o local que descrevemos, não concordando, contudo, na sua localização. Esta última, apresentada pela entidade da tutela, parece estar bastante afastada das imediações da via romana, proximidade que o prior da vila deixou bem clara.

Deverá ter sido o mesmo prior que cedeu os materiais desta sepultura ao Museu Paroquial de Moncarapacho. Aí, pudemos constatar a existência das ditas pontas de lança (fig. 121), do martelo e do instrumento indeterminado que apresenta Maria Luísa dos Santos (1972, fig. 236 e 237), estando também depositados no mesmo local um vaso de *terra sigillata* de tipo Drag. 27.

As pontas de lança achadas nesta sepultura são bastante difíceis de classificar, acima de tudo porque parecem enquadrar-se mais corretamente nas *spearshead*, que Bishop e Coulston atribuem ao século I (1993, p. 69). Têm a lâmina consideravelmente alongada (máximo de 36 centímetros de comprimento), comparativamente à sua largura e ao comprimento do cabo, possuindo uma nervura central, de secção circular. A má conservação dos artefactos férreos também não ajuda na sua classificação. Se é verdade que as armas de arremesso gozaram de uma considerável longevidade (Aurrecoechea Fernández, 2007a, p. 438 e 439), creio não ser despropositado referir que durante a Antiguidade Tardia estes elementos eram consideravelmente mais curtos, embora semelhantes do ponto de vista morfológico. A verdade é que estes artefactos, destinados a equipar a cavalaria, e que encontram paralelo em *Augusta Raurica* (Deschler-Erb, 1999, p. 77, Abb. 87, n.º 66, p. 21), possuem uma datação alto-imperial, o que destoa da que pode ser atribuída à arquitetura funerária.

Se a presença de pontas de lança, destinadas à cavalaria, apontam para a inumação de um indivíduo que preencheu os contingentes militares romanos, é surpreendente que no mesmo túmulo tenha sido recolhido um martelo de cunha. Neste sentido, duas possibilidades podem ser colocadas. Por um lado, devemos ter em conta que as lanças eram também

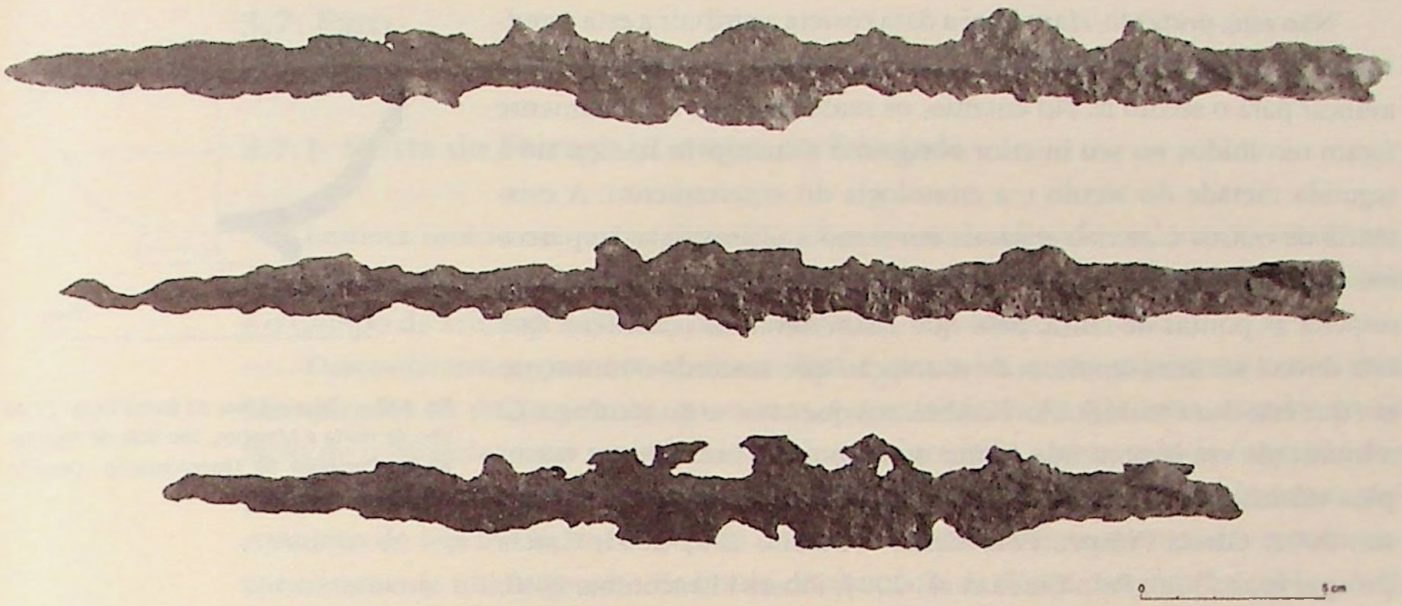


Fig. 121 — Pontas de lança achadas em uma sepultura no sítio de Horta e Moinhos, São Brás de Alportel. Museu Paroquial de Moncarapacho. Fotografia do autor.

utilizadas em âmbitos lúdicos e cinegéticos, com mais probabilidade no segundo caso, e que a sua presença em sepulturas romanas não é indício claro de que o seu proprietário tenha feito parte de algum contingente militar. Por outro lado, e independentemente do seu uso, podem corresponder a uma herança que não tenha sido colocada junto do corpo do seu dono original (García Cano, 1999), realidade particularmente comum nas moedas (Perassi, 2003). A sua recolha em contextos funerários é frequente, como o comprovam contextos da necrópole oriental de Mérida (Sabio González, 2012, p. 53, 54, 179 e 180, n.º 18.10 e 18.11). Infelizmente, este autor não avança qualquer proposta cronológica para exemplares idênticos aos algarvios, reconhecendo, também, que a sua durabilidade temporal se torna impeditiva de uma datação precisa.

Sobre o martelo, a situação é idêntica. Pela sua morfologia, parece evidente que não corresponde a uma ferramenta de mineiro, a julgar pelo instrumental do mineiro de Cartago Nova (García del Toro, 1977), nem deverá ser considerado um martelo de canteiro, que tinham pico em vez de cunha (Sabio González, 2012, p. 191). Restam, portanto, duas possibilidades: o martelo de carpinteiro e o de ferreiro. Os martelos de carpinteiro são, geralmente, de orelhas, muito idênticos aos de hoje. Como veremos adiante, a necrópole do Amendoal permitiu a recolha de um destes exemplares dentro de uma sepultura. No entanto, e atendendo à semelhança destes instrumentos com os atuais, parece credível atribuir-lhes uma função eminentemente de ferreiro. Infelizmente, estes utensílios são frequentemente ignorados na bibliografia da especialidade, devido à sua escassa evolução formal.

No mesmo museu, e com a menção de ter sido recolhida neste sítio, existe ainda uma taça de *terra sigillata* da forma Drag. 27 (fig. 122), produzida no sul da Gália. Desconhecemos se esta peça estaria associada às pontas de lança e ao martelo. De facto, a cronologia da taça concorda com a datação que vem sendo proposta para os elementos de lanças, mas, o silêncio persistente sobre a peça cerâmica impossibilita outras leituras mais concretas.

Não está, portanto, claro qual a data correta a atribuir a esta sepultura. A arquitetura funerária e o rito de deposição do cadáver podem avançar para o século III. No entanto, os materiais, que supostamente foram recolhidos no seu interior obrigam a recuar, pelo menos até à segunda metade do século I, a cronologia do enterramento. A existência de outros materiais datáveis em torno à última datação parece inviabilizar a possibilidade de estarmos perante uma herança, no que respeita às pontas de lança, pelo que assim devemos considerar que esta deverá ser uma sepultura de inumação que antecede o momento em que este rito é maioritário. Lembramos que mesmo no século I a. C. a inumação era já praticada, como o comprovam abundantes exemplos valencianos (González Villaescusa, 2001; García Prósper e Guérin, 2002; García Prósper, Polo Cerda e Guérin, 2002-2003; García Prósper et al., 2010; Polo Cerdá et al., 2004; Ribera i Lancomba, 2010; Almagro Gorbea, 1993-1994).

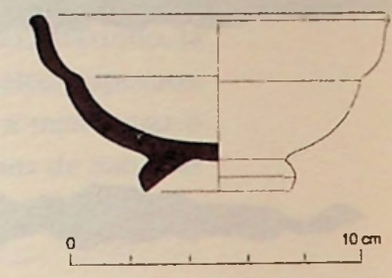


Fig. 122 — *Terra sigillata* da forma Drag. 27 do sítio de Horta e Moinhos, São Brás de Alportel. Museu Paroquial de Moncarapacho. Desenho do autor.

É possível, contudo, que nos arredores da vila de São Brás de Alportel exista uma necrópole de inumação tardo-antiga. Maria Luísa Affonso dos Santos referiu a existência de um jarro semelhante ao publicado por Leite de Vasconcelos, da necrópole do Cartaxinho, que estava em posse de um particular, que afirmou tê-lo recolhido numa sepultura. Fica por apurar, contudo, a proveniência deste jarro.

3.6.4. São Romão

Tal como aconteceu com outros sítios, São Romão (CNS 6346) não deverá corresponder a uma necrópole romana. Deste local são provenientes duas aras funerárias que Estácio da Veiga esclareceu que foram recolhidas no adro da ermida de São Romão (Veiga, 1885, p. 83; Santos, 1972, p. 165 e 166). Parece evidente que não se encontravam em contexto primário, sendo, portanto, provenientes de outro local próximo, como deverá ter acontecido, por exemplo, com o memorial da Alfandanga, já anteriormente tratado.

As aras estão dedicadas a duas mulheres, Licínia e Cecília Marina (fig. 123), a última filha de um ossonobense, Lúcio (Encarnação, 1984a, p. 112-117), ambas datadas do século II.

Os trabalhos de levantamento arqueológico do concelho de São Brás de Alportel não permitiram detetar quaisquer vestígios da existência de uma necrópole romana no local, sendo proposto, em alternativa, que as aras sejam provenientes da necrópole da *villa* romana de Aprá, localizada no concelho de Loulé, mas próximo de São Romão (Estrela e Barros, 1999, p. 17). Com efeito, esta parece ser a leitura mais prudente, que descarta a existência de necrópole, pelo menos, até prova em contrário.

Fig. 123 — Ara funerária proveniente da localidade de São Romão. Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

3.7. Faro

3.7.1. Horta do Ferregial/Campo da Trindade

Embora Estácio não tenha deixado indicações do local onde explorou as sepulturas, as cartas cadastrais são inequívocas sobre a coincidência da Horta do Ferregial (sem CNS) e o Campo da Trindade (CNS 7740), a sudeste da Vila Adentro de Faro.

Desconhecemos quantas sepulturas foram escavadas, a sua arquitetura ou os ritos identificados. A única garantia que temos é que foi mais do que uma, atendendo ao facto de o pioneiro falar sempre no plural quando referiu a proveniência funerária dos poucos artefactos conhecidos. Das explorações do final do século XIX, conhecemos um conjunto de seis artefactos, dos quais dois não deverão ser provenientes das sepulturas, concretamente um fragmento de bordo de almofariz da Bética costeira (fig. 124, n.º 1) e um fragmento inclassificável de *terra sigillata* do sul da Gália, com a marca de oleiro OF G[...][...]EN (n.º 2), da qual não conseguimos identificar os carateres centrais. Se parece claro que estes fragmentos deverão ter sido recolhidos nas terras que envolviam as sepulturas, o mesmo não é possível supor para os restantes.

Neste local, Estácio da Veiga engrossou o conjunto de materiais que estavam destinados ao Museu do Algarve, com mais dois recipientes de vidro e uma lucerna. As peças de vidro correspondem a uma garrafa (fig. 124, n.º 3) de tonalidade translúcida amarelada de colo alto e estreito, corpo piriforme em forma de gota invertida e base côncava, com pé destacado. No corpo, tem linhas horizontais gravadas/cinzeladas. Esta forma é atípica nos conjuntos vítreos romanos e pode ser considerada uma variante da forma 40 de Morin-Jean (1913, fig. 107), aparentando semelhanças com um exemplar publicado por Jorge de Alarcão (1968, p. 28, n.º 47), proveniente da necrópole da Horta dos Pinas, em Elvas. O paralelo morfologicamente mais imediato, contudo, encontra-se numa coleção privada de Madrid, publicado por Alonso Cereza (2010, p. 429, fig. 256). Os autores propõem datações discordantes para as peças, apoiando-se em diferentes tipologias, distinção que deverá ser potenciada pelas diferenças morfológicas. O exemplar elvense foi datado de final do século III e século IV, enquanto o exemplar madrileno, sem contexto, foi datado da primeira metade do século III.

A outra peça de vidro já tinha um paralelo exato em Faro, concretamente nas sepulturas escavadas por Abel Viana na Rua de João de Castro. Trata-se de um exemplar de vidro gravado a cinzel, de bordo em aresta viva (fig. 124, n.º 4), colo alto e estrangulado, corpo globular e base ligeiramente côncava. No corpo, tem linhas horizontais gravadas/cinzeladas e decoração elaborada mediante a mesma técnica. Apresenta três medalhões envoltos em linhas e círculos estilizados e, dentro de cada um, estão três animais: um urso, um javali e um touro. Esta peça é cronologicamente enquadrável entre o final do século III e a centúria seguinte (Alarcão, 1968, p. 15; Teichner et al., 2007, p. 163), sendo incluível na forma 104b da tipologia de Clasina Isings. A associação das duas peças obriga a considerar que a datação mais adequada para a primeira é a que foi avançada por Alarcão. De facto, Estácio da Veiga referiu, explicitamente, que os «dois frascos de vidro tirados de uma sepultura do C. da Trindade, junto às falanges dos pés» (Veiga, 1878, p. 54) estavam dentro da mesma sepultura.

Completa o mobiliário fúnebre uma lucerna da série de disco, de classificação estorvada pela sua má conservação (fig. 124, n.º 5). Apesar de tudo, notam-se algumas semelhanças, principalmente na forma alongada, com os exemplares de tipo Dressel-Lamboglia 30, com uma cronologia que concorda com a que foi avançada para os vasos vítreos.

Sobre o monumento funerário que foi considerado do Campo da Trindade tivemos já oportunidade de justificar que não é, com efeito, deste local. O memorial dedicado a Caturico Lupato foi publicado no ano de 1866 por Estácio da Veiga como proveniente da Quinta do Trindade. Seguramente que a semelhança dos topónimos estará na origem deste erro de proveniência. Além disso, a datação avançada para esta estela não parece ajustar-se à datação dos materiais que haviam sido selados com os inumados.

Assim, estes dados permitem supor que os enterramentos localizados pelo arqueólogo tavirense devem ter sido efetuados entre o final do século III e a primeira metade do século IV, cronologia que, curiosamente, coincide com a maioria dos enterramentos da necrópole norte de *Ossonoba*, como veremos adiante. Também não podemos supor uma distinção social entre os dois espaços funerários, principalmente porque uma das sepulturas permitiu a recolha de espólio considerado «rico». Além disso, Estácio referiu ainda a recolha de abundantes pregos de cobre e ferro nas sepulturas, dos quais desconhecemos hoje o paradeiro. Significa, portanto, que não temos real conhecimento da quantidade de materiais recuperados no Campo da Trindade.

Podemos ainda adicionar a estas sepulturas outra aparecida no ano de 1973, identificada por José Cabecinha, a quem agradecemos a informação. Na mesma área, terá sido recolhido um prato de *terra sigillata* clara C (Bernardes, 2005b, p. 27) da forma Hayes 45 (fig. 124, n.º 6), dentro do qual estava um crânio humano. Também a datação deste artefacto concorda com a cronologia entretanto referida, datação que foi já adiantada por João Pedro Bernardes (*ibidem*).

A possibilidade de se tratar de uma necrópole particular (Bernardes, 2005b, p. 27) nos limites da cidade romana é, por ora, uma possibilidade bastante remota. Ainda que a proposta tenha sido avançada apenas com base na informação mais recente, mesmo somando-lhe os dados que Estácio da Veiga compilou, não é possível corroborar ou refutar essa hipótese. Aliás, a probabilidade de se tratar de uma necrópole pública, em contrapartida ao espaço funerário privado, ganha cada vez mais peso. Reconhecemos que a localização não é a mais apropriada, mas devemos ter em consideração que as opções de estabelecimento de áreas cemiteriais também não são grandes, sobretudo se considerarmos que uma boa parte dos limites da cidade estava contornada pela água. A proximidade à urbe obriga, com efeito, a ponderar tratar-se de um espaço público, ainda que, dentro destas, também existissem espaços privados.

3.7.2. Faro, *Ossonoba*: necrópole norte

Parece despropositado repetir a descrição das várias intervenções arqueológicas efetuadas na cidade de Faro, desde as pesquisas de André de Resende até aos dias de hoje. Esta exposição foi já devidamente elaborada, não carecendo de qualquer revisão ou correção (Viegas, 2011, p. 79-98). Apesar de tudo, insistiremos nos contextos funerários, com o

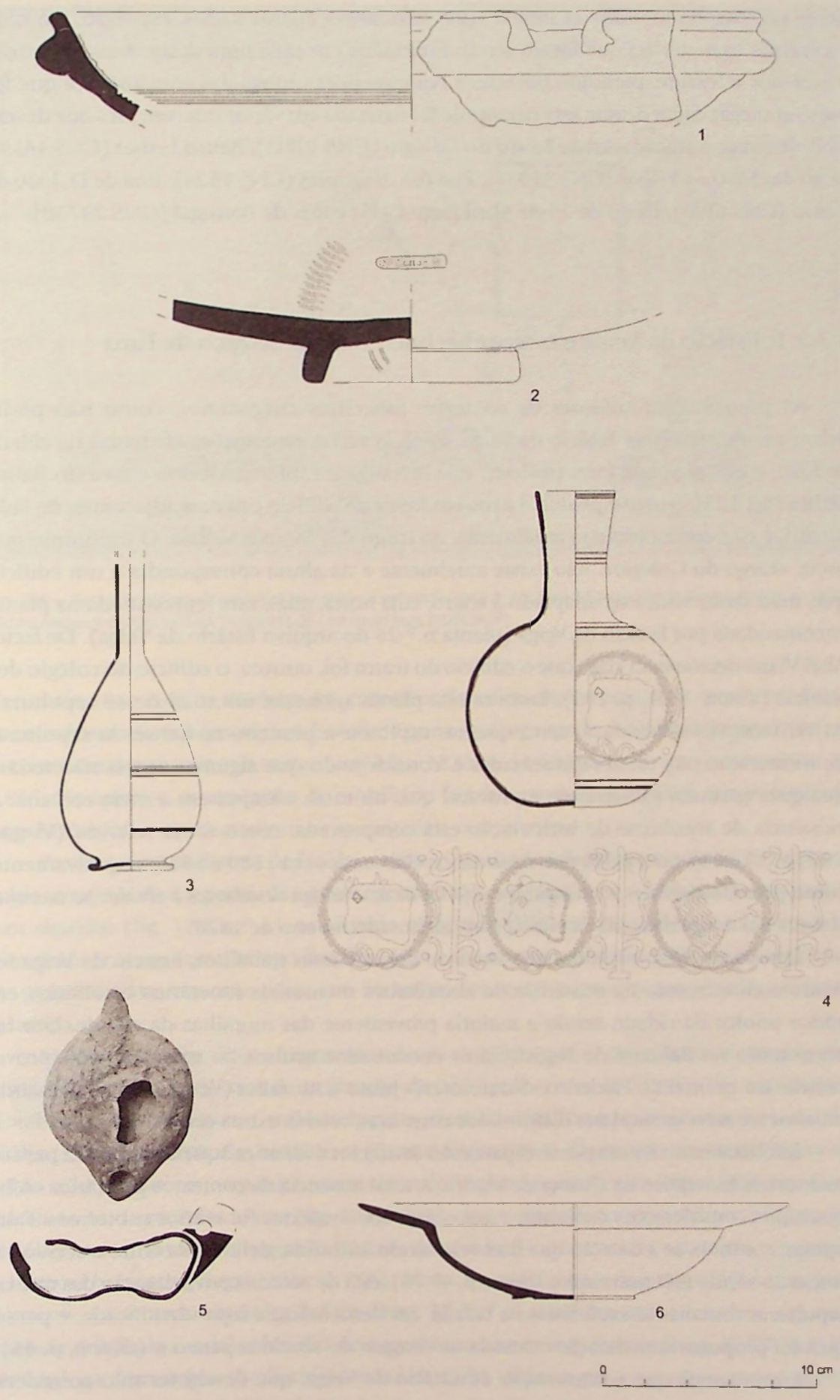


Fig. 124 — Materiais do Campo da Trindade (Museu Nacional de Arqueologia) e da Horta do Ferregial (n.º 6, Museu Municipal de Faro). Desenho e fotografia do autor.

único objetivo de localizar as intervenções e atualizar alguns dados, expondo, em cada momento, os materiais que foram sendo exumados em cada uma delas. A sua descrição parece-nos relevante, para que possamos compreender muitas das conclusões a que foi possível chegar, além de que esta necrópole foi detetada em várias intervenções que devem ser ordenadas, nomeadamente Bairro do Colégio (CNS 10911), Bairro Lethes (CNS 1613), Largo das Mouras Velhas (CNS 32931), Rua das Alcaçarias (CNS 1524), Rua de D. João de Castro (CNS 6103), Largo de 25 de Abril (sem CNS) e Rua de Portugal (CNS 23750).

3.7.2.1. Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico de Faro

As primeiras informações de contextos funerários chegam-nos, como não podia deixar de ser, através de Estácio da Veiga. Entre as várias explorações efetuadas na cidade de Faro, e nos seus arredores (*ibidem*), este investigador intervencionou a área do Bairro Lethes (fig. 125), que compreendia a rua em frente ao edifício e as ruas adjacentes, do lado direito, e que correspondem, atualmente, ao Largo das Mouras Velhas. O topónimo que usou, «Largo do Colégio», não existe atualmente e na altura correspondia a um edifício que, mais tarde, viria a ser adaptado a teatro, cuja horta, aliás, está representada na planta encomendada por Estácio da Veiga (planta n.º 26 do arquivo Estácio da Veiga). De facto, Abel Viana deixou bem claro que o edifício do teatro foi, outrora, o edifício do colégio dos jesuítas (Viana, 1951, p. 145). Embora esta planta apresente um total de 38 sepulturas, na verdade não sabemos ao certo quantas explorou o pioneiro tavirense. As sepulturas de incineração não estão representadas e, considerando que algumas outras não teriam qualquer estrutura subterrânea, é provável que, no total, ultrapassem a meia centena. A existência de sepulturas de incineração está comprovada, como foi já referido (Viegas, 2011, p. 83 e 84), quer pelos dois inventários elaborados em 1883 e 1885, respetivamente, como pelo *Catalogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro*, elaborado no ano de 1878.

Devemos referir, contudo, que antes ou durante estes trabalhos, Estácio da Veiga foi tendo conhecimento da existência de abundantes memoriais funerários recolhidos em vários pontos da cidade, sendo a maioria proveniente das muralhas da cidade. Um foi encontrado no Baluarte do Registo, dois encontrados avulsos na muralha, dois provenientes do quintal de Frederico «Sararolotes?» junto à muralha (Veiga, 1885), somando atualmente nove exemplares distribuídos entre aras, estelas e uma *cupa*.

Infelizmente, a leitura possível para estes artefactos é idêntica àquela concluída para os memoriais funerários da Quinta de Marim. A total ausência de contextos primários coíbe quaisquer considerações conjuntas e associadas aos contextos funerários subtérreos. Falta apurar, contudo, se a datação que lhes vem sendo atribuída, delimitada entre o século II e início do século III (Encarnação, 1984a, p. 41-79), está de acordo com a datação das muitas sepulturas romanas já exploradas na cidade. Sai desta baliza a *cupa* identificada, e para a qual foi proposta uma datação centrada na viragem do século III para o IV (*ibidem*, p. 65).

Estranhamos que a intervenção de Estácio da Veiga, que deverá ter sido consideravelmente extensa, tenha proporcionado uma recolha de materiais que não ultrapassa as duas dezenas. Devemos admitir ainda que o elevado estado de fragmentação das peças

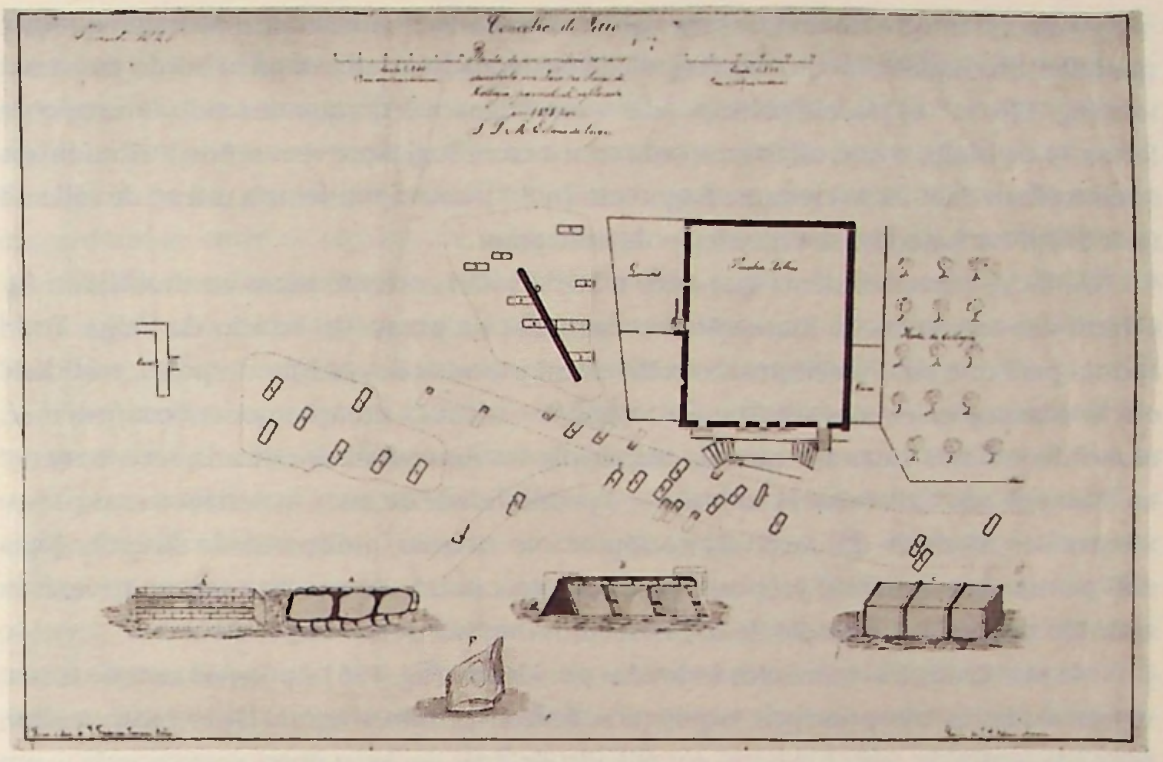


Fig. 125 — Planta da intervenção de Estácio da Veiga na necrópole Norte de *Ossonoba* (Bairro Lethes). Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de José Paulo Ruas (DGPC/ADF).

denuncia a sua recolha também em contextos de utilização do espaço da morte, em detrimento dos contextos funerários. É verdade que o catálogo que o pioneiro deixou não refere a existência de abundantes materiais (Veiga, 1878, p. 51-53), nem mesmo o inventário de 1885. No entanto, as ausências de mobiliário fúnebre também permitem atingir algumas conclusões. Mas antes, analisemos os materiais que referimos.

Provenientes do Bairro do Colégio, estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia um total de 17 peças, das quais apenas uma está completa. A última corresponde a um alguidar (fig. 126, n.º 1), produzido na costa andaluza, que poderá ter funcionado simultaneamente como tampa de talha. Não é inédita a plurifuncionalidade destas peças de grandes diâmetros, que possuem, inclusive, um ressalto interno que permite encaixar a tampa.

Mais numerosos são os fragmentos de *terra sigillata* que, como dissemos, deverão ser provenientes dos contextos de utilização da necrópole e não do interior das sepulturas. Totalizam 14 exemplares distribuíveis pelas produções itálicas (um fragmento), do sul da Gália (nove fragmentos) e hispânicas (quatro fragmentos). O elevado estado de fragmentação não permitiu o enquadramento da maioria dos fragmentos nas tipologias vigentes, excetuando o exemplar itálico (fig. 126, n.º 2), que consideramos pertencente à forma 33 de *Conspectus*, datado da segunda metade do século I, e que encontra paralelo em outro exemplar balsense (Viegas, 2011, p. 291). A este, somámos mais dois exemplares, um pertencente a uma taça hispânica de tipo Drag. 27 (n.º 3), também enquadrável na segunda metade do século I, e dois identificáveis genericamente com as formas Drag. 29/37 (n.º 4), de análoga cronologia, produzidos no sul da Gália. A única peça que oferece uma marca de oleiro (n.º 5), que Estácio da Veiga refere explicitamente ser proveniente do Bairro do Colégio (Veiga, 1878, p. 52), apenas permite uma leitura parcial, OFSA[...].

O espólio integra ainda duas peças de vidro, em semelhante estado de fragmentação, que inibe um enquadramento morfotipológico adequado. Ainda assim, o bordo em aresta viva (fig. 126, n.º 6) poderá corresponder a um fragmento do que terá sido um copo da forma 34 de Isings, o que, aliás, concorda com a cronologia que vem sendo atribuída aos restantes materiais. Para o restante fragmento (n.º 7), correspondente a um pé de cálice, é mais difícil estabelecer o seu momento de utilização.

De facto, parece evidente que estes materiais não correspondem ao mobiliário funerário das sepulturas de inumação representadas na planta de Estácio da Veiga. Tudo aponta para que estes enterramentos estivessem privados de qualquer espólio, realidade que encontra paralelo nas sepulturas do século IV. Idêntica situação poderá confirmar-se, mais adiante, nos enterramentos da Necrópole do Amendoal, localizada recentemente na Horta de São Cristóvão. Já colocámos a possibilidade de estes materiais serem provenientes dos níveis de utilização da necrópole. No entanto, a disparidade da cronologia não permite confirmar tal proposta, pelo que resta ponderar que este espaço deverá ter assistido também à realização de enterramentos durante o Alto-Império.

Na planta dos enterramentos escavados por Estácio (fig. 125) é possível ver que foram representadas as três principais arquiteturas funerárias subterrâneas. Duas usam *tegulae*, uma em forma de caixa e a outra em telhado de duas águas, e outra corresponde a um

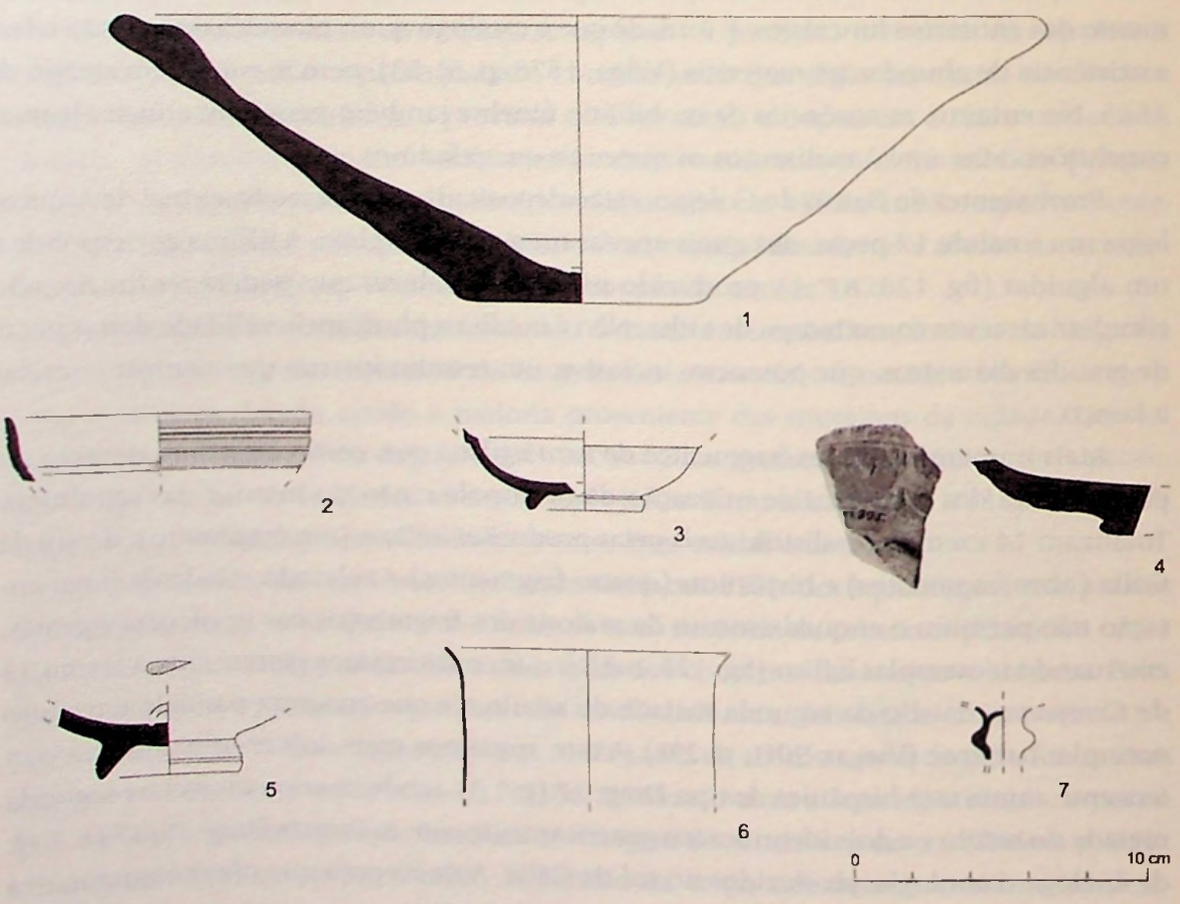


Fig. 126 — Materiais da intervenção de Estácio da Veiga na necrópole Norte de *Ossonoba* (Bairro Lethes). Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

sepulcro construído em tijolo, sendo selado por três lajes de pedra. Os sepulcros incluem-se nos tipos 2 e 3 de Sánchez Ramos (2005, fig. 2). No primeiro tipo, subtipo 2c, incluímos as sepulturas de fossa simples, cobertas com telhado de duas águas. O tipo três, que a autora divide entre tipo 3a, com *tegulae* e formando uma caixa, e de tipo 3e, com tijolos e cobertura de lajes de pedra, deveria ser minoritário. Genericamente, estas construções subterrâneas enquadram-se entre os séculos II e VI, destacando-se particularmente durante momento central (Sánchez Ramos, 2005, p. 173). Já Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos havia salientado que o tipo mais bem documentado correspondia aos enterramentos em fossa simples, com cobertura de *tegulae* em telhado de duas águas (1971, p. 189).

São poucas as passagens de Estácio da Veiga que permitem supor a existência de enterramentos de incineração na área, mas confirmam que este rito, que deverá condensar-se consideravelmente em zona próxima ao *pomerium* da cidade ossonobense, chegou até ao antigo Colégio dos Jesuítas. Lembramos que a saturação/evolução dos espaços da morte obriga, na maioria dos casos, a um afastamento gradual dos limites da cidade. No caso algarvio, este afastamento deverá ter-se sentido de forma mais acentuada, especialmente se considerarmos o facto de a cidade estar, em grande parte, rodeada pela água e, na zona onde se fundou a necrópole norte, pela limitação que implicava a proximidade das ribeiras que corriam pelas atuais Ruas de Portugal e Praça da Liberdade a sudeste e sudoeste, respetivamente (Paula e Paula, 1993, p. 49; Bernardes, 2005b, p. 26-28). Inevitavelmente, a expansão da principal necrópole pública obrigou a um afastamento gradual dos limites da cidade, o que explicará o facto de os enterramentos mais afastados denunciarem cronologias mais recentes, embora, entre eles, existam alguns mais antigos. Até ao momento, a exploração de Estácio da Veiga é aquela que se encontra mais afastada dos supostos limites da cidade ossonobense. Vejamos, contudo, as restantes intervenções.

3.7.2.2. A passagem de Abel Viana por Faro

Também Abel Viana efetuou bastantes trabalhos arqueológicos no Algarve. Na cidade de Faro, foi convidado, por Falcão Machado, a investigar as sepulturas aparecidas no quintal do prédio n.º 6 da Rua D. João de Castro (1951). Aproveitando a divulgação destas sepulturas, Abel Viana refere, com bastante insistência, ter sido informado de que na Rua do Dr. João Lúcio, n.º 21, teria aparecido um esqueleto que apresentava ainda um grilhão em uma das tíbias. A raridade do achado, sem qualquer descrição da arquitetura funerária, obriga a uma ponderação sobre a sua cronologia. Se é certo que pode corresponder a um enterramento de um escravo que não teve direito a qualquer estrutura subterrea, pode também tratar-se de um enterramento de cronologia posterior, hipótese que, aliás, partilhamos com João Pedro Bernardes (2005b, p. 27), ainda que a proximidade de achados funerários romanos o pareça contrariar.

Abel Viana informou ainda sobre a abertura de uma vala na Rua de João de Deus que deixou a descoberto, nos cortes, restos ósseos de 14 indivíduos (1951, p. 146-148). Mais uma vez, sobre os achados nesta última rua não temos quaisquer dados arqueológicos que permitam tecer considerações sobre a cronologia. Abel Viana insistiu que deviam ser coevas das que ele próprio escavou na Rua de João de Castro e das exploradas por Estácio

da Veiga. A ausência de materiais associados aos esqueletos obriga à ponderação sobre a inclusão, ou não, destes dados na necrópole norte da cidade romana. Abel Viana fez, contudo, referência à existência de *tegulae*, que são indiscutivelmente de cronologia romana, afirmando, objetivamente, que eram os únicos materiais que cobriam os esqueletos, o que esclarece a sua datação.

Estas investigações culminaram, como referimos, com a escavação de um conjunto de sete sepulturas no n.º 6 da Rua de João de Castro (fig. 127), área ainda incluída no Bairro Lethes. A designação «necrópole romana do Bairro Lethes» acabaria por ser atribuída à necrópole norte por Abel Viana que, de forma bastante astuta, soube antever que ali se encontraria o principal espaço cemiterial da cidade romana de *Ossonoba* (Viana, 1951). Embora os materiais já tenham sido publicados pelo próprio, e ainda alvo de revisões (Teichner et al., 2007), não podemos deixar de os analisar, mais detalhadamente, ainda que, infelizmente, não tenhamos logrado aceder à totalidade do conjunto. De facto, apenas tivemos possibilidade de observar o mobiliário funerário da sepultura 7.

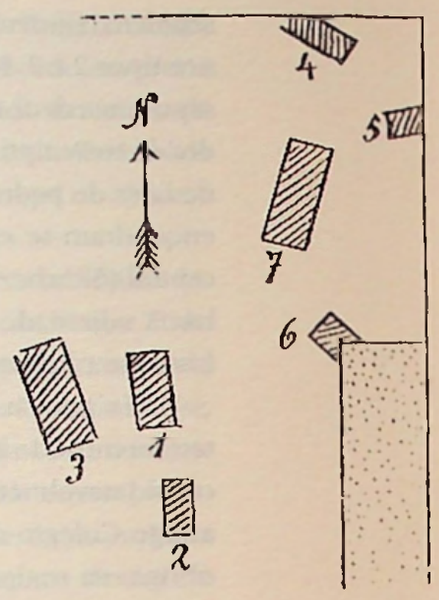


Fig. 127 — Planta da área escavada por Abel Viana na cidade de Faro, Rua de João de Castro (Viana, 1951, p. 148, fig. 1).

Das sete sepulturas exploradas por Abel Viana, apenas duas permitiram recuperar mobiliário funerário associado aos enterramentos. As restantes não tinham qualquer espólio, embora algumas não o tivessem porque haviam sido afetadas pelas fundações da casa do proprietário (Viana, 1951, p. 153 e 154). Refira-se ainda que a maioria destes enterramentos, dos quais se destacavam duas inumações infantis, estava depositada em fossa simples e com cobertura plana de *tegulae*, portanto tipo 2b da tipologia elaborada por Sánchez Ramos, para as sepulturas tardias cordubenses (2005, fig. 2; 2010).

O enterramento 3 explorado pelo arqueólogo pacense parece bastante peculiar, desde logo pela posição atípica do inumado. A inumação foi colocada em um sepulcro de caixa construído com tijolos e com cobertura plana de *tegulae*, tipo 3e de Sánchez Ramos, em decúbito lateral, posição próxima à fetal. A posição em que se encontra poderá eventualmente estar diretamente relacionada com a presença, na mesma sepultura, de uma criança de tenra idade (Viana, 1951, p. 150, fig. 3). Infelizmente, não foi possível uma análise antropológica aos restos osteológicos, de forma a poder confirmar, ou não, se o inumado correspondia a um adulto feminino. Acreditamos que seguramente será esse o caso e que ambas inumações estão relacionadas, assim como a posição do adulto. A arquitetura funerária, portanto, parece apontar um enterramento consideravelmente recente.

Nesta sepultura foram recuperadas um total de sete peças, cuja análise tem apenas por base as descrições e os desenhos do seu escavador. Além de dois pregos de cobre e de um de ferro, foi recolhida uma moeda, um copo de vidro, um pote e um jarro cerâmico. O copo de vidro é uma peça bastante rara, que estranhamos que não tenha sido publicada por Jorge Alarcão quando estudou os vidros romanos dos museus do Alentejo e Algarve (1968). Quiçá também este investigador não tenha encontrado esse artefacto. Trata-se de um copo translúcido esverdeado, de fundo hexagonal, bastante espesso, que se vai transformando gradualmente numa forma circular à medida que se aproxima ao bordo, provavelmente em aresta viva. Este tipo de peças de paredes pouco espessas e base maciça, documentado em Braga (Cruz, 2009a, II, p. 93 e 94), é claramente tardio, estando documentado maio-

ritariamente em contextos do século IV. No entanto, o estudo dos exemplares bracarenses parece obrigar a recuar a datação destas peças, hipótese que não partilhamos, pelo menos para este caso concreto. A arquitetura do túmulo concorda mais com uma cronologia de século IV. As restantes cerâmicas correspondem seguramente a produções locais, ou béticas, tardias, que, infelizmente são difíceis de enquadrar nos quadros das tipologias cerâmicas.

Contrariamente ao que foi já avançado para esta sepultura (Teichner et al., 2007, fig. 12), parece que uma cronologia centrada no século IV deverá ser a datação que mais se adequa à arquitetura e ao mobiliário funerário, concretamente ao copo de fundo hexagonal. Admitimos, ainda assim, que é extremamente arriscado avançar uma datação apenas com base nos desenhos e descrições de Abel Viana. A observação mais detalhada do pote, do jarro e da moeda poderiam esclarecer o momento em que se terá efetuado este enterramento.

Embora Abel Viana afirme categoricamente que a sepultura 7 era a que estava mais bem conservada, a análise da 3 indica o contrário, parecendo evidente que a reflexão do arqueólogo vianense se baseou na conservação da cobertura da sepultura. A sepultura 7 correspondia a uma caixa de tijolo, idêntica à anterior, com cobertura dupla de *tegulae* e rematada com telha de meia cana (*imbrex*). Objetivamente, trata-se do mesmo tipo de arquitetura funerária apenas com a subtil diferença de a cobertura ser dupla e rematada.

Do interior deste sepulcro, foram recuperadas duas peças de vidro. Contrariamente ao que se passou no caso do espólio da sepultura 3, pudemos observar pessoalmente este conjunto, depositado no Museu Municipal de Faro. Confirmámos, apesar do elevado estado de fragmentação, que o balão de vidro gravado a cinzel e de bordo em aresta viva (Viana, 1951, p. 157, fig. 9) corresponde a uma peça enquadrável entre o final do século III e a centúria seguinte (Alarcão, 1968, p. 15; Teichner et al., 2007, p. 163), sendo incluível na forma 104b da tipologia de Clasina Isings. Mais problemático é o enquadramento cronológico do copo de tipo Isings 32. Tanto a variante taça como o copo estão presentes em contextos de segunda metade do século I e o século II (Isings, 1952, p. 46 e 47), apesar de concordarmos com Mário da Cruz quando afirma que a forma gozou de uma dilatada durabilidade, concretamente entre meados do século I e o século IV (2009, II, p. 91). É possível admitir que os exemplares de base maciça sejam consideravelmente mais tardios comparativamente com os de base mais fina, altoimperiais. Jorge de Alarcão já havia apontado uma cronologia tardia para este exemplar (1968, p. 14).

Parece que a datação das sepulturas exploradas por Abel Viana acusa uma evidente homogeneidade, o que, aliás, pode ser extensível às restantes sepulturas de fossa simples e cobertura plana de *tegulae*. Neste caso, a ausência de espólio deverá ser entendida como uma clara diferenciação social e não cronológica, além da óbvia afetação de algumas pela construção da casa, que deverá ter aniquilado algumas peças. Seria espectável, contudo, que neste local existissem também sepulturas mais antigas e talvez até algumas incinerações, especialmente se repararmos na maior proximidade da Rua de João de Castro aos limites daquela que foi a cidade romana. No entanto, a cronologia denunciada pelas sepulturas escavadas pelo arqueólogo vianense é, aparentemente, análoga àquela que intuímos para os enterramentos investigados pelo pioneiro. Os dois locais continham inumações depositadas sobre fossa simples coberta com *tegulae* formando telhado de duas águas, caixa de *tegulae* com cobertura horizontal do mesmo material, ou caixa de tijolos com cobertura horizontal com *tegulae* ou lajes. Note-se ainda que o primeiro tipo de cobertura

está ausente nas intervenções de Abel Viana, ausência que estranhamos particularmente, uma vez que este tipo de arquitetura é a que mais se edificou na região. Por outro lado, as poucas incinerações documentadas até ao momento foram transmitidas por Estácio da Veiga. Quiçá a evolução da necrópole seja a inversa à que pensámos inicialmente.

3.7.2.3. Júdice Gamito e a Nova Arqueologia, Rua das Alcaçarias

Após a intervenção de Abel Viana, somente na década de 80 do século passado se escavou novamente na necrópole norte de *Ossonoba*. A partir desse momento, Júdice Gamito liderou, através da Universidade do Algarve, um projeto de investigação que se debruçou sobre o passado da cidade ossonobense (1992, p. 99-118). No âmbito deste projeto, foram efetuados frequentes trabalhos arqueológicos no interior do recinto muralhado da Vila Adentro, mas também fora destes limites. No ano de 1984, a arqueóloga e a sua equipa intervieram na Rua das Alcaçarias, onde apareceu um conjunto de sepulturas, quando se efetuavam desaterros para o prédio do Montepio Geral (*ibidem*, p. 101).

Desta intervenção (fig. 128) resultou a identificação de mais oito inumações de cronologia romana, que foram publicadas anos mais tarde, e das quais se destaca a recolha de um memorial achado *in situ*. Parece desnecessário repetir muito do que foi avançado pela então docente da Universidade do Algarve, motivo que nos alenta a esboçar apenas algumas considerações tendo por finalidade um enquadramento global dos espaços da morte romanos da cidade ossonobense.

Apesar de esta ter sido uma intervenção relativamente recente, o âmbito em que foram achadas as sepulturas impossibilita uma leitura completa da arquitetura funerária subterrânea. Das oito sepulturas, apenas cinco permitem o seu enquadramento na tipologia das estruturas funerárias que vem sendo elaborada para a área meridional hispânica (Vaquerizo Gil, 2002a; Sánchez Ramos, 2005). Assim, excluindo, à partida, três sepulturas que deverão ter sido destruídas pelos trabalhos de desaterro (sepulturas 3, 7 e 8), outras três correspondem a sepulturas abertas em fossa simples, com cobertura em *tegulae* formando telhado de duas águas (sepulturas 2, 4 e 5), tipo 2c de Sánchez Ramos. As restantes correspondem ao tipo 3e da mesma tipologia, sepulturas retangulares construídas com tijolos (fig. 129). Desconhecemos, contudo, o tipo de coberturas que teriam e, mais uma vez, supomos que tenham sido removidas pelos trabalhadores da obra.

Comparando a arquitetura constatada nos três sítios analisados até ao momento, verificamos que dois tipos estão presentes em todas as intervenções, o tipo 2c e o tipo 3e. No entanto, notámos alguma diferença que é conveniente sublinhar. A intervenção de Estácio da Veiga, quiçá por ser a mais extensa, incluía ainda o tipo de sepultura 3a da mesma tipologia que, apesar de tudo, não deverá oferecer uma baliza cronológica distinta dos demais tipos. A intervenção de Abel Viana, contudo, apenas oferece o tipo 3e, denunciando, em nosso entender, uma datação mais tardia quando comparada com as demais intervenções. A escavação na Rua das Alcaçarias oferece os dois tipos, o que, contudo, não pode nem deve ser utilizado como argumento de distinção cronológica. Assim parece evidente que, além do tipo 3e, a maioria das sepulturas corresponde ao tipo 2c, fossa simples e cobertura com *tegulae*, que infelizmente corresponde ao mais frequente a partir do século II, perdurando,

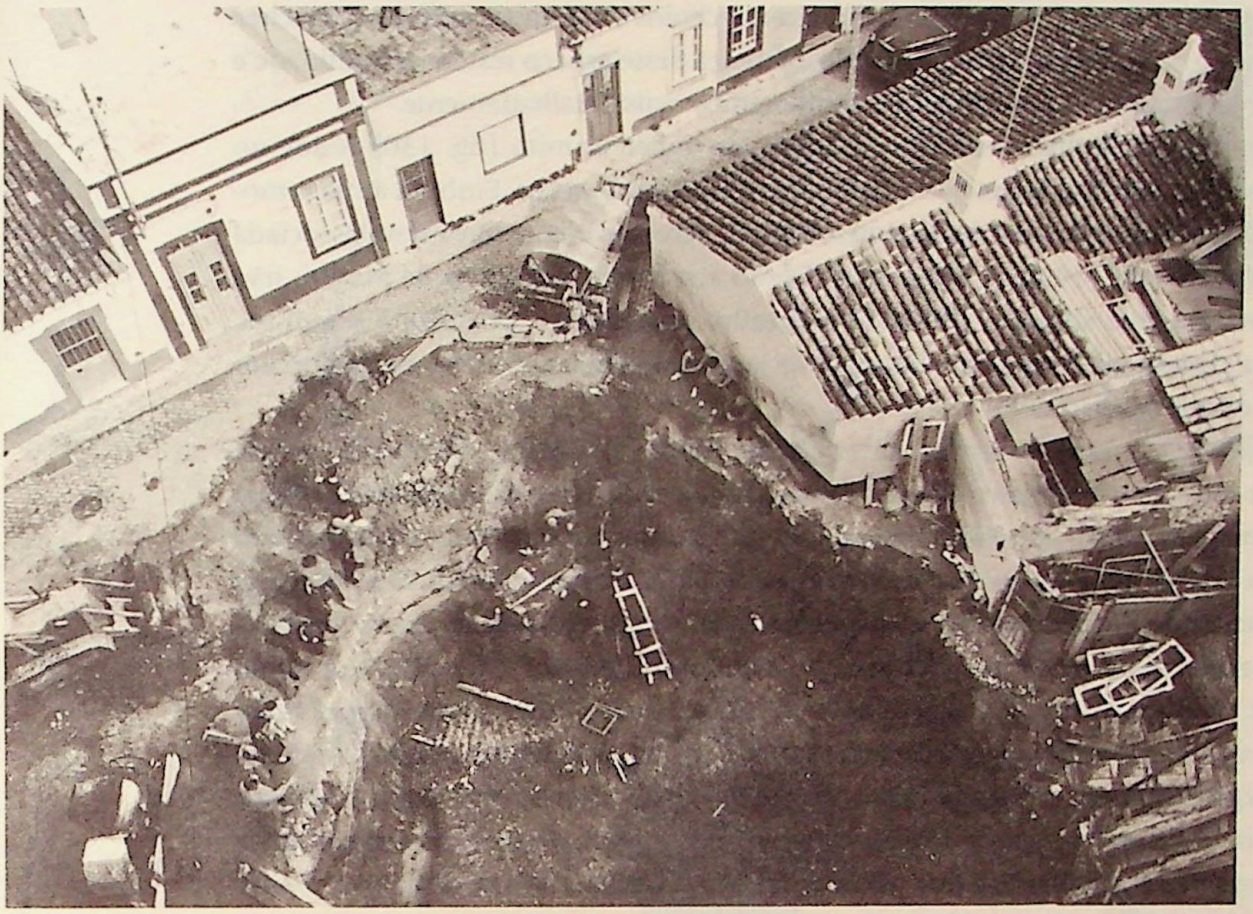


Fig. 128 — Vista geral da intervenção efetuada na Rua das Alcaçarias. Fotografia de T. Júdice Gamito cedida pela Universidade do Algarve.

Fig. 129 — Sepultura em caixa da Rua das Alcaçarias construída com tijolos. Fotografia de T. Júdice Gamito cedida pela Universidade do Algarve.

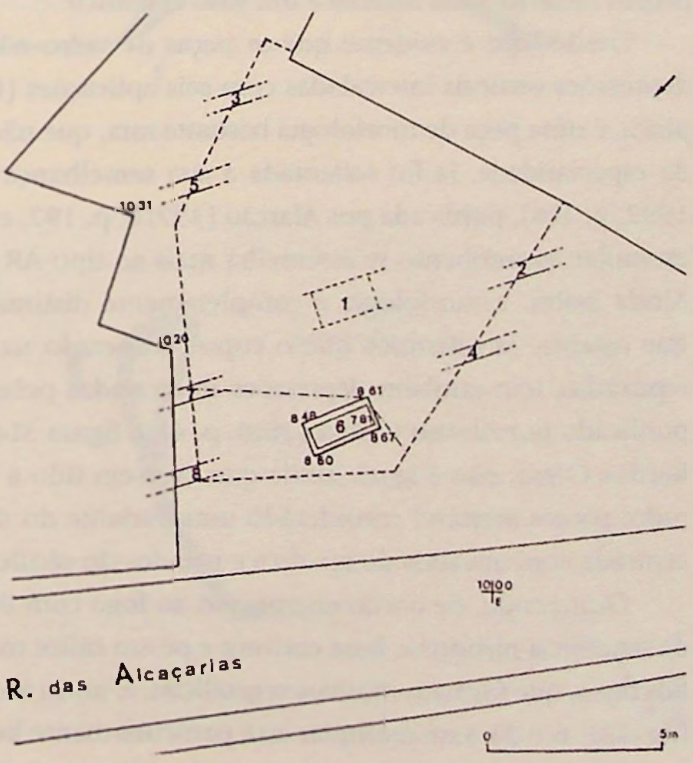


Fig. 130 — Planta da intervenção de Teresa Júdice Gamito na Rua das Alcaçarias (Gamito, 1992, p. 120, Est. II).

pelo menos, até ao final do século V ou primeiros decénios da centúria seguinte (Sánchez Ramos, 2005, p. 219-225, fig. 132). A grande diferença deste espaço reside na qualidade e quantidade do mobiliário funerário, que abordaremos mais detalhadamente.

A grande novidade da intervenção dirigida por Júdice Gamito (fig. 130) reside no aparecimento de uma lápide funerária, aparentemente, em contexto. Embora a sua remoção tenha sido efetuada pelos trabalhadores da obra, parece evidente que estava associada à sepultura 1 (Gamito, 1992, p. 104 e 105). Como aconteceu na Quinta de Marim, não é improvável que este artefacto estivesse reutilizado, servindo de cobertura à sepultura, apesar de a cronologia parecer apoiar tal associação. Infelizmente, deste enterramento apenas foi recolhida a lápide.

Na sepultura 2, com cobertura de *tegulae* de secção triangular, foi recolhido um abundante conjunto de alfinetes de cabelo associados a um unguentário de vidro. Ainda que os alfinetes de cabelo não sejam os melhores indicadores cronológicos, o unguentário (fig. 131, n.º 1) permite uma clara inserção no tipo 82B2 da tipologia de Clasina Isings (1952). Uma cronologia centrada entre final do século I e meados da seguinte centúria parece ser a mais adequada (Cruz, 2009a, II, p. 213; Alonso Cereja, 2011, p. 326), devendo lembrar-se, no entanto, que os exemplares de Riotinto, Huelva, com marcas, foram identificados em contextos mais antigos, concretamente a partir de final do primeiro terço do século I (Regalado Ortega e Delgado Domínguez, 2011, p. 727, 2.4 e 2.5). Outros contextos ainda apontam cronologias mais tardias, o que obriga a ponderar que a produção deste tipo de unguentário tenha atingido o início do século III (Rütti, 1991, p. 53).

A sepultura 3 ofereceu um fragmento de prego, que, atendendo às características da sepultura e à ausência de espólio, não consideramos parte do mobiliário funerário, mas sim vestígio de preexistências. A sepultura 4, por seu lado, permitiu a recolha de um considerável espólio (14 peças), concretamente uma moeda, três peças de vidro, nove pregos de ferro, uma lucerna e um vaso cerâmico.

Desde logo é evidente que as peças de vidro não são comuns. O copo, com seis depressões verticais intercaladas com seis aplicações (fig. 131, n.º 2), acrescentadas com pinça, é uma peça de morfologia bastante rara, que não encontra paralelo na bibliografia da especialidade. Já foi salientada a sua semelhança com a taça de Mértola (Gamito, 1992, p. 116), publicada por Alarcão (1971b, p. 192, est. II, n.º 9), mas parece-nos que o exemplar ossonobense se assemelha mais ao tipo AR 61 (Teichner et al., 2007, p. 172). Ainda assim, a morfologia é completamente distinta, assim como, aliás, a decoração que ostenta. Já referimos que o copo recuperado na sepultura 4, além das aplicações repuxadas, tem também depressões intercaladas pelas ditas aplicações. Mesmo o copo publicado por Alonso Cereza (2010, p. 480, figura 314), da coleção privada Concepción Barrios Otero, não é igual, ainda que tivessem tido a mesma funcionalidade. Apesar de tudo, parece aceitável considerá-lo uma variante do tipo referido, com uma cronologia centrada entre meados do século II e meados do século III.

Outro copo, de bordo engrossado ao fogo com linhas cinzeladas no exterior, corpo de tendência piriforme, base convexa e pé em cálice muito destacado, está decorado com fios finos, que formam motivos vegetalistas, e, junto ao bordo, apresenta aplicações em fio (fig. 131, n.º 3). Este exemplar está particularmente bem representado em Colónia, com uma cronologia que o baliza entre o final do século I e o século III (Fremersdorf, 1959, p. 48 e 49). Outra peça terá sido recolhida, mas, infelizmente, não permitiu reconstituição.

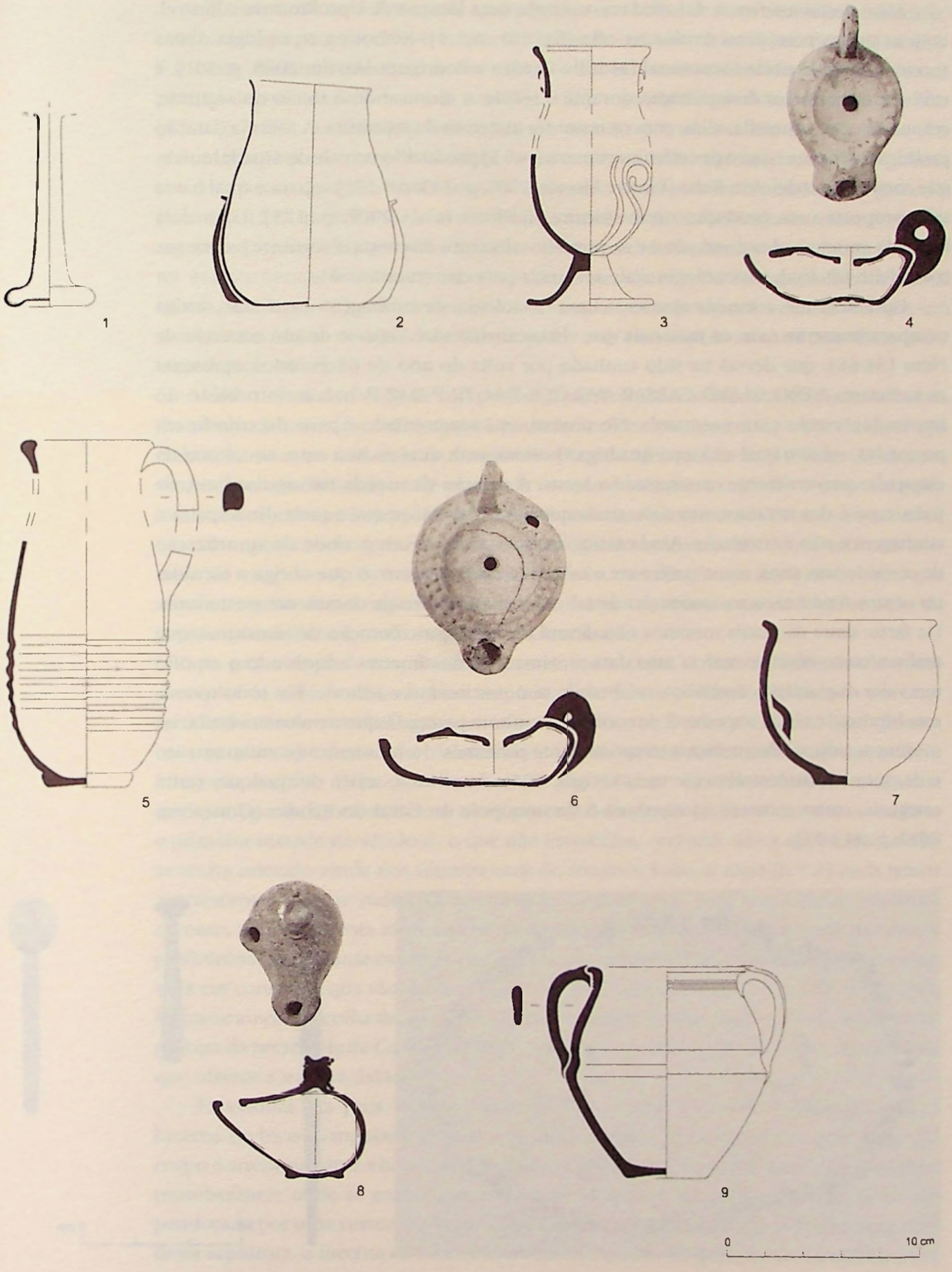


Fig. 131 — Materiais recolhidos na intervenção de T. Júdice Gamito na Rua das Alcaçarias. Universidade do Algarve, Faro. Desenho e fotografia do autor.

Além destes artefactos, foi ainda recuperada uma lucerna de tipo Riotinto-Aljustrel, com as típicas pérolas ou óvulos na orla (fig. 131, n.º 4). Embora a cronologia destas lucernas não seja ainda consensual (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 301), é evidente a sua maior disseminação durante o século II, alcançando o início do seguinte, cronologia que concorda, aliás, com os restantes materiais da sepultura. A mesma datação pode intuir-se para o jarro de cerâmica comum (n.º 5) produzido no vale do Guadalquivir, que encontra paralelo em *Balsa* (Pinto e Morais, 2007, p. 243, n.º 121), e para o qual havia sido proposta uma produção norte-africana (Teichner et al., 2007, p. 173). Uma data balizada entre meados do século II e os primeiros decénios da centúria seguinte parece ser, com efeito (*ibidem*), a cronologia mais adequada para este enterramento.

Curiosamente, a moeda apresenta uma cronologia, de cunhagem, bem mais antiga comparativamente com os materiais que vimos analisando. Trata-se de um sestércio de Nero (54-68), que deverá ter sido cunhado por volta do ano de 63 ou 64, e apresenta os caracteres NERO CLAVD CAESAR AVG GER P M TR P IMP P, rodeando o busto do imperador, virado para a esquerda. No reverso, está representado o arco do triunfo em perspetiva, sobre o qual está uma quadriga vitoriosa, com uma estátua entre as colunas da esquerda, provavelmente corresponde a Marte. A datação da moeda não se coaduna, de todo, com a dos restantes materiais, ainda que deva recordar-se que aquela diz respeito à cunhagem e não à circulação. Ainda assim, questionamos se um período de amortização de cerca de cem anos, como parece ser o caso, não será excessivo, o que obriga a considerar outros fenómenos na associação de tal numisma a materiais claramente posteriores. De facto, entre os rituais romanos não deverá ser inédita a colocação de numismas que tenham como objetivo marcar uma data próxima à do nascimento, adquirindo o espólio um valor duplamente simbólico, celebrando-se o nascimento e a morte. Em todo o caso, esta hipótese é ainda impossível de confirmar, embora pareça frequente a convivência, na mesma sepultura, de artefactos temporalmente próximos do momento de enterramento e de outros consideravelmente mais antigos, sejam numismas, sejam de qualquer outra categoria, como acontece na sepultura 5 da necrópole do Casal do Rebolo (Gonçalves, 2012, p. 94 e 95).

Fig. 132 — Conjunto áureo da sepultura 6, Rua das Alcaçarias. Fotografia de T. Júdice Gamito cedida pela Universidade do Algarve.

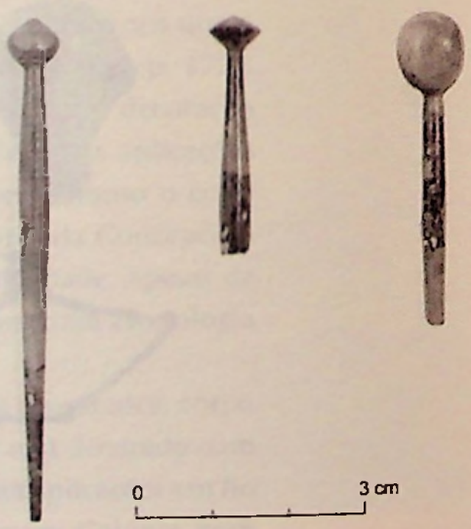


Fig. 133 — Alfinetes de cabelo da sepultura 6, Rua das Alcaçarias. Fotografia do autor.

O enterramento 6 foi aquele que permitiu a recolha de mais mobiliário funerário, totalizando 48 peças distribuíveis por artefactos de osso, de cerâmica, de vidro e de metal. Foi neste enterramento que se encontrou o sobejamente conhecido conjunto de uso pessoal de ouro da Rua das Alcaçarias (fig. 132), constituído por dois brincos e um colar (Gamito, 1992, p. 106-109). Este último, composto por uma cadeia de ouro cujos elos retêm uma pequena granada facetada, sendo a cadeia interrompida, a intervalos regulares, por uma barra alongada de fio de ouro, formando três troços de 13, de 8 e de 6 granadas (Gamito, 1992, p. 109 e 110), foi datado pela autora de final do século II e início do século seguinte. Este tipo de joalharia é bastante típico deste momento, aparecendo em frequentes enterramentos femininos em outras áreas meridionais da Península Ibérica (Casal García, 2007, p. 175). Os brincos, pela morfologia que ostentam, apresentam sempre um marco cronológico demasiadamente alargado, mas a associação ao colar permite avançar uma datação similar.

Além destes artefactos de uso pessoal, foram ainda recolhidos abundantes alfinetes de cabelo de osso (fig. 133), que se poderão incluir nos tipos II, III, V e VI da tipologia elaborada para os materiais de *Complutum* (Rascón Marqués et al., 1995, p. 328), com uma cronologia balizada entre a segunda metade do século I e o século V, proposta pelos autores. Entre estes adereços, foi reconhecida uma agulha, executada no mesmo material, que não aporta nada de novo sobre a cronologia do enterramento. Ainda sobre os adereços de uso pessoal, Teresa Júdice Gamito referiu a recolha de um artefacto de vidro que afirma tratar-se de um espelho. No entanto, o atual elevado estado de fragmentação da peça impossibilitou a confirmação de tal classificação.

As peças de cerâmica são uma lucerna e um copo. A lucerna corresponde a um exemplar da série de disco de bico redondo, disco pouco profundo, delimitado por uma moldura em relevo, orla larga e convexa, decorada com óvulos em relevo, base côncava com pequeno pé destacado, delimitado por dois sulcos, características que permitem integrá-la no tipo Dressel-Lamboglia 30B (fig. 131, n.º 6). Relembramos novamente que este tipo de lucernas deverá ter-se generalizado particularmente durante o século III e primeira metade do século IV, o que não inviabiliza, contudo, que a sua produção não se tenha iniciado ainda nos últimos anos do século II. Sobre o copo (n.º 7) nada temos a acrescentar ao que Júdice Gamito concluiu. Trata-se de uma imitação em cerâmica comum, aparentemente local, das peças de vidro da forma 32 de Isings, particularmente predominantes durante os séculos II e III, mas que, sublinhamos novamente, pode ser atestada em contextos que vão desde meados do século I ao século IV (Cruz, 2009a, II, p. 91). Refira-se ainda a recolha de uma peça idêntica, também produzida localmente, em uma sepultura da necrópole do Casal do Rebolo, em Sintra (Gonçalves, 2012, p. 116 e 117, n.º 65), que oferece a mesma datação.

Excecional é a peça «lychnológica» de bronze (fig. 131, n.º 8). Trata-se de uma lucerna de bico triangular e aleta lateral, onde se localiza o orifício de alimentação. O corpo é arredondado e a base está destacada através de um sulco. No topo, apresenta uma protuberância onde se enrola um fino arame, do mesmo material, para que possa ser pendurada por uma corrente (Gamito, 1992, est. VI e VII). Tal como a maioria dos materiais desta sepultura, a lucerna de bronze também não é comum, quer por ser completamente fechada, quer por apresentar o seu próprio elemento de suspensão. O único paralelo para esta peça, que já foi enunciado (Teichner et al., 2007, p. 173), foi encontrado na necrópole

de *Aquincum* (*apud* Iványi, 1935, p. 302, lám. 62, n.º 8), para a qual foi avançada uma cronologia do século III.

Resta referir que, conjuntamente com estes materiais, foi recolhido um conjunto de 18 pregos de ferro que, seguramente, fariam parte de um esquife, onde foi colocado o cadáver. Com efeito, as sepulturas com esta tipologia permitiam que no interior fosse acondicionado o corpo dentro de outro contentor construído por vários materiais, inclusive o chumbo, como se verificou, abundantemente, nas capitais das províncias da Lusitânia (Cano Ortiz e Acero Pérez, 2004, p. 384) e da Bética (Vaquerizo Gil, 2002a; García Matamala, Martín Urdíroz e Moreno Romero, 2005). Os esquifes mais frequentes eram, contudo, construídos em madeira. As sepulturas de secção triangular, maioritárias neste espaço intervencionado por Júdice Gamito, não deveriam permitir tal deposição, impossibilitada pelo espaço mais reduzido, quando a cobertura era posicionada diretamente sobre o cadáver. Lembramos que, também nestes casos, esta cobertura poderia estar mais elevada do que a fossa funerária, situação que já permitia a introdução de um ataúde.

Fig. 134 — Enterramento descoberto na Rua de João Lúcio (Puch e Gonçalves, 2004, p. 5, fig. 9).

A sepultura 8, apesar de ter sido profundamente afetada no decorrer da obra, permitiu a recolha de um púcaro de cerâmica que representa uma das formas mais frequentes em contextos funerários (Martins et al., 1989-1990; Martins e Delgado; 1989-1990; Nolen, 1994; Heredia Barcero, 2007; Almeida, 2009; Rolo, 2010; Gonçalves, 2012). Tem como principais características o bordo exvertido e as duas asas que arrancam a partir deste, o corpo de tendência globular com um sulco largo, a meia altura, e um fundo côncavo (fig. 131, n.º 9). Infelizmente, estas peças não são os melhores indicadores cronológicos, quando não associados a outros que permitam afinar as datações. Encontram paralelo nos púcaros de tipo 3 de Nolen (1995-1997, p. 371), do século II e a primeira metade do seguinte. No entanto, outros contextos têm evidenciado que a sua durabilidade vai além desta data, como é o caso da necrópole do Casal do Rebolo (Gonçalves, 2012, p. 107), sítio que, aliás, oferece bastantes paralelos para as peças cerâmicas destas sepulturas de Faro. Também na necrópole da Valdoca, em Aljustrel, estes púcaros estão associados a contextos do século III em diante (Alarcão e Alarcão, 1966, p. 65 e 66), assim como em São Cucufate (Pinto, 2003, p. 408). Neste último sítio arqueológico, a baliza temporal parece ser ainda mais dilatada.

Embora a arquitetura funerária identificada nas três intervenções que ocorreram na necrópole de *Ossonoba* seja a mesma, parece claro que o âmbito cronológico não o é. Desde logo é evidente que a última escavação ofereceu mais mobiliário funerário, que, além da maior quantidade, denuncia datações mais antigas para os enterramentos, sendo possível admitir uma baliza cronológica situada entre meados do século II e meados do III. Concordamos, em certa medida, com a cronologia que foi avançada por Júdice Gamito (1992, p. 118), embora a autora tenha pendido mais para a segunda metade do século II,

parecendo-nos mais adequada à realidade a primeira metade do século III. Admitimos, contudo, que a maioria dos materiais não permite assegurar uma datação muito precisa, além que devemos considerar um momento de amortização para alguns destes, especialmente os mais antigos.

Como veremos, a presença/ausência de mobiliário funerário também é um indicador cronológico por si só, podendo ser também um diferenciador social ou de género. Neste sentido seria bastante interessante verificar até que ponto os enterramentos que continham maior espólio funerário, concretamente abundantes alfinetes de cabelo, correspondiam, ou não, a enterramentos femininos e, em contrapartida, aqueles que não tinham mobiliário funerário, ou o tinham em número reduzido, corresponderiam a enterramentos masculinos. Infelizmente, não tivemos o tempo, nem os meios necessários, para anexar tais análises a este estudo. As condicionantes, portanto, são muitas. Se, por um lado, podemos considerar a presença ou ausência de materiais dentro de uma sepultura como indicador cronológico, especialmente para diferenciar enterramentos do século III e do século IV, não devemos esquecer ainda as diferenças sociais e económicas, ou mesmo a exaltação de uma nova postura perante a morte, que, apesar de tudo, coincide com a distinção entre os séculos III e IV.

Neste sentido, talvez as duas sepulturas mais emblemáticas escavadas por Abel Viana possam também ser consideradas do século III, por terem oferecido conjuntos consideravelmente atípicos, embora a arquitetura pareça ser mais tardia.

Não é fácil efetuar uma análise cruzada destas intervenções, especialmente das duas primeiras, pois a falta de informação coíbe a autenticação das considerações. Foi adiantado que este espaço corresponderia a uma pequena necrópole familiar (Gamito, 1992, p. 118), que, atendendo aos dados atuais, deve incluir-se no espaço da grande necrópole norte da cidade de *Ossonoba*. A abundante presença de materiais de uma «burguesia mercantil muito requintada e romanizada» (*ibidem*) não corrobora a existência, no local, de uma necrópole diferenciada, mas pode comprovar a existência de recintos funerários privados na necrópole pública. Não obstante, é extremamente difícil argumentar a favor de tal proposta, com um plano da necrópole tão incompleto e truncado.

3.7.2.4. Arqueologia de prevenção e minimização, intervenções de empresas

As intervenções mais recentes, do século XXI, correspondem, sobretudo, a situações de emergência ou de minimização de impactos de obras, e nem sempre acabam por ser devidamente divulgadas. Ainda assim, o avanço no sistema nacional de inventariação de sítios e a compilação de relatórios de trabalhos arqueológicos tem facilitado o acesso aos mesmos e aos respetivos processos da DGPC.

O ano de 2004 viria a ser um marco na investigação dos espaços da morte na cidade algarvia, potenciado pelas emergentes alterações urbanísticas que tiveram especial impacto no Largo de 25 de Abril. Nesse local foi efetuada a maior intervenção e aberto um grande número de sepulcros, situação que se deveu às várias intervenções arqueológicas precedentes que denunciaram outros pontos da malha urbana, por onde se estenderia a necrópole romana. A primeira intervenção teve lugar na Rua de João Lúcio, que se encontrava entre

a intervenção efetuada por Estácio da Veiga e por Júdice Gamito, e onde foram documentadas três sepulturas (Puch e Gonçalves, 2004). Infelizmente, nenhuma das inumações permitiu a recolha de qualquer mobiliário funerário (fig. 134). Ao contrário da datação que avançam as autoras do relatório de trabalhos, século II/III (Puch e Gonçalves, 2004, p. 6 e 7), a análise dos dados comparados com os que existem das restantes intervenções obrigam a adiantar a datação proposta para os séculos III ou IV.

Após o acompanhamento arqueológico efetuado entre as Ruas de João Lúcio e das Alcaçarias, teve lugar a realização de sondagens arqueológicas prévias à execução da obra do Largo de 25 de Abril, que alertou para a urgência da concretização de uma escavação em área (Pinto, 2005). Nestes trabalhos, surgiu uma sepultura de cronologia romana que pressagiava a extensão da principal necrópole ossonobense até este local.

A localização da obra, as abundantes sepulturas romanas descobertas em intervenções anteriores e os trabalhos arqueológicos de diagnóstico alertavam, portanto, para a necessidade de efetuar uma escavação em área, que colocasse a descoberto parte da extensa área cemiterial romana da cidade de *Ossonoba*, tendo sido detetadas um total de 91 sepulturas (fig. 135) (Teichner et al., 2007, p. 166). Estes contextos e o mobiliário funerário que deles se extraiu encontram-se ainda em estudo, motivo que nos coibiu a apresentar os dados referentes a esta intervenção. Aguardamos, ansiosamente, a divulgação destes resultados em um trabalho que descreva os contextos registados. Ainda assim, o estudo sintético dado à estampa em 2007 permite-nos avançar algumas considerações, tendo por objetivo a integração deste espaço na ampla necrópole norte ossonobense.

Desde logo é evidente que esta área é consideravelmente mais antiga, quando comparada com as restantes. A existência de três sepulturas de incineração é argumento irrebatível da sua maior antiguidade, ainda que se estranhe o facto de num universo de quase uma centena de enterramentos apenas estejam presentes três incinerações. Estes dados estão, apesar de tudo, em conformidade com as restantes intervenções, onde a inexistência deste rito é evidente. Apenas na exploração que Estácio da Veiga concluiu, no Largo das Mouras Velhas e em frente ao antigo teatro Lethes, é que se terão detetado sepulturas de incineração, mas é quase certo o mesmo contraste quantitativo. Creio que não é de admitir, pelo menos para as intervenções mais recentes, que as sepulturas de incineração, por vezes simples covachos contendo as cinzas, tenham sido ignoradas. No entanto, também é certo que tanto as intervenções de Abel Viana, como a de Júdice Gamito, constituíram intervenções de emergência que pretenderam minimizar a destruição entretanto ocorrida, que poderia ter destruído os supostos enterramentos de incineração.

Apesar das contingências, e obrigados a trabalhar com os dados que temos, duas hipóteses estão sobre a mesa, ambas podendo justificar esta escassez de enterramentos altoimperiais. Ou estes sepulcros se localizam em área distinta àquela que vem sendo alvo de intervenções, ou a cidade ossonobense era um dos casos em que o rito de inumação foi precoce. Esta última possibilidade parece, contudo, descartável, uma vez que o pouco que se conhece dos resultados da intervenção no Largo de 25 de Abril não permite admitir uma maior antiguidade desta zona da necrópole.

Concordamos que as três incinerações deverão ser datadas entre os meados do século I e os meados da seguinte centúria (Teichner et al., 2007, p. 169), a julgar pelos materiais, mas as inumações parecem oferecer algumas discrepâncias cronológicas, que podem ter sido potenciadas pela inclusão, no mobiliário funerário, de materiais eventualmente resultantes

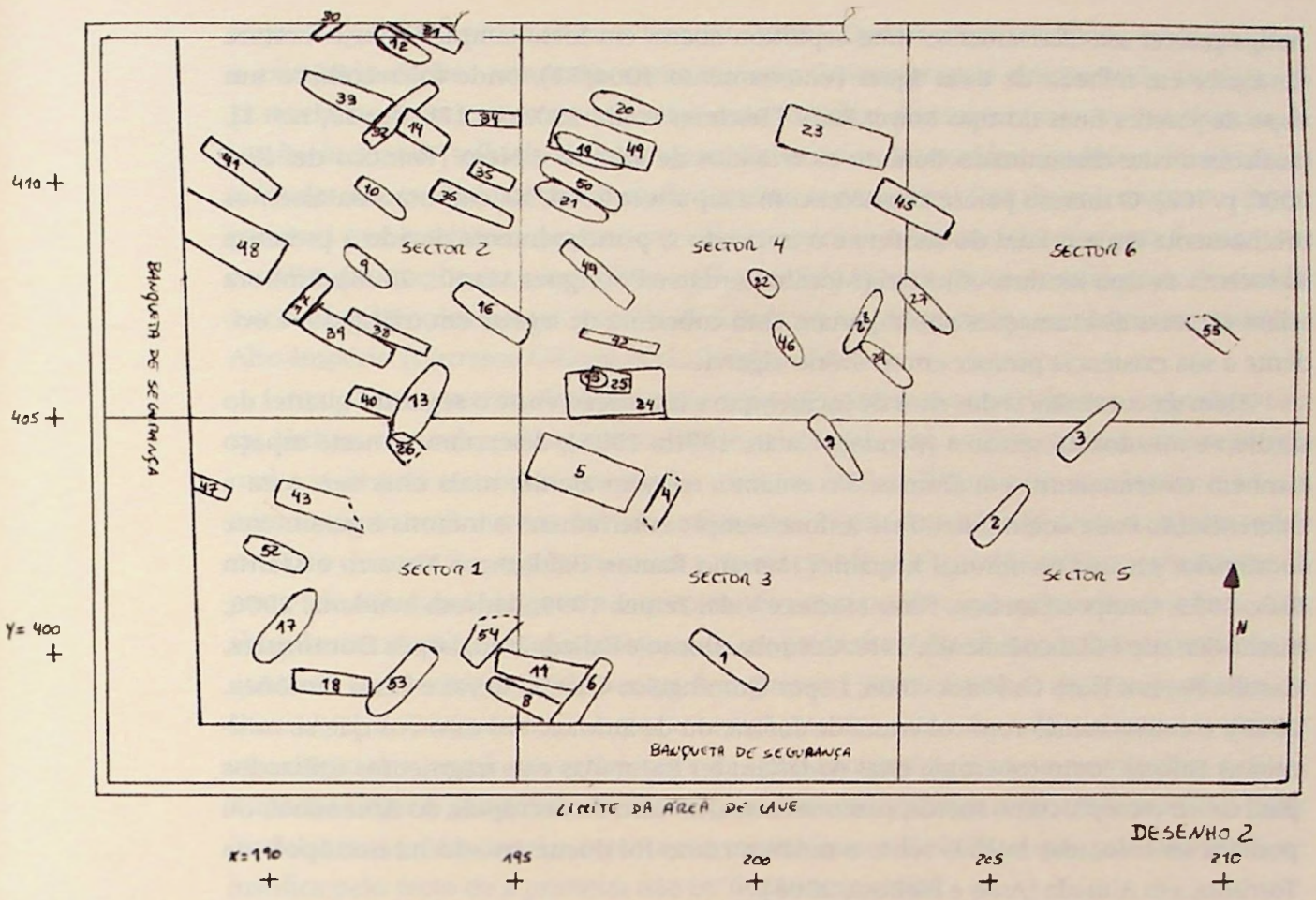


Fig. 135 — Planta geral da intervenção efetuada no Largo de 25 de Abril (Gonçalves e Puch, 2004, desenho 2).

da abertura das valas, alterando-se, assim, as datações atribuídas aos enterramentos. Os próprios autores admitem essa possibilidade para a sepultura 2004/41 (Teichner et al., 2007, p. 175), que, na verdade, não deveria conter qualquer mobiliário, ausência que obriga a avançar consideravelmente a datação para o século III ou mesmo para o IV. Esta realidade é ainda mais evidente na sepultura 2004/69 (Teichner et al., 2007, p. 175), que foi datada com base num mal conservado fragmento de lucerna do tipo Dressel-Lamboglia 11, que seguramente não faria parte do mobiliário funerário. A sua presença apenas oferece um *terminus post quem* que, ainda assim, pode estar bastante afastado do momento do enterramento. Por outro lado, não é improvável que algumas inumações tenham destruído, irreversivelmente, enterramentos de incineração, misturando materiais de duas realidades distintas e não deixando nenhum vestígio das cremações. Idêntica situação se intui para a sepultura 2004/24, que, tendo sido datada entre meados do século I e meados do século II com base num pequeníssimo fragmento de paredes finas (Teichner et al., 2007, p. 174), deverá avançar cronologicamente para o século III, ou mesmo IV.

Deve-se admitir, contudo, que a única publicação existente deste trabalho constitui uma simples síntese que seguramente será completada com uma futura publicação dos dados, com os contextos analisados mais detalhadamente e com datações mais precisas. Apesar do que foi dito e sem que pretendamos questionar a validade dos dados já publicados, o certo é que existem inumações que, de facto, confirmam datações mais antigas e que negam a conservadora divisão cronorritual entre incineração e inumação. A mais

antiga parecer ser, efetivamente, uma sepultura aberta em fossa simples com cobertura de *tegulae* em telhado de duas águas (enterramento 2004/73), onde foi recolhido um copo de paredes finas do tipo Mayet XXIV (Teichner et al., 2007, p. 171, fig. 17, n.º 1), particularmente disseminado durante os reinados de Tibério e Nero (Reinoso del Rio, 2000, p. 102). O mesmo parece acontecer com a sepultura 2004/30, embora a datássemos precisamente entre o final do século I e o início do II, principalmente devido à presença da lucerna de tipo Riotinto-Aljustrel (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008). Embora sejam escassas as inumações altoimperiais, com cobertura de *tegulae* em triângulo, é evidente a sua existência precoce em território algarvio.

Além da coexistência dos ritos de incineração e inumação entre o segundo quartel do século I e meados do século II (Bendala Galán, 1991b, 1995), detetaram-se neste espaço também enterramentos em ânforas. No entanto, convém alertar, mais uma vez, para a diferenciação entre enterramento em ânfora, sempre enterramentos infantis e geralmente localizados na área meridional hispânica (Serrano Ramos, Baldomero Navarro e Martín Ruiz, 1993; Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 1999; Barbosa e Aldana, 2006; Bueno Serrano e Blanco Jiménez, 2010; Córdoba Alonso e Belizó, 2010; López Domínguez, Castilla Reyes e Haro Ordóñez, 2006; López Domínguez, Castilla Reyes e Haro Ordóñez, 2005), e enterramento com cobertura de ânfora, ou de ânforas. No caso em que se utilizam as ânforas como cobertura, estas poderiam ser fraturadas e os fragmentos utilizados para cobrir o corpo, como sucede, como veremos, no caso da necrópole do Amendoal, ou podiam ser colocadas inteiras sobre o cadáver, como foi documentado na necrópole da Torrinha, em Almada (Assis e Barbosa, 2008).

Na área escavada no Largo de 25 de Abril, as duas situações parecem ter sido detetadas, embora haja questões por esclarecer. Foram exumadas duas ânforas que deveriam corresponder a enterramentos infantis, sepulturas 2004/61 e 2004/77, que estavam colocadas na horizontal sobre o terreno (Teichner et al., 2007, p. 175 e 176). A sepultura 2004/62, por sua vez, não corresponde a um enterramento infantil em ânfora. Trata-se de uma inumação de um adulto que, desprovido de qualquer cobertura, foi parcialmente coberto com este material. Por fim, a sepultura com o código 2004/18 não parece corresponder nem a um enterramento infantil, nem a uma inumação com cobertura de ânfora. É referido apenas que, em um dos limites da sepultura, apareceu uma ânfora (Teichner et al., 2007, p. 174).

Estas são apenas algumas das conclusões possíveis de atingir a partir da divulgação preliminar dos dados desta intervenção (*ibidem*) e da leitura de alguns dos relatórios preliminares (Gonçalves e Puch, 2004). Infelizmente, nos registos da DGPC não constava o relatório final da intervenção. Certamente que uma futura monografia sobre esta área da necrópole romana de *Ossonoba*, balizada entre o segundo quartel do século I e o século V, esclarecerá muitos dos problemas que colocámos.

A obtenção de dados sobre a necrópole norte não terminou com esta intervenção. Entre os anos de 2002 e 2005, foi efetuado um acompanhamento arqueológico na Rua de Portugal, concretamente nos n.º 33 e 35 (Serra et al., 2006), durante o qual foram detetadas cinco sepulturas parcialmente afetadas pela obra. Os trabalhos resumiram-se, sobretudo, ao registo dos enterramentos, que os autores dataram entre os séculos III e IV (*ibidem*, p. 212).

No ano de 2007, o Largo de 25 de Abril foi alvo de novos trabalhos. A movimentação de terras obrigou a um apertado acompanhamento arqueológico, realizado pelos

arqueólogos camarários (Beja e Teixeira, 2008). Os trabalhos revelaram, mais uma vez, a existência de três sepulturas romanas, que denunciaram a existência de arquiteturas já reveladas anteriormente, concretamente túmulos abertos no solo, com cobertura de *tegulae* formando telhado de duas águas. No interior de uma das sepulturas, foi recolhido o fundo de uma ânfora, cuja metade superior se encontrou fora do enterramento. Parece provável que estejamos perante um reaproveitamento desse contentor para formar uma canalização que ligava a superfície e o interior do túmulo. Estas canalizações, destinadas a conduzir libações para o interior da sepultura, são frequentes especialmente durante o Alto-Império (Carrasco Gómez et al., 2004, p. 134).

Mais recentemente, decorreu um acompanhamento arqueológico no Largo das Mouras Velhas, efetuado pela empresa ERA Arqueologia, que revelou apenas uma sepultura mal conservada composta por *tegulae* romanas. Esta sepultura vem acrescentar mais um enterramento romano aos 161 já confirmados. A grande novidade desta sepultura reside no facto de uma das *tegulae* ostentar a marca do oleiro (fig. 136). Pelas características da pasta (de tonalidade bege esbranquiçada, depurada, muito polvorosa e homogénea, com abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão, destacando-se os quartzos, as biotites e os elementos ferruginosos) parece tratar-se de uma produção do litoral bética. Contudo, as recentes investigações têm colocado cada vez mais em causa a associação das pastas das cerâmicas e das suas características tecno-petrológicas a determinadas origens geográficas. A marca presente está duplicada e separada por uma linha ondulante. As duas cartelas ostentam a mesma marca IVNIOR, o que, provavelmente, se justifica pelo facto de a primeira não ter ficado bem visível.

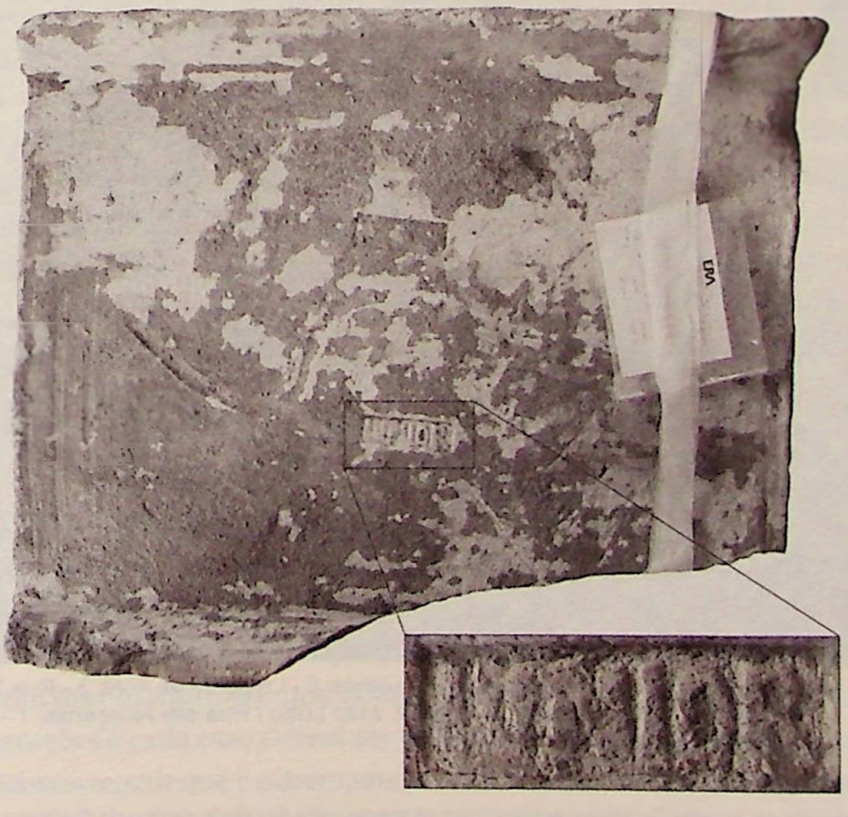


Fig. 136 — Tégula com marca proveniente de uma sepultura escavada no Largo das Mouras Velhas pela empresa ERA Arqueologia. Museu Municipal de Faro. Fotografia do autor.

Esta marca está também presente em São Bartolomeu de Castro Marim, sobre a asa de uma ânfora (Santos, 1974-1977, p. 243-260), na Quinta de Marim (Lagóstena Barrios, 2001, p. 408) e ainda na Isla de Cabrera (*ibidem*, p. 408 e 409). Não deverá ser despropositado supor que deva estar relacionada com a variante IVNIORVM, também documentada na Quinta de Marim e presente sobre as asas de ânforas de tipo Almagro 50 (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 335-347) e ainda colocada num *imbrex* recolhido nos terrenos da mesma quinta, hoje no Museu Municipal de Faro. Maria Luísa Affonso dos Santos, que publicou uma *tegula* marcada com esta fórmula, atribui a produção deste oleiro a uma *figlina* localizada em Portimões (Santos, 1974-1977). Não pretendemos discutir aqui a produção, ou não, destes materiais no Algarve, ainda que seja evidente uma concentração desta marca nesta área. Desconhecemos se outras *tegulae* desta necrópole estariam marcadas com as siglas do seu produtor.

Apesar da forte malha urbanística atual que está localizada sobre a necrópole pública da cidade romana de *Ossonoba*, o balanço do estado da arte é, apesar de tudo, positivo. O primeiro resultado desta análise obriga a questionar sobre a cronologia dos cerca de 160 enterramentos detetados até ao momento. Destes, apenas uma pequena percentagem pode enquadrar-se, indiscutivelmente, nos primeiros dois séculos após a viragem da era, sendo a esmagadora maioria datável dos séculos III e IV. À luz destes resultados, é evidente que, ou desconhecemos a área fundacional da necrópole, ou ignoramos a localização de outra, mais antiga, na qual se sepultaram as populações que aí habitaram durante o Alto-Império.

1 - Largo das Mouras velhas / Bairro Lethes; 2 - Largo 25 de Abril; 3 - Rua Dr. João Lúcio; 4 - Rua de Portugal; 5 - Rua D. João de Castro; 6 - Rua Dr. João Lúcio / Rua das Alcaçarias; 7 - Rua das Alcaçarias; 8 - Rua João de Deus.

Fig. 137 — Localização dos achados funerários pertencentes à necrópole norte da cidade romana de *Ossonoba*. Excerto da carta cadastral do Distrito de Faro, concelho de Faro, freguesia da Sé, secção I (alterada). Disponível em http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica__cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/

A maioria das intervenções ofereceu dados que remetem para sepultamentos efetuados ao longo dos séculos III e IV, diferenciáveis, não só, mas também, pela presença ou ausência de abundante mobiliário fúnebre. A exceção é a intervenção do Largo de 25 de Abril e do Bairro do Colégio, onde se registaram algumas, poucas, incinerações. De facto, a área entre estes dois espaços é aquela que permanece por explorar e onde se poderá localizar o epicentro da necrópole pública (fig. 137). Sublinhamos novamente que, com a expansão da cidade romana, a necrópole alto-imperial pode ter sido absorvida pelas edificações tardias, principalmente se tivermos em consideração as limitadas direções de ampliação da cidade.

Com isto não pretendemos contrariar as hipóteses formuladas, que sugerem a passagem de uma via mais a sudeste, pela Rua do Dr. João Lúcio (Bernardes, 2005b, p. 30), justificando, assim, a localização dos espólios mais ricos achados nas sepulturas da Rua de João de Castro e Alcaçarias. Apesar de ser inquestionável que um dos caminhos de acesso à cidade se localizava nesta zona, não é ainda possível propor algum ponto de passagem preciso. Tendo em consideração o facto de estarmos a tratar a principal necrópole pública de uma das mais importantes cidades romanas no extremo sul da província da Lusitânia, parece evidente que deveriam existir mausoléus, ou pelo menos recintos funerários dos habitantes socialmente mais importantes, que serão indício inequívoco da passagem do caminho romano, e onde se deverão concentrar, muito especialmente, os enterramentos de incineração, como acontece por exemplo na cidade de Lisboa (Vieira, 2011; Silva, 2005, 2009, 2012; Mantas, 2012) ou em Braga (Delgado, Lemos e Martins, 1987; Martins et al., 2010; Fontes, Martins e Andrade, 2010; Braga, 2010). Infelizmente, até ao momento não foram ainda descobertos quaisquer vestígios de monumentos funerários de carácter monumental que denunciem pontos de passagem da via romana. Cremos que o único indício inequívoco desta situação reside na descoberta do conjunto «lychnológico» da Horta do Pinto (Pereira, 2012b), que se deverá ter efetuado entre a Rua de São Luís e o Mercado Municipal, em direção à recentemente localizada necrópole da Horta de São Cristóvão (Amendoal). A orientação das sepulturas das diferentes intervenções também não permite admitir quaisquer argumentos que esclareçam a localização de uma das principais vias de acesso à cidade romana ossonobense.

É certo que, apesar de tudo, há uma área onde parecem concentrar-se particularmente sepulturas com materiais mais ricos, depositados junto dos respetivos corpos, localizada entre as Ruas de João de Castro e das Alcaçarias. No entanto, alertamos novamente para o facto de esta situação poder ser não só um diferenciador social e económico, mas também um diferenciador cronológico. De facto, a quantidade e qualidade do mobiliário funerário diminuiu, consideravelmente, a partir de final do século III, desaparecendo quase por completo durante o século IV e parte do século V, voltando, após este momento, mas de forma tímida, e restringindo-se, na maioria dos casos, a objetos de uso pessoal e a jarros colocados ao lado da cabeça. Os ricos espólios, característicos das necrópoles urbanas até ao século III, não mais voltariam a depositar-se nos túmulos. Ainda assim, esta opulência não é um princípio inequívoco, que deva ser aplicado a todas as realidades, sendo frequentes as exceções e cada caso deverá ser analisado, primeiro, individualmente.

Não é demais repetir que é extremamente difícil tecer comentários seguros sobre uma necrópole monumental, como parece ter sido a necrópole norte de *Ossonoba*. Para que se tenha uma noção, mais ou menos aproximada, da extensão deste espaço funerário, pelo

menos no que é conhecido até ao momento, de sudeste a noroeste a equidistância entre as intervenções mais afastadas é de mais de 250 metros, e de sudoeste para nordeste de mais de 200 metros. Um cálculo aproximado da área denuncia que esta necrópole pode ter alcançado os quatro hectares, ficando evidenciado o pouco que dela conhecemos, restringindo-se os dados à arquitetura subterrea. Dos níveis de utilização nada se sabe.

3.7.3. Horta dos Fumeiros/Largo de São Sebastião

Sobre este espaço funerário as informações são muito limitadas e não permitem chegar a grandes conclusões acerca do seu enquadramento no complexo mundo da morte ossonobense. Já foi avançado que se deverá tratar de uma necrópole tardia (Rosa, 1984, p. 151 e 152) e sobre a sua extensão e localização também foram já aventuradas algumas conclusões pertinentes (Bernardes, 2005b, p. 26-28), destacando-se a sua proximidade a uma das vias de acesso ao núcleo muralhado da cidade (fig. 138). Infelizmente, não podemos aportar nada de novo sobre este espaço da morte, reiterando-se aqui o que já foi adiantado por outros investigadores.

Não é fácil compreender se a necrópole da Horta dos Fumeiros (CNS 4093) correspondia a uma das necrópoles urbanas ossonobenses, ou se equiparia alguma das muitas *villae* romanas que se disseminavam nos limites imediatos da urbe. Contudo, tendo em consideração a expansão da cidade (Bernardes, 2005a; Viegas, 2011) e a proximidade a esta, é possível admitir que algum espaço funerário tenha sido acrescentado à cidade em área mais afastada à malha urbana alto-imperial. Por outro lado, a preexistência de uma necrópole a nordeste, de dimensão considerável e cronologia tardia, impedia que a cidade crescesse nesse sentido. Infelizmente, não há dados que permitam atribuir uma cronologia às sepulturas da Horta dos Fumeiros, confirmando, ou não, a sua posterioridade face aos mais tardios enterramentos da necrópole do Bairro do Colégio. Certo é, ainda assim, que este espaço está tão próximo da urbe como a necrópole norte.

3.7.4. Horta de São Cristóvão

A recente descoberta de uma necrópole romana na área do Amendoal, em Faro, veio permitir colocar algumas questões sobre a rede de povoamento da área suburbana oriental da cidade de *Ossonoba*.

Antes de passarmos à análise dos enterramentos, parece pertinente fazer aqui uma breve síntese dos trabalhos realizados na área, levantando algumas questões que parecem adequadas sobre as redes de povoamento e viária na região.

Antes da sua descoberta, Estácio da Veiga havia já localizado, identificado e explorado um sítio arqueológico na área do Amendoal que classificou como *villa*. Mais afirmou que «Este sitio, mui próximo da obstruida foz do antigo Rio Secco, onde explorei parcialmente uma opulenta villa ou granja romana, cujos edifícios tinham excellentes pavimentos de mosaico...» (Veiga, 1887, p. 389 e 390). Mais tarde, Fernandes Mascarenhas teceu algumas

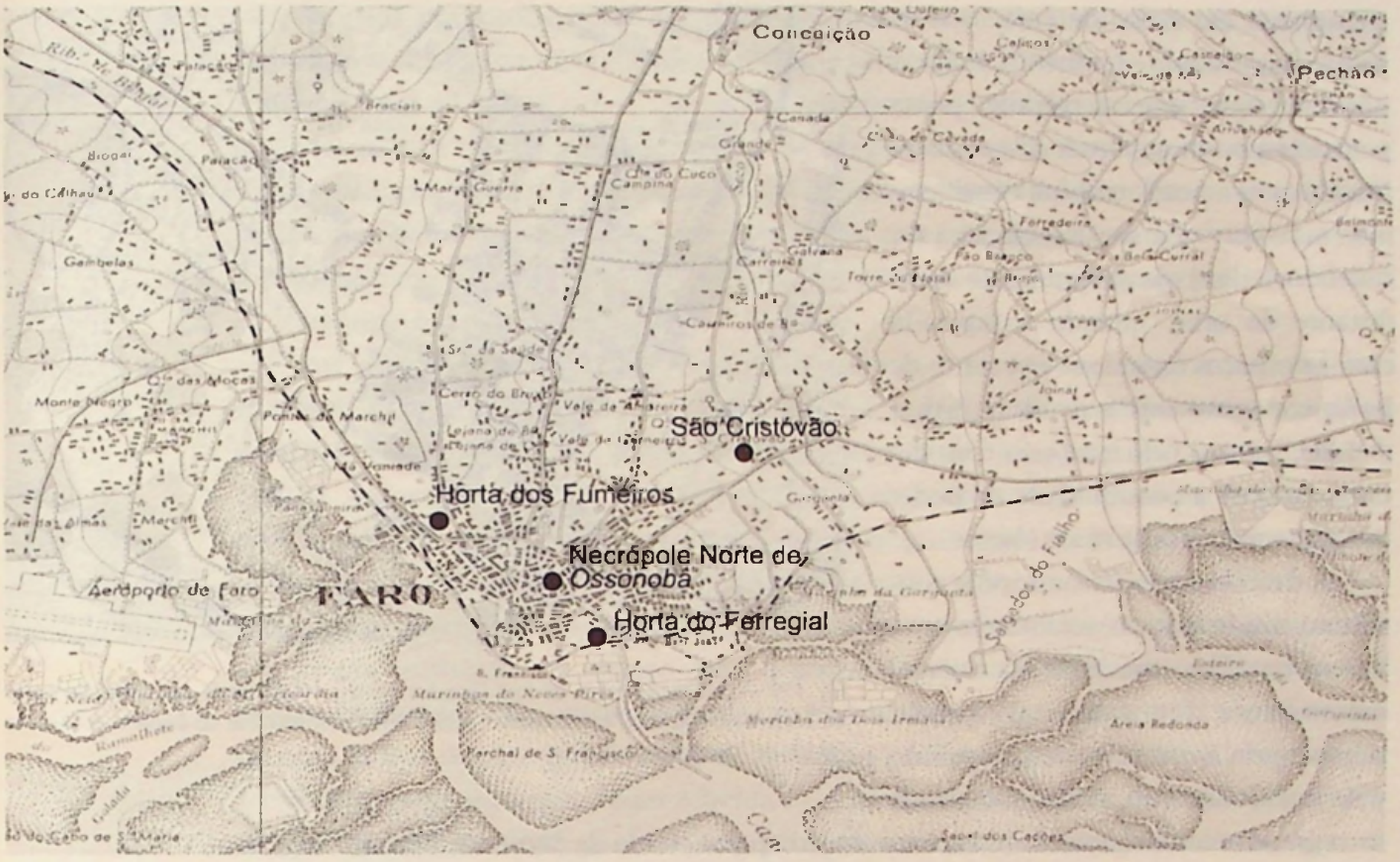


Fig. 138 — Área urbana e periurbana de Faro com localização dos espaços funerários. Cartografia do autor.

considerações sobre a rede viária (1967, p. 23-25) na área e Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos apenas reiterou aquilo que foi dito pelo seu bisavô, avançando, contudo, com uma cronologia para a *villa* romana, que localizou nos séculos III e IV (Santos, 1972, p. 173-176).

Por mais aliciante que seja tal proposta, não há argumentos suficientes que permitam associar a necrópole recentemente descoberta, intervenção na qual pude participar, com a *villa* romana escavada pelo pioneiro algarvio. No entanto, é possível esboçar alguns argumentos que parecem favorecer esta associação, apoiando-nos, simultaneamente, em outros sítios, dos quais conhecemos, relativamente bem, a evolução dos espaços da morte, concretamente a *villa* romana de Milreu.

Desconhece-se a exata localização da área explorada por Estácio da Veiga. No entanto, um mapa de José Gualdim Ferreira (1832) colocou o microtopónimo entre o Rio Seco e a Ribeira das Lavadeiras (fig. 139), do lado direito do caminho de acesso às «terras do Amendoal», caminho que ainda hoje existe. Estas informações são, portanto, coincidentes com a proposta avançada no relatório da revisão do PDM do concelho de Faro (Bernardes, 2008b), que localizou a intervenção de Estácio da Veiga a sul da EN125 e na tradicional área do Amendoal. A proximidade de ambos os espaços parece confirmar que as populações sepultadas junto à atual pista de atletismo deverão estar, de alguma forma, relacionadas com as estruturas habitacionais encontradas nas terras do Amendoal. Não temos dados suficientes, contudo, para supor que este espaço cemiterial foi exclusivo da *villa* romana do Amendoal, como acontece na *villa* de Milreu, ou se estava destinado a várias aglomerações fixadas na envolvente oriental de *Ossonoba*. De facto, a grande proliferação de *villae* romanas

suburbanas em redor de Faro, que se vem comprovando, também obriga a ponderar que esta necrópole possa pertencer a outra qualquer *villa* romana situada mais a norte, embora consideremos mais correta a sua associação à do Amendoal. Está geograficamente mais distante da urbe, quando comparada com os espaços funerários em torno de *Balsa*, concretamente o Arroio e Pedras d'el Rei, motivo pelo qual não consideramos sequer a possibilidade de poder estar associada à urbe ossonobense.

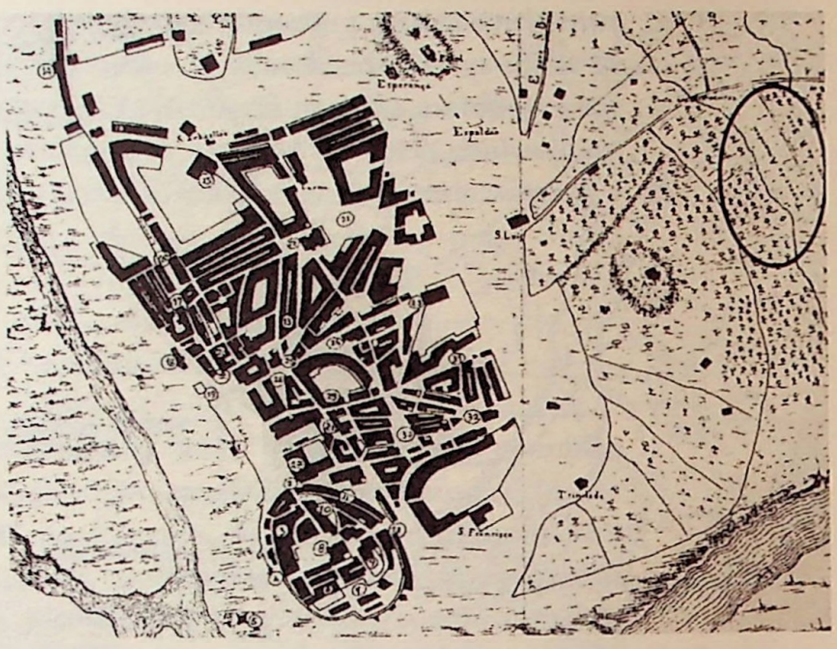


Fig. 139 — Excerto do mapa de José Gualdim Ferreira (1832) onde são visíveis as terras do Amendoal. Publicado em *Memórias para a história eclesiástica do bispado do Algarve* (1848), de João Baptista da Silva Lopes.

A descoberta desta necrópole contribuiu ainda para o estabelecimento de um traçado provável da via oriental ossonobense que, saindo da cidade, passava pela necrópole norte, seguindo pela Rua de São Luís, onde foi detetada uma grande concentração de lucernas, avançaria pela estrada de São Luís, fletindo ligeiramente, para passar pela necrópole da *villa* do Amendoal. Este traçado pode ser confirmado pelo já citado mapa de José Gualdim Ferreira, que mostra o antigo traçado do caminho, e que é, mais ou menos, coincidente com a atual estrada nacional. Aliás, a representação de edifícios antigos que ainda se conservam no local, entre os quais a ermida de São Cristóvão e outros que ladeiam o caminho, apoiam este traçado.

Ossonoba era, sem dúvida alguma, o centro político-administrativo da atual região algarvia. A capitalidade da cidade de Faro espelha-se na proliferação de *villae* suburbanas que se instalaram em terrenos férteis para exploração (Gamito, 1983, 1997; Bernardes, 2005a), quer nas imediações, como é o caso das *villae* do Amendoal e de Vale Carneiros, quer em áreas mais afastadas, onde se construíram *villae* mais abastadas e de características áulicas. É o caso da sobejamente conhecida *villa* romana de Milreu (Estoi), da *villa* do Cerro da Vila (Vilamoura), da Quinta de Marim (Olhão) ou ainda de Loulé Velho.

É precisamente por este motivo que em redor da atual cidade de Faro se gerou a implantação de abundantes propriedades agrícolas que prosperavam graças à proximidade de um importante centro de consumo, que garantia a continuidade e subsistência desses aglomerados, hoje absorvidos pelo avanço da malha urbana contemporânea, e, até há bem pouco tempo, conhecidos como «hortas» de Faro. Embora tenhamos assistido, nas últimas décadas, a um importante desenvolvimento no estado do conhecimento sobre a rede de povoamento algarvia na Antiguidade, cremos que este é ainda muito lacunar. Mais o é, no entanto, para o caso de Balsa, onde é extremamente difícil fazer uma distinção clara entre necrópoles urbanas e suburbanas.

A descoberta desta necrópole vem contribuir, assim, para o aumento dos dados sobre a rede de povoamento na periferia imediata da cidade ossonobense, de características eminentemente agrícolas e/ou industriais, como é o caso de São João da Venda, estando as grandes *villae* senhoriais consideravelmente mais afastadas do núcleo urbano.

Os ritos praticados nesta necrópole, exclusivamente de inumação, são um indício importantíssimo para uma datação prévia de início de utilização do espaço, que deverá rondar o final do século II d. C. *Grosso modo*, podemos considerar que os ritos de incineração e inumação convivem, pelo menos, até esse momento. A tipologia das sepulturas, o espólio associado e a própria organização do espaço cemiterial corroboram esta datação preliminar. Não obstante, é possível argumentar que este espaço terá tido outra qualquer funcionalidade antes de receber os primeiros cadáveres, sobre a qual não podemos deixar de tecer algumas considerações.

Por toda a área, mas com especial incidência na parte sul, surgiram abundantes materiais de cronologia anterior àquela que foi avançada, nomeadamente *terra sigillata* sudgálica (Drag. 24/25, 27, 35/36, 37) (fig. 140, n.º 1 e 2) e clara A (n.º 3 e 4) (Hayes 8, 14/17), ânforas Haltern 70 (n.º 5) e ainda lucernas. Estes materiais, além de não serem coevos dos que estão associados aos sepulcros, surgiam bastante fragmentados e, alguns, encontraram-se nas camadas de enchimento da maior parte das sepulturas.

Outros materiais, mais antigos, foram também recolhidos na área e permitem recuar a primeira utilização do espaço para o período romano-republicano. Efetivamente, é possível defender uma ocupação desde um momento anterior à viragem da era. A recolha de uma ânfora de tipo greco-itálico de produção gadirita (fig. 140, n.º 6) (García Vargas, 1996, 2009; García Vargas, Ferrer Albelda e García Fernández, 2008), de um *Kalathos* ibérico (n.º 7) e ainda de um pequeno fragmento de uma cerâmica campaniense A são prova irrefutável da presença romana desde momento antigo.

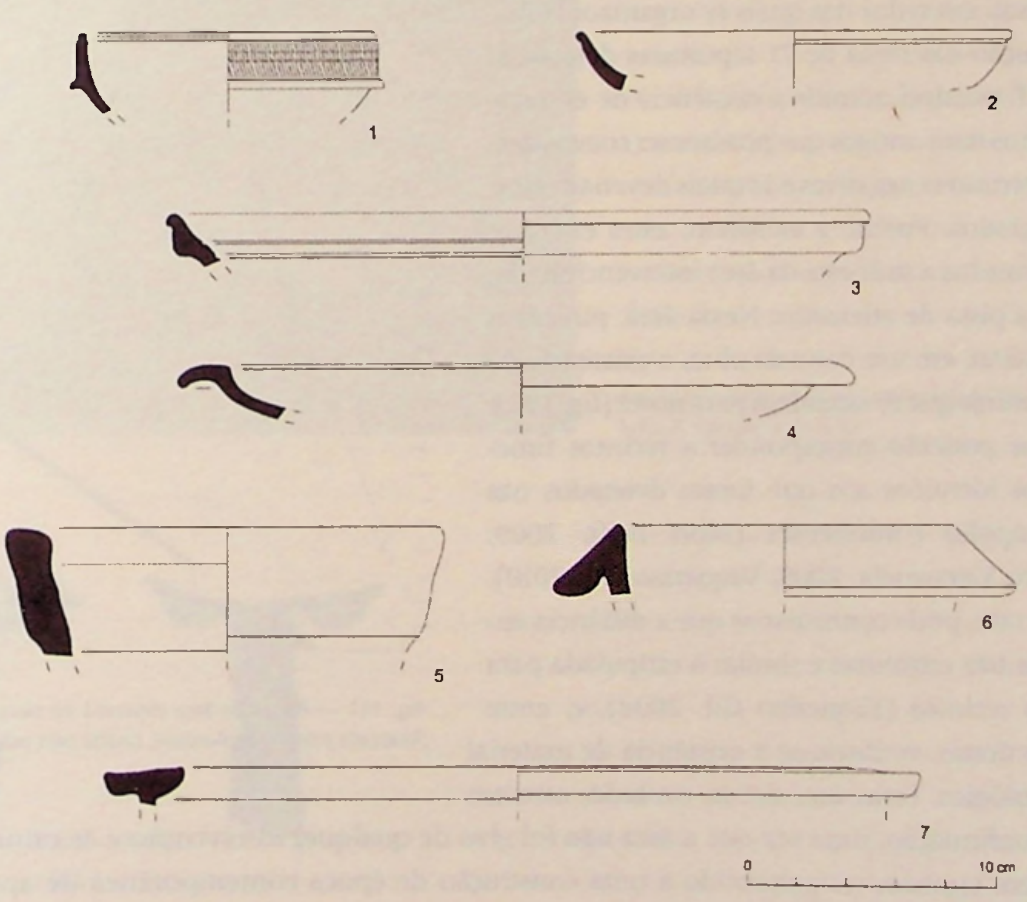


Fig. 140 — Materiais recolhidos na intervenção de São Cristóvão que comprovam a frequentação da área antes de ser utilizada como espaço funerário. Desenho do autor.

3.7.4.1. Faseamento

Estes achados permitem comprovar a presença romana na área desde um momento centrado, pelo menos, na viragem do século II para o século I a. C., embora não permitam determinar o tipo de ocupação. De qualquer forma, a abundância de materiais datados dos séculos I e II indiciam que foi a partir do século I que este espaço parece ter sido utilizado com maior vigor. Somente a partir de momento indeterminado, centrado no último quartel do século II d. C. e primeiro do seguinte, este espaço começou a funcionar como área cemiterial, realidade que, no entanto, foi precedida pela construção de uma vala/fosso cuja funcionalidade desconhecemos (fig. 141), mas que pudemos datar de um momento indeterminado localizado entre o final do século I e o início do seguinte. De facto, foram recolhidos abundantes materiais datáveis do Alto-Império, estando alguns deles colocados em estruturas negativas, valas/fossos e fossas, em redor das quais se organizou a distribuição das cerca de 71 sepulturas detetadas.

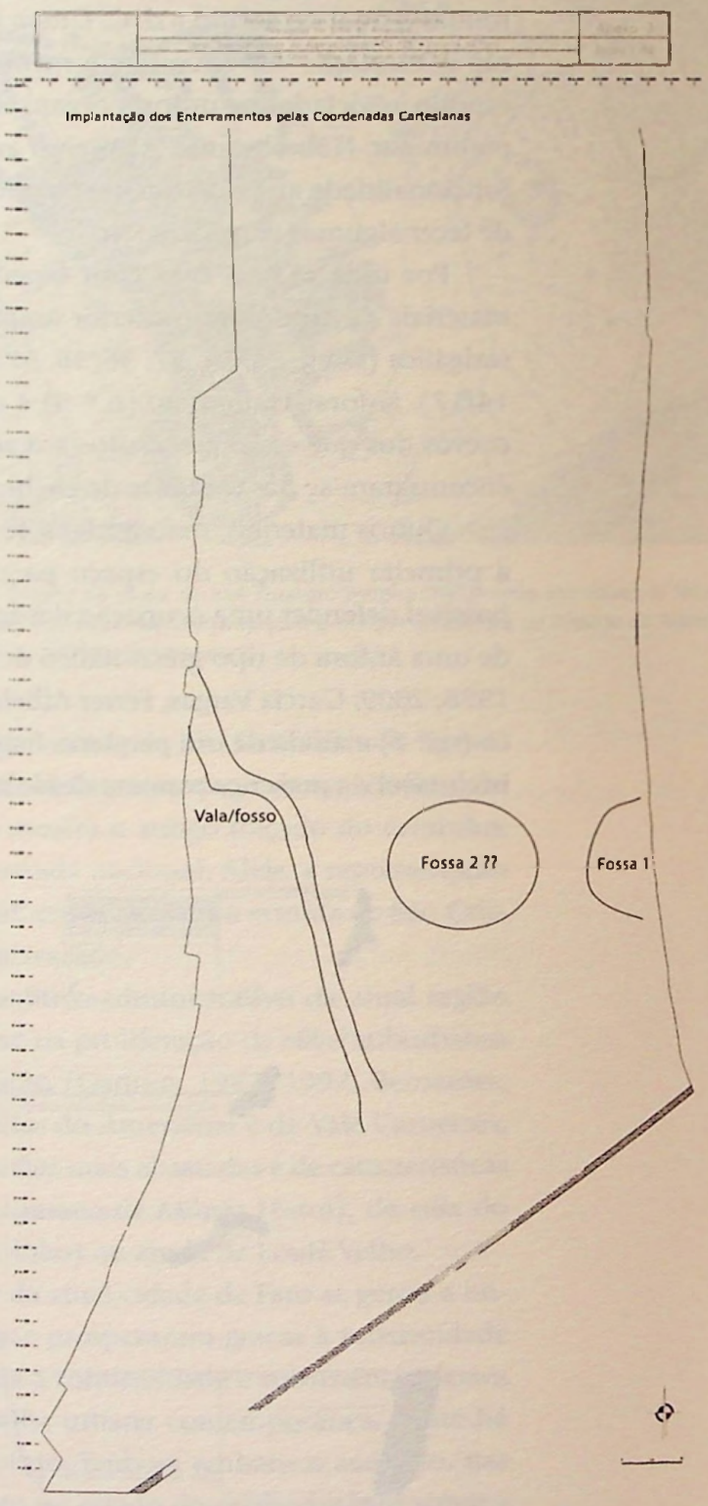


Fig. 141 — Planta da área escavada na necrópole de São Cristóvão, Fase 1. Realizada por Miguel Barbosa, cedida pela empresa Archeocelis (alterada).

É possível admitir a existência de enterramentos mais antigos que possam ser coevos destas estruturas negativas e às quais deveriam estar associados. Porém, a existirem, estes estariam localizados a sudoeste da área intervencionada, sob a pista de atletismo. Nessa área, pudemos constatar, em um corte da obra, a existência de estruturas que se estendem para norte (fig. 142), e que poderão corresponder a recintos funerários idênticos aos que foram detetados nas necrópoles cordubenses (Alors Reifs, 2009; Penco Valenzuela, 2009; Vaquerizo Gil, 2010). No corte, pôde confirmar-se que a distância entre as três estruturas é similar à estipulada para estes recintos (Vaquerizo Gil, 2008), e, entre duas destas, verificou-se a existência de material osteológico. Estas suposições, contudo, carecem de confirmação, uma vez que a área não foi alvo de qualquer intervenção e as estruturas podem também ter pertencido a uma construção de época contemporânea de apoio a trabalhos agrícolas, situação que, aliás, se verificou em outras áreas da necrópole, e que afetou, consideravelmente, os vestígios funerários.

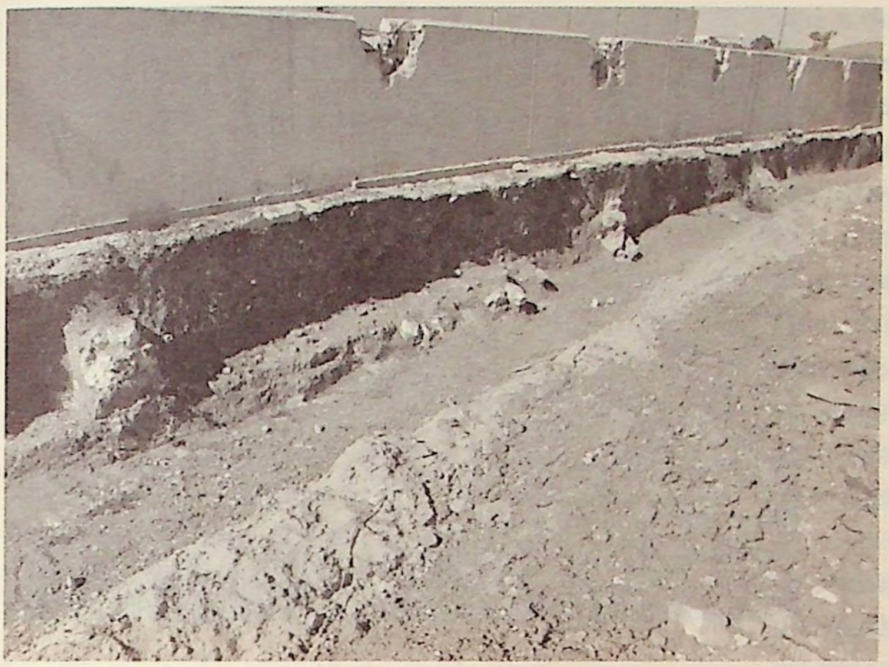


Fig. 142 — Estruturas que se estendem para noroeste, sob a pista de atletismo. Fotografia do autor.

Fig. 143 — Fotografia onde são visíveis os limites da fossa 2. Fotografia do autor.

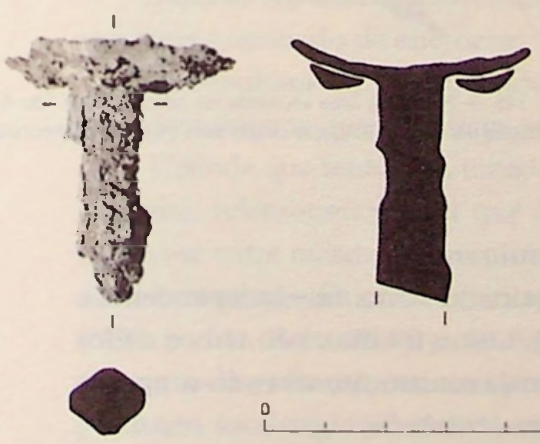


Fig. 144 — Candelabro de ferro recolhido nos níveis de enchimento da fossa 1. Fotografia e desenho do autor.

Assim, estes espaços a sudoeste, sob a área da pista de atletismo, poderão corresponder aos mais antigos enterramentos, coevos dos materiais exumados nas valas, concretamente cerâmicas de paredes finas das formas Mayet XXXVIII A e B, ânforas Dressel 20 e 7/11, Haltern 70, abundante cerâmica comum e uma conta de vidro, oculada, de tonalidade azul opaco. No entanto, e mais uma vez, devemos sublinhar que é uma suposição que carece de comprovação, pois nenhum dos enterramentos investigados oferece uma cronologia anterior ao final do século II.

A fossa escavada a este (fossa 1) parece ter sido colmatada durante a utilização da necrópole. Ao contrário da vala/fosso, que permitiu a recolha de materiais que foram descartados num momento concreto, a fossa de grandes dimensões ofereceu materiais coevos aos da vala/fosso nos níveis de base, enquanto os níveis superiores entregaram materiais bem mais tardios, concretamente fragmentos de *terra sigillata* clara D (Hayes 61), ânforas lusitanas Almagro 51 a/b e 51c, apontando para uma cronologia centrada nos séculos IV e V para o final da sua utilização (Alarcão e Mayet, 1990). Outra fossa (fossa 2, fig. 143) foi detetada sem que, contudo, se tenha podido escavar.

Atendendo à abundância de materiais recolhidos no interior daquela estrutura e à sua amplitude cronológica, é possível admitir que tenha funcionado como lixeira da necrópole, onde foram despejados, inclusive, restos de construções, provavelmente funerárias, e ainda materiais que claramente se podem relacionar com os ritos da morte, como é o caso do candelabro de ferro (fig. 144), embora conheçamos casos de recolhas em outros contextos (García Merino, 1990). Um dos níveis de enchimento era composto por abundantes restos de argamassa de paredes, que formavam uma superfície inclinada desde o topo da estrutura.

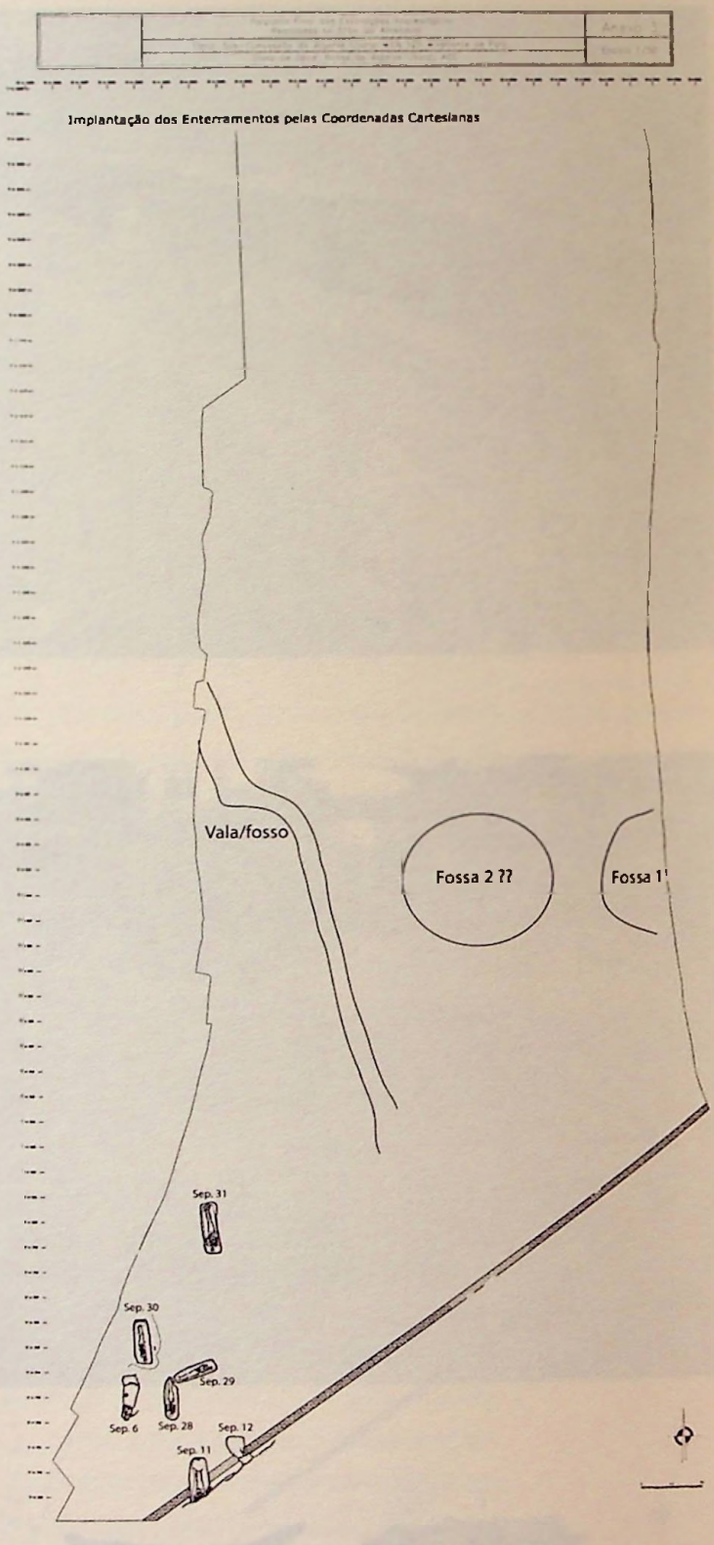


Fig. 145 — Planta da área escavada na necrópole de São Cristóvão, fase 2. Realizada por Miguel Barbosa, cedida pela empresa Archeocelis (alterada).

A construção das estruturas negativas constitui, portanto, uma fase independente e anterior aos primeiros enterramentos (fase I, fig. 141). Como foi dito, não temos dados suficientes que permitam determinar qual foi o objetivo da construção, sabendo-se apenas que os sepultamentos foram efetuados respeitando a sua existência.

Fig. 146 — Sepultura 11, associação de materiais colocados aos pés, entre eles uma concha de vieira com um numisma dentro. Fotografia de Miguel Barbosa.

Por outro lado, deve também reconhecer-se que, em determinado momento, as sepulturas parecem reorganizar-se em função da sua presença. Por isso mesmo, consideramos que são estruturas que, desde o início, estiveram relacionadas com a área cemiterial.

Embora não conheçamos a total extensão da necrópole encontrada na Horta de São Cristóvão, é evidente que os enterramentos mais antigos se localizam a sudoeste da área intervencionada (fig. 145), estendendo-se, possivelmente, sob a atual pista de atletismo da cidade de Faro. Aí foram escavadas um total de sete sepulturas (sepulturas 6, 11, 12, 28, 29, 30 e 31) que ofereceram a datação mais antiga de utilização da necrópole, e que permitiram a recolha dos mais ricos mobiliários fúnebres. De facto, todas continham espólio, ainda que este fosse mais abundante em umas que em outras. Os materiais das sepulturas mais pobres são, infelizmente, de ampla cronologia ou de classificação impossível. É o caso da sepultura 6, que apenas permitiu a recolha de uma moeda ilegível, ou da sepultura 28, onde se recuperou um único artefacto, um anel, que oferece uma datação extremamente dilatada.

Em contrapartida, os restantes enterramentos permitiram a recolha de espólio que possibilitou o estabelecimento de balizas temporais para afinar o momento em que deverão ter sido realizadas as exéquias. Refira-se desde já, contudo, a modéstia dos espólios, o que constitui um forte obstáculo à obtenção de cronologias finas, na medida em que a maioria apresenta morfologias de cronologia extensa. As sepulturas que parecem integrar-se nesta segunda fase apresentam uma arquitetura subterrea que se integra nas fossas simples sem cobertura ou nas fossas simples com cobertura de *tegulae*, ambas do tipo 2 de Sánchez Ramos (2005), que começaram a ser particularmente utilizadas a partir de meados do século II (Sáncez Ramos, 2005, 2006; Moreno Romero, 2006). Duas delas, a 30 e a 31, estão cobertas por uma camada de pedras e argamassa, independentemente de estarem também seladas com *tegulae*.

Todas as sepulturas apresentam uma orientação sul/norte, com a exceção da 29, que tem uma orientação de este/oeste.

Na sepultura 11, foi recolhido um púcaro de cerâmica comum com características tecnopetrológicas que permitem supor a sua produção na área litoral da Bética (fig. 147, n.º 1). Ainda que tenhamos tratado repetidamente estes utensílios em outras necrópoles algarvias, relembramos aqui que o momento de maior difusão destes artefactos pode balizar-se entre meados do século II e início do IV, estando abundantemente documentados em contextos funerários (Nolen e Dias, 1981, p. 90 e 91; Nolen, 1985, p. 72; Raposo, 1990, p. 141; Rolo, 2010, p. 74-80; Gonçalves, 2012, p. 80 e 81). Também incluível na categoria da cerâmica comum, proveniente do mesmo contexto, é o potinho/copo de produção local/regional (n.º 2), que está perfeitamente documentado desde momento

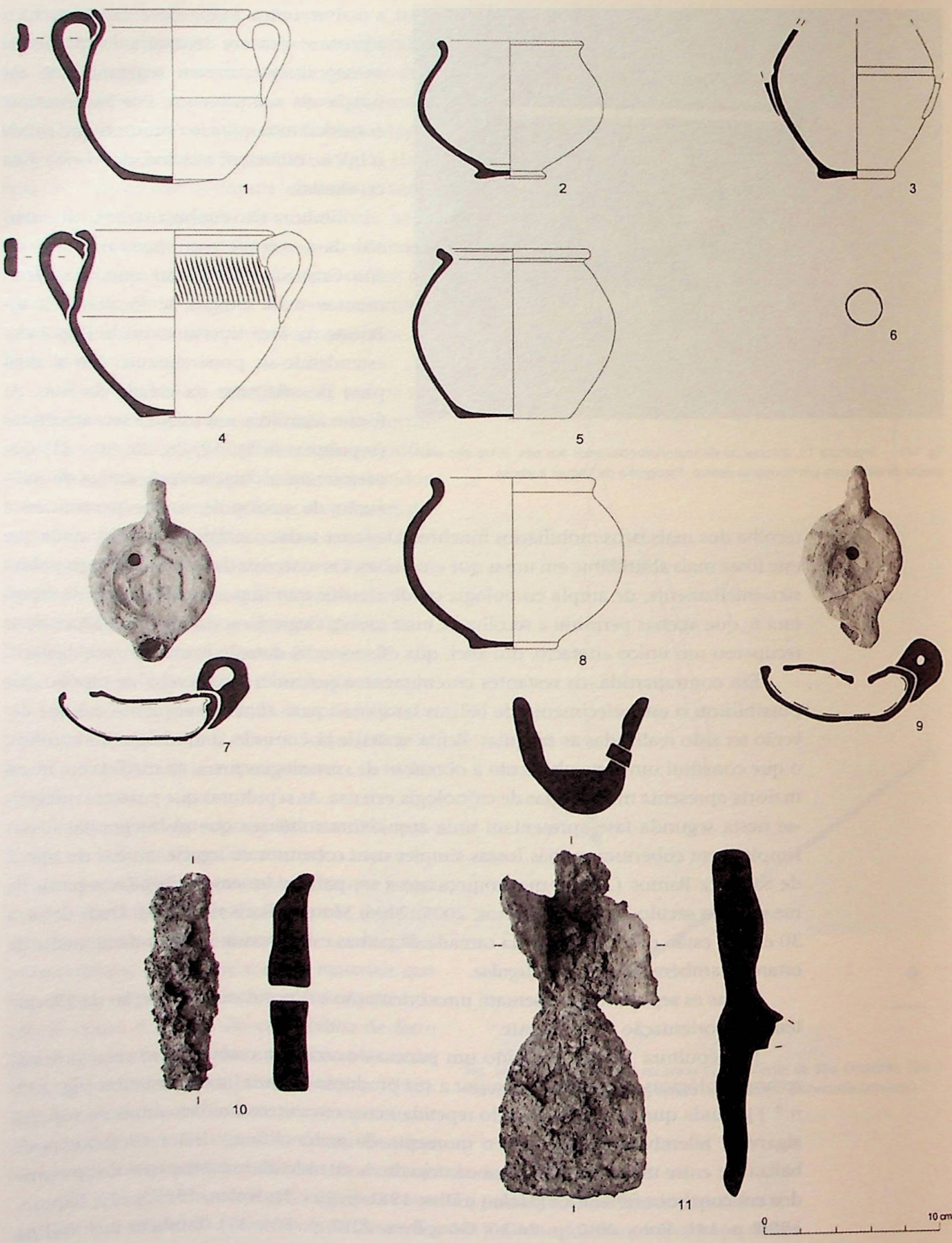


Fig. 147 — Materiais recolhidos nas sepulturas da fase 2 da necrópole de São Cristóvão. Desenho e fotografia do autor.

precoce do Alto-Império. Esta forma está bem atestada no sítio do Monte Molião, onde foi amplamente produzida (Arruda, Viegas e Bargão, 2010), em *Balsa* (Nolen, 1994, est. 29) e ainda em São Cucufate (Pinto, 2003, p. 297 e s.), o que corrobora uma datação alto-imperial. Completa o conjunto uma moeda que, infelizmente, não permite qualquer leitura. Apenas é distinguível um busto, virado para a direita, que porta a coroa raiada, representação que começou a ser utilizada no início do século III. Estava colocada dentro de uma concha de vieira instalada junto aos pés do esqueleto (fig. 146), juntamente com os restantes materiais. Tendo em consideração a datação que os materiais possibilitaram, parece admissível uma cronologia centrada na primeira metade do século III.

As sepulturas 12 e 29 (fig. 147, n.º 3 e 4) apenas permitiram a recolha de um púcaro em cada, com uma cronologia do século II ou III. No caso do primeiro enterramento, a peça, além de apresentar um estado de conservação mais deficitário, foi exumada acima da cota de colocação do cadáver. Não obstante, é admissível uma datação similar à da sepultura 11. O enterramento 29 contribuiu ainda com um numisma que não permitiu leitura.

As sepulturas 30 e 31 foram aquelas que ofereceram a maior quantidade de mobiliário funerário. Na primeira, identificámos um conjunto constituído por um potinho/copo (fig. 147, n.º 5), uma lucerna (n.º 7), um anel (n.º 6), um alfinete de osso e uma moeda de bronze. Destes, o copo e a lucerna, ambos de produção local/regional, fornecem o intervalo cronológico mais curto. Os restantes artefactos foram documentados em contextos que abarcam os séculos I-IV. A lucerna é integrável na forma VIIIC de Deneauve, de bico redondo e plano, orla larga decorada com, intuímos, cachos de uva e, no disco, a representação de Baco, vestido com toga, que lhe pende pelos braços. Alguns exemplares representam uma pantera em frente da divindade, mas, neste caso, a pouca qualidade não permite confirmar a presença do animal. Tal como o exemplar da necrópole do Guelhim, é possível defender uma datação centrada entre o último quartel do século II e toda a centúria seguinte (Bonifay, 2004, p. 329-331), cronologia que concorda com a cronologia que foi obtida para restantes sepulturas desta fase.

A sepultura 31 é uma das mais características da necrópole (quadro 2), desde logo pela dupla cobertura de *tegulae* e de pedras argamassadas, mas também porque os materiais que ofereceu permitiram conhecer a profissão do inumado. Além dos materiais colocados com o cadáver, o típico conjunto lucerna, púcaro ou pote e moeda, foram colocados também instrumentos de ferro que se podem relacionar com o trabalho da madeira. Assim, o mobiliário funerário totaliza seis peças, um pote de cerâmica comum com características tecnopetrológicas que permite defender a sua produção nos fornos do Monte Molião (fig. 147, n.º 8), uma lucerna de tipo Riotinto-Aljustrel (n.º 9), um numisma de bronze ilegível, que havia sido colocado na mão do inumado, uma enxó de ferro (n.º 11), um martelo de orelhas (n.º 10) e fragmentos de uma lâmina de serrote de arco (fig. 148).

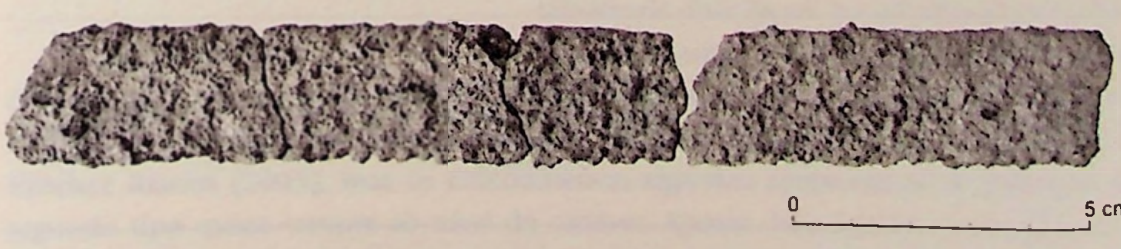


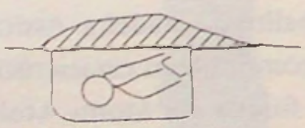
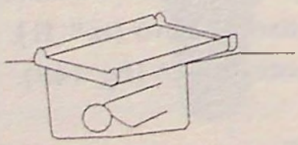
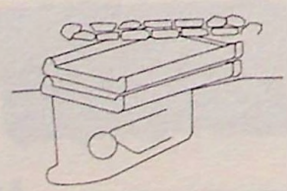
Fig. 148 — Lâmina de serrote de ferro recuperada no interior da sepultura 31 da necrópole de São Cristóvão. Fotografia do autor.

Estes materiais pertenceram claramente a um indivíduo do sexo masculino que se terá dedicado à carpintaria. A enxó servia para desbastar a madeira e foi já recolhida em outras sepulturas da necrópole do Padrãozinho, concretamente nas sepulturas 1 e 106 (Ponte, 1986, p. 102 e 103), onde foi datada entre meados do século I e meados do século III. Infelizmente, o martelo apresenta uma morfologia incaracterística, não permitindo uma datação precisa. Sobre a lâmina, não lográmos estabelecer paralelos que permitam a sua datação. O pote/copo e a lucerna permitiram, contudo, atribuir uma cronologia para o restante conjunto.

Ainda que a baliza temporal da produção de lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel não esteja devidamente estabelecida, Luzón Nogué, estudando os exemplares «lychnológicos» de Riotinto, avança uma cronologia para o início da produção na primeira metade do século II (1967, p. 139-142; Luzón Nogué e Ruíz Mata, 1970). Desde então, vêm sendo recolhidos exemplares em contextos que permitem afinar continuamente a cronologia desta produção de tipologia genuinamente hispânica, nomeadamente Munigua (Raddatz, 1973, p. 39), Huelva (Del Amo, 1976, p. 92), Mina de la Peña del Hierro, Huelva (Bailey, 1988, p. 175, Q 1667), Bética (Moreno Jiménez, 1991, p. 132-135), *Ossonoba* (Gamito, 1992, p. 116) e ainda materiais depositados no Museu de Arte Romana de Mérida (Rodríguez Martín, 2002, p. 25). Estes contextos permitiram balizar a cronologia destas lucernas nos séculos II e III, especialmente na segunda metade do século II e primeira da centúria seguinte (López Rodríguez, 1981, p. 14). A segunda metade do século II deverá ser, com efeito, o momento de maior disseminação deste tipo pelo território algarvio.

A produção lacobrigense de potinhos/copos do tipo 2.4 foi, contudo, estabelecida no Alto-Império, não ultrapassando o final do século II (Arruda, Viegas e Bargão, 2010). Assim, parece que esta sepultura deverá corresponder ao enterramento mais antigo desta área, provavelmente de final da segunda metade do século II.

A maior antiguidade destes enterramentos, não obstante, está também comprovada pela abundância de espólio. Note-se que a totalidade dos numismas recuperados, embora não tenham permitido classificação, é integralmente proveniente destas sepulturas.

	Sepultura escavada na terra e com cobertura de terra	2 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal de tégulas	3 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal dupla de tégulas e uma camada de pedras e argamassa	2 casos

Quadro 2 — Arquitetura funerária subtérrea da fase 2 da necrópole de São Cristóvão. Do autor.

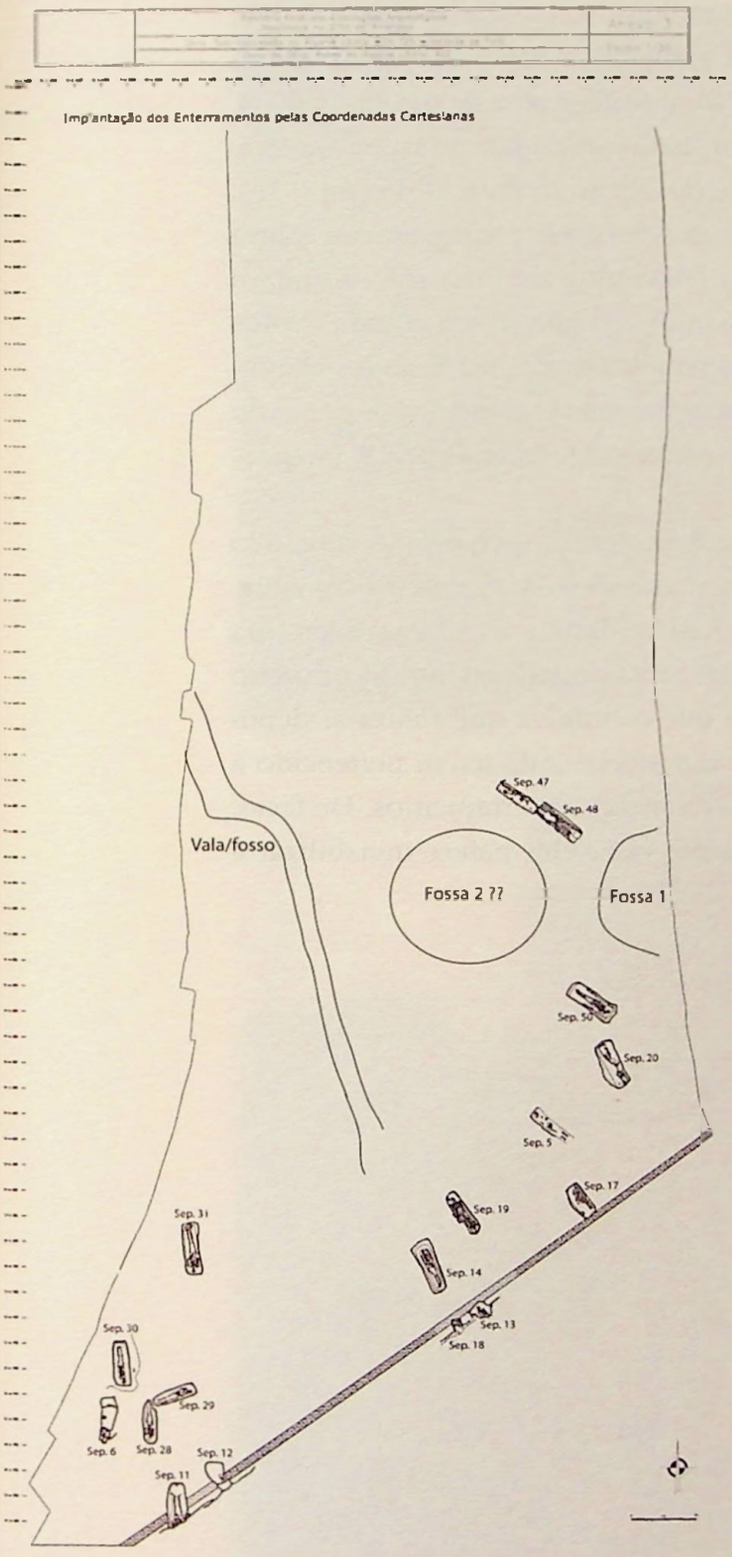


Fig. 149 — Planta da área escavada na necrópole de São Cristóvão, fase 3. Realizada por Miguel Barbosa, cedida pela empresa Archeocelis (alterada).

Parece, portanto, aceitável que os enterramentos da fase 2 desta necrópole tenham ocorrido em momento centrado entre a segunda metade, ou último quartel, do século II (sepultura 31) e a primeira metade do século III (as restantes), estendendo-se para oeste, sob a pista de atletismo, e também para sul.

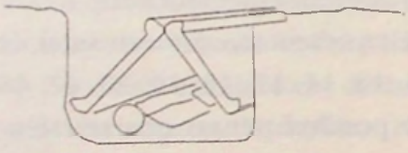
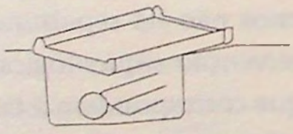
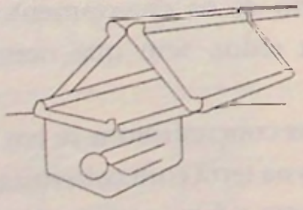
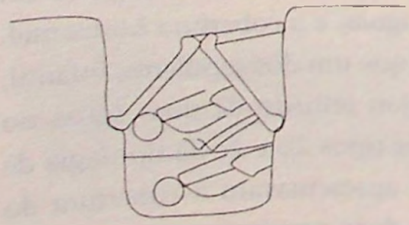
Após a construção destas sepulturas, ou mesmo durante a sua fase final, a área cemiterial começa a estender-se para nordeste (fig. 149), ainda que seja difícil assegurar que o momento final da fase 2 tenha convivido com o início da seguinte. O afastamento entre os enterramentos das duas fases pode ser resultado de uma área de acesso/frequentação do espaço, mas pode também traduzir uma interrupção temporal entre ambas. Apesar de tudo, podemos supor que quando se começam a realizar os primeiros enterramentos da fase 3, os memoriais da fase 2 ainda seriam visíveis, assumindo, os primeiros, a mesma orientação da sepultura, mas não do corpo. Ao invés, os enterramentos das sepulturas da fase 3 tinham uma orientação norte/sul, com a cabeça a pender ligeiramente para oeste.

A fase 3 está representada por um total de dez sepulturas (5, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 47, 48 e 50), não sendo possível pensar que se estendesse para sul, apesar de o limite este ter sido encontrado (pelo menos não há sepulturas no corte resultante da intervenção arqueológica). As estruturas negativas, que correspondem à fase 1, detinham ainda visibilidade, situação que está evidenciada pelo facto de os enterramentos se organizarem em seu redor, sem que nenhum destes as afetasse.

Os enterramentos concretizaram-se em fossas simples, escavadas na terra com coberturas de *tegulae* que variam entre a forma triangular, em telhado de duas águas, e a cobertura horizontal. Saliente-se ainda que um dos sepulcros, infantil, combinava as duas coberturas, horizontal de *tegulae* e com telhado de duas águas no mesmo material (quadro 3). Correspondem, portanto, aos tipos 2b e 2c da tipologia de Sánchez Ramos (2005), mas os enterramentos algarvios apresentavam a cobertura do segundo tipo quase sempre ao nível do cadáver. Apenas duas sepulturas ostentavam a cobertura elevada que, de qualquer modo, decerto não ficaria visível no exterior.

Nesta área apareceu também um enterramento múltiplo e, possivelmente, coletivo. Significa, portanto, que, após o sepultamento de um indivíduo, a sepultura foi (re)aberta para a colocação de mais dois cadáveres. Este túmulo continha restos de três indivíduos, um masculino na base. No topo, lado a lado, mas com a cabeça virada para lados opostos, estavam um elemento feminino e o que parece ser um subadulto masculino (fig. 150). Esta leitura carece ainda de confirmação antropológica. O certo é que o primeiro estava separado dos restantes, quiçá familiares diretos, por fragmentos de uma ânfora que foi quebrada para esse propósito. É possível, portanto, admitir que um destes enterramentos tinha cobertura em ânfora, embora efetuada da segunda vez que o sepulcro foi aberto. O elevado estado de fragmentação da ânfora não permitiu a sua classificação, podendo apenas avançar-se que se inclui nas produções lusitanas, seguramente algarvias (Fabião, 2004, p. 399 e 400; Morais e Fabião, 2007).

Como dissemos, o mobiliário funerário é agora inexistente. Apenas foi recuperado um anel simples na sepultura 5, que não pode ser considerado mobiliário fúnebre, tratando-se de um elemento de adorno do inumado. Além deste artefacto, na sepultura 19, foi recolhido um abundante número de pregos de ferro associados, tanto ao primeiro enterramento (mais antigo), como aos segundos, e que comprova que foram aí depositados em ataúde de madeira. Outra possibilidade plausível é a de terem pertencido a um estrado de madeira que auxiliou a separação entre os dois enterramentos. De facto, a cobertura em telhado de duas águas tão próxima dos cadáveres parece inviabilizar a inumação do segundo enterramento em esquife.

	Sepultura escavada na terra com cobertura vertical de tégula formando um telhado duas águas	5 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal de tégulas	3 casos
	Sepultura escavada na terra, com cobertura horizontal de tégulas e cobertura de tégulas formando telhado de duas águas	1 caso
	Sepultura escavada na terra, com cobertura de tégulas formando telhado de duas águas. Enterramento múltiplo e colectivo	1 caso

Quadro 3 — Arquitetura funerária subterrea da fase 3 da necrópole de São Cristóvão. Do autor.

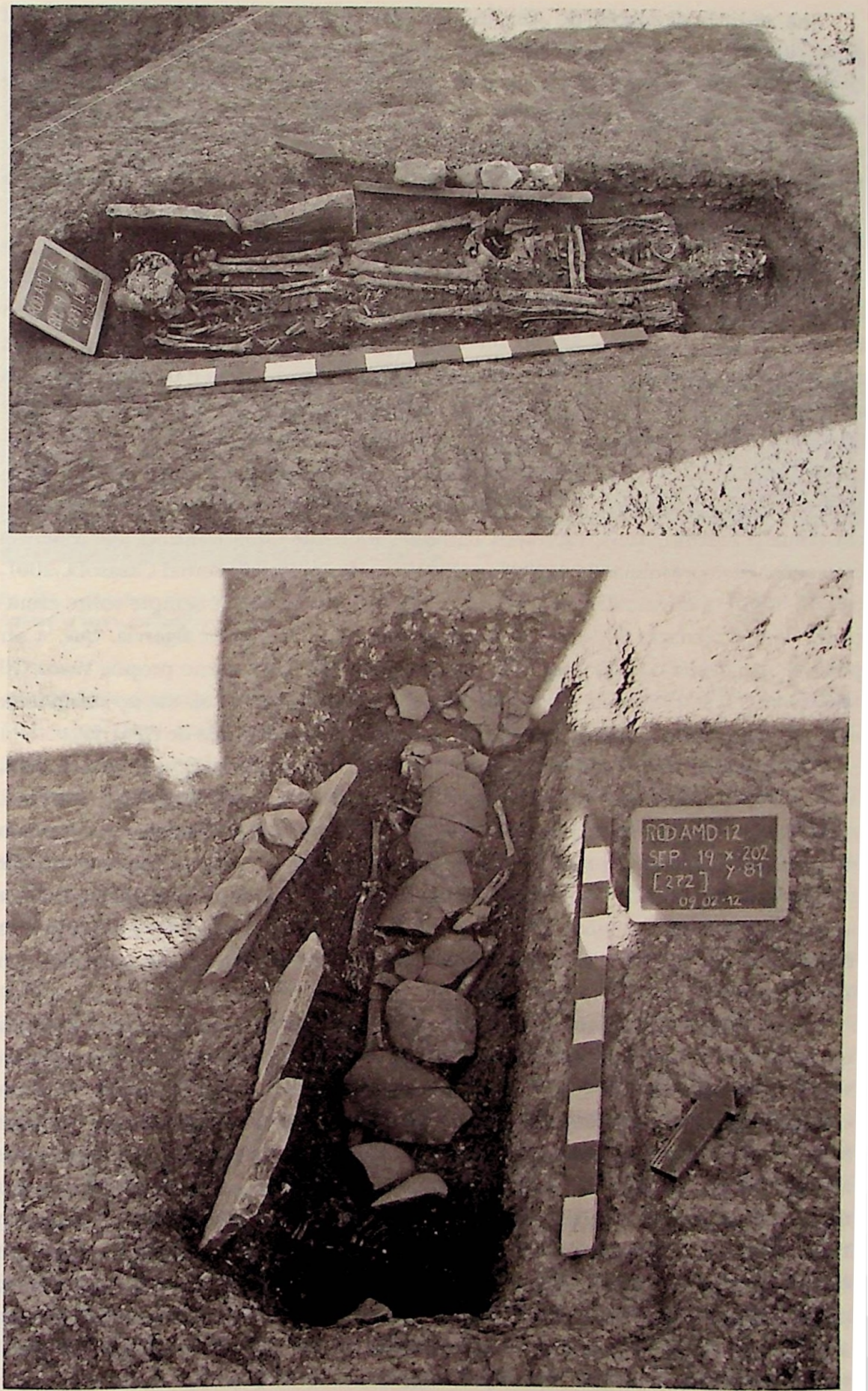


Fig. 150 — Enterramento múltiplo e coletivo, sepultura 19. Na cota superior estava o enterramento múltiplo (dois indivíduos) e sob estes um outro, separado por fragmentos de ânfora. Fotografia de Miguel Barbosa.

Esta ausência de mobiliário constitui um forte inibidor para a obtenção de uma datação fiável para esta fase que localizamos, *grosso modo*, na segunda metade do século III. Os poucos argumentos que permitem intuir esta cronologia apoiam-se em duas *tegulae* recolhidas na cobertura da sepultura 50, do tipo 2c de Sánchez Ramos, que ostentam as marcas dos seus fabricantes: AEMHEL e PARALI (fig. 151). Embora tenhamos cada vez mais conhecimento de materiais firmados com estes selos, não parece haver um consenso sobre a localização das *figlinae* que utilizaram estas marcas, nem o seu âmbito cronológico. Sobre a primeira, podemos avançar que está documentada, até ao momento, em Portimões (Santos, 1974-1977; Lagóstena Barrios, 2001, p. 77), impressa sobre *tegulae* com as mesmas características tecnopetrológicas que as do Amendoal. Ainda que alguns autores aí localizem a sua produção, aliás associada a ânforas, outros discordam desta proposta (Fabião, 1997, p. 65 e 66; 2004, p. 386). De facto, sobre o material anfórico, a fórmula de AEMHEL parece ter alcançado uma considerável disseminação. Além de estar bem documentada em território algarvio, concretamente na quinta de Torre d'Ares (Santos, 1974-1977, p. 250; Lagóstena Barrios, 2001, p. 371) e na quinta das Antas (Santos, 1974-1977, p. 149), aparece ainda na ilha do Pessegueiro (Silva e Soares, 1993, p. 119), em Roma (Callender, 1965; Lagóstena Barrios, 2001), em Ostia (*ibidem*), em Valência (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 297) e ainda em Israel (Bernal Casasola, 2001, p. 1231-1240). A extensa divulgação desta marca, que em ânforas é sempre sobre exemplares de tipo Almagro 50/Keay XVI, parece refutar uma produção algarvia, que, a ser possível, não deverá estar localizada na cidade romana de *Balsa*, como propõe Vasco Gil Mantas (1990, p. 198), pois na metade oriental do Algarve não foi, até ao momento, documentado qualquer material de construção selado com a fórmula de AEMHEL.

A segunda marca, tal como a anterior, está também atestada em Portimões (Santos, 1974-1977). A quantidade de *tegulae* com a fórmula PARALI ou PARHALI é, contudo, muito superior à que ostenta o selo de AEMHEL. Este, sobre *tegula*, apenas está atestado no Algarve. No entanto, também está presente em ânforas do mesmo tipo que as que mostravam a marca de oleiro anterior, Almagro 50/Keay XVI, datáveis entre os séculos III e IV, tendo, porém, uma difusão mais limitada. Está documentada em Córdoba (Lagóstena Barrios, 2001, p. 393), em Elche (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 289) e em Torre d'Ares (Santos, 1974-1977, p. 249).

Se a presença destas marcas, aplicadas sobre materiais de construção, está atestada quase exclusivamente no Algarve, sugerindo que estes oleiros terão aí laborado, provavelmente durante os séculos III e IV, como acontece em outros casos (Fernández Plamero e Serrano Várez, 1993; Navarro Caballero et al., 2004; Abascal Palazón, 2009; Quevedo Sánchez, 2011), a grande problemática reside na existência destas mesmas marcas sobre ânforas Almagro 50/Keay XVI. A produção destas ânforas está hoje bem certificada nos fornos de Los Barreros, em Los Matagallares (Bernal Casasola, 1998, p. 281) e ainda em Puente Melchor (Lagóstena Barrios, 1996; Girón Anguiozar, 2010), mas aí os referidos oleiros não têm sido identificados, apesar de também reconhecermos que a duplicidade produtiva desta forma (Fabião, 1997, p. 63; Bernal Casasola, 1998, p. 286 e 287) dificulta a localização da área de produção do oleiro PARALI/PARHALI. Se é verdade que a elevada presença de material de construção obriga a considerar a fixação destes oleiros em território atualmente algarvio, também devemos ter em consideração o frequente transporte de *tegulae* (Rico, 1995) como lastro nas embarcações, com o propósito de oferecer

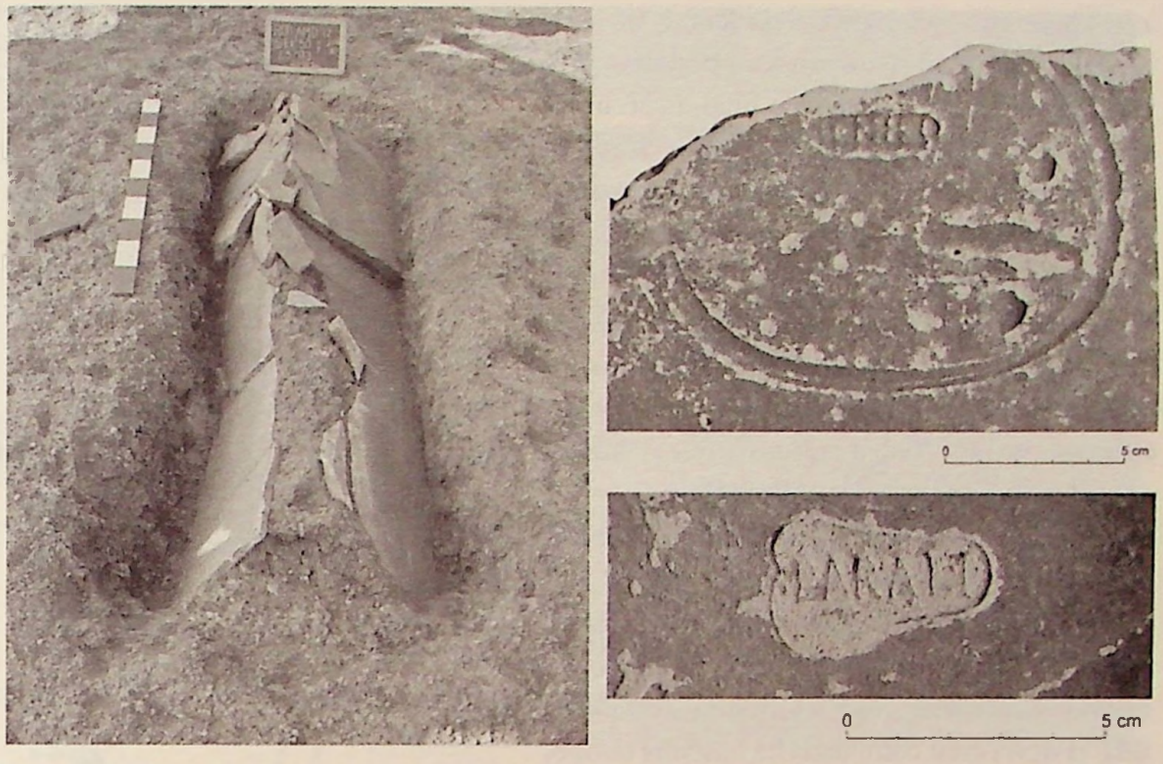


Fig. 151 — Sepultura 50 na qual foram recolhidas duas tégulas com marca de fabricante. À esquerda, fotografia de Miguel Barbosa; à direita, fotografias do autor.

estabilidade quando viajavam vazias, realidade, aliás, documentada em alguns naufrágios (Tchernia, 1969; Colls et al., 1977; Solier et al., 1981; Christopoulou, Gadolou e Bouyia, 2010; Galili, Rosen e Sharvit, 2010; Long, Volpe e Turchiano, 2010; Atauz et al., 2011). Importa destacar alguns daqueles divulgados por Parker, datados entre os séculos I a. C. e II d. C., que transportavam largas quantidades de telhas (1992, p. 228 e 229, 359 e 419), como acontece no naufrágio de La Nau Perduda, Gerona (*ibidem*, p. 285). Segundo este autor, a quantidade de telhas transportadas por esta embarcação seria suficiente para construir um telhado.

Sem que pretendamos alargar-nos demasiado sobre esta problemática, importa discutir o seu âmbito cronológico, para que se possa datar a terceira fase de enterramentos daquela que terá sido a necrópole da *villa* romana do Amendoal, identificada por Estácio da Veiga. A produção destas ânforas está atestada durante os séculos III e IV. Contudo, no contexto desta necrópole, parece possível apoiar uma cronologia da segunda metade do século III e primeiras décadas do seguinte, datação que parece, em parte, coincidir com a fase 4 da necrópole da Horta de São Cristóvão. Outro elemento que permite contribuir para esta datação é uma ânfora que foi quebrada para cobrir o cadáver da sepultura 20, uma produção lusitana integrável na forma Almagro 51 a-b. Embora estejamos a falar do fundo da ânfora, parte difícil de classificar, aponta uma cronologia avançada dentro do século III, mas que poderá atingir o século V, ânfora que no Algarve foi produzida em São João da Venda (Fabião e Arruda, 1990), em Lagos (Ramos, Almeida e Laço, 2006) e no Martinhal (Silva, Soares e Correia, 1990).

Como vemos, a insegurança de datação da fase 3 de utilização da necrópole é evidente. A inexistência de mobiliário funerário, a arquitetura subterrea de cronologia ampla e o aparente distanciamento relativamente aos enterramentos mais antigos obrigam a

considerar que as sepulturas da fase 3 tenham um considerável afastamento temporal daqueles que foram efetuados durante o final do século II e primeira metade do século seguinte. Soma-se ainda a recolha de uma ânfora lusitana Almagro 51 a-b, que, apesar da presença de materiais de construção firmados por AEMHEL e PARALI, obriga a considerar que pelo menos alguns destes enterramentos deverão ter sido já efetuados no início do século IV. Embora não seja significativo, é curioso verificar que a sepultura que continha os materiais dos supostos oleiros algarvios era a única cuja orientação do esqueleto era idêntica aos da fase 2, ou seja, cabeça vira a sul.

Gradualmente, a necrópole foi-se alargando para norte, mantendo a presença das estruturas negativas circulares. A vala/fosso, em contrapartida, já devia estar colmatada há bastante tempo, mas a fossa circular deverá ter sido utilizada durante mais tempo, o que se comprovou pela recolha de abundantes materiais tardios no seu enchimento. No entanto, o alargamento da necrópole para norte obrigou a uma alteração na organização e orientação dos sepulcros. A fase 4 (fig. 152) define-se por uma alteração dos hábitos fúnebres que, infelizmente, não conseguimos perceber se são coevos ou posteriores aos enterramentos da fase 3. Mais uma vez, os pouquíssimos materiais recolhidos não permitem uma distinção cronológica e mesmo na arquitetura funerária não parece haver grandes alterações. Não obstante, além de voltarmos a encontrar enterramentos efetuados em fossas simples (três casos) sem qualquer cobertura, predominam agora as sepulturas com cobertura de *tegulae*, formando um telhado de duas águas (oito casos), sendo as coberturas horizontais bem mais escassas (dois casos). No entanto, foi introduzida na necrópole um tipo de cobertura até então não praticado, horizontal, mas que utilizava grandes lajes de pedra (um caso), e começam a praticar-se os primeiros enterramentos infantis em ânforas (dois casos, quadro 4 e fig. 153).

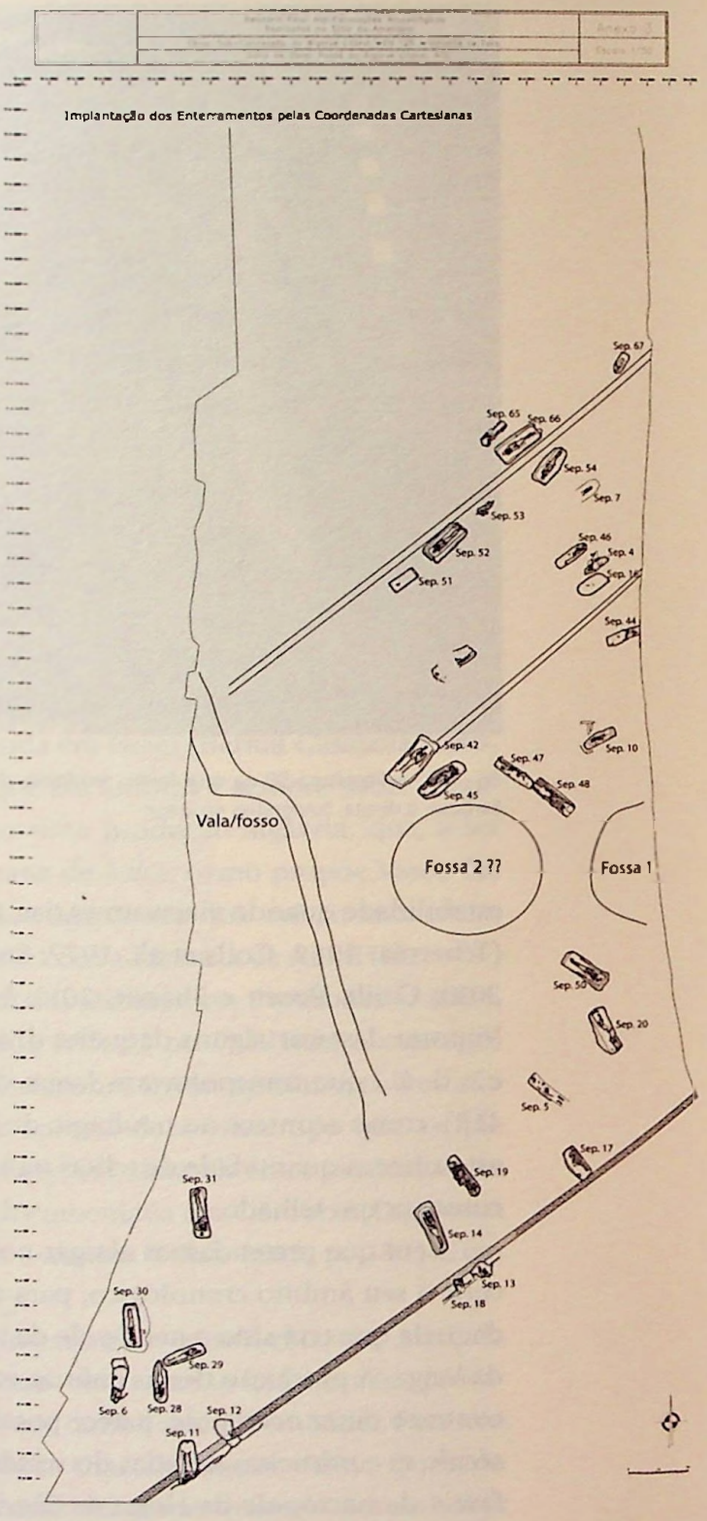


Fig. 152 — Planta da área escavada na necrópole de São Cristóvão, fase 4. Realizada por Miguel Barbosa, cedida pela empresa Archeocelis (alterada).

É difícil perceber o significado desta mudança na orientação dos sepulcros. No entanto, este fenómeno pode ter sido influenciado pela abertura de duas valas estreitas e pouco profundas que obrigaram à expansão destes enterramentos, com uma orientação

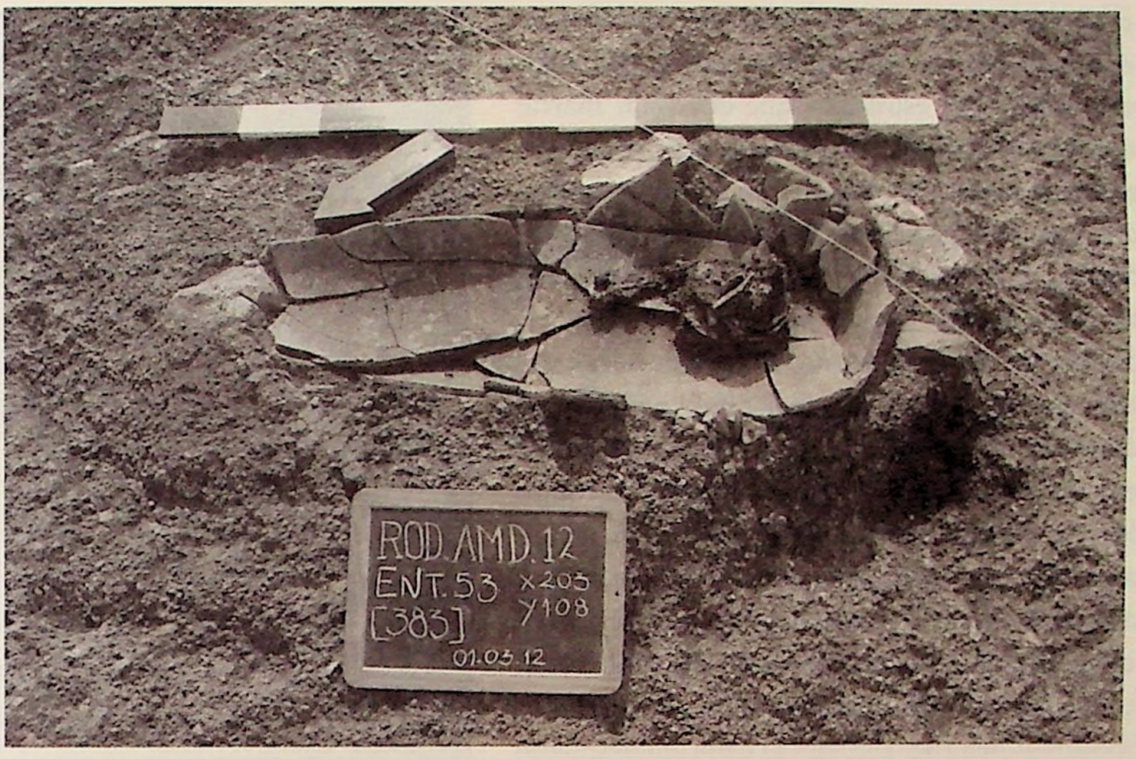
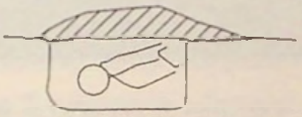
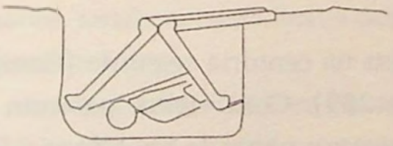
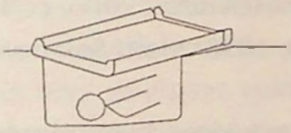
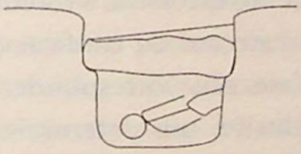
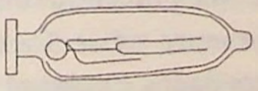


Fig. 153 — Sepultura 53, necrópole de São Cristóvão, correspondente a um enterramento infantil em ânfora. Fotografia de Miguel Barbosa.

	Sepultura escavada na terra e com cobertura de terra	3 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura vertical de tégula formando um telhado de duas águas	8 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal de tégulas	2 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal de grandes lajes de pedra	1 caso
	Sepultura infantil em ânfora	2 casos
Indeterminados		1 caso

Quadro 4 — Arquitetura funerária subterrea da fase 4 da necrópole de São Cristóvão. Do autor.

maioritariamente sudoeste/nordeste. A orientação das inumações foi, portanto, a mesma que a das valas (fig. 154), estruturas que deveriam marcar uma separação entre as duas áreas, seja como vala, seja como estrutura negativa onde foram aplicados materiais perecíveis formando uma possível cancela, funcionalidade que, aliás, também pode ser considerada para a vala/fosso de maiores dimensões. O enchimento destas estruturas não ofereceu quaisquer materiais que permitissem dissertar, com mais segurança, sobre o momento em que foi realizada esta separação. Por outro lado, e como referimos já, os poucos materiais associados às sepulturas também não esclarecem acerca da contemporaneidade, ou ausência dela, desta fase com a fase 3. Apenas uma sepultura continha um jarro de cerâmica comum de produção local/regional (fig. 155, n.º 1) e um enterramento infantil permitiu a exumação de uma ânfora que, embora atípica, parece integrável nas Almagro 51c lusitanas (fig. 155, n.º 2). Os recipientes oferecem uma datação que integra os séculos III e IV.

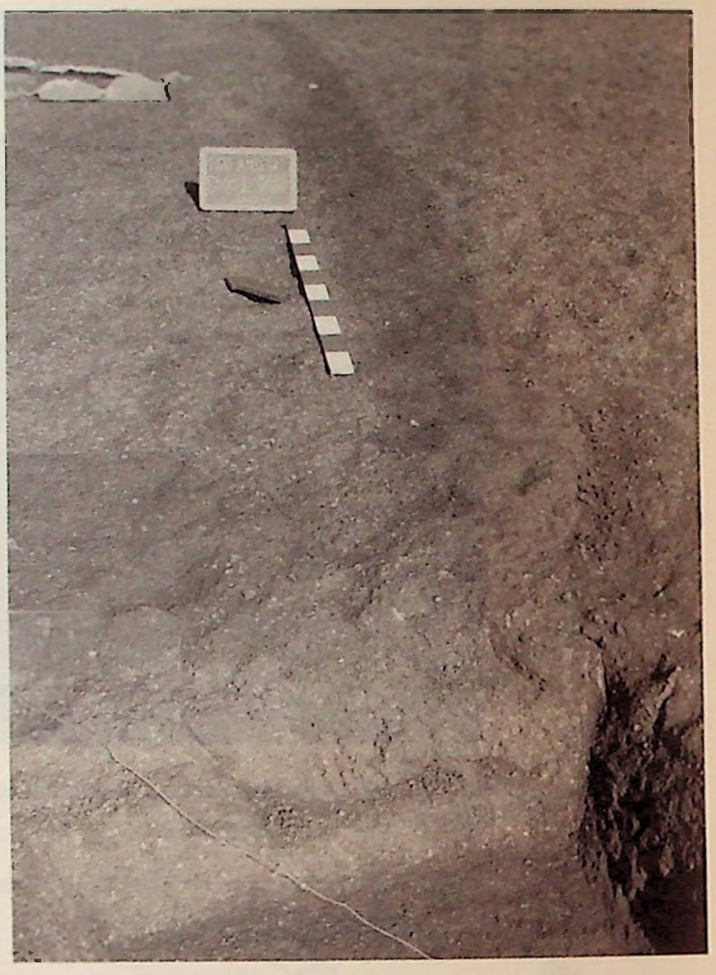


Fig. 154 — Vala, antes da escavação do seu enchimento, que atravessou a necrópole. Fotografia de Miguel Barbosa.

A grande novidade deste novo setor da necrópole reside sobretudo nas primeiras inumações infantis em ânforas. Já foi sublinhado que estes enterramentos parecem surgir a partir de meados do século III, mas que se tornam particularmente comuns na centúria seguinte (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 1999, p. 228 e 229). Com efeito, parecem ser abundantes na costa meridional da Península, especialmente a partir de final do século III em sítios como El Eucaliptal (*ibidem*; Vidal Teruel e Bermejo Meléndez, 2006, p. 46-48), Huelva (Amo y de la Hera, 1976), Cádis (Alarcón Castellano, 1998; Martí Solano, 1993) ou Ampúrias (Martín Almagro Bach, 1955).

Ainda sobre os enterramentos infantis, deve dizer-se que este setor da necrópole apresenta uma quantidade de enterramentos infantis consideravelmente excessiva, sobretudo se comparada com as fases anteriores. Ainda que estes dados careçam de confirmação antropológica, parece que das 16 sepulturas detetadas nesta fase, seis correspondem a adultos, sete a crianças ou púberes, havendo-se detetado, inclusive, um enterramento feminino com uma inumação infantil aos pés. A mortandade infantil é, portanto, particularmente visível neste momento e nesta área da necrópole. Mais difícil de explicar, contudo, é a contrastante orientação das inumações de adultos entre a fase 3 e 4, que só encontra justificação nas valas que já se discutiram. Com estes dados é possível intuir uma data para esta fase que poderá estar contida entre o último quartel do século III, momento a partir do qual começam a vulgarizar-se os enterramentos em ânfora (Pereira e Albuquerque, 2018), e o primeiro da centúria seguinte, podendo mesmo alcançar os meados desse século.

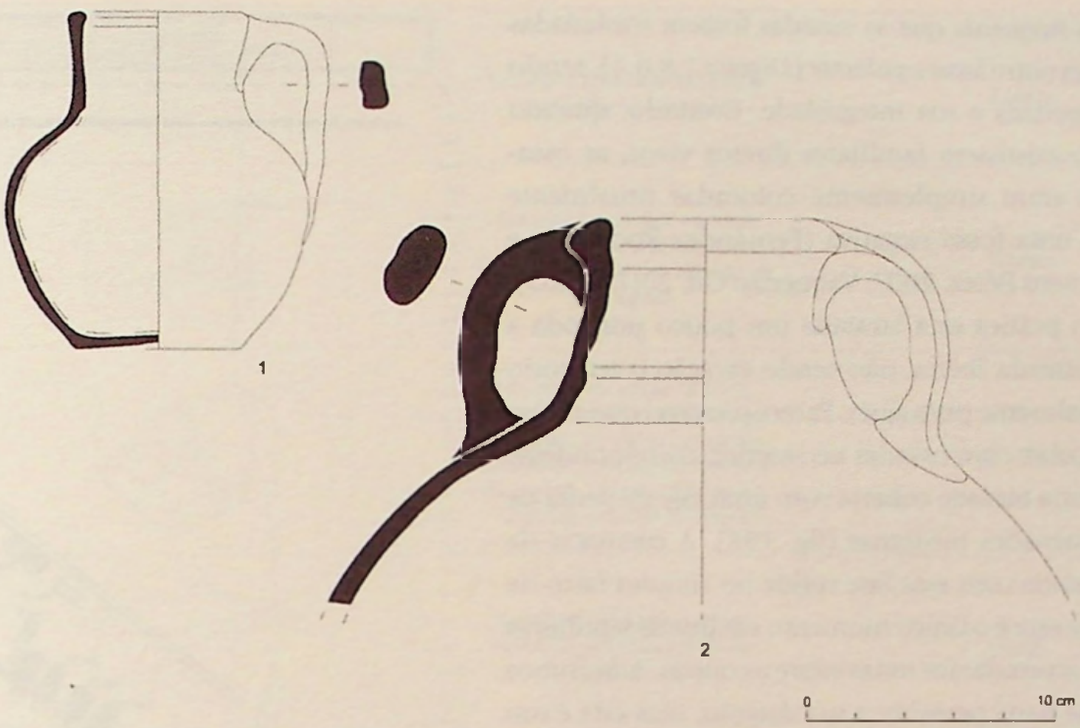


Fig. 155 — Materiais recolhidos nas sepulturas da fase 4 da necrópole de São Cristóvão. Desenho do autor.

De facto, as necrópoles são os espaços que estão mais sujeitos a transformações difíceis de investigar e mais ainda de explicar. Se já era penoso argumentar sobre a alteração dos hábitos, quiçá também dos rituais, dos sepultamentos efetuados nas fases anteriores, na fase 5 voltamos a deparar-nos com uma mudança ainda mais profunda na localização e orientação dos enterramentos (fig. 156). O mobiliário funerário é inexistente, mas foi possível, também nesta fase, a deteção de materiais aplicados na arquitetura que permitem algumas leituras.

A arquitetura subtérrea (quadro 5) parece manter-se regular numa amostra que ronda as 20 sepulturas. Continua a predominar a cobertura de *tegulae*, formando telhado de duas águas (nove casos), sendo agora mais raros os enterramentos efetuados em fossa simples, escavada na terra e com cobertura horizontal de *tegulae* (um caso). As fossas simples sem qualquer cobertura também foram detetadas (dois casos), assim como continuam a praticar-se enterramentos infantis dentro de ânforas (dois casos). As duas novidades neste espaço residem em uma sepultura que apresentava uma base constituída por lajes de pedra, tendo a pedra da cabeceira um pequeno ressalto para descanso do crânio (fig. 157). Estava coberta com tijolos de grandes dimensões, que, a julgar pelas medidas (30 cm × 40 cm), deverão ser do tipo *lydion* (Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 1999, p. 300), e que formavam um telhado de duas águas. Sobre os pés, tinha uma laje de pedra de grandes dimensões. Nesta fase deverá ter sido praticada uma trasladação de parte de um esqueleto, que deverá ter sido afetada pela abertura de outra sepultura. Os restos foram colocados numa fossa circular de pequenas dimensões, revestida a argamassa, coberta por uma laje de pedra.

Por maior que fosse o esforço de ricos ou pobres, nenhum *locus sepulcralis* conseguia evitar que, com o crescimento das cidades e a saturação das necrópoles, as suas sepulturas fossem vítimas de inutilização, ou, na pior das hipóteses, de destruição. Quando tal sucedia,

era frequente que as ossadas fossem trasladadas para outro *locus sepulturae* (*Digesta* 1.8.6.4), sendo respeitada a sua integridade. Contudo, quando não existissem familiares diretos vivos, as ossadas eram simplesmente colocadas ritualmente em uma fossa negativa (Fernández Rodríguez e Romero Pérez, 2007; Vaquerizo Gil, 2011, p. 103). Esta prática está atestada um pouco por toda a Península Ibéria, não sendo exceção o território atualmente português. Parece provável que a fossa circular, com ossadas no interior, correspondesse a uma *traslatio* coberta com uma laje de pedra de dimensões medianas (fig. 158). A coerência da *traslatio* com esta fase reside no simples facto de que este é o único momento em que as sepulturas se acumularam umas sobre as outras. Admitimos que nada permitiu a sua datação, mas este é um fenómeno algo raro especialmente se tivermos em conta que a necrópole gozava ainda de bastantes espaços disponíveis para as inumações. Talvez devamos aqui ter em consideração o facto de, na Antiguidade, a amputação de membros ser elevada. Mas somente o estudo antropológico poderá resolver esta questão.

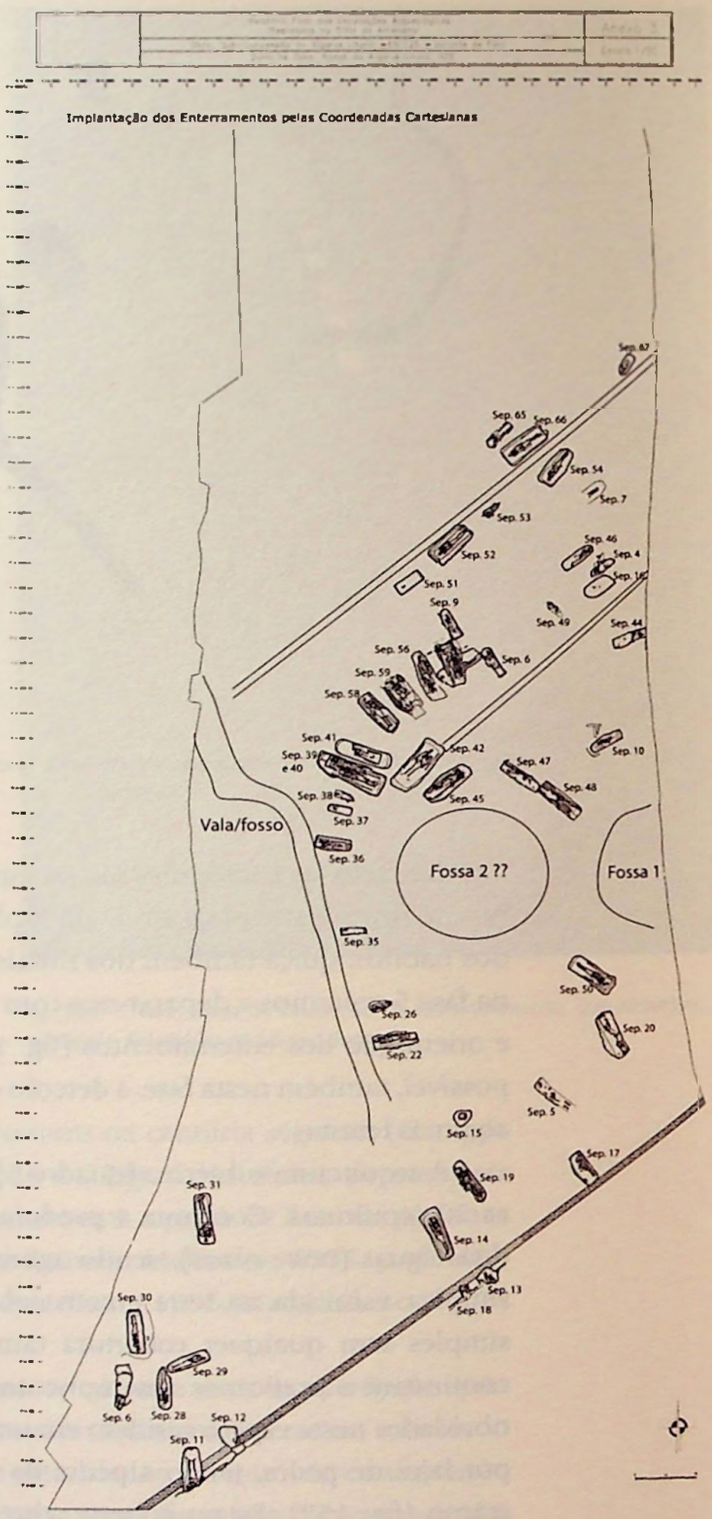
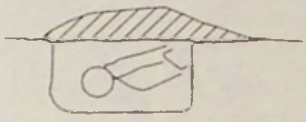
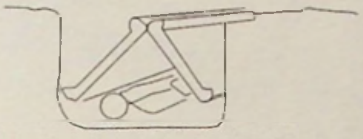
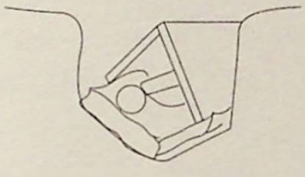
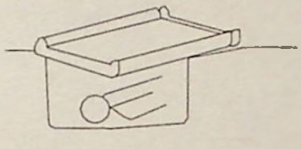
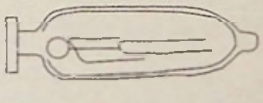


Fig. 156 — Planta da área escavada na necrópole de São Cristóvão, fase 5. Realizada por Miguel Barbosa, cedida pela empresa Archeocelis (alterada).

Antes de justificarmos o motivo que determinou a classificação da sepultura 15 como uma *traslatio*, atrevemo-nos a elaborar algumas considerações sobre a organização dos sepulcros da fase 5 para melhor compreender esta interpretação. É difícil perceber se, neste momento, as pequenas valas que determinaram a anterior alteração da orientação das sepulturas continuavam visíveis. Sendo possível admitir tal hipótese, é, contudo, mais difícil justificar a sua influência na organização da área cemiterial. Os motivos que justificaram a distinta orientação destes novos enterramentos devem-se a outros fatores. Surpreende que os túmulos se disponham em semicírculo, focalizando uma área determinada, aproximando-se cada vez mais uns dos outros e, inclusive, amontoando-se e afetando enterramentos anteriores. Para justificar esta situação podemos considerar duas possibilidades. Por um lado, devemos ponderar sobre a proibição de sepultamentos em outras áreas, estando apenas permitido o sepultamento nessa zona. Por outro, talvez seja admissível pensar que esta orientação poderá estar relacionada com o epicentro da área focalizada, a fossa 2, realidade para a qual todas as sepulturas estão orientadas.

	Sepultura escavada na terra e com cobertura de terra	2 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura vertical de tégula formando um telhado de duas águas	9 casos
	Sepultura escavada na terra, com base de lajes de pedra e cobertura de tijolos formando telhado de duas águas, apoiada nas pedras. Sobre os pés estava colocada uma laje de pedra	1 caso
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal de tégulas	1 caso
	Sepultura infantil em ânfora	2 casos
Traslatio	Orifício circular escavado na terra e revestido a argamassa com uma laje de pedra a servir de cobertura	1 caso
Indeterminados		4 casos

Quadro 5 — Arquitetura funerária subterrea da fase 5 da necrópole de São Cristóvão. Do autor.

Considerando a disponibilidade de espaços e a aparente equivalência social entre os vários inumados das diferentes fases, a primeira opção parece bastante improvável. Não obstante, estando a orientação das sepulturas da fase 5 diretamente relacionadas com a fossa que está no centro, em redor da qual se dispõem sem que a afetem, parece que esta situação só poderá relacionar-se com a estrutura negativa e com alguma veneração do seu conteúdo. Note-se que na evolução da área funerária se optou por uma solução que implicou a afetação de túmulos anteriores, em vez de ter provocado um afastamento entre sepulturas.

Voltando à *traslatio*, percebemos agora o motivo que justifica a classificação daquele enterramento (sepultura 15) e também a sua inclusão nesta fase, apesar da ausência de dados que permitam a sua datação. Este é o único momento em que as sepulturas se acumularam sucessivamente, especialmente na área central da necrópole, afetando sepulcros da mesma fase e truncando enterramentos da fase imediatamente anterior. Antes, pudemos constatar a existência de enterramentos coletivos e até de enterramentos múltiplos. No entanto, estes eram efetuados na mesma sepultura, respeitando o corpo previamente inumado, e, seguramente, fariam parte da mesma *gens*.

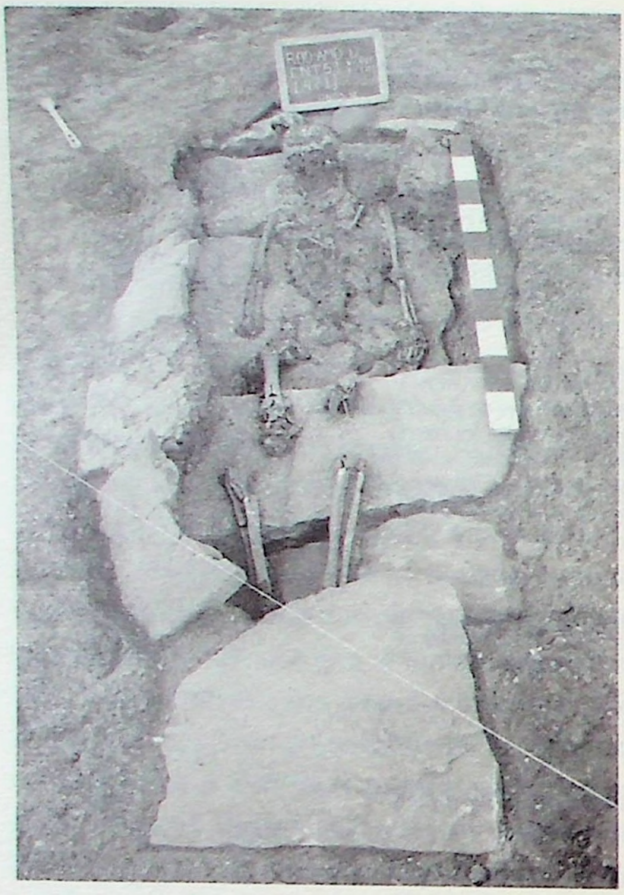


Fig. 157 — Sepultura 59 com a base feita de lajes de pedra e sobre os pés uma outra. Fotografia de Miguel Barbosa.

Fig. 158 — Sepultura 15 correspondente a uma *traslatio* parcial. Fotografia de Miguel Barbosa.

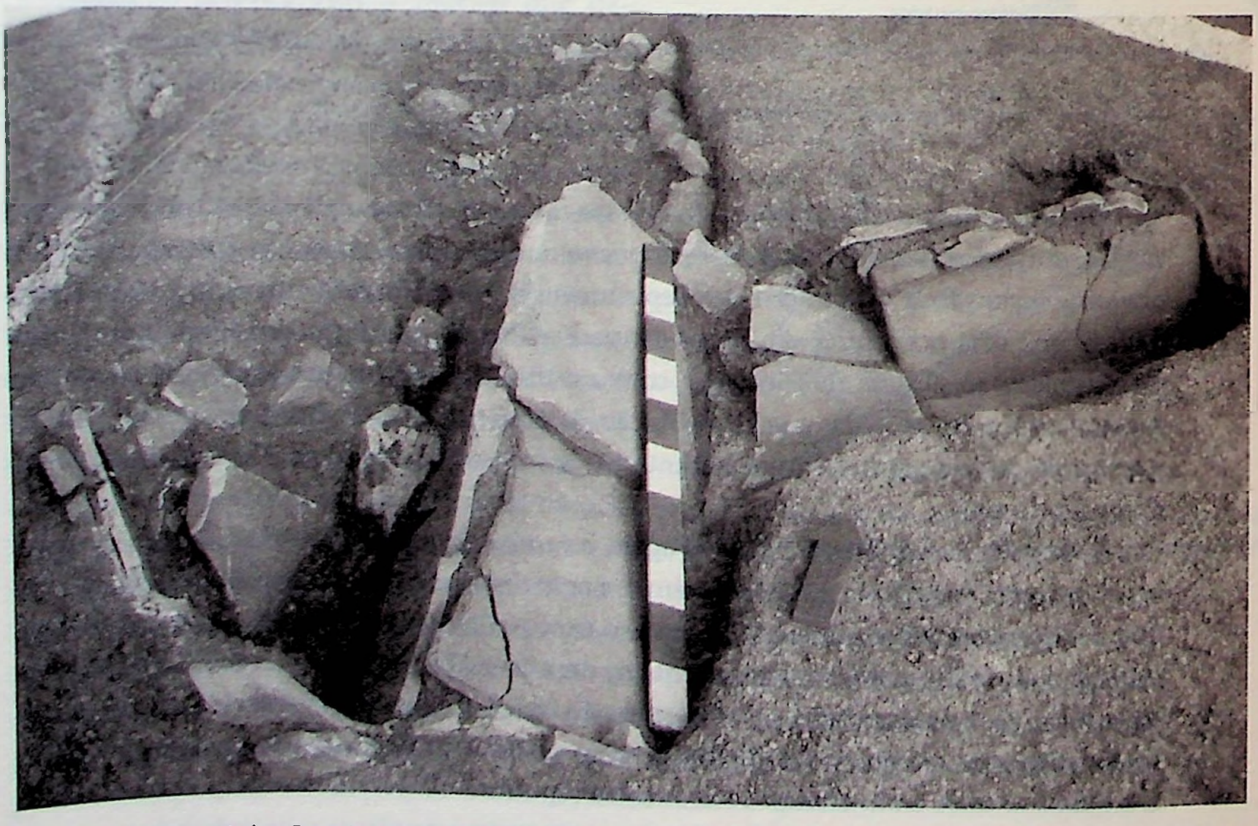


Fig. 159 — Sepultura da fase 5 que trunca uma outra da fase 4. Fotografia de Miguel Barbosa.

Na fase 5 os enterramentos condensam-se em redor da dita fossa, sobrepondo-se entre si e cortando as sepulturas da fase imediatamente anterior. De facto, uma destas sepulturas (sepultura 70) cortou uma outra da fase anterior (sepultura 60 = 71, fig. 159), realidade que poderá ter originado a *traslatio* parcial. Quando foi removido o primeiro enterramento, constatámos que o enterramento mais antigo havia sido truncado e que os cortes, resultantes da abertura da sepultura mais recente, tinham sido tapados com materiais, cobrindo o esqueleto. Estes materiais pretendiam muito possivelmente ocultar o cadáver aos que assistiam ao funeral, não sendo improvável que os restos removidos correspondam aos que foram exumados na sepultura circular (sepultura 15). A proposta avançada baseia-se simplesmente no facto de apenas se ter confirmado a destruição de uma sepultura, podendo, ainda assim, as ossadas da trasladação serem provenientes de outro túmulo não detetado ou corresponderem ao sepultamento de um amputado.

Os únicos materiais associados a esta fase resumem-se a uma das ânforas que permitiu classificação e a duas *tegulae* que ostentam a marca do seu fabricante. As últimas foram produzidas por G. AEMILI SCRIBONI (fig. 160) de quem já conhecíamos um exemplar proveniente da *villa* romana da Boca do Rio, em Vila do Bispo (Veiga, 1910, p. 217 e 218). Até ao momento não se conhecem mais materiais firmados por este oleiro, o que torna difícil apontar uma origem para a sua área de produção. Desconhecemos se terá fabricado também ânforas, que, a ser assim, seguramente teria uma fórmula distinta e de menor dimensão.

A sepultura 38, correspondente a um enterramento infantil em ânfora, permitiu a classificação do contentor onde foi inumado, classificação que, apesar de tudo, ofereceu bastantes dificuldades devido à morfologia atípica que apresenta (fig. 161). Desde logo, é evidente que as características da pasta remetem para as produções lusitanas algarvias e a morfologia, num primeiro momento, parecia incluir o contentor na forma Almagro 51c.

Fig. 160 — Tégula que fazia parte da cobertura da sepultura 9 com marca do fabricante. Fotografias do autor.

Porém, o fundo em bico moldurado aparentava contrariar essa classificação, característica exclusiva nas ânforas cilíndricas Keay LXXVIII. Efetivamente pode tratar-se de um exemplar deste tipo, classificação que foi estimulada pelos conselhos de Rui de Almeida, a quem agradecemos, e que tem apenas como diferença um afunilamento mais evidente da parte inferior do corpo. Assim, parece que este fragmento mistura particularidades das ânforas Almagro 51c, afunilamento do corpo, e Keay LXXVIII, o fundo em bico moldurado. Infelizmente, como acontecia com a maioria das ânforas que serviam de sarcófago infantil, o bordo foi quebrado e desconhecemos qual a morfologia que apresentava.

A grande problemática deste exemplar, a ser certa a inclusão nos contentores tipo Keay LXXVIII, também conhecida como Cardoso 91 (1986), Lusitana 8 (Diogo, 1987) e Sado 1 (Mayet e Silva, 1998), reside, contudo, na dispersão de centros produtores que as fabricaram e que, de momento, estão confinados ao vale do Sado (Fabião, 2004, 2009a, 2009b). Assim, ou este contentor foi importado dessa região, realidade improvável atendendo às características tecnopetrológicas, ou se trata de uma forma híbrida, que foi produzida nas olarias do Algarve.

Tanto as ânforas Almagro 51c como as Keay LXXVIII oferecem um âmbito cronológico situado entre meados do século III e o final do século IV ou início da centúria seguinte. Uma baliza, apesar de tudo, demasiadamente ampla para que possamos datar esta fase da necrópole do Amendoal. No entanto, parece aceitável que, e tendo também em consideração a datação da fase antecedente e a afetação das sepulturas efetuadas no final do século III e início do século IV, a fase 5 tenha ocorrido em momento centrado no século IV. Apoiamos esta proposta também na ainda utilizada técnica de inumações infantis em ânforas que continua a ser vigente e que, como afirmámos em outra ocasião (Pereira e Albuquerque, 2018), está documentada especialmente durante o século IV.

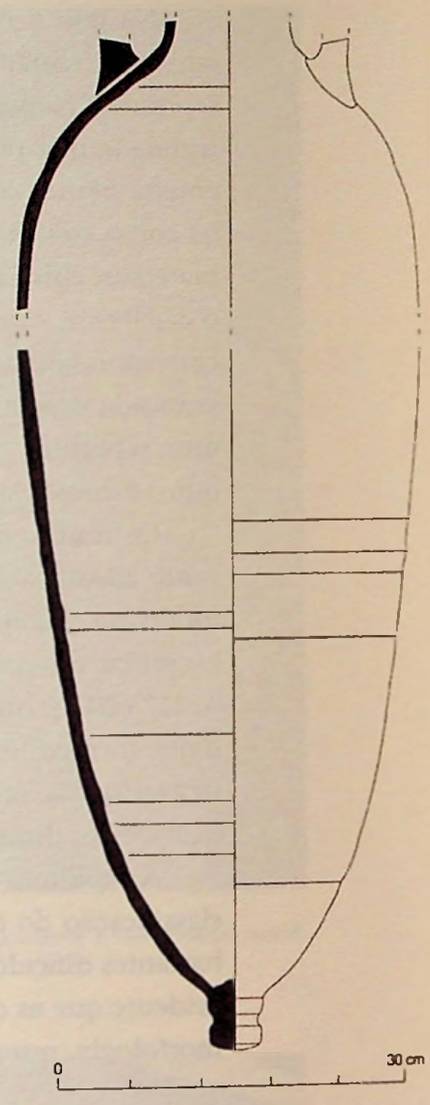
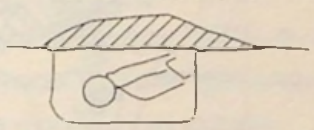
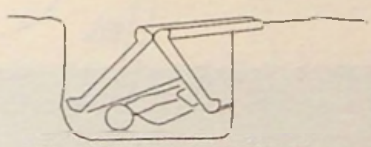
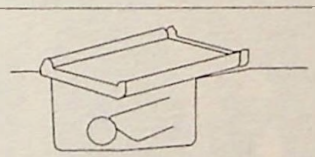
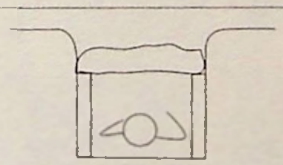
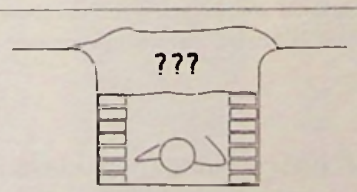


Fig. 161 — Ânfora que continha uma inumação infantil, sepultura 38. Desenho do autor.

Nesta fase, a mortandade infantil continua a ser bastante elevada (sete indivíduos), contudo agora a separação entre adultos e subadultos não é tão evidente, facto que, mais uma vez, parece ter sido promovido por um culto que ignoramos. Meditando sobre o período teológico-político tão referido por Martínez Tejera (2006), quiçá não seja descabido propor que se trate de enterramentos *ad sanctos*. Devemos lembrar que, neste período, *Ossonoba* era já sede episcopal e são conhecidos dois bispos ossonobenses do século IV, Vicente (Dias, 2003, p. 19-21), que terá vivido na primeira metade, e Itácio Claro (Azevedo, 1967), na segunda metade do mesmo século. Este momento parece ser chave para o Cristianismo no extremo sul da província da Lusitânia. Já esboçámos algumas propostas que mostram a sua expansão durante o século IV nesta região (Pereira, 2014b; 2015), e que parece ter tido um forte impacto no mundo suburbano, sem que, naturalmente, pretendamos afirmar a extinção do paganismo. Com efeito, é nas grandes *villae* suburbanas e periurbanas que encontramos os primeiros indícios de Cristianismo (Cerrillo Martín de Cáceres, 1995, p. 365 e 366; Mateos Cruz, 2005, p. 53, 2001; Heredia

Bercero, 2010, p. 382-384), para aí renegado pelas elites pagãs de uma sociedade que tem as cidades como principal polo administrativo e dinamizador. Embora possa parecer que se tenta desvalorizar a difusão do Cristianismo através dos principais centros urbanos, não recusamos, de modo algum, tal possibilidade. As grandes cidades, particularmente as litorais, foram importantes veículos para a difusão do Cristianismo, mas a identificação destes vestígios no mundo urbano está condicionada por uma ocupação contínua até à atualidade, pelo menos na maioria dos casos, e também pela maior resistência das elites pagãs. Em compensação, nos *suburbia* e em meio rural talvez tenha sido aceite com mais facilidade, ou pelo menos é arqueologicamente mais visível, por ser aí que se fixavam as classes mais desfavorecidas.

Não é fácil compreender, em toda a sua plenitude, os espaços da morte durante a Antiguidade Tardia, sempre sujeitos a alterações dos hábitos fúnebres que rompem com os praticados até então. Por outro lado, reparamos que as canónicas orientações das sepulturas cristãs, porventura em um primeiro momento, não respeitam a típica orientação oeste/este e que geralmente, este incumprimento, se deve a enterramentos *ad sanctos*.

	Sepultura escavada na terra e com cobertura de terra	1 caso
	Sepultura escavada na terra com cobertura vertical de tégula formando um telhado de duas águas	5 casos
	Sepultura escavada na terra com cobertura horizontal de tégulas	2 casos
	Sepultura escavada na terra, com os laterais revestidos a tijolo e com cobertura horizontal de lajes de pedra	1 caso
	Sepultura revestida por tijolos em toda a volta e cobertura efectuada em argamassa e pedra	1 caso
	Sepultura revestida por tijolos em toda a volta e sem vestígios da cobertura, possivelmente de terra	1 caso
Indeterminados		4 casos

Quadro 6 — Arquitetura funerária subterrea da fase 6 da necrópole de São Cristovão. Do autor.

Após esta fase, seguiu-se-lhe outra (fig. 162), que podemos relacionar, agora mais claramente, com o Cristianismo, mas, ainda assim, com um Cristianismo que podemos considerar tímido. Os enterramentos efetuados neste momento (sepulturas 1 a 3, 23 a 25, 27, 32, 33, 60 a 64), que tudo indica terem sido os últimos, localizam-se no extremo norte e apresentam uma orientação semelhante à dos enterramentos da fase precedente, noroeste/sudeste, ainda que agora não estejam explicitamente voltados para a fossa central. As principais estruturas continuam a ser as fossas simples abertas na terra, e, após a deposição do cadáver, cobertas com *tegulae* formando um telhado de duas águas (cinco casos). Ficaram ainda registados um caso de sepultura em fossa simples sem qualquer cobertura, duas de fossa simples com cobertura horizontal de *tegulae*, surgindo agora os primeiros enterramentos em monumentos retangulares revestidos com tijolos (quadro 6). Tivemos oportunidade de documentar a presença de duas sepulturas distintas, uma das quais corresponde a um túmulo aberto na terra e revestido lateralmente por tijolos de tipo *lydion*, colocados em cutelo. A cobertura era constituída por várias lajes de pedra de grandes dimensões, das quais restou apenas um exemplar. As restantes estavam construídas com tijolos, em todo o perímetro, ligados por argamassa que enchia simultaneamente as valas fundacionais do túmulo (fig. 163). Destas sepulturas, uma estava coberta com uma espessa camada de argamassa e pedras (sepultura 24) e da outra desconhecemos a morfologia da cobertura, que poderia ser apenas de terra (sepultura 3).

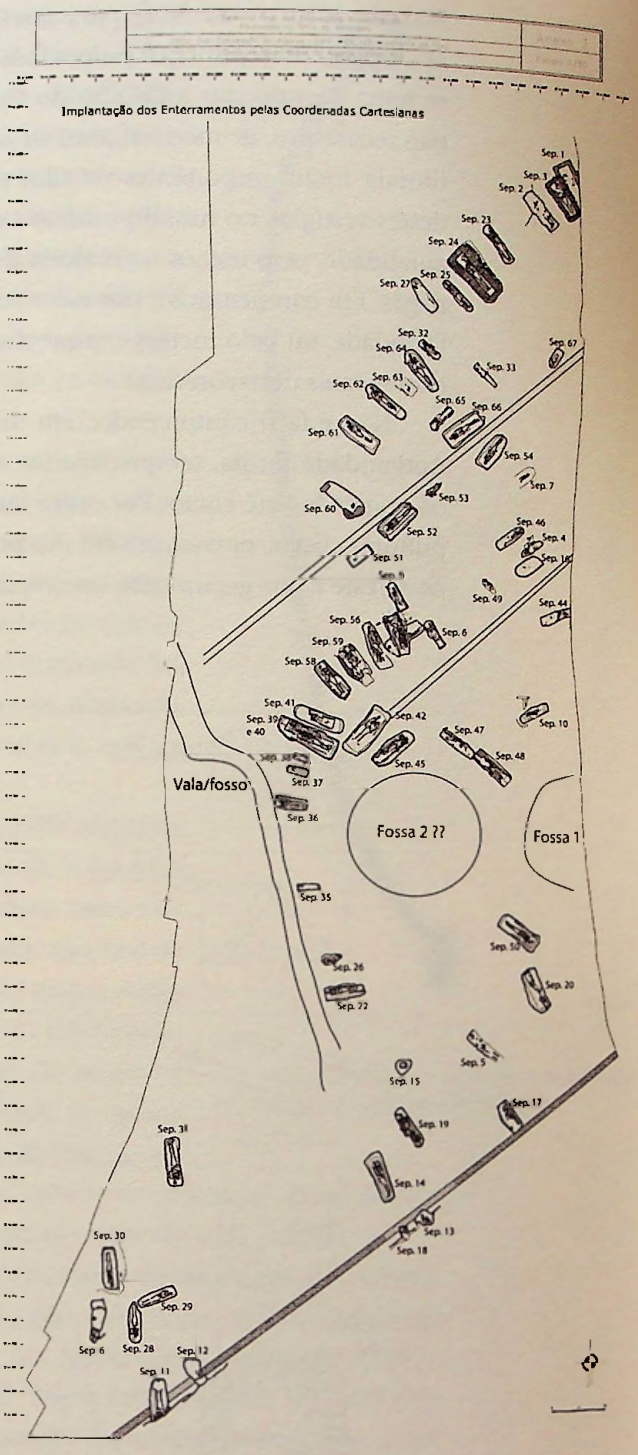


Fig. 162 — Planta da área escavada na necrópole de São Cristóvão, fase 5. Realizada por Miguel Barbosa, cedida pela empresa Archeocelis (alterada).

Estranhamos sobremaneira que esta tipologia funerária seja tão tardia nos *suburbia* da cidade ossonobense, principalmente porque na urbe era já utilizada há um século, como parece ser o caso das sepulturas da Rua das Alcaçarias, ainda que sempre associadas a uma elevada quantidade de sepulturas com cobertura vertical de telhado de duas águas. Atendendo à antiguidade dos sepulcros retangulares construídos com parede de tijolos, não podemos deixar de questionar o âmbito cronológico denunciado por este contexto. Sabemos que a fase anterior terá, provavelmente, ocorrido durante o século IV, concretamente nos meados

ou na segunda metade. No entanto, esta fase poderá ser ligeiramente posterior, alcançando as primeiras décadas do século V, justificando-se a entrada ainda no século V pela presença de sepulturas que continham um jarro do lado direito da cabeça do inumado, rito que vem sendo relacionado com o batismo (Saxer, 1989), rito iniciático de purificação através da água (Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 55), mas que, nestes contextos, se pode considerar um rito que os catecúmenos reservavam para o momento da sua morte (Saxer, 1987, p. 173-205), numa altura em que a iniciação ao Cristianismo ainda estava em clara progressão.

Este fenómeno foi detetado na sepultura 3, onde foi exumado um jarro ao lado da cabeça do inumado (fig. 164, n.º 1), mas que tinha também outro aos pés (n.º 2). A sepultura 24, contudo, havia sido violada precisamente no lado da cabeceira e o jarro havia desaparecido. O violador tinha, seguramente, como propósito recuperar a dita jarra, uma vez que, neste período, os adornos pessoais estavam confinados aos braços e às mãos e, neste caso, a parte anatómica destruída foi, justamente, a cabeça.

Os objetos de uso pessoal também foram reconhecidos nestes enterramentos, mas resumem-se a um bracelete que estava colocado no braço de um subadulto (fig. 164, n.º 3) e a um anel procedente do enterramento 23 (n.º 4). A presença de adornos pessoais está em conformidade com os ritos praticados entre os séculos IV e VII (Madrid Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2006, p. 207), sendo curioso notar que, durante este período, são as sepulturas infantis que engrossam as percentagens de sepulturas com espólio funerário, como é o caso em estudo.

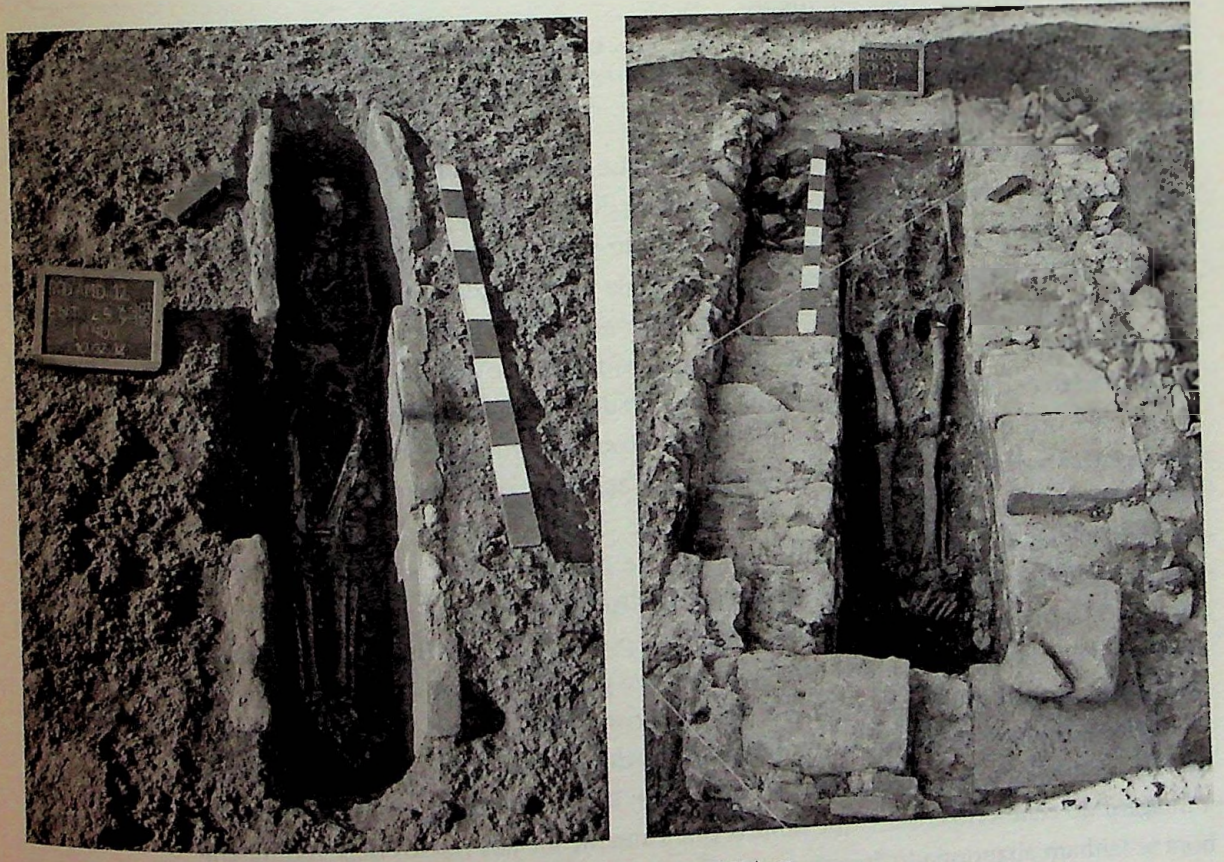


Fig. 163 — Sepulturas 24 e 25 com inumações em caixa de tijolo. Fotografias de Miguel Barbosa.

Quer a morfologia dos jarros recolhidos na sepultura 3, quer o bracelete proveniente da sepultura 32 corroboram uma datação balizada na segunda metade do século IV e primeiro quartel do século seguinte. Um dos jarros (n.º 2), produzido na Bética costeira, apresenta a totalidade da superfície externa pintada com uma solução de tonalidade castanha avermelhada, bastante escura, correspondendo à peça que estava colocada aos pés do inumado. O outro jarro (n.º 1), que estava junto à cabeça, é de morfologia mais simples e comum.

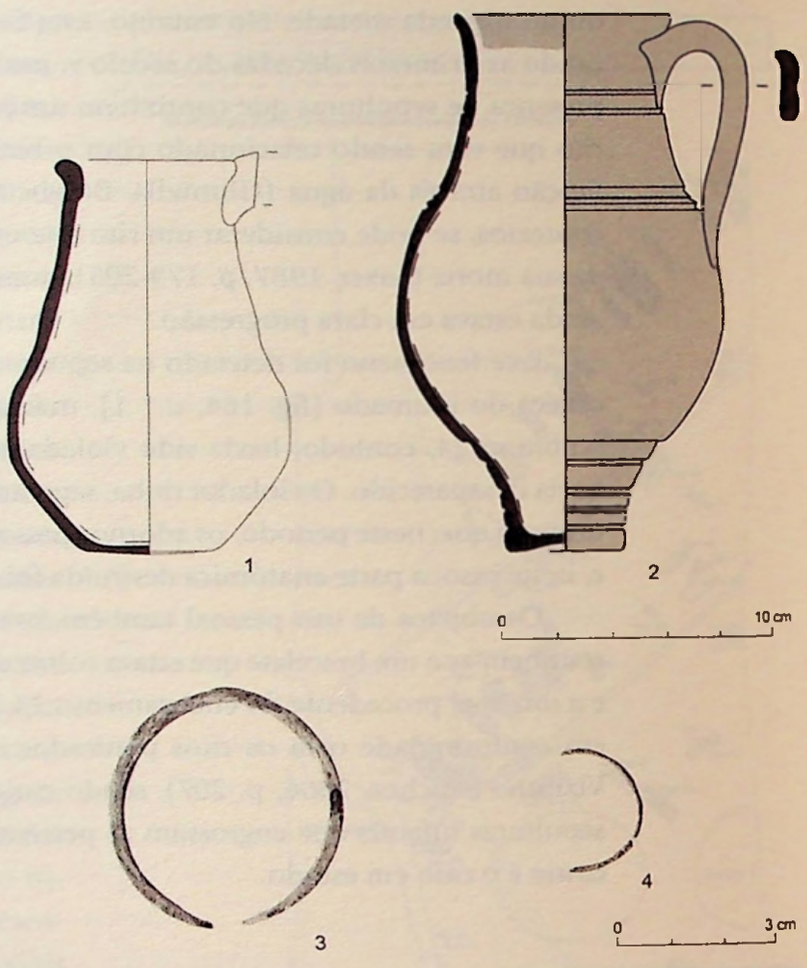


Fig. 164 — Materiais recolhidos nas sepulturas da fase 6 da necrópole de São Cristóvão. Desenho e fotografia do autor.

3.7.4.2. Breves considerações

Este é, portanto, o faseamento que entendemos para este espaço da morte. Alguma sepultura poderá estar erradamente incluída num momento durante o qual não foi edificada, e talvez seja possível admitir outras leituras para as realidades que apresentamos. Contudo, acreditamos que esta é a interpretação que melhor espelha a evolução daquela que poderá ter sido a necrópole da *villa* romana do Amendoal. A cronologia proposta, balizada entre o final do século II e o início do século V (sensivelmente 200 anos), insere-se no momento apontado para a ocupação da referida *villa* romana (Santos, 1972, p. 173-176), mas também num período de transformação dos hábitos funerários, dos ritos e sobretudo das crenças religiosas, que ditam a vida e morte dos seus praticantes. Estas alterações são particularmente visíveis na transição da fase 4 para a fase 5, traduzindo-se numa cada vez maior concentração dos *loci sepulcrales*, na rutura com as tradicionais e homogéneas orientações da necrópole e com a aparente veneração focalizada numa estrutura negativa.

A justificação para o abandono da necrópole passa também pelos mesmos argumentos. Lembramos que as áreas funerárias de tradição alto-imperial desapareceram, por completo, até ao século V e VI, o que se justifica por uma sociedade maioritariamente cristã. Esta nova crença legitimava uma nova postura perante a morte, que, embora já manifestada no rito de inumação, se expressava agora com mais evidência nos enterramentos efetuados em locais de culto, ou muito próximo destes (Amo Guinovart, 1979; Nolla Brufau e Aquilé Abadías, 1999; Mateos Cruz, 1999; Barragán Valencia, 2006), criando-se a imagem do cemitério cristão, que duraria praticamente até aos nossos dias. Assim, embora se tenham abandonado áreas funerárias originalmente pagãs, também se enjeitaram

necrópoles que já haviam recebido os primeiros cristãos, trasladando-se os espaços da morte para junto de edificações edilícias, como aconteceu com os grandes Mausoléus Constantinianos que se povoaram de sepulturas, durante o século v (Pereira, 2015). Como dizíamos, esta poderá ser uma das justificações que elucida o abandono da necrópole da Horta de São Cristóvão.

Não obstante a proximidade da necrópole norte ossonobense, preferimos comparar esta com a necrópole da *villa* romana do Milreu. Objetivamente, é com os espaço funerários rurais que mais se assemelha, sendo óbvio que as de *Ossonoba* não se enquadram nessa classificação. Além disso, lembramos as contrastantes realidades sociai e teológicas entre o mundo urbano e rural. Assim, o caso da *villa* romana de Milreu além de ser um dos que melhor se conhece a nível evolutivo, estabelece o momento em que o mundo da morte rompe com as tradicionais áreas funerárias de tradição pagã Em Milreu, durante o século v, o espaço da morte, destinado aos grupos modestos, traslada-se para o interior da *villa*, dispondo-se em redor do edifício edilício, entretanto construído. É possível afirmar que este fenómeno também ocorreu nas grandes cidades, sedes episcopais, como é o caso da cidade adjacente. Contudo, neste caso, é bem mais difícil argumentar tal facto sem vestígios que o corroborem e, como sabemos, as cidades apresentam uma trama muito incompleta de dados arqueológicos que só muito paulatinamente vai sendo preenchida.

Ao abrigo dos dados expostos, parece evidente que a necrópole do Amendoal é característica de um período em que o paganismo persiste no Império Romano, mas que começa a dar sinais de transformação. O paganismo convivia, ou pelo menos começava a conviver, desde início ou meados do século II com as religiões orientais, que lutavam contra uma sociedade politeísta que era conivente com cultos exógenos. Entre essas religiões orientais encontramos o Cristianismo, que timidamente recrutava grupos humildes através de prenúncios de igualdade. Esta realidade fica particularmente evidente a partir de meados ou final do século III, momento em que o Cristianismo começa a incorporar elementos influentes da sociedade romana e em que o culto aos mártires se faz sentir com especial fôlego.

3.7.5. Mata-Lobos

Como acontece para a grande maioria dos sítios arqueológicos do Algarve, pelo menos aqueles que temos abordado neste trabalho, a classificação do sítio de Mata-Lobos (CNS 4142) somente foi possível devido à publicação de uma notícia no periódico *Novidades* (n.º 19.171 de 2/4/1954). Esta publicação aludiu a um conjunto de quatro sepulturas, onde foram recolhidos um unguentário de vidro e uma peça cerâmica (Alarcão, 1988b, p. 208). Infelizmente nada mais se adianta.

Estas informações são claramente insuficientes para que possamos atribuir uma datação segura ao espaço. É certo que permitem assegurar que se trata de uma necrópole, mas a ausência de menção ao rito praticado e a referência ao unguentário de vidro oferecem uma baliza cronológica demasiado extensa, concretamente entre a viragem da era e o século III. Somente a análise dessa peça poderia contribuir para uma datação mais precisa.

3.7.6. Cerro de Guelhim: necrópole ocidental de Milreu

A *villa* romana do Milreu é um dos sítios romanos conhecidos no Algarve há mais tempo. Aliás, Estácio da Veiga pensava mesmo que a antiga cidade de *Ossonoba* aí se localizava e somente Abel Viana (1952) descartou essa possibilidade (Rosa, 1976), auxiliado pelo aparecimento de importantes achados epigráficos na cidade de Faro (Encarnação, 1984b; 1985).

Foi Estácio da Veiga o primeiro a explorar o sítio, colocando a descoberto abundantes estruturas e recolhendo inúmeros materiais, que, no entanto, não teve oportunidade de publicar. Ao pioneiro, seguiu-se Pereira Botto (1898), que retomou os trabalhos do seu predecessor, e também Santos Rocha, que apenas visitou o local (Arruda e Pereira, 2012).

Parece desnecessário continuar a enumerar os vários trabalhos efetuados na *villa* romana do Milreu. Esta síntese já foi efetuada (Santos, 1972, p. 179-181; Hauschild, 1984-1988, p. 123-125), continuando, ainda hoje, a ser válida. Importa referir apenas os principais intervenientes que exploraram os espaços cemiteriais desta *villa*, parecendo importante referir, desde já, que a relação entre a área explorada e a divulgação dos dados continua a ser largamente deficitária. A responsabilidade desta situação poderá ser assacada à morte do arqueólogo tavirense e principal interveniente nas duas áreas funerárias conhecidas da *villa*: a necrópole do Guelhim (CNS 959), também conhecida através do topónimo Relvinhas, e os Mausoléus. Tentaremos esboçar, como foi já tentado para outros locais, uma evolução destes espaços, que deverão culminar nos mais tardios enterramentos efetuados em redor do templo/mausoléu do século IV.

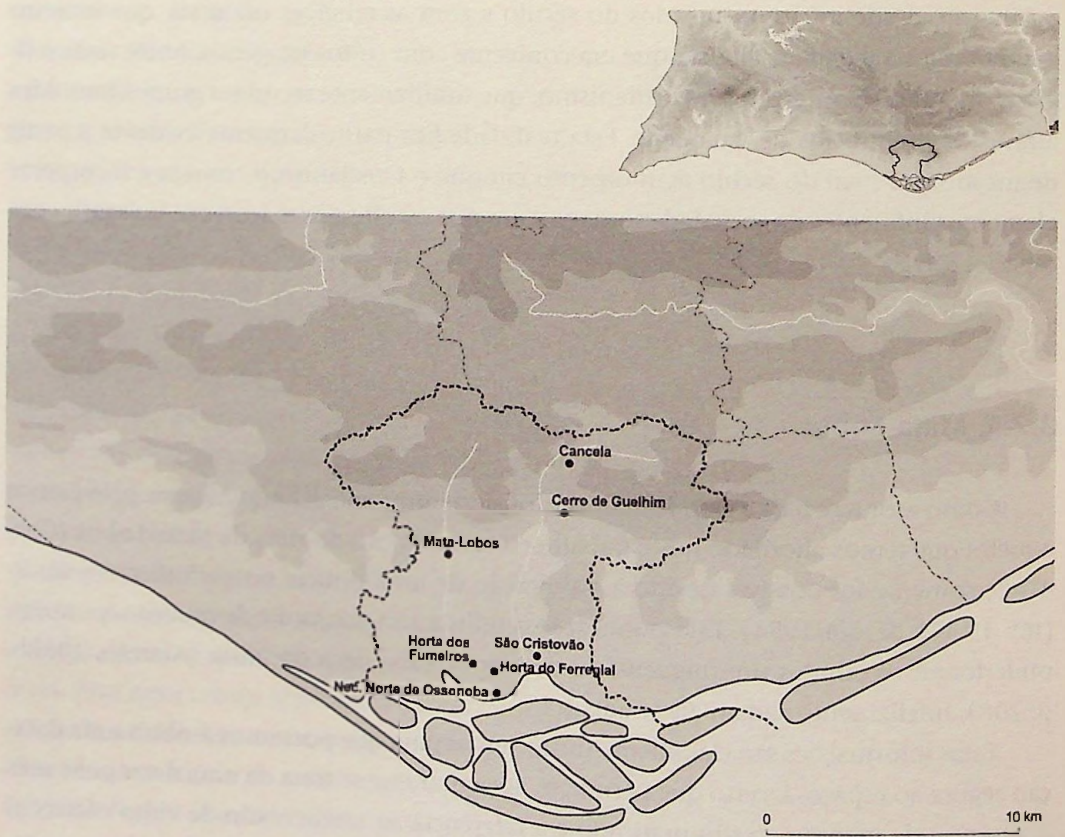


Fig. 165 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Faro. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

3.7.6.1. Os mausoléus

O primeiro e principal interveniente em Milreu foi, como já atrás se referiu, Estácio da Veiga, que colocou a descoberto a maioria das estruturas hoje visíveis, explorou a necrópole do Guelhim (fig. 165), a ocidente, e dois mausoléus, a oriente (fig. 166), próximos ao que Hauschild denominou «edifício de culto» (1984-1988). Após as explorações de Estácio da Veiga, somente no ano de 1982 se voltaria a intervencionar os mausoléus, trabalhos efetuados pela equipa do Instituto Arqueológico Alemão. Infelizmente, quer da necrópole, quer dos Mausoléus, as informações são escassas e muito breves. Félix Teichner foi quem dedicou algumas páginas aos mausoléus, reconhecendo que cada estrutura estava destinada a diferentes ritos de deposição do cadáver (2008b, p. 240-243).

Admitimos que os mausoléus são de difícil interpretação, estando esta fortemente condicionada por vários fatores que impedem de tecer ilações seguras sobre estes edifícios. Em primeiro lugar, refira-se a limitada divulgação, efetuada numa língua que nos tolhe a compreensão, a que se segue a invisibilidade atual dos monumentos, localizados em terrenos privados. No entanto, devemos inserir estes edifícios na evolução dos espaços da morte da *villa* algarvia, pelo que nos atrevemos a ir um pouco mais longe.

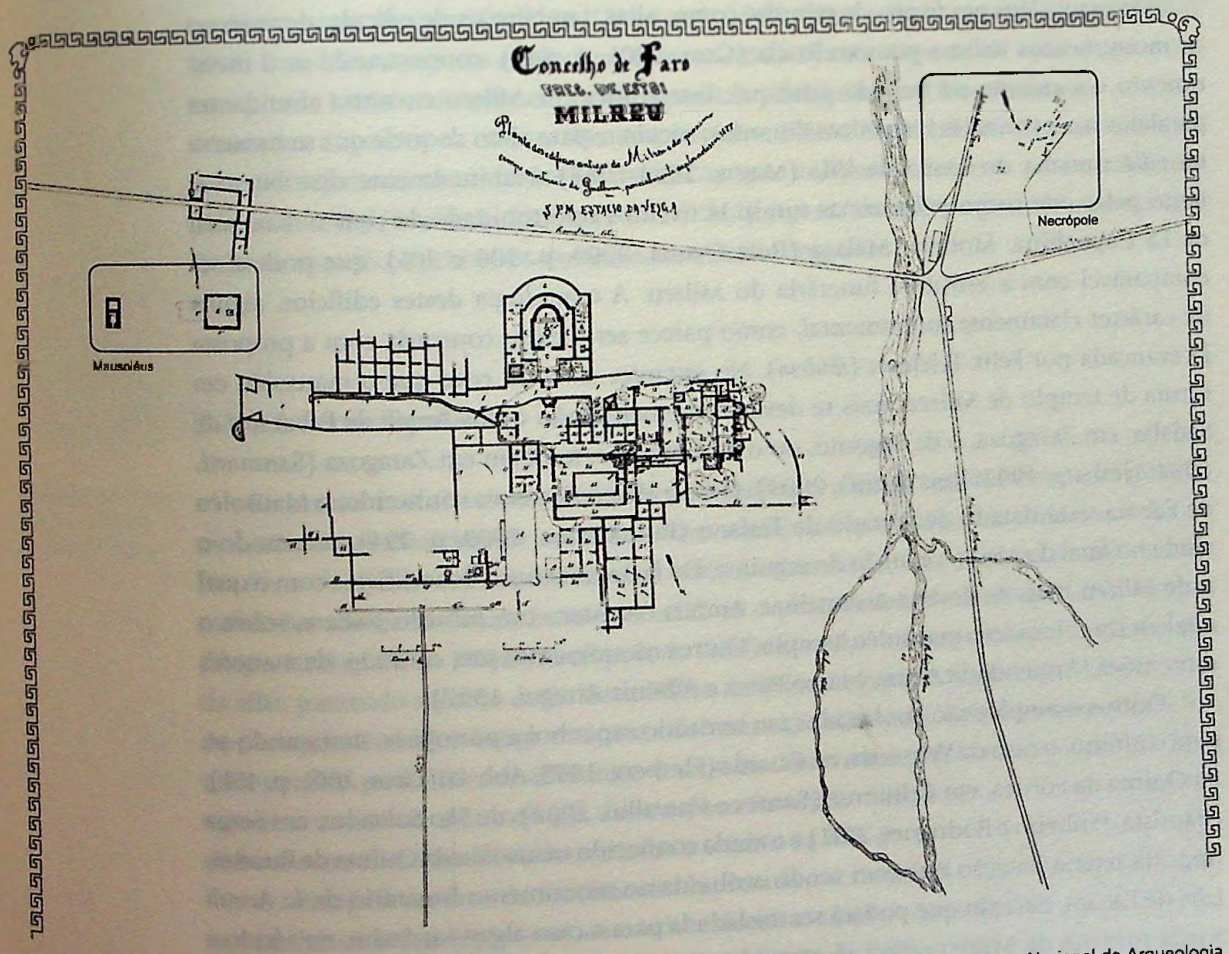


Fig. 166 — Planta da *villa* romana de Milreu com localização da necrópole e dos mausoléus. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia. Reproduzida por Maria Luísa Affonso dos Santos (1972, p. 217).

Explorados por Estácio da Veiga e reescavados por Hauschild, não é fácil concluir a melhor classificação a atribuir-lhes. Lembramos os casos da *villa* romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013) e da Quinta de Marim, cuja planta quadrangular das edificações parece denunciar um desenvolvimento vertical em edícula. A incerteza nas classificações espelha-se nas diferentes denominações atribuídas a edifícios de idêntica morfologia, enquadrados quer na categoria de mausoléus turriformes (Numrich, 1997; Cancela, 2002, p. 177), quer na de mausoléus de teto piramidal (Mansuelli, 1963). No entanto, um dos mausoléus romanos da *villa* de Milreu, precisamente o mais antigo, não parece ser tão ambíguo como a maioria dos casos.

Trata-se de uma edificação maciça, de planta retangular com alçados elevados com grandes blocos graníticos e com um acesso em escadaria do lado este, que ocupa todo o alçado. O *podium* do edifício tem um comprimento que ultrapassa os 10 metros, comprovando a evidente monumentalidade (Teichner, 2008b, p. 241, Abb. 119). A maioria destes edifícios ostenta uma planta quadrangular ou, mais frequentemente retangular, e sem qualquer abertura (Ruiz Osuna, 2009, p. 287). Geralmente são considerados monumentos eminentemente honoríficos (Hesberg, 1994, p. 93), o que contraria a coletividade funerária. No caso algarvio de Milreu, ficou comprovada esta última função, pela existência de uma câmara, na metade oeste do edifício, com vários *loculi* (Teichner, 2008b, p. 240-245) destinados a albergar as urnas cinerárias dos proprietários da *villa*.

Os mausoléus em forma de templo, como, aliás, também os de edícula, deverão ser os monumentos itálicos por excelência (Gros, 2001, p. 449), concentrando-se o investimento e a atenção na fachada principal. Este edifício de Milreu encontra abundantes paralelos nas províncias hispânicas durante o século II, para além daquele que se conserva na *villa* romana do Cerro da Vila (Matos, 1984-1988). Habitualmente distribuem-se tanto pelas *urbs* como pelas zonas rurais. Já tivemos oportunidade de citar o mausoléu de La Capuchina, Mollina, Málaga (Ruiz Osuna, 2009, p. 300 e 301), que poderá ser comparável com a estrutura funerária do Milreu. A cronologia destes edifícios, alguns de carácter claramente monumental, como parece ser o caso, concorda com a proposta já avançada por Félix Teichner (*ibidem*). No entanto, os casos com que o mausoléu em forma de templo de Milreu mais se deveria assemelhar são o dos *Aemili* de Fabara, o de Sádaba, em Zaragoza, o de Sagunto, ou o de Chiprana, também em Zaragoza (Sanmartí, 1984; Hesberg, 1993; Ruiz Osuna, 2009). O caso Hispânico mais conhecido, o Mausoléu de Fabara, está datado de reinado de Trajano (Ruiz Osuna, 2009, p. 294), colocando-o ainda no final do século I e início do seguinte. De facto, este é um dos edifícios com o qual o de Milreu mais se deveria assemelhar. Ambos ostentam um robusto *podium*, sobre o qual estava colocado o mausoléu/templo. Outros monumentos são, contudo, de menores dimensões (Armendáriz Aznar, Mateo Pérez e Albéniz Arregui, 1997).

Outros exemplos são conhecidos em território espanhol e português, destacando-se, para o último, o caso da Vermiosa, na Guarda (Hesberg, 1993, Abb. 84; Gros, 2001, p. 451), da Quinta da Fórnea, em Belmonte (Santos e Carvalho, 2008), de São Salvador, em Serpa (Baptista, Pinheiro e Rodrigues, 2011) e o ainda conhecido mausoléu da Quinta de Bucelas. Importa reter a datação que vem sendo atribuída ao monumento funerário de *L. Aemili Lupi* de Fabara, datação que poderá ser trasladada para o caso algarvio. Assim, no século II a *villa* romana de Milreu estava já ocupada com os equipamentos típicos de uma ocupação com estas características, entre estes o monumental memorial dos proprietários.

No entanto, mesmo admitindo que o monumento funerário foi construído ainda no final do século I, não temos outros contextos funerários aristocráticos que permitam retroceder à de fundação da *villa*, ou seja, à primeira metade do século I (Teichner, 2001, 2008a, p. 93-200, 2008b). Esta ausência, contudo, pode dever-se a vários fatores, tal como o desfasamento entre a construção da *villa* e a morte do primeiro proprietário, ou a preferência do enterramento deste na cidade de *Ossonoba*.

Certamente que o mausoléu em forma de templo estaria destinado à *gens* da *villa* o que parece estar comprovado pela existência de mais de um nicho para a colocação das urnas cinerárias, que devem ter sido usados, pelo menos, durante todo o século II. Todavia, a alteração no tratamento do cadáver acabou também por chegar a esta *villa* rural o que certamente justificou a construção de outro mausoléu, mais pequeno, sem que o primeiro tenha sido desmantelado. Lembramos que o culto aos antepassados obrigava à manutenção dos seus memoriais que, neste caso, era todo um edifício monumental.

Do ponto de vista morfológico, parece evidente que se trata de duas edificações bastante semelhantes, em que a primeira influenciou, inequivocamente, a construção da segunda. No entanto, é possível admitir que tipologicamente é mais difícil classificar o segundo caso, que, embora também se possa inserir nos mausoléus em forma de templo, tem um desenvolvimento vertical que pode denunciar uma forma semelhante à dos «mausoléus-casa», como o caso de Villarodona, em *Tarraco*, que também não encontra consenso entre os investigadores (Sanmartí, 1984; Gurt i Esparraguera e Macías Solé, 2002; Gurt i Esparraguera e Sánchez Ramos, 2010). O monumento de Milreu apresenta uma planta idêntica ao primeiro, mas agora com duas câmaras funerárias, que estariam destinadas a receber os corpos dos proprietários. Não é fácil atribuir-lhe uma datação, pelo que seguimos as propostas já avançadas, que indicam o século III para a utilização deste mausoléu (Teichner, 2008a, p. 242 e 243). Apesar de tudo, é possível admitir que tenha alcançado os primeiros decénios da centúria seguinte.

3.7.6.2. A necrópole

Enquanto os senhores da *villa* romana de Milreu se faziam sepultar dentro de grandes monumentos funerários, os serviçais eram soterrados a ocidente da *villa*, passando o Rio Seco. É evidente o distanciamento entre as duas áreas, que pretendia separar duas realidades sociais distintas, facto que, aliás, já o próprio Estácio da Veiga havia notado (Veiga, 1891, p. 102 e 103). A necrópole do Guelhim está consideravelmente mais afastada da *villa*, passando mesmo o Rio Seco. Além da evidente representação simbólica do rito de passagem dos Rios Estige e Aqueronte, esta separação pela linha de água é também uma medida profilática, dividindo-se o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Falta apurar, contudo, se a cronologia deste espaço funerário é coincidente com a cronologia dos monumentos funerários localizados a oriente da *villa*.

A necrópole romana do Guelhim foi explorada por Estácio da Veiga, que, infelizmente, não deixou informações ou manuscritos detalhados sobre os trabalhos que aí efetuou. No *Catalogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro* apenas referiu a recolha de «louças inteiras e fracturadas das sepulturas do Guelhim», «pregos extraídos das sepulturas»

e «anneis, braceletes, argolas de orelha, compasso de ferro e outros objectos miúdos» (Veiga, 1878, p. 42). Num dos manuscritos, consultável no acervo depositado no Museu Nacional de Arqueologia, mencionou ainda a recolha de um «ovo de galinha, achado dentro de sepultura».

Sobre a localização da área escavada, apesar de algumas discordâncias potenciadas pelo topónimo Relvinhas e pelo afastamento do Cerro do Guelhim, creio que é atualmente indiscutível o seu posicionamento entre a antiga estrada nacional e a nova nacional 2. A planta encomendada por Estácio (n.º 25) parece esclarecer bem a posição da intervenção. Aí, o pioneiro explorou, pelo menos, 41 sepulturas, representadas no canto superior direito da referida planta (fig. 166). A degradação do suporte do desenho não permite, contudo, saber se estariam mais túmulos representados. Intuímos que as sepulturas representadas correspondem integralmente a inumações, mas desconhecemos se terá sido detetada alguma incineração, ainda que os poucos dados existentes em nada apontem nesse sentido. Ignoramos ainda qual seria a arquitetura das câmaras funerárias subterreas.

O conjunto de materiais recuperados soma 23 artefactos, que não representa, de todo, a totalidade do mobiliário funerário desta necrópole. Entre estes materiais não se encontram alguns dos que Estácio da Veiga referiu, como é, por exemplo, o caso do compasso de ferro (fig. 167), cujo paradeiro desconhecemos. Ainda assim, admitimos que a ausência dos materiais entretanto perdidos não deve desvirtuar o conjunto que, composto maioritariamente por peças que espelham o estatuto social dos inumados, inclui maioritariamente cerâmicas comuns e algumas lucernas, além dos artefactos de bronze. Com base nestes dados podemos avaliar o âmbito cronológico de utilização deste espaço cemiterial e se ele é, ou não, coincidente com a utilização dos mausoléus.

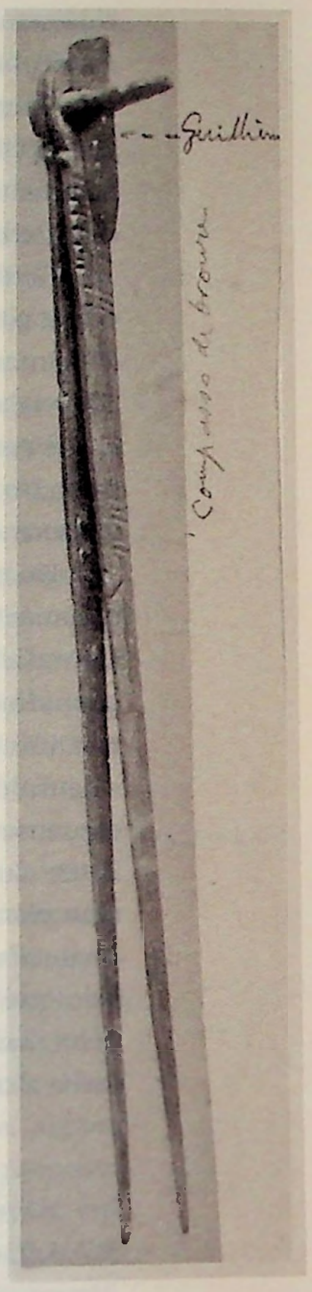


Fig. 167 — Compasso de ferro recolhido na necrópole do Guelhim. Arquivo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Ao avaliar o conjunto, a primeira conclusão que se impõe é que estamos, de facto, perante materiais pobres, comparativamente com outras necrópoles algarvias do período romano. Dez das vinte e três peças são cerâmicas comuns, fabricadas localmente, delatando formas aparentemente mais aptas à condição servil, como é o caso das bilhas, dos potes e das panelas. Além destas cerâmicas observam-se ainda três lucernas, também de produção local/regional, que, tal como as cerâmicas comuns, ostentam evidentes defeitos de fabrico. A única peça que parece desenquadrar-se desta leitura é um fragmento de lucerna do tipo Dressel-Lamboglia 11, que, pela sua má conservação, pode ser proveniente de outros contextos que não o funerário. Este exemplar apresenta uma pasta que sugere ter sido produzido no litoral andaluz, ostentando, no disco, uma luta de galináceos (fig. 168). Além do desenquadramento estético e social, esta peça também não apresenta uma datação idêntica à dos restantes materiais, pois a sua maior difusão, durante a segunda metade do século I, contraria a cronologia mais tardia dos restantes materiais. Ainda assim, deve-se considerar esta uma cronologia de *terminus post quem* do espaço funerário.

A maioria dos materiais oferece balizas cronológicas que variam entre os séculos II e IV, mas devido ao facto de a maioria corresponder a cerâmicas comuns, nem sempre

Fig. 168 — Lucerna da série de volutas com representação de luta de aves. Fotografia do autor.

lográmos datações precisas. Fazem parte do mobiliário funerário três peças que correspondem a uma taça (fig. 169, n.º 1) e duas tigelas (n.º 2 e 3). A primeira vem sendo denominada de tigela de bordo voltado para dentro (Pinto, 1999, p. 286-288), mas, escudados pelos critérios adotados pelos investigadores do Museu do Homem (Balfet, Fauvet-Berthelot e Monzón, 1983) preferimos classificar este exemplar de taça, uma vez que apresenta um diâmetro de bordo claramente inferior ao diâmetro máximo da peça. Este vaso apresenta um fabrico e dimensões que permitem a sua inclusão na tipologia das malgas alto-alentejanas documentadas por Nolen (1985, p. 93, 95 e 96) mas os paralelos mais próximos deverão ser as taças idênticas de produção bética, importadas desde o século IV ou III a. C (Niveau de Villedary y Marinas, 2000; Faro Carballa e Unzu Urmeneta, 2006), o que, aliás, também se aplica à tigela de bordo aplanado (fig. 169, n.º 2). Não obstante as preexistências, a dilatada datação atribuível a estes exemplares deverá localizar-se entre momento centrado do século I e meados do século III.

A tigela de bordo exvertido, em aba horizontal e com uma moldura no extremo, oferece as mesmas características tecnopetrológicas de uma produção local/regional. No entanto, a morfologia é mais complexa e dever-se-á inspirar em produções exógenas. Efetivamente, encontra semelhanças com as tigelas de *terra sigillata* clara C do tipo Hayes 71 e ainda com as formas Hayes 73 e 74 da *sigillata* clara D. Mas estas formas estão pouco representadas no Algarve, comprometendo a inspiração nestes exemplares norte-africanos, e a forma 74 está mesmo ausente dos contextos tardios (Viegas, 2011). Também é plausível que esta tigela se possa inspirar nas peças vítreas, concretamente nas taças de tipo Isings 34 (1952), bastante abundantes por todo o território algarvio. Se é difícil encontrar o modelo que inspirou o seu fabrico, mais difícil é atribuir-lhe uma datação fiável sem que tenhamos conhecimento do seu contexto. Se atendermos às semelhanças com as peças de vidro, quiçá uma datação do século II ou primeira metade do III possa ser a mais adequada. No entanto, se considerarmos que as semelhanças são mais evidentes com a *sigillata* norte-africana, a datação deverá avançar consideravelmente.

Além destes artefactos, dois púcaros são provenientes da necrópole do Guelhim, um produzido no litoral da província da Bética (fig. 169, n.º 4), o outro, fabricado na região (n.º 5). O primeiro oferece as típicas características destas peças, concretamente o bordo exvertido e as duas asas que arrancam a partir deste, o fundo plano e liso e uma pequena saliência a meio do corpo, lembrando uma carena. Tem como principais diferenças o bordo biselado exvertido, o colo alto e ligeiramente oblíquo, ostentando apenas uma asa que liga o bordo ao meio do corpo. O número de asas não tem qualquer significado cronológico, nem sequer a sua presença/ausência (Alarcão, 1975, p. 34; Nolen, 1985, p. 67; Pinto, 2003, p. 81; Gonçalves, 2012, p. 107). Já referimos por várias vezes neste trabalho que estes recipientes oferecem amplas balizas cronológicas que compreendem o final do Alto-Império e toda a Tardo-Antiguidade, o que, sem outros elementos, coíbem uma apreciação cronológica mais precisa. A análise de conjunto também não permite avançar nesse aspeto, pois, como vemos, é temporalmente pouco homogéneo.

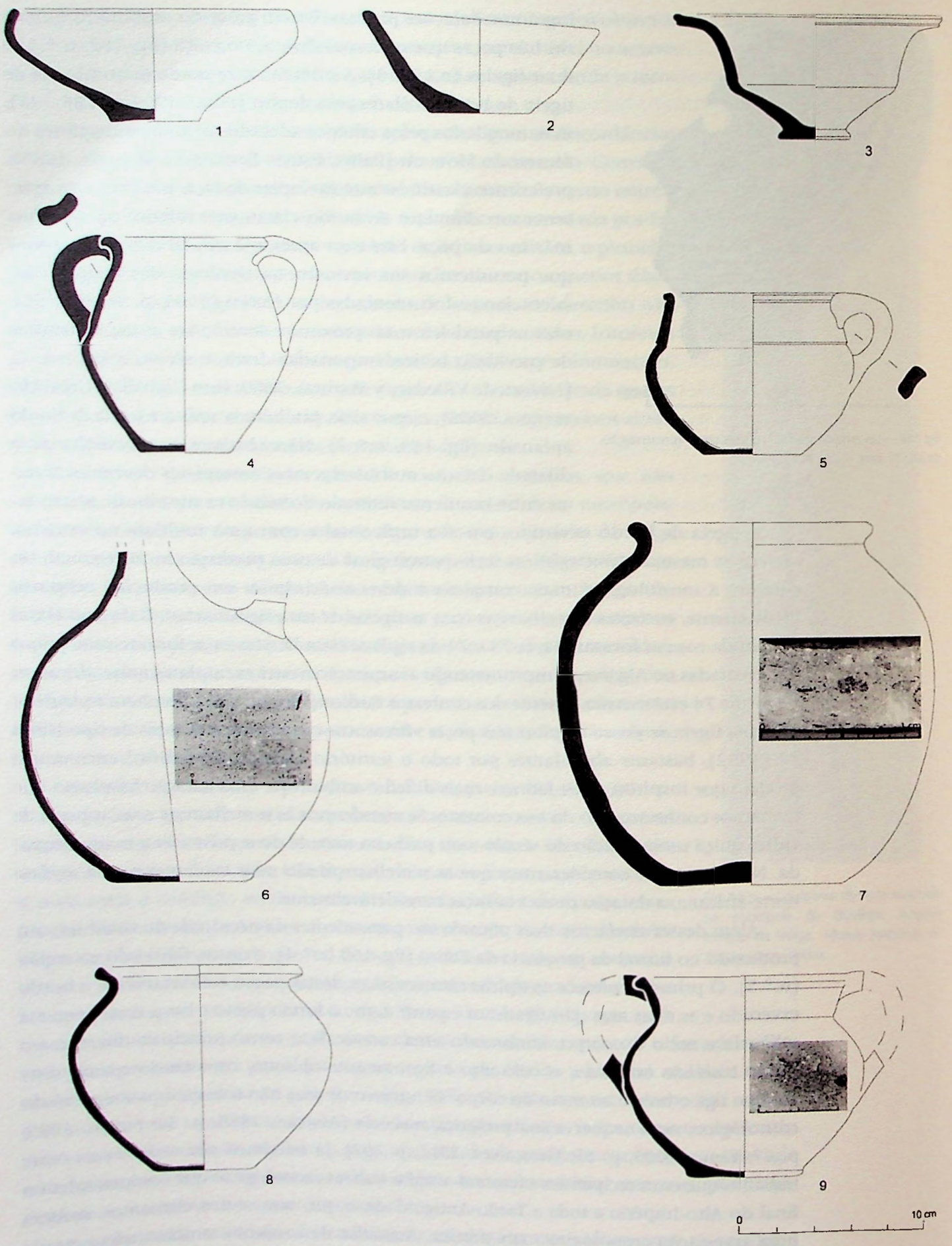


Fig. 169 — Materiais provenientes da necrópole do Guelhim. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Se alguns materiais denunciam uma inspiração em produtos béticos chegados através do litoral, a bilha de cerâmica comum (fig. 169, n.º 6) encontra os paralelos mais imediatos no interior alentejano. Corresponde a uma das formas mais típicas das bilhas de produção alentejana, de tipo 2-d de Nolen (1995-1997, p. 387, fig. 2, n.º 64), documentada no espólio da Rouca, e que a investigadora que estudou o sítio denomina de «bilha de bojo em forma de falsa cabaça» (Rolo, 2010, p. 56 e 57). A ausência do colo, bordo e asa do exemplar algarvio impossibilita um enquadramento tipológico mais preciso. Se já foi colocada a hipótese da existência de uma oficina especializada no fabrico deste tipo de bilhas na região de Montargil (Nolen, 1985, p. 48), e ainda a possibilidade da existência de outros centros oleiros na região alto-alentejana (Rolo, 2010, p. 57), podemos concluir que estas produções gozaram de uma maior disseminação do que a preconizada, ou então devemos refletir acerca da pluralidade de centros que fabricaram pontualmente estas peças. Nolen propõe para esta forma uma cronologia da segunda metade do século I – primeiro quartel do século II d. C. (Nolen, 1985, p. 49 e 50, 1995-1997, p. 368), cronologia corroborada pelos exemplares da necrópole da Rouca (Rolo, 2010, p. 57), onde se achavam associadas a materiais que parecem estender a baliza até, pelo menos, meados do século II.

Reconhecemos ainda a existência de duas peças que classificámos como potes/panelas (fig. 169, n.º 7 e 8), distinção nem sempre fácil. Jorge de Alarcão (1974, p. 35) definiu este tipo de artefacto como panelas de corpo ovoide e boca larga, raramente com asas, utilizadas para cozinhar, ao que Jeannette Nolen somou a grande variedade de tamanhos, a multiplicidade de formas e finalidades, acrescentando que podem ser produzidos local ou regionalmente (1985). Inês Vaz Pinto mantém as definições atribuídas, reconhecendo, contudo, que algumas peças apresentam marcas de fogo, separando as panelas dos potes pela sua funcionalidade (Pinto, 2003), o que nem sempre é distinguível. Importa reter sobretudo as amplas balizas cronológicas dos contextos em que estes são documentados, sendo transversais a todos os horizontes da *villa* romana de São Cucufate, com uma morfologia quase imutável.

Mais difícil de classificar é a panela (fig. 169, n.º 9) de bordo exvertido e engrossado externamente, colo oblíquo e asas que, arrancando do bordo, ligam ao meio do corpo da peça. Embora acusando evidentes diferenças, quiçá possamos considerá-la uma variante do tipo VIII-3 reconhecido entre os materiais da *villa* romana de São Cucufate (Pinto, 2003, p. 420-425), que inclui panelas de bordo exvertido, oblíquo, com pança ovoide e duas asas. Nesse local, estas peças foram documentadas com especial abundância nos horizontes 3 e 4, oferecendo um espetro cronológico balizado entre meados do século II e meados do século IV.

A análise da cerâmica comum permite considerar que este espaço terá recebido os falecidos da *villa* romana de Milreu durante os séculos II e IV, datação que concorda com a utilização dos mausoléus senhoriais. No entanto, alguma sepultura claramente posterior ao século IV deveria existir na necrópole do Guelhim. A recolha de uma garrafa de cerâmica com uma cronologia centrada na segunda metade do século VII, dita de tradição visigótica (Alba Calzado e Gutiérrez Lloret, 2009), obriga a ponderar que este espaço cemiterial continuou a ser utilizado após o século IV (fig. 170, n.º 1). De facto, não podemos esquecer que a ausência de mobiliário funerário é uma realidade constante nos séculos IV, V e VI, momento em que apenas se permite depositar os elementos de uso pessoal. Esta garrafa,

contudo, é posterior a essa fase e não temos elementos que corroborem a existência, ou não, de sepulturas nesse momento tardio, especialmente no século VI. Não é improvável, ainda, que possa ser proveniente de outros contextos.

O conjunto «lychnológico», além do fragmento já descrito, inclui ainda um exemplar de tipo Dressel-Lamboglia 25 (fig. 170, n.º 2) e outro de tipo Dressel-Lamboglia 28. O primeiro exemplar ostenta características extremamente raras em território nacional, além de as lucernas deste tipo não serem muito frequentes. Trata-se de uma lucerna de disco com decoração em espinha na orla e dois apêndices. No disco, oferece uma decoração erótica onde, no leito, a mulher se encontra deitada de costas, apoiada sobre os braços, e o homem está de joelhos de frente para ela. Parece tratar-se de um homem barbado. Junto à asa, na parte inferior da peça, está o que parece ser um pequeno laço estilizado, e que pode ter servido, simultaneamente, como contramarca. Os exemplares com estas características vêm sendo datados do século II, podendo alcançar as primeiras décadas do século seguinte.

A raridade desta lucerna reside, contudo, na associação da produção com a marca que ostenta. Por outras palavras, as características tecnopetrológicas da pasta, embora difíceis de descrever pelo facto de a peça não apresentar fraturas, parecem remeter para um fabrico local/regional, interpretação que, contudo, é tolhida pela presença de uma marca grega na base. Efetivamente, a presença desta marca intimidou a consideração da produção local/regional. A marca parece corresponder aos carateres Πίρείμου, e deverá corresponder ao oleiro Pireimos, podendo tratar-se de uma variante da fórmula da *figlina* de Preimos (Πρείμου) identificada no trabalho de Philippe Bruneau sobre as lucernas coríntias (1971, p. 448 e 449, fig. 4 e 5). De facto, a diferença entre as duas marcas reside apenas em uma letra.

A presença desta marca obriga, portanto, a redobrados cuidados na atribuição desta lucerna a uma produção local. Ou esta peça é, de facto, uma importação grega da qual desconhecemos as características petrográficas ou pertencia aos serviçais da *villa*, podendo ter sido produzida localmente por um indivíduo grego. A presença de populações com tal origem no Algarve não constitui hoje qualquer dúvida (Encarnação, 1984a). Contudo, a marca não parece ser inédita, e deverá ser atribuída a um *atelier* que laborou na região de Coríntio, proposta avançada há muito (Bruneau, 1971, p. 448), e que pode anular a provável produção local.

A outra lucerna é enquadrável na forma VIIIC de Deneauve (1969), na qual o autor distingue entre as lucernas de orla decorada com o bico em forma de coração e as lucernas de bico liso. A peça algarvia é claramente de bico liso, não encontrando, portanto, paralelo na tipologia de Dressel, que apenas divide as peças pela presença ou ausência de decoração na orla. Na orla, ostenta cachos de uva encimados por duas folhas de videira, de cada lado da asa. O disco, pouco profundo, ostenta uma figura já identificada com Leda e o cisne (Almeida, 1953, p. 173, n.º 152).

Tal como aconteceu com o exemplar anterior, também a este não é fácil atribuir uma inequívoca produção local/regional, principalmente se tivermos em conta que as produções «lychnológicas» tardias são cada vez mais despreocupadas com a qualidade das decorações. O certo é que as características deste exemplar parecem inspirar-se claramente em protótipos norte-africanos, aliás peculiares pelas complexas decorações na orla, e que deverão ter gozado de uma ampla difusão entre o último quartel do século II e em toda a centúria seguinte (Bonifay, 2004, p. 329-331).

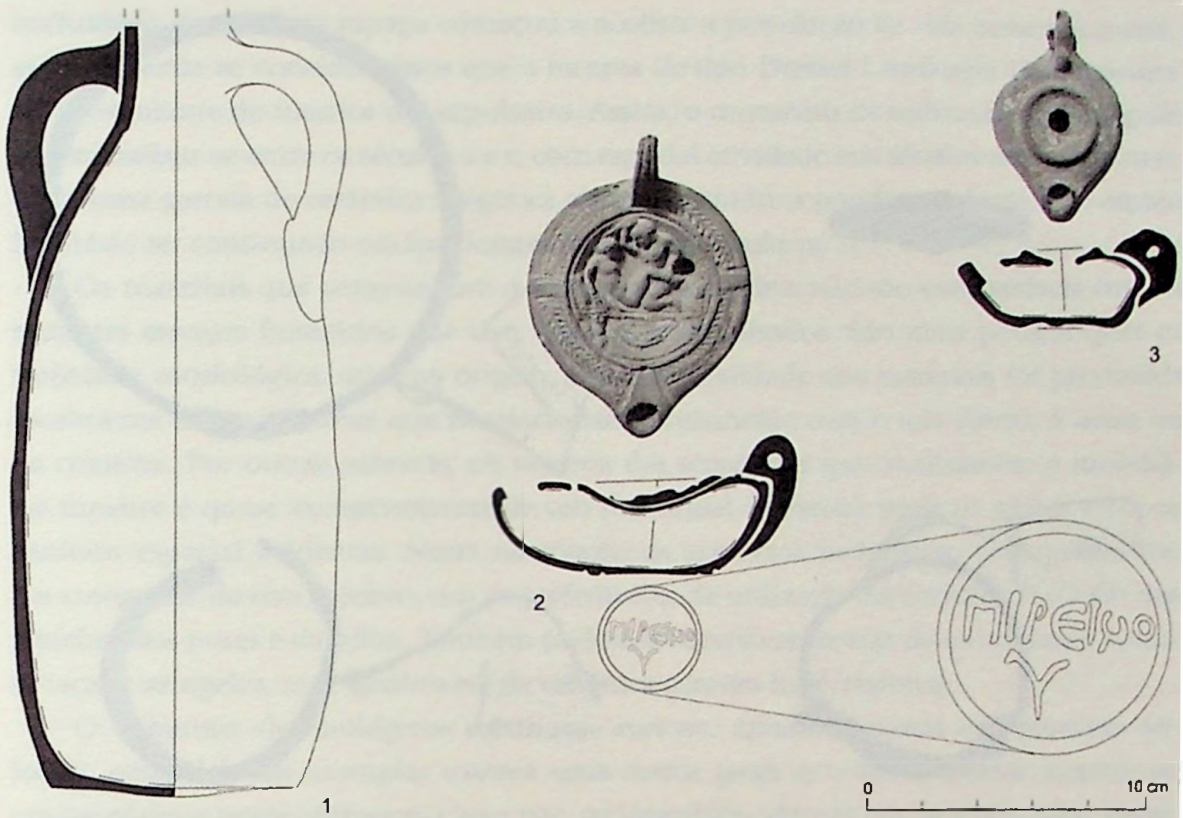


Fig. 170 — Materiais provenientes da necrópole do Guelhim. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Seguramente de fabrico local/regional é outra peça que completa o conjunto de cerâmicas de iluminação (fig. 170, n.º 3). Apresenta apenas uma moldura no disco, em relevo, e na base, côncava, tem um grande ponto também em relevo, não se percebendo com clareza se estamos perante uma marca anepígrafa ou se, pelo contrário, se trata de um defeito de produção. A morfologia atípica impossibilita o seu correto enquadramento nas tipologias já existentes, realidade frequente no que se refere a peças que constituem fabricos próprios de determinada área geográfica, como parece ser o caso. Ainda assim, estas peças parecem imitar o tipo Dressel-Lamboglia 30B, motivo pelo qual mostram uma disseminação maior do que aquela que seria espectável. De facto, em Lisboa encontramos um exemplar análogo (Vieira, 2011, estampa III, n.º 9), também de produção local/regional. Já tivemos oportunidade de referir que, a partir do século III, se assiste a uma cada vez maior produção autossuficiente de materiais de iluminação. Com efeito, uma cronologia centrada entre meados do século III e meados do século seguinte parece ser a datação mais adequada para este exemplar algarvio.

Resta expor os objetos de uso pessoal, todos de bronze, recolhidos na necrópole do Guelhim por Estácio da Veiga. O conjunto é composto por um anel, três braceletes ou pulseiras e três brincos (fig. 171).

O anel oferece uma secção ovalada, aberto na parte de trás, e a mesa, decorada, é pouco espessada e tem forma de losango. Tem um diâmetro de 2.2 centímetros, tamanho consideravelmente alargado, devendo ter pertencido a um indivíduo masculino. Estes anéis têm sido identificados sobretudo em contextos tardios, séculos IV e V, o que tem contribuído para que alguns autores os relacionem com o Cristianismo (Segura Herrero e Tordera Guarinos, 2000, p. 266-268, fig. 3.3).

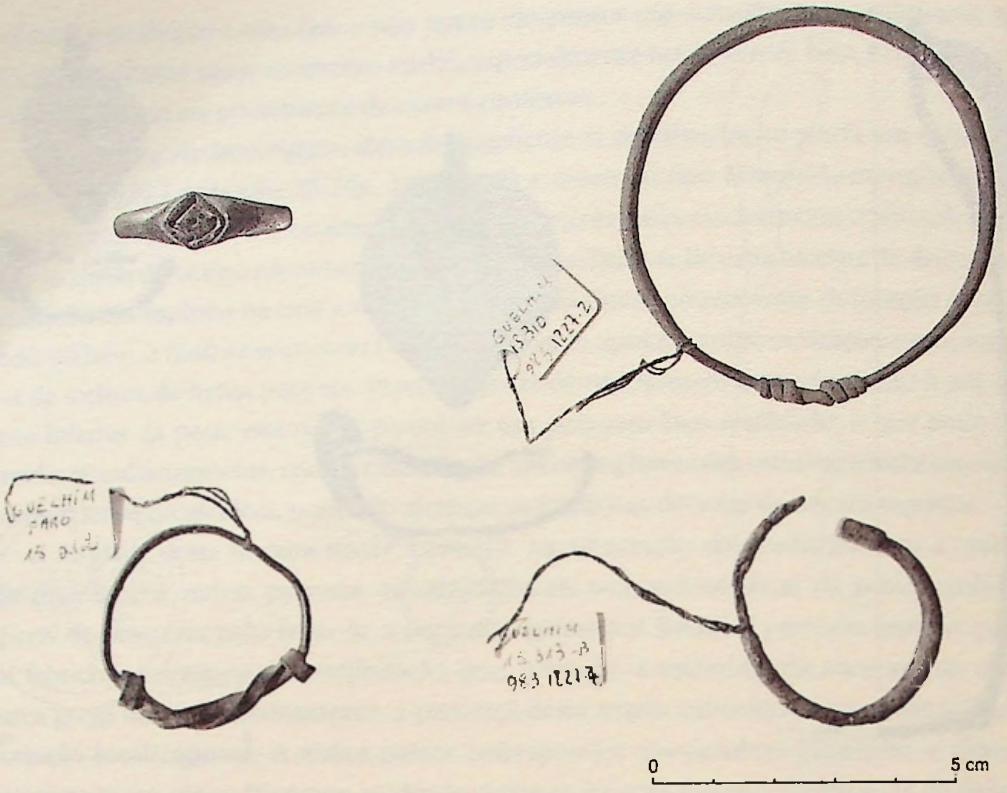


Fig. 171 — Artefactos metálicos provenientes da necrópole do Guelhim. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Os braceletes e os brincos não são os melhores indicadores cronológicos para afinar o momento de utilização desta necrópole. As datações que oferecem balizam-se nas já indicadas por outros materiais. Sobre estes materiais, importa ainda reter que nem sempre é possível a distinção entre bracelete e pulseira, dependendo do local em que era utilizado, e que não se trata de um adorno de uso exclusivamente feminino. Duas das peças são compostas por um fio de metal de secção circular em que as extremidades se enrolam sobre si mesmo. A outra termina com as extremidades lanceoladas, ou, comummente, ditas em forma de cabeça de serpente. Os diâmetros, que variam entre os 5,5 e os 6 centímetros, indicam que podem ter sido utilizados como pulseiras, ou, caso os seus utilizadores fossem subaldultos, como braceletes. De facto, notámos uma maior utilização destes artefactos por parte de indivíduos jovens. Os primeiros podem ser datados entre os séculos II e IV, contudo, o último é claramente mais tardio, o que está comprovado pelo seu aparecimento em contextos situados entre o século IV e o século VI (Iniesta Sanmartín e Martínez Alcalde, 2000, p. 221, fig. 9).

3.7.6.3. Reflexões finais

Apresentados os materiais da necrópole de inumação a ocidente da *villa* de Milreu, resta efetuar um balanço dos dados, correlacionando-os entre si. Embora tenhamos apresentado alguns materiais que podem ser datados do século I, não temos indícios

irrefutáveis de que este espaço começou a acolher a população da *villa* nesse momento, especialmente se considerarmos que a lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 11 não deverá ser proveniente do interior das sepulturas. Assim, o momento de utilização da necrópole deverá balizar-se entre os séculos II e V, com especial atividade nos séculos III e IV. A presença de uma garrafa de cerâmica visigótica obriga, contudo, a ponderar o facto de o espaço funerário ter continuado em funcionamento até ao século VII.

Os materiais que compunham o mobiliário funerário não são comparáveis com os restantes espaços funerários que têm vindo a ser analisados. São mais pobres, quer na variedade morfológica, quer na origem. A quase totalidade dos materiais foi produzida localmente e acusa formas que se relacionam diretamente com o uso diário, à mesa ou na cozinha. Por outras palavras, na maioria das sepulturas que analisámos, o mobiliário fúnebre é quase exclusivamente de uso individual e pessoal, onde os pratos e copos ganham especial evidência. Nesta necrópole, os artefactos incluem-se, principalmente, em categorias de uso coletivo, ou, se preferirmos, de utilização na cozinha. É o caso das panelas, dos potes e da bilha. Também pudemos identificar formas de uso pessoal, como as taças e as tigelas, mas igualmente de cerâmica comum local/regional.

O conjunto «lychnológico» é bastante curioso. Apresenta pastas que parecem ser locais, contudo, um exemplar ostenta uma marca grega e, o outro, parece inspirar-se em protótipos norte-africanos. Creio não ser descabido afirmar que também estas peças denunciam a condição servil dos inumados. Infelizmente, os artefactos metálicos de uso pessoal não permitem aclarar esta situação.

A estela e a placa funerárias recolhidas na necrópole confirmam a presença de inumados de origem grega (Encarnação, 1984a, p. 61-68), além de consolidarem a cronologia avançada. Tanto Daphine como Acte são, de facto, nomes claramente de origem grega, e ambos estariam ao serviço na *villa*, sendo possivelmente escravos ou libertos, o que é comprovado por epitáfios sem qualquer filiação ou *cognomen*.

A análise dos dois espaços funerários da *villa* romana de Milreu parece, portanto, estar em conformidade com a realidade da época e com o que Estácio da Veiga havia já avançado. Pelo menos até ao século IV, a arqueologia da morte corrobora a utilização de duas áreas funerárias diferenciadas no que respeita à arquitetura funerária, aos ritos praticados, ao mobiliário funerário e aos indivíduos sepultados. Coincidem, como era espectável, no âmbito cronológico. As duas áreas começaram a ser utilizadas no final do século I, mais seguramente no século II, e permanecem em utilização até momento indeterminado do século IV. No entanto, a partir de então a *villa* romana assistiu a consideráveis alterações que se refletiram especialmente no mundo da morte.

O momento em que foi construído o «edifício de culto» parece ser o momento-chave para a compreensão da mudança para uma nova conceção de mundo da morte na Antiguidade. Já avançámos com algumas interpretações sobre estes edifícios, concretamente sobre o da Quinta de Marim (Pereira, 2015). Tudo indica, contudo, que a mudança não foi repentina e não há consenso sobre a função que os referidos edifícios desempenharam.

Denominados por alguns de templos pagãos, outros defenderam que poderão ter sido construídos ao serviço da cristandade, opinião que partilho, provavelmente com propósitos funerários ou simplesmente para albergar relíquias, que acabaram por servir de modelo, e onde se praticaria, abertamente, o novo credo. É curioso notar que T. Hauschild, embora considere que esta edificação estava destinada a algum culto pagão relacionado com as

águas (1984-1988, p. 149 e 150), não o denomina taxativamente de «Templo», utilizando uma nomenclatura bem mais abrangente que permite incluir as duas situações: «edifício de culto». E não é impossível pensar que a terminologia adotada pelo investigador alemão encontre os seus motivos no facto de os únicos paralelos encontrados para a edificação algarvia remeterem, todos, para o Cristianismo, facto que, aliás, o obrigou a considerar uma construção da primeira metade do século IV, quando os paralelos apontavam para a segunda metade da mesma centúria (*ibidem*, p. 146 e 147).

Claro que também podemos admitir que tenha funcionado um curto tempo como templo pagão, entretanto cristianizado, como vem sendo proposto (Schlunk e Hauschild 1978; Hauschild, 1980, 1984-1988, 1997; Bernardes, 2009, p. 335). Não obstante, e como já atrás referimos, são abundantes os paralelos que atribuem a estes imóveis uma fundação ao serviço do Cristianismo, de função maioritariamente funerária, mas que acabariam por adquirir um valor religioso elevado, convertendo-se em autênticos espaços de veneração e, muitos, evoluindo primeiro para *Eclesiae* e, depois, para autênticas basílicas.

Parece evidente que a construção efetuada nesse local, da *villa* de Milreu, justificou a trasladação dos espaços da morte para a sua envolvência. É, assim, possível admitir que a alteração da mentalidade humana e também a das crenças das massas estiveram na base da construção do «edifício de culto» e da deslocação dos espaços da morte para o interior da *villa*. Os indícios de cristianização da *villa*, considerados a partir do século V e comprovados pela existência de abundantes enterramentos no interior e em redor do edifício (Bernardes, 2009, p. 332 e 333), são seguramente anteriores a essa data. A trasladação das áreas funerárias para o interior das *villae* e cidades não foi repentina e deverá ter sido favorecida por outros fatores, que não se esgotam na convicção de que se trata de um local mais apropriado para o descanso final. A construção do imóvel é já por si só um motivo que justificaria tal alteração no mundo da morte na Antiguidade. No entanto, devemos considerar que os enterramentos efetuados a partir desse momento poderão ser *ad sanctos*, ou seja, enterramentos próximos de uma personagem religiosa, ou de relíquias, que os inumados veneravam em vida.

Se até ao século IV notamos uma clara separação dos espaços da morte dos proprietários e dos seus dependentes, a partir deste momento esta separação não é evidente. A partir deste momento, especialmente a partir do século V, parece existir apenas um espaço da morte, no qual os inumados procuram garantir o seu sepultamento próximo do edifício cristão. As duas sepulturas exploradas aquando a construção do centro de interpretação da *villa*, datadas de final do século IV e início do V (Macedo et al., 1999), estão, contudo, consideravelmente mais afastadas. Desconhecemos se o seu afastamento se deve a um saturamento da área funerária em redor do templo ou se terá sido um fenómeno isolado. É certo que, embora o Cristianismo seja particularmente evidente a partir do século IV, o paganismo continuou a ser praticado. Ignoramos os indícios desse prolongamento de práticas pagãs no âmbito funerário, na *villa* do Milreu, que poderão encontrar-se, contudo, em áreas afastadas do «edifício de culto».

A evolução dos espaços da morte desta *villa* romana representa um modelo consideravelmente conhecido na Antiguidade, que ganha especial relevância no mundo rural. Neste modelo, o século IV revela o momento de transição entre dois fenómenos claramente distintos, a partir do qual as *villae* se convertem em espaços cristianizáveis (Martínez Tejera, 2006, p. 117; Carneiro, 2009; Heredia Bercero, 2010, p. 377 e s.).

3.7.7. Cancela

As informações sobre este sítio (CNS 6157) continuam a ser demasiadamente parcas. Após as referências de Santos Rocha sobre a descoberta de materiais romanos, tijolos e lajes (Rocha, 1895b, p. 201), mais nada foi acrescentado. Desconhecemos como Santos Rocha teve conhecimento de que ali haviam aparecido duas sepulturas, mas estamos seguros que nem mesmo o arqueólogo figueirense presenciou a sua descoberta. Outros autores limitaram-se a reproduzir o que havia sido dito por Santos Rocha (Santos, 1972, p. 244; Bernardes e Oliveira, 2002, p. 31) e as prospeções efetuadas no âmbito do PDM de Faro também não permitiram detetar quaisquer vestígios deste espaço funerário (Bernardes, 2008b, p. 118). A única possibilidade que, por ora, permite considerar a existência desta necrópole reside na sua proximidade à via que passaria nas imediações e que, vinda de *Ossonoba*, se dirigia ao norte passando por São Brás de Alportel, onde, aliás, ainda se conserva um considerável troço (Pereira, 2006).

3.8. Loulé

3.8.1. Quinta do Freixo

A informação sobre a existência de sepulturas neste local (CNS 969) chegou-nos através de Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, que reproduziu informações da dissertação de licenciatura de Isilda Maria Renda Periquito a este propósito, publicada apenas em 1988. Assim, a única informação que temos é que neste local, localizado junto à povoação com o mesmo nome (fig. 172), foram encontrados restos cerâmicos e uma necrópole entretanto destruída. A Carta Arqueológica de Portugal limita-se a reproduzir estas informações sem que, contudo, seja clara a existência da suposta necrópole (Marques et al., 1992, p. 209). A sua existência parece, apesar de tudo, confirmada pela doação de um monumento funerário daí proveniente à Câmara de Silves (Encarnação, 2008, p. 26). A ausência de mais dados, registos ou informações não permitem mais apreciações.

3.8.2. Torrinha

No sítio da Torrinha (CNS 4156), Mário de Saa deu conhecimento da existência de alicerces de edifícios e de uma necrópole (1963, p. 138). Desconhecemos, contudo, se estes vestígios são os mesmos que aparecem indicados na *Carta Archeologica do Algarve* (Veiga, 1910), embora estes últimos pareçam remeter para a atual povoação de Salir. O sítio referido por Mário de Saa está implantado numa planície a poente desta povoação, da qual dista cerca de dois quilómetros.

Do local desconhecemos outras informações, concretamente sobre os ritos praticados ou o paradeiro dos materiais recolhidos no interior das sepulturas, sabendo-se apenas que

aí «[...] houve povoação romana e competente necrópole dados os muitos alicerces e sepulturas que, por aí, constantemente aparecem» (Saa, 1963, p. 138).

3.8.3. Salir

De Salir (CNS816) conhecemos, através de M. L. Affonso dos Santos, que o seu antepassado indicou a existência, nesse local (fig. 172), de um «cemitério de inumação». Não obstante, no Arquivo Estácio da Veiga não surge referência ao local, apesar de na planta da *Carta Archeológica do Algarve* Salir aparecer com o símbolo respeitante a tal classificação (Veiga, 1910). Contudo, o pioneiro algarvio nunca viria a esclarecer o motivo dessa classificação.

A sua descendente descreveu os materiais provenientes da suposta necrópole, doados ao Museu Nacional de Arqueologia no tempo de Leite de Vasconcelos (1898b), concretamente duas *tegulae*, um prego de bronze e uma chave também de bronze (Santos, 1972, p. 145). Os restantes artefactos não fariam seguramente parte de mobiliários funerários. O único elemento que poderá contribuir para esclarecer o âmbito cronológico é a chave.

Trata-se de uma chave que integrou um sistema de segurança de volta ou rotação, sem dúvida bastante avançado, ainda hoje utilizado, e que já era usado em época romana. Infelizmente, desconhece-se o sistema e composição exata deste mecanismo, ainda que já tenham sido avançadas algumas propostas de trabalho (Fernández Ibañez, 2007, p. 228 e 229). O grande inconveniente destas chaves é serem frequentemente datadas sem qualquer apoio estratigráfico que certifique as cronologias propostas. A longevidade de utilização deste sistema é impeditiva de um exato conhecimento cronológico, tecnológico e tipológico deste grupo. Assim, é comum as chaves romanas de rotação serem associadas a chaves de períodos posteriores, nomeadamente medievais (Demians d'Archimbaud, 1980, p. 467-471).

Este exemplar algarvio é em forma de L, de secção retangular, com quatro perfurações em forma de cruz. Ostenta 12 dentes finos e possui um estreito intervalo entre cada um deles, conservando ainda o cabo, circular e decorado. Tendo em consideração a inexistência de contextos a que se possa associar esta chave, nem aliás para outras idênticas, não nos atrevemos a avançar para ela qualquer cronologia concreta. Refira-se, ainda assim, que há tendência para datar este tipo de peças entre os séculos II e V (Fernández Ibañez, 2007, p. 228 e 229), com maior incidência no último. Porém, foram já publicadas algumas chaves deste tipo com cronologia anterior, provenientes de acampamentos militares romanos (Schulten, 1927, p. 23 e 24, lâmina 37; Ulbert, 1984, p. 333, lâmina 34), tendo, no entanto, sido chamada a atenção para a pouca fiabilidade dos contextos em que foram encontradas (Fernández Ibañez, 2007, p. 229).

Os restantes materiais, concretamente as *tegulae*, apenas permitem supor a existência de sepulturas construídas com esses materiais, seja como revestimento seja como cobertura, situações que abrangem tipologias que podem ser delimitadas entre os séculos II e o V (Sánchez Ramos, 2006; Ruiz Osuna, 2005;, 2006, 2009).

A inexistência de outros materiais pode indicar tratar-se de contextos tardios, talvez do século IV ou V, proposta, aliás, já avançada (Catarino, 2007, p. 184). No entanto, desconhecemos se a inexistência de cerâmicas e de outros materiais possa ser o resultado de uma doação apenas parcial.

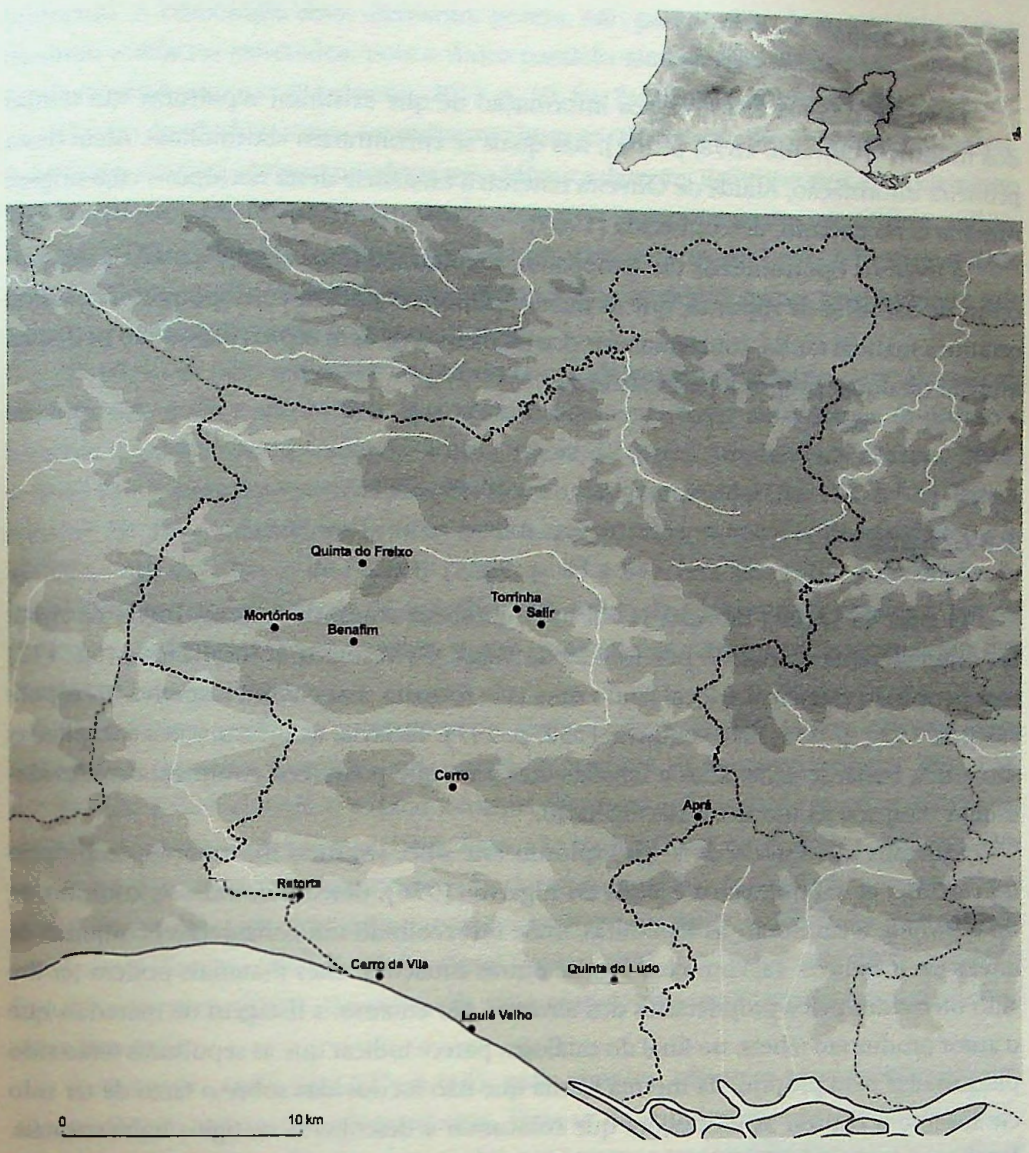


Fig. 172 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Loulé. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

3.8.4. Benafim

No sítio de Benafim (CNS1212), sem que tenhamos informação mais detalhada da sua localização concreta (fig. 172), foi achada, por volta do início do século XIX, uma sepultura romana explorada por Marreiros Neto, que dela deu informação a Leite de Vasconcelos (1907, p. 367). Segundo este autor, nessa sepultura foi encontrado um anel com uma pedra incrustada (Vasconcelos, 1907), mais tarde publicado por Mário Cardoso como sendo proveniente de Alte (1962, n.º 21), um recipiente de cerâmica, que os exploradores destruíram, e ainda uma moeda de ouro. Infelizmente, nenhum destes artefactos foi oferecido a Leite de Vasconcelos, tendo-lhe apenas sido permitido fazer um decalque da pedra do anel. Estas informações não permitem avançar quaisquer interpretações sobre a localização, cronologia, tipologia ou rituais praticados.

3.8.5. Alcarias

Deste local (CNS 2749) temos informação de que existiram sepulturas «do tempo dos mouros» (Oliveira, 1898, p. 102), nas quais se encontraram «botijinhas». Além desta primeira informação, Ataíde de Oliveira reiterou a existência desta necrópole, cuja origem romana é, no entanto, desconhecida (1905).

Já tivemos oportunidade de demonstrar, quando tratámos alguns materiais do concelho de São Brás de Alportel, que as ditas «botijinhas» podem corresponder a jarros de cerâmica manual tardia, concretamente dos séculos V a VII. Sem outros dados não podemos avançar qualquer proposta para este local.

3.8.6. Aprá

O sítio da Quinta de Aprá (CNS 961), também conhecido como Torres de Aprá, foi originalmente divulgado por Estácio da Veiga. Os vestígios aí localizados (fig. 172) têm permitido classificar o local como uma *villa* romana, associada à respetiva necrópole (Santos, 1972, p. 155-157; Marques, 1992, p. 237). Todavia, as informações compiladas são ainda bastante deficitárias e insuficientes para que possamos compreender, devidamente, o espaço da morte e a sua evolução.

Sabemos que Estácio da Veiga explorou este sítio, segundo informação do próprio no catálogo de monumentos e sítios do Algarve (1978), desconhecendo-se, contudo, se foi o próprio a «explorar» as sepulturas, onde foi recolhido um considerável conjunto de artefactos metálicos. Tal como em muitas outras situações, estes materiais podem ter-lhe sido oferecidos pelos proprietários dos terrenos. No entanto, a listagem de materiais que o autor produz em tabela, no final do catálogo, parece indicar que as sepulturas terão sido pesquisadas pelo próprio, da mesma forma que não há dúvidas sobre o facto de ter sido ele mesmo a realizar as escavações que colocaram a descoberto vestígios habitacionais. Infelizmente, Estácio da Veiga apenas dedicou um parágrafo aos materiais de Aprá, sem fazer qualquer referência às associações dos diferentes artefactos metálicos e sem referir se estes apareceram junto de outras cerâmicas.

Dos supostos contextos funerários de Aprá, é proveniente um conjunto de dez peças metálicas (Veiga, 1885), todas de bronze, distribuíveis entre objetos de uso pessoal e elementos de arnês. Tivemos já oportunidade de tecer algumas considerações sobre os últimos, quando tratámos os materiais de *Balsa*. Uma das peças provenientes de Aprá pode incluir-se no grupo de artefactos destinados à equitação. Lembre-se que a forma mais comum de articulação de arneses foi a elaboração de um anel fundido, ao qual se prendiam três ou quatro correias de couro, mediante a utilização de presilhas metálicas. As presilhas poderiam ser bastante elaboradas, como é o caso deste exemplar (fig. 173, n.º 1), e possuírem vários elementos, facilitando a sua identificação como tal.

A peça algarvia é composta por oito elementos: quatro presilhas, uma argola e três pernes de ferro aplicados nos pingentes, que fixariam as correias. As presilhas estão decoradas e apresentam uma secção retangular/ovalada. Um destes elementos parece ser consideravelmente distinto, facto que obriga a considerar que foi substituído em determinado

momento. A cronologia deste elemento, porém, não parece estar de acordo com a dos restantes artefactos exumados, pois o único paralelo estabelecido delata uma baliza que ronda os séculos XIV e XV (Marinetto, 2013, p. 50, fig. 7; Oliveira, 2017, p. 609).

O facto de não lograrmos encontrar nenhum paralelo para outro artefacto proveniente de Torres de Aprá obriga a ponderar uma idêntica datação. Referimo-nos a um elemento brônzeo maciço, em forma de campânula, de secção retangular e com um orifício, trífido, no centro (fig. 173, n.º 3). Admitimos também desconhecer qual seria a funcionalidade deste artefacto, podendo tratar-se de um machado de duplo gume, possibilidade que lançamos apenas com base na sua morfologia.

Os restantes oito artefactos correspondem a elementos de adorno pessoal, concretamente sete anéis e um brinco, que acusam uma cronologia mais antiga. O último é bastante simples, correspondendo a uma argola de metal, arredondada (Arezes, 2017, p. 419), sendo uma das extremidades em bico e a outra romboidal (fig. 173, n.º 4). Parece tratar-se de uma variante dos brincos tardios que termina, numa das extremidades, em apêndice maciço, tipo XI de Facsády (2009, p. 83 e 84), que, por vezes, é decorado. Se considerarmos que os brincos de apêndice vêm sendo datados entre os séculos IV e VI ou mesmo VII, talvez possamos considerar que esta variante possa corresponder a um dos exemplares mais antigos.

Os restantes artefactos correspondem, como se disse, a anéis. Destes, um tem mesa retangular com uma inscrição, cuja cartela é também de secção retangular (fig. 173, n.º 5). Não é fácil classificar e datar adornos com uma utilização de amplo espetro cronológico, como é o caso, e que, além disso, são muitas vezes peças únicas. Apesar disso, este exemplar apresenta uma morfologia claramente tardia, denunciada por uma mesa plana, retangular e de dimensões consideravelmente grandes, quebrando o círculo do aro do anel (França, 1969, p. 18-20; Casal García, 2007, p. 174; Facsády, 2009, p. 40-43; Facsády e Verebes, 2009). Do ponto de vista cronológico, pode ser coetâneo do brinco antes descrito.

Dois outros anéis (fig. 173, n.º 6), mais simples, oferecem uma morfologia que não podemos balizar cronologicamente. Trata-se de simples aros de metal enrolados, com as extremidades soldadas, sem qualquer pormenor que os diferenciem. Como foi já referido quando tratámos os materiais de *Balsa*, a simplicidade destas peças não permite, sequer, falar de anéis, com segurança. Para além da sua função como adorno pessoal, de indivíduos socialmente pouco destacados, quando os diâmetros o permitam considerar, podem ter estado também ao serviço de funções mais quotidianas, ou ainda utilizados como elementos de atrelagem em equinos ou ser parte de artefactos relacionados com atividades militar.

Resta apresentar quatro peças que parecem tratar-se de brincos de bronze (fig. 173, n.º 2 e 7) que conservam ainda o elemento móvel que fecharia o brinco. Parece corresponder, na verdade, a um elemento que foi adicionado ao aro, mais engrossado na parte inferior. Apesar da recente classificação destes elementos (Arezes, 2017, p. 439), verificámos a existência de peças similares classificadas como anéis tardios, concretamente o tipo VII de Facsády (2009), Guiraud 6/b (1989) e Riha 19/2 (1990), sem que se especifique o seu âmbito cronológico. Ainda assim, algumas das formas da tipologia destes autores diferem consideravelmente dos exemplares algarvios, situação que pode validar aquela classificação.

Infelizmente, os dados sobre este sítio arqueológico, presumivelmente uma *villa*, carecem ainda de fundamentos científicos, situação que se torna clara através da elevada disparidade cronológica de alguns artefactos. Não é possível avançar hipóteses sobre a evolução das supostas áreas cemiteriais desta ocupação, como aconteceu com Milreu ou com a Quinta de Marim.

Os poucos materiais conhecidos não permitem apoiar uma cronologia demasiado recuada, nem possibilitam sequer propor uma baliza temporal demasiado ajustada. Seguramente que os enterramentos, onde alguns destes artefactos estavam incluídos, se podem

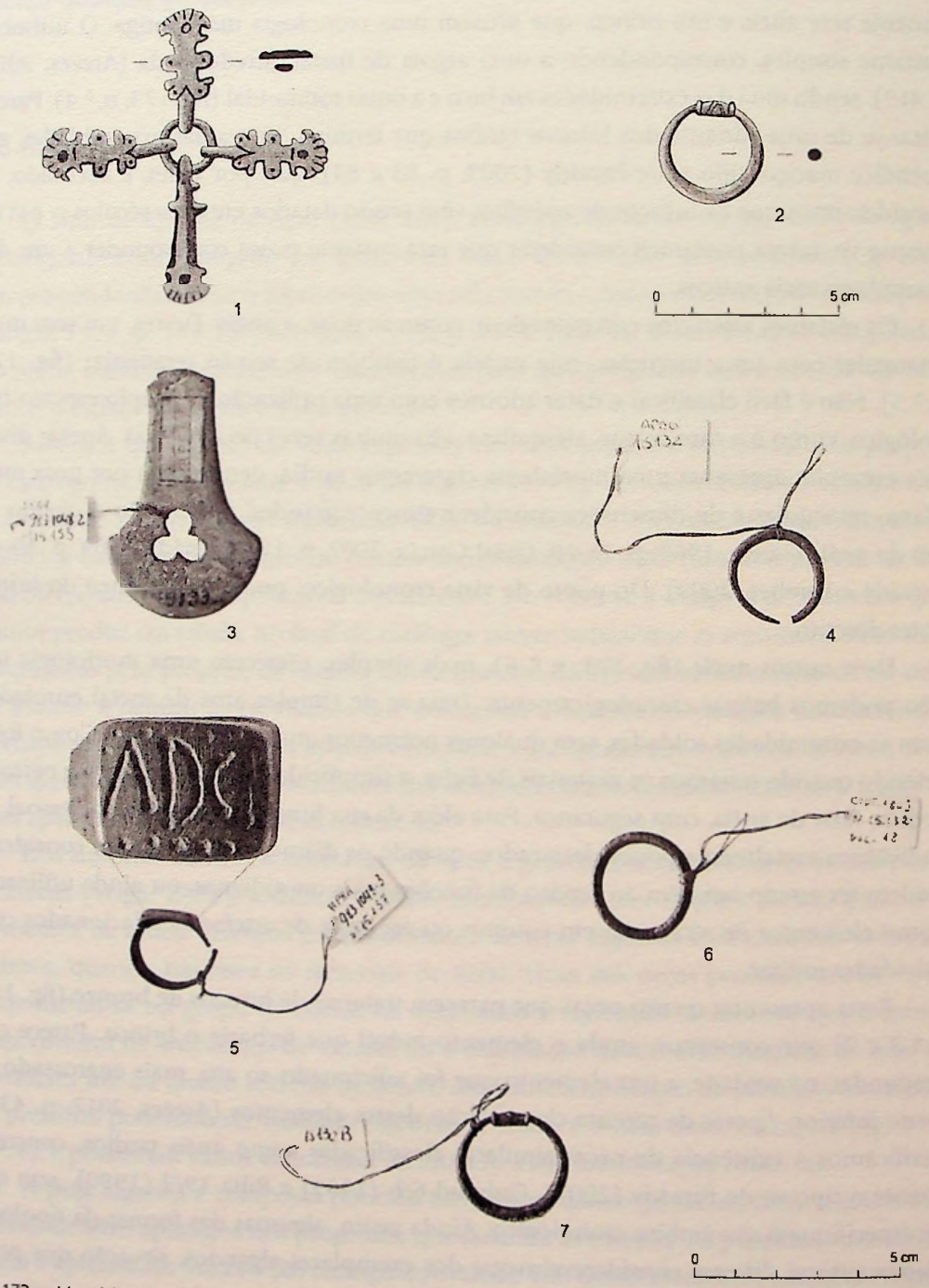


Fig. 173 — Materiais provenientes da necrópole do Aprá. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

datar dentro do vasto período da Antiguidade Tardia. É, principalmente, a morfologia dos anéis e brincos que permite esta reflexão sobre a cronologia. No entanto, a ser certo que as aras recolhidas em São Romão são provenientes deste local, que lhe é próximo, deveremos ponderar a hipótese de ter existido outra área que serviu como necrópole, onde se deverão localizar os enterramentos altoimperiais. Já tivemos oportunidade de constatar, por variadas ocasiões, que o momento que marca a Tardo-Antiguidade, do ponto de vista da arqueologia da morte, se caracteriza por alterações rituais profundas, e, por vezes, de distinta localização dos espaços da morte. A partir do século IV começa a observar-se subtis alterações no mundo da morte, que culminará, mais tarde, numa radical desagregação dos clássicos espaços cemiteriais. É certo que a maioria dos sítios ocupados pelos vivos não são abandonados, contudo, não podemos afirmar o mesmo sobre as áreas dos mortos que, embora próximas, são desprezadas.

3.8.7. Cerro

Foi Ataíde de Oliveira quem referiu que no sítio do Cerro (CNS 1265) apareceram várias sepulturas, de onde se retiraram umas vasilhas cerâmicas pequenas e cilíndricas (1905, p. 149) que Maria Luísa Affonso dos Santos não hesitou em classificar como unguentários (1972, p. 144). Estas informações, retransmitidas pela descendente de Estácio da Veiga, continuam hoje a ser as únicas disponíveis sobre o sítio e sobre a sua funcionalidade funerária. Refira-se, ainda assim, que a classificação das peças descritas por Ataíde Oliveira não permite a sua integração na categoria dos unguentários. Estes artefactos, além de serem consideravelmente antigos dentro do quadro cronológico dos espaços da morte romanos no Algarve, são sempre muito escassos. Por outro lado, a problemática que envolve as ditas «botijinhas» não está encerrada, sendo Helena Catarino de opinião que os contextos destas peças deverão ser paleocristãos e/ou visigóticos (2007, p. 184), hipótese com a qual concordamos.

3.8.8. Retorta

É também a Estácio da Veiga que devemos o conhecimento deste sítio (CNS 922). Contudo, este local não foi explorado pelo pioneiro natural de Tavira que, nesta altura, não gozava já dos mesmos apoios financeiros de que tinha disposto até então. Tal como fez para os outros sítios deste concelho, parece ter-se limitado a compilar informações sobre as suas «deambulações» pelo campo. Os materiais que se encontram atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia, já publicados (Cadete, 2007, p. 391-406), deverão, pois, corresponder a doações dos proprietários dos terrenos, como aliás se deduz pela leitura do catálogo de 1878, onde refere a observação de «quatro *specimens* de mármores; fragmento de mosaico, dois fragmentos de louça, sendo um de Sagunto com a marca; fundo de pequeno frasco de bronze; fíbula de bronze de cinturão; arma de ferro achada em sepultura na Retorta e off. pelo Sr. Cavaco, de Boliqueime» (Veiga, 1878).

Sobre a localização deste sítio arqueológico, não parece haver qualquer dúvida (Cadete, 2007, p. 396 e 397). Importa, contudo, fazer algumas referências aos materiais da coleção de Estácio da Veiga, que podem ser inseridos num quadro cronocultural preciso. Apoiamo-nos sobretudo nos artefactos metálicos, uma lâmina de foice e um fecho de cinturão (Arezes, 2017, p. 443), para avançar um âmbito cronológico mais aproximado para este conjunto. Note-se, apesar de tudo, que estes não deverão ser provenientes do mesmo contexto, sendo apenas a lâmina de foice oriunda de um contexto funerário.

A placa rígida de fivela de cinturão foi já analisada por Helena Catarino, recentemente também por Andreia Arezes (2017, p. 443), que a consideraram de época visigótica (2007, p. 396, fig. 4), na esteira do trabalho de D. Fernando de Almeida que a havia considerado uma herança da mesma época (1962, p. 244, fig. 360 e 361). São frequentes as placas deste tipo na área central e meridional da Península Ibérica (Rodriguez Aragón, 1992; Cantillo Vázquez, Pérez Maestro e Olmedo Grajera, 2007) em momento balizado entre meados do século VI e os primeiros decénios do século VII (Madrid Balanza e Viscaíno Sánchez, 2007, p. 45 e 46), ainda que os adereços do sul, morfologicamente idênticos e coevos, sejam compreensivelmente considerados bizantinos (Viscaíno Sánchez, 2003-2004).

Infelizmente, a lâmina de foice não permite uma datação tão precisa como a placa rígida. Ainda assim, estamos seguros tratar-se de um exemplar tardio, o que é denunciado pela morfologia da lâmina. A principal informação deste utensílio, recolhido dentro de uma sepultura, reside na confirmação de que a deposição de instrumentos que delatam a profissão do inumado, parecendo mais evidente a partir do século III, continua a ser praticada em momento tardio.

Após a passagem de Estácio da Veiga por este local, foi o padre Manuel Semedo Azeve do quem se interessou pelos vestígios aí existentes, informado pela *Monografia de Loulé* de Ataíde de Oliveira (1905). O pároco referiu que também José Formosinho explorou algumas sepulturas no sítio da Retorta, das quais não temos, contudo, qualquer informação.

Infelizmente não tivemos acesso aos materiais provenientes da necrópole, depositados no Museu Arqueológico-Histórico de Albufeira, limitando-nos aqui a tecer os comentários possíveis. Sem pretender colocar em causa a antiguidade da *villa* romana da Retorta, os dados que foram até ao momento recompilados sobre a necrópole apontam para um momento tardio dentro do período da Antiguidade Tardia. Já havíamos visto que a placa de cinturão e a foice indicam uma cronologia posterior ao século VI, e os poucos materiais que Semedo Azevedo descreveu parecem corroborar, em certa medida, tal datação, ainda que admitamos que esta possa recuar ligeiramente. Os referidos materiais restringem-se a artefactos metálicos de uso pessoal, concretamente braceletes e brincos. Os brincos, abertos e de secção circular, com uma das extremidades engrossada, de secção, provavelmente, quadrangular, embora apresentem uma baliza cronológica ampla (séculos IV-VI), corroboram que este espaço terá funcionado em momento consideravelmente tardio, uma vez que, e como já referimos, estes adornos se incluem no tipo XI de Facsády (2009, p. 83 e 84).

A tipologia dos túmulos, sucintamente descrita pelo pároco (1959, p. 119 e 120), também não permite supor uma utilização anterior ao referido período, já que se trata de sepulturas maioritariamente escavadas no solo, revestidas com lajes de pedra ou com tijolos e com coberturas nos mesmos materiais. Ainda assim, somente um estudo integrado dos materiais, registos e contextos poderá confirmar, ou não, muito do que se tem escrito.

3.8.9. Cerro da Vila

Apesar de não termos tido oportunidade de analisar os materiais e os contextos funerários da *villa* romana do Cerro da Vila (CNS 14), em Vilamoura (fig. 172), não podemos deixar de fazer algumas referências ao sítio. No entanto, atendendo ao facto de se aguardar a publicação monográfica sobre os seus espaços da morte, as breves considerações que aqui elaboramos têm como principal objetivo a sua inserção no amplo e diverso mundo funerário romano do sul do *conventus Pacensis* e têm como único suporte as poucas publicações existentes e alguns dos relatórios de intervenções arqueológicas efetuadas no sítio.

Esta *villa* romana foi dada a conhecer à comunidade científica no ano de 1963, quando José Farrajota iniciou as escavações no local, que puseram a descoberto grande parte das estruturas atualmente visíveis. Não obstante, seria José Luís de Matos que, mais tarde, viria a identificar e intervencionar a principal necrópole. Efetivamente, no ano de 1984, não só é identificado e escavado o mausoléu, como também se localizou um conjunto numeroso de sepulturas romanas de inumação, cerca de três dezenas, provavelmente aquelas que estavam mais próximas do mausoléu (Matos, 1984).

Após esta identificação, o então assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa insistiu, e inclusivamente direcionou, a maioria dos seus esforços para a extensão da escavação na necrópole. Assim, nos anos seguintes, em 1985 (Matos, 1985) e 1986 (Matos, 1987), foi colocado a descoberto um número considerável de sepulturas, 26 e 13 respetivamente, o que permitiu identificar 69 sepulcros no total. No último ano, outra estrutura maciça, de planta quadrangular, interpretada como mausoléu, foi também posta a descoberto (Matos, 1984-1988, p. 120).

Em 1987, a área anexa ao mausoléu foi alargada, tendo sido reconhecido mais um conjunto de quatro sepulturas (Matos, 1988), mas num estado de conservação bastante deficitário, o que pressagiava que, nessa área, a necrópole não se conservaria, ou se estava já próximo de um dos seus limites. A partir deste momento, as intervenções efetuadas nas áreas funerárias do sítio parecem abrandar consideravelmente, o que se terá ficado a dever à necessidade do estudo dos restos osteológicos. Com efeito, sabe-se que José Luís de Matos procurou que alguma instituição ou investigador se interessasse pelos restos humanos da necrópole do Cerro da Vila, investindo no seu estudo, mas infelizmente nunca o conseguiu. Sabemos também através dos seus relatórios que, no ano de 1990, ainda foram intervencionados alguns, poucos, contextos funerários. Porém, o relatório não é claro sobre o número de sepulturas escavadas, nem sequer sobre a sua localização (Matos, 1991).

Os trabalhos arqueológicos realizados nesta *villa* romana que forneceram contextos fúnebres resumem-se, assim, em poucas linhas. No entanto, as breves palavras do arqueólogo responsável sobre os resultados das intervenções efetuadas permitem, apesar de tudo, algumas considerações sobre os espaços da morte no Cerro da Vila. Desde logo, ressalta o facto de a tipologia das sepulturas ser idêntica àquela que vem sendo reconhecida nos restantes sítios algarvios e que é transversal ao mundo romano. Uma arquitetura, acima de tudo, simples, que parece ser característica comum nos limites do império (Chioffi, 2005). Todavia, é uma arquitetura que, se for associada à aparente ausência de mobiliário funerário, remete para uma realidade consideravelmente tardia, concretamente dos séculos II a IV, e quiçá V, se se considerar a existência de sepulturas efetuadas com lajes de pedra e seladas com o mesmo material, que são, contudo, aparentemente raras. Mas o silêncio

dos relatórios das intervenções no que se refere ao mobiliário funerário pode ser ilusório, especialmente se tivermos em conta que no centro de interpretação da *villa* romana estão expostos alguns materiais com origem em contextos funerários.

A evolução dos espaços da morte nesta *villa*, embora se possa assemelhar ao de outras do Algarve, apresenta alguns dados interessantes, que deverão resultar de motivos vários. Desde logo sobressai a presença de edifícios monumentais funerários, os mausoléus (Matos, 1984-1988), que deveriam estar destinados aos proprietários da *villa*, pelo menos o que lhe está mais próximo (fig. 174). Este mausoléu, de tipo templo, é em tudo idêntico àquele conhecido na *villa* romana de Milreu. Trata-se de uma edificação maciça, de planta retangular, com elevados alçados e um *podium*, sendo o acesso possível através de escada localizada no lado oeste e que ocupa todo o alçado. Todavia, é consideravelmente mais pequeno que o de Milreu. A maioria destes edifícios ostenta uma planta quadrada, ou mais frequentemente retangular, e sem qualquer abertura (Ruiz Osuna, 2009, p. 287), sendo geralmente considerados monumentos eminentemente honoríficos (Hesberg, 1994, p. 93). Tal como em Milreu, a sua função funerária fica comprovada pela existência de uma câmara, na metade este do edifício, com vários *loculi* (Matos, 1984-1988, p. 119) destinados a albergar as urnas cinerárias dos proprietários da *villa*.

Os mausoléus em forma de templo foram os monumentos itálicos por excelência (Gros, 2001, p. 449), concentrando o investimento e a atenção na fachada principal. Este edifício encontra abundantes paralelos nas províncias hispânicas durante o século II, que se distribuem tanto pelas *urbs* como pelas zonas rurais. Já tivemos oportunidade de citar alguns exemplos, como o de La Capuchina, Mollina, Málaga (Ruiz Osuna, 2009, p. 300 e 301), o dos *Aemili* de Fabara e o de Sádaba, em Zaragoza, o de Sagunto, ou o de Chiprana, também em Zaragoza (Sanmartí, 1984; Hesberg, 1993; Ruiz Osuna, 2009). Assim, no século II esta *villa* romana estava já ocupada com os equipamentos monumentais funerários, que, na maioria dos casos, se destinariam às elites.

No entanto, parece que este Mausoléu em forma de templo deverá ter correspondido a outra tipologia. José Luís de Matos alertou para o facto de a estratigrafia da arquitetura denunciar uma profunda alteração desde o primitivo edifício até àquele que está atualmente visível. Ainda assim, não parece adequar-se à função de *columbarium*, que, embora coletivo, deveria estar destinado unicamente aos membros da *gens* proprietária da *villa*. Não é fácil perceber qual seria a sua tipologia antes de assumir uma clara forma de templo. Embora retendo a definição de *columbarium* atribuída por José Luís de Matos, também poderia corresponder a um mausoléu torre em forma de edícula, idêntico a um dos identificados na *villa* romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013). Não é impossível pensar que a transformação do edifício tenha sido favorecida pelo facto de ter estado, num primeiro momento (quando tinha forma de *edícula*), destinado apenas a um enterramento, enquanto a nova tipologia lhe permitia a acomodação de um número mais elevado de urnas cinerárias, colocadas nos vários nichos identificados. Independentemente da tipologia, esta edificação deverá ter funcionado, pelo menos, durante todo o século II. É, apesar de tudo, possível admitir que este tenha sido utilizado ainda durante a centúria seguinte.

A relação deste edifício com a necrópole é, aparentemente, de fácil entendimento. Parece tratar-se de uma realidade bastante semelhante à constatada na *villa* romana do Milreu. Assim, enquanto este Mausoléu monumental era utilizado pela elite proprietária da *villa*, a restante comunidade fazia-se sepultar em área localizada mais a nordeste, mais afastada

Fig. 174 — Mausoléu da vila romana do Cerro da Vila, Vilamoura. Fotografia do autor.

desta. A aparente inexistência de sepulturas de incineração nesta necrópole obriga, contudo, a ponderar acerca dos ritos utilizados enquanto prática de diferenciação social ou de vontades. No entanto, e independentemente dos motivos que estimularam esta diferenciação, não deixa de ser curioso que se verifique maioritariamente entre elites e plebe, pelo menos em âmbito rural. É certo que nas cidades a dinâmica ritual funerária é bastante mais complexa. No entanto, sublinhamos novamente que o conhecimento sobre as áreas funerárias desta *villa* é muito limitado, estando ainda por esclarecer se a data de fundação da necrópole nordeste é, ou não, coeva da construção do mausoléu.

Embora se possa considerar que a necrópole estava destinada à plebe que vivia e trabalhava na *villa*, certamente que entre os seus membros também haveria quem se destacasse social ou economicamente. Talvez por este motivo, no limite norte da necrópole, tenha sido construído outro mausoléu. Contrariamente ao mausoléu antes tratado, localizado fora da necrópole e mais próximo das residências da *villa*, este parecia estar destinado apenas a um único indivíduo, que uma violação impede saber se seria um enterramento incinerado ou inumado (Matos, 1984-1988, p. 120). Não seria inédita, ainda assim, a coexistência de um mausoléu destinado a um enterramento incinerado junto a sepulturas de inumados (Borréani e Brun, 1990). Mais uma vez, o facto de apenas se terem conservado as fundações do edifício não permite assegurar a sua tipologia, que nos limitamos a inserir no amplo mundo dos monumentos funerários turriformes (Ruiz Osuna, 2009; Ruiz Osuna e Luis Liébana, 2006). Importa, contudo, salientar o ineditismo deste tipo de estruturas monumentais, inseridas nas necrópoles comuns das *villae* rurais, facto apenas documentado no Cerro da Vila. No entanto, esta realidade pode dever-se ao embrionário estado atual do conhecimento sobre os espaços da morte romanos no Algarve.

Esta necrópole deverá ter estado em funcionamento até ao século IV ou V, o que é comprovado pela existência, densa, de sepulturas com tipologias extensíveis até à última centúria, mas que também ofereceu sepulturas de várias morfologias, construídas com *tegulae* (Matos, 1987), tijolos e outros materiais. Saliente-se ainda que esta é uma das necrópoles algarvias onde está atestada a existência de enterramentos infantis em contentores anfóricos (*ibidem*), realidade sobre a qual nos voltaremos a debruçar nos capítulos conclusivos. Parece ainda importante referir que as características dos espaços da morte desta *villa* e da de Milreu são consideravelmente idênticas, à parte da diferença na localização da necrópole e do mausoléu. No caso do Milreu, constatámos que, a partir do século V, a realidade funerária parece mudar substancialmente, facto estimulado pela construção de um edifício de planta absidal que animou a transladação das áreas funerárias para o interior deste edifício e para a área envolvente. No Cerro da Vila, também é possível admitir

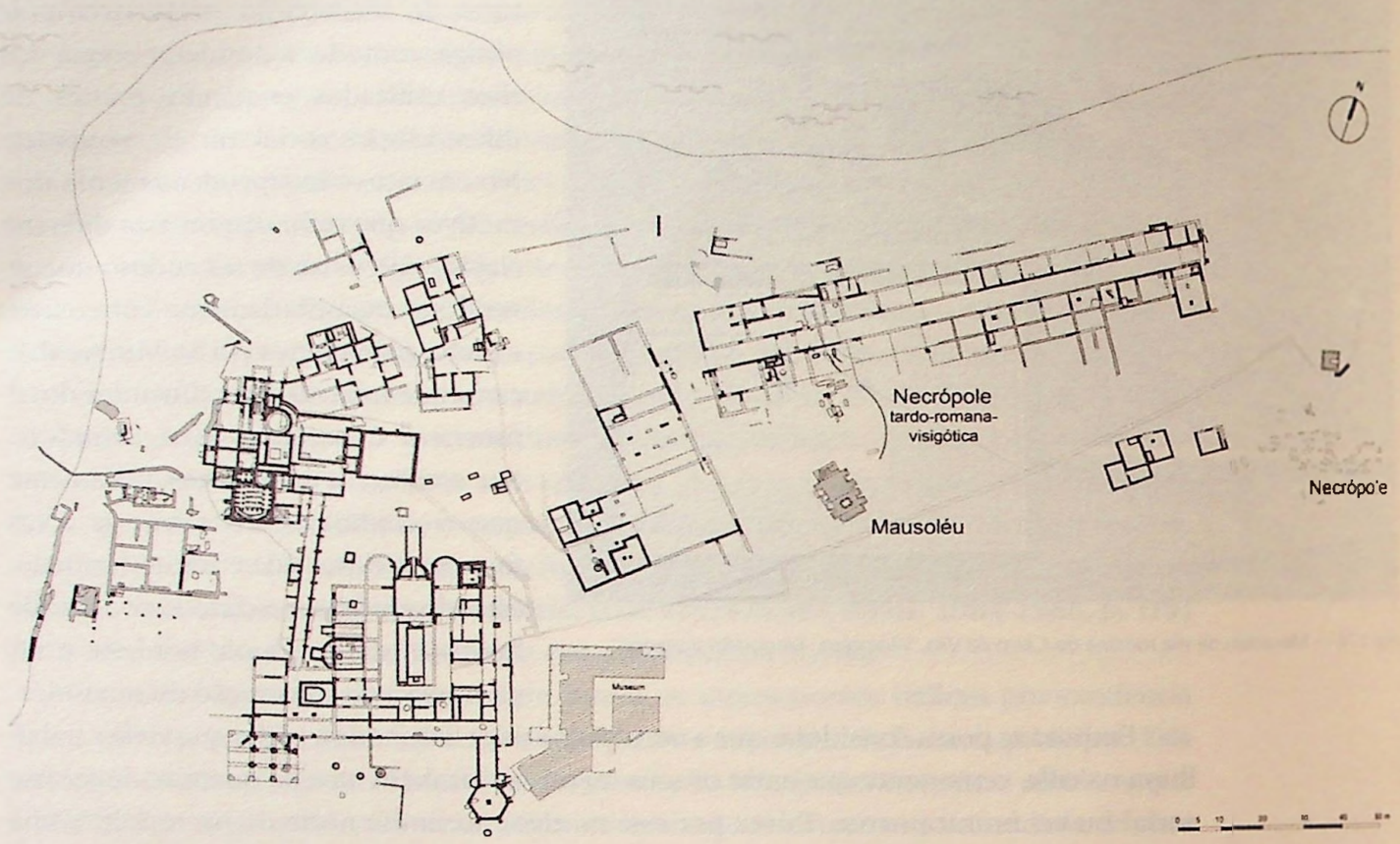


Fig. 175 — Planta do Cerro da Vila (Teichner e Schierl 2005, p. 124, fig. 1, alterada).

uma profunda alteração dos espaços da morte, que terá culminado no aparente abandono, ainda que paulatino, da necrópole nordeste (fig. 175), formando-se outra, mais próxima da *villa*, implantada sobre uma anterior zona industrial (Bernardes, 2009, p. 338).

Não obstante estes dados, desconhecemos quais os motivos que terão justificado esta alteração das áreas funerárias. Tendo em consideração o momento em que se dá esta transformação, séculos V/VI, devemos forçosamente admitir uma forte influência do Cristianismo, que, a partir do século V, clamava por uma desvinculação total dos espaços da morte pagãos, embora nesses espaços estivessem já sepultados muitos membros da comunidade cristã. Mesmo tomando em consideração estes motivos, estas comunidades necessitavam de estímulos que potenciassem tal desvinculação, realidade que pode estar mais ou menos legitimada nos casos da Quinta de Marim e de Milreu, mas que no Cerro da Vila carecem ainda de comprovação. Por outro lado, não é inédita esta implantação de espaços funerários em áreas antes ocupadas por estruturas industriais, que, num claro momento de retração habitacional, se aproximaram dos espaços domésticos ou industriais, sobrepondo-se a esses edifícios.

Ainda que tenhamos aventurado algumas leituras sobre os espaços da morte desta *villa* litoral do sul da Lusitânia (Mantas, 1999), sublinhamos novamente que o grau de desconhecimento destes contextos é ainda muito profundo. Sobre a necrópole tardia, por exemplo, não temos quaisquer dados. Aguardamos a publicação destes espaços funerários, e da sua dinâmica evolutiva, auxiliada por uma análise devidamente inserida na topografia funerária meridional desta província.

3.8.10. Loulé Velho

Embora Loulé Velho (CNS 745) seja conhecido desde há muito, concretamente desde Frei Vicente Salgado que a ele se referiu (1796), é um dos sítios que vai sendo engolido pelas águas do mar sem que se procure intervir metodicamente no local. Como não poderia deixar de ser, foi Estácio da Veiga o divulgador original do sítio arqueológico, integrando no seu «tipo» mais frequente «povoação extinta ou arrasada» (Santos, 1971, p. 151), embora antes Teixeira de Aragão (notícia do Diário de Lisboa de 1868) e Ataíde de Oliveira (1898) lhe tenham feito menção. Infelizmente o tavirense nunca viria a publicar os seus apontamentos sobre este local (Veiga, 1910).

No ano de 1966, Afonso do Paço e José Farrajota visitam o local, visita da qual resultou a descoberta de novos vestígios (1966). No entanto, a primeira intervenção arqueológica somente viria a decorrer algum tempo mais tarde, sob a direção de Manuela de Sousa (1971), que escavou o canto de uma das *cetariae* que estava a ser «engolida» pela maré, tendo recolhido um abundante conjunto de materiais. Sobre a intervenção realizada no ano de 1986, concretizada por Isilda Martins no âmbito de um curso de iniciação à arqueologia, nada foi divulgado.

Mais tarde, Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra intervieram no local (Gomes e Serra, 1996), colocando a descoberto estruturas que interpretaram como uma Basílica, que estaria associada a um enterramento e a vestígios de outro. Mais recente é a intervenção de João Pedro Bernardes (2008b), efetuada com o objetivo de minimizar o impacto da subida das águas do mar numa área com vestígios em risco de destruição. O mesmo objetivo teve a mais recente intervenção no local, em 2010 (fig. 176), que registou uma sepultura romana próxima à área escavada por J. Bernardes. As intervenções resumem-se, pois, em poucas palavras, que não espelham a importância do local na Antiguidade. Além disso, os contextos funerários detetados não apontam para a existência de uma necrópole extensa, sendo apenas indício de enterramentos mais ou menos isolados numa área fabril, facto que não é inédito (Almeida, 2009).

Fig. 176 — Sepultura aparecida no sítio de Loulé Velho, no ano de 2010. Fotografia cedida pelo Museu Municipal de Loulé.

De facto, a localização da necrópole de Loulé Velho poderá estar ligeiramente mais para o interior, como aconteceu em outros sítios romanos litorais do Algarve, nomeadamente em Cerro da Vila (Matos, 1985, 1987, 1988 e 1991). Casos diferentes poderão ser as sepulturas identificadas durante a intervenção efetuada por Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra (1996, p. 38), que, a serem mais tardias, espelham uma realidade habitual durante a Antiguidade Tardia, que é a apropriação do interior dos núcleos habitacionais por parte das áreas funerárias. No entanto, a leitura avançada para as estruturas parece ser algo precipitada, especialmente se tivermos em consideração a variedade de absides semicirculares e a sua utilização em contextos

vários. Lembramos as estruturas sobejamente conhecidas da Quinta de Marim e de Milreu, que apresentam as mesmas dimensões do que as identificadas em Loulé Velho, além de a datação avançada pelos autores, meados do século IV, se enquadrar, perfeitamente, no momento de generalização dos Mausoléus Constantinianos. Ainda sobre a evolução dos espaços religiosos cristãos, é evidente que o momento de propagação das grandes basílicas é consideravelmente mais tardio.

O estado atual do conhecimento sobre este sítio, pelo menos no que respeita aos espaços funerários, é ainda muito limitado, para que possamos tecer quaisquer considerações. Apesar disso, como dissemos antes, não é improvável que a necrópole alto-imperial esteja localizada mais para o interior, talvez mesmo na margem oposta da Ribeira de Carcavai. No entanto, a presença deste edifício, ao qual está associado um par de sepulturas de inumação, poderá ter alterado o panorama funerário, como aconteceu na *villa* romana do Milreu. Sublinhamos, ainda assim, que a ausência de dados é particularmente limitadora de uma análise mais profunda.

3.8.11. Quinta do Ludo

Mais uma vez, não sabemos muito acerca deste local (CNS 18850). As poucas informações limitam-se à localização de uma sepultura de inumação que teria ficado a descoberto após a realização de surribas no terreno para plantação de um laranjal (processo S-18850 da DGPC). A notícia do aparecimento desta sepultura foi dada a conhecer à entidade competente por João Pedro Bernardes, que nos confirmou esta informação e se comprometeu a intervencionar no local. Infelizmente, o proprietário do terreno nunca viria a permitir que a intervenção fosse realizada, afirmando que apenas o autorizaria mediante obrigação escrita por parte da entidade de tutela da Arqueologia Portuguesa. Assim, da sepultura pouco sabemos e não existem quaisquer dados sobre este espaço.

Estes vestígios localizam-se entre a Quinta do Lago e São João da Venda que, embora possamos pensar que correspondem à necrópole de um destes locais, serão muito provavelmente espaço cemiterial de outra ocupação distinta dos antes citados.

3.8.12. Mortórios

De Mortórios (CNS 4145) as notícias chegaram-nos através de Ataíde de Oliveira que, na sua obra sobre as «Mouras encantadas e os encantamentos no Algarve», fez referência a várias sepulturas que apareceram em Alte, no sítio dos Mortórios (1898, p. 87). Como a maioria dos sítios identificados no concelho de Loulé, estas informações carecem de registos e comprovação. É de conhecimento geral que, frequentemente, estas notícias correspondem a sepulturas tardias, como é o caso, por exemplo, da Marateca (Pereira, 2012-2013). Porém, nestes casos, em que não dispomos de dados concretos, para além de um par de linhas que transcrevem informações orais, não é possível avançar quaisquer hipóteses interpretativas.

Ainda proveniente deste local, também conhecido como Monte-Júlia, referiu Estácio da Veiga um «picarete de ferro romano» (Veiga, 1878, p. 37, 1891, p. 86), achado num terreno de um tal senhor Cavaco, mas que seguramente não é proveniente de nenhuma sepultura. Estácio da Veiga deixou claro que foi achado em escavação, ainda que não especifique se foi ele ou o proprietário que efetuou tal trabalho.

3.9. Albufeira

3.9.1. Chaiças II

O conhecimento acerca da maioria dos sítios conhecidos do concelho de Albufeira (fig. 177) resultou de trabalhos de prospeção efetuados para o projeto «levantamento arqueológico do concelho de Albufeira» (Gomes, Paulo e Ferreira, 2003). Foi no decorrer destes, que contemplaram pontuais escavações, que foi descoberto o sítio de Chaiças (CNS 20705), onde foi reconhecida uma necrópole constituída por cerca de uma dezena de sepulturas estruturadas por lajes dispostas em cutelo e orientadas no sentido norte-sul (*ibidem*, p. 30; Paulo, 2007, p. 416). Os autores afirmaram que trabalhos agrícolas destruíram os vestígios que estavam a descoberto e que se localizariam entre a Estrada Nacional N.º 1176 e a Ribeira de Algibe.

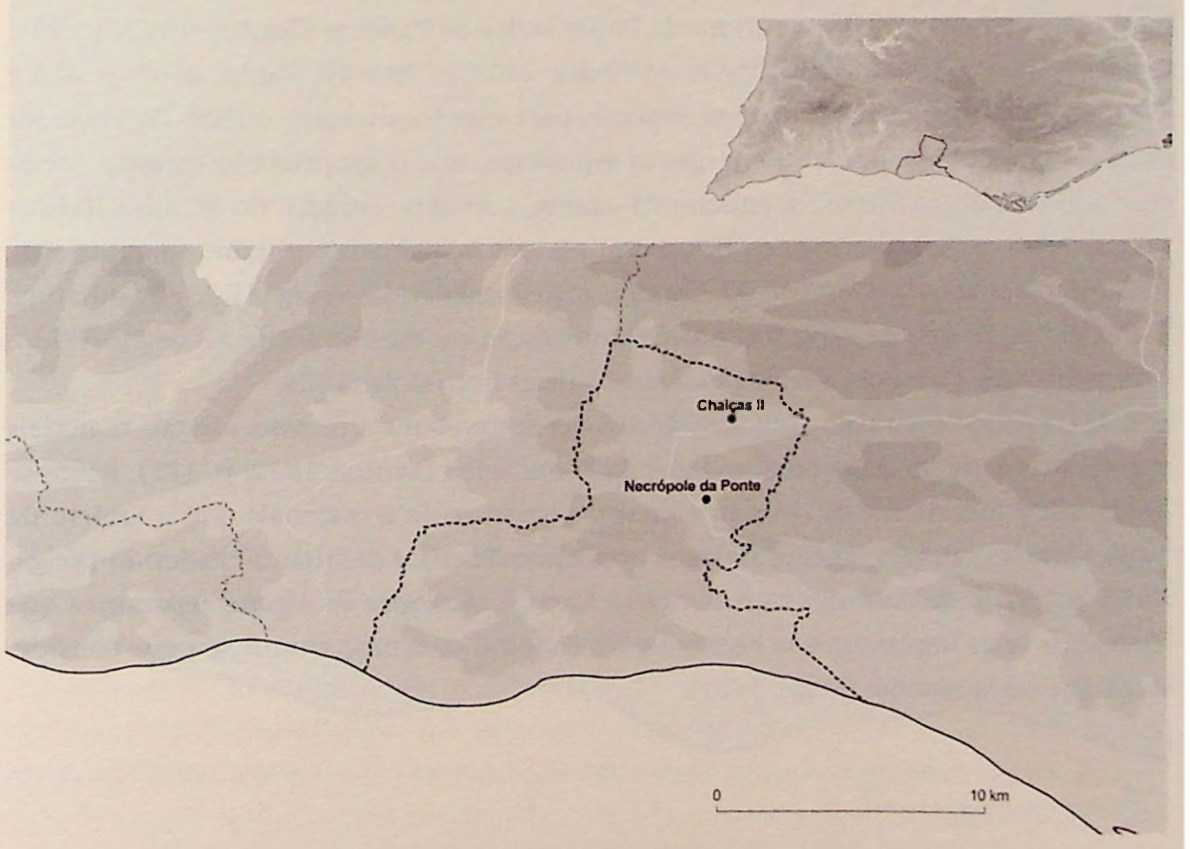


Fig. 177 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Albufeira. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Infelizmente, apenas temos conhecimento da sua localização e dispomos de parcos dados sobre a arquitetura funerária. Parece tratar-se de um espaço funerário consideravelmente tardio. Falta apurar, contudo, qual a sua relação com o sítio, com o mesmo topónimo, referido por Ataíde de Oliveira (1898, p. 146; Santos, 1972, p. 130), que indicou o aparecimento de sepulturas escavadas na rocha, contendo diversas bilhas e garrafas.

Os poucos dados referentes a estes espaços parecem apontar para uma utilização claramente tardia, quiçá entre os séculos V e VII. No entanto, esta hipótese carece de confirmação, devidamente apoiada em argumentos mais fiáveis.

3.9.2. Necrópole da Ponte

A necrópole da Ponte (CNS 20708) é um dos poucos sítios que Estácio da Veiga explorou neste concelho, embora não conheçamos com exatidão o local que este investigador escavou. Apesar disso, no inventário de 1885, o arqueólogo tavirense deixou bem claro que dessa área são provenientes dois vasos de barro, extraídos de sepulturas romanas, vasos que foram publicados recentemente (Paulo, 2007, p. 417, fig. 14). As peças são claramente tardias, remetendo para uma situação semelhante ao de Chaiças, ou seja, um espaço funerário com materiais que denunciam uma matriz visigótica, portanto, século VII. A garrafa de cerâmica aponta para uma cronologia centrada na segunda metade desse século (Alba Calzado e Gutiérrez Lloret, 2009).

Importa fazer aqui algumas observações sobre a localização do aparecimento destes artefactos. Ainda que se venha considerando que estas sepulturas estariam localizadas em local não determinado, mas próximo da Ponte Velha de Paderne (Santos, 1972, p. 131; Gomes e Gomes, 1988; Gomes, Paulo e Ferreira, 2003, p. 39 e 40; Paulo, 2007, p. 416 e 417), não há quaisquer motivos que remetam para essa localização. Estácio da Veiga foi bastante explícito quando afirmou que as sepulturas, que o proprietário escavou oferecendo-lhe depois os materiais, estavam na «quinta contígua à aldeia, do Sr. Silva Judice» (Veiga, 1878, p. 36). É evidente que esta quinta estava, portanto, próxima da aldeia de Paderne, contrariando a localização, distante, próxima da Ponte Velha. Aliás, estranhamos o silêncio de Estácio da Veiga sobre a dita construção ou mesmo sobre o Castelo Velho, argumento que corrobora a errada localização desta necrópole tardia.

O erro pode, eventualmente, assacar-se à sua descendente, que associou tais materiais e sepulturas a um local nas proximidades da Ponte Velha (Santos, 1972, p. 131). Refira-se ainda que a mesma autora atribuiu a mesma proveniência a materiais que o Estácio da Veiga afirmou, categoricamente, serem provenientes de «silos das ruas de Paderne» (Veiga, 1878, p. 36). Se analisarmos com atenção a *Carta Archeológica do Algarve* reparamos que Estácio da Veiga implantou esta necrópole em Paderne, com uma cronologia que considera «Árabe ou Mosarabe» (Veiga, 1910).

3.10. Silves

3.10.1. Perna Seca

No sítio da Perna Seca de Baixo (CNS 13197), freguesia de São Bartolomeu de Messines (fig. 178), foi, casualmente, identificada uma sepultura quando funcionários camarários passavam pelo local. É despropositado tratarmos aqui o tema das condições da descoberta da sepultura e a sua intervenção, principalmente porque estes dados foram já devidamente publicados (Rocha et al., 2003, p. 147-150). Importa, contudo, tecer algumas considerações sobre a arquitetura do túmulo e espólio associado, tentando lograr uma proposta cronológica para a estrutura.

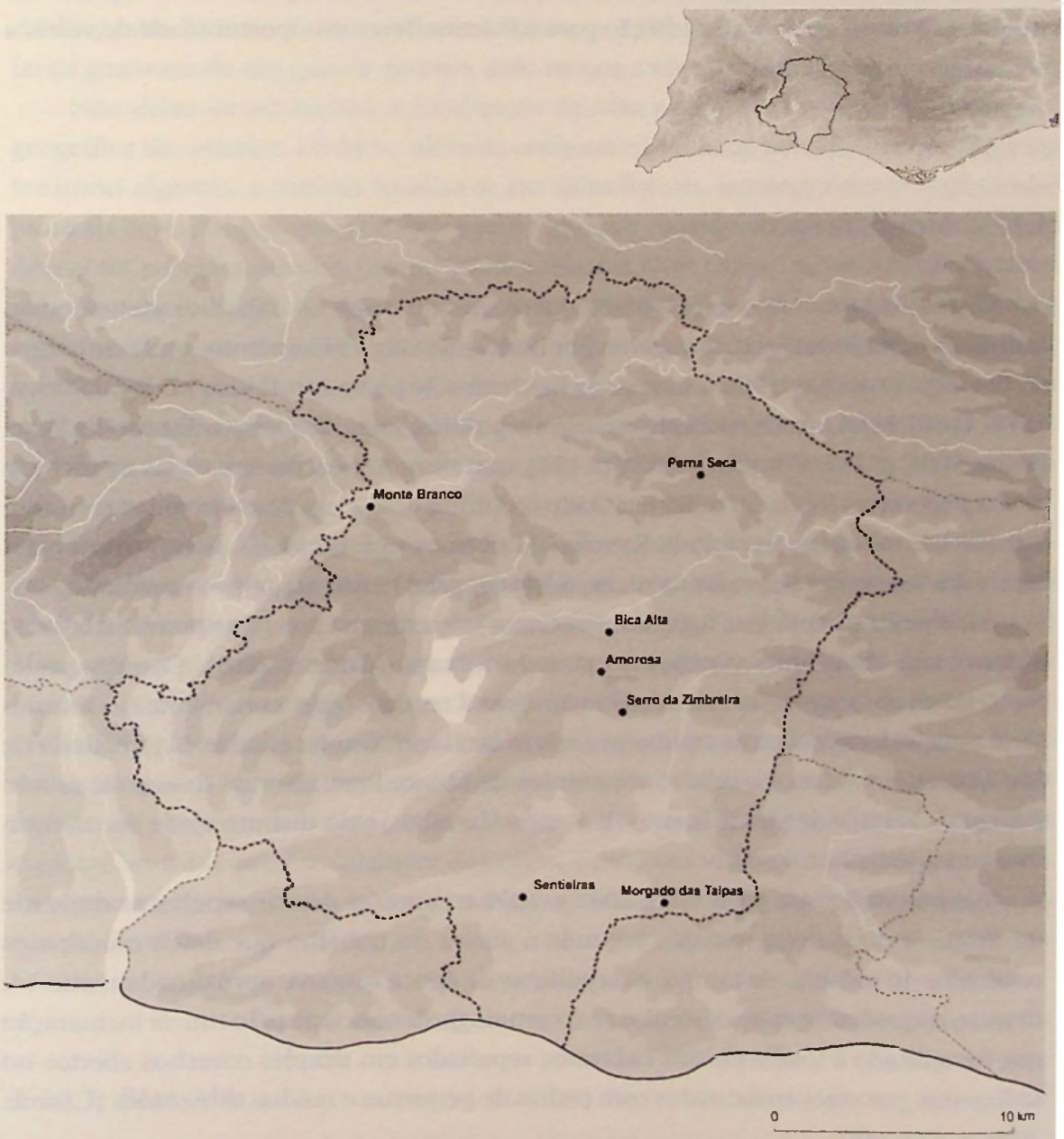


Fig. 172 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Silves. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

As técnicas construtivas aplicadas são, geralmente, transversais à maioria das sepulturas subterreas de inumação. No entanto, esta estrutura é distinta nos materiais aplicados. Foi escavada no xisto e, depois, revestida com o mesmo material. Também a cobertura foi realizada com largas placas de xisto, matéria abundante na zona. No seu interior, apenas foi recuperada uma fivela de cinturão, cuja análise morfológica aponta para uma cronologia tardia dentro do vasto período da Antiguidade Tardia, seguramente posterior ao século v (Aurrecoechea Fernández, 2007a, 2007b, 2009).

A cronologia desta sepultura (desconhecemos se haveria outras) está de acordo com a ocupação da região algarvia na Antiguidade, ou seja, uma ocupação alto-imperial de forte implantação litoral, e uma migração para o interior, durante a Tardo-Antiguidade. Não pretendemos afirmar com isto que, durante o Alto-Império, o interior não estava ocupado, ou que, na Antiguidade Tardia, o litoral tivesse sido abandonado. No entanto, é certo que a transição entre os dois períodos marca um fenómeno de reorganização do povoamento romano no Algarve, que, num primeiro momento, parece ser de dispersão, culminando numa aparente deslocação para o interior. Teremos oportunidade de voltar a este assunto mais adiante.

3.10.2. Monte Branco

O sítio do Monte Branco (CNS 6769) é conhecido desde os trabalhos efetuados no âmbito da *Carta Archeologica do Algarve*, por Estácio da Veiga. No entanto, os documentos do seu arquivo apenas referem um par de machados de pedra recolhidos no local (Veiga, 1878, 1885). Já foi mencionada a referência a sepulturas identificadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 235; Gonçalves, 2007, p. 424), que afirmou estarem escavadas na rocha, e que as populações locais daí tinham retirado cerâmicas grosseiras. Nada permite, contudo, associar tais estruturas ao período Romano. Já tivemos oportunidade de nos pronunciar acerca das sepulturas escavadas na rocha, adstritas, geralmente, ao período medieval.

Mais recentemente, teve lugar uma intervenção na mesma área, que permitiu colocar a descoberto abundantes vestígios do período romano (Cosme, 2010). Convém esclarecer, no entanto, que esta intervenção não deverá ter decorrido exatamente no mesmo local onde se localizavam as sepulturas escavadas na rocha, antes citadas. Na freguesia de São Marcos, em Silves, existem os topónimos de Monte Branco, onde deverá ter estado Estácio da Veiga, e de Monte Branco da Foz do Carvalho, sítio distinto onde decorreram os últimos trabalhos.

A intervenção teve lugar entre 2007 e 2009 e permitiu detetar sepulturas da Idade do Bronze e do período romano. Segundo a autora do trabalho que deu à estampa os resultados do trabalho de campo, as sepulturas de época romana, aproximadamente 14, deverão enquadrar-se entre os séculos I e II, cronologia denunciada pelo rito de incineração que foi aplicado à totalidade dos cadáveres, sepultados em simples covachos abertos no sedimento, por vezes estruturados com pedras de pequenas e médias dimensões (Cosme, 2010, p. 137-142).

Não obstante a antiguidade do rito incineratório, alguns dos materiais apresentados obrigam a considerar a existência de sepulturas mais tardias. É o caso de uma tigela da

forma Hayes 14C, recolhida na sepultura 3, que corresponde à variante mais tardia deste tipo (Bonifay, 2004, p. 157). Esta forma, que Hayes ainda incluiu no século II (1972, p. 39-41), passou a ser considerada uma produção exclusiva do século III, em anos mais recentes (Bonifay, 2004, p. 157-159). Por sua vez, o unguentário de vidro, que talvez se possa considerar da forma 26 de Isings, e a *dolabra*, que pode relacionar-se com o mundo militar romano (Bishop e Coulstoun, 1993, p. 104, fig. 63), permitem argumentar a utilização deste espaço durante os séculos I e II, como bem se aponta no trabalho de 2010 ou mesmo antes da viragem da era. Refira-se ainda aquilo que parece ser um canivete idêntico ao que foi reconhecido na Horta da Canada, em Tavira, e que parece corrobora a existência destes utensílios de lâmina retrátil em época romana (Cosme, 2010, p. 140 fig. 27). Embora a associação dos materiais entre si e as respetivas sepulturas esteja já divulgada, falta ainda um estudo mais completo que analise com detalhe os espólios, nomeadamente os numismas. De qualquer modo, chama-se aqui a atenção para a sepultura 3, que continha o prato Hayes 14C, um púcaro, uma ponta de lança, o canivete, a *dolabra*, uma lucerna e um numisma (*ibidem*, p. 139), comprovando que as pontas de lança gozavam de um grande sucesso, pelo menos a nível simbólico.

Não deixa de ser curiosa a localização de uma necrópole alto-imperial numa área geográfica tão interior. De facto, além de conhecermos poucas necrópoles tão antigas em território algarvio, a maioria localiza-se em sítios litorais, estrategicamente implantados junto da costa. Se por um lado este achado obriga a considerar que o rito de incineração deverá ter permanecido em uso no interior durante mais tempo, talvez devamos relacionar este espaço funerário com uma qualquer ocupação que visava controlar o acesso à região serrana, no quadro de uma eventual exploração mineira. Esta hipótese pode estar fundamentada pela presença de armamento, uma ponta de lança, artefacto que, embora se possa relacionar com tarefas lúdicas e cinegéticas, deve, neste caso, conectar-se com o mundo militar romano dada a sua associação à *dolabra*, instrumento que pode ter sido usado como arma.

Desconhecemos, contudo, se a utilização deste espaço funerário pode ser mais antiga, concretamente do período Tardo-Republicano. A ser assim, e tendo em consideração a localização interior e a implantação numa das margens da Ribeira de Odelouca, não é impossível pensar que estava conectado com uma presença militar, de tipo «*castella*» (Fabião, 2002), idêntica àquelas que foram identificadas no concelho de Alcoutim (Maia, 1978, 1986; Gradim et al., 2010). Não é fácil a leitura destas ocupações mais antigas tão embrenhadas na serra algarvia, que poderiam estar vinculadas ao controle do território no âmbito do processo de romanização (Alarcão, 1985), ou destinadas a fiscalizar possíveis explorações mineiras. Em qualquer dos casos, a presença militar fica evidenciada através de alguns artefactos, como os que foram recuperados na necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho.

3.10.3. Bica Alta

No sítio da Bica Alta (CNS 6819, fig. 178) foram detetadas duas sepulturas durante o levantamento arqueológico de 1988, que decorreu sob direção de Mário Varela Gomes.

Os túmulos estariam já profundamente danificados pela abertura de um caminho, o que terá impedido uma análise adequada da arquitetura e dos ritos praticados. Além dos restos osteológicos, são referidos fragmentos de uma fíbula, um púcaro, uma conta de vidro e restos de um artefacto de ferro [processo 80/1(046)]. Infelizmente, não pudemos observar pessoalmente o espólio, não havendo, portanto, dados que permitam um enquadramento cronológico adequado destes enterramentos.

3.10.4. Amorosa

O concelho de Silves também não foi explorado, de forma sistemática, por Estácio da Veiga, tendo-se este limitado a compilar informações e a reunir alguns artefactos, obtidos através de indivíduos locais, interessados no colecionismo de antiguidades (Gonçalves, 2007, p. 423). A falta de apoio financeiro, de que o arqueólogo de Tavira tanto se queixou, e o desinteresse pelos vestígios romanos, justificará a falta de dados sobre os espaços da morte de época romana no concelho de Silves, o que só poderá ser colmatado com contínuos trabalhos de escavação.

O sítio da Amorosa (CNS 6695) espelha relativamente bem esta situação. O desconhecimento que temos sobre esta necrópole é considerável, estando apenas indicado na *Carta Archeologica do Algarve* como «cemitério de inumação» (Veiga, 1910). Mais recentemente, uma das sepulturas foi intervencionada, tendo-se verificado que conservava ainda o seu conteúdo (Paulo, 2007). No entanto, esta intervenção mostrou-se pouco útil para o aprofundamento do conhecimento cronocultural da necrópole. O sítio tinha sido apenas alvo de prospeções pontuais, elaboradas pela Universidade do Algarve (Correia e Bicho, 2004), realizadas no âmbito do levantamento arqueológico e patrimonial da freguesia de São Bartolomeu de Messines [processo 2002/1 (697)].

Sabemos, ainda assim, que a sepultura foi construída através de escavação do substrato rochoso do grés vermelho de Silves, encontrando-se orientada, sensivelmente, no sentido norte-sul. Apresenta planta sub-retangular, com as extremidades de forma arredondada, sem demarcação dos ombros nem de cabeceira, com paredes ligeiramente oblíquas, sendo dotada de rebordo para colocação de tampa, que subsistia apenas na face nascente da estrutura. No interior, dispunha-se enchimento de terra com seixos de pedra calcária de cor branca, muito porosa, facto também detetado nas restantes sepulturas da necrópole (Paulo, 2007, p. 3).

A análise paleobiológica permitiu ao autor da escavação concluir que o espólio osteológico era escasso e apresentava-se em avançado estado de degradação, sobretudo ao nível do periósteo, observando-se múltiplas fraturas cominutivas, por esmagamento *post mortem*, possivelmente pela compressão das terras. Os vestígios observados permitiram reconhecer que a estrutura continha aparentemente apenas um indivíduo, colocado em decúbito dorsal, com os membros superiores ao longo do corpo e as mãos sobre o ventre, com a cabeça virada a sul, denunciando inumação canónica (*ibidem*, p. 4).

A ausência de materiais não permite tecer quaisquer hipóteses cronológicas, limitando-nos, portanto, a assinalar a elevada semelhança da arquitetura funerária, e do rito inumatório, com a necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Gomes, 2002).

3.10.5. Serro da Zimbreira

O Serro da Zimbreira (CNS 7573) foi identificado durante os trabalhos efetuados n âmbito da Carta Arqueológica de Portugal (1992, p. 122). Não obstante, não é esclarecid se esta identificação se deve a meros trabalhos de prospeção ou a trabalhos arqueológicc que tenham deixado a descoberto sepulturas romanas. Apenas é referida a classificaçã atribuída a este sítio, sem outros argumentos que lhe deem consistência.

Após esta classificação, o sítio foi alvo de insistentes prospeções realizadas pela Un versidade do Algarve no âmbito do levantamento arqueológico e patrimonial da fregues de São Bartolomeu de Messines [processo 2002/1 (697)], sem que se tenha feito alusão qualquer contexto funerário na área do Cerro da Zimbreira (Correia e Bicho, 2004).

3.10.6. Morgado das Taipas

O sítio do Morgado das Taipas (CNS 6778), conhecido desde os trabalhos de Estáci da Veiga pelo nome de Senhora do Pilar (Veiga, 1910), foi explorado no ano de 1915 po Leite de Vasconcelos (Santos, 1972, p. 71). Desconhecemos quais os vestígios ou notícia que levaram Estácio da Veiga a representar este local como uma necrópole de inumação

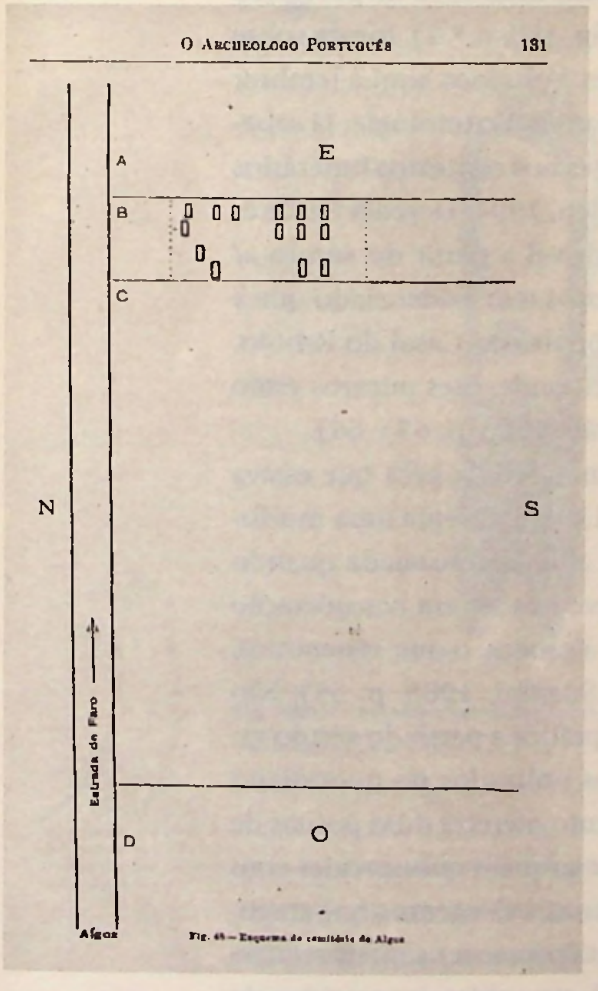


Fig. 179 — Localização da necrópole do Morgado das Taipas segundo Leite Vasconcelos (1918, p. 131, fig. 48).

A notícia de que Leite de Vasconcelos explorou est necrópole no ano de 1915 é, contudo, inexata. Na verdade o fundador do Museu Nacional de Arqueologia fez uma excursão ao Algarve, no ano de 1917, que noticiou no ano seguinte (1918, p. 129-135), durante a qual foi informado que, anos antes, haviam sido exploradas, naquele terreno, algumas «sepulturas feitas de *tegulae*, que lhes formavam o chão, os lados, os topos e a tampa» (*idem, ibidem*, p. 129 e 130). Trata-se, portanto, de sepulturas de inumação, cuja tipologia possibilita enquadrar entre os séculos III e V (Sánchez Ramos, 2005). Além destas informações, Vasconcelos consegue ainda efetuar um esboço da localização da necrópole (fig. 179) e deslocar-se pessoalmente ao local. Aí terá constatado que, em área próxima, se observavam abundantes materiais arqueológicos à superfície, sendo visíveis, inclusive, algumas estruturas argamassadas (Vasconcelos, 1918, p. 130).

A colocação de alimentos nas sepulturas parece ter sido uma prática comum nas necrópoles romanas da atual região algarvia. Já o havíamos constatado na necrópole do Guelhim, onde Estácio da Veiga tinha verificado que algum recipiente continha cascas de ovo. Também a Vasconcelos foi dada a informação de que dentro de alguns recipientes cerâmicos, peças que presumimos sejam aquelas que lhe foram oferecidas, havia o mesmo material (*ibidem*).

Leite de Vasconcelos conseguiu adquirir 11 peças provenientes da necrópole do Morgado das Taipas, também denominada de Amoreira por Maria Luísa Affonso dos Santos (1972, p. 71), que lhe foram oferecidas pelo senhor Fava. Segundo relato dos exploradores, estes artefactos não representam a totalidade do mobiliário funerário que as sepulturas continham, sendo, contudo, bons indicadores cronológicos. Destas peças, três são recipientes cerâmicos e as restantes são instrumentos de ferro.

Dos exemplares cerâmicos, pudemos identificar uma tigela de *terra sigillata* clara D (fig. 180, n.º 1), do tipo Hayes 67A, com um bordo dividido em duas partes desniveladas, seguido de um bojo encurvado e base convexa, limitada por um pequeno pé. Na tipologia elaborada por Hayes, a grande variedade de bordos que esta forma pode apresentar não mereceu a distinção em nenhuma variante. Não obstante, o autor separou três grupos, consoante o tipo de decoração estampada que apresentem sobre o fundo interno, articulando diferentes modelos de bordo e de fabrico (Silva, 2010, p. 72), divisão recentemente revista por Michel Bonifay (2004, p. 171).

Hayes datou esta forma, genericamente, entre 360 a 470, embora tenha estabelecido diferentes intervalos de tempo, consoante a série por si definida (1972, p. 116), proposta que foi seguida por outros autores (Atlante I, 1981, p. 89). Bonifay, por sua vez, oferece balizas cronológicas mais circunscritas para as diferentes variantes, propondo para a variante A uma datação limitada à segunda metade do século IV (2004, p. 173).

As restantes peças inserem-se na ampla categoria de cerâmicas de uso comum, de produção local/regional, que têm o inconveniente de oferecerem intervalos de produção e de uso bem mais dilatados. É o caso do púcaro de uma asa (fig. 180, n.º 2), forma sobre a qual já esboçamos alguns comentários nas páginas anteriores. Voltamos aqui a lembrar apenas as questões que consideramos mais pertinentes respeitantes à cronologia. Já sabemos que estes vasos representam uma das formas mais frequentes nos contextos funerários (Martins et al., 1989-1990; Martins e Delgado; 1989-1990; Nolen, 1994; Heredia Barcero, 2007; Almeida, 2009; Rolo, 2010), realidade especialmente visível a partir do século II/ primeira metade do século seguinte. No entanto, outros contextos têm evidenciado que a sua durabilidade vai além desta data, como é o caso das necrópoles do Casal do Rebolo, em Sintra (Gonçalves, 2012, p. 107) e da Valdoca, em Aljustrel, onde estes púcaros estão associados a contextos do século III em diante (Alarcão e Alarcão, 1966, p. 65 e 66).

O jarro de cerâmica comum (fig. 180, n.º 3), que supomos seria a peça que estava colocada ao lado da cabeça do cadáver (Vasconcelos, 1918, p. 130), apresenta uma morfologia mais difícil de ajustar às tipologias vigentes, dificuldade aliás já constatada quando tratámos os jarros da necrópole do Amendoal. Neste caso, devemos ter em consideração o rito em que este foi utilizado, ou seja, a sua colocação junto à cabeça, o que, reiteramos, representaria o batismo (Saxer, 1987; Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 55). São abundantes os contextos funerários que têm evidenciado esta prática a partir do século IV.

Os artefactos férreos, oito, parecem tratar-se de utensílios utilizados no quotidiano das populações que habitavam a *villa* anexa. Apesar de o conjunto oferecer duas pontas de lança (fig. 180, n.º 4), já referimos antes que estas podem estar também relacionadas com atividades lúdicas, ou, mais provavelmente, cinegéticas. Sem outros elementos que corroborem a sua utilização em um ambiente claramente militar, esta parece ser a interpretação mais ajustada, principalmente se tivermos em consideração que estão desprovidas de contextos que permitam uma datação muito precisa.

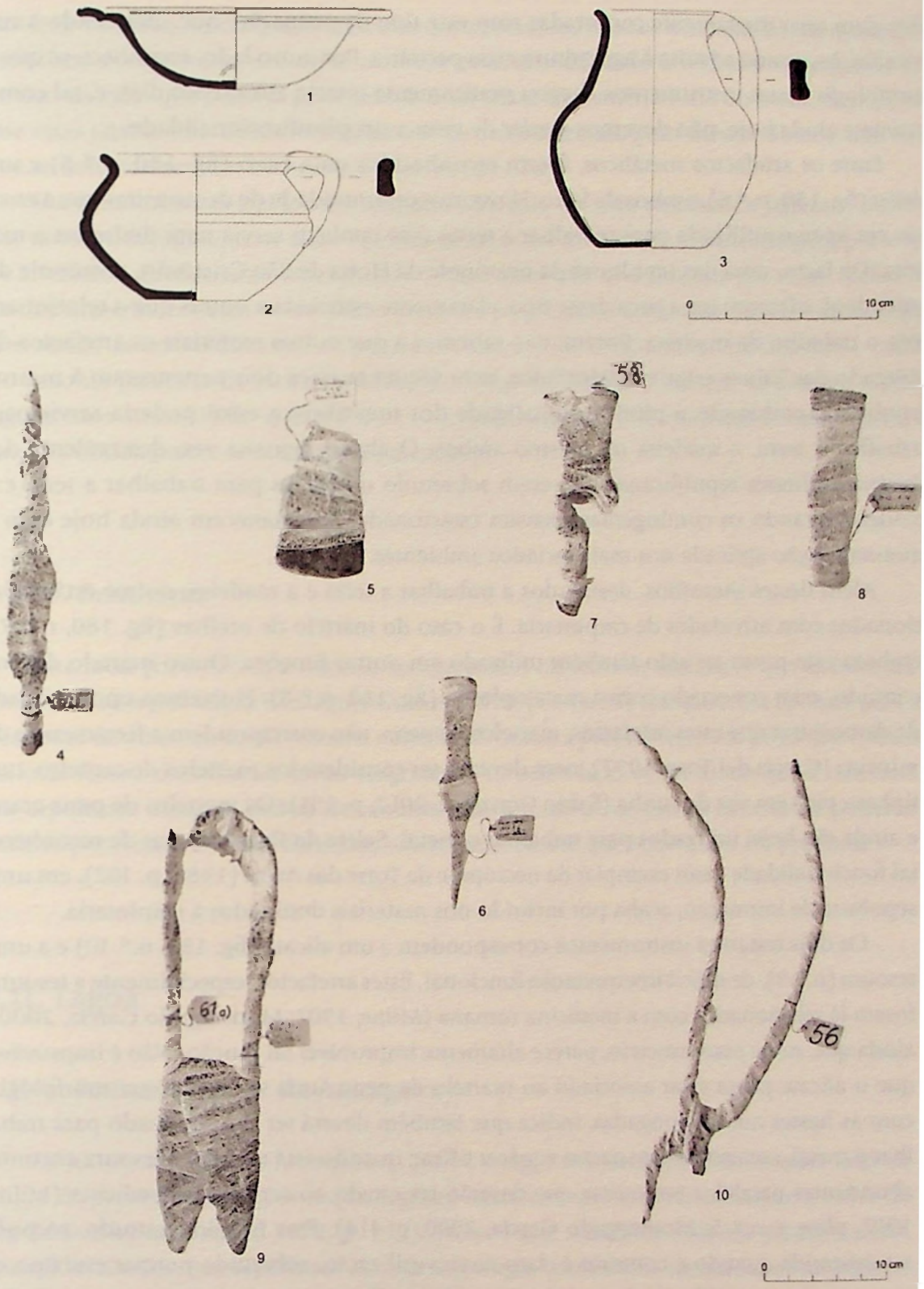


Fig. 180 — Materiais provenientes do Morgado das Taipas. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

Outros utensílios foram oferecidos a Leite de Vasconcelos (1918, p. 132), e que são reveladores da profissão de pelo menos um dos indivíduos aqui inumado. Mas, sem conhecermos a associação a outros materiais, torna-se difícil assumir uma única, uma vez que foram usados em diferentes ofícios. No entanto, e tendo em conta a proximidade de estruturas que Leite de Vasconcelos relaciona com uma *villa* romana, as atividades

deveriam estar diretamente conectadas com este tipo de ocupação, que, atendendo à sua localização, estaria adstrita à agricultura e/ou pecuária. Por outro lado, reconhece-se que a morfologia destes instrumentos chegou praticamente intacta aos nossos dias, e, tal como acontece ainda hoje, não devemos perder de vista a sua plurifuncionalidade.

Entre os artefactos metálicos, foram reconhecidos uma enxó (fig. 180, n.º 5) e um alvião (fig. 180, n.º 6), ambos de ferro. Já tivemos oportunidade de demonstrar que a enxó não era apenas utilizada para trabalhar a terra, mas também servia para desbastar a madeira. De facto, uma das sepulturas da necrópole da Horta de São Cristóvão, necrópole do Amendoal, ofereceu uma peça deste tipo, claramente associada a outras que a relacionam com o trabalho da madeira. Porém, não sabemos a que outros materiais os artefactos do Morgado das Taipas estariam associados, nem sequer se estes dois pertenceram à mesma sepultura. Lembrando a plurifuncionalidade dos utensílios, a enxó poderia servir para trabalhar a terra, a madeira ou mesmo ambos. O alvião, por sua vez, descendente das *dolabrae* militares republicanas que eram sobretudo utilizadas para trabalhar a terra e a madeira quando os contingentes estavam estacionados, permanecem ainda hoje com a mesma função aplicada nos mais variados ambientes.

Além destes utensílios, destinados a trabalhar a terra e a madeira, outros estão relacionados com atividades de carpintaria. É o caso do martelo de orelhas (fig. 180, n.º 7), embora este possa ter sido também utilizado em outras funções. Outro martelo deverá, contudo, estar conectado com a metaloplastia (fig. 180, n.º 8). Já tivemos oportunidade de demonstrar que estes artefactos, martelos de pena, não correspondem a ferramentas de mineiro (García del Toro, 1977), nem deverão ser considerados martelos de canteiro, que tinham pico em vez de cunha (Sabio González, 2012, p. 191). Os martelos de pena eram, e ainda são hoje, utilizados para trabalhar o metal. Salete da Ponte, apesar de reconhecer tal funcionalidade a um exemplar da necrópole da Torre das Arcas (1986, p. 102), em uma sepultura de inumação, acaba por incluí-lo nos materiais destinados à carpintaria.

Os dois restantes instrumentos correspondem a um alicate (fig. 180, n.º 10) e a uma tesoura (n.º 9), de difícil interpretação funcional. Estes artefactos, especialmente a tesoura, foram já relacionados com a medicina romana (Milne, 1907; Monteagudo García, 2000), ainda que, neste caso concreto, parece altamente improvável tal função. Não é improvável que o alicate possa estar associado ao martelo de pena, uma vez que a sua morfologia, com as hastes muito alongadas, indica que também deverá ter sido utilizado para trabalhar o metal, concretamente para o aquecer e fixar, quando está quente. A tesoura encontra abundantes paralelos em outras que deverão ter estado ao serviço da medicina (Milne, 1907, plate x, n.º 5; Monteagudo García, 2000, p. 114). Essa função, contudo, só pode ser assumida quando o contexto é claro na sua utilização, sobretudo porque este tipo de tesoura parece ter sido usado em várias atividades distintas, como é o caso da medicina, como já vimos, mas também no simples corte de cabelo (Celso, *De Medicina*, VII). Por outro lado, as tesouras de tosquia eram, até há bem pouco tempo, semelhantes a estes artefactos, possuindo dimensões idênticas.

Os materiais recolhidos nesta necrópole demonstram, por um lado, o momento em que deverão ter sido efetuados os enterramentos e, por outro, as atividades que teriam lugar neste aglomerado populacional. Embora não tenhamos argumentos suficientes para supor que se trata de uma *villa* romana, Leite de Vasconcelos avança essa possibilidade, que carece, ainda, de comprovação. Com efeito, nestes espaços rurais, as atividades eram

bastante variadas, ainda que as agrícolas e/ou pecuárias fossem maioritárias. Os artefacto metálicos comprovam, em certa medida, essa variedade de atividades económicas a serviço da *villa*, que passam pelo trabalhar da terra, da madeira e até do metal. É prováve que estas tarefas não tivessem fins lucrativos ou comerciais, pelo menos diretos, mas sin que se destinassem, em exclusivo, ao serviço da *villa*.

Os enterramentos onde estes artefactos deverão ter sido recolhidos parecem denun ciar uma cronologia que se situa entre os séculos III e IV, datação clarificada pela presenç de artefactos diretamente relacionados com a atividade dos finados em vida, realidad particularmente comum no final dos séculos II e III, mas também por ritos iniciáticos qu vêm sendo relacionados com os primeiros indícios de Cristianismo do século IV, com é o caso da presença de jarros ao lado da cabeça do corpo. Claro que se somam a este argumentos a notícia de que todos os enterramentos eram de inumação, assim como datação obtida para o mobiliário arqueológico.

3.10.7. Sentieiras

Este local (CNS 6761) é referido apenas com o objetivo de esclarecer que as informa ções avançadas por Maria Henriques Gomes (1970, p. 84 e 85) não parecem apontar para a existência de uma necrópole romana neste local. Como a própria refere, as peças que colheu no local foram classificadas como visigóticas. Por outro lado, refere ainda que à cabeceira das sepulturas existiam pedras de cantaria que, a tratar-se de estelas funerárias, poderão remeter para uma realidade funerária ainda mais recente que aquela que foi proposta.

3.11. Lagoa

3.11.1. Ruínas do Vale da Amargura

As ruínas do Vale da Amargura (CNS 914, fig. 181) correspondem a uma área de ampla dispersão de vestígios arqueológicos, materiais que estão localizados a norte da vila de Estômbar (Santos, 1972, p. 127). Nesse local, Ataíde de Oliveira afirmou terem aparecido abundantes sepulturas de inumação que continham considerável mobiliário funerário. Supomos que este não se deslocou ao local no momento do achado, uma vez que a informação que forneceu é bastante limitada. Refere apenas que, além das ossadas, terão aparecido louças, espadas e lanças (1911, p. 167 e 168).

Tivemos oportunidade de prospetar o local no âmbito deste projeto, onde ainda localizámos as lagaretas abertas na rocha. Em toda a área descobrimos abundante espólio arqueológico à superfície, o que denuncia a presença de ocupações antigas. Dos materiais, que não recolhemos, pudemos identificar *terra sigillata* hispânica e sudgálica, cerâmica de cozinha africana (fig. 182), cerâmica comum e ainda um peso de rede. Sobre as sepulturas referidas por Ataíde de Oliveira, nada se pôde, contudo, certificar (Pereira, 2011, p. 32).

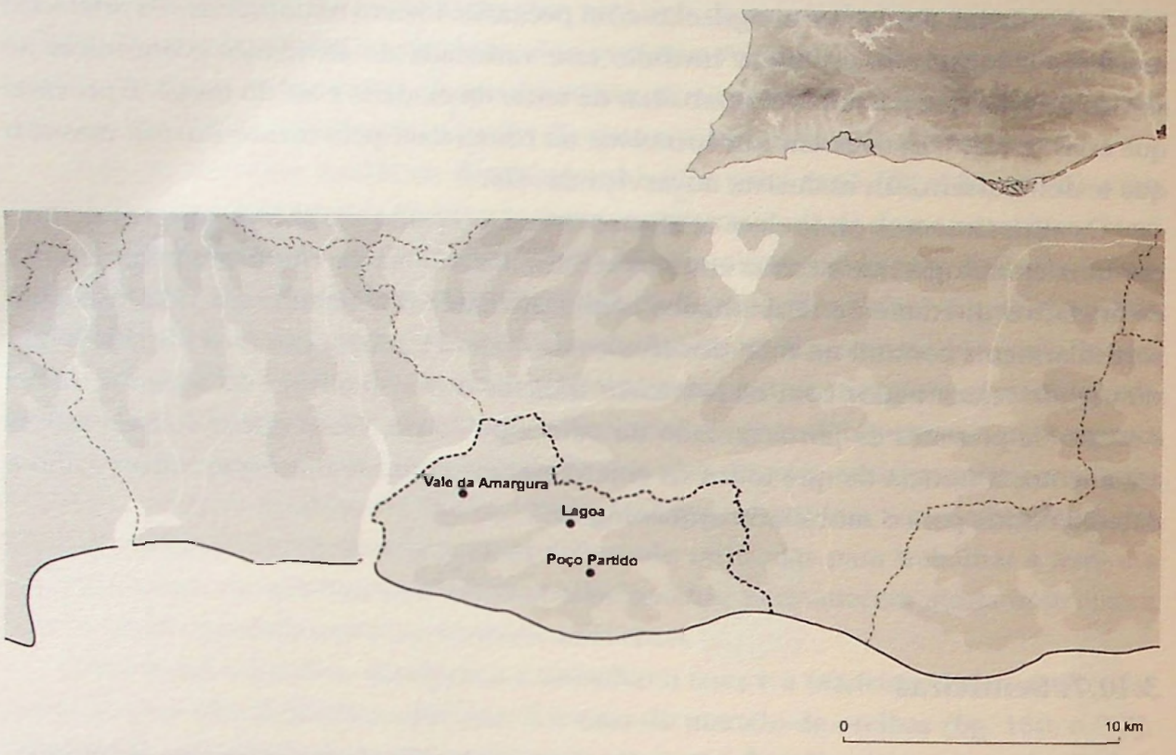


Fig. 181 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Lagoa. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

É credível supor que esta necrópole terá funcionado durante os séculos II e III, a julgar pelo tratamento dos cadáveres e pelas características do espólio. A proximidade de alguns sítios arqueológicos, considerados como *villae* romanas, como é o caso da de Ferragudo (relatório do PDM elaborado por Carlos Oliveira, 2009, p. 15-20), obriga a ponderar uma possível relação entre ambos. No entanto, esta relação é incerta devido à distância entre si, cerca de dois quilómetros. O *habitat* correspondente a esta necrópole pode, portanto, localizar-se em área próxima.

3.11.2. Lagoa

Da cidade da Lagoa (CNS 1296), apenas temos conhecimento do aparecimento de uma sepultura, onde apareceu um anel (Botto, 1899, p. 38), ignorando-se quem foi o seu explorador, qual era a arquitetura ou que rito foi praticado. Maria Luísa Affonso dos Santos reproduziu a mesma informação que o então diretor no museu da cidade de Faro (1972, p. 127), à qual não podemos somar quaisquer dados ou informações.

Fig. 182 — Materiais identificados no Vale da Amargura, Lagoa. Fotografia do autor.

Com efeito, dessa sepultura, provavelmente explorada por locais, Pereira Botto recebeu um anel de bronze para a coleção do museu que dirigia. Mais informou que na mesa do dito anel estava gravada a letra M. Infelizmente, estes dados não permitem qualquer leitura cultural ou cronológica. De facto, nem sequer é possível intuir se a Lagoa que o cónego referiu é Lagoa cidade ou concelho.

3.11.3. Poço Partido

O sítio do Poço Partido (CNS 10825, fig. 181) foi identificado durante os trabalhos realizados no âmbito do levantamento arqueológico do Algarve, concelho de Lagoa (1995, p. 69), sem que saibamos, contudo, se essa identificação resultou apenas dos trabalhos de prospeção. Como muitos outros sítios algarvios, as informações são extremamente limitadas, resumindo-se à existência de «[...] sepulturas, estruturadas por lajes, contendo, ainda, ossos humanos» (Gomes, Paulo e Ferreira, 2003, p. 69).

Com estes dados, apenas podemos concluir que se deverá tratar de uma necrópole tardia, talvez posterior ao século IV, mas, sem mais informação, não podemos precisar, de forma mais exata, o momento da sua utilização.

3.12. Portimão

3.12.1. Reguengo

No sítio do Reguengo (CNS 18715, fig. 183), foi detetada uma sepultura construída com lajes e que foi incorporada no PDM do concelho (1996, p. 266). Durante as prospeções efetuadas no âmbito do acompanhamento arqueológico do percurso da prova de automobilismo «Lisboa-Dakar», sob direção de Carlos Oliveira, Vera Teixeira e Pedro Taveira, já não foi possível confirmar a presença da referida sepultura.

3.12.2. Alcalar

Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos referiu que, apesar de este local ser sobejamente conhecido pelos monumentos funerários pré-históricos (Santos, 1972, p. 15), o seu bisavô identificou aí (fig. 183) uma sepultura romana, aparentemente isolada (Veiga, 1889, p. 222). Ainda que, em momento algum, seja referido o ritual funerário, admitimos que a sepultura contivesse os restos de uma incineração. Além de não haver referência a material osteológico, os materiais apontam claramente para um enterramento antigo, alto-imperial. São mencionados uma urna de vidro transparente, uma conta de

Fig. 183 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Portimão. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

colar no mesmo material e um numisma, que vem sendo interpretado como uma emissão de Cláudio, portanto do século I.

Como bem referiu a descendente do pioneiro algarvio, a prática de se fazer sepultar em locais de tradição funerária não é inédita, mas devemos reconhecer que os exemplos fornecidos não parecem ser os que melhor demonstram o fenómeno. O paralelo estabelecido com Bensafrim, em Lagos, é claramente distinto daquele que foi praticado em Alcalar (CNS 836). Desde logo é evidente a diferença quantitativa e cronocultural entre os dois locais. Em Bensafrim, como veremos adiante, o espaço funerário representa uma clara continuidade prática e funcional de um período para o outro. Em Alcalar, devemos encontrar a justificação para este único enterramento em outros motivos que o fundamentem.

Infelizmente, não se sabe se o sepultado, ou os sepultantes, tinham conhecimento da preexistência de enterramentos consideravelmente mais antigos, ou se a seleção do local se deveu a uma mera opção topográfica, ou seja, uma pequena elevação no terreno, pretendendo-se destacar a personagem sepultada. Estas realidades são plausíveis, ainda que o segundo caso tivesse que ser reproduzido por outros enterramentos, que, aparentemente, nunca se efetuaram. Assim, talvez devamos considerar que esta opção estaria revestida de um considerável simbolismo, com uma localização destinada a poucos indivíduos, que, reconhecendo uma antiga funcionalidade como espaço funerário, deliberadamente pretendiam fazer-se sepultar nesses locais. Não devemos desconsiderar que esta opção pode ter sido potenciada pela monumentalidade antrópica destacada na paisagem, que lembrava muitos dos mausoléus circulares romanos-republicanos e altoimperiais, como é o caso dos exemplares de Córdoba (Vaquerizo Gil, 2001, 2002a, 2010, p. 115-117) ou de Huelva (Haro Ordóñez, López Domínguez e Castilla Reyes, 2010).

Outros monumentos funerários pré-históricos algarvios revelaram este mesmo fenómeno, nomeadamente o túmulo megalítico de Santa Rita, em Vila Nova de Cacela (Inácio et al., 2010, p. 73-86), o que corrobora o sepultamento de indivíduos no topo das câmaras funerárias pré-históricas, que, seguramente, estaria revestido de um elevado carácter ritual, prestigiante, associado a uma paisagem ancestral. Ainda assim, este é um tema pouco debatido e que carece de uma análise mais ampla, de forma a confirmar, ou não, a proposta aqui avançada. Ainda assim, e mesmo que para outras cronologias, lembre-se a existência de situações análogas em outras áreas geográficas, como é o caso do Alentejo (Mataloto, 2007, p. 124 e s., 2012), onde não é inédito monumentos megalíticos albergarem sepultamentos posteriores. A mesma realidade foi já documentada em Espanha (García Sanjuán, 2005a, 2005b). Mas a «necropolização» defendida para outros territórios, menos ainda a tradição secular, não parece fazer muito sentido em casos em que o afastamento temporal entre as duas realidades funerárias é tão dilatado. Concordamos, contudo, com uma possível intenção ritual de ligação ancestral (Mataloto, 2007, p. 137).

Refira-se ainda que, também nas proximidades de Alcalar, foi recolhida, no ano de 1904, uma ara (Sá, 1904, p. 177 e 178; Santos, 1972, p. 16 e 17) que estava desvirtuada do seu contexto original como é, aliás, habitual nestes casos. Apesar disso, pode ser indício da existência de uma necrópole, o que justificaria a presença deste monumento, dedicado a um jovem Cipião (Encarnação, 1984a, p. 114), e também do enterramento efetuado num dos monumentos pré-históricos.

3.12.3. Quinta de Arge

Embora Estácio da Veiga tenha classificado este sítio (CNS 6667) como uma necrópole de inumação romana, tendo inclusivamente aí efetuado algumas escavações (Veiga, 1887, p. 330 e 331), recentes intervenções demonstraram que o local corresponde a uma alcaria de época medieval/islâmica (Sabrosa, Henriques e Soares, 2005). De facto, nos primórdios da arqueologia portuguesa os períodos Bizantino e Visigótico também eram denominados de romanos, embora fosse admitida uma considerável diferença na cultura material.

É admissível supor que as sepulturas estivessem diretamente relacionadas com a ocupação que foi comprovada pela identificação das estruturas habitacionais. A isto, soma-se a proximidade das duas realidades, que, justificado por outros vestígios na área (Sabrosa, Henriques e Soares, 2005, fig. 1), corroboram uma densa ocupação tardia, que não prescindia dos ritos funerários.

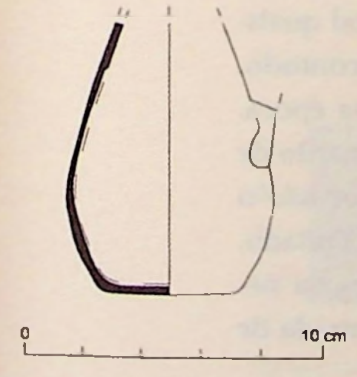


Fig. 184 — Jarro de corpo piriforme proveniente da Quinta de Arge. Desenho do autor.

Ao Museu Nacional de Arqueologia chegou uma peça cerâmica recolhida na área (fig. 184), que, segundo as fichas de registo do museu, foi oferecida por Joaquim Negrão. Apesar destas informações, cremos que a peça foi recolhida por Estácio da Veiga, que afirmou, explicitamente, ter explorado uma sepultura, havendo referência no seu catálogo à recolha de «ossos e fragmento de urna, extraídos de uma sepultura em Arge» (Veiga, 1878, p. 25). Além desta peça, refere outras, provenientes de contextos habitacionais. A primeira corresponde a um jarro de corpo piriforme, base convexa e uma asa, da qual restou o seu arranque.

3.12.4. Monte da Torre

O sítio romano do Monte da Torre (CNS 842) foi identificado por Leite de Vasconcelos, durante as expedições que fez ao sul, e cujos resultados foram compilados num único trabalho (1917, p. 130). Sobre o sítio, apenas fez referência a estruturas bem conservadas, que identificou no local. É possível admitir que as estruturas referidas correspondam a edificações da *villa* romana aí localizada, identificada com os códigos nacionais de sítio 18716 e 18230. Estes três sítios deverão, portanto, corresponder a um único.

A necrópole da *villa* viria mais tarde a ser reconhecida e intervencionada por Manuel Bentes no ano de 1963, que identificou no local sepulturas de incineração - aparentemente apenas uma (Santos, 1972, p. 41) - e de inumação. Infelizmente, e embora Maria Luísa Estácio da Veiga tenha dado conhecimento de que o escavador tinha como objetivo publicar os resultados da intervenção (*ibidem*), Manuel Bentes nunca viria a concluir tal tarefa. Da intervenção, além da presença dos dois ritos, apenas sabemos que a sepultura de incineração continha a urna cinerária tapada por uma *tegula*, e que os outros artefactos que compunham o mobiliário funerário eram uma tigela e um prato de *terra sigillata*, uma lucerna, aparentemente de volutas, uma anforeta e ainda dois vasos, com e sem asa (Santos, 1972, p. 42). A julgar pela presença de *terra sigillata* e, mais ainda, pela lucerna, podemos supor que esta sepultura deverá ter sido concretizada durante a segunda metade do século I.

Segundo as informações transcritas por Maria Luísa Affonso dos Santos, as sepulturas de inumação eram de três tipos distintos: construídas com lajes de calcário (a maioria), três ou quatro formadas por *tegulae* e apenas uma retangular, forrada por alvenaria (Santos, 1972, p. 41). Estes dados não são suficientes para enquadrar corretamente a necrópole, mas, contudo, não impedem algumas considerações. A presença de sepulturas construídas com *tegulae* é argumento que pode ser utilizado para amparar uma continuidade do espaço entre o final do século I e o século III, quer se trate de cobertura em telhado de duas águas quer seja horizontal. Seguramente do século III deverá ser a sepultura construída em alvenaria, carecendo-se, contudo, de dados mais concretos. Os túmulos de lajes, por sua vez, deverão ser mais tardios, talvez do século IV, V ou mesmo VI, como é o caso de outros exemplos (Morales Sánchez e Cara Barrionuevo, 2006). Não obstante, estas escassas informações sobre a arquitetura funerária não são suficientes para assumir estas balizas cronológicas, que são meramente indicativas.

Para confirmar estes dados devemos, contudo, remontar novamente ao tempo de Leite de Vasconcelos. Já afirmámos que este investigador não identificou no local quaisquer indícios de uma necrópole romana. Reiteramos tal afirmação, referindo, contudo, que o seu colaborador, Bernardo de Sá, compilou dados que permitiam, nessa época, supor a existência desta necrópole (Sá, 1904, p. 173-177). No ano de 1904, Bernardo de Sá explorou uma necrópole pré-histórica neste sítio (*ibidem*). Ainda que o autor não o explicite claramente, o proprietário do terreno onde intervinha, o senhor Luís Furtado, ofereceu ao colaborador de Leite de Vasconcelos alguns materiais provenientes da necrópole romana. Esta informação está hoje apenas consultável nas fichas de entrada de materiais arqueológicos do então Museu Etnográfico Português.

O conjunto, composto por três peças, inclui um prato de *terra sigillata* e dois jarros tardios de cerâmica comum. O primeiro parece pertencer à forma Drag. 18 (fig. 185, n.º 1),

pratos de perfis baixos e largos com um largo espetro cronológico, correspondendo a uma das formas mais abundantes nos sítios romanos com ocupação alto-imperial, como é o caso de *Baelo Claudia*, Miróbriga, Santarém ou Conímbriga (Viegas, 2003, 2006a, 2011). No fundo interno, ostenta a marca do seu fabricante para a qual, infelizmente, não lográmos obter leitura.

Consideravelmente mais tardios são os jarros de cerâmica comum, um produzido localmente (fig. 185, n.º 2) e o outro proveniente do vale do Guadalquivir (n.º 3) cronologia denunciada pela morfologia que ambos apresentam. Este tipo de jarros é geralmente, associado ao rito batismal após a morte, oferecendo uma datação delimitada entre o século IV e início do século VII (Carmona Berenguer, 1991), podendo mesmo uma

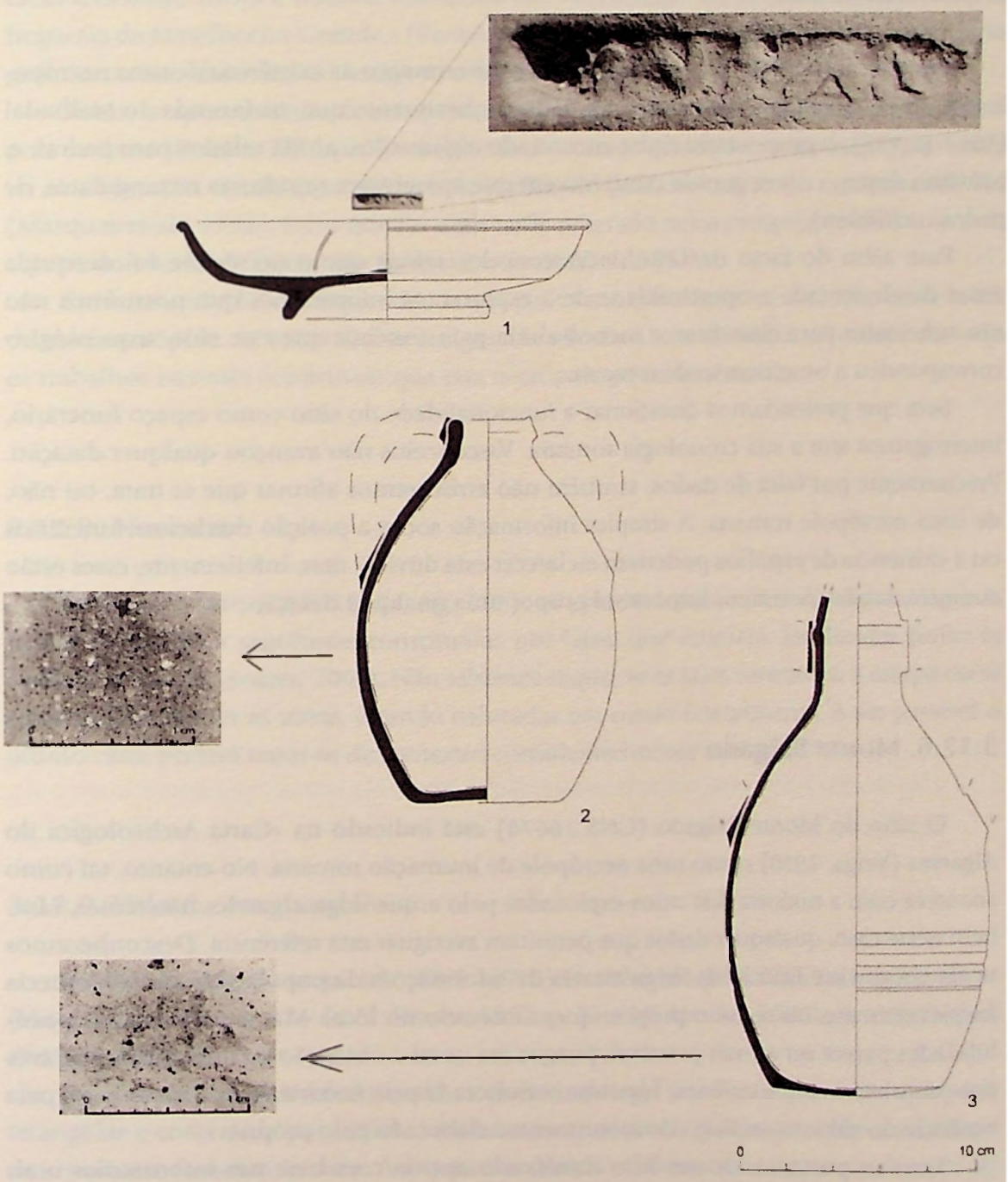


Fig. 185 — Materiais provenientes de sepulturas do Monte da Torre, Portimão. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho e fotografia do autor.

das peças (n.º 3) ser considerada antecessora das garrafas ditas visigóticas (Alba Calzado e Gutiérrez Lloret, 2009).

Significa, portanto, que esta necrópole, conhecida desde o início do século xx, foi sempre ignorada, porque os materiais remetiam para um período sobre o qual o conhecimento era ainda muito deficitário. Apesar de as informações deixadas por Manuel Bentes serem muito escassas, supõe-se que esta necrópole terá estado em funcionamento, pelo menos, entre a segunda metade do século I e o século V ou VI. Mas, somente novas intervenções poderão corroborar, ou não, as hipóteses que aqui se avançam.

3.12.5. Malhadais

Deste local (CNS 18672) apenas temos conhecimento da existência de uma necrópole (fig. 183). A Leite de Vasconcelos foi dado conhecimento que, na fazenda do Malhadal (1917, p. 128), o proprietário tinha encontrado alguns silos, ainda selados com pedras, e, próximo destes, «...um grande cemitério em que apareceram sepulturas rectangulares, de pedra...» (*ibidem*).

Para além do facto de Leite de Vasconcelos referir que a necrópole foi destruída antes de ele ter tido a oportunidade de a explorar, as informações que possuímos não são suficientes para classificar, e menos ainda para concluir que este sítio arqueológico correspondeu a uma necrópole romana.

Sem que pretendamos questionar a funcionalidade do sítio como espaço funerário, interrogamos sim a sua cronologia romana. Vasconcelos não avançou qualquer datação. Precisamente por falta de dados, também não arriscaremos afirmar que se trata, ou não, de uma necrópole romana. A simples informação sobre a posição dos restos funerários ou a existência de espólios poderiam esclarecer esta dúvida, mas, infelizmente, esses estão ausentes, sendo, portanto, impossível propor uma qualquer datação.

3.12.6. Monte Salgado

O sítio do Monte Salgado (CNS 18676) está indicado na «Carta Archeologica do Algarve» (Veiga, 1910) como uma necrópole de inumação romana. No entanto, tal como acontece com a maioria dos sítios explorados pelo arqueólogo algarvio, não temos, também neste caso, quaisquer dados que permitam averiguar esta referência. Desconhecemos se ela chegou até Estácio da Veiga através de informações da população, como acontecia frequentemente, ou se foi o próprio quem interveio no local. Mas a primeira das possibilidades parece ser a mais provável, porque era usual a obtenção de informações através dos proprietários dos terrenos, hipótese corroborada pela inexistência de materiais e pela ausência do sítio no catálogo de monumentos elaborado pelo próprio.

Trata-se, portanto, de um sítio classificado apenas com base nas informações orais que Estácio da Veiga compilava, estando por confirmar a sua cronologia. As prospeções efetuadas no local não contribuíram para o esclarecimento da localização da necrópole.

3.12.7. Mexilhoeira Grande

O sítio da Mexilhoeira Grande (CNS 6605) vem sendo identificado como uma necrópole romana. De facto, neste local foram recolhidos alguns materiais que apontam para uma cronologia romana, nomeadamente a famosa cabeça de carneiro de bronze recolhida por Estácio da Veiga. No entanto, não há qualquer motivo, informação ou trabalho arqueológico que permita supor que este local correspondeu a um espaço cemiterial.

Os argumentos que têm sido utilizados para fundamentar dita funcionalidade são a referência de Santos Rocha. Porém, o arqueólogo figueirense apenas referiu que «Além das estações que temos tentado descrever, colhemos notícia de outras durante as nossas excursões entre Tavira e Budens, sobretudo nas vizinhanças de São Brás de Alportel e na freguesia da Mexilhoeira Grande.» (Rocha, 1896, p. 79). Santos Rocha apenas mencionou genericamente, abundantes vestígios na freguesia.

Tivemos oportunidade de prospetar a área que vem sendo considerada como necrópole romana (Pereira, 2011, p. 33 e 34) e não detetámos quaisquer motivos que permitam tal consideração, motivo que poderá ser justificado pela destruição do espaço cemiterial (Marques et al., 1992), facto que foi mais tarde reiterado pelas prospeções efetuadas pela equipa do Museu de Portimão, no âmbito da revisão do PDM.

Em suma, não há quaisquer dados que permitam considerar a existência, neste local, de uma necrópole. As informações antigas não afirmam, como vimos, tal existência, nem os trabalhos recentes confirmam que esta necrópole possa ter existido.

3.12.8. Norinha

Sobre este sítio (CNS 18674, fig. 183), as poucas informações divulgadas apenas fazem referência a sepulturas constituídas por lajes, que estariam localizadas junto às casas da Norinha (Soares, 2001). Não sabemos sequer se as lajes formavam a tampa ou se serviam para conter as terras, estando colocadas em cutelo lateralmente. A ser possível o último caso, poderá tratar-se de contextos consideravelmente tardios.

3.12.9. Vale da Arrancada

O sítio do Vale da Arrancada (CNS 18712) é conhecido pela existência de um lagar (Vasconcelos, 1918, p. 126 e 127; Santos, 1972, p. 33 e 34; Alarcão, 1988b, p. 182; Fabião, 1997, p. 374).

Leite de Vasconcelos referiu ainda a existência de uma sepultura, que ainda observou, retangular e construída por tijolos. Não há mais qualquer informação sobre a existência de sepulturas romanas na área. A arquitetura parece confirmar que se tratava de uma sepultura romana, mas a inexistência de materiais impede-nos de confirmar taxativamente tal datação.

3.12.10. Cruzinha

Em boa verdade desconhecemos se este sítio (CNS 5926) corresponde a uma necrópole romana. Sabemos apenas que Estácio da Veiga recebeu do prior Glória da Mexilhoeira uma ara funerária recolhida neste local (Veiga, 1878, p. 21), dedicada a Sexto Numísio Faio (Encarnação, 1984a, p. 119). Tendo em conta a localização do achado (fig. 183) e a implantação da *villa* romana da Abicada, não parece descabido pensar que nessa área possa estar a necrópole de uma *villa* de idêntica implantação. De facto, a topografia e a hidrografia não deixavam muitas opções para a implantação da necrópole, que se deveria localizar, seguramente, a norte. Não pretendemos afirmar que esse seja o local onde está inserida, mas, a recolha do monumento epigráfico é um indício de que deverá estar nas imediações.

Os dois istmos, aquele onde se implantou a *villa* romana e o que está ao lado onde se recolheu a ara, ofereciam ótimas condições para a fixação de espaços de exploração variada. No caso da Abicada está por descobrir a necrópole, enquanto no istmo onde se localiza a Quinta da Rocha, ladeado pela Ribeira do Arão e do Farelo, poderá estar localizada outra *villa*. Não é de excluir, ainda, que esta necrópole possa mesmo corresponder à *villa* da Abicada, devendo, para isso, atravessar-se a Ribeira do Farelo.

Recentemente o sítio foi alvo de uma intervenção arqueológica, efetuada pela equipa do Museu Municipal de Portimão (Freitas e Soares, 2008, p. 69-76), que comprovou a existência, neste local, de abundantes vestígios da presença romana. Não obstante, permanecemos sem dados que permitam afirmar a existência da dita necrópole.

3.12.11. Quinta da Donalda

O sítio arqueológico da Donalda (CNS 28835) é conhecido desde o tempo de Estácio da Veiga, que considerou que o local esteve ocupado durante a Idade do Bronze, abrangendo ainda o Monte da Torre, onde Bernardo de Sá escavou, a mando de Leite de Vasconcelos, o Monte das Alfarrobeiras e outras quintas contíguas. Mais refere o pioneiro que:

> «Os referidos montes abrangem um extenso campo mortuário, repartido em dois grupos, um nos terrenos da Torre, com cincoenta e umas sepulturas á vista, e o outro no seguimento da casa da quinta do Sr. Ranulfo. São todas excavadas na rocha em alinhamentos proximamente parallelos e orientados de nor-noroeste a su-sueste. Nenhuma tem sufficiente comprimento para o enterramento por inhumação, e, comtudo, as que não foram invadidas, hão manifestado ossos não calcinados, terra escura e louças de pasta com feição prehistoricas.» (Veiga, 1891, p. 235 e 236.)

Deve aqui insistir-se que, em momento algum, estas sepulturas são consideradas romanas. Mais tarde, também Santos Rocha passou por este local, onde encontrou as sepulturas escavadas na rocha referidas por Estácio da Veiga, sem se interessar por elas. Por informação oral, tomou conhecimento que um lavrador «deu com umas lajes», em local próximo. Corresponde este sítio à necrópole da Baralha que também não é de cronologia romana (Rocha, 1904, p. 36; Arruda e Pereira, 2012, p. 138).

Desconhecemos o motivo que justificou, a partir de determinado momento, a datação romana deste espaço funerário. Não há qualquer informação que permita tal leitura, parecendo evidente que resulta de uma errada interpretação das informações de Estácio da Veiga e de Santos Rocha. Por outro lado, este equívoco pode ter surgido devido à existência, na área, de uma necrópole romana, a necrópole do Monte da Torre. Admitimos que a proximidade destes sítios pode ter potenciado este erro.

Os trabalhos arqueológicos que aí tiveram lugar no âmbito da ligação da IC 4 a Alvor e Odiáxere confirmaram a inexistência, nesse local, de uma necrópole romana, tendo-se, contudo, concluído que a classificação e a contextualização são difíceis (Caninas et al., 2000).

3.12.12. Convento de São Francisco

A área do arruinado convento de São Francisco (CNS 18226, fig. 183), extravasando inclusivamente a própria cerca do edifício, deverá ter correspondido a uma extensa necrópole, da qual existem abundantes notícias, que são, infelizmente, moderadas no conteúdo. Estranhamos, contudo, que Estácio da Veiga, que explorou a área entre Portimões e o convento, não tenha dado qualquer informação sobre a existência de sepulturas. Nesta área, terá efetuado alguns trabalhos de escavação, atrás do edifício e junto ao barranco que dá para o Rio Arade (Veiga, 1878, p. 24 e 25).

Pouco antes da passagem do arqueólogo tavirense por Portimão, Pinho Leal havia noticiado que na área do convento, em frente da cerca, tinham aparecido sepulturas romanas de inumação (1876, p. 267 e 268). Especificou ainda que os restos estavam cobertos com materiais de construção e que alguns continham a marca do seu fabricante. A referência à existência de *tegulae* que cobriam os cadáveres, de mobiliário funerário e de numismas na maioria das sepulturas obriga a ponderar uma cronologia balizada entre os séculos II e III. Já vimos que, após este momento, os enterramentos romanos do Algarve começam a ser despojados de mobiliário fúnebre. Desconhecemos o paradeiro destes materiais, que corroborariam a datação mencionada.

A ser certa esta datação para as sepulturas referidas por Pinho Leal, não se compreende a existência de construções nas imediações, detetadas por Estácio da Veiga (1910, p. 228), em um momento em que a separação entre os dois mundos, o dos mortos e o dos vivos, era manifesta.

Desconhecemos também qual seria a funcionalidade dos edifícios, com mosaicos, que o arqueólogo tavirense descreveu e que estavam associados aos materiais que mencionou, provenientes das «escavações da península de S. Francisco sobre o rio de Portimão» (Veiga, 1878, p. 25). Ficamos, contudo, perplexos perante a sua referência ao facto de a escavação ter decorrido «em frente do convento» (*ibidem*), área onde supostamente teriam aparecido, pouco tempo antes, as sepulturas romanas. Em momento algum, Estácio da Veiga dá a entender que aí detetou enterramentos.

Mas esta necrópole não terá fornecido somente inumações, tendo chegado até nós notícias de incinerações, anunciadoras de que este espaço funerário será, seguramente, mais antigo. Pouco tempo depois dos achados em frente à cerca do convento;

> «fez-se uma estrada ligando a *villa* com a costa marítima, além da barra, e o desaterro junto da referida cerca cortou outro grupo de sepulturas, que eu vi em Outubro de 1878: eram talhas ou potes de barro cozido, de 1 metro a 0,8m de altura e de 0,5m de largura proximamente; as bocas tapadas por tijolos quadrados; na escarpa do desaterro viam-se então (e talvez ainda hoje se marquem bem) as cavidades; em certos pontos estavam grandes fragmentos de talhas, porque os trabalhadores foram cortando a direito [...]. Continham ossos, cinzas, terras escuras, e em algumas encontraram moedas romanas.» (epistola de Gabriel Pereira a Leite de Vasconcelos, legado de Leite de Vasconcelos consultável no Museu Nacional de Arqueologia.)

Estas referências deixam bem claro que na área localizada em frente do convento existiu uma necrópole romana de considerável dimensão, que albergou enterramentos dos dois ritos. Infelizmente, o destino dos materiais que resultaram destes trabalhos é desconhecido, se é que foram recolhidos. Lidamos, portanto, com informações parciais, que impedem lograr outro tipo de considerações.

A disparidade de conclusões é particularmente evidente com a necrópole do Amendoal, resultado de uma intervenção recente que tive ocasião de acompanhar. A contrastante compreensão conseguida para estes espaços da morte é evidente, culminando, nos casos mais recentes, no estabelecimento de uma evolução cronocultural que determina a leitura final da arqueologia da morte. Os casos de relatos ou de escavações mais antigos, como é o caso agora em análise, só podem gozar do mesmo nível de entendimento quando chegam até à atualidade registos, informações ou materiais em quantidade suficiente, como aconteceu com os espaços da morte da *villa* romana de Milreu.

Voltando à questão que nos ocupa, embora possa parecer que a necrópole está situada junto das estruturas que Estácio da Veiga identificou nas proximidades do Rio Arade, por trás do convento, de facto entre as duas intervenções há uma distância superior a duzentos metros. Ainda que possamos pensar que os contextos estão próximos, lembramos que a necrópole do Guelhim se encontra a uma distância idêntica da *villa* romana do Milreu. Quiçá devamos considerar que esta era a distância mínima, em linha reta, que devia existir entre o *habitat* e a necrópole. Se tomarmos em consideração a localização dos mausoléus senhoriais, então este intervalo encurta-se consideravelmente. É possível que esta distância apenas se altere nas necrópoles urbanas, que, atendendo à maior densidade escatológica, obrigaria a um intervalo mais amplo entre o *pomerium* e os limites da necrópole. Todas estas conjeturas carecem de confirmação, reiterando que o conhecimento que temos sobre este local é ainda muito limitado. Analisando a área envolvente, é credível que apenas o interior da cerca do convento de São Francisco conserve ainda níveis da ocupação romana.

Toda a área que está localizada entre a Praia da Rocha e o convento de São Francisco oferece densos vestígios arqueológicos, que deverão ter pertencido ao mesmo sítio na Antiguidade. Já Estácio da Veiga havia alertado para o facto de em Portimões existirem abundantes vestígios de indústrias de salga de peixe de época romana, local que já foi associado à produção dos artefactos cerâmicos marcados com as legendas IVNIORVM, AEMHEL, PARAHLI ou PARDALI (Pereira, 1974-1977) e aos quais somamos agora as grafias IVNIOR e PARALI de oleiros já identificados.

Infelizmente, pouco se sabe da distribuição das intervenções que foram efetuadas na área que se localiza entre o Forte de Santa Catarina e o arruinado convento de São Francisco.

Além de parcas notícias sobre a localização das sepulturas e de outras estruturas, apenas é genericamente localizável a intervenção de Estácio da Veiga. Nessa, que situa entre os dois edifícios históricos, colocou a descoberto uma série de *cetariae* que corroboram uma atividade industrial na zona, mas não a atividade oleira. Do interior destes tanques, Estácio da Veiga recolheu alguns materiais, atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia, que oferecem uma datação concordante com aquela que supomos para as sepulturas (fig. 186, n.º 1 a 8).

Não podemos avançar mais dados sobre esta ocupação, menos ainda sobre os seus espaços sepulcrais. Após as intervenções do pioneiro algarvio e de alguns outros trabalhos antigos, que truncaram os contextos romanos, mas das quais chegaram até nós alguma notícias, o sítio de Portimões não despertou o interesse da comunidade científica. Este, porém, pode ser um «sítio chave», que talvez venha a revelar se afinal os oleiros referidos aí laboraram, deixando a sua marca quer nas ânforas quer nos materiais de construção. Da necrópole apenas intuímos a convivência dos ritos de incineração e inumação, embora no primeiro as urnas pareçam desmesuradamente grandes, estando os cadáveres inumados cobertos com *tegulae*.

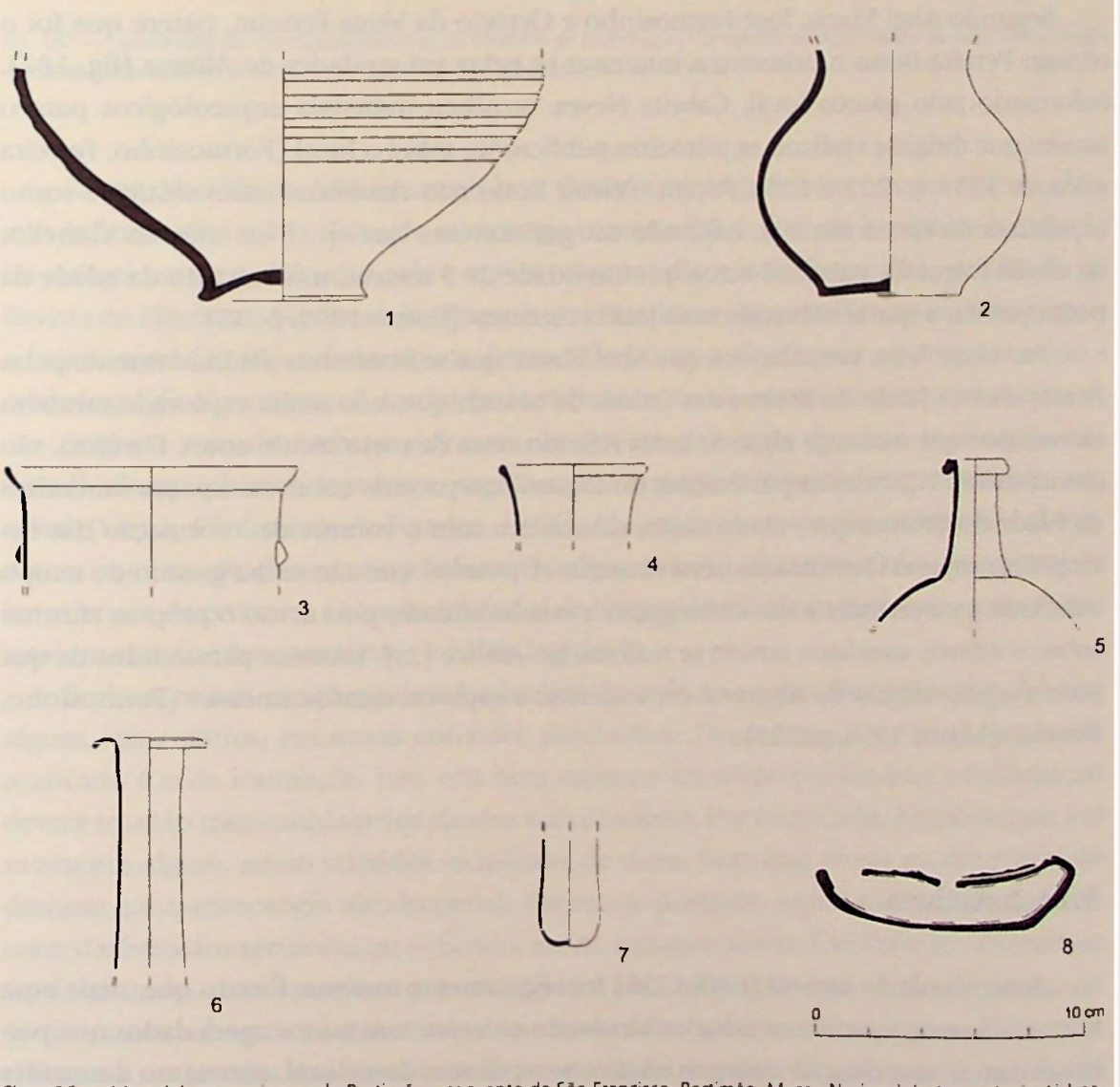


Fig. 186 — Materiais provenientes de Portimões, convento de São Francisco, Portimão. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

3.13. Monchique

3.13.1. Alfeise

Por este sítio estar classificado como uma necrópole romana (CNS 1797), vemo-nos obrigados a abordar este espaço, funerário, mas não romano, com o objetivo de aclarar que não se trata, efetivamente, de uma necrópole com esta cronologia. Desde logo é urgente esclarecer que o topónimo não está correto. A obra que é citada no Sistema de Informação Endovélico (Formosinho, Ferreira e Viana, 1954), em momento algum fez referência ao sítio do Alfeise. O sítio que é citado no final do trabalho refere o topónimo do Alferce (CNS 1846), concretamente Cerro do Castelo de Alferce, local onde abundam vestígios romanos que se sobrepõem a outros da Idade do Bronze (*ibidem*, p. 220-223). Nessas mesmas páginas, os autores falaram da existência de uma necrópole romana, mas da qual nem os próprios conhecem a localização, referindo apenas que se situaria «próximo da pirâmide geodésica da Foia» (Formosinho, Ferreira e Viana, 1954, p. 220). Compreende-se a confusão, uma vez que o final do trabalho atrás referido está dedicado a notícias várias. A inexistência de referências ao topónimo de Alfeise, contudo, não parece justificar o equívoco.

Segundo Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira, parece que foi o cónego Pereira Botto o primeiro a interessar-se pelas antiguidades de Alferce (fig. 187). Informado pelo pároco local, Cabrita Neves, recolheu materiais arqueológicos para o museu que dirigia e realizou as primeiras publicações sobre o local (Formosinho, Ferreira e Viana, 1954, p. 222 e 223). Porém, Pereira Botto não classificou esses vestígios como sepulturas de época romana, referindo categoricamente que «[...] no sitio do Castello, da citada freguesia, pairou, à actual profundidade de 5 metros, uma estação da edade da pedra polida, a que se sobrepõe uma jazida romana» (Botto, 1899, p. 35).

Por outro lado, estranhamos que Abel Viana, que se interessou assumidamente pelas necrópoles da Idade do Bronze das Caldas de Monchique, não tenha explorado também os vestígios que o cónego algarvio havia referido cerca de meio século antes. De facto, são abundantes e rigorosas as publicações do arqueólogo pacense sobre os espaços funerários da Idade do Bronze, que , ainda assim, contrastam com o volume de informação das necrópoles romanas identificadas neste concelho. É possível que não tenha gozado do tempo suficiente para estender a sua investigação a essa localidade, pois como o próprio afirmou sobre o Alferce, «nenhum estudo se realizou no Alferce [...]. Estamos persuadidos de que toda a região serrana do Algarve é copioso filão a explorar cientificamente» (Formosinho, Ferreira e Viana, 1954, p. 223).

3.13.2. Archeta

A necrópole da Archeta (CNS 1256) foi seguramente romana. É certo que, mais uma vez, as informações sobre os achados são muito escassas, mas temos agora dados que permitem intuir uma datação mais precisa para as sepulturas deste local, entretanto destruídas (fig. 187). Refira-se que, apesar de tudo, se desconhece qual foi a extensão da necrópole.

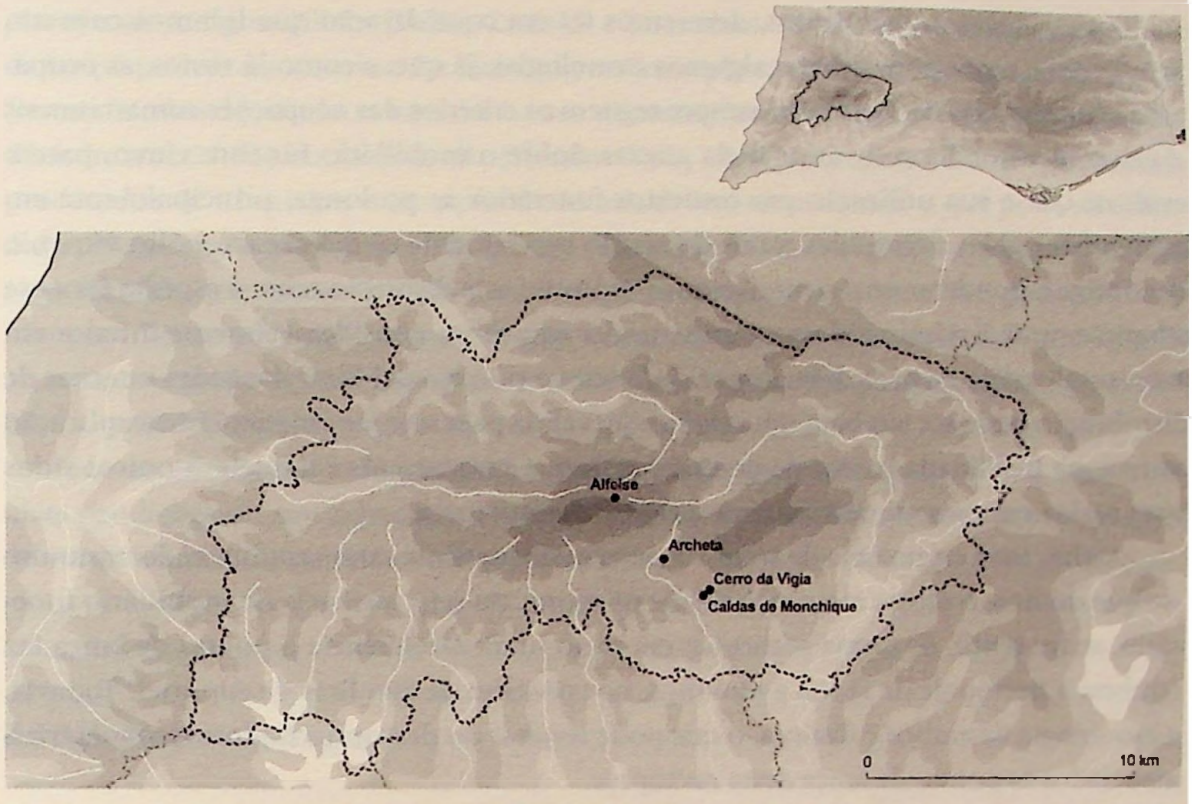


Fig. 187 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Monchique. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3 4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Foram Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira que avançaram algumas informações sobre sítios de cronologia romana das Caldas de Monchique, quando investiram numa publicação sobre as vias romanas dessa área. O trabalho, publicado na Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores (1948), referia alguns destes sítios, com o objetivo de argumentar sobre a cronologia de alguns troços da via ainda visíveis na época em que trabalharam no local.

Sobre o sítio da Archeta, referiram os autores que, cerca de vinte anos antes, uns trabalhadores acharam sepulturas num terreno que estava destinado ao plantio de um olival (Viana, Formosinho e Ferreira, 1948). Algum dos autores terá contactado diretamente com os achadores, que o informaram que cada sepultura continha uma ponta de lança, vasos de cerâmica e alguns artefactos de bronze. Mais informaram que as sepulturas estavam construídas com tijolos e telhas (*tegulae*).

Embora as informações sejam limitadas, são suficientes para que possamos elaborar alguns comentários, em nosso entender, pertinentes. Desde logo, é evidente que o rito praticado é o da inumação. Isso está bem expresso no artigo publicado e a informação deverá ter sido transmitida pelos citados trabalhadores. Por outro lado, é curioso que, em momento algum, sejam referidos recipientes de vidro, facto que, aliado ao rito praticado descarta uma cronologia alto-imperial. Podemos, portanto, supor que estas sepulturas eram datáveis dos séculos III ou IV. Sendo, assim, bastante provável tal datação, colocam-se aqui, contudo, duas questões que complicam esta atribuição cronológica. A serem do século III, estranhamos a inexistência de peças de vidro, que, nesta época, eram ainda uma constante no interior das sepulturas. Por outro lado, a serem do século IV, o mobiliário funerário deveria ser praticamente inexistente.

Apesar destas problemáticas, deveremos ter em consideração que lidamos com um sítio interior, o que pode esbater algumas cronologias, já que, e como já vimos, as ocupações mais afastadas da costa nem sempre seguem os critérios das ocupações romanas mais clássicas, do litoral, ou de áreas a ela anexas. Sobre o mobiliário fúnebre vítreo, parece evidente que a sua utilização em contextos funerários se prolonga, principalmente em meio urbano. Nas necrópoles rurais do século III raramente se recorre a espólio vítreo, o que obriga a ponderar qual o motivo que promoveu esta distinção entre o espólio fúnebre urbano e rural. É admissível supor que o poder aquisitivo, consideravelmente inferior em meio rural, esteja na base desta disparidade, mas o próprio debilitar das redes internas de distribuição pode ser também uma explicação válida para este fenómeno. Uma explicação assente na fragilidade parece de descartar, pela sua presença abundante em outros sítios bem mais interiores, nomeadamente a capital da província.

Assim, uma cronologia de século III parece adequar-se a estas sepulturas, lembrando-se que durante o século IV a simplicidade na morte, ou seja, ausência de mobiliário funerário, se fez sentir, de forma particular, em meio rural. A referência a pontas de lança faz lembrar a necrópole de Horta e Moinhos, no concelho de São Brás de Alportel. Todavia, a cronologia de ambos é distinta, o que pode resultar do desconhecimento dos materiais associados às pontas de lança desta necrópole.

3.13.3. Alcaria

A necrópole da Alcaria (CNS 1034) é sobejamente conhecida pela abundância de cistas da Idade do Bronze. No entanto, nesse local foram também exploradas sepulturas consideravelmente mais tardias, ou pelo menos isso intuíram os autores que publicaram os dados (Formosinho e Ferreira, 1948; Viana, Ferreira e Formosinho, 1949; Viana, 1955, p. 165). De facto, não asseguraram se os artefactos recolhidos estavam dentro de uma cista da Idade do Bronze, entretanto reaproveitada, ou se as sepulturas tardias se sobrepunham às mais antigas. Não devemos descartar ainda que estes possam ter aparecido nessa área sem que fizessem parte de qualquer contexto funerário, embora não pareça provável, se atendermos ao estado de conservação da caçarola de bronze. Os autores limitaram-se a uma exposição dos materiais, efetuando alguns comentários.

A única publicação que esclarece, de alguma forma, a proveniência ou contexto dos artefactos da Alcaria é aquela que foi elaborada por José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira, que referem claramente que os materiais foram achados durante trabalhos de lavoura, a 5 de dezembro de 1946 (1948, p. 3).

Trata-se de uma caçarola de pega horizontal, denominada de sertã, uma ponta de lança, uma fivela e um anel. A fivela, de anel circular ovalado com secção em D e com espigão curvo na ponta e engrossado na extremidade fixa ao anel (Viana, Ferreira e Formosinho, 1949, estampa II), vem sendo datada do século VI, como o comprovam abundantes exemplares de Conímbriga (Alarcão et al., 1979, p. 97, pl. XXI, n.º 73). A cronologia do anel parece estar em concordância com a que se pode avançar para a fivela.

Não obstante a datação destes artefactos, a datação apurada para a caçarola (Viana, Ferreira e Formosinho, 1949, estampa I), que parece estar claramente inspirada nos exem-

plares mais antigos itálicos (Bolla, Castoldi e Terenziani, 1979), assim como para a ponta de lança, poderá ser anterior. De facto, alguns exemplares de caçarolas de peça horizontal foram datados de século III, como é o caso de exemplares de *Augusta Raurica* (Kaufmann-Heinimann, 1998) ou La Solivella (Fletcher Valls, 1965), momento em que ainda eram produzidos. Ainda assim, o exemplar de Alcaria deverá ser posterior, o que pode ser defendido pelo seu aparente fabrico hispânico e pela ausência de qualquer decoração, com uma pega simples, que vai estreitando à medida que se afasta do recipiente. Já a ponta de lança não permite uma datação segura, já que tais artefactos têm uma utilização prolongada no tempo, e perduram até momento consideravelmente tardio (Aurrecoechea Fernández, 2007a, p. 438 e 439).

Se considerarmos a discordância cronológica de alguns destes materiais, e as estranhas condições do seu achado, não parece de descartar que estes possam ser originários de outros contextos, que não os funerários.

3.13.4. Cerro da Vigia

Sobre o sítio do Cerro da Vigia (CNS 2315) não vamos alongar demasiado as considerações, o que justificamos pelo simples facto de aquelas que foram avançadas por Maria Luísa Affonso dos Santos (1972, p. 59) continuarem a ser válidas e atuais. Apenas se sabe, por Augusto da Silva Carvalho (1939, p. 14), da existência de sepulturas romanas. Também foram realizadas prospeções no âmbito da Subconcessão do Algarve Litoral – Monchique/Porto de Lagos [processo 2010/1 (377)], mas estas não permitiram obter quaisquer dados. Ainda assim, a proximidade entre este sítio e o das Caldas de Monchique, à qual se deve associar obrigatoriamente a contiguidade das termas romanas, obriga a considerar a possibilidade de ter existido na área uma necrópole, da qual, todavia, não há ainda indícios suficientes para a sua localização exata.

3.13.5. Caldas de Monchique

As informações que vêm sendo compiladas sobre a necrópole das Caldas de Monchique (CNS 2314) parecem remeter para distintas realidades. Sobre a época romana, não há, até ao momento, quaisquer dados que permitam corroborar a existência de sepulturas.

As únicas intervenções realizadas até ao momento no local ou não permitiram quaisquer informações, como as recentes prospeções realizadas no âmbito da Subconcessão do Algarve Litoral – Monchique/Porto de Lagos [processo 2010/1 (377)], e ainda as realizadas pelo próprio, ou então forneceram dados funerários de períodos completamente distintos, como a Idade do Bronze, de acordo com a escavação efetuada por Teresa Júdice Gamito num túmulo, no ano de 1989 (Gamito, 1990). Assim, admitimos que desconhecemos os motivos que justificam a referência a contextos funerários romanos associados a esta intervenção.

3.14. Lagos

3.14.1. Fonte Velha de Bensafrim

Apesar de a sobejamente conhecida necrópole da Fonte Velha (CNS 812), em Bensafrim (CNS 850), ter sido amplamente investigada e explorada por Estácio da Veiga e por António dos Santos Rocha, em boa verdade o estado atual do conhecimento sobre este espaço funerário não é, de todo, amplo. Apesar da considerável extensão destes trabalhos, pouco conhecemos sobre a evolução desta necrópole. Mas antes de abordar a análise das informações disponíveis, importa esclarecer a localização deste espaço e a toponímia da zona que, em nossa opinião, complica a identificação da necrópole da Idade do Ferro e da de época romana.

A área denominada de Fonte Velha corresponde a uma extensa zona que tivemos oportunidade de prospetar no âmbito deste projeto. Esta extensão era um entrave a uma localização mais concreta da área onde terão sido efetuadas as antigas explorações, pelo que a referência a outros topónimos limitou tais trabalhos à parte noroeste da Fonte Velha. Assim, prospetámos com maior empenho o espaço «[...] a oeste e distante uns 1:200 metros da torre da igreja, denominado Fonte Velha ou Solões da Mina» (Veiga, 1891, p. 250). A área onde fizemos incidir os trabalhos estava muito próxima das habitações da denominada Hortinha, impondo-se aprofundar a microtoponímia da zona. Ao consultar as cartas cadastrais, constatámos uma considerável proliferação de topónimos que corroboram os citados pelos anteriores intervenientes, com destaque para Fonte Velha, Solões da Mina (CNS 811), Hortinha (CNS 813) e Cercas do Álamo (CNS 810). Estes são os principais sítios de que há notícia terem sido alvo de trabalhos arqueológicos (fig. 188) e onde se detetou e/ou escavou um grande número de sepulturas.

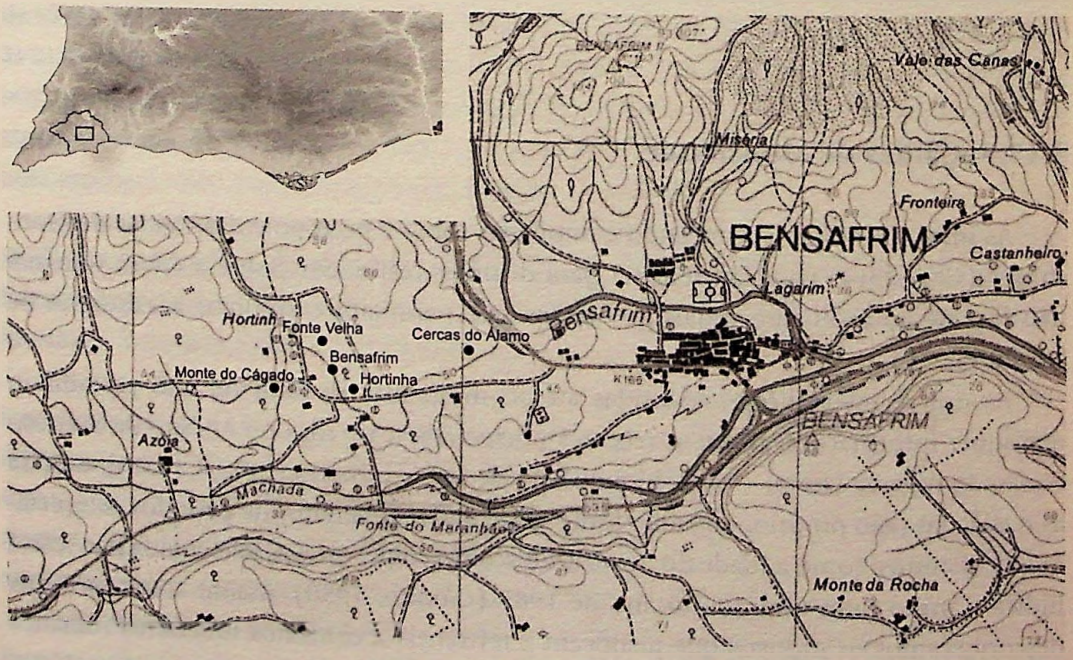


Fig. 188 — Pormenor da localização dos achados funerários romanos em Bensafrim, Lagos. Cartografia do autor.

Voltando às indicações de Estácio da Veiga, mais afirmou que iniciou os trabalhos «[...] a 35, 40 metros no sentido nordeste a contar do valado do caminho publico [...]». A supor que a atual estrada que vai para a Hortinha tem um traçado semelhante ao do final do século XIX, creio que poderemos afirmar, com segurança, que a zona que Estácio da Veiga intervencionou está atualmente sob as casas entretanto construídas, ou entre estas. Mais preocupante é o elevado risco de a evolução urbanística na zona colocar em causa a conservação de eventuais vestígios que ainda se possam conservar.

Mas se não é novidade que o sítio da Fonte Velha se localiza próximo desta zona (Parreira e Barros, 2007), parece evidente que o Álamo (CNS 810) corresponde ao topónimo Cercas do Álamo, que pudemos confirmar na carta cadastral. Foi Formosinho que informou sobre a existência de sepulturas romanas neste local. Creio que poderemos supor que estes sítios correspondem ao mesmo, ao qual podemos somar a Hortinha (CNS 813). Não podemos deixar de associar um com o outro, não só pela sua proximidade, mas também pela funcionalidade. É certo que apresentam uma cronologia distinta, mas a evolução e sobrelotação dos espaços da morte é motivadora da expansão das necrópoles, ficando, inevitavelmente, mais afastados do centro os enterramentos mais recentes.

Durante as prospeções, decorridas em terrenos agrícolas e de pastagem, deparámo-nos ainda com violações num terreno próximo à possível área que Estácio terá escavado. Esta situação foi de imediato denunciada, quer à arqueóloga da Câmara Municipal, doutora Elena Morán, quer ao instituto que tutela a arqueologia portuguesa (DGPC), representado no Algarve, à época, pelo Dr. Pedro Barros. A confirmar-se a localização de sepulturas, não deixa de surpreender a distância desta área em relação à escavada por Estácio da Veiga. Por outro lado, admitimos que é provável que o núcleo primitivo da necrópole se possa localizar numa área elevada, com algum destaque paisagístico. De facto, o sítio está implantado num pequeno cabeço, de vertentes suaves.

As prospeções não revelaram quaisquer indícios arqueológicos para a localização, nesse terreno, de uma necrópole, ainda que tenhamos identificado um fragmento de cerâmica. Contudo, a existência de um elevado número de violações remete para atividades praticadas por detetoristas, à parte de termos o que nos pareceu pedaços de terra com negativos de materiais arqueológicos. Apesar de tudo, não podemos deixar de colocar a possibilidade de estes revolvimentos de terra serem resultado do «foçar» de javalis, o que também pudemos verificar em área mais afastada. Contudo, estas últimas circunstâncias deixaram montículos de terra consideravelmente distintos dos que observámos no terreno. O foçar de javalis corresponde a revolvimentos de terra mais ou menos contínuos e lineares, enquanto as violações humanas correspondem a orifícios mais profundos, mais ou menos circulares, e em pontos dispersos pelo terreno.

Apesar de ser admissível que se trate do mesmo sítio arqueológico, não temos argumentos nem factos suficientes que o comprovem, pois desconhecemos ainda os seus limites e a localização concreta. Curioso é também o facto de ainda não se terem descoberto os respetivos povoados onde residiam as populações aí sepultadas. A julgar pelo volume de enterramentos, e pensamos ainda existirem outros, o aglomerado populacional deveria ser consideravelmente denso. Vejamos em que podem contribuir as informações remanescentes das explorações efetuadas por Estácio da Veiga, Santos Rocha e também José Formosinho, que escavou a sepultura nas Cercas do Álamo, assim como os materiais resultantes desses trabalhos.

Como dissemos, o primeiro interveniente na necrópole da Fonte Velha de Bensafrim foi, precisamente, Estácio da Veiga. Aí este arqueólogo descreveu os trabalhos efetuados num «campo mortuário pré-histórico e romano», concretamente em «Fonte Velha, ou Sellões da Mina» (Veiga, 1878, p. 13). Teve oportunidade de publicar os resultados sobre as sepulturas da Idade do Ferro da sua intervenção (Veiga, 1890, p. 230-235), fazendo algumas considerações sobre os contextos romanos, que, contudo, permaneceram inéditos. Já referimos que a intervenção de Estácio da Veiga decorreu em local próximo da estrada municipal, cerca de 30 ou 40 metros (*ibidem*, p. 230). Contudo, a alteração do percurso desta via tem causado bastantes inconvenientes na localização desta necrópole. Reiteramos que esta deverá situar-se numa área restrita, entre dois antigos caminhos de acesso a propriedades locais, entre o Monte do Cágado, Solões da Mina, Hortinha e Cercas do Álamo, podendo estender-se para norte.

Nessa área, Estácio da Veiga colocou a descoberto, segundo a sua descendente, cerca de 16 sepulturas de incineração (Santos, 1971, p. 329), informação que não podemos confirmar. A supremacia de sepulturas de incineração é, pois, evidente, a julgar pelas descrições existentes no *Catalogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro* (1878, p. 13 e 14), desconhecendo-se se teriam existido também inumações. Esta possibilidade não pode afastar-se liminarmente, uma vez que Estácio da Veiga a deixou em aberto, concretamente para o interior das estruturas que definiu como um *ustrinum*. Afirma categoricamente que aí encontrou:

> «[...] dezoito contas grandes de vidro azul escuro, uma argolinha de ouro, tres braceletes abertos de cobre, sendo um d'elles nas extremidades enrolado por arame do mesmo metal, muitos pedaços de ossos não queimados e fragmentos de uma urna de barro escuro de pasta grosseira, mas bem cozida. Os adornos, e uns bocados mui delgados, que restavam do craneo, me deixaram presumir que tudo aquillo poderia pertencer a uma mulher que alli tivesse sido inhumada ou para alli exhumada.» (Veiga, 1890, p. 233.)

No entanto, a esta inumação poderá ser atribuída uma cronologia da Idade do Ferro, pois o autor esclarece que ela estava sob as estruturas da referida construção. Assim, e objetivamente, não se sabe se algum dos enterramentos romanos seria de inumação, restando esperar que futuros trabalhos possam esclarecer esta situação.

Da exploração efetuada pelo pioneiro resultou a recolha de cerca de 32 artefactos romanos provenientes do interior dos túmulos. No entanto, a avaliar o seu elevado estado de fragmentação, alguns destes poderão ter sido recolhidos nos contextos de frequentação da necrópole, utilizados em rituais prévios à incineração ou posteriores ao enterramento. De facto, cinco deles correspondem a meros fragmentos de cerâmicas comuns (fig. 189, n.º 1 a 4), aos quais podem ser somados dois fragmentos de vidros, que não podemos assegurar serem pertencentes a contextos fúnebres (n.º 5 e 6). Além destes artefactos, Estácio da Veiga recolheu ainda um conjunto de sete peças, distribuíveis entre cerâmicas e vidros. Destaquem-se dois exemplares de taças de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 27 (n.º 7 e 8), enquadrável na segunda metade do século I, havendo estado uma destas (n.º 7) associada na mesma sepultura a dois artefactos de bronze de difícil classificação (fig. 190), embora um deles pareça tratar-se de baixela metálica.

A cronologia dos artefactos recolhidos pelo pioneiro é bastante homogénea, não ultrapassando o século I. Este dado é concordante com a provável ausência de sepulturas de inumação, pelo menos na área que este investigador explorou. Também correspondente a um exemplar de *terra sigillata*, do sul da Gália, identificou-se uma taça do tipo Drag. 35 (fig. 189, n.º 9), para a qual podemos supor uma datação equivalente à dos exemplares antes tratados.

O conjunto cerâmico é completado por dois exemplares de cerâmica de uso comum. Trata-se de um potinho ou púcaro (n.º 10), embora nenhuma das classificações se adeque totalmente, com duas asas e de bordo exvertido, engrossado externamente, corpo de tendência piriforme e base destacada e plana. As características tecnopetrológicas confirmam uma produção na área do Guadalquivir, aos quais vem sendo atribuída uma cronologia balizada entre o reinado de Augusto e o século II (Pinto e Morais, 2007, p. 242). A mesma classificação pode ser intuída para outro exemplar de produção da Bética costeira (fig. 189, n.º 2), do qual restou apenas a parte inferior do corpo. Refira-se ainda a existência de outra peça cerâmica, idêntica, da qual desconhecemos o paradeiro.

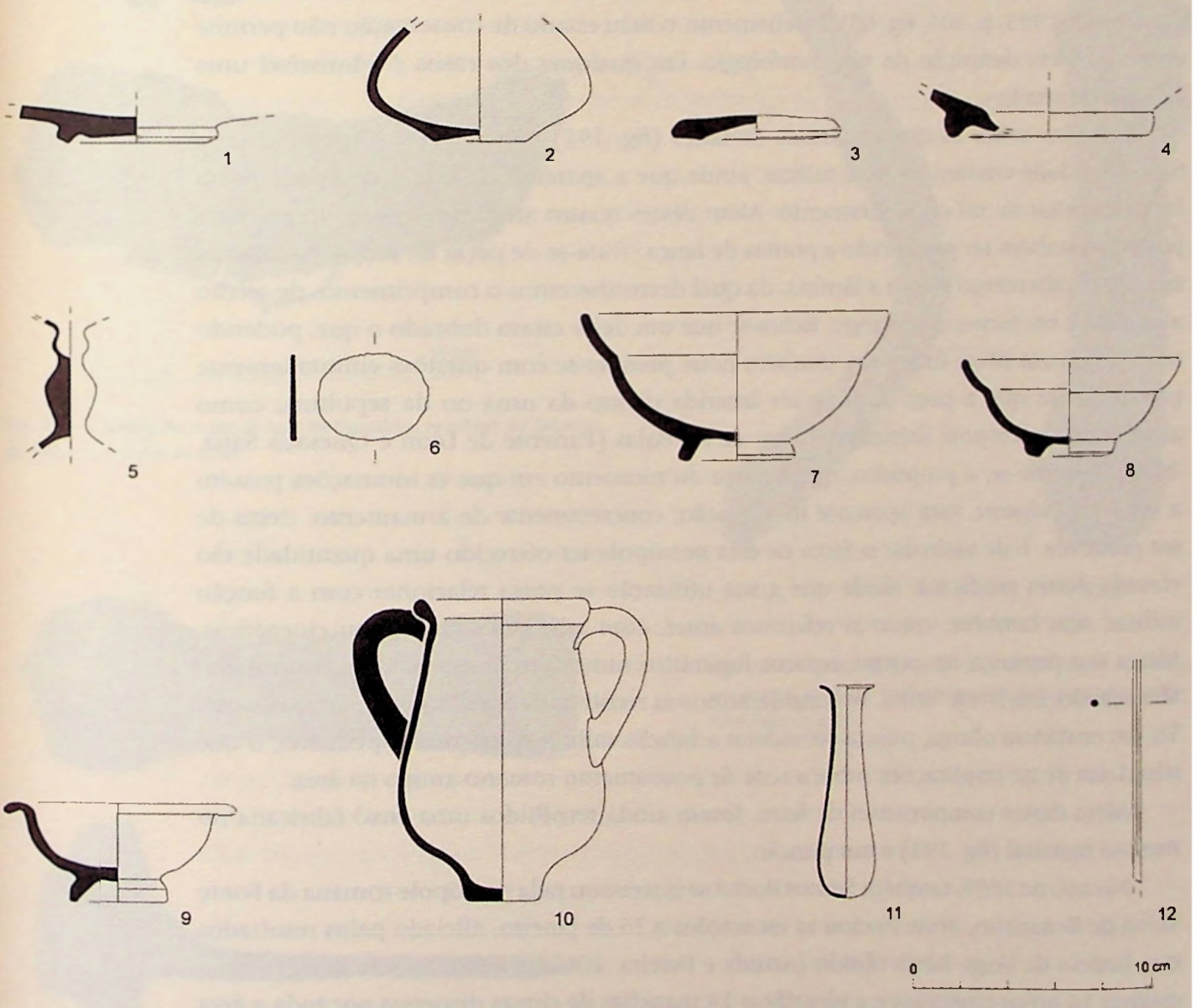


Fig. 189 — Materiais de Bensafrim, Lagos, recolhidos por Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

Para além dos dois exemplares antes referidos, os vidros, incluem ainda um unguentário do tipo Isings 8 (n.º 11), para o qual é aceite uma cronologia maioritariamente do século I (Isings, 1957, p. 24), embora seja provável que alguns possam ser recolhidos em contextos de início do século II (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 44). Certo é, contudo, que deverão imitar os unguentários cerâmicos, uma vez que, pela sua facilidade produtiva, rapidamente ditaram a extinção dos seus homólogos de cerâmica, impondo-se por todo o império. Tal facto comprova, em certa medida, a antiguidade destes recipientes. Importa salientar, mais uma vez, que este conjunto se centra, sobretudo, no século I. Com efeito, a mesma cronologia pode ser aceite para o fragmento de cânula (n.º 12) de vidro de tonalidade amarela e secção circular, com o corpo retilíneo.

São abundantes os artefactos de ferro provenientes desta necrópole, cerca de 16, entre os quais se destaca o armamento, apesar de a maioria não permitir classificação. Saliente-se, contudo, que embora seja aliciante esta classificação, estes artefactos poderiam ter outras funcionalidades, meramente utilitárias, lúdicas ou cinegéticas. O primeiro artefacto a que fazemos referência poderá corresponder a uma *dolabra* ou a um alvião (fig. 191). Em qualquer dos casos, destinava-se a escavar, dependendo a nomenclatura do contexto em que foi utilizado. No primeiro caso, estaria seguramente ao serviço do exército (Bishop e Coulstoun, 1993, p. 104, fig. 63). Infelizmente, o mau estado de conservação não permite uma completa definição da sua morfologia. Em qualquer dos casos é admissível uma datação de século I.

Também sobre as quatro pontas de lança (fig. 192) não podemos assegurar uma funcionalidade eminentemente militar, ainda que a aparente elevada quantidade possa fazer suspeitar de tal enquadramento. Além destes quatro artefactos, outros fragmentos poderão também ter pertencido a pontas de lança. Trata-se de peças de secção circular na área de encabamento e com a lâmina, da qual desconhecemos o comprimento, de secção alongada e em forma de losango. Refira-se que um deles estava dobrado o que, podendo tratar-se de um ritual funerário, também pode prender-se com questões eminentemente práticas, para que a peça pudesse ser inserida dentro da urna ou da sepultura, como acontece na necrópole ibérica do Cerro de las Balas (Pariente de Léon e Quesada Sanz, 2000). Recorde-se, a propósito, que a partir do momento em que as inumações passam a ser o rito vigente, esta aparente inutilização, concretamente de armamento, deixa de ser praticada. É de assinalar o facto de esta necrópole ter oferecido uma quantidade tão elevada destes artefactos, ainda que a sua utilização se possa relacionar com a função militar, mas também, como já referimos antes, com atividades lúdicas ou cinegéticas. Mas a sua presença em outros espaços funerários nunca ultrapassa os dois exemplares, alcançando, em Fonte Velha, se considerarmos as recolhas de Santos Rocha, uma dezena. Tal circunstância obriga, pois, a considerar a função militar como muito plausível, o que não deixa de ter implicações sobre a rede de povoamento romano antigo na área.

Além destes componentes de ferro, foram ainda recolhidos uma enxó fabricada no mesmo material (fig. 193) e um punção.

No ano de 1895, também Santos Rocha se interessou pela necrópole romana da Fonte Velha de Bensafrim, onde iniciou as escavações a 26 de janeiro, aliciado pelos resultados que Estácio da Veiga havia obtido (Arruda e Pereira, 2012, p. 135). Santos Rocha viria a exumar 16 urnas cinerárias e a identificar 14 manchas de cinzas dispersas por toda a área (1985c, p. 291 e 292).

Fig. 190 — Artefactos indeterminados d bronze que estavam na mesma sepultur associados a uma taça Drag. 27 (Fig. 18 n.º 7). Fotografia do autor.

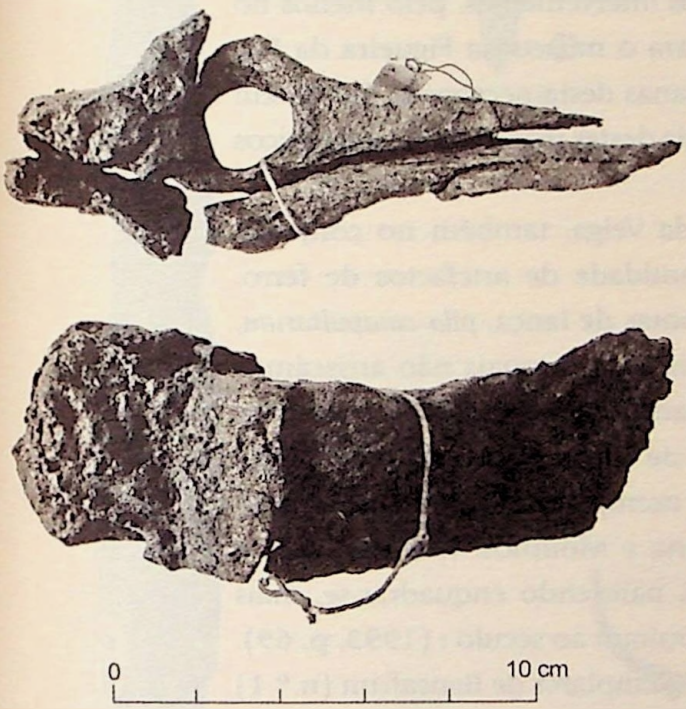


Fig. 191 — *Dolabra* ou alvião de ferro de Bensafrim, recolhido por Estácio da Veiga. Fotografia do autor.

Fig. 192 — Pontas de lança de ferro de Bensafrim, recolhidas por Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

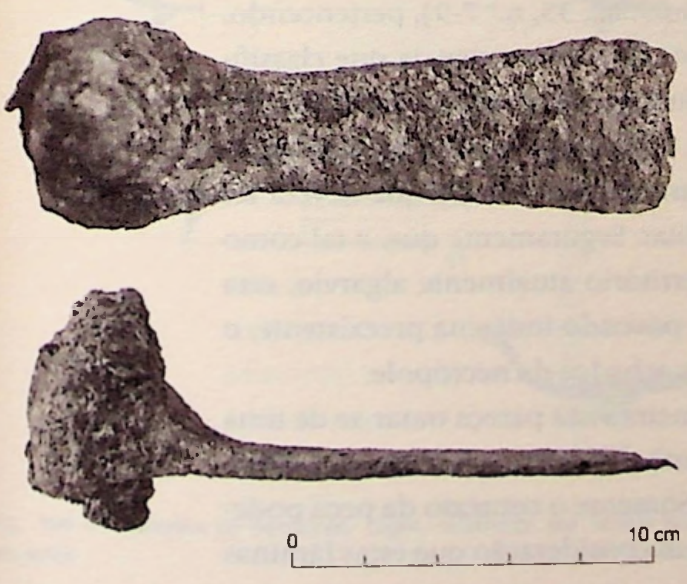


Fig. 193 — Enxó de ferro de Bensafrim, recolhida por Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

São interessantes as reflexões deste investigador e talvez não seja despropositado abordá-las, mesmo que sem muito detalhe. O arqueólogo figueirense analisou os dados de forma a tentar compreender se os cadáveres eram incinerados em local próprio para o efeito, em *ustrinum*, ou se, pelo contrário, o eram próximo do local onde seria feito o sepultamento das cinzas e da respetiva urna, ou seja, em *busta*. A última das possibilidades assentava no facto de Santos Rocha ter verificado um número significativo e disperso de manchas de cinzas negras, associadas a terras que, aparentemente, tinham estado em contacto com o fogo, o que contrariava a provável existência de um possível *ustrinum*, escavado por Estácio da Veiga.

As observações de Santos Rocha talvez possam ser resultado de uma exploração mais extensa, se comparada com a do seu predecessor. Com efeito, tal situação é também constatada pela quantidade de materiais recolhidos pelos intervenientes, pelo menos no que respeita aos romanos. Santos Rocha transportou para o museu da Figueira da Foz um total de 77 artefactos recolhidos nas sepulturas romanas desta necrópole. Tendo em conta a ausência de inumações, resta apurar se a cronologia destes materiais arqueológicos concorda, ou não, com aqueles que recolheu.

Tal como aconteceu com as recolhas de Estácio da Veiga, também no conjunto recuperado por Santos Rocha sobressai a elevada quantidade de artefactos de ferro, que totalizam as 24 peças, distribuíveis por lâminas, pontas de lança, *pila catapultarum*, cavilhas ou pregos, uma chave e abundantes fragmentos para os quais não arriscámos qualquer classificação (12 peças). Já tivemos oportunidade de abordar, por diversas vezes, os instrumentos militares, concretamente as pontas de lança. Na necrópole romana da Fonte Velha o arqueólogo figueirense recolheu dois exemplares (fig. 194, n.º 1 e 2) semelhantes àqueles identificados na sepultura de Horta e Moinhos. Relembramos a dificuldade que tivemos em classificar estes elementos, parecendo enquadrar-se, mais corretamente, nas *spearshead* que Bishop e Coulston atribuíram ao século I (1993, p. 69). Apesar desta classificação, não é improvável que um dos exemplares de Bensafrim (n.º 1) possa corresponder a um fragmento de lâmina de espada, de época romana-republicana (Quesada Sanz, 2000).

Além destes artefactos merecem também algumas considerações os três exemplares de *pila catapultarum* identificados (fig. 195), apesar do seu mau estado de conservação. Estas armas só se terão feito especialmente comuns entre legiões em campanha e batalhas a partir da época de César (Bishop e Coulston, 1993, p. 65-69, fig. 35, n.º 7-9), pertencendo, seguramente, a tropas romanas ou a auxiliares. De facto, foi com prudência que classificámos as pontas de lança enquanto tal, devido à sua plurifuncionalidade, não há dúvida de que os *pila* apenas foram utilizados pelos exércitos. Mais uma vez fica em evidência uma ocupação que poderá remontar ao período Romano-Republicano e que deverá ter tido, pelo menos no momento inicial, uma função militar. Seguramente que, e tal como acontece em outros sítios de idêntica cronologia no território atualmente algarvio, esta ocupação estará ainda relacionada com a existência do povoado indígena preexistente, o que foi posto em evidência, uma vez mais, apenas pelos achados da necrópole.

Destaque-se ainda um artefacto que, embora à primeira vista pareça tratar-se de uma ponta de lança, poderá corresponder à lâmina de um punhal ibérico de frontão (fig. 196), característicos dos séculos V e IV (Quesada Sanz, 1999). Somente o contexto da peça poderia esclarecer a classificação, especialmente se tivermos em consideração que estas lâminas

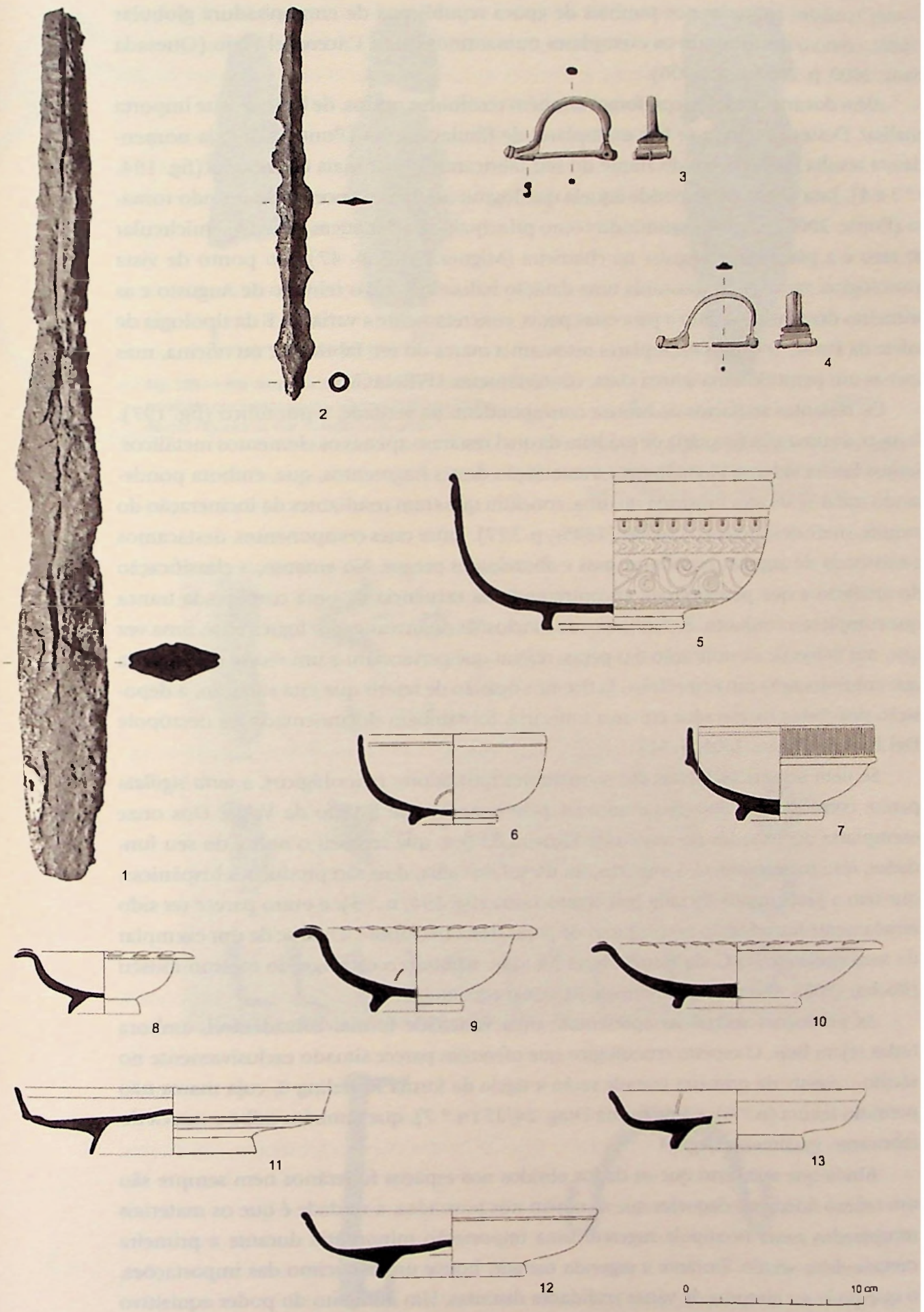


Fig. 194 — Materiais de Bensafrim, Lagos, recolhidos por Santos Rocha. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz. Desenho e fotografia do autor.

foram também aplicadas nos punhais de época republicana de empunhadura globular dupla, como o demonstram os exemplares numantinos ou de Cáceres el Viejo (Quesada Sanz, 2000, p. 211, fig. 8; 2006).

Além dos artefactos férreos, foram também recolhidos outros, de bronze, que importa analisar. Destes destacam-se três exemplares de fíbulas *Aucissa* (Ponte 42), cuja nomenclatura resulta da presença do nome do seu fabricante/*oficina* mais conhecido (fig. 194, n.º 3 e 4). Esta fíbula corresponde àquela que logrou um maior sucesso no mundo romano (Ponte, 2006, p. 354), assumindo como principais características o perfil semicircular do arco e a placa quadrangular na charneira (Miguez, 2010, p. 47). Do ponto de vista cronológico, vem sendo assumida uma datação balizada entre o reinado de Augusto e as primeiras décadas do século II para estas peças, concretamente a variante B da tipologia de Salete da Ponte. Todos os exemplares ostentam a marca do seu fabricante ou oficina, mas apenas um permitiu uma leitura clara, concretamente DVRNACVS.

Os restantes artefactos de bronze correspondem, na verdade, a um único (fig. 197). Trata-se de uma arca funerária de madeira da qual restaram apenas os elementos metálicos. Santos Rocha já havia alertado para a associação destes fragmentos, que, embora ponderando tratar-se de arca funerária ou urna, concluiu que eram resultantes da incineração do esquife, onde descansava o cadáver (1895c, p. 327). Entre estes componentes, destacamos a existência de argolas, puxadores, asas e abundantes pregos. No entanto, a classificação do artefacto a que pertenceriam encontramo-la na existência de uma conservada tranca que completa o conjunto. Estranhamos as conclusões do investigador figueirense, uma vez que, nas fichas de identificação das peças, referiu que pertenciam a um «cofre de madeira que continha uma urna cinerária». Já tivemos ocasião de referir que esta situação, a deposição dos restos incinerados em arca funerária, foi também documentada na necrópole Del Puerto (Krause, 2001, p. 54).

Se nem sempre os metais são os melhores indicadores cronológicos, a *terra sigillata* parece corroborar as datações avançadas pelo conjunto de Estácio da Veiga. Dos onze exemplares depositados no museu da Figueira da Foz, que recebeu o nome do seu fundador, oito correspondem a importações do sul da Gália, dois são produções hispânicas, que têm a pasta muito alterada pela termoclastia (fig. 194, n.º 5), e outro parece ter sido erradamente introduzido no conjunto de peças desta necrópole. Trata-se de um exemplar de *terra sigillata* clara C, da forma Hayes 44, que, segundo o catálogo do mesmo museu (Rocha, 1905), deverá ser proveniente de Troia, em Setúbal.

As produções sudgálicas apresentam uma variedade formal considerável, embora todas sejam lisas. O espetro cronológico que oferecem parece situado exclusivamente no século I. Assim, da primeira metade serão a tigela da forma Ritterling 8, cuja marca não permitiu leitura (n.º 6), e a da forma Drag. 24/25 (n.º 7), que também exibe a marca do fabricante, igualmente ilegível.

Ainda que seja certo que os dados obtidos nos espaços funerários nem sempre são um reflexo fidedigno daqueles que se obtêm nos povoados, a verdade é que os materiais recuperados nesta necrópole sugerem uma importação minoritária durante a primeira metade deste século. Durante a segunda metade, houve um acréscimo das importações, o que pode ser sintoma de várias realidades distintas. Um aumento do poder aquisitivo das populações locais poderia ser uma explicação possível, mas a verdade é que a situação pode também ser indício de uma diversidade na taxa de mortalidade, ou, simplesmente,

Fig. 195 — *Pila catapultarum*? de ferro de Bensafrim, recolhido por Santos Rocha. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz. Fotografia do autor.

Fig. 196 — Lâmina de punhal de ferro de Bensafrim, recolhido por Santos Rocha. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz. Fotografia do autor.

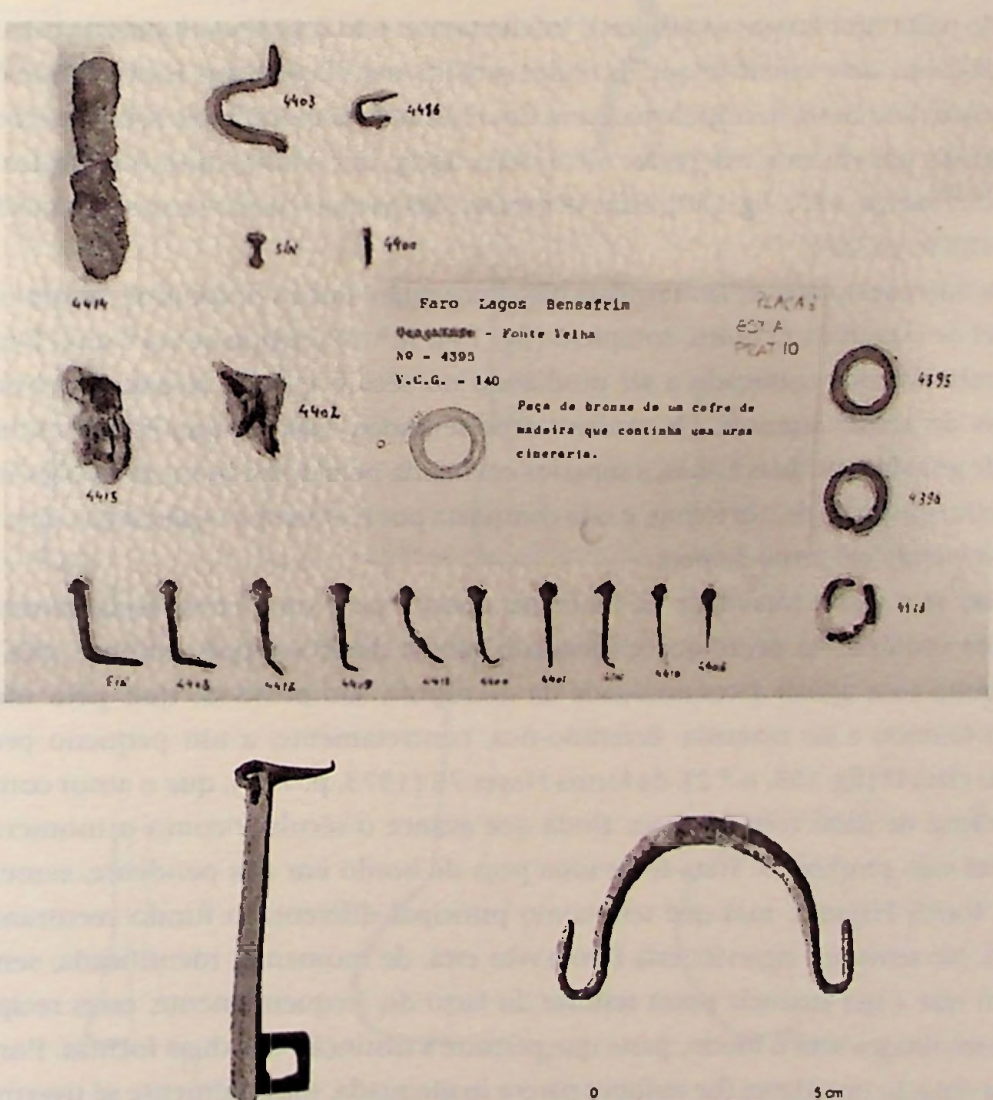


Fig. 197 — Elementos de uma arca funerária de Bensafrim, recolhidos por Santos Rocha. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz. Fotografias do autor.

um gosto acrescido por esta categoria cerâmica, como mobiliário funerário. Tendo por base o volume de *terra sigillata* nas necrópoles romanas em geral, esta última possibilidade deverá ser improvável, ainda que deva admitir-se que há de facto um acréscimo da sua utilização fúnebre durante a segunda metade do século I.

As formas presentes na necrópole romana da Fonte Velha de Bensafrim são as tigelas Drag. 35 (fig. 194, n.º 8 e 9), os pratos da forma Drag. 36 (n.º 10) e da Drag. 15/17 (n.º 11), e ainda dois exemplares da forma Drag. 18 (n.º 12 e 13). Para este último prato já foi reclamado o seu enorme sucesso durante o reinado de Cláudio (Polak, 2000 *apud* Viegas, 2011, p. 297).

Importa sublinhar, neste âmbito, que a mesma datação deverá ser considerada para a urna que foi exumada em conjunto com estes dois pratos (figura 198, n.º 1), associação que só foi possível graças às descrições de Santos Rocha e às ilustrações que apresentou na sua publicação (1895c, p. 330 e 331). Não obstante, parece que estas descrições, assim como a respetiva ilustração, denunciam que um destes pratos não deveria estar a cobrir a urna. A peça que a tapava deveria ser uma tigela, provavelmente de cerâmica comum local, pois era um «[...] vaso vermelho em forma de tigela, invertido, pousando sobre o fundo d'este um outro vaso, tambem invertido, de barro vermelho, pertencente ao typo dos pratos com pe. A tigela é de barro grosseiro, já muito decomposto; mas o vaso superior e de pasta mui fina [...]» (*ibidem*). Infelizmente, não lográmos localizar esta tigela. A este respeito deve referir-se que os dados atualmente disponíveis sobre o que Santos Rocha compilou nesta necrópole parecem estar bastante incompletos, sendo percetível a ausência de, pelo menos, três peças. Além desta tigela, que Maria Luísa dos Santos ainda observou (Santos, 1971, fig. 130), estão desaparecidas as que o autor representa nas figuras 4 e 5 (1895c, p. 332).

Os dois exemplares de *terra sigillata* hispânica estão ambos decorados, sendo um impossível de classificar. O outro, completo (fig. 194, n.º 5), integra-se na forma Drag. 37, que, embora tenha começado a ser produzido no século I, pode alcançar as primeiras décadas do século seguinte. Os motivos representados estão enquadrados entre duas listas de grinaldas de duas folhas, a superior encimada pela típica linha de óvulos intercalados com grinaldas de três folhas, e está composta por elementos vegetalistas, que se vão desenvolvendo em torno da peça.

Mas se a quase totalidade de materiais aponta para uma cronologia centrada na primeira centúria, há peças que evidenciam outras datações, que, embora não sejam argumento para apoiar a continuidade da necrópole, são prova de que, pelo menos a área continuou a ser ocupada. Referimo-nos, concretamente, a um pequeno prato de *sigillata* clara D (fig. 198, n.º 2), da forma Hayes 78 (1973, p. 127), que o autor confessou ser incapaz de datar com precisão, ainda que avance o século V como o momento em que terá sido produzido. Trata-se de uma peça de bordo em aba pendente, semelhante ao da forma Hayes 3, mas que tem como principal diferença o fundo reentrante, em ônfalo. No território algarvio, esta forma não está, de momento, identificada, sendo de admitir que a sua ausência possa resultar do facto de, frequentemente, estes recipientes serem recolhidos sem o fundo, parte que permite a distinção das duas formas. Por outro lado, a datação que Hayes lhe atribuiu parece inadequada, especialmente se tivermos em consideração a morfologia da peça, idêntica às da forma 3, que, por seu turno, é inspirada nas Drag. 35 e 36.

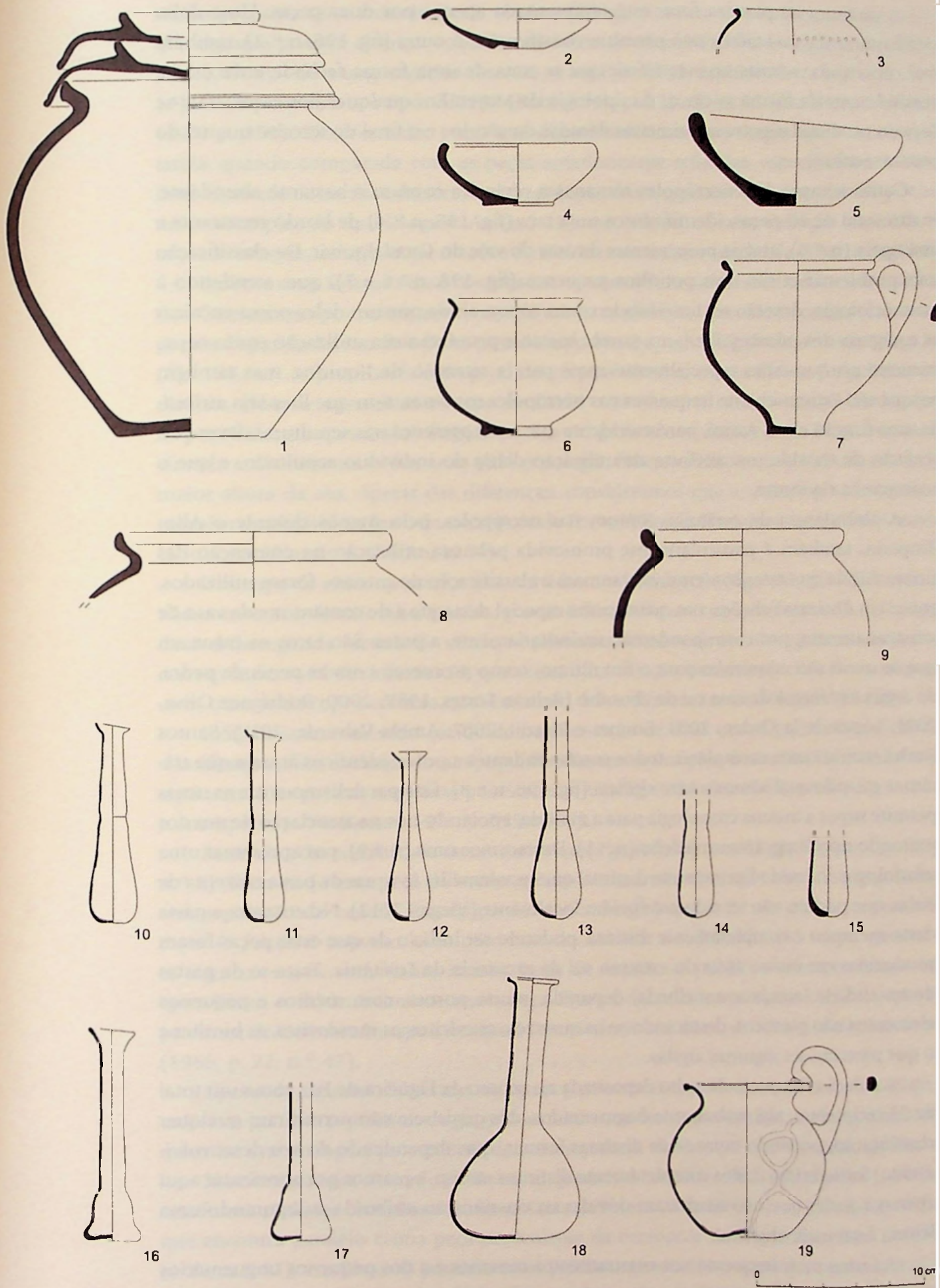


Fig. 198 — Materiais de Bensafrim, Lagos, recolhidos por Santos Rocha. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz. Desenho do autor.

A cerâmica de paredes finas está representada apenas por duas peças. Uma delas está bastante fragmentada e não permitiu classificação. A outra (fig. 198, n.º 3), também mal conservada, admite apenas referir que se trata de uma forma fechada e decorada, possivelmente da forma XX ou XL, da tipologia de Mayet. Em qualquer dos casos, trata-se de peças produzidas entre as primeiras décadas do século I e o final do terceiro quartel do mesmo século.

Como sempre, nas necrópoles romanas a cerâmica comum é bastante abundante. De um total de 10 peças, identificámos uma taça (fig. 198, n.º 4) de bordo reentrante e uma tigela (n.º 5), ambas provenientes da área do vale do Guadalquivir. De classificação mais problemática são dois potinhos pequenos (fig. 198, n.º 6 e 7), que, atendendo à sua morfologia, deverão ter funcionado como copos, ainda que um deles possa encaixar na categoria dos púcaros. De facto, parece bastante provável a sua utilização como copo, primeiro porque estão especialmente aptos para a retenção de líquidos, mas também porque são extremamente frequentes nas necrópoles romanas, sem que lhes seja atribuída uma função clara. Assim, parece evidente que a sua presença nas sepulturas dever-se-á ao facto de ter sido um artefacto de utilização diária do indivíduo sepultado, e que o acompanha na morte.

A abundância da cerâmica comum nas necrópoles, pelo menos durante o Alto-Império, também é particularmente promovida pela sua utilização na contenção das cinzas. Ainda que estes contentores assumam a classificação de «urnas», foram utilizados, antes, em distintas funções, nas quais ganha especial destaque a de contentor e de vaso de armazenamento, por corresponderem, maioritariamente, a potes. São raros os casos em que as urnas são adquiridas para o fim último, como aconteceu com as peças de pedra, de argila em forma de casa ou de chumbo (Beltrán Fortes, 1987, 2000; Rodríguez Oliva, 2001; López de la Orden, 2003; Bonnet e Blazoit, 2007; Amela Valverde, 2011). Santos Rocha reuniu cinco exemplares, todos correspondentes a potes, idênticos àquele que tratámos quando analisámos a *terra sigillata* (fig. 198, n.º 8). Este paralelismo entre as urnas permite supor a mesma cronologia para a maioria, apoiando-nos na associação de um dos pratos do tipo Drag. 18 a uma delas (n.º 1). Destacamos uma (n.º 9), por apresentar uma morfologia do bordo ligeiramente distinta, que se assemelha às urnas de pasta cinzenta de *Balsa*, que podem não ter sido produzidas localmente (Viegas, 2012). No entanto, a pasta deste exemplar é completamente distinta, podendo ser indício de que estas peças foram produzidas em outras áreas do extremo sul da província da Lusitânia. Trata-se de pastas de tonalidade laranja avermelhada, depurada, muito porosa, com médios e pequenos elementos não plásticos, destacando-se os quartzos, as calcites, as moscovites, as biotites e o que parecem ser algumas argilas.

A coleção das peças de vidro depositada no museu da Figueira da Foz soma um total de 23 recipientes, alguns bastante fragmentados, dos quais sete não permitiram qualquer classificação, podendo tratar-se de distintas formas, que, dependendo do seu desenvolvimento, forneceriam dados completamente distintos. Assim, optámos por apresentar aqui apenas aqueles que não suscitaram dúvidas na classificação atribuída, assegurando uma leitura final mais objetiva.

A forma mais frequente nos enterramentos romanos é a dos pequenos unguentários em forma de gota, com ou sem estrangulamento no colo, do tipo Isings 8. A necrópole da Fonte Velha conta com nove exemplares (fig. 198, n.º 10 a 15). Para estas peças vem

sendo proposta uma cronologia de século I (Isings, 1957, p. 24), embora seja provável que algumas possam alcançar contextos de início do século II (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 44). Outros dois unguentários inserem-se no tipo 82B1 da mesma tipologia (n.º 16 e 17), correspondente aos tipos AR 135 (Rütti, 1991, p. 53) e Trier 73 (Goethert-Polaschek, 1977, p. 350). São, contudo, peças que denunciam uma cronologia ligeiramente mais tardia quando comparada com as peças anteriormente referidas, especificamente entre final do século I e meados do século II. O conjunto dos unguentários é completado por um único exemplar do tipo Isings 82A1 (n.º 18), que oferece uma cronologia concordante com os restantes, ou seja, entre meados do século I e momento central da centúria seguinte.

Embora estas formas sejam comuns em contextos funerários, outras foram identificadas. Começamos por referir a presença de um jarro globular, que, ainda que apresente algumas disparidades morfológicas, consideramo-la uma peça integrável na forma Isings 57 (fig. 198, n.º 19). A morfologia geral do corpo é similar, mas a da asa é ligeiramente distinta, além de apresentar o corpo decorado com nervuras ondulantes. O bordo, que na peça balsense era tubular, é agora maciço e engrossado ao fogo, e a asa é bastante mais elevada e não ostenta o descanso para o polegar, funcionalidade que é substituída pela maior altura da asa. Apesar das diferenças, consideramos que a cronologia do século I também é aplicável ao jarro da necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, como foi já avançado antes (Alarcão e Alarcão, 1964).

Um copo de vidro apresenta mais dúvidas na classificação (fig. 199, n.º 1), devido a não conservar o fundo. Ainda assim, parece tratar-se de um copo da forma 34 de Isings, datável da segunda metade do século I e primeiras décadas do século seguinte, podendo, corresponder também à forma 21, que acusa uma datação bastante similar. Em qualquer caso, trata-se de copos cónicos que têm como única diferença a morfologia do fundo.

Infelizmente, o elevado estado de fragmentação de duas outras peças não permitiu classificação. Não obstante, foram já publicadas reconstituições de ambas, limitando-nos aqui a remeter para as respetivas publicações (Alarcão e Alarcão, 1964, estampa II, n.º 3, e estampa IV, n.º 4; Santos, 1971, p. 345 e 346).

Resta abordar a existência de um jarro, quiçá garrafa, de morfologia atípica (fig. 199, n.º 2). Trata-se de uma peça de bordo aplanado em aresta viva, colo alto e estrangulado, sem separação do bordo. Tem corpo de tendência globular, mas um grande ombro no topo. O fundo é convexo, com pé destacado, tubular e redobrado. No corpo apresenta algumas zonas com linhas incisas. Jorge de Alarcão já publicou exemplares que se aproximam consideravelmente a esta peça. Destes, destacamos um jarro de Elvas, que o professor de Coimbra integrou no tipo 40 de Morin-Jean e datou do século III ou mesmo IV (1968, p. 22, n.º 47).

Apesar de algumas diferenças, esta peça parece ser comparável, ou pelo menos inspirada, nas garrafas piriformes de gargalo estreito com decoração em linhas cinzeladas, das quais há um exemplar proveniente de uma sepultura do Campo do Trindade, em Faro.

Já referimos que, além de poder ser enquadrável nas séries 60 ou 70 de Kisa (1908), esta forma pode ser considerada uma variante da forma 40 de Morin-Jean (1913, fig. 107), que encontra paralelo numa peça proveniente da necrópole da Horta dos Pinas (1968, p. 28, n.º 47), em Elvas. O paralelo mais próximo encontra-se, contudo, numa coleção privada de Madrid, tendo sido publicado por Alonso Cereza (2010, p. 429, fig. 256). Estes autores propõem datações discordantes, apoiando-se em diferentes tipologias, diferença

que é promovida pelas diferenças morfológicas. O exemplar elvense foi datado de final do século III e IV, enquanto o madrileno, sem contexto, foi datado da primeira metade do século III. Porém, a mesma forma foi recentemente considerada uma produção da segunda metade do século I, mantendo-se por toda a centúria seguinte (Cruz, 2009b, p. 71), cronologia que parece adaptar-se aos contextos desta necrópole algarvia.

Até ao momento, a análise do espólio arqueológico proveniente da necrópole romana da Fonte Velha denuncia uma utilização do espaço em momento bastante preciso, concretamente durante o século I, podendo alcançar os primeiros anos do século seguinte. Tanto os materiais recolhidos por Estácio da Veiga como aqueles que acabaram na reserva do museu da Figueira da Foz oferecem dados bastante objetivos que confirmam a existência exclusiva do rito incineratório. Ainda assim, é difícil compreender a existência de uma peça que apresenta uma datação bastante mais tardia. Referimo-nos ao pequeno prato de *terra sigillata* clara D, cuja datação põe em evidência a homogeneidade do conjunto.

Quando comparamos a realidade de Bensafrim com outras, contemporâneas, reparamos que as práticas fúnebres parecem ser ligeiramente distintas. Com efeito, a recentemente escavada necrópole ossonobense, no Largo de 25 de Abril parece demonstrar que, mesmo durante o século I, a inumação já era praticada. Todavia, devemos ter em consideração o momento em que um rito vai substituindo o outro, assim como o seu âmbito concreto. Tudo indica que a referida substituição ocorreu em momentos ligeiramente distintos, dependendo do tipo de ocupação e do âmbito geográfico. No território algarvio, e como já atrás tivemos oportunidade de referir, parece notar-se uma permuta precoce nos sítios litorais e mais ainda nos núcleos urbanos. Nos sítios interiores, mais isolados e distantes daqueles, as tradições mantiveram-se aparentemente imutáveis durante mais tempo. É certo que Bensafrim está relativamente próximo de Monte Molião (*Laccobriga*?), mas o evidente declínio deste núcleo a partir de meados do século I a. C. deve ser lembrado, declínio que pode, e deve, ser considerado no âmbito das consequências das guerras sertorianas «[...] e a ajuda recebida das tropas deste último durante o cerco relatado por Plutarco (*Sertorius*, VIII, 13) podem ter originado uma retaliação por parte dos vencedores, retaliação essa que, como foi frequente, se prolongou consideravelmente no tempo.» (Arruda e Sousa, 2012, p. 130). Tal retaliação acabaria, inevitavelmente, por se refletir nos povoados da sua área de influência, resultando na contrastante situação político-administrativa entre o sotavento e o barlavento algarvio.

Não sendo este o local adequado para debater o cerco a *Laccobriga* e a referência de Plutarco a uma única cisterna no povoado (*Sertorius*, VIII, 13, 4), quiçá aquela ainda visível no terreno, resta ainda apresentar a exploração efetuada por José Formosinho nas Cercas do Álamo. Sobre tal trabalho, sabemos apenas que decorreu em novembro do ano de 1933, em propriedade de Joaquim Valentim Correia, e que permitiu ao explorador deixar a descoberto algumas lajes de pedra que cobriam restos osteológicos. Não é claro, contudo, determinar a quantidade de enterramentos que são descritos como «una sepultura romana de incineración; una cista de tipo argarico completa y otras violadas» (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 114). Importa sublinhar que a única sepultura romana detetada é de incineração.

Desta sepultura é proveniente um conjunto de três peças que constituíam o mobiliário funerário, todas correspondentes a peças de *terra sigillata*, e que deveriam estar dispostas sobre as cinzas, uma vez que não estavam depositadas dentro de uma urna. Esta descrição

obriga a ponderar se estamos perante uma incineração *in situ*, sem que tenham sido recolhidas as cinzas. O covacho, que pode ter sido usado como *bustu*, é, portanto, coincidente com a sepultura. Das três peças, duas (fig. 199, n.º 4 e 5), correspondem a exemplares da forma Drag. 27, uma de produção hispânica e a outra sudgálica, e outra ajusta-se aos pratos da forma Drag. 18 (fig. 199, n.º 3). Parece desnecessário repetir todas as informações respeitantes à cronologia ou morfologia destas cerâmicas, sendo importante reter, contudo, que são dados semelhantes àqueles que foram expostos nas páginas anteriores.

Este espaço funerário representa um dos mais emblemáticos do extremo sul da província da Lusitânia, refletindo também e simultaneamente o estado da arte sobre as necrópoles romanas algarvias. É certo que o desconhecimento da localização da necrópole potenciou um evidente desinteresse por parte dos investigadores. No entanto, esse desinteresse é também resultado da deficiência de informação que frequentemente dispomos sobre determinados sítios. A necrópole da Fonte Velha de Bensafrim é a única, no Algarve, que oferece apenas enterramentos incinerados datáveis de um momento-chave para a leitura política e administrativa do barlavento. Seria interessante determinar se este espaço deixa de ser utilizado em momento sincrónico ao declínio do principal núcleo litoral, Monte Molião (*Laccobriga*?), como parece ser o caso, e também apurar e o rito incineratório efetivamente se prolongou no tempo, quando comparado com outros espaços funerários litorais e urbanos. De momento, não podemos avançar mais que hipotéticas conjeturas.

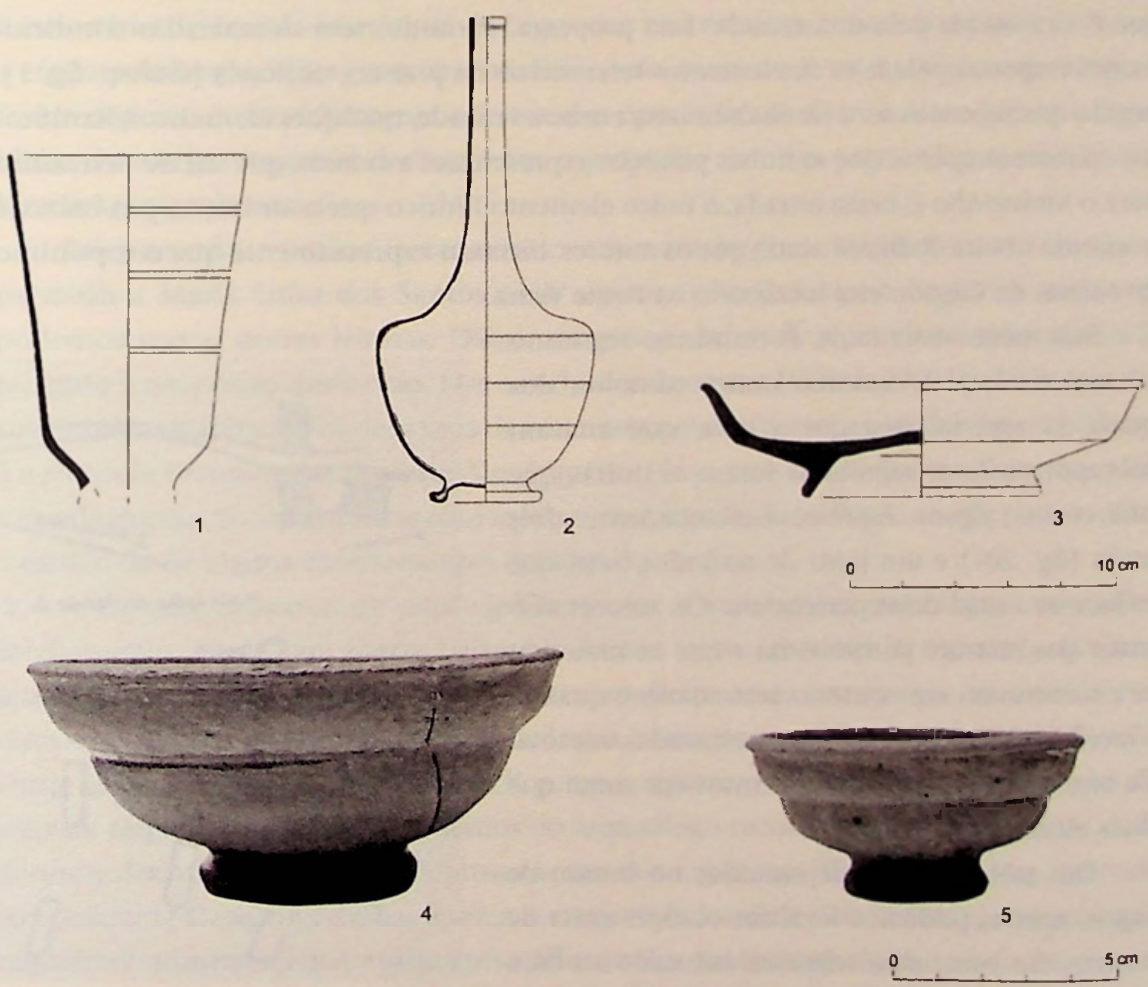


Fig. 199 — Materiais de Bensafrim, Lagos, recolhidos por Santos Rocha (vidros) e por José Formosinho. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz, e Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Desenho e fotografia do autor.

3.14.2. Monte do Cágado

A necrópole do Monte do Cágado (sem CNS) parece estar muito próxima (fig. 188) da de Fonte Velha de Bensafrim e de Solões da Mina (CNS 811), onde Santos Rocha observou um lagar. Apesar desta proximidade, decidiu-se considerar este espaço como realidade independente, dado o desfasamento temporal da utilização de ambos. Este poderia interpretar-se como uma evolução do outro, o que não fizemos dada a ausência de outros elementos que permitam corroborar tal possibilidade.

Parece importante começar por abordar a localização geográfica deste sítio arqueológico, que carece ainda de código nacional de sítio. Ainda que não asseguremos, categoricamente, a localização proposta, as informações de José Formosinho e a publicação de um mapa esquemático parecem apoiar a proposta que adiante faremos. Em dezembro de 1934, o então diretor do Museu Municipal de Lagos dirigiu-se a Bensafrim, concretamente à Hortinha, onde escavou um conjunto de quatro sepulturas que continham inumações. Desconhecemos o que motivou tal tarefa ou como teve conhecimento da localização e da existência de tais sepulcros. Sobre esta intervenção apenas foi publicada, bastante mais tarde, uma parca notícia que informava que uma das sepulturas estava já destruída e que as restantes estavam formadas por lajes de pedra (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 114 e 115). Nenhum dos enterramentos continha qualquer mobiliário funerário.

A planta que resultou desta intervenção localiza esta necrópole próximo da estrada que vai de Bensafrim para a Hortinha (fig. 200), e, simultaneamente, adjacente à ribeira que é atravessada pela dita estrada. Esta proposta, contudo, tem demasiadas condicionantes impostas pela falta de elementos referenciais na planta publicada (*ibidem*, fig. 1). Aquilo que supomos ser a ribeira não tem, em boa verdade, qualquer elemento identificativo. Sabemos apenas que as linhas paralelas representam a estrada que vai de Bensafrim para o Monte Alto e, nessa estrada, o único elemento hídrico que a atravessa, por baixo, é a referida ribeira. Refira-se ainda que os autores afirmam expressamente que o topónimo do Monte do Cágado está localizado na Fonte Velha.

Seis meses mais tarde, Formosinho regressou ao mesmo local e explorou outros túmulos, dos quais dá especial destaque a dois, que estavam sobrepostos. Estas sepulturas foram as únicas que ofereceram algum espólio, concretamente dois anéis (fig. 201) e um jarro de cerâmica, sem que saibamos a qual delas pertenciam. Os autores afirmam que estavam já revolvidas e que os materiais se encontravam em contexto secundário e quase à superfície (1953, p. 116). Foram escavadas um total de oito sepulturas, nove se tivermos em conta que duas estavam sobrepostas.

Dos três artefactos depositados no museu de Lagos, apenas pudemos localizar os dois anéis de bronze. Do jarro, possivelmente colocado ao lado da cabeça de um dos corpos, desconhecemos o paradeiro. Apesar de não termos tido oportunidade de

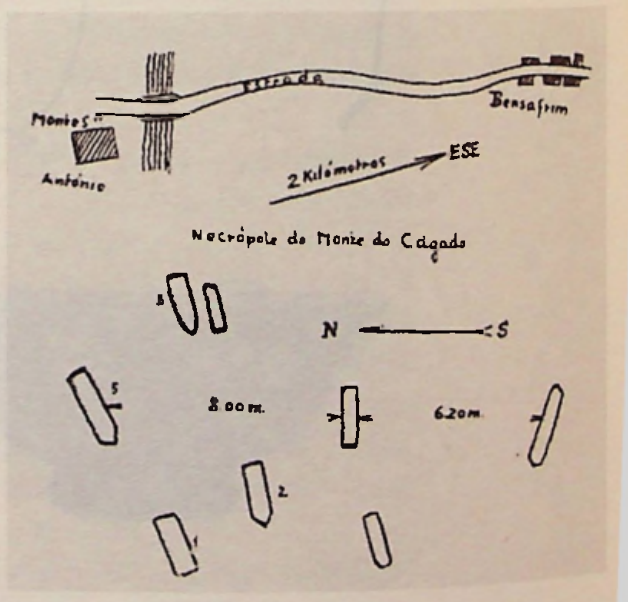


Fig. 200 — Localização da necrópole do Monte do Cágado, Lagos (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 115, fig. 1).

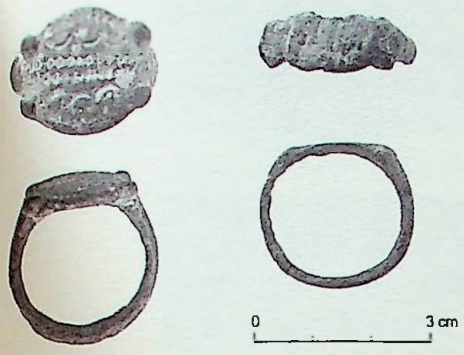


Fig. 201 — Anéis de bronze da necrópole do Monte do Cágado, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Fotografia do autor.

observar diretamente esta peça, julgamos tratar-se de um jarro tardio (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, fig. 4). Os anéis, apoiados pelos ritos e pela arquitetura subterrea das sepulturas, parecem corroborar a hipótese de se tratar de enterramentos tardo-antigos, que, sem outros elementos, datamos entre os séculos V e VII.

Infelizmente, as curtas referências ao local e às explorações aí efetuadas e a inexistência de mobiliário funerário que permita datações mais precisas são fortes condicionantes que limitam inevitavelmente as considerações sobre o sítio. De momento não é plausível adiantar mais dados.

3.14.3. Escampadinho/Descampadinho

O sítio do Escampadinho (CNS 817), também conhecido como Descampadinho (Santos, 1971, p. 379-392), foi explorado por Abel Viana, que nunca viria a publicar os resultados da sua intervenção. O sítio localiza-se a nordeste de Odiáxere (fig. 202), próximo da Ribeira das Barradas. As informações mais pormenorizadas sobre este sítio chegaram-nos através da Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, que contactou com um antigo funcionário do Museu Municipal de Lagos que terá estado presente na exploração levada a efeito pelo arqueólogo pacense. Foi, aliás, nesse museu que os materiais arqueológicos foram depositados. Infelizmente, não tivemos oportunidade de consultar o legado de Abel Viana do Museu Regional de Beja, com o propósito de obter mais informações sobre a intervenção e sobre o sítio.

Foi, portanto, o então funcionário do museu lacobrigense, Carlos Dias do Vale, quem permitiu a Maria Luísa dos Santos tecer algumas conclusões pertinentes, às quais não podemos somar outras leituras. Dispensamo-nos, assim, de repetir muito do que foi já redigido a propósito deste sítio. Das conclusões da autora (Santos, 1971, p. 380) importa sublinhar a existência dos dois ritos de enterramento, incineração e inumação, que situam a necrópole cronologicamente no Alto-Império. No entanto, a referência a algumas sepulturas de inumação, construídas com *tegulae* e com espólio funerário humilde, pode indicar a existência de alguns enterramentos datados do século III.

A elevada presença de *terra sigillata* parece corroborar as cronologias avançadas. Infelizmente, ainda que Maria Luísa dos Santos tenha apresentado a maioria dos materiais provenientes desta necrópole, estes artefactos estão atualmente absorvidos por outros conjuntos do museu regional de Lagos, como é o caso dos de Monte Molião e de Fonte Velha de Bensafrim. Não é fácil voltar a separar estes materiais, associando-os ao sítio de origem, sem os apontamentos do arqueólogo natural de Beja. Das cerca de duas dezenas de artefactos que serão provenientes das sepulturas do Escampadinho, ou mais corretamente Descampadinho, apenas conseguimos localizar dois. Creio, no entanto, que também é admissível que Maria Luísa Affonso dos Santos tenha incluído no seu estudo peças que não fazem parte do conjunto proveniente do Descampadinho, como é o caso dos três vasos de *sigillata* recolhidos na sepultura da Cerca do Álamo.

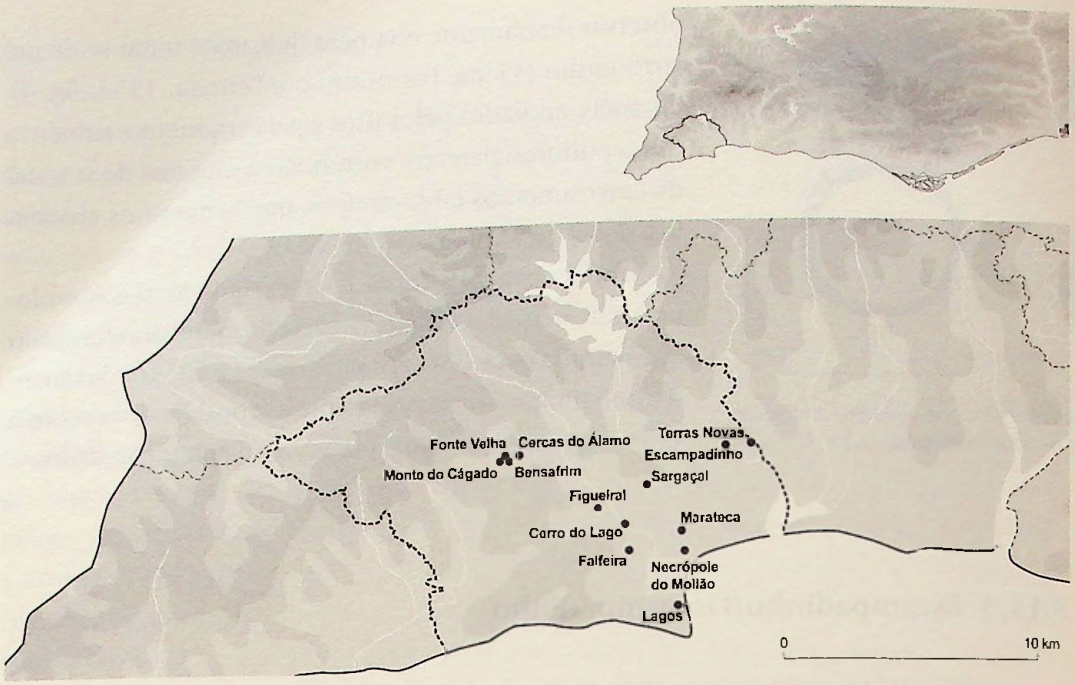


Fig. 202 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Lagos. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

As duas peças deste sítio que lográmos localizar nos conjuntos de Monte Molião e Fonte Velha de Bensafrim correspondem a um prato de *terra sigillata* gálico, da forma Drag. 18 e a um púcaro com uma asa (fig. 203). A primeira forma engloba pratos de perfis baixos e largos com um grande espetro cronológico, realidade que dificulta um enquadramento mais assertivo dos exemplares, sem que tenhamos um contexto estratigráfico associado. Sabemos, contudo, que o conjunto de *terra sigillata* era formado por dois pratos e por três taças, as últimas integralmente da forma Drag. 27, ao qual se somariam vários vasos de cerâmica comum. Sem que pretendamos ser insistentes, de facto, somente os apontamentos de Abel Viana poderão esclarecer quais as peças provenientes dos contextos funerários do Descampadinho.

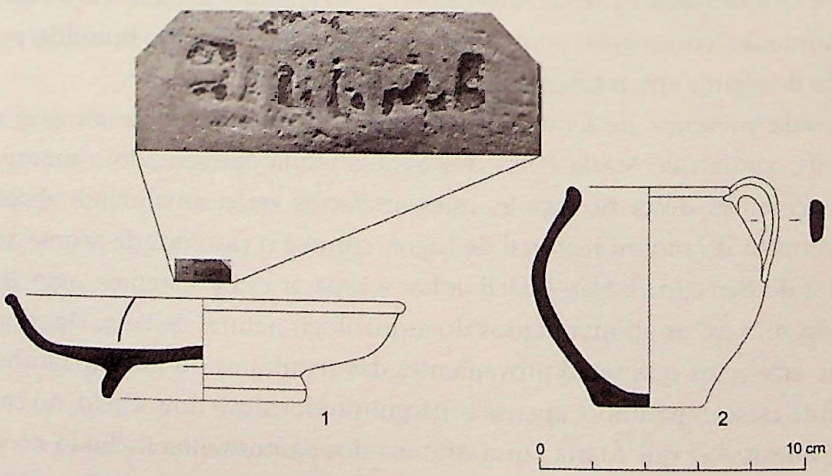


Fig. 203 — Materiais provenientes de Escampadinho/Descampadinho, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Desenho e fotografia do autor.

3.14.4. Terras Novas

Sobre este sítio existe apenas a informação de que, na área do Monte de Terras Novas (CNS 18677) e junto às casas, terá existido uma necrópole romana de inumação (Soares, 2001). Estes dados não são, contudo, suficientes para que possamos interpretar devidamente este sítio, nomeadamente no que concerne à sua localização e datação específica.

Durante as prospeções que efetuei no Algarve, que tiveram como objetivo visitar e revisitar muitos dos sítios em estudo, houve a oportunidade de prospetar este local, acompanhado pela ajuda desinteressada de Carlos Oliveira. Infelizmente, como é comum nestes casos, não identificámos qualquer vestígio que permita falar sobre esta necrópole, além de abundantes materiais arqueológicos dispersos por uma área de considerável extensão, materiais que, apesar de tudo, não pareciam ser romanos.

Refira-se ainda que a elevada proximidade do sítio em relação ao Descampadinho (CNS 817), próximo à Ribeira do Arão, e correspondente a uma necrópole escavada por Abel Viana, é um fator de peso a ter em conta quando se trata este local. Com efeito, desconhecemos a localização desta necrópole romana, localização que pode ser coincidente com o sítio de Terras Novas, também próximo da mesma linha de água.

3.14.5. Sargaçal

As notícias compiladas por Maria Luísa Affonso dos Santos sobre o sítio do Sargaçal (CNS 1288) continuam atuais. Com efeito, não foi efetuada qualquer outra investigação ou análise sobre o sítio, facto que limita também este trabalho.

O Sargaçal também está próximo de Monte Molião (fig. 202), implantado na margem esquerda da Ribeira de Bensafrim e próximo do ambiente lagunar que deverá ter sido o Paul (Dias, 2004; Gomes, 2010, p. 35-40, figura 10). Esta implantação deverá ter favorecido a subsistência do sítio, sem que saibamos, contudo, como o afetou a trasladação do principal povoado do barlavento para a outra margem da ribeira.

Sobre contextos funerários, Estácio da Veiga apenas referiu o aparecimento de uma sepultura (1910, p. 223) e de algumas moedas. Mais tarde o sítio volta a ser referido (Viana, Formosinho e Ferreira, 1952, p. 134), sem que tivessem sido indicados achados em contextos funerários. Na verdade, não sabemos se se trata de uma necrópole ou de uma sepultura isolada. A única que apareceu terá sido explorada pelos proprietários do terreno. Parece evidente que Estácio da Veiga não observou pessoalmente tal exploração.

3.14.6. Figueiral da Misericórdia

O sítio arqueológico do Figueiral da Misericórdia (CNS 825), onde foram identificados vestígios de uma ocupação romana, vem sendo classificado como um *vicus* (fig. 202). A primeira referência a este local aparece na obra de Pinho Leal (1874, p. 21), que, dissertando sobre a localização de *Lacobriga*, denunciou a densa existência

de vestígios de ocupações antigas «ao Sul do serro chamado Figueiral da Misericórdia, ao E. do Adualho, ao N. das Portelas e ao O. Do Paúl» (*ibidem*), onde, aliás, localizou a antiga *Lacobriga*.

Pouco tempo depois das referências deste autor, também Estácio da Veiga apontou o mesmo local como um potencial sítio arqueológico, sem, contudo, ter efetuado qualquer trabalho no local ou comentado tais vestígios (1910, p. 221).

Mais recentemente, Maria Luísa Affonso dos Santos afirmou que foram detetadas sepulturas romanas no Figueiral da Misericórdia. Apoia tal afirmação na publicação conjunta de Abel Viana, José Formosinho e Veiga Ferreira, trabalho no qual divulgaram os materiais depositados no museu de Lagos e as suas proveniências. Não obstante, esta dedução não parece tão evidente. Objetivamente os autores declararam:

> «En cuanto a las épocas prerromana y romana, sobresale el Monte Molihão, pero también muestran o mostraron restos de construcciones, sepulturas, etc., los siguientes lugares: Serro das Amendoeiras, Serra do Lago, Casteleja, Paúl y Jardim. Figueiral da Misericordia, Fonte Coberta, y en el de la propia ciudad en varios puntos como, por ejemplo, el terreno junto al Hospital Militar.» (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 124.)

É certo que citam alguns lugares onde apareceram sepulturas romanas, mas não é claro se o Figueiral é um desses sítios.

Mais recentemente, a área do Figueiral foi intensamente prospetada e diagnosticada devido à fixação de uma pedreira na zona [processo 2001/1 (4), vol. 1 e 2], sem que tenham sido detetadas sepulturas. Não pretendemos afirmar a sua inexistência, apenas alertar que os dados existentes até ao momento sobre a sua localização neste sítio são ainda muito escassos e incertos.

3.14.7. Cerro do Lago

O sítio do Cerro do Lago (CNS 827) foi considerado pelo pioneiro algarvio parte integrante de uma ocupação antiga mais ampla. De facto, Estácio da Veiga defendeu que os vestígios do Cerro do Lago (fig. 202) estavam associados a outros que encontrou no sítio do Jardim, próximo, e também no Paul (Veiga, 1910, p. 222 e 223), quiçá mais concretamente na Quinta do Paul. Porém, em momento algum foi referida a existência de sepulturas romanas neste local, a não ser que se considere a alusão de Estácio da Veiga, a uma sepultura que terá aparecido no Sargaçal. Trata-se, como em tantas outras situações, de informação que lhe foi transmitida, sem que o próprio tenha confirmado tais relatos. Certo é que, a partir de determinado momento se considerou que no local teria existido uma necrópole (Santos, 1971, p. 402 e 403).

É plenamente aceitável que as margens da Ribeira de Bensafrim tenham presenciado uma densa ocupação durante a Antiguidade, potenciada pela fertilidade das terras e acessibilidade ao litoral próximo. O sítio do Cerro do Lago encaixa nestas condições, sem que saibamos, ainda, o tipo de ocupação a que correspondeu, ou a sua cronologia.

3.14.8. Falfeira

Sobre a suposta necrópole romana da Falfeira (CNS 1266) não nos atrevemos a efetuar quaisquer considerações. Sem que saibamos como ou porquê, o local começou a figurar no Sistema de Informação Endovélico como necrópole, sem que tenha sido possível encontrar quaisquer dados que associem o sítio a esta funcionalidade. Imaginamos que terão sido as informações de Santos Rocha o veículo para estas conclusões, mas, em momento algum o autor refere expressamente esta localidade do concelho algarvio.

A referência que encontramos na base de dados dos sítios arqueológicos portugueses remete para a publicação de 1896 do arqueólogo figueirense, o que também parece ser desacertado. Cremos que este equívoco advirá de uma passagem publicada no ano anterior pelo mesmo autor, quando iniciou a sua expedição no concelho de Lagos, onde se diz:

> «O concelho de Lagos parece rico em monumentos da epocha luso-romana. O Rev.do José Joaquim Nunes, distincto homem de letras afeiçoado aos estudos archeologicos, que exerce em Lagos o cargo de capellão do regimento de infanteria 15, annunciou-nos a descoberta recente de uma necropole em uma campina proxima da cidade, onde foram recolhidos alguns artefactos manifestamente romanos. As sepulturas eram por inhumação. Pelas indicações que nos foram dadas pareceu-nos que essa necropole era semelhante á de Marim.» (Rocha, 1895a, p. 208.)

Como podemos constatar, em momento algum o autor revela o sítio onde Joaquim Nunes descobriu tal necrópole. Pelas indicações dadas, é admissível supor que este se localizaria na área da povoação da Falfeira. No entanto, sem outros argumentos, não arriscamos apontar objetivamente este local como o referido pelo informador de Santos Rocha. A única informação que temos é que se localizaria a cerca de dois ou três quilómetros da povoação (Lagos), e que era constituído por sepulturas de inumação. Como informámos, em artigo partilhado com Ana Margarida Arruda, o arqueólogo figueirense nem se deslocou ao local (Arruda e Pereira, 2012, p. 136).

3.14.9. Necrópole do Monte Molião

Tal como acontece com a necrópole da Marateca, também os dados sobre a necrópole do Monte Molião (mesmo CNS que o povoado) já foram devidamente publicados (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010), parecendo desnecessário reiterar muito do que foi já dito nesse trabalho. Apesar disso, importa efetuar aqui alguns comentários complementares e correções à análise já divulgada.

Sobre a história das intervenções efetuadas nesta necrópole nada se pode acrescentar. As palavras dos autores representam bem os trabalhos que foram realizados, assim como a proveniência dos abundantes materiais (*ibidem*, p. 269-272). No entanto, sobre a análise dos materiais que compunham o mobiliário funerário das sepulturas devemos alertar para algumas incorreções de proveniência, e também de classificação, que potenciaram leituras cronológicas que podem não estar completamente corretas.

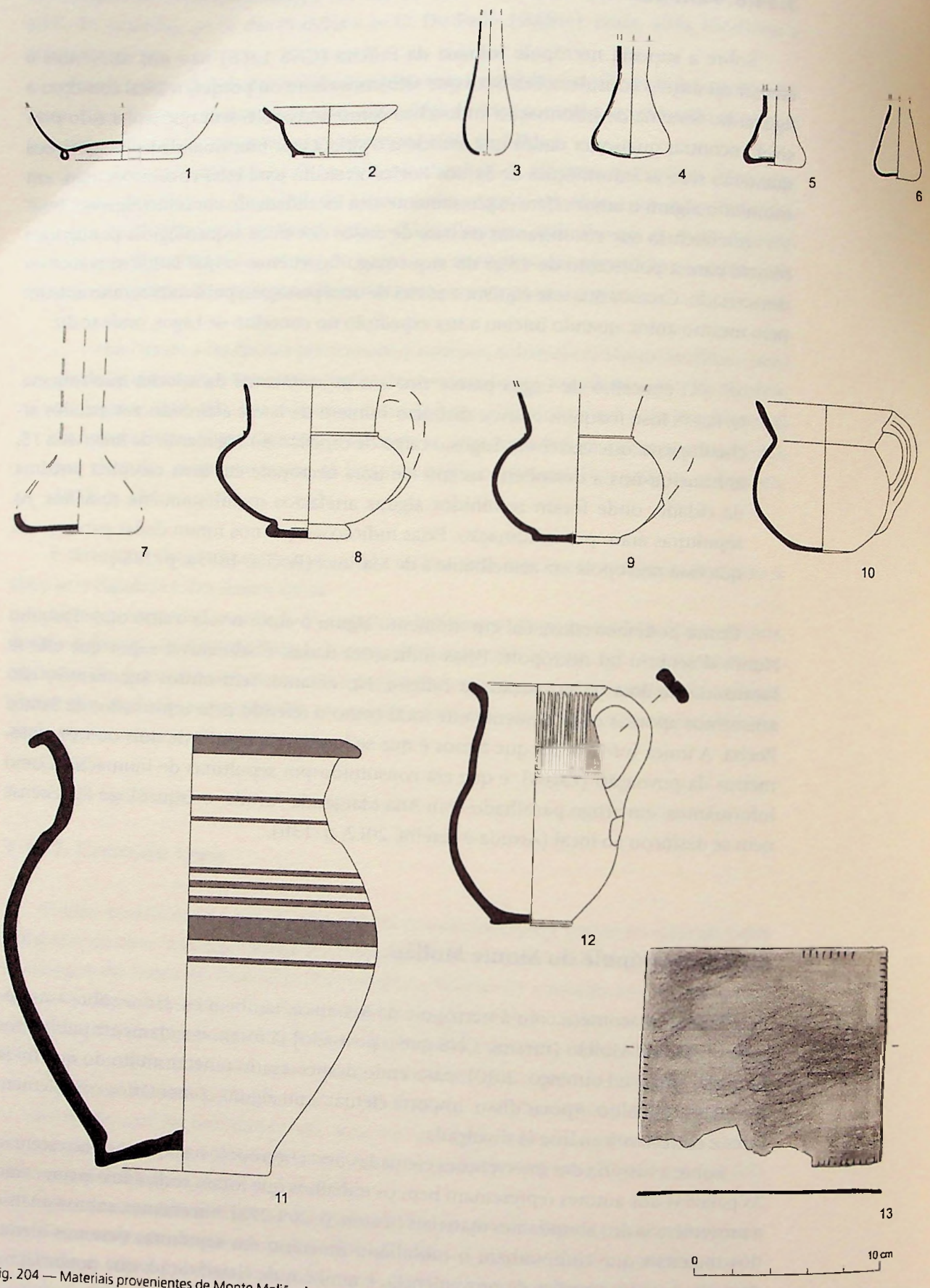


Fig. 204 — Materiais provenientes de Monte Molião, Lagos. Os n.os 8 a 10 são artefactos de cronologia moderna. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Desenho do autor.

Sobre os vidros, começamos por referir que é extremamente difícil afirmar com segurança quais são os provenientes da necrópole. Somos de opinião que, para além daqueles recolhidos por Santos Rocha (fig. 204, n.º 1 a 7), apenas um único exemplar terá sido aí recolhido, concretamente um unguentário de vidro translúcido que não consta sequer no conjunto de materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Desconhecemos o seu paradeiro e o único vestígio que restou da sua existência foram uma fotografia de Estácio da Veiga (fig. 205) e a respetiva referência no inventário de 1885 feito pelo próprio. Incluir na necrópole os restantes fragmentos é extremamente arriscado, não pela cronologia ou morfologia, mas sim pelo seu estado de conservação. Fragmentos tão pequenos podem ter sido recolhidos à superfície do povoado. Para serem oriundos da necrópole as peças estariam certamente bastante mais completas, ainda que muito fragmentadas. Não obstante, como também o comprova a mesma publicação (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, fig. 9), o que constatámos foram reduzidos fragmentos correspondentes a formas distintas. A própria presença de vidros de janela intensifica esta desconfiança, uma vez que este tipo de material não se encontra, habitualmente, nestes contextos (Caamaño Gesto e Vásquez Martínez, 2001). Aliás, no *Catalogo dos monumentos e objectos [...] do distrito de Faro* (1878, p. 18), Estácio da Veiga afirmou, categoricamente, ter recolhido vários «f.tos de vasos de vidro», sem que sejam associados a contextos funerários, que, como os autores afirmaram, o pioneiro não escavou.

A mesma situação deverá ser assacada à tão debatida «clepsidra de vidro» oferecida a Estácio da Veiga pelo senhor Landeiro, e que foi dada como desaparecida. Tivemos oportunidade de observar a dita peça (fig. 206), e, se é estranha a morfologia, a técnica utilizada para a sua produção, especialmente da decoração em forma de losangos em relevo, denuncia uma cronologia bem mais recente para este recipiente, talvez moderna. A peça corresponde na verdade a parte de uma ampulheta, mais corretamente a uma das metades, que encaixaria em outra, similar, pelo gargalo, mediante um elemento metálico ou orgânico. Para corresponder a uma clepsidra (Pereira Sieso, 2006), que também servia para medir o tempo, mas utilizando água, deveria ostentar um orifício no fundo, pormenor que não tem.

Idêntica cronologia deverá ser entendida para um conjunto de três peças, depositadas no museu da cidade de Lagos, que foram consideradas cerâmicas de paredes finas da forma VIII de Mayet (fig. 204, n.º 8 e 9). Na verdade, trata-se de cerâmica fina comum moderna, concretamente púcaros com uma asa, de barro vermelho e fabrico fino, com a superfície externa engobada. Apresentam bordos retos, finos e fundos em forma de bolacha. A principal característica destas peças é o ressalto localizado na base do colo. Eram peças muito comuns ao longo dos séculos XVI a XVIII na cidade de Lisboa, onde encontrámos abundantes paralelos (em exposição no Museu da Cidade), corroborando uma utilização como recipiente para beber. Eram conhecidos por «pucarinhos de Estremoz», de onde a forma era oriunda, mas depressa surgiram novos centros produtores ao longo do século XVII, tanto em Portugal como em Espanha.

Talvez também o pucarinho depositado no Museu Nacional de Arqueologia (n.º 10) se deva incluir na mesma categoria. As características tecnopetrológicas, a presença de engobe e a morfologia da asa parecem confirmar tal classificação.

Se excluirmos, portanto, os vidros em elevado estado de fragmentação, a ampulheta e os quatro pucarinhos modernos, o mobiliário funerário proveniente de sepulturas

romanas da necrópole do Molião soma as 67 peças, distribuíveis por cerâmica comum, cerâmica de paredes finas, lucernas, *terra sigillata* e abundantes metais. Repetimos que a maioria destes artefactos foi já publicada e que pretendemos apenas, neste trabalho, alertar para algumas correções que se impõe realizar. A título de exemplo, a urna cinerária representada (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, fig. 6) ostenta mais bandas pintadas que aquelas que figuram na representação (fig. 204, n.º 11) e um dos púcaros representados (*ibidem*, fig. 15) não é proveniente da necrópole do Molião, mas da necrópole do Descampadinho, como tivemos já oportunidade de esclarecer. Por outro lado, outro dos púcaros (n.º 12), sendo na verdade um jarro, oferece datações mais dilatadas que aquelas que são avançadas, podendo alcançar o século III ou mesmo IV.

Sobre os abundantes metais, provavelmente provenientes da necrópole do Molião, importa referir que a placa e as *ligulae* referidas não correspondem a nenhum estojo de cirurgião ou de cosmética (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, p. 280, fig. 19), nem sequer às classificações atribuídas. A placa, decorada em redor por sulcos denteados (fig. 204, n.º 13), corresponde a um espelho retangular bastante frequente em contextos funerários (Anglada Curado e Hayes, 2003b, p. 1209, fig. 8; Bueno Serrano e Legupín Tubío, 2010, lâmina VII). Os dois restantes instrumentos classificados como colheres formam, na verdade, um único, correspondente a uma *bulla* (fig. 207), amuletos destinados unicamente a crianças (Vasconcelos, 1913, p. 524), utilizados principalmente durante o Alto-Império. Segundo as referências de Santos Rocha, que recolheu estes fragmentos, a *bulla* apareceu juntamente com outros materiais que permitem supor tratar-se de um enterramento em arca funerária. Referimo-nos concretamente a três pregos de bronze de grandes dimensões, aí colocados seguramente com um objetivo profilático, dois artefactos de bronze indeterminados, uma presa de javali e um espelho de fechadura (fig. 208), que confirma a existência de um baú. A presença da *bulla* neste enterramento indica claramente que se tratava de um subadulto. Refira-se ainda a existência de outros elementos de segurança (fechaduras e chaves), cuja proveniência funerária não podemos assegurar. O mesmo acontece com outros utensílios, como é o caso de uma pinça e de um estilete.

Ainda sobre os metais, e embora não corresponda a uma peça proveniente da necrópole, parece importante referir a existência de uma fíbula proveniente do Monte Molião (fig. 209). Trata-se de um exemplar de tipo La Téne I, provavelmente do século II ou I a. C., que encontra paralelos em Garvão (Beirão et al., 1982), na Necrópole da Chaminé e Cerro Furado (Berrocal-Rangel, 1992, p. 137; Fabião, 1998, vol. I, p. 379 e 380), mais antigos, ou ainda os exemplares mais recentes de Mesas do Castelinho (Minguez, 2010) e de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984). Esta peça em concreto parece corresponder ao grupo II de Cabré e Moran (tipo 24a de Salete da Ponte) (1979, p. 13-4), para a qual foi recentemente proposta uma limitada dispersão no sudoeste peninsular (Minguez, 2010, p. 69-71), tendo por base os exemplares analisados da Cabeça de Vaiamonte e aqueles publicados do sítio do Capote (Berrocal-Rangel, 1992, p. 137).

A suposta ausência deste tipo de fíbulas no território atualmente algarvio foi argumento para a definição de duas áreas distintas na Antiguidade, aparentemente, sem contacto entre si (Minguez, 2010, p. 71): «o Algarve, mais ligado ao mundo andaluz, e o Alto e Baixo Alentejo ligado ao mundo continental» (*ibidem*). Mais afirma o autor que não:

«[...] se tratará aqui de uma simples recusa estética por parte de algumas populações em adoptarem alguns tipos de fíbulas, como seja o caso das populações da região hoje

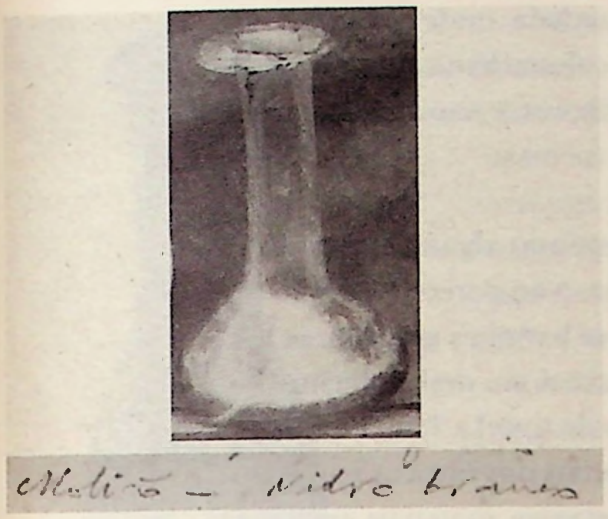


Fig. 205 — Unguentário de vidro da necrópole do Monte Molião, Lagos, do qual se desconhece o paradeiro. Acervo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

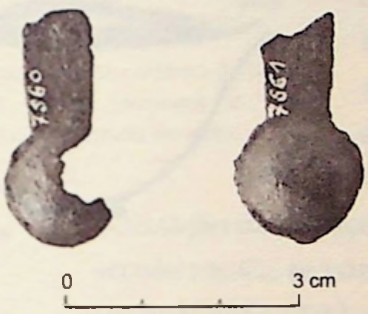


Fig. 207 — *Bulla* proveniente da necrópole do Monte Molião, Lagos. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

Fig. 206 — Ampulheta de vidro oferecida a Estácio da Veiga quando explorava o concelho de Lagos. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia do autor.

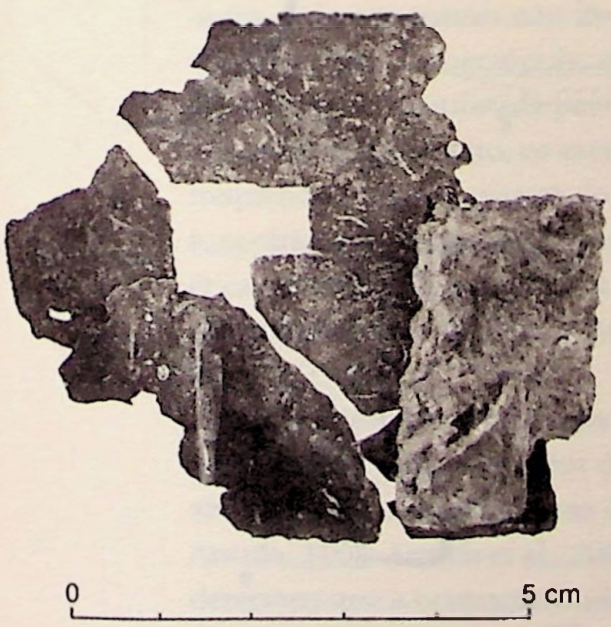


Fig. 208 — Espelho de fechadura recolhido em associação à bulla, componente de uma arca funerária. Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz. Fotografia do autor.

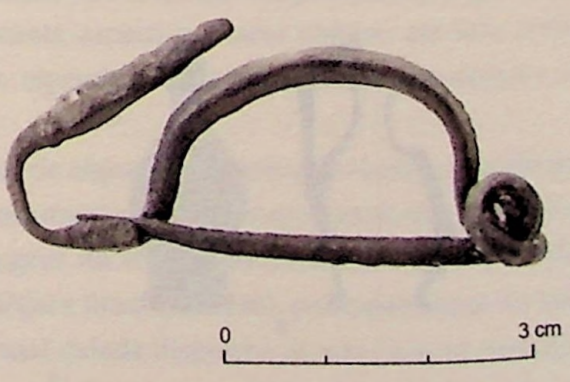


Fig. 209 — Fíbula de bronze de Monte Molião, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Fotografia do autor.

algarvia e das fíbulas La Tène I. Será sim, uma recusa fundamentada, onde servindo porventura estas fíbulas como demonstradoras de uma filiação cultural/étnica, implicando que outros modelos fossem recusados por evocarem outras filiações, e não simplesmente por serem 'estranhos' esteticamente.» (*Ibidem*)

Parece evidente que à luz dos dados atuais deveremos repensar algumas considerações que vêm sendo assumidas sobre estas peças em concreto. Não parece credível esta aparente separação de dois mundos que, embora admitindo as barreiras geográficas impostas, se negavam entre si com o objetivo de honrar umas ligações em desfavorecimento de outras. Fica comprovado que a suposta ausência de fíbulas de tipo La Téne I em território algarvio procede da falta de estudos que revejam os depósitos dos museus nacionais e, principalmente, municipais, nos quais existem ainda bastantes materiais inéditos. As fíbulas mais meridionais desta tipologia não são, portanto, as de Mesas do Castelinho.

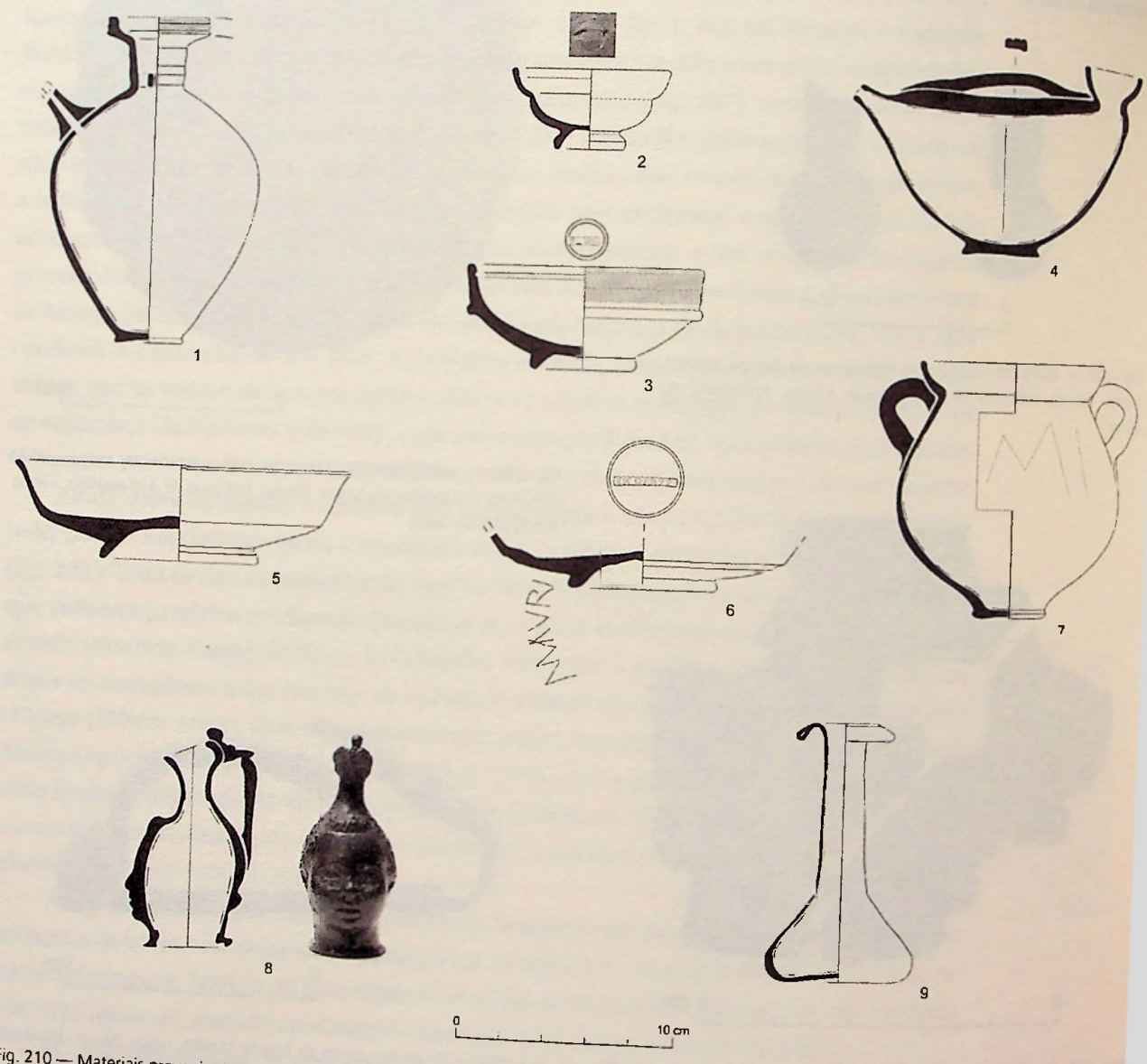


Fig. 210 — Materiais provenientes de Monte Molião, Lagos. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Desenho e fotografia do autor.

Fig. 211 — Unguentário de cerâmica do Monte Molião, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Fotografia do autor.

É certo, contudo, que a cultura material transparece uma evidente e estreita relação com o Mediterrâneo e com a vizinha área andaluza. No entanto, estas relações comerciais eram facilitadas pelo transporte marítimo que potenciava a troca de produtos a custos mais baixos e em maiores quantidades. Os mesmos produtos seriam transportados para o interior através de vias fluviais ou terrestres, privilegiando, quiçá, outros recipientes que não deixaram registo arqueológico. Lembro que, até há bem pouco tempo, a pele animal, preferencialmente a de cabra, era utilizada como recipiente de líquidos, depois de devidamente tratada e impermeabilizada. Infelizmente, já são raríssimos os artesãos que se dedicam a esse labor, condenado ao esquecimento.

Mas esta não é a questão que nos ocupa neste trabalho. Apenas abordámos o tema com o objetivo de somar mais um elemento ao estudo das fíbulas em território nacional.

É certo que a maioria dos materiais provenientes desta necrópole (fig. 210) é concordante com a ocupação do cerro do Monte Molião, como, aliás, não podia deixar de ser. No entanto, os materiais que foram datados de período Romano-Republicano ficam consideravelmente reduzidos com a conclusão de que as supostas paredes finas, de tipo VIII de Mayet, são afinal peças modernas, do século XVI ou XVII. Em boa verdade, a quase totalidade dos materiais aponta para uma utilização do espaço a partir da viragem da era, mais concretamente do terceiro quartel do século I a. C., se considerarmos a presença da urna cinerária pintada e do unguentário de cerâmica (fig. 211). Antes deste momento não temos qualquer elemento que nos permita supor a existência de sepulturas.

Neste âmbito, relembrando a questão do cerco a *Laccobriga*, e apesar de não estar ainda completamente comprovado que este cerco tenha sido à *Laccobriga* algarvia (Arruda, 2004, p. 80 e 81) ou àquela que é referida em território dos Vaceus, ou ainda a qualquer outra, cujo topónimo não se tenha cristalizado, não podemos deixar de refletir acerca da destruição da necrópole, ou das necrópoles, republicanas pelos sitiantes, estratégia frequentemente utilizada para desmoralizar os habitantes da cidade cercada, obrigando-os a ceder. Com efeito, os exércitos romanos também utilizaram esta técnica com alguma frequência, porque, apesar do respeito que mantinham para com o seu próprio mundo funerário, olhavam para os campos mortuários dos inimigos despidos de qualquer visão ética ou social. Essa ausência de valores neste aspeto concreto chegou até nós através dos manuscritos de *Marcus Antistius Labeo*, reproduzidos mais tarde por Justiniano, em *Digesta* (*Dig.* 47.12.1.11).

Não obstante, estranhamos a existência de alguns materiais que atestam a utilização deste espaço funerário além do século II, momento em que supostamente o povoado é abandonado em detrimento da outra margem da Ribeira de Bensafrim (Móran, 2006; Arruda, 2007; Arruda et al., 2008; Fabião, Filipe e Brazuna, 2010), principalmente se considerarmos que a ocupação onde se situa a atual cidade dispunha da sua própria necrópole (Duque et al., 2006; Móran, 2006), ou necrópoles. Assim a única leitura possível é, de facto, aquela que foi avançada pelos autores do estudo destes contextos (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, p. 282), ou seja, a utilização do espaço por parte de comunidades rurais

próximas. Ainda assim, outra possibilidade deve ser ponderada, concretamente o facto de esta necrópole continuar a ser importante para a comunidade entretanto trasladada para a outra margem da ribeira, potenciando o seu regresso à tradicional área ocupada após a morte dessas populações. Seguramente que o abandono deste importante aglomerado não foi repentino, devendo, pelo contrário, ter sido gradual, ficando, por último, aqueles que se negaram a sair desse sítio pelo seu próprio pé.

Os materiais do século III, portanto, deverão corresponder a mobiliário funerário de grupos que, ou se negaram a abandonar o sítio em vida, ou regressaram aí após a sua morte, por ser esse o seu desejo. Aliás, o próprio sítio habitacional regista alguns materiais, poucos é certo, que datam desse momento (Arruda et al., 2008, p. 189; Arruda e Gomes, 2013).

Neste âmbito, importa ainda referir a elevada proliferação de sítios nas imediações de Lagos, para os quais não foram ainda detetadas as respetivas necrópoles. Destacamos a *villa* romana da Meia Praia (CNS 14468), de Monte Augusto (CNS 31830), de Palmares (CNS 32502 e 32503), onde foi recentemente descoberta a ara votiva de *Quintus Fabius Dionysius* (Guerra e Nunes, *no prelo*), ou os diversos vestígios de outras ocupações antigas, também localizados nestas áreas.

3.14.10. Marateca

Sobre a necrópole tardo-romana da Marateca (CNS 815) creio ser desnecessário repetir as considerações já publicadas em revista da especialidade (Pereira, 2012-2013). Ainda assim, sublinhamos alguns aspetos que parecem importantes, sem que nos alonguemos demasiado.

As seis sepulturas escavadas por Santos Rocha (fig. 212) forneceram um total de cinco peças que possibilitaram considerar que esta necrópole terá funcionado num momento limitado entre o século VI e a primeira metade do século VII. O restrito espólio recolhido pelo arqueólogo figueirense mostra claras afinidades com conjuntos votivos da Andaluzia, realidade que, no Algarve, apenas é observável na parte oriental. Tal afinidade com uma área que, em pleno século VI, está sob influência bizantina, presença que somente mais tarde, no ano de 624, terá deixado *Ossonoba* (Lopes, 1958-1959, p. 134; Almeida, 1962, p. 25-38; García Moreno, 1987, p. 334), pode evidenciar que durante este período também esta região se encontrava sob a mesma administração, ou pelo menos a proximidade de fronteiras potenciava uma mescla de duas culturas similares. Também os próprios ritos se encontram aí bem documentados, nomeadamente exéquias em decúbito supino, em alguns casos com uma peça colocada sobre o ombro direito do corpo e ao lado da cabeça (Carmona Berenguer, 1991; López Requena e Barroso Cabrera, 1994; Eger, 2006), ocupando,

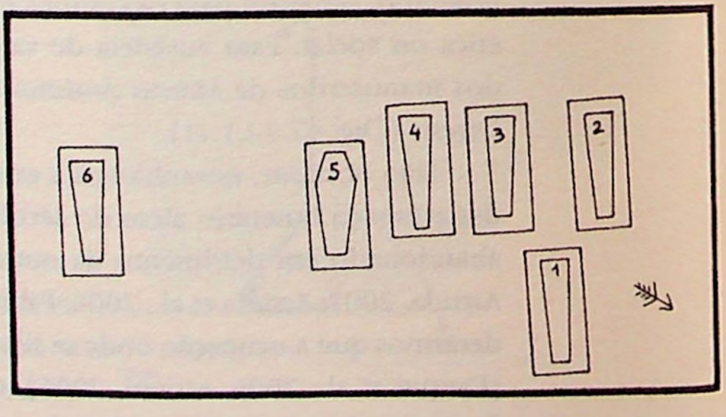


Fig. 212 — Planta das sepulturas escavadas por Santos Rocha na Marateca, Lagos (Pereira, 2012-2013, p. 247, Lám. 5).

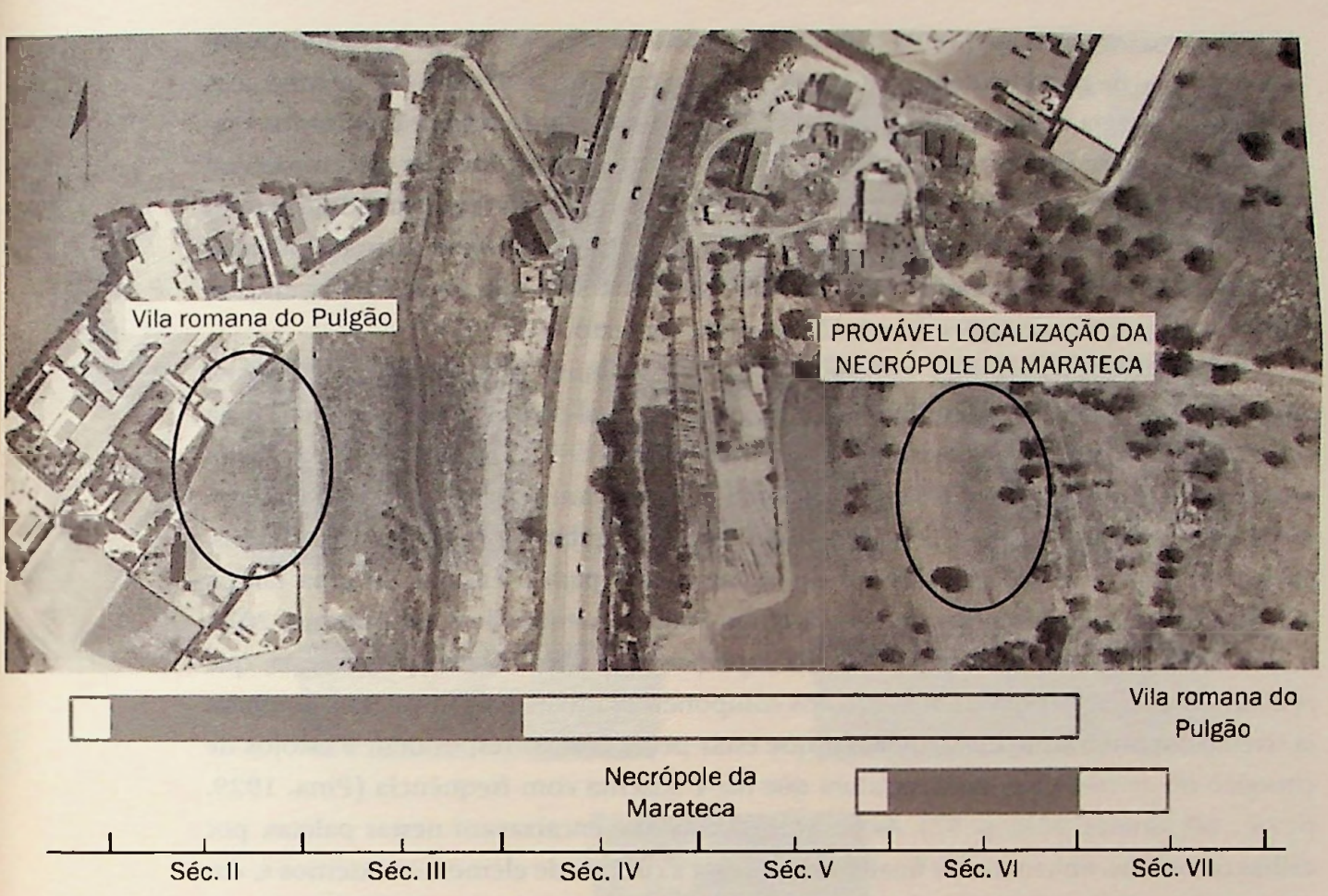


Fig. 213 — Localização da necrópole da Marateca e da vila romana do Pulgão, Lagos (Pereira, 2012-2013, p. 256, Lám. 15).

por vezes, sepulturas já utilizadas. Apesar disso, as presenças bizantinas foram breves no Algarve, além de as frequentes relações com o Oriente e a progressiva adaptação da corte visigoda aos modelos de Bizâncio terem permitido um intercâmbio cultural, nem sempre fácil de distinguir (Ignácio, 2005, p. 89).

A recentemente escavada *villa*, romana e tardo-romana do Pulgão (Teichner et al., 2010), localizada a pouco mais de 300 metros (fig. 213), obriga a ponderar se este espaço funerário correspondeu a um dos seus equipamentos. Não obstante, parece verificar-se um certo desfasamento cronológico entre os dois sítios, que pode desvalorizar esta relação. Ainda assim, apesar de o momento auge de ocupação da *villa* ter sido documentado nos séculos II e III (Teichner et al., 2010, p. 260), os autores admitem uma permanência ocupacional do local até, pelo menos, aos séculos V e VI (*ibidem*, p. 265).

3.14.11. Vale da Lama

Embora o sítio do Vale da Lama (CNS 818) não esteja classificado como necrópole, decidimos inclui-lo neste trabalho. É certo que não existe qualquer informação que indique tratar-se de um qualquer espaço funerário, mas as circunstâncias do achado, a boa conservação dos materiais, assim como a sua excecionalidade obrigam a ponderar tal possibilidade.

Tanto Estácio da Veiga (1910) como Leite de Vasconcelos (1917, p. 129) indicaram esta área como de grande potencial arqueológico. No entanto, nenhuma das informações revelou a existência de contextos funerários. Somente mais tarde seriam divulgados materiais que se pode supor serem provenientes de contextos funerários de época romana (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 136), que, infelizmente, foram detetados quando se procedia à lavra de um terreno (Santos, 1971, p. 393). Ao que se sabe, apenas podemos supor que foram oferecidos ao museu da cidade de Lagos, sem que nenhum dos autores tenha investigado as condições do achado ou o seu contexto.

Os materiais provenientes deste descobrimento fortuito são a base que permite propor tratar-se de um contexto funerário. Somam um total de seis peças, das quais uma corresponde a um lítico e as restantes a peças de bronze. O lítico é semelhante àqueles achados em *Balsa* por Estácio da Veiga, já tratados, e que faziam parte do conjunto material médico ou farmacêutico (fig. 214). Trata-se de peças retangulares, de dimensões variáveis, com os bordos biselados que serviam simultaneamente para o encaixe de uma tampa metálica e para afiar as lâminas de bisturis e outros instrumentos de corte (Gomes, 2010, p. 35). Ostentam, por vezes, depressões na superfície que seria coberta pela tampa, que resultavam do desgaste que a trituração dos componentes medicinais implicava. Também já tivemos oportunidade de argumentar que estas peças não correspondem a estojos de cirurgião ou de medicina, nomenclatura que lhe é adscrita com frequência (Pina, 1929, p. 78 e 80; Gomes, 2010, p. 57). As peças metálicas que encaixavam nestas paletas, por calhas corrediças, tinham como finalidade proteger a *cuticula* de elementos externos e, em casos mais raros (Riha, 1986, p. 44, Abb. 17; ao qual se soma o exemplar balsense), a peça metálica continha uma saliência tubular que servia para concentrar os componentes do medicamento e permitir uma mistura ou trituração mais fácil. A completar estes conjuntos de farmacêutico, estaria o pilão, que poderia ser fabricado em materiais perecíveis ou metálicos (Riha, 1986, Tafel 66, n.º 116 e 117).

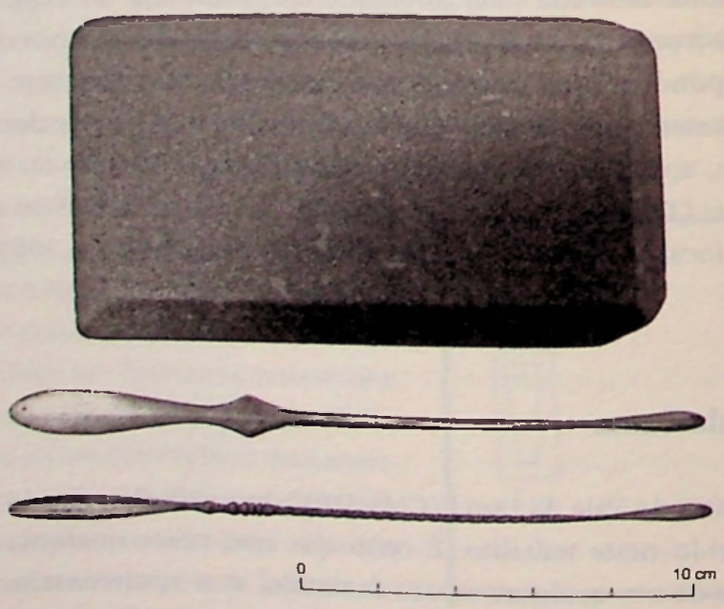


Fig. 214 — Instrumentos de farmacêutico achados no sítio do Vale da Lama, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Fotografia do autor.

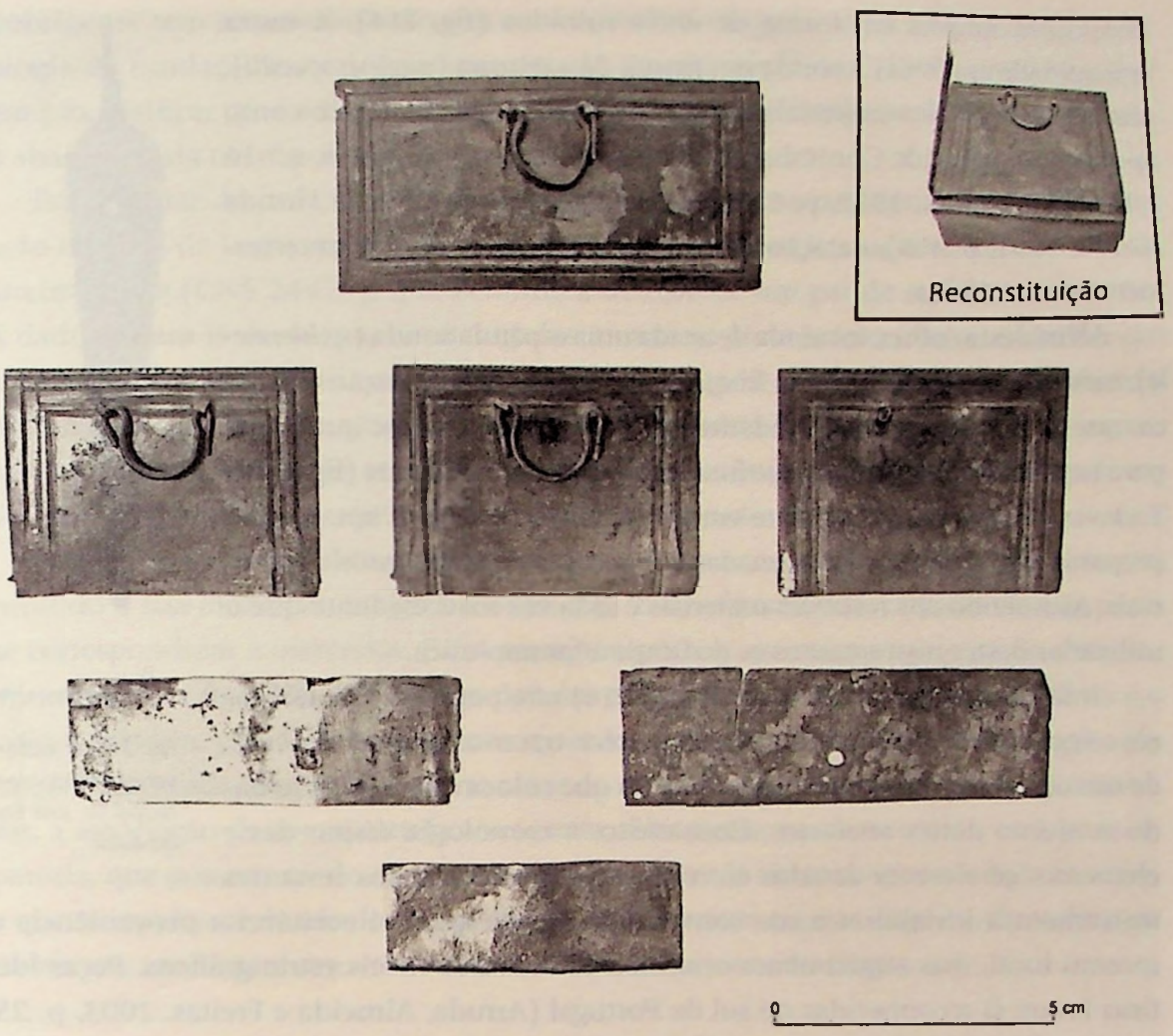


Fig. 215 — Partes de uma caixa de fármacos ou cosméticos do Vale da Lama, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Fotografia do autor.

Não obstante, associado a esta peça estava um contentor que tinha como principal especialização o acondicionamento e transporte de fármacos (fig. 215). Este tipo de artefactos era geralmente de forma paralelepipédica, sendo fabricado em madeira ou metal, e, na maioria das vezes, possuía quatro compartimentos fechados com tampas, em gaveta, e com uma pequena asa. Sobre estas corria outra placa que selava toda a caixa. Este poderá ser o caso do exemplar recolhido no sítio do Vale da Lama, ainda que tenham sido reconhecidas peças similares em clara relação com a cosmética, interpretação possível devido à identificação, no interior, de pequenas barras de sebo coloridas de vermelho e amarelo (Fasold, 1992). Importa referir que o achado destas pequenas caixas seccionadas ocorreu sempre em contextos funerários, como é o caso da sepultura de Nida-Heddernheim, na Alemanha, onde se identificaram as barras de sebo coloridas.

Assim, e tendo em atenção a associação destes dois elementos, é credível a hipótese de estarmos perante mobiliário funerário de um farmacêutico ou de um indivíduo feminino, que se fez sepultar com o seu equipamento de cosmética, possibilidade menos plausível, devido à presença da *cutícula*. Outros materiais foram recolhidos junto destes, o que fortalece a proposta de se tratar de um farmacêutico. Referimo-nos, concretamente, a uma colher sonda (*specillus cyathiscomele*), ovalada e em forma de folha de oliveira, composta por um cabo simples helicoidal, de secção circular, separado da colher por

decorações simples em forma de anéis sulcados (fig. 214). A outra extremidade apresenta a sonda em forma de azeitona (*nucleus specilli*). Uma cronologia alto-imperial parece ser a mais adequada, tendo como apoio os paralelos de Conímbriga (França, 1971, p. 13-15, est. II, n.º 16 e 17; Alarcão et al., 1979, p. 185-187, n.º 269) ou de Cañada Honda (Hibbs, 1991, p. 118), datação que é extensível aos artefactos anteriormente comentados.

Além desta colher, foi ainda detetada uma espátula sonda (*spathomele*), instrumento utilizado com frequência na exploração e unção cirúrgica, que tinha uma das extremidades em forma de azeitona e que servia para explorar e observar, em profundidade, feridas ou fístulas (fig. 214). Todavia, a espátula, geralmente em forma de remo, estava apta para a preparação e aplicação de pomadas sobre a pele e ferimentos superficiais. Atendendo aos restantes materiais é cada vez mais evidente que o utilizador destes instrumentos se dedicaria à farmacêutica.

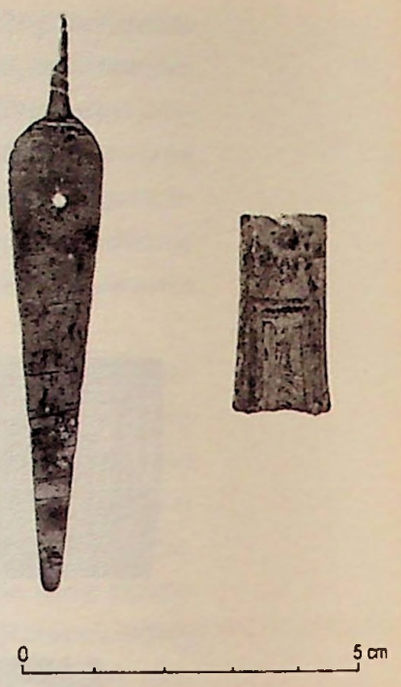


Fig. 216 — Instrumentos indeterminados provenientes do Vale da Lama, Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos. Fotografia do autor.

Infelizmente, os dois restantes (fig. 216) não permitem classificações seguras. No entanto, um destes parece tratar-se, provavelmente, de um espevitador de candil, classificação que coloca em causa o achado conjunto destes artefactos. Com efeito, a cronologia díspar deste elemento, geralmente datados entre os séculos X e XII, e dos restantes instrumentos inviabiliza a sua convivência. Ainda assim é aceitável a proveniência do mesmo local, mas seguramente oriundos de distintos níveis estratigráficos. Peças idênticas foram já reconhecidas no sul de Portugal (Arruda, Almeida e Freitas, 2003, p. 257; Leitão, 2015, p. 128; Catarino, 2017, p. 532).

3.14.12. Lagos e Rua Marreiros Neto

O conhecimento sobre a ocupação romana de Lagos (CNS 2312) tem crescido exponencialmente nas últimas décadas, situação estimulada por um crescente interesse por parte da Câmara Municipal em conhecer e preservar o património concelhio. Foram várias as iniciativas tomadas nesse sentido, que passaram, obrigatoriamente, por trabalhos científicos de longa duração, como aquele que vem sendo realizado no Monte Molião pela equipa da UNIARQ, ou por ações de emergência, minimização de impactos ou conservação em âmbito de obras, que vêm sendo realizados na atual área urbana de Lagos.

Sabemos atualmente que o Monte Molião terá albergado o grosso da população lacobrigense até à viragem do século I para o século II (Arruda et al., 2008, 2010). No entanto, ainda antes deste momento, a população terá começado a trasladar-se para a margem oposta à Ribeira de Bensafrim (Arruda, 2007, p. 39), para a área do atual centro histórico, acabando o Molião por ser completamente abandonado algumas décadas mais tarde.

Na área do atual centro histórico de Lagos têm vindo a ser identificados abundantes vestígios dessa ocupação romana (fig. 217) (Móran, 2006, p. 107), que, ao transferir-se para a nova localização, necessitou de novos equipamentos públicos, nomeadamente espaços de morte. Infelizmente, a contínua ocupação da área onde se localizou a necrópole

lacobrigense tem impossibilitado um conhecimento alargado sobre os seus limites, cronologia de fundação ou número aproximado de enterramentos. Seria interessante, por exemplo, verificar qual a compatibilidade da cronologia de fundação desta necrópole e a do abandono da necrópole do Monte Molião.

Por se tratar do indício mais claro da existência de uma necrópole associada à ocupação romana de Lagos, começamos por abordar a intervenção que teve lugar na Rua de Barreiros Neto (CNS 24425), que permitiu a deteção de um par de sepulturas romanas. Os dados foram já devidamente divulgados e nada se pode acrescentar ao trabalho que permita uma leitura mais clara daquela que foi já avançada. Ainda assim, importa abordar novamente a questão cronológica do mobiliário funerário de uma das sepulturas, com o objetivo de afinar a datação avançada. Com efeito, a proposta cronológica, localizada em dois séculos (Duque et al., 2006, p. 39), parece demasiado alargada.

Embora uma das sepulturas tenha sido detetada em corte, e não tenha, por isso mesmo, permitido a sua escavação integral, a outra (fig. 218) ofereceu um conjunto de três peças que correspondiam a oferendas. Estas peças, um púcaro, uma taça e um jarro de cerâmica comum (*ibidem*, fig. 8, 9 e 10), foram datadas pelos autores entre meados do século II e o século IV (*ibidem*, p. 34). Não obstante, quando analisam, caso a caso, a cronologia que avançam para cada recipiente não vai além do século III, o que parece bastante plausível. Aliás, a associação destes três artefactos aponta, claramente, para este século, excluindo-se, à partida, que possam ser do século II ou IV. Além disso, já tivemos oportunidade de verificar que as sepulturas do século IV, no Algarve, estão frequentemente despidas de mobiliário fúnebre, ou, caso o tenham, este resume-se a um jarro junto do crânio.

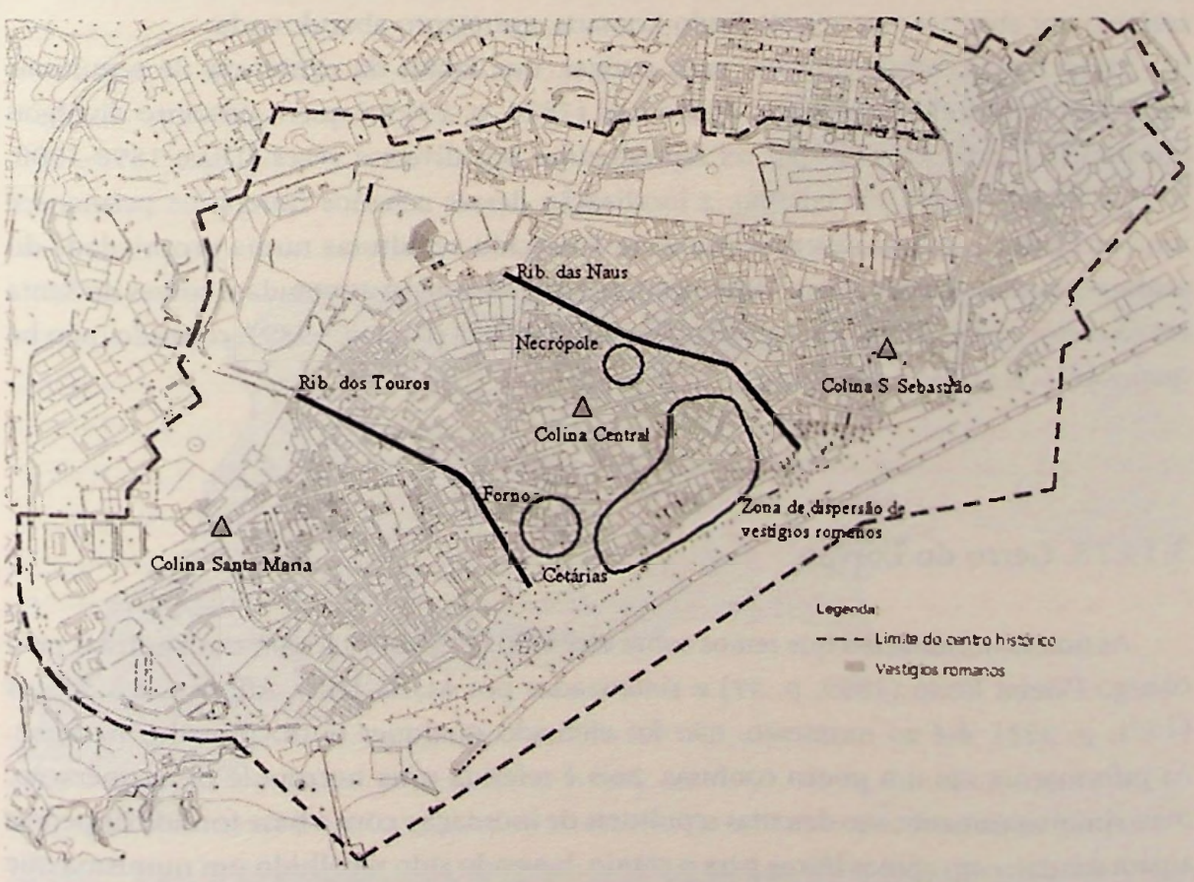


Fig. 217 — Centro histórico de Lagos e a localização dos principais achados romanos (Duque et al., 2006, p. 38, fig. 13).

Ainda assim, deve referir-se que se compreende a datação apontada pelos autores (séculos III ou IV). De facto, o jarrinho, para o qual há um paralelo na necrópole de *Balsa*, estava depositado junto ao crânio do inumado, ritual que aponta para uma cronologia consideravelmente posterior, sendo admissível, também pela própria tipologia da sepultura, avançar uma datação centrada entre o terceiro quartel do século III e o primeiro do século IV, especialmente se tivermos em conta a raridade do rito que representa a colocação do jarro junto à cabeça associado à presença de mobiliário funerário. Geralmente este rito surge sem outros materiais associados ao enterramento, indício de uma cronologia mais tardia, como acontece com as sepulturas da segunda metade do século IV da necrópole da Horta de São Cristóvão.

Fig. 218 — Sepultura escavada na Rua de Barreiros Neto, Lagos (Duque et al., 2006, p. 30, fig. 1).

A localização da necrópole não causa qualquer tipo de inquietação. Estaria localizada nos limites do povoado, e a meia encosta da colina central de Lagos, próxima da Ribeira das Naus. Seria de supor, contudo, que estivesse para lá desta ribeira, como acontece frequentemente com as necrópoles romanas. No entanto, talvez a fundação mais tardia deste espaço funerário justifique este pormenor. A evolução da malha urbana, em época Medieval, acabaria por absorver a necrópole Tardo-Romana, entretanto abandonada.

Há, contudo, outras notícias, mais antigas, que falam da existência de sepulturas romanas na área urbana de Lagos. Pinho Leal (1874, p. 23) foi quem primeiro divulgou tais notícias, acabando estas por ser reproduzidas por diversas vezes (Dias, 1898-1900, p. 172; Passos, 1989). No entanto, a localização desses achados funerários permanece uma incógnita, e apenas sabemos que terão aparecido sepulturas numa propriedade do senhor Lobo de Miranda (Dias, 1898-1900, p. 172). Tem sido apontada a colina de Santa Maria como o local de provável achado destas sepulturas (Passos, 1989), contudo, não há qualquer indício que o corrobore.

3.14.13. Cerro do Lorvão

As únicas informações que temos sobre este sítio (CNS 807) foram transmitidas pelo cónego Pereira Botto (1899, p. 39) e sintetizadas por Maria Luísa Affonso dos Santos (1971, p. 323). Até ao momento, não foi efetuado qualquer outro trabalho na zona. As informações são um pouco confusas, pois é referida uma necrópole de incineração, mas, simultaneamente, são descritas sepulturas de inumação com a base forrada de pedras argamassadas, com apoios líticos para o crânio, havendo sido recolhido um numisma que é datado do reinado de Adriano (*ibidem*).

Estas contradições impedem quaisquer conjeturas sobre este espaço funerário. Somente futuros trabalhos no local poderão esclarecer qual o rito praticado, a tipologia dos enterramentos e a cronologia de utilização do espaço.

3.15. Vila do Bispo

3.15.1. Cerro das Alfarrobeiras/Lomba das Pias

O Cerro das Alfarrobeiras (CNS 1250) situa-se nas imediações da *villa* romana da Boca do Rio (fig. 219), aglomerado ao qual deve corresponder esta necrópole. Estácio da Veiga referiu o aparecimento de abundantes sepulturas neste cerro (1891, p. 177), sem que, contudo, tenha aí explorado alguma. Lembrando, neste contexto, que quando o pioneiro algarvio alcançou a parte mais ocidental do Algarve já não dispunha dos mesmos meios e apoios que possuía quando trabalhou na área oriental e central, baseando, assim, a sua investigação, sobretudo, nas informações das populações locais. Tal situação poderá aplicar-se a esta necrópole, justificando-se assim a inexistência de mobiliário funerário recolhido pelo próprio. Sobre as sepulturas, sabemos apenas que eram de inumação.

Depois de Estácio da Veiga, foi Santos Rocha que transmitiu dados que permitem supor a existência de contextos funerários na Boca do Rio. Aliás, uma das informações mais interessantes do arqueólogo figueirense é a referência a uma canalização que o próprio

Fig. 219 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Vila do Bispo. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

explorou (1896, p. 78) e que se localizava na vertente oeste do cabeço, que está imediatamente ao lado das ruínas. Esta canalização é, para nós, indício claro de que esta *villa*, ou *vicus*, se atendermos à discussão sobre a classificação do sítio (Fabião, 1994; Bernardes, 2008a), esteve equipada com uma pequena barragem ou dique, que, quiçá, estaria localizada na área da Lomba das Pias onde existem linhas de água que descem até ao vale.

Mas ainda que Santos Rocha não tenha escavado qualquer sepultura no local, foi informado de que «na collina que se ergue do lado Oeste também devem encontrar-se vestígios interessantes. Nós fomos informados de que alli tem descoberto sepulturas» (Rocha, 1896, p. 79). Contudo, esta localização parece estar deslocada da que tem sido apontada para a implantação da necrópole da *villa*, pelo menos com a que vem sendo aplicada no Sistema de Informação Endovélico. A localização no Cerro das Alfarrobeiras não parece, portanto, a mais adequada, se tomarmos em consideração as indicações de Santos Rocha. É verdade que foi Estácio da Veiga que forneceu a primitiva referência a sepulturas, precisamente, no Cerro das Alfarrobeiras, mas os topónimos atuais localizam-nas em área distante àquela que Santos Rocha indicou. Assim, ou ambos se referiam ao mesmo local, ou o cerro a oeste das ruínas, Lomba das Pias, foi erradamente denominado por Estácio da Veiga, como Cerro das Alfarrobeiras.

O padrão de implantação das necrópoles rurais romanas algarvias, pelo menos daqueles sítios que permitiram o estabelecimento de uma evolução dos espaços funerários, é contraditório com este afastamento. Por outro lado, a ser correta a existência de uma barragem na Lomba das Pias, então talvez devamos considerar justificado tal afastamento.

Com efeito, as prospeções realizadas durante a década de 80 do século passado (Gomes e Silva, 1987, p. 46 e 47) localizam o sítio nesse cerro, onde foram detetados abundantes vestígios de ocupação romana, nomeadamente de uma necrópole que prontamente foi considerada a necrópole romana da *villa* da Boca do Rio.

Talvez devamos considerar que se trata de dois sítios distintos. O Cerro das Alfarrobeiras foi descoberto durante as prospeções da década de 80 e o sítio referido por Estácio da Veiga e Santos Rocha, e também citado por Abel Viana (1955), mais próximo da *villa* da Boca do Rio, pode corresponder à Ponta de São Lourenço, local também prospetado por Mário Varela Gomes e Carlos Tavares da Silva (1987, p. 56). Esta proposta pode ser reforçada pela intervenção numa sepultura que estava localizada, precisamente, no limite da arriba do cabeço a oeste da *villa* (Duarte, 2003), intervenção de salvamento, da qual resultou a identificação de restos de uma inumação feminina, depositada em decúbito dorsal, com uma orientação oeste-este, e idade à morte superior a trinta anos. A sepultura era constituída por *tegulae* e no seu interior não foi recuperado qualquer espólio, realidade que obriga a ponderar uma cronologia tardia, concretamente de séculos III ou IV.

A estratégia de implantação deste aglomerado parece ser ligeiramente distinta das restantes *villae* litorais localizadas em áreas de superfície consideravelmente mais regular. Efetivamente o núcleo habitacional/industrial está localizado no vale, junto à foz do rio, enquanto as áreas funerárias deverão estar implantadas em cotas mais elevadas. Talvez esta situação resulte do não aproveitamento dessas terras pela sua pouca fertilidade, que, comparadas com os terrenos de vale, exigiam um trabalho consideravelmente mais oneroso.

Recentemente, foi confirmada a existência de uma necrópole no cerro da Lomba das Pias, local onde foi realizada uma intervenção de emergência que permitiu a identificação de estruturas funerárias.

3.15.2. Mirouço

As prospeções realizadas durante a década de 80, de que falámos antes, permitiram ainda identificar uma sepultura no sítio do Mirouço (CNS 714), perto do Monte do Telo (fig. 219). Aí se encontrou um enterramento de inumação, constituído por lajes de calcário (Gomes e Silva, 1987, p. 51). A julgar por estas informações, parece tratar-se de um enterramento tardio, provavelmente posterior ao século IV. Infelizmente, a brevidade das notícias impede uma leitura mais detalhada.

3.15.3. Cabo de São Vicente

Sobre este sítio (CNS 12799), Estácio da Veiga fez referência ao Beliche, onde existiam vestígios de estruturas. No entanto, tudo aponta para que o investigador não se tenha deslocado ao local. Colocou ainda a possibilidade de as estruturas poderem estar relacionadas com as relíquias de São Vicente (1910, p. 210; Santos, 1971, p. 69). Objetivamente, em momento algum foi referida a existência de sepulturas, ainda que a associação deste local com as «relíquias» parece ter originado a ideia de que aí existiam sepulturas.

Já tivemos oportunidade de abordar a temática sobre São Vicente, relembrando apenas que o culto a este bispo acabou por proliferar por todo o Algarve. Não é seguro que os restos mortais deste mártir, padroeiro de Faro e de Lisboa e transladado do Cabo de São Vicente para Lisboa na segunda metade do século XII (Dias, 2003, p. 93-99), fossem efetivamente de tal personagem. Desde logo não deixa de causar alguma estranheza a localização do seu sepulcro, na extremidade ocidental do Algarve.

As problemáticas que envolvem este santo mártir são inúmeras, começando pela elevada profusão da onomástica. Sabemos, contudo, que São Vicente poderá corresponder ao conhecido bispo da diocese do Algarve, com sede em *Ossonoba* (Faro). Assim, a identificação dos seus restos mortais no Cabo de São Vicente, no século XII, são, certamente, um equívoco potenciado pelo topónimo com o mesmo nome ou resultado de uma estratégia com contornos políticos evidentes. Com mais probabilidade, o seu sepulcro deveria localizar-se na área de influência da diocese algarvia.

Não há, de facto, qualquer indício que permita supor que os restos mortais de São Vicente tivessem sido depositados nesse local, e menos ainda que o seu corpo tenha chegado por mar (Gomes e Silva, 1987, p. 25). É sabido que a cultura popular está muitas vezes apoiada em pressupostos sem qualquer suporte factual e temos a responsabilidade de saber separar devidamente as águas. Basta uma análise mais detalhada sobre a cristianização do Algarve para que se entenda que é a partir dos principais núcleos que este se foi propagando.

Ainda assim, é referido que, no ano de 1639, terá aparecido, neste local, uma sepultura de cronologia romana, informação que carece de comprovação arqueológica (Iria, 1941 *apud* Gomes e Silva, 1987, p. 64).

3.16. Aljezur

3.16.1. Cerro das Vinhas

Embora o concelho de Aljezur venha sendo considerado uma área inóspita, que, por isso mesmo, não potenciou a fixação de populações romanas, parece cada vez mais evidente que, em boa verdade, estas terras também deverão ocultar importantes aglomerados rurais desse período (Pereira, 2012c, p. 174-176). De facto, há neste momento dados que permitem admitir que aquele pressuposto deve resultar mais do desinteresse em explorar arqueologicamente determinadas áreas geográficas do que da realidade propriamente dita. Mas a verdade é que um qualquer eventual interesse também não tem sido estimulado por parte das administrações locais. Tudo indica, de facto, que o concelho de Aljezur necessita de um forte investimento na arqueologia romana que passa, obrigatoriamente, por escavações metódicas e rigorosas, que permitam incluir esta região na rede de povoamento romano.

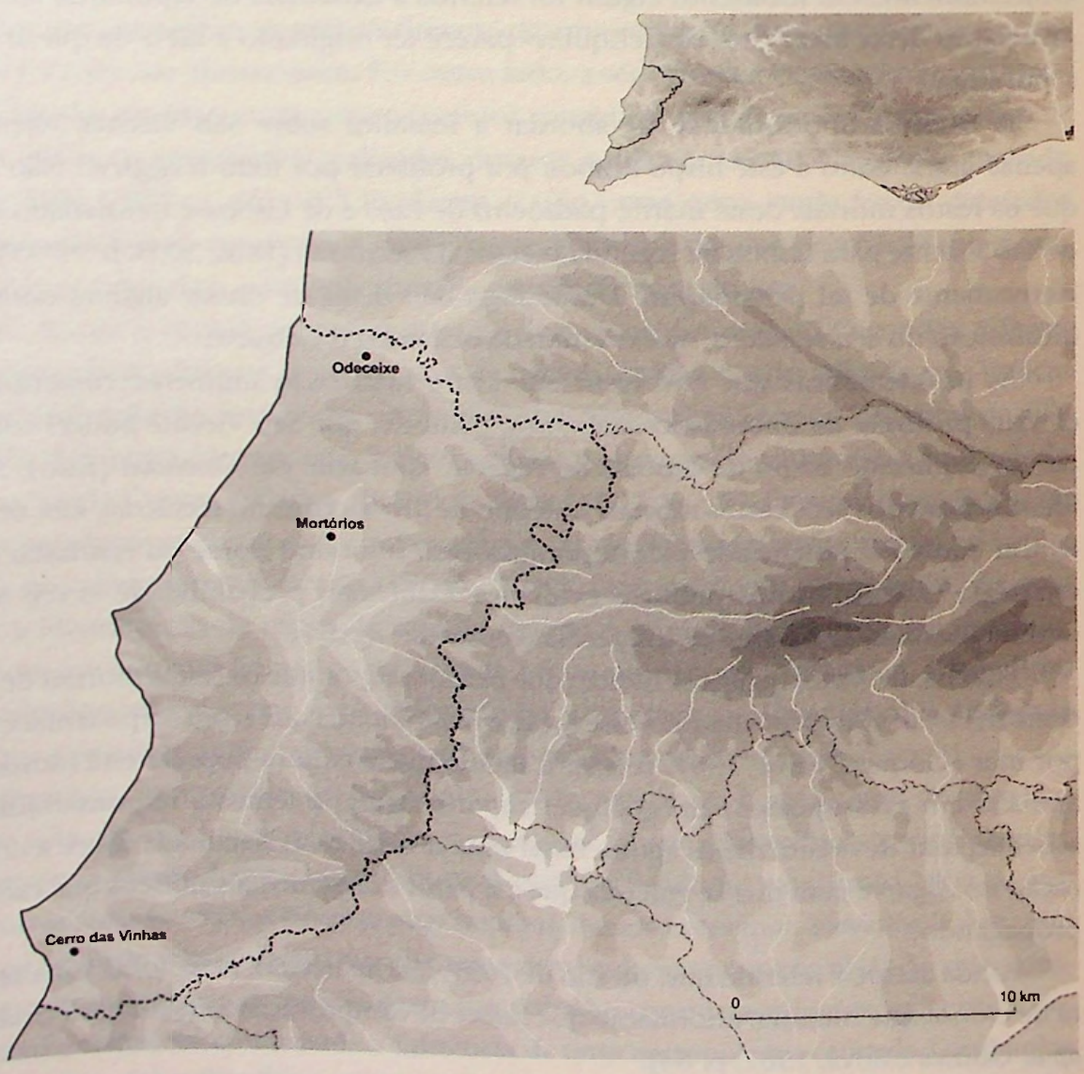


Fig. 220 — Localização das necrópoles romanas no concelho de Vila do Bispo. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

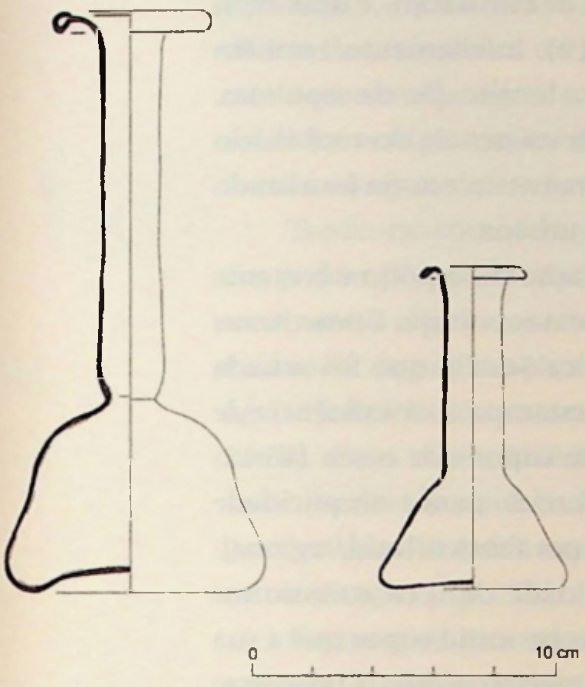


Fig. 221 — Unguentários de vidro provenientes de Cerro das Vinhas, Aljezur. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Desenho do autor.

Se este concelho albergou populações romanas, seguramente que aí também existirão necrópoles (fig. 220). Mas, por ora, apenas possuímos algumas, poucas, notícias sobre possíveis espaços cemiteriais, que evidentemente carecem de comprovação. É o caso do Cerro das Vinhas (CNS 33762), divulgado inicialmente por Maria Luísa Affonso dos Santos, através dos manuscritos do seu bisavó, onde se refere a existência, neste local, de uma necrópole romana, onde foram recolhidos dois unguentários de vidro (fig. 221). Esses materiais estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia e são mencionados por Estácio da Veiga no inventário manuscrito de 1885.

Através da ajuda imprescindível do senhor José Marreiros, tivemos conhecimento de que existiria um local com esse topónimo, próximo da Carrapateira. Apesar de sabermos da existência de um topónimo idêntico no mesmo concelho, o que pode ajudar a desenvolver equívocos, estamos convictos de que o sítio que o arqueólogo algarvio referiu é o por nós prospetado, próximo da Carrapateira. É o facto de, no inventário de 1885 e na fotografia da peça, encomendada por Estácio da Veiga, ser referida a freguesia da Bordeira que permite assegurar tal localização.

Infelizmente, as prospeções que realizámos na área não permitiram identificar quaisquer vestígios da necrópole romana localizada no «Serro das Vinhas» (Pereira, 2011). O próprio Estácio de Veiga não terá escavado no local, tendo sido, aparentemente, a proprietária de um destes terrenos que recolheu as peças e as cedeu ao arqueólogo. Referimo-nos a dois unguentários de vidro das formas Isings 28b e Isings 82A2 (fig. 221), que denunciam uma datação balizada entre meados do século I e o século III. Estes tipos, para os quais já foi alertada a pouca homogeneidade morfológica (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 51), parecem ser mais frequentes na segunda metade do século I e início do século II (Cruz, 2009a, II, p. 209), embora, como avançámos, seja proposto que perdurem até início do século III (Salinas Pleguezuelo, 2003, p. 50).

A inexistência de outras informações sobre o sítio permite apenas adivinhar uma baliza cronológica para as sepulturas onde terão aparecido estes artefactos. No entanto, as prospeções realizadas no âmbito do PNTA, *As Necrópoles Romanas do Algarve – NECROMAL*, permitiram identificar outras realidades arqueológicas na área do Cerro das Vinhas, nomeadamente uma atalaia medieval, que exibe uma localização chave, orientada para a vigília da área circundante, à qual parece estar associada uma possível sepultura, da qual ainda é visível uma pedra em cutelo no terreno, talvez a lápide.

3.16.2. Odeceixe

Tal como acontece com os materiais recolhidos no sítio do Cerro das Vinhas, também em Odeceixe (sem CNS) temos conhecimento de que terá aparecido uma sepultura (fig. 220), no

ano de 1948, que continha uma caçarola de bronze, uma «urna de barro rojo» e dois anéis também de bronze (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 119). Infelizmente, também neste caso se desconhecem outros dados relevantes sobre a exata localização da sepultura, rituais praticados ou arquitetura funerária. Apenas sabemos da existência do mobiliário funerário à guarda do Museu Regional de Lagos e que o enterramento estaria localizado na área dos Malhadais, zona atualmente absorvida pela malha urbana.

Não obstante os poucos dados sobre este achado, a associação do espólio é bastante interessante, uma vez que, supomos, estava depositado na mesma sepultura. Começámos por abordar a caçarola de bronze que é rigorosamente idêntica àquela que foi achada na necrópole da Alcaria (Viana, Ferreira e Formosinho, 1949, estampa I). A existência de dois exemplares análogos e geograficamente próximos permite supor que o seu fabrico deverá ter-se localizado nessa área de influência. Já havíamos alertado para a simplicidade da produção destes artefactos, que pode ser denunciadora de um fabrico local/regional. Porém, o grande inconveniente destas peças reside na dificuldade de lhes atribuirmos uma cronologia. O exemplar da Alcaria, em Monchique, apenas permitiu supor que a sua produção foi posterior ao século IV, quiçá desde o início desse mesmo século. O presente caso, e sobretudo a sua associação na mesma sepultura a outros materiais, possibilita agora outras considerações que afinam a datação destes recipientes.

Infelizmente, desconhece-se o paradeiro da dita urna de pasta vermelha referida pelos autores, mas não representada. É possível que, tal como aconteceu com os materiais da necrópole do Descampadinho, esta peça tenha sido absorvida por outro sítio de maior visibilidade. Mas a verdade é que a sua classificação como urna não deverá ser a correta. Como veremos, estamos perante uma sepultura tardia, e, portanto, uma inumação, que desacredita a funcionalidade daquele vaso enquanto urna.

Dos dois anéis referidos, os autores apenas conseguiram um, ficando o outro na posse de um particular, que supomos ser quem explorou a sepultura no ano de 1948. No entanto, também não é fácil determinar qual é o anel que apareceu nesta sepultura, tendo como apoio apenas a publicação dos autores. É indicado claramente o anel da figura 4, número 3 (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 115, fig. 4), anel que está como proveniente do sítio do Monte do Cágado, que tratámos no quadro da dita necrópole. Na mesma figura existe outro anel, que permaneceu sem qualquer referência. Assim, ou o anel sem referência é o proveniente da sepultura de Odeceixe, ou devemos admitir que as referências dos autores são as corretas e o anel que vem sendo reconhecido como um achado das sepulturas do Monte do Cágado é, com efeito, originário do sepulcro deste sítio. Em qualquer caso, trata-se de adereços seguramente posteriores ao século V, embora não possamos especificar a sua datação.

Assim, a caçarola, também denominada sertã, será igualmente posterior a esse momento, aliás, como o próprio Fernando de Almeida havia já considerado (1962, p. 236, fig. 327).

3.16.3. Mortórios ou Arregata e Moledos

A área do Vidigal é um exemplo claro da potencialidade arqueológica que o concelho de Aljezur apresenta no que diz respeito à ocupação romana do extremo ocidente

peninsular. Nesta área, a dispersão de materiais é abundantíssima (Pereira, 2012c), evidência de uma densa, ou pelo menos extensa, ocupação romana no local. Sobre o Vidigal não nos estenderemos aqui, pois tivemos já oportunidade de tecer algumas palavras sobre os vestígios aí existentes, onde se salientou que o local poderá ter sido ocupado entre a viragem da era e o século V (*ibidem*, p. 173).

Tendo em consideração a implantação do local e os recursos disponíveis na envolvência, parece provável tratar-se de uma *villae* romana, que, como tantas outras no território atualmente algarvio, seria o epicentro da propriedade. Não devemos ainda esquecer a existência de explorações mineiras romanas muito próximas deste local (Pereira, 2012c, fig. 13). Referimo-nos ao sítio da Arregata (CNS 576) e também ao Vidigal (CNS 570 e 7520). Com efeito, Estácio da Veiga assinalou na sua carta arqueológica esta área, precisamente devido ao achado de vestígios de explorações mineiras (Veiga, 1905, p. 109). É possível admitir que a exploração desta *villa* romana se centrasse quer na agricultura, quer na mineração (fig. 222).

Como qualquer aglomerado populacional, seja urbano seja rural, nas imediações deveria existir um espaço dedicado aos finados. Em local incerto, entre Montinhos e a Arregata (fig. 220), contíguo ao local de recolha dos materiais já publicados do Vidigal, há relatos de proprietários que afirmam ter casualmente levantado *tegulae* enquanto procediam à lavra dos terrenos para plantação de vinha. Mais afirmam que quando removiam as ditas peças, sob estas encontravam materiais mais finos e aquilo que pareciam ser ossadas. São sobejamente conhecidas as típicas sepulturas romanas em telhado de duas águas que acomodavam o cadáver no interior.

Fig. 222 — O sítio romano do Vidigal e os vestígios romanos em redor (Pereira, 2012c).

Na sede da ADPHA (Associação para a Defesa do Património Histórico de Aljezur) está, com efeito, depositado um pequeno conjunto de materiais que certificam a possibilidade de, nesta área, se encontrar uma necrópole romana. Trata-se de um conjunto de *tegulae*, duas completas, e ainda dois fragmentos de vidros deformados pela ação do fogo (fig. 223), realidade facilmente explicada pela sua deposição em sepulturas de incineração.

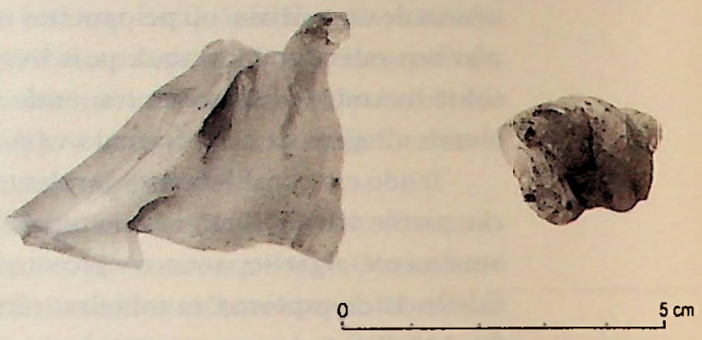


Fig. 223 — Vidros deformados por ação do fogo provenientes do sítio de Mortórios, Aljezur. Associação para a Defesa do Património Histórico de Aljezur. Fotografia do autor.

Há ainda notícia de idêntica realidade no sítio de Moledos (CNS 18607), onde também se achou uma sepultura. Não é segura a cronologia romana deste enterramento. Contudo, este topónimo está muito próximo do sítio de Mortórios, pelo que acreditamos que poder-se-á tratar da mesma necrópole e não de dois espaços distintos.

Está comprovado que no sítio do Vidigal deverá ter existido uma importante ocupação romana, não havendo, de momento, outros argumentos que atestem as propostas já avançadas (Pereira, 2012c). Para que o conhecimento se amplie é necessário efetuar trabalhos arqueológicos metódicos, no local, de modo a obter dados que só os vestígios subtérreos permitem oferecer.

IV. Reflexões finais e propostas para o futuro

4.1. As necrópoles do extremo sul da Lusitânia como centros de consumo

Expostos os dados das necrópoles romanas conhecidas, até ao momento, no sul da província da Lusitânia, devemos começar por salientar que os elementos disponíveis sobre elas são consideravelmente desiguais. Por outro lado, é também notório o escasso investimento científico que lhes tem sido dedicado. De algum modo, estas situações estão relacionadas entre si, sendo, portanto, possível responsabilizá-las pelo fraco grau de conhecimento que possuímos sobre a arqueologia da morte em época romana, nesta periferia ocidental do Império Romano.

Estácio da Veiga representou uma viragem importante no entendimento da arqueologia em Portugal, pelo menos no que à arqueologia clássica diz respeito, e, como na maioria de trabalhos realizados para esta área geográfica, a ele devemos a quase totalidade das notícias e dos trabalhos arqueológicos realizados em espaços funerários romanos. Embora na sua época esses trabalhos tenham sido, em Portugal, inovadores, quer na perspetiva quer nas metodologias, a verdade é que hoje se mostram insuficientes para o entendimento claro e preciso dos vestígios e da evolução das áreas cemiteriais no extremo ocidente, assim como para a compreensão da atitude perante a morte, que se esconde por detrás dos dados arqueológicos.

A necrópole norte de *Balsa* corresponde, de facto, a um caso paradigmático desta situação. Dela está disponível um abundantíssimo conjunto de materiais, que proporcionou uma análise bastante demorada e detalhada concretizada neste trabalho. Mas a ausência de contextos e o desconhecimento sobre as associações de espólio, e destes aos rituais praticados ou à planta da necrópole, limitam, de forma incontornável, as análises possíveis.

Teixeira de Aragão, Santos Rocha, Leite de Vasconcelos, Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira deram também o seu contributo para a arqueologia da morte de época romana no Algarve, mas estas estimulantes atividades, realizadas no final do século XIX e primeira metade do século XX, foram seguidas por um pertinaz silêncio, apenas quebrado pontualmente por trabalhos realizados em âmbito de intervenções de emergência. Embora alguns (poucos) destes últimos tivessem evoluído para investigações mais detalhadas, como é o caso do Cerro da Vila, o estado do conhecimento sobre a grande maioria é, ainda assim, muito limitado. Esperamos, sinceramente, que outros investigadores tenham acesso às informações e aos dados que resultaram desses trabalhos, para que possam vir a ser tratados, analisados e publicados como merecem.

Nos anos 90 do século passado e na primeira década do atual, o desenvolvimento da construção fez crescer o investimento na arqueologia da morte, em período Romano. Mas, tratou-se, quase sempre, de trabalhos efetuados em contexto de emergência ou de

minimizações de impactos de obra, que, frequentemente, se limitaram aos trabalhos de campo e à elaboração do respetivo relatório, não decorrendo, pois, de projetos de investigação que tivessem como objetivo o estudo dos dados recuperados. Se é verdade que atualmente os trabalhos de campo estão limitados pela conjuntura de crise, também é certo que essa ausência oferece tempo para tratar e gerir toda a informação disponível.

Daí que pareça ter chegado o momento de conseguir, para o mundo funerário romano do Algarve, um estado de conhecimento semelhante ao que foi conquistado para o *ager cordubensis* pelo grupo de investigação da Universidade de Córdoba, encabeçado por Desidério Vaquerizo Gil, equipa que concretizou um trabalho hercúleo a vários níveis. Ainda que possamos reconhecer que se trata de um projeto difícil, já que seria necessário não só um considerável esforço financeiro, mas também a constituição de uma equipa interdisciplinar, não temos dúvidas que os resultados valeriam o esforço.

Neste sentido, reiteramos o desejo de que o presente trabalho, com todas as limitações contextuais que lhe foram impostas à partida, possa ser o início de um projeto mais vasto sobre os espaços romanos da morte no Algarve. Lembramos que algumas das conclusões conseguidas, nomeadamente as que se relacionam com a cristianização do extremo ocidente, levantam muitas outras questões que carecem de resposta e que reiteram a necessidade de intensificar a investigação. Mas parece evidente que um projeto dessa natureza e dimensão obriga a que se corrijam muitos dos erros metodológicos nos registos e interpretação de contextos funerários. E, por isso mesmo, faço minhas as palavras de Vaquerizo Gil quando afirma:

> «[...] porque excavar no es sólo retirar tierra: excavar es hacer interpretación histórica, y ésta brilla por su ausencia en buena parte de las intervenciones arqueológicas practicadas [...], a pesar de las enormes inversiones económicas que se han realizado en su subsuelo estas últimas décadas» (2010, p. 279).

A diversidade das informações arqueológicas sobre os sítios algarvios resulta de realidades distintas e, infelizmente, foram poucos os casos em que pudemos conciliar a totalidade da informação. A necrópole norte de *Ossonoba* (Largo de 25 de Abril), por exemplo, está em fase de publicação, não tendo sido, portanto, possível aceder aos dados e aos respetivos contextos. Para a Horta de São Cristóvão, não pudemos integrar o estudo antropológico. Para os restantes sítios, a grande maioria, vimo-nos limitados a uma mera análise das escassas notícias existentes e ao estudo dos materiais provenientes de sepulturas romanas, das quais a informação disponível era escassa.

O grande objetivo deste trabalho passou, obrigatoriamente, pela construção da paisagem funerária urbana, suburbana e rural do extremo ocidente do Império Romano. No entanto, e tendo em consideração as condicionantes que foram impostas, devemos questionar sobre o sucesso absoluto desse objetivo, desde logo porque o conhecimento sobre os arqueossítios é sempre parcial. Além disso, lembramos que o estado da arte permanece, ainda e no final deste trabalho, insuficiente, não espelhando, de forma minimamente fiável, o panorama funerário algarvio. Por esse motivo, insistimos, se justifica um projeto que permita aprofundar o conhecimento sobre as necrópoles romanas do Algarve.

Embora possa existir um padrão, não devemos assumir que todas as necrópoles romanas da área analisada sejam, em tudo, idênticas. Ficou bem comprovado pelos estudos

cordubenses que cada cidade, cada *villa* ou cada *vicus* apresenta uma forma distinta de planificar os espaços da morte, apresentando áreas de crescimento distintas, rituais e formas arquitetónicas diferentes (subterrâneas ou superficiais), diverso mobiliário fúnebre, diferente momento de transição do rito de incineração para a inumação (aliás, no Algarve nota-se especialmente essa diferença entre os contextos urbanos e suburbanos), distintos momentos de cristianização.

Não devemos ainda esquecer que a época romana representa a introdução de novas formas de ostentação pública na morte e, mais concretamente, novos cenários funerários. Não obstante, estas inovações devem ser entendidas sob dois prismas completamente distintos: por um lado, a introdução de novos conceitos e práticas funerárias, por outro, a adoção de práticas e rituais preexistentes, que resultaram numa visibilidade distinta. Esta diferença resulta da idiossincrasia entre indígenas e colonos romanos, particularmente observável durante o período Romano-Republicano e alto-imperial, culminado, como dizíamos, em distintas manifestações funerárias. Destacamos a componente púnica sobre a qual se vem debatendo (Escacena, 2001; Vaquerizo, 2006, 2012), que tem utilizado a necrópole de Carmona como expoente máximo desta miscigenação (García-Gelabert, 2006). Embora abordemos este assunto, o atual conhecimento sobre as necrópoles algarvias não permite assumir ou descartar esta realidade, especialmente se considerarmos que esta área foi, desde cedo, destino de gentes exógenas.

Se não podemos assegurar a existência de vestígios que corroborem a miscigenação entre colonos e indígenas, como acontece em outras áreas do império (García Matamala, 2002, 2002-2003; García Matamala e Líebana Mármol, 2006), até porque não se conhece a localização das necrópoles romanas-republicanas, podemos confirmar que o extremo ocidente do império também foi o destino de escravos gregos, como aliás o estudo da epigrafia funerária desta região já tinha evidenciado (Encarnação, 1984a). Porém, também algum do mobiliário fúnebre permitiu atestar a presença de escravos com essa origem. Referimo-nos especificamente à lucerna proveniente de uma das sepulturas da necrópole do Guelhim, firmada com os carateres Πίρεἰμου, porque, se corresponder a uma produção local/regional, atesta a presença de indivíduos gregos na *villa* romana do Milreu. Em todo o caso, creio que a simples presença de uma lucerna deste tipo e com esta marca (rara) em um enterramento da necrópole, que supostamente terá pertencido aos serviçais da *villa*, é argumento suficiente para supor tratar-se de um indivíduo de origem grega, muito possivelmente um escravo ou um liberto.

* * * *

Antes de abordarmos a topografia funerária romana do Algarve devemos efetuar uma análise detalhada sobre a arquitetura funerária (*vide* anexos) e sobre o mobiliário fúnebre nesses contextos (*vide* anexos), tomando em consideração a edificação destes equipamentos públicos, ou privados, e o consumo dos materiais necessários para o *funus*. Reiteramos que esta análise se apoia, sobretudo, nos sítios que foram recentemente intervencionados, ou sobre os quais o volume de informação era suficientemente grande para permitir leituras mais amplas. Note-se que muitos dos sítios que foram tratados neste trabalho não

foram considerados nos parágrafos conclusivos, na medida em que a sua inclusão não acrescentaria qualquer dado novo, podendo mesmo ser um estorvo ao entendimento da evolução dos espaços funerários.

A arquitetura funerária romana não estava apenas representada em positivo, ou seja, acima do nível do solo. Era maioritariamente no subsolo que os cadáveres eram acomodados, envolvidos, quase sempre, por estruturas diversas. Da mesma forma que os rituais praticados durante o *funus* eram manifestações de poder e diferenciação social, as estruturas subtérreas também têm sido entendidas como indicadores de distinção social e cultural. É certo que essa distinção é particularmente visível durante o Alto-Império, mas também é verdade que, na Tardo-Antiguidade, essa diferenciação pode conduzir a resultados adulterados, quiçá mesmo desacertados. A partir do século III, especialmente nos *suburbia*, as comunidades que habitavam no Algarve preocuparam-se, cada vez mais, com a simplicidade na morte, tanto no que respeita ao mobiliário funerário, como no que se refere às estruturas construídas. Nas cidades, o panorama alto-imperial de ostentação parece ter permanecido durante mais tempo, protagonizado pelas elites que teimavam em continuar a usar as práticas tradicionais.

Infelizmente, estamos impossibilitados de efetuar qualquer tabela tipológica sobre as estruturas funerárias subtérreas, no que se refere às incinerações. O conhecimento sobre as cerca de duas dezenas de necrópoles que devem ter contido enterramentos de incineração apoia-se em meras informações fornecidas aos arqueólogos e «exploradores» pelos proprietários dos terrenos, ou é proveniente de intervenções antigas, das quais chegaram a nós apenas parcos apontamentos. Ainda assim sabemos que a maioria dessas sepulturas deveria tratar-se de simples covachos abertos no solo, onde eram depositadas as urnas juntamente com o mobiliário funerário. Esta tipologia ficou especialmente comprovada na necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, onde, além disso, Santos Rocha pôde pronunciar-se acerca da incineração *in situ*, ou em *ustrinum*, dos cadáveres, temática que já tivemos ocasião de tratar (Arruda e Pereira, 2012, p. 136), e que deverá passar pela existência de duas realidades distintas: enterramentos de incineração primários (*Busta* e sepultura no mesmo local), da qual temos exemplos (Jiménez Sancho e Tabales Rodríguez, 2003), e enterramentos de incineração secundários (apenas se identifica a sepultura porque a incineração decorreu em local distinto). Refiram-se ainda as sepulturas de incineração detetadas na intervenção do Largo de 25 de Abril, em Faro, que, segundo os autores (Teichner et al., 2007), correspondiam a simples manchas de cinzas depositadas também em covacho, aqui sem que tenham sido introduzidas em urna. Não obstante, há indícios da existência de necrópoles com construções de caixas retangulares, formadas por *tegulae* ou alvenaria, para a colocação da urna cinerária. Referimo-nos às informações que foram compiladas por Mascarenhas sobre a necrópole da Alfanxia (1974, p. 12 e 13) e também às estruturas representadas na planta da necrópole de Torre d'Ares. Infelizmente, sobre as sepulturas de incineração de *Balsa* as notas e apontamentos de Estácio não são suficientes para avançar com as tipologias dos sepulcros, para além dos dois representados em desenho, correspondentes a estruturas quadrangulares construídas em alvenaria ou tijolos (Santos, 1971, p. 235 e 236), e que poderão corresponder aos tipos 35, 36 e 51 da tipologia de Vaquerizo Gil (2002a).

Devemos ter em consideração que a provavelmente rápida introdução do rito de inumação, que requeria dados mais evidentes sobre o momento dessa transição, pode justificar a escassez de sepulturas de incineração e, consequentemente, o impedimento na hora de

estabelecer uma tabela tipológica para as estruturas funerárias. Lembramos a necrópole da Horta de São Cristóvão, que, a partir do final do século II, não contém nenhuma sepultura de incineração. Com efeito, é a partir desse momento que temos um maior conhecimento sobre as estruturas subtérreas que envolveram os cadáveres, numa primeira fase construídas, quase exclusivamente, por *tegulae* ou em fossas simples sem qualquer cobertura, mas que, rapidamente começaram a englobar outros materiais. Neste sentido, nem sempre é claro se algumas destas estruturas, nomeadamente as coberturas em telhado de duas águas formadas por *tegulae* justapostas, ficariam ou não a descoberto à superfície do solo cemiterial. Tendo em consideração os achados algarvios, concretamente a recentemente escavada necrópole da Horta de São Cristóvão (necrópole do Amendoal), é possível admitir que essa situação não se verifica, principalmente porque não existe qualquer diferença de cota entre a colocação do cadáver e a base onde assentavam as *tegulae*, além de as extremidades não estarem, na maior parte das sepulturas, seladas com outros materiais. Ainda assim, devemos reconhecer que a tipologia de estruturas tumulares é, ainda, bastante preliminar. Para as estruturas em positivo, aquelas que se desenvolviam acima da superfície, nem sequer arriscamos o estabelecimento de uma tipologia. De facto, apenas a epigrafia e alguns, poucos, mausoléus permitem antever algumas realidades funerárias.

No seguimento do que referíamos, e tendo como apoio as tipologias e estudos que vêm sendo efetuados para a área cordubense, limitamo-nos apenas a avançar uma muito incompleta tipologia das sepulturas romanas algarvias de inumação, que deverá ser atualizada, à medida que se obtiverem mais dados concretos e fiáveis. Refira-se ainda que a tipologia que de seguida apresentamos inclui também as estruturas das necrópoles urbanas de *Balsa* e *Ossonoba*, representadas pelo pioneiro tavirense Estácio da Veiga. A ele devemos o primeiro esboço de uma tipologia das estruturas funerárias romanas do Algarve, tipologia que agora acrescentamos e atualizamos, esperando que no futuro possa vir a ser devidamente completada. A importância da constante atualização e revisão desta tipologia passa pela impossibilidade de, no momento atual, atribuir um âmbito cronológico seguro a cada um dos tipos definidos. Naturalmente que o momento de utilização das estruturas pode e deve ser comparado com outras áreas do império (Abásolo Álvarez, 2002), especialmente das áreas meridional da Hispânia e central da Lusitânia, mas deve ser balizado tomando em conta os dados algarvios. Lembramos que, apesar da aparente homogeneidade cronológica e ritual das práticas funerárias romanas, com frequência esses dados variam entre distintas áreas do império, o que pode ter sido potenciado pelas preexistências indígenas. É o caso, por exemplo, das urnas pintadas em bandas utilizadas para conter as cinzas do cadáver e que foram utilizadas na área cordubense ainda durante todo o século I (Vaquerizo Gil, 2002b, p. 156). No Algarve temos o exemplo lacobrigense de uma urna deste tipo.

Assim, até ao momento, foi possível distinguir vinte tipos distintos de sepulturas romanas de inumação no Algarve, que dividimos entre enterramentos depositados em fossa simples, em caixa revestida por diversos materiais e enterramentos infantis (*vide* anexos). No primeiro caso, o corpo está sempre depositado diretamente sobre a terra e, na maior parte das situações, estava coberto por distintos materiais, enquanto nos restantes está sempre envolvido por estruturas, embora também possa estar diretamente depositado sobre a terra. Optou-se ainda por separar os poucos enterramentos infantis dos restantes, atendendo ao facto de aqueles permitirem algumas leituras diversas.

Os enterramentos em fossa simples são constituídos por nove variantes, distintas entre si pela forma e tipo de cobertura. Desde logo é evidente que um dos tipos mais comuns é o dos enterramentos em fossa simples (tipo 83 de Vaquerizo Gil, 2002a), cobertos apenas com os sedimentos resultantes da abertura da sepultura, motivo que dificulta consideravelmente a sua identificação. Estas estruturas podem ser encontradas na maioria das necrópoles romanas algarvias, tanto no Alto-Império como durante a Antiguidade Tardia.

Igualmente habitual é a sepultura aberta em fossa simples, onde o corpo era depositado sobre a terra e coberto com *tegulae* justapostas verticalmente, que formavam um telhado de duas águas (tipos 92 e 116 de Vaquerizo Gil, 2002a). É possível admitir que este tipo é mais abundante do que o anterior, pois, apesar da sua simplicidade, permitia a aplicação de materiais de fácil acesso, que adornavam a estrutura subterrea, além de a sepultura assumir a forma de uma casa (Gee, 2008; Wallace-Hadrill, 2008), lembrando muitas das urnas cinerárias que pretendiam representar a morada do defunto. No Algarve, este tipo está presente desde os primeiros enterramentos inumados até, pelo menos, ao início do século V, momento em que alguns tipos «clássicos» parecem ser abandonados. Com efeito, a maioria das necrópoles algarvias foram testemunho da utilização deste tipo de cobertura, nomeadamente em Faro, Lagos, Olhão, Tavira, destacando-se os 28 casos da necrópole da Horta de São Cristóvão, num universo de quase 70 sepulturas. Assim, 40 % das sepulturas deste espaço funerário utilizavam esta técnica. Infelizmente, o mesmo exercício não pode ser concretizado para as restantes necrópoles, ou porque se trata de intervenções antigas, ou porque os dados de recentes intervenções estão atualmente em fase de publicação. Ainda assim, a planta da intervenção de Estácio da Veiga no Bairro do Colégio, em Faro, indica claramente que das 38 sepulturas representadas, 31 correspondem a este tipo.

Sobre este tipo, refira-se ainda que a sua profusão estimulou a existência de abundantes sepulturas coletivas e/ou sobrepostas. Com efeito, decidimos separar um destes casos como testemunho de uma prática que deveria ser comum e que atesta a importância e respeito por estes espaços. Comprova também que a maioria das sepulturas estaria seguramente sinalizada à superfície, seja com simples colos de ânforas, como ficou provado em Córdoba (Vaquerizo Gil, 2002b, p. 162), ou com outros materiais perecíveis ou não perecíveis. Na necrópole da Horta de São Cristóvão foi possível registar uma sepultura coletiva e sobreposta. Algum tempo depois de ser sepultado o primeiro cadáver, a sepultura foi reaberta para que se procedesse ao sepultamento dos restos de dois outros indivíduos. Aguardamos o resultado do relatório antropológico da intervenção, mas podemos intuir que o primeiro cadáver deverá ter pertencido a um varonil, enquanto os superiores, separados apenas por alguns fragmentos de ânforas, deveriam corresponder a um indivíduo do sexo feminino e a um adolescente.

Igualmente comum é o enterramento do cadáver em fossa simples, com uma cobertura horizontal composta exclusivamente por *tegulae* (tipo 88 de Vaquerizo Gil, 2002a), mas que, em alguns casos, pode apresentar uma dupla fiada destes artefactos (tipo 112 de Vaquerizo Gil, 2002a), ou ainda uma cobertura combinada de *tegulae* e pedras (Mesa Romero et al., 2003, p. 1192). Seguramente que esta técnica é contemporânea da cobertura em telhado de duas águas e gozou do mesmo sucesso que aquele tipo. Chamamos novamente os dados da necrópole da Horta de São Cristóvão à colação, já que comprovam o seu sucesso. Com efeito, foram registadas 13 sepulturas que ostentavam esta cobertura,

portanto, 18,5 % do total das escavadas. Seguramente que o momento de utilização desta necrópole correspondeu ao apogeu destes tipos de estruturas tumulares, sendo a soma de ambos correspondente a mais de metade das sepulturas detetadas. Aliás, a contemporaneidade destas coberturas é corroborada em Córdova, onde se verifica a utilização simultânea das duas na mesma sepultura (tipo 119 de Vaquerizo Gil, 2002a), cobertura vertical sobreposta à cobertura horizontal, que também está presente no Algarve.

Seguramente mais tardias são as sepulturas abertas em fossa simples e com coberturas efetuadas por grandes blocos pétreos. Infelizmente, desconhecemos qual será a distribuição real deste tipo de estruturas detetada unicamente na necrópole antes mencionada. Não obstante, é possível intuir que se trata de estruturas utilizadas a partir do século IV, momento de que foi possível datar a sepultura do subúrbio ossonobense, mas que se mantiveram em utilização, de forma mais ou menos constante, durante toda a Antiguidade Tardia.

Atípica é uma das sepulturas da mesma necrópole, que combina o uso da pedra e da cerâmica na sua construção. Trata-se de uma sepultura em fossa simples, com a base forrada por blocos de pedra e uma cobertura combinada de tijolos de tipos *sesquipedalis* ou *bipedalis* (Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 1999, p. 300), também documentados na necrópole de Eliocroca, Lorca (Martínez Rodríguez, 1989-1990), formando um telhado de duas águas, e um bloco de pedra colocado sobre os pés do cadáver. Esta combinação de diferentes materiais na mesma cobertura é bastante rara, contrariamente às coberturas de diferentes materiais que se sobrepõem. Tanto os tijolos como a laje de pedra estavam colocados diretamente sobre o cadáver, tendo o elevado peso do monólito sobre os pés intensificado o esmagamento dessa parte anatómica aprisionada. A sua presença pode ter um qualquer significado simbólico, que, contudo, é, por ora, difícil de interpretar. Pudemos constatar a presença de uma sepultura da mesma tipologia em território valenciano, sepultura 2 de El Pinar, que apenas se diferencia por os tijolos terem sido substituídos por *tegulae*, mas para a qual o autor não adianta qualquer interpretação (González Villaescusa, 2001, p. 313).

As sepulturas realizadas com *tegulae*, formando uma caixa subterrânea, apenas foram documentadas por Estácio da Veiga na intervenção efetuada no Bairro do Colégio, parte da necrópole urbana de *Ossonoba*. Aí, detetou um total de cinco enterramentos acomodados em sepultura forrada por *tegulae*, segundo as indicações deixadas em planta e posteriormente publicadas pela sua descendente (Santos, 1971). É possível supor que também este tipo é contemporâneo das restantes sepulturas que utilizam o mesmo material, que acabaram por ser gradualmente substituídas pelas de caixa, construídas primeiro com tijolos e, mais tarde, com lajes.

De facto, as sepulturas em caixa de tijolos são consideravelmente mais abundantes do que as de caixa de *tegulae*. A sua dispersão inclui a maioria dos espaços da morte algarvios e estão documentadas nas necrópoles de *Balsa*, *Ossonoba*, Lagos, Horta de São Cristóvão e Morgado de Dona Menga. Seguramente que outros sítios, como Loulé Velho, Cerro da Vila, necrópole oriental de *Balsa* e Pedras d'el Rei, foram testemunho da construção deste tipo de sepulturas. Contudo, de momento apenas se pode assegurar a sua presença naqueles locais.

A sua construção era bastante simples, resumindo-se à elevação de muretes de tijolo em redor da sepultura, mas fornecia uma considerável solidez e monumentalidade ao

sepulcro. A cobertura destas estruturas é bastante variável, argumento que sustém a sua amplitude temporal. Talvez não seja descabido pensar que estas novas construções se constituíram como uma solução para a substituição da *tegula*, que vinha caindo em desuso, pelo *imbrex*, e que imitava os sarcófagos. De facto, deverão ter sido utilizadas desde o século III, tendo sido documentadas nas intervenções da Rua de D. João de Castro e das Alcaçarias, e ainda na necrópole norte ossonobense, até, pelo menos, ao século VI. Ainda assim, nota-se uma tendência para a presença destes sepulcros em necrópoles urbanas ou suburbanas. No mundo rural, parecem ser mais tardias, além de não terem alcançado o mesmo sucesso (Rodríguez Sanchéz, 2006). Neste contexto, parece importante ter em consideração dois importantes fatores. Por um lado, o âmbito cronoespacial que influencia fortemente a utilização e o conhecimento desta estrutura. Por outro, o recurso a matéria-prima natural parece ser maior em sítios rurais, especialmente em momento posterior ao século V ou VI, o que terá sido estimulado pela sua abundância e proximidade.

As mais antigas sepulturas que recorreram a estas edificações estão identificadas, precisamente, nas necrópoles urbanas de *Balsa* e *Ossonoba*, com coberturas em *tegula* formando telhado de duas águas ou horizontal. Sobre as estruturas tumulares de Monte Molião (*Laccobriga*?), segundo os relatos de Joaquim Nunes (1899, p. 817; 1900), esta tipologia também aí estaria presente (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, p. 282), além das sepulturas em fossa simples com as mesmas coberturas. Esta antiguidade, para além de estar comprovada pela utilização de coberturas que são utilizadas desde o século II em enterramentos de fossa simples, está também demonstrada pelo mobiliário funerário associado que foi possível recolher nas sepulturas escavadas por Abel Viana na Rua de D. João de Castro (1951) e por Teresa Gamito na Rua das Alcaçarias (1992), em Faro, e que denuncia a sua utilização a partir, pelo menos, do século III.

As sepulturas construídas com a mesma técnica, mas que gozavam de coberturas efetuadas com recurso a outros materiais, nomeadamente simples cobertura de terra ou de argamassa e pedras de pequena e média dimensão, presentes na necrópole da Horta de São Cristóvão, parecem ser datáveis do século IV, portanto, posteriores às verificadas na necrópole urbana da principal cidade do sul da Lusitânia. Já vimos como esta diferença pode ser resultado da dicotomia entre campo/cidade, podendo, contudo, ser também resultado do elevado desconhecimento que ainda temos sobre os espaços da morte romanos no Algarve. Por ora, apenas colocamos algumas possibilidades, que no futuro podem, ou não, ser alvo de reformulação.

Seguramente mais tardias deverão ser as sepulturas em caixa de tijolo que foram seladas com grandes lajes de pedra. Já referimos que este tipo de cobertura começou a ser utilizado de forma gradual a partir do século IV, tendo como momento de apogeu os séculos VI e VII. Algumas das necrópoles romanas do Algarve contribuíram com dados para tornar esta hipótese muito provável, concretamente a necrópole norte de *Ossonoba*, a necrópole norte de *Balsa*, a necrópole da Marateca, a do Morgado de Dona Menga, a da Retorta, a de Chaiças II, a do Poço Partido ou a do Monte do Cágado. Mais uma vez, as mais antigas serão, seguramente, as que foram reconhecidas em áreas funerárias urbanas.

Este fenómeno levanta, contudo, uma questão de difícil resposta: porque é que se deixou de recorrer a materiais de construção e se favoreceu a utilização de matéria-prima natural? Não é fácil obter uma resposta satisfatória para esta questão, nem se deverá procurar uma única causa para esta situação. De momento, consideramos que duas

possibilidades estão sobre a mesa: a simplicidade que o cristianismo tanto apregoava; o retraimento «industrial» que se verificou neste momento. Recordemos, a título de exemplo, que, a partir do século V, a produção cerâmica se reduz consideravelmente, ganhando cada vez mais destaque o fabrico de cerâmicas manuais.

Resta ainda abordar um tipo de sepultura, também em caixa de tijolo, igualmente selada com lajes de pedra. Não obstante, o tipo de tijolo utilizado é distinto. A maioria das sepulturas foi construída com tijolo de tipo *lydion* (Femández Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 1999), mais pequeno. No entanto, na edificação de algumas sepulturas era utilizado outro tipo, de maior dimensão, quase do tamanho de *tegulae*, colocado em cutelo. Referimo-nos aos tipos *sesquipedalis* ou *bipedalis* já aludidos (*ibidem*). Uma sepultura deste tipo foi identificada na necrópole da Horta de São Cristóvão e deveria corresponder ao enterramento de um adolescente, efetuado durante o século IV.

Por fim falamos das sepulturas construídas exclusivamente por grandes lajes de pedra, formando uma caixa retangular, seladas pelo mesmo material. São notavelmente abundantes em território algarvio, estando presentes em sítios como Marateca, Horta e Moinhos, Retorta, Monte do Cágado e Mirouço, e oferecem contextos tardios posteriores ao século IV. Porém, a ruralidade da maioria destes espaços funerários e o fácil acesso à matéria-prima permitem admitir que alguns sepulcros possam ser ligeiramente anteriores, como acontece com a sepultura de Hortas e Moinhos. Ainda assim, não é demais relembrar que os dados sobre as necrópoles romanas do Algarve são muitas vezes deficitários e, por vezes, até contraditórios.

Sobre a visibilidade dos enterramentos romanos à superfície ou delimitação das áreas cemiteriais nada se pode acrescentar ao estado da arte. Além dos monólitos com epitáfios funerários (aras, árulas, estelas, *cupae, tabulae*...), podemos supor que outras técnicas eram utilizadas na marcação das sepulturas, como deverá ser o caso de ânforas (pode existir um caso em Faro), montículos de pedras (por sinal documentado no Morgado de Dona Menga), construções várias (Rodríguez Gutiérrez e Rodríguez Azogue, 2003, p. 160, fig. 6) ou sinalizações efetuadas com materiais perecíveis. É mesmo admissível que tenham existido epígrafes funerárias de madeira, menos dispendiosas e, assim, mais acessíveis às comunidades mais pobres. Claro que os Mausoléus, muitos ostentando estátuas dos próprios defuntos (Liverani, 1999; Melchior Gil, 2006), eram o expoente máximo da ostentação e da visibilidade do sepulcro, realidade que abordaremos mais adiante.

Sobre as inumações, resta ainda abordar os enterramentos infantis. Seguramente que a variedade tipológica das estruturas subtérreas será bem mais ampla do que aquela que pudemos observar. Contudo, as poucas variações constatadas nas necrópoles do sul da Lusitânia deixam antever um panorama consideravelmente complexo, divisível por diferentes fachas etárias. Naturalmente que aqui deveremos ter em consideração a idade à morte, que pode indiciar diferentes realidades, especialmente no caso de mortes infantis anteriores ao *ius pontificium* (sensivelmente 40 dias após a nascença, momento a partir do qual passavam a ser considerados cidadão romanos).

Antes de mais, deve referir-se que estes dados se apoiam sobretudo na recentemente escavada necrópole de São Cristóvão (também conhecida como necrópole do Amendoal, a *villa* romana próxima). No entanto, é possível que as esperadas publicações, quer da intervenção efetuada no Largo de 25 de Abril, em Faro, quer das necrópoles do Cerro da Vila, venham a acrescentar novos dados sobre os enterramentos infantis. Infelizmente, os

restantes sítios não permitiram corroborar as considerações que de seguida se aventuram, além dos casos pontuais que referiremos.

Os casos mais difíceis de detetar são, sem dúvida alguma, os cadáveres de recém-nascidos ou de nados-mortos, independentemente do tratamento a que foram sujeitos. Da sua estrutura óssea, ainda em formação, em parte correspondente a simples cartilagens, conserva-se geralmente uma pequena percentagem. A esta dificuldade soma-se o facto de muitos destes indivíduos não receberem qualquer tratamento funerário, uma vez que, correspondendo frequentemente a nados-mortos ou a abortos, eram descartados e atirados para lixeiras, fenómeno fomentado pela inexistência de leis que protegessem os recém-nascidos. Temos conhecimento de alguns enterramentos de recém-nascidos/nados-mortos, mas estes deveriam constituir uma exceção, e o seu sepultamento no interior das cidades dependia da consideração que os progenitores, ou seus protetores, teriam por eles.

Apesar de o índice de mortalidade à nascença ser consideravelmente elevado na época romana, tal facto não se reflete no registo arqueológico. No Algarve, não foi, até ao momento, detetado qualquer enterramento infantil no interior do espaço urbano, o que pode ser interpretado pela sua difícil deteção, dada a má conservação deste tipo de cadáver. Em *Balsa* a documentação é omissa sobre tal situação e *Ossonoba* também não há dela registo. As recentes intervenções em Monte Molião (*Laccobriga*?) permitiram a descoberta de recém-nascidos descartados nas lixeiras, mas esses contextos são, por ora, todos pré-romanos.

Outra realidade, quiçá mais tardia, é a do sepultamento dos recém-nascidos/nados-mortos juntamente com as respetivas progenitoras. São, não obstante, casos excecionais, que não terão sido frequentes nas necrópoles romanas. Na necrópole da Horta de São Cristóvão foi detetada uma sepultura do século IV, que, além de conter o cadáver de um indivíduo feminino adulto, incluía um outro infantil, muito mal conservado. Ainda que a datação da sepultura aponte para uma realidade tardia, é aceitável que este seja um fenómeno transversal a todo o período romano, e mesmo posterior. Não podemos perder de vista, por outro lado, a relativa excecionalidade do acontecimento (morte conjunta do progenitor e do recém-nascido), que, ainda assim, quando ocorria, dava origem a uma simplificação do *funus*, com um único *locus sepulchralis*.

Outras necrópoles forneceram já situações idênticas aplicadas, inclusive, a crianças de idades mais avançadas, destacando-se, neste caso, a necrópole de *Astigi* (Tinoco Muñoz, 2004, 2005), onde foi detetada uma sepultura coletiva (enterramento 62) com restos de três indivíduos (um masculino, um feminino e um outro de dois ou três anos). Fica provado que as crianças enterradas juntamente com as respetivas mães não são apenas recém-nascidos falecidos ou nados-mortos (Tinoco, 2005, p. 477; Vaquerizo Gil, 2010, p. 62-70), ainda que não deixe de causar estranheza a coincidência da morte de crianças com idades avançadas ou pré-adolescentes e da sua respetiva progenitora, o que obriga a refletir sobre os motivos que potenciaram estas mortes em simultâneo.

O tratamento de cadáveres de indivíduos infantis já regidos pelo *ius pontificium*, portanto considerados cidadãos, muda substancialmente quando comparado com os de recém-nascidos. A percentagem daqueles nas necrópoles romanas é mais elevada, da mesma forma que é mais alto o seu sepultamento desvinculado de adultos (embora, como vimos, continuem a existir). De facto, parece mais comum a morte de crianças desfavorecidas desassociada da morte simultânea da sua progenitora. Aliás, essa é a realidade

documentada na necrópole da Horta de São Cristóvão, onde foi identificado apenas um único caso de enterramento coletivo de um pré-adolescente com a respetiva progenitora. Desconhecemos as circunstâncias concretas da morte sincrónica paralela, provocada ou natural, sabendo-se apenas que foi antecedida pela morte do provável elemento masculino da família (*pater familia*).

Ainda que tenhamos poucos exemplos de sepulturas infantis é possível verificar a existência de, pelo menos, três tipos distintos de inumações. Desde logo o mais comum é o enterramento em ânforas, contentor de fácil acesso e com as dimensões adequadas para servir de ataúde a crianças de pouca idade. Este tipo de enterramentos em ânfora está apenas documentado em *Ossonoba* (na necrópole norte da cidade e na necrópole da Horta de São Cristóvão) e no Cerro da Vila (Matos, 1985), tendo sido talvez promovido pela disseminação de centros oleiros na área, como é o caso de São João da Venda ou Quinta do Lago (Fabião e Arruda, 1990; Arruda e Fabião 1990). Não é demais repetir que o enterramento em ânfora implica a introdução do cadáver no interior do recipiente, correspondendo sempre a enterramentos infantis e geralmente localizados na área meridional hispânica (Serrano Ramos, Baldomero Navarro e Martín Ruiz, 1993; Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 1999; Barbosa e Aldana, 2006; Bueno Serrano e Blanco Jiménez, 2010; Córdoba Alonso e Belizó, 2010; López Domínguez, Castilla Reyes e Haro Ordóñez, 2006; López Domínguez, Castilla Reyes e Haro Ordóñez, 2005).

Os enterramentos com cobertura de ânfora, ou de ânforas, é uma realidade completamente distinta. Nestes casos, estas poderiam estar fraturadas, servindo os fragmentos para cobrir o cadáver, como também acontece na Horta de São Cristóvão, ou podiam ser colocadas inteiras sobre o corpo, como foi documentado na necrópole da Torrinha, em Almada (Assis e Barbosa, 2008, Dias, 2013).

Somos de opinião que esta distinção deve ser obrigatoriamente feita. Ao contrário do que se possa pensar, os enterramentos de adultos em ânforas não são assim tão comuns (Almeida, 2009, p. 93), sendo inexistentes na parte ocidental do império. A prática do rito em indivíduos adultos não parece, de facto, estar documentada, uma vez que, por vezes se fala genericamente de enterramentos em ânforas, sem que seja explicado se são realmente no interior das ditas, ou se estas, ou parte delas, tapariam o corpo (Corrado, 1993, p. 102 e 103).

Os enterramentos infantis em ânfora, portanto no interior do contentor, foram detetados na necrópole dos arredores de Faro. Aí foram reconhecidos quatro sepultamentos deste tipo, que datámos entre o último quartel do século III e a primeira metade do seguinte. No entanto, devemos reconhecer que os dados existentes até ao momento da área meridional hispânica obrigam a considerar a sua prática desde o século I, como se comprovou em Cádis (Sibón Olano et al., 2007; Gómez Femández e Sibón Olano, 2010), apesar de serem mais comuns entre meados do século III e a centúria seguinte (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel, 1999, p. 228 e 229), facto evidenciado em sítios como Huelva (Amo y de la Hera, 1976), Cádis (Alarcón Castellano, 1998; Martí Solano, 1993) ou Ampúrias (Martín Almagro Bach, 1955), muitos deles associados a *figlinae* (Fernández Rodríguez et al., 2009; Sáez Romero e Díaz Rodríguez, 2010). Desconhecemos, por enquanto, qual a datação atribuível aos enterramentos infantis em ânfora do Cerro da Vila. Sobre esses dados, os relatórios das escavações na necrópole são omissos e o estudo monográfico sobre os espaços da morte da *villa* está ainda em curso.

Além desta técnica, outras foram reconhecidas, nomeadamente a utilização de argamassas de revestimento para forrar o túmulo diretamente na terra (sepultura 18 da necrópole de São Cristóvão), formando uma pequena caixa onde foi depositado o cadáver, sem qualquer espólio. Não sabemos se esta seria uma prática comum. Contudo, a deposição do cadáver em baús de madeira de idêntico tamanho, que eram depois sepultados nas necrópoles, foi usual. Este ritual ficou comprovado na necrópole do Monte Molião, onde, além de se ter constatado a presença de todos os elementos da arca funerária (incluindo um espelho de fechadura), a eles estava associada uma *bulla*, realidade idêntica à constatada no Polígono de Poniente, em Córdoba (Morena López, 1994, p. 160 e 161, láms. 1 e 2).

Outras estruturas destinadas à deposição de cadáveres de crianças estão documentadas por toda a Península Ibérica. Contudo, até ao momento, não foram ainda identificadas nas necrópoles romanas do Algarve.

Mais uma vez, estas práticas mudam consoante a idade e tamanho dos falecidos. Por este motivo, os pré-adolescentes e adolescentes eram já depositados em estruturas semelhantes à dos adultos, mas de menores dimensões. As estruturas seguem, portanto, a tipologia das dos adultos.

Como se pode constatar, a variedade tipológica das estruturas subterrâneas funerárias romanas no Algarve é ainda muito elementar, principalmente se for comparada com a que foi elaborada pela equipa da Universidade de Córdova. Tal facto pode decorrer do desinteresse pela temática, mas deriva, especialmente, da inexistência de intervenções recentes que tenham como objetivo aprofundar o conhecimento do mundo funerário romano nesta área do império. A nossa contribuição resulta, portanto, do estudo das intervenções antigas e contemporâneas, sendo estas resultado das leis de proteção do património arqueológico e que se focam, na maior parte dos casos, exclusivamente na escavação e elaboração do respetivo relatório.

* * * *

A monumentalização dos espaços funerários romanos que vem sendo verificada para outras áreas da Hispânia não pôde, infelizmente, ser comprovada com a mesma intensidade nas necrópoles algarvias. Os dados que vêm contribuindo para este fenómeno são provenientes, principalmente, de necrópoles urbanas e já aludimos às problemáticas que impedem a sua constatação neste tipo de contextos no extremo sul da Lusitânia. Ainda assim, alguns mausoléus foram já detetados, curiosamente, distribuídos pelas principais *villae* dispersas em redor da cidade de *Ossonoba*, num raio não muito superior a 10 quilómetros. Quinta de Marim, Milreu e Cerro da Vila são, até ao momento, os únicos sítios onde foram atestados Mausoléus romanos altoimperiais, que, apesar da sua adscrição rural, devemos considerar como exemplos da monumentalização das áreas funerárias urbanas, reproduzida no campo. Com efeito, as principais *villae* algarvias não parecem ser aquelas que estão imediatamente localizadas em redor das cidades, concretamente de *Ossonoba*. Estas parecem estar sobretudo relacionadas com atividades produtivas de bens essenciais com que se abastecia a principal cidade litoral do sul, situação que, aliás, permaneceu

até há bem pouco tempo e que determinou a denominação dessas áreas como «hortas de Faro». Essas explorações devem ter sido maioritariamente agrícolas, mas a produção de preparados de peixe e dos seus contentores está também atestada. Esta situação não é incomum, da mesma forma que não é novidade que, em áreas mais afastadas, se tivessem construído grandes *villae* de proprietários influentes que as exploraram, também do ponto de vista agrícola, mas que, em muitos casos, correspondiam a uma segunda residência que lhe permitia sair com frequência da cidade. Não pretendemos, contudo, desvalorizar as atividades destas *villae*, nem negar que eram também uma fonte de abastecimento de produtos alimentares para a urbe, facto aliás bem atestado nestas *villae* (Diogo, 2001; Teichner, 2001, 2005; Chavarría Arnau, 2006; Bernardes, 2008b).

Mas por ser verdade que as *villae* romanas corresponderam a uma extensão da própria cidade no campo (Bernardes, 2005a, p. 35), estas replicaram muito do que se passava nas cidades. E, também na morte, os grandes proprietários destas *villae* pretendiam mimetizar as práticas da cidade, elevando, por vezes, ao seu expoente máximo, a ostentação do seu poder económico e social, construindo edifícios funerários monumentais. Já tivemos oportunidade de abordar esta temática, juntamente com outros colegas, quando nos pronunciámos acerca dos mausoléus romanos da *villa* de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013). As *villae* algarvias não foram alheias a esta monumentalização dos espaços da morte. No entanto, é uma monumentalização ligeiramente distinta daquela que vem sendo verificada nos sítios urbanos (Ruiz Osuna, 2009). Naquelas, estes monumentos foram construídos *ex novo*, próximos da área residencial. Significa, portanto, que foram edificados num espaço que, inicialmente, não tinha essa função, e que permaneceu desvinculado de qualquer necrópole. São *locus sepulchralis* únicos que funcionaram durante um longo período de tempo e que pretenderam assumidamente marcar uma separação das necrópoles comuns. Nas cidades, e embora também se possa admitir que esta separação tenha existido em certos casos, os Mausoléus estão geralmente inseridos nas necrópoles, ainda que em áreas distintas das sepulturas comuns, mas formando com elas um único espaço funerário.

A tipologia destes edifícios funerários, pelo menos daqueles que conhecemos, não é muito variada, nem demonstra uma influência exógena evidente, motivo que poderia auferir uma maior antiguidade a estes monumentos. Aliás, e como seria de esperar, os únicos edifícios identificados espelham uma clara influência itálica, e são ou em forma de templo (Milreu e Cerro da Vila), ou turriformes (Quinta de Marim e Cerro da Vila). Os edifícios funerários de «tipo torre» apresentam, em todo o Mediterrâneo, um vasto repertório, possuindo características muito diversas entres si e até funcionalidades diferenciadas, embora fossem sempre comemorativos ou simbólicos (Heras Mora e Olmedo Gragera, 2010, p. 50). Certo é que todos apresentam um espetro monumental e desenvolvimento vertical. Não é de estranhar a frequente associação desta arquitetura a uma origem oriental (Martínez Prados, 2008, 2010, p. 46), mas que acabaria por se adaptar ao conceito arquitetónico romano. No entanto, a partir do século II, é extremamente difícil reconhecer nestas edificações quaisquer traços de uma influência não itálica, facto que nos obrigou a ter em consideração a tipologia destes monumentos turriformes, provavelmente em forma de edícula, como se verifica na maioria das estruturas funerárias de Roma, Pompeia ou Herculano (Van Andringa e Lepetz, 2006a). Tanto Toynbee (1993, p. 136) como Hesberg (1994, p. 92) consideram que são estes os monumentos que lograram mais sucesso nas

províncias periféricas do império, especialmente na parte oriental, onde se conservavam as elevadas estruturas funerárias de Dura Europos e Palmira, geralmente datadas dos séculos I e II, e cuja origem continua a não encontrar consenso entre os diferentes autores (Ruiz Osuna, 2009, p. 288). Insistimos que a norma itálica corresponde a estruturas de desenvolvimento vertical, imitando as aras funerárias monolíticas (Beltrán Fortes, 1990; Vidal Teruel e Campos Carrasco, 2006; Haro Ordóñez, López Domínguez e Castilla Reyes, 2010), imitação essa que também se poderia encontrar na pira cinerária.

Por sua vez, os mausoléus em forma de templo deverão corresponder aos monumentos itálicos por excelência (Gros, 2001, p. 449, concentrando-se o investimento e a atenção na fachada principal. Encontram abundantes paralelos nas províncias hispânicas durante o século II, cronologia que, no caso das *villae* romanas do Algarve, arrasta consigo uma questão de dificílima resposta. Efetivamente, como vimos, a maioria destes edifícios oferece uma cronologia que ronda o século II. No entanto, esta datação contrasta de forma clara com a das fundações das *villae*, geralmente colocadas cronologicamente um século antes, desfasamento que também foi constatado na *villa* romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares, 2013). Não temos quaisquer argumentos factíveis que justifiquem este fenómeno, mas pode intuir-se que os primitivos proprietários destas *villae* preferissem sepultar-se nas cidades, núcleos onde, nessa fase, ainda deveriam residir a maior parte do tempo e onde deveriam estar sepultados os seus antepassados. Somente mais tarde veem as suas propriedades como um local adequado para se fazer sepultar e, simultaneamente, para ostentar mais livremente o seu poder e influência. Reiteramos, contudo, que não há, até ao momento, qualquer dado que apoie esta hipótese. A inexistência de monumentalidade funerária nestas *villae* antes do início do século II pode, também, ser resultado do sepultamento dos proprietários em sepulcros semelhantes aos restantes. Por esta ordem de ideias, não é improvável que essas sepulturas possam estar sob estes mausoléus, facto que terá determinado a localização destes últimos.

Não é, de facto, fácil atribuir uma baliza temporal de utilização a estes edifícios, até porque a cronologia que vem sendo proposta baseia-se, na maior parte dos casos, na arquitetura. Já vimos que a sua construção não é coincidente com a fundação das *villae* onde foram identificados. Estes dados permitem, pelo menos, intuir que não foram utilizados pelo primitivo proprietário, mas, talvez, pelo seu descendente. No entanto, saber quem foi o seu último utilizador torna-se ainda mais complexo. É admissível pensar que deverão ter funcionado por um longo período de tempo, até porque, se fossem destinados apenas a uma *gens*, a acumulação funérea seria menor. A violação dos contextos internos destes monumentos, que se mantiveram visíveis durante muito tempo, aliciou a sua exploração, seguramente em busca de tesouros, destruindo os contextos internos e revolvendo as ferramentas datantes.

Outro dado importante a ter em consideração é a existência, nestas *villae*, de áreas que recebiam a restante comunidade, tratando-se, nestes casos, de necrópoles que, até ao século II, deixam transparecer uma extrema simplicidade, com mobiliários funerários bastante humildes, e que se destinariam à população serva ou liberta, como foi proposto por Estácio da Veiga. A partir do século III, a ausência de mobiliário fúnebre generalizou-se, à exceção, claro está, dos contextos urbanos.

Registe-se também a realização de diferentes rituais de tratamento do cadáver nestas distintas áreas funerárias da *villa*. Sabemos que, a partir do século III, o rito da inumação

se vulgarizou, lembrando-se, neste contexto, que um dos mausoléus de Milreu construído neste momento estava destinado a inumações. Contudo, enquanto os mausoléus altoimperiais recebiam as urnas cinerárias dos proprietários, as necrópoles acomodavam os cadáveres inumados dos seus trabalhadores. Tal situação terá ocorrido, pelo menos, até ao final do século II, desconhecendo-se, contudo, se o rito de inumação se verificava nestas últimas necrópoles desde a sua fundação, que deverá ser coeva, ou ligeiramente mais tardia, do que a da *villa*. Da intervenção da necrópole do Guelhim, não resultaram dados suficientemente claros que permitam abordar este fenómeno. Apenas pudemos constatar, através do estudo dos materiais, que a necrópole terá recebido os primeiros cadáveres a partir do início do século II, e que estes foram inumados. Desconhecemos, portanto, se esta realidade é extensível ao século imediatamente anterior. Talvez a necrópole do Cerro da Vila possa dar o seu contributo para o esclarecimento desta questão.

* * *

As necrópoles romanas do Algarve não eram apenas espaços de acumulação cadavérica. Seguramente que eram áreas dinâmicas que estimulavam o consumo de bens e produtos, quer da região quer forâneos.

Desconhecemos se neste extremo do império existiam as «empresas» especializadas nas atividades fúnebres. Certamente que no campo tal não se deveria verificar. Contudo, as cidades eram espaços onde a mortalidade deveria ser alta e onde estas «empresas» poderiam, portanto, proliferar. Independentemente da sua existência, as necrópoles deveriam ser espaços que consumiam materiais de todos os tipos. Os de construção eram bastante requeridos para a elaboração das sepulturas, principalmente as *tegulae*. No Algarve, foram, por excelência, escolhidas para a utilização funerária e deveriam ser consumidas em uma escala considerável. Lembre-se que os materiais possivelmente fabricados em Portimões (Pereira, 1974-1977), se disseminaram por todo o Algarve, como o atesta a necrópole da Horta de São Cristóvão. Efetivamente, Estácio da Veiga havia alertado para o facto de em Portimões existirem abundantes vestígios de indústria oleira de época romana, e, como vimos, é neste local onde se supõe terem sido produzidos os artefactos firmados por IVNIORVM, AEMHEL, PARAHLI e PARDALI (*ibidem*), aos quais somámos as fórmulas IVNIOR e PARALI. Mais problemática é a origem da marca de G. *Aemili Scriboni*, da qual apenas se conhece um exemplar recolhido na Boca do Rio e dois na necrópole da Horta de São Cristóvão.

Independentemente da localização de cada um destes oleiros, não parece errado pensarmos numa dinâmica bastante considerável de movimentação destes materiais. Note-se que são peças consideravelmente pesadas, o que não impediu o seu transporte em larga escala. De facto, as fórmulas dos oleiros *Iuniorum*, *Aemhel* e *Parali* ou *Pardali* demonstram uma disseminação que podemos assumir extensível a todo o território algarvio. No entanto, o sucesso destes oleiros face ao *Scriboni* pode resultar da especialização do último em materiais de construção, enquanto os restantes também produziam ânforas nas suas olarias. Por outro lado, não é impossível admitir que a raridade de peças firmadas por *Scriboni* possa ser indício de importações.

Além dos materiais necessários à construção das estruturas funerárias subtérreas, estes eram também necessários à construção de muitos dos memoriais e edifícios funerários que ficaram a descoberto à superfície e que pretendiam dignificar o defunto e ostentar o poder da *gens*. Infelizmente, sobre estas estruturas conhece-se muito pouco, resumindo-se aos mausoléus, de que já falámos, e aos memoriais funerários que conservaram, no epitáfio, o nome do defunto. Sobre estes últimos importa relembrar a riqueza tipológica destes monumentos, a sua diversidade decorativa (Encarnação, 1984a, p. 841 e 842), com pormenores decorativos ou epigráficos que remetem claramente para fabrico local ou regional. José de Encarnação já referiu muitos destes detalhes (1984a, p. 827-840), que, aliados à origem autóctone da matéria-prima (*ibidem*, p. 821), reforçam a ideia de que deveriam existir oficinas destinadas à produção destes monumentos, que estariam já pré-preparados. Quando requisitados pelos familiares do finado, apenas lhes acrescentavam o campo epigrafado. Na maioria dos casos, a aquisição deveria obrigar à visualização prévia do objeto a adquirir, de forma a tornar percetível se corresponderia ao valor acordado. É igualmente possível que estas oficinas não estivessem dedicadas exclusivamente aos memoriais funerários, nem que estes fossem produzidos unicamente em pedra.

O consumo de bens e produtos nas necrópoles não estava limitado aos materiais de construção. As cerâmicas, os vidros, os artefactos metálicos e os alimentos, destinados não apenas aos rituais de sepultamento, mas também aos banquetes funerários, libações e outras cerimónias comemorativas, terão sido os mais consumidos nestes espaços, sobretudo durante o Alto-Império. Embora os contextos dos espaços funerários romanos do Algarve estejam, na maioria dos sítios, ausentes, foi possível perceber que o mobiliário funerário evoluiu ao longo da época romana (*vide* anexos), sendo também evidente a preferência por certos materiais em detrimento de outros. Claro que este fenómeno é mais complexo durante o Alto-Império, momento durante o qual a deposição de produtos junto do cadáver se fez sentir de forma constante, ainda que, no caso em estudo, não tenha sido possível estabelecer quais foram os modelos de mobiliário depositado em cada sepultura, nem perceber se existiu o que vem sendo definido como «ajuar-tipo» (Vargas Cantos, 2002). Infelizmente, no Algarve apenas pudemos notar uma preferência por uns materiais em detrimento de outros, ou falar de um consumo preferencial de determinadas formas.

O século I representou o momento de maior ostentação fúnebre. A família do finado tinha à sua disposição várias ferramentas (velório, procissão fúnebre, incineração, sepultamento, banquetes funerários) que lhe permitia dar visibilidade ao poder da *gens* e também às cerimónias do *funus*. O rito de incineração, que necessitava de um maior período de tempo para a sua concretização, obrigava a um esforço económico considerável, ao qual nem todos tinham acesso. É também durante este período que mais se investe no mobiliário.

No Algarve, foi durante as dinastias Júlio-Cláudia e Flávia que se verificou a maior variedade em termos de espólio, tanto de classes, como de formas. Saliente-se, contudo, que esta situação está talvez potenciada pelo facto de se tratar, maioritariamente, de contextos urbanos, onde a visibilidade funerária e a ostentação social eram muito mais evidentes, até porque era nas cidades que existia maior quantidade de público, sem o qual a exibição não fazia sentido. Embora não existam contextos, não pode deixar de se referir que a necrópole norte de *Balsa* foi o sítio que ofereceu uma quantidade mais avultada de materiais funerários enquadráveis neste momento. Por outro lado, e ainda que possa ter existido uma presença apreciável de peças vítreas nestes contextos, a diversidade formal está provada por uma

elevada presença de cerâmicas de paredes finas que, no século seguinte, foram plenamente substituídas pelos vidros. De facto, este fenómeno está constatado na maioria das necrópoles urbanas hispânicas, como acontece na *Baetica* (Vargas Cantos, 2002, p. 300). Apesar dessa situação, a necrópole da Fonte Velha de Bensafrim evidencia o mesmo fenómeno para a mesma época, ou seja, abundância e diversidade de produtos durante o século I, sem que, aqui, os dados estejam inflacionados pelas cerâmicas de paredes finas.

Seria importante que, no futuro, fosse possível efetuar uma leitura mais clara sobre estes consumos do século I, separando-os por sepulturas e, simultaneamente, por distintos momentos cronológicos. Por agora, a análise só se torna viável globalmente, abrangendo a totalidade da centúria, momento durante o qual, como veremos, foram os contextos urbanos que proliferaram. Claro que nestes contextos aparecem pontualmente materiais mais raros, como é o caso de artefactos de osso ou utensílios metálicos, como a tampa da paleta de farmacêutico, ou de médico, recolhida em *Balsa*. Não obstante, estas recolhas não representam uma peça-tipo comum a vários sepulcros, mas referem-se à profissão do defunto, sendo possível identificar apenas aquelas que acabaram por se transformar em um modelo nos conjuntos funerários.

No que se refere à cerâmica comum, deve referir-se que apenas durante o Alto-Império existem contentores de dimensões consideravelmente grandes, como os potes ou as panelas, utilizados para depositar as cinzas resultantes da incineração, que estão frequentemente selados com tampas improvisadas, como são as tigelas e pratos. Note-se que não se trata de peças fabricadas para esta finalidade, mas são reaproveitadas dos conjuntos utilitários da residência, quiçá do próprio finado, realidade reforçada pela frequente perfuração pós-cozedura, localizada no fundo. Esta perfuração tem como principal finalidade o escoamento de eventuais libações, canalizando-as para o exterior da urna.

Além destes potes e/ou panelas, utilizados como urnas, a típica associação prato, taça e copo é comum. São artefactos de uso quotidiano, eventualmente até do próprio finado, que frequentemente têm vestígios de alimentos no seu interior. Algumas sepulturas algarvias, como as do Morgado das Taipas ou da necrópole do Guelhim, ofereceram estes vestígios, concretamente cascas de ovo. Os jarros, os potinhos ou os púcaros de pequenas dimensões podem ter sido depositados com líquidos no interior, dos quais, por ora, e sem que as devidas análises sejam concretizadas, nada sabemos. Relembramos, ainda assim, as palavras de Eurípides: «derramo sobre a terra do túmulo leite, mel e vinho, pois só assim podemos contentar os mortos» (*Ifigénia in Tauris*, 160-164). As terrinas e os tachos, também presentes nos contextos funerários do Algarve, além de poderem ter servido como urnas, poderiam conter alimentos sólidos, depositados no momento final do *funus* e antes da selagem do sepulcro.

A abundância destes produtos de carácter doméstico em contextos funerários pode resultar do facto de ter sido ainda no decorrer do século I que se começaram a produzir local e regionalmente, cerâmicas que apresentam particularidades tecnopetrográficas e morfológicas que não encontram paralelos em outras áreas da Hispânia e que pretenderam imitar outros materiais exógenos, como é o caso das paredes finas ou da *terra sigillata*. Um bom exemplo são os potinhos de pastas vermelhas identificados em número abundante na necrópole norte de *Balsa* ou os potes e tigelas de pastas cinzentas que encontram paralelo nas pastas das caçoilas algarvias (Viegas, 2012), peças que também existem em outros contextos do litoral algarvio, mas que deverão ter sido fabricados no *ager balsensis*.

A *terra sigillata*, ainda que esteja presente em sepulturas ao longo de toda a ocupação romana no Algarve, vai progressivamente perdendo representatividade, para se tornar quase inexistente a partir do século III, resumindo-se então a algumas formas de produção africana. Como vimos afirmando, no século I, esta categoria cerâmica é particularmente abundante, contribuindo com algumas formas típicas da primeira metade dessa centúria. É o caso de alguns vasos de *sigillata* hispânica precoce (forma II de Martínez), entre eles a pátera de pé alto, mas também de algumas formas sudgálicas (Ritterling 8, Hermet 18, Drag. 24/25). Durante a segunda metade do mesmo século, o repertório parece mudar ligeiramente, mas mantém-se a permanência de pratos associados a taças. Efetivamente, as formas documentadas incluem produções itálicas (Consp. 33), mas agora são as gálicas que dominam nos espaços funerários (formas Drag. 27, 35/36, 15/17, 18, 29/37 e Déchellete 67). Mas este domínio das produções gálicas reflete-se unicamente dentro das produções da *terra sigillata*, já que o consumo geral nas necrópoles romanas continua a ser dominado pelas paredes finas e pela cerâmica comum produzidas localmente ou importadas da Bética.

As lucernas distribuem-se cronologicamente entre a primeira (Dressel-Lamboglia 9) e a segunda metade do século I. No entanto, é na última que são mais abundantes, quer em quantidade quer em variedade (Dressel-Lamboglia 11, 12 e 15).

A cerâmica de paredes finas, como já afirmámos, é a categoria que parece ter logrado maior sucesso nas necrópoles urbanas algarvias do século I. O conjunto da necrópole norte de *Balsa* é, além disso, um dos conjuntos mais emblemáticos e variado a nível nacional. As formas mais comuns são as Mayet XXIV, XXVII, XXXIII, XXXIV, XXXVIIA, XXXVIII, XL, XLIIA, sendo algumas de produção local. Outras formas, mais raras, também constituíram parte do mobiliário fúnebre dos cidadãos balsenses, é o caso das formas Moevs X, Mayet VIIIb, XXB, XXC, XXI e LII. Acima de tudo, o conjunto desta categoria cerâmica, oriundo quase exclusivamente das necrópoles balsenses, esclarece que a produção de cerâmicas locais nesta cidade era considerável já em pleno século I. Efetivamente, a produção de paredes finas tornou-se mais evidente nos contextos funerários, contextos onde as peças de produção local/regional aparecem bem conservadas e permitem classificações mais seguras. Contrariamente, quando aparecem num elevado estado de fragmentação e em contextos habitacionais, facilmente podem ser confundidas e integradas na grande categoria das cerâmicas comuns. Ainda assim, a maioria dos vasos de paredes finas reflete a estreita relação desta área geográfica com a da atualmente andaluza, de onde é proveniente a grande maioria destes artefactos cerâmicos, e de onde são também provenientes as tigelas de pastas cinzentas de tipo «Divers» de Mayet, peças que se pensava apenas documentadas na área costeira de Cádis, onde, aliás, se supõe que foram fabricadas (Reinoso del Rio, 2002, 2004, 2006).

O grande sucesso alcançado pelas paredes finas foi, contudo, efémero. A grande evolução que a produção de peças vítreas permitiu (Pereira, 2012a), assim como a maior variedade morfológica que estas possibilitaram, culminou numa contração, quase total, das cerâmicas de paredes finas, embora algumas formas ainda possam ter persistido até, pelo menos, meados do século II. Estas cerâmicas não estão de facto presentes em contextos funerários posteriores a esse momento, realidade que, neste caso, não se pode atribuir de modo algum à retração do mobiliário funerário nas sepulturas, fenómeno que apenas se torna particularmente evidente a partir de final do século II e início do século III.

Embora pareça existir uma grande profusão de peças produzidas em vidro nas necrópoles romanas algarvias, este facto poderá estar sobredimensionado pelas balizas cronológicas, demasiadamente dilatadas, destes artefactos. De facto, a maioria dos vasos de vidro são incluídos, genericamente, nos séculos I e/ou II, como é o caso da forma Isings 79. A falta de datações mais precisas pode, em nosso entender, dar uma imagem falseada do consumo de materiais vítreos durante o século I. Esta amplitude cronológica somente poderá ser reduzida com o achado de novos contextos funerários altoimperiais, que possam contribuir para o acerto das cronologias de algumas das peças de vidro que abordámos ao longo deste estudo. Tivemos acesso a um vastíssimo conjunto que, infelizmente, está desprovido de contextos seguros.

Ainda que pareça evidente a substituição da cerâmica de paredes finas pelos vidros, este não foi, obviamente, um fenómeno repentino. Por outro lado, convém não esquecer que as peças de vidro aparecem nos contextos arqueológicos algarvios maioritariamente a partir do século I. Devemos admitir que foram documentadas formas que podem ser anteriores à viragem da era, num momento em que o fabrico a molde era ainda bastante utilizado, como é o caso das formas Isings 2, 3, 12 e 20, formas que vêm sendo datadas entre os reinados de Augusto e Nero. Não obstante, outras, mais tardias, são também características do século I, concretamente os unguentários das formas Isings 6, 7, 8 e 28, materiais que podem alcançar, inclusive, as primeiras décadas do século II, como é o caso da última forma citada. Além das taças e dos unguentários, outros vasos são característicos deste momento. Referimo-nos concretamente aos copos ou taças da forma 34 de Isings, da 32 e da 35, aos pratos da forma 49, às jarras do tipo Isings 57 e Morin-Jean 40, aos frascos de tipo Isings 62 e aos anforiscos, mais raros, da forma Isings 60. Parece importante salientar que, além destas peças, se encontraram alguns objetos que não encaixam nas tipologias existentes, o que poderá ser um indício de produções locais ou regionais, de que os unguentários firmados com fórmulas que parecem remeter para produções da área entre Sevilha e Riotinto e que comprovam a produção destes materiais na área meridional da Península Ibérica, são bons exemplos.

Mas, apesar de estas serem as formas mais comuns no território algarvio durante o século I, a forma 82 de Isings corresponde ao tipo que logrou um maior sucesso produtivo e comercial durante o Alto-Império, não apenas pela grande variedade que ofereciam (variantes A e B), mas sobretudo pela sua diversidade funcional. Como não podia deixar de ser, foi frequentemente utilizado nas necrópoles. Não obstante o seu sucesso, a sua produção e comercialização durante o final do século I deverá ter sido bastante tímida, pelo menos na nossa opinião. São raros os contextos deste momento em que aparecem estes unguentários, realidade extensível às coevas cânulas, que, além de poderem ter sido utilizadas como instrumentos de farmacêutica, foram seguramente utilizadas na cosmética. Como dizíamos, embora não tenham sido formas amplamente consumidas durante o século I nas necrópoles algarvias, foram-no, contudo, durante o século II.

Além destes unguentários, as peças de vidro continuaram a ser amplamente requeridas durante o século II, quer em contextos habitacionais quer funerários, sendo nestes últimos que melhor se conservaram. Assim, o uso das formas Isings 28, 32, 34, 35, 49, 60, 62 e Morin-Jean 40 prolongou-se até meados desse século. Paralelamente outras foram introduzidas nos mercados meridionais, concretamente as taças do tipo Isings 85, os frascos da forma 130 e ainda as peças de tipo 87 de Isings. No entanto, continuamos a

assistir à introdução de algumas formas com morfologias que encaixam, forçadamente e na ausência de melhores paralelos, nas formas AR 15 e 19 e também no tipo Trier 49d. Refira-se ainda que, durante o século II, a presença de paredes finas nas necrópoles romanas do Algarve é meramente residual, ocorrendo apenas durante a primeira metade.

A cerâmica comum, como seria espectável, mantém-se praticamente imutável nas necrópoles do sul da província da Lusitânia, à parte, quiçá, uma subtil redução da quantidade de artefactos que compõem o mobiliário funerário.

A *terra sigillata* parece ser a categoria cerâmica que sofreu a maior alteração nas formas representadas e utilizadas no *funus*. Desde logo é evidente que a *sigillata* hispânica precoce havia desaparecido, há muito, do reportório funerário e as produções da Gália sofreram uma forte redução, mantendo-se, ainda assim, as formas Dragendorff 15/17, 27 e 29/37. Em sua substituição, surgiu a *terra sigillata* clara A, cuja importação se iniciou ainda durante as últimas décadas do século anterior, produção que emergiu nesta parte do império acompanhada pela cerâmica africana de cozinha. Importa referir, contudo, que se trata de formas atípicas, como é o caso dos *Askoi* ou dos cantis, que não terão sido amplamente importadas dos centros africanos. O consumo de algumas destas formas, Hayes 123, 126, 134, 147, 161 e ainda da Hermet 90.5, pode dever-se à excecionalidade de achados que os contextos funerários proporcionam, oferecendo, frequentemente, peças atípicas que não costumam aparecer nos contextos habitacionais. Mais comum parece ser a presença dos pratos das formas Hayes 8 e 14, tanto em contextos funerários, como habitacionais.

Também as lucernas veem o seu repertório morfológico ampliado durante o século II. As formas de tipo Dressel-Lamboglia 9 e 11, as mais comuns durante o século I, foram substituídas pelas formas Dressel-Lamboglia 5, 19, 20, 25 e 28, claramente integráveis na série «lychnológica» de disco, que suprimiu, por completo, as clássicas lucernas de volutas. A mudança mais relevante talvez seja, contudo, a introdução de um novo tipo fabricado no sudoeste peninsular e que, em nosso entender, vem sendo erradamente denominado de «lucernas mineiras». Não obstante esta denominação, que se deve ao contexto em que são geralmente encontradas nessa área geográfica, são também conhecidas por tipo Riotinto/Aljustrel, nomenclatura que adotámos. Pensamos que este trabalho esclarece que a sua utilização não é exclusiva de âmbitos relacionados com atividades extrativas em minas, comprovando-se que podem também aparecer em contextos claramente habitacionais ou funerários, pelo menos no litoral algarvio. Além disso, é curioso constatar que este tipo de lucernas, 21 no total, apareceu quase exclusivamente nas necrópoles urbanas de *Balsa*, facto que, além de contrariar a função que lhes é comummente atribuída, corrobora a extensão da sua distribuição.

Como vimos insistindo, a viragem do século II para o século III marca o momento em que o mobiliário funerário começou a sofrer uma clara e profunda mudança, principalmente na quantidade de peças utilizadas nos rituais fúnebres ou depositadas junto do cadáver. Na maioria das necrópoles romanas do Algarve, principalmente nas rurais, esta redução resulta no quase desaparecimento dos materiais ofertados, persistindo alguns usados no quotidiano do finado. Nas necrópoles urbanas, no entanto, nota-se uma clara continuidade no enriquecimento do conteúdo das sepulturas, comprovado por alguns contextos da necrópole norte de *Ossonoba*, por alguns materiais da necrópole norte de *Balsa* e pela necrópole de Monte Molião. Nos séculos IV e V este fenómeno é ainda mais notório, rompido por raras peças que foram recuperadas nos mesmos espaços funerários.

Mas a verdade é que a cerâmica comum sofreu uma considerável redução, tanto na quantidade como na variedade de formas, nos contextos funerários em geral, surgindo, ainda assim, materiais pontuais, como é o caso dos copos, das tigelas, dos potes, das bilhas, de alguns jarros e, mais raramente, de alguns anforiscos. A forma que predomina durante o século III é, curiosamente, o púcaro de duas asas, geralmente com um sulco ténue a meio do corpo. As restantes formas facilmente se justificam pela continuidade do rito de colocação das peças de utilização diária do defunto junto do corpo, como aconteceu com o copo ou com a tigela. No entanto, a presença do púcaro, única forma que rompe com a diminuição de espólios no túmulo, poderá estar relacionado com outro rito, não necessariamente o que se prende com a deposição de artefactos de uso quotidiano junto do cadáver. Enquanto as restantes formas sofreram uma redução, esta parece proliferar nas sepulturas do século III, onde está associada ao rito da colocação da concha de vieira, com uma moeda no interior.

A *terra sigillata*, por sua vez, sofreu, de maneira muito visível, uma redução em termos morfológicos. A diversidade observável nos contextos de século I desaparece, restringindo-se agora a três formas das produções africanas de clara A: pratos Hayes 14C; biberão Hayes 123; *Askos* de tipo Hayes 126. Porém, as duas últimas, consideradas formas raras, podem ser da centúria precedente, pois apresentam um intervalo cronológico que permite admitir essa possibilidade. Mais comum parece ser o prato, recolhido nas necrópoles do Paul, de Pedras d'el Rei e da necrópole norte de *Balsa*.

O conjunto «lychnológico» continua a ser representado pelas formas Dressel-Lamboglia 25, 27/28 e pelo tipo Riotinto/Aljustrel, às quais se somam agora outras de morfologia distinta, como é o caso da Dressel-Lamboglia 30, da Deneauve VIIIC e o raríssimo exemplar de tipo rã. A última, apesar de ser incluída ainda nas formas do século III, torna-se mais comum na centúria seguinte.

Também os vidros sofrem o mesmo fenómeno de redução, que, reiteramos, parece resistir nos contextos urbanos. Com efeito, a partir deste momento, os vidros estão apenas documentados nas necrópoles de *Balsa* e *Ossonoba*, além de casos raros como os contextos do Paul e da Horta da Canada. Como não podia deixar de ser, algumas formas mantêm-se em utilização desde a centúria anterior, como é o caso das Isings 87, 130 e Morin-Jean 40. Outras, contudo, surgem neste momento, introduzidas no mercado meridional. Referimo-nos aos pratos Isings 47, às garrafas de tipo 103 e aos copos das formas 106, 109 e AR 61.

A mesma situação deve verificar-se na transição do século III para o século IV, momento em que algumas destas novas formas continuaram a ser utilizadas na primeira metade, nomeadamente as 103, 106 e 109. No entanto, outras parecem ser produções exclusivas do século IV, é o caso das 100, 104 e das taças 116 e 117, de Isings. O panorama de distribuição destes recipientes nos contextos funerários manteve-se, contudo, fiel nas necrópoles urbanas, excetuando-se apenas o caso do unguentário da forma 104b recolhido na necrópole da Horta da Canada. Identificou-se uma forma (Isings 96), contudo, que apenas aparece nos contextos do final do século IV e que se prolonga pela centúria seguinte.

A cerâmica comum manteve a redução gradual da representatividade nos contextos funerários, tanto no que respeita à quantidade, mas especialmente na morfologia. Ainda assim, o púcaro continuou a ser frequentemente utilizado, começando, contudo, a ser superado pelo jarro depositado ao lado da cabeça do cadáver, o que vem sendo relacionado

com rituais cristãos. Efetivamente, a partir deste momento, este rito começou a ser cada vez mais constante nas necrópoles romanas do território atualmente algarvio.

A *terra sigillata* do século IV encontra-se representada apenas por dois exemplares das formas Hayes 45C e 67A. Trata-se, em nosso entender, de casos raros, que não devem ser entendidos como elementos comuns do mobiliário funerário, que, como já referimos por diversas vezes, era, neste momento, pouco expressivo e quase inexistente. A mesma realidade pode ser entendida para os exemplares «lychnológicos» que, além do que foi referido, apresentam balizas cronológicas demasiado amplas.

A escassez de mobiliário funerário até ao final da Antiguidade Tardia é contrariada por algumas, muito pontuais, exceções (Morín de Pablos e Barroso Cabrera, 2008). Com efeito, no século V, ainda há alguns materiais que integraram rituais fúnebres, tratando-se ou de artefactos de uso pessoal do finado, ou simplesmente de peças depositadas junto do cadáver. Alguns destes casos são o culminar de ritos que vinham sendo praticados deste o final do século III, com a utilização de determinados vasos de cerâmica comum, que se tornaram quase exclusivas no século V. Referimo-nos ao típico jarro colocado ao lado da cabeça do cadáver, deposição utilizada tanto nas necrópoles urbanas, como nas rurais e nas suburbanas, embora com maior destaque nas últimas, utilização crescente que pode ser entendida pela vulgarização e extensão do Cristianismo nessa área geográfica.

Outros materiais foram datados do século V. No entanto, devemos admitir que não é possível assegurar para todos eles uma proveniência funerária, como é o caso das lucernas identificadas com os tipos Hayes I/Atlante VIII e Hayes IIA/Atlante X. O bom estado de conservação de alguns exemplares vítreos (Isings 96 e 134) parece, contudo, impossibilitar a defesa de outro contexto. É certo que a simplicidade na morte, que se verifica após o século III, é por vezes rompida por sepulturas que surgem providas de materiais, especialmente nas necrópoles urbanas. No entanto, a partir do século seguinte a ausência de espólio fez-se sentir, de forma cada vez mais evidente, também nas cidades.

Os dados que apresentámos permitem, pois, defender a existência, durante o Alto-Império, de um consumo de consideráveis dimensões relacionado com o mundo funerário, quer de serviços quer de bens, situação que é visível nas necrópoles romanas do Algarve, bem como, aliás, nas do restante território do império.

Contudo, não é fácil apontar o momento em que a situação se alterou de forma significativa, quando se verificou um notável recuo desse consumo no submundo. Sabemos que, nos subúrbios das grandes cidades, deverá ter acontecido entre o final do século II e a primeira metade do século III, o que foi comprovado na necrópole da Horta de São Cristóvão. No entanto, outros âmbitos funerários demonstram que este fenómeno não ocorreu de forma homogénea no Sul do *conventus pacensis*. Nas cidades, a colocação de ricos espólios junto do cadáver resistiu até, pelo menos, ao final do século III, da mesma forma que o rito de incineração perdurou, como veremos, nas regiões mais interiores, durante mais tempo.

Ainda que este fenómeno possa, nas áreas rurais do litoral, ser relativamente coincidente com o âmbito cronológico dos *suburbia*, não podemos deixar de equacionar a possibilidade de a redução significativa de espólio nas sepulturas traduzir apenas a origem social de quem aí se sepultou.

Mas esta cada vez mais frequente ausência de mobiliário funerário levanta uma outra questão, muito problemática, que se prende diretamente com a presença de comunidades

cristãs, que apelam à simplicidade na morte. Da mesma forma que é arriscado associar a presença da concha de vieira, com o numisma no interior, com a introdução do Cristianismo no litoral algarvio, também parece perigoso interpretar a rápida redução do mobiliário funerário com a mesma situação. No entanto, há que reconhecer que os dois factos aconteceram em paralelo no mesmo momento, o século III, embora a colocação da concha seja ligeiramente mais antiga, momento em que há cada vez mais dados que indiciam a introdução do Cristianismo, ou pelo menos o seu tímido desenvolvimento. Devemos reconhecer que os vestígios materiais da prática da nova religião, que surgem com mais destaque durante o século IV, podem não ter aparecido de forma repentina, mas devem ser o resultado de um lento e demorado processo de absorção de um novíssimo paradigma adotado pelas comunidades cristãs que se encontravam na Hispânia. Insistimos que é no mundo funerário que poderemos encontrar os mais antigos indícios de Cristianismo.

* * * *

Apesar de já termos abordado alguns aspetos que se relacionam indiretamente com determinados equipamentos das necrópoles romanas, concretamente as oficinas de lapidação, há ainda outras questões que merecem alguns comentários finais. Estas questões parecem ser relevantes, principalmente para o entendimento destes espaços enquanto locais de consumo, mas também enquanto áreas de veneração. Os espaços da morte foram, desde muito cedo, áreas que deixaram transparecer a vontade de perpetuação e eternidade das comunidades (Oliveira, 2007, p. 10). E essa vontade não se fazia representar unicamente nos memoriais dedicados aos defuntos, ou nos rituais realizados durante o *funus*. As necrópoles eram frequentemente entendidas como áreas de contacto entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos. Por este motivo, os espaços da morte eram sumamente respeitados e os seus «moradores» deveriam ser constantemente venerados, para que não deixassem o mundo dos mortos. O certo é que este entendimento dos espaços da morte potenciou a criação de certos equipamentos destinados não só ao *funus*, mas também à manutenção das sepulturas, assim como desenvolveu a fixação de «empresas» e de comerciantes em redor dos mesmos.

Infelizmente, no Algarve não há muitos vestígios que comprovem a existência destes equipamentos. Na necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, Estácio da Veiga identificou uma estrutura, possivelmente no centro da necrópole, que reconheceu como um *ustrinum*, classificação que, no entanto, não podemos assegurar sem hesitações. Ainda assim, a cronologia desta necrópole e a existência exclusiva de enterramentos de incineração parece corroborar a proposta do pioneiro tavirense. Convém sublinhar ainda que Santos Rocha, embora não tenha afirmado, categoricamente, que se tratava de um *ustrinum*, identificou tanto sepulturas de incineração secundária, como sepulturas de incineração primária. A grande questão que permanece sem resposta é, contudo, se as cinzas das primeiras advêm, ou não, da referida estrutura retangular de que falou Estácio da Veiga.

Sobre a manutenção das sepulturas, sabemos hoje que alguns equipamentos frequentes nas necrópoles romanas são estruturas hídricas, destinadas a abastecer estes

espaços, sejam poços ou fontes. Não obstante a facilidade da sua identificação, raramente se associam à funcionalidade funerária, como é o caso das canalizações, supondo-se que se trata apenas de pontos de passagem. Os exemplos que temos atualmente esclarecem, de uma vez por todas, que um dos equipamentos necessários, embora não obrigatório, para a manutenção das sepulturas eram fontes de água, como é o caso dos poços ou das fontes. A necrópole da via sepulchralis de la Plaza Vila de Madrid, em Barcelona, é um exemplo claro dessa realidade, local onde foi documentada uma fonte (Heredia Bercero, 2007; Conesa Sánchez, 2011). A utilização desta água poderia ser variada, nomeadamente no uso nas libações, na construção das coberturas argamassadas, na lavagem dos memoriais ou ainda no tratamento de flores e outras ofertas ao defunto.

Mas se sobre estes equipamentos não há indícios claros nas necrópoles do Algarve, excetuando talvez o caso de Cerro da Vila, mais comum é o aparecimento de estruturas negativas, utilizadas como lixeiras dos desperdícios das necrópoles. Compreensivelmente, a manutenção destes espaços passava pelo melhoramento dos memoriais, pela eliminação de outros. Mas a realização de banquetes funerários ou o truncar de sepulturas mais antigas, já desprovidas de memoriais, também produziam resíduos que importava eliminar. Todas estas, e outras, situações originavam o acumular de entulhos e de vários tipos de restos, que deveriam ser removidos das necrópoles ou despejados em estruturas destinadas a ocultar a sua acumulação. Na necrópole da Horta de São Cristóvão, tivemos oportunidade de constatar a existência de fossas de dimensões consideráveis, destinadas a receber os mais variados artefactos descartados da necrópole, nomeadamente os colos e bordos das ânforas que serviram de urnas infantis. É difícil perceber se estas estruturas se organizaram em redor das sepulturas, ou se, pelo contrário, são as sepulturas que se adaptaram à presença destas lixeiras. O certo é que umas não afetaram a existência das outras, mas convivem harmoniosamente. Nessas estruturas foi possível encontrar abundantes materiais cerâmicos e alguns restos alimentares, quiçá provenientes dos banquetes funerários, assim como abundantes materiais arquitetónicos claramente despejados para essa estrutura.

Como dissemos, principalmente em redor das necrópoles urbanas deveriam fixar-se algumas «empresas» funerárias que se encarregavam da maior parte das tarefas do *funus*, excluindo talvez aquelas que só podiam ser realizadas pela família. Desconhecemos, contudo, se as mesmas «empresas» poderiam estar encarregadas da manutenção dos sepulcros ou, pelo menos, da manutenção da necrópole. Também não parece despropositado pensar que, nos aglomerados mais pequenos, tais tarefas fossem cumpridas pela própria comunidade. Claro que a realização da maioria dos ritos a efetuar após o sepultamento do cadáver dependia dos membros diretos da família, mas não sabemos quais os trâmites necessários para a manutenção de memoriais que sofriam algum tipo de imprevisto. Neste sentido, é possível admitir que as mesmas «empresas» poderiam realizar as tarefas de manutenção dos memoriais, tarefas tão simples como a pintura, a reparação ou mesmo a sua reconstrução, quando ruíam em parte. Não é demais realçar que nem todos os membros da sociedade romana podiam contratar estas «empresas», mas seguramente que as sepulturas dos familiares dos menos favorecidos não necessitariam de uma manutenção muito dispendiosa devido à sua modéstia. Também por isso seriam as primeiras a «cair no esquecimento».

Outras atividades deveriam rodear as necrópoles urbanas, como seria o caso da venda de produtos e de artefactos dos mais variados tipos, destinados a adornar os memoriais ou

a ser consumidos nas necrópoles. Lembramos a recolha de um abundantíssimo número de lucernas romanas na Horta do Pinto, em Faro, cuja presença poderá estar relacionada com a proximidade da necrópole norte (Pereira, 2012b). Obviamente que não podemos excluir outras leituras, como é o caso de ser um depósito votivo relacionado com um qualquer templo ou edifício de veneração (Maia e Maia, 1994), situação com alguns paralelos conhecidos, mas nos quais o número de materiais é, contudo, muito superior (Rolland, 1962; Leglay, 1973; Bourgeois, Pujol e Séguret, 1993; Mermet, 1993; Martine, 2007). Para este mesmo caso, outras hipóteses foram já completamente descartadas, como a de se tratar de uma *figlinae*, pois nenhum exemplar recolhido denuncia pastas de fabrico local, nem nenhuma marca de oleiro corrobora tal possibilidade. Pelo contrário, trata-se de utensílios de relativa qualidade técnica e estética que delatam uma funcionalidade votiva ou funerária. Como já tivemos oportunidade de referir:

> «[...] tendo em consideração os dados existentes, não parece seguro falar, neste caso, da existência de um depósito votivo associado a um santuário. Comparar este local com realidades como a de Santa Bárbara de Padrões ou mesmo com os sítios franceses [...], que ofereceram impressionantes quantidades de materiais de tipologia variada, entre os quais lucernas, afigura-se, na nossa perspectiva, demasiado forçado.» (Pereira, 2012b, p. 136.)

Nas necrópoles rurais, especialmente a partir de momento avançado no período romano, a construção e a manutenção das sepulturas deveria depender, quase exclusivamente, dos familiares dos defuntos. Efetivamente, esta realidade corrobora, mais uma vez, aquilo que vimos constatando para o território atualmente algarvio. Em época romana, a dicotomia entre o campo e a cidade deveria ser grande, realidade ainda complexificada por outra, distinta, praticada nos *suburbia*.

4.2. A topografia funerária no quadro da ocupação romana do Algarve

Uma análise mais generalista dos espaços da morte do Algarve, abordando os vários sítios que tratámos, parece agora importante, uma vez que um dos objetivos deste trabalho é, justamente, esboçar uma imagem da paisagem funerária romana do extremo sul do ocidente da Península Ibérica.

Em primeiro lugar, *crematio* e *humatio* são, pela importância da transição de um ritual para o outro, significativas da evolução da perspetiva das comunidades romanas perante a morte. Nesta área geográfica, as questões prendem-se principalmente com o âmbito cronológico, mas também com especificidades económicas intrínsecas. Já abordámos algumas das problemáticas que rodeiam estes temas em capítulos anteriores, dos quais importa relembrar que a transição entre os dois ritos pode, nesta área do império, não estar diretamente relacionada com a introdução de um novo culto.

No sul da província da Lusitânia esta transição, protagonizada pelos falecidos mas praticada pelos vivos, parece ocorrer em momento consideravelmente antigo. Com efeito, até meados do século II, senão mesmo antes, o principal rito de deposição dos cadáveres

os mesmos argumentos de simplicidade e redução de custos do *funus*, embora com outras bases, foram já utilizados para justificar o panorama funerário romano de *Emporiae*. Aí, ainda que a coexistência de cremação e inumação possa estar de alguma forma relacionada com os ritos herdados do seu passado grego (López Borgoñez, 1998), os últimos estudos têm evidenciado um predomínio quase absoluto da inumação desde o final do século I (Nolla Brufau, Santamaría e Casas I Soler, 2005, p. 247 e s.). Mas as semelhanças entre o mundo funerário do *ager* de *Emporiae* e o do sul da Lusitânia não ficam por aqui, uma vez que também no século II existiram nessa área sepulcros monumentais que receberam enterramentos de incineração, comprovando, de alguma forma, que nesse período apenas as *gens* com poder económico podiam praticar a incineração, assim como se desconhecem também contextos funerários de época republicana e Júlio-Cláudios. É cada vez mais evidente que o mundo funerário romano não é regido por normas absolutamente restritivas, não sendo igual em todas as áreas, mesmo da Península Ibérica, mas as semelhanças entre duas áreas tão distantes (Algarve e Nordeste) não deixam de causar alguma perplexidade, não havendo, de momento, quaisquer argumentos que as justifiquem.

No início deste trabalho, adiantámos que das cerca de cem necrópoles romanas do Algarve não havia nenhuma que fosse anterior ao último quartel do século I a. C. Agora, além disso, podemos também confirmar que são poucas as que albergaram enterramentos de incineração, cerca de duas dezenas, todos eles situados no século I (fig. 224). Pode, portanto, defender-se que a incineração foi utilizada nesta região, sobretudo nos sítios litorais, e que resultou de uma prática antiga, podendo ser entendida como uma continuada tradição da época romana-republicana e mesmo da Idade do Ferro (Beltrán Fortes, 2001, p. 92; Jiménez Díez, 2002, 2006, 2008). Os casos mais emblemáticos são a necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, a necrópole norte de *Ossonoba* e a necrópole norte de *Balsa*. Foi nestes espaços, especialmente no primeiro e no último, que tivemos a oportunidade de encontrar mais evidências de enterramentos incinerados. Na cidade de *Balsa*, tais existências estão confirmadas pelas passagens de muitos dos documentos de Estácio da Veiga e também pela elevadíssima quantidade de materiais arqueológicos provenientes de contextos funerários, cuja conservação confirma a sua origem.

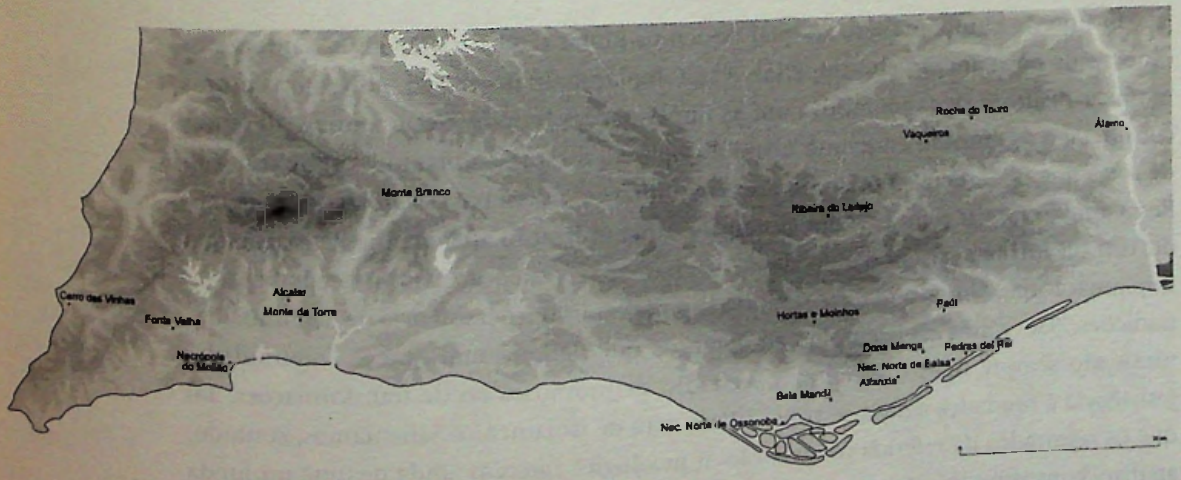


Fig. 224 — Necrópoles romanas do Algarve durante o século I d. C. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

No caso de Bensafrim, necrópole da qual se desconhece ainda o respetivo povoado, a existência exclusiva de enterramentos de incineração é confirmada também pelos testemunhos de Estácio da Veiga, mas igualmente de Santos Rocha. Por outro lado, a quase totalidade do abundante espólio arqueológico é exclusivo do século I e primeiras décadas do II, momento a partir do qual a necrópole foi abandonada.

Infelizmente, sobre as necrópoles com enterramentos de incineração as mais relevantes são as poucas que citámos anteriormente. Foram estas que permitiram reunir mais dados sobre tais contextos, tanto de registos de campo, como de materiais. Além destas, muitas outras foram consideradas de incineração, mas delas apenas chegaram até nós algumas informações parcas, por vezes duvidosas, e que permitem apenas uma mera classificação ou adscrição cronológica. Importa referir, ainda assim, o sítio de Monte Branco da Foz de Carvalho, recentemente intervencionado no concelho de Silves. Infelizmente, esta intervenção ainda não se encontra convenientemente publicada e tivemos apenas oportunidade de consultar o *poster* exposto no «9.º Encontro de Arqueologia do Algarve» e a publicação divulgada nas Atas da 7.ª edição do mesmo evento (Cosme, 2010). Nesse local, foi detetado um conjunto considerável de sepulturas de incineração com uma cronologia que pode compreender os séculos I a III.

As principais novidades deste achado residem tanto na localização, como na cronologia dos enterramentos. É sabido que a ocupação romana penetrou bastante na serra algarvia, principalmente em momento Tardo-Antigo, contudo, a descoberta de um sítio com uma cronologia tão recuada, localizado numa área tão interior é inédita. Convém esclarecer que não é a interioridade da localização que causa surpresa, mas a sua implantação num terreno considerado inóspito, de serrania, quando a quase totalidade dos povoados se situavam no litoral ou no seu entorno imediato, desde a linha da costa até ao Barrocal. Como dizíamos, somente mais tarde parece haver uma alteração considerável na rede de povoamento, que se caracterizou por uma dispersão populacional, duplicando os sítios ocupados e reduzindo-se a densidade populacional nas principais cidades, dispersão que visou particularmente o interior. Claro que, apesar disso, muitos dos sítios litorais não são abandonados, mas o sentimento de (in)segurança das populações parece ter sido atingido, tendo-as levado a abandonar a fertilidade das terras litorais e procurar a serra.

O sítio de Monte Branco, ao qual podemos juntar também Vaqueiros, sai fora dos cânones de povoamento alto-imperial. A sua implantação dever-se-á, portanto, a outros motivos, distintos dos que motivaram as implantações litorais. Neste sentido, devemos considerar a sua função enquanto posto de vigia ou mesmo enquanto local de controlo de rotas que poderiam servir como acesso ao interior, talvez para explorações mineiras. Resta ainda explicar o motivo que potenciou uma utilização aparentemente mais tardia do rito de incineração, podendo desde já chamar-se a atenção para a geografia desta implantação, cuja interioridade e ruralidade pode explicar a persistência de determinadas tradições. São vários os exemplos etnográficos que demonstram que as comunidades rurais são sempre mais resistentes à aceitação de inovações ou de transformações. Tal resistência à mudança agrava-se consoante o grau de isolamento. Salientamos, contudo, que os resultados da referida intervenção arqueológica carecem ainda de uma profunda análise, constituindo estas leituras simples propostas de trabalho para este espaço da morte, tão interior.

Relativamente à posição dos cadáveres inumados, devemos ainda acrescentar que os contextos algarvios permitiram apenas constatar a presença de corpos colocados exclusivamente em decúbito supino, o que, como foi já referido antes, deverá ter sido utilizada porque imitava a posição em que habitualmente se descansa ou dorme (Vaquerizo Gil, 2010, p. 284). No entanto, e relembrando que os resultados dos estudos sobre a arqueologia da morte em época romana não representam um padrão que deva ser aplicado a todos os sítios indistintamente, cada vez mais se vêm comprovando outras posições de deposição dos cadáveres. Desidério Vaquerizo Gil já demonstrou, através dos seus estudos sobre os espaços da morte do *ager cordubensis*, que os romanos foram sepultados em outras posições, nomeadamente em decúbito prono e em decúbito lateral, este último mais comum em necrópoles tardias (Rodero Pérez e Asensi Llácer, 2008, lámina 4). Não obstante, pelo menos nos casos lusitanos, parece cada vez mais evidente que os cadáveres em posições distintas da habitual (decúbito supino) denunciam a existência de um equipamento que nem sempre está documentado nas necrópoles romanas, os *puticuli*. Infelizmente, no Algarve não foi possível registar tais contextos, mas estes estão bem documentados em *Augusta Emerita* (Pérez Maestro, 2004), onde a informação funerária romana permanece por sistematizar, e parece também ser o caso de *Olisipo* (Bugalhão et al., 2013). Aliás, no último caso não há outra leitura possível para as evidências arqueológicas desse espaço funerário. Estes estavam geralmente destinados àqueles que não eram considerados cidadãos romanos (indigentes, prostitutas, condenados, escravos descartados, cidadãos romanos pobres, entre outros), podendo encontrar-se corpos que deixam transparecer algum tratamento e consideração, mas também outros que evidenciam mortes claramente violentas e casos em que têm ainda as mãos ou os pés amarrados (Vaquerizo Gil, 2010, p. 308). Embora no Algarve não tenhamos verificado a existência de qualquer *puticulum*, a existência de sepulturas coletivas (lembramos que «sepulturas múltiplas» remete para a existência de vários enterramentos realizados em momentos distintos, enquanto «sepulturas coletivas» são vários enterramentos realizados no mesmo sepulcro) parece denunciar condições incomuns no momento da morte. Não pretendemos afirmar que se trata de mortes violentas, simplesmente notar que a morte coincidente, por exemplo de uma mãe e de um filho pré-adolescente, como aconteceu na necrópole da Horta de São Cristóvão, é um acontecimento algo insólito.

* * * *

A visibilidade dos espaços funerários está direta ou indiretamente relacionada com a prática da incineração. A partir do reinado de Augusto parece evidente uma alteração nessa visibilidade e na sua convivência com o mundo dos vivos. Até então, no extremo Ocidente da Península Ibérica as necrópoles eram idealizadas para se ocultarem na paisagem, o que explicará o contrastante conhecimento de necrópoles conhecidas antes e depois deste momento. A violação dos espaços sacros em momentos de guerra talvez tenha sido um dos principais motivos que potenciou a ocultação das necrópoles nos primeiros anos da romanização, realidade que só parece ter mudado durante um longo período de paz. A desmoralização dos derrotados, quando viam as suas necrópoles violadas

pelos vencedores mesmo em situações de cerco, já que estavam fora dos recintos muralhados, poderá justificar a simplicidade, acima do solo, de muitas das necrópoles romanas-republicanas. Efetivamente, estes fenómenos de violação dos espaços sacros deverão ter ocorrido tanto durante o processo de romanização, como durante as guerras civis que tiveram a Península Ibérica como palco. Por outro lado, o fenómeno de invisibilidade poderá ter também, e compreensivelmente, alguma relação com a sua implantação em áreas funerárias preexistentes, indígenas, também de escassa visibilidade, pelo menos no Algarve.

É possível que o atual território algarvio tenha também assistido à profanação das necrópoles de época romana-republicana, profanação que ainda acontece atualmente (fig. 225). Monte Molião (*Laccobriga*?) constitui-se, atualmente, como um dos sítios onde o debate (Arruda e Sousa, 2012, p. 130) sobre a sua situação política, económica e administrativa se torna possível, após haver sofrido o sobejamente conhecido cerco de Metelo (*Sertorius*, VIII, 13), podendo este acontecimento histórico explicar o desconhecimento da sua necrópole romana-republicana (fig. 226), pois estas estratégias de cerco ao povoado e de destruição dos espaços sagrados estão bem descritas por *Marcus Antistius Labeo*, tendo sido, mais tarde, reproduzidas por Justiniano, em *Digesta* (XLVIII.12.1.11). Não obstante esta possibilidade, em nosso entender bastante plausível, o certo é que este desconhecimento também pode resultar da contrastante visibilidade dos espaços da morte que notámos antes e depois do reinado de Augusto, o que, de qualquer forma, pode não ser incompatível com a hipótese formulada. Infelizmente, os dados que pudemos compilar não permitem mais do que avançar propostas de trabalho.

Sem que pretendamos afastar-nos do tema central que é, neste caso, Monte Molião (*Laccobriga*?), o certo é que embora Sertório tenha acudido em socorro desta cidade, Metelo e Pompeu acabariam por sair vitoriosos das guerras civis sertorianas (80-72 a. C.) punindo severamente os aglomerados hispânicos que apoiaram o seu opositor. O próprio Plutarco narra a severidade com que os Romanos castigaram os hispanos (*Sertorius*, VIII, 25), apoiantes de Sertório. De facto, os registos arqueológicos de Monte Molião, sítio que vem sendo associado à *Laccobriga* da Antiguidade (Arruda, 2007; Arruda et al., 2008), denotam «uma retaliação por parte dos vencedores, retaliação essa que, como foi frequente, se prolongou consideravelmente no tempo.» (Arruda e Sousa, 2012, p. 130). Não é improvável que a pouca importância do sítio nos momentos finais da República seja, com efeito, resultado da derrota de Sertório. No entanto, devemos ser cautelosos ao utilizar tal retaliação como explicação para a pouca capacidade política e económica do Monte Molião nos últimos decénios do século I a. C. e primeiras décadas do seguinte.

Fig. 225 — «O terrorismo dos meninos nazis», a profanação de espaços cemiteriais na atualidade. Cemitério judaico de Lisboa violado por dois neonazis, 17 lápides destruídas e inúmeras gravadas com cruzes suásticas.

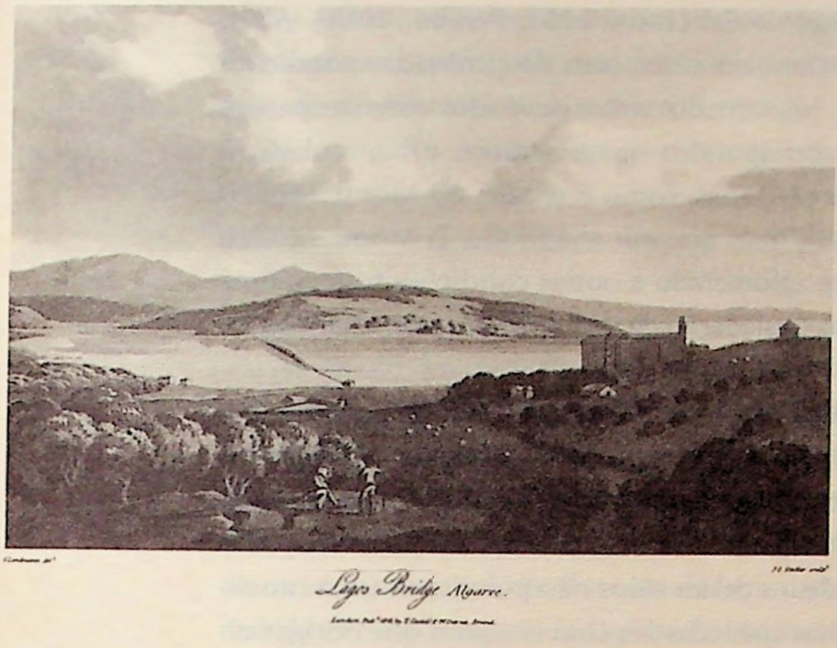


Fig. 226 — O Monte Molião representado no século XIX, ainda sem as profundas alterações que sofreu recentemente. Vista de oeste, sobre a ponte, sendo perceptível por onde seguia o antigo caminho real (Aguarela de W. Strahan e T. Cadell, 1818).

Admitimos que esta poderá ser a base que justifica a quase inexistência de níveis ocupacionais durante o momento Romano Tardo-Republicano, tal como a aparente inexistência de sepulturas com essa cronologia. Contudo, o abandono quase completo após a viragem do século I para o século II d. C. dever-se-á seguramente a outras causas.

Neste âmbito, não podemos deixar de considerar qual terá sido o papel da ocupação que se deverá situar na área da Fonte Velha de Bensafrim, ou nas suas imediações. Embora não saibamos onde se localiza o povoado, ou qual o momento em que foi ocupado, os dados que pudemos reunir sobre a sua necrópole permitem intuir uma ocupação especialmente evidente durante o momento de retração do Monte Molião, durante e após as guerras sertorianas. Seria interessante localizar o sítio e verificar se houve um crescimento demográfico no povoado em momento centrado no século I a. C. Tal realidade poderia justificar a abundância de enterramentos de incineração datáveis entre meados desse século e meados do seguinte, podendo significar que a população *laccobrigensis* se tivesse refugiado nesse povoado, mais interior. Por ora, são propostas de trabalho que carecem de argumentos factuais que só a descoberta da área de *habitat*, que certamente se localizará num sítio elevado, com boa defensabilidade ou, pelo menos, com boa visibilidade, poderá fornecer. Obviamente que isto não significa que este local só tenha sido ocupado durante este momento, ou que o Monte Molião tenha sido completamente abandonado após a penalização imposta por haver auxiliado Sertório e os seus aliados.

«É a partir da segunda metade do século I que se regista a maior percentagem de espólio recolhido em níveis conservados, com uma grande abundância de importações de *terra sigillata*, e uma esmagadora presença de cerâmica comum de produção local» (Arruda et al., 2008, p. 189), realidade que demonstra que o sítio começava a ganhar cada vez mais importância como local recetor de artefactos provenientes um pouco de todo o império. Terá sido também neste momento que o Monte Molião começou a produzir cerâmicas (Arruda, Viegas e Bargão, 2010) e também a exportar a uma escala regional, como ficou comprovado por uma das peças recuperada na necrópole da Horta de São Cristóvão.

Por outro lado, é certo que o principal aglomerado urbano da parte ocidental do Algarve nunca viria a receber os mesmos equipamentos que outras cidades da mesma região, nem parece ter gozado da mesma política de desenvolvimento durante o Alto-Império.

Por este motivo devemos abordar um fenómeno que ocorreu em momento coevo ao abandono deste *oppidum*, meados do século II (Bermejo Mélendez, 2010; Bermejo Mélendez et al., 2013), e que poderá justificar, em parte, o progressivo declínio do sítio. O Monte Molião não é o único local da Antiguidade que parece ser abandonado durante o século II. Essa realidade já foi verificada também em Castro Marim (Arruda, 1988; Arruda

vale e sob um afluente da Ribeira de Bensafrim, localizada a noroeste da cidade. A partir daí seria canalizada pela suave encosta do cerro até ao povoado e depois, possivelmente, escoada diretamente para o mar.

* * * *

Ossonoba foi, sem dúvida alguma, o centro político-administrativo da atual região algarvia. A capitalidade da cidade de Faro espelha-se na proliferação de *villae* suburbanas, com fundação bastante antiga, que se instalaram em terrenos férteis para exploração agrícola (Bernardes, 2005a, p. 35), quer nas imediações, como é o caso das *villae* do Amendoal e de Vale Carneiros, quer em zonas mais afastadas, onde se construíram *villae* mais abastadas e de características áulicas. É o caso da bem conhecida *villa* de Milreu (Estoi) e da do Cerro da Vila (Vilamoura) ou da Quinta de Marim (Olhão). O litoral algarvio cedo se mostrou propício a uma rápida romanização. Mas entre o sotavento e o barlavento há diferenças consideráveis. O sotavento deixa transparecer uma rede ocupacional mais densa e uma proliferação de distintos tipos de povoados. Não devemos ainda esquecer que também aí se localiza a cidade de *Balsa* (Torre d'Ares, Tavira), que deverá ter partilhado com *Ossonoba* o controle administrativo do território (Bernardes, 2005a, p. 36). O mesmo não acontece com o barlavento, onde Monte Molião (*Laccobriga*?) não possui uma imagem comparável à de *Ossonoba* ou mesmo à de *Balsa*.

O século II, como comentámos, parece marcar uma reestruturação da rede de povoamento romano, realidade que estimulou o abandono de alguns povoados em altura, como é o caso de Monte Molião, em áreas onde os modelos ocupacionais já não se adequavam a novas exigências. A necessidade de defesa que se fez sentir durante o período Romano-Republicano deu lugar a outras carências, que justificaram esses abandonos.

Durante o Alto-Império, a realidade denunciada pela rede de ocupação do atual território algarvio é, como não podia deixar de ser, praticamente a mesma da observada no mundo da morte. *Ossonoba* e *Balsa* foram os sítios que forneceram mais dados sobre contextos, o primeiro, e sobre mobiliário funerário, o último. Estes locais deixam transparecer uma densidade populacional considerável durante os dois primeiros séculos da nossa era, especialmente *Balsa*. Monte Molião (*Laccobriga*?) oferece um mundo funerário notavelmente mais reduzido, justificado por fatores vários que tolheram o seu desenvolvimento desde o período Romano-Republicano.

É particularmente evidente que durante o Alto-Império os principais aglomerados populacionais eram as cidades, autênticos centros políticos e administrativos, com considerável densidade populacional, realidade bem patente pela acumulação cadavérica que as necrópoles urbanas evidenciam (fig. 224). Em meio rural, a realidade parece ser ligeiramente distinta, embora as *villae* romanas correspondessem a dilatações da própria cidade no campo (Bernardes, 2005a). Talvez por ser a elite urbana que detinha e administrava essas *villae*, elas correspondiam, precisamente, a uma «urbanidade» em pleno campo. Não obstante era uma urbanidade dissimulada, pelo menos no mundo funerário. De facto, os seus proprietários imitavam o modo de vida urbano e era no mundo rural que podiam expressar, de forma mais exuberante, a monumentalidade funerária, como aconteceu

nas *villae* de Milreu e do Cerro da Vila. Todavia, esta monumentalidade funerária dos proprietários contrasta com a simplicidade com que os seus dependentes eram sepultados, em áreas distintas e mais afastados da zona habitada. É certo que também se faziam acompanhar por um notável mobiliário funerário, distinto, contudo morfologicamente e de qualidade bastante inferior ao dos indivíduos regidos pelo *ius pontificium* ou mesmo ao dos libertos. Refira-se ainda que estas ocupações rurais se localizavam quase sempre nas imediações dos principais núcleos urbanos.

Apesar destas afirmações, devemos admitir que o estado de conhecimento sobre as necrópoles romanas altoimperiais, principalmente as do século I, carece ainda de um volume de dados que permita atestar estas realidades de uma forma bastante mais precisa. Foram poucas as necrópoles que permitiram obter dados sobre este momento tão recuado (cerca de 8 do século I e 15 do século II), e a maioria não permite falar com segurança sobre os espaços da morte em âmbito rural (fig. 227 e 228). Ainda assim, a evolução conseguida para estes espaços na *villa* romana de Milreu parece ser um padrão a ter em consideração no extremo sul da província da Lusitânia. Infelizmente, a pesquisa sobre os espaços da morte em época romana não parece ter animado os investigadores, estando praticamente limitada, desde pelo menos meados do século passado, a intervenções de emergência realizadas em âmbito de obra, frequentemente sujeitas a grandes limitações metodológicas e de financiamento. Assim, são escassos os dados recentes sobre as áreas funerárias romanas e que só a arqueologia de campo permite adquirir.

No entanto, esta paisagem funerária denunciadora de uma rede de povoamento eminentemente urbana e litoral durante o Alto-Império viria a alterar-se substancialmente a partir do século III. A partir deste momento (fig. 228), pelo menos com base nos sítios conhecidos, parece haver uma tendência para uma cada vez maior dispersão, o que originou a formação de pequenos povoados rurais, de qualquer forma ainda em redor dos aglomerados urbanos (*Ossonoba*, *Balsa*), sem que, contudo, isso signifique o abandono da maioria destes. Porém, as principais mudanças durante este período, séculos III e IV, ocorrem não tanto na rede de povoamento, mas sim nos aspetos relacionados com a religião. Insistimos, ao longo deste trabalho, em salientar particularmente os indícios de

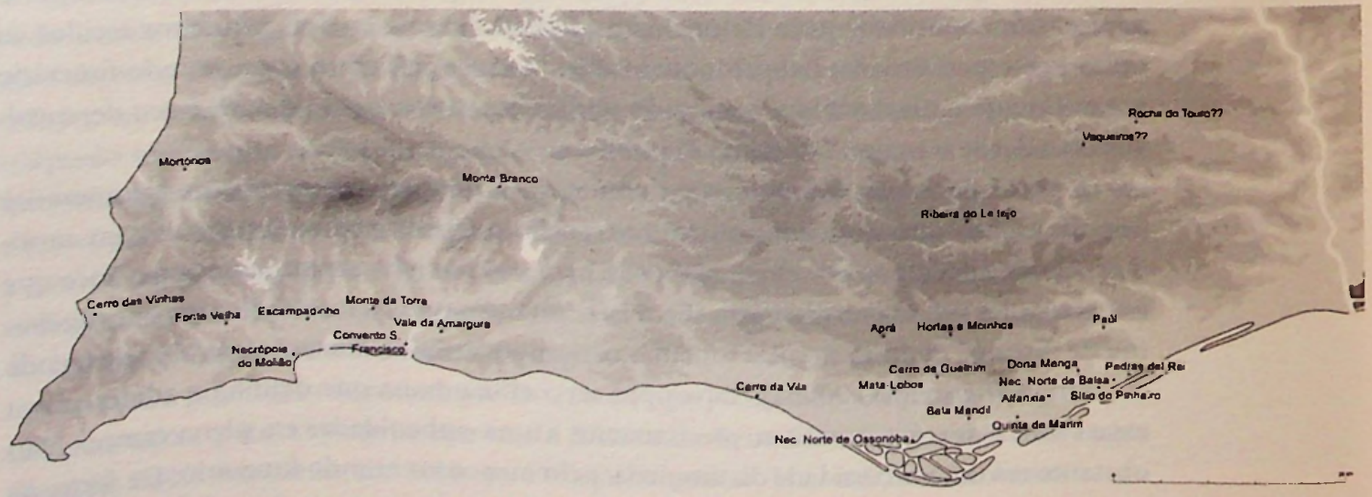


Fig. 227 — Necrópoles romanas do Algarve durante o século II d. C. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

cristianização no extremo sul da Lusitânia. Infelizmente, para esta parte do império, as notícias sobre estes indícios são escassas, especialmente quando comparadas com outras áreas. Na capital da província, por exemplo, sabemos que já no século III aí existia uma importante comunidade cristã, informação que nos chegou de forma casual graças a uma carta enviada por Cipriano de Cartago às comunidades de Astorga e Mérida (Epistola, LXVII, I, 1 *apud* Sánchez Ramos, 2006, p. 156).

A existência de duas comunidades diferenciadas do ponto de vista da prática religiosa na capital provincial permite considerar a possibilidade da mesma situação poder ocorrer em outros núcleos urbanos. Por outro lado, e tendo em consideração a localização de Mérida, é obrigatório pensar que a «conversão» de, pelo menos, parte da sua comunidade deverá ter sido efetuada através de uma cidade portuária implantada no litoral. Não podemos deixar também de equacionar que existissem grupos cristianizados em outros pontos da Hispânia, particularmente nas cidades litorais. Durante o século IV as notícias sobre comunidades cristãs, bispos e suas dioceses, perseguições aos Cristãos e martírios são mais abundantes. Mas mais uma vez, sobre o extremo ocidente deparamo-nos com um silêncio constrangedor, apenas contrariado por algumas informações indiretas, concretamente as da participação de alguns bispos em determinados concílios.

De facto, temos conhecimento de alguns factos que podemos relacionar com uma presença cristã no Algarve. Porém, estas notícias remetem para o século IV, sendo inexistentes para o anterior. Sabemos que Mérida já contava com a presença de um bispo em meados do século III (Sánchez Ramos, 2006, p. 156) e, para o início do século IV, temos informação de que também as dioceses de Évora e de Faro enviaram prelados ao primeiro concílio peninsular realizado em Elvira, atual Granada (Dias, 2003, p. 20). Esta constitui a primeira e mais antiga informação sobre a presença do Cristianismo num dos mais periféricos recantos do Império Romano. Para a Antiguidade Tardia, não se conhecem outros documentos ou outras informações que permitam traçar o panorama sobre a comunidade cristã aqui localizada. Esta carência de notícias obriga, portanto, a um investimento maior do ponto de vista arqueológico que permita, como em outras partes da Hispânia, comprovar a presença de comunidades cristãs.

Fig. 228 — Necrópoles romanas do Algarve durante o século III d. C. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

Tendo presente a informação sobre a existência de um bispo na cidade de *Ossonoba*, na primeira década do século IV, não é descabido pensar que o Cristianismo seja anterior à presença de um representante eclesiástico no Concílio de Elvira, o que torna admissível supor a existência de uma pequena comunidade cristã nesta importante cidade litoral, durante a segunda metade do século III. Por outro lado, desconhecemos o momento a partir do qual o bispo referido pelos documentos do Concílio, Vicente de *Ossonoba*, exercia o seu cargo, ou mesmo se este havia sucedido a outro ou a outros bispos da mesma diocese/bispado. Certo é que, desde então, esta diocese não deixou de praticar a religião cristã, o que está comprovado pela sucessão de outros bispos a Vicente ainda durante o século IV, nomeadamente Itácio Claro (Azevedo, 1967). No entanto, somente a partir do século VI, e mais ainda do século VII, é que temos conhecimento de um maior número de bispos que exerceram na diocese *ossonobensis*, concretamente Saturnino, Exarno, Belito ou Agripio, tendo-se este último feito representar pelo seu vigário Daniel no décimo quinto Concílio de Toledo, realizado em 688 (Almeida, 1967, p. 67). Após esta data, as notícias sobre bispados desaparecem novamente, facto para o qual muito terá contribuído o início da ocupação muçulmana, em 711. Apesar da ocupação que se seguiu, o culto cristão deverá ter permanecido, como o comprovam frequentes relatos (Dias, 2003, p. 22-24).

As imensas lacunas sobre o Cristianismo nesta área devem, portanto, ser colmatadas pela informação arqueológica, que só pode ser obtida através de uma metodologia adequada.

Tendo em consideração estas lacunas e o facto de, num primeiro momento, a nova religião ter sido incapaz de se desvincular dos espaços funerários pagãos, parece óbvia a necessidade de abordar estas necrópoles, cujo estudo contribui, de forma determinante, para a leitura do mais antigo Cristianismo no Algarve. É curioso, contudo, notar que não foi nos meios urbanos que pudemos constatar estes vestígios, mas foi nos *suburbia* que encontrámos algumas evidências de práticas cristãs, algumas mais claras do que outras. Como dissemos, os primeiros sinais de Cristianismo antigo não surgiram na arquitetura religiosa ou na epigrafia, mas sim nas formas que os enterramentos assumiram. O aparecimento de vestígios arquitetónicos e epigráficos foi um fenómeno seguramente mais tardio, que se tornou mais evidente a partir do século IV. Assim, essas edificações deverão ter sido antecedidas por subtis manifestações funerárias, que comprovam o progresso do Cristianismo ainda no século III. Neste sentido, devemos ter em consideração a presença das conchas de vieira, por vezes com moedas ritualmente depositadas no interior, nos enterramentos de final do século II e século III, existentes, por exemplo, na necrópole do Paul e da Horta de São Cristóvão, e a existência de um jarro colocado junto da cabeça do cadáver em sepulturas do século IV.

Embora admitindo que o rito da colocação da concha de vieira não é argumento suficiente para defender a existência de uma comunidade cada vez mais cristianizada, a presença do jarro junto da cabeça deve corresponder a um rito cristão, até porque é consideravelmente mais tardio, séculos IV e V. No entanto, considerando ainda a simplicidade na morte que o Cristianismo proclamava, que pode ser lido pela ausência de mobiliário fúnebre, notamos uma certa evolução nestes ritos (fig. 229), que, embora seja uma proposta arriscada, não deixamos de equacionar. O primeiro, e mais antigo, é a colocação da concha de vieira com uma moeda no interior, rito que pode ser entendido como a associação entre paganismo e Cristianismo, a que se segue uma completa ausência de mobiliário funerário durante um momento centrado no século III, ausência que ficou absolutamente comprovada na necrópole suburbana da Horta de São Cristóvão, culminando na colocação do jarro

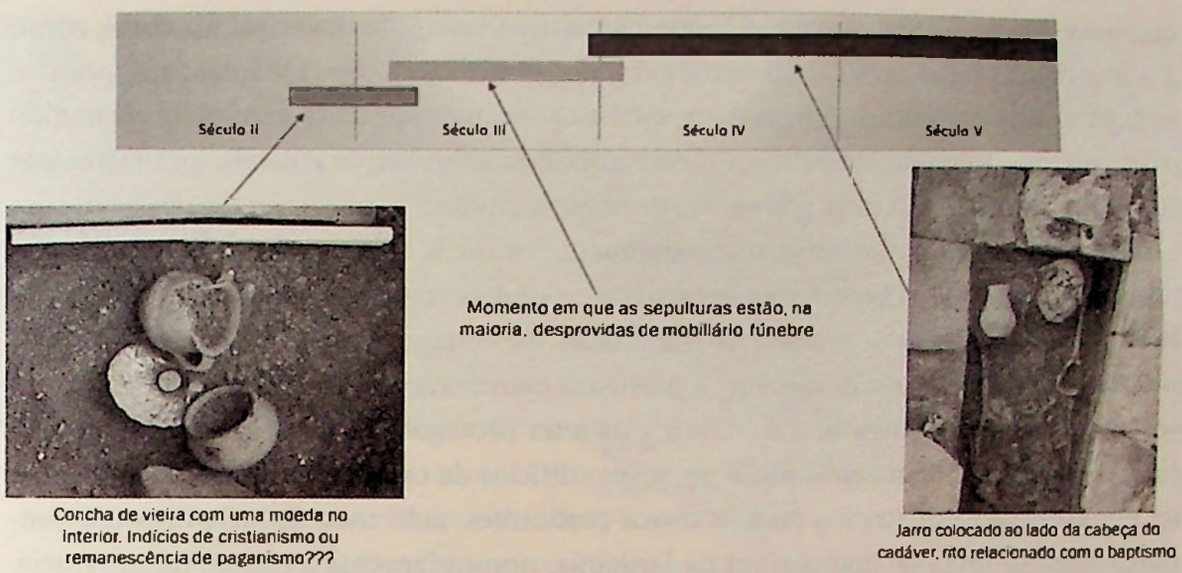


Fig. 229 — Possível evolução dos ritos funerários mencionados (Pereira, 2015b, fig. 9).

junto da cabeça do finado, rito que vem sendo relacionado com o batismo (Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 55; Saxer, 1987, p. 173-205), num momento em que, apesar de tudo, a iniciação ao Cristianismo ainda estava em desenvolvimento.

Sobre o último rito, especialmente abundante a partir de início do século IV, não podemos deixar de notar uma evidente coincidência entre a sua prática e o momento a partir do qual temos notícia de que a *civitas* contou com uma diocese. Este rito ficou comprovado em necrópoles que funcionaram a partir desse momento (fig. 230), concretamente nas da Marateca, do Cerro de Manjovos, da Quinta de Marim e na do Morgado das Taipas. Mas ainda que a última tenha possibilitado uma datação relativamente antiga, foi a recentemente escavada necrópole da Horta de São Cristóvão que permitiu a documentação de sepulturas do século IV com a presença deste rito. As restantes onde se pôde documentar ou averiguar a colocação do jarro oferecem cronologias consideravelmente mais tardias, dos séculos V, VI ou mesmo VII.

Este padrão não é, contudo, transversal a todos os espaços da morte algarvios. Por outro lado, há que ter em consideração outros fatores. A presença da concha, por exemplo, pode ser lida em função da proximidade ao litoral de alguns dos sítios em que foi encontrada, o que pode ter potenciado a presença do bivalve, devendo, ainda assim, notar-se que é a única casca de bivalve a ser colocada nas sepulturas. Esta hipotética evolução, que defendemos, carece ainda de confirmação sobretudo nos meios urbanos. A necrópole ossonobense parece refutar esta evolução, desde logo porque durante o século III a presença de mobiliário funerário ainda é particularmente evidente. No entanto também sabemos que é em meio urbano que as necrópoles romanas atingem o máximo de diversidade, com áreas monumentalizadas, outras com meras sepulturas com memoriais comuns, mas que continham ricos espólios, outras mais simples ainda, e, seguramente, contavam também com *puticuli* para onde eram simplesmente atirados muitos dos cadáveres de escravos, de indigentes ou de condenados. Assim, as leituras sobre os espaços da morte urbanos podem variar consoante as áreas que são exploradas. É certo que em Faro encontramos sepulturas do século III com presença de mobiliário realmente extraordinário, como é o caso das Ruas das Alcaçarias ou de João de Castro. Contudo, outras parecem revelar uma grande

quantidade de sepulturas que não é proporcional ao número de materiais fúnebres, como é o caso das do Largo do Colégio, exploradas por Estácio da Veiga. De qualquer modo, e embora as imensas contingências deste estudo, parecem altamente prováveis estas diferenças no mundo da morte entre ambientes urbanos, suburbanos e rurais, especialmente quando analisamos a presença/ausência de práticas cristãs.

É, portanto, extremamente difícil argumentar sobre a cristianização das necrópoles públicas da cidade de *Ossonoba*, especialmente porque se trata de intervenções antigas e a única recente encontra-se em fase de publicação, não estando os dados disponíveis. Por este motivo, mesmo admitindo que as primeiras manifestações deste culto se encontram nos rituais de enterramento, o subúrbio viria a ser protagonista de uma funcionalidade cultual materializada na construção de novos edifícios de carácter religioso, que deverão ter representado um atrativo para os novos praticantes, pelo menos, até prova em contrário. Mas ao invés de outros sítios da Lusitânia, nomeadamente a capital de província, estes edifícios estavam mais afastados do núcleo, principal da urbe, realidade que pode ter provocado o seu gradual abandono, pelo menos das que estariam mais afastadas. Exemplo destes edifícios, embora alguns sejam mais tardios, são Torre de Palma (Maloney, 1995) ou São Cucufate, ainda que no primeiro caso esteja por definir a datação de um edifício idêntico que parece ter sido absorvido pela Basílica e que poderá justificar a implantação desta nessa área, e até da necrópole. Ainda assim, falta apurar se esta evolução é aplicável à *villa* de Torre de Palma (Wolfram, 2011, p. 29).

Estes edifícios teriam distintas funcionalidades e é possível que alguns tenham estado, originalmente, ao serviço das atividades fúnebres, como aconteceu com a primitiva edificação de Santa Eulália, em Mérida. As fontes clássicas utilizaram indistintamente várias nomenclaturas para referenciar edifícios de culto. Importa salientar, não obstante, que seguimos a utilização, que vem sendo usada, de três termos essenciais: *Martyrium*, *Memoria* e Basílica Martirial (López Cuevas, 2011, p. 3). Importam-nos, sobremaneira, os dois primeiros, que, além de corresponderem aos primordiais edifícios construídos, se reportam a diferentes situações, que poderão estar documentadas no Algarve. Os *Martyria* correspondem a sepulcros monumentalizados de mártires, nos quais se centraliza o culto, ou a edifícios que acabaram por conter os seus restos mortais após uma *translatio*, de que é exemplo Santa Eulália de Mérida. Os *Memoriae* reportam-se a edifícios ou recintos construídos num local-chave, relacionado com a vida ou a obra do mártir, geralmente sem quaisquer relíquias ou restos mortais deste. Tanto os *Martyria* como os *Memoriae* deverão ser os mais antigos edifícios construídos em honra e memória dos defensores do Cristianismo, tendo-se alguns convertido em autênticos espaços de veneração, evoluindo para *Eclesiae* e Basílicas, podendo Torre de Palma ser um bom exemplo desta situação, enquanto outros caíram no esquecimento, principalmente aqueles que corresponderam ao primitivo sepulcro, sendo os restos mortais alvo de *translatio* posterior, mas também os que estavam mais afastados das cidades. Não devemos estranhar a localização destes edifícios nos *suburbia*, sublinhando particularmente a proibição de sepultamento no interior das cidades, ainda em vigor neste momento, e a perseguição aos Cristãos, que só terminou em 313 com o Édito de Milão. Além disso, como o comprovam os dados preliminares da necrópole ossonobense, nas urbes o progresso do Cristianismo esteve particularmente travado. Quiçá por se localizarem nos subúrbios, mais afastados da cidade e não terem sido absorvidos pela malha urbana, muitos destes edifícios acabaram por ser abandonados, devido a trasladação do culto para o interior das cidades.

Fig. 230 — Necrópoles romanas do Algarve durante o século IV d. C. Cartografia do autor. Mapa de base: Global Multi-Resolution Topography (GMRT), Version 3.4. Vetorial e adaptação: Rui de Almeida.

É possível admitir tal funcionalidade para os edifícios algarvios das *villae* romanas da Quinta de Marim e de Milreu, que, como tivemos já ocasião de argumentar (Pereira, 2015), ostentam uma arquitetura rigorosamente igual àquela que foi observada no *Martyrium* original de Mérida, e que foram considerados mausoléus constantinianos. A maioria destas estruturas, com cronologias do século IV, tem-se relacionado, cada vez mais, com esta funcionalidade, *Martyrium*, comprovada pelos dados arqueológicos e, algumas vezes, apoiada pelas fontes. Ainda assim, a exceção não é a regra e, na maioria dos casos, as fontes são omissas sobre estes cultos, principalmente aqueles que tiveram origem na periferia do império.

É inevitável relacionar três fenómenos ocorridos durante o mesmo momento, primeira metade do século IV, e que terão originado a construção destas edificações: a neutralidade do Estado fase ao Cristianismo; o incremento do culto aos mártires entretanto desobstruído; uma renovação considerável das *villae*, iniciada por Constantino I e, mais tarde, estimulada por um imperador hispano assumidamente cristão, Teodósio I. Soma-se a estes argumentos a formação de autênticos espaços funerários em redor destas edificações, muitas delas com evidentes práticas *ad sanctos*. Eventualmente, algumas nem sequer continham os restos mortais do mártir, frequentemente substituídos por uma relíquia carregada de elevado valor simbólico e profilático.

A grande diferença entre estas duas *villae*, de Quinta de Marim e de Milreu, reside sobretudo na sobrevivência de uma face à outra. Pode intuir-se uma maior continuidade para o caso olhanense, que desenvolveu gradualmente o culto cristão, acabando por receber a denominação de *Statio Sacra*, terminologia para a qual alguns autores têm proposto uma origem durante a Antiguidade Tardia ou época Bizantina, suportando-se na ausência deste no Itinerário de *Antoninum* (Trovar, 1976; Alarcão, 2005, p. 301-303; Graen, 2007, p. 276). De facto, a tipologia de alguns dos conhecidos edifícios explorados por Estácio da Veiga remete para realidades notavelmente mais tardias, associados a algumas estelas funerárias claramente paleocristãs (Dias e Gaspar, 2006, p. 221-224). Infelizmente, o estado de conhecimento sobre este sítio chave para a evolução do Cristianismo no sul de Portugal é deficitário, não permitindo sequer estabelecer a evolução clara dos seus espaços de morte.

O edifício de Milreu aparenta uma maior continuidade de utilização, patenteada numa constante remodelação, que terá alterado o seu aspeto inicial, contrariamente ao que se verificou na Quinta de Marim, onde se terá justificado a construção de outro edifício cultual de maiores dimensões. Falta apurar, contudo, se a realidade proposta para a Quinta de Marim foi potenciada por uma cada vez maior afluência de cultores a um espaço que era privado e passou a ser considerado público.

No entanto, esta dificuldade em relacionar determinados vestígios com um emergente Cristianismo não é apanágio apenas de esta *civitas*, mesmo quando há fontes escritas que o permitem. Tal foi já notado no caso emeritense, para o qual existem fontes documentais que corroboram uma rápida cristianização, ainda durante o século III. Contudo, a sua constatação pelos vestígios arqueológicos nem sempre oferece elementos evidentes que os relacionem com a comunidade cristã do século III ou mesmo IV (Arce, 2000, p. 173, Sánchez Ramos, 2006, p. 157). De facto, na capital da Lusitânia este momento caracteriza-se por uma dualidade de vestígios pagãos e cristãos e, no último caso, são precisamente as necrópoles que manifestam a existência de tal comunidade, que tem o seu expoente máximo no *Martyrium* de Santa Eulália (Mateos Cruz, 1999) e na necrópole cristã que gerou em seu redor.

Sublinhamos novamente que, por ora, tratamos apenas de colocar sobre a mesa novas leituras sobre os espaços da morte romanos identificados no Algarve, que compreensivelmente estão dependentes de futuros trabalhos que as validem ou refutem. Ainda assim, as semelhanças com os casos da capital provincial parecem ser mais que meras coincidências. A mesma tipologia arquitetónica, e talvez com a mesma funcionalidade, a mesma sequência dos espaços funerários e a mesma evolução do próprio Cristianismo, além de ligeiras disparidades cronológicas, parecem certificar tais leituras. A única diferença que encontramos entre as duas *civitas* e edifícios cultuais reside na maior distância dos edifícios algarvios em relação à urbe. Assim, apesar de o extremo sul ocidental da Península Ibérica demonstrar uma estreita relação com a província da Bética durante os séculos III e IV, testemunhado pela elevadíssima quantidade de materiais arqueológicos com essa origem, transparece simultaneamente uma forte influência das principais cidades da província a que pertenceu. Por outro lado, estes testemunhos não são exclusivos da Lusitânia. A Península Itálica conta também com uma farta quantidade de mausoléus com estas características (Fornari, 1916; Tolotti, 1982; Perinetti, 1989; González Parrilla, 2002; Sacchi, 2003; Tommasi, 2004; Cuscito, 2007), e não só (Bassani, 2007), e a parte oriental da Hispânia testemunhou também a sua existência, como é o caso da Plaza Antoni Maura de *Barcino*, onde se colocou a descoberto um edifício de culto idêntico, em redor do qual se dispôs uma necrópole (Ripoll López e Arce, 2001; Heredia Bercero, 2010, p. 382 e 383). No entanto, foi já avançado por outros investigadores que o edifício martirial de Santa Eulália de Mérida poderá constituir o polo irradiador deste modelo de imóvel na Península Ibérica (Cerrillo Martín de Cáceres, 1995, p. 365 e 366), proposta que partilhamos, embora a cronologia de construção destes edifícios seja, na maioria dos casos, demasiado idêntica para permitir uma distinção cronológica entre eles. Quiçá as reuniões ecuménicas que vinham sendo realizadas possam ser também responsabilizadas pela disseminação desta nova imagem funerária.

* * * *

Não é improvável que esta nova conceção do mundo funerário possa estar na origem da alteração da rede de povoamento que se foi transmutando após o século IV e que se parece alterar por completo a partir do século VII em diante, ainda que neste último momento devamos ter em consideração as invasões muçulmanas. No entanto, como foi referido antes, esta alteração na malha de povoamento começa a fazer-se sentir ainda durante o século III. Durante esse momento, século III e talvez IV, não parece descabido pensar que este fenómeno de dispersão das comunidades possa estar, de alguma forma, relacionado com a crescente importância do Cristianismo. Aliás, poderá ser este um argumento que justifica a construção dos edifícios de culto, que antes tratámos, nos subúrbios e nas grandes *villae* periurbanas. Além disso, as constantes perseguições aos cristãos e as retaliações que estas comunidades sofriam deverão ter potenciado o abandono paulatino das cidades em favor do campo, entenda-se os subúrbios. Aliás, tivemos oportunidade de observar que nas cidades os indícios do Cristianismo parecem ser, no mundo funerário, mais tardios do que no campo, embora admitindo que esse possa ser um fenómeno desenvolvido pela continuada ocupação das cidades o que, frequentemente, impossibilita o achado desses vestígios.

Infelizmente, o atual estado de conhecimento da topografia funerária não é suficiente para apoiar inequivocamente algumas destas propostas, devendo ser esta complementada com a rede de povoamento do Algarve em época romana alto-imperial e Tardo-Antiga. Ainda assim, deixa antever que até ao século III a dispersão topográfica era subtilmente distinta daquela que se verificou após esse momento, fenómeno que é particularmente distinguível a partir do século IV.

Durante os primeiros séculos a maior concentração populacional dever-se-ia encontrar em torno das principais cidades do território atualmente algarvio, ou seja, *Ossonoba*, *Balsa* e, eventualmente, Monte Molião (*Laccobriga*?). Aliás, a maior antiguidade das necrópoles destes núcleos confirma que foram os primeiros sítios a ser ocupados e que terão atraído a fixação tanto de colonos, como de colonizados. Simultaneamente, a ocupação romana foi-se dilatando ao longo de toda a linha de costa, fundando-se vários lugares suburbanos ou não, de vocação rural, que dispunham de terrenos férteis e de fácil acesso aos principais aglomerados que abasteciam. Claro que, mais para o interior, também observamos a existência de alguns, poucos, sítios coevos e que, como já discutimos, poderão estar relacionados com pontos de passagem para o interior e/ou explorações mineiras.

Ainda a partir do século III, mas mais visível a partir do século IV, a expansão de sítios parece ser maior e mais virada para o interior, concretamente para a área do Barrocal. Claro que esta intuição está também apoiada pelos sítios de ocupação romana que vêm sendo identificados nessa área, pois os espaços da morte não são suficientes para amparar tal constatação. Já referimos a presença de comunidades cristãs, nesta parte da província, e o seu refúgio em zonas rurais como uma das justificações para este fenómeno. No entanto, é extremamente difícil argumentar sobre esta possibilidade, mais ainda se considerarmos que este fenómeno ocorreu paralelamente à chamada crise do século III (Remondon, 1967; Fernández Ubiña, 1982; Chic García, 2005; Silva e Soares, 1993). Admitimos que esta proposta não tem base sustentável, mas, ainda assim, não queríamos deixar de lhe fazer referência. Com efeito, nunca se deve considerar apenas uma causa para determinado acontecimento histórico, até porque a quase totalidade dessas ocorrências se deve a vários fatores. Neste sentido, também devemos ter em consideração que a partir do século III

Resta ainda abordar, sucintamente, a questão relacionada com a arqueologia da morte, enquanto ferramenta na reconstrução de rituais e da imagem funerária. Durante longo tempo, os ritos e os rituais funerários romanos foram adequados às doutrinas religiosas, às crenças e aos mitos, o que provocou, muitas vezes, a alteração das realidades arqueológicas. No entanto, é cada vez mais evidente que são precisamente os rituais funerários que definem as doutrinas religiosas na Antiguidade. Relembramos como a orientação dos cadáveres foi utilizada na diferenciação dos ritos pagãos ou cristãos, sendo cada vez mais evidente que essas orientações não podem definir a religião dos finados. Assim, outros rituais assumem-se como os reveladores fundamentais das crenças dos finados, sendo, mesmo assim, difíceis de interpretar. Não devemos ainda esquecer que estes rituais tinham uma forte componente de ostentação social e de poder, principalmente durante o Alto-Império, o que pode dar uma imagem errada do estatuto social do cadáver, pois muitos tornavam-se na morte aquilo que não tinham sido em vida.

Nos últimos anos, os arqueólogos têm abordado os rituais funerários de forma cada vez mais orientada para o seu sentido prático enquanto ação humana, utilizada como ferramenta denunciadora de simbolismos de ordem social e das ideologias dominantes. Assim, a leitura simplista e redutora que associava rituais funerários a doutrinas religiosas foi sendo abandonada, justamente porque se considera que os primeiros são mais do que meros reflexos da sociedade que os construiu e idealizou (López García, 2006), tendo-se transformado em instrumentos políticos através dos quais se pretendeu ostentar o poder, real ou fictício, de cada indivíduo ou de cada família.

A preocupação em entender estes rituais tem vindo a crescer nos últimos anos, infelizmente não com o mesmo ritmo em Portugal, acompanhada por novas técnicas de escavação, redefinidas para detetar e documentar os detalhes que podem identificar as delicadas manifestações ideológicas de determinado enterramento. Mas estes pormenores só são possíveis de alcançar recorrendo a outras disciplinas complementares, como é o caso da antropologia (Miguel Ibañez, 1999; Zapata Crespo, 2004; Buikstra e Beck, 2006; Macías López, 2007). Infelizmente não nos foi possível, por vários motivos, apoiar este estudo com análises antropológicas. Ainda assim, esperamos que tenhamos logrado concluir com um mínimo de sucesso o estudo sobre os espaços funerários romanos do Algarve e dos seus respetivos rituais. Esperamos também que este estudo seja o início de um processo que ultrapasse a mera compilação de dados e o avançar de propostas. Que se torne uma porta aberta para outros estudos, que integrem escavações arqueológicas e se apoiem em vontades políticas e ideológicas que apostem no alargar do conhecimento das nossas raízes.

Bibliografia

ABASCAL PALAZÓN, J. (1991) – La muerte en Roma: fuentes, legislación y evidencia arqueológica. In VAQUERIZO GIL, D., coord. – *Arqueología de la muerte: metodología y perspectivas actuales, Fuenteobejuna 1990*. Córdoba: Diputación de Córdoba, Area de Cultura. p. 205-245.

ABASCAL PALAZÓN, J. (2009) – Nuevas marcas sobre tégulas romanas en enclaves de la costa de Alicante (Hispania Citerior). *Lucentum*. Alicante. XXVIII, p. 183-192.

ABÁSOLO ALVAREZ, J. (2002) – El mundo funerario romano en el centro y norte de Hispânia. Aspectos diferenciales. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba, Seminario de Arqueología. Vol. I, p. 145-162.

ABÁSOLO ALVAREZ, J. e RODRÍGUEZ-ARAGÓN, F. (1995) – Arqueología funeraria en Hispânia durante el bajo império y la época visigoda. In FÁBREGAS VALCARCE, R., ABED, A. e GRIESHEIMER, M. (2001) – Fouilles de la nécropole romaine de Pupput (Tunisie). *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris. 145e année, 1, p. 553-592.

ADSERIAS SANS, M.; MACIAS I SOLÉ, J.; RAMÓN SARIÑENA, E. e REMOLÀ VALLVERDÚ, J. (2000) – El Mausoleo de la calle Sant Auguri de Tarragona. In *Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, 5, Cartagena, 1998. Universitat de Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 41-46.

AGUADO MOLINA, M.ª; BANGO GARCÍA, C. e JIMÉNEZ CAÑIZOS, O. (2007) – El hueso trabajado del yacimiento del «Cerro de Álvar-Fáñez» (Huete, Cuenca). *Caesaraugusta*. Madrid. 78, p. 495-510.

AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico».

AGUAROD OTAL, C. (1995) – La cerámica comum de producción local, regional y importada. Estado de la questión en el Valle del Ebro. In *Cerámica comuna romana d'época Alto-imperial a la Península Ibérica. Estat de la questió*. Empuries: Museu d'Arqueologia de Catalunya. p. 129-153. (Monografias Empuritanes; 8).

AGUILAR CAMACHO, G. (2004) – La necrópolis romana occidental de La Algodonera. Écija (Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2001. Vol. II, p. 891-898.

AGUILAR SÁENZ, A.; GUICHARD, P. e LEFEBVRE, S. (1993) – La ciudad antigua de Lacimurga y su entorno rural. In GORGES, J., ed. lit. – *Actas de la mesa redonda internacional El medio rural en Lusitania romana – Formas de hábitat y ocupación del suelo*. Salamanca: Ediciones de la Universidad. p. 109-130.

AGUILAR-TABLADA MARCOS, B. e SÁNCHEZ de PRADO, M.ª (2006) – Evidencias de un taller de vidrio en la ciudad romana de Augustobriga (Talavera la Vieja, Cáceres). *Lucentum*. Alicante. XXV, p. 177-193.

ALARCÃO, A. (1976) – Lucernas romanas do Palácio Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*. Coimbra. 15, p. 73-90.

ALARCÃO, J. de (1965) – Um peso de balança figurativo. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. S. 9, III, p. 3-9.

ALARCÃO, J. de (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. 5, p. 1-6.

ALARCÃO, J. de (1968) – Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga*. Coimbra. 7, p. 1-33.

ALARCÃO, J. de (1970) – Vidros romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, 4, p. 237-273.

ALARCÃO, J. de (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo. (Historia Mundi; 33).

ALARCÃO, J. de (1975) – Les Sigillées Sud-Galliques. In ALARCÃO, J. de e ÉTIENNE, R., dir. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. De Boccard. Vol. IV, Les Sigillées. p. 69-149.

ALARCÃO, J. de (1976) – Vidros romanos procedentes da colecção do rei D. Manuel. *Conimbriga*. Coimbra. XV, p. 55-68.

ALARCÃO, J. de (1981) – Roman glass from Troia (Portugal). In *Annales du Congrès International d'Étude Historique du Verre*, 8, Londres-Liverpool, 1979. Liége: Édition du Secretariat General. p. 105-111.

ALARCÃO, J. de (1985) – Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.

ALARCÃO, J. de (1988a) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philips. Vol. I.

ALARCÃO, J. de (1988b) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philips. Vol. II: Gazetteer: Fasc. 3: Évora, Faro, Lagos.

ALARCÃO, J. de (1988c) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. de (2005) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 293-311.

ALARCÃO, J. de e ALARCÃO, A. (1964) – Vidros romanos do Museu Municipal da Figueira da Foz. *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXXIV, 1-2, p. 79-120.

ALARCÃO, J. de e ALARCÃO, A. (1965) – Vidros Romanos de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra.

ALARCÃO, J. de e ALARCÃO, A. (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. V, p. 7-104.

ALARCÃO, J. de; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. e PONTE, S. (1976) – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: E. de Boccard. Vol. VI - Céramiques diverses et verres.

ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, A. e PONTE, S. (1979) – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: E. de Boccard. Vol. VII Trouvailles diverses, conclusions générales.

ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (1990) – *Les villas romaines de São Cucufate*. Paris: E. de Boccard.

ALARCÓN CASTELLANO, F. (1998) – Intervención arqueológica de Emergencia Avd. de Sevilla. 2. Chipiona (Cádiz). *Anuário Arqueológico de Andalucia*. Sevilla. III (1991).

ALBA CALZADO, M. e GUTIÉRREZ LLORET, S. (2009) – Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX). In BERNAL ALBARRÁN BARRADO, C. (2010) – A. A. P. en suministro de agua municipal en la carretera A-342 de Monturque a Cabra (PK 8,150 a 9,250). Córdoba. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 1063-1074.

ALCÁZAR, J. e MANTERO, A. (1991) – Estudio antropológico de incineraciones prerromanas y romanas de Carmona, Sevilla. In BOTELLA, M., ed. lit. – *Nuevas Perspectivas en Antropología*. Congreso Español de Antropología Biológica, 7. Granada: Diputación Provincial e Universidad de Granada, p. 27-33.

ALFARO ASINS, C. (1986-1987) – Juego de pesas bizantinas conservado en el M.A.N. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 13-14, p. 263-270.

ALMAGRO BASCH, M. (1955) – *Las Necrópolis de Ampurias: Necrópolis romanas y necrópolis indígenas*. Barcelona: Seix y Barral.

ALMAGRO GORBEA, M. (1993-1994) – Ritos y cultos funerarios en el mundo ibérico. *AnMurcia*. Múrcia. 9-10, p. 107-133.

ALMAGRO GORBEA, M.; LÓPEZ ROSENDO, M.ª; MEDEROS MARTÍN, A. e TORRES ORTIZ, M. (2010) – Los sarcófagos antropoides de la necrópolis de Cádiz. *Mainake*. Málaga. XXXII:I, p. 357-394.

ALMEIDA, F. de (1962) – Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.ª Série, 4, p. 6-278.

ALMEIDA, F. de (1967) – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Livraria Civilização Editora. Vol. I.

ALMEIDA, F. de (1972-1974) – Torre de Palma (Portugal), a basilica paleocrista e visigótica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 45-47, p. 103-12.

ALMEIDA, F. de e PAIXÃO, J. (1978) – Um tipo raro de sepultura romana (Tróia). In *Actas das Jornadas Arqueológicas*, 3, Lisboa, 1977. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 322-333.

ALMEIDA, J. A. (1953) – Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Arqueólogo Português. Lisboa*. 2.ª Série, 2, p. 5-208.

ALMEIDA, J. (2009) – *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.

ALONSO CEREZA, E. (2010) – *El vidrio romano en los museos de Madrid*. Tesis presentada a la Universidad de Madrid para optar al grado de Doctor.

ALORS REIFS, R. (2009) – Intervención arqueológica de urgencia. Yacimiento «Lagarito del Conde» T. M. Montilla. *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla. 2004.1, p. 929-934.

ALVAR NUÑO, A. (2010) – *El mal de ojo en el occidente romano: materiales de Italia, Norte de África, Península Ibérica y Galia*. Memoria para optar al grado de Doctor, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia.

ALVAR EZQUERRA, J. (1995) – El misterio de Mithra. In ALVAR ESZQUERRA, J.; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J.; FERNÁNDEZ ARDANAZ, S.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; LOZANO, A.; MARTÍNEZ MAZA, C. e PIÑERO, A., ed. lit. – *Cristianismo Primitivo e Religiones Mistéricas*. Madrid: Catedra.

ÁLVAREZ-OSSÓRIO, F. (1941) – *Catálogo de los Exvotos de Bronce Ibéricos*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.

ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1946) – Museo Arqueológico de Mérida (Badajoz). *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*. Madrid. 1945, p. 5.

AMARAL, R. (2008) – Os monges e a cristianização do campo na antiguidade tardia hispânica. A leitura

e a propagação de um mundo escatológico a partir do texto bíblico. *Saeculum*. Paraíba. 18, p. 121-127.

AMARÉ TAFALLA, M.ª (1982) – Lucernas romanas de Bílbilis. In *Encuentro de Estudios Bilbilitanos*, I, Zaragoza. Calatayud: Centro de Estudios Bilbilitanos. p. 33-41.

AMARÉ TAFALLA, M.ª (1985) – Representaciones literarias sobre lucernas romanas. In *Congreso Nacional de Arqueología*, 17, Logroño, 1983. [S.l.]: Congresos Arqueológicos Nacionales. p. 739-748.

AMARÉ TAFALLA, M.ª (1988-1989) – Notas sobre un posible taller de lucernas romanas en Córdoba. *Ifigea*. Córdoba. V-VI, p. 103-115.

AMARÉ TAFALLA, M.ª, BONA LÓPEZ, I. e BORQUE RAMON, J. (1983) – Avance al estudio de un posible alfar romano de Tarazona: I, las lucernas. *Turiaso*. Tarazona. IV, p. 93-110.

AMARÉ TAFALLA, M.ª e GARCÍA MARCOS, V. (1994) – Una producción de lucernas en Asturica Augusta. *Zephyrvs*. Salamanca. XLVII, p. 273-285.

AMARÉ TAFALLA, M.ª e SÁENZ PRECIADO, J. (2003--2004) – Un molde de lucerna procedente de Bilbilis. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valadolid. 69-70, p. 179-184.

AMELA VALVERDE, L. (2011) – Los Pompeii del Sepulcro de los Pompeyos (Torreparedones, Castro del Río, Baena, prov. Córdoba). *Myrtia*. Múrcia. 26, p. 27-41.

AMO, M. del (1976) – *Restos Materiales de la Población Romana de Onuba*. Huelva: Publicaciones del Museo de Huelva. (Huelva Arqueológica; II).

AMO GUINOVART, M.ª (1979) – *Estudio crítico de la necrópolis paleocristiana de Tarragona*. Tarragona: Diputación Provincial de Tarragona.

AMORES, F. e KEAY, S. (1999) – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflor o una série de Hispánicas Precoces. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. lit. – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a M.ª Ángeles Mezquíriz*. Jaén; Malaga: Universidad. p. 235-252.

ANDERSON, V. (1987) – The Chronology and Function of Ceramic Unguentaria. *American Journal of Acheaology*. Boston. 91:1, p. 105-122.

ANDRADE, R., FERREIRA, O. e VIANA, A. (1957) – *Necrópole Céltico-Romana de Aljustrel*. Coimbra. Separata do tomo VIII das publicações do XXIII Congresso Luso-Espanhol.

ANGLADA CURADO, R. e HAYES, E. (2003a) – Excavaciones de urgencia en la calle de Enmedio n.º 19 de Carmona (Sevilla): nuevos datos sobre la necrópolis romana. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. Vol. II (2001), p. 1203-1217.

ANGLADA CURADO, R. e HAYES, E. (2003b) – Intervención de urgencia en el Paseo del Estatuto, Carmona (Sevilla): el mausoleo romano. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. Vol. II (2001), p. 1218-1227.

ANSELMINO, L. (1983) – A proposito delle lucerne romane di Cartagine. *Opvs*. Firenze. 2, p. 31-39.

ANSELMINO, L. e PAVOLINI, C. (1981) – Terra Sigillata: Lucerne. In *Atlante delle forme ceramiche, Ceramica fine romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma. Vol. I, p. 184-207.

AQUILUÉ ABADÍAS, X. (1985) – Algunas consideraciones sobre el comercio africano. Tres facies características de la cerámica común africana de época alto-imperial. *Empúries*. Barcelona. 47, p. 210-221.

AQUILUÉ ABADÍAS, X. (2003) – Estado actual de la investigación de la terra sigillata africana en la Península Ibérica en los siglos VI-VII. In CABALLERO ZOREDA, L.; ARAGÃO, A. C. T. de (1868) – Relatório do cemitério romano descoberto próximo de Tavira em Maio de 1868. *Diário de Lisboa*. Lisboa. 1868, p. 2705.

ARAGÃO, A. de (1896) – Antiguidades de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 2, p. 55-57.

ARBOLEDAS MARTÍNEZ, L. (2007) – *Minería y metalurgía romana en el Alto Guadalquivir: Aproximación desde las fuentes y el registro arqueológico*. Tesis presentada a la Universidad de Granada, Departamento de Prehistoria y Arqueología, para obtención del grado de doctor.

ARBOLEDAS MARTÍNEZ, L. (2010) – Minería y metalurgia romana en el Sureste peninsular: La provincia de Almería. *Saguntum*. Valência. 42, p. 87-102.

ARCE, J. (2003) – *Mérida Tardorromana, 300-580 A. D.* Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

ARCE, J. (2006) – Fana, Templa, Delubra Destrui Praecipimus: El final de los templos de la Hispania Romana. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 79, p. 115-124.

AREZES, A. (2017) – O mundo funerário visigótico no território louletano: Sítios, práticas e materiais. In *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional, p. 419-449. Catálogo.

ARÉVALO, A.; BERNAL, D.; MUÑOZ, A.; GARCÍA, I., e MACÍAS, M. (2006) – El mundo funerario tardorromano en Baelo Claudia. Novedades de las intervenciones arqueológicas del 2005 en la muralla oriental. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17: II, p. 61-84.

ARÉVALO, A.; MORENO, E.; MORA, B.; ARANCIBIA, A.; CAMPO, M.; FERNÁNDEZ, J.; COSTA, B. e MEZQUIDA, A. (2016) – La moneda del difunto. Metodología arqueológica y problemas de investigación. In ARÉVALO GONZÁLEZ, A., ed. lit. –

Monedas para el más allá. Uso y significado de la moneda en las necrópolis tardopúnicas y romanas de Ebusus, Gades y Malaca. Málaga: Universidad, p. 13-26.

ARMENDÁRIZ AZNAR, R.; MATEO PÉREZ, M.ª e ALBÉNIZ ARREGUI, M.ª (1997) – Santa Criz, una necropolis romana de incineración en Eslava (Navarra). *Isturitz*. Donostia. 9, p. 823-841.

ARRUDA, A. (1988) – Nota sobre a ocupação romana-republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5.º Congresso do Algarve*. Silves. Vol. 1, p. 13-17.

ARRUDA, A. (2004) – A Idade do Ferro em Portugal: leituras de J. de Alarcão. [S. l.: s.n.].

ARRUDA, A. (2007) – Laccobriga. In *A Ocupação Romana na Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal. p. 7-47. Catálogo.

ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. e FREITAS, V. (2003) – O sítio Islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização. *Xelb*. Silves. 4, p. 247-264.

ARRUDA, A. e FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A. e MAYET, F., ed. lit. – *As Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, comércio*. Coimbra; Paris: De Boccard, p. 199-213.

ARRUDA, A. e PEREIRA, C. (2008) – As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb*. Silves. 8, vol. I, p. 365-395.

ARRUDA, A. e PEREIRA, C. (2010) – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romana-republicana. *Xelb*. Silves. 10, p. 695-716.

ARRUDA, A. e PEREIRA, C. (2012) – De Santa Olaia a Bensafrim: itinerários e percursos de Santos Rocha no Algarve. In VILAÇA, R. e PINTO, S., coord. – *Santos Rocha: A arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz, p. 133-152.

ARRUDA, A. e PEREIRA, A. (2017) – A cerâmica de cozinha africana de Monte Molião (Lagos, Portugal) e o seu enquadramento regional. *Onoba, Revista de Arqueología y Antigüedad*. Huelva. 5, p. 21-43.

ARRUDA, A. e SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 235-286.

ARRUDA, A. e SOUSA, E. (2012) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*. Sevilla. 21, p. 93-133.

ARRUDA, A.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. e LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): Resultados de um projecto em curso. *Xelb*. Silves. 8, vol. I, p. 137-168.

ARRUDA, A.; SOUSA, E. e LOURENÇO, P. (2010) – A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves. 10, p. 267-284.

ARRUDA, A.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local do Monte Molião. *Xelb*. Silves. 10, p. 285-304.

ASSIS, S. e BARBOSA, R. (2008) – A necrópole romana da Quinta da Torrinha/Quinta de Santo António, Monte da Caparica (III-V d. C.). Incursão ao universo funerário, paleodemográfico e morfométrico. *Al-Madan* adenda eletrónica. Almada. II série, 16.

ATAUZ, A.; HOLT, P.; BARTOLI, D. e GAMBONI, P. (2011) – A roman shipwreck of the island of Capraia, Italy. *The Journal of Fasti Online*. [Em linha]. 49. Disponível em WWW: <URL:http://www.fastionline.org/>.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. (2001) – Accesorios metalicos de correas de cinturones militares altoimperiales hallados en Hispania. *Archivo Espanhol de Archeologia*. Madrid. 74, p. 291-304.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. (2006) – Talleres dedicados a la producción de equipo militar en los campamentos romanos de León, con especial referencia a los restos de lorica segmentata. In MORILLO CERDÁN, A., coord. – *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. Léon: Universidad de Léon. P. 309-334.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. (2007a) – El equipo militar en la Hispania del bajo imperio. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 427-444.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. (2007b) – Arneses equinos de época romana en Hispania. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 321-344.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. (2010) – Las armaduras romanas en Hispania: protectores corporales para la infantería y la caballería. *Gladius*. Madrid. XXX, p. 79-98.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J.; FERNÁNDEZ OCHOA, C. e CABALLERO KLINK, A. (1986) – Mobiliario metalico del yacimiento ibero-romano de la Bienvenida en la provincia de Ciudad Real. *Oretvm*. Ciudad Real. 2, p. 249-292.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. e ZARZALEJOS PRIETO, M.ª (1990) – Apliques de situla de la Oretania, algunas matizaciones á la tipologia de Delgado. *Archivo Espanhol de Archeologia*. Madrid. 63, p. 284-292.

AUTH, S. (1976) – *Ancient Glass at the Newark Museum: From the Eugene Schaefer Collection of Antiquities*. Newark: The Museum.

AYERBE VÉLEZ, R. (2001) – Excavación en un espacio funerario de Mérida. Intervención arqueológica realizada en la Avda. Vía de la Plata, s/n. *Memoria*. Mérida. 5, p. 21-48.

AZEVEDO, J. (1967) – Itácio o Claro Bispo de Ossonoba, figura preponderante do séc. IV. *Bracara Augusta*. Braga. 21, p. 55-62.

AZKARATE GARAI-OLAUN, A. (2002) – De la tardoantiguidad al medievo cristiano. Una mirada a los estúdios arqueológicos sobre el mundo funerario. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. II, p. 115-140.

BAILEY, D. M. (1980) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum*. Londres: British Museum. Vol. II - Roman Lamps made in Italy.

BAILEY, D. M. (1988) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum*. Londres: British Museum. Vol. III - Roman Provincial Lamps.

BAILLS-TALBI, N. e DASEN, V. (2008) – Rites funéraires et pratiques magiques. In GUSI, F., MURIEL, S. e OLÁRIA, C., coord. – *Nasciturus: Infans, puerulus. Vobis mater terra. La muerte en la infância*. Castelló: Diputación. (Sèrie de Prehistòria i Arqueologia).

BALESTRAZZI, E. (1988) – *Lucerne del Museo di Aquileia*. Aquileia: Associazione Nazionale per Aquileia.

BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M. e MONZÓN, S. (1983) – *Pour la normalization de la déscription des poteries*. Paris: Musée de L'Homme, Laboratoire d´Ethnologie, Département de Technologie Comparée.

BALIL ILLANA, A. (1958) – Circulación monetaria en España en el Imperio Romano. *Numisma*. Madrid. XXXV, p. 25-29.

BALIL ILLANA, A. (1965) – Lucemas romanas: problemas y métodos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 38, p. 106-108. (Varia helenístico-romana).

BALIL ILLANA, A. (1968) – Marcas de ceramista en lucernas romanas halladas en Espanã. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 41, p. 158-178.

BALIL ILLANA, A. (1968-1969) – Marcas de ceramista en lucernas romanas halladas en España. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 41-42, p. 158-178.

BALIL ILLANA, A. (1987) – Tesserae lusoriae de Ampurias. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 17, p. 331-336.

BAPTISTA, L.; PINHEIRO, R. e RODRIGUES, Z. (2011) – A necrópole romana de Torre Velha 13 (S. Salvador, Serpa). *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar, p. 751-764.

BARADEZ, J. (1969) – Nécropole orientale côtière de Tipasa de Maurétanie. *Antiquités Africaines*. Aix-en-Provence. 3, p. 83-113.

BARBOSA, R. e ALDANA, P. (2006) – Espaços e estratigrafias da Quinta de Santo António/Quinta da Torrinha (Monte da Caparica, Almada), no contexto da Pré-História recente e romanização na Península de Setúbal. *Al-Madan adenda eletrónica*. Almada. II série, 14.

BARRAGÁN VALENCIA, M.ª (2006) – Primeros datos sobre las necrópolis tardoantiguas de Carretera de Carmona. Hispalis. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17, p. 119-136.

BARROCA, M. (1989) – Sobre a cronologia dos passadores em T. *Arqueologia*. Porto. 19, p. 147-152.

BASSANI, M. (2005) – Ambienti e edifici di culto domestici nella Penisola Iberica. *Pyrennae*. Barcelona. 36:1, p. 71-116.

BASSANI, M. (2007) – Culti domestici nelle province occidentali: alcuni casi di ambienti e di edifici nella gallia e nella britannia romane. *Antenor*. Padova. VI, p. 105-123.

BATH, J. (1823-1833) – *Opera quae extant*. Opera Ominia. 10 volumes. Kühn, Leipzig.

BECATTI, G. (1955) – *Oreficerie antiche. Dalla Minoiche alle Barbariche*. Roma: Ist. Poligrafico dello Stato.

BEJARANO OSÓRIO, A. M.ª (2004) – Un espacio funerario generado en el entorno del circo romano de Augusta Emerita. Intervención arqueológica realizada en un área situada en los Jardines del Hipódromo s/n. *Memoria*. Mérida. 7, p. 131-151.

BEJARANO OSÓRIO, A. M.ª (2015) – *La Medicina en la Colonia Augusta Emerita*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Arqueología.

BELCHIOR, C. (1970) – Duas notas sobre lucernas da necrópole romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. IX, p. 75-79.

BELCHIOR, C. (1974) – Breve notícia de algumas lucernas do Museu de Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. IV, p. 198-219. Separata.

BELÉN, M.ª; REYES, S.; HERNÁNDEZ, G.; LINEROS, R.; e PUYA, M. (1986) – Rituals funeraris a la necropolis romana de Carmona (Sevilla). *Cota Zero*. Barcelona. 2, p. 53-61.

BELTRÁN FORTES, J. (1987) – Notas sobre una urna romana de Córdoba. *Baética*. Malaga. 10, p. 161-178.

BELTRÁN FORTES, J. (1990) – Mausoleos romanos en forma de altar del sur de la Península Ibérica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 63, p. 183-226.

BELTRÁN FORTES, J. (1999) – *Los sarcófagos romanos de la Bética con decoración de tema pagano*. Malaga e Sevilla: Universidades.

BELTRÁN FORTES, J. (2001) – Arqueología de la Carmona romana: el esquema urbano. In CABALLOS RUFINO, A., ed. lit. – *Carmona Romana*. Carmona, p. 135-158.

BELTRÁN FORTES, J. e ATENCIA PÁEZ, R. (1996) – Nuevos aspectos del culto isiaco en la Baética. *SPAL*. Sevilla. 5, p. 171-196.

BELTRÁN LLORIS, M. (2004) – Alfares y hornos romanos en Andalucía. Historiografía de la investigación y claves de lectura. In *Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.--VII d. C.)*. Oxford. Archeopress. p. 9-38. (B. A. R. Internacional Series; 1266).

BELTRÁN LLORIS, F. (2010) – Tesserae paganicae. In LAMOINE, L.; BERRENDONNER, C. e CÉBEILLAC--GERVASONI, M., dir. – *La Praxis Municipale dans L'Occident Romain*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal. p. 187-212.

BENDALA GALÁN, M. (1973) – Tablas de juego en Itálica. *Habis*. Sevilla. 4, p. 263-272.

BENDALA GALÁN, M. (1976) – *La Necropolis Romana de Carmona (Sevilla)*. Serie 1, 11. Sevilla: Diputación Provincial.

BENDALA GALÁN, M. (1991a) – El banquete funerário en el mediodía hispano: una observación. *Gerión*. Madrid. Anejos III, p. 181-186.

BENDALA GALÁN, M. (1991b) – Incineration et inhumations dans l'occident romain aux trois premiers siècles de notre ère: Le sud de l'Espagne. In *Incineration et inhumations dans l'occident romain aux trois premiers siècles de notre ère. Actes du Colloque International de Toulose-Montréjeau*. Toulose: Ministère de la Culture et de la Comunication. p. 77-90.

BENDALA GALÁN, M. (1995) – Necrópolis y ritual funerário en la Hispania altoimperial. In FÁBREGAS VALCARCE, R.; F. PÉREZ LOSADA, C. e FERNÁNDEZ IBAÑÉZ, ed. – *Arqueoloxía da morte. Arqueoloxía da morte na Peninsula Iberica desde as orixes ata o medievo*. Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia. p. 277-290.

BENDALA GALÁN, M. (1996) – El vino en el ritual y el simbolismo funerario en la Roma antigua. In CELESTINO, S., ed. – *El vino en la Antigüedad romana*. Simposio Arqueología del Vino, 2, Jerez de la Frontera. p. 51-62. (Serie Varia; 4).

BENDALA GALÁN, M. (2002) – Virtus y Pietas en los monumentos funerários de la Hispania romana. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I, p. 67-85.

BENOIT, F. (1952) – L'archéologie sous-marine en Provence. *Rivista di Studi Liguri*. Bordighera. XVIII, 3-4, p. 237-307.

BENOIT, F. (1962) – Circonscription d'Aix-en-Provence (région sud). *Gallia*. Aix-en-Provence. 20:2, p. 687-716.

BERNAL CASASOLA, D. (1990-1991) – Figuli Hispani: testimonios materiales de manufactura peninsular de lucernas en época romana. *Opvs*. Firenze. IX-X, p. 147-159.

BERNAL CASASOLA, D. (1993) – Una pieza excepcional del Museo Nazionale de Roma y el problema de las lucernas tipo Andújar. *Espacio, tiempo y forma. Serie II, Historia antigua*. Madrid. 6, p. 207-220.

BERNAL CASASOLA, D. (1997) – La producción anfórica en la bahía de Algeciras en época romana: nuevos datos procedentes de los talleres de la Venta del Carmen (Los Barrios). In *Jornadas de Historia del Campo de Gibraltar*, 4, Almoraima. Algeciras. 17, p. 65-73.

BERNAL CASASOLA, D. (1998) – *Excavaciones arqueológicas en el alfar romano de la Venta del Carmen (Los Barrios, Cádiz). Una aproximación a la producción anfórica en la Bahía de Algeciras en época altoimperial*. Madrid: Ayuntamiento de Los Barrios.

BERNAL CASASOLA, D. (2001) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*, Écija-Sevilla, 1998: Actas. Écija: Gráficas Sol. Vol. I, p. 239-372.

BERNAL CASASOLA, D. (2004) – Comercio, rutas y navegación en la Hispania meridional tardoromana (ss. III-VII d. C.). Una perspectiva desde la arqueologia litoral. In MARIA, L. e TURCHETTI, R., ed. lit. – *Rotte e porti del Mediterraneo dopo la caduta dell'Impero Romano d'Occidente. Continuità e innovazioni tecnologiche e funzionali*. Roma: Rubbettino Editore. P. 33-64.

BERNAL CASASOLA, D. e GARCÍA GIMÉNEZ, R. (1995) – Talleres de lucernas en Colonia Patricia Corduba en época bajoimperial: evidencias arqueológicas y primeros resultados de la caracterización geoquímica de las pastas. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 6, p. 175-216.

BERNAL CASASOLA, D. e SÁEZ ROMERO, A. (2007) – Opérculos y ànforas romanas es el Círculo del Estrecho. Precisiones tipológicas, cronológicas y funcionales. In *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum*. Bonn. Acta 40, p. 455-472.

BERNALDO de QUIRÓS, F. (1995) – El nacimiento de la muerte. In FÁBREGAS VALCARCE, R.; F. PÉREZ LOSADA, C. e FERNÁNDEZ IBAÑÉZ, ed. lit. – *Arqueoloxía da morte. Arqueoloxía da morte na Peninsula Iberica desde as orixes ata o medievo*. Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia, p. 34-59.

BERNARDES, J. (2005a) – A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano*. Faro: Câmara Municipal, p. 35--42. Catálogo.

BERNARDES, J. (2005b) – As necrópoles de Ossonoba. Morrer em Faro há 2000 anos. In *Caminhos do Algarve Romano*. Faro: Câmara Municipal, p. 26--34. Catálogo.

BERNARDES, J. (2008a) – O Centro Oleiro do Martinhal. *Xelb*. Silves. 8, p. 191-212.

BERNARDES, J. (2008b) – Intervenção arqueológica de emergência no sítio romano de Loulé-Velho (Quarteira). *Al-'Ulya*. Loulé. 12. Separata.

BERNARDES, J. (2009) – As transformações no fim do mundo rural romano no Sudoeste Peninsular: evidências e problemas arqueológicos (séc. V-VII). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 20, p. 323-348.

BERNARDES, J. (2010) – *Ab Oppido ad Urbem*: Algarve's urban landscape variations throughout the roman age. In CORSI, C. e VERMEULEN, F., ed. lit. – *Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean*. Évora: Ante Quem, p. 357-368.

BERNARDES, J. e OLIVEIRA, L. (2002) – *A calçadinha de São Brás de Alportel e a antiga rede viária do Algarve central*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal.

BERROCAL CAPARRÓS, M.ª e LAIZ REVERTE, M.ª (1995) – Tipología de enterramientos en la necrópolis de San Antón en Cartagena. In *Reunió d'Arqueología Cristiana Hispánica*, 4, Lisboa, 1992. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 173-182.

BERROCAL CAPARRÓS, M.ª; LÓPEZ ROSIQUE, C. e SOLER HUERTAS, B. (2002) – Aproximación a un nuevo espacio de necrópolis en Carthago-Spartaria. *Mastia*. Cartagena. 1, p. 221-236.

BERTRAND, I. (2008) – Le travail de l'os et du bois de cerf à Lemonum (Poitiers, F), lieux de production et objets finis: un état des données. In BERTRAND, I., dir. – *Le travail de l'os, du bois de cerf et de la corne à l'époque romaine: un artisanat en marge?* Montagnac: Éd. Monique Mergoil. p. 101-144. (Monographie Instrumentum; 34).

BERTRAND, E.; DESBAT, A.; ELAIGNE, S. e SCHMITT, A. (1997) – L'atelier de la Butte. *Gallia*. Paris. 54, p. 5-43.

BIONDO, F. (1453) – *Historiarum Ab Inclinatione Romanorum Imperii Decades*. Veneza: Tommaso de'Blaviza.

BIRLEY, A. (1997) – *Vindolanda. Greenhead*: Roman Army Museum Publications. Vol. IV - The small finds, Fasc. II - Securit, the keys and locks.

BISHOP, M. (1988) – Cavalry equipment of the Roman Army in the first century A. D. In COULTON, J., ed. lit. – *Military Equipment and the Identity of Roman Soldiers*. Oxford. Archeopress. p. 67-195. (B.A.R. International Series; 394).

BISHOP, M. e COULTON, J. (1993) – *Roman military equipment. From the Punic wars to the fall of Rome*. London: B. T. Batsford.

BISI, A. (1977) – Le lucerne fittili dei nuovi scavi di Ercolano. L'instrumentum domesticum di Ercolano e Pompei nella prima etá imperiale. *Quaderni di Cultura Materiale*. Roma. 1, p. 73-104.

BLANCO CORONADO, F. e PERAL PACHECO, D. (2005) – Las pinzas quirúrgicas del instrumental médico de Augusta Emerita. *Revista de Estudios Extremeños*. Cáceres. 61, p. 45-68.

BLANCO JIMÉNEZ, F. e LEGUPÍN TUBÍO, I. (2010) – Intervención arqueológica de la primera fase de excavación del solar ubicado en la Avenida de Portugal esquina con la Avenida Juan Carlos I. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 579-591.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. (1967) – Posible origen africano del cristianismo español. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 40, 117-118, p. 30-50.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. (1977) – Orígenes africanos del cristianismo español. In *Imagen y Mito*. Madrid: Ed. Cristiandad. p. 467-494.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. (1995a) – Fuentes para el conocimiento de Jesus. In ALVAR ESZQUERRA, J.; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J.; FERNÁNDEZ ARDANAZ, S.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; LOZANO, A.; MARTÍNEZ MAZA, C. e PIÑERO, A., ed. lit. – *Cristianismo Primitivo e Religiones Mistéricas*. Madrid: Catedra, p. 19-46.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. (1995b) – La reacción pagana ante el cristianismo. In ALVAR ESZQUERRA, J.; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J.; FERNÁNDEZ ARDANAZ, S.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; LOZANO, A.; MARTÍNEZ MAZA, C. e PIÑERO, A., ed. lit. – *Cristianismo Primitivo e Religiones Mistéricas*. Madrid: Catedra, p. 157-188.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (2002) – Origens do cristianismo na Lusitânia. In RIBEIRO, J. C., coord. – *Religiões da Lusitânia, Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 317-321. Catálogo.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (2006) – La creencia en la ultratumba en la hispania romana através de sus monumentos. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. – *El Mediterráneo, Historia, Arqueología, Religión y Arte*. Madrid: Cátedra, p. 363-379.

BOARDMAN, J. (1974) – *Athenian Black Figure Vases*. London: Thames and Hudson.

BOARDMAN, J. (1989) – *Athenian Red Figure Vases: The classical period*. London: Thames and Hudson.

BODEL, J. (2000) – Dealing with the dead. Undertakers, executioners and potter's fields in ancient Rome. In HOPE, V. e MARSHALL, E., ed. lit. – *Death and Disease in the Ancient City*. London: Routledge, p. 128-151.

BOLLA, M. (1988) – *Le Necropoli Romane di Milano*. Milano: Civiche Raccolte. Supplemento V.

BOLLA, M. (1995) – Analisi della necropoli di Cavaion, Bossema. In SALZANI, L., ed. lit. – *La necropoli romana a Bossema di Cavaion*. Verona: Associazione Archeologica Cavaionese.

BOLLA, M.; BOUBE, C. e GUILLAUMET, J. (1991) – Les situles. In FEUGÈRE, M. e ROLLEY, C., dir. – *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Dijon: Université de Bourgogne, p. 10-24.

BOLLA, M.; CASTOLDI, M. e TERENZIANI, L. (1979) – Recipienti in bronzo d'età romana in Lombarda. *Rivista Archeologica dell'Antica Provincia e Diocesi di Como*. Como. 161, p. 23-50.

BONET ROSADO, H. e MATA PARREÑO, C. (2002) – El Puntal dels Llops. Un fortín edetano. *Trabajos Varios del Servicio de Investigación Prehistórica*. Valência, 99.

BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archeopress. (BAR Int. Series; 1301).

BONNET, C. (1988) – *Lampes Céramiques Signées*. Paris: La Maison des Sciences de l'Homme. (Documents d'Archéologie Française; 13).

BONNET, C. e BLAZOIT, F. (2007) – Traitements, modalités de dépôt et rôle des céramiques dans les structures funéraires gallo-romaines. In *Pratiques funéraires et sociétés: nouvelles approches en archéologie et en anthropologie sociale*. Dijon: Éd. Universitaires de Dijon.

BONNET, J. e DELPLACE, C. (1983) – Étude d'une production de lampes en Gaule. *Gallia*. Aix-en-Provence. 41:1, p. 167-189.

BONSOR, G. (1899) – Notas arqueológicas de Carmona. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. 3:7, p. 425-429.

BONSOR, G. (1931) – *An archaeological sketch-book of the roman necropolis at Carmona*. Translated from the French by Clara I. Penney. New York: Hispanic Society of America. (Hispanic Notes & Monographs).

BOROBIA MELENDO, E. (1988) – *Instrumental medico quirurgico en la Hispania romana*. Madrid: Impressos Numancia.

BOROBIA MELENDO, E. (2007) – Instrumental médico quirúrgico en la Hispania romana. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 181-196.

BOROBIA MELENDO, E. e LUZ PARRA, M. (1992) – Los instrumentos quirúrgicos en Odontología de época clásica. Influencias en el diagnóstico paleopatológico. *Munibe Antropologia-Arkeologia*. Donostia. 8, p. 227-230.

BORRÉANI, M. e BRUN, J. (1990) – Une exploitation agricole antique à Costebelle (Hyères, Var): huilerie et nécropole (Ier s. av. J.-C. VIe s. ap. J.-C.). *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montepellier. 23, p. 117-146.

BOST, J.-P. e PEREIRA, I. (1972) – Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga (Portugal). In *Congreso Nacional de Numismática*, 1, Zaragoza, 1972. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. p. 120-131.

BOTTO, J. (1896) – Notícia do Museu Archeologico de Faro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 2, p. 25-27.

BOTTO, J. (1898) – Ichnographia parcial das construcções luso-romanas de Milreu (Estoi, Algarve). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 4, p. 158-160.

BOTTO, J. (1899) – *Glossario Critico dos Principaes Monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*. Faro: Typographia E. Seraphim.

BOURGEOIS, A. e MAYET, F. (1991) – Les sigillées. In *Fouilles de Belo*, VI. Paris: Casa de Velázquez. (Publicaciones de la Casa de Velázquez; 14).

BOURGEOIS, A.; PUJOL, J. e SÉGURET, J. (1993) – Le sanctuaire gallo-romain des Basiols à Saint-Beauzély (Aveyron). *Gallia*. Aix-en-Provence. 50, p. 139-179.

BOUSSET, W. (1921) – *Kyrios Christos: a history of the belief in Christ from the beginnings of Christianity to Irenaeus*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

BOWES, K. (2006) – Building sacred landscapes: villas and cult. In CHAVARRÍA, A.; ARCE, J. e BROGIOLO, G., ed. lit. – *Villas tardoantiguas en el mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC. p. 73-95. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXXIX).

BRAGA, C. (2010) – *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre.

BRONEER, O. (1930) – *Terracotta Lamps*. Cambridge, Mass.: American School of Classical Studies at Athens. (Corinth; IV:II).

BROWN, P. (1971) – *The World of Late Antiquity: From Marcus Aurelius to Muhammad*. London: Thames and Hudson.

BROWN, P. (1978) – *The Making of the Late Antiquity*. Harvard: University Press.

BROWN, P. (1998) – *The Making of the Late Antiquity*. New York: Barnes & Noble.

BROWN, P. (2006) – *The World of Late Antiquity: AD 150-750*. London: Thames and Hudson.

BRUNEAU, P. (1971) – Lampes corinthiennes. *Bulletin de Correspondance Hellénique*. Paris. 95, liv. 2, p. 437-501.

BRUNI, L. (1441) – *Historiarium Florentinarum*. Argentorati: Sumptibus Lazari Zetzneri bibliop.

BÜCHER, K. (1901) – *Beitrage zur Wirtschaftsgeschichte*. Tübingen: H. Laup.

BUENACASA PÉREZ, C. (1997-1998) – La decadencia y cristianización de los templos paganos a lo largo de la Antigüedad Tardía (313-423). *Polis, Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*. Barcelona. 9, p. 25-50.

BUENACASA PÉREZ, C. (2003) – La instrumentalización económica del culto a las reliquias: una

importante fuente de ingresos para las iglesias tardoantiguas occidentales (ss. IV-VIII). In GARCÍA MORENO, L.; GIL EGEA, M.ª; RASCÓN MÁRQUEZ, S. e VALLEJO GIRVÉS, M., ed. lit. – *Santos, obispos y reliquias. Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía*, 3, Álcala de Henares, 1998. Actas. Alcalá de Henares: Universidad. p. 123-140.

BUENO SERRANO, P. e BLANCO JIMÉNEZ, F. (2010) – Intervención arqueológica en el solar situado en la esquina entre la Avda. de Portugal y la Avda. Andalucía (Cádiz). *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla. 2005, p. 306-314.

BUENO SERRANO, P. e LEGUPÍN TUBÍO, I. (2010) – Resultados de la excavación arqueológica preventiva realizada en el solar de la C/ Acacias n.º 25 (Cádiz). *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla. 2005, p. 323--329.

BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe, em Olisipo: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 15).

BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A.; SOUSA, E. e DUARTE, C. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 243-275.

BUIKSTRA, J. e BECK, L. (2006) – *Bioarchaeology. The Contextual Analysis of Human Remains*. Arizona: Left Coast Press.

BURNET, A.; AMANDRY, M. e RIPOLLÉS, P. (1992) – *Roman provincial coinage. From the death of Caesar to the death of Vitellius (44BC-AD69)*. London: British Museum Press. Vol. I.

BURN, L. (1999) – *The British Museum, book of G-1*. Revised edition. London: The British Museum Press.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2009) – La Terra Sigillata gálica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). *Saguntum*. Valência. 41, p. 149-174.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la produccion de paredes finas emeritenses. *Zephyrus*. Salamanca. LXVII, p. 161-170.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; PÉREZ MACÍAS, J. e MARTINS, A. (2008) – Sigillatas claras de Aljustrel: a crise do século II d. C. nas minas do Sudoeste ibérico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 163-181.

CAAMAÑO GESTO, J.; XULIO CARBALLO, L. e ÁNGELES VÁSQUEZ, M.ª (2007) – Aproximación arqueológica al poblado galaico-romano de Santa Trega (A Garda, Pontevedra) a través del estudio del material vítreo. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 26, p. 109-131.

CAAMAÑO GESTO, J. e VÁSQUEZ MARTÍNEZ, M.ª (2001) – El vidrio de ventana de época romana hallado en el campamento de Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña). Catálogo de piezas. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 20, p. 205-216.

CABALLERO ZOREDA, L. (2003) – *Arquitectura tardoantigua y alto medieval en Extremadura*. Madrid: CSIC. p. 143-175. (Anejos de Arquivo Español de Arqueologia; XXIX).

CABALLERO ZOREDA, L. e LATORRE MACARRÓN, J. (1980) – *La iglesia y el monasterio visigodo de Santa María de Melque (Toledo): arqueología y arquitectura; San Pedro de la Mata (Toledo) y Santa Comba de Bande (Orense)*. Madrid: Ministerio de Cultura.

CABALLERO ZOREDA, L. e MATEOS CRUZ, P. (1995) – Excavaciones arqueologicas en la Basilica de Santa Eulália de Mérida. *Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 4, Lisboa, 1992. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 297-307.

CABRAL, M.ª E. (1974-1977) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, 7-9, p. 347-354.

CABRAL, M.ª E. (1977) – Marcas de oleiro em lucernas de Balsa, Torre de Ares. *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 238-248.

CABROL, F. e LECLERQ, H. (1924) – *Dictionnaire d'Archéologie chretienne et de Liturgie*. París: Letouzey et Ané. Vol. I.

CÁCERES GUTIÉRREZ, Y. e JUAN ARES, J. (2010) – El material óseo trabajado del yacimiento arqueológico de La Vega Baja (Toledo). In GARCÍA, A., coord. – *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (ss. VI-VIII)*. Toletvum Visogodo. Toledo, p. 327--334.

CADETE, M.ª (2007) – Espólio da colecção de Estácio da Veiga, recolhido na estação lusitano-romana da Retorta, depositado no Museu Archeológico do Algarve. *Xelb*. Silves. 7, p. 391-406.

CAETANO, J. (2002) – Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitania Romana. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I, p. 313-334.

CALDERA DE CASTRO, M.ª (1978) – Una sepultura de «cupa» hallada en Mérida (Consideraciones acerca de estos monumentos funerários). *Habis*. Sevilla. 9, p. 455-463.

CALLENDER, M. (1965) – *Roman amphorae, with index of stamps*. Oxford: University Press.

CALVI, M. (1968) – *I Vetri Romani del Museo di Aquileia*. Aquileia: Associazione nazionale per Aquileia.

CAMPBELL, D. (2003) – *Greek and Roman artillery 399 BC-AD 363*. London: Osprey Publishing.

CAMPOS CARRASCO, J.; PÉREZ MACÍAS, J. e VIDAL TERUEL, N. (1999) – El Eucaliptal, una necrópolis romana de pescadores (Punta Umbría, Huelva). *Huelva en su Historia*. Huelva. 7, p. 195-231. Disponível em WWW:<http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelvahistoria/article/view/880>.

CAMPOS CARRASCO, M.; PÉREZ MACÍAS, A. e VIDAL TERUEL, N. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Huelva. Balance y perspectivas. In *Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 125-160. (B.A.R. International series; 1266).

CAMPOS MÉNDEZ, I. (2007) – *El culto del dios Mithra en el antiguo Iran y en el Imperio Romano: análisis y revisión de los elementos de continuidad*. Las Palmas.

CANCELA, M.ª (2002) – Aspectos monumentales del mundo funerario hispano. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano, Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Cordoba: Universidad de Córdoba. p. 163-180.

CANINA, L. (1853) – *La prima parte della Via Appia: dalla Porta Capena a Boville*. Descritta e dimostrata con i monumenti superstiti dal commendatore L. Canina, in seguito delle regolari scavazioni e lavori diversi eseguiti per lodevoli disposizioni del governo pontificio dall'anno MDCCCL al MDCCCLIII. Roma: Nello stabil. tipogr. di G. A. Bertinelli. Vol. II.

CANO ORTIZ, A. e ACERO PÉREZ, J. (2004) – Los usos del plomo en la ingeniería hidráulica romana. El caso de Augusta Emerita. *Memoria*. Mérida. 7, p. 381-396.

CÁNOVAS UBERA, A. e SÁNCHEZ MADRID, S. (2009) – Intervención Arqueológica Preventiva en la nueva sede de EMACSA (Avda. Llanos del Pretorio, Córdoba). *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla. 1 (2004), p. 837-849.

CÁNOVAS UBERA, A.; SÁNCHEZ MADRID, S. e VARGAS CANTOS, S. (2006) – La tumba de Caius Pomponius Statius en la necrópolis septentrional de Colonia Patricia. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17:1, p. 279-296.

CANTILLO VÁZQUEZ, M.ª; PÉREZ MAESTRO, C. e OLMEDO GRAJERA, A. (2007) – Intervención arqueológica realizada durante la obra de la A-66 (variante Mérida – Autovía de la Plata). *Mérida, Intervenciones Arqueológicas*. Mérida. 10, p. 77-89.

CARDOSO, G. (1986) – Fornos de ânforas romanas na bacia do rio Sado: Pinheiro, Abúl e Bugio. *Conimbriga*. Coimbra. 25, p. 153-174.

CARDOSO, J. L. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.

CARDOSO, J. L. e GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 22, p. 67-112.

CARDOSO, J. L. e GONÇALVES, M. J., coord. (2006) – *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos prehistóricos: Paleoethnologia, volume V, de S. P. M. E. da VEIGA*. Silves: Câmara Municipal.

CARDOSO, M. (1962) – Pedras de anéis romanos encontradas em Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXXII, 1-2, p. 155-160.

CARLSON, K. (2014) – *Household religion in Rome: an examination of domestic ritual and its role in shaping the roman family*. A Thesis Submitted to the Faculty of Baylor University, Texas.

CARMEN SANTAPAU, M.ª (2003) – Instrumental médico-quirúrgico de Segobriga (Saelices, Cuenca). Hallasgos de las campañas de excavación de 1999-2002. *Bolskan*. Huesca. 20, p. 287-295.

CARMONA BERENGUER, S. (1990) – La necropolis tardorromana de «El Ruedo», Almedinilla, Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa. Córdoba*. 1, p. 153-171.

CARMONA BERENGUER, S. (1991) – Estudio tipologico de la ceramica funeraria de la necropolis de El Ruedo. Almedinilla. Cordoba. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 2, p. 371-394.

CARMONA BERENGUER, S. (1998) – Resultados de la i.a.u. realizada en la Calle Terrones 4 6 (Córdoba). *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 9, p. 347-357.

CARNEIRO, A. (2009) – Sobre a cristianização da Lusitânia: novas reflexões a partir dos dados históricos e das evidências arqueológicas. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Serie I, 2, p. 205-220.

CARR, C. (1995) – Mortuary Practices: Their Social, Philosophical-Religious, Circumstantial, Physical Determinants. *Journal of Archaeological Method and Theory*. Springer. 2:2, p. 105-200.

CARRASCO GÓMEZ, I.; BACHILLER BURGOS, P., HAYES, E.; FRANCO, D. e VERA CRUZ, E. (2004) – Nuevos datos acerca de la necrópolis romana del sector septentrional de Colonia Romula Hispalis. *Romula*. Sevilla. 3, p. 125-148.

CARRASCO GÓMEZ, I. e DORESTE FRANCO, D. (2005) – Continuidad de un espacio funerario en Sevilla: Excavaciones arqueológicas en el entorno de la Trinidad. *Romula*. Sevilla. 4, p. 213-244.

CARVALHO, A. (1939) – *Memórias das Caldas de Monchique*. Lisboa: Comissão Administrativa das Caldas de Monchique.

CARVALHO, A. M. (2009) – O culto de Mitra e as sepulturas escavadas na rocha. *AÇAFA OnLine*. 2. Disponível em WWW:<http://www.altotejo.org/

acafa/docsN2/O_Culto_de_Mitra_e_sepulturas_em_rocha.pdf>.

CARVALHO, H. (1993-1994) – Contribuição para o estudo da escultura funerária de época romana encontrada em Portugal. *Cadernos de Arqueologia. Braga*. Série II, 8-9, p. 65-90.

CASAL GARCÍA, R. (2007) – Joyas y ornamento personal. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 167-179.

CASAS i GENOVER, J. (1989) – *L 'Olivet d'en Pujol i Els Tolegassos. Dos establiments agrícoles d'època romana a Viladamat*. Girona: C.I.A. (Sèrie Monogràfica; 10).

CASAS i GENOVER, J. e SOLER-FUSTÉ, V. (2006) – *Lucernas romanas en el extremo nordeste de la Península Ibérica*. Oxford: Archaeopress. (B.A.R Int. Series; 1567).

CASEAU, B. (2001) – La desacralización des espaces et des objets religieux païens durant l'Antiquité Tardive. In KAPLAN, M., dir. – *Le sacré et son inscription dans l'espace à Byzane et en Occident*. Paris: Études Comparées, p. 61-123.

CASTELLANOS, S. (1999) – *Calagurris tardoantigua. Poder e ideología en las ciudades hispanovisigodas*. Murcia: Ayuntamiento de Calahorra.

CASTILLA REYES, E.; HARO ORDÓÑEZ, J. e LÓPEZ DOMÍNGUEZ, M. (2003) – El solar n.º 25-27 de la calle Vázquez López en la zona arqueológica de Huelva. La necrópolis sur de Onvba. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. I, p. 503-511.

CATARINO, H. (1988) – Escavações Arqueológicas nos Castelos de Salir e Paderne. In *Congresso do Algarve*, 5, Albufeira, 1988. Silves: Racal Clube. p. 35-38.

CATARINO, H. (1990) – Arqueologia medieval islâmica no Algarve: Alcoutim, Salir e Paderne. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*. Faro: Delegação Regional, p. 123-131.

CATARINO, H. (1997) – Castelos muçulmanos no Algarve. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. p. 449-457.

CATARINO, H. (1997-1998) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica*. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Loulé. 6, vol. 1, 2 e 3.

CATARINO, H. (2005-2006) – Formas de ocupação rural em Alcoutim (séculos v-x). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 31-32, p. 117-136.

CATARINO, H. (2007) – Arqueologia da antiguidade tardia e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga. *Xelb*. Silves. 7, p. 179-194.

CATARINO, H. (2017) – O atual território de Loulé no período Islâmico. In *Loulé. Territórios, memórias, identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional, p. 450-463. Catálogo.

CAVACO, S.; COVANEIRO, J. e CANDÓN MORALES, A. (2005) – Intervenções arqueológicas em Tavira 2001-2003. Balanço das actividades do serviço de arqueologia, conservação e restauro. *Xelb*. Silves. 5, p. 214-217.

CEBRIÁN FERNÁNDEZ, R. e HORTELANO UCEDA, I. (2017) – Librae, Staterae y Aequipondia de Segobriga. Instrumentos de pesar hallados en la ciudad y su entorno. *Lucentum*. Alicante. XXXVI, p. 201-219.

CECI, F. (2001) – L'interpretazione di monete e chiodi in cotesti funerari: esempi dal suburbio romano. In HEINZELMANN, M.; ORTALLI, J.; FASOLD, P. e WITTEYER, M., ed. lit. – *Culto dei morti e costumi funerari romani. Roma, Italia settentrionale e province nord-occidentali dalla tarda Repubblica all'età imperiale*. Wiesbaden: Deutsches Archäologisches Institut Roma. p. 87-97.

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, E. (1995) – Cristianizacion y arqueologia cristiana primitiva de la Lusitania: las areas rurales. In *Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 4, Lisboa, 1992. Barcelona: Universidad. p. 359-375.

CERULLI, G. (1977) – Officina de lucerne fittili a Pompei. L'Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima etá imperiale. *Quaderni di Cultura Materiale*. Roma. 1, p. 53-67.

CHAPA BRUNET, T. (2001-2002) – La infancia en el mundo ibérico a través de la necrópolis de El Cigarralejo (Mula, Murcia). *AnMurcia*. Murcia. 17-18, p. 159-170.

CHAPA BRUNET, T. (2006) – Arqueología de la muerte: aspectos metodológicos. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17:1, p. 25-46.

CHAPA-BRUNET, T. (2008) – Presencia infantil y ritual funerario en el mundo ibérico. In CHAVANNE, M. (1975) – *Salamyne de Chypre. Les petits objets*. Paris: E. de Boccard. Vol. VI.

CHAVARRÍA ARNAU, A. (2006) – *Villas en Hispania durante la antigüedad tardía*. Madrid: CSIC. p. 17-35. (Anejos de Arquivo Español de Arqueologia; XXXIX).

CHAVEZ TRISTÁN, F. e PLIEGO VÁSQUEZ, R. (2007) – Instrumentos de medida de pesos en la Hispania antigua. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 237-250.

CHIC GARCÍA, G. (1991) – Economia y politica en la epoca de Tiberio. Su reflejo en la Betica. *Laverna*. Sankt Katharinen. 2, p. 76-128.

CHIC GARCÍA, G. (2004a) – La «gaditanización» de hispania. In *Encuentro de História y Arqueología. Las industrias alfareras y conserveras fenicio-púnicas de la bahia de Cádiz*, 16, San Fernando, 2000. Córdoba: Publicaciones CajaSur, p. 39-62.

CHIC GARCÍA, G. (2004b) – La ordenación territorial en la bahía de Cádiz durante el alto imperio romano.

Revista de Historia de El Puerto. Puerto de Santa María. 33, p. 11-50.

CHIC GARCÍA, G. (2005) – Marco Aurelio y Cómodo. El hundimiento de un sistema económico. *Annaeus: anales de la tradición romanística*. Madrid. 2, p. 45-66.

CHIC GARCÍA, G. (2010) – El aceite y el vino de la bética, entre el prestigio y mercado. In *Coloquio Internacional de Vino et Oleo Hispaniae, Áreas de producción y procesos tecnológicos del vino y el aceite en la Hispania Romana*. Múrcia: Museo Arqueologico.

CHIC GARCÍA, G. e GARCÍA VARGAS, E. (2004) – Alfares y produciones cerámicas en la provincia de Sevilla. Balance y perspectivas. In *Talleres alfareros y produciones cerámicas en la Bética romana (ss. I a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 279-348. (B.A.R. International Séries; 1266).

CHIOFFI, L. (2005) – Sepulchra in extremis finibus... etiam in mediis possessionibus sepulchra faciunt. In SANTILLO FRIZELL, B. e KLYNNE, A., ed. lit. – *Roman villas around the Urbs. Interaction with landscape and environment*. Roma: The Swedish Institute in Rome. p. 125-133.

CHRISTOPOULOU, A.; GADOLOU, A. e BOUYIA, P., ed. lit. (2010) – *The Antikythera Shipwreck. The technology of the ship, the cargo, the Mechanism*. Atenas: Baxas.

CIATTINI, A. (2007) – Riti religiosi e riti profani. Sulla natura del rito. *Rivista di Filosofia on-line*. Roma. 4. Disponível em WWW:<http://www.metabasis.it/articoli/4/4_Ciattini.pdf>.

CILLIERS, L. (1993) – Public health in Roman legislation. *Acta Classica*. Durban. 36, p. 1-10.

CIURANA PRAST, J. (2011) – *Pràctiques i rituals funeraris a Tàrraco i el seu ager (segles II a. C.-III/IV d. C.)*. Tesis Doctoral presentada a la Universitat Rovira i Virgili para optar al grado de Doctor.

CIURANA PRAST, J., e MACÍAS SOLÉ, J. (2011) – Morir y descansar en Tárraco. In GINÉ I GOMÀ, J., ed. lit. – *El mundo funerario de Tarraco. Realidad arqueológica, antropológica y paleopatológica*. Tarragona: Fundació Privada Liber. p. 141-151.

CLAVERIA NADA, M. (2001) – El sarcófago romano: cuestiones de tipología, iconografía y centros de producción. In CONDE GUERRI, M.ª e NOGUERA CELDRÁN, J., ed. lit. – *El sarcófago romano: contribuciones al estudio de su tipología, iconografía y centros de producción. Actas de las Jornadas de Estudio celebradas en la Universidad de Murcia*. Múrcia: Universidad.

COARELLI, F. (1961) – Nuovi elementi per la cronología de Begram: cinque recipienti bronzei in forma di busto. *Archeologia Classica*. Roma. 13, p. 168-179.

COLLS, D.; ÉTIENNE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B. e MAYET, F. (1977) – *L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude*. Archaeonautica. Paris. 1, p. 3-145.

COMFORT, H. (1939) – Some Roman barbotine bowls and their connections. *The Art Bulletin*. New York. XXI, p. 272-279.

COMFORT, H. (1959) – Some roman pottery in the Museu Etnológico, Belém. *Conimbriga*. Coimbra. I, p. 1-12.

COMO, J. (1925) – Das Grab eines röm. Arztes in Bingen. *Germania*. Berlin. 9, p. 152-162.

CONESA SÁNCHEZ, E. (2011) – La necrópolis romana de la vía Sepulcralis. Plaza de la villa de Madrid de Barcelona. *ArqueoUCA: Revista Digital Científica Independiente de Arqueología*. Madrid. 1, p. 85-91.

CONSOLINO, F. (1989) – Sante o patrone? Le aristocratiche tardoantiche e il potere della carità. *Studi Storici*. Bari. 30/4, p. 969-991.

CÓRDOBA ALONSO, I. e BELIZÓ, R. (2010) – Intervención Arqueológica Preventiva en la C/ García Carrera, 9 (Cádiz). Nuevo sector en la necrópolis romana de Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2005, p. 435-438.

CORRADO, M. (2003) – Le anfore tarde del «dark layer» di UC VII (US 1098). In SIENA, S. e ROSSIGNANI, M., ed. lit. – *Dall'antichità al medioevo. Aspetti insediativi e manufatti*. Milão: Vita e Pensiero, p. 101-129.

CORRALES AGUILAR, P. (1997) – La provincia romana de la Baetica: notas para el establecimiento de su límite oriental y su comportamentación conventual. *Baetica*. Malaga. 19, p. 415-430.

CORRALES AGUILAR, P. (2006) – La costa oriental malagueña en época romana: continuidad y transformación. *Baetica*. Malaga. 28, p. 89-108.

CORZO SÁNCHEZ, R. (1981-1982) – El ceramista Caius Iunius Dracus. *Boletín del Museo Cádiz*. Cádiz. 3, p. 55-60.

CORZO SÁNCHEZ, R. (1982) – Un taller de ceramista en la Bahía de Cádiz. Gaius Iunius Dracus. In *Homenaje a Alvarez Sáenz de Buruaga*. Badajoz: Institución Cultural Pedro de Valencia. p. 389-395.

CORZO SÁNCHEZ, R. (1989) – Los sacrificios infantiles en Cádiz. Inhumaciones infantiles en el ámbito mediterráneo (Siglos VII a. C. al II d. C.). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense*. Castellón. 14, p. 239-246.

CORZO SÁNCHEZ, R. (1992) – Topografia y ritual en la necrópolis de Cádiz. *SPAL*. Sevilla. 1, p. 263-292.

COSTA, A. (1933) – Estudos sobre algumas estações da Época Luso-Romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série. 29, p. 165-181.

COUTINHO, H. (2007) – Cerâmica dos séculos VI e VII do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Xelb*. Silves. 7, p. 283-302.

CROOM, A. (2002) – *Roman clothing and fashion*. London: Amberley Publishing Local.

CRUZ, M. (2009a) – *O vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Dissertação apresentada à universidade do Minho para obtenção do grau de Doutor.

CRUZ, M. (2009b) – *Vita Vitri. O vidro antigo em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Catálogo.

CUMMINGS, S.; SUBIRATS, I.; CELA ESPÍN, X. e JUAN ARES, J. (1999) – Les inhumacions d'epoca augusteaea de la necrópolis rural de Can Bel (Pineda de Mar, Barcelona). *Quaderns de prehistòria i arqueologia de Castelló*. Castelló. 20, p. 221-246.

CUMONT, F. (1929) – *Les religions orientales dans le paganisme romain*. Paris: P. Geuthner.

CUSCITO, G. (2007) – Diffusione del cristianesimo in Italia settentrionale e nell'area transalpina nord-orientale. *Quaderni Friulani di Archeologia*. Udine. XVII, p. 161-187.

CYBULSKA, M.; JEŠMAN, C.; MŁUDZIK, A. e KULA, A. (2012) – On Roman Military Doctors and their Medical Instruments. *Military Pharmacy and Medicine*. New York. 2, p. 1-8.

D'AMATO, C. (1993) – *Vita e costumi dei romani antichi. La medina*. Roma: Museo de la Civiltà Romana.

DAREMBERG, CH. e SAGLIO, E. (1873-1919) – *Dictionaire des Antiquites greques et romaines*. 10 Vols. Paris: Librarie Hachette.

DAREMBERG, CH. e SAGLIO, E. (1969) – *Dictionnaire des antiquites grecques et romaines*. Paris: Librarie Hachette. III. Vol. 1-2.

DÉCHELETTE, J. (1904) – *Les vases céramiques ornés de la Gaule romaine*. Paris: A. Picard.

DELGADO, M. (1970) – Elementos de sítulas de bronze de Conímbriga. *Conimbriga*. Coimbra. IX, p. 15-45.

DELGADO, M.; LEMOS, F. e MARTINS, M. (1987) – Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 4, p. 179-186.

DELGADO, M.; MAYET, F. e ALARCÃO, A. (1975) – Les sigillées. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R., dir. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. De Boccard. Vol. 4.

DELGADO HERVÁS, A. e FERRER, M. (2007) – Alimentos para los muertos: mujeres, rituales funerários e identidades coloniales. In *Interpreting household practices*. Treballs d'Arqueologia. Barcelona. 13, p. 29-68.

DELGADO MOLINA, P. (2006) – Excavación de un área funeraria cristiana en época andalusí. Intervención arqueológica llevada a cabo en el calle B. Arias Montano c.v. a Avda. Reina Sofía (Mérida). *Mérida, Escavaciones Arqueológicas*. Mérida. 9, p. 285-312.

DEMAREST, M. (2007) – Le mobilier métallique découvert sur le site antique de Sées «Le Grand-Herbage» (Orne). *Revue Archéologique de l'Ouest*. Rennes. 24, p. 169-189.

DEMIANS d'ARCHIMBAUD, G. (1980) – *Les fouilles de Rougiers (Var): Contribution a l'archéologie de l'hábitat rural medieval en pays mediterraneen*. Valbona: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

DENEAUVE, J. (1969) – *Lampes de Carthage*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

DEONNA, W. (1908) – Les lampes antiques de Délos (pl. I-II). *Bulletin de Correspondance Hellénique*. Paris. 32, p. 133-176.

DEONNA, W. (1927) – L'Ornamentation des lampes romaines. *Revue Archéologique*. Paris. XXVI, p. 233-263.

DESCHLER-ERB, E. (1999) – *Ad arma! Römisches Militär des 1. Jahrhunderts n.Chr. in Augusta Raurica*. Augst: Römermuseum.

DESIDERI, P. (1995) – Il trattamento del corpo dei suicidi. In HINARD, F., ed. lit. – *La mort au quotidien dans le monde Romain*. Paris: De Boccard. p. 189-204.

DEUS, M.ª, OLIVEIRA, N. e DUARTE, C. (2004) – Sarcófago do Cerro do Faval (Ourique): Intervenção de emergência. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7, p. 451-465.

DIAS, I. (2003) – *Culto e memória textual de S. Vicente em Portugal (da Idade Média ao Século XVI)*. Tese apresentada à Faculdade de Literatura da Universidade do Algarve para obtenção do grau de Doutor.

DIAS, J. (2004) – A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In TAVARES, A., TAVARES, M. e CARDOSO, J., ed. lit. – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Europress, p. 157-170.

DIAS, M.ª (1981) – Os cultos orientais em Pax Iulia, Lusitania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 5, p. 33-39.

DIAS, M.ª (1988-1989) – A propósito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d'Ares (Luz, Tavira). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 6-7, p. 241-262.

DIAS, M.ª (2006) – *A necrópole romana da Fraga (Alpendurada, Marco de Canaveses)*. Dissertação

apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.

DIAS, M.ª e GASPAR, C. (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras de Lisboa.

DIAS, V. (2013) – A ocupação Tardo-Romana da Quinta da Torrinha, Almada. *Al-Madan*. Almada. II série, 18, p. 53-64.

DÍAZ GARCÍA, M.ª; CUMPIÁN RODRÍGUEZ, A. e SÁNCHEZ BANDERA, P. (2010) – Intervención arqueológica preventiva en las obras de ampliación de aparcamientos en el aeropuerto de Málaga. *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla. 2005, p. 2430-2439.

DÍAZ RODRÍGUEZ, J.; SÁEZ ROMERO, A.; MONTERO FERNÁNDEZ, R. e MONTERO FERNÁNDEZ, I. (2004) – Alfarería romana en San Fernando (Cádiz). Análisis del proceso productivo cerámico en el «hinterland» insular de Gades. In *Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. I a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 649-662. (B.A.R. International Séries; 1266).

DÍAZ TRUJILLO, O. (1988) – Las lucernas de la Casa de los estucos (Complutum, Alcalá de Henares). In *Encuentro de Historiadores del Valle del Henares*, 1, Guadalajara, 1988. Alcalá de Henares: Institución de Estudios Complutenses: Fundación Marqués de Santillana: Centro de Estudios Seguntinos. p. 187-196.

DIETERICH, A. (1903) – *Eine Mithrasliturgie: Erlautert. Leipzig*. Berlin: Kessinger Publishing.

DIOGO, D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p. 179-191.

DIOGO, D. (2001) – Escavação de uma unidade de processamento de berbigão, na estação romana do Cerro da Vila, Loulé. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 109-115.

DIXON, K. e SOUTHERN, P. (1992) – *The Roman Cavalry. From the First to the Third Century AD*. London: B. T. Batsford.

DOMÍNGUEZ-ARRANZ, A. e ORTIZ PALOMAR, E. (2002-2003) – Um vaso de vidrio tardohelenístico procedente del yacimiento de Bibracte, Mont Beauvray, Borgoña. *Lucentum*. Alicante. XXI-XXII, p. 75-85.

DRAGENDORFF, H. (1895) – Terra sigillata. *Bonner Jahrbücher*. Bonn 96/97, p. 18-155.

DRESSEL, H. (1899): *Lucernae formae. CIL (Corpus Inscriptiones Latinarum) XV, II, 1 (Inscriptiones Urbis Romae Latinae. Instrumentum Domesticum)*, lám. III, Berlin.

DUQUE, L.; MORÁN, E.; FILIPE, I.; ALMEIDA, P. e COSTA, C. (2006) – Um caso de estudo: necrópole tardo-romana no centro histórico de Lagos. *Xelb. Silves*. 6, p. 27-40.

DUVAL, N. (1982) – *Une mensa funéraire de Tharros (Sardaigne) et la colection chétienne du Musée de Cagliari*. Paris: Études Augustiniennes.

ECK, W. e FERNÁNDEZ, F. (1991) – Ein Militärdiplomfragment aus der Baetica. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. Bonn. 85, p. 209-216.

EDMONDSON, J. (2004) – Los monumentos funerarios como espejo de la sociedad emeritense: secretos y problemas sociofamiliares a la luz de la epigrafía. In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. – *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*. Mérida: Ministério de Cultura, p. 340-371. (Monografías Emeritenses; 8).

EDMONDSON, J. (2009) – Funerary Inscriptions and the Development of Local Epigraphic Cultures in Roman Lusitania. In OLIVÉ, M.; BARATTA, G. e ALMAGRO, A., ed. lit. – *Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae*, 12, Barcelona, 2002: Acta. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 461-468.

EGEA VIVANCOS, A. (1999) – El punto de partida: los columbarios clásicos. *Antigüedad y Cristianismo*. Múrcia. 16, p. 25-42.

EGER, C. (2006) – Tumbas de la antigüedad tardía en Munigua. Tipos de tumba, ritos de enterramiento y ajuares funerarios en una pequeña ciudad del sur de España en los siglos III/IV a VII. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17:II, p. 137-160.

ENCARNAÇÃO, J. (1984a) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Dissertação de doutoramento em pré-história e arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, J. (1984b) – Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossonoba. *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 5-18.

ENCARNAÇÃO, J. (1985) – Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossonoba. *Anais do Município de Faro*. Faro. 15, p. 125-132.

ENCARNAÇÃO, J. (2008) – Epígrafes romanas de Loulé – Histórias antigas por desvendar! *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*. Loulé. 12, p. 25-33.

ENCARNAÇÃO, J. (2009) – Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma téssera de bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:1, p. 127-138.

ENCARNAÇÃO, J. e FARIA, J. (2002) – O santuário romano e a *Defixio* de Alcácer do Sal. In *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 259-263. Catálogo.

ENGEL, A. (1884) – Choix de tessères grecques en plomb. *Bulletin de Correspondance Hellénique*. Paris. 8, p. 1-21.

ERICE LACABE, R. (1995) – *Las Fíbulas del Nordeste de la Península Ibérica: siglos I a.E. al IV d.E.* Zaragoza: Institución «Fernando el Católico».

ESTEBAN ORTEGA, J. (1983) – Algunos aspectos de la industria Alto-Imperial en Luisitania. *Norba*. Cáceres. 4, p. 235-242.

ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, J. e MAYET, F. (1989) – Les villas romaines de São Cucufate. *Comptes rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris. 2, p. 232-249.

ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. e MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: E. De Boccard.

FABIÃO, C. (1994) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. In GORGES, J.-G. e SALINAS de FRÍAS, M., ed. lit. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats*. Madrid; Salamanca. p. 227-252.

FABIÃO, C. (1997) – Duas notas sobre ânforas lusitanas. *Al-Madan*. Almada. II série, 6, p. 55-68.

FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.

FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 163-198.

FABIÃO, C. (2002) – Os chamados Castella do sudoeste: arquitectura, cronologia e funções. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 75, p. 177-193.

FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia: Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 379-410. (B.A.R. Int. Series; 1266).

FABIÃO, C. (2007) – Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana. *Xelb*. Silves. 7, p. 131-142.

FABIÃO, C. (2009a) – A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no império romano? In *Lusitânia Romana – entre o mito e a realidade*. Cascais: Câmara Municipal. p. 53-74.

FABIÃO, C. (2009b) – Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 555-594.

FABIÃO, C. (2010) – Modelos forenses nas ciudades da Lusitânia: Balanço e Perspectiva. In NOGALES, T., ed. lit. – *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Badajoz: [s. n.]. p. 343-359.

FABIÃO, C. e ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Loulé). In ALARCÃO, A. e MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, comércio*. Coimbra; Paris: De Boccard, p. 215-224.

FABIÃO, C.; FILIPE, I. e BRAZUNA, S. (2010) – Produção de ânforas em época romana em Lagos: os dados resultantes das intervenções de contrato realizadas no âmbito do Projecto URBCOM. *Xelb*. Silves. 10, p. 323-336.

FACSÁDY, A. (2009) – *Jewellery in Aquincum*. Budapest: Az Aquincumi Múzeum Gyüjteménye 1.

FACSÁDY, A. e VEREBES, A. (2009) – Analysis of Roman Bronze Finger Rings from Aquincum. *Materials and Manufacturing Processes*. Londres. 24, p. 993-998.

FARIA, J. (2002) – *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Lisboa: Edições Colibri.

FARO CARBALLA, J. A. e UNZU URMENETA, M. (2006) – La necrópolis de la Edad del Hierro de El Castillo (Castejón, Navarra). Primeras valoraciones: campañas 2000-2002. *Complutum*. Madrid. 17, p. 145-166.

FASOLD, P. (1992) – *Römischer Grabbrauch in Süddeutschland*. Aalen: Schriften des Limesmuseums.

FERNÁNDEZ DÍEZ, A. (2001) – Notas de historiografía del sarcófago romano en Hispania. In CONDE GUERRI, M.ª e NOGUERA CELDRÁN, J., ed. lit. – *El sarcófago romano: contribuciones al estudio de su tipología, iconografía y centro s de producción*. Actas de las Jornadas de Estudio celebradas en la Universidad de Murcia. Múrcia: Editum. p. 79-92.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, J.; GRANADOS, J. e GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (1992) – *Marcas de terra sigillata del museo arqueológico de Ibiza*. Eivissa: Museu Arqueològic D'Eivissa.

FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C. (1998) – Cerrajería romana. *Castrelos*. Vigo. 9-10, p. 97-140.

FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C. (2002-2003) – La cerrajería de la ciudad de Lugobriga (Cantabria) en el marco de los objetos metálicos de época romana. *Sautuola*. Santander. IX, p. 191-212.

FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C. (2007) – Sistemas mecanicos y otros ingenios de seguridad: llaves y cerraduras. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 217-236.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, S.; SOTO IBARRA, A.; SÁNCHEZ BANDERA, P. e CUMPIAN RODRÍGUEZ, A. (2004) – Intervención arqueológica de urgencia en la basílica paleocristiana de Vega del Mar (San Pedro de Alcántara, Marbella). *Anuario Arqueológico de Andalucía, Actividades de urgencia, Informes y Memorias*. Sevilla. 2001, II, p. 756-764.

FERNÁNDEZ MATALLANA, F. e CRESPO ROS, M. (1996) – Una colección de vidrios romanos procedente

de Calahorra (La Rioja). *Kalakorikos*. Calahorra. 1, p. 13-24.

FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A. e ZARZALEJOS PRIETO, M.ª (1999) – Material latericio en las termas romanas de Hispania. In RICO, C.; ROLDÁN GÓMEZ, L. e BENDALA GALÁN, M., ed. lit. – *El ladrillo y sus derivados en la Época Romana*. Madrid: Universidad Autónoma; Casa de Velázquez, p. 291-306.

FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A. e LÓPEZ QUIROGA, J. (2005) – La dinámica urbana de las ciudades de la fachada noratlántica y del cuadrante noroeste de Hispania durante el Bajo Imperio y la Antigüedad tardía (siglos III-VII d. C.). In *Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispanica*, 6, Valencia, 2003. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 95-119.

FERNÁNDEZ PLAMERO, J. e SERRANO VÁREZ, D. (1993) – Fragmentos de tegulas, ímbrices y ladrillos con restos epigráficos procedentes de Bugéjar (Puebla de Don Fadrique, Granada). *Antigüedad y Cristianismo*. Múrcia. 10, p. 625-652.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, L.; LÓPEZ RODRÍGUEZ, I.; GUERRERO PALOMO, I.; ROMERO PÉREZ, M. e PALOMO LABURU, A. (2009) – Memoria relativa al proyecto de actividad arqueológica de urgencia efectuada en el yacimiento del complejo funerario y alfarero romano del Arroyo Villalta. Bobadilla, Antequera (Málaga). Lav Córdoba-Málaga. Base de montaje. *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla.1 (2004), p. 2347-2369.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, L. e ROMERO PÉREZ, M. (2007) – Las necrópolis en el entorno de Antikaria y Singilia Barba. Bases para su estudio sistemático. *Mainake*. Málaga. XXIX, p. 401-432.

FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (1982) – *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid: Akal.

FERREIRA, O. (1968) – Algumas notas sobre a pesca na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 3.ª Série, 3, p. 113-134.

FERREIRA, O. (1969) – Acerca dos conhecimentos de medicina e de cirúrgia na antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 119-130.

FERREIRA, O. e TAVARES, J. (1954) – Objectos luso-romanos da Serra de Sintra. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 64:1-2, p. 23-29.

FERREIRA, O. e TEIXEIRA, A. (1955) – Sobre uma lucerna romana de bronze da mina de Jales. *Revista de Guimarães. Guimarães*. 65:3-4, p. 392-399.

FEUGÈRE, M. (1985) – Un instrument chirurgical d'époque romaine à Quarante (Hérault). *Archéologie en Languedoc*. Lattes. 2, p. 44-45.

FEUGÈRE, M. (2002) – Le mobilier militaire romain dans le département de l'Hérault (F). *Gladius*. Madrid. XXII, p. 73-126.

FEUGÈRE, M.; KÜNZ, E. e WEISSER, U. (1988) – *Les aiguilles à cataracte de Montbellet (Sadne-et-Loire). In Contribution a l'étude de l'ophtalmologie antique et islamique*. Toumus: Société des Amis des Arts et des Sciences.

FIGUEIREDO, A. (1898) – Contribuições para a história da pesca, em Portugal, na epocha luso-romana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 4, p. 53-58.

FIGUEIREDO, A. (1974-1977) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, VII-IX, p. 347-354.

FLEMING, S. (1999) – *Roman Glass. Reflections on Cultural Change*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Museum.

FLETCHER VALLS, D. (1965) – *La necropolis de la Solivella*. Valência. (Série de Trabajos Varios; 32).

FLÖRCHINGER, A. (1998) – *Romanische Gräber in Südspanien*. Beigaben-und Bestattungssitte in westgotenzeitlichen Kirchennekropolen, Rahden/Westf.

FLORIANO, A. (1940-1941) – Aportaciones arqueológicas a la medicina romana. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 14, p. 415-433.

FONTAINE, J. (1978) – *El Prerrománico*. Madrid: Encuentro Ed. (Europa Románica; VIII).

FORMOSINHO, J. e FERREIRA, O. (1948) – As estações da Idade do Bronze e Visigótica ou Romana (Baixo Império) de Alcaria (Caldas de Monchique). Separata do n.º 23 da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenheiros e Condutores*.

FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. e VIANA, A. (1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XIV, 1-4, p. 66-225.

FOURNIER PULIDO, J. (2010) – Intervención Arqueológica Preventiva en El solar sito en los nos 40-42-44 de la C/Mesones, Alcalá del Río (Sevilla). Aportaciones al conocimiento del área periurbana meridional de la antigua Ilipa Magna. *Anuario Arqueólogico de Andalucía*. Sevilla. 2005, p. 3216-3233.

FOY, D. (1995) – Le verre de la fin du IV[e] au VIII[e] siecle en France mediterraneenne, premier essai de typo-chronologie. In *Le Verre de L'Antiquité Tardive et du Haut Moyen Age. Typologie Chronologie Diffusion*. Guiry-en-Vexin. p. 187-242.

FRANÇA, A. (1969) – Anéis, braceletes e brincos de Conímbriga. *Conimbriga*. Coimbra. VIII, p. 17-68.

FRANÇA, A. (1971) – Objectos de toillete de Conímbriga. *Conimbriga*. Coimbra. X, p. 5-24.

FRANCO, L. (1959) – Lucernas romanas. Alguns elementos para o estudo de um importante achado. In

Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. II, p. 162-195.

FRANCO, G. e VIANA, A. (1945) – O espólio arqueológico de José Rosa Madeira. *Brotéria*. Lisboa. 41:5, p. 386-419.

FRANCO ARIAS, I. (1985) – Útiles óseos romanos de Osuna (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 16, p. 516-524.

FRANK, T. (1920) – *An economic history of Rome to the end of the Republic*. Baltimore: Johns Hopkins Press.

FRANKEN, N. (1995) – Katalog der römischen Schnellwaagen im Rheinischen Landesmuseum Bonn. *Bonner Jahrbücher*. Köln. 195. p. 425-438.

FREMERSDORF, F. (1984) – *Die Farblosen Gläser der Frühzeit in Köln*. Bonn: Habelt.

FUENTES DOMÍNGUEZ, A. (1991) – Incineration et inhumations dans la moitie nord de l'Espagne au cours de trois premiers siècles de notre ère. In *Incineration et inhumations dans l'occident romain aux trois premiers siegles de notre ère*. Toulose: Ministère de la culture et de la communication. p. 91-106.

FUENTES DOMÍNGUEZ, A. (1992) – Las necrópolis ibéricas y su transformación ante la Romanizació. In *Congreso d'Arqueología Ibérica. Las Necrópolis*, 1, Madrid, 1991. Madrid: Universidad Autónoma. p. 587-606. (Serie Varia; 1).

FUENTES DOMÍNGUEZ, A. (1998) – El vidrio: estudio de los restos de fabricación de un taller de ungüentarios. In BERNAL CASASOLA, D., coord. – *Excavaciones arqueológicas en el alfar romano de la Venta del Carmen: Los Barrios (Cádiz): una aproximación a la producción de ánforas en la bahía de Algeciras en época altoimperial*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 255-276.

FUGATE, S. (2000) – A new look at the baths at Torre de Palma. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V., ed. lit. – *Termas romanas en el occidente del imperio. Congreso International de Arqueología*, 2, Gijón, 1999. Gijón: Vtp editorial, p. 361-374.

GABARITO GÓMEZ, T. (1977) – Las zonas de comercialización de los alfares romanos riojanos. *Berceo*. Logroño. 93, p. 155-170.

GARABITO GÓMEZ, T.; AMARÉ TAFALLA, M.ª e SOLOVERA SAN JUAN, M.ª (1993) – La producción de lucernas en Tricio. *Estrato: Revista Riojana de Arqueología*. Logroño. 5, p. 35-40.

GALILI, E.; ROSEN, B. e SHARVIT, J. (2010) – Artifact Assemblages from Two Roman Shipwrecks off the Carmel Coast. *Atiqot*. Haifa. 63, p. 61-110.

GALLEGO FRANCO, H. (2005) – Mujeres y élite social en la hispania tardoantigua: la evidencia epigráfica (ss. v-vi). *Hispania Antiqua*. Valladolid. XXIX, p. 215-223.

GAMITO, T. J. (1983) – Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a pré-História até à época romana e o seu condicionalismo geográfico. *Anais do Município de Faro*. Faro. 13, p. 331-358.

GAMITO, T. J. (1992) – Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 99-118.

GAMITO, T. J. (1997) – A cidade de Ossonoba e o seu território envolvente. In BARATA, F. e PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. p. 343-359.

GARCÍA BENAVENTE, R. e CARRASCO GOMÉZ, I. (2004) – Hallazgos en el n.º 5 de la calle Morería y nuevo espacio público de Colonia Patricia. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 15, p. 145-172.

GARCÍA CANO, J. M. (1999) – Un aspecto poco tratado en las necrópolis ibéricas. La perduración de objetos en los ajuares. In *Primeras Jornadas de Arqueología Ibérica en Castilla-La Mancha*, 1, Cuenca, 2005. Toledo: Consejería de Educación y Cultura, p. 169-179.

GARCÍA CANO, J. e PAGE DEL POZO, V. (2001-2002) – Los objetos de oro de la necrópolis del poblado de Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla. Murcia). *AnMurcia*. Múrcia. 17-18, p. 217-228.

GARCÍA DEL TORO, J. (1977) – El minero romano de Carthago Nova. Vestimenta e instrumental. *Murgetana*. Murcia. 48, p. 107-111.

GARCÍA-GELABERT, M.ª (2006) – Hispanos en el Norte-Noroeste de África y Africanos en el Sur de la Península Ibérica en época helenística. In *L'Africa Romana*, 16, Rabat, 2004. Roma: Carocci. Vol. II. p. 791-802.

GARCÍA MARTÍNEZ, S. (1995-1997) – Ritual y culto a Mitra en el Conventus Asturum: el epígrafe de La Isla (Colunga-Asturias). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 13-15, p. 287-297.

GARCÍA MATAMALA, B. (2002) – Enterramientos com urnas de tradición indígena en Corduba. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*. Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. II., p. 275-296.

GARCÍA MATAMALA, B. (2002-2003) – Enterramientos de tradición indígena en corduba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 13-14, p. 251-278.

GARCÍA MATAMALA, B. e HIERANA MARMOL, J. (2006) – Inhumaciones infantiles de tradición indígena en un sector de la necrópolis oriental de Corduba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17, vol. I, p. 99-114.

GARCÍA MATAMALA, B.; MARTÍN URDIROZ, I. e MORENO ROMERO, L. (2005) – Nuevo enterramiento

en sarcófago de plomo en Colonia Patricia Corduba. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 16, p. 105--142.

GARCÍA MERINO, C. (1990) – Nuevas piezas de artesanía romana de Bronce en la Meseta: apliques con gorgoneion y candelabrum de Uxama. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valadolid. 56, p. 244-256.

GARCÍA MORENO, L. (1977-1978) – La cristianización de la topografía de las ciudades de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 50-51, p. 311-321.

GARCÍA MORENO, L. (1987) – La arqueología y la historia militar visigoda en la Península Ibérica. *Congreso de Arqueología Medieval Española*, 2, Madrid, 1987. Actas. Madrid: Consejeria de Cultura. Dirección General del Patrimonio Cultural. p. 331-336.

GARCÍA MORENO, L. (2007) – Transformaciones de la Bética durante la tardoantigüedad. *Mainake*. Málaga. 29, p. 433-471.

GARCÍA PANTOJA, M.ª e MONTAÑÉS CABALLERO, M. (2001) – Intervención arqueológica en la necrópolis romana de Cádiz. Los Cuarteles de Varela. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. Vol. I (1998), p. 20-26.

GARCÍA PRÓSPER, E. (2015) – *Los ritos funerarios de la necrópolis romana de la Calle Quart de Valencia (siglos II a.C-III d.C)*. Dissertação de Prehistoria i Arqueologia del Mediterráneo, apresentada à Facultat de Geografia i Història, Universitat de València, para obtenção do grau de Doutor.

GARCÍA PRÓSPER, E. e GUÉRIN, P. (2002) – Nuevas aportaciones en torno a la necrópolis romana de la calle Quart de Valencia (S. II a. C. – IV d. C.). In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I, p. 203-216.

GARCÍA PRÓSPER, E.; POLO CERDA, M. e GUÉRIN, P. (2002-2003) – Rituales funerários Ibéricos en la necrópolis fundacional de València. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 13-14, p. 279-310.

GARCÍA PRÓSPER, E.; POLO CERDÁ, M.; ROMERO RAMETA, A. e IBORRA, P. (2010) – Rituales alimentarios y economía de subsistencia en las tumbas de cámara de la necrópolis romana de la calle Quart de Valentia (ss. II a. C.-III d. C.). *Saguntum*. Sevilla. Extra, 9, p. 233-242.

GARCÍA SANJUÁN, L. (2005a) – Grandes piedras viejas, memoria y pasado. Reutilizaciones del Dolmen de Palacio III (Almadén de la Plata, Sevilla) durante la Edad del Hierro. In CELESTINO PÉREZ, C. e JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *El Periodo Orientalizante. Simposio Internacional de Arqueología de Mérida*, 3, Mérida, 2005. Protohistoria del Mediterráneo Occidental. Mérida: CSIC, p. 595-604.

GARCÍA SANJUÁN, L. (2005b) – Las piedras de la memoria. La permanencia del megalitismo en el Suroeste de la Península Ibérica durante el II y I milenios ane. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62, 1, p. 85-100.

GARCÍA VARGAS, E. (1996) – La producción anfórica en la bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. Sevilla. 27, p. 49-62.

GARCÍA VARGAS, E. e BERNAL CASASOLA, D. (2009) – Ánforas de la Bética. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA i LACOMBA, A., coord. – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad, Servicio de Publicaciones. p. 661-688.

GARCÍA VARGAS, E.; FERRER ALBELDA, E. e GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2008) – La romanización del bajo Guadalquivir: ciudad, territorio y economía (siglos II--I a. C.). *Mainake*. Málaga. XXX, p. 247-270.

GARCÍA VARGAS, E. e GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2009) – Romanización y consumo: cambios y continuidades en los contextos cerámicos de Hispalis en épocas turdetana y romano-republicana. *SPAL*. Sevilla. 18, p. 131-165.

GARCÍA VARGAS, E. e LÓPEZ ROSENDO, E. (2008) – El alfar de Rabatún (Jerez de la Frontera, Cádiz) y la producción de ánforas y cerámica común en la campiña del Guadalete en época altoimperial romana. *SPAL*. Sevilla. 17, p. 281-313.

GARRIGUET MATA, J. (2006) – Verba volant, statuae (nonnumquam) manent. Aproximación a la problemática de las estatuas funerarias romanas de Corduba Colonia Patricia. In VAQUERIZO, D.; GARRIGUET, J. A. e LEÓN, A., ed. lit. – Espacio y usos funerarios en la ciudad histórica. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. 1, p. 195-224.

GEE, R. (2008) – From Corpse to Ancestor: The Role of Tombside Dining in the Transformation of the Body in Ancient Rome. In FAHLANDER, F. e OESTIGAARD, T., ed. lit. – *The Materiality of Death: Bodies, Burials, Beliefs*. Oxford: Archaeopress. p. 59--68. (B.A.R. International Series; 1768).

GENTY, P.-Y. e ABAUZIT, P. (1967) – Note sur une incinération gallo-romaine à Chavroches (Allier). *Revue Archéologique du Centre de la France*. Paris. 6:2, p. 119-131.

GESTOSO MOROTE, D. e LÓPEZ RODRÍGUEZ, J. (2010) – *La necrópolis altoimperial de Carteia y el mundo funerário romano*. Málaga: Astarté - Estudio de Arqueología.

GIBBON, E. (1776, 1781, 1788 e 1789) – *History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. London: Strahan & Cadell. Vol. I (1776), Vol. II e III (1781), Vol. IV, V e VI (1788-89).

GIL FARRÉS, O. (1947-48) – Lucernas romanas decoradas del Museo Emeritense. *Ampurias*. Barcelona. IX-X, p. 97-115.

GILES PACHECO, F. e MATA ALMONTE, E. (2001) – Intervención arqueológica en calle Santo Domingo n.º 9, el Puerto de Santa Maria, Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. Vol. I (1998), p. 58-65.

GIMENEZ ORTUÑO, L. (1984) – Los vidrios romanos e anterromanos del Museo de Albacete. In *Congreso de Historia de Albacete*, 1, Albacete, 1984. Albacete: Diputación de Albacete. p. 291-308.

GIMENO PASCUAL, H. e SASTRE de DIEGO, I. (2009) – Jarritas y recipientes de uso funerário y el culto a los mártires en la antigüedad tardía. In *Espacios, usos y formas de la epigrafía Hispana en épocas Antigua y Tardoantigua*. Mérida: CSIC. p. 167-176. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 48).

GIRARD, P. (2010) – *Le verre antique: Usages et techniques. Le Proche-Orient, creuset de l'innovation verrière?* Mémoire de Master d'archéologie II réalisé à l'Université Paul Valéry-Montpellier III dirigé par Madame Bletry Sylvie.

GIRÓN ANGUIOZAR, L. (2010) – Las cerámicas comunes del alfar romano de Puente Melchor (Puerto Real, Cádiz). Un ensayo de clasificación de las formas abiertas. *Herakleion*. Madrid. 3, p. 105-162.

GIUNTELLA, A.; BORGHETTI, G. e STIAFFINI, D. (1985) – Mensae e riti funerari in Sardegna: la testimonianza di Cornus. In *Mediterraneo tardoantico e medievale, scavi e ricerche*. Taranto: Scorpione. Vol. 1.

GODOY FERNÁNDEZ, C. (1994) – La Memoria de Fructuoso, Augurio y Eulogio en la arena del anfiteatro de Tarragona. *Butlletí arqueològic*. Tarragona. 16, p. 181-210.

GODOY FERNÁNDEZ, C. (1998) – Algunos aspectos del culto de los santos durante la Antigüedad Tardía en Hispania. *Pyrennae*. Barcelona. 29, p. 161-170.

GOETHERT-POLASCHEK, K. (1985) – *Katalog der römische Lampen des Rheinischen Landesmuseums Trier*. Mainz: Antiquariat Schmidt & Günther.

GOLDSWORTHY, A. (2010) – *O fim do Império Romano. O lento declínio da superpotência*. Lisboa: Esfera dos Livros.

GOMES, J. (2010a) – *Os materiais médico-cirúrgicos de época romana do Museu Nacional de Arqueologia*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GOMES, J. (2010b) – *Estudrio da Ribeira de Bensafrim. Leitura geo-arqueossismológica*. Dissertação apresentada ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau Mestre.

GOMES, M. V. (2002) – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, p. 339-391.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1988) – *Levantamento arqueológico-bibliográfico do Algarve*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura e Delegação Regional do Sul.

GOMES, M. V.; PAULO, L. e FERREIRA, S. (2003) – *Levantamento arqueológico do Algarve*. Concelho de Albufeira. Albufeira: Câmara Municipal.

GÓMEZ FERNÁNDEZ, F. (2003) – Augusta Emerita en el transcurso del siglo V. Morfología y vitalidad urbana. *Hispania Antiqua*. Valladolid. XXVII, p. 263--279.

GÓMEZ FERNÁNDEZ, F. (2006) – La decadencia urbana y bajoimperial en la diócesis hispaniarum: la primacía del argumento del declive, sobre el de la metamorfosis ciudadana. *Hispania Antiqua*. Valladolid. XXX, p. 167-208.

GÓMEZ FERNÁNDEZ, V. e SIBÓN OLANO, J. F. (2010) – La necrópolis altoimperial. Nuevos datos a partir de los resultados de la excavación arqueológica realizada en la Avenida de Andalucía, 35 (Cádiz). In NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. e GÓMEZ FERNÁNDEZ, V., coord. – *Las necrópolis de Cádiz. Apuntes de arqueología gaditana en homenaje a J. F. Sibón Olano*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Cádiz y de la Universidad, p. 387-405.

GÓMEZ MORENO, M. (1926) – *Catálogo monumental de España. Província de León*. Madrid: Ministerio de Instruccion Publica y Bellas Artes.

GÓMEZ PÉREZ, J. L. (1997) – Estudio de los restos humanos recuperados en la necrópolis de «El Ruedo» (Almendinilla Córdoba). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 8, p. 117-132.

GONÇALVES, A. (2012) – *A necrópole romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da universidade de Lisboa para obtenção do garu de Mestre.

GONÇALVES, D. (2011) – *Cremains. The value of quantitative analysis for the bioanthropological research of burned human skeletal remains*. Dissertation submitted in fulfilment of the requirements for the Degree of Doutor in Biological Anthropology.

GONÇALVES, L. (2007) – *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano. (Studia Lusitana; 2).

GONÇALVES, M. (2007) – Arqueologia no Concelho de Silves. O Contributo Pioneiro de Estácio da Veiga. *Xelb*. Silves. 7, p. 421-434.

GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. e CALADO, M. (1996) – Novos contributos para a arqueologia do Algarve oriental. *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 161-180.

GOZALBES, M. (1997) – Los hallazgos numismáticos de una necrópolis de Valentia (C/ Virgen de la Misericordia). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 8, p. 197-212.

GOZALBES CRAVIOTO, E. e GARCÍA GARCÍA, I. (2007) – La primera peste de los antoninos (165--170). Una epidemia en la Roma imperial. *Asclepio*. Madrid. LIX, 1, p. 7-22.

GONZÁLEZ PARRILLA, J. (2002) – Un aspecto del cristianismo en Itálica y su plasmación en el registro funerario: las excavaciones de 1903. *SPAL*. Sevilla. 11, p. 409-417.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) – *El mundo funerário romano en el País Valenciano. Monumentos funerários y sepulturasentre los siglos I a. C.–VII d. C.* Madrid; Alicante: Casa de Velásquez e Instituto Alicantino de Cultura.

GOROSTIDI PI, D. e LÓPEZ VILAR, J. (2012) – Las cupae de Tarraco: tipos y usuarios. In ANDREU PINTADO, J., ed. lit. – *Las cupae hispanas: origen, difusión, uso, tipología*. Zaragoza: Fundación Uncastillo. (Serie Monografías, Los Bañales).

GRADIM, A.; GRABHERR, G.; SHIERL, T.; TEICHNER, F. e OBERHOFER, K. (2010) – Um novo exemplo dos «castella» da fase da fundação da Lusitania romana? – O caso do Castelinho dos Mouros. *Xelb*. Silves. 10. Separata.

GRAEN, D. (2005) – Two Roman mausoleums at Quinta de Marim (Olhão): preliminary results of the excavations in 2002 and 2003. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 257-278.

GRAEN, D. (2007) – O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da Statio Sacra. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 275-288.

GROS, P. (1996 e 2001) – *L'Architecture Romaine, du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut--Empire. Les Monuments publics*. Les Manuels D'Art et D'Archéologie Antiques. Paris: Picard. Vol. I. (1996), Vol. II (2001).

GUALANDI, M.ª (1977) – *Lucerne fittili della Collezioni del Museo Civico Archeologico di Bologna*. Bologna: Istituto per la Storia di Bologna.

GUERRA, A. (2003) – Anotações ao texto da *Tabella Defixionis* de Alcácer do Sal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 335-359.

GUERRA, A. e NUNES, T. (no prelo) – A epígrafe romana de Palmares (Lagos). In Poster apresentado no 9.º *Encontro de Arqueologia do Algarve*.

GUERRA, A.; SCHATTNER, Th.; FABIÃO, C. e ALMEIDA, R. (2003) – Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 415-479.

GUERRERO MISA, L. (2009) – Construcciones hidráulicas en la ciudad romana de «Ocuri» (Salto de la Mora, Ulbrique). In LAGOSTENA BARRIOS, L. e ZULETA ALEJANDRO, F., coord. – *La captación, los usos y la administración del agua en Baetica. Estudios sobre el abastecimiento hídrico en comunidades cívicas del Conventus Gaditanus*. Cádiz. p. 257-308.

GUI, M. (2011) – Evidence for Medical and Personal Care in the Case of the Roman Army in Dacia. *Ephemeris Napocensis*. Cluj-Napoca. XXI, p. 115-130.

GUIRAUD, H. (1988) – *Intailles et camés de l'époque romaine en Gaule*. Paris: Editions du CNRS. Supplément à Gallia.

GUIRAUD, H. (1989) – Bagues et anneaux à l'epoque romaine en Gaule. *Gallia*. Aix-en-Provence. 46, p. 173--211.

GURT i ESPARRAGUERA, J. (1995) – Topografía cristiana de Lusitania. Testimonios arqueológicos. In VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, A.; CERRILLO MARTÍN, E. e MATEOS CRUZ, P., ed. lit. – *Los últimos romanos en Lusitania. Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 11, p. 73-95.

GURT i ESPARRAGUERA, J. (2000-2001) – Transformaciones en el tejido de las ciudades hispanas durante la antigüedad tardía: dinámicas urbanas. *Zephyrus*. Salamanca. 53-54, p. 443-471.

GURT i ESPARRAGUERA, J. e MACÍAS SOLÉ, J. (2002) – La ciudad y el territorium de Tarrago: el mundo funerário. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I, p. 87-112.

GURT i ESPARRAGUERA, J. e SÁNCHEZ RAMOS, I. (2010) – Espacios funerarios y espacios sacros en la ciudad tardoantigua. La situación en Hispania. In GARCÍA, A., coord. – *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (S. VI-VIII)*. Toledo: Toletvum Visogodo. p. 15-28.

HALSBERGHE, G. (1974) – *The Cult of Sol Invictus*. Leiden: Brill Archive. (Études Préliminaires aux Religions Orientales dans l'Empire Romain; 70).

HARDEN, D. (1936) – *Roman glass from Karanis found by the University of Michigan Archaeological Expedition in Egypt, 1924-29*. Michigan: University of Michigan Press.

HARO ORDÓÑEZ, J.; LÓPEZ DOMÍNGUEZ, M. e CASTILLA REYES, E. (2010) – Intervenciones arqueológicas en la plaza Ivonne Cazenave n.º 1 (Huelva). 6.ª, 7.ª y 8.ª fase de actuación. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 2148-2169.

HARTLEY, B. e DICKINSON, B. (1993) – The samiam stamps. In MANNING, W. H., ed. lit. – *The Roman pottery. Report on the excavations at Usk, 1965-1976*. Wales: University Press, p. 207-215.

HATT, J. (1961) – *Observations sur quelques statuettes gallo-romaines en bronze du Musée de Strasbourg*. Dijon: Bernigaud et Privat.

HAUSCHILD, T. (1980) – Milreu-Estoi (Algarve). Untersuchungen neben der Taufpiscina und Sondagen in der Villa. Kampagnen 1971 und 1979. *Madrider Mitteilungen*. Berlin. 21, p. 189-219.

HAUSCHILD, T. (1984) – A villa romana de Milreu, Estói, Algarve. *Arqueologia*. Lisboa. 9, p. 94-104.

HAUSCHILD, T. (1984-1988) – O edifício de culto do complexo de ruínas romanas perto de Estói, na província da Lusitânia. *Arqueologia e História*. Lisboa. X, vol. I/II, p. 123-153.

HAUSCHILD, T. (1997) – Milreu (Estoi, Faro), vila romana e santuário. In BARATA, F. e PARREIRA, R., ed. lit. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. p. 407-413.

HAYES, J. (1972) – *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.

HELENO, M. (1953) – O tesouro da Borralheira (Teixoso). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.ª Série, 2, p. 213-226.

HENRIQUES, A. (1895) – Notícias archeologicas de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 1, p. 117-118.

HERAS y MARTÍNEZ, C. e CABADA IZQUIERDO, J. (1996) – Objetos en el yacimiento romano de Vareia: huesos trabajados. *Estrato*. Logroño. 7, p. 43-48.

HERAS MORA, F. e OLMEDO GRAGERA, A. (2010) – Dos nuevos monumentos funerarios en Augusta Emerita. Primer avance de los resultados de la intervención de la calle Almendralejo n.º 41, Mérida (Badajoz, España). *Bollettino di Archeologia online*. Roma. I, p. 45-53.

HEREDIA BERCERO, J. (2007) – La via sepulchralis de la Plaza Vila de Madrid. Un ejemplo del ritual funerario durante el alto imperio en la necrópolis occidental de Barcino. *Quarhis*. Barcelona. II:3, p. 12--63.

HEREDIA BERCERO, J. (2010) – La cristianización del suburbium de Barcino. VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Las áreas suburbanas en la ciudad histórica. Topografía, usos, función*. Córdoba: Universidad. p. 363-396. (Monografias de Arqueología Cordobesa; 18).

HERMET, F. (1934) – *La Graufesenque (Condatomago)*. Paris: E. Leroux. Vol. I - Vases sigillés. Vol. II - Graffites.

HERNÁNDEZ GARCÍA, J. (1998) – La necrópolis tardorromana del Molino. Paganismo y cristianismo en un mismo espacio cementerial (Águilas, Murcia). *Memorias de Arqueología*. Múrcia. 13, p. 171-210.

HERNÁNDEZ GARCÍA, J. (2005) – Ánforas vinarias en la necrópolis de incineración de Águilas. El uso del vino en los rituales funerarios romanos. *Revista Murciana de Antropologia*. Múrcia. 12, p. 101-117.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; RODRÍGUEZ LÓPEZ, M.ª e SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M.ª (1989) – *Excavaciones en el castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. e GALÁN DOMINGO, E. (1996) – *La necrópolis de «El Mercadillo» (Botija, Cáceres)*. Mérida: Dirección General de Patrimonio Cultural. (Extremadura Arqueológica; VI).

HERNÁNDEZ PÉREZ, R. (2001) – *Poesía latina sepulcral de la Hispania romana: estudio de los tópicos y sus formulaciones*. Valencia: Universitat de València. (Anejos de la Revista Cuadernos de Filología; XLIII).

HERREROS VENTOSA, M.ª e MARTÍN SERNA, M. (1995) – Nuevas aportaciones sobre las monedas de Claudio I en Hispania. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 61, p. 225-259.

HESBERG, H. von (1994) – *Monumenta. I sepolcri romani e la loro architettura*. Milán: Longanesi.

HESBERG, H. von (2002) – Il profumo del marmo. Cambiamenti nei riti di seppellimento e nei monumenti funerari nel I sec. d. C. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacios y usos funerarios en el Occidente Romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. p. 33-50.

HIBBS, V. (1991) – Roman Surgical and Medical Instruments from La Cañada Honda (Gandul, Sevilla). *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 64, p. 111-134.

HIDALGO PRIETO, R. (1993) – Nuevos datos sobre el urbanismo de Colonia Patricia Corduba: Excavación arqueológica en la calle Ramirez de las Casas-Deza, 13. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba 4, p. 91-134.

HIGGINS, R. (1967) – *Greek terracottas*. London: Methuen.

HOPE, V. (2000) – Contempt and Respect. The Treatment of the Corpse in Ancient Rome. In HOPE, V. e MARSHALL, E., ed. lit. (2000) – *Death and Disease in the Ancient City*. London and New York: Routledge, p. 104-127.

HOPE, V. (2007) – *Death in ancient Rome. A sourcebook*. London and New York: Routledge.

HOPFE, L. (1994) – Archaelogical Indications on the Origins of Roman Mithraism. In HOPFE, L., ed. lit. – *Uncovering ancient stones: essays in memory of H. Neil Richardson*. Winona Lake: Eisenbrauns. p. 147-158.

HOPKINS, K. (1980) – Taxes and trade in the Roman Empire (200 B.C.-A.D. 400). *Journal of Roman Studies*. Cambridge. 70, p. 101-125.

HÜBINGER, U. (1993) – *Die Antiken lampen des akademischen Kunstmuseums der Universität Bonn*. Berlin: Deutsches Archäologisches Institut.

HÜBNER, E. (1871) – *Notícias archeológicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.

HÜBNER, E. (1962) – Antichita del Portogallo romano. *Bulletin Institutionale*. Roma. Separata fotocopiada.

HUECAS ATENCIANO, J. (2010) – Intervención arqueológica preventiva avenida Cristo de Confalón n.º 3. Écija (Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 3824-3838.

ILLARREGUI GÓMEZ, E. (2010) – Tessera Hospitalis de Herrera de Pisuerga (Palencia-España). *Revista Internacional d'Humanitats*. Barcelona. 20, p. 15-28.

ILLARREGUI GÓMEZ, E. e SARABIA ROGINA, P. (2008) – Actuaciones arqueológicas en el yacimiento de Herrera de Pisuerga (Palencia). 2005-2008. *Oppidum*. Lousada. 4, p. 113-132.

INÁCIO, N.; NOCETE, D.; CALADO, D.; CURATE, F.; MIGUEL NIETO, J.; BAYONA, M. e OLIVEIRA, C. (2010) – O túmulo megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela). Resultados preliminares de um processo de investigação em curso. *Xelb*. Silves. 10, p. 73-86.

INFANTAS BEATO, G. e PUERTO FERNÁNDEZ, J. (2010) – Actividad arqueológica preventiva en la necrópolis del Faro de Torrox (Málaga). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 3485-3497.

INIESTA SANMARTÍN, A. (1983) – *Las fíbulas de la región de Murcia*. Murcia: Editora Regional de Murcia.

INIESTA SANMARTÍN, A. e MARTÍNEZ ALCALDE, M.ª (2000) – Nuevas excavaciones en la necrópolis tardorromana de la Molineta (Puerto de Mazarrón, Murcia). *AnMurcia*. Murcia. 16, p. 199-224.

INSOLL, T. (2002) – *Archaeology and World Religion*. London: Routledge.

INSOLL, T. (2007) – *The Archaeology of Identities: A Reader*. London: Routledge.

ISINGS, C. (1957) – *Roman Glass from Dated Finds*. Jacarta: Archaeologica Traiectina.

IVANYI, D. (1935) – *Die Pannonischen Lampen. Eine typologisch-chronologische Übersicht*. Budapest. (Dissertationes Pannonicae; s. 2, 2).

JACKSON, R. (1990) – Roman doctors and their instruments: recent research into ancient practice. *Journal of Roman Archaeology*. Portsmouth. 3, p. 5-15.

JALHAY, E. (1948) – Franz Cumont e o baixo-relêvo mitraico de Tróia (Setúbal). *Brotéria*. Lisboa. 46:5. Separata.

JENSEN, R. (2008) – Dining with the dead: From the Mensa to the altar in Christian Late Antiquity. In BRINK, L. e GREEN, D., ed. lit. – *Commemorating the dead. Texts and artifacts in context. Studies of Roman, Jewish, and Christian burials*. 1.ª ed. Berlin: Walter de Gruyter. p. 108-143.

JEREZ LINDE, J. (2004) – La T. S. Hispánica precoz o «Tipo Peñaflor», su incidencia en el territorio emeritense y dos marcas inéditas del M. N. A. R. de Mérida. *Anas*. Mérida. 17, p. 161-178.

JIMÉNEZ DÍEZ, A. (2002) – Necrópolis de época republicana en el mediodía peninsular: «romanización» y sentimentos de identidad étnica. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I, p. 217-232.

JIMÉNEZ DÍEZ, A. (2006) – Contextos funerários en la transición del mundo prerromano al romano en el sur peninsular. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17, v. 1, p. 67-98.

JIMÉNEZ DÍEZ, A. (2008) – *Imagines Hibridae. Una aproximación postcolonialista al estudio de las necrópolis de la Bética*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XLIII).

JIMÉNEZ PÉREZ, C. e AGUILERA RODRÍGUEZ, L. (2010) – Intervención arqueológica de urgencia en la zona del embarcadero del embalse de Bornos. Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 526-537.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, J. e SALES CARBONELL, J. (2004) – Termas e iglesias durante la Antigüedad Tardía: ¿Reutilización arquitectónica o conflicto religioso? Algunos ejemplos hispanos. In GONZÁLEZ BLANCO, A. e BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J., coord. – Sacralidad y Arqueología: homenaje al profesor Thilo Ulbert. *Antigüedad y Cristianismo*. Murcia. 21, p. 185-202.

JIMÉNEZ SANCHO, A. e TABALES RODRÍGUEZ, M. (2003) – Excavación de un enterramiento de incineración en el hospital de las Cinco Llagas. III fase-2000. *Anuario Arqueológico de Andalucía. Sevilla*. 2 (2000), p. 923-931.

JOHNS, C. (1982) – *Sex or Symbol? Erotic Images of Greece and Rome*. Londres: Routledge Chapman & Hall.

JOHNS, C. (1996) – *The Jewellery of Roman Britain. Celtic and classical traditions*. London: University of Psychology Press.

JOHNSON, A. (1983) – *Roman Forts*. London: Adam and Charles Black.

JOHNSON, H. (1994) – *La madera*. Barcelona: Blume, Editorial S. A.

KADRA, K. (1989) – Nécropoles tardives de l'antique Theveste: Mosaïques funéraires et mensae. In *L'Africa Romana*, 6, Sassari, 1988. [S. L.]: Gallizzi. p. 265--275.

KAUFMANN-HEINIMANN, A. (1998) – *Götter und Lararien aus Augusta Raurica. Herstellung, Fundzusammenhänge und sakrale Funktion figürlicher Bronzen in einer römischen Stadt*. Augst: Romërmuseum. (Forschungen in Augst; 26).

KAMINSKI, G. (2008) – *Mithraism: Archaeological Evidence of the Spread and Change of a Roman Cult Religion*. Archaeological Studies Program Undergraduate Thesis Collection. University of Wisconsin.

KARAGEORGHIS, V. (2000) – *Ancient Art from Cyprus. The Cesnola Collection*. New York: The Metropolitan Museum of Art.

KISA, A. (1908) – *Das Glas im Altertume*. Leipzig: Verlag Von Karl W. Hiersemann.

KOENEN, C. (1904) – Beschreibung von Novaesium. *Bonner Jahrbucher*. Bonn. 111/112, p. 97-242.

KRAUSE, M. (2001) – Die Handwerkerund die Stadt. *Archäologie der Schweiz*. Basel. 24, p. 50-59.

KULIKOWSKI, M. (2007) – *Rome's Gothic Wars: From the Third Century to Alaric*. Cambridge: University Press.

KÜNZL, E. (1983) – *Medizinische Instrumente aus Sepulkralfunden der römischen Kaiserzeit*. Cologne: Rheinland Verlag GmbH.

KYLE, D. (1998) – *Spectacles of Death in Ancient Rome*. London and New York: Routledge.

LABEAGA MENDIOLA, J. (2006) – Fíbulas de la Téne en el poblado de La Custodia, Viana (Navarra). *Cuadernos de Arqueología*. Pamplona. 14, p. 177-198.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1993) – Una tésera de plomo hallada en el yacimiento de «Puente Melchor», Puerto Real (Cádiz). *Habis*. Sevilla. 24, p. 307-309.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania romana*. Barcelona: Universitat. (Collecció Instrumenta; 11).

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2007) – Sobre la elaboración del garum y otros productos piscícolas en las costas béticas. *Mainake*. Málaga. XXIX, p. 273-289.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. e BERNAL CASASOLA, D. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Cádiz. Balance y perspectivas. In *Talleres alfareros y produciones cerámicas en la Bética romana (ss. I a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 39-124. (B.A.R. International Series; 1266).

LAMBOGLIA, N. (1952) – Classificazione Preliminare della ceramica campana. In *Congresso Internazionale di Studi Liguri*, 1, Bordighera, 1950. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri. p. 139-206.

LAMBRINO, S. (1954) – Les divinités orientales en Lusitanie et le Santuaire de Panóias. *Bulletin des Études Portugaises*. Coimbra. XVII.

LANCEL, S. (1967) – *Verrerie Antique de Tipasa*. Paris: Éditions E. de Boccard.

LANERI, N., ed. lit. (2008) – *Performing Death. Social analyses of funerary traditions in the ancient near East and Mediterranean*. Chicago: The Oriental Institute.

LANG, F. (2011) – Activity not Profession. Considerations about Bone Working in Roman Times. In BARON, J. e KUFEL-DIAKOWSKA, B., ed. lit. – *Written in Bones. Studies on Technological and Social Contexts of Past Faunal Skeletal Remains*. Wrocław: University. p. 295-303.

LASFARGUES, J. e VERTET, H. (1970) – Les gobelets à parois fines de la Muette. *Revue Archéologique de l'Est*. Dijon. XXI, p. 222-224.

LAUBRY, N. (2009) – Aspects de la romanisation en Gaule et en Germanie: les monuments et les inscriptions funéraires sous le Haut Empire. In *Rome et l'Occident, IIe siècle avant J.-C. - IIe siècle après J.-C.* Pallas. Toulose. 80, p. 281-305.

LEAL, A. (1874) – Lagos. In *Portugal antigo e moderno. Diccionário*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. IV, p. 20-28.

LEAL, A. (1876) – Portimão. In *Portugal antigo e moderno. Diccionário*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. VII, p. 267-268.

LEAL, A. (1880) – Tavira. In *Portugal antigo e moderno. Diccionário*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. XI, p. 500-515.

LECHUGA GALINDO, M. (1989) – Un ponderal bizantino hallado en Cartagena. *AnMurcia*. Murcia. 5-6, p. 179-182.

LEGLAY, M. (1973) – Circonscription du Rhône--Alpes. *Gallia*. Aix-en-Provence. 31:2, p. 515-547.

LEITÃO, M. (2015) – *A Presença Islâmica em al-Qasr – Uma análise sobre o urbanismo e o sistema defensivo*. Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre.

LETETZ, S. e VAN ANDRINGA, W. (2008) – La nécropole romaine de Porta Nocera à Pompei. In *Rome et ses Morts – L'Archéologie Funéraire dans l'Occident Romain. Dossiers d'Archeologie*. Paris. 330, p. 58-65.

LILLO CARPIO, P. (1991-1992) – Los exvotos de bronce del Santuario de la Luz y su contexto arqueológico (1990-1992). *AnMurcia*. Murcia. 7-8, p. 107-142.

LILLO CARPIO, P. (2001-2002) – Notas acerca de la incineración. *AnMurcia*. Murcia. 17-18, p. 127-146.

LINDSAY, H. (2000) – Death-pollution and funerals in the city of Rome. In HOPE, V. e MARSHALL, E., ed. lit. – *Death and Disease in the Ancient City*. London: Routledge, p. 152-172.

LINTZ, G. (2001) – *La nécropole gallo-romaine des Sagnes à Pontarion (Creuse)*. Poitiers: Association des publications chauvinoises.

LITH, S. e RANDSBORG, K. (1985) – *Roman glass in the West: a Social Study*. Amesterdão: Rijksdienst voor het Outheidkundig Bodemonderzoek.

LIVERANI, P. (1999) – Togati con Aquila. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 10, p. 263-275.

LLOBREGAT CONESA, E. (1977) – San Vicente Mártir y Justiniano de Valencia. In *Homenaje a Fray Justo Pérez de Urbel*. Santo Domingo de Silos. T. II, p. 7-18.

LOEB, I. (1892) – *La Littérature des pauvres dans la Bible*. Paris: L. Cerf.

LOESCHCKE, S. (1919) – *Lampen aus Vindonissa, Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des Antiken Beleuchtungwesens*. Zurich: Kommission bei Beer & Cie.

LOISY, A. (1919) – *Les mystères païens et le mystère chrétien*. Paris: Nourry.

LONG, L.; VOLPE, G. e TURCHIANO, M.ª (2010) – Circulation des amphores et des céramiques italiques sur le littoral gaulois méridional. Le cas de l'épave d'époque républicaine La Ciotat 3. *Bollettino di Archeologia Online*. Roma. I, p. 42-66.

LOPES, F. (1958-1959) – Do Algarve bizantino. *Bracara Augusta*. Braga. 9-10, p. 126-136.

LOPES, V. (2003) – *Mértola na Antiguidade tardia. A topografia histórica da cidade e do seu territorio nos alvores do cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico.

LÓPEZ, A. (2003) – Bronces procedentes del yacimiento de El Saucedo (Talavera la Nueva, Toledo). *Bolskan*. Huesca. 20, p. 243-256.

LÓPEZ BORGOÑEZ, A. (1998) – Distribución espacial y cronológica de las necrópolis emporitanas. In MAYER, M.; NOLLA, J. e PARDO, J., ed. lit. – *De les estructures indígenas a l'organiztció provincial romana de la Hispania Citerior*. Barcelona. p. 275-298.

LÓPEZ BRAVO, F. e DELAPORTE, S. (2005) – Estudio preliminar del mobiliario metálico de época romana del solar de la morería de Sagunto. *ARSE: Boletín anual del Centro Arqueológico Saguntino*. Sagunto. 39, p. 145-182.

LÓPEZ CUEVAS, F. (2011) – Culto martirial y autorrepresentación en el mundo funerario a través de algunos ejemplos hispanos. *Arte, Arqueología e Historia*. Córdoba. 18, p. 125-132.

LÓPEZ DE LA ORDEN, M.ª (2003) – Urnas cinerarias de la necrópolis romana de Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2000, p. 111-116.

LÓPEZ DOMÍNGUEZ, M.; CASTILLA REYES, E. e HARO ORDÓÑEZ, J. (2005) – Intervención arqueológica de urgencia en el yacimiento romano de el Eucaliptal (Punta Umbría, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 3:1 (2002), p. 562-572.

LÓPEZ DOMÍNGUEZ, M.; CASTILLA REYES, E. e HARO ORDÓÑEZ, J. (2006) – Intervención arqueológica puntual de apoyo a la restauración en el mausoleo romano de la Punta del Moral (Ayamonte, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2 (2003), p. 236-246.

LÓPEZ DOMÍNGUEZ, M.; CASTILLA REYES, E.; HARO ORDÓÑEZ, J. e QUINTERO CRISTÓBAL, M.ª (2009) – Intervención arqueológica de urgencia en «Las Reliquias» (Cartaya, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1 (2004), p. 1696-1708.

LÓPEZ GARCÍA, I. (2006) – Ritos y sociedad a través del conjunto iconográfico funerario de «Las Cuevas» (Osuna, Sevilla). *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. 1, p. 145-156.

LÓPEZ LÓPEZ, I. (1997) – Estatuas togadas funerarias de Colonia Patricia (Córdoba). *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 8, p. 95-116.

LÓPEZ MELERO, R. e STYLOW, A. U. (1995) – Una pena sepulcral en favor de la res publica Aiungitanorum. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Serie II, p. 219-253.

LÓPEZ MULLOR, A. (1977) – Cerámicas romanas de paredes finas. *Información Arqueológica*. Madrid. 24, p. 162-168.

LÓPEZ MULLOR, A (1989) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Barcelona: Diputació de Barcelona, Servei del Patrimoni Arquitectònic. 2 vols. (Quaderns Científics i Tècnics; 2). 2.ème éd. Zaragoza: Libros Pórtico, 1990.

LÓPEZ MULLOR, A. (1990) – *Cerámica de paredes finas en Cataluña*. Barcelona: Diputació de Barcelona. (Quaderns Cientifics i Tecnics; 2).

LÓPEZ MULLOR, A. e MAGDALENA ESTARELLAS, M. (2002) – La céramique à parois fines d'Ibiza (I). *SFECAG, Actes du Congrès de Bayeux*. Normandia: SFECAG. p. 229-250.

LÓPEZ PÉREZ, I. (2010) – Los «síntomas orientales» en la liturgia hispana de la Tardoantigüedad. In *Anales de Historia del Arte*. Madrid. N.º Extra 2, p. 139-153.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2004) – *El final de la Antigüedad en la Gallaecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos v-x)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de La Maza-Serie 'Galicia Histórica' e Instituto de Estudios Gallegos 'Padre Sarmiento'; CSIC.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2005) – Los orígenes de la parroquia rural en el occidente de Hispania (siglos IV-IX) (Provincias de Gallaecia et Lusitania). In DELAPLACE, Ch., dir. – *Aux origines de la paroisse rurale*

en Gaule méridionale (ive-ixe siècles). Paris: Ed. Errance. p. 193-229.

LÓPEZ QUIROGA, J. e BANGO GARCÍA, C. (2005-2006) – Los edificios de culto como elemento morfogenético de transformación y configuración del paisaje rural en la Gallaecia y en la Lusitania entre los siglos IV y IX. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 31-32, p. 29-59.

LÓPEZ QUIROGA, J. e MARTÍNEZ TEJERA, A. (2006) – El destino de los templos paganos en Hispania durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 79, p. 125-153.

LÓPEZ QUIROGA, J. e RODRÍGUEZ LOVELLE, M. (1995-1996) – De los Vándalos a los Suevos en Galicia: una visión crítica sobre su instalación y organización territorial en el noroeste de la Península Ibérica en el siglo V. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 13-14, p. 421-436.

LÓPEZ REQUENA, M. e BARROSO CABRERA, R. (1994) – *La necrópolis de la Dehesa de la Casa. Una aproximación al estudio de la época visigoda en la provincia de Cuenca*. Madrid: Diputacion Provincial de Cuenca, Departamento de Publicaciones.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, J. (1981) – La coleccion de lucernas de la casa de la Condesa de Lebrija (Sevilla). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 47, p. 95-140.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, J. e REGUERAS GRANDE, F. (1987) – Cerámicas tardorromanas de Villanuerva de Azoague (Zamora). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 53, p. 115-166.

LÓPEZ ROSENDO, E. (2008) – El alfar romano altoimperial del Jardín de Cano (El Puerto de Santa María, Cádiz. España), en el contexto económico de Gades. *Revista de Historia de El Puerto*. Cádiz. 41, p. 39-74.

LÓPEZ ROSENDO, E. (2010a) – Los alfares del Jardín de Cano (El Puerto de Santa María, Cádiz). Intervención arqueológica preventiva de 2006. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 208-224.

LÓPEZ ROSENDO, E. (2010b) – El yacimiento tartésico y romano de Los Villares/Rabatún, al noroeste de la ciudad de Jerez de la Frontera (Cádiz). Intervención arqueológica preventiva de 2004/2005. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2005, p. 295-305.

LÓPEZ TITO, B. e SALADO ESCAÑO, J. (2010) – Pozoancho III. Una nueva necrópolis romana en la Vega Antequerana. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 3231-3242.

LÓPEZ VILAR, J. (1999-2000) – Consideración sobre les cupae i altres estructures funeraires afins. *Butlletí Arqueològic*. Tarragona. 21-22, p. 65-103.

LÓPEZ VILAR, J. (2004) – *Tarraco paleocristiana. El suburbi del Francolí*. Tesis Doctoral presentada a la Universitat Rovira i Virgili para optar al grado de Doctor.

LOT, F. (1927) – *La fin du monde antique et le début du Moyen Age*. Paris: La Renaissance du Livre.

LOURENÇO, P. (2010) – *A pesca, na antiguidade. O caso de Monte Molião, Lagos*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obter o grau de Mestre.

LOZA LENGARÁN, R. (1983) – *Museo Arqueológico de Álava*. Vitoria. p. 136-182.

LOZANO RAMÍREZ, M.ª (1998) – El yacimiento arqueológico de *Carissa Aurelia*. *Mancomuna*. Sierra de Cádiz. 19, p. 5-6.

LOZANO RAMÍREZ, M.ª (2001) – Puesta en valor del yacimiento de *Carissa Aurelia*. La intervención arqueológica en el mausoleo -1. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1 (1998), p. 95-104.

LUGO ENRICH, L.; ÁLVAREZ GARCÍA, H.; MATA TRUJILLO, E.; MENCHERO BENDICHO, V. e MORALEDA SIERRA, J. (2011) – *Villae* en el municipium de mentesa oretana. Termas romanas y necrópolis tardo-romana en La Ontavia (Terrinches, Ciudad Real). Resultados de la investigación y proyecto de musealización. *Herakleion*. Madrid. 4, p. 69-124.

LUZ GONZÁLEZ, M.ª; ENCINA PRADA, M.ª e VIDAL, J. (2003) – Un recinto funerário romano en Asturica Augusta (Astorga, León). *Bolskan*. Huesca. 20, p. 297-308.

LUZÓN NOGUÉ, J. (1967) – Lucernas mineras de Riotinto. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 40, p. 138-150.

LUZÓN NOGUÉ, J. e RUÍZ MATA, D. (1970) – El poblado minero romano de Riotinto. *Habis*. Sevilla. 1, p. 125-138.

MACDOWALL, D. (1979) – Sol Invictus and Mithra, some evidence from the mint of Rome. In *Mysteria Mithrae. Atti del Seminario Internazionale su «La specificita storico-religiosa dei Misteri di Mithra con particolare riferimento alle fonti documentarie di Roma e Ostia»*, Roma e Ostia, 1978. Leiden: Brill. p. 557-572.

MACGREGOR, A. (1985) – Bone, Antler, Ivory and Horn: The Technology of skeletal. In *Materials since Roman Period*. New Jersey: Croom Helm.

MACHADO, J. (1970) – Documentos de Estácio da Veiga, para o estudo da Arqueologia do Algarve. I Catálogo de Plantas, Desenhos e mosaicos. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I. p. 333-385.

MACÍAS LÓPEZ, M.ª (2007) – *Aportación antropológica y paleopatológica a la arqueologia funeraria gaditana del*

siglo II a. C. Proyecto de investigación del máster en Patrimonio Histórico-Arqueológico.

MACIAS SOLÉ, J. (2008) – Tarracona visigoda. Una ciudad en declive? Recopolis y la Ciudad en la Epoca Visigoda. *Zona Arqueológica*. Madrid. 9, p. 292-301.

MACIAS SOLÉ, J. e CAU ONTIVEROS, M. (2012) – Las cerámicas comunes del nordeste peninsular y las Baleares (siglos v-viii): balance y perspectivas de la investigación. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A., ed. lit. – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 511-542.

MACIAS SOLÉ, J. e REMOLÀ VALVERDÚ, J. (2000) – Tarraco visigoda: caracterización del material cerámico del siglo vii d. C. In *Reunió de Arqueología Cristiana Hispànica*, 5, Cartagena, 1998. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat. p. 485-497.

MACIAS SOLÉ, J.; MENCHON BES, J.; MUÑOZ MELGAR, A. e TEIXELL NAVARRO, I. (2008) – Contextos cerámicos derivados de la transformatión cristiana de la acrópolis de Tarragona (s. v/vi d. C.). In *Actes du Congrès de l'Escala-Empúries*. Marseille: SFECAG, p. 287-293.

MACIEL, M. (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri.

MACIEL, M.; CABRAL, J. e NUNES, D. (2002) – Os sarcófagos tardo-romanos do Museu Nacional de Arqueologia: novos dados para a sua interpretação. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 20, p. 161-176.

MACIEL, M.; CABRAL, J. e NUNES, D. (2006) – A estátua de Apolo da Villa do Álamo (Museu Nacional de Arqueologia). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 24, p. 349-367.

MADRID BALANZA, M.ª e VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2006) – La necrópolis tardoantigua del sector oriental de Cartagena. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. 2, p. 195-224.

MADRID BALANZA, M.ª e VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2007) – Nuevos elementos de ajuar de la necrópolis oriental de Carthago Spartaria (II). *Mastia*. Cartagena. 6, p. 37-92.

MAES, H. (1965) – *O Sublime Peregrino*. Rio de Janeiro: Libraria Freitas Bastos.

MAIA, M. (1978) – Fortalezas romanas do Sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 279-285.

MAIA, M. (1986) – Os Castella do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 27, p. 195-223.

MAIA, M. (2000) – *Levantamento da carta arqueológica de Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico.

MAIA, M. e MAIA, M. (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*. Castro Verde: Cortiçol.

MAIER, F. (1968) – *Die Verwandlung der mittelmeerwelt*. Frankfurt: Fischer.

MAIURI, A. (1973) – *Alla ricerca di Pompei preromana*. Nápoles: Societá Editrice Napoletana.

MALONEY, S. (1995) – The early Christian basilican complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal). In *Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 4, Lisboa, 1992. Barcelona: Universitat. p. 449-458.

MAN, A. de (2008) – Defesas urbanas tardias da lusitânia. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras do Porto para obtenção do grau de Doutor.

MANTAS, V. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires*. Paris: CNRS, p. 149-205.

MANTAS, V. (1993) – A cidade Luso romana de Ossonoba. In *Coloquio de Historia Antigua de Andalucia*, 1, Córdoba, 1988. Actas. Córdoba: CajaSur, p. 515-537.

MANTAS, V. (1997a) – As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In BARATA, F. e PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 283-309.

MANTAS, V. (1997b) – Os caminhos da serra e do mar. In BARATA, F. e PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 311-325.

MANTAS, V. (1999) – As villae marítimas e o problema do povoamento português na época romana. In GORGES, J.-G. e GÉRMAN, F., ed. lit. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, p. 135-156.

MANTAS, V. (2004) – A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa provincia romana. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 63-83.

MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 1, p. 7-23.

MANUEL ABASCAL, J.; CEBRIÁN, R., RUIZ, D. e PIDAL, S. (2004) – Tumbas singulares de la necrópolis tardo-romana de Segobriga (Saelices, Cuenca). *Antigüedad y Cristianismo*. Múrcia. XXI, p. 415-433.

MAQUEDANO CARRASCO, B.; RODRÍGUEZ-MALO, J.; SÁNCHEZ PELÁEZ, E.; SÁINZ PASCUAL, M. e VILLA GONZÁLEZ, J. (2002) – Nuevas aportaciones al conocimiento de las necrópolis medievales de la Vega Baja de Toledo (y II). *Tulaytula*. Toledo. 10, p. 27-68.

MAQUIAVEL, N. (1532) – *Istorie Fiorentine*. Veneza: Antonio Blado. Edições várias, entre as quais a do ano de 1764.

MARABINI, M.ª (1973) – *The Roman thin Walled Pottery from Cosa (1948-1954)*. Roma: American Academy in Rome.

MARINETTO, P. (2013) – *Armas y enseres para la defensa Nazarí*. Granada: Museo de Allambra.

MARQUES, M., coord. (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MARQUES, M., coord. (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MÁRQUEZ PÉREZ, J. (2006) – *Los columbarios: arquitectura y paisaje funerario en Augusta Emerita*. Mérida: Instituto de Arqueología.

MÁRQUEZ PÉREZ, J. e CORBACHO HIPÓLITO, M.ª (2004) – Revisión cronológica de las botellas esféricas de vidrio a partir del estudio de un depósito funerario procedente de Augusta Emerita. *Memoria*. Mérida. 7, p. 369-380.

MÁRQUEZ PÉREZ, J.; SÁNCHEZ BARRERO, P. e EDMONDSON, J (2007) – Un enterramiento de incineración con estela de granito fechado en el s. I d. C. documentado en el entorno viario del Circo romano de Augusta Emerita. *Mérida, Intervenciones Arqueológicas*. Mérida. 10, p. 509-521.

MÁRQUEZ VILLORA, J. e MOLINA VIDAL, J. (2005) – *Del Hiberus a Carthago Nova. Comercio de alimentos y epigrafía anfórica grecolatina*. Barcelona: Universitat. (Collecció Instrumenta; 18).

MARTÍ SOLANO, J. (1993) – Excavacion arqueológica de urgencia en la necropolis hispanovisigoda de Sanlucarejo. Arcos de la Frontera. Cadiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Cádiz. 3 (1991).

MARTÍN, M. (1987) – *Romermuseum und Romerhaus August*. August: Augster Museumshefte.

MARTÍN GONZÁLEZ, S. (2006) – Las nuevas caras del poder: Ideología aristocrática, protofeudalismo y Cristianismo en la Hispania tardoantigua. In ECHEVERRÍA REY, F. e MONTES MIRALLES, M. Y., coord. - *Actas del V Encuentro de Jóvenes Investigadores. Historia Antigua, edición nacional : ideología, estrategias de definición y formas de relación social en el mundo antiguo*. Madrid: Universidad Complutense. p. 147-158.

MARTÍN GONZÁLEZ, S. (2011) – From villae to villulae: settlement and social organization in Late Antique Hispanic countryside. In HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, D., ed. lit. – *New Perspectives on Late Antiquity*. Cambridge: Scholars Publishing, p. 173-187.

MARTÍN VALLS, R. (1990) – Los «simpula» celtibéricos. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 56, p. 144-169.

MARTINE, J. (2007) – Le sanctuaire gallo-romain. *Gallia*. Aix-en-Provence. 64, p. 390-395.

MARTÍNEZ MAGANTO, J. (1992) – Las técnicas de pesca en la antigüedad y su implicación económica en el abastecimiento de las industrias de salazón. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 19, p. 219-244.

MARTÍNEZ MAGANTO, J.; ALONSO VILLALOBOS, C. e GARCÍA GIMÉNEZ, R. (1999) – La producción de cerámica en Cádiz. Fabricación de ánforas y materiales complementarios. In RICO, C.; ROLDÁN GÓMEZ, L. e BENDALA GALÁN, M., coord. – *El ladrillo y sus derivados en la época romana*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 45-64.

MARTÍNEZ MAZA, C. e ALVAR EZQUERRA, J. (1995) – Cultos mistéricos e cristianismo. In ALVAR ESZQUERRA, J.; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J.; FERNÁNDEZ ARDANAZ, S.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; LOZANO, A.; MARTÍNEZ MAZA, C. e PIÑERO, A., ed. lit. – *Cristianismo primitivo e religiones mistéricas*. Madrid: Catedra.

MARTÍNEZ MAZA, C. e ALVAR EZQUERRA, J. (1997) – Transferencias entre los misterios y el cristianismo: problemas y tendencias. *Antigüedad y cristianismo*. Múrcia. XIV, p. 47-59.

MARTÍNEZ MAZA, C. e ALVAR EZQUERRA, J. (2007) – El mundo de las creencias en la Málaga romana. *Mainake*. Málaga. XXIX, p. 357-375.

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, A. (1989-1990) – La necrópolis de Eliocroa. Revición de los hallazgos y estudio de los materiales conservados. *AnMurcia*. Murcia. 5-6, p. 143-154.

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, A. (1991) – Enterramientos tardorromanos en la comarca del Alto Guadalentin (Lorca). *Antigüedad y cristianismo*. Murcia. VIII, p. 453-469.

MARTÍNEZ TEJERA, A. (1993) – De nuevo sobre áreas ceremoniales y espacios arquitectónicos intermedios en los edificios hispanos (ss. IV-X): atrio y pórtico. *Boletín de Arqueología Medieval*. Ciudad Real. 7, p. 163-215.

MARTÍNEZ TEJERA, A. (2004) – *Arquitectura monástica en tiempos de San Genadio (¿865?-935/937): San Miguel de Escalada y Santiago de Peñalba (prov. de León)*. Tese apresentada à Universidad Autónoma de Madrid, Dpto. de Historia y Teoría del Arte, para obtenção do grau de Doutor.

MARTÍNEZ TEJERA, A. (2006) – Arquitectura cristiana en hispania durante la antigüedad tardía (siglos IV-VIII). In LÓPEZ QUIROGA, J; MARTÍNEZ TEJERA, A. M. e MORÍN DE PABLOS, J., ed. lit. – *Gallia e Hispania en el contexto de la presencia «germánica» (ss. V-VII): Balance y perspectivas*. Oxford: Archaeopress. p. 109--197. (B.A.R. Int. Series; 1534).

MARTÍNEZ TEJERA, A. (2010) – La arquitectura cristiana de los siglos v-vi en Hispania: entre la «oficialización» y la «expansión». In *El tiempo de los «bárbaros». Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. v-vi d. C.). Zona Arqueológica*. Alcalá de Henares. 11, p. 222-270.

MARTINS, C. (2001) – A cronologia dos «passadores em T» e um conjunto cerâmico dos sécs. xv/xvi (Escarigo, Figueira de Castelo Rodrigo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 19, p. 247-258.

MARTINS, M. e DELGADO, M. (1989-1990) – As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 6-7, p. 41-186.

MARTINS, M.; DELGADO, M.; TRANOY, A. e LE ROUX, P. (1989-90) – As necrópoles de Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 6-7, p. 41-186.

MARX, K. (1857-1858) – *Grundrisse der Kritik der Politschen Ökonomie*. Manskript.

MASCARENHAS, J. (1967) – *Elementos de arqueologia sobre o Algarve. Dos romanos aos árabes, na zona central da província*. Tavira: Tipografia Povo Algarvio.

MASCARENHAS, J. (1974) – *Fornos de cerâmica e outros vestígios romanos do Algarve*. Lourenço Marques: ed. de autor.

MASCARENHAS, J. (1978) – *Alguns subsídios arqueológicos sobre a antiga cidade de Balsa*. Lourenço Marques: ed. de autor.

MASCARENHAS, J. (1993) – Novas descobertas arqueológicas no concelho de Olhão. Olhão. Separata de «*A Voz de Olhão*».

MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 123-140.

MATALOTO, R. (2012) – Os senhores e as serras: o final da Idade do Bronze no Alentejo Central. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana II – El rio Guadiana en el Bronce Final*. Madrid: CSIC. p. 185-213. (Anejos de Archivo Espanhol de Arqueologia; LXII).

MATEOS CRUZ, P. (1992) – El culto a Santa Eulalia y su influencia en el urbanismo emeritense (siglos iv-vi). *Extremadura Arqueológica*. Mérida. 3, p. 525--546. Ejemplar dedicado a I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura.

MATEOS CRUZ, P. (1993) – Estruturas funerarias de origen norteafricano en la necrópolis cristiana de Mérida. *Anas*. Mérida. 6, p. 127-142.

MATEOS CRUZ, P. (1999) – *La basílica de Santa Eulalia de Mérida. Arqueología y Urbanismo*. Madrid: CSIC. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XIX).

MATEOS CRUZ, P. (2003) – Villa de la Cocosa, Badajoz. In MATEOS CRUZ, P. e CABALLERO ZOREDA, L., ed. lit. – *Repertorio de Arquitectura Cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*. Madrid: CSIC. p. 21-24. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXIX).

MATEOS CRUZ, P. (2005) – Los origenes de la cristianización urbana en Hispania. *Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispanica. Les Ciutats Tardoantigues d'hispania: Cristianització y Topografia*, 6, València, 2003. Barcelona: Universitat. p. 49-62. (Monografies de la Secció Historico-Arqueologica; IX).

MATOS, J. de (1971) – Cerro da Vila. Escavações em 1971. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, 5, p. 201-214.

MATOS, J. de (1972) – Cerro da Vila. Campanha de trabalhos de 1972. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, 6, p. 251-262.

MATOS, J. de (1984-1988) – Mausoléus do Cerro da Vila. *Arqueologia e História*. Lisboa. X:I/II, p. 118-122.

MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E.; SUTHERLAND, C. e CARSON, R., coord. (1923) – *The Roman imperial coinage*. London: Spink. Vol. I.

MAYET, F (1970) – Parois fines et céramique sigillée de Riotinto (Huelva). *Habis*. Sevilla. 1, p. 139-176.

MAYET, F (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: E. de Boccard.

MAYET, F (1984) – *Les céramiques sigillées Hispaniques: contribution à l'histoire économique de la Péninsule Iberique sous l'Empire Romain*. Bordeaux: Diffussion E. de Boccard. (Coll. de la Maison des Pays Ibériques; 21).

MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

MAYS, S. (2002) – *The archeology of human bones*. London: Routledge.

MCGINN, T. (2004) – *The Economy of Prostitution in the Roman World: A Study of Social History & the Brothel*. Michigan: University Press.

MEES, A. (1995) – *Modelsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*. Stuttgart: Theiss.

MELCHOR GIL, E. (2006) – His ordo decrevit: Honores fúnebres en las ciudades de la Bética. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17, v. 1, p. 115-144.

MENDES, C. (2000) – A sepultura do séc. II de um guerreiro com espada (Morgado Dona Menga – Tavira). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 215-223.

MÉNDEZ GRANDE, G. (2006) – Desarrollo de un espacio agropecuario y funerario en la zona sur de la ciudad. Intervención arqueológica realizada entre las C/ Tomás Romero de Castilla y Antonio Hernández

Gil (Mérida). *Mérida, Intervenciones Arqueológicas*. Mérida. 9, p. 313-356.

MÉNDEZ GRANDE, G.; OJEDA ZARALLO, M. e ABAD ALONSO, A. (2004) – Extracción, restauración y documentación de una mensa funeraria decorada en Augusta Emerita. *Memoria*. Mérida. 7, p. 439-453.

MENÉNDEZ PIDAL, R. (1935) – *Historia de España*. Madrid: Espasa Libros. Vol. II.

MERCEDES VEGAS, M. (1966) – Motivos decorativos en lucernas de disco romanas: sus antecedentes y paralelos. *Pyrennae*. Barcelona. 2, p. 81-91.

MERCEDES VEGAS, M. (1973) – *Cerámica común romana del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

MERMET, C. (1993) – Le sanctuaire gallo-romain de Châteauneuf (Savoie). *Gallia*. Aix-en-Provence. 50, p. 95-138.

MESA ROMERO, M.; GIL DE MONTES, J.; SOLÍS ÁVILA, J. e PRADOS PÉREZ, E. (2003) – Informe preliminar de la intervención arqueológica de urgencia en la villa romana «La Mata I» (Aznalcázar, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. Vol. 2 (2000), p. 1186-1195.

MEZQUÍRIZ IRUJO, M.ª (2003) – *La villa romana de Arellano*. Pamplona: Fondo De Publicaciones.

MEZQUÍRIZ IRUJO, M.ª (2009) – Producción artesanal romana: objetos de hueso encontrados en yacimientos navarros. *Trabajos de Arqueología Navarra*. Navarra. 21, p. 161-198.

MIGUEL IBAÑEZ, M.ª (1999) – Estudio paleontológico de las cremaciones procedentes de la necrópolis ibérica de la Albufereta (Alicante). In *Congreso Nacional de Paleopatología*, 5, Alcalá la Real. Actas. Alcalá la Real: Asociación Española de Paleopatología. p. 72-79.

MIGUEZ, J. (2010) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: O caso de Mesas do Castelinho*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obter o grau de Mestre.

MILNE, J. (1907) – *Surgical instruments in Greek and Roman times*. Oxford: Clarendon Press.

MINGUEZ MORÁLEZ, J. (1991) – *La cerámica romana de paredes finas*. Zaragoza: Universidad.

MÍNGUEZ MORALES, J. (2002) – Tipos y producciones en las cerámicas de paredes finas procedentes del «municipium Augusta Bilbilis» (Huérmeda-Calatayud, Zaragoza). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 68, p. 105-130.

MIQUEL SANTED, L. (1986) – Las cerámicas tipo «cáscara de huevo» en Cartagena. *AnMurcia*. Murcia. 2, p. 103-120.

MIRANDA ARIZ, J.; PINEDA REINA, M.ª e CALERO FRESNEDA, M. (2001-2002) – Usos del suelo en la necrópolis de Cádiz: el proceso de distribución del espacio extramuros de la ciudad. *Estudios orientales*. Murcia. 5-6, p. 243-265.

MODRZEWSKA, I. (1991) – Lucernas romanas inéditas en los Museos Arqueológico Nacional y de Barcelona. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 57, p. 245-249.

MOLINA EXPÓSITO, A. e SÁNCHEZ RAMOS, I. (2002-2003) – Una aportación a las necrópolis tardorromanas de Córdoba: el sector funerario de la calle Lucano n.º 7 y 9 de Córdoba. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 13-14, p. 355-389.

MON, C. (1981) – Lucernas de Ceuta. *Antiquités Africaines*. Aix-en-Provence. 17, p. 85-92.

MONSERRAT MOLINA, M. (1981) – Instrumental medico de epoca romana en el Museo Arqueológico Nacional (Madrid). *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 54, p. 255-262.

MONTEAGUDO GARCÍA, L. (2000) – La cirugía en el Imperio Romano. *Anuario Brigantino*. Betanzos. 23, p. 85-150.

MONTES MIRALLES, M., ed. lit. – *Ideología, estrategias de definición y formas de relación social en el Mundo Antiguo*. Madrid: Universidad Complutense, p. 147-158.

MONTESINOS I MARTÍNEZ, I. (2004) – *Terra Sigillata*. Madrid: Real Academia de la Historia. (Antiguedades Romanas; I).

MONTESQUIEU, C. (1734) – *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Paris: Librarie Ch. Delagrave.

MORAIS, R. (2004) – Um caso único em marcas de lucernas – uma fligina em Bracara Augusta documentada pela oficina de Lucretius. *Conimbriga*. Coimbra. 42, p. 227-240.

MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Oxford: Archaeopress. p. 127-133. (B.A.R. Int. Series; 1686).

MORALES SÁNCHEZ, R. e CARA BARRIONUEVO, L. (2006) – El camino de Santa Rita en Fondón (Almería), una necrópolis tardorromana en La Alpujarra. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. III:1 (2003), p. 57-62.

MORÁN, E. (2006) – Arqueologia urbana no centro histórico de Lagos: estratégia de intervenção e balanço dos resultados obtidos. *Xelb*. Silves. 6, p. 103-110.

MORENO ALMENARA, M. (1998) – Importaciones e imitaciones de cerámica romana en el yacimiento de Cercadilla (Córdoba) siglos I al III d. C. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 9, p. 247-272.

MORENO ALMENARA, M. (2004) – Nuevos testimonios sobre la actividad alfarera en Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 15, p. 291-308.

MORENO ALMENARA, M. e GONZÁLEZ VÍRSEDA, M. (2005) – Dos tumbas hispanovisigodas del teatro de la Axerquía de Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 16, p. 193-206.

MORENO DE SOTO, P.; LÓPEZ LOBATO, D.; NAVARRO CARMONA, E. e BALDA CONSTANTÍN, F. (2010) – Intervención arqueológica de urgencia calles Madre de Dios a José Montes de Torres, Sevilla. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, p. 4461-4480.

MORENO JIMÉNEZ, F. (1991) – *Lucernas romanas de la Bética*. Madrid: Universidad Complutense.

MORENO PÁRAMO, A. e ABAD CASAL, L. (1971) – Aportaciones al estudio de la pesca en la antigüedad. *Habis*. Sevilla. 2, p. 209-222.

MORENO ROMERO, L. (2006) – Manifestaciones funerarias de época altoimperial en Colonia Patricia. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17, p. 225-258.

MORILLO CERDÁN, A. (1990) – En torno a la tipología de lucernas romanas: problemas de nomenclatura. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 17, p. 143-167.

MORILLO CERDÁN, A. (1992) – *Ceramica romana de Herrera de Pisuerga (Palencia – España): Las lucernas*. Palencia: Ediciones Universidad Internacional SEK.

MORILLO CERDÁN, A. (1993) – Campamentos romanos en España a través de los textos clásicos. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia antigua*. Madrid. 6, p. 379-398.

MORILLO CERDÁN, A. (1999) – *Lucernas romanas en la región septentrional de la península ibérica*. Montagnac: M. Mergoil. (Monographies Instrumentum; 8/2).

MORILLO CERDÁN, A. e RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) – Lucernas hispanorromanas. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A., ed. lit. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. p. 291-312.

MORÍN DE PABLOS, J. e BARROSO CABRERA, R. (2008) – El mundo funerario. De las necrópolis tardorromanas a los cementerios hispanovisigodos en el oeste peninsular. *Zona Arqueológica*. Madrid. 11, p. 392-409.

MORIN-JEAN, J. (1913) – *La Verrerie en Gaule sous l'Empire Roman. Essai de morphologie et de chronologie*. Paris: H. Laurens.

MUÑIZ JAÉN, I. (2001) – Seguimiento arqueológico en la villa romana de «El Ruedo» (Almedinilla--Córdoba) I: La necrópolis. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1998, Vol. 1, p. 194-214.

MUÑIZ JAÉN, I. e BRAVO CARRASCO, A. (2000) – La necrópolis tardorromana y de época visigoda de El Ruedo, Almedinilla, Córdoba: una reflexión crítica. *Antiquitas*. Priego de Córdoba. 11-12, p. 175-188.

NAVARRO CABALLERO, M.; MAGALLÓN BOTAYA, M.ª; RICO, C. e SILLIERES, P. (2004) – Marcas sobre materiales de construcción hallados en Labitolosa (La Puebla de Castro. Huesca). *Salduie: Estudios de prehistoria y arqueología*. Zaragoza. 4, p. 247-260.

NICOLAI, V. e FASOLA, U. (1986) – Le necropoli durante la formazione della città cristiana. In *Congrès international d'archéologie chrétienne*, 11, Lyon, Vienne, Grenoble, Genève et Aoste, 1986. Actes. Rome: École Française de Rome. p. 1153-1205.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARINAS, A. M.ª (2000) – La cerámica púnico-gaditana del s. III a. C. El uso de la vajilla en el ámbito funerario y ritual de la Necrópolis. In *Actas del I Congreso Internacional del Mundo Púnico*. Cartagena. p. 267-297.

NOGALES BASARRATE, T. e MÁRQUEZ PÉREZ, J. (2002) – Espacios y tipos funerários en Augusta Emerita. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I. p. 113-144.

NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, J., ed. lit. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia.

NOLLA BRUFAU, J. e AQUILÉ ABADÍAS, J. (1999) – Ciutat d'Empòrion. In PALOL, P. e PLADEVALL, A., dir. – *Del Romà al Romànic. Història, Art i Cultura de la Tarraconense mediterrània entre els segles IV i X*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana. p. 98-99.

NOLLA BRUFAU, J.; SANTAMARÍA, P. e CASAS i SOLER, J. (2005) – La necròpoli oriental de la villa romana del Collet de Sant Antoni (Calonge, Baix Empordà) i els cementiris rurals de les antigues «ciuitates d'Emporiae, Gerunda i Aquae Calidae». *Estudi general: Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona*. Girona. 25, p. 9-263.

NUMRICH, B. (1997) – *Die architektur der römischen Gradenkmäler aus Neumagen*. Trèves: Trierer Zeitschrift 22.

NUNES, J. (1899) – Notícia sobre a necrópole luso-romana nos arredores de Lagos. *Revista Portugália*. Porto. I, 3-4, p. 117-118.

NUNES, J. (1900) – Necrópole luso-romana nos arredores de Lagos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 5, p. 102-104.

NUTTON, V. (2000) – Medical thoughts on urban pollution. In HOPE, V. e MARSHALL, E., ed. lit. – *Death and disease in the ancient city*. London: Routledge, p. 65-73.

OLIVA PRAT, M. (1946) – Los instrumentos de cirugia de bronce procedentes de Ampurias. Madrid: Aldus. p. 54-57. (Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales; 5).

OLIVEIRA, A. d' (1898) – *As mouras encantadas e os encantamentos no Algarve, com algumas notas elucidativas*. Tavira: Typographia Burocratica.

OLIVEIRA, A. d' (1905) – *Monografia do concelho de Loulé*. Faro: Algarve em Foco Editora.

OLIVEIRA, A. d' (1911) – *Monografia de Estombar. Concelho de Lagôa*. Faro: Algarve em Foco Editora.

OLIVEIRA, L. (2017) – A conquista e a soberania do Algarve. In *Loulé. Territórios, memórias, identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional. p. 574-581. Catálogo.

OLIVEIRA, M. (2007) – *In memoriam, na cidade*. Tese apresentada à Universidade do Minho, ramo do conhecimento da Cultura Arquitectónica, para obtenção do grau de doutor.

OLIVIERI, A. (1950) – *Libri medicinales*, II. Academiae Litterarum.

PABÓN FERNÁNDEZ, M.ª; FERNÁNDEZ RUIZ, J., e GONZÁLEZ MARTÍN, J. (2001) – Elementos metálicos procedentes del Cerro del Aljibe (Coín, Málaga). *Baetica*. Málaga. 23, p. 295-324.

PACHÓN ROMERO, J. (2008) – Construcciones funerarias tras la muralla Engel/Paris de Osuna. *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna*. Osuna. 10, p. 20-24.

PAÇO, A. do e FARRAJOTA, J. (1966) – *Subsídios para uma Carta Arqueológica do concelho de Loulé*. Arqueologia e História. Lisboa. 8, 12, p. 65-91.

PAIXÃO, A. (1970) – *Necrópole da Azinhaga do Sr. dos Mártires – Alcácer do Sal: Novos elementos para o seu estudo*. Dissertação para a licenciatura em Ciências Históricas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Policopiado.

PAIXÃO, A. (1982) – Necrópole da Azinhaga do Sr. dos Mártires . *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, p. 76-79.

PAIXÃO, A. (1984) – Intervenção de emergência na necrópole romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires Alcácer do Sal. *Informação Arqueológic* Lisboa. 4, p. 165-169.

PALOL, P. (1949) – Ponderales y exagia romanobiz tinos en España. *Ampurias*. Barcelona. XI, p. 127-150

PALOL, P. (1955-1956) – Pasadores en T, ibero manos, en la Península Ibérica. *Ampurias*. Barcelo 17-18, p. 97-110.

PALOL, P. (1972) – Una tumba romana de To y los frenos de caballo hispanorromanos del I imperio. *Pyrennae*. Barcelona. 8, p. 133-146.

PALOL, P. (1977-1978) – La cristianización de aristocracia romana hispánica. *Pyrenae*. Barcelo 13-14, p. 281-300.

PALOMO LABURU, A.; FERRANDO DE LA LAN M. e FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, L. (2003) – Infor preliminar de la intervención arqueológica de urgen efectuada en la necrópolis de La Barbacoa, parcela Hue Primera (Cártama, Málaga. 2000). *Anuario Arqueológ de Andalucía*. Sevilla. 2000, Vol. 2, p. 803-817.

PALOMO LABURU, A.; FERRANDO DE LA LAM M.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, L.; CISNER GARCÍA, M.ª e SUÁREZ PADILLA, J. (2002) – necrópolis de Huerta Primera (Cártama, Málag Nuevas aportaciones a su delimitación y cronolog *Mainake*. Málaga. XXIV, p. 387-404.

PARIENTE DE LÉON, E. e QUESADA SANZ, F. (2000) Una sepultura con armas de baja época ibérica época romana republicana) en la necrópolis d «Cerro de las Balas» (Écija, Sevilla). *Gladius*. Madri XX, p. 191-220.

PARIS, P. (1904) – Un sanctuaire de Mithra à Meric (Espagne). *Comptes-rendus des séances de l'Académ des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris. 6, p. 573-575.

PARKER, A. (1992) – *Ancient Shipwrecks of t Mediterranean & the Roman Provinces*. Oxfor Archaeopress. (B.A.R. Int. Series; 580).

PARREIRA, R. e BARROS, P. (2007) – Necrópol do Algarve no 2.º e 1.º milénio a.n.e. *Xelb*. Silves. p. 89-101.

PASSELAC, M. (1993) – Céramique à parois fine Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av.n.e.- s. de.n.e.) en Méditerranée nord-occidentale. *Lattar* Lathes. 6, p. 511-521.

PASSOS, J. coord. (1989) – *Estudos de Integração Património Histórico-Urbanístico para a Reabilitaç Urbana. Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Lag* Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura e Secretar de Estado da Administração Local e Ordenamen do Território. Vol. I.

PASTOR MUÑOZ, M. (2004) – Los dioses manes la epigrafía funeraria bética. *Mainake*. Málaga. XX p. 381-394.

PAULA, R. e PAULA, F. (1993) – *Faro, Evolução urbana e património*. Faro: Câmara Municipal.

PAULO, L. (2007) – Estácio da Veiga e a arqueologia do Concelho de Albufeira. *Xelb*. Silves. 7, p. 407-420.

PENCO VALENZUELA, F., e MORENO GARRIDO, M.ª (2000) – Dos tumbas de época altoimperial documentadas en el entorno minero de Cerro Muriano (Córdoba): i.a.u. la mocha. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 11, p. 257-273.

PENCO VALENZUELA, R. (2009) – Actividad arqueológica preventiva en la calle Ronda del Marrubial, esquina Poeta Solís y Vázquez Venegas de Córdoba. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2004. 1, p. 484-495.

PERASSI, C. (2003) – Il pendente aureo con moneta di Salomino dagli scavi dell'Università Catollica di Milano. In SIENA, S. e ROSSIGNANI, M., ed. lit. – *Dall'antichità al medioevo. Aspetti insediativi e manufatti*. Milão: Vita e Pensiero, p. 15-30.

PEREA YÉBENES, S. (1995) – Epígrafe griego de Tavira (CIL II 5171; IG XIV 2542)? Una família paleocristiana? *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 169-183.

PEREIRA, C. (2008) – *As Lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.

PEREIRA, C. (2012a) – Vidro: breve análise temporal e técnica. *Al-Madan*. Almada. 17, Adenda electrónica, p. 61-67.

PEREIRA, C. (2012b) – As lucernas romanas de Ossonoba (Faro, Portugal). Um contexto ambíguo. *Habis*. Sevilla. 43, p. 119-147.

PEREIRA, C. (2012c) – O sítio romano do Vidigal, Aljezur. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 15, p. 155-179.

PEREIRA, C. (2012-2013) – A necrópole da Marateca (Lagos, Portuga). Anexo para a sua investigação. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 23-24, p. 241-260.

PEREIRA, C. (2013) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal. Entre a prática e o sagrado. *Al-Madan*. Almada. 17: 2, Adenda electrónica, p. 13-28.

PEREIRA, C. (2014a) – Reflexiones sobre el decaer del comercio de lucernas romanas en el Occidente peninsular. *Onoba, Revista de Arqueología y Antigüedad*. Huelva. 2, p. 191-206.

PEREIRA, C. (2014b) – Quinta de Marim (Algarve, Portugal) no quadro da cristianização do Ocidente peninsular. In *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 6, Villafranca de los Barros, 2012. Actas. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento. p. 1883-1910.

PEREIRA, C. (2015) – About the oldest known Christian buildings in the Extreme South of Lusitania: the case of Quinta de Marim (Olhão, Algarve, Portugal). *Archaeopress Digital*.

PEREIRA, C. e ALBUQUERQUE, P. (2014) – A diacronia da aventura de Ulisses com o Ciclope no repertório iconográfico «lychnológico». *Habis*. Sevilla, 45, p. 7-28.

PEREIRA, C. e ALBUQUERQUE, P. (2018) – Inumações infantis em ânfora na Península Ibérica durante a época romana: a prática e o rito. *SPAL*. Sevilla. 27:1, p. 89-118.

PEREIRA, C.; ARRUDA, A. e SILVA, R. (2015) – Os vidros romanos do Castelo de Castro Marim. *Onoba, Revista de Arqueología y Antigüedad*. Huelva. 3, p. 25-50.

PEREIRA, C.; SOARES, M. e SOARES, R. (2013) – Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, p. 305-323.

PEREIRA, M. (1974-1977) – Marcas de oleiros algarvios do período romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série. 7-9, p. 243-253.

PEREIRA, M. (1990) – Instrumentos cirúrgicos de Balsa (Quinta da Torre d'Ares). *Conimbriga*. Coimbra. XXIX, p. 107-127.

PEREIRA, S. (2012) – Espaços e práticas funerárias de Ammaia (Marvão): breves considerações. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 5, Almodôvar, 2010. Actas. Almodôvar: Município de Almodôvar. p. 371-392.

PEREIRA, T. (2008) – *Os artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.

PEREIRA SIESO, J. (2006) – Una nueva forma en el repertorio cerámico protohistórico de la Peninsula Ibérica: clepsidra. *Trabajos de Prehistória*. Madrid. 63, 1, p. 85-111.

PÉREZ, E. (2011) – Les enfants dans les cimetières Mèdiévaux (VII^{e} - XI^{e} siècle): observations et hypothèses à propos de quelques données archéologiques. In *Le Corps des anges. Réflexions sur les pratiques funéraires autour de l'enfant mort au Moyen Âge*. Blandy-les--Tours: Silvana Editoriale. p. 57-69.

PÉREZ GONZÁLEZ, C. (1995) – Un taller de útiles óseos de la Legión IV Macedónica. *Revista Universidad SEK*. Santiago de Chile. p. 90-102.

PÉREZ LÓPEZ, I. (2003) – Avance del estudio de las lucernas romanas del museo de Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2000, p. 117-121.

PÉREZMAESTRO, C. (2004) – Unáreadevertedero/puticulum de época altoimperial localizado extramuros

en la zona noreste de la ciudad. Intervención arqueológica realizada en el solar situado en la Calle Cabo Verde s/n. *Memoria*. Mérida. 7, p. 153-170.

PÉREZ MAESTRO, C. (2007) – El puticuli de Emerita Augusta. In FABER, A. – *Körpergräber des 1.-3. Jahrhunderts in der Römischen welt*. Internationales Kolloquium, Frankfurt, 2004. Frankfurt. p. 291-304. (Schriften des Archäologischen Museums; 21).

PÉREZ MAESTRO, C. e MÁRQUEZ PÉREZ, J. (2002) – El primer «putticuli» documentado en «Augusta Emérita»: contextualización topográfica y cronológica. *Mérida, excavaciones arqueológicas*. Mérida. 8, p. 533--546.

PÉREZ TOVAR, M.ª (2014) – Las monedas del difunto. Depósitos monetales en la necrópolis de Ituci. *Ituci*. Baéna. 4, p. 56-68.

PERINETTI, R. (1989) – Augusta Praetoria. Le necropoli cristiane. In *Congrès International d'Archéologie Chrétienne*, 11, Lyon, Vienne, Grenoble, Genève, Aoste, 1986. Actes. Roma: École Française de Rome, p. 1215-1226.

PERLZWEIG, J. (1961) – Lamps of the Roman Period. Princeton: ASCS. (The Athenian Agora; 7).

PIETRI, Ch. (1985-1987) – Note sur la christianisation de la «Ligurie». *Quaderni del Centro Studi Lunensi*. Luni. 10-12, II, p. 351-380.

PIGANIOL, A. (1947) – *L'Empire Chrétien, 325-395*. Paris: PUF.

PINA, L. de (1929) – Vimaranes: Materiais para a história da medicina portuguesa. *Arqueologia, antropologia, história*. Porto: Faculdade de Medicina.

PINELL PONS, J. (1978) – La liturgia hispánica. *Anamnesis*. Santiago. 2, p. 70-88.

PINTO, I. (1999) – *A cerâmica comum de São Cucufate*. Tese apresentada à Universidade Lusíada, Departamento de História, para obtenção do grau de doutor.

PINTO, I. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.

PINTO, I. (2004) – Cerâmica comum de provável origem bética das *villae* romanas de São Cucufate. *Arqueologia, História da Arte e Património*. Lisboa. 2:4, p. 9-29.

PINTO, I. e MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território Português. In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y Salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Cádiz, 2005. Oxford: Archeopress. p. 235-254. (B.A.R Int. Series; 1686).

PIRENNE, H. (1937) – *Mahomet et Charlemagne*. Paris: Presses Universitaires de France.

POLAK, M. (2000) – *South Gaulish Terra sigillata with potter's stamps from Vechten*. Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen, Afdeling Provinciaal--Romeinse Archeologie. (Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta; Supplementum 9).

POLO CERDÁ, M.; GARCÍA PRÓSPER, E.; GUÉRIN, P. e VILLALAÍN BLANCO, J. (2004) – La fundación de Valentia y sus primeros pobladores. Primeras evidencias osteoarqueológicas de tuberculosis en Hispania. In BAQUEDANO PÉREZ, E. e RUBIO JARA, S. – *Miscelanea en homenaje a Emiliano Aguirre*. Madrid: Museo Arqueológico Regional. Vol. 3 – Paleoantropología, p. 292-305.

PONSICH, M. (1962) – Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétanie Tingitane. *Revue Archéologique du Centre*. Vichy. 1:4 (Rabat. Publications du Service des Antiquités du Maroc; 15).

PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitana*. Madrid: Universidade Complutense.

PONTE, S. (1978) – Instrumentos de fiação, tecelagem e costura de Conímbriga. *Conimbriga*. Coimbra. XVII, p. 133-151.

PONTE, S. (1979) – Balanças e pesos de Conímbriga. *Conimbriga*. Coimbra. XVIII, p. 121-132.

PONTE, S. (1986) – Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora. *Conimbriga*. Coimbra. XXV, p. 99-129.

PONTE, S. (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto--históricas e romanas de Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio.

POUX, M. (2009) – De la veillée au tombeau. In GOUDINAU, Chr., dir. – *Rites funéraires à Lugdunum*. Paris, p. 25-46.

POZO RODRÍGUEZ, S. (1988) – Balsamarios antropomorfos en bronce de época romana hallados en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 61, n.º 157-158, p. 275-297.

POZO RODRÍGUEZ, S. (1997) – Lucernas antiguas en bronce de la Baetica: ensayo de clasificación. Tipología y cronología. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 63, p. 203-251.

POZO RODRÍGUEZ, S. (1998) – La vajilla broncínea romana en el Museu Municipal de Priego de Córdoba. *Antiquas*. Priego de Córdoba. 9, p. 55-60.

POZO RODRÍGUEZ, S. (1999-2000) – Recipientes broncíneos malacitanos de época romana en the Hispanic Society of America (New York, U.S.A.). *Mainake*. Málaga. XXI-XXII, p. 235-253.

PRADOS MARTÍNEZ, F. (2002-2003) – Memoria del poder. Los monumentos funerarios ibéricos en el contexto de la arquitectura púnico-helenística. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 28-29, p. 203-226.

PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) – Africa. Le province africane occidentali. Análisis de la implantación romana a través del registro funerario en las provincias norteafricanas: el sustrato libiopúnico. *Bollettino di Archeologia online*. Roma. I, p. 33-49.

PRADOS MARTÍNEZ, F. (2011) – La necrópolis oriental de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz) en el contexto de la religiosidad púnico-mauritana. Una lectura a partir de las últimas actuaciones arqueológicas. *Zephyrus*. Salamanca. LXVIII, p. 191-210.

PRADOS MARTÍNEZ, F. e GARCÍA JIMÉNEZ, I. (2009) – Aproximación al paisaje funerario de la necrópolis oriental de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz). Una lectura social. *Aljaranda*. Terife. 71, p. 4-12.

PRADOS MARTÍNEZ, F. e GARCÍA JIMÉNEZ, I. (2010) – Nuevas actuaciones arqueológicas en la necrópolis hispanorromana de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz). Balance de la campaña de 2009 y perspectivas. *Aljaranda*. Terife. 77, p. 4-12.

PRADOS MARTÍNEZ, F. e JIMÉNEZ VIALÁS, H. (2010) – La materialidad de la muerte en la necrópolis de *Baelo Claudia*. Ritos y creencias en contexto. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 89, p. 273-291.

PRADOS MARTÍNEZ, F., e PRADOS MARTÍNEZ, I. (2009) – Aproximación al paisaje funerario de la necrópolis oriental de *Baelo Claudia*. *Aljaranda*. Terife. 72, p. 4-12.

PRICE, J. (1977) – Roman unguent bottles from Rio Tinto (Huelva) in Spain. *Journal of Glass Studies*. Corning. XIX, p. 30-39.

PRICE, J. (1981) – *Roman Glass in Spain: A Catalogue of Glass Found at the Roman Towns of Tarragona, Mérida, Italica and Carmona, with a Discussion of the Vessel Forms from these Towns and other Roman Sites in Spain*. Doctoral thesis (P.h.D).

PRICE, J. e COTTAM, S. (1998) – *Romano-British Glass Vessels: a Handbook*. York: Council for British Archaeology.

PROVOOST, A. (1976) – Les lampes antiques en terre cuite. Introduction et essai de typologie générale avec des détails concernant les lampes trouvées en Italie. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles. XLV, p. 5-39.

PUERTAS TRICAS, R. (1975) – *Iglesias hispánicas (siglos v al viii). Testimonios literarios*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural, Ministerio de Educación y Ciencia. (Temas de Arte; 4).

PUERTAS TRICAS, R. (1999-2000) – Iglesias prerrománicas hispánicas (siglos VIII al XI). Ensayo de tipología arquitectónica. *Mainake*. Málaga. XXI-XXII, p. 139-198.

PUGSLEY, P. (2003) – *Roman Domestic Wood*. Oxford: Archaeopress. (B.A.R. International Series; 1118).

PUTTOCK, S. (2002) – *Ritual Significance of Personal Ornament in Roman Britain*. Oxford: Archaeopress. (B.A.R. British Series; 327).

PY, M. (1993) – Unguentariums. In *Dictionnaire des céramiques antiques (viie av.n.e.–viie de.n.e.) en Méditerranée nord-occidentale. Lattara*. Lattes. 6, p. 581-584.

QUESADA GALACHO, M. (1996) – Los ritos funerarios en Andalucía. In *Jornadas de Religiosidad Popular*, 1, Almería, 1996. Actas. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses. p. 393-400.

QUESADA SANZ, F. (1989) – La utilización del arco y las flechas en la cultura Iberica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 46, p. 161-201.

QUESADA SANZ, F. (1999) – Nuevos puñales ibéricos en Andalucía (I). Puñales de frontón. *Gladius*. Madrid. XIX, p. 69-96.

QUESADA SANZ, F. (2000) – Armes ibériques entre Almedinilla et Oxford, en passant par Paris: les dessins de Jean-Charles Geslin en 1870. *Gladius*. Madrid. XX, p. 119-130.

QUESADA SANZ, F. (2005) – El gobierno del caballo montado en la antigüidad clasica com especial referencia al caso de Iberia. Bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras. *Gladius*. Madrid. XXV, p. 97-150.

QUESADA SANZ, F. (2007) – Hispania y el ejército romano republicano. Interacción y adopción de tipos metálicos. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 379-401.

QUESADA SANZ, F. (2008) – Armamento romano y ibérico en Urso (Osuna): testimonio de una época. *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna*. Osuna. 10, p. 13-19.

QUEVEDO SÁNCHEZ, A. (2011) – Tegulae con marca de *L. Herenni Optati* en la *villa* romana de Portmán (Cartagena). *Boletin Ex Officina Hispana*. Cádiz. 3.

QUINTELA, A.; CARDOSO, J. e MASCARENHAS, J. (1986) – *Aproveitamentos hidráulicos romanos a Sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

RADDATZ, K. (1973) – *Mulva I*. Mainz: Philipp von Zabern. (Madrider Beiträge; 2).

RÁMON MÉLIDA, J. (1919) – *El anfiteatro romano de Mérida. Memoria de las excavaciones practicadas de 1916 a 1918*. Madrid: Tipografía de la Revista de Archeologia, Bibliotecas y Museos.

RAMOS-LISSON, D. (2005) – El concilio de Elvira en la historiografía moderna. In SOTOMAYOR MURO, M. e FERNÁNDEZ UBIÑA, J., coord. – *El Concilio de Elvira y su tiempo*. Granada: Universidad. p. 65-88.

RAPOSO, J. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo. In ALARCÃO, A. e MAYET, F., ed. lit. – *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce*. Coimbra; Paris: Museu Monográfico e De Boccard. p. 117-151.

RASCÓN MARQUÉS, S.; POLO LÓPEZ, J.; PEDREIRA CAMPILLO, G. e ROMÁN VICENTE, P. (1995) – Contribución al conocimiento de algunas producciones en hueso de la ciudad hispanorromana de Complutum: el caso de las acus orinales. *Espacio, tiempo y forma. Serie I, Historia Antigua*. Madrid. 8, p. 295-340.

RECIO VERGANZONES, A. (1995) – La mártir Eulália en la devoción popular: Prudencio primer promotor de su culto, peregrinaciones, expansión de sus reliquias e iconografía. In *Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 4, Lisboa, 1992. Barcelona: Universitat de Barcelona; Universidade Nova de Lisboa. p. 317-336.

REDONDO FERRERO, M.ª (2003) – Vidrio del yacimiento de Villanueva de la Fuente/Mentesa Oretana (Ciudad Real). *Mentesa Oretana*. Villanueva de la Fuente. 1998-2002, p. 201-242.

REGALADO ORTEGA, M.ª e DELGADO DOMÍNGUEZ, A. (2011) – La colección de vidrios romanos del museo minero de Riotinto (minas de Riotinto, Huelva). In PÉREZ MACÍAS, J.; DELGADO DOMÍNGUEZ, A.; PÉREZ LÓPEZ, J. e GARCÍA DELGADO, F., ed. lit. – *Río Tinto. Historia, património minero y turismo cultural*. Huelva: Universidad. p. 719-734.

REINHART, W. (1947) – Los anillos Hispano-Visigodos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 68, p. 167-178.

REINOSO DEL RÍO, M.ª (2002) – Cerámica de paredes finas de mesas de Asta (Jerez de la Frontera, Cádiz). Estudio de materiales, 1998-1999. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1999, p. 88-102.

REINOSO DEL RÍO, M.ª (2003) – Cerámica romana de paredes finas del museo provincial de Cádiz. Estudio de materiales. 2000. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2000, p. 97-110.

REINOSO DEL RÍO, M.ª (2004) – Cerámica de paredes finas de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz). Estudio de materiales, 1998. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1998, p. 39-52.

REITZENSTEIN, R. (1910) – *Die hellenistischen Mysterienreligionen nach ihre Grundgedanken und Wirkutigen*. Leipzig.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1974) – Les lampes à huile de Belo, au Musée Archéologique National de Madrid. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 10, p. 561-573.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2002) – Aspectos legales del mundo funerário romano. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Actas Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. I. p. 369-378.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Córdoba. Balance y perspectivas. *Talleres alfareros y produciones cerámicas en la Bética romana (ss. I a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 349-362. (B.A.R International Series; 1266).

REMOLÀ VALLVERDÚ, J. (2003) – Arquitectura funeraria. In DUPRÉ RAVENTÓS, X., ed. lit. – *La capitales provinciales de Hispania. Tarragona: Colonia Iulia Urbs Triumphalis Tarraco*. Roma: L'Erma di Bretschneider. p. 83-155.

REMONDON, R. (1967) – *La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurélio hasta Anastacio*. Barcelona: Labor.

RESENDE, A. (1593) – *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Excudebat Martinus Burgensis.

RETIEF, F. e CILLIERS, L. (2005) – Burial Customs and the Pollution of Death in Ancient Rome. *Acta Theologica*. Bloemfontein. 26:2, p. 128-146. (Supplementum; 7).

REY SEARA, E. (2002) – El estudio de los amuletos romanos: el caso de Galicia. *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*. Santiago de Compostela. 14, p. 151-164.

RIBAGORDA, M. (1997) – La pervivencia religiosa pagana en el siglo V: el ejemplo de Rutilio Namaciano. *Antigüedad y Cristianismo*. Murcia. XIV, p. 179-188.

RIBEIRO, A. (2006) – As *Tabellae Defixionum*: características e propósitos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9, 2, p. 239-258.

RIBEIRO, J. C. (2015) – Algumas considerações sobre *L. Iulius Reburrinus* olisiponensis (CILA I 38) e sobre as lucernas «mineiras» com a marca L.I.R. In *Actas da Mesa Redonda sobre Lucernas ditas Mineiras. Cadernos do Museu da Lucerna*. Castro Verde. p. 145-184.

RIBERA I LACOMBA, A. (2010) – Depositos rituales de *Valentia* (*Hispania*). De la primera fundación republicana (138 a. C.) a la segunda augustea. In *I riti del costruire nelle acque violate. Atti del Convegno Internazionale*. Roma: Scienze e Lettere, p. 269-294.

RICO, C. (1995) – La diffusion par mer des matériaux de construction en terre cuite: un aspect mal connu du commerce antique en Méditerranée occidentale. Mélanges de l'Ecole Française de Rome - Antiquité. Rome. 107:2, p. 767-800.

RIHA, E. (1986) – *Römisches Toilettgerät und medizinische Instrumente aus Augst und Kaiseraugst*. Augst: Römermuseum. (Forschungen in Augst; 6).

RIHA, E. e STERN, W. (1982) – *Die römischen Löffel aus Augst und Kaiseraugst. Archäologische und metallanalytische Untersuchungen*. Augst: Römermuseum. (Forschungen in Augst; 5).

RIPOLL LÓPEZ, G. (1998) – El Carpio de Tajo: precisiones cronológicas de los materiales visigodos. In MÉNDEZ MADARIAGA, A.; MONTORO, T. e SANDOVAL LEÓN, M.ª, coord. – *Los visigodos y su mundo*. Madrid: Ateneo, p. 367-384.

RIPOLL LÓPEZ, G. (2001) – La transformación de la ciudad de Barcino durante la antigüedad tardía. In HEREDIA BECERO, J., dir. – *De Barcino a Barcinona (siglos I-VII). Los restos arqueológicos de la plaza del Rey de Barcelona*. Barcelona: Institut de Cultura; Museo d'Història de la Ciutat. p. 34-43.

RIPOLL LÓPEZ, G. e ARCE, J. (2001) – Transformación y final de las villae en occidente (siglos IV-VIII): problemas y perspectivas. *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaén. 8, p. 21-52.

RIPOLL LÓPEZ, G. e DARDER LISÓN, M. (1994) – Frena equorum. Guarniciones de frenos de caballos en la antigüedad tardía hispánica. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Serie I, 7, p. 277-356.

ROCHA, A. dos S. (1895a) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, I, p. 113-116.

ROCHA, A. dos S. (1895b) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 1, p. 193-212.

ROCHA, A. dos S. (1895c) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 1, p. 291-296.

ROCHA, A. dos S. (1895d) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 1, p. 327-337.

ROCHA, A. dos S. (1896) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 2, p. 65-79.

ROCHA, A. dos S. (1904) – Relatório da gerência de 1900-1901. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. I:2, p. 35-38.

ROCHA, A. dos S. (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo geral*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

RODERO PÉREZ, S. e ASENSI LLÁCER, M.ª (2008) – Nuevos datos sobre la necrópolis tardoantigua de «El Ochavillo» (Hornachuelos, Córdoba). Campaña de excavación 2007. *Romula*. Sevilla. 7, p. 271-298.

RODRIGUES, S. (2004a) – *As vias romanas do Algarve, Faro*. Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve.

RODRIGUES, S. (2004b) – A rede viária romana do Algarve Central. In *Jornadas As Vias Romanas do Algarve, da época romana à actualidade*, 1, São Brás de Alportel, 2006. Actas. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel; CCDR Algarve. p. 20-22.

RODRIGUES, S. e BERNARDES, J. (2003) – *Per Loca Maritima* - A via longitudinal do Algarve na época romana. *Xelb*. Silves. 4, p. 135-144.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O. e RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2003) – Nuevos datos en torno al mundo funerario en la Sevilla romana: la necrópolis de cremación de la Puerta del Osario. *Romula*. Sevilla. 2, p. 149-182.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (1979) – *Estudio del instrumental medico romano existente en Mérida*. Trabajo de grado en la licenciatura de história. Inédito.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (1991-1992) – Los materiales de hueso de la villa romana de Torre Águila. *Anas*. Mérida. IV-V, p. 181-216.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (1995) – La villa romana de Torre Águila. *Journal of Roman Archaeology*. Portsmouth. 7, p. 313-317.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (1996a) – *Materiales de un Alfar Emeritense: Paredes finas, Lucernas, Sigillatas y Terracotas*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Cuadernos Emeritenses; 11).

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (1996b) – *Material cerámico procedente del vertedero de la Calle Atarazana (Badajoz): Lucernas y paredes finas*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 181-204. (Mélanges de la Casa de Velázquez; 32:1).

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Monografías Emeritenses; 7).

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (2003) – Las lucernas romanas de la villa de Torre Águila: las marcas de alfarero. *Nouveautés Lychnologiques*. Lyon, p. 211-222.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (2004) – El paisaje urbano de Augusta Emerita: reflexiones en torno al Guadiana y las puertas de acceso a la ciudad. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 365-405.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (2005) – Lucernas. In *Antigüedades romanas II*. Madrid: Real Academia de la Historia. Catálogo del Gabinete de Antigüedades.

RODRÍGUEZ NEILA, J. (1977) – Serie de lucernas de Osuna. *Habis*. Sevilla. 8, p. 385-398.

RODRÍGUEZ NEILA, J. (2008) – Los comitia municipales y la experiencia institucional romana. In BERRENDONNER, C.; CÉBEILLAC-GERVASONI, M.

e LAMOINE, L., dir. – *Le quotidien municipal dans l'Occident Romain*. Paris: Clermont-Ferrand. p. 301-315.

RODRÍGUEZ NEILA, J. e CHAVES TRISTÁN, F. (1973) – Un monumento funerário procedente de Emerita. *Habis*. Sevilla. 4, p. 295-310.

RODRÍGUEZ OLIVA, P. (2001) – Urnas cinerarias de un sepulcro familiar de época romana de Torredonjimeno (Jaén). *Baetica*. Málaga. 23, p. 363-386.

RODRÍGUEZ OLIVA, P. (2002a) – Talleres locales de urnas cinerarias y de sarcófagos en la provincia *Hispania Ulterior Baetica*. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 259-312. Vol. I.

RODRÍGUEZ OLIVA, P. (2002b) – Un sarcófago del museo arqueológico provincial de Sevilla y su relación con otros sarcófagos hispanos de Estrígiles. *Baetica*. Málaga. 24, p. 275-298.

RODRÍGUEZ OLIVA, P. (2003) – El sarcófago con escenas de enseñanza de la antigua colección Casa-Loring en la finca de «La Concepción» de Málaga. *Baetica*. Málaga. 25, p. 409-432.

RODRÍGUEZ TEMIÑO, I.; JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, A.; GONZÁLEZ ACUÑA, D. e RUIZ CECILIA, J. (2012) – Avance de las nuevas investigaciones en la necrópolis romana de Carmona. *SPAL*. Sevilla. 21, p. 127-151.

ROLLAND, H. (1962) – Circonscription en Aix-en-Provence (région nord). *Gallia*. Aix-en-Provence. 20:2, p. 655-685.

ROLO, A. (2010) – *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre.

ROMÁN PUNZÓN, J. (2004) – *El mundo funerario rural en la provincia de Granada durante la Antigüedad Tardía*. Granada: Editorial de la Universidad.

ROMERO BOMBA, E. (2001) – La necrópolis romana «La Puente» (Corteconcepción, Huelva). Análisis de su excavación. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1996, p. 250-255.

ROMERO BOMBA, E.; RIVERA JIMÉNEZ, T.; MARTÍN, A. M.ª; RUIZ, B. e PECERO ESPÍN, J. (1999) – La necrópolis romana de «La Puente» (Cortecepción, Huelva). Análisis preliminar de su escavación. In *Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra*, 12, Aroche, 2000. Actas. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.

RORDORF, W. (1972) – Aux origines du culte des martyrs. *Irénikon*. Chevetogne. 45, p. 315-331.

ROSA, J. (1976) – Novas achegas para a localização de Ossónoba (últimos achados em Faro). *Anais do Município de Faro*. Faro. 6, p. 37-42.

ROSA, J. (1984) – Estamos em Ossónoba? (comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia). *Anais do Município de Faro*. Faro. 14, p. 149-156.

ROSSER LIMIÑANA, P. (1990-1991) – La necrópolis romana alto-imperial del «Parque de las Naciones» (Albufereta, Alicante): estudio de alguno de sus materiales. *Lucentum*. Alicante. IX-X, p. 85-101.

ROSSETTI, A. (1999) – Committenze e monumenti funerari nella hispania tarraconensis. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 10, p. 231-262.

ROSTOVTZEFF, M. (1926) – *The social and economic history of the Roman Empire*. Oxford: Biblo & Tannen Publishers.

ROUGIER, L. (1995) – *O conflito entre o cristianismo primitivo e a civilização antiga*. Lisboa: Veja.

ROUX, H.; BARRE, L. e KAISER, A. (1941) – *Herculanum und Pompeji: Vollständige Sammlung der daselbst entdeckten, zum Theil noch unedirten Malereien, Mosaiken und Bronzen*. Hamburg: Meissner. (Erste und zweite Serie der Bronzen; 5).

RUBIO ALIJA, J. (1954) – *Españoles por los caminos del Imperio Romano: estudios epigráfico-onomásticos en torno a Reburrus y Reburrinus*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras.

RUIVO, J. (2008) – *Circulação monetária na lusitânia do século iii*. Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de doutor.

RUIZ ACEVEDO, J. e DELGADO BEJAR, F. (1991) – *El agua en las ciudades de la Bética*. Écija: Editorial Graficas.

RUIZ OSUNA, A. (2005) – La *via sephulcralis* occidental: un ejemplo de monumentalización funerária en Colonia Patricia. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 16, p. 79-104.

RUIZ OSUNA, A. (2006) – Arquitectura funeraria en la Bética: el ejemplo de las capitales conventuales. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17, vol. I, p. 157-194.

RUIZ OSUNA, A. (2009) – *Topografía y monumentalización funeraria en Baetica: conventus Cordubensis y Astigitanus*. Tesis Doctoral presentada a la Universidad de Cordoba para optar al grado de Doctor. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.

RUIZ OSUNA, A. e LUIS LIÉBANA, J. (2006) – Los monumentos funerarios de la Plaza de la Magdalena: un sector de la necrópolis oriental de Corduba. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, vol. I, p. 297-324.

RUÍZ ZAPATERO, G. (2004) – Casas y tumbas. Explorando la desigualdad social en el Bronce Final y primera Edad del Hierro del NE. de la Península

Ibérica. *Mainake*. Málaga. 26, p. 293-330.

RUÍZ ZAPATERO, G. e LORRIO, A. J. (1995) – La muerte en el norte peninsular durante el primer milénio a. C. In FÁBREGAS VALCARCE, R.; F. PÉREZ LOSADA, C. e FERNÁNDEZ IBAÑEZ, ed. lit. – *Arqueoloxía da morte. Arqueoloxía da morte na Peninsula Iberica desde as orixes ata o medievo*. Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia, p. 223-248.

RÜTTI, B. (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Augst: Romermuseum. (Forschungen in Augst; 13).

SÁ, B. de (1904) – Explorações arqueológicas no Algarve em Março de 1904. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 9, p. 173-179.

SABIO GONZÁLEZ, R. (2012) – *Catálogo de la colección de hierros del Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano e Fundación de Estudios Romanos. (Cuadernos Emeritenses; 37).

SABROSA, A.; HENRIQUES, F. e SOARES, I. (2005) – A «alcaria» de Arge Portimão. *Xelb*. Silves. 5, p. 202-212.

SACCHI, F. (2003) – *Ianua Leti. L'Architettura funerária di Milano romana*. Notizie dal Chiostro del Monastero Maggiore. Supplemento XXIII. Milão: Civica Biblioteca Archeologica e Numismatica.

SÁEZ ROMERO, A. e DÍAZ RODRÍGUEZ, J. (2010) – La otra necrópolis de Gadir/Gades. Enterramientos asociados a talleres alfareros en su hinterland insular. In NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. e GÓMEZ FERNÁNDEZ, V., coord. – *Las necrópolis de Cádiz. Apuntes de arqueología gaditana en homenaje a J. F. Sibón Olano*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Cádiz y de la Universidad. p. 209-295.

SALGADO, V., fr. (1786) – *Memórias ecclesiasticas do Reino do Algarve. Offerecidas ao EXC.mo e VER.mo Senhor Bispo de Béja*. Lisboa: Regia Officina Typográfica.

SALINAS PLEGUEZUELO, M.ª (2003) – *El vidrio romano de Córdoba*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad. (Arqueología Cordobesa; 8).

SALINAS PLEGUEZUELO, M.ª e SALINAS VILLEGAS, J. (2005) – Vidrio romano en un sector de la necrópolis septentrional de Colonia Patricia. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 16, p. 143-160.

SALLARES, R. (2002) – *Malaria and Rome. A history of malaria in ancient Italy*. Oxford: University Press.

SALOMONSON, J. (1968) – *Étude sur la céramique romaine d'Afrique, sigillée claire et céramique commune de Henchir el Quiba (Raqqada) en Tunise central*. Rome: Nederlands Historisch Instituut. (Bulletin Antieke Beschaving; XLIII)..

SANABRIA ESCUDERO, M. (1964) – *La medicina emeritense en las épocas romana e visigoda*. Badajoz: Servicios Culturales de la Diputacion Provincial.

SÁNCHEZ DE PRADO, M.ª D. (1984) – El vidrio romano en la provincia de Alicante. *Lucentum*. Madrid. 3, p. 79-100.

SÁNCHEZ RAMOS, I. (2001) – Un sector funerario de la necrópolis septentrional de Corduba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 12, p. 79-111.

SÁNCHEZ RAMOS, I. (2002-2003) – La incidencia del cristianismo en el mundo funerario romano cordobense. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. II., p. 325-342.

SÁNCHEZ RAMOS, I. (2005) – Las necrópolis de Corduba durante la antigüedad tardía. *AnMurcia*. Murcia. 21, p. 165-177.

SÁNCHEZ RAMOS, I. (2006) – La cristianización de la topografía funeraria en las ciudades occidentales: Corduba en la antigüedad tardía. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. 1, p. 85-102.

SÁNCHEZ RAMOS, I. (2007) – La cristianización de las necrópolis de Córduba. Fuentes escritas y testimonios arqueológicos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 80, p. 191-206.

SANMARTÍ, J. (1984) – Els edifics sepulcrals romans del pases catalans, Aragò i Murcia. *Fonaments*. Barcelona. 4, p. 87-166.

SANMARTÍN, P. e PALOL, P. (1972) – La necrópolis paleocristiana de Cartagena. *Congreso Internacional de Arqueología Cristiana*, 8, Barcelona, 1969. Actas. Roma: Istituto di Archeologia Cristiana. p. 447-458.

SANTOS, F. e CARVALHO, P. (2008) – Aspectos do mundo funerário romano na Beira Interior. As estruturas funerárias monumentais da quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem. *Conimbriga*. Coimbra. XLVII, p. 127-143.

SANTOS, M.ª L. (1971, 1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I e II.

SANTOS, M.ª L. (1976) – *Alguns Aspectos da Arqueologia Romana do Algarve*. Anais do Município de Faro. Faro. VI, p. 161-203.

SANTOS GENER, S. (1955) – *Memoria de las excavaciones del Plan Nacional realizadas en Córdoba (1948-1950)*. Madrid: Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

SANZ SERRANO, R. (1995) – Hacia un nuevo planteamiento del conflicto paganismo-cristianismo en la Península Ibérica. *'Ilü Revista de ciencias de las religiones*. Madrid. 0, p. 237-248.

SANZ SERRANO, R. (1998) – La destrucción de centros de culto paganos como forma de persecución religiosa en la Península Ibérica. In ALVAR, J., ed. lit. –

Antigüedad, religiones y sociedades. Homenaje a J. M. Blázquez. Madrid. VI, p. 247-263.

SANZ SERRANO, R. (2003a) – Sive pagani sive gentiles: El contexto sociocultural del paganismo hispano en la Tardoantigüedad. *Gerión*. Madrid. 21, Extra 7, p. 9-38.

SANZ SERRANO, R. (2003b) – Los paganismos peninsulares. *Gerión*. Madrid. 21, Extra 7, p. 39-95.

SANZ SERRANO, R. (2003c) – Cesset superstitio: La autopsia de un conflicto. *Gerión*. Madrid. 21, Extra 7, p. 97-167.

SANZ SERRANO, R. (2007) – Aristocracias paganas en Hispania Tardía (S. V-VII). *Gerión*. Madrid. 25, Extra 1, p. 443-480.

SANZ SERRANO, R. (2009) – Hispania, el imperio y los bárbaros. Aspectos generales de una investigación interdisciplinar. *Mainake*. Málaga. XXXI, p. 243-255.

SAQUETE, J. (2002) – Notas sobre una tumba con jardín, una multa sepulcral y el paisaje suburbano de Augusta Emerita. *Madrider Mitteilungen*. Berlin. 43, p. 207-219.

SARAÇOGLU, A. (2011) – Hellenistic and Roman unguentaria from the necropolis of Tralleis. *Anadolu*. Anatolia. 37, p. 1-42.

SARANTOPOULOS, P. (2000) – *Thermae* de Ebora Liberalitas Iulia. In *Termas romanas en el occidente del imperio. Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*, 2, Gijón, 1999. Gijón: VTP Editorial. p. 281-282.

SARRÃO, H. F. (1607) – História do Reino do Algarve. In GUERREIRO, M. e MAGALHÃES, J. (1983) – Duas descrições do Algarve do século XVI. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa. 3, p. 133-172.

SARTIN, G. (2009) – O surgimento do conceito de «Antiguidade Tardia» e a encruzilhada da historiografia actual. *Brathair*. [Em linha]. Maranhão. 9:2, p. 15-40. Disponível em WWW:<URL:http://www.brathair.com>.

SAXER, V. (1987) – *Bible et Hagiographie: Textes et Themes Bibliques dans les Actes des Martyrs Authentiques des Premiers Siècles*. Bern: Peter Lang Publisher.

SAXER, V. (1989) – L'utilisation par la liturgie de l'espace urbain et suburbain: l'exemple de Rome dans l'Antiquité et le Haut Moyen Âge. In *Congrès International D'Archéologie Chrétienne*, 11, Lyon, Vienne, Grenoble, Genève et Aoste, 1986. Actes. Rome: École Française de Rome, p. 917-1033.

SAXER, V. (1991) – La figura del santo nell'Antichità cristiana. In *Congresso di Terni, Santità e agiografia*, 7. Atti. Genova: Marietti, p. 25-33.

SCHATTNER, T. (1998) – *Archäologischer Wegweiser durch Portugal*. Mainz: Philipp von Zabern.

SCHATTNER, T. (2003) – *Munigua. Cuarenta años de investigaciones*. Sevilla: Consejeria de Cultura.

SCHATTNER, T.; OVEJERO ZAPPINO, G. e PÉREZ MACÍAS, J. (2006) – Sucinto informe de las investigaciones arqueológicas en Munigua. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2003, II, p. 66-77.

SCHIEDEL, W. (2009) – Disease and death in the ancient city of Rome. In ERDKAMP, P., ed. lit. – *The Companion to Ancient Rome*. Cambridge: Stanford University.

SCHLUNK, H. e HAUSCHILD, Th. (1978) – *Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen zeit*. Mainz um Rhein: Philipp von Zabern. (Hispania Antiqua; 1).

SCHULTEN, A. (1927) – *Numantia: Die Lager des Scipio*. Munique: F. Bruckmann.

SCHULTZE, R. (1934) – Die römischen Legionslazarette in Vetera und anderen Legionslagern. *Bonner Jahrbücher*. Bonn. 139, p. 54-63.

SEABY, H. (1978) – *Roman silver coins. The republic to Augustus*. London: Seaby Publications. Vol. I.

SEGURA HERRERO, G. e TORDERA GUARINOS, F. (2000) – La necrópolis tardorromana del camino de El Monastil (Elda, Alicante): cristianismo y paganismo en la cuenca del río Vinalopó durante el siglo VI d. C. In *Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, 5, Cartagena, 1998. Actas. Cartagena, p. 263-270.

SERRA Y RAFOLS, J. (1948) – Agujas romanas de hueso con representaciones de cabezas femeninas. In *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 23, p. 145-156.

SERRANO RAMOS, E. (2000) – *Cerámica común romana: siglos II a. C. al VII d. C. Materiales importados e de producción local en el território malacitano*. Málaga: Universidad.

SERRANO RAMOS, E. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Málaga. Balance y perspectivas. In *Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-VII d. C.)*. Oxford: Archaeopress. p. 161-194. (B.A.R. Int. Series; 1266).

SERRANO RAMOS, E. (2007) – La cerámica romana de la Bética. *Mainake*. Málaga. 29, p. 215-225.

SERRANO RAMOS, E. (2009) – El mundo de las cerámicas comunes altoimperiales de Hispania. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A., ed. lit. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. p. 471-488.

SERRANO RAMOS, E.; BALDOMERO NAVARRO, A. e MARTÍN RUIZ, J. (1993) – Necrópolis romana del castillo de San Luis (Torremolinos, Málaga). *Baetica*. Málaga. 15, p. 207-216.

SHORTT, H. (1959) – A provincial Roman spur from Longstock, Hants, and other spurs from the Roman Britain. *The Antiquaries Journal*. Cambridge. 39, p. 61-76.

SILVA, A. P. M. (2010) – *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956--1961) e recentes (2008-2009)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau Mestre.

SILVA, C.; SOARES, J. e COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga de época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 335-374.

SILVA, L. F. (2006) – *A evolução da cidade de Balsa*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: www.balsa-romana.com>.

SILVA, L. F. (2007a) – O discurso eclesiástico e a marginalidade: considerações sobre normas de conduta cristã nos *Synonymorum libri duo e Sententiarum libri de Isidoro de Sevilha*. In OLIVEIRA, T. e VISALI, A., ed. lit. – *Cultura e educação. Ética e ação. Política na Antiguidade e na Idade Média*. Bahia: Vitória da Conquista. p. 311-321.

SILVA, L. F. (2007b) – *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo arqueológico de Tavira; Câmara Municipal.

SILVA, R. B. da (2005) – *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a. C.--séc. II d. C.)*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

SILVA CORDERO, A. F. (2004) – Nuevos datos para el conocimeinto de la Necrópolis Norte. Intervención arqueológica realizada junto a la barriada «Los Milagros». *Memoria*. Mérida. 7, p. 269-277.

SOLIER, Y.; GUY, M.; LAVAGNE, G.; MORRISSON, C.; CHEVALIER, Y.; SABRIÉ, M.; SABRIÉ, R.; BOUSCARAS, A.; DEPEYROT, G. e MARICHAL, R. (1981) – Les épaves de Gruissan. *Archaeonautica*. Paris. 3, p. 7-264.

SORIANO CASTRO, P. (2006) – Propuestas metodológicas en informática para la investigación arqueológica funeraria. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. I, p. 47-66.

SORIANO SÁNCHEZ, R. (2000a) – La figura histórica de San Vicente mártir. In RIBERA I LACOMBA, A. coord. – *Los orígenes del Cristianismo en Valencia y su entorno*. Valência: Ajuntament de Valencia. p. 33-37. (Grandes Temas Arqueológicos; 2).

SORIANO SÁNCHEZ, R. (2000b) – El monumento funerario de la Cárcel de San Vicente y las tumbas privilegiadas. In RIBERA I LACOMBA, A., coord. – *Los orígenes del Cristianismo en Valencia y su entorno*. Valencia: Ajuntament de Valencia, p. 187-192. (Grandes Temas Arqueológicos; 2).

SOTOMAYOR MURO, M. (1973) – *Datos históricos sobre los sarcófagos romano-cristianos de España*. Granada: Universidad.

SOTOMAYOR MURO, M. (1975) – *Sarcófagos romano--cristianos de España: estudio iconográfico*. Granada: Facultad de Teología.

SOTOMAYOR MURO, M. (1982) – Reflexión histórico-arqueológica sobre el supuesto origen africano del cristianismo hispánico. In *Reunió d'Arqueologia Paleocristiana Hispánica*, 2, Montserrat, 1978. Actas. Barcelona: Institut d'Arqueologia i Prehistòria. p. 11-31.

SOTOMAYOR MURO, M. (2000) – Dos nuevos fragmentos de sarcófagos paleocristianos en córdoba. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 11, p. 275--288.

SOTOMAYOR MURO, M.; PEREZ CASAS, A. e ROCA ROUMENS, M. (1976) – Los alfares romanos de Andújar (Jaén): Dos nuevas campañas. *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 4, p. 111-147.

SOTOMAYOR MURO, M.; ROCA ROUMENS, M.; SOTOMAYOR, N. e ATIENZA, R. (1981) – Los alfares romanos de los Villares de Andújar, Jaén. *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 11, p. 307-368.

SOUZA, V. (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani Corpus der Skulpturen der Römischen Welt Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

STERN, E. (1977) – A Glass Bowl of Isings Form 2, from the Tomb of an Ethiopian Candance. *Oudheidkundige Mededelingen uit het Rijksmuseum van Oudheden te Leiden*. Leiden. 58, p. 63-72.

TABANELLI, M. (1962) – Gli ospedali delle legioni romane, lungo «limes» germanico ed orientale. In *Congresso Europeo di Storia Ospitaliera*, 1, Bologna, 1961. Atti. Roma. p. 1258-1260.

TABAR ARRÍAS, M. e UNZU URMENETA, M. (1984) – Agujas y punzones de hueso de época romana en Navarra. *Trabajos de Arqueología de Navarra*. Navarra. 4, p. 187-226.

TAGLIETTI, F. (1991) – La diffusion de l'inhumation a Rome: la documentation archeologique. In *Incinerations et inhumations dans l'Occident romain aux trois premiers siècles de notre ere. Colloque International de Toulouse-Montréjeau*, Toulouse, 1987. Actes. Toulouse: Ministère de la Culture et de la Communication, p. 163-180.

TARRATS BOU, F.; REMOLÀ VALLVERDÚ, J. e GIL DE MONTES, J. (2007) – La villa romana dels Munts (Altafulla, Tarragonès) i Tarraco. *Tribuna d'Arqueologia*. Valência. 2006, p. 213-228.

TAYLOR, T. (1830) – *Arguments of Celsus, Porphyry, and the Emperor Julian, Against the Christians. With extracts from Diodorus Siculus, Josephus, and Tacitus, Relating to the Jews*. Oxford: University.

TCHERNIA, A. (1969) – Recherches archéologiques sous-marines. *Gallia*. Aix-en-Provence. 27:2, p. 465-499.

TEICHNER, F. (2001) – Uma nova interpretação da área 21, a partir da planta elaborada por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, sobre a Villa romana de Milreu (Estoi, Algarve): notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 19, p. 187-198.

TEICHNER, F. (2005) – Cerro da Vila aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia. *Xelb*. Silves. 5, p. 85-100.

TEICHNER, F. (2006) – De lo romano a lo árabe. La transición del sur de la provincia de Lusitania a al-Gharb al-Andalus: nuevas investigaciones en los yacimientos de Milreu y Cerro da Vila. Madrid: CSIC. p. 207-220. (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; XIX).

TEICHNER, F. (2008a) – La pars urbana tardorromana de la villa de Milreu (Estói, Portugal): nuevos descubrimientos y antiguos documentos. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTERO, V. e GIL SENDINO, F., ed. lit. – *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. Gijón: Trea, p. 731-740.

TEICHNER, F. (2008b) – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano. (Stvdia Lvsitana; 3).

TEICHNER, F.; MORÁN, E.; GONÇALVES, A., e ROMÃO, C. (2010) – A villa romana de S. Pedro do Pulgão - resultados preliminares. *Xelb*. Silves. 10, p. 253-266.

TEICHNER, F.; SCHIERL, T.; GONÇALVES, A. e TAVARES, P. (2007) – Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga e as necrópoles romanas de Ossonoba (Faro). *Xelb*. Silves. 7, p. 159-178.

TILHARD, J.-L. (2004) – *Les céramiques sigillées du Haut-Empire à Poitiers d'aprés les estampilles et les décors moulés*. Marselha: SFECAG. (Suplł.; 2).

TINOCO MUÑOZ, J. (2004) – Informe de la I. A. U. en el sector E-38. 1ª fase, residencial «La Algodonera» de Écija, Sevilla. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2001, Vol. II, p. 908-919.

TINOCO MUÑOZ, J. (2005) – Intervención Arqueológica de Urgencia en C/ Bellido 18, Écija (Sevilla). *Anuário Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2002, vol. III, 2, p. 470-486.

TIRADO MARTÍNEZ, J. (2005) – Objectos de hueso del solar de la casa del oculista. C/ Chavarría, Calahorra (La Rioja). *Kalakoricos*. Calahorra. 10, p. 137-149.

TOLOTTI, F. (1982) – Le basiliche cimiteriali con deambulatorio del suburbio romano, questione ancora aperta. *Römische Mitteilungen*. Berlin. 89, p. 153-211.

TONNOCHY, A. (1951) – *Guide to the Antiquities of Roman Britain*. London: The Trustees of the British Museum.

TORMO ORTIZ, M. (2003) – Material óseo trabajado hallado en Villanueva de la Fuente/Mentesa Oretana (Ciudad Real). *Mentesa Oretana*. Ciudad Real. 1998-2002, p. 179-200.

TORRES, C. (1993) – *Museu de Mértola. Basílica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico.

TORRES-VILA, L. e MOSQUERA MÜLLER, J. (2004) – Caracterización de las pepitas de vid de una ofrenda funeraria romana bajo-imperial (s. IV-V) de Los Bodegones (Mérida). *Memoria*. Mérida. 7, p. 455-465.

TOYNBEE, J. (1993) – *Morte e sepoltura nel mondo romano*. Ed. italiana da obra: Death and Burial in the Roman World. Londres, 1971 (Reprinted 1982 e 1996). Roma.

TOYNBEE, J. (1996) – *Death and Burial in the Roman World*. London: Johns Hopkins Paperbasks Edition.

TRINDADE, M.ª (2007) – *Geoquímica e mineralogia de argilas da bacia algarvia: transformações térmicas*. Tese apresentada à universidade de Aveiro para optar ao grau de doutor.

TURCAN, R. (1993) – *Mithra et le Mithriacisme*. Paris: Belles Lettres.

TYSON, R. (2000) – Medieval glass vessels found in England c. AD 1200-1500. *CBA Research Reports*. London. 121, p. 149-156.

ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo: ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz: Zabern (Madrider Beiträge; II).

ULBERT, Th. (1978) – *Frühchristliche basiliken mit doppelapsiden auf der iberischen hanbinsel*. Berlin: Gebr. Mann Verlag. (Studien zur Architektur-und Liturgiegeschichte; 5).

ULRICH, R. (2007) – *Roman Woodworking*. Yale: University Press.

VAN ANDRINGA, W. e LEPETZ, S. (2006a) – Pompéi, Porta Nocera, Archéologie du rituel: fouille de la nécropole romaine. *Mélanges de l'École Française de Rome*. Roma. 118:1, p. 376-379.

VAN ANDRINGA, W. e LEPETZ, S. (2006b) – Pour une archéologie de la mort à l'époque romaine: fouille de la nécropole de Porta Nocera à Pompéi. In *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris. 150, N.º 2, p. 1131-1161.

VAQUERIZO GIL, D. (2001) – Formas arquitectonicas funerarias de caracter monumental en Colonia Patricia Corduba. *Archivo Español d'Arqueología*. Madrid. 74, p. 131-160.

VAQUERIZO GIL, D., coord. (2002a) – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Actas del Congreso Internacional*. Congreso Internacional, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba.

VAQUERIZO GIL, D. (2002b) – Espacio y usos funerários en Corduba. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. II. p. 143-200.

VAQUERIZO GIL, D. (2007a) – *Crematio et humatio in hispania: cordubensium mos*. In *Körpergräber des 1-3. Jahrhunderts in der römischen Welt. Internationales Kolloquium*, Frankfurt am Main, 2004. [S. l: s.n.], p. 271-290. (Schriften des Archäologischen Museums Frankfurt am Main; 21).

VAQUERIZO GIL, D. (2007b) – El mundo funerario en la Malaca romana. Estado de la cuestión. *Mainake*. Málaga. 29, p. 377-399.

VAQUERIZO GIL, D. (2008) – Entre lo público y lo privado. *Indicatio pedaturae* en la epigrafía funeraria hispana. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 81, p. 101-131.

VAQUERIZO GIL, D. (2010) – *Necrópolis urbanas en Baetica*. Sevilla: Tarragona: Universidad de Sevilla e Institut Català d'Arqueologia Clàssica. (Documenta; 15).

VAQUERIZO GIL, D. (2011) – De la agonía al luto. Muerte y funus en la hispania romana. In PACHECO JIMÉNEZ, C., coord. – *La Muerte en el tiempo. Arqueología e Historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*. Talavera de la Reina: Colectivo de Investigación Histórica Arrabal. p. 95-125.

VAQUERIZO GIL, D.; GARRIGUET MATA, J. A., e VARGAS CANTOS, S. (2005) – La Constancia. Una contribución al conocimiento de la topografía y los usos funerarios en la Colonia Patricia de los siglos iniciales del Imperio. *Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 11.

VAQUERIZO GIL, D. e MURILLO REDONDO, J. (2010) – Ciudad y suburbia en Corduba. Una visión diacrónica (siglos II a. C.-VII d. C.). In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Las Áreas Suburbanas en la ciudad histórica Topografía, usos, función*. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 455-522. (Monografías de Arqueología Cordobesa; 18).

VARGAS CANTOS, S. (2001) – El ajuar-tipo. In VAQUERIZO GIL, D., coord. – *Funus Cordubensium. Costumbres funerarias de la Córdoba romana*. Córdoba: Universidad de Córdoba. p. 162-163.

VARGAS CANTOS, S. (2002) – El conjunto funerario de la Constancia (Córdoba). Ajuares y cronología. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad de Córdoba. Vol. II, p. 297-310.

VARGAS CANTOS, S. e GUTIERREZ DEZA, M.ª (2004) – Un ejemplo de los usos y costumbres funerarias de la Córdoba romana através de un conjunto de tumbas de la necrópolis de la Avenida del Corregidor (Córdoba). *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 15, p. 309-328.

VARGAS CANTOS, S. e GUTIERREZ DEZA, M.ª (2006a) – La necrópolis romana de la Avenida del Corregidor de Córdoba. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. I, p. 259-278.

VARGAS CANTOS, S. e GUTIÉRREZ DEZA, M.ª (2006b) – Intervención arqueológica de urgencia en la Avenida del Corregidor (trazado del nuevo colector de Vistalegre, Córdoba). *Anuario Arqueológico de Andalucía. Sevilla*. Vol. III: 1, p. 279-294.

VASCONCELOS, J. L. de (1898a) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 4, p. 329-336.

VASCONCELOS, J. L. de (1898b) – Antigualhas romanas do Algarve. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 4, p. 280-281.

VASCONCELOS, J. L. de (1900) – Da Lusitania à Bética. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 5, p. 225-249.

VASCONCELOS, J. L. de (1907) – Sepultura Romana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 12, p. 367.

VASCONCELOS, J. L. de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Vol. III.

VASCONCELOS, J. L. de (1917) – Coisas velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 22, p. 107-169.

VASCONCELOS, J. L. de (1918) – Pelo Sul de Portugal (Baixo-Alentejo e Algarve). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 23, p. 104-138.

VASCONCELOS, J. L. de (1919) – Coisas velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 24, p. 215-237.

VASCONCELOS, J. L. de (1920) – Cousas Velhas, 120. A olaria Lusitano-romana (?) de Manta Rôta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 24, p. 214-237.

VASCONCELOS, J. L. de e SÁ, B. de (1905) – Necrópole romana de Pax Iulia (Beja). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 10, p. 165-169.

VEIGA, S. E. da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.

VEIGA, S. E. da (1886, 1887, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I a IV.

VEIGA, S. E. da (1904) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueológo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 9, p. 200-210.

VEIGA, S. E. da (1905) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueológo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 10, p. 107-118.

VEIGA, S. E. da (1910) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueológo Português*. Lisboa. 1.ª Série, 15, p. 209-233.

VEIGA, S. E. da (2006) – *Antiguidades monumentais do Algarve: tempos históricos*. Silves: Câmara Municipal e Museu Nacional de Arqueologia. Coord. Maria José Gonçalves.

VENTURA VILLANUEVA, A. (1996) – Magia en la Cordoba romana. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 7, p. 141-162.

VENTURA VILLANUEVA, A. (2004) – Los edificios de espectáculos. In DUPRÉ, X., ed. lit. – *Las capitales provinciales de Hispania* 1. Córdoba. Colonia Patricia Corduba. Roma: «L'Erma» di Bretschneider. p. 63--79.

VESBERG, O. e WESTHOLM, A. (1956) – *The Hellenistic and Roman Period in Cyprus*. Stockholm: The Swedish Cyprus Expedition IV, 3.

VIANA, A. (1944) – O fabrico do acus crinalis de osso. *Brotéria*. Lisboa. XXXVIII. Separata.

VIANA, A. (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XII:3-4, p. 289-322.

VIANA, A. (1951) – O cemitério luso-romano do Bairro Letes (Faro). *Brotéria*. Lisboa. 53: 2/3, p. 1-23.

VIANA, A. (1952a) – Ossónoba. O problema da sua localização. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 42, p. 250-285.

VIANA, A. (1952b) – Balsa y la Necropolis romana de As Pedras d'El-rei. *Archivo Español de Archeologia*. Madrid. XXV, p. 261-285.

VIANA, A. (1955) – Notas de corografia arqueológica. Brotéria. Lisboa. 61, p. 167-172 e 545-556.

VIANA, A. (1957) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. XIII, p. 1-60.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. e FERREIRA, O. (1948) – Restos de caminhos romanos nas Caldas de Monchique. *Revista do Sindicato Nacional de Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. Separata.

VIANA, A.; FERREIRA, O. V. e FORMOSINHO, J. (1949) – Necropolis de las Caldas de Monchique. Nuevas contribuiciones para el conocimiento de la Edad del Bronze en el Algarve. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 22, p. 291-312.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. e FERREIRA, O. da V. (1952) – Alguns objectos inéditos no Museu Regional de Lagos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 62:1-2, p. 133-142.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. e FERREIRA, O. da V. (1953) – De lo prerromano a lo arabe en el museo regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26, p. 113-138.

VIANA, A. e NUNES, F. (1956) – Lucernas de Peroguarda. Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. XVI, p. 123-138.

VIANA, A. e RIBEIRO, N. (1957) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. XIII, p. 16-31.

VIDAL TERUEL, N. e BERMEJO MELÉNDEZ, J. (2006) – *Mors et Funus*. El mundo funerario romano y sus manifestaciones en el territorio onubense. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. I, p. 35-60.

VIDAL TERUEL, N. e CAMPOS CARRASCO, J. (2006) – Las necrópolis de *Onuba*. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 17, v. II, p. 13-34.

VIEGAS, C. (2003) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém - Economia, comércio e cerâmica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 26).

VIEGAS, C. (2006a) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares, Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal.

VIEGAS, C. (2006b) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). In *Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto--História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica* – Homenagem a Françoise Mayet. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 177-196.

VIEGAS, C. (2006c) – A ocupação romana de Castro Marim. *Xelb*. Silves. 6, v. I, p. 241-260.

VIEGAS, C. (2007a) – A cidade de Balsa: investigações recentes. *Xelb*. Silves. 7, p. 317-340.

VIEGAS, C. (2007b) – Amphorae imports in Southern Lusitania (Algarve): Recent evidence from urban sites. The Roman town of Balsa. In *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum*. Bonn. Acta 40, p. 493-504.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.

WOLTERS, M. (2011) – *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania. Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia*. These pour obtenir le grade de Docteur de l'Université Paris-IV en Histoire de l'Art et Archéologie.

ZANKER, P. (2002) – Discorsi presso la tomba. Le immagini dei sarcofagi mitologici: un linguaggio al superlativo. In VAQUERIZO GIL, D., ed. lit. – *Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano. Congreso Internacional*, Córdoba, 2001. Actas. Córdoba: Universidad. Vol. I, p. 51-66.

ZAPATA CRESPO, J. (2004) – Estudio de los restos óseos de las necrópolis tardoromanas, Calle Era y la Molineta, del Puerto de Mazarrón, Murcia. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 77, p. 239-271.

ZARZALEJOS PRIETO, M.; AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, J. e FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1988) – Amuletos falicos romanos inéditos de las provincias de Madrid y Toledo. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 15, p. 301-318.

Relatórios técnicos

BEJA, N. e TEIXEIRA, N. (2008) – *Acompanhamento arqueológico, Largo 25 de Abril*. Relatório de progresso.

CANINAS, J.; ALMEIDA, N.; CANHÃO, V.; CARVALHO, J.; CORREIA, M.; HENRIQUES, F. e RODRIGUES, J. (2000) – *Estudo de impacte ambiental do projecto de emparcelamento dos perímetros de Vale da Vila e Alcantarilha (Silves)*. Descritor «património Arqueológico, arquitectónico e etnográfico».

CORREIA, J. e BICHO, N. (2002) – *Levantamento arqueológico da freguesia de São Bartolomeu de Messines*. Relatório final.

COVANEIRO, J. e CAVACO, S. (2002) – *Intervenção arqueológica de emergência no Sítio da Torre*. Relatório final.

COVANEIRO, J. e CAVACO, S. (2008) – *Prospecção geofísica na Torre d'Ares 2007*. Relatório Final.

CUNHA, G. (2006) – *Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve. Sistema interceptor de Almargem, concelho de Tavira*. Acompanhamento arqueológico, relatório intercalar n.º 2.

ESTREIA, S. e BARROS, P. (1999) – *O Levantamento Arqueológico do Concelho de São Brás de Alportel*. I Relatório de progresso.

ESTREIA, S. e BARROS, P. (2000) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de São Brás de Alportel*. II Relatório de progresso.

FONTES, L.; MARTINS, M. e ANDRADE, F. (2010) – *Salvamento de Bracara Augusta, Quarteirão dos CTT/ Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT/ ITAVL)*. Relatório final.

GONÇALVES, A. e PUCH, E. (2004) – *Intervenção arqueológica no Largo 25 de Abril, n.º 1 a 5 – Faro*. Fase 1: sondagens arqueológicas de diagnóstico e Fase 1-A: Escavação arqueológica em área. Relatório preliminar do trabalho desenvolvido.

MARTINS, A.; FERNANDES, C. e NEVES, C. (2004) – *Intervenção arqueológica na área de projecto da pedreira «Figueiral» (Bensafrim – Lagos). Figueiral – Cabeço do Rochedo*. Relatório da intervenção.

OLEIRO, J. (1951) – *Relatório sobre a estação da Torre d'Ares, na freguesia da Luz de Tavira, e sobre várias antiguidades de outros lugares do Algarve*.

PEREIRA, C. (2011) – *NEC.ROM.AL. As necrópoles romanas do Algarve*. Relatório de trabalhos arqueológicos.

PINTO, M. (2005) – *Sondagens arqueológicas prévias no Largo 25 de Abril e ruas adjacentes*. Relatório final dos trabalhos arqueológicos.

PUCH, E. e GONÇALVES, A. (2004) – *Intervenção arqueológica em Faro, Rua Dr. João Lúcio/Rua das Alcaçarias*. Fase 2 – Acompanhamento arqueológico de obra. Relatório preliminar do trabalho desenvolvido.

SOARES, I. (2001) – *Concelho de Portimão. Levantamento do património móvel e imóvel de interesse relevante para o estudo da história local*.

Manuscritos

FORMOSINHO, J. (1927) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcelos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

FORMOSINHO, J. (1933 e 1937) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcelos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

GOUVEIA, A. (1934) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcelos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

ROCHA, A. dos S. – *Apontamentos pessoais de António dos Santos Rocha*. Em exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz. Portugal.

ROCHA, A. dos S. – Colecção de plantas e desenhos de campo efectuados em Bensafrim. Acessível na Biblioteca do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz. Portugal.

ROCHA, A. dos S. (1905) – *Inventário do Museu Municipal da Figueira da Foz*.

ROCHA, F. (1895) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcelos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

ROCHA, M. (1904) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcellos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

ROCHA, M. (1914) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcelos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

VEIGA, E. da – Apontamentos pessoais de Estácio da Veiga. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

VEIGA, E. da – Coleção de fotografias de campo e de materiais encomendados por Estácio da Veiga. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

VEIGA, E. da – Colecção de plantas e desenhos de campo efectuados por Tavares Bello e encomendados por Estácio da Veiga. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

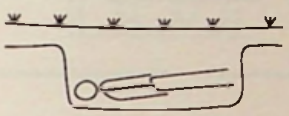
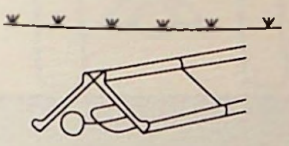
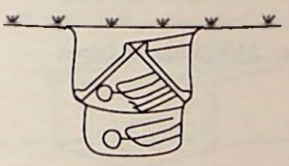
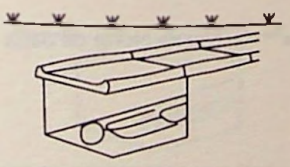
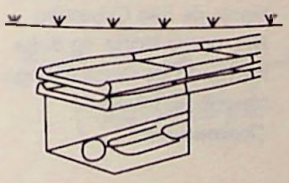
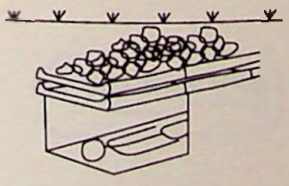
VEIGA, E. da (1883) – Inventário do Museu Archeológico do Algarve, fundado em 1880 na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa.

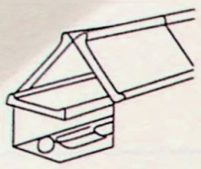
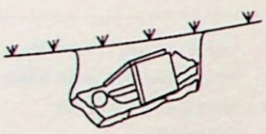
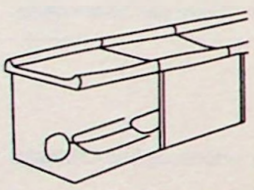
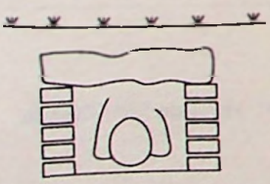
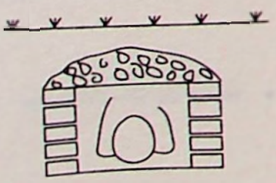
VEIGA, E. da (1885) – Inventário do Museu Archeológico do Algarve, fundado em 1880 na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa.

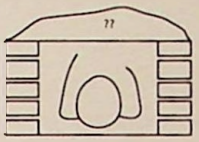
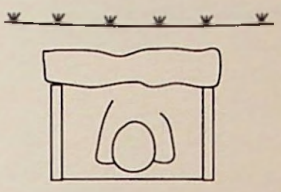
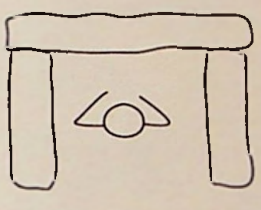
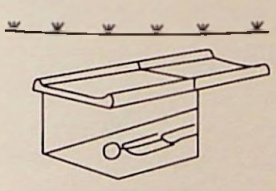
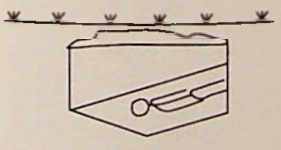
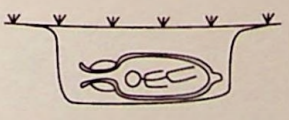
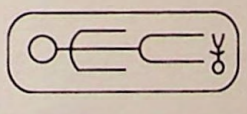
VIANA, A. (1929) – Correspondência pessoal recebida por José Leite de Vasconcelos. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Portugal.

Anexo I

Tipologia da arquitetura subterrânea das necrópoles romanas do Algarve

Arquitetura Funerária	Descrição	Sítios onde foi identificada
Em Fossa Simples		
	Enterramento em fossa simples depositado diretamente na terra, coberto com sedimentos (tipo 83 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento em fossa simples depositado diretamente na terra, com cobertura em tégulas justapostas formando um telhado de duas águas (tipos 92 e 116 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Horta de São Cristóvão • Necrópole Norte de *Balsa* • Necrópole Norte de *Ossonoba* • Cerro da Vila • Guelhim • Horta • Manjovos??? • Mortórios/Arregata • Cerro das Alfarrobeiras
	Enterramento em fossa simples depositado diretamente na terra, com cobertura em tégulas justapostas formando um telhado de duas águas. Enterramento múltiplo e coletivo efetuado em momentos distintos e separados por fragmentos de ânforas lusitanas.	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento em fossa simples diretamente depositado na terra, com cobertura de tégulas dispostas horizontalmente (tipo 88 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Horta de São Cristóvão • Necrópole Norte de *Ossonoba* • Necrópole Norte de *Balsa* • Manjovos???
	Enterramento em fossa simples diretamente depositado na terra, com cobertura dupla de tégulas dispostas horizontalmente (tipo 112 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento em fossa simples diretamente depositado na terra, com cobertura dupla de tégulas dispostas horizontalmente e com uma camada de pedra solta de pequena e média dimensão.	• Horta de São Cristóvão

Arquitetura Funerária	Descrição	Sítios onde foi identificada
Em Fossa Simples		
	Enterramento em fossa simples depositado diretamente na terra, com uma primeira cobertura de tégulas em horizontal e uma segunda cobertura de tégulas justapostas formando um telhado de duas águas (tipo 119 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento em fossa simples depositado diretamente na terra, com uma cobertura horizontal composta por grandes blocos de pedra calcária.	• Horta de São Cristóvão • Cerro da Vila • Monte da Torre
	Enterramento em fossa simples depositado sobre grandes lajes de pedra de calcário, com apoio para a cabeça, e com cobertura de grandes tijolos justapostos formando um telhado de duas águas. Aos pés tinha uma grande laje de pedra colocada diretamente sobre estes.	• Horta de São Cristóvão
Em Caixa		
	Enterramento em caixa de tégulas, provavelmente colocado diretamente sobre a terra, e com cobertura horizontal no mesmo material (tipo 89 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Necrópole Norte de *Ossonoba* • Morgado das Taipas
	Enterramento efetuado em caixa retangular de tijolos com cobertura em tégulas justapostas formando um telhado de duas águas e, provavelmente, sem base (tipo 138 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Necrópole Norte de *Balsa*
	Enterramento efetuado em caixa retangular de tijolos, com cobertura em grandes lajes de pedra de calcário e, provavelmente, sem qualquer base.	• Horta de São Cristóvão • Necrópole Norte de *Balsa* • Morgado de Dona Menga • Necrópole Norte de *Ossonoba*
	Enterramento efetuado em caixa retangular de tijolos, com cobertura efetuada em argamassa e pedra de pequena dimensão e sem qualquer base.	• Horta de São Cristóvão

Arquitetura Funerária	Descrição	Sítios onde foi identificada
Em Caixa		
	Enterramento efetuado em caixa retangular de tijolos, sem vestígios da cobertura, possivelmente de terra, e sem qualquer base (tipo 137 de Vaquerizo Gil, 2002).	• Horta de São Cristóvão • Monte da Torre • Cerro da Vila • Archeta???
	Enterramento efetuado em caixa retangular de tijolos de grande dimensão, com cobertura feita de grandes lajes de pedra e sem qualquer base.	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento efetuado em caixa retangular de lajes de grande dimensão, com cobertura igualmente de grandes lajes de pedra, podendo ter, ou não, base no mesmo material.	• Manjovos ??? • Marateca • Horta e Moinhos • Retorta • Chaiças II • Poço Partido • Monte da Torre • Reguengo ??? • Monte do Cágado • Mirouço
Inumações Infantis		
	Enterramento em fossa simples diretamente depositado na terra, com cobertura de tégulas dispostas horizontalmente.	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento em fossa simples revestida a argamassa. Da cobertura não restaram vestígios, talvez fosse efetuada no mesmo material ou simplesmente em terra.	• Horta de São Cristóvão
	Enterramento em ânfora colocada horizontalmente em fossa simples. Sempre correspondentes a indivíduos de pequena dimensão.	• Necrópole Norte de *Ossonoba* • Cerro da Vila • Horta de São Cristóvão
	Enterramentos múltiplos compostos por uma inumação infantil acompanhada por adulto. São geralmente casos de falecimento à nascença, tanto do recém-nascido como da progenitora. Tipologias várias.	• Horta de São Cristóvão

Anexo II

Mobiliário funerário mais comum

Século I d. C.

Cerâmica Comum		
Copo	Púcaro	Panela/Pote
Taça	Prato	Pote
Tigela	Potinho	Tampa
Terrina	Tacho	Jarro
Terra Sigillata		
Martínez IIB – Prato	Drag. 24/25 – Taça	Drag. 18 – Prato
Ritt. 8 – Taça/Tigela	Drag. 27 – Taça	Drag. 29 – Grande Tigela
Consp. 33 – Taça/Tigela	Drag. 35 – Tigela	Drag. 29/37
Hermet 18	Drag. 36 – Prato	Drag. 37
Déchellete 67	Drag. 15/17 – Prato	
Lucernas		
Dressel/Lamboglia 9	Dressel/Lamboglia 12	
Dressel/Lamboglia 11	Dressel/Lamboglia 15	
Paredes Finas		
Moevs X	Mayet XXIV	Mayet XXXVIII
Mayet VIIIb	Mayet XXVII	Mayet XL
Mayet XXB	Mayet XXXIII	Mayet XLIIA
Mayet XXC	Mayet XXXIV	Mayet LII
Mayet XXI	Mayet XXXVIIA	Mayet Divers
Vidros		
Forma inédita parecida ao tipo 4 de Isings	Isings 79 – Cânula	Isings 85 – Taça
Isings 2 – Taça	Isings 82A2 – Unguentário	Isings – 87
Isings 3 – Tigela	Isings 32 – Taça	Isings 130 – Frasco
Isings 6 – Unguentário	Isings 34 – Copo ou Taça	Isings 82A1 – Unguentário da segunda metade
Isings 7 – Unguentário	Isings 35 – Copo	Isings 82A2 – Unguentário da segunda metade
Isings 8 – Unguentário	Isings 49 – Prato	Isings 82B2 – Unguentário do último quartel
Isings 12 – Taça "Hofheim"	Isings 57 – Jarra	Morin-Jean 40 – Jarro/Garrafa
Isings 20 – Taça/Tigela	Isings 60 – Anforisco	
Isings 28 – Unguentário da segunda metade	Isings 62 – Frasco	

Século II d. C.

Cerâmica Comum		
Copo	Prato	Bilha
Taça	Potinho	Tampa
Tigela	Tacho	Jarro
Terrina	Panela/Pote	
Púcaro	Pote	
Terra Sigillata		
Hermet 90.5	Hayes 123 – Biberão (2ª metade)	Hayes 134 – Púcaro/jarra
Hayes 8a – Prato	Hayes 126 – Askos	Hayes 147 – Cantil

Terra Sigillata (cont.)		
Hayes 14c – Prato	Drag. 29 – Grande tigela	Hayes 161 – Bilha ?
Drag. 27 – Taça	Drag. 29/37	Drag. 37
Drag. 15/17 – Prato		
Lucernas		
Dressel/Lamboglia 5	Dressel/Lamboglia 20	Dressel/Lamboglia 28
Dressel/Lamboglia 19	Dressel/Lamboglia 25	Riotinto-Aljustrel
Vidros		
Isings 28 – Unguentário	Isings 79 – Cânula	Isings 85 – Taça
Isings 32 – Taça	Isings 82A1 – Unguentário (1ª metade)	Isings – 87
Isings 34 – Copo ou Taça	Isings 82A2 – Unguentário	Isings 130 – Frasco
Isings 35 – Copo	Isings 82B1 – Unguentário	Morin-Jean 40 – Jarro/garrafa
Isings 49 – Prato	Isings 82B2 – Unguentário	Trier 49d
Isings 60 – Anforisco		AR 15 – Taça
Isings 62 – Frasco		AR 19 – Taça

Século III d. C.

Cerâmica Comum		
Anforisco	Púcaro	Jarro
Copo	Pote	
Tigela	Bilha	
Terra Sigillata		
Hayes 14c – Prato	Hayes 123 – Biberão	Hayes 126 – Askos
Lucernas		
Dressel/Lamboglia 25	Dressel/Lamboglia 30	Deneauve VIIIC
Dressel/Lamboglia 27	Tipo Rã	Riotinto-Aljustrel
Vidros		
Isings 47 – Prato	Isings 106 – Copo	Morin-Jean 40 – Jarro/garrafa
Isings – 87	Isings 109 – Copo	AR 61 – Copo
Isings 103 – Garrafa	Isings 130 – Frasco	

Século IV d. C.

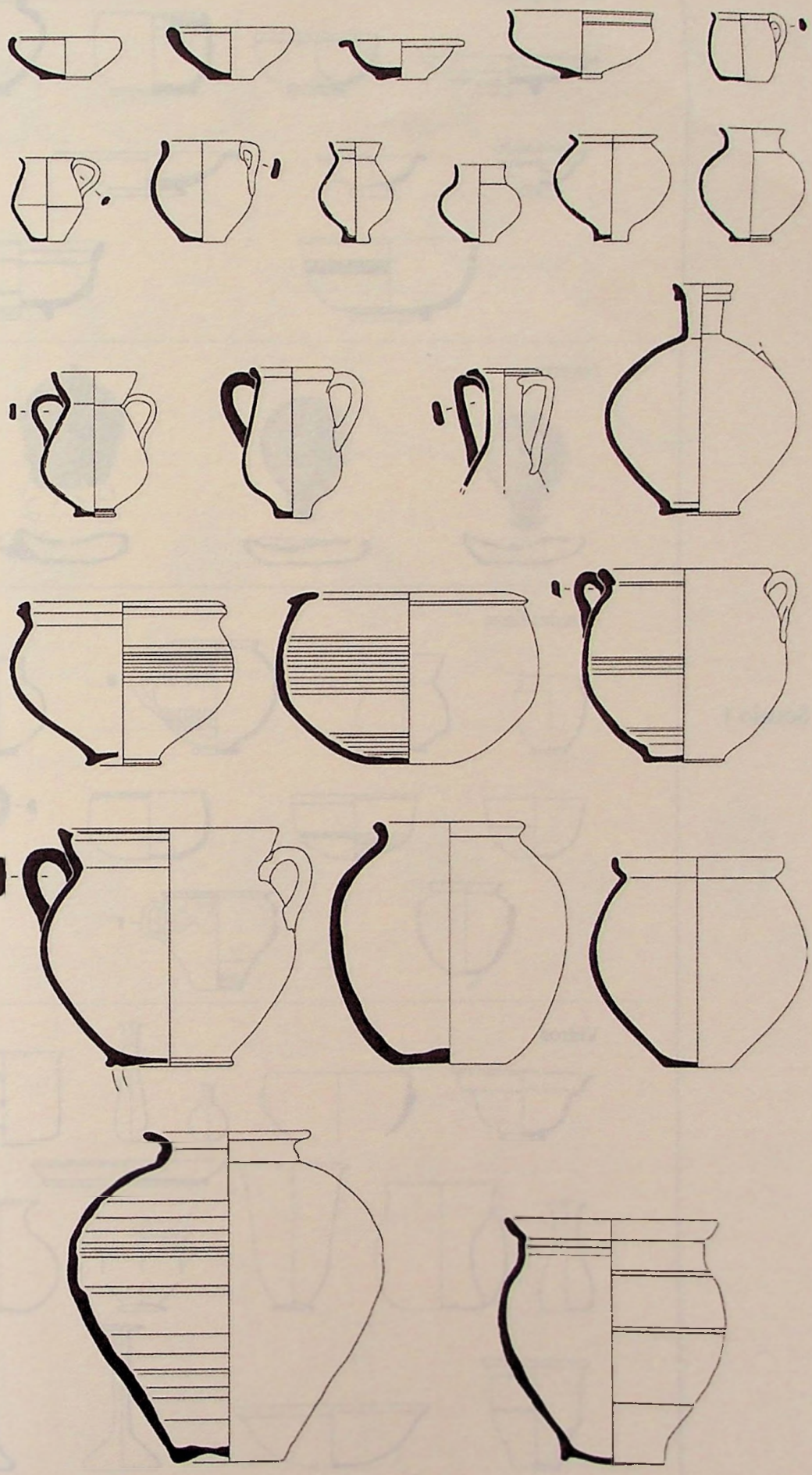
Cerâmica Comum		
Anforisco	Púcaro	Jarro
Tigela	Pote/panela	
Terra Sigillata		
Hayes 45C	Hayes 67A	
Lucernas		
Dressel/Lamboglia 30	Tipo Rã	
Vidros		
Isings 96 – Copo (final do século)	Isings 106 – Copo	Isings 116 – Taça arqueada
Isings 100 – Garrafa	Isings 104 – Garrafa	Isings 117 – Taça arqueada
Isings 103 – Garrafa	Isings 109 – Copo	

Século V d. C.

Cerâmica Comum	
Jarro	
Terra Sigillata	
Hayes 78 ?? – Taça	
Lucernas	
Hayes I-Atlante VIII	Hayes IIA-Atlante X
Vidros	
Isings 96 – Copo	Isings 134 – Lâmpada

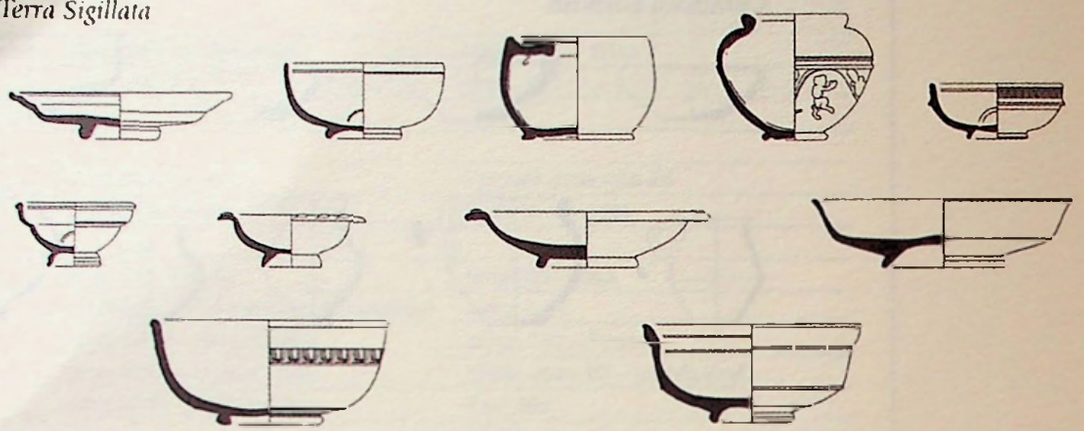
Cerâmica comum

Século I

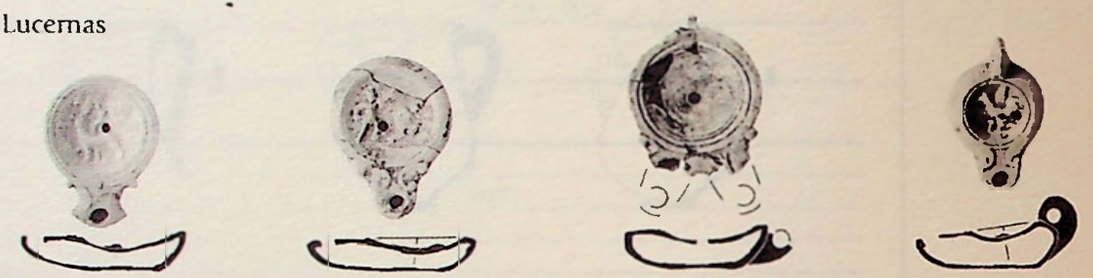


Século I

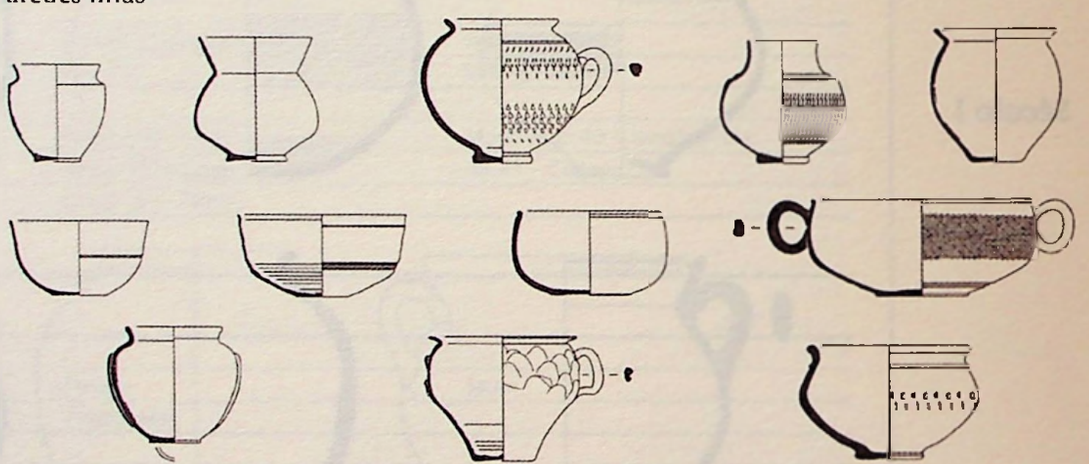
Terra Sigillata



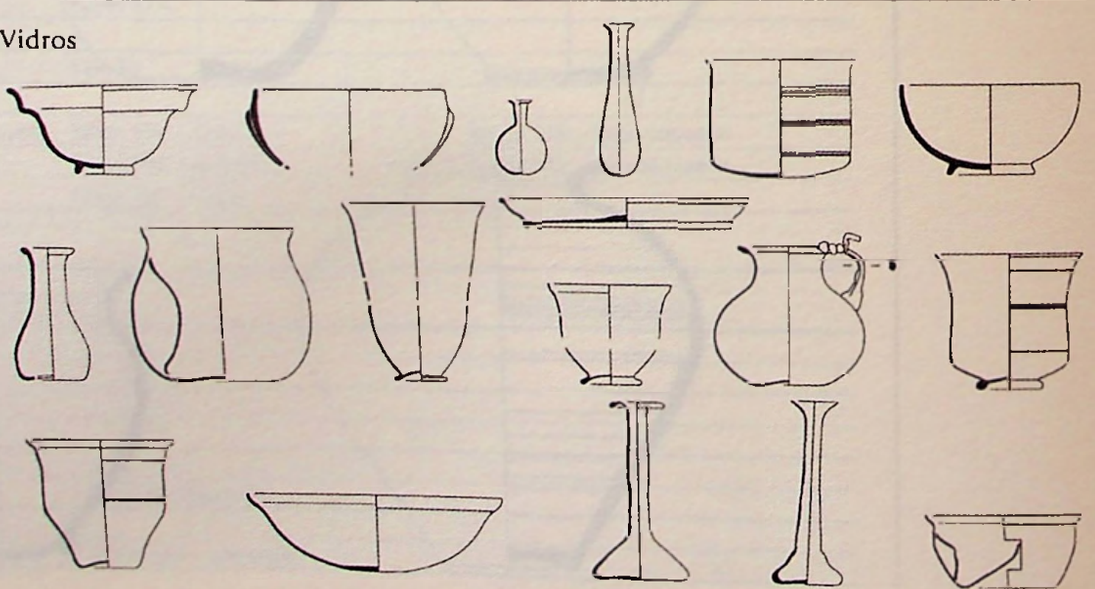
Lucernas



Paredes finas

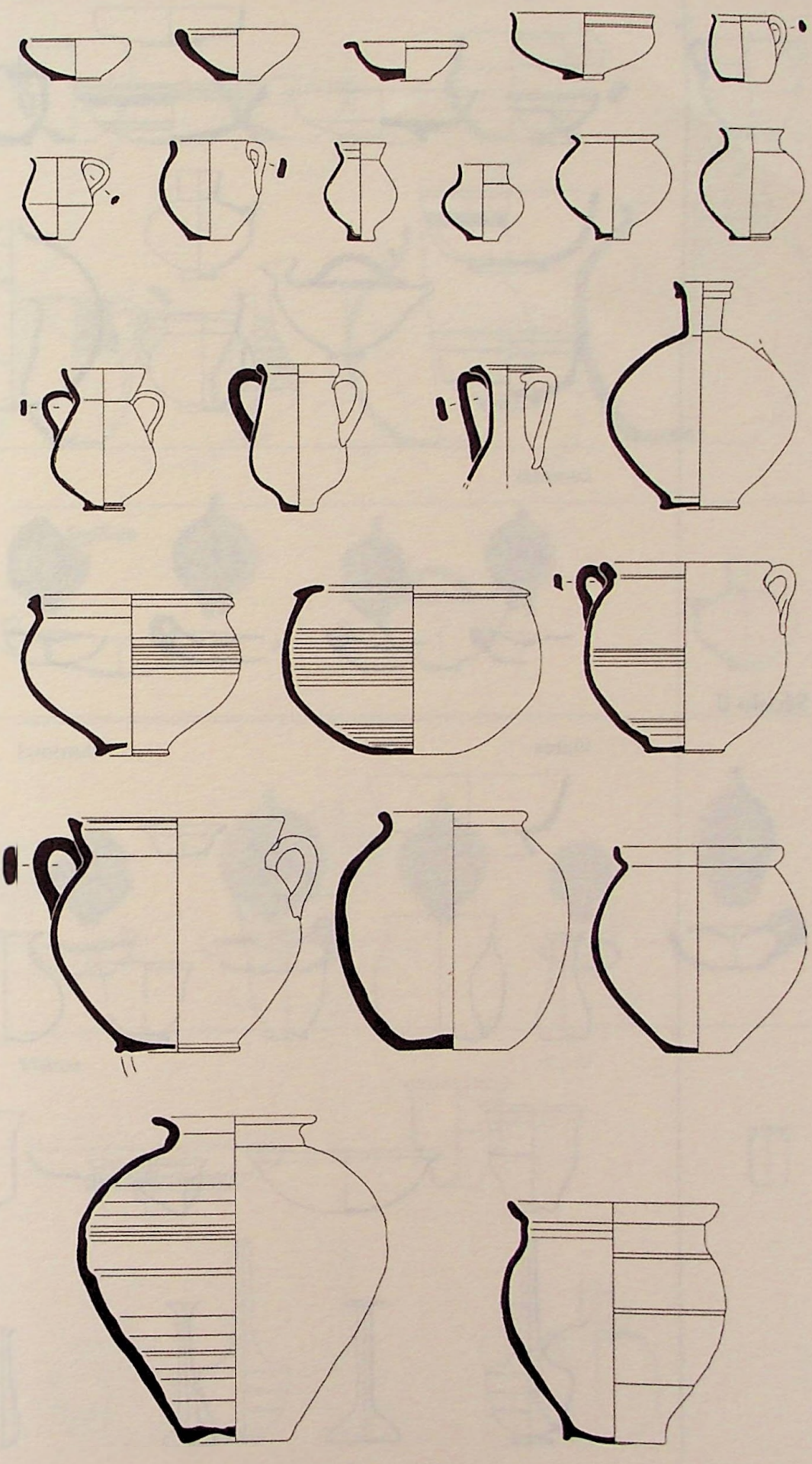


Vidros



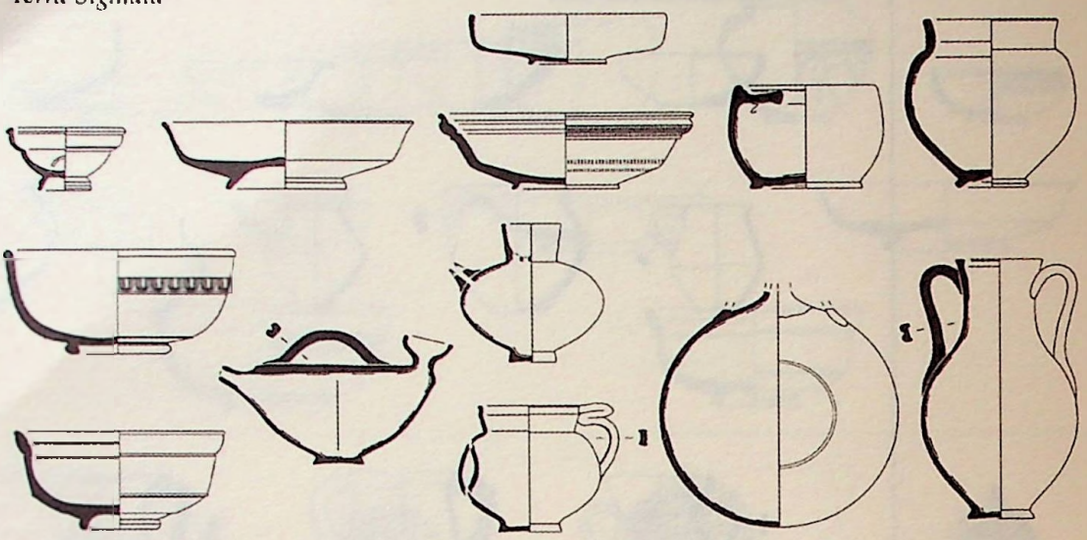
Cerâmica comum

Século II

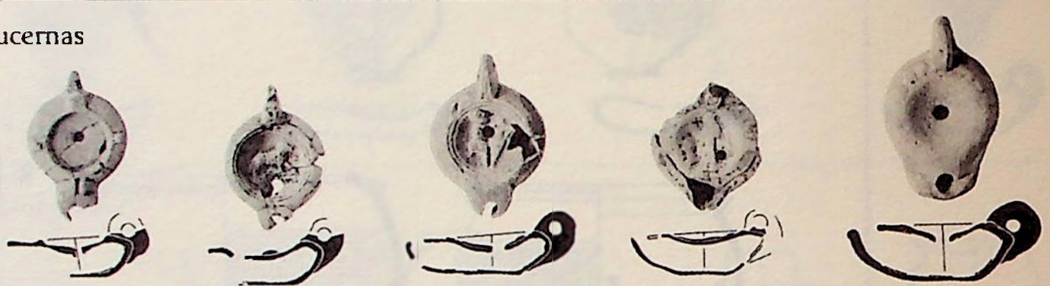


Século II

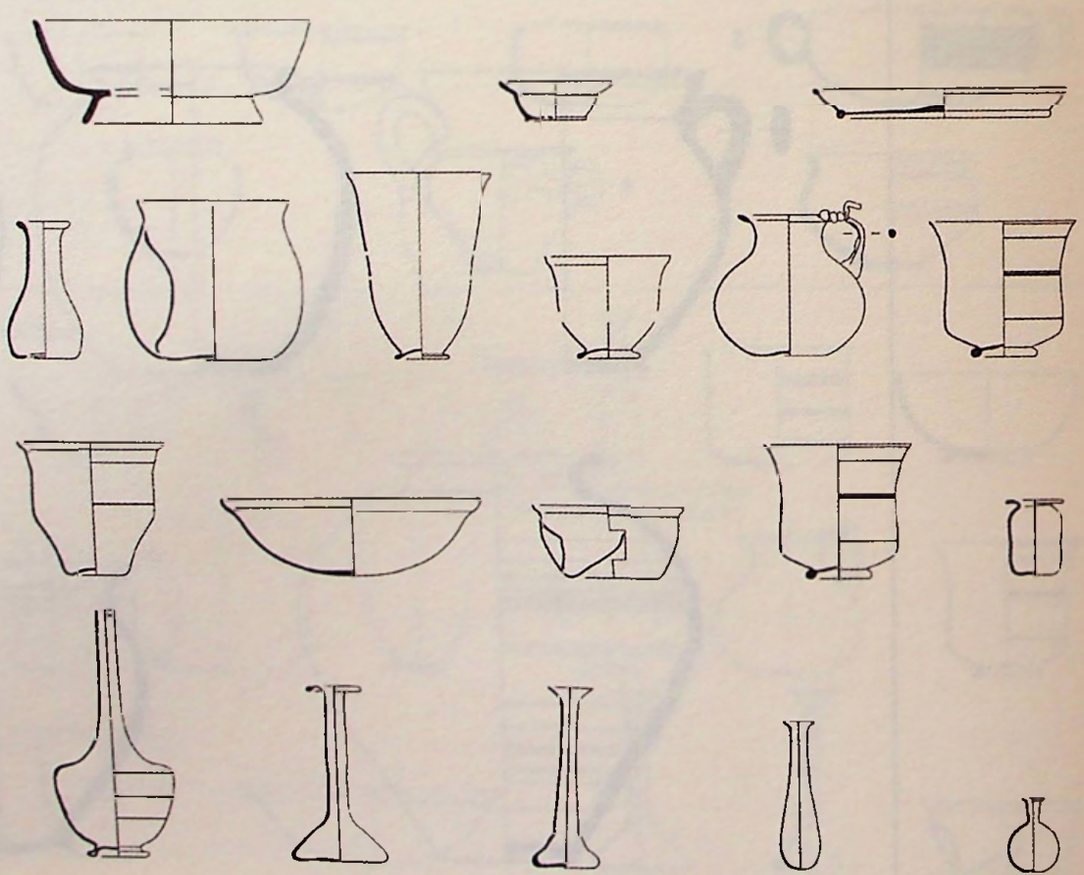
Terra Sigillata



Lucernas

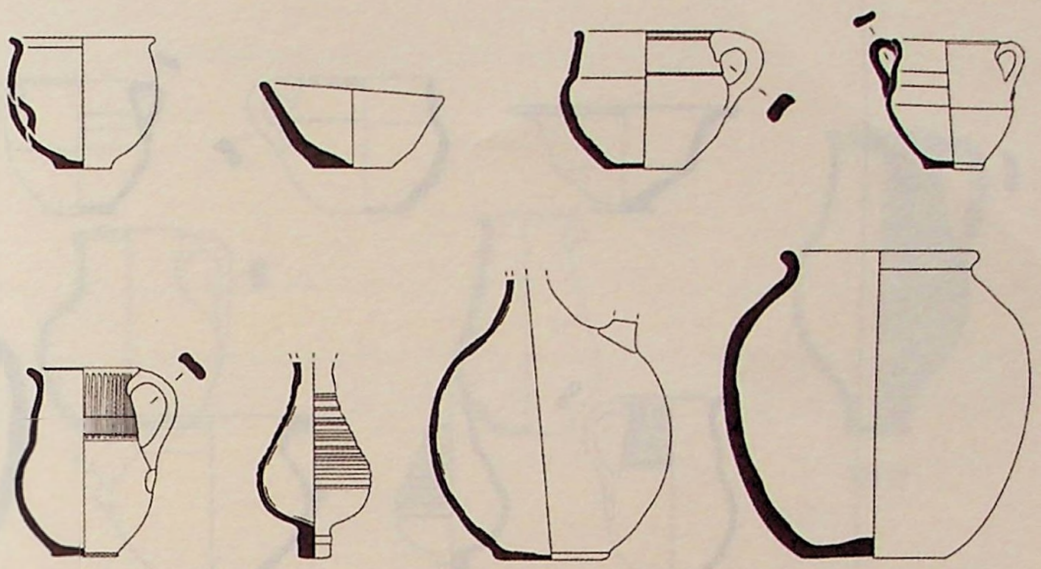


Vidros

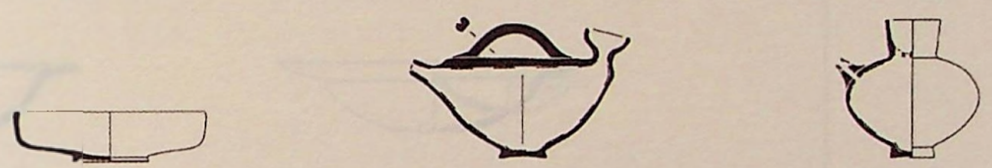


Século III

Cerâmica comum

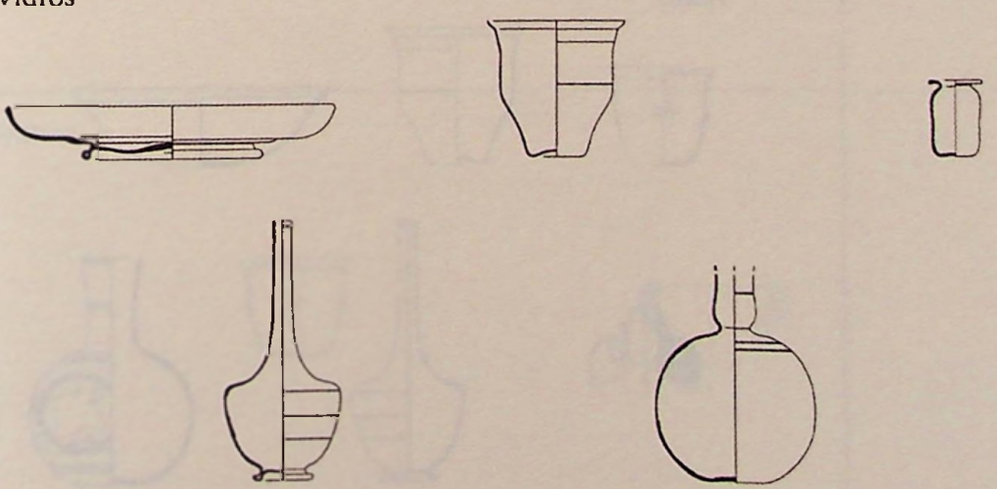


Terra Sigillata



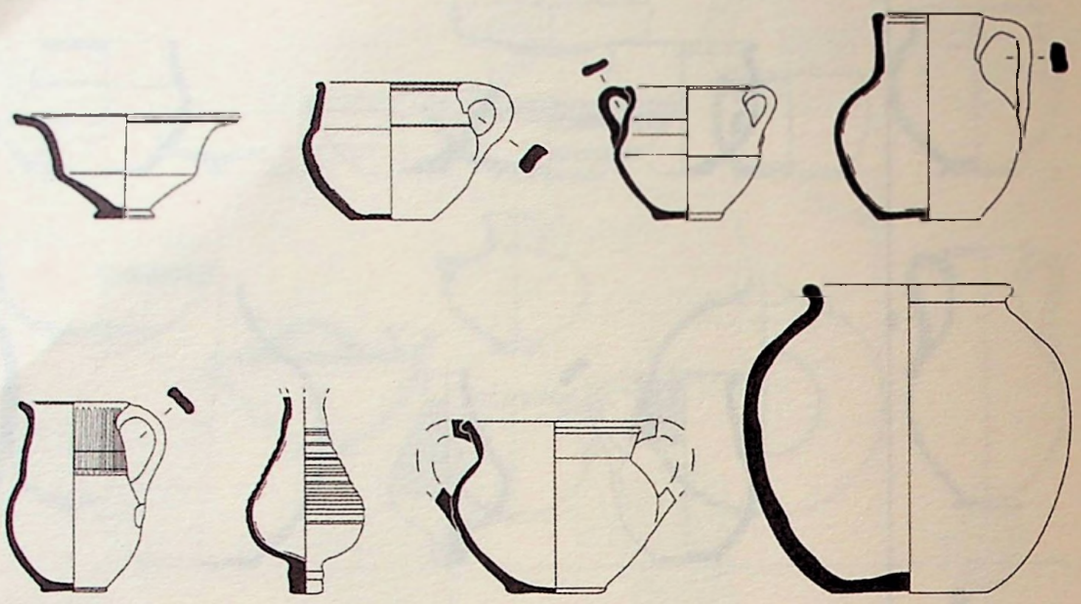
Lucernas

Vidros

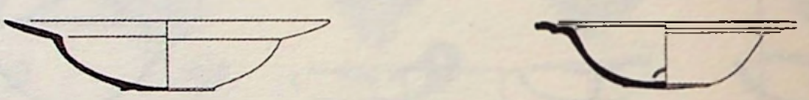


Século IV

Cerâmica comum

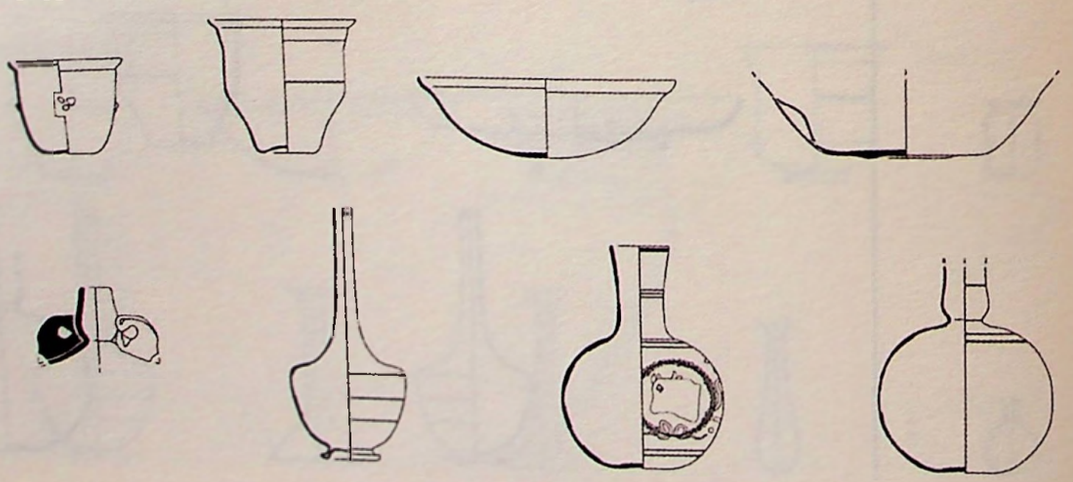


Terra Sigillata



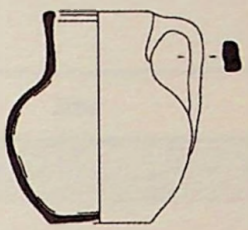
Lucernas

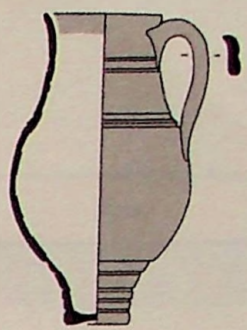
Vidros



Século V

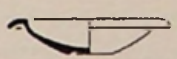
Cerâmica comum





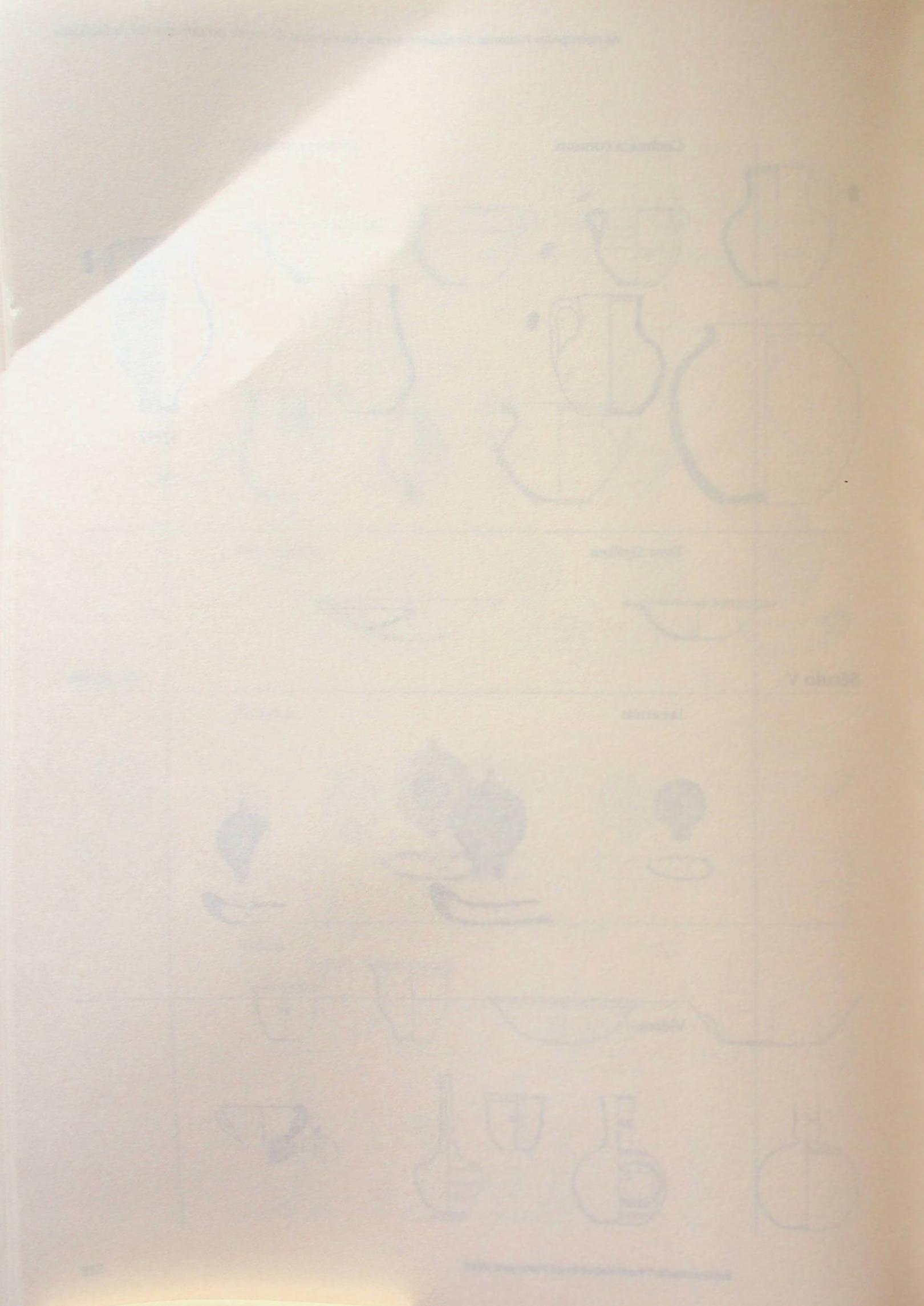
?????

Terra Sigillata



Lucernas

Vidros



Anexo III

Cronologia e rito das necrópoles romanas do Algarve

Sítio	Cronologia	Rito
Alcoutim		
Álamo (CNS 5303)	Provável cronologia Alto-Imperial para a necrópole e séculos VI/VII para as sepulturas de inumação achadas nos edifícios.	Incineração e inumação.
Castelhana (CNS 8200)	Indeterminada.	Inumação???
Cerro de Alcoutenejo (CNS 19283)	Indeterminada.	Inumação???
Corga das Almas (CNS 18486)	Indeterminada.	Incineração e inumação.
Curralinhos (sem CNS)	Provável funcionalidade entre os séculos II/III e V.	Inumação.
Curral da Pedra (sem CNS)	Momento indeterminado entre os séculos IV e VII.	Inumação.
Quinta do Mocho (CNS 18518)	Indeterminada.	Incineração??? e inumação.
Rocha do Touro (CNS 18508)	Provável cronologia Alto-Imperial???	Incineração e inumação.
Vale Grande (CNS 18540)	Indeterminada.	Indeterminado.
Vale da Zorra (CNS 18390)	Indeterminada.	Incineração e inumação.
Vaqueiros I (CNS 1222)	Provável cronologia Alto-Imperial???	Incineração???
Castro Marim		
Sobral (CNS 1213)	Indeterminada. Apareceu um fragmento de ara funerária, não significando que aí se localize a necrópole.	Inumação???
Fornalha (CNS 1270)	Aqui apareceu a outra metade da ara funerária do Sobral.	
Maudinheiro (CNS 1211)	Indeterminada.	Inumação.
Vila Real de Santo António		
Horta (CNS 1206)	Provável utilização durante os séculos III e/ou IV.	Inumação.
Quinta da Fidalga (CNS 1207)	Indeterminada.	Indeterminado.
Tavira		
Necrópole Norte de Balsa (Torre d'Ares) (CNS 60)	Utilização contínua desde o último quartel do século I a. C. até, pelo menos, ao século V.	Incineração e inumação.
Cerro da Chã (CNS 18285 e 18286)	Indeterminada.	Indeterminado.
Dona Menga (CNS 943)	Meados do século I até à primeira metade do século III.	Incineração e inumação.
Horta da Canada (CNS 1133)	Séculos III e/ou IV.	Inumação.
Manjovos (sem CNS)	Séculos V e/ou VI.	Inumação.
Paúl (CNS 945)	Meados do século I até final do século III ou início do século IV.	Incineração e inumação.
Pedras d'el Rei (CNS 7585)	Meados do século I até início do século IV.	Inumação.
Quinta do Arroio (CNS 7587) e Quinta das Antas	Desde final do século I até final do século III.	Incineração e inumação.
Quinta do Trindade (CNS 939)	Séculos III e/ou IV.	Inumação.
Ribeira de Leitejo (CNS 18288)	Meados do século I a meados do século II.	Incineração???
Sítio do Pinheiro (CNS 942)	Séculos II e/ou III ???	Indeterminado.
Olhão		
Alfanxia (CNS 949)	Meados do século I até início do século III.	Incineração e inumação.
Bela Mandil (CNS 955)	Segunda metade do século I e início do século II.	Incineração.

Sítio	Cronologia	Rito
Olhão (cont.)		
Parra (CNS 8058)	Séculos IV e/ou V ???	Inumação.
Moncarapacho (sem CNS)	Indeterminado.	Indeterminado.
Marim (CNS 583)	Vestígios funerários desde o século II até, pelo menos, ao século VI.	Incineração e inumação.
São Brás de Alportel		
Alcaria (CNS 14434)	Indeterminado. Provavelmente não é romana, mas sim islâmica.	Inumação.
Cartaxinho (CNS 7296)	Séculos V e/ou VI.	Inumação.
Sítio da Horta e Moinhos (sem CNS)/ São Brás de Alportel (CNS 937)	Segunda metade do século I e/ou século II.	Inumação.
Faro		
Necrópole Norte de Ossonoba	Parece ter uma utilização contínua desde o segundo quartel do século I até, pelo menos, ao século V.	Incineração e inumação.
Cancela (CNS 6157)	Indeterminado.	Indeterminado.
Cerro de Guelhim (CNS 959) e os espaços da morte da vila	Desde o século II até, pelo menos, ao século V.	Incineração e inumação.
Horta dos Fumeiros (CNS 4093), Largo de São Sebastião (sem CNS)	Indeterminada, seguramente posterior ao século III.	Inumação???
Horta do Ferregial (sem CNS), Campo da Trindade (CNS 7740)	Séculos III e IV.	Inumação.
Horta de São Cristóvão (sem CNS)	Final do século II até ao século IV.	Inumação.
Loulé		
Alcarias (CNS 2749)	Indeterminado.	Inumação???
Aprá (CNS 961)	Indeterminado, possível utilização entre o século II até ao século IV ou V???	Inumação.
Benafim (CNS 1212)	Indeterminado.	Inumação???
Cerro (CNS 1265)	Indeterminado.	Inumação.
Cerro da Vila (CNS 14)	Século II em diante.	Incineração e inumação.
Loulé Velho (CNS 745)	Indeterminado, talvez sejam do século IV.	Inumação.
Mata-Lobos (CNS 4142)	Indeterminado, possivelmente do século II ou III.	Indeterminado.
Mortórios (CNS 4145)	Indeterminado.	Inumação.
Quinta do Freixo (CNS 969)	Indeterminado.	Indeterminado.
Quinta do Ludo (CNS 18850)	Indeterminado.	Inumação.
Retorta (CNS 922)	Provável utilização entre os séculos IV e VI.	Inumação.
Salir (CNS 816)	Provável utilização durante os séculos IV e/ou V.	Inumação.
Torrinha (CNS 4156)	Indeterminado.	Indeterminado.
Albufeira		
Chaiças II (CNS 20705)	Provável utilização do espaço entre os séculos V e VII.	Inumação.
Necrópole da Ponte (CNS 20708)	Século VII.	Inumação.
Silves		
Amorosa (CNS 6695)	Indeterminado, seguramente é tardia.	Inumação.
Bica Alta (CNS 6819)	Indeterminado.	Inumação.
Monte Branco (CNS 6769)	Possível utilização durante os séculos I, II e III.	Incineração.
Morgado das Taipas (CNS 6778)	Séculos III e IV.	Inumação.
Perna Seca (CNS 13197)	Indeterminado, possivelmente posterior ao século V.	Inumação.
Sentieiras (CNS 6761)	Indeterminado.	Inumação???
Serro da Zimbreira (CNS 7573)	Indeterminado.	Indeterminado.
Lagoa		
Lagoa (CNS 1296)	Indeterminado.	Indeterminado.
Poço Partido (CNS 10825)	Indeterminado, posterior ao século IV.	Inumação.

Sítio	Cronologia	Rito
Lagoa (cont.)		
Ruínas do Vale da Amargura (CNS 914)	Provável utilização durante os séculos II e III.	Inumação.
Portimão		
Alcalar (CNS 836)	Enterramento de incineração nos monumentos pré-históricos, provavelmente do século I.	Incineração.
Convento de São Francisco (CNS 18226)	Provável utilização do espaço durante os séculos II e III, sendo admissível que esta baliza é extensível.	Incineração e inumação.
Cruzinha (CNS 5926)	Pode não ser um espaço funerário, aí foi recolhido um memorial.	
Malhadais (CNS 18672)	Indeterminado.	Inumação???
Monte Salgado (CNS 18676)	Indeterminado.	Inumação.
Monte da Torre (CNS 842)	Espaço utilizado desde meados do século I até, pelo menos, ao século V.	Incineração e inumação.
Norinha (CNS 18674)	Indeterminado.	Indeterminado.
Quinta de Arge (CNS 6667)	Indeterminado, provavelmente posterior ao século VI ou VII.	Inumação.
Reguengo (CNS 18715)	Indeterminado.	Indeterminado.
Vale da Arrancada (CNS 18712)	Indeterminado.	Inumação.
Monchique		
Alcaria (CNS 1034)	Séculos IV a VI.	Inumação.
Archeta (CNS 1256)	Século III.	Inumação.
Caldas de Monchique (CNS 2314)	Indeterminado.	Indeterminado.
Cerro da Vigia (CNS 2315)	Indeterminado.	Indeterminado.
Lagos		
Cerro do Lago (CNS 827)	Indeterminado.	Indeterminado.
Cerro do Lorvão (CNS 807)	Indeterminado.	Indeterminado.
Escampadinho/Descampadinho (CNS 817)	Possível utilização do espaço nos séculos II e III.	Inumação.
Falfeira (CNS 1266)	Indeterminado.	???
Figueiral da Misericórdia (CNS 825)	Indeterminado.	Inumação.
Fonte Velha (CNS 812) = Bensafrim (CNS 850) = Hortinha (CNS 813) = Cerca do Álamo (CNS 810)	Espaço utilizado entre o último quartel do século I a. C. e as primeiras décadas do século II.	Incineração.
Lagos (CNS 2312) e Rua Marreiros Neto (CNS 24425)	Final do século III e início do século IV.	Inumação.
Marateca (CNS 815)	Final do século V e meados do século VII.	Inumação.
Monte do Cágado (sem CNS)	Provável utilização do espaço entre o século V e primeiras décadas do século VII.	Inumação.
Necrópole do Monte Molião (sem CNS)	Século I até ao século III.	Incineração??? e inumação.
Sargaçal (CNS 1288)	Indeterminado.	Indeterminado.
Terras Novas (CNS 18677)	Indeterminado.	Indeterminado.
Vale da Lama (CNS 818)	Séculos I e/ou II.	Indeterminado.
Vila do Bispo		
Cabo de São Vicente (CNS 12799)	Indeterminado.	Indeterminado.
Cerro das Alfarrobeiras (CNS 1250)	Séculos III e/ou IV.	Inumação.
Mirouço (CNS 714)	Posterior ao século IV.	Inumação.
Aljezur		
Cerro das Vinhas (CNS 33762)	Segunda metade dos séculos I e/ou II.	Indeterminado.
Odeceixe (sem CNS)	Séculos V e/ou VI.	Inumação.
Mortórios ou Arregata (sem CNS)	Incerta, entre os séculos V/VI e IV.	Inumação.